

**José Luís Lima Garcia**

**IDEOLOGIA E PROPAGANDA COLONIAL NO ESTADO  
NOVO: DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS À  
AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR  
1924 - 1974**



**Faculdade de Letras**

Universidade de Coimbra

2011



**José Luís Lima Garcia**

**IDEOLOGIA E PROPAGANDA COLONIAL NO ESTADO  
NOVO: DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS À  
AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR  
1924 - 1974**

Tese de doutoramento em História, especialidade História Contemporânea, apresentada à  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor  
Luís Reis Torgal



**Faculdade de Letras**

Universidade de Coimbra

2011



A todos aqueles, incluindo meu pai, que devotaram à cultura colonial o saber universitário do rigor e da objectividade.



## ÍNDICE

<b>Palavras Prévias.....</b>	<b>1</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>

### PARTE I

#### O IMPÉRIO PORTUGUÊS: IDEIA E INSTITUIÇÃO

<b>Cap. I - As ideias de Império no contexto Internacional e Nacional.....</b>	<b>13</b>
1. O Contexto Internacional.....	13
1. 1. A ideia de Império no discurso liberal da França e da Grã-Bretanha.....	13
1. 2. A ideia de Império no discurso mussoliniano da Itália .....	46
2. O Contexto Nacional .....	72
2.1. A ideia de Império no discurso da Primeira República .....	72
2.2. A ideia de Império no discurso do Estado Novo.....	86
<b>Cap. II - A Agência Geral das Colónias / Ultramar no contexto do final da</b>	
<b>primeira República e do Estado Novo .....</b>	<b>119</b>
1. Fundação e evolução histórica ao longo de meio século (1924-1974).....	119
2. Edições e publicações desta Agência de Propaganda Colonial.....	180
<b>Cap. III - Os Periódicos sobre as Colónias/Ultramar durante a vigência da</b>	
<b>agência geral das colónias/ultramar (1924/1974) .....</b>	<b>215</b>
1. Caracterização dos principais periódicos neste período .....	215

## PARTE II

### O BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS/ BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR

(1925-1970)

<b>Cap. I - História do Boletim .....</b>	<b>231</b>
1. Directores e suas linhas gerais e programáticas .....	231
2. Evolução e Fases Históricas .....	263
2. 1. O <i>Boletim da Agência Geral das Colónias</i> e a sua acção entre o final da República e o Estado Novo.....	263
<b>Cap. II - Autores e Temáticas do Boletim.....</b>	<b>329</b>
1. Temas abordados por colónia: autores e artigos.....	329
2. Contributos para uma prosopografia dos colaboradores do Boletim .....	440
<b>Cap. III - A (s) Ideia(s) Do Império .....</b>	<b>471</b>
1. No Registo Oficial .....	471
1.1. Das Exposições Coloniais .....	471
1.2. Da Literatura Imperial .....	506
2. Na História do Império .....	535
2.1. Baseada em Acontecimentos .....	535
2. 2. Baseada em Personalidades .....	574
<b>Conclusão .....</b>	<b>593</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>599</b>



<b>APÊNDICE I - Os Periódicos sobre as Colónias/Ultramar durante a vigência da agência geral das colónias/ultramar (1924/1974) .....</b>	<b>631</b>
<b>APÊNDICE II - Lista dos principais colaboradores do Boletim Geral das Colónias / Boletim Geral do Ultramar entre os anos de 1925 e 1970.....</b>	<b>673</b>
<b>APÊNDICE III - Principal cronologia da Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar entre os anos de 1924 e 1974 .....</b>	<b>749</b>
<b>ANEXO I - Prêmios literários da Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar entre os anos de 1926 e 1974.....</b>	<b>757</b>
<b>ANEXO II - Fotografias do Ministério das Colónias/Ultramar e sedes da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1924-1974) .....</b>	<b>761</b>
<b>ANEXO III - Capas de Boletins entre 1925-1970 .....</b>	<b>763</b>



## GRÁFICOS E QUADROS

### GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de leitores que frequentaram a Biblioteca da Agência Geral das Colónias entre 1926 e 1930. ....	182
Gráfico 2: Movimento bibliográfico da Biblioteca da Agência Geral das Colónias no ano de 1930. ....	182
Gráfico 3: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos leitores da Biblioteca da Agência Geral das Colónias no ano de 1930. ....	183
Gráfico 4: Caracterização dos principais Periódicos Coloniais/Ultramarinos entre 1924/1974. ....	219
Gráfico 5: Periodicidade dos Jornais/Revistas Coloniais/Ultramarinos entre 1924/1974. ....	219
Gráfico 6: Número de periódicos fundados entre as décadas de 20 e 70 do século XX. ....	220
Gráfico 7: Produção editorial no «Império Colonial Português» e no «Estrangeiro» entre os anos de 1924 e 1974. ....	222
Gráfico 8: Dinamismo editorial em Moçambique entre as décadas de 20 e 70 do século XX. ....	223
Gráfico 9: Dinamismo editorial em Angola entre as décadas de 20 e 70 do século XX. ....	223
Gráfico 10: Dinamismo editorial na Metrópole entre as décadas de 20 e 70 do século XX. ....	224

Gráfico 11: Dinamismo editorial na Guiné, Índia e Macau entre as décadas de 20 e 70.....	225
Gráfico 12: Dinamismo editorial em Cabo Verde e Estrangeiro entre as décadas de 20 e 70.....	225
Gráfico 13: Dinamismo editorial em S. Tomé e Príncipe e Timor entre as décadas de 20 e 70.....	226
Gráfico 14: Percentagem de temáticas por páginas no Boletim da Agência Geral das Colónias entre os anos de 1925 e 1930.....	272
Gráfico 15: Percentagem de temáticas sobre Angola no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos de 1946 e 1961.....	338
Gráfico 16: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre Angola no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos de 1946 e 1961.....	339
Gráfico 17: Percentagem de temáticas sobre Cabo Verde no Boletim da Agência Geral das Colónias entre os anos de 1926 e 1932.....	344
Gráfico 18: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre Cabo Verde no Boletim da Agência Geral das Colónias entre os anos de 1926 e 1932.....	346
Gráfico 19: Percentagem de temáticas sobre a Guiné no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos de 1946 e 1961.....	358
Gráfico 20: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre a Guiné no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos de 1946 e 1961.....	360
Gráfico 21: Percentagem de exportações da Guiné no ano de 1965 referidas no Boletim Geral do Ultramar.....	361
Gráfico 22: Percentagem de exportações da Índia no ano de 1927 referidas no Boletim da Agência Geral das Colónias.....	365

Gráfico 23: Percentagem de temáticas sobre a Índia no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos de 1946 e 1961. ....	377
Gráfico 24: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre a Índia no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos de 1946 e 1961. ....	378
Gráfico 25: Percentagem de temáticas sobre Macau no Boletim da Agência Geral das Colónias entre os anos de 1926 e 1932. ....	385
Gráfico 26: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre Macau no Boletim da Agência Geral das Colónias entre os anos de 1926 e 1932. ....	386
Gráfico 27: Percentagem de temáticas sobre Moçambique no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos de 1946 e 1961. ....	410
Gráfico 28: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre Moçambique no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos de 1946 e 1961. ....	412
Gráfico 29: Exportações de S. Tomé e Príncipe no ano de 1939 referidas no Boletim Geral das Colónias. ....	423
Gráfico 30: Percentagem de temáticas sobre S. Tomé e Príncipe no Boletim Geral do Ultramar entre os anos de 1962 e 1970. ....	425
Gráfico 31: Evolução da população em S. Tomé e Príncipe entre os anos 1950 e 1959. ....	427
Gráfico 32: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre S. Tomé e Príncipe no Boletim Geral do Ultramar entre os anos de 1962 e 1970. ....	428
Gráfico 33: Percentagem de temáticas sobre Timor no Boletim Geral das Colónias entre os anos de 1932 e 1945. ....	435

Gráfico 34: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre Timor no Boletim Geral das Colónias entre os anos de 1932 e 1945.....	436
Gráfico 35: Naturalidade dos autores por zonas geográficas. ....	448
Gráfico 36: Autores da Metrópole (Continente+Ilhas), Colónias e Estrangeiro. ....	449
Gráfico 37: Autores portugueses por distritos. ....	449
Gráfico 38: Lugares onde se deu o óbito dos autores.....	451
Gráfico 39: Data de nascimento dos autores. ....	452
Gráfico 40: Data de óbito dos autores. ....	454
Gráfico 41: Estratos sociais dos autores. ....	455
Gráfico 42: Formação académica dos autores.....	456
Gráfico 43: Origem da formação académica dos autores de acordo com os estratos sociais. ....	457
Gráfico 44: Escolas nacionais e estrangeiras frequentadas pelos autores. ....	458
Gráfico 45: Tipo de escolas e faculdade frequentadas pelos autores. ....	459
Gráfico 46: Percentagem dos autores licenciados em Direito comparativamente com outras licenciaturas. ....	462
Gráfico 47: Instituições onde os autores se licenciaram em Direito. ....	463
Gráfico 48: Áreas de licenciatura dos autores. ....	464
Gráfico 49: Instituições onde os autores se licenciaram em Engenharia ....	465
Gráfico 50: Instituições onde os autores se licenciaram em Medicina.....	466
Gráfico 51: Filiação ideológica dos autores. ....	468
Gráfico 52: Funções dos autores na alta hierarquia do Estado imperial. ....	469

Gráfico 53: Percentagem de artigos de/sobre Mouzinho de Albuquerque e outras personalidades históricas. ....	575
Gráfico 54: Percentagem de personalidades históricas mais referidas no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos 1925 e 1970.....	587
Gráfico 55: Percentagem dos estratos socioprofissionais das personalidades históricas referidas no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos 1925 e 1970. ....	590
Gráfico 56: Percentagem de artigos sobre personalidades históricas publicados no Boletim Geral das Colónias/Ultramar (1925/1970) durante os diferentes regimes políticos do séc. XX. ....	591

## QUADROS

Quadro 1: Subscrição para a instalação da sede da Agência Geral das Colónias. ....	126
Quadro 2: Autorização de pedido de empréstimo para a representação de algumas colónias na Exposição Colonial do Porto. ....	138
Quadro 3: Periódicos mais antigos criados antes da Agência Geral das Colónias e referenciados no seu Boletim (1924). ....	221
Quadro 4: Listagem de personalidades inventariadas como colaboradoras do Boletim Geral das Colónias/Ultramar. ....	446
Quadro 5: Subscrição entre as principais Colónias para a realização da Exposição Colonial do Porto de 1934. ....	473
Quadro 6: Listagem de personalidades históricas inventariadas nos artigos do Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre 1925/1970. ....	592





## PALAVRAS PRÉVIAS

Após termos concluído em 1988 o Mestrado em «História dos Séculos XIX e XX», pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa sobre a temática das relações de Moçambique com os territórios limítrofes, no período entre as duas Guerras Mundiais<sup>1</sup>, surgiu a ideia de abordarmos novamente a problemática colonial para um trabalho mais profundo, fruto da experiência acumulada nessa investigação, depois de uma vivência de mais de duas décadas nas antigas colónias de Angola e Moçambique. Aliada a esta vivência, estivera também o facto de possuímos uma razoável biblioteca sobre temática ultramarina, motivo que viria a constituir um bom incentivo para nos abalçarmos num projecto académico tão exaustivo e complexo. O contacto com o Professor Luís Reis Torgal, nos finais da década de oitenta, e as reflexões posteriormente levadas a efeito sobre a questão imperial no contexto do Estado Novo, conjugadas com o interesse em desenvolver uma linha de pesquisa sobre os aspectos ideológicos desse regime autoritário, levaram-nos a solicitar a este docente para que nos orientasse neste trabalho, cuja temática é importante para a compreensão do papel desempenhado pelas colónias na sociedade portuguesa contemporânea.

Depois de algumas reuniões preliminares efectuadas com o orientador para a definição da temática a explorar, decidimos que a mesma versaria «A ideologia e a propaganda colonial no Estado Novo», a partir da análise de uma instituição oficial, a Agência Geral das Colónias/ Agência Geral do Ultramar, no período compreendido entre 1924 e 1974. Após o levantamento de uma documentação e bibliografia sumária em arquivos e bibliotecas de Lisboa e Guarda, entendeu o Professor Torgal que o tema tinha condições para ser desenvolvido, pelo que no ano de 2001 resolvemos solicitar ao Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a inscrição para o doutoramento na área de História Contemporânea. Assim, esta investigação resultará da congregação do contributo de várias instituições e entidades que será de justiça

---

<sup>1</sup> José Luís Lima Garcia, *Moçambique e as Relações com os Territórios Vizinhos – (1919 - 1939)*, Guarda, Edição Policopiada, 1987, 657 pp.

destacarmos: primeiramente, queremos agradecer ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, pelo apoio institucional dos seus membros a esta pesquisa sobre a propaganda colonial em Portugal, desde os finais da Primeira República. Grato ainda à Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, mormente à Unidade Técnico-Científica de Ciências Sociais e da Comunicação e ao Conselho Técnico-Científico, pela compreensão revelada na concessão de três dispensas semestrais de serviço docente, respectivamente nos anos lectivos de 2001-2002, 2004-2005 e 2007-2008.

Aos directores e funcionários do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Biblioteca Nacional e da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, a nossa gratidão pela simpatia e competência evidenciadas durante este processo de investigação. Gratos ainda à Livraria Histórica Ultramarina, na pessoa do senhor Fritz Berkemeier, pela possibilidade que nos deram da aquisição do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* e ainda de um outro fundo bibliográfico valioso, relativo a muitas das publicações da instituição em estudo, nomeadamente as que se referiam às obras relacionadas com o prémio de «Literatura Colonial», instituído por esse organismo estatal de propaganda. Agradecimento ainda ao doutor José Júlio Pinheiro e à mestre Maria de Fátima Gonçalves pela disponibilidade e pelo cuidado postos na revisão e na realização gráfica deste trabalho. Para a Arlete, Ana e Nuno vão do mesmo modo a nossa gratidão pelo estímulo, afecto e compreensão manifestados ao longo destes muitos anos de trabalho e pesquisa. Não quisemos encerrar esta nota preambular sem um reconhecimento especial ao Professor Luís Reis Torgal que desde o primeiro momento acedeu orientar esta tese, revelando ao longo deste tempo um fino trato humano e uma invulgar competência científica e académica.

À laia de advertência e ainda antes de encerrarmos estas «palavras prévias», gostaríamos de declarar que este trabalho académico foi escrito nos moldes da antiga revisão ortográfica, pelo facto de se encontrar parcialmente redigido, quando o actual acordo entrou em execução.

## INTRODUÇÃO

Ao abordarmos a temática a que nos propusemos sobre a ideologia e a propaganda do Estado Novo através do estudo de uma instituição, a Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar, no período compreendido entre 1924 e 1974, ocorrem-nos formular algumas questões de âmbito metodológico. Parafraseando Quivy e Champenhoudt sobre o objectivo de uma investigação em Ciências Sociais, teremos de confirmar «...se os resultados observados correspondem aos resultados esperados pela hipótese»<sup>2</sup> ou se é necessário reformular a pesquisa e enunciar outros pressupostos. Como início desta indagação sobre a propaganda colonial, deveríamos poder enunciar várias hipóteses relacionadas com esta problemática que só após o 25 de Abril de 1974, com uma plêiade de novos estudiosos, puderam com mais objectividade e rigor estudar assuntos até ali considerados interditos. Deste modo, será oportuno colocarmos algumas questões sobre o papel desempenhado por uma instituição de propaganda durante meio século e se essa mesma actuação ajudara a estratégia de vulgarização imperial dos diversos regimes políticos do Estado português no século XX? Em caso afirmativo, quais foram as cambiantes entre a política imperial do final da Primeira República e a do Estado Novo? Por que motivo, mesmo durante a vigência do Estado Novo, o regime de Salazar adoptou várias medidas de correcção da sua política ultramarina?

Desta forma, o conteúdo da nossa investigação vai centrar-se na abordagem da propaganda colonial veiculada por uma instituição estatal portuguesa durante o meio século da sua existência. Segundo Ricardo Chueca, a evolução e a consolidação dos regimes nacionalistas só poderia acabar num regime apoteótico de índole imperial<sup>3</sup>. Ao definir desta maneira o conceito de «Império» como uma «hierarquia suprema da nação», este investigador considerava o potencial dos regimes autoritários numa força centrípeta que subjugava os localismos provindos das regiões mais diversas<sup>4</sup>. Logo, uma abordagem sobre uma instituição de propaganda deverá ser contextualizada sincronicamente para, em

---

<sup>2</sup> Raymond Quivy e Luc Van Champenhoudt, «Análise das Informações» in *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1992, p. 211. A 5.ª edição desta obra, sob responsabilidade da mesma editora, saiu para o mercado português no ano de 2008, num volume com 284 pp.

<sup>3</sup> Ricardo Chueca, *El Fascismo en los comienzos del régimen de Franco*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1983, 548 pp., especialmente pp. 43 e ss.

<sup>4</sup> Fernández Cuesta citado por Ricardo Chueca, *Ibidem*, p. 46.

tempo oportuno, se concluir das analogias e diferenças que esta técnica de Comunicação produzira nas consciências dos cidadãos, ao longo dos regimes políticos em estudo. Concluiremos com a alusão ao plano da dissertação, salientando as razões porque dividimos a temática principal em duas partes distintas: uma primeira relacionada com a ideia de Império nas principais metrópoles colonizadoras (França, Grã-Bretanha e Itália) e a ideia de Império ao longo dos regimes portugueses das primeiras décadas do século XX (República e Estado Novo), onde procurámos integrar a Agência Geral das Colónias/Ultramar, fazendo a análise dos periódicos que versavam essa idiossincrasia; uma outra, a segunda parte, relacionada com algumas questões sobre a origem do principal órgão de difusão da Agência, o *Boletim Geral das Colónias/Boletim Geral do Ultramar*, nomeadamente a história, as temáticas, os autores, e a ideia de Império no registo oficial.

No respeitante à utilização de fontes primárias nesta pesquisa, os documentos estudados provêm sobretudo do ministério dos Negócios Estrangeiros e dos arquivos de Armindo Monteiro e do general Freire de Andrade. Neste âmbito, será crucial afirmar que a investigação arquivística em Portugal sobre o Estado Novo e outros períodos da História recente peca pela dificuldade de acesso às instituições responsáveis pela conservação desses documentos, seja porque muitos dos manuscritos se encontram dispersos por arquivos e bibliotecas do País com o inconveniente de muitos dos acervos continuarem por inventariar e catalogar, seja por que a «espada» de interdição de consulta continua a recair sobre certos documentos que já ultrapassaram a lei da inacessibilidade. Quanto ao espólio da Agência Geral das Colónias/Ultramar, a maior parte da sua documentação após Abril de 1974 foi levada para armazéns situados na periferia de Lisboa, nomeadamente em Almada, Loures e Queluz, tendo apenas transitado na íntegra para o Arquivo Histórico Ultramarino a biblioteca e alguma documentação avulsa, muita dela ainda nem sequer convenientemente catalogada. Para o Palácio Foz, antiga sede do Secretariado Nacional de Informação, passou apenas a documentação iconográfica. Quanto à documentação impressa, a mais utilizada provém essencialmente de bibliotecas e de instituições públicas, para onde a Agência fazia encaminhar gratuitamente o seu periódico e outras publicações de propaganda entretanto editadas. No caso das instituições metropolitanas para as quais eram enviadas estas obras, destacaram-se as bibliotecas das Escolas Secundárias e do Magistério Primário, e das Faculdades das principais Universidades. Foi, aliás, na biblioteca do antigo *Liceu Afonso de Albuquerque* da Guarda que encontrámos disponíveis muita da bibliografia sobre as Colónias/Ultramar, o que em termos de investigação tornou o nosso trabalho muito mais facilitado.

Um outro aspecto que condicionou a realização desta dissertação foi a quase inexistência de trabalhos sobre a ideologia colonial, nomeadamente sobre a Agência Geral das Colónias/Ultramar, produzidos pelos historiadores da área Contemporânea. Algumas excepções ao que acima afirmámos são os trabalhos de Valentim Alexandre<sup>5</sup> que, partindo da análise da ideologia oitocentista, se debruçou sobre a questão colonial na implantação do Estado Novo. Também, João Carlos Paulo escreveu sobre a cultura colonial<sup>6</sup>, referindo-se especialmente num dos escritos à Agência Geral das Colónias, numa síntese sobre o papel que a mesma desempenhou «na construção e difusão das imagens e dos sentidos ideológicos do Império»<sup>7</sup>. Necessário será ainda referir o trabalho pioneiro de Ângela Guimarães sobre a Sociedade de Geografia de Lisboa<sup>8</sup>, baseado em material produzido por esta instituição a partir do terceiro quartel do século XIX e constituído especialmente por actas de sessões, boletins e separatas que ao todo, segundo esta investigadora, formava um conjunto de 16.000 páginas de documentos impressos<sup>9</sup>. A obra em questão baseou-se numa análise sócio-económica do colonialismo português da segunda metade do século XIX e pretendeu reagir contra certos preconceitos instalados na historiografia internacional quanto ao facto do imperialismo luso ser caracterizado por uma sequência de actos desorganizados «numa atmosfera dormente e arcaica»<sup>10</sup>, própria de um povo latino.

No seguimento desta ideia R. J. Hammond, num livro sobre o colonialismo em África<sup>11</sup>, salientava que foram factores de índole histórica que marcaram a presença de Portugal nos trópicos e não os factores puramente economicistas. No reforço desta perspectiva, da inexistência de factores económicos no desenvolvimento do Ultramar no século XIX, se caracterizou a perspectiva de José Capela, mormente quando desvalorizou o

---

<sup>5</sup> De Valentim Alexandre, entre outras, as seguintes obras: *Origens do Colonialismo Português Moderno – 1822-1891*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1979, 219 pp; *História da Expansão Portuguesa (Em Colaboração sob a Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri)*, Lisboa, Círculo de Leitores, Volume 4 (Do Brasil para África – 1808-1930), 1998, 568 pp; *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, 248 pp; *O Império Africano – Séculos XIX e XX* (Coordenação Valentim Alexandre), Lisboa, Edições Colibri, 2000, 195 pp; *A Questão Colonial no Parlamento – 1821 – 1910*, Lisboa, Editorial D. Quixote, Volume I, 2008, 207 pp.

<sup>6</sup> João Carlos Paulo, «Cultura e Ideologia Colonial» in *O Império Africano – 1890-1930, (coordenação de Joel Serrão e Oliveira Marques)*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, 863 pp., especialmente pp. 30-94.

<sup>7</sup> João Carlos Paulo, «Agência Geral das Colónias/Ultramar» in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Volume 1, pp. 23-24.

<sup>8</sup> Ângela Guimarães, *Uma Corrente do Colonialismo Português: a Sociedade de Geografia de Lisboa: 1875-1895*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, 232 pp.

<sup>9</sup> *Idem*, “Bibliografia”, *Ibidem*, p. 229.

<sup>10</sup> *Idem*, “Apresentação”, *Ibidem*, p. 10.

<sup>11</sup> R. J. Hammond, *Portugal and Africa – 1815-1910. A study in Uneconomic Imperialism*, Stanford, Stanford University Press, 1966, 384 pp. Em 1996 o livro foi reeditado pela mesma instituição universitária de há trinta anos atrás.

papel da burguesia industrial nesse contexto<sup>12</sup>. Fazendo a síntese entre estas interpretações, Valentim Alexandre é de opinião que a expansão portuguesa em África deverá ser vista numa perspectiva mais globalizante, integrando ao mesmo tempo as teses sobre agentes económicos e ideológicos num percurso em que o mito nacionalista da «herança sagrada» contribuiu decisivamente para a reivindicação do direito histórico da descoberta, mais do que o mito utilitarista do aproveitamento económico do continente africano, segundo os padrões do «*eldorado*» que foi o Brasil nos séculos XVII e XVIII<sup>13</sup>. Últimamente, em 2008, Valentim Alexandre, para o período da Monarquia Liberal, e Cândida Proença, para a Primeira República, à luz destes parâmetros analisaram a “Questão Colonial no Parlamento”, a partir especialmente dos debates que os deputados travaram para preservar e melhorar esse património territorial herdado dos primórdios da Época Moderna<sup>14</sup>.

*Mutatis mutandis*, com a diferença de um século, pretenderemos com a análise que estamos a proceder demonstrar que existiu uma linha ideológica condutora desde o início do século XIX, que se acentuou a partir de 1875, com a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa, no colonialismo português hodierno. Assim, esta instituição científica propugnava pela exploração das possessões ultramarinas, em nome desse direito histórico de descoberta, tendo toda a propaganda depois dessa data sido concertada numa acção pelos princípios de uma referência civilizacional nos trópicos, qual espírito de «sagrada missão». Esse espírito nacionalista de «missão» culminaria com a criação em 1924 da Agência Geral das Colónias em pleno final da Primeira República, como ideal de preservação desses domínios descobertos pelos navegadores quinhentistas e continuado como verdade única pelo regime do Estado Novo. Como reforço dessa tese sobre a evolução estrutural do pensamento colonial português, destacou-se a obra de Cláudia Castelo «*O Modo Português de Estar no Mundo*». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, publicada em 1998<sup>15</sup>.

No prefácio desta obra, Valentim Alexandre considerou que foi no último quartel do século XIX que essa ideia da preservação do mito da «herança sagrada» passou a ganhar consistência na opinião pública portuguesa. Depois da Segunda Guerra Mundial, com o

<sup>12</sup> José Capela, «A Navegação e a Burguesia Mercantil do Porto» in *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*, Porto, Editorial Afrontamento, 1975, pp. 183-205, especialmente p. 187.

<sup>13</sup> Valentim Alexandre, «A questão colonial no Portugal...» in *O Império Africano...*, pp. 23-132, especialmente pp. 120-122.

<sup>14</sup> Valentim Alexandre e Cândida Proença, *A Questão Colonial no Parlamento*, respectivamente Volumes I (1821-1910) e II (1910-1926), Lisboa, Publicações D. Quixote, 2008, respectivamente 208 pp. e 488 pp.

<sup>15</sup> Cláudia Castelo, «Prefácio», «*O Modo Português de Estar no Mundo*». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Editorial Afrontamento, 1998, pp. 5-6, especialmente p. 5.

aparecimento de uma nova política internacional favorável à descolonização e que punha em causa este dogma vindo do século XIX, o regime salazarista foi obrigado a «lavar» a face relativamente à sua anacrónica lei sobre a administração das possessões ultramarinas. Neste sentido, Cláudia Castelo concluiu, da análise que fez da utilização do luso-tropicalismo pelo Estado Novo, que esta doutrina sociológica foi intencionalmente utilizada por este regime para mudar tudo aquilo que permanecera imutável na sua administração colonial e desta forma iludir a opinião pública, como aliás ficara demonstrado pela data escolhida para a visita a Portugal de Gilberto Freyre, dois meses depois da revisão constitucional, em Agosto de 1951<sup>16</sup>.

Posteriormente, as impressões desta viagem seriam passadas a escrito com o sugestivo título de *Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*<sup>17</sup>, procurando o livro em causa descrever as peripécias de uma viagem para promover o património ultramarino e a miscigenação racial. Para além de mero veículo de difusão de um regime providencialista e tutelar como foi o Estado Novo, a Agência Geral das Colónias/Ultramar especialmente na fase de arranque, entre 1924 e 1932, pretendeu através do seu periódico reproduzir alguns dos exemplos heróicos da memória colectiva oitocentista, num manancial de informação cívica que servia para formar uma elite necessária à portugalização de regiões e populações autóctones, à semelhança aliás do que acontecera com a propaganda de outras metrópoles da época<sup>18</sup>. Para demonstrar como a Agência Geral das Colónias foi decisiva na projecção dessa consciência imperial, vinte anos depois da fundação desta instituição, em Outubro de 1944, João de Castro Osório realçava o papel preponderante que esta Agência tivera «para a total revisão dos valores dessa época»<sup>19</sup>.

E a revisão dos princípios jurídico-políticos a partir de 1951, relativamente ao regime de administração colonial por parte das instituições internacionais, mormente da ONU, no que se referia à prática da exploração laboral e à discriminação racial, levou o Estado português a proceder a alterações na Lei-Básica de 1933, em especial na substituição da

---

<sup>16</sup> Cláudia Castelo, “Conclusão”, *Ibidem*, pp. 137-140, p. 138.

<sup>17</sup> Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina – Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1954, 453 pp.

<sup>18</sup> José Luís Lima Garcia, *A História do Boletim da Agência Geral das Colónias-Boletim Geral do Ultramar e a Propaganda Colonial: a acção do primeiro director, dr. Armando Cortesão (1924-1932)*, Guarda, Edição Policopiada, 1997, 267 pp.

<sup>19</sup> João de Castro Osório, «A acção cultural e a obra da Agência Geral das Colónias» in *O Mundo Português – Revista de Cultura e Propaganda da Arte e Literaturas Coloniais*, n.º 130, Outubro de 1944, vol. XI, pp. 375-380, especialmente p. 379.

terminologia referente aos territórios que até então utilizavam a denominação de «Colónias» e de «Império», para «Províncias Ultramarinas» e «Ultramar». Ainda, pelo regime do Estado Novo foi aceite a teoria sociológica do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre como instrumento de ciência para fins políticos, pressuposto reforçado a partir de 1961 com as reformas introduzidas por Adriano Moreira no ministério do Ultramar relacionadas com a maior participação dos indígenas na administração local. Mas todas estas reformas não foram suficientes para alterar o *status quo* de uma dominação fora de tempo. No princípio da década de sessenta, mais concretamente a 4 de Fevereiro de 1961, os movimentos emancipalistas das colónias pegaram em armas para alterar pela força esta «soberania retórica» do discurso salazarista de que Portugal era um Estado uno e pluricontinental, do Minho a Timor<sup>20</sup>. Nesta altura começaria também a decadência da Agência Geral do Ultramar, que culminaria com o final da publicação do seu *Boletim* no ano de 1970. Entretanto, tinha passado meio século de vigência desta Agência e quarenta e quatro anos de publicação ininterrupta dos quinhentos e trinta e cinco números do seu órgão escrito. Como ia longe o tempo em que o republicano Bernardino Machado, com o seu fervor nacionalista, afirmava nas páginas deste mesmo periódico:

Fazer a propaganda da nossa acção colonial é propugnar a causa do grande Portugal do futuro<sup>21</sup>.

A propósito desta expressão nacionalista, poder-nos-emos interrogar: seria que num período de cinquenta anos que durou a vigência da Agência Geral das Colónias/Ultramar o país procurara «propugnar pela causa do Portugal do futuro»? E teria sido a propaganda da nossa «acção colonial» durante o século XX a melhor forma de projectar esse mesmo futuro? Ou, pelo contrário, a defesa da ideia de «Império», sobretudo a partir da segunda metade do século passado, era já uma causa perdida e a preservação da integridade territorial uma questão de anacronismo e desfasamento temporal de Portugal face à comunidade internacional? As respostas a estas interrogações serão pois os resultados da investigação entretanto realizada e consubstanciada nos diversos capítulos que se seguirão após esta introdução metodológica.

---

<sup>20</sup> José Freire Antunes, *O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as Ideologias em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980, p. 61. Ainda, Amélia Neves do Souto, *Caetano e o Ocaso do Império*, Porto, Edições Afrontamento, 2007, 460 pp.

<sup>21</sup> Bernardino Machado, «Testemunhos de um ano de existência» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Junho de 1926, n.º 12, p. 4.





**Sede do Ministério das Colónias/Ultramar até 1967**

**Praça do Comércio**

**Lisboa**

# **PARTE I**

## **O IMPÉRIO PORTUGUÊS: IDEIA E INSTITUIÇÃO**



## I

### AS IDEIAS DE IMPÉRIO NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL

#### 1. O Contexto Internacional

##### 1. 1. A ideia de Império no discurso liberal da França e da Grã-Bretanha

No início da Segunda Guerra Mundial os dois impérios coloniais mais importantes eram os da França e da Grã-Bretanha, muito embora o primeiro não tenha tido a preponderância e a projecção mundial que a dominação inglesa alcançara, pelo facto do Governo de Paris se preocupar mais com os assuntos europeus, do que com a questão ultramarina. Esta preocupação continental da França não deixara de ter consequências na descontinuidade com que administrou os seus territórios de Além-Mar, a ponto de considerarmos, à semelhança aliás de Portugal, três «complexos» histórico-geográficos ao longo da sua diáspora expansionista encetada nos alvares da Época Moderna: um primeiro, o das «descobertas, viagens e sociedades esclavagistas (1534-1789)»; um segundo, o da «revolução, reconquista colonial e abolição da escravatura (1789-1870)»; um terceiro, o da «consolidação ultramarina até às independências (1870-1960)<sup>22</sup>.

Assim, na primeira fase, ao tempo de Francisco I, as viagens de Giovanni Verrazzano em 1524 ao litoral dos Estados Unidos da América e de Jacques Cartier ao Canadá (1534-1542) catapultariam a França para o reconhecimento do Novo Mundo. No século seguinte essas viagens continuariam, nos reinados de Luís XIII e Luís XIV, com o apoio dos negociantes dos principais portos franceses (Bordéus, Nantes e Marselha) que estabeleceram empresas comerciais que ajudariam à colonização da Nova França, actual Canadá, com a exploração do vale de S. Lourenço e a fundação das cidades de Québec (1608) e Montreal (1642) e, mais a sul, no Luisiana, na bacia do rio Mississipi (1682), com

---

<sup>22</sup> Nicolas Bancel, Pascal Blanchard e Françoise Vergès, «Les trois temps de la colonisation française» in *La colonisation française*, Toulouse, Éditions Milan, 2007, pp. 6-7.

a criação da cidade de Nova Orleães, em 1718, hoje integrada na estrutura territorial dos Estados Unidos da América<sup>23</sup>. Na região do Caribe, a França acabaria também por se fixar nalgumas parcelas insulares importantes como eram a Martinica e Guadalupe em 1635, Granada em 1650, Guiana em 1677 e S. Domingo em 1697, onde começaram a incentivar o plantio de monoculturas estratégicas como o tabaco e a cana-do-açúcar. Mas, estas actividades agrícolas exigiam mão-de-obra com fartura que não existia na zona, pelo que a administração francesa teve necessidade de criar feitorias na costa ocidental de África, nomeadamente no litoral do Senegal, para importar escravos que dessem produtividade a essas tarefas agrícolas nos trópicos antilhanos.

Mas os franceses nesta altura estavam ainda interessados numa área estratégica de especiarias e artigos de luxo exóticos que havia sido descoberta pelos portugueses no final do século XV (1498). Deste modo, a Índia constituía na altura uma zona de procura e exploração por partes das metrópoles europeias e a França não foi excepção a essa concorrência com a fundação em 1664 da Companhia das Índias Orientais e de entrepostos comerciais para tirar proveito desses negócios nas regiões de Pondicherry, em 1674, e Chandernagor, em 1684. Ainda sem a ligação pelo Mediterrâneo para o continente asiático, a rota pelo Índico do português Vasco da Gama acabava por ser, apesar de mais longínqua, a mais frequentada pelos negociantes e marinheiros ocidentais. E por causa da distância haveria que criar portos intercalares de escala, como aconteceu com as armadas lusas após Gama, que tinham no litoral moçambicano, desde Inhambane até à ilha de Moçambique, lugares para descansar e recuperar as tripulações exaustas por viagens tão longas e atribuladas. O mesmo sucederia com os franceses que para chegarem aos seus entrepostos indianos precisavam do apoio de rectaguarda no Oceano Índico, pelo que a ocupação criteriosa de duas ilhas, as de Bourbon e França, respectivamente rebaptizadas de Reunião e Maurícias, resolveriam o problema de logística da Marinha gálica. Entretanto, na Índia, a partir de 1720 e 1730, Joseph François Dupleix foi nomeado respectivamente membro dos Conselhos Superiores de Pondicherry e Chandernagor, culminando a sua ascensão política com a nomeação em 1742 para governador-geral de todos os estabelecimentos franceses nesta região<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Hubert Deschamps, «L' Empire Français» in *La Fin des Empires Coloniaux*, Paris, Presses Universitaires de France, 1969, pp. 33-40, especialmente pp. 33-34.

<sup>24</sup> Jacques Frémeaux, «França: Império e “Mãe Pátria”» in Robert Aldrich (Coordenação) – *La Era de los Imperios*, Barcelona, Editorial Blume, 2007, pp. 152-173, especialmente p. 152.

Segundo J. M. Roberts, o futuro para a hegemonia imperial passava pela política das superpotências da altura na Índia, sobretudo o apoio indirecto que estas metrópoles pudessem dar aos príncipes hindus rivais<sup>25</sup>. E foi essa política do «dividir, para reinar» com os autóctones que desembocaria em 1744, em Carnatic, num primeiro confronto armado, de mais dois que ocorreriam nesta zona até ao ano de 1763, entre os exércitos franco-britânicos. A rivalidade entre os interesses económicos das companhias majestáticas haveria de levar o conflito asiático, para um mais global, a guerra dos «Sete Anos» (1756-1763), entre a Grã-Bretanha e a França, onde os interesses por um maior controlo territorial estivessem em causa:

*En realidad, antes de su inicio, no había habido una remisión de los combates en la India, pese a que oficialmente, Francia y Gran Bretaña estaban en paz desde 1748. La causa francesa había prosperado bajo un brillante gobernador francés de Carnatic, Dupleix, quien causo una gran alarma entre los británicos por su ampliación del poder francés entre los príncipes nativos mediante la fuerza y la diplomacia<sup>26</sup>.*

A ameaça do «poder francês» na Índia era tal que o governo inglês declarou guerra à sua rival, guerra que no ano imediato se alastraria à Europa, durante sete anos, e que acabaria por ser prejudicial aos interesses expansionistas de Paris, pois estes claudicaram ao potencial mais forte do exército dos generais Clive, na Índia, e Wolfe, no Canadá (Quebec), e ainda noutras regiões como nas Antilhas, no Mediterrâneo e no Atlântico africano<sup>27</sup>. Um outro factor importante foi, segundo Niall Ferguson, a capacidade de pedir empréstimos ao mercado financeiro para custear as despesas entretanto ocasionadas com a guerra<sup>28</sup>. Numa posição de vulnerabilidade, a França foi obrigada a aceitar as reivindicações territoriais da Grã-Bretanha, dando-se um retrocesso nas posições anteriormente tuteladas no «xadrez» e nas zonas de influência compartilhadas nos continentes americano e asiático. De acordo com Alejandro Colás, esta guerra assemelhou-se a uma espécie de conflito mundial setecentista em que estava em causa a repartição do Mundo pelos impérios britânico e francês<sup>29</sup>. Ganhara o império de «Sua Majestade» pelo que o Tratado de Paris, de 1763, pusera termo à Guerra dos Sete Anos e obrigara a França a

<sup>25</sup> J. M. Roberts, «O Asalto de Europa al Mundo» in *Historia Universal – III. La era del imperialismo europeo*, Madrid/Barcelona, RBA Edipresse, 2009, pp. 73-100, especialmente p. 83.

<sup>26</sup> J. M. Roberts, *Idem, Ibidem*, p. 83.

<sup>27</sup> David Mountfield, «Comércio e Império – 1689-1783» in *História da Grã-Bretanha*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1980, pp. 74-83, especialmente p. 81.

<sup>28</sup> Niall Ferguson, «Por qué Gran Bretaña? - Guerreros» in *El Imperio Británico – Cómo Gran Bretaña forjó el orden mundial*, Barcelona, Random House Mondadori, 2006, pp. 37-89, especialmente p. 71.

<sup>29</sup> Alejandro Colás, «Imperio y Mercado» in *Imperio*, Madrid, Alianza Editorial, 2009, pp. 97-149, especialmente p. 110.

renunciar às seguintes possessões: à Nova França (Quebec e Montreal) e a todos os territórios americanos da faixa leste da bacia do Mississipi; às ilhas açucareiras do Caribe, designadamente Maria Galante e metade da ilha de S. Domingos, e ao fim do monopólio da Companhia das Índias Ocidentais; às ilhas de Cuba e das Filipinas, dos aliados espanhóis, com a respectiva perda de influência nestas zonas; aos entrepostos indianos, como a fortaleza de Gingee e o entreposto de Pondichéry<sup>30</sup>.

Esta contrariedade não desmoralizaria a elite do Antigo Regime francês, nem a sua opinião pública. Tal como os estrategos hodiernos que para «avançar» precisam por vezes de «recuar», as ambições coloniais ficaram subjacentes na consciência colectiva dos políticos, soldados, mercadores e missionários da «Corte Solar», que com Luís XVI procuraram nos poucos anos do seu absolutismo decadente, retomar o orgulho ferido da nação gaulesa acoçada pelo seu vizinho insular mais próximo. Ao aliar-se aos colonos na luta pela independência dos Estados Unidos, a França seguraria a oportunidade para a «desforra» mas, também, para em nome da «igualdade», «liberdade» e fraternidade» exportar um conjunto de ferramentas ideológicas que iria permitir que a primeira colónia no Mundo se emancipasse do seu colonizador, iniciando um processo irreversível que culminaria com as primeiras independências do início da Época Contemporânea.

Portanto, o fluxo expansionista gálico «embalado» pelo novo aliado americano contra a hegemonia britânica iria permitir que a França restaurasse a soberania no Tobago e no Senegal, em 1782, e recuperasse o tráfico com as Índias Ocidentais e Orientais com produtos tão valiosos como o açúcar, o algodão e o café, ocasionando que em 1788, um ano antes da Revolução, a França ultrapassasse em lucros a balança comercial da Grã-Bretanha, confirmando, contraditoriamente, uma prosperidade económica sem igual, num período político e social muito conturbado. De acordo com Cécile Vidal, nesta conjuntura o império francês diferenciava-se de todos os outros na América pelo facto de, muitas das vezes, a sua aniquilação não resultar de acções independentistas conduzidas por uma elite branca, mas de vendas e desagregações territoriais, num contexto de rivalidades e concorrências expansionistas pelo controlo estratégico de determinadas áreas e regiões. Por esse facto, esta investigadora considerava que este primeiro período da diáspora (dos finais do século XVI ao XVIII), sobretudo no tempo que ia desde o Tratado de Paris, de 1763,

---

<sup>30</sup> Niall Ferguson, *op. cit.*, p. 71. Também, Jacques Levron, «O Rei Sol – Os ministros e a sua obra» in *História de França*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1978, pp. 61-68, especialmente pp. 65-66.



em que a França era obrigada a ceder o Canadá à Grã-Bretanha, após a derrota na guerra dos «Sete Anos», até 1803, altura em que vendeu a Luisiana aos Estados Unidos da América, se deveria considerar em termos conceptuais como o de «formações imperiais», mais do que propriamente um «império», pelo facto de que «a expressão permite sublinhar que os impérios foram edificados pelo reconhecimento de contínuas transformações e negociações»<sup>31</sup>

No segundo período expansionista, o da «revolução, reconquista colonial e abolição da escravatura (1789-1870)», como o nome indicava o império deixava de estar sobre a «órbita» do Antigo Regime monárquico e absolutista, mas passava a estar associado à revolução e à república bonapartista. No centro da revolução, após a destituição de Luís XVI, uma Assembleia Constituinte que contraditoriamente aprovaria a «Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão» atribuindo uma nova responsabilidade cívica ao habitante europeu francês, mas que se negava a abolir o estatuto da escravatura para muitos africanos resgatados e enviados para as possessões das Antilhas e da América do Norte. Portanto, na prática os princípios de uma liberdade plena para todos os cidadãos franceses não resultavam, apesar da campanha dos filósofos da *Ilustração* como Condorcet, Voltaire e Montesquieu e da militância dos elementos da Sociedade dos Amigos dos Negros que advogavam a abolição da escravatura. Assim, no centro das preocupações das autoridades revolucionárias estavam dois pressupostos que, para o exterior, poderiam consolidar a credibilidade da França, como metrópole colonial: «abolir a escravatura» e «aplicar as mesmas leis no ultramar e na metrópole»<sup>32</sup>.

Estas hesitações e as medidas titubeantes da Assembleia Legislativa para com os direitos cívicos das populações ultramarinas haveriam de ser fatais para os interesses franceses nos trópicos. Somente em 1794, cinco anos depois do Terceiro Estado haver saído à rua, um parlamento mais radical, sob influência de Robespierre, decidiu abolir a escravatura, mas esta medida já não preveniu a guerra que os britânicos tinham declarado ao rival revolucionário, desde o ano de 1793, com a conseqüente ocupação de várias ilhas do Caribe e perda dos enclaves da Índia. Como ainda não impediu que numa parte da ilha de S. Domingos, actual Haiti, uma rebelião chefiada por Toussaint Louverture pusesse em

---

<sup>31</sup> Cécile Vidal, «Amériques: la fin de l' empire français» in *L' Histoire – La Fin des Empires Coloniaux – De Jefferson à Mandela*, Paris, Sophia Publications, Les Collections de l' Histoire n.º 49, de Octobre-Décembre 2010, pp. 22-25, especialmente p. 23.

<sup>32</sup> Nicolas Bancel, Pascal Blanchard e Françoise Vergès, «Les trois temps de la colonisation...», *op. cit.*, p. 6.

causa a soberania de Paris naquelas paragens e desse motivo para que se iniciasse um movimento que culminaria na independência daquela possessão em 1804<sup>33</sup>.

Entretanto, entre 1795 e 1799, emergiria em França um governo autoritário, denominado Directório, que em aliança com os militares foi responsável por uma nova Constituição que reforçaria os interesses da burguesia e a manteria conjuntamente livre quer do absolutismo, do antigo regime monárquico, quer do jacobinismo republicano revolucionário. Nesse hiato de tempo, mais concretamente em 1798, Napoleão Bonaparte preparou uma expedição ao Egipto que tinha em vista intimidar o poderio naval dos britânicos, junto do Mediterrâneo, e condicionar a influência que o mesmo exercia junto de uma plataforma abarcando o sul da Europa, o norte de África e o oriente Asiático, plataforma aliás que, em 1869, com a inauguração do canal do Suez, desempenharia um papel crucial nas ligações com a Índia, rivalizando em tempo e distância com a antiga rota do Cabo<sup>34</sup>.

Mas o gesto intemorato do oficial corso redundaria num fracasso, com a destruição parcial, um ano depois, da frota francesa pela armada do almirante Nelson e o regresso abrupto de Napoleão à Europa. A aventura egípcia terminaria, sem honra nem glória, em 1801, com a rendição das últimas forças expedicionárias. Em Março de 1802 seria finalmente rubricado com a Grã-Bretanha o tratado de paz de Amiens, que obrigaria a França a retirar dos estados papais e a delimitar as fronteiras da Guiana. Já como cônsul, Napoleão não retirara grandes ilações do desastre em terras do Nilo e contraditoriamente à ideologia da Revolução adoptará uma política conservadora, semelhante à do antigo regime monárquico, relativamente ao seu império ultramarino. Assim, vai restaurar os princípios escravagistas como suporte laboral para a economia das matérias-primas agrícolas tropicais (1802) e voltará a reocupar a ilha de São Domingos, prendendo e extraditando para a Europa um dos seus chefes, Toussaint Louverture, e adiando a independência desta possessão para o ano de 1804. A ânsia de derrotar os britânicos para os expulsar da Índia e as diversas frentes de combate (da Península Ibérica à Rússia) vão enfraquecendo o domínio napoleónico. Mau grado os reconhecimentos e os *raids* que fizera a regiões inóspitas como Argélia, Síria e Pérsia, o império ultramarino cairá com a perda da sua hegemonia na Europa e, em 1814, não restava mais nada, a não ser o

<sup>33</sup> Cécile Vidal, «La Première République Noire», *op. cit.*, p. 25.

<sup>34</sup> Jacques Levron, «A Revolução e o Império», *op. cit.*, pp. 78-93, especialmente pp. 85-86.

«derramamento de sangue» e os «transtornos» que levou a todos os lugares do mapa por onde passou essa fantasia neocarolíngia de nos tempos contemporâneos pretender criar um império à semelhança dos seus antepassados medievais<sup>35</sup>.

O Tratado de Paris de 1814 dava por terminada a guerra da França com a Grã-Bretanha e com os outros inimigos desta coligação antinapoleónica (Áustria, Prússia, Rússia e Suécia). Este facto permitia a restauração da dinastia Bourbon com a subida ao poder do rei Luís XVIII e o exílio de Napoleão para a ilha de Elba. O acordo não penalizara muito a França com reparações e perdas de territórios, mantendo aliás as colónias que possuía até ao ano de 1789, à excepção apenas da ilha de França (Maurícias), no Oceano Índico, e Santa Lucia e Tobago, no Caribe, que passavam para a posse da Grã-Bretanha<sup>36</sup>. A partir de então e até 1830 os governos franceses procuraram reconstruir o seu império, recuperando aquelas possessões que consideravam mais importantes a nível estratégico e económico. A posse desse núcleo central de colónias, muitas delas vindas já da Época Moderna, fizera com que a opinião pública considerasse essas parcelas de «velhas colónias», incluindo nesse rol territórios como a Martinica e a Guadalupe na América Central, o Senegal e a ilha Reunião em África, e os enclaves indianos de Chandernagore e Pondichéry na Ásia.

Deste modo, entre 1815 e 1830, os esforços dos diversos governos foram o de recuperar esse património que já havia pertencido à França, diversificando a partir dessa última data os seus interesses para outros pontos, nomeadamente para o norte de África, onde conseguiram resgatar a cidade de Argel à influência turca otomana. O resto da ocupação da Argélia fora feita desde a Monarquia de Luís Filipe até à Terceira República, tendo o movimento expansionista se estendido a outras regiões, nomeadamente, às Comores (1841), Taiti (1841), Marquesas (1843) e Nova Caledónia (1853) na Oceania, Senegal (1854-1865) em África, Saigão (1859) e Cambodja (1863), na Ásia. Ainda neste período, em 1848, durante a vigência da Segunda República, tinha sido definitivamente abolida a escravatura, após o restabelecimento feito por Napoleão em 1802, contraditando a primeira abolição feita logo a seguir à Revolução, em 1794<sup>37</sup>.

<sup>35</sup> J. M. Roberts, «Cambio Político en una Era de Revolución», *op. cit.*, pp. 168-195, especialmente pp. 190-191.

<sup>36</sup> Jacques Frémeaux, «França: Reconstrução» in Robert Aldrich (Coordenação), *La Era de los ...*, p. 155.

<sup>37</sup> Henri Wesseling, «La première moitié du XIX siècle, 1815-1870 – La France» in *Les empires coloniaux européens – 1815-1919*, Paris, Éditions Gallimard, 2009, pp. 141-233, especialmente pp. 155-156.

Finalmente, em 1870, entrara-se no último período da «colonização francesa» com a «consolidação» até às independências, no ano de 1960, de um império que se ia tornar o segundo mais amplo e poderoso do Mundo, logo a seguir ao império britânico. Para isso contribuiu, na opinião de Hubert Deschamps, a chegada ao poder de uma burguesia «oportunista», representante dos interesses comerciais e industriais da época que induziram o maior surto de expansionismo territorial para além da Europa<sup>38</sup>. A consolidação do império não fora um projecto unânime que envolvesse toda a nação gaulesa, pois no século XIX muitos dos seus cidadãos desconheciam toda a geografia que estava para lá do seu *habitat* e não estavam muito habituados a emigrar ou reagiam mal à agressividade dos climas tropicais e, os poucos que o faziam, muitos deles eram rotulados de «inadaptados sociais», que não estavam bem em parte alguma e procuravam realizar-se noutros lugares. Basta salientar que dos colonos que foram para o norte de África, principalmente para a Argélia, só metade era oriunda de França, provindo o restante de territórios da orla mediterrânica (Espanha, Itália, Malta)<sup>39</sup>.

A França acabara de sair de mais uma guerra, agora com o seu vizinho prussiano e o tratado de Francfurt assinado em Maio de 1871 não lhe fora favorável, sobretudo no retrocesso de algumas linhas de fronteira na Alsácia e Lorena e na avultada indemnização de cinco milhões de francos, pelo que esses factos criaram uma grande animosidade contra os alemães, que iria permanecer na consciência colectiva destes até ao deflagar em 1914 da Primeira Guerra Mundial, como forma de «contas a ajustar» pela humilhação sofrida quatro décadas antes. Daí que o novo governo de «Defesa Nacional», presidido por Jules Ferry, tentasse levantar a moral e galvanizar os humilhados correlegionários para outras tarefas que lhe voltassem a dar o orgulho patriótico de outros tempos da descoberta e ocupação do Novo Mundo. Logo, a compensação colonial de acrescentar fronteiras a uma metrópole delapidada delas poderia ser um bom lenitivo para cicatrizar esta ferida moral, pelo que com os governos de Ferry, Gambetta e outros se levou a cabo uma importante obra colonial, com a ocupação do Congo, por Brazza (1879), com a formação da colónia do Sudão/Mali (1880), com a soberania sobre o protectorado da Tunísia (1881), com a instalação na Costa do Marfim (1883), com a ocupação de Aname e do Tonquim (1885),

---

<sup>38</sup> Hubert Deschamps, «L' Empire Français», *op. cit.*, p.35.

<sup>39</sup> Jacques Frémeaux, «O Grupo de Pressão Colonial», *op. cit.*, p. 158.

na Ásia, com o início da conquista do Daomé (1892), com a dominação de Madagáscar (1895)<sup>40</sup>.

Jules Ferry não foi só o responsável pelo *boom* do expansionismo francês contemporâneo, mas também um dos ideólogos do imperialismo, na linha aliás de outro teórico cuja obra foi precursora da ação que este político tivera a partir de Setembro de 1880, quando exerceu pela primeira vez a presidência do Governo. A obra de Paul Leroy-Beaulieu publicada em 1874, sobre *De la colonisation chez les peuples modernes*<sup>41</sup>, foi uma referência no último quartel do século XIX, pois estabelecia vários pressupostos importantes sobre a forma como a França administrava e explorava as suas parcelas tropicais. Considerava que havia uma distinção entre colónias «antigas» e «novas», pois relativamente às primeiras haveria uma «exportação de pessoas», enquanto nas segundas apenas uma «exportação de capital». Assim, para o investigador Bernard Lugan a tese de Beaulieu era de que «a colonização francesa devia fazer dos colonizados, não súbditos, mas parceiros do Progresso com os quais seria possível partilhar os proveitos económicos da operação. Ainda seria alcançada a síntese entre o universalismo das Luzes e o interesse económico recíproco bem abrangido»<sup>42</sup>.

No fim de contas a idiossincrasia imperial francesa na altura pretendia fazer a síntese entre colonização e revolução, república e império, situações que a todos os governantes se punham após os acontecimentos revolucionários de 1789. E quando Jules Ferry teorizava sobre o império, no discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 1885, considerava três tipos de razões para fazer a política colonial e suplantar esta grande contradição ideológica que o regime por vezes ignorava: a república iguala, liberta e confraterniza com os cidadãos na metrópole, mas nas colónias discrimina, oprime e brutaliza os indígenas. E os pressupostos acima referidos para fazer uma política colonial equilibrada assentavam em razões «económicas», «humanitárias» e «políticas»: na perspectiva «económica» Ferry acreditava numa «colonização moderna, orientada para a exportação de capital e de mercadorias e não na exportação de pessoas»; na «humanitária», entendia que as «raças superiores» tinham o dever de «civilizar» as «raças inferiores»; na «política», considerava

<sup>40</sup> Jacques Levron, «da Derrota à Vitória» in *História de...*, Lisboa, pp. 103-104.

<sup>41</sup> Paul Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*, Paris, Éditions Guillaumin, 1874, 616 pp.

<sup>42</sup> Bernard Lugan, «Une idée de gauche réalisée par la droite» in *La Nouvelle Revue d' Histoire – L' Afrique – Des Colonies à l'indépendance*, Paris, Société Histoire et Mémoire, n.º 1, Automne de 2010, pp. 24-26, especialmente p. 24.

que a França deveria «reconquistar» a sua «antiga glória» e recuperar o seu «lugar» no Mundo<sup>43</sup>.

No movimento expansionista estas ideias de Ferry foram também aproveitadas para o lançamento em 1890, cinco anos depois da Conferência de Berlim, de um «Partido Colonial», não com a aceção de uma organização para disputar o poder político, mas com afinidades ideológicas que permitissem lutar pela causa ultramarina através da divulgação e da persuasão. Daí que, por uma questão de chauvinismo, uma série de grupos se formaram nesta ocasião para cumprir esse desiderato patriótico, nomeadamente os seguintes: Comité da África Francesa (1890); União Colonial (1893); Comité da Ásia Francesa (1901); Comité de Marrocos (1904). Também, na Câmara dos Deputados e no Senado havia um «grupo colonial» para reclamar o expansionismo para terras de Além-Mar. O seu chefe incontestável foi um francês nascido na Argélia, Eugène Napoléon Étienne, que em 1881 foi eleito deputado por Oran, e após quarenta anos chegaria mesmo ao Senado, em 1919, locais onde como presidente do «Grupo Colonial» exerceu a sua influência de legislador e de representante dos homens de negócios ultramarinos<sup>44</sup>. A par da carreira nas câmaras legislativas, Étienne, também conhecido pelo «Mister Chamberlain Francês», ainda desempenhou importantes funções políticas, tendo em 1887 sido nomeado subsecretário de Estado das Colónias, no ministério da Marinha. Entre 1905 e 1906, chegaria a ministro da Guerra e a vice-presidente em 1914, da Comissão de Preparação da França na Primeira Guerra Mundial<sup>45</sup>.

Para reforçar esse interesse pelo império ultramarino<sup>46</sup>, a França precisava de conquistar a opinião pública, e, a partir de 1880, esta e o *lobby* colonial passaram a utilizar a propaganda, como uma técnica de convencimento, que procurava promover sobretudo quatro metas: interesse do país pela ideia colonial; estímulo da juventude para as questões ultramarinas; incentivo das trocas comerciais entre a Metrópole e as Colónias; reforço da legitimação do princípio da «missão civilizadora» dos indígenas. Mas até ao início da Primeira Guerra Mundial, mesmo com publicidade e propaganda, a mensagem não passou,

---

<sup>43</sup> Henri Wesseling, «L' impérialisme Moderne: Théorie: Typologie des impérialismes nationaux La France» in *Les empires coloniaux...*, pp. 247-279, especialmente pp. 256-257.

<sup>44</sup> Daniel Rivet, «Le Temps de l'Algérie Française, 1870-1930» in *Le Maghreb à l'épreuve de la colonisation*, Paris, Éditions Hachette Littératures, 2002, pp. 173-209, especialmente p. 185.

<sup>45</sup> Marc Lagana, «Les Grandes Chefs du Parti Colonial – Eugène Napoléon Étienne» in *Le Parti Colonial Français: éléments d'histoire*, Québec, Presses Universitaires de Québec, 1990 pp. 37-62, especialmente pp. 51-62. Reedição em 2005.

<sup>46</sup> Raoul Girardet, «L'Apothéose de la plus grande France: L' idée impériale et son affirmation» in *L' idée coloniale en France de 1871 à 1962*, Paris, Hachette Littératures, 2009, pp. 175-199, especialmente pp.185-195.

pelo que os franceses se mostravam desinteressados pelo seu património colonial. Nesta altura, por causa do papel relevante que tivera a «força negra», melhor dizendo, os soldados africanos que combateram ao lado da França, no confronto com a Alemanha, despertara uma onda de interesse e curiosidade sobre tudo o que dizia respeito ao Império<sup>47</sup>. E, assim, todos os meios serviram para passar a divulgar a paisagem física e humana desses territórios, designadamente artigos de jornal, cartazes, conferências, documentários, exposições, filmes, mostruários, músicas, peças de teatro e postais<sup>48</sup>.

Remontava também a esta altura, 1919, a criação, sob patrocínio do ministério das Colónias, e com a ajuda do *lobby* da Liga Marítima e Colonial, da «*Agence Générale des Colonies*», departamento estatal encarregue da informação e da divulgação de todos os assuntos relacionados com os territórios do Ultramar. Esta instituição serviria aliás de modelo, cinco anos depois, a uma similar que foi criada em Portugal, em 1924, já no final do regime republicano e que por coincidência tinha também a mesma designação, servindo de tema de análise da investigação que realizamos sobre o Império Português. Depois da extinção desta primitiva Agência, em 1934, por questões de funcionamento, foi criada três anos depois uma nova estrutura que se passou a chamar «*Service Intercolonial d'Information et de Documentation*». Em 1941, durante a ocupação alemã e sob as ordens do Governo de Vichy, a instituição devotada ao Império foi fruto de nova reformulação e passou a chamar-se «*Agence Économique des Colonies*», funcionando nos mesmos moldes e com os mesmos departamentos e funcionários até ao final da Segunda Guerra Mundial. Após 1945, este organismo adoptou até à descolonização o nome de «*Agence Économique de la France d'Outre-Mer*», mantendo a sua actividade propagandística, num império ilusoriamente pacificado, em associações e institutos coloniais, como os de Bordéus, Lille, Lyon, Marselha, Montpellier e Paris<sup>49</sup>. Sandrine Lemaire, uma investigadora que em 2000 apresentou uma tese de doutoramento sobre esta Agência, no Instituto Universitário

<sup>47</sup> A ideia da constituição deste corpo de tropas africanas partiu da iniciativa do coronel Mangin, em 1910, e foi posta em prática em 1912 quando a situação política da Europa se começou a agravar. Apesar de o recrutamento não ter funcionado da melhor forma, mesmo assim para o conflito de 1914 foram mobilizados 180.000 atiradores senegaleses e, nos quatro anos em que decorreu o conflito, morreram 30.000, número de baixas semelhante ao das tropas metropolitanas. Vide Charles Vaugeois, «Lieutenants et capitaines» in *La Nouvelle Revue d'Histoire – L'Afrique – Des Colonies à l'...*, pp. 29-31, especialmente p. 31.

<sup>48</sup> A Exposição Colonial Internacional de Vincennes, realizada em Paris, em 1931, marcava nesta viagem imaginária da «volta ao Mundo num dia» a apoteose da divulgação dos impérios coloniais hodiernos, sobretudo do império francês. A propósito deste evento vide Catherine Hodeir e Michel Pierre, *L'Exposition Coloniale – 1931 – la memoire du siècle*, Bruxelles, Editions Complexe, 1991, 160 pp.

<sup>49</sup> Nicolas Bancel, Pascal Blanchard e Françoise Vergès, «La propagande coloniale en métropole» in *La colonisation...*, pp. 38-39.

Europeu de Florença<sup>50</sup>, tinha uma ideia original sobre esta e o «mito perene» que fora a hegemonia francesa no Mundo:

*L'omniprésence de l'Agence, dans le temps, dans l'espace, dans les supports, dans les relais, permet de concevoir la création d'un espace mental basé sur des éléments disponibles au sein de la société et qui ont permis que fonctionne la fiction: supériorité de la culture occidentale, de la civilisation, du système économique, détention des clés du progrès. La dimension pédagogique est un bon indicateur de cette imprégnation, notamment lorsqu'on s'attache aux images entrées progressivement dans l'univers scolaire via manuels, planches pédagogiques, proteges-cahiers ou cartes géographiques...La propagande coloniale tenta d'assurer la pérennité d'un système et, en cela, la censure exercée sur les failles du système et surtout sur les réalités répressives permettait d'offrir un terrain d'entente pour tous les partis politiques et toutes les strates de la société. Chacun reconnaissait dans la colonisation, telle qu'elle était présentée, la validité du système républicain et surtout sa légitimité et sa générosité à vouloir étendre ses principes civilisateurs dans le monde. Grâce à la tutelle protectrice de la France, les peuples sans histoire, donc sans civilisation, pouvaient quitter la barbarie, les ténèbres, le paganisme, l'ignorance<sup>51</sup>.*

Deste modo, o «Partido Colonial» possuía a sua idiossincrasia relativamente aos interesses sobre as suas próprias parcelas imperiais, tendo a noção, numa conjuntura em que se vivia os efeitos da «era das revoluções», quais das regiões do Globo onde fora importante a presença francesa. E no conjunto do império até aos finais do século XIX, os colonialistas, homens de negócios e políticos, sabiam bem que o continente mais importante a apostar seria o africano, vindo depois o asiático e, finalmente, o americano caribenho. Esta perspectiva de, através da África, a França se tornar o maior império foi passada por estas associações colonialistas aos próprios governos, de direita e esquerda, que começaram a centrar o «coração» do império na África do Norte, mais concretamente no Magreb, através de uma muralha de parcelas e protectorados cujo pilar principal era a Argélia, a terra de nascimento de Eugène Étienne, o elemento mais destacado desse movimento de propaganda ultramarina. Ora a soberania junto dessa «jóia» da Revolução deveria ser reforçada com a extensão do domínio a leste e a oeste, pelo que a partir de 1881 os interesses franceses se deveriam alargar respectivamente à Tunísia e a Marrocos, como

<sup>50</sup> Sandrine Lemaire, *L'agence économique des colonies. Instrument de propagande ou creuset de l'idéologie coloniale en France (1870-1960)?*, Florence, Institut Universitaire Européen, 2000, 917 pp.

<sup>51</sup> Sandrine Lemaire, «Propager: L'Agence Générale des Colonies» in Pascal Blanchard et Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale – La France conquise par son Empire – 1871 - 1931*, Paris, Éditions Autrement – Collection Mémoires n.º 86, 2008, pp. 137-147, especialmente pp. 144-147.



consolidação dessa «parede» mediterrânica que numa plataforma tricontinental estava perto da Metrópole<sup>52</sup>.

Para que o desiderato imperialista se concretizasse havia necessidade de estabelecer um plano semelhante ao «Mapa Cor-de Rosa» português, neste caso chamar-lhe-íamos um «Mapa Tricolor» que estendesse a soberania gaulesa desde a África Setentrional à Meridional, através de um corredor que ligasse a Argélia ao Gabão, mas também da parte Ocidental à Oriental onde estrategicamente o lago Tchad seria o aglutinador entre o Senegal, o Mali e esta região lacustre. Mas estes projectos esbarrariam com a conveniência de outros concorrentes, que com a implementação do direito de ocupação iniciado com a Conferência de Berlim já possuíam interesses na zona a ocupar, como era o caso dos impérios alemão, britânico e português, que já eram detentores de territórios respectivamente nos Camarões, no Sudão e na Guiné<sup>53</sup>. O império francês coevo fora assim construído pela força contra os interesses locais dos indígenas e das metrópoles europeias. A ocupação da Argélia, entre 1839 e 1857, a de Marrocos, entre 1906 e 1934, a da África Ocidental entre 1880 e 1897, a de Madagascar, entre 1883 e 1895, a da Tunísia, entre 1881 e 1883, a de Annam e Tonquim, entre 1882 e 1896, foi conseguida através de infindáveis conflitos onde tomaram parte, sobretudo, os soldados do exército de África e as tropas da Marinha<sup>54</sup>.

As outras armas do Exército recusavam-se a ir combater para fora da Europa, pois consideravam que era neste continente que se encontrava o verdadeiro perigo com a presença tão próxima de potências como a Alemanha e a Grã-Bretanha, que era necessário vigiar e preparar para um eventual conflito à escala planetária. E de facto, duas décadas depois, no primeiro quartel do século XX, a França estava sentada à mesa de Versailles, repartindo o que ficara de duas antigas hegemonias que se desagregaram com o final da Primeira Guerra Mundial. A distribuição sob a forma de mandatos dos despojos dos impérios alemães e turcos, nomeadamente de metade do Togo, grande parte dos Camarões, da Síria e do Líbano, fizera com que a França reforçasse a sua importância imperial. Não se confirmavam as palavras premonitórias do nacionalista Maurice Barrès, em 1890, de que era necessário «fundar em África o maior império colonial do mundo», mas a França, no período entre as duas Guerras, era seguramente um dos principais impérios europeus<sup>55</sup>.

<sup>52</sup> Henri Wesseling, «L' impérialisme Moderne: Théorie: Typologie des impérialismes nationaux - La France» in *Les empires coloniaux...*, pp. 259-260.

<sup>53</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>54</sup> Jacques Frémeaux, «Como adquiriu a França as Colónias», *op. cit.*, pp. 160-164.

<sup>55</sup> Henri Wesseling, «L' impérialisme Moderne...» in *Les empires coloniaux...*, p. 260.

Com a Segunda Guerra Mundial, a questão da preservação da integridade territorial do Império tornou-se num «quebra-cabeças» dos dirigentes e da opinião pública francesa, e perante o evoluir da situação, com a Alemanha a crescer cada vez mais militarmente, havia quem advogasse que o Governo deveria sair para o exterior, para uma das suas parcelas ultramarinas, como acontecera com Portugal, no início do século XIX, quando a Corte com o príncipe regente D. João trocou Lisboa, pelo Rio de Janeiro, perante o avanço das tropas napoleónicas. Mas a perspectiva de ficar ganhou, pelo que o Governo do almirante Pétain, com a desculpa da salvaguarda imperial, assinou um armistício com a rival Alemanha, atitude que caiu mal junto da oposição gaulista e dos aliados de guerra, que entendiam que para a salvaguarda da Metrópole e das Colónias era necessário que toda a nação francesa entrasse no conflito. Foi com esta estratégia belicista que o general de Gaulle conseguiu que cidadãos das parcelas da África Ocidental e Equatorial e dos mandatos asiáticos do Líbano e da Síria engrossassem as fileiras do exército britânico para lutar contra a coligação franco-germânica de Vichy. Mais tarde, em 1942, os territórios de Argélia e Marrocos serviram de base a uma coligação internacionalista de tropas anglo-americanas que libertaram a França do domínio nazi e reforçaram o papel dos Aliados na restante Europa e no Mundo, para a reposição de uma *entente* democrática, facto que aconteceria a 8 de Maio de 1945, quando a Alemanha finalmente se rendeu<sup>56</sup>.

No pós-Guerra, com a constituição da Quarta República, por referendo, em 13 de Outubro de 1946, os franceses pressionados pelos parlamentaristas da Resistência votaram uma nova Constituição que apesar de abandonar a terminologia «Império», continuava a salvaguardar a integridade territorial, com uma expressão, «União Francesa», mais adequada aos novos tempos independentistas, mas mantendo no conteúdo a mesma idiossincrasia herdada de há séculos a esta parte. Na discussão, sobre como deveria ficar redigido este património ultramarino e sobre os direitos de cidadania a dar às suas populações, houve mesmo um deputado que perante a Assembleia, em 27 de Agosto de 1946, fizera uma curiosa afirmação acerca do papel da França, face à nova conjuntura internacional: «*si nous donnions l'égalité des droits aux peuples coloniaux, nous serions la colonie de nos colonies*»<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> Jacques Levron, «A Época Contemporânea-Segunda Guerra Mundial» in *História de ...*, pp. 114-123, especialmente pp. 117-119.

<sup>57</sup> Édouard Herriot, «Intervention du 27 de Août 1946» transcrita por Bernard Lugan no artigo «De l'union française (1946) aux...», *op. cit.*, p. 40.

Em 1949, num inquérito feito à população francesa, 81% continuava a pensar que era útil para os interesses do país ser detentor de parcelas fora da Europa. Os próprios governantes, mormente, em 1953, o ministro do Interior do Governo de Pierre Mendès-France, François Mitterrand, com o chauvinismo próprio que lhes era característico, considerava que a França, logo depois dos Estados Unidos da América e da União Soviética, se poderia considerar, em população e área, desde «o Congo, ao Reno», a terceira maior potência, mas não explicando como nesta autotaxação se omitia o nome da Grã-Bretanha, país que até ao começo da Segunda Guerra, com os mandatos atribuídos pela Sociedade das Nações, era considerado o maior império do Mundo<sup>58</sup>. Até ao começo do conflito da Argélia, em 1954, o sentimento de uma «cultura imperial» era um dado adquirido e mesmo, em termos políticos, uma realidade imutável para os governantes e a opinião pública francesa. Mas, o atraso das reformas que só se verificaram quatro anos depois do começo desta guerra, quando Charles de Gaulle entendeu que a via reformista da concessão do sufrágio universal e das ajudas económicas poderiam ser medidas que atenuassem o carácter revolucionário da Frente de Libertação Nacional e adiassem por mais algum tempo a independência daquela colónia, fundamental para o controlo do Mediterrâneo e da passagem da Europa para a Ásia.

O que de facto não acontecera, pois a guerra prolongar-se-ia até 1962, com grande desgaste para o exército francês que, face ao nacionalismo incendiário da frente argelina, teve que usar da repressão e tortura, medidas de um belicismo extremo que contraditoriamente iam contra os princípios libertários desta Nação<sup>59</sup>. Todo este clima de terror acabaria por empalidecer a descolonização de África, apesar de Paris nas outras regiões a sul do Saara ter dado a liberdade, num espaço de tempo que vai de Janeiro a 28 de Novembro de 1960, a catorze países que integravam, desde 1958, a comunidade francófona de territórios, preciosismo literário para um património que até ao final da Segunda Guerra Mundial se designava simplesmente por «Império»<sup>60</sup>. Longe vão os tempos em que a França territorialmente ombreava com a Grã-Bretanha. Sem a Argélia e sem a restante África, o que seria este país, no limiar da segunda metade do século XX? Segundo Edgar Faure, presidente do Conselho de Ministros em 1955, a França nesse

<sup>58</sup> Jacques Frémeaux, «França: Império e “Mãe-Pátria”: A situação dos colonizados», *op. cit.*, p. 169.

<sup>59</sup> Nicolas Bancel, Pascal Blanchard e Françoise Vergès, «1946-1962: les décolonisations», *op. cit.*, pp. 22-23.

<sup>60</sup> A propósito desta problemática *vide L'Histoire (La fin des colonies-Afrique 1960)*, Paris, Sophia Publications, n.º 350, Février de 2010, 98 pp, especialmente pp.40-65; *L' Histoire – Les Collections (La Fin des Empires Coloniaux – De Jefferson à Mandela)*, Paris, n.º 49, de Octobre-Décembre 2010, 98pp.,especialmente pp. 63-93.

contexto não era mais do que o «reflexo, cada dia mais enfraquecido, da sua antiga grandeza»<sup>61</sup>.

Mas, outrora, a grandeza imperial da França, pelo contrário, também tinha o seu custo, nomeadamente no que se referia à sua administração. O facto da extensão territorial envolver muitos organismos, em múltiplas parcelas, de diversificados continentes, tudo isso iria tornar complexo o processo de gestão, designadamente na existência de vários organismos que por vezes se enredavam entre si na disputa pela tutela dos assuntos e negócios ultramarinos. Apesar de estar subjacente uma ideia centralista de governação com centro em Paris, o Império francês nunca foi governado por uma só instituição. Logo, à semelhança do Império português, até ao ano de 1881 a tutela das colónias estava entregue ao ministério da Marinha. A partir dessa data, foi instituído um subsecretariado para as colónias que se comportava, até 1894, como um verdadeiro ministério das Colónias, muito embora a sua acção não se estendesse a todas as suas parcelas, por causa das especificidades políticas, administrativas e militares de cada uma delas. Assim, a Argélia na fase de ocupação esteve sob a alçada do ministério da Guerra, tendo, a partir de 1870, essa responsabilidade passado para a congénere do Interior que supervisionava os diferentes «departamentos» com que o território se encontrava dividido, à semelhança aliás do que se passava com a Metrópole.

No caso dos protectorados da Tunísia e de Marrocos e, posteriormente, já no século XX, após o tratado de Versailles de 1919, das parcelas sob mandato do Togo e dos Camarões, na África, e da Síria e do Líbano, na Ásia, a responsabilidade pelo seu bom funcionamento era do ministério dos Negócios Estrangeiros. Quanto a estas antigas possessões do Império Otomano, e mandatos de tipo «A», mostravam um grau de desenvolvimento sócio-económico diferente dos de África, pelo que o *Quai d'Orsay* fora incumbido pela Sociedade das Nações de se responsabilizar pela concessão da independência o mais rapidamente possível destes territórios<sup>62</sup>.

Para além da administração central, o Império era gerido localmente por funcionários que a mãe-pátria colocava no terreno e que eram da completa confiança do Governo, especificamente do órgão que tutelava as colónias, ministério e/ou subsecretaria de Estado. Como representantes locais da longínqua Metrópole, os governadores eram os funcionários

---

<sup>61</sup> Nicolas Bancel, Pascal Blanchard e Françoise Vergès, «La France sans l'empire-1946-1962: les décolonisations», *op. cit.*, p. 23.

<sup>62</sup> Jacques Frémeaux, «A França e a Mãe-Pátria: como se administrava o Império», *op. cit.*, p. 167.

mais categorizados que administravam um vasto número de outros agentes, administradores e inspectores, que repartiam por outras circunscrições menos importantes as directrizes vindas da Europa, como aliás poderemos depreender por esta descrição de Patrick Papa Dramé:

*Dans les colonies, si le lieutenant-gouverneur incarne l' autorité suprême, le commandant de cercle demeure «l' homme-orchestre» et le «maître Jacques» du système. Ces administrateurs coloniaux, recrutés parmi d'anciens officiers coloniaux, où parmi des civils, devaient à partir de 1912 obligatoirement sortir de l' École coloniale. Si jusqu' à la fin de la grande guerre, la «qualité» des hommes envoyés était discutable (souvent sans formation et bénéficiant d' appuis politiques), la situation s'inversa dans la période 1919-1940, lorsque le recrutement s' avère plus sélectif au sein de l'École coloniale. Les administrateurs qui entrent dans les corps sont alors réputés «integers et ayant le sens du devoir» et probablement une meilleure connaissance de la science coloniale<sup>63</sup>.*

Desta forma serviam quase como «corrente de transmissão» das ordens emanadas pelos representantes máximos da Colónia, fiscalizavam as autoridades tradicionais das comunidades autóctones (aquilo que no sistema português se chamavam «régulos» ou «sobas»), asseguravam a ordem, faziam o recenseamento da população, executavam o recrutamento militar e os trabalhos forçados, colectavam impostos, constituíam o corpo policial, arbitravam as querelas e disputas, encarregavam-se das obras públicas, zelavam pelo cumprimento da lei, promoviam a higiene e o bem-estar sanitário, julgavam e aplicavam multas e penas de prisão. O carácter multifacetado destes funcionários era tal, quer pelo empenho na proximidade, quer pelo conhecimento dos lugares e das gentes, que eram considerados «os verdadeiros líderes do império»<sup>64</sup>, muito embora a sua liderança, pelos poderes que detinham, poder descambar para o abuso e o despotismo, condicionando e adulterando os poderes consuetudinários das autoridades locais e até tornando mais rígida e directa a lei colonial, ao contrário do sistema do «*Indirect Rule*» do seu rival inglês.

Em relação à colonização britânica, esta tinha uma concepção política diferente da francesa. Essa discrepância começava logo pelos aspectos geográficos. A situação insular da Grã-Bretanha levou-a a canalizar os seus recursos para o mar e para os grandes espaços de outros continentes como a América do Norte (Canadá e Estados Unidos) e a Oceania

<sup>63</sup> Patrick Papa Dramé, «Le Cadre Administratif et Défensif – Le découpage colonial et la distribution de l' autorité» in *L' Impérialisme colonial français en Afrique*, Paris, Éditions L' Harmattan, 2007, pp. 19-40, especialmente p. 33.

<sup>64</sup> Esta expressão foi utilizada pelo governador Robert Delavignette no livro que escreveu sobre a experiência do seu *métier* e que se intitulava *Les Vrais Chefs de l' Empire*, publicado em Paris, pelas edições Gallimard, em 1939, com 262 páginas.

(Austrália e Nova Zelândia), enquanto a França, no meio de dois espaços marítimos importantes, como o Atlântico e o Mediterrâneo, dispersou os seus recursos por outros eixos, fazendo com que a primeira conquista estratégica na sua orla periférica fosse o desembarque na Argélia, somente em 1830<sup>65</sup>. A unificação territorial da metrópole gaulesa diferia da diversidade matricial inglesa que, para ser império no exterior, teve primeiro que se organizar internamente. Kirsten Mckenzie interrogava-se mesmo sobre o momento em que se teria iniciado o expansionismo britânico. Teria sido no período Tudor, nos finais do século XV, quando a Irlanda foi conquistada? E se assim foi, poder-se-iam também considerar o País de Gales e a Escócia como pressupostos territoriais desse domínio inicial? Como definir então o estatuto dessas regiões que colaboraram com o expansionismo britânico, mas continuaram ao mesmo tempo sob dominação inglesa?<sup>66</sup>.

A «britanização» da Inglaterra começaria na altura em que a mesma, conjuntamente com a Escócia e a Irlanda constituíram o que politicamente se denominou «União das Coroas» e o rei Jaime VI, da Escócia, e I da Inglaterra, principiou, em 1603, a dinastia Stuart<sup>67</sup>, muito embora a generalização do termo «Grã-Bretanha» só se verificasse mais tarde, no final desse século, quando se passou a utilizar esta expressão de acordo com as veleidades expansionistas do comércio ultramarino em que se exploravam matérias-primas, mediante uma mão-de-obra compulsiva, em territórios granjeados para satisfazer essas exigências económicas. De facto, esta perspectiva de um império protestante que se opunha a outros de carácter católico, como o espanhol, o francês e o português, viria a dar uma distinta afirmação identitária a esta dominação oriunda deste arquipélago situado entre os mares da Irlanda e do Norte<sup>68</sup>. Assim, as primeiras colónias fundadas na América do Norte e Central seguiriam o paradigma da primitiva colonização da Irlanda, agora transposto para os trópicos, constatando-se que as primeiras formas de povoamento permanente foram feitas junto ao rio James, na Virgínia, a partir do ano de 1607. Outras se seguiriam na mesma região, nomeadamente Plymouth, em 1620, na baía de Massachusetts, em 1630. Na região insular do Caribe, nas chamadas possessões das Índias Ocidentais, os britânicos tomaram S. Cristovão em 1623, Barbádos em 1625 e Jamaica em 1655. Durante

<sup>65</sup> Philippe Conrad, «France et Angleterre, deux perceptions différentes» in *La Nouvelle Revue d' Histoire – L'Afrique – Des Colonies à l'...*, pp. 27-28, especialmente p. 27.

<sup>66</sup> Kirsten Mckenzie, «Gran Bretaña: reinando sobre las olas» in Robert Aldrich (Coordenação) – *La Era de los ...*, pp. 128-151, especialmente p. 131.

<sup>67</sup> David Mountfield, «Revolução – 1603-1689» in *História da Grã-Bretanha*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1980, pp. 63-73, especialmente pp. 63-64.

<sup>68</sup> Niall Ferguson, «Por qué Gran Bretaña?» in *El Imperio Británico – Cómo Gran Bretaña forjó el orden mundial*, Barcelona, Random House Mondadori, 2006, pp. 37-89, especialmente pp. 39-40.

o século XVII e no século imediato, a este núcleo original foram acrescentadas outras ilhas como Trinidad (antiga possessão espanhola), Santa Lúcia (antigo domínio francês), Berbice, Demerara e Essequibo (antigas ilhas holandesas) e agora fazendo parte da chamada Guiana britânica<sup>69</sup>.

Sendo colónias ligadas a monoculturas como o algodão, a cana-do-açúcar e o tabaco, a sua exploração e manutenção económica estava muito dependente de uma mão-de-obra numerosa que não existia nesses locais, pelo que a sua importação resultou num tráfico cruel e humilhante de africanos que eram retirados às suas famílias e enviados para estas plantações do outro lado do Atlântico. A permanência de milhares destes homens desenraizados e escravizados e a luta pela posse de terra, numa região insular, onde a mesma era disputada palmo a palmo, levou a uma tensão permanente e a uma violência «endémica» sempre pronta a desenvolver-se logo que uma rixa aticasse lume a este rastilho entre senhores e escravos. Como aliás viria a acontecer, entre outros lugares, na Jamaica, no ano de 1865, quando uma marcha de protesto de negros contra uma decisão judicial foi reprimida pelas autoridades locais que decretaram o «estado de excepção» e na refrega dos acontecimentos quatrocentas pessoas foram mortas, seiscentas ficaram feridas e mil casas foram incendiadas. Este panorama de brutalidade levava mesmo a uma «onda» genérica de indignação e a constituírem-se «comités» de defesa da população e do governador, integrados por personalidades de renome como Charles Darwin, Herbert Spencer, John Bright e John Stuart Mill, para os colonizados, e de Alfred Tennyson, Charles Dickens, John Ruskin e Thomas Carlyle, para as autoridades coloniais<sup>70</sup>.

Quanto ao comércio com a Ásia as motivações já foram outras, especialmente para a constituição da Companhia das Índias Orientais. Depois da exploração da rota do Cabo por Vasco da Gama no final do século XV, a Índia tornara-se aquele lugar em que os europeus poderiam finalmente ter acesso à pimenta e a outras especiarias como canela, cravinho, gengibre e noz-moscada fundamentais para os novos gostos e sabores da gastronomia, para além de outros luxos como o de certos têxteis até então desconhecidos no Ocidente como eram o algodão e a seda e que os britânicos passaram a explorar, sobretudo, a partir do século XVIII, quando os reciclados teares resultantes da tecnologia industrial cada vez mais precisavam desta matéria-prima fundamental para a confecção de peças de vestuário

<sup>69</sup> Kirsten Mckenzie, «Gran Bretaña: reinando sobre las ...», *op. cit.*, pp. 131-133.

<sup>70</sup> Henri Wesseling, «La première moitié du XIXe siècle, 1875-1870 - Évolutions Coloniales: la Grande-Bretagne» in *Les empires coloniaux...*, pp. 141-233, especialmente pp. 153-154.

que a nova burguesia consumia<sup>71</sup>. Para a consolidação deste tráfico no Oriente contribuíra não só a queda do Império mongol, mas também o pragmatismo com que os britânicos enfrentavam as dificuldades e se adaptavam às estruturas locais do poder. O primeiro entreposto na Ásia foi estabelecido em Surat em 1612, no actual estado de Gujarât, onde mais tarde já no tempo da Companhia das Índias foram instalados mais três outras feitorias em Madras, Bombaim e Calcutá. A importância estratégica destes lugares era tal para Londres que aí permaneceu até 1850, quer administrando directamente pela via da referida concessionária, quer através da instalação de vários protectorados<sup>72</sup>.

Com a aquisição de Bengala em 1757, após vitória de Robert Clive na batalha de Plassey, a Grã-Bretanha tomava conta de um mercado de vinte milhões de novos súbditos e um rendimento de três milhões de libras, factores que vieram reforçar e renovar as hostes deste Império no Oriente e permitiram reforçar quer as tropas, quer os funcionários administrativos sediados na região. Para verificarmos como esta zona mais populosa da Índia foi fundamental para o enriquecimento e para a primazia do Império de «Sua Majestade», no contexto de outros rivais europeus, será importante, através da elucidação de Niall Ferguson, acompanhar os mecanismos postos em execução pela concessionária da exploração:

*Por el tratado de Allahabad, el Gran Mogol concedió a la Compañía de las Índias Orientales la administración – llamada diwani – de Bengala, Bihar y Orissa. No era una licencia para imprimir dinero, sino algo aún mejor: obtenerlo mediante el cobro de los impuestos. El diwani daba a la compañía la facultad para cobrar impuestos a más de veinte millones de personas. Dando por sentado que al menos un tercio de lo recaudado podía quedar en su poder de este modo, esto generaba una renta de entre dos y três millones de libras al año. Ahora participaba aparentemente en el mayor negocio de todos en la India: el negocio del gobierno. Como la junta de Bengala de la compañía escribió en una carta dirigida a los directores en 1769: «Vuestro comercio desde ahora puede considerarse más como un canal para enviar ganancias a Gran Bretaña». Primeiro piratas, luego mercaderes, y ahora los británicos eran los gobernantes de millones de personas en ultramar, y no solo en la India. Gracias a una combinación de poderio naval y financiero se habían convertido en los vencedores de la carrera europea por el império. Lo que había comenzado como una propuesta de negocios se había convertido en un asunto de Estado<sup>73</sup>.*

<sup>71</sup> Elena Hernández Sandoica, «Introducción: a qué llamarle colonialismo? Viejos y nuevos impérios ultramarinos: su administración y explotación» in *El Colonialismo (1815-1873) – Estructuras y Cambios en los Imperios Coloniales*, Madrid, Editorial Síntesis, 1992, pp. 9-27, especialmente pp. 25-27.

<sup>72</sup> Vide «Inde Britanique» in *Colonialisme: Independance, Empire Colonial Allemand, Colonisation, Colonisation du Tibet, Guerres Anglo-Birmanes*, Breinigsville, Livres Group, 2010, pp. 281-286, especialmente pp. 281-282.

<sup>73</sup> Niall Ferguson, «Por qué Gran Bretaña?», *op. cit.*, pp. 74-75.



Graças a uma ligação do «poderio naval e financeiro», o Império britânico atingia o seu apogeu na Ásia, facto que não impediria que, vinte e seis anos depois, a mesma soberania recebesse o primeiro estremecimento com a independência dos Estados Unidos da América, declarada unilateralmente a 4 de Julho de 1776, no decorrer de uma guerra que só finalizaria, com o tratado de Versailles de 1783. Se a Índia era a «jóia» da Coroa no Oriente, os Estados Unidos da América eram a «jóia» no Ocidente e era com mágoa que Londres se vira obrigada a conceder essa carta de alforria a uma possessão, que no contexto mundial, iria ser precursora de uma nova era na liberdade dos povos oprimidos. Nesta altura, há já cerca de uma centena e meia de anos, que perto de dois milhões de colonos ingleses (um quarto da população da Inglaterra e do País de Gales) viviam nesta parte da América do Norte estabelecidos em treze possessões que se estendiam ao longo de toda a costa ocidental, desde o Maine até à Flórida espanhola<sup>74</sup>. Numa relação desigual entre colonizador e colonizado, a imposição tributária que a metrópole queria impor a uma das suas possessões mais importantes do Ocidente, iria ter como resposta uma forte reacção dos colonos que não pretendiam pagar esses montantes sem uma contrapartida política, que era uma representação condigna no Parlamento inglês. Este foi de facto o motivo que levaria a um estado de tensão entre ambas as partes até ao ponto de em 1773, num gesto exibicionista de revolta, os colonos terem lançado às águas do porto de Boston, na Nova Inglaterra, uma grande quantidade de chá, um dos produtos mais apreciados pela «*british society*», que era importado desde o início desse século da China, pela Companhia das Índias Orientais e que, conjuntamente com outro produto negociado por outra congénere das Índias Ocidentais, o açúcar, entrava na dieta alimentar dos apaniguados da Corte da «velha Albion».

Mas o império britânico, não se ficaria só pela Ásia e América, tendo o seu centro de gravidade, nos finais do século XVIII, passado para o Oceano Pacífico, particularmente as expedições que o capitão James Cook fizera entre 1768 e 1779. Logo as suas incursões marítimas não se limitaram a visitar lugares recônditos como o Taiti, a Austrália, a Nova Zelândia, as ilhas Páscoa e o Hawai. Segundo Mckenzie, para além disso, estas viagens foram verdadeiros «cruzeiros» científicos em que toda a tripulação se empenhava não só a cartografar e a explorar a geografia física da Australasia, mas também a explorar com rigor e método tudo aquilo que a ciência da época já permitia. Pelo que os acompanhantes de Cook não eram só navegadores e mercadores, mas havia ainda cientistas a bordo, como

---

<sup>74</sup> David Mountfield, «Revolução – 1603-1689», *op. cit.*, pp. 82-83.

Joseph Banks e Daniel Solander, tendo este último sido mesmo um discípulo de Lineu, um dos maiores taxonomistas das Ciências Naturais da época. A morte violenta deste explorador das terras remotas fizera dele uma espécie de «mártir» do Império britânico, memória esta cultivada até ao período da descolonização. Actualmente, o seu exemplo é visto junto da *Commonwealth* como responsável por todos os males das então populações autóctones, e não como fundador e descobridor da Austrália e Nova Zelândia, espalhando a sua recordação de colonizador uma imagem de opressão e arrogância que tudo sabe e pode. Estas terras «desconhecidas» faziam parte de um continente inexplorado e pouco atraente, pelo que acabariam por servir, quando os Estados Unidos se libertaram da tutela matricial britânica, para uma colonização de homiziados e antigos delinquentes que foram levados a partir de 1788 para estas regiões nos antípodas da Europa, onde haveriam de desembarcar aos milhares, sobretudo na Austrália, cuja população deportada chegaria a ultrapassar as 150.000 pessoas no curto espaço de setenta anos, entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX<sup>75</sup>.

Na Nova Zelândia a ocupação feita por missionários e baleeiros foi um pouco mais tardia, através da constituição da *New Zealand Company*, em 1837, e do incentivo dado pelo Governo metropolitano à fixação de colonos, através da oferta de transporte e de terras para a sua fixação. Esta política de povoamento e de colonização agrícola acabaria por render os seus efeitos a partir de 1840, quando dos primitivos 2.000 emigrantes vindos da Europa, estes passariam, sessenta anos depois, para 700.000. O entendimento com as autoridades locais *maoris* em 1840, quanto à cedência de terrenos e a oferta, em 1867, de vários lugares no Parlamento também teria obviado a conflitualidade entre colonizados e colonizadores, muito embora numa relação de dominação, por mais mitigada que ela fosse, se encontrasse sempre presente um estado inconsciente de tensão que poderia, sem motivo aparente, despoletar em violência num qualquer momento<sup>76</sup>.

Sendo uma prática de outros Impérios, a colonização feita por criminosos e gente sem lei acabaria por funcionar melhor nas possessões controladas por Londres, pois foram mitigadas as condições de dureza do sistema prisional e dados incentivos a quem produzisse mais em tão duras condições climáticas, criando-se assim uma sociedade regenerada e empreendedora que se dedicava a tempo inteiro ao trabalho quer no mar, com a caça às focas e baleias, quer em terra, com a agricultura e a pastorícia e a produção de

<sup>75</sup> Kirsten Mckenzie, «Gran Bretaña: reinando sobre las ...», *op. cit.*, pp. 137-138.

<sup>76</sup> Henri Wesseling, «La première moitié du XIXe siècle, 1875-1870 - Évolutions Coloniales: l' Océanie» in *Les empires coloniaux...*, pp. 229-233, especialmente p. 231.

leite e lã, quer no subsolo, com a extração de riquezas minerais como o carvão e o cobre, entre outras. Pressupostos estes que acabariam por destruir os tradicionais métodos recolectores das primitivas sociedades de aborígenes australianos, fazendo com que houvesse uma regressão demográfica muito grande, principalmente entre 1815 e 1860, em que estes autóctones passaram de 500.000 para 250.000, enquanto no mesmo período a população europeia crescia de 15.000, para mais de um milhão de habitantes<sup>77</sup>.

À semelhança da Oceania também a África foi um continente ignorado até muito tarde, para os britânicos e restantes europeus. No início do século XIX praticamente só se conhecia o litoral deste continente, permanecendo por explorar todo o seu interior até à segunda metade desse século, muito embora se tivesse constituído em 1780, em Londres, uma *Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa* que logo, entre 1795 e 1796, patrocinada pelo médico Mungo Park partiria à descoberta dos rios Gambia e Niger. Ainda, na viragem do século (1805-1830), o Governo britânico apoiaria uma série de expedições geográficas que iriam reconhecer grande parte da África Ocidental (Serra Leoa, Gâmbia, Costa de Ouro e Lagos, na Nigéria). Mas, a exploração sistemática dos principais recursos físicos e humanos do continente por parte das potências europeias começaria na segunda metade de Oitocentos, num projecto que procurava substituir-se às antigas possessões americanas que se haviam autonomizado nessa altura. Para a economia, a localização de África ofereceria melhores garantias do que outros continentes mais remotos como a Ásia e a Oceania. Nesta competição a Grã-Bretanha sempre havia tido, desde muito cedo, uma visão geopolítica coerente, nomeadamente na procura e controlo do eixo que partia do Cabo, na África Austral, até ao Egipto, na África Setentrional. Isto porque para Georges Hardy, um especialista na história da colonização europeia, os ingleses sempre revelaram um «utilitarismo» que recusava «soluções teóricas», mas se baseava num «empirismo» que era maleável com as «necessidades de momento», sem nunca transigir com certas atitudes relativas a uma «vigilância extrema», uma «tenaz energia», uma «continuidade de acção», que procurava oportunamente rectificar os «excessos» e corrigir os «erros»<sup>78</sup>.

A prova desta visão estratégica do eixo Cabo/Cairo já existiria quando o geógrafo inglês James Richardson, no início da segunda metade do século XIX, se juntou a dois

---

<sup>77</sup> *Idem, Ibidem*, Henri Wesseling, p. 230.

<sup>78</sup> Georges Hardy, *Vue générale de l'histoire d'Afrique*, Paris, Éditions Armand Colin, 2.e ed., 1930, 200 pp. Ainda Philippe Conrad, «France et Angleterre, deux perceptions différentes» in *La Nouvelle Revue d'Histoire – L'Afrique – Des Colonies à l'...*, p. 28.

alemães, Heinrich Barth e A. Oterweg, para cruzar a África na diagonal desde Trípoli ao Níger (1849-1853),<sup>79</sup> mas só Barth sobreviveu até à chegada ao lago Tchad, desistindo da ideia de continuar até ao Nilo ou ao Índico, ficando-se pelo rio da costa da Guiné, cujo percurso reconheceu e cujo estudo mereceu uma obra em cinco volumes publicada em 1857, que intitulou sugestivamente *Travels in Africa*<sup>80</sup>. Seria posteriormente um compatriota seu, Gustav Nachtigal, médico do *bey* da Tunísia, que seis anos depois partiria do Tchad, exploraria o mítico rio Nilo e chegaria finalmente ao Cairo, em 1875. Mas, apesar de toda esta aliança anglo-alemã para conhecer melhor o Egipto, depois da aventura napoleónica de 1798, os britânicos só conseguiriam ocupar esta antiga província turco-otomana em 1882.

Segundo José Luis Comellas, a chegada dos homens de Londres a terra dos antigos faraós tinha a ver com o controlo dúplice de dois itinerários fundamentais para o Império britânico, o caminho do Suez para a Índia, como alternativa mais rápida à tradicional rota do Cabo, e o controlo do centro de África, para melhor posicionamento da Grã-Bretanha no processo de disputa pelo continente que melhor serviria as metrópoles europeias, naquele contexto de procura de mercados e matérias-primas para alimentar o capitalismo industrial e o liberalismo económico que se lhe seguira. Assim, o investigador espanhol realçava, numa obra que publicara em 2001, «Sobre os Grandes Impérios Coloniais», a importância que toda a região de riba Nilo tinha para os interesses de «Sua Majestade» no Mundo e, sobretudo, depois da perda de influência na América, o posicionamento para outros dois continentes, a Ásia e a África, que agora poderiam servir de alternativa à concretização das suas ambições territoriais:

*El dominio sobre Egipto hizo comprender a los ingleses que se les ofrecía una doble posibilidad: asegurar el camino hacia la India y todo Oriente a través del canal de Suez, y extender su dominio hasta el corazón de África avanzando hacia las fuentes del Nilo. Había comenzado por los años 80 la fiebre del colonialismo, y Gran Bretaña no deseaba que Francia u otras potencias se le adelantaran en el dominio del continente negro. En 1884, los ingleses se apoderaron de Somalia, en la salida del mar Rojo al Índico, y al mismo tiempo fomentaron la guerra entre Egipto y Sudán, un país teóricamente feudatario de los egipcios. Com su habilidad de costumbre, Londres presentó el conflicto como una guerra entre Egipto y Sudán, y*

<sup>79</sup> José Luis Comellas, «Os Grandes Exploradores – El África misteriosa» in *Los Grandes Imperios Coloniales*, Madrid, Ediciones Rialp, 2001, pp. 77-113, especialmente pp. 94-96.

<sup>80</sup> Henry Barth, *Travels and Discoveries in North and Central Africa: being a Journal of an Expedition undertaken under the Auspices of H.B.M.'s Government, in the Years 1849 – 1855 ...* 5 volumes. London: Longmans, Green & Co 1857 – 1858.

*fuleron tropas nominalmente egípcias – en gran parte, físicamente lo eran, pero dirigidas por oficiales británicos – las que penetraron en profundidad por el valle del Nilo y llegaron a Jartum*<sup>81</sup>.

Deste modo, com a «habilidade do costume» a Grã-Bretanha chegava ao advento do último quartel do século XIX bem enquadrada para na conjuntura do «novo imperialismo» poder reivindicar mais territórios sobre aqueles concorrentes mais vulneráveis que, após a Conferência de Berlim de 1885, deixaram apenas de ter o direito histórico de descoberta sobre as suas possessões, mas para garantir essa anterior prerrogativa tiveram de ocupar, povoar e exercer soberania sobre as mesmas. No continente africano, com a sangria do tráfico de escravos, verdadeira hemorragia demográfica que enfraqueceu esse continente durante mais de três séculos, apesar das hipócritas «leis anti-abolicionistas» de franceses e ingleses, a maior parte do continente continuava impermeável à dominação dos europeus que apenas frequentavam o litoral para a compra de escravos ou para outro tipo de comércio relacionado com produtos como borracha, marfim, metais, oleaginosas e pedras preciosas<sup>82</sup>.

Os britânicos administravam ainda um outro ponto estratégico que conquistaram aos holandeses, a partir de 1795, e que perderam em 1803, tornaram a ocupar em 1806, e que era a região do Cabo, na África Austral, lugar crucial para proteger a rota da Índia da armada francesa. Até ao início do século XX, em África, e na «ressaca» da Conferência de Berlim, os britânicos partilhavam soberania na África Ocidental com a Alemanha, a Bélgica (Associação Internacional do Congo), Espanha, França e Portugal. Na África Austral, com excepção das possessões portuguesas de Angola e Moçambique, e do Sudoeste Africano alemão, controlavam toda a África do Sul, depois de terem ganho a guerra contra os *boers*. Na África Oriental o mesmo sucedia, apenas com as excepções de Moçambique e do Tanganica, respectivamente governadas por Portugal e pela Alemanha. No continente asiático a integração territorial não foi tão voraz como em África, mas, mesmo assim, os britânicos passaram a administrar possessões vitais como a Birmânia e a península de Malaca<sup>83</sup>. As causas deste crescimento tinham a ver com questões tanto estratégicas, como económicas, designadamente o controlo das ambições territoriais de dois dos seus mais próximos rivais, a Alemanha e a França. Ainda, pressupostos

<sup>81</sup> José Luis Comellas, «El Imperio Británico – Por el Nilo, hasta Sudán», *op. cit.*, pp. 155-181, especialmente p. 168.

<sup>82</sup> J. M. Roberts, «Imperialismo Europeo y Dominio Imperial» in *Historia Universal – III. La era del imperialismo...*, pp. 269-287, especialmente p. 278.

<sup>83</sup> Piers Brendon, «A Magnificent Empire under the British Flag – Cape to Cairo» in *The Decline and Fall of the British Empire – 1781-1997*, London, Vintage Book, 2008, pp. 179-213.

económicos relacionados com o domínio de mercados e recursos importantes como o eram a borracha, o marfim e o óleo de palma, essenciais para a laboração da indústria britânica. David Mountfield, referindo-se a este expansionismo fulgurante do seu país, no final de Oitocentos e na mudança que ocasionara na idiossincrasia da opinião pública e dos partidos, fazia curiosas afirmações sobre uma pretensa e *snob* superioridade etnocêntrica, que invadira a forma de pensar do inglês comum da rua ou dos corredores do Poder:

O Império tinha-se tornado o «destino manifesto» de Inglaterra. Uma nota de grosseria e vulgaridade soou, levada pelo rufar de tambores, prenúncios de grandeza britânica. Imperialistas como Cecil Rhodes e Alfred Milner, alemão de nascimento, traíram um traço evidente de racismo na sua afirmação de superioridade britânica. O imperialismo era popular entre as massas e, como a franqueza se tornara mais democrática, o partido conservador achou-o um tentador colector de votos. Mas os governos liberais não puderam, ou não quiseram, inverter a tendência. Foi Gladstone quem, do coração, detestou cada manifestação do novo imperialismo e o descreveu como «um odioso sistema de basófia e vanglória, e de força contra o direito» que dava ordens à Armada para bombardear Alexandria em 1882<sup>84</sup>.

Esta hegemonia territorial seria acompanhada por uma nova ideologia de sobrançeria e superioridade que se fazia sentir numa nova maneira de pensar a identidade colectiva dos acólitos e povo de «Sua Majestade», quer residissem na metrópole insular, quer nas possessões espalhadas pelo Mundo<sup>85</sup>. Este sentimento seria comprovado com doutrinas sociológicas, mormente de um dos seus nacionais, Charles Darwin, que noutros estudos sobre a evolução da espécie havia concluído que só os mais resistentes poderiam sobreviver. Assim, a extrapolação do darwinismo físico ao social como teoria evolucionista para explicar que os agrupamentos étnicos que se desenvolviam por «lutas competitivas», aplicava-se por generalização à hegemonia das metrópoles colonizadoras mais fortes e mais bem apetrechadas tecnologicamente, sobre os territórios e parcelas colonizadas, mais fracas, e civilizacionalmente mais atrasadas. Para Homi Bhabha's, professor da Universidade de Harvard, nesta relação desigual o discurso colonialista visava, na interpretação das suas palavras, «*to construe the colonized as a population of*

<sup>84</sup> David Mountfield, «Grã-Bretanha Vitoriana – 1840-1900», *op. cit.*, pp. 96-105, especialmente p. 105.

<sup>85</sup> J. A. Mangan, « “The Grit of our Forefathers” Invented Traditions, Propaganda and Imperialism» in *Imperialism and Popular Culture*, (Edited by John M. Mackenzie), Manchester, Manchester University Press, 1986, pp. 113-139, especialmente pp. 114-115.

*degenerate types on the basis of racial origin, in order to justify conquest and to establish systems of administration and instruction»<sup>86</sup>.*

Portanto, o processo de construção de um poder territorial nas colónias era lento e sujeito a várias tentativas devido à complexidade organizativa da máquina administrativa. Por vezes a conquista militar era mais fácil e mais rápida, do que a submissão política e cultural. Entre a dominação pela força e a ocupação pelas leis da metrópole colonizadora decorria um hiato de meio século, em que estas parcelas ficavam subjugadas pelas companhias concessionárias até que gradualmente houvesse condições para a intervenção estatal, como acontecera com a Grã-Bretanha que já, desde o século XVII, dera a concessão a empresas como a Companhia das Índias Orientais e Ocidentais, e, depois, no século XIX, a outras como a *British North Borneo Company* (1878), a *Royal Niger Company* (1886), a *British East Company* (1889), a *British South Africa Company* (1889)<sup>87</sup>. A centralização da administração nas mãos dos funcionários do Estado colonizador não significava que os autóctones ficassem sujeitos ao livre arbítrio das decisões imperiais, mas que o próprio Estado, na maior parte das vezes, face à exploração económica e ganância dos particulares, assegurasse melhor o cumprimento da lei, evitando os abusos, e garantindo o respeito pelos direitos dos autóctones, mormente o seu bem-estar físico e moral.

Neste processo de dirigir politicamente as parcelas ultramarinas, a Grã-Bretanha, relativamente às outras metrópoles europeias, mostrava-se mais adiantada, tendo muitas das medidas implantadas no terreno sido inovadoras e precursoras da gestão e administração imperial daquela época. Assim, por exemplo Londres já, desde o início da segunda metade do século XIX, tinha instituições que tratavam especialmente do *affaire* colonial, como era o caso do *Colonial Office* criado em 1854 e, em 1859, o *Indian Office*, ambos os departamentos dirigidos por um secretário de Estado que dependia de dois ministérios, o *Foreign* e o *War Office*, conforme o assunto fosse de carácter civil ou militar. De realçar que havia muitas colónias neste Império, mas umas eram, pelo estatuto que desempenhavam, mais importantes do que outras e, como em todos os Impérios, havia sempre a «jóia da Coroa», aqui representada pela Índia que desde sempre, no contexto

---

<sup>86</sup> Homi Bhabha's, *The Location of Culture*, London, Routledge, 1994, p. 70. Ainda, Stephen Howe, «Empire and Ideology» in *The British Empire – Themes and Perspectives*, Edited by Sarah Stockwell, Oxford, Blackwell Publishing, 2008, pp. 157-176, especialmente p. 160.

<sup>87</sup> Niall Ferguson, «La potencia de la Maxim-De el Cabo a el Cairo», *op. cit.*, pp. 264-283, especialmente pp. 270-271.

territorial britânico, teve uma posição à parte desde os primeiros tempos da sua integração nesse património. A prova desta consideração era o tratamento especial que a metrópole dava à sua possessão asiática, com a criação de um Vice-Reinado entregue geralmente a um militar da mais alta nobreza e com grande prestígio<sup>88</sup>.

Não era só esta cortesia de a Índia ter, como refere Comellas, um *alter-ego* do Rei na função de governante<sup>89</sup>, mas ainda desde a era vitoriana um departamento próprio directamente dependente de dois ministérios para tratar dos assuntos desta possessão, o que provava que desde sempre a Índia, mais a antiga colónia dos Estados Unidos, a África do Sul, e a Austrália, tenham sido as parcelas mais devotadas em cada um dos diversos continentes do Mundo. Mas a Índia, talvez pela extensão, pelo posicionamento estratégico, e pelos recursos naturais era aquela que a «mãe» europeia dedicava um especial carinho. Estes organismos que zelavam pelo Império tinham uma certa autonomia, característica do *Indirect Rule* britânico, e promoviam, para os lugares de mando nos postos-chave da administração, funcionários com prestígio, muitos deles da aristocracia e da restante elite, que permaneciam largos anos no lugar, acumulando saber e experiência. Estes faziam do sistema inglês aquele que detinha mais estabilidade e responsabilidade, no conjunto das outras metrópoles imperiais. Era ainda, segundo Niall Ferguson, uma administração «barata» e «eficaz», pouco corrupta, pecando, em geral, mais por «omissão», do que por «comissão»<sup>90</sup>.

Nas outras colónias a representação da Metrópole britânica ficava entregue a um Governador-Geral que administrava de acordo com dois Conselhos, legislativo e executivo, e embora coadjuvado por estes órgãos, o protagonismo deste alto funcionário era muito grande, pois tinha sempre a última palavra na aprovação de qualquer medida e com os poderes autonómicos que detinha, não precisava de consultar Londres para tomar as decisões que eram convenientes adoptar em territórios tão distantes, vastos, e povoados, muito embora, nesta altura da transição para o século XX, já houvesse bons meios de comunicação, como o telégrafo e os respectivos cabos submarinos. Para além desta elite governativa, havia outros funcionários administrativos intermédios, que serviam de elo de ligação entre o responsável máximo da possessão e as autoridades indígenas. Estes

<sup>88</sup> John M. Mackenzie, «The Imperial Propaganda Societies and Imperial Studies» in *Propaganda and Empire – The manipulation of british public opinion, 1880-1960*, Manchester, Manchester University Press, 1984, pp. 147-172, especialmente p. 163.

<sup>89</sup> José Luis Comellas, «La Administración Colonial – Los organismos metropolitanos», *op. cit.*, pp. 225-258, especialmente p. 232.

<sup>90</sup> *Idem, Ibidem*, p. 232. Ainda Niall Ferguson, «Conclusión», *El império britânico...*, pp. 410-428, especialmente p. 415.



funcionários que, no período de subjugação e ocupação do território eram militares, passaram depois a ser civis, recrutados entre os primeiros colonos, formados em escolas coloniais, a partir de 1886, como a *Colonial Section*, e desempenhavam várias funções ligadas ao fisco, ao direito (civil e penal), à educação e cultura, às obras públicas e transportes e à organização de redes de saúde e saneamento básico. O papel relevante que tiveram, ficara também a dever-se à forma cuidada como as autoridades seleccionavam estes funcionários, que deveriam ter certas qualidades de honradez e moral, e salário adequado ao trabalho que faziam, para evitar casos de corrupção e suborno, como aliás ficava explícito na caracterização que Andrew Thompson fazia destes elementos cruciais da colonização britânica:

*In Africa, too, the bulk of colonial administrators were drawn from a Professional rather than landed elite. Admittedly, these men were not many in number – their salaries were paid out of the budgets of the colonies themselves, which severely restricted recruitment. But they did develop a distinctive ethos of public service based around the multifaceted concept of «character». Repudiating the politics of aristocratic patronage, and suspicious of leisured independence and independent wealth, the professional elite that espoused the virtues of honesty, self-help, manliness, and devotion to duty saw the empire as their testing ground. These virtues were particularly prized in the colonies because they were felt to build up trust in government among subject populations by lifting rule above the material imperatives of commerce and trade, and by injecting into the moral imperatives of the «civilizing mission»<sup>91</sup>.*

Finalmente, nas funções secundárias rotineiras de contacto com a população autóctone, era conveniente ter um conjunto de funcionários locais que servissem de intermediários entre as directrizes dos colonizadores e os interesses dos colonizados. No espírito tolerante do *Indirect Rule* os britânicos mantiveram a hierarquia e o poder das autoridades tradicionais, mas somente enquanto garantissem o respeito dos seus súbditos e não abusassem do poder, caso contrário eram substituídos por elementos que faziam respeitar a lei do colonizador. Assim, nas relações entre estes dois sistemas sociais estabelecia-se uma espécie de contrato em que os indígenas deveriam trabalhar, instruir-se e aculturar-se, não só na língua, mas também nos costumes do dominador. Mas estes considerandos só se deveriam adequar às colonizações que se regiam por pressupostos assimilacionistas, o que não era o caso do Império britânico que, ao permitir a autonomia da administração indirecta, validava também o facto da coexistência de duas sociedades, a

---

<sup>91</sup> Andrew Thompson, «Empire and the British State» in *The British Empire...*, pp. 39-61, especialmente p. 47.

européia e a da possessão local, que poderiam estar em qualquer um dos quatro outros continentes, com as suas leis e os seus usos de rotina. E as autoridades administrativas, nomeadamente, as gentílicas, tiveram, neste sistema do *Indirect Rule*, um papel essencial nessas pontes convencionais, onde era necessário haver um mínimo de organização, para que o Império pudesse funcionar sem ignorar direitos de colonizados e de colonizadores. Muito embora, segundo certos autores, como Marc Michel, afirmassem que a gestão de territórios por autonomia dada aos chefes autóctones tenha tido efeitos perniciosos à *posteriori*, no período da descolonização, como foi o caso de algumas revoltas secessionistas que ensanguentaram a *Commonwealth*, particularmente a guerra civil do Biafra, na Nigéria<sup>92</sup>.

Para defender todo o seu património colonial da ameaça de outras metrópoles rivais, particularmente da Alemanha, a Grã-Bretanha viu-se obrigada a entrar na Primeira Guerra Mundial. O desencadear desta operação militar punha também fim a um ciclo de hegemonia imperial de três séculos<sup>93</sup>. Tal como afirmava premonitoriamente o responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros, lorde Grey, na noite em que começou este conflito «as luzes apagavam-se em toda a Europa»<sup>94</sup>. Embora o seu império não tivesse sido «beliscado» e até, pelo contrário, tivesse incorporado, pela via dos mandatos atribuídos pela Sociedade das Nações em 1919, muitos territórios pertencentes aos antigos impérios turco e alemão (Iraque, Palestina, Transjordânia, na Ásia; Camarões, Togo, Tanganica, em África),<sup>95</sup> as perdas humanas (setecentas e cinquenta mil vidas), as despesas de guerra e ainda o estalar de revoltas nas possessões da Índia e do Egipto fizeram com que uma primeira «nuvem ensombrecesse o mais «luminoso» império dos últimos séculos. Havia algo de ilusório na vitória dos súbditos de «Sua Majestade». Todo este património alcançado, de um milhão de milhas quadradas, tinha custado, com a guerra, dez mil milhões de libras. No pós-guerra só o Iraque acarretava ao erário público de Londres vinte e três milhões de libras e, quando os custos superam os benefícios, era natural que a

<sup>92</sup> Marc Michel, «Les anglais ont-ils fait mieux?» in revista *L' Histoire – La fin des colonies Afrique 1960*, Paris, n.º 350, Février 2010, p. 55.

<sup>93</sup> Pierre Renouvin, «Las Potencias Europeas Frente a Frente» in *La Primera Guerra Mundial – Historia del gran conflicto que se inicio en Sarajevo*, Madrid, Globus, 1994, pp. 15-30, especialmente p. 20.

<sup>94</sup> Lorde Grey citado por David Mountfield, in «Guerra e Declínio das Potências – 1900-1945», *História da...*, pp. 106-114, especialmente p. 106.

<sup>95</sup> Para além destas possessões que ficaram sob mandato directo da Grã-Bretanha, havia outras que ficaram sob mandato indirecto, isto é, ficaram sob administração das colónias britânicas, como era o caso dos seguintes territórios: Sudoeste Africano para a África do Sul, Samoa Ocidental para a Nova Zelândia, e norte da Nova Guiné, Bismarck, Salomão do Norte, parte de Nauru para a Austrália. Vide Niall Ferguson, «Imperio en venta», *El império britânico...*, pp. 338-409, especialmente p. 360.

exaltante *Britannia Pacifatrix* se esfumasse em preocupações e crises de confiança<sup>96</sup>. Ainda como efeito de Versailles, a perda de força, tal como a onda que quebra na areia, do imperialismo britânico e de outros, que, entre o apogeu da década de oitenta, do século XIX, no rescaldo de Berlim, quarenta anos depois, se enfraquecia com a vaga de anticolonialismo que começava a soprar e que cada vez mais ia exigindo autonomia às múltiplas parcelas espalhadas pelo Mundo.

Vinte anos depois, o Império britânico confrontava-se de novo em guerra global, contra outros imperialismos liderados pela Alemanha de Hitler<sup>97</sup>. Em causa um pacto de não agressão entre os dois rivais saxónicos sobre fronteiras e limites de territórios e mercados a controlar por cada uma destas metrópoles industriais. Esse acordo era importante para a coexistência das duas potências: uma, a Grã-Bretanha, que pretendia preservar o seu Império ultramarino, a outra, a Alemanha, que tentaria recuperar o mesmo, perdido no final da Primeira Guerra Mundial, e se possível até alargá-lo para o *hinterland* da Europa Central. A pretensão de Hitler de readquirir esse património tropical estava bem presente quando, em 7 de Março de 1936, propôs um plano de sete pontos para a manutenção da paz na Europa, particularmente, no último, em que analisava a questão colonial, a Sociedade das Nações e o Tratado de Versailles<sup>98</sup>. Mas, apesar desta preocupação com a reintegração do seu país nesta assembleia global de povos, retomando antigos direitos no foro internacional, a inquietação do ditador centrava-se no outro lado do canal da Mancha e no poderio marítimo da Grã-Bretanha, então potência mandatária da maior parte das suas antigas colónias. E não a podendo vencer, seria importante entrar em acordo com ela para a assinatura de um pacto de não agressão que, em Junho de 1940, alguns meses depois do começo da Segunda Guerra Mundial ainda estava a ser congeminado na cabeça do *Führer* para que pudesse entreter os britânicos com a preservação do seu Império ultramarino, enquanto a Alemanha ficaria com a liberdade para avançar pela Europa Central como espaço vital para a colocação dos seus excedentes populacionais, bem como dos seus produtos maquinofacturados. Esta ambição foi posteriormente divulgada por Goebbels, seu ministro da Propaganda, quando afirmou:

<sup>96</sup> *Idem, Ibidem*, p. 362.

<sup>97</sup> A propósito do nazismo e da sua figura de proa, Adolf Hitler, duas obras de referência: Götz Aly, *O Estado Popular de Hitler – Roubo, Guerra Racial e Nacional-Socialismo*, Lisboa, Texto Editores, 2009, 463 pp; Matthias Uhl e Henrik Eberle (Coordenação), *O Livro de Hitler*, Alêtheia Editores, 2006, 381 pp.

<sup>98</sup> Alexandre Kum'A N'Dumbe III, «Que será devenue l'Afrique si Hitler avait gagné la guerre?» in *Hitler Voulait L'Afrique – les plans secrets pour une afrique fasciste – 1933-1945*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1980, pp. 21-36, especialmente p. 36.

*El Führer ...considera que el império (británico) debe ser mantenido en lo posible. Pues si se hunde, entonces no lo heredaremos, sino que potencias extranjeras e incluso enemigas se apoderarán de él. Pero si Inglaterra no lo acepta, entonces debemos hacer que muerda el polvo. Sin embargo, el Führer aceptaría la paz com las siguientes condiciones: Inglaterra fuera de Europa, devolución de las colónias y mandatos. Indemnización de lo que nos fue robado después de la guerra mundial...*<sup>99</sup>

A experiência da Segunda Guerra Mundial para a Grã-Bretanha acabaria por ser ainda pior do que a guerra anterior, pois para além das perdas humanas e materiais, desta vez os territórios tropicais foram invadidos (invasão de Singapura, pelos japoneses, em 1942), ao mesmo tempo que a «jóia da Coroa», a Índia, se levantava em protesto contra o domínio da potência administrante. Seria que, como afirmava Hubert Deschamps, as velhas prescrições do «empirismo» e do «liberalismo» eram suficientes para manter um vasto e complexo «edifício» em pé, ou este conflito e a revolta localizada do *Quit India* («Abandona a Índia») de Mahatma Gandhi seriam o princípio da derrocada?<sup>100</sup> A questão que o historiador francês colocava era muito pertinente, tendo em conta que ideologicamente o pragmatismo da liberdade económica, política e social tinha sido até ao final de 1945 o apanágio do imperialismo britânico, ao longo dos três últimos séculos. Mas o facto de essa diacronia ideológica ter sido abruptamente interrompida não se ficara só a dever ao sentimento anticolonialista que a guerra criara, e que outras causalidades levariam os investigadores a interrogarem-se, como acontecera com Sarah Stockwell, especialista no *King 'College* de Londres, que a propósito afirmava:

*If the dynamics and causation of the end of empire have inevitably attracted most attention from historians, the management of “decolonization” as a process has now become a prominent theme, although the two cannot entirely be separated. Historians see similarities in the origins of the various Europeans decolonizations; British handling of the process, however, is often portrayed as distinctive. For some, the means by which Britain negotiated decolonization reflects a “liberal” turn in policy-making manifest in the reforms of the 1930s and 1940s and later accommodation and negotiation. Many note that Britain sought sometimes to anticipate nationalist pressure, debating whether it was better to move “fast” or “slow”, and for some this served to “unlock” the door for African nationalism. As already noted, George Boyce, for example, argues that when forced to accept the inevitability of change the British were at least pre-equipped with a “whole vocabulary that implied adjustment, accommodation, gradualism”, acquired in major*

<sup>99</sup> Goebbels citado por Niall Ferguson, in «Imperio en ...», *El império británico...*, p. 382.

<sup>100</sup> Hubert Deschamps, «L' Empire Britannique», *op. cit.*, pp. 24-32, especialmente p. 32. Ainda Marc Gaborieau, «Inde: la partition était-elle inéluctable?» in *L'Histoire – La fin des Empires Coloniaux – De Jefferson à Mandela*, Paris, Octobre-Décembre de 2010, pp. 41-47, especialmente p. 43.

*colonial losses in the eighteenth century and consistent with a Burkean political tradition – and in which the ideal of Commonwealth was important*<sup>101</sup>.

A questão da queda do Império britânico não tinha só a ver com o liberalismo reformista da administração de Londres, nos anos trinta e quarenta do século passado, mas com o evoluir da situação militar que levou a que a Grã-Bretanha se tivesse que aliar com a sua antiga colónia da América do Norte para, num contrato a crédito, terem sido disponibilizados 26.000 milhões de dólares de armas, cerca da décima parte da sua produção em período de guerra e o dobro dos empréstimos concedidos pelas suas possessões ultramarinas. O endividamento com a guerra fora mais uma vez oportunisticamente aproveitado pelos Estados Unidos da América para, segundo Niall Ferguson, «tirar os olhos ao império britânico»<sup>102</sup>. E, para pagar as dívidas e celebrar a vitória, o Governo de «Sua Majestade» tivera de abdicar do Império, como forma de eliminar o *déficit* das finanças públicas e viabilizar uma Metrópole que, à semelhança de outras, teria de «renascer das cinzas», tal como Fénix, premissa que iria sair cara à classe política dirigente e que mereceria o desabafo do indigitado Primeiro-Ministro, Winston Churchill, que não estava disposto a ir para o Governo para perder o bem mais valioso da Coroa: os seus territórios ultramarinos. E de facto, após 1945, Churchill, continuava a ser imperialista, embora soprassem novos ventos pela emancipação dos povos subjugados.

Criara-se a ideia de que o aparelho reformista da administração britânica concebera as leis, para que o processo de descolonização corresse na altura própria e sem violência. Esta generalização de que uma administração indirecta fomenta a autonomia sobre os povos que controla não provoca descontentamento e conduz a independências céleres e sem sangue, foi um dos lugares comuns que o liberalismo britânico alimentara junto da opinião pública mundial. E a comprovar o contrário, estiveram as revoltas na Índia, com Ghandi, no Quénia, com Jomo Kenyatta, na Malásia, com Tunku Abdul Rahman, para além da própria declaração unilateral de independência que os colonos da Rodésia do Sul proclamaram em 1965, à revelia da Metrópole, dos seus antepassados. Para ultrapassar essa animosidade contra o antigo colonizador e para criar novos laços de solidariedade e de entreajuda fora instituído, em 1949, a *Commonwealth*, com o desígnio de agrupar para fins económicos, políticos e culturais, os domínios brancos da África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Mas, com a entrada posterior das antigas possessões da Índia, Paquistão e Ceilão,

<sup>101</sup> Sarah Stockwell, «Ends of Empire» in *The British Empire...*, pp. 269-293, especialmente p. 280.

<sup>102</sup> Niall Ferguson, «Imperio en Venta» in *El império britânico...*, p. 399.

essa comunidade anglófona foi-se ampliando até atingir na actualidade os cinquenta e quatro membros que partilham uma língua comum, o inglês, e actuam no desporto integrados no Comité Olímpico Internacional<sup>103</sup>. Assim, este império multissecular haveria de se afirmar junto dos ex-colonizados numa perspectiva idiossincraticamente cultural, que deixaria resquícios no imaginário e na identidade dos milhões de súbditos que viveram debaixo da bandeira monárquica da velha Albion e, nesse contexto, recitaram muitas vezes o «*God save the Queen*». Mais do que nas perspectivas materiais, como aliás considerava o historiador Bernard Porter, que argumentava que a dominação britânica acabara por não persuadir completamente toda essa sociedade anglófona dos seus próprios valores e paradigmas: «*none of this was new. The lack of imperial commitment that characterized the majority of the British people from the 1940s onwards was simply a continuation of what had gone before. Even at the empire's greatest extent (around 1920) or most exciting times (the 1850s, '80s, and '90s) Britain had never been a convincing imperial society*»<sup>104</sup>.

## 1. 2. A ideia de Império no discurso mussoliniano da Itália

Ao analisarmos a ideia de Império no discurso mussoliniano teremos que inserir a linguagem deste político na conjuntura doutrinária donde emergiu esta personagem da História de Itália da primeira metade do século XX<sup>105</sup>. Numa abordagem sincrónica entre o corporativismo do Estado Novo português e o fascismo italiano, o conceito de Império era talvez aquele que serviria de elo entre as doutrinas políticas destes dois países latinos<sup>106</sup>. O conceito latino de *Imperium* terá certamente vários significados linguísticos, reunindo os conteúdos ideográficos relacionados com o sentido de «hegemonia» e de «dominância política e militar» de uma instituição sobre outra. Império, na acepção lusa terá

<sup>103</sup> Chris Wrigley, «A Guerra Fria e o Fim do Império Britânico, 1945-1965» in *Churchill*, Lisboa, Texto Editores, 2010, pp. 111-129, especialmente p. 113.

<sup>104</sup> Bernard Porter, «Empire on Condition, 1914-1940» in *The Absent-Minded Imperialists – Empire, Society and Culture in Britain*, Oxford, Oxford University Press, 2007, pp. 255-282, especialmente p. 282.

<sup>105</sup> Alberto De Bernardi, «Il Fascismo e le sue Storie» in *Estados autoritários e totalitários e suas representações* (Coordenação de Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 9-16, especialmente p. 16.

<sup>106</sup> Luís Reis Torgal, «“O FASCISMO NUNCA EXISTIU...” - Reflexões sobre as representações de Salazar» in *Estados autoritários e totalitários e ...*, pp. 17-29, especialmente pp. 27-28. Ainda António Costa Pinto, «O Estado Novo na investigação dos anos 80 – “O Estado Novo” na historiografia sobre o fascismo italiano» in *O Salazarismo e o Fascismo Europeu – problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, Coleção Imprensa Universitária n.º 92, pp. 65-70.

inicialmente esse significado de «proeminência», «supremacia», «soberania», mas também de «ordem» e de «acção». Neste último sentido de poder em acção se traduzirá a extensão do domínio da Metrópole junto das suas Colónias. Na opinião de Alfredo Pimenta, a acção do Império ou do Imperialismo «é a manifestação da vida forte, viril, dominadora. Há vidas inertes – a dos que se deixam viver. Há vidas activas, – dos que vivem, porque querem viver»<sup>107</sup>. E este «querer viver», segundo Nietzsche, não seria mais do que uma «vontade de poder» que impõe pela força ou pela aceitação uma soberania. Mas também o «querer viver», segundo Pimenta, pretenderá dizer:

Alargar-se, expandir-se, transformar-se, dominando, desenvolver-se, absorvendo. No meio, portanto, do caos das noções, dos conceitos, das traduções de ideologias, o que fica, como resíduo permanente, nesta questão do império, é isto: *querer viver*. Percorrendo, com os olhos, o Mundo inteiro, e desprezando, como convém, ficções e mentiras, nós podemos apontar os povos que *querem viver*, e os povos que pertencem à triste categoria dos que se *deixam viver*<sup>108</sup>.

Procurando «querer viver», mais do que «deixar viver» o povo italiano demonstrou modernamente vontade de se expandir a partir de 1851, com dois homens cruciais no período de *Risorgimento* por uma Itália nova: Cavour e Mazzini. Cavour tinha a intuição de que o Mar Mediterrâneo era estratégico para as relações comerciais de Itália com os diversos vizinhos marítimos, especialmente com a Tunísia. Na linha deste pensamento estava também Giuseppe Mazzini, o qual em 1871 afirmava da importância da Itália promover uma «invasão colonizadora na África Mediterrânea»<sup>109</sup>. Mas foi o Governo de Francesco Crispi em 1887, que iniciara uma política colonial de ocupação nomeadamente na África Oriental, com a conquista dos territórios da Somália em 1887, da Eritreia em 1890, e da Etiópia em 1896, embora as operações para a dominação desta última região tenham corrido mal, com a humilhante derrota de Aduá<sup>110</sup>. O facto dos herdeiros modernos do antigo Império Romano não terem participado em grande escala na ocupação de África

<sup>107</sup> Alfredo Pimenta, «O Império Colonial Factor de Civilização» (Conferência realizada na Academia de Ciências de Lisboa, em 28 de Março de 1936) in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano XII, Abril de 1936, n.º 130, pp. 24-54, especialmente p. 30.

<sup>108</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>109</sup> Giuseppe Mazzini citado por Giuseppe Bottai em *Mussolini Costruttore D'Impero*, 2ª edição, Mantova, «Mussolinia», Edizioni Paladino, S/Data, p. 9.

<sup>110</sup> Ruggiero Romano, «Mitos, ilusões, desilusões – 1860-1922» in *História de Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1980, pp. 97-108, especialmente p. 99. Também, Richard Pankhurst, «La carrera de las potencias europeas por el dominio de África y la modernización de un estado africano independiente: El pretendido protectorado italiano y la batalla de Adua» in *Revista de Occidente (Etiópia: El Desafío de la Historia)*, Madrid, Fundación José Ortega y Gasset, N.º 352, Septiembre 2010, pp. 31-41, especialmente pp. 36-37.

logo a seguir à Conferência de Berlim de 1885, à semelhança de outras metrópoles europeias como a Bélgica, a França e a Grã-Bretanha, acirrara os ânimos para uma maior intervenção dos «transalpinos» neste continente<sup>111</sup>. A não concretização da dominação das terras da Etiópia teria desmoralizado a opinião pública e levantado uma onda de cepticismo, a qual se repercutiu na classe dirigente e nos intelectuais nacionalistas, tendo este «desastre» funcionado como um antídoto para neutralizar esta atitude decadentista entre políticos e dirigentes italianos.

Esta corrente patriótica emergira na Europa com as vitórias de Napoleão I em França e foi posteriormente adoptada pelos nóveis Estados que se unificaram durante o segundo Império e que eram a Alemanha e a Itália, a ponto de Pagano ter chamado a esta doutrina de «nacionalitarismo» ou doutrina assente nos princípios das nacionalidades<sup>112</sup>. Como reacção a este primeiro nacionalismo europeu que se confundia com o demo-liberalismo burguês e capitalista, o nacionalismo italiano de Enrico Corradini fora, pois, uma reacção contra este estado de coisas e revelava-se abertamente contra a democracia parlamentar, procurando entre outros assuntos resolver a questão demográfica e a «hemorragia» de emigrantes que partiam à aventura para arranjar empregos noutros continentes, sobretudo na América em países como a Argentina, o Brasil e os Estados Unidos. Para este nacionalista deveria começar-se um novo período da história de Itália, sendo que este «renascimento» da nação «transalpina» deveria ser feito simultaneamente para o interior e para o exterior. Nesta última direcção, a ocupação de Tripoli deveria ser «o primeiro acto deste renascimento da Nação italiana»<sup>113</sup>.

Reforçando as teorias nacionalistas de Corradini surgiu em Florença, em Dezembro de 1910, a *Associazione Nazionalista Italiana* que iria procurar conciliar esforços e vontades provenientes de homens que associavam a ideia nacionalista e imperialista, com a dos pressupostos do sindicalismo revolucionário. Verificamos, portanto, que esta estratégia de associar o nacionalismo ao sindicalismo revolucionário não era uma invenção utilizada pelo fascismo de Mussolini, mas antes de tudo, na opinião de Ploncard d'Assac, era já um conteúdo ideológico próprio deste nacionalismo pioneiro. Logo, segundo este autor, «Mussolini não foi o inventor do aspecto “imperialista” do fascismo, herdou-o de

<sup>111</sup> Fernando Garcia Sanz, “Italia y España: Restauracion, Crisis Coloniales y Crisis Europeas” in *Espanoles e Italianos en el Mundo Contemporaneo (I Coloquio Hispano-Italiano de Historiografia Contemporanea)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1990, pp. 129-152, especialmente p. 130.

<sup>112</sup> A. Pagano citado por Jacques Ploncard d'Assac em «Enrico Corradini ou o nascimento do nacionalismo italiano» in *Doutrinas do Nacionalismo*, Lisboa, Edições Panorama, 1962, pp. 91-104, especialmente p. 93.

<sup>113</sup> Corradini citado por Giuseppe Bottai, *op. cit.*, p. 23.



Corradini»<sup>114</sup>. Este renascimento face à apatia e ao descrédito da opinião pública italiana estava bem patente no preâmbulo da revista *Il Regno*, lançada em Novembro de 1903, no qual Corradini antecipava aquilo que Mussolini anos mais tarde procurará fazer:

Os meus amigos e eu temos um único fim: ser uma voz entre todas as que se queixam e indignam da apatia e relaxamento que caracterizam a hora nacional presente...uma voz entre outras para apontar todos os que tudo fazem para serem vencidos. Para denunciar a burguesia italiana que reina e governa<sup>115</sup>.

A voz de Corradini tornou a fazer-se a ouvir, quando a 1 de Março de 1911, data que assinalava os quinze anos da derrota italiana em Aduá na Etiópia, surgira o periódico *L'Idea Nazionale*, na qual despontavam como colaboradores o nome deste nacionalista e ainda o de Francesco Coppola, Luigi Federzoni, Roberto Forges-Davanzati e Maurizio Maraviglia. Assim, a reconquista da Etiópia não era uma ideia original de Mussolini e remontava à idiossincrasia do semanário *L'Idea Nazionale* que já apontava para a estratégia imperialista que Mussolini depois executaria nos anos trinta do século XX, com todos os aspectos negativos que conhecemos desta aventura dos legionários italianos na África Oriental: as sanções impostas pela Sociedade das Nações; a aproximação aos interesses nazis de Hitler<sup>116</sup> e a constituição da estratégia imperialista do Eixo juntamente com a Alemanha e o Japão, preanunciando a entrada no conflito e a derrota na Segunda Guerra Mundial<sup>117</sup>. Portanto, o desaire da Etiópia fora também, segundo estes nacionalistas, um dos pressupostos que contribuíram para o «relaxamento» colectivo dos italianos, à espera de homens e instituições que pudessem fazer o *radunamento* em torno de alguns pontos mobilizadores que trouxessem de volta o fervor patriótico e a auto-estima para o renascimento de Itália. Como medidas regeneradoras a implementar, para a viabilização política de Itália, os nacionalistas da *L'Idea Nazionale* propunham, entre outras, as seguintes:

Trazer os italianos ao sentimento e ao conhecimento do génio de Roma e do Império; libertar a cultura universitária da imitação estrangeira; despertar o sentido e a autoridade do Estado, opondo-se à acção

<sup>114</sup> Ploncard d'Assac, «Enrico Corradini ou o nascimento do...» in *Doutrinas do...*, p. 95.

<sup>115</sup> Corradini citado por Ploncard d'Assac, *Idem, Ibidem*.

<sup>116</sup> Alexander J. de Grand, «A ascensão do Fascismo e do Nazismo» in *Itália Fascista e Alemanha Nazista – O Estilo “Fascista” de Governar*, São Paulo, Madras Editora, 2006, pp. 37-42. Luís Bensaja dei Schirò, «Biógrafos e biografias de Mussolini» in revista *Vértice*, n.º 102, de Setembro-Outubro de 2001, pp. 16-36.

<sup>117</sup> Ernst Wilhelm Eschmann, «Colónias» in *El Estado Fascista en Itália*, Barcelona-Buenos Aires, Editorial Labor, S.A., 1931, pp. 101-103.

desagregadora dos partidos e das classes, e ao individualismo crónico dos italianos; erguer o prestígio da Monarquia e considerar a Igreja como o Instituto secular e glorioso da vida religiosa nacional e internacional; reforçar a organização militar do Estado; dirigir as energias para a conquista colonial em África, para ali fazer uma terra de emigração italiana não servil; combater, no parlamentarismo e na maçonaria, a corrupção e a extrema decadência das instituições e das forças políticas herdeiras do *Risorgimento*; combater no socialismo a perversão de um povo inteiro feito inimigo da pátria e estranho e hostil ao Estado; combater na democracia parlamentar e maçónica e também no socialismo, dois internacionalismos, um burguês, o outro proletário, mas ambos inimigos da Nação; considerar a política estrangeira como a missão mais importante do Estado; promover a solidariedade de todas as classes para atingir um maior bem-estar colectivo, na luta económica e política entre as nações<sup>118</sup>.

Como se poderá depreender, a questão colonial estivera presente nos pressupostos que o semanário *L'Idée Nazionale* apresentara ao País em 1911, nomeadamente quando associava o primitivo Império de Roma ao hodierno Império de Itália<sup>119</sup>. Ainda uma outra ideia aproveitada pelo discurso mussoliniano dos pressupostos deste jornal nacionalista era a do direccionamento da emigração para o povoamento e ocupação da África sob bandeira italiana<sup>120</sup>. Curiosa também a noção que o nacionalista Corradini tinha do território italiano, pressuposto aproveitado por Mussolini para a delimitação do Estado fascista e em que estava subjacente esse conceito de descontinuidade geográfica e de domínio ultramarino e ainda a imagem de Nação que condicionava e determinava os aspectos espirituais deste país herdeiro da primitiva civilização romana<sup>121</sup>. Logo, para Corradini «o próprio território, conforme a sua natureza, posição geográfica, terrestre e marítima, ou simplesmente terrestre, consoante a sua extensão e a sua produção, é formador da raça na sua função de elaboração da nação que é de natureza espiritual»<sup>122</sup>. A unidade da Nação pressuposto primordial para a construção do Estado fascista era essencial para determinar e projectar esse mesmo Estado para o exterior, na concorrência com as outras potências mundiais<sup>123</sup>. A herança «romântica» da violência na disputa e concorrência contra outros

<sup>118</sup> Ploncard d' Assac, «Enrico Corradini ou...», *op. cit.*, pp. 96-97.

<sup>119</sup> Robert Paris, «Nacionalismo e Expansionismo: A Associação Nacionalista Italiana» in *As Origens do Fascismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970, pp. 33-43, especialmente p. 39.

<sup>120</sup> Kevin Passmore, «Italy: "making history with the fist"» in *Fascism – A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2002, pp. 50-61, especialmente p. 59. Ainda, Patricia Knight, «"Great, Respected and Feared" – How successful was Mussolini's foreign policy from 1922 to 1938? » in *Mussolini and Fascism*, London/New York, Routledge – Questions and Analysis in History, 2003, pp. 81-96, especialmente p. 84.

<sup>121</sup> Mussolini, «Valeur et Mission de l' État» in *Le Fascisme- Doctrine-Institutions*, Paris, Éditions Denoel et Steele, 1933, pp. 52-55.

<sup>122</sup> Corradini citado por Ploncard d' Assac, *Idem, op. cit.*, pp. 101-102.

<sup>123</sup> Antonio Zanfarino, «Il Fascismo – Il mito della nazione» in *Il Pensiero Politico Contemporaneo*, Padova, CEDAM, 1998, pp. 447-451.

Estados também fora um dos pontos que o fascismo mussoliniano herdara dos nacionalistas corradinianos<sup>124</sup>. Este intervencionismo pela violência era uma das características da Humanidade e na história de Itália a guerra esteve sempre presente desde os remotos tempos do Império Romano até ao período de unificação com Giuseppe Garibaldi, no século XIX<sup>125</sup>.

O incentivo à guerra e à força das armas foram atitudes que os primeiros nacionalistas invocaram, a partir de 1915, para reclamar mais territórios nos Balcãs, no Mediterrâneo e no próximo Oriente Asiático. Esta ideia de «guerra vitoriosa» para trazer novos territórios para uma Itália grande e imperial era uma ideia que Mussolini acabara por absorver, embora um pouco mais tardiamente<sup>126</sup>. Isto porque nos primeiros tempos do seu «consulado» o *Duce* estivera mais preocupado com a governação e os assuntos internos do Estado romano, mais do que enfrentar e hostilizar os grandes rivais da Europa como eram a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha. Para a Itália fascista, nos primeiros anos de regime, a política internacional não interessava tanto como à rival Alemanha que, a partir do tratado de Versailles, estava mais empenhada em recuperar os territórios coloniais de que fora desapossada pelas potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial. Por esse facto, Berlim desejava que se abrisse novamente o *dossier* da partilha colonial para renegociar os domínios que perdera e haviam sido entregues à administração internacional sob a forma de Mandatos, pela Sociedade das Nações<sup>127</sup>.

No caso do fascismo italiano, este havia herdado dos pensadores corradinianos a ideia da necessidade de preservar o património colonial oitocentista como fonte de espiritualidade e de nacionalidade e de transmitir esses valores aos vindouros, mesmo que para isso se tivesse que utilizar a violência e a força das armas para defender ou/e acrescentar mais território ao Império já constituído. Corradini apercebera-se anteriormente da efemeridade do poder imperial e sabia que, depois da conquista e da conservação, se sucederia uma fase de decadência e que nessa uma potência mais forte poderia vir para usurpar esta soberania da dominância que, pela força, impunha ordem num *status quo* territorial. Na sequência desta constatação sobre a contingência do «Império» de Corradini,

<sup>124</sup> Mussolini, «Contre le Pacifisme: la Guerre et la Vie comme Devoir», *Le Fascisme...*, pp. 34 -36.

<sup>125</sup> Frederico Chabod, «Os Anos do Pós-Guerra» in *História do Fascismo Italiano*, Lisboa, Editora Arcádia, 1963, pp. 19-29, especialmente pp. 28-29.

<sup>126</sup> Gianfranco Bianchi, «A Doutrina Fascista da Nação Guerreira» in *Ascensão e Queda do Fascismo*, 2 Volumes, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 1º. Volume, S/Data, pp. 25-52, especialmente p. 38.

<sup>127</sup> Stanley G. Payne, «La Política Exterior y la Expansión» in *Historia del Fascismo*, Barcelona, Editorial Planeta, 1995, pp. 289-304, especialmente p. 289.

a Associação Nacionalista dez anos antes de Mussolini chegar ao poder já esboçara em 1912 um modelo acerca do «nosso império» para afirmar que o mesmo deveria ser «conquistado, organizado, mantido e assim tenderá a morrer e então será necessário que outros nos expulsem, como foram expulsos os nossos pais, os romanos. Mas o espírito do que os nossos pais fizeram e do que fizeram os gregos perdurará transmitido em nós»<sup>128</sup>.

Este percurso que o fascismo mussoliniano irá fazer durante vinte e três anos, entre 1922 e 1945, compreenderá a tomada do poder, a acomodação e depois a decadência deste regime, correspondendo ao renovar de uma tradição deste espírito ancestral dos «nossos pais» que perdurara por muitos anos, desde a Antiguidade até à Actualidade. E o renascimento, para os nacionalistas dessa grande e imperial Roma far-se-ia depois da Primeira Guerra Mundial, quando em 21 de Março de 1919 Benito Mussolini, um antigo professor primário, ex-militante do partido socialista, admirador confesso de Garibaldi, Marx e Nietzsche, fundara o Fascio Milanês de Combate núcleo original do que viria a ser o grande Partido Nacional Fascista, criado em Novembro de 1921<sup>129</sup>. Mas seria de facto a marcha sobre Roma a 28 de Outubro de 1922, com alguns milhares de camisas negras, nos quais se incluíam os companheiros mais próximos de Mussolini como Balbo, Bianchi, De Bono e De Vecchi, que viria a ser decisiva para a tomada do Poder, ratificada pelo Rei, a 31 de Outubro de 1922<sup>130</sup>. Dias depois, a 16 de Novembro de 1922, o *Duce* proferirá o primeiro discurso oficial em Montecitorio, por ocasião da abertura da sessão parlamentar e da apresentação do novo Governo. Neste discurso o Ditador já projectava algumas das características da sua personalidade e destacava algumas das *nuances* da idiosincrasia em que se fundamentava o *fascio* de combate inicial agora no poder.

De entre alguns dos aspectos mais salientes da nova política italiana, destacar-se-ia a forma como Mussolini se dirigia aos parlamentares e como encenava através da linguagem e de alguns rituais as ideias que pretendia fazer passar. Utilizava a palavra de forma «enérgica» e «viril» no discurso oral, como «arma» de incitamento à ameaça, à violência e à confrontação dos seus milhares de «camisas negras», sempre dispostos a acatar as suas

<sup>128</sup> Corradini in «Sopra l'avie del nuovo impero» citado por Jacques Ploncard d'Assac, *Doutrinas do...*, pp. 103-104.

<sup>129</sup> Emilio Gentile, «Le parti dans le laboratoire totalitaire fasciste» in *Qu'est-ce que le fascisme? Histoire et interprétation*, Paris, Éditions Gallimard, 2004, pp. 265-312, especialmente pp. 268-269.

<sup>130</sup> Enzo Collotti, «O Fascismo no poder: O Fascismo em Itália» in *Fascismo, Fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992, pp. 57-90. Também, Roger Griffin, «Post-war Italian Fascisms» in *The Nature of Fascism*, London/New York, Routledge, 3.<sup>a</sup> Edição, 1996, pp. 63-67, especialmente p. 67.

ordens e a segui-lo para todo o lado<sup>131</sup>. Assim, o *Duce* apresentava-se aos representantes do poder legislativo da seguinte forma:

(...) Recusei-me a pisar os vencidos, e podia pisá-los. Impus-me certos limites...com trezentos mil jovens armados dos pés à cabeça, decididos a tudo e prontos, de maneira quase mística, a obedecer às minhas ordens, eu podia castigar todos aqueles que tinham difamado e tentado cobrir de lama o fascismo. Podia fazer deste recinto cinzento e surdo um bivaque de manípulos<sup>132</sup>.

A partir da altura do discurso do «bivaque» a Itália tinha um Primeiro-Ministro fascista, mas não tinha um Governo fascista. O período compreendido entre 1922 e 1925, que correspondeu ao percurso para a imposição da Ditadura, em que Mussolini presidira a Governos de coligação, dos quais apenas os Partidos Socialista e Popular estavam excluídos. Este período de transição que aguardava pela «normalização» dos Governos da responsabilidade do *Duce* e que procurava governar para um leque variado de interesses, assente no trinómio «Partido-Ditador-Estado»<sup>133</sup>, do qual avultava uma esquerda hostil, uma direita desconfiada e uma extrema-direita dividida por várias tendências inconciliáveis. Segundo Martin Blinkhorn, havia cinco tendências no espectro ideológico que suportavam os Governos presididos pelo novo *condottieri* italiano. Os mais radicais eram os que emanavam dos primitivos *ras* ou *squadisti* que tinham feito a marcha para Roma e que aspiravam por uma «segunda revolução» para imporem definitivamente as suas ideias e métodos; a «esquerda fascista, composta por ex-sindicalistas» e outros apostatados elementos dos partidos desta corrente de pensamento, do qual tinha emergido o próprio Mussolini e que queriam que o novo regime construísse um Estado «nacional-sindicalista» capaz de demagógicamente entusiasmar as massas trabalhadoras de Itália; os «tecnocratas» fascistas que através da reforma e das inovações tecnológicas procuravam criar um aparelho de Estado moderno e concorrencial com os demais países europeus; os fascistas «conservadores» que pretendiam a normalização do regime e a manutenção da ordem social e política que haviam conseguido com a chegada ao poder do líder dos

<sup>131</sup> Emilio Gentile, «Mussolini: visages d'un mythe» in *Qu'est-ce que le fascisme? Histoire et interprétation*, Paris, Éditions Gallimard, 2004, pp. 177- 227, especialmente pp. 179-182. Também, Paul Brooker, «The Fascist Examples – Mussolini's Regime in Italy» in *Twentieth-Century Dictatorships – The Ideological One-party States*, New York, New York University Press, 1995, pp. 23-36, especialmente pp. 32-36.

<sup>132</sup> Pierre Milza, «O estabelecimento da Ditadura» in *Mussolini*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001, pp. 271-311, especialmente pp. 274-275.

<sup>133</sup> António Costa Pinto, «O Regime Fascista Italiano» in *As Ditaduras Contemporâneas* (Coordenação de Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira), Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 27-36, especialmente p. 28.

«camisados»; finalmente os nacionalistas que se haviam fundido com os elementos do Partido Nacional Fascista, em 1923, visando construir um Estado imperialista<sup>134</sup>.

Esta perspectiva de um Estado «imperialista» dos nacionalistas do Partido Fascista estava muito próxima da posição revisionista de Mussolini relativamente a um dos aspectos mais importantes da política externa italiana, após a Primeira Guerra Mundial<sup>135</sup>. A mudança ideológica de Mussolini acompanhou também o período de ascensão ao poder do fascismo, numa altura em que o partido desta ideologia ainda não era maioritário no Parlamento e em que outras forças democráticas asseguravam um equilíbrio que controlava cada um dos partidos com assento parlamentar. Para que o novo regime se afirmasse e o Partido Nacional Fascista se consolidasse havia necessidade de rever e fazer aprovar uma outra lei eleitoral, a lei Acerbo, que foi homologada em Julho de 1923, para garantir que em próximas eleições o partido mais votado deteria automaticamente dois terços dos lugares do Parlamento, o que viria a acontecer nas eleições de Abril de 1924, em que a lista dos candidatos oficiais obtinha 66% dos votos e 374 lugares dos 535 lugares no Parlamento<sup>136</sup>.

Ao mesmo tempo em que se alterava a lei eleitoral para instalar os fascistas em maioria no Parlamento, também na rua os agitadores *neri* endureciam o seu comportamento e de uma forma violenta se confrontavam com todos aqueles que não tinham abjurado dos antigos ideais democráticos, a ponto de terem sido cometidos assassinatos, como o do socialista Giacomo Matteoti em Junho de 1924, que acabariam por provocar uma grande «onda» de indignação e a demissão dos deputados socialistas e de outras bancadas do Parlamento italiano. Esta contestação generalizada ao *Duce*, em vez de ter produzido a saída do poder do mesmo, pelo contrário e com o beneplácito do Rei ainda reforçou mais a concentração do poder num só partido e num só homem, com todas as consequências nefastas que tal facto ocasionaria na sociedade italiana, sobretudo quando a ditadura mussoliniana foi consagrada pelo decreto de 24 de Dezembro de 1925<sup>137</sup>. Portanto, o pós Primeira Guerra Mundial servira para mudar o espectro político de Itália e reformular individual e colectivamente muitas das ideias e teorias dominantes relacionadas com o socialismo e a forma de governar interna e externamente este país do sul da Europa.

<sup>134</sup> Martin Blinkhorn, «O Caminho para a Ditadura, 1922-1925» in *Mussolini e a Itália Fascista*, Lisboa, Gradiva Editora, 1984, pp. 42-46, especialmente p. 44.

<sup>135</sup> Renzo de Felice, «Os Períodos da História do Fascismo e o Problema das suas Origens» in *Explicar o Fascismo*, Lisboa, Edições 70, 1976, pp. 173 – 183.

<sup>136</sup> Martin Blinkhorn, «O Caminho para a Ditadura...», *op. cit.*, p. 45.

<sup>137</sup> Patrícia Knight, «From Prime Minister to Dictator, 1922 to 1926» in *Mussolini and...*, pp. 31-44, especialmente p. 34.

O ditador Mussolini era produto do meio e muita da idiossincrasia que agora punha em causa tinha-lhe servido para a sua participação contestatária relativamente aos anteriores Governos italianos. Foi o que acontecera quando a Itália em 1911 procurou conquistar a Líbia à Turquia, tendo nessa guerra Mussolini sido contra, por considerar que a expansão colonial só servia para a voracidade do lucro capitalista e não para os interesses das massas trabalhadoras.

Oito anos após esta atitude anti-imperialista que lhe valera um ano de prisão, Mussolini reformulava todo o seu esquema de valores doutrinários e agora pondo de lado a luta de classes como motor da história, afirmava num artigo do jornal *Popolo d'Italia*, de 1 de Janeiro de 1919, que, à semelhança do que asseveraram os nacionalistas Oriani e Corradini, havia necessidade de dar à Itália o devido «espaço vital» que sempre desejara, para modernamente cumprir com a «missão histórica» de que fizera jus ao longo dos séculos, desde os remotos tempos dos impérios dos seus antepassados romanos. Esta ideia de «missão» assemelhava-se muito à expressão utilizada por Valentim Alexandre para denominar a mesma atitude que o regime do Estado Novo português atribuíra a esta «herança sagrada» ou «direito histórico» de preservar o património colonial herdado das descobertas e conquistas lusas dos primórdios da Época Moderna<sup>138</sup>.

Esta noção fora sem dúvida Mussolini buscar ao nacionalismo de Corradini, pouco ou nada inovando relativamente à ideia de Império herdada dos romanos, como forma de satisfação de interesses históricos e demográficos. Mas vejamos, entretanto, como o *Duce* via o Estado fascista e o associava a outras formas de expressão material e espiritual. Assim, para o Ditador «o estado fascista é uma resolução de poder e de domínio, a tradição romana é, neste caso, uma ideia de força. Na doutrina do fascismo, o Império não é só uma expressão territorial, militar ou mercantil, mas espiritual e moral. Pode conceber-se um império, quer dizer, uma nação, que directa ou indirectamente, guia as outras nações, sem que seja necessária a conquista de um palmo de terra. Para o fascismo a aspiração ao Império, isto é, à expansão das nações, é uma manifestação de vitalidade: pelo contrário, o espírito caseiro é sinal de decadência. Os povos que nascem ou ressuscitam são imperialistas, os povos que morrem são renunciadores»<sup>139</sup>. Esta ideia de mais fortes e de mais fracos em política internacional estava contemplada no discurso do Ditador, ao

<sup>138</sup> Valentim Alexandre, «A Questão Colonial no Portugal Oitocentista» in *Nova História da Expansão...*, Volume X, pp. 21-132, especialmente p. 95. Também, Giancarlo Monina, «Tripoli (1912-1914) – Líci dopo Tripoli» in *Il Consenso Coloniale – Le Società Geografiche e L'Istituto Coloniale italiano (1896-1914)*, Roma, Carocci Editore, 2002, pp. 250-259.

<sup>139</sup> Mussolini citado por Jacques Ploncard d'Assac, *Doutrinas do...*, p. 138.

considerar o Mundo repartido entre esta bipolarização de forças, sendo que os fracos são aqueles países que eram pobres e «proletários», como era o caso da Itália, enquanto os outros eram os países ricos e «plutocráticos» que procuravam dominar todos aqueles que tinham menos recursos. Esta perspectiva desdramatizava a visão idílica da comunidade internacional e mostrava como o *Duce* face aos outros países, especialmente aos mais desenvolvidos industrialmente, mostrava uma atitude suspeitosa, se bem que na fase de instalação do fascismo Mussolini procurasse não contrariar as principais potências europeias e até assinara com elas um acordo (Pacto dos Quatro, em 1933), como na realidade aconteceu, para tentar dar à Europa «dez anos de paz»<sup>140</sup>.

A grande mudança no discurso de Mussolini sobre o Império deu-se em 1923, com a integração dos nacionalistas no Partido Nacional Fascista. De entre alguns dos aspectos mais salientes da nova política italiana, destacar-se-ia a forma como Mussolini se dirigia aos parlamentares e como encenava através de alguns rituais as ideias que pretendia fazer passar<sup>141</sup>. Assim, a expansão italiana não apelava só ao sentimento do passado apoteótico do Império Romano, mas sobretudo ao sentido pragmático da resolução dos problemas das pessoas. E era esse sentido utilitarista de favorecer a emigração para novas terras fora da Europa que prevalecera, para despoletar o bem-estar económico de uma população eminentemente rural condicionada pela limitada superfície do seu território metropolitano (301.268 Km<sup>2</sup>) e sedenta de «espaço». Esta relação desfavorável entre demografia e superfície habitável terá contribuído para que a política revisionista das relações externas italianas passasse a dar importância à expansão colonial e à política de povoamento para os territórios ultramarinos com fraca ocupação europeia, como eram os da Cirenaica e da Tripolitânia, no norte de África<sup>142</sup>. Não era por acaso que, para reforçar este sentido imperial de dar condições económicas ao povo italiano, o *Duce*, em Abril de 1926, fizera uma viagem a terras da Tripolitânia e já no final desta visita, quando inaugurava o Congresso Agrícola Colonial, no *Teatro Miramar* de Tripoli, num discurso em que ponderava entre a «fome de terra» e a «prolixidade demográfica», Mussolini destacava o papel do Estado fascista para resolver este problema sócio-económico:

(...) *Sta sorgendo in Italia una nuova generazione, la generazione modellata dal fascismo: poche parole e molti fatti. La tenacia, la perseveranza, il método, tutte virtù alle quali sembravamo negati,*

<sup>140</sup> Pierre Milza, «O árbitro da Europa – O Pacto a Quatro» in *Mussolini...* pp. 553-572.

<sup>141</sup> Benito Mussolini in *Il Popolo d'Italia*, de 10 de Novembro de 1921.

<sup>142</sup> Giuseppe Bottai, «Il problema dell' espansione italiana come problema político» in *Mussolini Costruttore D'Impero*, Mantova, «Mussolinia», Edizioni Paladino, 1927, pp. 30-33.



*dovranno diventare domani – e non già in parte – virtù fondamentali del carattere italiano...Questi uomini e queste donne che alla vita forse troppo cómoda e confortabile delle nostre città preferiscono la vita sana e dura dei pioneri, sono veramente degni di ammirazione...Non bisogna attendere tutto dal Governo; anche questo é un mal costume degli italiani che dobbiamo abolire. Là dove bastano gli individui, nulla si deve chiedere a la collectività, perché il Governo rappresenta la collettività ed il denaro che il Governo dà è il dannaro de popolo italiano stremato dal sangue e quindi sacro fino all' ultimo centésimo*<sup>143</sup>.

Até 1922 o povoamento destas possessões tinha sido insignificante, não só porque as operações militares de conquista e ocupação do território tinham levado a essa paralisação, mas também porque tinha havido incapacidade económica para retomar esse esforço em zonas praticamente abandonadas. Quando a guerra terminou e se restabeleceu a ordem e a paz (a partir de 1922, na Tripolitânia, e de 1927, na Cirenaica), renasceram os projectos para voltar a colonizar esta terra africana do Mediterrâneo. Para a viabilização material desses projectos, a metrópole italiana haveria de conceder facilidades de crédito aos colonos, dar formação e incentivo educacional a todos aqueles cidadãos que desejassem partir para a diáspora e concretizar projectos de obras públicas que envolvessem a construção de estradas, pontes e trabalhos hidráulicos. Foi no seguimento destas actividades de implementação da soberania em África, quatro anos depois da chegada ao poder do regime fascista, que Mussolini se atrevia a fazer esta viagem para dar incentivo à colonização europeia nestas paragens tropicais e fazer a propaganda de Itália no exterior. A visita decorria numa altura em que o próprio *Duce* havia escapado a um atentado no Capitólio, e em que internacionalmente, depois de Berlim e de Versailles, pouco haveria para partilhar em territórios coloniais desvinculados de soberania. A presença de Mussolini, como *condottieri* de um povo condicionado por estreitas fronteiras e sedento de grandeza, serviria para moralizar e publicitar os novos projectos de um Estado que apostava no engrandecimento do Império para fazer a sua redenção política, e na emigração para fazer a sua redenção social. Muito embora em 1926 houvesse uma contradição entre o que afirmava Mussolini para consumo interno dos seus apaniguados e a realidade internacional, no que respeitava a territórios disponíveis para serem administrados por Roma.

Sete anos depois de Versailles, após a Alemanha ter perdido as suas possessões para a administração mandatária da França e da Grã-Bretanha, somente restavam para partilhar algumas regiões da África Oriental. Esse facto era problemático para quem revelasse

<sup>143</sup> Vide Mussolini, «Noi abbiamo fame di terre perchè siamo prolifici e intendiamo restare prolifici» in Mário dei Gaslini, *Mussolini in Africa*, Roma, Edizioni Paladino, 1926, pp. 45-46.

intenções expansionistas perante um membro de pleno direito da Sociedade das Nações, como era o caso da Etiópia, que depois da Libéria, fora o país de África com o estatuto de independência mais antigo e com assento de pleno direito nesta Sociedade. Qualquer acto hostil que fosse contra os direitos invioláveis da independência de um dos seus membros era delito do foro internacional, que teria de cair sob a arbitragem do areópago criado no final da Primeira Guerra Mundial para dirimir estes conflitos e criar uma nova ordem que evitasse que os mais fortes dominassem os mais fracos<sup>144</sup>. A propósito desta política de ambições territoriais da Itália e do papel que a Sociedade das Nações deveria ter para neutralizar os ideais expansionistas do fascismo mussoliniano, o jornal *Les Annales Coloniales* fazia uma análise sobre a neutralidade que a diplomacia de Genebra deveria revelar para tratar de assuntos tão melindrosos como este. Tanto mais que o ministro das Colónias italiano Federzoni havia afirmado no Congresso Geográfico de Milão que, caso houvesse redistribuição de Mandatos, o povo italiano tinha «o direito de reivindicar uma prioridade absoluta»<sup>145</sup>. Eram estas afirmações inquietantes, proferidas menos de uma década depois de Versailes, que levaram o jornal francês a afirmar:

O desequilíbrio actual do mundo é o principal obstáculo aos esforços da Sociedade das Nações. Há, no mundo, países que têm muito e outros que possuem o suficiente, ricos e pobres. Este tem um império colonial poderoso; aqueles, nenhum território nas colónias. Um dispõe de matérias-primas numa quantidade mais do que necessária, outro não as pode procurar senão com grande custo. A esta injustiça distributiva devem aqueles que procuram realizar a paz do mundo, fazer suceder a justiça, a ordem, e a harmonia<sup>146</sup>.

A Itália desejava que as suas aspirações coloniais fossem resolvidas pela Sociedade das Nações ainda antes das pretensões alemãs pela recuperação das suas colónias retiradas após a sua derrota na Primeira Guerra Mundial. No primeiro caso, a consolidação da soberania sob os territórios ocupados antes de 1914 tinha começado a operar-se no final de 1922, altura em que Mussolini tinha conquistado o Poder. No norte de África a «reconquista» dos domínios anteriormente ocupados pela Itália, na primeira fase da sua colonização que ainda remontava ao século XIX, tinha oferecido a resistência das populações locais, naquilo que se chamou a segunda colonização desse mesmo país. Na Tripolitânia, a primeira região para a qual o regime fascista mostrara interesse, a

<sup>144</sup> Martin Blinkhorn, «Diplomacia e imperialismo, 1922-36 – O Fascismo e a Política Externa» in *Mussolini e a Itália...*, pp. 63 – 72, especialmente pp. 66-69.

<sup>145</sup> Vide Federzoni citado por Mário Roustan a propósito da «Itália e os mandatos coloniais» in jornal *Les Annales Coloniales*, Paris, de 10 de Outubro de 1927.

<sup>146</sup> Mário Roustan, «A Itália e os...», *Ibidem*, *Les Annales Coloniales*.

progressão no terreno operou-se por duas fases: numa primeira em que procurou apoderar-se do litoral e da região setentrional, nos anos compreendidos entre 1922 e 1924; na outra, esta fizera-se mais tardiamente para sul, entre 1927 e 1928, até à ocupação da Fezânia. Na Cirenaica a resistência local obrigara a uma guerra de ocupação mais prolongada que só terminaria em 1931, quando foi capturado o principal líder rebelde, o chefe Senoussya<sup>147</sup>. Nesta região norte-africana, segundo Felipe Cavazzo, após a pacificação foi criada um organismo de colonização de ordem económica e agrícola, que tinha por máxima «*tute per la colonizzazione*», que pretendia ocupar e povoar esta zona, de acordo com os parâmetros europeus e que permitiria aos emigrantes italianos viver em condições superiores das que tinham originariamente na Mãe-Pátria. Para isso era preciso valorizar esta ocupação agrícola com a introdução de capitais e de quadros técnicos. Depois das mesmas arroteadas, irrigadas e fertilizadas, seguir-se-iam outros meios de colonização mais definitivos como a construção de estradas e de habitações, que visaria a instalação definitiva destes emigrantes<sup>148</sup>.

Interrogado sobre a importância da colonização na Líbia, o ministro das Colónias Fedengui alvitrou a possibilidade de num quarto de século, portanto até ao final da primeira metade do século XX, a Itália enviar para essa região do norte de África cerca de 300.000 colonos, para valorizar cerca de 2.400.000 hectares de terra fértil, que ajudaria a resolver não só o problema económico, mas também demográfico deste País. Mas, para haver um investimento humano desta cifra, era evidente que teriam de advir para Roma contrapartidas agrícolas importantes. Segundo uma entrevista de Mussolini ao jornal inglês *Daily Mail*, não eram só os efeitos exaltados da propaganda junto da opinião pública que interessavam ao Ditador, mas também o renovar de proveitos materiais numa região estratégica que vinte séculos antes os antepassados romanos haviam conseguido conquistar para o seu Império:

A Itália acha-se ansiosa de realizar um formidável plano de colonização nos seus domínios do norte de África, da Tripolitânia e da Cirenaica e este empreendimento exige dispendiosas obras públicas, como a construção de estradas e de caminhos-de-ferro, a perfuração de poços artesianos, etc. O objectivo último do

---

<sup>147</sup> Pierre Milza, «O sonho imperial», *Mussolini*, p. 373.

<sup>148</sup> Camille Fidel, «A colonização e o problema demográfico italiano» in *Revue des Questions Coloniales et Maritimes*, Paris, Julho de 1928.

Governo italiano é restituir ao norte de África aquela prosperidade que fez dele, nos tempos de Roma, um dos celeiros do mundo<sup>149</sup>.

Mas a conquista da Líbia, nesta fase do expansionismo fascista, não significava que Roma se tivesse transformado numa grande potência imperialista. Como perspicazmente observara o ministro alemão da propaganda Goebbels, os italianos não queriam ser uma grande potência, mas esta vontade tinha sido artificialmente criada por Mussolini e pela propaganda como *fait-divers* para chamar a atenção da opinião pública mundial<sup>150</sup>. Depois da exuberante e ruidosa viagem marítima do Ditador à Líbia, em Abril de 1926, seguir-se-ia a visita do subsecretário da Aeronáutica Ítalo Balbo, num périplo aéreo à Tunísia e à maioria das divisões administrativas desta região africana. Concomitantemente a esta viagem de glorificação patriótica aos trópicos dos governantes italianos, o *Duce* anunciava a saída de uma frota para manobras no Mar Mediterrâneo. Este Mar era estratégico para os interesses italianos regionais, a ponto do subsecretário das Colónias Cantalupo referir a importância deste elemento geográfico na política externa do regime fascista, nomeadamente no que respeitava às relações com o mundo islâmico<sup>151</sup>.

Numa entrevista dada no ano de 1927, desenvolvia melhor o governante a perspectiva desta utilização na ligação entre Ocidente e Oriente, afirmando a este respeito que tal política «reforçará sem dúvida a posição geral nos cuidados com o Islão, posição que de resto durante muito tempo cultivou, tributando pleno respeito pela religião da antiga e multiforme raça arábico-berbere... Esta nossa função, em vez de prejudicar os interesses dos outros, é no fundo uma garantia e uma vantagem para todos os ocidentais que têm interesses em África, porque a política italiana, sendo pacífica, tornou-se junto do Islão como um elemento de equilíbrio»<sup>152</sup>. A romanidade e o imperialismo ancestral como seiva que alimentava as pretensões hegemónicas do regime fascista contemporâneo estavam bem presentes nestas palavras de Mussolini. O *Duce* chegara mesmo a atribuir a esta união entre Ocidente e Oriente impulsionada pela Roma imperial, como o momento precursor da

<sup>149</sup> Mussolini citado por Camille Fidel, *Idem, Ibidem*.

<sup>150</sup> Goebbels citado por José Maria Sole, «Mussolini y sus fantasmas» in revista *La Aventura de la Historia*, Año 5, n.º 60, Octubre 2003, pp.28-35, especialmente p. 31. Também, Zeev Sternhell, Mario Sznajder e Maia Ashéri, «De la Guerre de Libye à l' Interventionisme des Ouvriers, le Syndicat et la Nation» in *Naissance de l'idéologie fasciste*; Paris, Gallimard, 2010, pp. 292-318, especialmente p. 317.

<sup>151</sup> Segundo Knox, a reconstituição deste «espaço vital» visava o estabelecimento do «terceiro Império Romano» no Mediterrâneo. Vide Aristotle A. Kallis em «The “Regime-Model” of Fascism – A typology» na obra colectiva editada por Constatin Iordachi, *Comparative Fascist Studies – New Perspectives*, London/New York, Routledge, 2010, pp. 215-237, especialmente p. 228.

<sup>152</sup> Subsecretário Cantalupo citado por Giuseppe Bottai, «Il problema dell' espansione italiana come problema político» in *Mussolini Costruttore ...*, p. 32.

velha Europa. E o *rissorgimento* desta civilização e a sua reconversão numa civilização universalista era a forma mais adequada para que estes mesmos valores de romanidade não se perdessem e tivessem um novo papel entre estes dois Mundos. Mas, para que tal acontecesse na actualidade teria que ser com o ímpeto da «voz revolucionária do fascismo italiano, que se levantou contra a ausência de alma e de ideal desta civilização»<sup>153</sup> e não com os métodos e a idiossincrasia do sistema capitalista decadentista.

Mussolini resolveu na sua política de revisionismo continental minar toda a influência da vizinha e rival França na Europa Central e Balcânica, forma abreviada de, pela política francesa de apoio aos «Estados satisfeitos», tentar contrariar esse auxílio e por essa forma acalentar a «chama» de encontrar facilidades nas suas pretensões a alguns territórios que se localizavam nessa zona charneira entre o Ocidente e o Oriente. A Jugoslávia era o Estado que melhor representava estes dois Mundos, quer pela diversidade étnica, quer pelas reivindicações territoriais em presença. A Albânia fora o motivo pelo qual as relações amigáveis de vizinhança que se desenvolviam entre italianos e jugoslavos se comesçassem a deteriorar a partir de 1926, quando Belgrado se apercebeu das verdadeiras intenções de Roma sobre aquele território balcânico. O protectorado da Albânia era apenas um dos meios que o regime fascista utilizava para ganhar influência no sudeste da Europa. Também, a assinatura de um tratado com o Governo de direita da Hungria e o incentivo a movimentos subversivos na Jugoslávia permitiram à Itália fascista substituir os interesses franceses nesta zona e concretizar as pretensões hegemónicas de Roma sobre a região do Adriático, à custa do desmantelamento do Estado jugoslavo.

Esta política destabilizadora da revisão das convenções revelava o modo como a diplomacia fascista actuava e como essa maneira de agir era sustentada pelo próprio Ditador que minimizava o papel destes acordos de paz, afirmando num discurso no Senado, em 5 de Junho de 1928, que os mesmos não eram «eternos», nem «perfeitos»<sup>154</sup>. Mas, apesar de efémeros e imperfeitos, Mussolini não deixara de utilizar este instrumento diplomático quando os interesses de Itália estavam em causa, nomeadamente nas relações e nos confrontos com a França, sua rival. E um dos problemas que desencadeava essa hostilidade franco-italiana era o das fronteiras meridionais da Líbia que, para ser resolvido, o teria de ser com a anuência de Paris, visto a expansão italiana em terras da Tripolitânia

<sup>153</sup> Vide «Discurso do sr. Mussolini no Congresso de Estudantes Asiáticos» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Fevereiro de 1934, n.º 104, pp.143-144, especialmente p. 144.

<sup>154</sup> Vide «Discurso de Mussolini no Senado italiano proferido no dia 5 de Junho de 1928» transcrito por Pierre Milza em *Mussolini...*, p. 379.

depender da posse da região de Fezzan, controlada até então pelo Governo francês para aí construir uma linha férrea que pretendia ligar a África do Norte ao porto do Níger, projecto que ficaria conhecido pelo nome de Transaariano<sup>155</sup>.

Estas hostilidades entre vizinhos latinos que duravam há doze anos foram atenuadas pelos crescentes avanços armamentistas da Alemanha hitleriana, a partir de 1933, que com estas atitudes bélicas pusera toda a Europa de sobreaviso quanto às verdadeiras intenções deste país relativamente a este continente e à restante comunidade internacional. Embora a depressão económica de 1929 tivesse desacelerado o processo de militarização do regime fascista italiano, a propaganda mussoliniana fazia crer aos «quatro ventos» que o seu exército tinha capacidade para mobilizar rapidamente cinco milhões de homens, o que verdadeiramente não correspondia à realidade dos factos<sup>156</sup>. Em Julho de 1932, Mussolini reassumiu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e em consequência desse facto a Itália abandonava a política moderada de Dino Grandi seu antecessor, que se caracterizara mais pela resolução dos conflitos internacionais do que pela intervenção da Sociedade das Nações, e encetava uma política externa muito mais agressiva. O armamentismo, o militarismo e o expansionismo territorial seriam agora com Mussolini, no início da década de trinta, estratégias mais adequadas para a Itália fascista, do que a política ambivalente de Grandi face ao panorama internacional.

O *Duce* estava inquieto e frustrado face aos magros resultados conseguidos anteriormente com a compostura diplomática do seu regime. A ideia de que «o fascismo não era para exportação»<sup>157</sup>, prevalente nos primeiros anos deixava agora de fazer sentido, pelo que a «exportação» do sentido revolucionário do fascismo para fora de Itália era uma ideia que se tornava cada vez mais obsessiva na mente do Ditador. O cumprimento histórico do destino imperial de Itália era agora como que uma missão a que ninguém poderia fugir. Novas condições políticas faziam com que a Europa entrasse numa conjuntura em que a hegemonia e o monopólio anglo-francês, que ressaltara do Tratado de Versailles, estivessem a chegar ao fim. Internamente o fascismo italiano precisava de ser alimentado pela demagogia e pelo ímpeto revolucionário de um ideário que o Partido Nacional Fascista no Poder deixara esmorecer. Nas colónias do norte de África, especialmente na Tripolitânia e Cirenaica, a ocupação militar acabara com a resistência das

<sup>155</sup> Vide R. Cantalupo, «O Transaariano e as aspirações italianas» in jornal *Corriére della Sera*, de 26 de Junho de 1928.

<sup>156</sup> Martin Blinkhorn, «A Diplomacia de Mussolini, 1922-32» in *Mussolini e a Itália...*, pp. 66-69, especialmente p. 68.

<sup>157</sup> Pierre Milza, «O Sonho Imperial», *Mussolini...*, p. 371.

populações autóctones e a dominação destas regiões deixara de constituir problema para Roma. A subida ao poder de Adolf Hitler e a sua nomeação como Chanceler, a partir de Janeiro de 1933, também obrigara a rever um dado que o regime fascista ignorara, e que era a gradual importância do nazismo na Alemanha, que começava regionalmente a rivalizar com as ambições de Itália. A necessidade de manter a inviolabilidade das fronteiras do nordeste levava a Itália a apoiar os regimes conservadores da Áustria-Hungria, nomeadamente o do austríaco Dollfuss. E fora a tentativa de golpe de estado apoiada pela Alemanha nazi, com o assassinato de Dollfuss, que levaria a Itália a deslocar um grande contingente militar para junto das fronteiras austríacas, facto que faria desmobilizar temporariamente as pretensões germânicas para com esta região da Europa<sup>158</sup>. Esta atitude trouxera grande prestígio diplomático para a Itália e fizera aumentar a auto-estima de Mussolini, que com este recuo alemão ganhou ainda mais ânimo para prosseguir com as suas intenções para o estabelecimento de um império na África Oriental.

Estes acontecimentos no centro da Europa deram-lhe esperanças também para desempenhar um papel mais activo no «velho» Continente. Em Junho de 1933, por iniciativa do *Duce*, realizava-se um encontro diplomático a alto nível entre os quatro países europeus mais importantes de então (Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália), que ficara conhecido pelo «Pacto dos Quatro», para se discutir a situação política internacional<sup>159</sup>. Os países democráticos, como a França e a Grã-Bretanha, que desconfiavam das atitudes militaristas e expansionistas dos regimes fascistas entretanto constituídos, viram de bom grado que as ambições territoriais da Itália fossem desviadas da Europa, para o distante continente africano, e apesar de a Etiópia pertencer à Sociedade das Nações, deram liberdade ao regime mussoliniano para realizar este projecto que já há alguns anos vinha germinando nas mentes da sua elite política<sup>160</sup>. Para concretizar este desígnio, o Governo de Roma começara a fazer algumas alterações no plano da sua estruturação colonial interna. Assim, Mussolini que já controlava as Relações Externas, passara também a dirigir o ministério das Colónias, enquanto o general De Bono desembarcava em Massouah, para

<sup>158</sup> Kevin Passmore, «Fascism and conservatism in the early 20 th century» in *Fascism – A Very Short...*, pp. 72-87, especialmente p. 78.

<sup>159</sup> Paul Guichonnet, «La Política Exterior (1925-1936) – La reconciliación con las democracias y la política de Stresa» in *Mussolini y El Fascismo*, Barcelona, Editora Oikos-Tau, 1994, pp. 76-85, especialmente pp.79-81. Também, Jacques Nérè, «As Relações Internacionais de 1932 a 1939» in *O Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Edições Ática, 1976, pp. 447-456, especialmente p. 450.

<sup>160</sup> Renzo de Felice, “A Política Externa do Fascismo” in *Breve História do Fascismo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras/ Editorial Notícias, 2005, pp. 109-123, especialmente pp. 100-101.

ocupar as funções de Alto-Comissário para a África Oriental, cuja sede começara a funcionar na capital da Eritreia, Asmara<sup>161</sup>.

Na Conferência de Stresa, de Abril de 1935, participaram, para além da Itália, a França e a Grã-Bretanha, convocadas para discutir o papel revisionista da Alemanha, face ao Tratado de Versailles, e toda a política externa da Europa subsequente a 1919, nomeadamente o papel da Sociedade das Nações na implantação da política dos Mandatos sob os antigos territórios coloniais da Alemanha e que Berlim nunca aceitara de bom grado. Embora a Conferência tenha servido para discutir a Europa, pesou sempre entre os países participantes o fantasma da Etiópia e as ambições que o nacionalismo italiano nos últimos cinquenta anos devotara a esse território da África Oriental. Franceses e britânicos evitaram cuidadosamente falar sobre esse «troféu» que a Itália de Mussolini queria integrar no seu Império pela via de uma intervenção armada, muito embora a Grã-Bretanha para evitar a guerra tivesse oferecido à Itália uma fatia de um território seu nessa região, o que não fora suficiente pois, segundo Martin Blinkhorn, «só o derramamento de sangue poderia satisfazer Mussolini»<sup>162</sup>.

Ideologicamente para os fascistas moussolinianos a violência era uma atitude moral, eficaz e necessária que era utilizada para remover situações de decomposição e apodrecimento social, que impediam que a nação corporativa se pudesse desenvolver. E nessas situações de «doença» social ou «gangrena» a violência seria uma forma de resolver rapidamente um assunto que, por vezes, a propaganda demorava décadas a resolver. Mussolini dava o exemplo de como foi útil no início, em 1922, para os *fascios* italianos acometer contra o poder parlamentar instituído através de várias formas de pressão, como tinham sido a marcha dos «camisas negras», as ameaças dos *ras* ou dos *squadristi* e o assassinato à punhalada do socialista Giacomo Matteoti. Sobre este recurso que contrariava todas as regras da diplomacia utilizadas pelas embaixadas e areópagos internacionais, Mussolini fazia as seguintes considerações:

A violência não é imoral e até é moral às vezes. Nós negamos aos nossos inimigos o direito de protestar contra a nossa violência... Por outro lado, a violência é eficaz. No Verão de 1922, quarenta e oito horas de violência sistemática permitiram-nos obter o que não tínhamos obtido em quarenta e oito anos de

---

<sup>161</sup> Lilycus, «Últimos factos da política colonial italiana» in *La Nouvelle Dépêche*, Paris, 20 de Janeiro de 1935.

<sup>162</sup> Martin Blinkhorn, «A Etiópia» in *Mussolini e a Itália...*, pp. 69-72, especialmente p. 71.



propaganda. Assim, a violência que remove uma situação gangrenosa é uma violência necessária, santa e sagrada<sup>163</sup>.

Apesar de contextualizada, Mussolini não queria que a violência se convertesse em escola de valores, em doutrina de ideias e até numa moda desportiva, mas sim e unicamente numa forma de fazer avançar as sociedades e os governos pelos quais se regiam. Para o Ditador há uma «violência lógica que liberta», e uma «violência estúpida que acorrenta». Assim, para o governo das nações era necessária uma mão de «aço» e uma vontade de «ferro» para que a violência «lógica» se pudesse exercer entre os cidadãos e para que se pudessem fazer executar as leis que os outros órgãos de soberania formulavam. Isto porque a opinião pública, no dizer do *Duce*, estava cansada de tanta liberdade. Logo, para Mussolini a repressão e o totalitarismo antidemocrático seriam formas de reacção a tanto excesso de liberdade, afirmando que «os homens estão cansados da liberdade por se ter feito dela uma orgia. Para a juventude intrépida, inquieta, rude, que se levanta no crepúsculo matutino da nova história, outras palavras exercem um fascínio maior, e estas palavras reduzem-se a três: ordem, hierarquia, disciplina»<sup>164</sup>. Se para a política interna do fascismo mussoliniano a violência era um factor decisivo para a manutenção da «ordem», da «hierarquia» e da «disciplina», se para este regime a violência não era imoral e como a política exterior é sempre a continuação da sua política interior<sup>165</sup>, poderemos deduzir da transposição que o Ditador fizera desta «qualidade» revolucionária para que a mesma fosse «moralmente» necessária para ser aplicada na conquista de territórios em África. A Etiópia era a «jóia» do Império, uma espécie de entronização do *Duce* como César desses vastos territórios governados até então por um soberano abissínio, o *rastra* Hailé Selassié. Mussolini queria a sua «guerra» e esta pretensão pela conquista do território etíope era um objectivo que os italianos perseguiram desde há meio século e que, após a derrota de Aduá em 1896, o *Duce* poderia concretizar como desforra e como consagração de um Império.

A preparação para este evento de conquista tinha começado com muitos meses de antecedência, como se comprovava pela nomeação de De Bono para representante da metrópole italiana na região e ainda pela correspondência epistolar trocada entre os dois governantes. Estes factos demonstravam que, em Março de 1935, Mussolini estava

<sup>163</sup> Benito Mussolini, *El fascismo expuesto por Mussolini*, Madrid, 1934, pp. 187-188.

<sup>164</sup> Mussolini, *Idem*. Também, Elena Hernández Sandoica, *Los Fascismos Europeos*, Madrid, Ediciones Istmo, 1992, pp. 213-214.

<sup>165</sup> Vide Palmiro Togliatti citado por Elena Hernández Sandoica, «La política exterior del fascismo en la óptica comunista: el imperialismo débil» in *Los Fascismos*..., pp. 240-242, especialmente p. 241.

cauteloso e ao mesmo tempo confiante relativamente à logística a utilizar nesta intervenção armada. Por um lado, o Ditador temia os etíopes, por causa da derrota infligida em Aduá, mas por outro confiava que o número de divisões disponíveis para avançar em África era três vezes superior ao número pedido por De Bono, o que seria suficiente para ter êxito nesta campanha. Para o *Duce* era preciso portanto não repetir os enganos do passado:

Por causa de alguns milhares de homens que não estavam lá, fomos vencidos em Ádua! Eu não cometeria nunca um tal erro. Prefiro realmente pecar por excesso, jamais por defeito<sup>166</sup>.

E a megalomania do Ditador prevaleceu, tendo sido enviados para a África Oriental mais de 800.000 soldados como porta-estandartes de um imperialismo da italianidade que procurava que Roma fosse novamente a capital de toda a civilização europeia. A agressão à Etiópia começara em Outubro de 1935, sem formalmente se ter acatado os requisitos da diplomacia internacional a que por dever moral a Itália estava obrigada (quer para as outras nações, quer para com a nação invadida), que era a declaração antecipada de guerra<sup>167</sup>. O desencadear deste acto bélico fora mal recebido pelos países representados na Sociedade das Nações, especialmente a França e a Grã-Bretanha, que como elementos de pleno direito desta Sociedade tinham feito tudo para evitar esta invasão e não podendo ficar caladas, pela arbitrariedade e pela desproporção de forças utilizadas para com um país com menos recursos e, ainda, pelos motivos que justificaram um acto desta índole, que era a acusação invocada pela Itália de que a Etiópia escravizava parte da sua população.

O anúncio desta operação foi feito por Mussolini, no chamado discurso da «Proclamação do Império», proferido no dia 9 de Maio de 1936, no balcão do Palácio de Veneza, em que o *Duce* perante a multidão de muitos milhares de compatriotas apregoou o que a Nação nos últimos cinquenta anos ansiara por ouvir: «A Itália possui enfim o seu Império»<sup>168</sup>. De facto os italianos escutaram esta notícia em plena atmosfera «mística» e «mágica» desta cidade dos Doges que induzia subliminarmente o instinto dos outros concidadãos para o facto da Pátria, donde provinham, ter agora o seu Império, à semelhança aliás do que acontecera com as outras grandes metrópoles como a França e a Grã-Bretanha. No discurso da «proclamação do Império» feito a 9 de Maio de 1936,

<sup>166</sup> Vide «Carta de Mussolini a De Bono de 8 de Março de 1935» citada por Pierre Milza, *Mussolini...*, p. 581.

<sup>167</sup> Benito Mussolini, «Um povo digno do seu passado não pode tomar uma decisão diferente» (Discurso pronunciado na rádio – 2 de Outubro de 1935) in *50 Grandes Discursos da História* (selecção e apresentação de Manuel Robalo e Miguel Mata), Lisboa, Edições Sílabo, 2009, pp. 73-75.

<sup>168</sup> Pierre Milza, «A Proclamação do Império» in *Mussolini...*, p. 591.

Mussolini utilizou a estratégia da encenação e da amplificação de sentimentos, sons, mímicas, silêncios e posturas. Na construção deste discurso, depois da «armação» tudo dependeria da «atmosfera» e do «cimento» das palavras que os italianos estavam desejosos de ouvir da boca do seu líder:

Ao longo dos trinta séculos da sua história, a Itália viveu muitas horas memoráveis, mas a de hoje é certamente uma das mais solenes. Anuncio ao povo italiano e ao mundo que a paz foi restabelecida. Não é sem emoção e sem orgulho que, após sete meses de ásperas hostilidades, eu pronuncio esta grande palavra. Mas é absolutamente necessário acrescentar que se trata da nossa paz, da paz romana, que se exprime nesta simples, irrevogável, definitiva fórmula: a Etiópia é italiana! Italiana de facto, pois que ocupada pelos nossos exércitos vitoriosos. Italiana de direito, pois que com o gládio de Roma é a civilização que triunfa sobre a barbárie, a justiça que triunfa sobre a arbitrariedade cruel, a redenção da miséria que triunfa sobre a escravidão milenar<sup>169</sup>.

Perante tal facto, a Sociedade das Nações pronunciou-se pela condenação da Itália e pela aprovação de sanções económicas que a penalizassem perante um acto tão irreflectido com consequências danosas para qualquer um dos outros elementos desta Sociedade, que viam na invasão da Etiópia um motivo para que o mesmo se pudesse repetir com qualquer um dos outros membros. Face a esta condenação, a Itália mussoliniana passaria a dramatizar, perante os antigos aliados de Stresa, com toda a liturgia da palavra e da oratória o papel de injustiçada e de «lobo» ameaçador que havia estripado as suas vítimas, passara a «cordeiro» assaz vulnerável e fragilizado, que estava a ser alvo de uma conjura internacional armada por aquelas nações a que chamava «plutocráticas», que decidiam pelo destino das outras nações consideradas «proletárias». Esta estratégia, como afirmava Juan Arias, de utilizar as potencialidades oratórias à maneira de Gabriel d' Annunzio, criava um «clima psicológico» de convencimento da opinião pública, através «de um raciocínio, sem exaltar e impelir para a acção, abandonando toda a tentativa de discurso racional, pois não explicava, nem demonstrava, nem afirmava. A sua táctica consistia em pôr diante do ouvinte uma galeria de imagens e de sentimentos que estimulariam a sua capacidade de reacção»<sup>170</sup>.

E foi a mobilização desta «capacidade» que impelira o povo italiano a encher praças e avenidas clamando hinos e hossanas ao seu *Duce*, numa atmosfera grotesca que fazia

<sup>169</sup> Vide «Discurso de Mussolini» reproduzido pelo jornal *Il Popolo d' Italia*, de 6 de Maio de 1936. Também, «A Proclamação do Império» in *Mussolini...*, p. 591.

<sup>170</sup> Juan Arias, «Lenguaje y Liturgia Fascistas» in *La Caída de Mussolini*, Barcelona, Editorial Planeta, 1995, pp. 225-244, especialmente pp. 226-227.

com que estes homens só se juntassem quando tinham por motivação «um caudillo ou uma desgraça»<sup>171</sup>. A dramatização pelas sanções da invasão da Etiópia lançara Roma para as mãos da Alemanha nazi, pressagiando o princípio do fim deste regime. Aliás, foram necessários apenas nove anos para que este projecto megalómano do Império italiano caísse por terra e que a cidade de Roma e as suas províncias capitulassem às mãos dos Aliados, após uma devastadora Guerra Mundial, que tudo destruiu à sua passagem. O mito do homem providencial desmoronava-se e modernamente mais um «imperador» pagava com sangue, o sangue que fizera derramar. Mussolini costumava dizer que o povo italiano gerou com o seu suor a fundação do Império contemporâneo, mas teria necessidade de pegar em armas, caso o mesmo estivesse em risco de sobrevivência. E fora isso que acabara por acontecer, tendo sido as próprias armas que serviram o regime e a cumplicidade expansionista com outros regimes «plutocráticos», que se viraram contra o próprio regime e o seu Ditador.

Depois da invasão da Albânia em 1939, e da campanha desastrosa contra a Grécia, em 1940, a 24 de Julho de 1943 o Grande Conselho do Fascismo convidava Mussolini a renunciar a todos os seus cargos e a tornar Roma uma cidade aberta. Não tendo acatado a moção de «Desconfiança» do principal Conselho do regime que criara, um dia depois, a 25 de Julho do mesmo ano, o rei Victor Emanuel III dava-lhe ordem de prisão, tendo o seu lugar sido entretanto ocupado pelo marechal Badoglio<sup>172</sup>. Traído por todos os seus colaboradores mais próximos, incluindo o genro Galeazzo Ciano, o *Duce* vai tornar-se presa fácil do poderoso chanceler do Governo alemão Adolf Hitler, que o conseguirá libertar das «garras» dos seus apaniguados e o fará reentrar em Itália, onde chefiará uma minúscula República, com sede em Saló, entidade que não era mais do que uma extensão do regime nazi alemão em terras romanas. Desempenhando uma farsa como mandante do *Fuhrer* e dos seus desígnios territoriais, manietado, cercado e telecomandado, somente a 16 de Dezembro de 1944, no Teatro Lírico de Milão, tivera oportunidade no decurso de uma assembleia fascista de aparecer pela última vez em público e de fazer o chamado discurso da «desforra» em que responsabilizava e ameaçava todos aqueles correligionários e colaboradores que o tinham abandonado e se tinham passado para o campo do inimigo, como «grandes traidores»:

---

<sup>171</sup> *Idem, Ibidem*, p. 239.

<sup>172</sup> Greg Annussek, «Prólogo – Mussolini cai do poder» in *Hitler e o resgate de Mussolini – Uma das mais célebres operações de guerra do século XX*, Vila Nova de Gaia, Babel Editores, 2007, pp. 7-14, especialmente pp. 11-14.

Há outra categoria de pessoas que não escaparão a sanções severas e que são todos aqueles que ocuparam durante anos cargos importantes, que receberam honras e recompensas e que, nos dias de provação, se passaram para o inimigo. Estes são os responsáveis da catástrofe que se abateu sobre Itália, e estes casos de traição serão julgados por tribunais especiais expressamente constituídos<sup>173</sup>.

Com a restrição dos movimentos da «República Social Italiana», artifício imposto pela Alemanha hitleriana em Setembro de 1943 para manter no terreno a política do Eixo, Mussolini ia perdendo cada vez mais influência dos seus partidários que se passavam para as hostes da Resistência, controlada pelas potências Aliadas. O regime de Saló preocupava-se agora mais com os traidores do que com a forma como a Alemanha atraía e desrespeitava antigos compromissos diplomáticos com a Itália, nomeadamente o que se referia ao Pacto de Aço que formalizava no papel as anexações feitas em 1918 e 1919 pela Itália nos territórios da Áustria-Hungria. Em Agosto de 1944, as tropas aliadas já tinham chegado a Florença e nos primeiros meses de 1945 tomaram todo o norte de Itália, invadindo simultaneamente a Alemanha pelo leste e oeste. Em fuga, Mussolini seria capturado pelas forças da Resistência conjuntamente com Clara Pettacci, tendo ambos sido fuzilados a 28 de Abril de 1945<sup>174</sup>. Com a morte anunciada do homem, do regime e da ideologia, caía por terra a utopia expansionista da ultrapassagem do Mediterrâneo pelas «portas da prisão europeia» que era a península itálica. Ficava por saber em que direcção caminharia o expansionismo mussoliniano. Seria que a ideia de Império da Roma fascista, depois da Etiópia, passaria por outros espaços vitais para a sua economia e demografia? E quais seriam esses espaços? O continente africano? Falou-se e especulou-se muito sobre as ambições que a Itália manteria sobre os territórios coloniais portugueses de Angola e de Moçambique. Em Angola, o que impressionava os italianos? O planalto de Benguela?

A revista *L' Economia Nazionale* referira-se entretanto à visita que Mário Busetto fizera a esta última colónia e em afirmações posteriores considerava que a «parte mais interessante» desta possessão era «o planalto de Benguela, que é atravessado pelo caminho-de-ferro Lobito/Catanga, e Lobito é o melhor porto da costa ocidental Africana e

<sup>173</sup> Discurso de Mussolini citado por José Maria Sole, «Ocaso Fascista» in revista *La Aventura de la Historia*, Año 5, n.º 60, Octubre de 2003, pp. 28-35, especialmente p. 31. Ainda, Pierre Milza «O Último Acto – Regresso a Milão», *Mussolini...*, p. 753.

<sup>174</sup> Frederico Chabod, «A guerra e a queda do regime fascista. A Resistência» in *História do Fascismo Italiano*, Lisboa, Editora Arcádia, 1963, pp. 145-207, especialmente pp.157-170. Também, David Solar, «Mussolini - Un trágico y sórdido epílogo» in *La Aventura de la Historia*, Año 7, N.º 78, Abril de 2005, pp. 25-35.

um dos melhores do mundo»<sup>175</sup>. E em Moçambique, o que interessava aos italianos? A concessão de uma companhia agrícola, no norte, na região do Niassa? Segundo o jornal *L'Idée Colonial*, «a colónia de Moçambique, com uma extensão aproximada de 760.000 quilómetros quadrados e com uma população de cerca de 3.000.000 de indígenas, prestava-se excelentemente à intervenção do capital e do trabalho italianos, visto nela se poderem com facilidade obter concessões agrícolas em que um grande número dos nossos agricultores encontraria emprego. Conviria, pois, que os capitalistas italianos se interessassem directamente na construção do caminho-de-ferro»<sup>176</sup>. Qual a razão do interesse de Itália pela Índia? E pela América Latina? E qual seria para Roma o papel do Mar Mediterrâneo? Um *Mare Nostrum* ou um *Mare Vostrum*? Todas estas interrogações ficaram sem resposta, pelo facto da utopia expansionista não ter sido concretizada e ainda pelo caso de Mussolini não ter tido tempo de escrever um livro de memórias no qual, na versão de alguns familiares, daria a conhecer todas estas interrogações que estiveram subjacentes à sua governação e que se chamaria *Europa 2.000*<sup>177</sup>. Segundo Pierre Milza, a leitura do futuro da Europa e do Ocidente não corresponderia à realidade actual, mesmo que para os critérios dessa avaliação projectiva o *Duce* tivesse utilizado duas variáveis incontestáveis, a demografia e a raça. Deste modo, para a leitura que Mussolini fazia na época dos Impérios pós-contemporâneos resultaria, dessa interpretação, que o Mundo estaria condicionado por fortes pressões demográficas e dele emergiria um leque de potências onde se incluíam a Alemanha, a Itália, o Japão e a U.R.S.S.<sup>178</sup>.

É interessante acrescentar que neste conjunto de países não se encontrava nenhum dos grandes Impérios marítimos que advieram da partilha de África no século XIX (França e Grã-Bretanha), os quais conjuntamente com os Estados Unidos da América foram os vencedores da Segunda Guerra Mundial, destronando as veleidades expansionistas de três das potências (Alemanha, Itália e Japão) que Mussolini pensava que ainda ganhariam protagonismo no Mundo, quando construiu este cenário em 1937. Não falando do esquecimento que o *Duce* tivera da União Soviética que, na ambiguidade da sua política externa, fora pontualmente aliada do nacional-socialismo hitleriano com o Pacto de não

<sup>175</sup> Vide artigo de Giovanni Ângelo Quirici «Uma colónia de grande futuro» in revista *L'Economia Nazionale*, de Janeiro de 1928.

<sup>176</sup> Vide «Colonização italiana em Moçambique» in jornal *L'Idée Colonial*, Roma, 24 de Julho de 1926.

<sup>177</sup> Pierre Milza, «As Ambições Conquistadoras do Duce», *Mussolini...*, pp. 616-620, especialmente p. 620.

<sup>178</sup> *Idem, Ibidem.*

Agressão germânico-soviético assinado em 1939<sup>179</sup>. Ainda sobre o discurso imperial de Mussolini, poderemos afirmar que todo o seu conteúdo se construiu a partir de uma identificação completa entre o cidadão e a instituição fascista que o representava. Esta dicotomia entre cidadania e fascismo será importante para compreender a associação que se fazia entre estes dois conceitos pelos habitantes das cidades e do país suportado pelo Partido Nacional Fascista. Para Juan Árias, esta relação biunívoca entre cidadania e ideologia, isto é, entre o ser-se «fascista» e o dever ser um «bom cidadão» acabaria por se tornar o núcleo «da linguagem e da oratória mussoliniana». Mas esta retórica ainda se fundamentava noutros pressupostos que cerziam o encadear das ideias, no discurso providencialista do *Duce*, como condutor de homens e instituições que precisavam da exaltação e da amplificação de cultos e mitos para sobreviver, tais como: o da romanidade ou do império romano primitivo; o da virilidade e o da força superior do homem sobre os demais; o do anti-feminismo, resultante do anterior, visto que a virilidade não se coadunaria com a sensibilidade do género feminino; o do incentivo ao excesso e à superabundância de rituais e actos de governação; o da hierarquização e diferenciação racial, se bem que em Itália a perseguição anti-semita só tivesse começado na parte final do regime; o da exaltação do campo e dos valores rurais, da Pátria e do amor à terra ancestral dos pais e avós; o da glorificação dos chefes e da obediência a estes de acordo com o *slogan*: «acreditar, obedecer e combater». Assim, ressaltaria que da crença, da obediência, e do combate se investiria toda a paixão e força moral da Nação fascista<sup>180</sup>.

Era a partir portanto destes pressupostos a que se associavam outros como a retórica, a teatralidade, a monumentalidade e a grandiloquência em que emergira Mussolini, qual César de um novo Império Romano que a providência tinha colocado à frente do seu povo, que era meio analfabeto nas suas classes baixas, cheio de complexos de inferioridade, atrasado relativamente a outras potências mais desenvolvidas da Europa e do Mundo, cioso de um «parêntesis» de euforia nacionalista, mesmo que esse «parêntesis» tenha sido tão breve e só tenha durado como utopia não mais do que um quarto de século: o período mais empolgante e trágico da história hodierna de Itália. E convictos, como o seu *Duce*, de «nunca se enganarem», assim, caminharam os italianos carregados de ilusões, para a

<sup>179</sup>Robert Coulondre, «L'Accord Germano-Soviétique» in *De Staline à Hitler*, Paris, Librairie Hachette, 1950, pp. 273-286.

<sup>180</sup>Juan Árias, «Lenguaje y Liturgia Fascista» in *La Caída de....*, p. 240.

guerra mais irracional do século que agora acabou. Do Império e do seu timoneiro mais nada restara, a não ser a memória trágica desses inquietantes dias de violência.

## 2. O Contexto Nacional

### 2.1. A ideia de Império no discurso da Primeira República

A proclamação da República, em 1910, resultara da incapacidade estrutural do regime monárquico em relação à administração política e financeira do país, a partir do último quartel do século XIX. Acontecimentos determinantes como a Conferência de Berlim (1885), o Ultimato Britânico (1890), a Crise Financeira (1890-1893)<sup>181</sup>, e as Conversações Anglo-Alemãs (1895) levaram a que uma elite de intelectuais, comerciantes e militares, formada após a Regeneração fontista, se reclamasse de um novo regime que deveria proclamar os ideais de um ressurgimento assente no desenvolvimento das possessões ultramarinas, a partir de uma administração descentralizada e mais próxima dos interesses pela «coisa pública» do comum dos cidadãos<sup>182</sup>. Ao contrário do que se poderia pensar do regime democrático emergido no dealbar do século XX, a nova Constituição de 1911 entretanto saída da primeira Assembleia Constituinte não reproduzia a tão completa e desejada descentralização político-administrativa reivindicada para os territórios de Além-Mar, muito embora o artigo 67.º desta Constituição preconizasse que «na administração das províncias ultramarinas predominara o regime de descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas»<sup>183</sup>. A ambiguidade e hesitação revelada pelos doutrinadores da Primeira República relativamente à filosofia a adoptar nas possessões ultramarinas passava aliás pela falta de coragem revelada pela própria Assembleia Nacional Constituinte em remover o dogma colonialista da «assimilação», pressuposto eivado de etnocentrismo e de superioridade racial herdado da filosofia política monárquica anterior. Também, o modelo formal consagrado pela Lei-Básica de 1911 no artigo 87.º retirava prerrogativas de intervenção aos deputados para fazer aprovar as

<sup>181</sup> Fernando Rosas, «O condicionalismo externo – Entre o “centro Europeu” e a África» in *História de Portugal* – volume 6, (A Segunda Fundação), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 119-147, especialmente p. 128.

<sup>182</sup> A. E. Duarte Silva, «Salazar e a Política Colonial do Estado Novo: O Acto Colonial (1930-1951)» in *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 103.

<sup>183</sup> Mário Soares, «Constituição de 1911 – Título V – Da Administração das Províncias Ultramarinas – Artigo 67.º» in Joel Serrão (coordenação), *Dicionário de História de Portugal*, volume I, letras A/D, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 679-682, especialmente p. 682.



medidas convenientes para o Ultramar, quando o Congresso da República se encontrasse encerrado. Em sua substituição o Governo, através dos decretos-leis, colmatava este vazio legislativo relativamente às primeiras Constituições monárquicas, especialmente a de 1838 e o acto adicional de 1852, que consagravam nos seus artigos a responsabilidade única e exclusiva de legislar a favor de uma política ultramarina de progresso e bem-estar dos cidadãos dessas possessões<sup>184</sup>.

Em Setembro de 1911 a República criou o ministério das Colónias e somente a partir de Janeiro de 1913, quando Almeida Ribeiro ocupou a pasta desse ministério num Governo sob a presidência de Afonso Costa, foi apresentada na Câmara dos Deputados uma proposta de lei que previa uma nova filosofia para a administração ultramarina que deveria assentar numa gestão descentralizada, que privilegiasse a autonomia financeira e ainda que previsse um tratamento digno para com as populações autóctones de cada uma das parcelas do Império Colonial. Procurava-se dessa forma, no dizer do publicista e divulgador da causa colonial José de Oliveira Ferreira Dinis, que cada um «desses pequenos Mundos» tão diferenciados e tão remotos pudesse ter uma «vida própria» e um «progressivo desenvolvimento»<sup>185</sup>. Três anos após a consagração constitucional do artigo 67.º e cerca de um ano e meio depois da proposta de lei de Almeida Ribeiro sobre a administração indirecta, eram promulgadas a 15 de Agosto de 1914 as duas leis que fundamentaram as bases em que se redigiram as Cartas Orgânicas que norteavam os pressupostos administrativos e financeiros de cada parcela colonial da República<sup>186</sup>.

Apesar de relativamente fáceis de elaborar, estas Cartas Orgânicas inicialmente previstas para serem publicadas no espaço de um ano, demoraram muito mais tempo. Para esse facto terão contribuído factores como o início da Primeira Guerra Mundial e a crise política que se generalizou por todo o «velho continente», a que Portugal não poderia escapar. Os políticos lusos hesitaram em constituir um Governo de «União Sagrada» que aprovasse a entrada nesse conflito para, em parceria com as potências aliadas, nomeadamente com a Grã-Bretanha, poder reivindicar a salvaguarda do património

<sup>184</sup> Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel, *O Problema Colonial Português (Tese XII do Congresso Nacional promovido pela Liga Naval Português)*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1910, pp. 24-34.

<sup>185</sup> José de Oliveira Ferreira Dinis, «A Evolução da Política Colonial Portuguesa» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, Ano IV, n.º 34, Abril de 1928, p. 9.

<sup>186</sup> As duas leis que fundamentaram as Cartas Orgânicas do Ultramar português durante a República foram respectivamente a lei n.º 277, a Lei Orgânica da Administração Civil, e a Lei n.º 278, a Lei Orgânica da Administração Civil e da Administração Financeira. Vide Marcelo Caetano (segundo as lições coligidas por Mário Neves) «A política colonial portuguesa: quarta fase – Autonomia imperfeita» in *Direito Público Colonial Português*, Lisboa, 1934, pp. 105-111, especialmente p. 105.

colonial herdado do século XV. Património ambicionado por potências como a Alemanha, sempre desejosa de poder direccionar para Além-Mar as mais-valias da sua indústria, cada vez mais competitiva nos mercados do continente europeu<sup>187</sup>. A promulgação das Cartas Orgânicas coloniais, verdadeiros documentos de administração indirecta, só ocorreu a partir de 1917<sup>188</sup> e, no caso de Moçambique, a aprovação dessa lei só se concretizaria em 1920, a escassos seis anos do final do regime, com todos os inconvenientes que um atraso desses ocasionou na resolução dos problemas que uma possessão tão distante exigiria no seu dia-a-dia. Entre a aprovação da Constituição em 1911, e a promulgação da maioria das Cartas Orgânicas em 1917, no Governo de Afonso Costa, decorreu um período em que a administração colonial foi feita por legislação avulsa, condensada nas referidas leis n.ºs 277 e 278, de 15 de Agosto de 1914<sup>189</sup>, que formalmente e no impedimento de um diploma específico para cada colónia, consagrava *de facto* os princípios descentralizadores que gradualmente conduziria as populações autóctones ao processo de integração nos pressupostos culturais do colonizador português<sup>190</sup>.

Um ano depois das primeiras promulgações das Cartas Orgânicas que consagravam o princípio da autonomia para a maioria das possessões coloniais, a subida ao poder de Sidónio Pais viera modificar a estratégia administrativa consagrada para os territórios de Além-Mar previstas inicialmente pela Constituição de 1911. A mudança de critério político, determinada pelo advento do sistema presidencialista, foi traduzida pela publicação do Decreto n.º 4627, de 30 de Junho de 1918, que anulou os diplomas legislativos de 1917 sob o pretexto dos mesmos serem meros decalques das leis autonomistas de 15 de Agosto de 1914 e de que a proliferação de várias Cartas para um

---

<sup>187</sup> Moraes Sarmiento, «A luta pelo domínio do mar» in *A Expansão Alemã*, Lisboa, Edição de Nunes de Carvalho, 1930, pp. 77-120, especialmente p. 79. Ainda Gisela Guevara, «O expansionismo alemão em África e a posição de Portugal até à Paz de Vereening: a política da Alemanha a respeito das colónias portuguesas» in *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África – Finais do século XIX e inícios do século XX*, Lisboa, Edição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Colecção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D, 2006, pp. 355-462, especialmente pp. 355-388.

<sup>188</sup> Só em 1917 se concluiu a elaboração da maioria das Cartas Orgânicas e se decretou a sua promulgação para cada colónia com o seguinte *timing*: Cabo-Verde – 26 de Abril; Guiné – 31 de Maio; Índia – 27 de Julho; S. Tomé e Príncipe – 11 de Agosto; Timor – 23 de Agosto; Macau – 5 de Novembro e Angola – 28 de Novembro. Relativamente a Moçambique o decreto n.º 7008, de 9 de Outubro de 1920, codificou as leis orgânicas de 1914 e toda a legislação posterior, num único diploma com noventa e nove bases sob o título de «Bases Orgânicas de Administração Civil e Financeira das Colónias». Vide A. H. de Oliveira Marques, «O Ultramar no Século XX» in *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editora, 1986 (3ª edição), pp. 515-591, especialmente pp. 518-520.

<sup>189</sup> Cândida Proença, «A questão colonial: a organização administrativa» in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (Coordenação), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2009, pp. 205-228, especialmente pp. 206-209.

<sup>190</sup> Francisco Bahia dos Santos, «Da implantação da República até ao Acto Colonial» in *Política Ultramarina de Portugal*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1955, pp. 137-150, especialmente p. 141.

mesmo Império poderia ser causadora de perturbações administrativas<sup>191</sup>. Mas na verdade o que causara perturbação ao sistema presidencialista foram os princípios descentralizadores que estavam imanentes à legislação das Cartas Orgânicas de 1917, princípios estes que aliás entravavam «... o processo regenerador de concentração de poderes nas mãos do Presidente», pelo que para combater esse desiderato nada melhor do que «... anular as disposições legislativas até então estabelecidas»<sup>192</sup>. Menos de um ano depois, nova orientação política vinha revogar as leis sidonistas centralizadoras através do Decreto n.º 5779, de 10 de Maio de 1919, aprovada pelo ministro das Colónias João Soares e que repunha os princípios descentralizadores das Cartas Orgânicas de 1917. Desse mesmo ano remontava a legislação que reforçava o *self-government* das possessões ultramarinas em pontos considerados essenciais para esta administração indirecta<sup>193</sup>.

As Leis n.ºs 1805 e 1022, de 7 e 20 de Agosto de 1920, determinavam a criação de uma nova entidade governativa mandatária do poder da República, os Altos-Comissários, um para Angola, outro para Moçambique, aos quais com a ajuda de um Conselho Superior local eram atribuídos latos poderes, num período de cinco anos que passaria pelas seguintes incumbências: tomar as medidas legislativas que julgassem convenientes para o desenvolvimento das possessões a seu cargo; obrigação de praticarem todos os actos que a administração local assim o entender; necessidade de discutir, cooperar e assinar com as possessões estrangeiras vizinhas acordos ou convenções diplomáticas respeitantes aos territórios sob sua jurisdição. Nesta política descentrada de representar nas duas maiores possessões de África os interesses da República, os Altos-Comissários tinham também limitações que se caracterizavam pelo impedimento de legislarem ou tomarem medidas administrativas que pudessem ir contra os princípios da Constituição de 1911. Não poderiam ainda celebrar directamente tratados com países estrangeiros independentes, nem declarar guerra, concluir a paz e criar ordens honoríficas, prerrogativas inerentes ao Governo e ao Presidente da República. Aos Altos-Comissários ficavam também interditas as competências de exercerem a magistratura e de alterarem os conteúdos dos códigos

<sup>191</sup> Manuel Serras, «A evolução da administração central ultramarina» in *As Colónias e a sua Administração Central*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1925, pp. 17-29, especialmente pp. 27-28.

<sup>192</sup> José Luís Garcia, «O Colonialismo Português na I República» in jornal *Diário de Notícias*, de 31 de Março de 1985, p. V.

<sup>193</sup> Vide a propósito Armando B. Malheiro da Silva e José Luís Lima Garcia, «Norton de Matos e a Oposição à política colonial de Salazar» in *Revista História das Ideias n.º 17 (Do Estado Novo ao 25 de Abril)*, Coimbra, Instituto de História das Ideias, Faculdade de Letras, 1995, pp. 349-404, especialmente pp. 362-363.

judiciais<sup>194</sup>. Por outro lado, a reposição das Cartas Orgânicas de 1917 trouxera também para a ribalta o problema da «assimilação» e de outros conceitos similares como o de «aculturação», «crioulização» e «miscigenação». Para Ana Isabel Madeira o conceito de «assimilação» só poderá implicar «a alienação absoluta da história da sociedade de origem ... a sociedade indígena»<sup>195</sup>.

Em 1917 quando se publicara pela primeira vez legislação mais humanista que visava que o processo de socialização do colonizador pudesse gradual e progressivamente ser aceite nos padrões de cultura do colonizado, verificava-se que os «assimilados» do sistema colonial republicano continuavam a ser discriminados e a ter profissões modestas como a de condutores, contínuos, enfermeiros e serventes<sup>196</sup>. Concluía-se assim que em termos de padrões culturais não havia uma reciprocidade na relação colonial e que um deles se hegemonizava em relação ao outro, o que na perspectiva de Lévi-Strauss este comportamento unilateral de generalizar uma cultura como «superior» estava eivado de preconceitos etnocêntricos<sup>197</sup>. E a formação social africana estava enquadrada por legislação republicana que remontava aos anos compreendidos entre 1914 e 1917 e que estabelecia três estratos na portugalização dos autóctones: os indígenas, os assimilados e os civilizados. Nesta estrutura triádica evolutiva o «assimilado» seria o indígena que teria passado pelo «crivo» da intervenção civilizacional do colonizador republicano, mau grado esta dependência do «branco civilizado»<sup>198</sup> não corresponder em termos de exigência cultural ao perfil do colono português que nos primórdios do século XX embarcava para África e que, embora revelando «uma consciência tendenciosa de atitude dominadora»<sup>199</sup>, não cumpria com os pressupostos exigidos pela legislação metropolitana para a aculturação dos indígenas e que eram: falar correctamente a língua portuguesa; ter bom comportamento moral e cívico; ter a quarta classe do ensino primário; possuir hábitos para a integral aplicação do direito público e privado português<sup>200</sup>. Segundo Oliveira Marques, a política

<sup>194</sup> A. E. Duarte Silva, «Salazar e a Política Colonial do Estado Novo: O Acto Colonial (1930-1951): Antecedentes políticos e legislativos» in *Salazar e o ...*, pp. 103-107, especialmente p. 104.

<sup>195</sup> Ana Isabel da Câmara Madeira, «Nos dias longos de África Minha» in jornal *Expresso*, de 10 de Agosto de 1991.

<sup>196</sup> Alberto Memmi, «O colonizado» in *O Homem Dominado*, Lisboa, Edições Seara Nova, 1975, pp. 61-78.

<sup>197</sup> Claude Lévi-Strauss, «O Etnocentrismo» in *Raça e História*, Lisboa, Editorial Presença, 1973, pp. 19-28.

<sup>198</sup> Segundo A. H. de Oliveira Marques, as leis de 1914 -17 reconheciam um «direito indígena» diferente do «direito português metropolitano» e que se aplicava apenas ao povo africano e timorense. Assim, e perante as referidas leis proteccionistas em cada colónia os indígenas seriam «tutorados» pelo governador e seus funcionários, através de uma legislação especial. Vide A. H. de Oliveira Marques, «A política de descentralização» in *História de Portugal*, vol. III, p. 518.

<sup>199</sup> Daniel Sousa, «Da situação colonial à...», *Perspectiva da Actualidade Africana...*, p. 75.

<sup>200</sup> Vide Carta Orgânica de Angola de 28 de Novembro de 1917, nomeadamente o artigo 259.º que considerava que os pré-assimilados ou indígenas eram aqueles indivíduos «de cor, naturais da Província, que

de assimilação iniciada ainda no tempo da Monarquia Liberal, retomada com a República e depois reforçada nas décadas de trinta e quarenta com o Estado Novo, era uma política que tinha muito de «arbitrário» e de «incontrolável» e que poderia levar a que estes «cidadãos de 2.<sup>a</sup> classe» fossem remetidos para um «vasto *ghetto*», do qual seria difícil de sair, mesmo que atingido o estádio civilizacional pretendido pelo colonizador<sup>201</sup>.

A reposição das Cartas Orgânicas, depois do efémero «desvio» centralista da presidência de Sidónio Pais em 1918, abria entretanto uma outra conjuntura política que levaria o Partido Democrático ao Poder. Com este Partido a governar voltara a implementar-se a política de descentralização, através da publicação do Decreto de 10 de Maio de 1919, que repunha estas Cartas anteriormente promulgadas em 1917 e abria caminho para novos princípios autonomistas, que após prolongado debate parlamentar acabariam por ser formalizados com as leis de 7 e 20 de Agosto de 1920<sup>202</sup>. De entre as novidades legislativas consagradas pelo decreto de Maio de 1919, o facto de quando o Governo da Metrópole julgasse conveniente poder delegar a função administrativa da governação em Comissários da República, um para todos os domínios ultramarinos da África Ocidental e outro para Moçambique<sup>203</sup>. Com as leis de Agosto de 1920 também formalmente se retocava a designação desses magistrados representantes do Governo metropolitano nas possessões ultramarinas. Assim, a partir de 1920 passavam a designar-se Altos-Comissários da República, atribuições que seriam acumuladas com as de Governador, para obviar e desburocratizar todo o processo executivo até então concentrado nas mãos do Poder Central metropolitano. Apesar de dotados de amplas prerrogativas legislativas, políticas e administrativas, a acção destes representantes do Governo tão desejada pela União Colonial parece não ter sido muito feliz, não tanto pelo empenho pessoal por vezes controverso de algumas das personalidades nomeadas<sup>204</sup>, mas mais por culpa da instabilidade da conjuntura do regime que entre o sistema monárquico

---

não tenham alcançado ainda, nos termos fixados no artigo 259.º, o uso pleno do direitos civis e políticos conferidos aos cidadãos portugueses».

<sup>201</sup> A. H. de Oliveira Marques, «A política dos assimilados» in *História de...*, volume III, pp. 524-525, especialmente p. 525.

<sup>202</sup> Marcello Caetano, «A política colonial portuguesa: quarta fase-autonomia imperfeita» in *Direito Público Colonial...*, p. 105.

<sup>203</sup> José Medeiros Ferreira, *Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, pp. 30-32.

<sup>204</sup> Durante a vigência do regime administrativo dos Altos-Comissários, entre 1921 e 1930, passaram por Angola as seguintes personalidades: Norton de Matos (1921-1924) e Filomeno da Câmara (1928-1930). Por Moçambique estiveram os seguintes comissários: Brito Camacho (1921-1923); Ivens Ferraz (1924-1926) e José Cabral (1926 a 1930, como Alto - Comissário, e até 1934 como Governador - Geral). Vide Armando B. Malheiro da Silva e José Luís Lima Garcia, «Norton de Matos e a oposição...», *op. cit.*, p. 364.

descentralizador e o centralizador do Estado Novo titubeou, nunca tendo conseguido aplicar na prática com sucesso aquilo a que a teoria legislativa consagrava nos diplomas sobre a utilidade dos princípios autonomistas na prática da governação ultramarina<sup>205</sup>.

Os primeiros Altos-Comissários, Norton de Matos para Angola e Brito Camacho para Moçambique, partiram de Lisboa nos primeiros meses de 1921 para inaugurarem nas duas possessões uma magistratura de influência. Com novas estratégias administrativas os governadores republicanos procuraram recriar nos trópicos uma dinâmica de fomento e ocupação civilista destes territórios até então tão mal aproveitados e explorados. E foi dentro desta linha de actuação que Norton de Matos procurou executar um plano de fomento previsto para dez anos em que se incluía a construção de toda uma série de infra-estruturas ligadas aos transportes (estradas, pontes, caminhos-de-ferro, linhas telegráficas e telefónicas, navegação e farolagem), à assistência social (creches, enfermarias, habitações e hospitais) e ainda ao incentivo à fixação de colonos europeus, através da concessão de subsídios de família, apoio médico, habitação e passagens gratuitas<sup>206</sup>. Também nas suas preocupações estava o indígena, procurando criar para ele novas condições sanitárias, laborais e educativas. No livro que escreveu, três décadas depois desta experiência governativa e que simbolicamente intitulou *Nação Una*<sup>207</sup>, Norton de Matos revelava bem as ideias que tinha para com esta possessão, denotando ainda uma grande preocupação pela educação dos nativos:

A sétima transformação de Angola, que tratando-se de povos atrasados a instrução, e principalmente a instrução literária, ocupava um lugar muito secundário nos primeiros passos da sua transformação, apesar de bem saber que instruir deve ser também educar. Educar por todos os meios possíveis os indígenas como se fossem nossos filhos<sup>208</sup>.

Embora não prioritária, a educação pela língua portuguesa, pelos hábitos de higiene, pela formação do carácter, pelo respeito pela pessoa humana, pela urbanidade, em família e em comunidade, eram desideratos que o antigo Alto-Comissário de Angola invocava para a formação dos indígenas, por sinal bem mais difíceis do que ensinar a ler e a escrever.

<sup>205</sup> José Luís Lima Garcia «A ideia de império na propaganda do Estado Novo» in *Revista História das Ideias* n.º 14 (*Descobrimientos, Expansão...*), pp. 413-414.

<sup>206</sup> Francisco Bahia dos Santos, «Da Implantação da República até ao Acto Colonial» in *Política Ultramarina de ...*, pp. 146-147.

<sup>207</sup> General Norton de Matos, *A Nação Una* (Organização Política e Administrativa dos territórios do Ultramar Português), Lisboa, Paulino Ferreira, Filhos, Lda., 1953, 335 pp.

<sup>208</sup> General Norton de Matos, «A Sétima transformação de Angola – A Educação e a Instrução» in *A Nação...*, pp. 90-108, especialmente p. 108.

Mas este projecto autonomista que visava a transformação de Angola, no início da década de vinte, também tinha detractores, entre os quais Cunha Leal que, num livro que intitulou *Calígula em Angola*<sup>209</sup>, acusava este governante de excesso de poder e despesismo na administração desta colónia. A principal divergência entre estes dois políticos republicanos, na opinião de Valentim Alexandre<sup>210</sup>, situava-se na questão da «autonomia» das possessões ultramarinas. O sistema de administração indirecta, em que a Grã-Bretanha se tornara o exemplo clássico, permitia que as possessões tivessem capacidade de se reger por leis feitas no local pelos seus representantes. Assim, a relação com a metrópole era descentralizada e o «país mãe» apenas deveria ratificar as leis aprovadas *in loco* e assegurar a protecção de interesses estrangeiros<sup>211</sup>. Ora este sistema ao não exercer o domínio directo sobre possessões em que todo o lucro da exploração das riquezas reverteria a favor da potência colonizadora, punha em destaque, numa conjuntura ideológica como a República, as questões de igualdade entre a Metrópole e as Colónias, conforme opinião expressa pelo publicista francês Giraud, que argumentava com a possibilidade do território «mãe» dever «preparar a emancipação inevitável, de forma que a separação se opere sem violências. Só assim poderá a Metrópole continuar a receber do novo Estado que ela criou todas as vantagens de ordem material e moral que resultam da amizade, da gratidão e da identidade de ideias entre dois países»<sup>212</sup>. A relação entre a metrópole e a possessão constituía o cerne das divergências entre estes dois republicanos. Enquanto para Cunha Leal a autonomia das parcelas ultramarinas se deveria limitar exclusivamente aos aspectos administrativos, competindo pelo contrário à Metrópole definir a política nacional para todo o território, incluindo as parcelas do Império Colonial, já para Norton de Matos esta autonomia deveria ter um sentido mais amplo que englobasse a «interacção», a «cooperação» e a «reciprocidade». A sua doutrina por uma autonomia descentralizada e interactuante entre as parcelas do todo nacional ia ao ponto de pretender que «... os interesses de um lado poderão ser sacrificados pelos interesses do outro lado, de

<sup>209</sup> Francisco Cunha Leal, *Calígula em Angola*, Lisboa, 1924, 207 pp.

<sup>210</sup> Valentim Alexandre, «Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo» in revista *Análise Social*, n.ºs 123/124, 4ª Série, volume XXVIII, 1993, p. 1125.

<sup>211</sup> Júlio Monteiro Júnior e Paulo Roque da Silveira, «O sistema de autonomia: crítica» in *Administração Colonial*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1933, pp. 199-202, especialmente p. 199.

<sup>212</sup> Giraud e a sua obra *Principes de colonisation et de législation coloniale* citados por Júlio Monteiro Júnior e Paulo Roque da Silveira, *Idem, Ibidem, Administração Colonial...*, p. 200.

que o desenvolvimento e a riqueza de uma parte do território nacional sejam diminuídos ou demorados para que o desenvolvimento e a riqueza de outros não façam concorrência»<sup>213</sup>.

Para Norton de Matos a preservação do Império passaria por uma ideologia assente na «Unidade Nacional» concebida desde a «primeira hora das descobertas, pelos nossos antepassados»<sup>214</sup>. Esta preservação formada «por territórios situados na Europa e por outros continentes, províncias de aquém e de além-mar, que assim lhe chamaram os nossos maiores»<sup>215</sup>, implicava a manutenção de uma «Unidade», nas suas diversas acepções nomeadamente «Territorial», «Económica» e de «Acção». Assim, a «Unidade Territorial» para Matos, como para outros republicanos, deveria incidir na acção sobre um «território único» e «contínuo». Na «Unidade Económica» o seu pensamento resumia-se ao aforismo de «tudo para todos. Sacrifícios e vantagens terão de ser gerais e subordinados a uma repartição equitativa»<sup>216</sup>. Este aproveitamento «harmónico» dos recursos «materiais» e «espirituais» da «Metrópole» e do «Ultramar» teria que ser feito em associação com a «unidade territorial», condição *sine qua non* para que a «acção» e a «transformação» pudessem ter sido os desideratos de uma política colonizadora. Mas esta política de intervenção, num território tão amplo e tão esquecido pelo Portugal monárquico, era quase impossível de aplicar. De salientar que Lisboa só há muitos poucos anos, no início do século XX, tinha concretizado a sua política de ocupação militar em Angola (1914), nomeadamente no sul, cujos povos tinham oferecido mais resistência, muitas vezes acicatados pela estratégia divisionista dos alemães do Sudoeste Africano, sempre desejosos em tentar «dividir» e assim expandir as suas ambições territoriais para a margem direita do rio Cunene, o que aliás acabaria por provocar escaramuças e confrontos, ainda antes de a Alemanha ter declarado guerra a Portugal no ano de 1916<sup>217</sup>.

Para Norton de Matos, nesta altura ministro da Guerra do Governo da «União Sagrada» e responsável pela preparação do Corpo Expedicionário Português que embarcou para França, nos inícios de 1917, haveria dois eixos primordiais na defesa de Portugal e das suas colónias. A curto prazo, a defesa militar nas possessões deveria incidir na vigilância das tropas e colonos germânicos, bem como no controlo das movimentações do

<sup>213</sup> Vide entrevista feita a Norton de Matos transcrita por Cunha Leal, na obra *Calígula em Angola*, Lisboa, 1924, pp. 111-112.

<sup>214</sup> Norton de Matos, «A Unidade Nacional» in *África Nossa – O que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*, Porto, Edições Marânus, 1953, pp. 147-150, especialmente p. 148.

<sup>215</sup> Norton de Matos, «A Unidade...», *Idem, Ibidem*, pp. 148-149.

<sup>216</sup> Norton de Matos, «A Unidade...», *Idem, Ibidem*, p. 149.

<sup>217</sup> Vasco Pulido Valente, «A ditadura democrática – O regime e a guerra» in *A “República Velha” (1910/1917)*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1997, pp. 75-104.



«gentio» e dos *bóeres*, procurando-se numa fase posterior, através do empenho e esforço da via militar, garantir que Portugal tivesse capacidade, vontade e recursos para defender, preservar e administrar as suas possessões ultramarinas, de acordo com os pressupostos mais actualizados da moderna colonização e em sintonia ainda com o espírito e os valores civilizacionais do Ocidente<sup>218</sup>. A colónia de Moçambique foi governada nesta altura por um republicano de prestígio e figura de proa do Partido Unionista, o médico Brito Camacho. Tendo sido um domínio que viveu predominantemente da agricultura, desde que ali se iniciou o sistema dos prazos da Coroa<sup>219</sup>, continuou a manter-se a exploração desta forma produtiva com a implantação da República, mas agora através de grandes companhias com capital estrangeiro, como a Companhia de Moçambique, do Búzi e do Boror. Este aumento da produtividade agrícola levou ao incremento do comércio e do tráfico portuário e ferroviário para a Europa e para os territórios da União Sul-Africana e a Federação das Rodésias e da Niassalândia. Num período de apenas vinte meses, entre os anos de 1921 e 1922, Brito Camacho vai encontrar nesta possessão uma complexidade de tarefas a desenvolver, apesar das rivalidades políticas transpostas da Metrópole para essa parcela do Índico e que acabariam por entravar o processo de governação que pretendia implantar. Deste acentuado mal-estar nos deu conta este Alto-Comissário, numa obra que intitulou *Gente Boér*:

O Alto-Comissário vai partir, sem pena de cá ter vindo... obstinados em não olhar para diante, deixam-nos ficar muito para trás da União. Se não ganharmos tempo à custa da velocidade, fracos e improgressivos, seremos a panela de barro em contacto com a panela de ferro, sem útil serventia a Província nas mãos dos seus primitivos e legítimos possuidores<sup>220</sup>.

Entre os anos de 1919, no final do sidonismo e da Guerra Mundial, e os de 1927, no ano de transição da Ditadura Militar para o Estado Novo, o jornal *A Batalha*, no seu combate pelos interesses das classes trabalhadoras e dos sindicatos, incidiu os seus editoriais e artigos na problemática colonial, tendo nesta última perspectiva orientado as suas análises para três tipos de questões: a crítica da política colonial republicana; o apoio

<sup>218</sup> Eduardo Cintra Torres e Luís Marinho, «Portugal na Grande Guerra – Nas Chancelarias e nas Ruas» in *O Século do Povo Português – primeira República – Revolução e Guerra – 1910-1926*, Lisboa, Ediclube 2002, pp. 35-46.

<sup>219</sup> Giuseppe Papagano, «Os Prazos e a lei sobre concessões de terrenos no ultramar» in *Colonialismo e Feudalismo. A questão dos Prazos da Coroa no Moçambique do final do século XIX*, Lisboa, Edição da “Regra do Jogo”, 1980, pp. 175-185.

<sup>220</sup> Brito Camacho, «Quem adiante não olha», *Idem, Gente...*, pp. 232 - 233.

ao movimento anti-capitalista nas colónias; a análise da problemática da «emancipação» e o apoio às organizações de negros na metrópole e nas colónias<sup>221</sup>. Este jornal foi assim o precursor de uma nova mentalidade anti-colonialista que não poupava nas suas páginas críticas à corrupção dos altos dignitários do regime colonial, às facilidades concedidas às companhias estrangeiras, ao regime prisional degradante existente nas possessões ultramarinas, ao racismo e à repressão sobre as organizações corporativas dos negros, à censura e à perseguição dos meios de comunicação escrita sobre e dos indígenas das mais representativas colónias africanas e principalmente acerca da existência de «trabalho forçado» para as minas da África do Sul e das Rodésias<sup>222</sup>. Estes ataques eram também extensivos aos governantes coloniais, nomeadamente aos Altos-Comissários, não tendo sido poupados alguns deles, nomeadamente Norton de Matos, a quem chamavam de «régulo» do seu «império angolano» e no qual personalizavam «os malefícios e a duplicidade da República»<sup>223</sup>. Também, o sucessor de Matos no Alto Comissariado de Angola, Rego Chaves, foi responsabilizado pela situação caótica a que chegara o Banco Nacional Ultramarino com um prejuízo de cerca de um milhão de libras<sup>224</sup>.

A situação de Moçambique não fugiu igualmente ao crivo de análise dos redactores de *A Batalha* e, de entre os muitos problemas que afligiam aquela colónia, os jornalistas escolheram aquele que ia contra os princípios de «humanidade» defendidos pelos anarco-sindicalistas e que era o tráfico de mão-de-obra africana. O nome do Alto-Comissário Brito Camacho surgiu justamente associado a este «negócio» de venda de trabalho compelido para estes territórios sob influência anglófona. Segundo os investigadores José de Castro e José Luís Garcia, os artigos sobre este assunto eram às «dezenas» e baseavam-se em cartas enviadas pelos leitores das colónias à redacção ou em testemunhos directos recolhidos pelos jornalistas em entrevistas a muitos dos protagonistas em situações de exploração flagrante. Uma das missivas mais paradigmáticas sobre as diferenças entre as colonizações portuguesa e britânica foi a que o jornal publicou com o título «Carta a um negro sobre escravatura», em que um leitor que apenas se identificava como «uma voz que proclama no deserto» denunciava e comparava métodos de tratamento e de relacionamento com os autóctones destas duas potências europeias:

<sup>221</sup> José de Castro e José Luís Garcia, «A Batalha e a questão colonial», nomeadamente «A política colonial republicana» in revista *Ler História*, n.ºs 27/28 de 1995, pp. 125-146, especialmente p. 127.

<sup>222</sup> José Castro e José Luís Garcia, «A Batalha e a questão colonial – *A Batalha* contra a política colonial republicana» in revista *Ler História...*, n.ºs 27-28, pp. 125-146, especialmente pp. 127-128.

<sup>223</sup> José Castro e José Luís Garcia, «A batalha e a questão...», *Idem, Ibidem*, p. 128.

<sup>224</sup> *Idem, Ibidem*.

(...) Os ingleses têm pelo negro o mais afrontoso dos despezos. Não o consideram gente: tratam-no porém, como a um animal, alimentam-no convenientemente e não lhes fornecem as mulheres. Os portugueses não. Exploram o negro o mais que podem, não lhe pagam e não lhe dão de comer. Em troca civilizam-no. Civilizar para eles significa sifilizar-lhes as mulheres e por elas toda a raça, e alcoolizar os homens, incapacitando-os a todos para a vida e o pensamento. A obra da colonização portuguesa resume-se a isso<sup>225</sup>.

A situação dos trabalhadores portugueses que chegavam às colónias com promessas miríficas de ir encontrar verdadeiros *eldorados*, onde tudo era pródigo em recursos, condições de vida e *benesses* materiais era também desmitificada por este jornal anarco-sindicalista, nomeadamente quando denunciava as promessas «ludibriadoras» da Agência Geral de Angola relativamente a facilidades na procura de habitação, emprego e subsídios para estes colonos e seus familiares mais próximos. Segundo Castro e Garcia, o objectivo deste tipo de denúncias seria o de «desmistificar a imagem dada pela imprensa metropolitana do colonialismo português e apoiar todas as manifestações de “luta de classes” que surgissem nas colónias»<sup>226</sup>. Embora em 1923 tivessem sido introduzidas algumas modificações nas bases da administração civil e financeira do Ultramar, com o Decreto de 13 de Dezembro de 1923, a crise de Angola e o problema de mão-de-obra em Moçambique e a utilização dos «corredores» do porto de Lourenço Marques e da Beira para o *hinterland* da África Austral, associada à crise interna da metrópole que levaria ao despoletar do golpe de 28 de Maio de 1926, acabariam por condicionar a política de autonomia e de administração indirecta nas possessões portuguesas. De acordo com Marcello Caetano, a «experiência autonomista» feita à semelhança do título V da Constituição de 1911, entre os anos de 1920 e 1926, não poderia ser considerada «concludente», porque «não houve uma política colonial na Metrópole, à falta de governo estável que a definisse e mantivesse»<sup>227</sup>. Esta questão pertinente de que não houvera uma «política colonial», porque não havia estabilidade política para a concretizar, era uma leitura político-ideológica, de outras possíveis sobre este regime demo-liberal. Procurando uma interpretação plausível e descomprometida para a Primeira República, Armando

---

<sup>225</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 127-130.

<sup>226</sup> José de Castro e José Luís Garcia, «A Batalha contra a política...», *Idem, Ibidem*, p. 130.

<sup>227</sup> Marcello Caetano, «Os Antecedentes Legislativos do Acto Colonial» in *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, Lisboa, Ano I, Outubro-Dezembro de 1951, n.º 4, p. 7.

Malheiro da Silva<sup>228</sup> interrogava-se sobre o que fora este regime, no contexto da História portuguesa:

Se uma epopeia demo-liberal regeneradora da Pátria decadente e humilhada?"; se "a Perversão e a Miséria, a Bancarrota e o Desprestígio sob o signo maçónico internacional?"; se, pelo contrário, foi, "no reverso destas sectárias e redutoras fixações histórico-políticas, um fenómeno político – ideológico e cultural inscrito numa conjuntura balizada cronologicamente entre 1890-1923, marcada pela semi-periferia sócio-económica de Portugal e sujeita a múltiplas vicissitudes e contradições?"<sup>229</sup>

Na contradição entre o discurso «apologético» das virtudes «cívicas e políticas» da República e nos ataques dirigidos contra ela, na maior parte das vezes na obra de propaganda dos adversários deste regime, a narração histórica continuará condicionada pelo seu «tempo», pela sua «verdade» e tentará sempre projectar e controlar «a reprodução futura do seu sentido», segundo Malheiro da Silva<sup>230</sup>. E a projecção do regime republicano, face à crise e à instabilidade sociolaboral e político-militar que se instalou na Metrópole e nas Colónias, foi o levantamento de 28 de Maio de 1926, verdadeiro «golpe» contra o perigo da internacionalização do património colonial, mas também reacção contra a crise financeira gerada pelo endividamento das possessões ultramarinas e pela instabilidade e anarquia que se instalara nas ruas com greves e atentados bombistas, que punham em causa a integridade institucional de Portugal como país, mas também de muitos portugueses que não estavam filiados em nenhum partido, corrente sindical ou loja maçónica. Sobre esta situação decadentista, Vasco Pulido Valente afirmava:

(...) Tentou enfrentar o dilema clássico dos movimentos revolucionários: sem o terror não podia sobreviver; e com o terror não podia governar. Em nome da ordem, e após uma experiência infeliz com a GNR, a ala conservadora do "democratismo" entregou pouco a pouco a segurança das "instituições" aos bons officios do exército. Como seria de prever, o exército aproveitou para os liquidar. Traído e cansado, o admirável "povo de Lisboa" não se mexeu no "28 de Maio" e, em Junho, foi alegremente aplaudir Gomes da Costa à "sua", muito sua, avenida da Liberdade<sup>231</sup>.

<sup>228</sup> Armando B. Malheiro da Silva, «A escrita (vária) da história da I República Portuguesa» in revista *Ler História*, n.º 38, de 2000, pp. 197-254, especialmente os capítulos «A República e a História», pp. 198-203, e a «A Reabilitação Histórico Política da República», pp. 203-205.

<sup>229</sup> Armando B. Malheiro da Silva, «A escrita (vária) da história ...», *Idem, Ibidem*, p. 198.

<sup>230</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>231</sup> Vasco Pulido Valente, *A "República Velha" (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1997, pp. 129 - 130. A este propósito veja ainda o capítulo «A Contra Revolução», pp. 119 -127.

A 2 de Outubro de 1926, o regime saído desta revolta daria o «golpe de misericórdia» na legislação autonomista e descentralizadora aprovada pelo Governo republicano para as suas possessões de Além-Mar. Com efeito, o Decreto-Lei n.º 12.421, de 12 de Outubro, consagrava uma viragem nas concepções governativas referentes à administração ultramarina, argumentando contra as bases orgânicas instituídas pela «República Velha» para cada uma das colónias até 1917. A crítica incidia no facto destes documentos não terem conseguido «combater» a desorganização administrativa e financeira em que se encontrava cada uma das parcelas do Império português, desde a Monarquia. Logo as disposições que vieram alterar o quadro das Leis n.ºs 277 e 278, de 15 de Agosto de 1914, salvo as publicadas durante o interregno sidonista de 1918, provocaram uma remodelação na administração colonial e a fixação de novos princípios de carácter centralizador e unitário, incidindo especialmente nas seguintes estruturas: na atribuição de competências de maior amplitude legislativa e executiva aos governadores coloniais; na modificação até 1930, do regime dos Altos-Comissários, de acordo com a adaptação às novas circunstâncias de administração mais centralizada; na uniformização da organização administrativa de todas as colónias, naquilo que no futuro se passará a denominar «Império Colonial Português»; no predomínio do funcionalismo público nos quadros e na composição dos conselhos dos Governos; na cessação do regime municipal nas regiões ultramarinas; na exclusão das bases orgânicas ultramarinas de certas disposições regulamentares<sup>232</sup>.

Com o golpe de estado de 1926, uma nova viragem estrutural se produzia na história da administração portuguesa<sup>233</sup>. O Decreto com força de Lei n.º 12.421, de 2 de Outubro de 1926, já em pleno período de transição do regime militar, aprovava as novas «Bases Orgânicas da Administração Colonial» que definiam as atribuições dos Altos-Comissários e dos Governadores, dependentes a partir de então do arbítrio metropolitano. Assim, as bases orgânicas, de 1926 e de 1928<sup>234</sup>, foram os primeiros pressupostos legislativos transitórios que serviram de esteio à consolidação do novo regime centralizador. Nesta operação de cosmética que primeiro começou por substituir os Conselhos Legislativos e

---

<sup>232</sup> Veja também as seguintes obras: Júlio Monteiro Júnior e Paulo Roque da Silveira, «As Novas Bases Orgânicas, de 1926 e 1928» in *Administração...*, pp. 218-222, especialmente p. 219.

<sup>233</sup> Luís Bigotte Chorão, «Crise e Ditadura: de golpe em golpe até à Revolução: em busca de um critério distintivo. O golpe de Estado e a Revolução» in *A Crise da República e a Ditadura Militar*, Porto, Sextante Editora, 2.ª Edição, 2010, pp. 162-177.

<sup>234</sup> Na sequência do Decreto-Lei n.º 12.421, de 2 de Outubro de 1926, que aprovou algumas das novas Bases Orgânicas da Administração Colonial, cerca de ano e meio depois, para completar este conjunto de diplomas, publicou o mesmo regime dos militares um outro Decreto-Lei, o n.º 15.241, de 24 de Março de 1928, que alterava e modificava algumas das leis orgânicas publicadas anteriormente.

Executivos locais por Conselhos de Governo e depois já, em 1930, acabaria por produzir a lei básica da administração ultramarina, o Acto Colonial, mais tarde integrado na Constituição de 1933. Finalmente, como testemunho definidor do princípio da unidade nacional e, ao mesmo tempo, como complemento do Acto Colonial, o regime do Estado Novo acabaria por elaborar uma Carta que tutelava num documento todos os pressupostos legislativos das possessões, que denominou *Carta Orgânica do Império Colonial Português*. Com este documento tinham sido substituídos os últimos resquícios autonomistas e descentralizadores do título V da Constituição republicana de 1911<sup>235</sup>.

## 2.2. A ideia de Império no discurso do Estado Novo

Para podermos discorrer sobre a importância do conceito de «Império» no discurso do Estado Novo teremos que antecipadamente procurar definir o que significava o termo e tentar compreender de que forma este conceito se enquadrava no linguagem de um regime que se pretendia construir baseado nas ideias conservadoras do nacionalismo, do corporativismo e das doutrinas antiliberalistas e antisocialistas do movimento social católico. Como afirmava Luís Reis Torgal, não poderemos entender o posicionamento do salazarismo perante a Europa, se não nos questionarmos sobre as relações deste com os outros regimes autoritários do continente, nomeadamente com o fascismo italiano<sup>236</sup>. Anteriormente já definimos o que consideramos ser o conteúdo semântico do termo «Império», muito embora o tenhamos feito no contexto do regime fascista italiano. Agora, neste capítulo poderemos trazer este conceito para a realidade portuguesa e procurar compreender a função que o mesmo desempenhou no regime estadonovista de Oliveira Salazar. Na verdade este termo já era conhecido em Portugal desde os primórdios da Época Moderna, quando por direito histórico descobriu e conquistou possessões nos principais continentes do Mundo, mas o facto de exercer formalmente soberania sobre essas dependências não significava que pudéssemos peremptoriamente afirmar que este país era

<sup>235</sup> Marcello Caetano, «A política colonial portuguesa: quarta fase – Autonomia imperfeita – Regime de 1920 – Regime do Acto Colonial» in *Direito Público Colonial...*, pp. 103-112, especialmente 111-112.

<sup>236</sup> Luís Reis Torgal, «O Estado Novo e a Sua Representação – Originalidade (ou identidade) do Estado Novo» in *Estado Novos, Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Volume 1, 2009, pp. 53-65, especialmente p. 57; «O Fascismo nunca existiu... Reflexões sobre as representações de Salazar» in *Estados autoritários e totalitários e suas representações*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 17-29; «Salazarismo, Fascismo e Europa» in *O Estudo da História. Boletim da Associação de Professores de História*, n.ºs 12-13-14 -15 (II Série), Lisboa, A.P.H., 1990-1993, pp.111-134.

detentor de um Império. E a noção de «Império» para este contexto pressupunha uma ideia subjacente de «alargamento», «ampliação», «dilatação» e «extensão» da metrópole para um domínio, do outro lado do Mar. Contudo, essa procura pela «ampliação» do território mãe num espaço e tempo, tal como foram as descobertas lusas dos séculos XV e XVI, implicava um domínio militar e político no terreno, qual forma de conquista que assegurasse permanentemente a posse desses territórios nas «mãos» da potência que o houvera usurpado. A necessidade da prática continuada de domínio e controlo exigiria portanto da potência administrante uma dominação forte, enérgica e vinculadora, condição suprema para que essa potência pudesse aspirar a um império duradouro, que levasse à possibilidade de entrar em concorrência com as outras potências colonizadoras que exerciam soberania sobre as suas possessões, nas diversas regiões da África, Ásia e Oceânia<sup>237</sup>.

Mesmo com um domínio sistemático destes territórios ultramarinos, para os ideólogos do Estado Novo, como Armindo Monteiro, ainda não se poderia afirmar que Portugal detinha a soberania sobre um império, mas sim que possuía um conjunto de possessões espalhadas por diversos continentes fora da Europa. Então, qual seria a condição que faria passar Portugal de uma metrópole detentora de colónias, para uma potência que assegurasse a soberania imperial sobre as suas possessões ultramarinas? Para o ministro Monteiro em 1932, no início do Estado Novo, a condição fundamental que permitiria esse estatuto de dominação imperial seria a espiritualidade que deveria estar subjacente a essa supremacia territorial. Logo, para este político o conceito de «Império» estava eivado de uma «realidade espiritual de que as colónias seriam a corporização. A par da extensão territorial, o Império resulta, sobretudo, da existência de uma mentalidade particular. Funda-se esta, essencialmente, na certeza que a nação possui do valor da obra que já realizou na vontade de a prosseguir ininterruptamente, na convicção de que pode prosseguir-la, vencendo todas as dificuldades – porque é esse o seu direito. Sem que esta mentalidade exista, não haverá Império e não poderá haver política imperial»<sup>238</sup>.

A idiosincrasia doutrinária de um regime, traduzida pelas palavras do responsável pelo ministério das Colónias revelava que o Império, mais do que um domínio territorial, era um domínio sobre as almas, a sua disciplina, organização e capacidade de realização.

<sup>237</sup> Vide artigo «*Imperium*» in jornal *L'Afrique Française*, Paris, Novembro de 1934.

<sup>238</sup> Armindo Monteiro, «A ideia do Império» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Março de 1932, n.º 81, pp. 3-9, especialmente p. 4.

Portanto, para os responsáveis do Estado Novo, mais do que o poder material de possuir colónias, seria o poder incorpóreo e espiritual dos homens empenhados nesta tarefa de construir e transformar novos lugares e novos mundos, à imagem e semelhança da cultura colonizadora que teria importância a partir da sua apropriação e dominação. E para que esse desiderato se concretizasse, os recursos humanos valeriam e contariam mais do que os recursos materiais. Para isso era necessário e importante que o espírito dos colonizadores lusos estivesse dotado de um conjunto de qualidades que pudessem transformar este empreendimento expansionista num projecto patriótico, qual «força perpetuamente viva», qual «pensamento activo», qual «energia ardente», que pudesse preservar e assegurar todo aquele espólio territorial descoberto e conquistado pelos navegadores e soldados quinhentistas.

A hora em que o Império passaria do «sonho de alguns» para a «realidade de todos» acabaria por chegar com um regime como o do Estado Novo, em que o seu principal líder, Oliveira Salazar, aspirava que se construísse um poder forte que aproximasse o país das conceptualizações teóricas dos regimes autoritários europeus. Assim sendo, o que era ideologicamente o regime salazarista português? Um regime fascista ou autoritário? A historiografia contemporânea que analisou e continua a estudar o problema divide-se em relação ao facto de considerar se, salvaguardadas as especificidades nacionais, o regime português se poderia integrar na corrente doutrinária internacional do fascismo. De entre as investigações realizadas por portugueses, parece-nos que a obra de Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu – Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*<sup>239</sup>, tenha sido aquela que conseguiu fazer a síntese interpretativa das diversas perspectivas sobre este assunto, muito embora ultimamente tenham surgido outras obras, como a que resultou de um seminário internacional realizado em Coimbra, em 2008, sobre *Estados autoritários e totalitários e suas representações*, onde, entre outros, Luís Reis Torgal e Fernando Rosas, voltaram a fazer a revisão desta pertinente questão com artigos sobre a «existência do fascismo no salazarismo» e o «salazarismo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40»<sup>240</sup>. Mas, voltando ao ponto de vista de Costa Pinto, a pesquisa portuguesa não sofreu das «fracturas» ideológicas «semelhantes às provocadas por De Felice em Itália

<sup>239</sup> António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu – Problemas de interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, Coleção «Imprensa Universitária» n.º 92, 1992, 148 pp.

<sup>240</sup> Luís Reis Torgal «“O Fascismo nunca existiu...” Reflexões sobre as representações de Salazar» e «O Salazarismo e o Homem Novo. Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40», in *Estados autoritários e totalitários e suas representações* (Coordenação Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, respectivamente pp. 17-29 e pp. 31- 48.



ou pelo mais recente debate alemão»<sup>241</sup>. E quais eram as «fracturas» ideológicas nas interpretações da historiografia internacional sobre o fascismo?

Na análise sobre esta doutrina feita até Enzo de Colloti<sup>242</sup>, os investigadores internacionais como Renzo de Felice e Karl Bracher condicionavam a utilização do termo «fascismo» apenas ao regime italiano de Benito Mussolini, não «permitindo» que o mesmo se generalizasse a outros regimes autoritários afins existentes na Europa e na restante comunidade internacional. Colloti argumentava que «nem mesmo a acentuação das especificidades das experiências nacionais pode bastar para excluir a adopção do conceito de fascismo: a especificidade verifica-se, de facto, exactamente em relação a um fenómeno mais geral, isto é, substancialmente generalizável»<sup>243</sup>. Desta forma, Colloti procurou legitimar a utilização do termo «fascismo», como utensílio operativo, relativamente a um «fenómeno mais geral», mas ao mesmo tempo «substancialmente generalizável», que envolvesse no seu âmbito todo um conjunto diversificado de regimes totalitários que surgiram no contexto europeu e mundial, após a crise dos regimes liberais.

No caso português, como caracterizar este regime ao mesmo tempo corporativo, nacionalista, autoritário e imperialista? De entre os historiadores nacionais não houve unanimidade em considerar o salazarismo do Estado Novo como um fascismo, à semelhança do regime italiano de Mussolini. Alguns autores como Villaverde Cabral, Manuel de Lucena e Luís Reis Torgal consideravam que o Estado Novo se aproximava do regime totalitário italiano. Apesar da concordância genérica sobre este facto, cada um destes investigadores apresentava argumentação diferenciada sobre o assunto, muito embora no geral estivessem de acordo e convergissem para uma aceitação do termo para a realidade portuguesa. Para Villaverde Cabral, apesar de não concordar com a distinção operativa entre fascismo e autoritarismo, concluía que «nesta perspectiva, são sintomáticas as parecenças flagrantes entre a Itália e Portugal»<sup>244</sup>. Villaverde Cabral na sua argumentação concretizava melhor esta tese de similitude entre os regimes dos dois países latinos, afirmando que numa perspectiva comparada «o regime autoritário português das décadas de 20 e 30 nos surge, independentemente de alguns traços específicos importantes,

<sup>241</sup> António Costa Pinto, «Fascismo ou Autoritarismo?», *O Salazarismo e o...*, p. 92.

<sup>242</sup> Vide Enzo Colloti, *Fascismo, Fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992, 280 pp.

<sup>243</sup> Enzo Colloti, «Para uma definição geral do fascismo. Sobre as interpretações gerais do fascismo», *Ibidem*, pp. 15-54, especialmente p. 54.

<sup>244</sup> Manuel Villaverde Cabral, «O Fascismo Português numa Perspectiva Comparada» in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, Editorial «A Regra do Jogo», 1982, pp. 19-30, especialmente p. 29.

como uma das variedades mais acabadas da espécie negra do fascismo»<sup>245</sup>. Por sua vez Manuel de Lucena apoiando-se numa interpretação precursora sobre o salazarismo de Hermínio Martins, numa obra publicada em Londres em 1969 sobre o *Fascismo Europeu*<sup>246</sup>, analisava analogamente este regime autoritário e concluía de uma forma original que o regime do Estado Novo era um «fascismo sem movimento fascista»<sup>247</sup>. Esta afirmação sintetizava a investigação sobre o fascismo que Lucena fizera no início da década de setenta, mais concretamente a partir de 1971, sobre as diferenças entre o salazarismo e o fascismo italiano:

Com efeito, tendo passado em revista todas (creio que todas) as referidas semelhanças e diferenças, cheguei à conclusão de que todas as primeiras se registavam na esfera estatal ou para-estatal, abrangendo o desenho das instituições e os grandes princípios informadores: nacionalista, autoritário, corporativo. Ao passo que as diferenças ou diziam directamente respeito à referida ausência de movimento ou a manifestavam ao nível do Estado, reflectida ora nas suas estruturas – semelhantes, mas não iguais -, ora na sua acção, nas políticas prosseguidas, por vezes muito diferentes. Não cabe aqui repetir, e muito menos desenvolver, a análise comparativa a que então me dediquei. Interessa sim salientar que o íntimo enlace das semelhanças com as diferenças retira à respectiva enumeração o carácter de mero catálogo e constitui uma primeira demonstração da justeza da fórmula que umas e outras me sugeriram. Mas nem reforçando-a com a verificação fácil de que nunca houve no mundo Estado tão parecido com o de Mussolini como o de Salazar podemos considerá-la uma demonstração cabal<sup>248</sup>.

Luís Reis Torgal também considerava que não era «incorrecto o uso do conceito»<sup>249</sup>, isto é, da apropriação do termo «fascismo» para o regime português, muito embora o pretenda fazer com todas as cautelas metodológicas que uma generalização destas podia implicar, pois não constituía «demonstração cabal» de que de facto houve no «mundo Estado tão parecido com o de Mussolini como o de Salazar». E de facto a prudência metodológica de Torgal levava-o a utilizar o conceito de «fascismo» para o regime salazarista do Estado Novo sempre com o «entre comas» não porque receava esta generalização, mas para fazer ressaltar a identidade no contexto português sem todavia

<sup>245</sup> *Idem, Ibidem*, p. 30.

<sup>246</sup> Hermínio Martins, «Portugal» in S. Woolf, *European Fascism*, London, Vintage, 1969, pp. 302-312.

<sup>247</sup> Manuel de Lucena, «Interpretações do salazarismo: notas de leitura crítica-I» in revista *Análise Social*, 3.ª Série, volume XX, n.º 83, 1984, pp. 423-451, especialmente p. 432.

<sup>248</sup> *Idem, Ibidem*, p. 433.

<sup>249</sup> Luís Reis Torgal, «Estado Novo e Fascismo» in *Estado Novos, Estado...*, Volume 1, pp. 289-367, especialmente pp. 329-342; «O Fascismo nunca existiu... Reflexões sobre as...» in *Estados autoritários e totalitários ...*, pp. 28-29; «Salazarismo, Fascismo e...» in *O Estudo da História...*, n.ºs 12-13-14 -15 (II Série), p. 113.

deixar de acentuar que «todas as formas políticas idênticas têm, naturalmente, as suas peculiaridades»<sup>250</sup>. Mas nem todos os investigadores portugueses comungavam desta unanimidade face à extrapolação do conceito de «fascismo» para o regime salazarista do Estado Novo. Manuel Braga da Cruz, entre outros, tinha uma posição crítica e não concordava que o Estado Novo tivesse que ser incluído no conteúdo do termo «fascismo», muito embora aceitasse que o regime de Oliveira Salazar fosse um regime autoritário centrado numa «ditadura de governo» e não como o fascismo de Mussolini numa «ditadura de partido»<sup>251</sup>. Logo, tendo o fascismo sido um nacionalismo autoritário e corporativo, este facto não implicava para Braga Cruz que todos os autoritarismos fossem fascistas. E lembrando Stanley Payne, Cruz afirmaria:

O fascismo foi apenas um entre outros nacionalismos autoritários aparecidos no primeiro quartel do século, no imediato pós-guerra, sendo por isso necessário demarcá-lo ideológica, política e socialmente tanto do autoritarismo conservador como do radical<sup>252</sup>.

Deste modo em Portugal no pós Primeira Guerra Mundial o nacionalismo autoritário que se gerou com o golpe militar de 1926 acabaria por não se transformar, na opinião de Braga da Cruz, num regime com as características do fascismo italiano, mas, pelo contrário, num regime corporativo autoritário que acabaria por receber influências ideológicas diversas. Para Philippe Schmitter essas influências, em termos de «*pedigree* ideológico», far-se-iam em dois sentidos: no campo das ideias pela forte influência da tradição social-cristã conservadora e reaccionária; no campo da *praxis* governativa pela interferência da escola burocrática e nacionalista<sup>253</sup>. António Costa Pinto comungava também desta ideia de Schmitter de o regime salazarista, ao contrário do nacionalismo fascista, ser um nacionalismo «tradicionalista», «conservador», «integracionista» e «paternalista»<sup>254</sup>. E este integracionismo da ordem corporativa foi-se fazendo lentamente, a partir da década de trinta, a medo e com uma prudência titubeante. Como prova, estava o facto de o corporativismo português ter funcionado durante um quarto de século sem corporações, tendo estes organismos associativos de trabalho apenas sido criados a partir

<sup>250</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>251</sup> Manuel Braga da Cruz, «Autoritarismo Fascista e Autoritarismo Conservador» in *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 28-34, especialmente p. 30.

<sup>252</sup> Manuel Braga da Cruz, *Idem, Ibidem.* Também, Stanley Payne, «Nacionalismo Radical y Autoritário en la Europa de Finales del Siglo XIX» in *Historia del Fascismo*, Barcelona, Editorial Planeta, 1995, pp. 53-60.

<sup>253</sup> Philippe C. Schmitter, «A prática do corporativismo em Portugal» in *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, pp. 110-112, especialmente p. 110.

<sup>254</sup> António Costa Pinto, «Fascismo ou Autoritarismo» in *O Salazarismo e o Fascismo...*, p. 95.

de 1956 e, nalguns casos mesmo, alguns deles nem funcionariam com a rotina e a regularidade que o sistema exigia<sup>255</sup>.

Questionado em 1933 pelo próprio António Ferro sobre a influência do fascismo italiano no regime que acabara de implantar, Salazar, apesar das diferenças, assumiu a proximidade com este regime e com a pessoa de Mussolini, personalidade por quem mostrava aliás admiração, a ponto de ter colocado uma fotografia do *Duce* em cima da secretária onde trabalhava. E de facto havia conteúdos ideológicos no regime fascista italiano que eram caros ao regime do Estado Novo, como a ideia de Nação que representava para os «camisas negras» uma entidade superior que provinha de um passado histórico e se projectava como a consciência espiritual desse mesmo Estado secular<sup>256</sup>. Um outro aspecto de similitude entre os dois regimes era o do enquadramento das massas e a sua educação cívica e moral nos pressupostos da ideologia nacionalista então em vigor. Portanto os sindicatos únicos eram essenciais para a organização e a arregimentação das forças produtivas para o estabelecimento de um clima de paz social. Também, a criação do partido único era importante na formação e preparação dos quadros do regime, que mais cedo ou mais tarde poderiam ascender ao poder, como uma elite restrita e consciente dos princípios ideológicos que teria posteriormente de defender. Reserva da Nação e sobretudo das Forças Armadas, como sustentáculo do regime, a União Nacional diferenciava-se do Partido Fascista italiano, sobretudo porque nunca se estatizara.

Apesar das afinidades, os regimes em causa tinham diferenças e as razões para esse facto ficavam a dever-se a vários factores tais como o processo de mobilização de massas, a falta de carisma revolucionário e a existência duma elite dirigente muito restrita do regime de Lisboa. Para Salazar a razão principal que diferenciava o salazarismo do mussolinismo era a questão do «cesarismo pagão» do Estado fascista, que o tornava num Estado arbitrário sem limitações de ordem jurídica e moral. Para além do mais, Salazar também não apreciara a influência ideológica do socialismo nos primeiros anos de vida pública do *Duce* e depois as contradições de percurso que o faziam permanentemente vacilar entre os substratos ideológicos dos vários quadrantes, só para manter acesa a via da agitação e da demagogia junto dos seus apaniguados. Mas concedamos a palavra a Oliveira Salazar para ele fazer o retrato daquele homem que o havia influenciado, mas ao mesmo tempo também intimidado, pois como afirmara, não era por acaso que esta personalidade

<sup>255</sup> Philippe C. Schmitter, «A prática do corporativismo em...», *op. cit.*, p.111.

<sup>256</sup> Mussolini, «Démocratie et Nation» in *Le Fascisme...*, p. 22.

era da terra de César e Maquiavel<sup>257</sup>. Entre o imperador que não ligava a meios para construir impérios e o político que não ligava a estratégias para atingir fins, Salazar realçava o «oportunismo» do *Duce* como forma de sobrevivência e de gestão corrente do seu regime populista:

Mussolini, como sabe, é um admirável oportunista da acção: ora marcha para a direita, ora marcha para a esquerda; combate hoje a Igreja, mas, pouco depois, é ele próprio que faz o tratado de Latrão para mandar encerrar, meses passados, as associações católicas. Sentimo-lo, constantemente, entre o escol que ele soube formar, que o serve com tanta inteligência, e a sua, a que é forçado a agradar, de quando em quando. Não nos esqueçamos de que Mussolini é um italiano descendente dos *condottieri* da Idade Média, e não esqueçamos, igualmente, as suas origens, a sua formação socialista, quase comunista. O seu caso é, portanto, um caso admirável, único, mas um caso nacional. Ele próprio o disse: “o fascismo é um produto típico italiano como o bolchevismo é um produto russo. Nem um nem outro podem transplantar-se e viver fora da sua natural origem”<sup>258</sup>.

Sendo Mussolini e o fascismo italiano um caso «único» e «nacional», o que seria então para Salazar o seu próprio regime, o salazarismo? Em entrevista ao jornal *Corriere della Sera*, de 30 de Março de 1960<sup>259</sup>, trinta e dois anos depois de ter chegado ao Poder e quinze anos depois da morte de Mussolini, Salazar respondia ao jornalista Montanelli a propósito de uma dúvida que continuava a persistir na mente de muitos italianos: a «confusão» entre o Estado Novo e o Fascismo. Salazar procurara na sua resposta demarcar-se do fascismo italiano e ao mesmo tempo desdramatizar o sentido de «caudilhismo» que o conceito de salazarismo implicava, procurando retirar-lhe a conotação pessoalista de autoridade exercida por ele próprio, ao longo de mais de três décadas de exercício solitário de poder. E para desmitificar a confusão entre atribuições pessoais e institucionais, Salazar acrescentava que o salazarismo só o era de facto se a ele próprio lhe «coubesse constitucionalmente, organicamente uma fracção de poder pessoal»<sup>260</sup>, o que não era o caso, pois havia da parte da opinião pública uma certa confusão entre o que era «apoio da Nação» com os «poderes constitucionais» ou «efectivos de governo». Para demarcar-se de conotações de autoritarismo personalizado, Salazar

<sup>257</sup> Salazar em entrevista a António Ferro no capítulo «O fascismo e a Ditadura portuguesa» in *Salazar*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, pp.73-75, especialmente p.75.

<sup>258</sup> *Idem, Ibidem*, p. 74.

<sup>259</sup> Montanelli em entrevista a Salazar no jornal *Corriere della Sera*, de 30 de Março de 1960 in Oliveira Salazar, *Entrevistas – 1960-1966*, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1967, pp. 13-24, especialmente pp. 13-15.

<sup>260</sup> *Idem, Ibidem*, p. 14.

invocava na resposta ao jornalista italiano um texto seu escrito em 1934, em pleno período, segundo as suas próprias palavras, em que ainda «reboavam» pela Europa as «trombetas» que prenunciavam as concepções da arquitectura dos novos Estados europeus, como a Alemanha e Itália, e que era preciso afastar os fantasmas desses Estados, justificando nesse texto dos primórdios do Estado Novo o que entendia por Estado totalitário:

O Estado que subordinasse tudo sem excepção à ideia de nação ou de raça por ele representada, na moral, no direito, na política e na economia, apresentar-se-ia como ser onnipotente, princípio e fim de si mesmo, a que tinham de estar sujeitas todas as manifestações individuais e colectivas, e poderia envolver um absolutismo pior do que aquele que antecederá os regimes liberais, porque ao menos esse outro não se desligara do destino humano. Tal estado seria essencialmente pagão, incompatível por natureza com o génio da nossa civilização cristã, e cedo ou tarde haveria de conduzir a revoluções semelhantes às que afrontaram os velhos regimes históricos e quem sabe se até a novas guerras religiosas mais graves que as antigas<sup>261</sup>.

Para Salazar era portanto óbvia a rejeição de todo aquele tipo de Estado cujas concepções se reduzissem a uma ideia quer de nação, quer de raça, que condicionasse a vida individual e colectiva do cidadão no seu dia-a-dia. Em alternativa, Salazar afirmava que a melhor forma de repelir um Estado totalitário era plebiscitar uma Constituição que pusesse limites à própria soberania e assegurasse o respeito pelos direitos dos «indivíduos», «famílias», «corporações» e «autarquias locais». Que garantisse também a «propriedade», o «capital», o «trabalho» e a «harmonia social». Dando estas provas o nacionalismo português, na opinião do seu arauto, demarcava-se dos outros nacionalismos europeus mais exacerbados e da forma totalitária de governar pois para o Estado Novo o facto de haver uma Lei-Básica, esta não era impeditiva que o regime fosse centralizador e autoritário. Mas no terreno da prática política havia outras *nuances* entre os dois regimes latinos. Deste modo, havia políticos dos Comités de Acção pela Universalidade de Roma, vulgo C.A.U.R., que se interrogavam pelo facto do regime salazarista não adoptar alguns dos rituais do regime italiano.

Em 1935, um delegado deste Comité, em nome de Mussolini, visitou Portugal e ficou admirado com alguns aspectos do regime português. Baldi-Papini, era este o nome deste emissário fascista de visita a Lisboa, impacientava-se pelo facto de o regime estadonovista não ter seguido uma liderança mais parecida com a do *Duce* e abraçado uma doutrina e fé revolucionárias que «nascida e cimentada no campo de batalha, banhasse

---

<sup>261</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 14 -15.

desde o princípio, a alma popular»<sup>262</sup>. Ainda se questionava pelo facto do partido único do regime de Salazar, a União Nacional, que representava perante o poder legislativo e executivo os interesses e as expectativas de uma vasta clientela política, não servir a Nação de uma forma mais activa, viva e aguerrida, à semelhança do que fazia em Itália o Partido Nacional Fascista. E pertinentemente Papini perguntava se não seria mais eficiente ter um partido mais interventivo para pôr ao serviço das massas e do regime político que servia, tal como numa Igreja havia necessidade de regularmente «reunir os fiéis em cerimónias, ritos, reuniões»<sup>263</sup>. A propósito do papel do partido único nos regimes fascistas, será interessante conhecermos a opinião de Mussolini sobre este assunto, em entrevista concedida em 1927 ao jornalista português António Ferro, inserida no livro *Viagem à volta das Ditaduras*<sup>264</sup>. Nesta entrevista, o *Duce* a uma interpelação de Ferro sobre se o Partido Fascista era conservador, respondia da seguinte forma:

(...) O Fascismo é um movimento espiritual e político absolutamente inconfundível com velhas categorias e absolutamente estranho a velhas classificações de conservantismo e de liberalismo. O Fascismo é uma expressão original do povo italiano. Quem desejar entendê-lo tem de abandonar todas essas fórmulas senis e observá-lo, directamente, no quadro da história italiana. O Fascismo deseja restituir à Itália as suas tradições perdidas. Entretanto, o fascismo não quer, de modo algum, uma Itália contemplativa, uma Itália de ruínas. A Itália viveu ontem. Vive hoje. Viverá amanhã. Viverá sempre...<sup>265</sup>.

Apesar de Salazar considerar que a Ditadura portuguesa se aproximava da italiana nos pressupostos eminentemente nacionalista e autoritário<sup>266</sup>, era este aspecto «contemplativo» e demasiado passivo que o delegado fascista de visita a Lisboa estranhava nas instituições portuguesas, especialmente na União Nacional. Também, a influência castrense no partido salazarista era realçada por Papini em correspondência para Roma. Estranhava este representante do *Duce* que o exército tivesse um papel tão preponderante num regime fascista revolucionário, embora no caso português compreendesse a influência

<sup>262</sup> Baldi-Papini citado por António Costa Pinto, «A UN vista por um fascista italiano» in *Os Camisas Azuis-Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal-1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 194-196, especialmente p. 195.

<sup>263</sup> Baldi-Papini citado por António Costa Pinto, «A UN vista por um fascista...» in *Os Camisas Azuis...*, p. 196.

<sup>264</sup> António Ferro, *Viagem à volta das Ditaduras*, Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1927.

<sup>265</sup> Entrevista a Mussolini feita por António Ferro e publicada no livro *Viagem à volta das...* e antologizada por António Quadros, «Mussolini» in *António Ferro*, Lisboa, Edições Panorama-S.N.I., 1963, pp. 82-86, especialmente p. 85.

<sup>266</sup> António Ferro, *Salazar. O Homem e a sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 74.

militar no partido de Salazar, pois na verdade era «...o exército o patrão escondido do país, é o exército, em resumo que se opõe ao surgimento de um organismo civil potente, por temor de ser desautorizado»<sup>267</sup>. Sobre o papel predominante das Forças Armadas no regime de transição para o Estado Novo, será de realçar o que Salazar pensava desta instituição em palavras proferidas num dos primeiros discursos que este governante fizera ainda na condição de ministro das Finanças do Governo de Domingos de Oliveira, a 30 de Dezembro de 1930, no Quartel-General do Governo Militar de Lisboa, a propósito da imposição de uma condecoração ao governador de Lisboa, brigadeiro Daniel de Sousa. Num discurso premonitório do que viriam a ser as relações entre o Estado e as Forças Armadas, Salazar com diplomacia desenvolveu simbolicamente uma argumentação que se enquadrava bem no título que escolhera para se dirigir aos militares que patrocinaram a «Revolução Nacional» que em 1926 haviam derrubado o regime republicano: «Elogio das Virtudes Militares»<sup>268</sup>.

Humildemente, Salazar que já representava como ministro das Finanças a sombra tutelar do último governo da Ditadura Militar atribuía-se, naquele contexto de fardas e barretinas, o simples papel de «mestre-escola, desconhecedor profundo dos regulamentos, da vida e da história militar»<sup>269</sup>. Apesar de «desconhecedor» do múnus militar, Salazar caracterizava bem o que entendia ser uma instituição castrense no seio de uma sociedade civil. Para ele esta «força organizada» não era mais do que um instrumento posto ao serviço do «agregado social» para manter a «paz», a «ordem» a «justiça» e o «equilíbrio das liberdades». E dissertando sobre a necessidade e premência da «função militar», o orador acabaria por enunciar os princípios desta instituição marcial no contexto dos regimes civilistas com e sem liberdade. Procurava com esta antinomia entre regimes autoritários e democráticos salientar quais deveriam ser as incumbências destes protagonistas especiais, após terem pela força das armas derrubado um regime que se prolongara por uma desordem generalizada que tinha começado a pôr em causa os interesses mais vulneráveis da Nação: os seus recursos humanos, financeiros e patrimoniais.

Este discurso de Salazar já se integrava portanto no contexto de uma nova pedagogia imperialista e nacionalista, na expressão de Alfredo Pimenta, que deveria substituir a

<sup>267</sup> Baldi-Papini citado por António Costa Pinto, *Idem, Ibidem*.

<sup>268</sup> Oliveira Salazar, «Elogio das Virtudes Militares» in *Discursos*, Volume I, 1928-1934, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, pp. 99-112.

<sup>269</sup> *Idem, Ibidem*, p. 100.



pedagogia republicana anterior que se encontrava imbuída de mazelas «democráticas» e «pacifistas» de origem internacionalista<sup>270</sup>. Era preciso nesse contexto e, na opinião dos intelectuais nacionalistas como Pimenta, que se restabelecesse a consciência do «dever da obediência», da «disciplina» e do «reconhecimento da hierarquia» para que se volte a ter aquele «feixe invencível de vontades e actividades que descobriu mundos ao mundo»<sup>271</sup>. Estes atributos só se conseguiriam com uma pedagogia da oratória e dos discursos que Salazar tivera o cuidado de cultivar, para assim se conseguir chegar a um maior número possível de pessoas e desta forma fazer passar o «sentimento» imperialista, e reforçar a existência do Império Colonial. Salazar tinha consciência da necessidade de criar esse sentimento que falasse insistentemente deste Império e que despertasse nos cidadãos «estados de alma» que não andassem longe do orgulho da raça, do louvor pela glorificação do passado imperial, da urgência do sacrifício e da humildade e, sobretudo, do desejo de domínio.

Estas preocupações pela pedagogia do Império encontravam-se no prefácio que o Ditador escreveu para o primeiro volume dos seus discursos em 1935, no qual humildemente se referia aos seus textos como «pedaços de prosa que foram ditos» e no qual salientava a importância que a oratória tinha no estabelecimento e cumprimento de metas programáticas. Como afirmava Blakar, num estudo sobre o poder da linguagem no processo de influência da comunicação quotidiana, é impossível a um ser humano exprimir-se de uma «forma neutral» e quando algum indivíduo discursiva procura antes de tudo formalizar um dado objectivo que dependerá da escolha de expressões e de conteúdos semânticos que levará o receptor/ouvinte a ser influenciado ou não pelas palavras emitidas<sup>272</sup>. Na emissão de um discurso o orador terá que escolher sempre entre várias maneiras possíveis de dizer alguma coisa, tendo que ponderar sobre o contexto e a situação em que deverá utilizar os conteúdos semânticos, as palavras e as frases. Tal facto ficar-se-á a dever à diferença que existe entre a linguagem e a realidade circundante do agente dessa forma de expressão. E na possibilidade de escolher uma expressão em desfavor de outra, o emissor/orador estará a acentuar um aspecto particular de ler e filtrar a realidade e ao

---

<sup>270</sup> Alfredo Pimenta, Conferência do Ciclo de Alta Cultura Colonial pronunciada em 28 de Março de 1936, na Academia das Ciências de Lisboa subordinada ao título «O Império Colonial Factor de Civilização» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Abril de 1936, n.º. 130, pp. 24 -54, especialmente p. 46.

<sup>271</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>272</sup> Blakar citado por Pio Ricci Bitti e Bruna Zani, «O processo de influência na comunicação quotidiana» in *A Comunicação como Processo Social*, Lisboa, Editorial Estampa, Colecção Imprensa Universitária n.º 100, 1993, pp. 253-267, especialmente p. 255.

proceder desta forma estará também a dar a conhecer aos outros a sua própria idiossincrasia e o modo como interpreta e compreende a realidade que o cerca.

Deste modo, estará o orador/emissor a consciencializar-se do sentido complexo, poderoso e multifactorial que tem a palavra e que numa situação de comunicação esta não resultava do aspecto adicionado das palavras e frases que a compõem, mas da interacção entre as diversas componentes. Essa interacção é de tal maneira rica e poderosa que a linguagem funcionará sempre como um sistema aberto e gerador de um número infinito de palavras e novas frases. Ao atribuir um nome aos seus discursos como «pedaços de prosa que foram ditos», Salazar reivindicava para si a condição de prosador, mais do que a de orador, pelo facto de considerar que não deveria dar aos seus discursos mais qualidade daquela que eles não possuíam. Salazar sabia que a oratória, mais do que a «arte de bem-dizer», era um género literário que obedecia a regras e exigências que serviriam para apoiar a concretização de objectivos adequados à vivência de um político, no seu quotidiano de governação. Por isso havia-se consciencializado que seria utópico e impossível obedecer a todas essas regras da verdadeira eloquência para exercer o múnus de político no seu dia-a-dia de governação e contacto com as massas:

(...) Não é o brilho da forma, nem a loquacidade do orador, nem a inteligência do assunto, nem a correcção do dizer, nem a majestade e movimento da exposição, nem a propriedade dos gestos, nem a riqueza das modulações vocais – nada disto só por si, certamente alguma coisa de tudo isto, mas sobretudo esse dom misterioso de comunicabilidade pela palavra falada, possuído por homens raros, e com o qual, nos termos clássicos, se convence, se deleita e se persuade aos ouvintes<sup>273</sup>.

Constatávamos assim que na argumentação prefacial que fazia à publicação dos seus próprios discursos, o responsável pelo governo do Estado Novo interrogava-se sobre as características que deveria ter um orador e comparava depois esse ideal do verdadeiro comunicador, com o autor destes «pobres discursos». Nesta antinomia entre o tribuno de gesto «teatral» e entoação «fácil» e aquele que por desempenho governativo era orador à «força», Salazar considerava que o discurso só tinha como obra de arte dominância, relativamente às outras obras, enquanto fosse «obra viva», isto é, só existiria verdadeiramente enquanto tivesse a «plenitude» no momento em que tinha sido criado. Depois disso restavam apenas os resquícios desses «estados de alma», os traços dessas

---

<sup>273</sup> Oliveira Salazar, «Para Servir de Prefácio» in *Discursos*, Volume I, 1928-1934, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1935, p. XLII.

«ideias» e as cinzas das «paixões», numa decrepitude em que sensações outrora vivas, estimulantes e persuasivas, não passavam agora de formas de vida «apagadas», «mortas» e «sem alma»<sup>274</sup>. Para João Ameal, investigador, historiador e panegirista da vida e obra de Salazar, os discursos do ditador português estavam, apesar da efemeridade material da sua produção, eivados de uma «extensão» e «profundidade» muito para além dos últimos «ecos» imediatos. Assim, para este intelectual «quem ouviu discursos de Salazar não esqueceu mais a maneira como esse efeito em «profundidade» se exercia gradualmente. A princípio, ante a expressão fechada, as frases breves, a voz um tanto surda, o desdém absoluto pelo histrionismo e pela mímica sugestiva – talvez houvesse certa estranheza e mesmo vaga decepção. Além disso, a tensão intelectual, o carácter elíptico de um outro período, a ambiguidade voluntária de uma ou outra observação, ausência de imagens triviais – dificultavam o acesso ao pensamento que se exprimia diante de nós»<sup>275</sup>.

Esta caracterização feita por um apaniguado do Estado Novo era de certo modo desfavorável a quem tendo a responsabilidade de governar um país, tinha que discursar e entrar em contacto, directa ou indirectamente, com as massas quase todas as semanas, dos longos meses e anos de governação. No perfil de Salazar notava João Ameal alguns traços do seu carácter de homem que vivia fechado na sua «torre de marfim» de São Bento, que possuía portanto a discrição de intelectual, mas também de homem tímido da província, que não se sentia à vontade em mostrar publicamente os seus pensamentos e as suas estratégias políticas de governação. Ameal referia que, à partida, Salazar tinha traços da sua personalidade que não o predispunham para ser bom orador. E esses traços psicossomáticos caracterizavam-se por uma «expressão fechada», uma «voz um tanto surda», o «desdém pelo histrionismo», a «mímica pouco sugestiva», a «tensão intelectual», a «ausência de imagens triviais». Estes considerandos negativos, para o perfil de um político, que quando falava deveria fazer do seu próprio discurso um acto de ostentação do poder que detinha, fazia com que o representante do Governo estadonovista, por vezes, titubeasse ou até mesmo, na expressão de José Martinho Gaspar, fosse um «orador hesitante»<sup>276</sup> que, perante a obrigação de ter que preleccionar, confessava muitas vezes que

---

<sup>274</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>275</sup> João Ameal, «Salazar, Orador e Pensador» in *Resistência – Revista de Cultura e Crítica*, Ano X, nº.s 153/156, Julho/Agosto de 1977, pp. 95 – 100, especialmente pp. 96 – 97.

<sup>276</sup> José Martinho Gaspar, «O Discurso Político de Salazar – Estratégias de Retórica – Um Orador hesitante» in *Os Discursos e o Discurso de Salazar*, Lisboa, Editorial Prefácio, 2001, pp. 99 – 132, especialmente pp. 102-107.

o fazia sem vontade de ter que se dirigir aos seus concidadãos, quando as necessidades públicas do Governo ou do Estado o obrigassem a essa tarefa.

Apesar destes *handicaps* de Salazar, assumidos pelo próprio, quando referia que não sentia em si «essa força íntima da vocação que irresistivelmente leva o escritor e o orador de raça a escrever e a falar»<sup>277</sup>, Ameal considerava que o governante do Estado Novo por esforço e vontade próprias conseguia recuperar dessa falta de «força íntima» para comunicar e que «pouco a pouco, todavia, a claridade progredia, o desenrolar dos raciocínios atingia-se melhor, o plano de conjunto abarcava-se na sua harmonia e no seu alcance, descerravam-se horizontes vastos, deparavam-se conclusões imprevistas mas de inexcedível rigor lógico – e eis estabelecida uma corrente de adesão e simpatia entre o homem que falava e os que, ao ouvi-lo, sentiam uma espécie de “exultação da inteligência”, e lho agradeciam em constantes aplausos e acabavam por ter de reconhecer que saíam mais ricos do que haviam entrado....»<sup>278</sup>.

Não sendo prelector espontâneo, Salazar conseguia pelo empenho, rigor, disciplina e trabalho suplantar as inibições e limitações reveladas para a oratória e criar junto dos receptores (ouvintes e leitores) não uma vibração ou empolgação individual e colectivo momentâneo, como sucedera com Mussolini, mas uma espécie, no dizer de João Ameal, de «exultação da inteligência», sentimento gradual que invadia os destinatários dos seus discursos, sobretudo quando Salazar mais do que orador, transformava as suas missivas num encadear lógico e claro de raciocínios e pensamentos acerca da actualidade. Muito embora pelo pensamento de Salazar tivessem discorrido muitas outras ideias e constatações acerca da realidade portuguesa, houve aspectos como os da «política e administração da Ditadura», da «política colonial» e da «evolução política europeia» que o preocupavam mais, associado ainda a esta inquietação encontravam-se os temas da sua especialidade para o qual em 1928<sup>279</sup> fora convidado para integrar pela primeira vez o governo da Ditadura Militar, e que eram os problemas económicos e financeiros. Especialmente, as finanças públicas e o problema do ágio de ouro, os conceitos económicos da nova Lei-Básica de 1933, os problemas de organização corporativa e muitos outros problemas relacionados com a reforma económica e social da implantação do Estado Novo e da consagração do nacionalismo corporativo, económico e político do

<sup>277</sup> Oliveira Salazar, «Para servir de...», *Discursos*, Volume I..., p. XLIV.

<sup>278</sup> João Ameal, «Salazar, Orador e...», op. cit., p. 97.

<sup>279</sup> Luís Teixeira, *Perfil de Salazar-Elementos para a história da sua vida e da sua época*, Lisboa, Edição de Autor, 1938, pp. 107-110, especialmente pp. 109-110.

Estado autoritário. Deste modo, na opinião de João Ameal, a verdade salazarista estava imbuída da «melhor» filosofia política e da sociologia europeia que provinha desde os tempos imemoriais de Aristóteles e São Tomás de Aquino, passando pelas encíclicas dos diversos pontífices ou mais modernamente e, a partir do século XIX, pelas ideias de De Bonald, José de Maistre, Gama e Castro, Le Play, La Tour du Pin e da iniciativa crítica de Maurras ao liberalismo e à democracia parlamentar. Era neste contexto de uma formação sólida, doutrinal, conservadora e religiosa que Oliveira Salazar em todos os seus discursos procurava não fugir à verdade dos factos de uma multissecular história assente nos esforços de «cruzada», «expansão missionária» e «dominação imperial».

Foi na sequência desta «ortodoxia portuguesa», de uma verdadeira doutrina «restauradora» que iremos analisar, a partir de agora, a «ideia de Império» nos discursos do primeiro representante do Estado Novo. Assim, a vontade e a disponibilidade em deixar coligido e antologado o resultado da sua eloquência, numa obra a que simplesmente chamou de *Discursos e Notas Políticas*<sup>280</sup>, revelava a preocupação de deixar aos vindouros toda uma estrutura organizada de documentação que permitiria, sem mais delongas e com toda a comodidade, fazer a história de Salazar e do salazarismo durante várias décadas. E o ditador justificava, no prefácio ao volume inicial da colecção, por que razão nem todas as páginas tinham sido «criação dolorosa» ou «fruto espontâneo» da sua inteligência e sensibilidade. Haveria diferentes «estados de alma», outros assuntos, preocupações, que fariam alterar e diversificar o grau de dificuldade da feitura de um discurso, bem como do «tom» em que se escrevia, e tal, como na composição musical, se poderia deixar ficar para a posteridade a marca e o registo de uma obra artística<sup>281</sup>. Para Salazar a possibilidade de deixar ficar para os vindouros a memória escrita da sua obra literária não era motivo que o tranquilizasse completamente, pois a pesquisa que os investigadores poderiam fazer junto dos seus papéis assustavam-no. Segundo as suas próprias palavras, o ensejo de não ter tido tempo de queimar alguns «pequenos segredos humanos» e destes caírem sob a alçada destes estudiosos eram alguns dos motivos dessa preocupação. E, premonitóriamente, Oliveira Salazar pressentia que haveriam de surgir problemas difíceis na investigação da sua vida e obra, pois tudo serviria para escarpelizar a sua essência, enquanto estadista e figura pública:

<sup>280</sup> Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas* (Volumes I a V), Coimbra, Coimbra Editora, 1928-1958.

<sup>281</sup> Oliveira Salazar, «Para servir de...», *Discursos*, Volume I..., p. LX.

A forma da letra, as emendas dos textos, a elaboração mental dos trabalhos e a sua tradução gráfica, a ordem dos factos e das ideias devem ser objecto de muitas doudas investigações...A história ver-se-á seriamente embaraçada para desvencilhar um dia tão importantes questões. Por isso me lembrei de poupar aos futuros investigadores muitos trabalhos e erros, deixando escrito o que eu mesmo posso saber acerca da matéria<sup>282</sup>.

Um dos assuntos em que Salazar facilitou a vida aos investigadores, pelo material escrito que deixou, foi a temática relativa ao «Império Colonial». De facto, desde 1930, altura em que Salazar foi nomeado ministro das Colónias e fizera aprovar o Acto Colonial, em Julho desse ano, que as possessões ultramarinas, a par das relações externas e da situação financeira, constituíram as principais prioridades da sua governação, ao longo das quatro décadas de permanência no Poder. Aliás, esta vontade de ser útil ao país ficara demonstrada no conteúdo do primeiro discurso que fizera, a 27 de Abril de 1928, quando na sala do Conselho de Estado foi empossado como ministro das Finanças, do Governo presidido pelo general Vicente de Freitas<sup>283</sup>. E nessa vontade de servir e de procurar resolver os problemas nacionais se enquadrava uma questão, que para os portugueses de há vários séculos continuava a ser um dos problemas a que estes davam mais atenção: o de preservar a manutenção do que restava do vasto império herdado dos primeiros descobridores e conquistadores do século XV. Portanto, a ideia de preservação desse património já vinha de há vários séculos atrás, mas tornara-se mais pertinente a sua defesa com a situação instável da República, especialmente a nível financeiro, com a internacionalização dos mandatos subsequentes à Primeira Guerra Mundial, que punham em causa a continuidade desse vasto espólio territorial. Logo, a «ideia de Império» e a sua preservação para os militares e depois para os nacionalistas conservadores, como Salazar, era uma questão que ninguém punha em causa e que progressivamente se tornou uma questão consensual para a elite dominante do Estado Novo, sobretudo nos parâmetros que consagravam esse mesmo Império como uma unidade política, económica, jurídica e cultural a desenvolver e reforçar.

Fernando Rosas<sup>284</sup> concluía mesmo que no «ideário colonial» do Estado Novo existia um núcleo «consensual» de quatro pontos em que se baseava toda a estratégia desse regime

<sup>282</sup> *Idem, Ibidem*, p. LVIII – LIX.

<sup>283</sup> *Vide Oliveira Salazar*, «Condições da Reforma Financeira» in *Discursos-1928-1934*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1935, pp. 3-6, especialmente p. 4.

<sup>284</sup> Fernando Rosas, «Estado Novo, Império e Ideologia Imperial» in *Revista de História das Ideias-Do Estado Novo ao 25 de Abril* n.º 17, Coimbra, Edição do Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, 1995, pp. 19-32, especialmente pp. 23-31. Ainda, «O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre

político: Um primeiro, relacionado com a «missão histórica» de colonizar e civilizar para uma integração nos ideais da portugalidade; um segundo, que acentuava o carácter inalienável do Império português, como entidade que realizava pela colonização a «Nação multirracial e pluricontinental, una e indivisível»; um terceiro, que apresentava o regime do Estado Novo como o único com capacidade e empenho para a defesa e salvaguarda dessa «herança sagrada» que era o Império; finalmente, num último ponto, em que a «missão civilizadora» se adaptava à nova conjuntura de pensamento internacional e da postura racista do «darwinismo social», do ministro das Colónias, Armindo Monteiro. Posteriormente, essa concepção evoluíra para uma posição mais paternalista ligada aos conceitos sociológicos luso-tropicalistas de Gilberto Freyre, adoptados nos anos de cinquenta e sessenta do século XX, que reconhecia uma capacidade e vocação cultural ao povo português para se relacionar com as populações tropicais que administrava<sup>285</sup>. Assim, o regime salazarista do Estado Novo procurou, num primeiro momento, quando o regime emergia da transição militar que derrubara a República, implantar no terreno os mecanismos necessários à integração civilizacional dos indígenas nos pressupostos da «portugalidade». Nesta fase, mais do que nunca, havia uma ligação entre os conceitos de nacionalismo e imperialismo, que, segundo João de Castro Osório, não eram dissociados, mas pelo contrário se aproximavam:

O nacionalismo verdadeiro, que se baseia no sentimento pátrio, mas é mais do que ele, porque é já uma aspiração realizadora, é a concepção que permite o verdadeiro e justo imperialismo. Não há oposição das duas noções e das duas forças. Há, na segunda, um complemento da primeira<sup>286</sup>.

Esta ideia de associar a «Nação» à «Política Colonial» foi abordada pela primeira vez num discurso proferido pelo Presidente do Conselho na Assembleia Nacional, na presença do Presidente da República Óscar Carmona, em Junho de 1933, a propósito da I Conferência dos Governadores Coloniais. Estes agentes do poder tinham sido especialmente convocados pelo ministro das Colónias Armindo Monteiro, para estudarem as recíprocas relações entre a Metrópole e as Colónias, num novo contexto político mais centralizado. Salazar, no discurso pronunciado, caracterizava de uma forma muito clara as

---

o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40» in *Estados autoritários e totalitários ...*, pp. 31-48, especialmente p. 33.

<sup>285</sup> Cláudia Castelo, «Recepção em Portugal da Doutrina de Gilberto Freire» in *O Modo Português de Estar no Mundo...*, pp. 69-107, especialmente pp. 87-107 («Apropriação do luso-tropicalismo anos 50-60»).

<sup>286</sup> João de Castro Osório, «A concepção de Império Colonial» in *Direito e Dever de Império*, Lisboa, Edições «Descobrimento», 1938, pp. 305-312, especialmente pp. 306-307.

relações entre o novo Estado e a filosofia política emergente de um nacionalismo mais do que tudo necessário para preservar e defender o Império Colonial. Pretendendo comunicar «profundamente» com os seus «auditores», na expressão de José Gil<sup>287</sup>, Salazar não se recusava a louvar as «altas figuras da colonização portuguesa», de ontem e de hoje e, ao mesmo tempo, invocar o poeta da lusitanidade e do primeiro Império, para, numa referência de cariz camoniana, integrar o espírito desses «heróis» em «uma vida pelo mundo em pedaços repartida»<sup>288</sup>, de modo que a têmpera dos descobridores servisse de lenitivo aos novos colonizadores, face às perturbações que adviriam para a Europa, com o despoletar duma nova Guerra Mundial. Este apelo à memória dos construtores de Impérios serviria para reforçar e fazer ressurgir a ideia de Portugal como «grande» potência colonial, no contexto das outras metrópoles colonizadoras. Face à doença «espiritual» da Humanidade e à expressão exagerada do «internacionalismo», como corrente globalizadora que pensava «simplificar um problema multiplicando-o por mil»<sup>289</sup>, Salazar contrapunha a justeza e austeridade do seu regime como aquela organização que, no âmbito das outras nações, tinha condições para resistir e suplantar-se, sobretudo depois de cinco anos de porfiados «esforços», «sacrifícios» e «sofrimentos» que certamente levariam a um reforço da «paz», da «ordem» e do «trabalho» no concerto dos outros países da Europa e do Mundo<sup>290</sup>.

Na sequência da explicação da importância das colónias para o regime do Estado Novo nos primeiros momentos da sua vigência, o chefe de Governo produziria outros discursos importantes relativamente à vocação tradicional de Portugal para esta missão de «colonizar», «civilizar» e «evangelizar», mas ainda para o carácter inalienável do seu Império, pressupostos que o regime e o seu principal estadista mantiveram no imaginário colectivo da opinião pública até ao final da Segunda Guerra Mundial. Neste período de tempo Oliveira Salazar concentrara-se quase que exclusivamente na consolidação do novo regime, definindo uma doutrina política e as coordenadas da sua acção, nomeadamente na acentuação da importância do nacionalismo económico para a preservação e desenvolvimento do seu património de Além-Mar. Essas preocupações estão assim subjacentes no seu espírito de governação e Salazar vai procurar transmiti-las à opinião

<sup>287</sup> José Gil, *Salazar e a Retórica da Invisibilidade*, Lisboa, Relógio d'Água, 1995, pp. 7-12.

<sup>288</sup> Luís de Camões citado por Oliveira Salazar, «A Nação na Política Colonial» in *Discursos-1928-34...*, Volume I, p. 230. Vide também *El pensamiento de la Revolución Nacional*, Buenos Aires, Editorial Pablet, 1938, p. 206.

<sup>289</sup> Oliveira Salazar, *Idem, Ibidem, Discursos-1928-34...*, pp. 231-232.

<sup>290</sup> *Idem, Ibidem*, p. 232.



pública do seu país sempre que houvesse uma oportunidade para fazer passar a sua mensagem, o que não seria fácil, pois o ditador não era um orador nato e revelava inibição e resistência em confrontar as suas ideias directamente com outras pessoas, mesmo que essas pessoas fossem seus colaboradores ou pertencessem ao partido e aos organismos e instituições controladas pelo regime.

Daí que não sendo Oliveira Salazar um tribuno que dominasse a palavra e a oralidade, tivesse que, para ultrapassar esse constrangimento, preparar prévia e afincadamente os seus discursos, redigindo-os e passando-os a limpo, para os poder ler de uma forma pausada, lenta e pouco ritmada, formalismos que causavam nos ouvintes uma sensação de frieza, insensibilidade e monocórdia. Desta forma, Salazar tinha «horror» à demagogia e ao improviso oral dos discursos «ocos» e vazios da retórica republicana, a ponto de apontar para a utilização excessiva destes discursos como forma de manipulação que conduziria à agitação, violência e instabilidade política e social, que levaria à decadência e ao desagregar desse regime. Mas esta ideia da eloquência como causa do decadentismo republicano tantas vezes repetida pelo ditador não constituiria, na perspectiva de José Gil, «uma peça importante da estratégia da retórica salazarista?»<sup>291</sup> Assim, não faria parte desse estratagema o discurso pedagógico que apelava à «restauração» da ordem, da «paz» e do «equilíbrio financeiro» a todo o momento invocado por Salazar nos seus discursos públicos em oposição com a anarquia e o caos anterior?

Vejamos como o responsável pelo regime do Estado Novo, apesar dos condicionamentos analisados, não deixava perder a oportunidade, em ocasiões especiais, para se dirigir aos portugueses, como tinha acontecido com as viagens que fizera ao Porto, para inaugurar a sede da União Nacional e proferir no Palácio da Bolsa um discurso em que usando esta estratégia da «retórica sem retórica» deificava mais uma vez a «Nação», o «Império» e o «Regime», como elementos fundamentais para o «ressurgimento» da «Pátria» e para a contribuição desta para a «universalidade» cristã da Europa<sup>292</sup>. Deste modo, analisemos como Salazar utilizando na sua oratória a inteligência e a emoção conseguia apelar para as virtudes do regime que criara, e para o protagonismo e para a acção oportuna e providencial da sua pessoa para a resolução de todos os males que o país enfrentava, depois da crise e derrube do regime laico e republicano. No Porto e no Palácio da Bolsa, perante os correligionários e uma representação de comerciantes nacionalistas

<sup>291</sup> José Gil, *Salazar, a Retórica da...*, p. 7.

<sup>292</sup> Vide artigo «A Apoteose do Porto – Salazar Aclamado» in jornal *Diário da Manhã*, n.º 1090, de 29 de Abril de 1934.

desejosos de ordem e paz, Oliveira Salazar empenhara-se no seu discurso em fazer a apologia da nova ordem política e social, para que no futuro Portugal renascesse das «cinzas» e encontrasse as condições de estabilidade, brilho e solidez, que permitissem assegurar uma nova situação económica e financeira, para continuar a manter em acção a herança e a missão histórica de dar sequência ao grande Portugal de outras Eras:

Por último, a Ditadura Nacional, atacando pela base todos os elementos doutrinários de desagregação e criando o equilíbrio financeiro que tem de estar nos fundamentos da restauração geral, veio dar condições de amplo desenvolvimento ao espírito imanente da tradição que fez Portugal nascer, crescer, brilhar e tem virtude de lhe dar solidez e perpetuidade. Pelos seus decretos, pela nova Constituição do Estado, pelo Acto Colonial, pelo Estatuto das Missões Católicas Portuguesas, pela Carta Orgânica do Império, pela Reforma Administrativa Colonial vai assegurando, dentro da nossa herança daquém e dalém-mar, a sequência de mesma missão histórica<sup>293</sup>.

Ainda, a ideia de não pôr em causa a existência e a permanência do Estado Novo como pressuposto fundamental para salvaguarda do Império era uma das ideias que estava mais subjacente nos discursos de Salazar. A não discussão da vigência do regime, como entidade acima de qualquer crítica e a afirmação das «grandes certezas» que a Revolução Nacional trouxera a Portugal, fora um dos temas dominantes no discurso que o estadista proferira em Braga, na varanda do quartel de infantaria n.º 8, a 26 de Maio de 1936, aquando das comemorações do 10.º aniversário do movimento iniciado na década anterior, nessa mesma cidade. Os jornais nacionais deram grande importância a esta efeméride e, entre eles, o *Diário da Manhã*<sup>294</sup>, que trazia em grandes parangonas na primeira página o título «Ano X da Revolução Nacional» e como subtítulos, logo a seguir, «A cidade de Braga onde Gomes da Costa ergueu o brado do «28 de Maio» recebeu, ontem, triunfalmente, Carmona e Salazar, aclamando com delírio, o Estado Novo. Um notável discurso do chefe do Governo determinou uma vibrante afirmação de fé de dezenas de milhares de portugueses que o escutaram»<sup>295</sup>. Num preâmbulo à reprodução do discurso do Presidente do Conselho, o jornal da União Nacional afirmava que não deveria haver grandes comentários sobre o mesmo, pelo facto de ser «tão clara, fluente e rica de imagens

<sup>293</sup> Oliveira Salazar, «O Espírito da Revolução» in *Discursos-1928-1934...*, Volume I, pp. 311-328, especialmente pp. 325-326.

<sup>294</sup> O jornal *Diário da Manhã* era o órgão oficial do Estado Novo e começou a publicar-se numa 2.ª série, a partir de 4 de Abril de 1931, sob a direcção do Dr. Garcia Pulido como órgão oficial da União Nacional, depois de uma 1ª série em 1914, ainda durante a República.

<sup>295</sup> Vide jornal *Diário da Manhã*, n.º 1833, de 27 de Maio de 1936.

e pensamentos essa magnífica oração, que toda a gente, por menos culta que seja, a entende e lê com prazer»<sup>296</sup>.

Em suma, este discurso que celebrava a apoteose de uma nova ordem incidia, na opinião do articulista, nalgumas das «certezas» que este levantamento tinha trazido ao país e que eram aspectos como a «fé» e a «coragem» que fizeram com que esta «Revolução», mais do que um movimento de «restauração» material, tivesse sido também uma «renovação» moral e espiritual. A não discussão de aspectos como «Deus», «Pátria», «Autoridade», «Família» e «Trabalho» eram pressupostos importantes para que Salazar continuasse a construir o novo Estado com autoridade e veemência, procurando que a não contestação a estes princípios básicos lhe permitisse ter um Estado forte, grande e regenerado para os mais «duros sacrifícios», os «mais altos heroísmos» e as «mais seguras dedicações». A não contestação desses desígnios implicava ainda um reencontro de Portugal consigo mesmo e com a sua «missão imperial», com a salvaguarda da «vocação missionária», do sentido «universalista», da «integridade territorial e moral» na sua «plena independência».

Mas, o «ressurgimento» nacional não era só político e ideológico e passava também pelo renascimento económico das principais parcelas do Império para desta forma combater as ambições e pretensões do internacionalismo económico, sempre desejoso de estender os seus interesses aos mercados e matérias-primas coloniais portuguesas. O nacionalismo económico que se encontrava também prescrito nos pressupostos do Acto Colonial de 1930 passaria pela «portugalização» da economia do Ultramar, sem contudo excluir completamente a entrada de capitais estrangeiros. Esta entrada dever-se-ia fazer sempre pela via mais estrita e sob o controlo e gestão do Estado, evitando-se e excluindo mesmo a entrega da concessão de companhias a empresas particulares que pusessem em causa funções e privilégios de soberania, bem como restringindo a entrega de exploração de postos mercantis nas colónias a empresas ou governos estrangeiros. O recuar do domínio internacional levaria mesmo a que fossem nacionalizadas algumas das principais companhias majestáticas de Moçambique e que o estratégico porto da Beira, sob a superintendência da Companhia de Moçambique, fosse entregue à administração directa do Governo português. A política de nacionalização económica passaria ainda pelo reforço do regime do pacto colonial que tinha em vista lançar um velho projecto de fazer do Ultramar um vasto mercado reservado para a produção da Metrópole, e, ainda, para o das Colónias,

---

<sup>296</sup> *Ibidem.*

como um amplo território favorável à produção de matérias-primas agrícolas e minerais que alimentassem a indústria portuguesa<sup>297</sup>.

Nesta fase de construção material e espiritual do Estado Novo, também o discurso pronunciado a 8 de Junho de 1936, na sessão inaugural da I Conferência Económica do Império Colonial Português, na sala das sessões da Câmara Corporativa, fora importante para se conhecer o pensamento de Oliveira Salazar acerca dos fundamentos para a reconstituição económica das principais possessões tropicais. A propósito dos princípios desta «reconstituição» do Portugal uno e pluricontinental, o Presidente do Conselho afirmava perante toda a elite de governantes o que entendia acerca da rentabilização destas parcelas:

Nenhum princípio, conveniência ou interesses nos podem levar a preferir economias estranhas à nossa própria economia, se os produtores têm a consciência desta unidade e dos deveres que impõe para não verem somente em regimes de favor a fonte de lucros parasitários<sup>298</sup>.

Logo, na perspectiva ideológica do regime estadonovista a ideia de «Império» e a viabilização e rentabilização desta parte de Portugal só poderia ser concebida com uma trindade de pressupostos que assentavam sobretudo na «solidariedade», «unidade» e «nacionalismo». Nestes três princípios se baseava a vivência do Acto Colonial de 1930, e agora seis anos depois os mesmos princípios eram ratificados pelas conclusões retiradas desta Primeira Conferência Económica. Segundo o periódico *Acção*<sup>299</sup>, a partir da instauração do Estado Novo que tinha deixado de haver colónias, pelo que com a política de integração destas parcelas passava a haver «pedaços de Portugal dispersos pela orbe», «províncias próximas» e «outras mais distantes» e admiração pelos deveres para com a Pátria<sup>300</sup>. O «Espírito da Conferência», na designação do antigo governante republicano Vicente Ferreira<sup>301</sup>, representava a mudança de mentalidade das elites coloniais, no sentido

<sup>297</sup> António José Telo, «Modelos e fases do Terceiro Império português (1890-1961) – A longa crise dos anos 30» in *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, pp. 199-245, especialmente pp. 238-242.

<sup>298</sup> Oliveira Salazar, «O Império Colonial na Economia da Nação» in *Discursos...1935-1937*, volume II, pp. 153-171, especialmente pp. 160-161.

<sup>299</sup> Vide «Encerramento da Conferência Económica do Império Português» in jornal *Acção*, de 1 de Julho de 1936.

<sup>300</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>301</sup> Vide «No Encerramento da 1ª Conferência Económica do Império» in jornal *Diário de Notícias*, de 3 de Julho de 1936.

da reconstrução das economias da Metrópole e das Colónias, numa complementaridade útil e necessária para a resolução dos particularismos e das rivalidades internas.

Quando, no discurso de inauguração destas conferências, Oliveira Salazar procurara caracterizar as diversas interpretações que os portugueses tinham sobre a função e o sentido programático que as possessões coloniais deveriam ter para a Metrópole e para a Nação, acabava por concluir que ainda não havia este «espírito de conferência» ou melhor dizendo, esta «ideia de Império», não um «Império» platónico, mas um em que as diversas parcelas fossem rentabilizadas e postas ao serviço da prosperidade material dos seus habitantes, de modo que se pudesse restaurar a nacionalidade das «ruínas» em que se debatia, para desta forma demonstrar à comunidade internacional que o novo regime se mantinha determinado em resolver e tratar os problemas comuns a todos, de modo a manter a unidade e a integridade do seu território, pretendendo desta forma resistir às pretensões de absorção por parte das potências mais hegemónicas<sup>302</sup>. A propósito, será interessante analisarmos as palavras de Salazar sobre a ideia que a opinião pública tinha das suas próprias colónias e o modo como queria fazer a rentabilização dessas possessões:

Para alguns espíritos as colónias deveriam constituir uma espécie de quintas de luxo, a que demais não faltaria a vegetação luxuriante das plantas exóticas, para cuja manutenção e preparo, agrado ou interesse de estranhos se deveriam destinar, sem conta ou medida, os rendimentos das demais terras ou gentes. Para outros seriam precisamente o inverso – campos ou indústrias de renda que permitissem ao absentista vagamente interessado a vida ociosa entre as delícias da civilização. Nascem estas posições mentais de sentimentos ou de interesses particulares, não da razão política esclarecida, e por esse motivo não coincidem nem uma nem outra com os três grandes princípios definidos no Acto Colonial<sup>303</sup>.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e com a nova ordem internacional entretanto saída do pós-Guerra, criara-se um clima favorável ao aparecimento de um movimento a favor das independências dos antigos domínios europeus espalhados pela África e pela Ásia. Perante esta conjuntura que trazia novos «ventos» à organização da soberania dos povos até aí dependentes da vontade destas metrópoles, Salazar tivera necessidade de mudar de discurso, uma vez que o regime ideologicamente não mudara e que as questões da «inalienabilidade» e da «Nação multirracial e pluricontinental» continuavam a ser os princípios fundamentais consagrados no Acto Colonial de 1930, e na

<sup>302</sup> Vide artigo sobre o «Encerramento da 1ª Conferência Económica do Império Colonial Português» in jornal *O Século*, de 23 de Julho de 1936.

<sup>303</sup> Oliveira Salazar, «O Império Colonial na...» in *Discursos... 1935-1937*, Volume II, p. 155.

Constituição de 1933. Por este facto, o Presidente do Conselho tivera necessidade de justificar o colonialismo do seu regime, com um conjunto de argumentos que, na opinião de Martinho Gaspar, embora «congruentes» com o estabelecido pelos principais órgãos de soberania, eram de «escassa coerência» com a política internacional professada na altura<sup>304</sup>. Esta justificação do ditador era de tal modo excessiva que o mesmo não conseguia separar os ventos de mudança da história actual, das pretensas conspirações e conluios levantados pela opinião pública internacional contra o regime português.

A defesa e justificação do Império, no contexto emergido após a Segunda Guerra Mundial, passaria a ter uma maior importância, nomeadamente como forma de suplantar a crescente perda de influência dos valores ocidentais, decorrente do enfraquecimento da acção exercida pelo «velho» continente quer em África, quer noutras partes do Mundo. Igualmente, por ocasião de uma sessão na Assembleia Nacional, a 22 de Maio de 1939, convocada expressamente para autorizar a visita presidencial de Óscar Carmona aos territórios da União-Sul-Africana, Oliveira Salazar não perdera a ocasião para salientar o papel que Portugal e a Europa poderiam ter nesta região do Mundo. E a apologia dos valores ocidentais era feita por Salazar nesse discurso, com a ideia de que a política estadonovista era imprescindível para manter e assegurar esses valores nesse continente menosprezado, não compreendendo o ditador a campanha de má vontade que lhe moviam os órgãos de comunicação social internacionais. Notava então o Presidente do Conselho que havia «...muitos jornalistas que tratam por essa Europa fora com grande desenvoltura altos problemas de Estado, e se ocupam de nós com insistência não equivalente ao conhecimento dos factos; e fantasiam, e inventam, e deturpam, mas sobretudo ignoram. Têm ainda grandes ciúmes – quem no diria em democratas e liberais – de qualquer propaganda que não seja a sua. Refiro-me à propaganda honesta e não ao “caldo de cultura” em que a dissolução de ideias e costumes está a converter muitos países...»<sup>305</sup>.

Com esta passagem do seu discurso, o próprio estadista admitia que com a nova situação político-militar da Europa, esta já não poderia ter para com África o mesmo protagonismo que tivera até então. Ainda para mais porque era um protagonismo em que o «velho» continente assumia um papel de dominância a todos os níveis, deixando para o continente africano um papel de subalternidade em que, numa relação desigual entre

---

<sup>304</sup> José Martinho Gaspar, «As Grandes Questões: o Império» in *Os Discursos e o Discurso...*, pp. 188-197, especialmente p. 191.

<sup>305</sup> Oliveira Salazar, «A Crise Política Europeia e a Situação Externa de Portugal» in *Discursos e Notas...1938-1943*, Volume III, pp. 137-155, especialmente p. 152.

metrópoles e colónias, os países colonizadores faziam destes territórios «baldios», verdadeiros espaços abertos para exercerem uma exploração desenfreada e atentatória dos direitos humanos. Contraditoriamente, Salazar reconhecia que, apesar de sentir que os tempos tinham mudado e que era difícil continuar a manter um discurso coerente sobre a vocação histórica de Portugal para administrar os territórios ultramarinos, na prática continuava a admitir perante a opinião pública estar mandatado para procurar «resolver os problemas da Nação com os nossos conceitos de autoridade, hierarquia, ordem, liberdade, trabalho, riqueza, tradição, honestidade: como estranhar que façamos o que outros pretenderiam que não fizéssemos e não façamos o que esses achariam melhor?»<sup>306</sup> No final da década de quarenta, a permanência e a soberania lusa nos enclaves indianos asiáticos constituiria o primeiro grande problema que o Estado Novo tivera que enfrentar, sobretudo a partir do momento em que o restante território da península do Indostão começara a reclamar a independência junto da Grã-Bretanha. Esta reivindicação que se iria tornar inevitável para a União-Indiana e Paquistão, iria também trazer dissabores ao Governo português, visto tornar mais vulnerável os direitos de soberania de Lisboa sobre estes territórios dos confins da Ásia.

A respeito destas preocupações, Salazar produziria a 25 de Novembro de 1947, perante os deputados e os corpos dirigentes da União Nacional, um discurso que intitulou da «Miséria e Medo, características do Momento Actual», no qual se referia ao que se estava a passar na Ásia, depois de terminada a guerra na Europa, com um certo pessimismo e mal-estar, como se notava pelos qualificativos que ilustravam os seus sentimentos naquele momento. E estes dois «estados de alma», segundo Salazar, invadiram e configuraram o «pensamento» e a «actividade» da maior parte dos povos e governos da Europa e do Mundo e tomavam assento nas assembleias e na vida do dia-a-dia do cidadão comum. Por quê o temor e o receio dos povos do Mundo? Para o estadista português esta situação ficar-se-ia a dever às sequelas deixadas pela política errada de guerra das duas potências anglo-saxónicas, Alemanha e Grã-Bretanha, mas também ao medo emergente da Rússia e do comunismo soviético, ao receio do anticolonialismo e da ONU, organização a que Portugal aderira, mas que o Presidente do Conselho desconfiava e temia pela possibilidade de ser uma tribuna livre de críticas contra o sistema colonial português. Contudo, o principal receio para Salazar viria do Oriente, região em permanente movimentação política em que as «perturbações» na Indonésia, a «libertação» da China e a

<sup>306</sup> Oliveira Salazar, «Fins e Necessidade da Propaganda Política» in *Discursos e Notas...1938-1943*, Volume III, pp. 193-211, especialmente p. 210.

independência inevitável da Índia e do Paquistão iriam interferir na soberania futura dos pequenos domínios lusos nesta região.

No caso das possessões orientais portuguesas, a situação encontrava-se mais ou menos estabilizada, embora os «ventos» da instabilidade internacional também soprassem. Enquanto Timor recuperava a liberdade depois de invadida pelo Japão, durante o conflito mundial, e caminhava para a normalização administrativa e financeira, Macau gozava de uma relativa paz social e política, à sombra dos tratados diplomáticos assinados com a China, o mesmo já não se poderia dizer para as diminutas possessões lusas encravadas junto das fronteiras da «grande» União-Indiana. Salazar sabia perfeitamente que estes «grandes acontecimentos do nosso tempo» que tinham sido as independências desses dois imensos domínios da Comunidade Britânica, a União-Indiana e o Paquistão, não viriam a «jogar» a favor dos interesses portugueses na região, antes pelo contrário iriam despoletar uma grande vaga de antiportuguesismo e contestação nos principais areópagos internacionais, suficientes para acosar cada vez mais Lisboa e colocar mesmo em causa a ideia tradicional de «Império» como herança sagrada de um património que haveria necessidade de preservar a todo o custo<sup>307</sup>. Esta argumentação etnocentrista, de considerar que a cultura de uma metrópole a muitos milhares de quilómetros poderia substituir a da possessão colonizada, era de facto uma argumentação que formalmente nada alterava às velhas concepções oitocentistas sobre a «ideia de Império» herdadas da Monarquia Constitucional. Fernando Rosas afirmava mesmo que as designações «imperial» e «ultramarina», esta última adoptada a partir de 1951, apesar de formal e temporalmente diferenciadas, no conteúdo queriam dizer uma e a mesma coisa e que, ao contrário do que se esperava, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Colonial, iniciada em 1961, pouco ou nada mudaram, antes pelo contrário ainda dogmatizariam mais os postulados essenciais do regime do Estado Novo sobre o conceito e a função do Império Colonial<sup>308</sup>.

Na década de cinquenta Salazar fizera aprovar algumas alterações à sua política colonial, de forma a evitar que a pressão internacional proveniente da ONU se intrometesse na política interna, nomeadamente na questão colonial. Deste modo, o regime do Estado Novo procurara alterar em 1951 a Constituição de 1933, com algumas disposições que modificavam a terminologia do título VII, que passaria dali em diante a designar-se «Do

---

<sup>307</sup> *Idem, Ibidem*, p. 306. Oliveira Salazar, «Miséria e Medo, Características do Momento Actual» in *Discursos e Notas Políticas, 1943-1950*, Volume IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, pp. 287-311, especialmente p. 305.

<sup>308</sup> Fernando Rosas, «Estado Novo, Império e...», *op. cit.*, p. 32.



Ultramar Português», tendo todos os outros artigos e disposições que se referiam ao património tropical sido substituídas as palavras «Colónias» e «Colonial», pelas designações «Províncias Ultramarinas» e «Ultramarino». A denominação «Império» tão utilizada durante décadas, quer nos regimes da Monarquia Constitucional, quer no da República, foi entrando em desuso e caindo gradualmente no esquecimento da opinião pública portuguesa. A situação e o estatuto do «Indígena» foi definida como transitória até surgir, em Junho de 1953, a nova *Lei Orgânica do Ultramar Português*, seguido por um outro documento mais esclarecedor, em 1954, *O Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*<sup>309</sup>.

Entretanto, Salazar iria nessa conjuntura utilizar uma estratégia dúplice para ir continuando a adiar a resolução do problema colonial, tentando passar incólume às críticas que cada vez mais os países integrados na ONU faziam a Portugal. Assim, um dos estratagemas passava pelo facto do regime de Salazar se aproveitar do clima de «guerra fria» que se tinha instalado entre as duas principais potências, os Estados Unidos da América e a União Soviética, para conseguir que o governo de Washington fosse pactuando com este pequeno país colonialista e anticomunista. A este respeito, era importante verificar a ambiguidade das posições dos Estados Unidos relativamente a África e à postura de Portugal naquele continente. Segundo António José Telo, Washington enfrentava desde 1945 «um dilema de difícil solução em relação a África. Por um lado, a sua posição política tradicional e o seu interesse económico – numa medida muito reduzida – levam-nos a fomentar os movimentos de autonomia. Por outro, a partir do momento em que a URSS se desenha como inimigo principal e se adopta uma estratégia de contenção do inimigo e consolidação de um sistema ocidental, a política para África tem de se subordinar às prioridades globais»<sup>310</sup>.

A outra estratégia do Governo estadonovista para ir adiando a discussão da questão colonial passava pela invocação da falta de preparação socioprofissional dos indígenas para constituir uma elite africana capaz de se integrar na administração e governação dos novos Estados a autonomizar, pelo que Salazar se serviu deste subterfúgio para ir protelando a discussão sobre uma eventual independência das possessões ultramarinas.

<sup>309</sup> A. H. de Oliveira Marques, «O Ultramar no século XX – As reformas posteriores a 50» in *História de Portugal...*, Volume III, pp. 515-533, especialmente pp. 525-526.

<sup>310</sup> António José Telo, «As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal» in *Revista de História das Ideias 16 – Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras, 1994, pp. 347-369, especialmente p. 354. Também, Witney Schneidman, «Kennedy e Salazar: África e os Açores» in *Confronto em África – Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna da História, 2005, pp. 33-100

Para comprovar este entrave ao desenvolvimento das elites locais bastava consultar o *Estatuto dos Indígenas* das três maiores colónias africanas, Guiné, Angola e Moçambique, promulgado a 20 de Maio de 1954, que consagrava no artigo segundo o facto de os indígenas serem «indivíduos» de raça negra que ainda não tinham «educação», nem «hábitos pessoais e sociais» para que se aplicasse na íntegra o direito da cidadania portuguesa<sup>311</sup>, facto este que só se verificaria em 1961, quando alguns acontecimentos dramáticos como a revolta dos prisioneiros das cadeias de Luanda, o desvio do navio *Santa Maria* obrigaram o o Estado Novo a alterar esta lei tão discriminatória para os direitos cívicos dos autóctones das possessões ultramarinas.

No seguimento desta discriminação de cidadania e falta de investimento na formação das elites, Salazar num discurso a propósito da campanha anticolonialista contra Portugal, proferido na Assembleia Nacional a 30 de Novembro de 1960<sup>312</sup>, afirmava que uma «sociedade pluriracial» idêntica às sociedades que pretendia construir em África tinha demorado trezentos anos a edificar na América. O governante português, com este exemplo, referia-se à sociedade «luso-tropicalista» do Brasil<sup>313</sup> onde se notava o sentido evolucionista da «missão civilizadora» que progredira da fase inicial do regime, nos anos trinta do século passado, de um preconceito relativo à miscigenação das raças, para uma assimilação luso-tropicalista baseada nas conceptualizações sociológicas de Gilberto Freyre, a partir dos anos cinquenta e sessenta. Esta nova fundamentação científica da vocação colonizadora para reagir como forma doutrinária à conjuntura internacional da descolonização, levaria a que Salazar, numa adaptação aos «novos tempos», afirmasse que «a sociedade pluriracial» era possível, quer de origem «luso-americana», como de suporte «luso-asiática», ou «luso-africana», mas para que tal desiderato se concretizasse era preciso haver «uma larga evolução e um trabalho de séculos, dentro dos princípios que constituem a base da população portuguesa»<sup>314</sup>.

Mas os acontecimentos de 1961 levariam Oliveira Salazar a radicalizar as ideias até então defendidas perante a opinião pública, nacional e internacional. A dogmatização do postulado colonialista e imperialista do discurso do Presidente do Conselho levaria a que, o

<sup>311</sup> Vide *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Decreto-Lei n.º 39666, de 20 de Maio de 1954*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1954, p. 4.

<sup>312</sup> Vide Oliveira Salazar, «Portugal y la Campaña Anticolonialista – Discurso pronunciado en la Asamblea Nacional por su Excelência El Presidente del Consejo de Ministros, Profesor Doctor Antonio de Oliveira Salazar à los 30 de Noviembre de 1960» in *El Pensamiento de Salazar*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1960.

<sup>313</sup> Fernando Rosas, «Estado Novo, Império e Ideologia...», *op. cit.*, p. 23.

<sup>314</sup> Oliveira Salazar, «Portugal e a Campanha Anticolonialista...», *op. cit.*, p. 12.

mesmo, atribuisse as causas desses «males» ao comunismo soviético e indirectamente ao idealismo democrático e capitalista norte-americano. Assim Salazar considerava, num discurso que pronunciou a 28 de Maio de 1962, que «tem a Rússia desde os tempos dos seus grandes doutrinadores, uma política igualmente bem definida quanto à África: a sua subversão como meio de contornar a resistência da Europa... Ora, talvez por força do seu idealismo, talvez também por influência do seu passado histórico que aliás não pode ser invocado por analogia, os Estados Unidos vêm fazendo em África, embora com intenções diversas, uma política paralela à da Rússia. Mas esta política que no fundo enfraquece as resistências da Europa e lhe retira os pontos de apoio humanos, estratégicos ou económicos para a sua defesa e defesa da própria África, revela-se inconciliável com a que se pretende fazer através do Tratado do Atlântico Norte»<sup>315</sup>.

Portugal a partir do início da década de sessenta perderia o apoio dos aliados tradicionais, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, com esta intransigência do Estado Novo querer manter intacta a integridade do seu Império. Segundo António José Telo, o regime português foi atacado em quase todas as organizações internacionais e sem ter conseguido mobilizar os grandes poderes atlânticos, só poderia entrar em decadência, decadência essa que se produziria por uma longa e penalizante guerra que se estenderia por três frentes. De acordo com Telo, «...o 3.º império caiu tal como nasceu: politicamente e devido à inserção de Portugal no sistema internacional. Portugal parecia ter esquecido uma lição fundamental de todo o seu passado na criação e desenvolvimento do sonho de “um novo Brasil em África”: as colónias defendem-se pela política externa e não pelas armas. As armas só são eficazes para concretizar as soluções que têm uma prévia aceitação internacional»<sup>316</sup>.

O regime salazarista embora tivesse «esquecido» que as colónias se defendiam pela «política externa» e não pelas «armas», persistia em acreditar que o colonialismo português tinha futuro e, na opinião de Martinho Gaspar, apesar das contrariedades e do isolamento internacional continuava a ter uma perspectiva optimista relativamente ao conflito colonial, não só por considerar que tinha razão relativamente à guerra «justa» que travava em África contra o comunismo e os interesses soviéticos, mas também porque era de opinião que mais dia, menos dia, os aliados e a restante comunidade internacional lhe

---

<sup>315</sup> Oliveira Salazar, «Unidade das Forças Armadas e Consciência Nacional (Discurso pronunciado por sua Excelência o Professor Doutor Oliveira Salazar, no acto de cumprimentos das Forças Armadas, em 28 de Maio de 1962)» in *O Pensamento de Salazar*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1962, p. 7.

<sup>316</sup> António José Telo, «As Guerras de África e a mudança nos...», *op. cit.*, p. 368.

dariam finalmente razão<sup>317</sup>. Num discurso proferido em Braga, no dia 28 de Maio de 1966, para assinalar o 40.º aniversário da Revolução Nacional<sup>318</sup>, Oliveira Salazar acreditava que quatro décadas de regime ditatorial, primeiro com os militares, depois com os organismos corporativos, tinham valido a pena e que neste hiato de tempo tinha havido «frutos» e «progressos» na vida da Nação, muito embora essa evolução se tivesse feito de uma forma demasiado lenta, a ponto de alguns detractores terem acusado mesmo este regime de imobilidade. Para Salazar uma coisa era o «imobilismo na acção» e outra a «estabilidade» das concepções políticas e, neste sentido, só esta última situação estaria em condições de garantir a «adesão do espírito à verdade», porque sendo a «verdade» por essência «imutável», logo as «certezas do espírito» eram fundamentais para o devir das sociedades humanas<sup>319</sup>.

Num último discurso pronunciado antes do acidente que o viria a tornar incapaz para o exercício da governação, o Presidente do Conselho tivera ocasião de dissertar sobre a situação do País e da sua relação com o Império, quando, a 30 de Novembro de 1967, os municípios de Moçambique lhe prestaram homenagem. Apesar do optimismo das suas últimas palavras proferidas em público, derivadas das certezas da sua convicção relativamente ao destino de Portugal, quando afirmava que estas certezas lhe fariam «durar indefinidamente a resistência», como «prova de força» e o sinal seguro para a «vitória» deste futuro radioso do seu País<sup>320</sup>. Mas a «vitória» não viera nem pela força das armas, nem pela sagacidade persuasiva das relações diplomáticas. O futuro ficara adiado e foi preciso esperar por um discurso de Marcello Caetano, em Setembro de 1970, para, na opinião de Fernando Rosas, se deixar cair a ideia de um império pluriprovincial e pluriracial, tendo nessa altura o «delfim» de Salazar pela primeira vez negado nesse discurso o «essencial da legitimidade ideológica da colonização»<sup>321</sup>, como suporte da Guerra Colonial, dessacralizando com essa atitude o princípio «ontológico» de «herança sagrada» que contagiara toda a idiossincrasia relativa ao Império Colonial, desde os primórdios do liberalismo monárquico. Ao desideologizar a vocação «sagrada» dos portugueses para a colonização em África, restava apenas a Marcello Caetano encetar

<sup>317</sup> José Martinho Gaspar, «As Grandes Questões – O Império» in *Os Discursos e o Discurso de...*, p. 197.

<sup>318</sup> Oliveira Salazar, «No 40.º Aniversário do 28 de Maio – Discurso pronunciado por sua excelência o Presidente do Conselho na sala da Biblioteca Pública de Braga, no dia 28 de Maio de 1966» in *O Pensamento de Salazar*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1966, pp. 3-12.

<sup>319</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 11-12.

<sup>320</sup> Oliveira Salazar, «A Política de África e os seus erros» in *Discursos e Notas Políticas – 1959 – 1966*, Volume VI, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, p. 13.

<sup>321</sup> Fernando Rosas, «Estado Novo, império e ideologia...», *op. cit.*, pp. 31-32, especialmente p. 32.

conversações diplomáticas com as principais forças vivas da Nação e com os partidos da oposição, de forma a acabar dignamente com a guerra iniciada nove anos antes e encontrar um destino político para as principais possessões ultramarinas. Mas ainda, segundo Rosas, o herdeiro de Salazar não teria «podido», «querido» ou «sabido» desencadear essas conversações, pelo que a guerra acabaria por se prolongar por mais quatro anos de sacrifício até à sublevação dos «capitães», em Abril de 1974<sup>322</sup>.

---

<sup>322</sup> *Idem, Ibidem*, p. 32.



## II

### A AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS / ULTRAMAR NO CONTEXTO DO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA E DO ESTADO NOVO

#### 1. Fundação e evolução histórica ao longo de meio século (1924-1974)

Apesar da propaganda colonial republicana ter sido escassa, a instituição que funcionara de uma forma mais sistematicamente empenhada desde 1875 tinha sido a Sociedade de Geografia de Lisboa, afirmando-se esta instituição como o órgão representativo dos interesses ultramarinos a cuja «Comissão Africana»<sup>323</sup> fora confiada a missão de organizar um plano de política colonial centrado numa alargada «Comissão de Defesa das Colónias», que ia desde o «Núcleo Republicano Colonial» com figuras proeminentes como Álvaro de Castro<sup>324</sup>, até à «Cruzada Nun'Álvares», organização dominada por elementos monárquicos e integralistas<sup>325</sup>. Aderira a esta Comissão o grupo da revista *Seara Nova*<sup>326</sup> encabeçado pelo intelectual Jaime Cortesão. Ainda mostraram empenho por esta causa jornais prestigiados como o *Diário de Notícias*, *O Século* e a *Gazeta das Colónias*.<sup>327</sup> Foi portanto para preencher uma falta de informação e de divulgação sobre as colónias no período republicano que surgiu a necessidade de criar a 30 de Setembro de 1924 a Agência Geral das Colónias<sup>328</sup>.

---

<sup>323</sup> Nos primeiros tempos de funcionamento esta Comissão tivera o nome de «Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África». Vide Rui de Abreu Torres, «Sociedade de Geografia de Lisboa» in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, Letras SIS-ZUR, Direcção de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 18-20, especialmente p. 19.

<sup>324</sup> Aires Antunes Diniz, *Álvaro de Castro – Pela República, Liberdade e Democracia*, Guarda, Edição da Câmara Municipal da Guarda, Colecção “Gentes da Guarda”, número 5, 2005, 200 pp. Ainda, Augusto J. Monteiro Valente, «Os militares, o movimento republicano e a revolução de 5 de Outubro de 1910» in revista *Altitude*, n.º 13, III Série, Dezembro de 2010, pp. 135-154.

<sup>325</sup> Ernesto Castro Leal, «A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)» in revista *Análise Social*, Quarta Série, Volume XXXIII, n.º 148, 1998, pp. 823-851. Ainda do mesmo autor, «Partidos e grupos políticos na I República» in *História de Portugal* (Direcção João Medina), Alfragide, Ediclube, 1994, pp. 287-318.

<sup>326</sup> Ernesto Castro Leal, *Idem*, «A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares ...», *Ibidem*, *Análise*..., p. 830.

<sup>327</sup> Valentim Alexandre, «Ideologia, Economia e Política: a questão colonial na implantação do Estado Novo», in *Análise Social*, n.ºs 1, 123/124, quarta série, vol. XXVIII, 1993, pp. 1121-1122.

<sup>328</sup> Criação fundamentada pelo n.º 16 e seus parágrafos do artigo 15.º, do Diploma Legislativo Colonial n.º 43, de 30 de Setembro de 1924.

A criação deste departamento de propaganda justificava-se pelo desenvolvimento dos meios de comunicação nos primeiros anos do século XX, prenunciando já o que haveria de ser a sociedade de informação, umas décadas depois deste evento. Aliás, a propaganda surgira como uma estratégia muito importante para o desenvolvimento das parcerias comerciais, mas também para ser utilizada pelas instituições dos principais países do Mundo como ferramenta essencial para a divulgação daquelas actividades que Armando Cortesão considerava como necessárias à propaganda das «nacionalidades»<sup>329</sup>. E sobretudo para a divulgação das possessões ultramarinas as potências europeias recorreram a todo o tipo de material para salientar as possibilidades desses novos *eldorados*, que passavam pela utilização de brochuras, conferências, congressos, documentários, exposições, feiras, filmes, folhetos, livros, mostruários, periódicos, entre outros meios. Deste modo, nas primeiras décadas do século XX todos os países tinham desenvolvido mecanismos sofisticados de propaganda que conseguiam, numa altura crítica para a rivalidade imperial, que a opinião pública não ficasse imune às medidas fomentistas desses países nos trópicos. Numa perspectiva comparativa com outros estados, poderemos constatar que existiam muitas estratégias vulgarizadoras que passavam pelas mais de cem publicações de propaganda que os ingleses aproveitavam para distribuir nas exposições coloniais<sup>330</sup>, pelas publicações belgas sobre esta temática (*Bulletin Agricole du Congo* e revista *Congo*), pelos boletins oficiais das agências económicas e dos diversos serviços oficiais franceses (*Bulletin de l'Agence Générale des Colonies*, *Bulletin des Matières Grasses*, *Revue de Botanique Appliquée*)<sup>331</sup>, pelos periódicos italianos (*Bolletino di Informazioni Economiche e Agricoltura Coloniale*)<sup>332</sup>.

A criação da Agência Geral das Colónias inseria-se portanto neste movimento pela divulgação das riquezas e dos valores tropicais e também como procuradora e intermediária dos interesses dos Governos de cada uma das possessões ultramarinas espalhadas pelos diversos continentes. Assim, esta função informativa tornava esta

<sup>329</sup> Armando Zuzarte Cortesão, «O Boletim da Agência Geral das Colónias» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, Julho de 1925, n.º 1, p. 5.

<sup>330</sup> John M. Mackenzie, «The vehicles of imperial propaganda» in *Propaganda and Empire – The manipulation of British Public opinion, 1880-1960*, Manchester, Manchester University Press, 2009, pp. 15-38; Stephen Constantine, «Bringing the Empire alive: the Empire Marketing Board and imperial propaganda, 1926-1933» in *Imperialism and Popular Culture* (edited by John M. Mackenzie), Manchester, Manchester University Press, 2009, pp. 192-231; Bernard Porter, «Peril and Propaganda, c. 1900» in *The Absent-Minded Imperialists*, Oxford, Oxford University Press, 2004, pp. 164-193.

<sup>331</sup> Pascal Blanchard e Sandrine Lemaire, «Propager: l' Agence Générale des Colonies» in *Culture Coloniale – La France conquise par son Empire 1871-1931*, Paris, Éditions Autrement, 2003, pp. 137-147.

<sup>332</sup> Armando Cortesão, *op. cit.*, p. 6.



instituição, na opinião de João Carlos Paulo, como que uma espécie de instituição «nuclear» na «produção e socialização da ideologia colonial» ao longo dos diversos regimes portugueses do século XX<sup>333</sup>. Armando Cortesão ao tomar posse como Agente Geral das Colónias, a partir de 3 de Outubro de 1924, vai procurar compensar o tempo perdido relativamente ao trabalho de divulgação feito anteriormente pelas outras potências colonizadoras europeias, apostando de imediato na criação de estruturas materiais e humanas que soubessem e pudessem responder às exigências das populações coloniais, procurando dispor não só de uma sede própria, mas também de um corpo de funcionários competentes e bem preparados para as tarefas a reclamar por essas populações. Quanto à instalação, a Agência conseguira que, por diploma legislativo colonial n.º 43, artigo 34.º, a antiga sede da Agência Geral de Angola transitasse para a recém-criada Agência Geral das Colónias, «em condições a estabelecer oportunamente com a Província de Angola»<sup>334</sup>.

Esta instituição tivera a sua sede num prédio situado na rua da Prata, muito próximo do ministério das Colónias, bem como do mercado financeiro da praça de Lisboa, tendo mesmo como vizinho da frente o Banco Nacional Ultramarino, instituição bancária que trabalhava com a rede financeira de quase todas as colónias, à excepção de Angola que tinha como representante o Banco de Angola. Havendo necessidade de obras de adaptação no edifício escolhido, estas iniciaram-se somente em Junho de 1925, tendo-se arrastado por um período de algumas semanas, com o natural prejuízo do funcionamento não só da biblioteca inicialmente prevista, mas também da sala de leitura, da secretaria e dos gabinetes para os funcionários. Aliás, por causa da carência de instalações o primeiro funcionário nomeado, depois do Agente-Geral, só o foi quase três meses depois, a 29 de Dezembro de 1924, tendo sido destacado para este organismo o condutor de 1.ª classe Afonso Pacheco de Sampaio, que na Agência passara a exercer as funções de chefe da 2.ª Secção, departamento ligado à venda e ao fornecimento de materiais e alimentos às diversas possessões ultramarinas, e ainda à gestão das reparações de guerra que haviam sido pagas pela Alemanha a Portugal, logo depois de terminada a Primeira Guerra Mundial<sup>335</sup>.

A Agência Geral das Colónias dispunha ainda de mais três outras divisões, de acordo com o organigrama que o primeiro director traçara para esta instituição. Desta forma,

---

<sup>333</sup> João Carlos Paulo, «Agência Geral das Colónias/do Ultramar» in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 23-24, especialmente p. 23.

<sup>334</sup> Vide «Serviços da Agência Geral das Colónias», *Idem*, Ano I, Julho de 1925, n.º 1, pp. 139-140.

<sup>335</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 139.

funcionavam na 1.<sup>a</sup> Secção os serviços de «Informações» que, na opinião de Cortesão, são aqueles «que carecem de mais método e boa vontade, dos mais trabalhosos e que menos brilham»<sup>336</sup>, e que tratavam dos pedidos de esclarecimento que chegavam à instituição via ministério da tutela, referentes às diversas possessões ultramarinas, os quais deveriam ser respondidos num prazo máximo de vinte e quatro horas. Para além das trocas de missivas entre a Agência e as diversas instituições (da Metrópole e das Colónias), a 1.<sup>a</sup> Secção encarregava-se de fornecer informações de óbitos de colonos entretanto falecidos, registo no qual constava o nome, a filiação, o nascimento, a área de proveniência geográfica, a causa e a data do falecimento. Fornecia também mensalmente em cada número do *Boletim* os resumos estatísticos do movimento migratório para as colónias. Encarregava-se ainda da venda de publicações editadas em cada colónia, como anuários, boletins, cartas geográficas, estatísticas, trabalhos técnicos, relatórios, e até obras de história, geografia e literatura destas regiões tropicais. A Agência como intermediária que era de cada colónia cobrava pela venda destas publicações uma determinada quantia, que revertia a favor de um fundo a aplicar na gestão da biblioteca e da sala de leitura.

A utilidade da recolha de informações e dados estatísticos sobre cada uma das colónias num espaço de tempo muito curto poderá ter sido a matéria de interesse e préstimo público da 1.<sup>a</sup> Secção. A enumeração e divulgação de alguns serviços da Agência Geral das Colónias pelo *Boletim* como as «Vendas de Publicações» já referidas anteriormente, e ainda a publicação das «Cotações dos Géneros Coloniais na Praça de Lisboa», durante a semana anterior<sup>337</sup>, relativas a determinadas matérias-primas (algodão, amendoim, borracha, cacau, café, cera, coconote, couros, farinha de mandioca, gergelim, milho, óleo de palma, goma e tapioca), foram de enorme utilidade para os seus leitores. Estes dados, depois de compilados pela Agência, eram enviados por via telegráfica para os Governos coloniais fazerem a sua divulgação<sup>338</sup>. No *Boletim* eram ainda fornecidos dados estatísticos sobre informações providas de cada uma das possessões, relativos às receitas durante os últimos anos económicos, bem como do movimento comercial e do rendimento bruto das alfândegas. No respeitante, à 2.<sup>a</sup> Secção, «Procuradoria», a primeira a ter um funcionário a tempo inteiro, um dos assuntos que no pós-Guerra mais preocupava este organismo fora o das reparações pagas a Portugal pela Alemanha, conforme definido pelo

<sup>336</sup> Armando Cortesão, «Serviços da Agência Geral das Colónias - Em legítima defesa da Agência Geral das Colónias» in *Boletim da Agência Geral...*, Ano II, Julho de 1926, n.º 13, p. 141.

<sup>337</sup> Vide «Serviço da Agência Geral das Colónias», *Idem*, Ano I, Julho de 1925, n.º 1, pp. 179-183.

<sup>338</sup> Armando Cortesão, «Em legítima defesa da Agência Geral...», in *Boletim da Agência Geral das Colónias...*, Ano II, Julho de 1926, n.º 13, p. 143.

tratado de Versailles em 1919. A divulgação destas reparações, da qual a Agência funcionava como procuradora, vinha referida nos primeiros números do *Boletim*, especialmente no n.º 6, de Dezembro de 1925, na secção dos «Serviços da Agência Geral das Colónias»:

Estão já concluídas dez locomotivas que, por conta das reparações, são destinadas à província de Angola, tendo a execução do respectivo contrato sido fiscalizada por intermédio da Agência Geral. Estão em vias de conclusão duas dragas, seis batelões e dois rebocadores destinados à mesma província, estando a Agência Geral a ocupar-se do seu transporte para Luanda<sup>339</sup>.

Para além deste assunto, a 2.ª Secção encarregava-se ainda da representação das colónias, como tinha acontecido com alguns *dossiers* relacionados com o abastecimento, conserto e envio de vapores para as colónias de Cabo Verde, Angola e Timor como era o caso dos navios *Granja*, *Infante D. Henrique*, *Minho* e *Nazaré*<sup>340</sup>. Também tratava esta divisão de tudo o que dissesse respeito ao contrato e aquisição de máquinas e outros materiais tão necessários à construção civil, especialmente no envio de produtos como cimento e material ferroviário e portuário. Igualmente, se encarregava de vistoriar as obras dos edifícios estatais, incluindo o da Agência Geral das Colónias, e até de promover a compra de automóveis para serventia do ministério das Colónias<sup>341</sup>.

Na 3.ª Secção, eminentemente ligada à propaganda, foram inúmeras as actividades que esta divisão organizou para manter elevado o sentimento por esta ideia de Além-Mar, tais como campanhas cinematográficas, exposições, feiras de amostras, promoção de mostruários, publicação de monografias, visualização de vitrinas com a divulgação de objectos e produtos coloniais. Enquadrava-se também nesta secção o «Serviço de recortes de publicações periódicas nacionais e estrangeiras interessando à nossa vida colonial»<sup>342</sup>. Este serviço iniciado a 18 de Maio de 1925, era constituído pelo exame diário de jornais e revistas de Lisboa e do Porto, e ainda pela análise de periódicos ingleses, franceses e

<sup>339</sup> Vide «Reparações Alemãs-Serviço da Agência Geral das Colónias» in *Boletim da Agência Geral...*, Ano I, Dezembro de 1925, n.º 6, p. 203.

<sup>340</sup> Armando Cortesão, «Em legítima defesa da Agência Geral...» in *Boletim da Agência Geral...*, Ano II, Julho de 1926, n.º 13, p. 144.

<sup>341</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 144 -145.

<sup>342</sup> Vide «Serviço de recortes de publicações periódicas nacionais e estrangeiras interessando à nossa vida colonial-Serviços da Agência Geral das Colónias, de acordo com o disposto no número 3, do artigo 8º, do Diploma Legislativo Colonial número 43, no referente a uma das funções da 3ª Secção» in *Boletim da Agência Geral...*, Ano I, Julho de 1925, n.º 1, pp. 144 -145.

suíços feita por empresas especializadas previamente contratadas pela Agência para ler, recortar e organizar *dossiers* de notícias referentes às colónias em geral, e às colónias portuguesas em particular. Estes recortes deveriam ser encaminhados para o arquivo da Agência Geral das Colónias que ficaria com a colecção geral e enviaria, conforme os assuntos, colecções para o gabinete do ministro das Colónias e para cada um dos oito governos coloniais. Também, a «Biblioteca» e a «Sala de Leitura» estavam sob a responsabilidade da 3.<sup>a</sup> Secção que se obrigava à realização de um catálogo anualmente actualizado por temas especializados (autores, colónias, e por tudo o que sobre esta última matéria se tivesse publicado). Na «Sala de Leitura» encontravam-se ainda devidamente catalogados os periódicos de «Portugal» e «Estrangeiro» que à temática colonial davam maior realce, tornando-se um dos locais mais privilegiados em Lisboa para a investigação sobre os domínios ultramarinos de algumas potências europeias.

A 3.<sup>a</sup> Secção responsabilizava-se ainda pela publicação do *Boletim*, uma fonte impressa primordial para a divulgação dos interesses coloniais de Portugal, a ponto deste periódico que saía aos dias quinze de cada mês apresentar uma tiragem de 4.000 exemplares nos sete primeiros números, tendo o número decrescido para 3.000, dos quais cerca de 1.200 eram oferecidos a entidades oficiais, estabelecimentos de ensino, e a outras instituições incluindo as embaixadas e consulados portugueses no Estrangeiro. Para se ter em conta o movimento de despesas e receitas, no primeiro ano de publicação, apurámos que a despesa bruta oscilava entre 27.255\$95 no primeiro número, de Julho de 1925, e 28.816\$68 no número doze, de Junho de 1926, verificando-se um aumento dos custos de 1.561\$05, o que equivalia percentualmente a um aumento de 54,17 %. A despesa líquida com a publicação do primeiro número, em Julho de 1925, foi de 23.250\$35, tendo essa despesa diminuído para 21.258\$680 no ano seguinte, o que equivaleria a uma diminuição de 1.992\$00, o que correspondia a 8,6 % de diminuição dos custos, muito embora no conjunto o *Boletim* continuasse a dar prejuízo respectivamente de 17.648\$98 pelo n.º 1, e de 15.442\$36 pelo n.º 12, tudo porque os governos coloniais se recusavam a pagar à Agência Geral das Colónias as dívidas pelas assinaturas do periódico respectivamente de 5.601\$37 e de 5.816\$32, dos exemplares do periódico que já haviam recebido<sup>343</sup>.

A 3.<sup>a</sup> Secção foi ainda responsável pela propaganda cinematográfica, com a constituição de três equipas de técnicos de cinema que sistematicamente registavam com

---

<sup>343</sup> Vide «Quadro do Boletim da Agência Geral das Colónias com as Receitas e Despesas deste periódico, no 1.º ano de publicação, decorrido entre o n.º 1 de Junho de 1925, e o n.º 12 de Junho de 1926» in *Boletim da Agência Geral.*, Ano II, Julho de 1926, n.º 13, p. 146.

cor e movimento as cenas de diversidade étnica e cultural nas diversas possessões de Além-Mar. Essas imagens deveriam ser posteriormente projectadas nos cinemas de Portugal e do Estrangeiro, tendo para o facto a Agência Geral das Colónias contratado uma empresa francesa especializada, a *Gaumont*, e posto à disposição desses técnicos uma verba de 400 contos, que dependeria de uma subscrição a ser realizada em todas as possessões lusas para suportar este encargo de divulgar o «Império» pela imagem<sup>344</sup>. Ainda se organizaram sob a responsabilidade desta Secção exposições temporárias de produtos e artefactos de cada uma das colónias, os quais depois de findado o evento publicitário seriam convenientemente embalados e constituiriam uma reserva de mostruários, que a Agência teria futuramente disponíveis, para enviar para qualquer outra exposição que divulgasse Portugal nos trópicos.

Para além das exposições temporárias, havia também lugar para uma montra de produtos permanentemente organizada por esta secção no rés-do-chão do edifício da Agência, expondo-se nesse espaço rotativamente, em cada semana, produtos resultantes das potencialidades agrícolas, mineiras e industriais de cada parcela do Império. Do mesmo modo, se divulgaram nestas montras as publicações e prospectos publicados pela própria Agência e por outras instituições, portuguesas e estrangeiras, sobre territórios ultramarinos, tendo mesmo a produção e a venda de cartas geográficas coloniais constituído um êxito assinalável para a divulgação topográfica e toponímica destes territórios<sup>345</sup>. Finalmente, a 3.<sup>a</sup> Secção responsabilizava-se pela produção de folhetos e prospectos de divulgação e propaganda de cada uma das oito colónias que pudessem vulgarizar de uma forma atraente alguns aspectos ligados à alfândega, agricultura, caça, caminhos-de-ferro, concessão de terrenos, correios e telefones, divisão administrativa, estradas, geografia, geologia, hidrografia, história, meteorologia, minas, pecuária, turismo. Esta vulgarização, para além de dar a conhecer de uma forma sintética as potencialidades coloniais a cada um dos interessados que pretendesse ali estabelecer-se, funcionava também como publicidade para atrair a estas parcelas turistas que tivessem ficado impressionados com a beleza das paisagens e o exotismo das populações locais.

---

<sup>344</sup> Esta actividade da 3.<sup>a</sup> Secção da Agência foi posta em causa nos primeiros tempos, porque as colónias não disponibilizaram imediatamente os 400 contos necessários para as equipas poderem operar no terreno. *Vide* Armando Cortesão, «Em legítima defesa da Agência Geral...» in *Boletim da Agência Geral...*, Ano II, Julho de 1926, n.º 13, p. 148.

<sup>345</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 150.

A 4.<sup>a</sup> e última Secção ocupava-se exclusivamente de assuntos de contabilidade, aspecto sem grande interesse para a problemática que estamos analisando, muito embora se encontrassem dados curiosos relativos às contas desta instituição, logo no n.º1 do *Boletim*. Deste modo, o financiamento para a instalação da sede da Agência Geral das Colónias não só foi feito com a cedência das instalações da antiga Agência Geral de Angola, mas ainda com uma subscrição realizada a pedido do ministério das Colónias entre as possessões com mais disponibilidades financeiras para custear estas obras<sup>346</sup>. (**Ver Quadro 1**).

**Quadro 1: Subscrição para a instalação da sede da Agência Geral das Colónias.**

<i>Colónias</i>	<i>Valor de subscrição</i>
Angola	100.000\$00
Cabo Verde	2.500\$00
Guiné	50.000\$00
Índia	14.587\$88
Macau	101.422\$00
Moçambique	200.000\$00
S. Tomé e Príncipe	45.000\$00
<b>Total</b>	<b>513.509\$88</b>

Mas os serviços prestados pela Agência Geral das Colónias, durante a vigência do mandato de Cortesão, foram muitos e variados, não se limitando apenas aos já enunciados departamentos do organigrama da instituição. Como curiosidade, deveremos ressaltar que o primeiro serviço de procuradoria entregue à responsabilidade da Agência, por despacho ministerial de 22 de Dezembro de 1924, foi a resolução dos problemas inerentes ao arranjo do vapor *Minho*, que assegurava o transporte marítimo entre as diversas ilhas de Cabo Verde. Pouco depois de reparado, seguiu o referido vapor a 28 de Fevereiro de 1925 para este Arquipélago, agenciado pela Companhia Nacional de Navegação<sup>347</sup>. O interessante neste serviço de procuradoria foi que no regresso a essas ilhas, na escala em Vila Cisneiros e Port Étienne, o navio tivesse descarregado gasolina e óleo para abastecer os aviões que, em Abril de 1925, haveriam de realizar a viagem ligando Lisboa à Guiné<sup>348</sup>, antecipando

<sup>346</sup> «Subscrição das colónias para a instalação da Agência Geral das Colónias-Serviços da Agência Geral das Colónias» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, Julho de 1925, n.º 1, p. 146.

<sup>347</sup> Vide «Serviços da Agência Geral das Colónias», *Idem*, pp. 140 -141.

<sup>348</sup> *Idem, Ibidem*, p. 14.

em duas décadas aquela que viria a ser a rota imperial dos transportes aéreos portugueses, só concretizada depois do final da Segunda Guerra Mundial.

A 4 de Abril de 1932 tomou posse como Agente Geral das Colónias, o tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre. Este novo responsável foi nomeado pelo ministro Armindo Monteiro, ainda no Governo do general Domingos de Oliveira. No discurso que se seguiu a esta cerimónia, o novo Agente referia-se ao facto de Monteiro se ter lembrado do seu «modesto nome» para encabeçar uma instituição que se integrava na reorganização que o referido ministro pretendia para a pasta que tutelava. E, segundo o empossado, a nova filosofia política para o país, após quase seis anos da «Revolução Nacional» de 1926, passaria por um aperfeiçoamento da «máquina administrativa» e pela criação de «órgãos capazes de compreender a ideia da unidade do império colonial e de cumpri-la integralmente»<sup>349</sup>. Relativamente ao perfil deste alto funcionário, o primeiro aspecto a ter em conta, de acordo com a conjuntura política que se vivia, regime da Ditadura Militar, era que para um cargo civil se fazia a nomeação de um militar. Para conhecermos melhor o currículo do investido, nada melhor do que analisarmos as palavras que proferiu no acto de posse:

A Agência Geral das Colónias não é para mim uma organização estranha. Sou há largo tempo um dos seus entusiastas defensores e acompanhei de perto a sua actividade em Sevilha, em Antuérpia e em Paris. Bastas horas tenho passado na sua Biblioteca que me tem facultado acompanhar a evolução colonial, fazendo estudos para diferentes trabalhos sobre administração colonial, regime económico, higiene colonial, propaganda e política indígena que têm merecido o apreço dos professores da Escola Superior Colonial – de que me honro de ser aluno e que dia-a-dia vem provando merecer a esclarecida atenção de S.Ex.ca o Ministro, que é um professor culto e estudioso, que sabe apreciar os que trabalham e estudam<sup>350</sup>.

Deste modo, para o novo funcionário a Agência era uma instituição que deveria antes de mais ser um veículo de propaganda e por meio dessa técnica de comunicação fazer a divulgação do Império. Uma das oportunidades para cumprir esse desiderato seria participar numa anunciada exposição industrial que se iria realizar em Lisboa em Agosto de 1932, sob a égide conjunta do ministério das Colónias e da respectiva Agência Geral e, ainda, participar nas feiras de amostras de Luanda e de Lourenço Marques, a realizar aquando da viagem a esses territórios do ministro Armindo Monteiro. Reproduzindo as

---

<sup>349</sup> «Informações e Notícias: Agente Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano VIII, Abril de 1932, n.º 82, pp. 123-124, especialmente p. 123.

<sup>350</sup> *Idem, Ibidem.*

novas ideias do regime da Ditadura Militar para com o Império Colonial, o novo Agente considerava que neste novo contexto, pós Primeira República, «tudo o que no mundo é português deve viver numa estreita solidariedade, de tal modo que nenhum interesse reconheça superior ao seu próprio»<sup>351</sup>.

Com esta divisa da «solidariedade» entre as diversas parcelas do «Mundo Português», a Agência Geral das Colónias representava bem os novos ideais do regime acerca de Portugal como um só território que necessitava de ser melhor organizado e administrado, não só para que se pudesse fazer a reconstituição financeira, política e económica do País, mas também para que a nova política accionada pelo ministro das Finanças, Oliveira Salazar, pudesse vir a enfrentar com «carinho» e «interesse» essas parcelas tropicais, como entidades produtoras e consumidoras deste mercado único. Neste sentido, Lencastre propunha como plano de «acção» da Agência Geral das Colónias, para os anos de 1932 e 1933, um conjunto de realizações que se encarregava de explicar, numa introdução ao já citado projecto de actividades para o biénio que marcava a entrada do Estado Novo, no regime mais autocrático da contemporaneidade portuguesa. Assim, o Orçamento e o Plano de Actividades apresentados por Garcez de Lencastre começavam com duas citações dos ministros das Colónias responsáveis pela criação e reestruturação desta instituição, respectivamente Henrique Correia da Silva e Armindo Monteiro. Se para o primeiro uma direcção firme para «o governo das colónias portuguesas poderá vê-las seguir, numa ascensão bem definida, a caminho do grande futuro a que a nossa Pátria aspira»<sup>352</sup>, para o segundo, a «fórmula» para a administração colonial presente seria o colmatar na acção duas grandes carências da anterior gestão republicana: «a falta de unidade de pensamento e a falta de unidade de acção»<sup>353</sup>. Foi pois para colmatar esta falta de «unidade» e os «vícios administrativos» que se elaborara este documento o qual, nas palavras de Lencastre, serviria para executar «mais facilmente a sua acção útil de procuradoria, informação e propaganda, obra que se é da sua obrigação directa executar, deve merecer o apoio moral de todos»<sup>354</sup>.

<sup>351</sup> Vide «Política do Império» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VIII, Junho de 1932, n.º 84, pp. 149-151, especialmente p. 151.

<sup>352</sup> Henrique Correia da Silva, «Apresentação» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, Julho de 1925, n.º 1, p. 1.

<sup>353</sup> Armindo Monteiro, no «Almoço de confraternização dos alunos da Escola Superior Colonial» in *Boletim Geral das...*, Ano VIII, Março de 1932, n.º 81, pp. 118-134, especialmente p. 133.

<sup>354</sup> Júlio Garcez de Lencastre, «A Acção da Agência Geral das Colónias», *Idem, Boletim Geral das...*, Ano VIII, Julho de 1932, n.º 85, pp. 3-12, especialmente p. 4.



A reorganização da Agência Geral das Colónias baseava-se no Decreto n.º 21.011, de 14 de Março de 1932, que procurava centralizar mais a instituição e ao mesmo tempo aumentar a competência da informação nas áreas da propaganda e da procuradoria. Segundo Garcez de Lencastre, «conhecer» e «informar» seria por sinal a divisa principal da Agência, centrando-se a informação na recolha e divulgação de dados estatísticos e de outras notícias que interessassem ao Governo Central e aos diversos Governos Coloniais. Esta carência era muito notada nos meios comerciais e académicos, especialmente nestes últimos, em que os professores e alunos tinham muita dificuldade em recolher informações credíveis que suportassem a investigação dos seus trabalhos, afirmando mesmo um professor da Escola Superior Colonial que era mais fácil reunir informações sobre as possessões inglesas, francesas e belgas, do que sobre as portuguesas<sup>355</sup>.

Na 1.ª Divisão, «Procuradoria», que tinha a seu cargo os serviços de representação jurídica e comercial dos governos e entidades coloniais, era também um dos préstimos a que recorriam as corporações administrativas, as empresas e os funcionários e trabalhadores coloniais. Para dar cumprimento ao n.º 2, do artigo 14.º da lei que regulava a Agência, Garcez de Lencastre solicitara às entidades no terreno que enviassem as relações de materiais e artigos que habitualmente costumavam adquirir na Metrópole, com a respectiva indicação das origens e quantidades dos produtos, para que atempadamente e com critério se pudessem fazer as compras e depois se providenciasse o respectivo transporte para a possessão que utilizara este serviço. Considerava ainda Lencastre que a actividade de economato das outras divisões desta instituição deveria ser realizada pela própria Agência, para desta forma se pouparem custos, energias e dissabores aos seus responsáveis mais directos. Ainda relacionada com esta Divisão, a incumbência que o ministério das Colónias atribuíra da venda de valores postais das colónias portuguesas, com objectivo filatélico, competência cometida pela alínea 4), do artigo 14.º do Decreto n.º 21.001, de 14 de 1932 e regulamentada pela Portaria Ministerial n.º 7.409, de 20 de Agosto de 1932. Para se deduzir da importância desta tarefa, apenas será oportuno referir que entre 22 de Dezembro de 1932, data em que os primeiros valores postais foram postos à venda, a 12 de Agosto de 1935, das diversas colecções emitidas de selos, entre as quais as dos reis «D. Carlos» e «D. Manuel», «Ceres» e «Comemorações do Centenário da Índia», tinha sido apurada uma quantia de 317.068\$76,5 escudos<sup>356</sup>.

---

<sup>355</sup> *Idem, Ibidem*, p. 5.

<sup>356</sup> *Vide* «Movimento Filatélico na Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XI, Novembro de 1935, n.º 125, pp. 99-100, especialmente p. 100.

Relativamente à 2.<sup>a</sup> Divisão, «Informação», como previa a alínea 2 do artigo 16.º do Decreto n.º 21.001, o Agente Geral das Colónias também apresentava um conjunto de ideias que já haviam sido utilizadas com sucesso, mas que agora se retomavam para dar a conhecer o que Portugal estava a fazer no âmbito do fomento e transformação do seu Império. Este serviço era essencial para «abastecer» de notícias os jornais diários, a partir de informações colhidas nos governos das possessões, nos boletins oficiais e nos periódicos coloniais. Mas o inverso também era importante, isto é dar a conhecer para o território nacional o que se estava a passar, em termos de ciência e cultura coloniais, com as outras metrópoles europeias. Neste sentido, o *clipping* ou a recolha dos recortes de jornais e revistas previamente estabelecido na lei pelo n.º 4, do artigo 16.º, possibilitava a informação e facilitava a tarefa dos governantes no acesso a todas as notícias que saíssem nos periódicos, portugueses e estrangeiros, sobre as suas possessões ou sobre as possessões de outros colonizadores.

O responsável pela Agência não se contentava só com o serviço de recortes e propunha, como outro manancial de informação, a utilização da fotografia e de diapositivos sobre temas ultramarinos, que poderiam ser executados nos serviços fotográficos do Exército e vendidos a entidades e instituições que o solicitassem. Ainda, a utilização para a propaganda de filmes e documentários cinematográficos era importante para a divulgação da ideia de Império, devendo para o facto constituir-se uma cinemateca que recolhesse material audiovisual sobre esta problemática. Tendo apenas nesta altura um único filme em arquivo sobre o porto de Lourenço Marques, propunha Garcez de Lencastre ao ministério das Colónias que todo o espólio de filmes, mostruários e publicações utilizado para a exposição de Vincennes, em Paris, fosse entregue na Agência Geral das Colónias, para que futuramente se constituísse um legado sobre o património colonial a ceder para os eventos promocionais que entretanto se realizassem. Pedia ainda Lencastre que o material iconográfico e escrito a produzir para a visita, em 1934, do ministro das Colónias, a África, passasse a ser propriedade da instituição que dirigia, depois do regresso daquele governante à Europa.

Quanto à 3.<sup>a</sup> Divisão, «Propaganda», secção específica da Agência Geral das Colónias para a publicitação e difusão de eventos sobre as coisas e as causas do Império, o novo Agente pensava que sendo a instituição um organismo de propaganda se deveria logo começar pelo «reclamo de si própria»<sup>357</sup>, antes de se fazer a vulgarização de outras

---

<sup>357</sup> *Idem, Ibidem.*

entidades e pessoas colectivas. Logo, seria importante mudar a imagem do prédio onde se localizava, ainda para mais porque esse edifício se inseria numa zona nobre e com traça pombalina muito próxima do ministério das Colónias. Para concretizar essa nova imagem da sede da Agência, propunha então que se colocassem *placards* de vidro no exterior, sinalizados com letras bem visíveis, para que aí se inserissem as notícias mais importantes sobre o Império. Uma outra proposta que Garcez de Lencastre alvitrava, tinha a ver com a possibilidade de os municípios com grandes festas e feiras poderem ceder espaço para aí a Agência Geral das Colónias ter possibilidade de apresentar mostruários e expositores com produtos, cartazes e gráficos, que divulgassem e salientassem a importância das diversas possessões lusíadas espalhadas pelo Mundo<sup>358</sup>. Também, nas principais cidades de província se poderiam aproveitar os recursos humanos de uma elite local de funcionários, civis e militares, para de uma forma simples e pouco dispendiosa se fazer a divulgação imperial e com esta acção contribuir para o desenvolvimento da cultura colonial pelas diversas regiões da Metrópole.

Mas o grande evento de que o novo Agente-Geral se viria a responsabilizar era a execução, quatro meses depois da tomada de posse, da Exposição Industrial de Lisboa, a ter lugar, em Agosto de 1932, em pavilhões previamente a construir no Parque Eduardo VII. Para abrilhantar essa secção previa-se a vinda de uma embaixada de mandingas da Guiné e os seus respectivos apetrechos e materiais que possibilitassem a construção de uma aldeia em local central do evento, para aí poderem dar a conhecer os seus batuques e danças tradicionais. A rentabilização da vinda desta embaixada deveria ser feita com a cobrança de entradas e ainda com uma verba a disponibilizar pelo Governo, para o pagamento do transporte e da estadia dos indígenas pelo período de 15 a 20 dias<sup>359</sup>. Na divisão de «Propaganda», Lencastre pretendia igualmente aproveitar e recuperar a disponibilidade da associação «Pró-Colónias» para a realização de eventos no norte do País.

Finalmente, ainda nesta Divisão, o Agente-Geral propunha que se continuasse com as acções de divulgação do património colonial nos liceus, nas escolas técnicas e do magistério primário, e nas universidades, com o apoio e a colaboração de entidades devotadas à causa ultramarina, como o eram de facto a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Escola Superior Colonial. A utilização de alunos, funcionários, governantes, jornalistas,

---

<sup>358</sup> Vide «A Câmara Municipal de Lisboa e a Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano VIII, Maio de 1932, n.º 83, pp. 163-164.

<sup>359</sup> *Idem, Ibidem*, p. 8.

professores, publicistas seria uma mais-valia para a promoção do Império, sobretudo em alturas propícias para essa divulgação que eram as «Semanas das Colónias», organizadas todos os anos em parceria com as instituições científico-pedagógicas acima discriminadas e ainda pelos estabelecimentos de ensino secundário e superior, autarquias e outras entidades que mostrassem vontade e disponibilidade para realizar tais eventos, como as associações comerciais de Lisboa e do Porto<sup>360</sup>.

No que dizia respeito à 4.<sup>a</sup> Divisão, «Boletim, Publicações e Biblioteca», esta secção encarregava-se do prosseguimento da edição do periódico, como órgão difusor da problemática ultramarina, facto que aliás vinha acontecendo, desde a fundação até ao momento em que Garcez de Lencastre tomara posse como Agente Geral das Colónias. Assim, o *Boletim* tornou-se um verdadeiro e valioso repositório da ciência colonial, permitindo por isso que se tenha transformado num instrumento privilegiado de consulta de estudantes e curiosos da temática ultramarina, como aliás comprovava Garcez de Lencastre, também estudante desta temática, «pois tem sido onde tenho encontrado os mais completos elementos para a preparação de trabalhos para a Escola Superior Colonial»<sup>361</sup>. A propósito, Lencastre referia que a par deste periódico funcionava ainda uma biblioteca que vinha aumentando o número de leitores que passaram de 228 em 1927, para 926 em 1931, quadruplicando neste hiato de tempo a frequência deste local de estudo sempre essencial para o incremento do espírito colonial<sup>362</sup>. Para além do *Boletim*, esta divisão ainda publicava várias colecções de livros, destacando-se entre elas as da «Legislação Colonial» e as dos «Relatórios, Estudos e Documentos Coloniais».

Um ano depois da apresentação do Plano e Orçamento de 1932, Garcez de Lencastre publicava no *Boletim* o balanço da actividade desse período de tempo. Ao contrário da Agência das Colónias Britânicas que, a 21 de Março de 1933, tinha comemorado o centenário de existência, a instituição portuguesa nessa data só celebrava nove anos de vida, o que mostrava o atraso e o desinteresse de Portugal em relação ao fomento e engrandecimento das suas colónias. Projectando virtualmente o centenário da Agência portuguesa para o dia 30 de Setembro de 2024, o primeiro responsável por esta instituição antevia mesmo o que poderia acontecer àquelas potências que se deixariam atrasar no tempo, como poderia ser o caso de Portugal, a partir da citação profética de um publicista francês:

---

<sup>360</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 10-11.

<sup>361</sup> *Idem, Ibidem*, p. 11.

<sup>362</sup> *Idem, Ibidem*, p. 12.

*L' heure approche où le retard ne será plus une solution et n'aura plus d'autre effet que de laisser tomber sur la route l'impossible retardataire*<sup>363</sup>.

Passado um ano de actividade, o Agente Geral das Colónias concluía que ainda não houvera tempo para concretizar, o que inicialmente havia apontado, como intervenções que exigiriam uma mais longa duração para se poderem realizar. Dominado por essa ideia do «essencial» e do «possível»<sup>364</sup>, que ressaltava do primeiro ano de actividade na Agência, Garcez de Lencastre publicara um relatório desse período de tempo no *Boletim* n.º 100, de Outubro de 1933. Nele fazia o ponto da situação das actividades, entretanto, realizadas pela Agência neste hiato de tempo: na 1.ª Divisão, «Procuradoria», salientavam-se, entre as demais tarefas, a abertura de um concurso para fornecimento de água e luz para a cidade de Luanda; a aquisição de um rebocador para a Guiné. Concluía, afirmando que as possessões que mais utilizaram esta divisão foram Cabo Verde, Guiné e Angola, e que a importância que a Agência despendeu para aquisições de produtos e serviços para estas colónias andava na ordem dos 306.044.53<sup>365</sup>. Relativamente à 2.ª Divisão, «Informações», de destacar apenas a forma modelar como funcionavam os serviços de estatística das colónias da Guiné e de Moçambique, o que era insignificante para todo o manancial de informações que poderiam vir ainda das outras possessões e que seriam muito úteis para os leitores do *Boletim*, nomeadamente no que respeitava aos preços dos produtos, das matérias-primas (agrícolas e industriais) e à publicação actualizada dos valores das pautas alfandegárias.

Quanto à 3.ª Divisão, «Propaganda», de salientar a participação em vários eventos de divulgação da acção colonial de Portugal, nomeadamente através da participação em três grandes acontecimentos publicitários: Exposição Industrial de Lisboa, Conferência no Casino do Estoril e Semana Portuguesa de Vigo. Quanto à primeira destas realizações, a Exposição Industrial de Lisboa foi inaugurada no dia 3 de Outubro de 1932, pelo Presidente da República, Óscar Carmona, e nela estiveram a maior parte dos ministros do Governo de Oliveira Salazar, no poder há apenas três meses. O evento, na opinião de Lencastre, demonstrava que Portugal adoptara uma política económica unitária e dispunha de potencialidades, que iam além das que existiam na Metrópole. Também, as Colónias já detinham condições para transformar as matérias-primas locais em produtos industriais até

<sup>363</sup> Gabriel Hanotaux citado por Júlio Garcez de Lencastre, «Um Ano de Actividade da Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano IX., Outubro de 1933, n.º 100, pp.120-126, p. 120.

<sup>364</sup> Oliveira Salazar citado por Júlio Garcez de Lencastre, *Idem, Ibidem*, p. 126.

<sup>365</sup> Júlio Garcez de Lencastre, *Idem, Ibidem*, p. 122.

ali importados da Europa<sup>366</sup>. Ainda, na perspectiva deste alto funcionário, se abandonara definitivamente a política das feitorias e da ocupação momentânea do litoral de África, tendo-se iniciado, depois das campanhas de pacificação, de finais do século XIX, a ocupação exaustiva do interior dos territórios coloniais, como ficara provado pela recente realização das feiras de amostras de Luanda e Lourenço Marques, as conferências comerciais e as viagens de membros do Governo às possessões ultramarinas, como a visita feita, entre Abril e Outubro de 1932, pelo ministro das Colónias, Armindo Monteiro, aos territórios de São Tomé e Príncipe e Angola. Mas, esta política para ter sucesso tinha de contar, de acordo com Garcez de Lencastre, com a participação, o esforço e a valorização das populações nativas, pois só assim a colonização se tornaria o reflexo de uma obra moral e civilizadora<sup>367</sup>.

Entretanto, a 2 de Março de 1933 realizara-se mais uma sessão de divulgação colonial, no salão da Sociedade de Propaganda da Costa do Sol, do Casino do Estoril, presidida pelo ministro das Colónias, com a presença de muitas personalidades ligadas ao Ultramar como o brigadeiro João de Almeida, o tenente Henrique Galvão e o jornalista Júlio Cayolla. António Eça de Queirós, redactor do *Jornal do Comércio e das Colónias*, fizera em inglês, para um público predominantemente estrangeiro, uma conferência sobre a importância geográfica das possessões africanas. Ao fazer a descrição desse périplo, que ia da ilha da Madeira até aos vastos territórios de Angola e de Moçambique, Queirós não deixara de reclamar os serviços da Agência Geral das Colónias para fornecer as informações «precisas» e as ajudas «necessárias» para quem se aventurasse numa viagem interoceânica à volta do Império português<sup>368</sup>.

Quanto à colaboração que a Agência das Colónias dera à «Semana Portuguesa» realizada em Vigo, entre os dias 26 de Março e 2 de Abril de 1933, e visitada por 12.000 pessoas, de salientar que num *stand* próprio foram apresentadas as principais matérias-primas e produtos coloniais comercializados e consumidos na Europa, como o açúcar, o algodão, o cacau, o café, a cera, o chá, as oleaginosas, os tabacos. Na altura da inauguração, usara da palavra o Agente-Geral que salientara a importância desta representação nesta cidade galega, realçando o esforço entre populações indígenas e

---

<sup>366</sup> Vide «Grande Exposição Industrial Portuguesa-Discursos do Agente Geral das Colónias tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre» in *Boletim Geral das.....*, Ano VIII, Novembro de 1932, n.º 89, pp. 131-138, especialmente p. 133.

<sup>367</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>368</sup> Vide «A Agência Geral das Colónias e a propaganda colonial – Uma conferência no Casino do Estoril» in *Boletim Geral das.....*, Ano IX, Abril de 1933, n.º 94, pp. 117-124, especialmente p. 124.

colonos lusos (funcionários, comerciantes e industriais), no afã de cumprir com a missão civilizadora que o seu país desempenhava há tantos séculos<sup>369</sup>. Ao mesmo tempo em que decorria a referida «Semana», procedeu a Agência à distribuição gratuita do *Boletim* e de várias monografias de temática colonial editadas por esta instituição. Igualmente aos vários cinemas da cidade espanhola foram entregues cópias de filmes sobre temática colonial para serem projectadas diariamente durante a vigência do evento. Finalmente, no Grémio Mercantil de Vigo, o tenente Henrique Galvão, director técnico da exposição a realizar no Porto em 1934, proferiu uma conferência sobre uma temática que muito interessava aos habitantes da cidade anfitriã e que se referia ao papel da «Galiza no povoamento das colónias portuguesas»<sup>370</sup>.

Em relação a outras manifestações ensaiadas por esta Divisão, dever-se-ia referir a aposta que esta instituição fizera na propaganda cinematográfica. Assim, para se ver o desenvolvimento que este meio de divulgação tomara, bastaria recordar que até 1932 apenas existia na Agência Geral das Colónias um único filme, e que passados alguns meses a instituição possuía quarenta novos filmes, dos quais apenas sete tinham sido comprados e os outros trinta e três participados por entidades como o ministério das Colónias, o Governo-Geral de Moçambique, o comissariado da Exposição de Paris e os serviços fotográficos do Exército<sup>371</sup>. Efectuaram-se concomitantemente várias sessões de promoção das colónias portuguesas em Lisboa (*Voz do Operário, Casino do Estoril e Cinema Condes*).

A Agência continuou, em parceria com a Sociedade de Geografia de Lisboa, a organizar anualmente a «Semana das Colónias», realizando em diversas cidades, de Trás-os-Montes, ao Algarve, sessões de divulgação sobre os territórios de Além-Mar. De acordo com o ministro Armindo Monteiro, a propaganda deverá ter «...as mesmas características que a penetração comercial – tem de ser metódica, insistente, persuasiva, e os resultados, se nem sempre são imediatos, fatalmente serão reconhecidos»<sup>372</sup>. E era com persistência que o regime estadonovista apostava na promoção das suas colónias e, após a Exposição Industrial de Lisboa de 1932, preparava, a uma distância de meses, uma outra grande

<sup>369</sup> Vide «A Agência Geral das Colónias e a sua cooperação na “Semana Portuguesa de Vigo” – O discurso do sr. Agente Geral das Colónias», *Idem, Boletim Geral das ...*, Ano IX, Abril de 1933, n.º 94, pp. 131-135, especialmente p. 131.

<sup>370</sup> «Nota da Agência Geral das Colónias sobre a “Semana Portuguesa de Vigo», *Idem*, pp. 141-142, especialmente p. 142.

<sup>371</sup> Júlio Garcez de Lencastre, «Um Ano de Actividade da...», *Idem, Boletim Geral das...*, Ano IX, Outubro de 1933, n.º 100, p. 124.

<sup>372</sup> Armindo Monteiro citado por Júlio Garcez de Lencastre, *Idem, Ibidem*, p. 125.

Exposição Colonial no Porto, a realizar entre Julho e Agosto de 1934, conforme o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 22.987, com o apoio da associação cívica «Pró-Colónias»<sup>373</sup>.

Na 4ª Divisão, «Boletim, Publicações e Biblioteca», a Agência Geral das Colónias garantira a publicação do seu principal periódico, a ponto de na vigência do mandato de Lencastre se ter editado o centésimo número do *Boletim*, que, nas palavras do seu responsável, era um «valioso e utilíssimo repositório de ciência colonial»<sup>374</sup>. Desde o n.º 97, de Julho de 1933, foram integradas neste periódico mais duas novas secções, a «Crónica Colonial», do professor da Escola Superior Colonial Lourenço Cayolla, e «Vida Ultramarina», da responsabilidade do corpo redactorial da revista, que assentava no repositório de pequenas notícias sobre todo o império luso. Para o n.º 101, de Novembro de 1933, estava também prevista uma nova colaboração de um jornalista residente na Bélgica, Vítor Falcão, que passaria a escrever sobre as possessões deste pequeno país, do centro da Europa. Desta forma, em sete anos e meio de publicação, o periódico editara cem volumes, para além de mais de trinta mil páginas de artigos sobre a mais variada actualidade colonial que iam, desde questões respeitantes à história de soberania de Portugal nestas paragens tropicais, até aos mais recentes exemplos de outras colonizações. Foram ainda publicados números especiais do periódico referentes às principais possessões ultramarinas e a outros acontecimentos relevantes do Império, como se comprova, com as seguintes edições: n.º 44, Fevereiro de 1929 - «Guiné»; n.º 45, Março de 1929 - «Cabo Verde»; n.º 47, Maio de 1929 - «Angola»; n.º 49, Julho de 1929 - «Índia»; n.º 50, Agosto de 1929 - «Moçambique»; n.º 54, Dezembro de 1929 - «Timor»; n.º 78, Dezembro de 1931 - «Exposição Colonial Internacional de Vincennes, em Paris»; n.º 88, Outubro de 1932 - «Visita do Ministro das Colónias a São Tomé e Príncipe e Angola»; n.º 90, Dezembro de 1932 - «Visita do Ministro das Colónias a Moçambique»; n.º 97, Julho de 1933 - «1.ª Conferência dos Governadores Coloniais», cujo trabalho de coordenação e de recolha se ficava a dever ao empenhamento do chefe de redacção e administrador do *Boletim*, o jornalista Júlio Cayolla.

<sup>373</sup> Vide Decreto-Lei n.º 22.987 de 28 de Agosto de 1933. A propósito desta Exposição Colonial vide os artigos de Mimoso Moreira «Uma Exposição Colonial: considerações e sugestões sobre a sua necessidade e organização» e «A 1.ª Exposição Colonial Portuguesa: o grande certame do Porto» publicados no *Boletim Geral das Colónias* respectivamente nos n.ºs 86-87 e 103, de Agosto-Setembro de 1932 e Janeiro de 1934, nas pp.53-61 e 76-81.

<sup>374</sup> Júlio Garcez de Lencastre, «Um Ano de Actividade da...», *Idem, Boletim Geral das...*, Ano IX, Outubro de 1933, n.º 100, p. 121.



Divulgaram-se neste primeiro ano em que Garcez de Lencastre esteve à frente da Agência cinco Relatórios, três Colectâneas de Legislação Colonial, algumas separatas em português, francês e inglês do discurso do ministro das Colónias, Armindo Monteiro, proferido na XXII sessão do Instituto Colonial Internacional. Estavam ainda no prelo várias obras sobre a «Ditadura em Moçambique»; a «Assistência Médica dos Indígenas no Congo»; a «Compilação da Legislação Colonial» saída nos *Boletins Oficiais* e as separatas dos discursos do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, na Conferência dos Governadores Coloniais<sup>375</sup>. Relativamente à Biblioteca da Agência Geral das Colónias, com o incremento de frequentadores na década de trinta (1932) para mais de um milhar de leitores (1.163), as instalações começaram a ser demasiado exíguas pelo que só haveria duas formas de resolver o problema: aumentar as instalações e manter o mesmo horário, ou deixar as instalações como estavam e ampliar o horário de leitura para um período nocturno<sup>376</sup>.

Num artigo de António Eça de Queirós, publicado no *Jornal do Comércio e das Colónias*, de Outubro de 1933, sobre o papel da Agência na propaganda e na cultura colonial, para além de fazer o historial da ainda tão curta vida da instituição, o articulista descrevia o seu funcionamento e enaltecia a importância do periódico e a de todos aqueles «ignorados» e «obscuros» obreiros que trabalhavam em Portugal, na África e na Ásia pela propaganda do Império, tal como «as abelhas diligentes, na construção da colmeia colonial»<sup>377</sup>. Na metafórica construção desta «colmeia» era necessária a participação de todos os «obreiros» para que o projecto imperial não claudicasse, porque a acontecer tal catástrofe Portugal sem colónias passaria a ter «o valor de zero no concerto das nações»<sup>378</sup>. No sentido de evitar esta «amputação» territorial e de novo restaurar o sentimento Pró-Império haveria que não desanimar e propugnar individual e/ou colectivamente nos organismos oficiais de carácter colonial para que, à semelhança da Agência Geral das Colónias, se pudesse «educar, criar, fortalecer e espalhar o sentimento colonial no espírito e na alma portuguesa»<sup>379</sup>, tal e qual como haviam feito os dois primeiros Agentes Gerais das Colónias, Armando Cortesão e Garcez de Lencastre, muito embora em contextos políticos e ideológicos diferenciados.

<sup>375</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 125-126.

<sup>376</sup> *Idem, Ibidem*, p. 126.

<sup>377</sup> António de Eça de Queirós, «Propaganda e cultura colonial» in *Jornal do Comércio e das Colónias*, de 9 de Outubro de 1933. Também, o mesmo artigo transcrito pela «Revista da Imprensa Colonial» in *Boletim Geral das...*, Ano IX, Novembro de 1933, n.º 101, pp. 190-191.

<sup>378</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>379</sup> *Idem, Ibidem*.

Para o ressurgimento da ideia de «Império» e do valor do património colonial português teria também contribuído decisivamente a realização e a participação da Agência Geral das Colónias em exposições como a de Paris e a Industrial de Lisboa, se bem que a «coroa» de glória de Lencastre fosse a realização da primeira exposição especificamente colonial na cidade do Porto. A organização de um tão importante e complexo evento para a promoção imperial começara com a antecedência de muitos meses relativamente à data prevista da inauguração, Junho de 1934, pelo que logo em 28 de Agosto de 1933 se fizera publicar o Decreto n.º 22.987 que instituía formalmente a criação deste acontecimento promocional de tão elevado interesse patriótico<sup>380</sup>. Para concorrer ainda às despesas de representação das diversas colónias nesta Exposição o Governo autorizava, através de uma cláusula inscrita no artigo 13.º, do referido Decreto-Lei n.º 22.987<sup>381</sup>, que o Estado da Índia tivesse direito a contrair um empréstimo de 7.000 rupias, Macau de 7.000 patacas, Moçambique de 100.000\$00, Angola de 70.000\$00, Cabo Verde de 30.000\$00 e Guiné de 30.000\$00 (**Ver Quadro 2**). Além da Agência Geral das Colónias, havia uma comissão organizadora constituída por várias instituições nacionais e da região portuense ligada à propaganda e ao desenvolvimento económico que promoveram este acontecimento e que destacamos: Associação Comercial do Porto, Associação Industrial Portuense, Centro Comercial do Porto, Liga Agrária do Norte, Movimento «Pró-Colónias» e Sociedade Anónima da Exposição Colonial Nacional.

**Quadro 2: Autorização de pedido de empréstimo para a representação de algumas colónias na Exposição Colonial do Porto.**

<i>Colónias</i>	<i>Valor</i>
Angola	70.000\$00
Cabo Verde	30.000\$00
Guiné	30.000\$00
Índia	7.000 rupias
Macau	7.000 patacas
Moçambique	100.000\$00

<sup>380</sup> Vide Artigo 2.º do Decreto n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933, que instituía a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa. Também, «Decreto que instituiu a Exposição» in *Boletim Geral das... (Número especial dedicado à 1.ª Exposição Colonial Portuguesa)*, Ano X, Julho de 1934, n.º 109, pp. 141-144, especialmente p. 141.

<sup>381</sup> Vide Artigo 13.º do Decreto n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933. Também, «Decreto que instituiu...», *Idem*, p. 144.

De acordo com Lourenço Cayolla, foi a permanência durante várias semanas desta Exposição junto do público do norte do país, que veio tornar menos vaga a ideia que essa audiência tinha da nossa realidade colonial. E foi a possibilidade, segundo este professor da Escola Superior Colonial, de percorrer os diversos pavilhões de cada uma das colónias representadas e ainda de interpretar os quadros estatísticos e de visionar as mostras de produtos e matérias-primas tropicais, que esses visitantes modificaram a opinião relativamente às mesmas e chegaram à conclusão que a realidade das nossas possessões era totalmente diferente. A ponto de Cayolla afirmar que, pela primeira vez, os cidadãos da Metrópole se aperceberam que os cidadãos negros das colónias também eram «...não só pelas leis mas pelos factos de todos os dias, considerados como legítimos cidadãos de nacionalidade portuguesa...»<sup>382</sup>. Ainda resultara da realização desta Exposição a possibilidade, segundo alvitava o jornal *o Comércio do Porto*, de se instalar na cidade um Museu com o núcleo principal de objectos que tinham estado em exibição no Palácio de Cristal, para desta forma permitir que agricultores, comerciantes e industriais pudessem conhecer o que de melhor se cultivava e produzia nos territórios tropicais<sup>383</sup>. Entretanto, pelo Decreto n.º 23.848, que estabelecia a nova divisão administrativa de Angola, o tenente-coronel Garcez de Lencastre foi nomeado governador da província de Luanda, tendo para o substituir sido indigitado como Agente Geral das Colónias interino, o chefe da 4.ª divisão da mesma instituição, Júlio Cayolla.

No gabinete do ministro das Colónias realizara-se, assim, no dia 8 de Agosto de 1934, a cerimónia de tomada de posse de Garcez de Lencastre e de outros governadores então indicados. Na circunstância usou da palavra o ministro Armindo Monteiro, que relembrou aos novos governantes o que consignava a Reforma Administrativa quanto às novas funções e competências, salientando que essas atribuições tinham sido alargadas para dar a estes funcionários mais autonomia relativamente à administração da colónia e ao respectivo Ministério. Na mesma altura, o mesmo ministro dera posse ao novo Agente-Geral, Júlio Cayolla, que, perante as personalidades presentes, reafirmou o gosto e a satisfação de continuar a obra do seu antecessor até porque, nas palavras de Cayolla, como funcionário da instituição e conhecendo os *dossiers* em execução seria fácil e honroso

---

<sup>382</sup> Lourenço Cayolla, «Crónica Colonial» in *Boletim Geral das...*, Ano X, Outubro de 1934, n.º 112, pp. 211-218, especialmente p. 216.

<sup>383</sup> Vide a este propósito o artigo que o dr. Bento Carqueja escreveu para o jornal *O Comércio do Porto*, de 2 de Setembro de 1934.

continuar a obra de dois anos e meio de Lencastre à frente desta instituição<sup>384</sup>. Uns meses mais tarde, a 11 de Maio de 1935, seria o próprio responsável pelas Colónias, Armindo Monteiro, a deixar o cargo onde procedera a tantas reformas e a transitar para o ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo sido substituído por José Silvestre Ferreira Bossa que, no discurso de posse e na presença do ministro cessante, assumiu ser o «continuador» da obra encetada por aquele governante e inspirando-se «...no exemplo e na lição que nos lega ao deixar este lugar, onde, com tanto equilíbrio e competência, regeu os destinos de tantos e tão longínquos povos acolhidos à sombra da soberania portuguesa»<sup>385</sup>.

Apesar de continuar a obra de Monteiro por apenas oito meses, o novo ministro das Colónias queria fazer mais e melhor, pelo que afirmava numa mensagem radiodifundida para todo o Império que a inspiração para esse trabalho insano a iria buscar a cada uma dessas parcelas onde os «novos» horizontes paisagísticos e as tão diversificadas populações serviriam de mote e de divisa<sup>386</sup>. Como repto a esta curiosidade de saber por que razão Portugal não era um país pequeno é que incidira toda a propaganda colonial do Estado Novo, depois dos anos trinta, e a esse facto não fugira a Agência Geral das Colónias que procurara, junto das novas e velhas gerações, incutir esse ideal de grandeza ultramarina com acções como as exposições coloniais, a «Semana das Colónias», o pavilhão da Feira Popular e da Agricultura, as demonstrações coloniais nas exposições regionais, os cruzeiros escolares e de velhos colonos, as Casas da Metrópole, em Luanda, e em Lourenço Marques, a Casa do «Ultramar» em Lisboa<sup>387</sup>, as «Semanas Portuguesas» nas feiras internacionais e até na criação de novos periódicos de divulgação ultramarina como era, entre muitos, o aparecimento de um magazine patrocinado pela Agência que simbolicamente se designava *O Mundo Português*.

Perante a necessidade do regime fazer compreender que Portugal tinha metas a cumprir bem «marcadas pela história», tornava-se inadiável nesta medida que o ministério das Colónias criasse esse procurador do Império que, de Lisboa, pudesse ampliar para o Mundo, o que Portugal estava a realizar a bem do progresso e do bem-estar desses povos e lugares, e ao mesmo tempo, promovesse o interesse por essas regiões até há pouco tempo

<sup>384</sup> Vide «Agência Geral das Colónias – Despedida do antigo Agente Geral, sr. Garcez de Lencastre, e posse do novo Agente interino, sr. Júlio Caiola» in *Boletim Geral das...*, Ano X, Agosto-Setembro de 1934, n.ºs 110-111, pp. 242-243.

<sup>385</sup> Vide «Dois Discursos de S. Ex.ª o Ministro das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XI, Junho de 1935, n.º 120, pp. 5-10, especialmente p. 5.

<sup>386</sup> Esta mensagem foi proferida por este governante a 28 de Maio de 1935 e radiodifundida para todo o Império Colonial Português. *Idem, Ibidem*, pp. 8-10.

<sup>387</sup> Vide, a este propósito, o Decreto n.º 23.445, no N.º 4 do *Diário do Governo*, de 5 de Janeiro de 1934.

desconhecidas e inóspitas. E um desses instrumentos de promoção era a Agência Geral das Colónias que, logo após a saída de Garcez de Lencastre, tivera com Júlio Cayolla um papel decisivo na propaganda colonial durante os primeiros anos de vida do Estado Novo. Para além da organização dos cruzeiros escolares anuais, ideia lançada pela recém-criada revista *O Mundo Português*, a grande tarefa de Cayolla foi a de organizar em 1935 as comemorações do 40.º aniversário da prisão de Gungunhana, por Mouzinho de Albuquerque, e a exposição sobre a «Ocupação Colonial» em 1937, evento que se integrava já nas comemorações centenárias de 1940.

Relativamente às comemorações do dia de «Mouzinho», a 28 de Dezembro de 1935, estas foram feitas com a participação da Agência Geral das Colónias, da Câmara Municipal de Lisboa e da Sociedade de Geografia. Assim, para o dia em que se cumpriam os quarenta anos da batalha que permitiu a destituição do império vátua e o fim da resistência dos indígenas do sul de Moçambique, foi inaugurada na sede da Agência uma exposição de «recordações» de Mouzinho com a presença do Presidente da República, ministros das Colónias, Guerra e Estrangeiros e muitas outras autoridades civis e militares do regime. A propósito desta manifestação comemoracionista, Julião Quintinha escreveu, no jornal *Notícias* de Lourenço Marques<sup>388</sup>, uma crónica em que realçava a importância desta efeméride para a consciência colectiva nacional e ainda para o avivar da memória deste militar do final do século XIX:

De todos os números desta comemoração, o mais interessante foi a Exposição promovida pela Agência Geral das Colónias e instalada numa sala das suas dependências da Rua da Prata, propositadamente arranjada para tal fim. Gostei de estar nessa pequenina sala, decorada com bom gosto, cheia de lembranças da Colónia de Moçambique, onde paira a memória de Mousinho, e que poderia ser, com mais algumas peças que ali faltam, a sala a inaugurar em honra do glorioso chefe, num grande museu colonial. Para isso, seria essencial, antes de mais nada, criar-se no nosso país um autêntico museu colonial e, depois, adquirir todos esses preciosos objectos agora expostos que, na sua maioria, são pertença da senhora D. Maria José Mousinho de Albuquerque, viúva de Mousinho, que todas estas lembranças guardou com a maior piedade e amor. Como vêem, esta exposição de homenagem a Mousinho, está cheia de Moçambique<sup>389</sup>.

---

<sup>388</sup> Julião Quintinha, «Exposição de “recordações» in jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 27 de Janeiro de 1936.

<sup>389</sup> *Idem, Ibidem*. Vide também «Celebração do 40.º aniversário de Chaimite – A Exposição de “recordações de Mousinho” – Artigos sobre a Exposição» in *Boletim Geral das...*, Ano XII, Fevereiro de 1936, n.º 128, pp. 180-197, especialmente p. 190.

Quanto à organização de outros eventos nos primeiros anos de actuação de Cayolla à frente da Agência Geral das Colónias, de salientar que a organização da Exposição Histórica da Ocupação e do Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, acções que foram desenvolvidas em 1937 e regulamentadas pelas publicações, em 24 de Novembro e 18 de Dezembro de 1936, dos Decretos n.ºs 27.269 e 27.346, que respectivamente mandavam organizar e regular a competência das comissões orientadora e executiva desta Exposição. A inauguração efectuara-se a 19 de Julho de 1937, e seis dias depois começavam os trabalhos do Congresso de História da Expansão, tendo-se inaugurado solenemente no Teatro Nacional, a 25 de Julho, essa reunião internacional sobre os Descobrimentos e a fixação portuguesa no Mundo.

Destes acontecimentos da propaganda do Estado Novo, ressaltaram para a opinião pública os aspectos mais apoteóticos do passado expansionista, associado à formação do seu primeiro império asiático e americano. Mas o culto desse passado, segundo o jornal *O Século*, não poderia ficar pela argumentação de que Portugal e as suas caravelas foram os primeiros a chegar à Índia e ao Brasil, e que a sua actividade se resumia a uma «eterna litania» de saudade por esse passado imperial, tal como o fidalgo «arruinado», que depois de haver perdido os seus bens, ficava eternamente agarrado aos seus velhos pergaminhos pensando que bastava recordá-los ou projectá-los, para que toda a gente se curvasse de admiração perante esses símbolos e documentos de um passado glorioso.

Entretanto, na senda de tornar a consciência colectiva dos portugueses mais imperial, a Agência Geral das Colónias promovera na sala «Portugal», da Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 10 de Março de 1938, mais uma actividade para combater o desígnio da ausência de cultura colonial entre a maior parte da população portuguesa e, ao mesmo tempo, mostrar a essa população a obra editorial da Agência, desde a sua criação em 1924. Ainda, desde Julho de 1925, altura em que se começara a publicar o *Boletim Geral das Colónias*, até Dezembro de 1937, segundo Cayolla, a instituição que dirigia tinha divulgado 450 obras, representando estas edições cerca de um milhão de exemplares, embora o período mais fértil de publicação se tenha centrado entre 1933 e 1937, com 358 edições e 750.000 exemplares de tiragem total. No rol de personalidades carismáticas da colonização portuguesa, entretanto, editadas ou reeditadas contavam-se nomes como os de Aires de Ornelas, Eduardo Costa, Luciano Cordeiro, Mouzinho de Albuquerque. Entre as colecções criadas destacava-se a colecção «Pelo Império», largamente difundida entre as gerações mais novas ligadas ao meio escolar (ensino básico e secundário), para que o

exemplo de vida consagrada ao Império, por esta geração mais velha, pudesse constituir um paradigma a seguir futuramente noutros espaços do Mundo<sup>390</sup>. O jornal do *Comércio e Colónias* referindo-se a esta manifestação editorial sobre o livro, esse objecto essencial para qualquer projecto de divulgação cultural, afirmava que a actividade da Agência tinha passado despercebida em muitos sectores da sociedade portuguesa e que essa lacuna era responsável pela ausência «viva» de uma consciência imperial<sup>391</sup>.

No ano de 1938, em Abril, a Agência prestou homenagem ao marquês de Sá da Bandeira, junto do monumento que foi erigido em honra do referido governante liberal, na praça de D. Luís, em Lisboa, por ocasião do 80.º aniversário do decreto que abolia a escravatura nas possessões ultramarinas, facto ocorrido a 29 de Abril de 1858, no reinado de D. Pedro V. Nesse mesmo dia, à noite, na Sociedade de Geografia de Lisboa, houve uma sessão solene presidida pelo ministro das Colónias, Vieira Machado, que substituiria Ferreira Bossa nesse ministério, desde Janeiro de 1936. Para este governante, a data de 29 de Abril de 1859 tinha um valor simbólico pois lançara as bases para um tratamento mais humanista das populações ultramarinas. E esse facto tornava-se ainda mais relevante, porque Portugal tinha sido, de entre os povos europeus, o primeiro a entrar em contacto com as populações nativas de África e das Américas. Ao contrário do que fazia crer a propaganda dos impérios concorrentes, Portugal, segundo Cayolla, sempre se adaptara a viver no sertão junto das suas populações, como acontecera com muitos comerciantes e exploradores do século XIX, que lograram ser «respeitados» e «venerados» como o tinha sido Silva Porto, no planalto central de Angola. Logo, por estes exemplos de tolerância cabia agora à «erudição» nacional fazer novas investigações e produzir e compilar trabalhos científicos que comprovassem que havia um «sentido humano» na política indígena dos principais governantes portugueses. E essa investigação e divulgação só seriam conseguidas com o patrocínio do ministério das Colónias e o trabalho da sua Agência, instituição importante na vulgarização de paradigmas como o destas personalidades oitocentistas<sup>392</sup>.

Quatro anos e meio depois de ter chegado a Agente interino Júlio Cayolla tomava posse como responsável definitivo pela propaganda colonial, em cerimónia realizada no

<sup>390</sup> Vide «Exposição Bibliográfica da Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XIV, Abril de 1938, n.º 154, pp. 134-142, especialmente p. 138.

<sup>391</sup> *Idem, Ibidem*, p. 142.

<sup>392</sup> Vide «Sá da Bandeira – As celebrações em Lisboa e noutros pontos do país» in *Boletim Gera das...*, Ano XIV, Junho de 1938, n.º 156, pp. 123-140, especialmente pp. 131-132.

gabinete do ministro das Colónias Vieira Machado, em 14 de Fevereiro de 1939<sup>393</sup>. A investidura de um funcionário que já há catorze anos devotava o melhor de si a uma instituição ligada ao Ultramar viera a ocorrer numa altura em que a Agência tinha sido vítima de boatos, a propósito de irregularidades, que puseram em causa a gestão de Cayolla nessa instituição. Para evitar suspeições, ainda para mais quando o próprio funcionário se encontrava em missão oficial em África<sup>394</sup>, o ministro ordenara um inquérito e nomeara inquiridor, o coronel Eduardo Alfredo Araújo Barbosa. Depois de vários meses de averiguações, a 8 de Dezembro de 1938, por despacho ministerial, o *Diário do Governo* publicava as conclusões sobre as anomalias que motivaram uma campanha contra a instituição e o seu responsável. Afinal o inquérito comprovava as irregularidades praticadas pelo funcionário Salvador Armendia Coelho, pelo que o mesmo iria ser alvo de sanções disciplinares, depois de o Tribunal ter instruído e julgado o respectivo processo. Quanto ao inquérito levantado ao Agente Cayolla, o mesmo concluía que «...acto algum há sido praticado por este funcionário que possa afectar a sua honorabilidade, tendo, pelo contrário, podido verificar-se a sua isenção e o desejo de aperfeiçoar os serviços a seu cargo, tendo ele sempre agido mediante despachos ministeriais, já confirmando propostas suas, já executando ordens recebidas»<sup>395</sup>.

Para contrabalançar a imagem e o clima de suspeição que se tinha levantado contra a Agência Geral das Colónias, de salientar uma carta que, entretanto, em Março de 1939, o historiador Pedro Calmon enviara a Júlio Cayolla, sobrelevando a acção cultural da instituição que dirigia, relativamente a algumas obras apresentadas a este intelectual brasileiro. A propósito da oferta destes «soberbos» livros editados pela Agência portuguesa, Calmon aproveitava para se referir à colonização lusíada como um sistema de dominação superior e com «indiscutíveis» direitos sobre climas «ásperos», onde prosperava «um Império balizado pelo heroísmo da nossa raça»<sup>396</sup>. Mas, as actividades da Agência não se resumiram só à divulgação da «ideia de Império», pela edição de autores que até às primeiras décadas do século XX tinham permanecido desconhecidos junto da intelectualidade portuguesa e estrangeira. A temática colonial começava a ter na opinião

<sup>393</sup> Vide «Agente Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XV, Março de 1939, n.º 165, pp. 61-64, especialmente p. 61.

<sup>394</sup> Júlio Cayolla embarcara para Angola em serviço oficial no navio *Cuanza*, em 29 de Maio de 1938, onde fora tratar de assuntos que diziam respeito àquela colónia da África Ocidental. Vide «Agente Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XIV, Junho de 1938, n.º 156, p. 151.

<sup>395</sup> Vide «Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XV, Fevereiro de 1939, n.º 164, pp. 42-43, especialmente p. 43.

<sup>396</sup> Vide «A Acção Cultural da Agência Geral das Colónias posta em relevo pelo historiador brasileiro Dr. Pedro Calmon» in *Boletim Geral das...*, Ano XV, Abril de 1939, n.º 166, pp.17-18, especialmente p. 18.



pública afecta ao regime algum significado, a ponto de a Associação Académica de Coimbra ter enviado ao ministro da Educação uma petição a solicitar a criação de uma «Sala do Império», na Faculdade de Letras, daquela Universidade, assim como a obrigatoriedade da formação colonial nos currículos da maior parte dos cursos do Ensino Superior.

A comprovar esta petição seguia um documento em que se explicava a pertinência desta reivindicação, surgida após uma embaixada desportiva da Academia de Coimbra ter visitado terras portuguesas de África. Nessa visita de três meses a São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, os estudantes tinham podido constatar que era «perante as dificuldades das regiões tropicais que a nossa Raça atinge as suas mais altas expressões»<sup>397</sup> e que em contacto com os diversos intervenientes no terreno (agricultores, comerciantes, dirigentes de serviços públicos e missionários), se poderia compreender como era importante a missão que coubera a Portugal nessas regiões ultramarinas ao serviço da Humanidade. Apesar deste sentido de missão em África, os estudantes da Academia coimbrã concluía que a Universidade continuava a «viver» e «pensar» em ignorância, mal sabendo que Portugal era terra mãe de um Império Ultramarino.

Em nome dos estudantes, o presidente da Academia, José Guilherme de Melo Castro, questionava-se como é que a Universidade mais antiga de Portugal podia continuar a formar alunos que no futuro iriam ser a classe dirigente da vida nacional, sem que a essa instituição de Ensino Superior acudisse sequer «...à flor das suas preocupações, o dever de lhes despertar a curiosidade para os problemas da colonização, de lhes dar qualquer impulso para, em África, tentarem a vida profissional, de lhes ministrar um mínimo de noções dos aspectos coloniais das diversas ciências»<sup>398</sup>. Apesar de haver poucas disciplinas na formação dos estudantes de Coimbra (apenas «Geografia Colonial» para alunos do curso de Geografia e para um curso semestral de «Direito e Administração Colonial». A disciplina de «História dos Descobrimentos e da Colonização» era apenas ensinada no curso de História, da mesma Faculdade de Letras), esse facto não impedia que nesta Universidade houvesse uma plêiade de professores e cientistas que se interessavam pelos assuntos de África, como era o caso de nomes como os dos professores Abílio Fernandes, Beleza dos Santos, Couceiro da Costa, Ferraz de Carvalho, Júlio Henriques, Luís Carriso,

---

<sup>397</sup> Vide «Ensino colonial nas universidades», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano XV, Abril de 1939, n.º 166, pp. 53-57, especialmente p. 53.

<sup>398</sup> *Idem*, *Ibidem*, pp. 54 -55.

Maximino Correia, Pereira Dias. Esses mesmos professores desejavam que numa futura Reforma do Ensino Superior se quebrasse essa indiferença pelo património colonial e se contemplasse o aparecimento de mais cadeiras sobre esta problemática, para que a Universidade de Coimbra se tornasse a «Escola Maior» do Império português.

Neste sentido, os estudantes desta Universidade propunham ao ministério da Educação Nacional que se criasse a referida «Sala do Império», na Faculdade de Letras, e que essa «Sala» pudesse ser o repositório de informação de diversa proveniência e constituída essencialmente por boletins estatísticos, fotografias, gráficos, imagens, livros, mapas e revistas. Que nesse mesmo departamento se pudessem realizar conferências, espectáculos e até se promovessem excursões às possessões ultramarinas. Assinavam o documento, para além do presidente da Associação Académica de Coimbra, o referido estudante José Guilherme de Melo e Castro, também os responsáveis pelas diversas secções da referida Associação, que eram na altura: João Gonçalves Jardim, pela Tuna Académica de Coimbra; Manuel Dinis Jacinto, pelo Orfeão Académico de Coimbra; Jorge de Moraes, pelo Teatro Académico de Coimbra; Augusto Dias Arnaut, pela Sociedade Filantrópico-Académica; Carlos Dinis da Fonseca, pelo Centro Académico da Democracia Cristã; António de Sousa, pela Associação Cristã dos Estudantes. De salientar ainda que a referida petição, antes de ser enviada para o Ministério, foi lida e apresentada em acto público para o qual foram convidados representantes dos estudantes e dos lentes universitários mais entusiastas com esta problemática da integração de conteúdos imperiais, nos currículos escolares e que eram, entre outros, Álvaro de Matos, Anselmo Ferraz de Carvalho, Egídio Aires, João Duarte de Oliveira, Luís Cabral de Moncada, Manuel Trindade Salgueiro, Maximino Correia<sup>399</sup>. Um outro aspecto que a Agência Geral das Colónias promoveu foi a abertura de concursos públicos para a construção de monumentos de figuras gradas da História a erigir na Metrópole e nas Colónias, os quais nesta altura comemorativa dos Centenários poderiam invocar acontecimentos e personalidades alusivas à Fundação, Restauração, e Refundação do Estado Novo. No caso em análise, tratava-se do monumento ao fundador da Nacionalidade, D. Afonso Henriques, a erigir na cidade de Luanda, como forma de homenagem desta possessão «à memória do Rei Conquistador Afonso Henriques, Fundador da Nacionalidade, e cuja espada tornou

---

<sup>399</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 56-57.

possível em terras de África a obra Missionária da gente Portuguesa, a propagação da Fé e o Império»<sup>400</sup>.

Entretanto, em Junho de 1939, o Presidente da República, Óscar Carmona, realizava a bordo do navio *Colonial* uma viagem aos territórios de Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana, viagem que os órgãos de Comunicação Social deram grande relevo. De entre uma vasta comitiva, seguiram com o primeiro magistrado da Nação o ministro das Colónias, Vieira Machado, e outros altos funcionários daquele Ministério, entre os quais se contava o representante da Agência Geral das Colónias, Júlio Cayolla. Aliás a presença de Cayolla foi muito importante para a divulgação da viagem entre os principais órgãos de Comunicação (nacionais e estrangeiros). Destacando a importância de um Chefe de Estado na África Oriental portuguesa, o jornal de Lourenço Marques *Notícias*, do dia 17 de Julho de 1939<sup>401</sup>, publicava um número especial dedicado a esta visita e, entre vários artigos e reportagens, apresentava ainda uma entrevista com Júlio Cayolla, a propósito da divulgação do Império e das festas centenárias a realizar em 1940. Acerca da viagem do presidente Carmona e do papel que a Agência Geral das Colónias tivera nessa viagem, Cayolla apressava-se a evidenciar o seu reconhecimento e gratidão pelo «sacrifício» e «amor» que o Presidente da República tivera para com o Império e pela «unidade política e moral» que demonstrara ao querer visitar estas terras tão distantes. Ainda, quanto às repercussões da visita presidencial a Moçambique, com o tempo se esbateria uma calúnia largamente difundida, de que nessa possessão do Índico havia «uma certa frieza pouco patriótica», mas que não era verdade e que na mesma «palpitava» o mesmo patriotismo «construtivo» que se notava nas outras possessões do Império português<sup>402</sup>.

Aquando da passagem do primeiro aniversário da posse de Júlio Cayolla como Agente Geral das Colónias, a 14 de Fevereiro de 1940, na presença dos mais próximos colaboradores e depois de lida uma mensagem de congratulações do ministro Vieira Machado, Cayolla proferira algumas palavras sobre a vontade de concretizar mais projectos, desde que lhe fossem dadas condições materiais pelo respectivo ministério da tutela. Sem deixar de louvar a obra de Machado, o Agente-Geral não deixava de prestar ainda homenagem ao ministro Armindo Monteiro, responsável pela primeira reorganização da Agência Geral das Colónias, em 1932, e de lembrar que, a oito anos de distância, este

<sup>400</sup> Vide «Concurso do monumento a D. Afonso Henriques a erigir na cidade de Luanda» in *Boletim Geral das...*, Ano XV, Julho de 1939, n.º 169, pp. 174 -178, especialmente p. 175.

<sup>401</sup> Vide jornal *Notícias*, de Lourenço Marques, de 17 de Julho de 1939.

<sup>402</sup> *Idem, Ibidem*. Vide ainda «A viagem e a acção da Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XV, Novembro de 1939, n.º 173, pp. 201-207, especialmente p. 205.

governante já na altura descortinava o «desenvolvimento e importância que este organismo iria alcançar»<sup>403</sup>.

O ano de 1940 ficara ainda marcado pelas comemorações do duplo centenário da Fundação e da Restauração, efeméride que tinha um grande significado para o regime do Estado Novo, visto que eram duas datas simbólicas na afirmação da nacionalidade lusa, ao longo dos seus oito séculos de existência. Nestas comemorações do «ano áureo», que o Presidente do Conselho queria assinalar, com toda a pompa e circunstância, como um acto de «devoção», «exaltação» e de «fé»<sup>404</sup>, destacaram-se vários eventos, mas nesta abordagem apenas realçaremos aqueles de maior significado imperial, nomeadamente a 23 de Junho de 1940 a inauguração da Exposição Colonial do Mundo Português, seguida da inauguração em Lisboa do monumento a Pedro Álvares Cabral oferecido pelo Governo brasileiro, da abertura no edifício dos Jerónimos da Exposição de Cartografia e do grande Cortejo Imperial, que desfilou de Belém até Alcântara. A propósito desta dupla efeméride, a Agência Geral das Colónias promoveu no n.º 187, de Janeiro de 1941, uma edição do *Boletim* consagrada apenas às comemorações da Fundação e Restauração, motivo pelo qual o Agente Cayolla escrevia à laia de prefácio umas «notas explicativas».

Nessas considerações, afirmava que o periódico da Agência não poderia «deixar de arquivar, nas suas páginas, os principais sucessos do seu leccionador programa»<sup>405</sup>. E nesse repositório tratava de dar uma visão detalhada dos primordiais eventos da efeméride e registar os discursos pronunciados, especialmente os de carácter histórico. Terminava Cayolla estas considerações com um elogio a Oliveira Salazar, reputando-o como um «insigne» estadista e «preclaro» doutrinador da Revolução Nacional que delineara as orientações das comemorações e que pelas suas qualidades de «trabalho», de «persistência» e de «preparação política» tornara possível a celebração deste aniversário, como uma «festa nacional» e uma «festa para todos os portugueses do Mundo», que seria projectado para a comunidade internacional como uma das grandes datas do «ressurgimento» lusíada<sup>406</sup>.

Entretanto, a 18 de Janeiro de 1941, a Agência Geral das Colónias inaugurava na sala «Portugal», da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma exposição bibliográfica sobre as

<sup>403</sup> Vide «Informações e Notícias – Primeiro aniversário da posse do Sr. Agente Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XVI, Março de 1940, n.º 177, pp. 54-56, especialmente p. 55.

<sup>404</sup> Oliveira Salazar, «800 Anos de Independência» in *Discursos e Notas Políticas – 1938-1943*, Volume III, Coimbra, Coimbra Editora, 1943, pp. 253-259, especialmente pp. 258-259.

<sup>405</sup> Júlio Cayolla, Agente Geral das Colónias «Notas Explicativas» in *Boletim Geral das...*, Ano XVII, Janeiro de 1941, n.º 187, pp. 5-7, especialmente p. 5.

<sup>406</sup> *Idem, Ibidem*, p. 7.

obras editadas por diversas instituições, quando da comemoração do Duplo Centenário de 1940. Com o apoio do Governo que, coerente com a sua «política do Espírito», subsidiou tudo o que de importante se publicara a nível histórico, geográfico e colonial, designadamente através de subsídios que directa ou indirectamente foram concedidos a instituições como a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Portuguesa de História, a Agência Geral das Colónias e a Comissão Organizadora dos Congressos do «Mundo Português». Assim, no dia em que passava o quinto aniversário da tomada de posse de Vieira Machado, como ministro das Colónias, Júlio Cayolla resolveu inaugurar mais este evento da Agência com a presença deste Ministro e ainda de outras altas figuras ligadas à Cultura e Educação<sup>407</sup>. Posteriormente, a 5 de Julho de 1941, foi publicada no *Diário do Governo* uma Portaria que nomeava Júlio Cayolla para uma missão oficial ao Brasil que previa a inauguração de uma exposição da obra cultural realizada pela Agência Geral das Colónias, relacionada com a chamada «política do Atlântico»<sup>408</sup>. Com Cayolla viajara o director do Secretariado da Propaganda Nacional, António Ferro, que fora incumbido de chefiar uma embaixada para a promoção de contactos que habilitassem os dois Governos a cooperarem, nas áreas cultural e económica, e, ao mesmo tempo, agradecer a presença brasileira nas comemorações dos Centenários.

A comprovar esta cooperação entre os dois países estava a assinatura, a 5 de Setembro de 1941, de um acordo cultural que contou com a presença do Presidente da República brasileira, Getúlio Vargas, e com os representantes das duas delegações respectivamente Lourival Fontes, e António Ferro, que rubricaram um documento que previa um programa de grandes realizações de arte e letras entre os dois países, nomeadamente nos seguintes pontos: publicação de uma revista mensal denominada *Atlântico* que editaria artigos que respeitassem a aliança bilateral entre o Brasil e Portugal; realização de filmes de longa-metragem que se baseassem na história comum entre os dois países; investigação e estudo da etnografia e do folclore luso-brasileiro e edição respectiva desses estudos; promoção e organização de eventos e festas populares entre as duas comunidades; criação de um prémio literário anual para premiar os melhores trabalhos publicados quer no Brasil, quer em Portugal; celebração de efemérides e datas históricas

---

<sup>407</sup> Vide «Obras Comemorativas dos Centenários Editadas pela Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XVII, Março de 1941, n.º 189, pp. 3-23, especialmente p. 18.

<sup>408</sup> Vide «Informações e Notícias – O director do Secretariado de Propaganda Nacional e o Agente Geral das Colónias em missão ao Brasil» in *Boletim Geral das...*, Ano XVII, Outubro de 1941, n.º 196, pp. 118-119, especialmente p. 119.

importantes para os dois países a assinalar no Brasil e em todo o território do Império português<sup>409</sup>.

Quanto à presença do Agente Geral das Colónias no Brasil, de destacar que no dia 4 de Setembro de 1941, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi inaugurada a exposição bibliográfica, repositório de livros editados pela Agência, quando da Comemoração dos Centenários e que já tinham estado patentes em Lisboa. Ainda, no Rio de Janeiro, Cayolla tivera a oportunidade de proferir uma conferência no Gabinete Português de Leitura sobre as actividades realizadas pela instituição que dirigia e que intitulou «A obra cultural do Estado Novo»<sup>410</sup>. De realçar, relativamente aos ecos que chegaram da acção cultural desta embaixada lusíada ao Brasil, uma carta do director-bibliotecário do Real Gabinete de Leitura, Jaime Cortesão, intelectual da oposição que fora obrigado a exilar-se no país irmão e que, embora contra o regime, escrevera a Júlio Cayolla agradecendo os livros que a Agência tinha oferecido à instituição que dirigia e, ao mesmo tempo, salientando o papel que este departamento do ministério das Colónias tivera na divulgação da cultura portuguesa no Estrangeiro<sup>411</sup>.

Depois do Rio de Janeiro, Cayolla seguiu para São Paulo para apresentar a mesma exposição de livros às gentes daquela cidade brasileira. Para além de contactos institucionais com organismos económicos, culturais e científicos, o Agente Geral das Colónias ainda proferiu conferências (uma na Câmara Portuguesa de Comércio sobre «O Panorama Actual das Colónias Portuguesas» e outra no Instituto Histórico e Geográfico sobre «O Brasil nas Comemorações Centenárias») e deu uma entrevista a um jornal local, onde salientou o facto de admirar muito o povo brasileiro, pois era casado com uma senhora do Pará e a sua filha tinha sangue dos dois países irmãos<sup>412</sup>. Ainda referiu que tivera muito gosto em incluir nas obras editadas pela Agência alguns dos mais importantes homens das letras brasileiras, como Afrânio Peixoto, Bernardino José de Sousa, Gustavo Barroso, Hélio Viana, Pedro Calmon, Ribeiro de Lessa e Wanderley Pinho. Após cinco meses e meio de permanência no Brasil, Júlio Cayolla regressou a Portugal a 23 de Dezembro de 1941, tendo após o seu regresso apresentado ao ministro das Colónias, com data de 18 de Janeiro de 1942, um exaustivo relatório das actividades e contactos mantidos

<sup>409</sup> Vide «Acordo Cultural Luso-Brasileiro» in *Boletim Geral das...*, Ano XVII, Outubro de 1941, n.º 196, pp. 52-57, especialmente p. 54.

<sup>410</sup> *Idem, Ibidem*, p. 56.

<sup>411</sup> A propósito de Jaime Cortesão e do seu posterior exílio no Brasil vide Heloísa Paulo, «*Aqui também é Portugal*»: a Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo, Coimbra, Quarteto Editora, 2000, 624 pp.

<sup>412</sup> Vide «Informações e Notícias – O Agente Geral das Colónias no Brasil» in *Boletim Geral das...*, Ano XVII, Novembro de 1941, n.º 197, pp. 85-89, especialmente p. 88.

ao mais alto nível, documento esse que o *Boletim* publicara no n.º 201, de Março de 1942<sup>413</sup>.

Nos primórdios do ano de 1942, mais concretamente a 21 de Março, o Agente Geral das Colónias, como conselheiro da Emissora Nacional, organizara um ciclo de palestras sobre o «Império Colonial Português», emitidas periodicamente e que focavam cinco aspectos deste sistema de dominação: «O descobrimento do Império»; «A conquista do Império»; «A construção do Império»; «O Império no século XIX»; «O Império actual»<sup>414</sup>. Era também inaugurada uma nova forma de fazer a propaganda do património colonial. Deixava de se utilizar apenas o meio escrito de difusão utilizado desde a generalização da imprensa na Europa, pelo alemão Gutenberg, e passava a utilizar-se um novo meio, generalizado a partir da Primeira Guerra Mundial, através das ondas hertzianas. Tal como afirmava o canadiano Machlun, o «meio é a mensagem»<sup>415</sup> e, a partir das ondas radiofónicas, transmitidas pela emissora oficial do Estado Novo, a Agência passara também a utilizar esta estação para difundir e propagar o que de mais importante e interessante se estava a fazer nas possessões portuguesas de Além-Mar. Sabendo que a audiência radiofónica não era a mesma da que era utilizada nas conferências e palestras nos ginásios dos Liceus, ou nos salões nobres dos Ministérios e Câmaras Municipais, Cayolla apressava-se a utilizar este novo meio de comunicação, com um pragmatismo e um realismo que a situação exigia. Com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial as principais vias de ligação (marítima e aérea) encontravam-se sob controlo das armadas e esquadras aéreas das coligações em confronto, pelo que a rádio era a via mais segura e mais rápida para chegar junto das populações autóctones e dos colonos do Ultramar. Assim, numa primeira alocução utilizando a rádio para falar sobre o Império, Cayolla avisava para a «brevidade» conveniente da mensagem radiofónica, onde de uma forma sintética se poderiam dizer coisas sublimes e pertinentes:

Há sempre, mesmo nestes invisíveis auditórios, a quem professor ou quando menos a quem despertar pela emoção, imagens das coisas belas e grandes que a nossa vocação colonizadora operou por esse Mundo fora<sup>416</sup>.

<sup>413</sup> Vide «A Missão do Agente Geral das Colónias ao Brasil em 1941» in *Boletim Geral das...*, Ano XVIII, Março de 1942, n.º 201, pp. 9-182, especialmente p. 41.

<sup>414</sup> Vide «A Emissora Nacional e o Império» in *Boletim Geral das...*, Ano XVIII, Abril de 1942, n.º 202, pp. 29-34, especialmente p. 29.

<sup>415</sup> Marshall McLuhan, «O Meio é a Mensagem» in *Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem*, São Paulo, Editora Cultrix, 2007, pp. 21-37.

<sup>416</sup> Júlio Cayolla, «A Emissora Nacional e o Império» in *Boletim Geral das...*, Ano XVIII, Abril de 1942, n.º 202, pp. 29-34, especialmente p. 30.

Depois, o Agente Geral das Colónias falou da política de unidade imperial do Estado Novo nos campos administrativo, económico e espiritual e aproveitou, ainda, para referir dois acontecimentos da realidade política nacional que aspiravam reforçar essa unidade: as duas viagens do Presidente da República, Óscar Carmona, a África, e a viagem do ministro das Colónias, Vieira Machado, à Guiné e Cabo Verde. Para além da unidade, também a solidariedade e o nacionalismo imperial como componentes dessa política «nova» de imposição da cultura lusíada, da Europa à Oceania, e nessa «sociabilidade» com o Mundo poder afirmar que o Portugal «cristão» de Salazar deveria continuar a ser um exemplo para o Ocidente<sup>417</sup>.

A 20 de Agosto de 1942, pelo ministério das Colónias foi entretanto publicado um Decreto-Lei que tinha a ver com a racionalização dos meios de propaganda na Metrópole e nas Colónias. Como até então havia no terreno duas instituições ligadas a esta técnica de Comunicação, o Secretariado da Propaganda Nacional e a Agência Geral das Colónias, que exerciam funções que se complementavam no respeitante à actividade imperial, o governo do Estado Novo entendeu, usando da faculdade conferida pela 2.<sup>a</sup> parte, do número 2.º, do artigo 109.º, da Constituição, criar um lugar de delegado junto do Secretariado da Propaganda Nacional, equiparado à categoria de chefe de secção, provido por nomeação do ministério das Colónias e pago pela Agência, que passaria a coordenar, para um mesmo fim, as informações referentes à propaganda colonial entre estas duas instituições<sup>418</sup>. Onze dias depois, a 31 de Agosto, por Portaria, também publicada no *Diário do Governo*, foi nomeado Augusto Cunha delegado da Agência Geral das Colónias junto do Secretariado de Propaganda Nacional<sup>419</sup>.

A personalidade indigitada era um advogado e escritor que pertencia aos quadros da Agência das Colónias, dirigia a revista *O Mundo Português*, e estivera empenhado na organização e direcção dos cruzeiros de «Férias às Colónias» e dos «Estudantes das Colónias à Metrópole». Este currículo relevante em assuntos coloniais permitir-lhe-ia zelar pelos interesses das possessões ultramarinas junto daquele Secretariado e, ao mesmo tempo, coordenar as informações relativas à propaganda entre aquela área geográfica

<sup>417</sup> *Idem, Ibidem*, pp.33-34. Também de Júlio Cayolla «Esta Palavra: Império» in *Boletim Geral das...*, Ano XVIII, Junho de 1942, n.º 204, pp. 64-68.

<sup>418</sup> *Vide* «Decreto-Lei de 20 de Agosto de 1942» citado pelo *Boletim Geral das...*, Ano XVIII, Agosto-Setembro de 1942, n.ºs 206-207, pp. 97-98.

<sup>419</sup> *Vide* «Delegado da Agência Geral das Colónias junto do S.P.N.» in *Boletim Geral das...*, Ano XVIII, Novembro de 1942, n.º 209, p. 49.



tropical e a metrópole, para além de vir a desempenhar outras funções que lhe fossem determinadas superiormente. A estratégia de propaganda pelas viagens de cruzeiro e pelo intercâmbio de estudantes, velhos colonos, autoridades tradicionais, profissões liberais, turistas, era uma medida que reforçava os laços de solidariedade imperial que o Estado Novo utilizara, nomeadamente quando das festividades do ano dos Centenários<sup>420</sup>. Num Roteiro<sup>421</sup> publicado em 1940, por iniciativa do ministério das Colónias, Castro Soromenho falava na importância dos «colonos» que criaram «novos mundos» e quando Portugal, na opinião deste escritor, perdera na América e no Oriente grande parte das suas possessões, a África «portentosa» fora a solução encontrada para continuar a obra «ingente» da colonização<sup>422</sup>.

Ainda, Cayolla, numa entrevista concedida à Emissora Nacional acerca da actividade da Agência e duma homenagem pública aos «heróis de África» realizada em Maio de 1943, se referia aqueles «mais velhos e mais modestos colonos» que por iniciativa governamental tinham vindo de África em viagem de romagem à Metrópole, donde partiram um dia e que, por vicissitudes várias, nunca mais tinham voltado. E muitos desses «modestos» colonos eram antigos soldados que combateram nas guerras de pacificação, antes de se terem tornado agricultores e negociantes<sup>423</sup>. A propósito deste novo evento propagandístico, Cayolla reflectia, nesta entrevista radiofónica, o que o regime, que ele representava, pretendia relativamente a estes velhos caboucos da Mãe-Pátria que, sobretudo em África, mas também na Ásia e na Oceania, prolongavam o sentimento de nacionalidade e construíram, como os primeiros descobridores à custa de imensos sacrifícios, incluindo a própria vida, o império luso nos trópicos. Assim, para Cayolla era necessário «robustecer» essa «consciência imperial» com esta homenagem aos «Heróis de África», que quase a tinham perdido aqueles que ultimamente não contactavam ou desconheciam a realidade colonizadora, através de um evento que não fosse «saudosista» e «contemplativo», mas sim de uma festa que todos pudessem compreender. Para que esse sentido cívico colectivo não se perdesse apenas havia um regime que dera condições a esses esquecidos pioneiros da colonização. Esse regime era o da «...Revolução Nacional, a que Salazar deu uma doutrina» e ensinou «...a Nação Portuguesa a acreditar em si

<sup>420</sup> Vide a propósito do Cruzeiro dos Velhos Colonos a Cabo Verde, Angola e Moçambique o «Decreto-Lei n.º 30.374» publicado no *Diário do Governo* de 10 de Abril de 1940.

<sup>421</sup> Vide *Roteiro do Cruzeiro dos Velhos Colonos de Cabo Verde, Angola e Moçambique à Metrópole*, Lisboa, Edição da Revista «O Mundo Português», 1940, 36 pp.

<sup>422</sup> Castro Soromenho, «Colonos», *Ibidem*, pp. 17-19, especialmente p.19.

<sup>423</sup> Júlio Cayolla em entrevista concedida em Maio de 1943 à «Emissora Nacional» transcrita pelo *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIX, Maio de 1943, n.º 215, pp. 83-92, especialmente p. 85.

própria». Segundo Cayolla, na hora grave que o Mundo atravessava, os portugueses ao celebrarem os seus «Heróis de África» acabariam por adoptar «...novas energias e aprenderão com esses homens, que ostentam no peito a “Torre e Espada” ou a medalha do “Valor Militar”, como se serve a Pátria e defende o Império»<sup>424</sup>.

Entretanto, a 25 de Maio de 1944, Oliveira Salazar inaugurava o II Congresso da União Nacional, onde proferiu um discurso acerca da situação interna de Portugal e também do que se passava no exterior com a Guerra Mundial, que Salazar apelidava de «confusão» do Mundo. E prevendo que a Europa iria cair irremediavelmente numa «desordem», o Presidente do Conselho era adepto de um Estado «forte», não havendo Estado forte «onde o Governo o não é»<sup>425</sup>. Mesmo com mudanças na Europa e no Mundo, Salazar continuava a apostar num Estado imperial, e num Governo centralizado, uníssono e sem partidos parlamentares, pelo que a política para com as possessões ultramarinas iria continuar inserida no lema tripartido de «unidade», «solidariedade» e «nacionalismo», pressupostos que contrariavam as ideias de autonomia que iriam ser aprovadas pela ONU, após o final da guerra e o restabelecimento da nova ordem mundial.

Para se constatar que a filosofia para as possessões tropicais não havia sido alterada, bastava analisar a comunicação que o Agente Geral das Colónias apresentara a este Congresso da União Nacional, na 18.ª Subsecção, da II Secção (Política Colonial), sobre «a propaganda colonial como elemento de formação duma consciência imperial»<sup>426</sup>. A propósito, Cayolla afirmava que a ideia imperial não era uma «abstracção» e que era necessário continuar a apostar num «extenso» desenvolvimento de «ideias» e «iniciativas». Assim, a hora não permitia desatenções, nem utopias. Só com uma intensa política do espírito, de «vulgarização» e «cultura», a par de uma «colonização interna», se poderia sustentar uma arreigada consciência dos valores imperiais e uma idiosincrasia que permitisse que o continente africano continuasse a ser o desiderato para a construção de «novos Brasis»<sup>427</sup>.

O Estado Novo apostava agora numa cultura, nacionalista e colonialista, a incidir junto das camadas populacionais mais jovens. Daí que instituições do regime, como a Mocidade Portuguesa e a Casa dos Estudantes do Império, passassem em pleno período da

<sup>424</sup> *Idem*, (*Entrevista com o Sr. Agente Geral das Colónias*), *Ibidem*, pp. 87-88.

<sup>425</sup> *Vide* «Discurso de S. Ex.ª o Presidente do Conselho na Sessão inaugural do II Congresso da União Nacional, em 25 de Maio» in *Boletim Geral das...*, Ano XX, Junho de 1944, n.º 228, pp. 3-13, especialmente p. 11.

<sup>426</sup> Júlio Cayolla «A Propaganda Colonial Como Elemento de Formação Duma Consciência Imperial», *Ibidem*, pp. 22-32.

<sup>427</sup> *Idem*, *Ibidem*, pp. 31-32.

Guerra a ter um protagonismo maior nesta campanha de sensibilização pelas terras tropicais. Por exemplo, a 18 de Dezembro de 1944, realizara-se, em Lisboa, no salão nobre do Palácio da Independência a primeira de uma série de palestras sobre a realidade colonial e a propaganda a promover nessas regiões remotas. Com a presença do subsecretário da Educação Nacional, Amorim Ferreira, e de outras autoridades do regime, o comissário da Mocidade Portuguesa, Soares Franco, salientava a importância da juventude e da sua «educação» para a realização do pressuposto imperial. Para além do exemplo da «gesta» dos soldados de África que, pela obra de «desbravamento» e de «civilização», constituíram modelo para as gerações mais novas, também a ideia de «lusitanidade» era a melhor expressão para realçar essa força de um povo que servira para dar forma a um passado «glorioso», mas que serviria sobretudo para projectar o futuro de acções deste povo que marcou presença no Mundo Contemporâneo<sup>428</sup>.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, esta «construção» de um Portugal «imperial» continuou a ser o objectivo das autoridades do Estado Novo. Já com Marcello Caetano, na pasta das Colónias, a divulgação dos territórios ultramarinos mantivera-se como preocupação, reforçada agora com a ideologia saída da Guerra que pretendia que as metrópoles colonizadoras começassem a dar a independência às suas antigas possessões coloniais. No sentido de contrariar esta ideia da diplomacia internacional, a Agência Geral das Colónias incentivou e diversificou algumas outras formas de divulgação do Império, através de novas estratégias que pretendiam ser mais aliciantes e, ao mesmo tempo, trouxessem mais gente para a defesa desse património. Desta forma, a partir de Maio de 1945, a Agência Geral das Colónias, à semelhança de outros organismos oficiais, concorreu à Feira Popular e das Amostras de Lisboa com um pavilhão artístico decorado pelo arquitecto Jorge Segurado, no qual as parcelas ultramarinas se mostravam nos mais diversos aspectos que iam desde os mais pitorescos, como as paisagens, as tribos, os colonos e o seu modo de viver, até aos aspectos económicos da criação dos produtos locais e das estruturas que transportavam e comercializavam esses mesmos produtos. Igualmente, a emissão de um novo programa quinzenal, a partir de 17 de Maio de 1945, dirigido pelo funcionário da Agência, Augusto Cunha, intitulado «O Jornal Radiofónico do Império», destinado a um auditório inserido nas diversas parcelas ultramarinas, procurava estimular essa consciência colectiva de interesse e afecto por esses territórios<sup>429</sup>.

---

<sup>428</sup> Vide «Propaganda Colonial» in *Boletim Geral das...*, Ano XXI, Fevereiro de 1945, n.º 236, pp. 268-271, especialmente p. 269.

<sup>429</sup> Vide «Reunião de Africanistas» in *Boletim Geral das...*, Ano XXI, Junho de 1945, n.º 240, p. 349.

Entretanto, a visita de Marcello Caetano a África entrava na rotina das visitas ministeriais àquele continente. Esta sexta viagem procurava colmatar os efeitos criados pela Guerra, nomeadamente a regularização do mercado comercial e ao mesmo tempo inaugurar a primeira fase da construção do porto de Luanda, infra-estrutura que iria servir de paliativo a essa carência económica. Depois de Angola, o ministro das Colónias seguiria para Moçambique onde iria presidir ao cinquentenário dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques, cerimónia que seria feita conjuntamente com as autoridades sul-africanas. Visitaria ainda a União Sul-Africana e o Congo Belga. Também, a rede de aeródromos nas principais colónias seria objecto de estudo deste governante, para a implementação a breve prazo da Linha Aérea Imperial<sup>430</sup>. Como se poderá verificar, as autoridades portuguesas, depois de uma interrupção de quase seis anos das comunicações marítimas, entre a Metrópole e as suas Colónias, por causa da falta de segurança motivada pela Guerra Mundial, procuravam agora rentabilizar o sector produtivo e as estruturas de transportes das suas possessões e, ao mesmo tempo, renovar junto do exterior o princípio «de unidade em toda a terra portuguesa»<sup>431</sup>.

A partir de 1 de Janeiro de 1946, começaram entretanto as comemorações nacionais do «V Centenário da Descoberta da Guiné», com as celebrações a centralizarem-se primeiramente nesta possessão. O governador da Guiné, comandante Sarmiento Rodrigues, dirigiu uma mensagem a propósito da efeméride, onde realçava o facto de Portugal ser uma pátria grande dispersa pelas várias parcelas do Mundo<sup>432</sup>. As comemorações prosseguiram na Metrópole, com uma sessão solene realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, a 16 de Maio, com a presença do Presidente da República e outras altas individualidades do regime. Três dias depois iniciava-se o congresso alusivo a este centenário, na sala Portugal, desta mesma Sociedade e, em 15 de Junho, ficava também patente no Palácio da Independência uma exposição que, a par da evocação histórica do acontecimento, mostrava ainda as potencialidades da Guiné no contexto do património colonial português<sup>433</sup>. Ainda, em Maio, por iniciativa do ministério das Colónias e da sua Agência, a propósito da passagem do primeiro centenário do nascimento de Serpa Pinto, o presidente Carmona

<sup>430</sup> Vide «Informações e Notícias: A Viagem de S. Exc.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias a África», *Ibidem*, pp. 330-337, especialmente pp. 335-337.

<sup>431</sup> Tenente António Metelo, «Crónica da Vida Colonial na Metrópole», *Ibidem*, pp. 232-239, especialmente p. 233.

<sup>432</sup> Vide «Comemorações do V Centenário da Descoberta da Guiné» in *Boletim Geral das...*, Ano XXII- n.º 249, Março de 1946, pp. 172-178, p. 173.

<sup>433</sup> Vide «Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Guiné» in *Boletim Geral das...*, Ano XXII- n.º 252, Junho de 1946, pp. 87-98.

inaugurava nas instalações do Secretariado Nacional de Informação uma exposição evocativa da vida e obra deste militar e explorador africano<sup>434</sup>. Para além de muitos objectos pessoais expostos em vitrinas adequadas (carabina, condecorações, dragonas, espadas, retratos) foi também lançado um livro escrito pelo funcionário da Agência Geral das Colónias, Amadeu Cunha, sobre o homenageado e que recebeu o título de *Serpa Pinto e o apelo de África*<sup>435</sup>.

De facto todo este «grande interesse» pelo Império em parte tinha sido conseguido pela actuação da Agência Geral das Colónias que, apesar do seu responsável Júlio Cayolla ter entrado de licença ilimitada e ter sido substituído interinamente por Leonel Pedro Banha da Silva, a partir de 7 de Outubro de 1946<sup>436</sup>, continuava a sua missão de informação e propaganda. Para comprovar essa dinâmica pela causa colonial logo em Dezembro, a Agência mandava uma remessa das principais obras editadas por esta instituição para a Universidade de Antuérpia. O Reitor, professor Norbert Laude, agradeceu o gesto do Governo português em carta em que afirmava que estas obras iriam figurar num lugar de honra da biblioteca e levariam a seguinte indicação: «Oferta do governo português, sendo Ministro das Colónias o Professor Doutor Marcello Caetano»<sup>437</sup>.

Na sequência desta oferta, o reitor Laude convidaria ainda o ministro de Portugal na Bélgica, Eduardo Vieira Leitão, para uma conferência sobre «Portugal e as suas Colónias», quando da abertura solene do ano lectivo desta Universidade belga. A propósito, o embaixador Leitão referiu-se à longa e antiga amizade entre portugueses e belgas que remontava há oitocentos anos, quando um contingente de cruzados flamengos ajudara no combate à conquista de Lisboa. As afinidades prolongar-se-iam pelo Atlântico dentro, quando no século XIX o Rei Leopoldo II iniciara uma obra colonizadora num território anteriormente descoberto por navegadores portugueses e que confrontava com a possessão de Angola. A propósito destes dois pequenos Estados estarem a levar a cabo uma missão imperial tão «importante» em África, o embaixador Leitão afirmava que esta «obra» era observada com «interesse» e «simpatia» pelo seu Governo que via nesta «...demonstração

<sup>434</sup> Vide «O Primeiro Centenário do Nascimento de Serpa Pinto» in *Boletim Geral das...*, Ano XXII – n.º 251, Maio de 1946, pp. 116-120.

<sup>435</sup> Amadeu Cunha, *Serpa Pinto e o Apelo de África*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, 62 pp.

<sup>436</sup> Vide «Agente Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XXII – n.º 256, de Outubro de 1946, p. 123.

<sup>437</sup> Vide «Informações e Notícias: À Universidade Colonial de Antuérpia foram Oferecidos Livros Editados pela Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XXII – n.º 258, Dezembro de 1946, pp. 88-92, especialmente p. 89.

de um país orgulhosamente pequeno como o nosso, prova que os pequenos Estados tiveram também uma grande tarefa a empreender na comunidade dos povos»<sup>438</sup>.

Em Dezembro de 1946, a Agência que se encontrava instalada na rua da Prata, na antiga Agência Geral de Angola, muito próxima da Praça do Comércio e do ministério das Colónias, fora por desejo do ministro Caetano instalada num edifício independente e mais condigno que ficava na rua de S. Pedro de Alcântara, n.º 81, junto do Príncipe Real (Ver Anexo I). Entretanto, o edifício da antiga sede da Agência acabaria, em 1948, por ser vendido em hasta pública por 6.500 contos à Companhia Colonial de Navegação, que tinha a sua sede instalada num edifício mesmo ao lado deste departamento de propaganda<sup>439</sup>. Com mais autonomia, a nova sede da Agência passava a usufruir de um espaço mais amplo que lhe permitia instalar as diversas secções e a biblioteca de uma forma desafogada, possibilitando melhores condições de trabalho aos funcionários e visitantes, mas também criando condições para a realização de outros eventos como o das exposições temporárias, conferências e reuniões de trabalho. E o trabalho não faltava porque gerir a procuradoria e a informação das várias parcelas do Império não era tarefa fácil, num período de transição tão crucial para a vida da comunidade internacional ainda a recuperar das «feridas» causadas pelo maior conflito de que havia memória na História da Humanidade. Entretanto, essas novas exigências políticas iriam levar à substituição, em 1947, de Marcello Caetano, no ministério das Colónias, pelo capitão Teófilo Duarte, militar ideologicamente mais próximo do pensamento colonial do regime<sup>440</sup>.

O ano de 1947 não terminaria sem quatro outros eventos importantes para a difusão da ideia de «Império», no qual a Agência das Colónias tivera um papel primordial na sua execução e que foram: a visita das autoridades tradicionais da Guiné a Lisboa; a inauguração do monumento a Nuno Tristão, em Bissau; a representação do Império Colonial no «Desfile dos Municípios», a propósito do VIII Centenário da Conquista de Lisboa; a preparação do pavilhão da Agência Geral das Colónias na Feira de Amostras de Lisboa. Relativamente à visita dos catorze régulos e dos dezassete auxiliares da Guiné à Metrópole para tomarem parte no «desfile dos Municípios», os mesmos haviam chegado a Lisboa no dia 25 de Maio a bordo do navio *Melo* e eram aguardados pelo Agente Geral das

<sup>438</sup> Vide «Palavras proferidas pelo Embaixador Dr. Eduardo Vieira Leitão por ocasião da abertura solene do ano lectivo de 1946 na Universidade Colonial de Antuérpia», *Idem, Ibidem*, p. 89.

<sup>439</sup> Vide «Vida Ultramarina» in *Boletim Geral das...*, Ano XXIV – n.º 276, Junho de 1948, p. 194.

<sup>440</sup> A remodelação ministerial ocorrera no dia 4 de Fevereiro de 1947 e vinha referenciada na Comunicação Social da época, incluindo o próprio *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIII – n.º 260, Fevereiro de 1947, pp. 96-99.

Colónias, Banha da Silva, e um representante da Câmara Municipal de Lisboa. Estas autoridades da Guiné fizeram, entretanto, várias visitas protocolares às principais autoridades do Estado, nomeadamente ao Presidente da República, ao ministro das Colónias e ainda ao antigo governador da Guiné, brigadeiro Carvalho Viegas.

Quanto às comemorações do VIII Centenário da conquista de Lisboa aos «Mouros», efeméride co-organizada pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Agência Geral das Colónias, mormente no que dizia respeito à representação do Império Colonial no «Desfile dos Municípios», estes festejos, embora realizados na Metrópole, tiveram a representatividade de todas as parcelas do Império. No dia 1 de Junho de 1947, num desfile entre os largos Afonso de Pena e do Município, em que participaram os estandartes dos principais concelhos da Metrópole e Ilhas, o público lisboeta ainda tivera oportunidade de assistir à representação das 59 bandeiras de todos os municípios do Império, desde Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique em África, até às possessões da Ásia e Oceania, representadas pelas colónias da Índia, Macau e Timor. A propósito dessa celebração, de destacar as palavras do presidente da Câmara do Porto à sua congénere de Lisboa, por ocasião desta data de importância política e religiosa:

Oitocentos anos passados, aqui está todo o Portugal às tuas portas, junto do teu coração, gloriosa e veneranda Lisboa. Então, os forasteiros exigiram reféns nossos que garantissem plenamente as recompensas que lhes prometêramos. Hoje, aqui, tão numerosos, considera-nos tu outros reféns, mas reféns que vêm dizer-te, ó ilustre Lisboa, que muito e altamente se honra em sê-lo, perante o Mundo e perante a História, reféns fiadores da tua luminosa eternidade, como cabeça de um Império que saberemos ciosamente manter e honradamente glorificar, com a graça de Deus e infinita fé no teu e nossos destinos<sup>441</sup>.

A participação da Agência Geral das Colónias na Feira de Amostras, no parque de Palhavã em Lisboa já não era novidade pois esta Feira, patrocinada pelo jornal *O Século*, contava com a presença deste departamento desde 1945. A única novidade é que, no ano de 1947, a presença do pavilhão se integrara nas comemorações do centenário da libertação de Lisboa do jugo muçulmano, pelo que a amostragem que então se apresentava ao público procurava reproduzir o progresso e o avanço das cidades coloniais, nomeadamente a nível dos trabalhos urbanísticos. Assim, no átrio do *stand* que a Agência disponibilizou para este certame encontrava-se uma maquete da estátua do navegador Nuno Tristão, que havia sido

<sup>441</sup> Vide «VIII Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros: a representação do Império Colonial no “Desfile dos Municípios”», *Ibidem*, pp. 76-79, especialmente p. 78.

inaugurada em Bissau, também no princípio do mês de Junho. Na antecâmara do salão principal encontravam-se representados os escudos das armas de todas as colónias portuguesas e uma legenda com os conteúdos pedagógicos desta exposição<sup>442</sup>. Na sala principal, um grande mapa com a legenda «Portugal por todo o Mundo», alegoria à presença multicontinental das cidades do Império que, ao mesmo tempo, rodeavam Lisboa, a cidade capital. Depois maquetes de algumas cidades timorenses, planos de ampliação de duas cidades da África portuguesa (Nova Lisboa e Namaacha) e numerosos exemplares de ampliações fotográficas de vários centros urbanos ultramarinos construídos, após a fase de pacificação desses territórios. Ainda, as edições bibliográficas e os produtos ultramarinos como o algodão, café, diamantes e tabaco tinham um lugar de destaque neste evento<sup>443</sup>.

Pela Portaria n.º 12.304, entretanto, publicada no *Diário do Governo* n.º 57, I.ª Série, de 10 de Março de 1948, era criado na Agência Geral das Colónias um serviço especial para a troca recíproca de «bens» e «valores espirituais» entre a Metrópole e as Colónias, passando a ficar este serviço integrado na esfera da divisão de «Propaganda» deste organismo. No diploma de criação de mais estes serviços havia um preâmbulo que consignava estas formas de cooperação «espiritual», medidas estas que pretendiam reforçar a «unidade de sentimentos pátrios» e a «consciência» da «lusitanidade» em todo o império, fosse ele africano ou asiático. E uma das «franjas» sociais e etárias que o Governo do Estado Novo procurava contemplar com este diploma era precisamente a juventude, porque entendia que era aquela população, em fase de crescimento e de maturidade escolar, que mais precisava de colher os ensinamentos e as experiências de vida dos mais antigos descobridores, e dos mais recentes colonos fossem eles soldados, missionários, funcionários, agricultores, comerciantes e aventureiros<sup>444</sup>.

Um outro aspecto relevante a ter em conta da actividade promocional do Império português, por parte da Agência Geral das Colónias, foi a colaboração que esta encetara com a instituição juvenil do Estado Novo, para em conjunto fazerem a promoção desse património tropical. Assim, no dia 12 de Maio de 1950, inaugurava-se no Palácio da Independência, em Lisboa, o primeiro Centro de Estudos de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa. A criação desse «Centro», na capital do Império, era o ponto de partida para a constituição de outros nas principais «Alas» do País, para além de diversas

<sup>442</sup> Vide «O Pavilhão da Agência Geral das Colónias na Feira de Amostras de Lisboa», *Ibidem*, pp. 84-87, especialmente p. 85.

<sup>443</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 85-86.

<sup>444</sup> Vide «Portaria N.º 12.304» publicada pelo *Diário do Governo* N.º 57, I.ª Série, de 10 de Março de 1948, Pontos 1.º e 2.º.



actividades que envolveriam os jovens, da Metrópole e das Colónias, como concursos, conferências, acampamentos e excursões<sup>445</sup>. Entretanto, começaram a ser inaugurados outros Centros da Mocidade Portuguesa pela província, nomeadamente em Portalegre e Torres Vedras<sup>446</sup>, tendo em representação da Agência Geral das Colónias estado Banha da Silva que, nos discursos de circunstância, enaltecia o papel dessas instituições patrióticas na formação de uma consciência cívica para a «defesa» e «consolidação» da unidade imperial. Banha da Silva consciente do perigo que poderia significar para a integridade territorial de um país com possessões, na conjuntura em que na comunidade internacional grassavam doutrinas como o comunismo e o anticolonialismo, alertava, em Torres Vedras, para o facto de que com este movimento não se pretendia «aliciar» fanáticos, mas somente homens conscientes dos seus deveres para com a Pátria, a Civilização e o Mundo<sup>447</sup>.

Seis meses depois decorrera, entre os dias 2 e 7 de Outubro de 1950, em Lisboa, o primeiro «Curso de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa» destinado à preparação intensiva de quadros dirigentes e também de alguns graduados da província e de Lisboa para integrarem estes centros de estudos ultramarinos. Durante uma semana os formandos ouviram falar sobre as realidades de cada uma das parcelas do Império, tendo na oportunidade Cruz Ferreira dissertado sobre a Guiné, o coronel Duarte Silva, sobre Cabo Verde, Ferreira Rosa, sobre Angola, Henrique Cabrita, sobre Moçambique, e o padre Artur de Sá, sobre as possessões do Extremo Oriente. Realizaram-se igualmente outras conferências para esta formação sobre a realidade imperial, que passamos a enumerar: inspector Francisco Dutra de Faria, sobre «A Mocidade Portuguesa perante a necessidade de uma consciência imperial»; Baltazar Rebelo de Sousa, sobre «A Mocidade Portuguesa perante os grandes problemas do mundo actual»; Oliveira Martins, sobre «O Império na História Contemporânea»; Manuel Monteiro, sobre «A Política Económica do Ultramar»; Silva Cunha, sobre «A Política Indígena, o Anti-Colonialismo e Outros Problemas Coloniais de Ordem Geral»; Alberto Iria, sobre «O Arquivo Colonial e a sua Importância para a História do Império Português e do Brasil»<sup>448</sup>.

O desenvolvimento das novas tecnologias e dos meios de comunicação levaram que a Agência Geral das Colónias aderisse também aos meios audiovisuais, especialmente ao

<sup>445</sup> Vide «Centro de Estudos e Formação Imperial» in *Boletim Geral das...*, Ano XXV – n.º 300, Junho de 1950, pp. 177-179, especialmente p. 177.

<sup>446</sup> Vide «Centros de Estudos Ultramarinos da “Mocidade Portuguesa» in *Boletim Geral das...*, n.ºs 306 e 308, respectivamente do Anos XXVI, de Dezembro de 1950 e Fevereiro de 1951, pp. 103-106 e 106-109.

<sup>447</sup> *Idem, Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 308, de Fevereiro de 1951, p. 108.

<sup>448</sup> Vide «1.º Curso de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI, - n.º 305, Novembro de 1950, pp. 79-87.

cinema, para que pudesse fazer passar as suas mensagens de informação e divulgação ultramarina<sup>449</sup>. Assim, por iniciativa do ministério das Colónias, mandara a Agência construir uma viatura para cinema ambulante que em missão de propaganda deveria percorrer Angola, projectando para as populações locais filmes da realidade metropolitana, antes de seguir depois para a costa do Índico, onde em Moçambique faria a mesma vulgarização junto dos autóctones dessa possessão. Estas campanhas de propaganda constituíam assim uma forma de fortalecimento das relações espirituais, entre a Metrópole e as Colónias, e iam servindo ao mesmo tempo para a divulgação da cultura lusíada nestas regiões tropicais. Deveremos notar que os filmes enviados para projecção nessas colónias diziam respeito aos mais variados assuntos e referiam-se a temáticas relacionadas com aspectos culturais, nomeadamente monumentos, paisagens, paradas militares, procissões e desafios de futebol. De destacar que na programação da campanha, entre Janeiro e Dezembro de 1950<sup>450</sup>, no rol de filmes utilizados se contavam, entre outros, os seguintes: *Algarve, terra de sonho*; *A Coroação de N.ª Sr.ª de Fátima*; *O Dia do Lusito*; *Desfiles da Legião*; *Imagens de Lisboa*; *O Vale do Vouga*; *A Viagem do Sr. Marechal Carmona ao Porto*<sup>451</sup>. No mesmo período, o cinema ambulante da Agência realizou em Angola 171 sessões, tendo o veículo que transportava a maquinaria e os filmes percorrido em doze meses 16.764 quilómetros, com a assistência de 201.546 pessoas, sendo que, desse número, 195.500 eram indígenas, o que correspondia a cerca de 97% do total de espectadores<sup>452</sup>.

Ainda, em Agosto de 1950, a Agência Geral das Colónias realizara no cinema *Tivoli*, de Lisboa, a projecção de oito filmes (*Beira, Chá, Cidade do Progresso, Cidade Feiticeira, Lobito, Lourenço Marques, Luanda, O Ensino em Angola, o Karavial em Angola, Sisal*) previamente encomendados a Filipe de Solms e a Ricardo Malheiro, com o apoio financeiro de diversas instituições, entre as quais se contavam as Câmaras Municipais de Luanda, Lobito, Lourenço Marques e Beira, as Juntas de Exportação de Angola e Moçambique, os Serviços de Instrução Pública de Angola e a Associação dos Produtores

<sup>449</sup> Vide sobre esta temática Luís Reis Torgal (Coordenação), *O Cinema sob o Olhar de Salazar*, Lisboa, Editorial “Temas e Debates”, 2011, 432 pp. Ainda, Álvaro Garrido, «Coimbra e as imagens do cinema no Estado Novo: visão católica e visão “oficial” do cinema no Estado Novo», in *Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo – ensaios sobre a Universidade de Coimbra* (Coordenação e Introdução de Luís Reis Torgal), Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, pp. 79-130, especialmente pp. 82-97.

<sup>450</sup> José de Matos-Cruz, «Enquadramento Cronológico: 1950», in *Prontuário do Cinema Português – 1896-1989*, Lisboa, Edição da Cinemateca Portuguesa, 1989, pp. 102-104.

<sup>451</sup> Vide «Angola: Propaganda Metropolitana em Angola por Meio dum Cinema Ambulante» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI – n.º 301, Julho de 1950, pp. 102-104, especialmente p. 102.

<sup>452</sup> Vide «Cinema Ambulante da Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI – n.º 310, Abril de 1951, pp. 152-153, especialmente p. 152.

de Sisal de Moçambique<sup>453</sup>. No mês seguinte, estes mesmos filmes foram apresentados em Coimbra e no Porto, respectivamente, no Teatro Avenida e no Cinema Batalha, tendo na altura o *Jornal de Notícias* divulgado essas sessões, com as seguintes palavras:

(...) Esta iniciativa de Ricardo Malheiro e Filipe de Solms teve também a virtude de chamar a atenção dos nossos cineastas para o vasto campo da África Portuguesa, onde não faltam ricos motivos para as suas actividades. Merece também louvores a Agência Geral das Colónias pelo carinho com que acolheu o trabalho dos dois obreiros dos filmes apresentados, cujo êxito, no ambiente continental e até estrangeiro, está, sem dúvida, assegurado<sup>454</sup>.

Entretanto, o Governo do Estado Novo fizera publicar em suplemento ao *Diário do Governo* a Lei n.º 2.048, de 11 de Junho de 1951, que introduzia várias alterações à Constituição de 1933, nomeadamente no que se referia ao título VII, sobre «O Ultramar Português», e o Decreto n.º 38.300, que alterava a designação do ministério das Colónias. Face a estas circunstâncias, de mudança da denominação do termo «Colónia» por «Ultramar», o *Boletim* da Agência n.º 314, de Agosto de 1951, trazia pela primeira vez no seu frontispício a palavra «Ultramar», o que demonstrava que este periódico e a instituição que o mesmo representava cumpriam com o estabelecido pelo acima citado Decreto. Ainda, no ano de 1951, a 11 de Outubro, a Agência Geral do Ultramar organizaria no Mosteiro dos Jerónimos, com a anuência do Papa Pio XII e o alto patrocínio do ministério do Ultramar, a Exposição de Arte Sacra Missionária, evento da responsabilidade da Sagrada Congregação de *Propaganda Fide* que foi apresentado pela primeira vez no Vaticano, no decorrer do Ano Santo de 1950 e posteriormente em Madrid, em Julho de 1951. Por razões de vária ordem, Portugal não estivera representado em Itália, mas fizera um esforço para estar presente em Madrid, com um conjunto importante de obras que testemunhavam, histórica e artisticamente, o papel missionário e evangelizador deste país junto dos territórios ultramarinos. A realização em Lisboa deste certame vinha colmatar essa ausência na exposição inicial de Roma, de 1950, e ao mesmo tempo contribuir para que as cerimónias de encerramento do Ano Santo em Portugal, mais concretamente em Fátima, tivessem outro brilho e projecção.

<sup>453</sup> Vide «Oito filmes sobre a África Portuguesa – Angola e Moçambique em 1950» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI – n.ºs 302-303, Agosto-Setembro de 1950, pp. 167-168.

<sup>454</sup> Vide «Os Filmes sobre Angola e Moçambique em 1950» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI – n.º 304, Outubro de 1950, pp. 122-123, especialmente p. 123.

A Exposição ocupava duas galerias que circundavam os claustros manuelinos do mosteiro de Belém, e mostrava toda uma série de testemunhos e documentos que assinalavam a presença religiosa portuguesa no seu Império, desde os primórdios do movimento expansionista da Época Moderna, até à última fase da ocupação e colonização de África. De entre o material exposto, quase tudo obra do artesanato das regiões tropicais que Portugal havia descoberto, conquistado e missionado, destacavam-se peças de várias ordens como cartas, livros, manuscritos, roteiros e réplicas de padrões como o de Diogo Cão implantado no Cabo de Santa Maria em 1482, mobiliário, imagens sacras de marfim e ébano, paramentos e tecidos utilizados nos rituais religiosos, objectos de culto, adornos e objectos de arte sacra como quadros, arcas, estátuas e altares. A América Central e do Sul, China, Índia, Japão e Vietnã mostraram nesta mostra a variedade e a diversidade da arte sacra missionária que os povos colonizadores cristãos e ocidentais, como Portugal, souberam levar e trazer de outras paragens não europeias, provando que o universalismo e o multiculturalismo renascentista do século XV tornara a «aldeia global» da época menos compartimentada e muito mais permeável a todo o tipo de contactos, quer fossem laicos, quer religiosos<sup>455</sup>.

A tarefa da Agência Geral do Ultramar de divulgar o património de Além-Mar prosseguia com a participação em 1952 no pavilhão do «Ultramar», da Feira Popular de Palhavã. Neste evento promovido pelo jornal *O Século* e inaugurado em Maio, pelo Presidente da República Craveiro Lopes, a Agência preparara um pavilhão consagrado à Índia e à missão civilizadora de S. Francisco Xavier. A realização do projecto fora entregue aos artistas, Fausto Rosa e Leite Rosa, e a execução, a Costa Lopes, que construíram um pavilhão em que a presença portuguesa em terras asiáticas era assinalada com insinuantes fotomontagens, mapas, dioramas e selos dos territórios de Goa, Damão e Diu. Em lugar de destaque, na parte central do pavilhão, uma imponente estátua de S. Francisco Xavier, *ex-libris* da evangelização naquelas paragens indústânicas, de autoria de um dos escultores mais prestigiados do regime, Martins Correia. À saída, numa pequena banca, algumas das mais importantes edições da Agência Geral do Ultramar sobre a Índia, que revelavam em termos bibliográficos o destaque que esta instituição consagrava a este território descoberto por um navegador português<sup>456</sup>.

<sup>455</sup> Vide «Exposição de Arte Sacra» in *Boletim Geral do...*, Ano XXVII – n.º 318, Dezembro de 1951, pp. 21-109, especialmente pp. 49-80.

<sup>456</sup> Vide «Feira Popular de 1952» in *Boletim Geral do...*, Ano XXVII – n.º 323, Maio de 1952, pp. 112-114.

A presença da Agência em eventos deste tipo não era só em Lisboa, pois em 1953 também estivera na Feira Popular do Porto, onde colaborara com a obra assistencial que o governador daquela cidade, Domingos Braga da Cruz, estava realizando. A propósito da inauguração daquele certame, Banha da Silva realçou a importância desta obra e lembrou que a instituição, de que era responsável, não prescindia do objectivo essencial da sua existência que era a divulgação dos aspectos menos conhecidos da actividade ultramarina. Recordou ainda que na cidade do Porto, há já alguns anos atrás, se realizara a Exposição Colonial Portuguesa e que a cidade tinha sido pródiga em realizar eventos, deste tipo e de outros, em que as possessões ultramarinas estavam no centro das suas atenções e do seu fervor patriótico<sup>457</sup>.

Em Dezembro de 1952, a Agência Geral do Ultramar participou nas celebrações do IV Centenário da morte de S. Francisco Xavier, missionário jesuíta espanhol encarregue pelo rei D. João III de ir evangelizar as longínquas terras portuguesas do Oriente, tendo sido morto quando se aprestava em partir para terras da China, onde iria exercer o seu *munus* pastoral. A comemoração deste centenário foi levada a «peito» pelo regime do Estado Novo que procurou associar a difusão da Fé, com a conquista do Império, nos idos tempos do século XVI. Assim, este evento era uma oportunidade para mostrar aos mais novos o sentido exemplar de martírio destes «soldados» e apóstolos da doutrina cristã, como Xavier. Acontecimento que o próprio Papa Pio XII se quisera associar, fazendo-se representar em todas as cerimónias pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Para além da Metrópole, as cerimónias tiveram o seu ponto alto em Goa, cidade que depois da chegada dos portugueses serviu de sede da cristandade do Oriente. No dia 4 de Dezembro, dia em que se assinalavam os quatrocentos anos da sua morte, foi inaugurada nas instalações do Instituto Vasco da Gama a Exposição de Arte Portuguesa, organizada pela Agência Geral do Ultramar. Na altura, perante o Cardeal Cerejeira e Banha da Silva, na qualidade de presidente da Comissão Executiva das Comemorações deste Centenário, usara da palavra o jornalista goês Amadeu Prazeres da Costa que salientou o papel e a influência de Portugal na cultura indiana, nomeadamente na arte goesa<sup>458</sup>.

---

<sup>457</sup> Vide «Feira Popular do Porto» in *Boletim Geral do...*, Ano XXIX – n.ºs 336-337, Junho-Julho de 1953, pp. 240-242.

<sup>458</sup> Vide «IV Centenário do Falecimento de S. Francisco Xavier, Apóstolo das Índias – O *Te-Deum* em Lisboa» in *Boletim Geral do...*, Ano XXVIII – n.º 330, Dezembro de 1952, pp. 3-70, especialmente p. 55.

Mais tarde, a 19 de Outubro de 1954, em conferência de imprensa realizada em Lourenço Marques, numa das muitas visitas de Banha da Silva ao Ultramar, este funcionário resumia o que fora a estratégia de actuação desta instituição nos últimos meses, relativamente à política para com as possessões de Além-Mar. E essa política caracterizava-se pelo fomento do intercâmbio entre as Províncias e a Metrópole, com o envio de embaixadas de artistas e jornalistas para promoverem reciprocamente cada uma das parcelas deste vasto território imperial, de modo a reforçar a sua coesão política e social e a esconjurar o preconceito até aí instalado de que a metrópole não se interessava pelos territórios sob sua administração sedeados nas regiões tropicais. E a prova, segundo o Agente Geral do Ultramar, de que esse interesse era verdadeiro estava na linha editorial da instituição que dirigia, que conseguira a «proeza» de se tornar a maior editora da Península Ibérica ao ter publicado, trinta anos depois da sua fundação, mais de 2.000 edições de obras sobre a problemática ultramarina<sup>459</sup>.

Na sequência de legislação importante relativa ao Ultramar que o Governo do Estado Novo tinha publicado como a Lei Orgânica, os Estatutos das Províncias, o Estatuto do Funcionalismo e as Instruções Preliminares das Pautas Aduaneiras, saíra, em 29 de Junho de 1957, o Decreto-Lei n.º 41.169 que reorganizava os serviços do ministério do Ultramar, quase vinte e cinco anos depois do Decreto n.º 21.988, de 15 de Dezembro de 1932, que não correspondera às novas exigências da conjuntura política internacional. A reforma Raul Ventura, nome do ministro que tutelava a pasta do Ultramar, na altura da promulgação deste decreto que entrara em vigor a partir de 1 de Julho de 1957, caracterizar-se-ia pelo desdobraimento da Direcção-Geral do Fomento em duas Direcções-Gerais, a de Economia e a de Obras Públicas e Comunicações, para além de outras modificações que incidiam no campo das obras públicas e do fomento, com a passagem do Conselho Técnico de Fomento, a Conselho Superior de Fomento, para permitir que os problemas de desenvolvimento das possessões ultramarinas pudessem ser global e humanamente considerados e não apenas sob uma abordagem eminentemente tecnocratizante<sup>460</sup>.

Deste modo, na reforma de 1957 a Agência Geral do Ultramar tinha sete artigos (do Artigo 74.º ao Artigo 80.º) que diziam respeito respectivamente à caracterização da

---

<sup>459</sup> Vide «A Viagem do Agente Geral do Ultramar – Declarações à imprensa de Moçambique» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXI – n.º 355, Janeiro de 1955, pp. 117-122, especialmente p. 120.

<sup>460</sup> Vide «Reorganização dos Serviços do Ministério do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXIII – n.º 384, Junho de 1957, pp. 95-150, especialmente pp. 122-123.

instituição, aos serviços que disponibilizava, à composição dos serviços administrativos, à função dos serviços de informação e relações exteriores, ao funcionamento dos serviços de turismo, à orgânica dos serviços técnicos, e ao provimento dos lugares de agente-geral e dos seus adjuntos. De realçar, nesta reorganização, o conteúdo dos serviços de «Turismo», contemplados no artigo 78.º, que visavam o aperfeiçoamento dos serviços turísticos que funcionavam nas províncias ultramarinas como extensão da Agência, de acordo com os termos do n.º III, da base XXXVI, da Lei Orgânica do Ultramar. Também, o artigo 80.º consagrava um outro aspecto que vinha dar mais brilho e qualidade académica aos funcionários da Agência: a obrigatoriedade do Agente-Geral e dos seus adjuntos serem detentores de um curso superior para integrarem os quadros desta instituição, independentemente do concurso público<sup>461</sup>.

Posteriormente, a 28 de Novembro de 1957, foi publicado o Decreto n.º 41.407 que, em complemento com o Decreto-Lei n.º 41.169, de 29 de Junho de 1957, instituiu o regulamento deste organismo dependente do ministério do Ultramar, a partir de 1 de Janeiro de 1958<sup>462</sup>. Este documento era uma versão mais detalhada do Decreto-Lei inicial e que regulava de uma forma mais específica os aspectos organizativos deste departamento de procuradoria, informação e propaganda do ministério do Ultramar. De salientar que o seu conteúdo se encontrava apenas dividido em três capítulos que se referiam respectivamente à «Organização Geral», às «Atribuições e Competência» e ao «Regime Financeiro» e às «Disposições Transitórias» com dois últimos artigos (24.º e 25.º) que, respectivamente, revogava o Decreto n.º 21.988, de 15 de Dezembro de 1932, da reforma do ministro Armindo Monteiro, e estipulava a entrada em vigor do Decreto n.º 41.407, da vigência do ministro Raul Ventura, para 1 de Janeiro de 1958<sup>463</sup>.

No seguimento das medidas legislativas tomadas pelo regime do Estado Novo, em 1957, para reestruturar o ministério do Ultramar e alguns dos organismos dependentes deste Ministério, como a Agência Geral do Ultramar, outras medidas legislativas foram adoptadas para desenvolver áreas de divulgação turística do Ultramar essenciais para o conhecimento da paisagem física e humana dessas zonas. Assim, quando da promulgação do Decreto n.º 41.407, de 28 de Novembro de 1957, definia-se que cabia à Agência Geral do Ultramar essa nova função de «estimular», «assistir», «coordenar» e «orientar» a

---

<sup>461</sup> *Idem, Ibidem*, p. 123.

<sup>462</sup> *Vide* «O Novo Regulamento dos Serviços da Agência-Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXIII – n.º 390, Dezembro de 1957, pp. 93-105.

<sup>463</sup> *Idem, Ibidem*, p. 105.

actividade de turismo nas possessões ultramarinas. De facto, até então, competia às Casas da Metrópole, de Luanda e de Lourenço Marques, essa função de organizar todo o intercâmbio material e espiritual entre a metrópole e as suas possessões. Mas, pouco a pouco, estas competências haviam sido atribuídas a outros serviços, com tarefas parecidas às das já mencionadas Casas da Metrópole. Por exemplo, o parágrafo 4.º, do artigo 11.º, do Decreto n.º 41.203, de 20 de Julho de 1957, estabelecia que enquanto não forem «...reorganizados os serviços de publicidade, podem estes manter-se na Direcção dos Serviços de Economia, nos termos em que actualmente se encontram»<sup>464</sup>.

Para ultrapassar a concorrência de instituições, a dispersão de actividades e o carácter provisório das mesmas, na sequência das medidas legislativas anteriormente estabelecidas, eram entretanto criados pelo Decreto-Lei n.º 42.194, de 27 de Março de 1959, os Centros de Informação e Turismo (C.I.T.) das províncias ultramarinas, e logo decidido pelo mesmo diploma o funcionamento dos de Angola, Moçambique e Estado da Índia, ficando ainda pela mesma providência legislativa o ministro da tutela apto a criar, quando entendesse adequado, instituições idênticas nas restantes possessões (Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor), facto que viria a acontecer a 7 de Dezembro de 1960, em cumprimento do disposto na Portaria n.º 18.111, daquela data<sup>465</sup>. A criação destes organismos aglutinadores do turismo em cada uma das parcelas do Ultramar levaria a que se passassem a considerar extintas as Casas da Metrópole, criadas pelo Decreto-Lei n.º 23.445, de 5 de Janeiro de 1934, ficando todo o material e pessoal destas mesmas Casas às ordens dos novos Centros de Informação e Turismo ou então transitavam, caso houvesse vaga, para o quadro da Agência Geral do Ultramar<sup>466</sup>.

Entretanto, o ministro do Ultramar, contra-almirante Lopes Alves, visitou Angola logo em 21 de Março 1961, um mês e meio depois dos acontecimentos de Luanda, procurando conhecer melhor a realidade local e ao mesmo tempo tomar medidas para o desenvolvimento e defesa daquela província ultramarina, nomeadamente de um empréstimo externo que, numa primeira fase, envolvia uma verba de 120.000 contos, e que no total atingiria um montante de 1.200.000 contos, a par da concessão de um outro empréstimo pedido pela Junta do Café, ao Banco de Angola, para assegurar a estabilidade

<sup>464</sup> Vide «Centros de Informação e Turismo das Províncias Ultramarinas» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXV – n.º 406, Abril de 1959, pp. 99-108, especialmente p. 100.

<sup>465</sup> Vide «Reunião dos Directores dos Centros de Informação e Turismo» in *Boletim Geral do...*, Ano XL – n.ºs 471/472, Setembro/Outubro de 1964, pp. 161-182, especialmente p. 161.

<sup>466</sup> Vide «Centros de Informação e Turismo das Províncias Ultramarinas» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXV – n.º 406, Abril de 1959, pp. 99-108, especialmente pp. 107-108.



dos preços daquela matéria-prima agrícola e, ainda, do anúncio da publicação de um diploma que criaria a Caixa de Fomento Agro-Pecuário, que disporia de um fundo inicial que rondaria os 100.000 contos<sup>467</sup>. A 13 de Abril de 1961, na sequência dos factos ocorridos em Angola com o início da luta armada, o Presidente do Conselho resolvera fazer uma remodelação ministerial, tendo nomeado para os ministérios da Defesa Nacional, do Exército e do Ultramar, respectivamente, o próprio Oliveira Salazar, o brigadeiro Mário Silva e o professor Adriano Moreira. Alguns dias depois, a 3 de Maio, nova mexida no elenco governativo, agora com a entrada para o Interior, Negócios Estrangeiros, Educação Nacional, Corporações e Previdência Social, respectivamente, de Santos Júnior, Franco Nogueira, Lopes de Almeida e Gonçalves Proença.

Em Setembro de 1961, numa altura em que a conjuntura internacional não era muito favorável à maneira como Portugal administrava as suas possessões tropicais, o novo ministro do Ultramar, Adriano Moreira, visitava as principais possessões africanas, começando por Moçambique, e terminando na Guiné, um mês e meio depois, facto que merecia do próprio ministro uma justificação, numa breve declaração proferida no Aeroporto de Lisboa, antes da partida:

As visitas do ministro do Ultramar às províncias devem ser consideradas como acto normal de serviço, que não exigem justificação especial. Em todo o caso, e porque estamos num dos habituais períodos em que certos grupos das Nações Unidas aproveitam a reunião periódica daquela Assembleia para concertarem a campanha de difamação e ódio contra Portugal, que parece ser uma das principais ocupações dos seus Governos, quero declarar que nada, até hoje, perturbou a paz laboriosa de Moçambique, e que a minha viagem não é determinada por qualquer situação de emergência<sup>468</sup>.

Apesar do ministro Moreira considerar as visitas ao Ultramar como «actos normais de serviço», o ano de 1961 por causa do início da guerra colonial e dos massacres em Angola e do desvio do navio *Santa Maria*, não poderia ser considerado um ano «normal» e a prova disso é que num espaço de quatro meses, compreendido entre Abril e Setembro, dois ministros do Ultramar visitaram as possessões africanas, como também não era «normal» que no espaço de um mês o Presidente do Conselho fizesse duas remodelações no seu Governo. A anormalidade da situação levava, mesmo, Oliveira Salazar a escolher a

---

<sup>467</sup> Vide «O contra-almirante Lopes Alves em Angola» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXVII – n.ºs 429-430, Março-Abril de 1961, pp. 33-37, especialmente p. 34.

<sup>468</sup> Vide «Visita Ministerial – Prof. Dr. Adriano Moreira na África Portuguesa» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXVII – n.ºs 436-437-438, Outubro-Dezembro de 1961, pp. 33-137, especialmente p. 33.

temática sobre «O Ultramar Português e a O.N.U.»<sup>469</sup> para proferir um discurso na sessão extraordinária da Assembleia Nacional, realizada em São Bento, no dia 30 de Junho de 1961. Depois de historiar o contencioso com as Nações Unidas e as votações, de 15 de Dezembro de 1960, e de 21 de Abril de 1961, em que respectivamente se estabelecia a obrigatoriedade de Portugal prestar informações sobre os seus territórios não autónomos, ao abrigo do artigo 73.º da Carta, de introduzir reformas em Angola e possibilitar que uma comissão de inquérito fosse ao terreno para analisar a situação naquela possessão<sup>470</sup>, Oliveira Salazar passava em revista cada uma das parcelas do património ultramarino, desde Cabo Verde, até Timor, concluindo que apesar da Organização das Nações Unidas advogar a autodeterminação, como via possível para a independência, haveria que considerar outras hipóteses não menos «dignas», nem menos «aptas» para o Governo e para a «influência civilizadora» sobre povos de «raças diferentes», que viviam ainda sob domínio colonial. Salazar considerava que, «despojar» Portugal dessa soberania sob os territórios de Além-Mar, seria um «acto injusto» e até destituído de «inteligência prática», passando depois a explicar porque razão a colonização ainda era uma forma de intervenção política adequada:

Se fosse possível meter alguma ordem na actual confusão da oratória política internacional, talvez se pudesse, à luz destes exemplos, distinguir melhor a colonização do colonialismo – a missão humana e a empresa de desenvolvimento económico que, se dá, e se não dá, se larga. Muitos terão dificuldade em compreender isto, porque, referidas as coisas a operações de deve e haver, motivos havia para delinear noutras bases a política nacional<sup>471</sup>.

Mas este discurso de Salazar de resistir à conjuntura política da autonomia e emancipação dos povos não passou de retórica patriótica, de modo que o ano de 1961 terminava com outro incidente político-militar, mais grave ainda que o de Angola, no início do mesmo ano, pois a União Indiana, a 18 de Dezembro, iniciava a invasão de Goa, Damão e Diu e às primeiras horas desse dia a presidência do Conselho fazia publicar uma nota oficiosa em que dava a conhecer essa invasão e informava que havia dado ordens às Forças Armadas para resistir e defender o território, facto que se verificou por algumas horas, visto que, face ao poderio das forças invasoras, o governador do território, almirante

---

<sup>469</sup> Oliveira Salazar, «O Ultramar Português e a O.N.U.» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXVII – n.ºs 432-433, Junho-Julho de 1961, pp. 3-27.

<sup>470</sup> *Idem, Ibidem*, p. 5.

<sup>471</sup> *Idem, Ibidem*, p. 16.

Vassalo e Silva, acabaria por depor as armas e assinar a rendição à revelia do que pretendiam as autoridades metropolitanas do Estado Novo<sup>472</sup>.

Entretanto, à semelhança de anos anteriores, a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Agência Geral do Ultramar continuaram a realizar as «Semana do Ultramar», tendo em 1962 efectuado a 34.<sup>a</sup> subordinada ao tema: «A estrutura social da nação portuguesa de além-mar»<sup>473</sup>. A particularidade desta «Semana» foi o facto de na sessão de encerramento ter sido orador Armando Cortesão, primeiro Agente Geral das Colónias, que depois da implantação do Estado Novo fora obrigado a exilar-se em Londres, onde permanecera durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Regressado a Portugal, aproximara-se entretanto das teses oficiais do regime, relativamente à ideia de que o património português em África era o único «baluarte» de defesa da civilização ocidental. Na conferência então proferida, subordinada ao tema «Realidades e desvarios africanos», Cortesão começava por afirmar que existia uma diferença «fundamental» entre a presença portuguesa em África e a de outros países que chegaram posteriormente e que se interessaram apenas por «objectivos» comerciais. Falou depois da partilha de África, que se verificara após o final da Primeira Guerra Mundial e da «calamidade» que tinha sido a independência «inconscientemente» concedida às novas repúblicas negras e à sua entrada nas Nações Unidas por mão das duas potências na altura, os Estados Unidos da América e a União Soviética.

A propósito das possessões portuguesas, afirmou que eram as mais antigas nas regiões tropicais e simbolizavam os últimos resquícios da «civilização ocidental» em África. Por esse facto, Cortesão exigia mais respeito por parte da ONU e do Conselho de Segurança, quanto à abertura das fronteiras ultramarinas e ao envio de delegações que iriam ao terreno constatar de situações anómalas, relacionadas com a discriminação racial e com a exploração da mão-de-obra indígena:

(...) Quem quiser pode ir ao ultramar português para investigar e ver o que lhe aprouver, pois nada temos a esconder – antes pelo contrário, muito temos para lhes mostrar. Mas que, em vez de lá ir com a ridícula pretensão de nos ensinar ou corrigir, vão sobretudo para aprender connosco, para ficar a saber como é que se lida com outras raças diferentes e qual a melhor maneira de as integrar na civilização ocidental; como se valorizam terras e riquezas inaproveitadas; como se erguem grandes e modernas cidades civilizadas;

---

<sup>472</sup> Vide «Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXVII – n.ºs 436-437-438, Outubro-Dezembro de 1961, pp. 281- 305, especialmente p. 293.

<sup>473</sup> Vide «Semana do Ultramar – A Estrutura Social da Nação Portuguesa Além-Mar» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXVIII – n.º 444, Junho de 1962, pp. 81-86.

e, sobretudo, como se criam grandes nações, preparando-as inteligentemente para a independência sem ter de sacrificar seja quem for, não cometendo os erros que outros têm cometido e cujos resultados estão à vista. É isto o que de cabeça bem levantada, temos para dizer ao mundo!”<sup>474</sup>

Entretanto, na I Série do *Diário do Governo*, de 4 de Dezembro de 1962, foram publicados os decretos de nomeação dos novos membros do Governo, entre os quais se incluía o do responsável do Ultramar, comandante Peixoto Correia, que substituíra neste pelouro Adriano Moreira, que entrara para o Governo numa altura muito delicada para o regime, visto que se começara nessa ocasião a «questionar» pela via das «armas» a soberania portuguesa, nos territórios ultramarinos. Durante a permanência do comandante Correia, no ministério do Ultramar, realizara-se em Lisboa, a 10 Outubro de 1964, na Agência Geral do Ultramar, a primeira reunião dos Centros de Informação e Turismo do Ultramar para uniformizar critérios, sincronizar estratégias e trocar experiências. A primeira sessão de trabalhos efectuara-se sob a presidência de Banha da Silva, que usou da palavra para saudar os diversos representantes provinciais e para fazer o balanço de cada Centro. Nessa circunstância, Banha da Silva chamara a atenção dos respectivos directores para a situação do início da Guerra Colonial e da invasão de Goa ter levado a que os Centros se afastassem um pouco do âmbito para que foram criados, mas agora no momento em que a pressão externa afrouxara poder-se-ia «...iniciar um trabalho essencialmente de coordenação de esforços que reputo da maior importância para o bom desempenho da missão que nos compete»<sup>475</sup>.

Assim, o melhor «desempenho» naquela ocasião em que o Império português começava a ser afrontado por forças militares do exterior era para Banha da Silva que a Agência Geral do Ultramar e os Centros formassem «...um todo único, dado que o seu objectivo é comum»<sup>476</sup>. E qual era o objectivo «comum» de actuação destas instituições de informação e propaganda, no limiar dos anos sessenta, do século passado? No âmbito da informação, o espectro de actuação deveria incidir sobre os meios de Comunicação como a imprensa, rádio, televisão, cinema, livro e outras modalidades que pudessem ser úteis e aproveitáveis no futuro para fazer passar a mensagem de Portugal, como Estado uno e solidário que ia do Minho a Timor. Depois, no campo do Turismo, a estratégia para a

---

<sup>474</sup> *Idem, Ibidem*, p. 86.

<sup>475</sup> Vide “Reunião dos Directores dos Centros de Informação e Turismo” in *Boletim Geral do...*, Ano XL – N.ºs 471/472, de Setembro/Outubro de 1964, pp. 161-182, especialmente p. 164.

<sup>476</sup> *Idem, Ibidem*.

divulgação de cada realidade provincial deveria passar por uma série de meios de vulgarização que contemplaria a publicidade e o *marketing*, com a utilização de mapas, dados estatísticos e outros elementos informativos.

Relativamente às recomendações apuradas nesta primeira reunião dos coordenadores dos Centros de Turismo do Ultramar, os mesmos, no dia de encerramento, a 30 de Outubro, quiseram que fossem imediatamente conhecidas por parte do ministro Peixoto Correia, pelo que incumbiram o chefe da Repartição dos Serviços de Turismo da Agência Geral do Ultramar, Ruy Heitor, de divulgar o documento entretanto preparado. Assim, desse documento constavam, entre outros, os seguintes aspectos sobre a promoção destes territórios:

A propaganda turística foi estudada, pormenorizadamente, no respeitante aos sectores da imprensa, rádio, televisão, cinema, livro e outras modalidades; no capítulo das publicações, largamente estudado e analisado, indicaram-se as modalidades de que estas deveriam revestir-se, normas gerais a que deveriam obedecer, sua distribuição e planos editoriais...; foram apreciadas várias modalidades de propaganda turística – a utilizar onde e quando fosse julgado útil e conveniente –, tendo-se estudado o recurso a campanhas publicitárias, convites a formular a jornalistas estrangeiros e entidades ligadas à indústria turística, colaboração com as companhias de navegação marítimas e aéreas interessadas nas rotas das nossas províncias ultramarinas; estudaram-se as possibilidades de os Centros de Informação e Turismo, em colaboração com outros organismos, poderem dispor de estatísticas turísticas indispensáveis para a realização de estudos e planeamentos de carácter turístico; no que se refere ao inventário dos valores turísticos, estabeleceram-se as bases para a realização dessa tarefa em todas as províncias ultramarinas e a colaboração a prestar a todas as medidas previstas ou já estabelecidas para a defesa e valorização do património artístico, histórico, natural e cultural das respectivas províncias; estabeleceram-se as prioridades a observar na elaboração de cartas turísticas, bem como as normas gerais a que deveriam obedecer as plantas das cidades para fins turísticos<sup>477</sup>.

Esta complementaridade entre a Metrópole e o Ultramar não se verificava só ao nível do turismo e da cultura popular, mas o ministério de Peixoto Correia pretendia que se verificasse também a outros níveis, para realçar o sentido de unidade e coesão do Estado imperial, que na nova conjuntura internacional passara, a partir de 1951, a ser um Estado pluricontinental e pluriprovincial onde a descontinuidade geográfica das possessões tropicais era compensada com toda uma série de intercâmbios, visitas e troca de experiências que pudessem aproximar a Europa das restantes parcelas espalhadas pela

---

<sup>477</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 177-178.

África e Ásia. O ministério do Ultramar elaborara também, no ano de 1964, um vasto programa de intercâmbio e cooperação cultural entre um largo número de professores e estudantes da Metrópole e do Ultramar, iniciado nas férias da Páscoa e continuado no período das férias grandes, que reciprocamente permitisse que a comunidade escolar da Europa conhecesse melhor a realidade tropical e que, vice-versa, a comunidade tropical conhecesse a realidade metropolitana<sup>478</sup>.

Assim, nas férias grandes desse ano de 1964, com o apoio da Agência Geral do Ultramar, dos Centros de Informação e Turismo, da Mocidade Portuguesa (Masculina e Feminina), visitaram Angola e Moçambique finalistas dos cursos de Engenharia Civil e de Minas, do Instituto Superior Técnico, e vieram a Lisboa finalistas do Instituto Comercial de Lourenço Marques e do Instituto de Serviço Social de Luanda. Também visitaram a Metrópole alunos do ensino secundário da Guiné, Angola e Moçambique. Nas férias da Páscoa, Angola e Moçambique foram visitadas por finalistas de Direito e Ciências de Coimbra, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina de Lisboa, e universitários católicos de Coimbra e Porto. Houve ainda intercâmbio entre os finalistas das escolas de Regentes Agrícolas de Santarém e do Tchivinguiro, na Huíla. Ainda, estiveram na Metrópole os finalistas das escolas de Posto Escolar de Cuíma e Bela Vista, num total de 40 alunos-mestres. Igualmente, o financiamento para estudantes do Secundário frequentarem nas províncias ultramarinas cursos de «Estudos Ultramarinos» e de «Férias». Em Outubro de 1964, na possessão mais distante, Timor, foi levado a efeito um «Curso de Férias», por uma Missão Cultural Universitária constituída por professores de Lisboa e Coimbra, sobre matérias tão diversificadas como «Lições práticas de Português», «Cultura Portuguesa», «Pontes, Estradas e Portos», «Medicina Tropical» e «Agricultura Tropical»<sup>479</sup>.

Depois de mais uma remodelação ministerial levada a cabo pelo Presidente do Conselho, a 19 de Março de 1965, tomavam posse Motta Veiga, Silva Cunha, Cunha Sottomayor, respectivamente ministros de Estado-Adjunto do presidente do Conselho, do Ultramar e da Economia. No ministério do Ultramar tomaram ainda posse Almeida Cotta e Rui Patrício, respectivamente subsecretários de Estado da Administração Ultramarina e do Fomento Ultramarino. Depois de vinte e oito meses na pasta do Ultramar, e de um período de quase dez anos devotado aos assuntos de Além-Mar, Peixoto Correia passava o

<sup>478</sup> Vide «Plano de Intercâmbio Cultural» in *Boletim Geral do...*, Ano XL – n.ºs 471/472, Setembro/Outubro de 1964, pp. 311-312, especialmente p. 311.

<sup>479</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 311-312.

testemunho a um seu anterior delfim numa das subsecretarias de Estado da Administração Ultramarina, Silva Cunha. Este governante que era doutorado em Ciências Políticas e Económicas e professor da Faculdade de Direito de Lisboa e do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, vinha continuar, numa conjuntura atribulada para a diplomacia portuguesa, a obra do seu sucessor, levando para o Ministério a mais-valia de um académico que se especializara em «Política Indígena», matéria que constituíra tema principal do concurso público a um lugar de professor na antiga Escola Superior Colonial em 1950, e da sua tese de doutoramento em 1953, na Universidade Clássica de Lisboa<sup>480</sup>.

Na vigência de Cunha, no ministério do Ultramar, procedera-se à reforma desta complexa máquina que tutelava a administração de todas as possessões que ficavam fora da Europa. Por proposta deste governante fora aprovado, em *Diário do Governo*, o Decreto-Lei n.º 47.543, de 2 de Junho de 1967<sup>481</sup>, que vinha alterar a anterior remodelação processada por Raul Ventura, em 1957. A circunstância de reformular este Ministério surgira quando era ainda subsecretário de Estado, e na sequência da aprovação da Lei Orgânica do Ultramar, de 1963, que concedia mais autonomia aos territórios ultramarinos, entendendo-se que a par destas mudanças, se deveria modificar também a estrutura algo pesada dos serviços centrais do Ministério, para lhe dar mais elasticidade e rapidez de actuação<sup>482</sup>. No preâmbulo do Decreto então aprovado, eram explicadas as razões pelas quais se faziam estas alterações determinadas pela nova conjuntura de fomento dos territórios ultramarinos. Algumas das inovações tinham a ver com as atribuições dos serviços e com a competência dos funcionários. A título de exemplo, podíamos referir as remodelações que se processaram no gabinete do Ministro com a integração de um conjunto de serviços com as características de um verdadeiro Estado-Maior que se encarregava de estudar e preparar as decisões ministeriais, a organização da Secretaria-Geral como órgão autónomo, a criação do Conselho Superior de Fomento Ultramarino e do Conselho do Ministério, constituído pelo Secretário-Geral, pelos Directores-Gerais e Dirigentes de Serviços com idêntica categoria, que deveria reunir normalmente uma vez por mês.

---

<sup>480</sup> Vide «Remodelação Ministerial – Palavras do Novo Ministro do Ultramar, Prof. Dr. Silva Cunha» in *Boletim Geral do...*, Ano XLI – n.º 477, Março de 1965, pp. 3-17, especialmente p. 10.

<sup>481</sup> Vide «Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 47.543, de 2 de Junho de 1967 – Lei Orgânica do Ministério do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIII – n.º 504, Junho de 1967, pp. 125-128.

<sup>482</sup> Silva Cunha, «Alargamento da Autonomia das Províncias – Reformas de estruturas, serviços e regimes legais» in *O Ultramar, a Nação e o “25 de Abril”*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, pp. 127-128, especialmente p. 127.

Nesta reorganização estava ainda previsto o funcionamento de um Centro de Documentação Técnico-Económica, criado junto das Direcções Gerais de Economia e de Obras Públicas e Comunicações, como também se deu nova vida à Biblioteca do Ministério onde se procurava concentrar toda a documentação imprescindível para a actividade administrativa interna e para consulta dos estudiosos e interessados pelas coisas e causas ultramarinas. Foram criados paralelamente departamentos de apoio aos serviços nacionais de estatística e aos de planeamento e integração económica, além dos já existentes em cada uma das províncias ultramarinas. A anterior Comissão de Coordenação dos Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica fora substituída por um Gabinete de Planeamento e Integração Económica, que funcionava directamente na dependência do ministro e seria orientado pelo director-geral deste Ministério. Por outro lado, esta reforma dava uma maior possibilidade de intercâmbio e de permuta com os correspondentes quadros ultramarinos, possibilitando um maior fluxo de funcionários do Ministério para as províncias ultramarinas e vice-versa, permitindo portanto uma maior actualização de conhecimentos e de maneiras de trabalhar, entre uns e outros. Também se determinava aos directores-gerais e demais responsáveis superiores pelos serviços, como era o caso do Agente Geral do Ultramar, que concebesses planos anuais dos departamentos de que eram responsáveis e que seriam depois analisados em reuniões do Conselho de cada ano, fazendo-se, ao mesmo tempo, a avaliação dos planos anteriores. Dos resultados destas apreciações se dava conhecimento aos Governos das províncias ultramarinas e, posteriormente, seria publicado um relatório das actividades do Ministério referente ao ano civil anterior<sup>483</sup>.

Entretanto, por ter sido nomeado Inspector Superior de Administração Ultramarina, Banha da Silva deixava de exercer o cargo de Agente Geral do Ultramar, onde estivera durante vinte e um anos consecutivos, tendo sido nomeado por despacho ministerial publicado no *Diário do Governo*, de 30 de Agosto de 1967, para o seu lugar Francisco da Cunha Leão que, nesta nova conjuntura de finais dos anos sessenta, procurara lutar contra a «rotina» e «estagnação» interpretando à «letra» alguns dos pressupostos importantes da reforma de Silva Cunha, nomeadamente no que se referia à separação entre as funções de «estudo» e as funções «burocráticas». Na sequência da alteração da Lei Orgânica do ministério do Ultramar, de 2 de Junho de 1967, a Agência passaria a ser um organismo que se destinava a promover o conhecimento recíproco entre a Metrópole e o Ultramar, a

<sup>483</sup> Vide «Preâmbulo do Decreto-lei n.º 47.543, de 2 de Junho de 1967...» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIII – n.º 504, Junho de 1967, pp. 127-128. Também, Silva Cunha, *O Ultramar, a Nação...*, pp. 127-128.



difundir informações relativas ao património tropical, a superintender e impulsionar o turismo, bem como a desempenhar as funções de procuradora de quaisquer assuntos e interesses de Além-Mar. Nesta reforma de 1967, a Agência passava a ter apenas três repartições e um gabinete orientador de publicações. Assim, as repartições em que se subdividia esta instituição eram respectivamente a dos «Serviços Administrativos e de Procuradoria-Geral», a dos «Serviços Técnicos e Editoriais» e a dos «Serviços de Relações Públicas e Turismo».

Relativamente às reformas anteriores, os serviços que apresentavam agora algo de novo eram aqueles que se destinavam à promoção das «Relações Públicas e do «Turismo», através da utilização dos principais meios de Comunicação Social como eram a imprensa, a rádio e a televisão. No caso deste último, que só se instalara em Portugal no final da década de cinquenta, mais concretamente em 1957, a RTP (Rádio Televisão Portuguesa), apresentava um programa sobre a realidade tropical produzido pela Agência Geral do Ultramar e que se intitulava «Portugal além Europa». Esta instituição tinha mesmo uma equipa com carácter permanente para os audiovisuais dirigidos pelo inspector administrativo Manuel Osório, que se responsabilizava pela produção e emissão (primeiro quinzenal e depois semanal) de um programa de quinze minutos sobre a realidade ultramarina<sup>484</sup>. Destacava-se ainda, nesta altura, a exposição itinerante igualmente intitulada «Portugal além Europa» inaugurada em Beja, a 5 de Dezembro de 1967, pelo Agente Geral do Ultramar, e que iria percorrer todo o continente português, desde Bragança até Vila Real de Santo António. Esta exposição caracterizava-se pela mostra de um conjunto de imagens sobre uma «pátria ampliada e repartida pelo Mundo», na opinião de Cunha Leão<sup>485</sup>, procurando-se com esta iniciativa reforçar geografias e etnias de várias latitudes onde flamejava a bandeira lusa. A propósito do incremento do Turismo nesta pátria «repartida pelo Mundo», Costa Freitas, em comunicação apresentada ao II Congresso Nacional de Turismo, realizado em Lourenço Marques, no final do ano de 1966<sup>486</sup>, afirmava que estava na hora de «alargar a todo o território nacional a problemática do nosso turismo...canalizando para terras portuguesas as correntes turísticas que se vão formando para o estrangeiro... Para além do evidente interesse económico, tão evidente

<sup>484</sup> Vide «Um Programa Especial sobre o Ultramar na R.T.P.» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIV – n.ºs 511/512, Janeiro/Fevereiro de 1968, p. 196.

<sup>485</sup> Vide «Exposição “Portugal Além Europa» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIII – n.ºs 509-510, Novembro-Dezembro de 1967, pp. 101-104, especialmente p. 102.

<sup>486</sup> Esta comunicação foi apresentada pelo dr. Carlos Manuel da Costa Freitas, Secretário-Geral do II Congresso Nacional de Turismo, na 2.ª Sessão Plenária daquele Congresso, em Lourenço Marques, a 18 de Outubro de 1966.

que não merece mais largas considerações, creio estar certo ao pensar que, mais do que nunca no passado, o turismo tem hoje, para nós, um alto valor político»<sup>487</sup>.

Com a criação dos Centros de Informação e Turismo, a partir de 1959, que funcionaram com uma maior autonomia até 1974 junto de cada uma das províncias e em colaboração com a Agência Geral do Ultramar, estas instituições iniciaram um conjunto de acções que visavam promover uma maior interligação entre a Metrópole e o Ultramar, tendo neste hiato de tempo a Agência promovido cruzeiros de férias marítimos a São Tomé e Príncipe e a Angola, em 1969 e em 1971, cruzeiros aéreos, entre Angola-Metrópole, e Metrópole-Angola, nos anos de 1970, 1971 e 1972, Moçambique-Metrópole e Metrópole-Moçambique, em 1972. A Agência Geral do Ultramar tinha, a par da promoção turística, um Gabinete de Imprensa na sua última sede, a partir de 1968, no edifício do ministério do Ultramar, no Alto do Restelo, que elaborava e enviava diariamente notícias acompanhadas de fotografias sobre o Ultramar para a redacção dos principais jornais diários de Lisboa e do Porto, para a Emissora Nacional, para a RTP, para os jornais regionais, para as agências noticiosas, e para outras entidades que se interessavam pelo que se passava nas possessões de Além-Mar.

A Agência editava ainda um conjunto de publicações, entre as quais se destacava o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* desde 1925, a revista *O Mundo Português*, em parceria com o Secretariado de Propaganda Nacional, desde 1934, um jornal de parede ilustrado, com uma tiragem de 1.000 exemplares, para distribuir nos Centros de Informação e Turismo, de todas as principais províncias tropicais. Publicava igualmente um boletim, em regra quinzenal, com cinco a oito páginas impressas a duplicador, que se destinava a divulgar as actividades da instituição junto da imprensa regional e, desde 1970, a revista *Permanência*, uma publicação mensal de actualidades ultramarinas.

Com o intuito de estimular o interesse dos intelectuais pelos assuntos de Além-Mar, criou a Agência Geral do Ultramar vários prémios de literatura, destacando-se, como mais antigo, o «Concurso de Literatura Colonial», anualmente promovido, desde 1926 até 1951, tendo sido em 1954 substituído por quatro prémios literários que viriam a subsistir até 1974, ao qual daremos o devido destaque num outro capítulo sobre esta forma de fazer propaganda utilizando géneros literários tão diversos, como o conto, a poesia, o romance e o teatro. Mas, a Agência promoveu outros certames como o «Concurso literário e

---

<sup>487</sup> Carlos Manuel da Costa Freitas, «Planeamento turístico» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIII – n.º 507, Setembro de 1967, pp. 129-142, especialmente pp. 141-142.

jornalístico comemorativo do V Centenário da Descoberta da Costa da Guiné», em 1945, e o «Concurso Literário sobre Serpa Pinto», em 1946. A propósito desta «cultura única» sobre a diversidade ultramarina lusíada<sup>488</sup>, o n.º 535, de Janeiro/Junho de 1970, por sinal o último número do *Boletim Geral do Ultramar*, divulgava os prémios em competição nesse ano e que se referiam às modalidades de «Poesia», «Ensaio», «Novelística», «História e Reportagem», a que correspondiam, respectivamente, os prémios «Camilo Pessanha», «Frei João dos Santos», «Fernão Mendes Pinto», «João de Barros» e «Pêro Vaz de Caminha», cada um no valor de 20.000\$00. Para além destes prémios que galardoavam cada um dos géneros literários com o nome de uma personalidade, havia ainda o prémio «D. João II», no valor de 50.000\$00, que distinguia o melhor estudo de autor nacional, sobre o tema que a propaganda do Estado Novo, já no seu período final, procurava destacar, a «Unidade Nacional»<sup>489</sup>. Deste modo, a «mística» do Império criara uma literatura colonial que procurara dar uma certa consistência espiritual à obra colonizadora de Portugal nos trópicos<sup>490</sup>.

Segundo Oliveira Pinto, esta por ter sido sempre uma literatura de propaganda, servindo interesses eminentemente políticos, quer durante a República, quer durante o Estado Novo, acabaria por desaparecer com o 25 de Abril de 1974, não permitindo que numa nova conjuntura democrática pudesse ter dado lugar a uma qualquer literatura de temática africana, ensaiada e produzida por autores portugueses<sup>491</sup>. O mesmo se passara com a extinção da Agência Geral do Ultramar, logo após o ano de 1974. Com a perda do património colonial, deixara também de existir uma instituição de procuradoria e informação que fizesse o intercâmbio entre os portugueses residentes nos novos territórios e a sua antiga metrópole, perda irreversível que acabaria por «deitar por terra» um investimento cultural, de muitos séculos de presença lusa nessas tão longínquas paragens (Ver Apêndice III).

<sup>488</sup> Este tema de «Uma só Cultura: Literatura Portuguesa Ultramarina» serviu de mote à conferência que o dr. Amândio César especialista em Literatura Ultramarina proferira em Agosto de 1967, na cidade de São Tomé. Vide Fernando Reis, «Uma só Cultura: Literatura Portuguesa Ultramarina» in *A Voz de S. Tomé*, São Tomé, 26 de Agosto de 1967.

<sup>489</sup> Vide «Prémios Literários da Agência Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XLVI – n.º 535, Janeiro/Junho de 1970, pp. 161-162.

<sup>490</sup> Alberto Osório de Castro, «A influência do Império nas letras» in *Alta Cultura Colonial-Discursos inaugurais e conferências*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936, pp. 403-416, especialmente p. 415.

<sup>491</sup> Alberto Oliveira Pinto, «O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926 -1951) - Colonialismo e Propaganda» in revista *Clio*, Revista de História da Universidade de Lisboa, Nova Série, Volume 7, 2002, pp. 191-256, especialmente p. 248.

## 2. Edições e publicações desta Agência de Propaganda Colonial

Relativamente à divisão de «Publicações e Biblioteca», a estrutura inicial do funcionamento desta secção da Agência Geral das Colónias encontrava-se regulamentada pelo diploma legislativo que criava esta instituição de propaganda e procuradoria, com data de 30 de Setembro de 1924, que estabelecia alojamento próprio no n.º 34 da Rua da Prata, em Lisboa, e ainda a conveniente e organizada distribuição de serviços em quatro secções que eram respectivamente «Informações», «Procuradoria», «Propaganda» e «Contabilidade»<sup>492</sup>. Os serviços de «Publicações e Biblioteca» inseriam-se assim na 3.ª Secção, «Propaganda», desde o nascimento da instituição até à primeira reformulação desta, acontecida a 14 de Março de 1932, pelo Decreto n.º 21.001<sup>493</sup>. Na prática estes serviços não funcionaram logo. A preocupação por esse facto encontrava-se expressa já no segundo número do *Boletim*, quando o redactor prometia na rubrica «Serviços da Agência Geral das Colónias» a inauguração a muito breve prazo de uma sala pública de leitura apetrechada com uma «biblioteca colonial» e ainda com uma colecção dos «principais jornais e revistas coloniais de todo o mundo»<sup>494</sup>.

Alguns meses mais tarde, esse desiderato de criar uma biblioteca especializada em assuntos coloniais começava lentamente a ganhar forma, quando os próprios leitores do *Boletim* começaram a oferecer os primeiros exemplares da que viria a ser a Biblioteca da Agência Geral das Colónias. De facto, a partir do n.º 11, de Maio de 1926, o periódico trazia a relação das publicações oferecidas à «Biblioteca e Sala de Leitura» da Agência, num projecto de recolha de livros temáticos sobre a realidade colonial e que permitisse que qualquer interessado por esta realidade, quer fosse homem de negócios, quer funcionário, pudesse dispor de informações suficientes sobre os mais importantes problemas da administração portuguesa em terras ultramarinas, nomeadamente sobre assuntos tão diversos como eram as informações relativas à agricultura, climatologia, estatística,

---

<sup>492</sup> Armando Zuzarte Cortesão, «Serviços da Agência Geral das Colónias – Em legítima defesa da Agência Geral das Colónias» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Julho de 1926, n.º 13, pp. 140-155, especialmente pp. 141, 143, 145 e 150.

<sup>493</sup> Júlio Garcez de Lencastre, «Agência Geral das Colónias», *Idem, Boletim Geral das...*, Ano IX, Novembro de 1933, n.º 101, pp. 3-23, especialmente p. 18.

<sup>494</sup> Vide «Serviços da Agência Geral das Colónias», *Idem, Boletim da...*, Ano I, Agosto de 1925, n.º 2, pp. 163-166, especialmente p. 165.

higiene, trabalho indígena, transportes e comunicações, ou qualquer outro assunto sobre a presença portuguesa em regiões tropicais<sup>495</sup>.

Embora com alguns contratemplos, no final do segundo semestre de 1926, com apenas cinquenta e um leitores, a Biblioteca abria as suas portas com um número limitado de obras para consulta, resultado da campanha de dádivas de dinheiro e livros que o *Boletim* havia entretanto aberto e ainda de uma parte restrita do orçamento da instituição que fora canalizado para custear as obras de adaptação do edifício para sala de leitura<sup>496</sup>. Nos anos posteriores, a Biblioteca da Agência Geral das Colónias iria confirmar as expectativas que os seus responsáveis haviam posto na criação deste organismo e na ajuda que o mesmo prestaria a futuros candidatos a iniciar vida nos trópicos como factor de propaganda e de instrução colonial que os livros, jornais, revistas, e outras publicações dispostas nas suas estantes transmitiam aos seus frequentadores. Iria ser também importante para fazer passar a mensagem de que Portugal necessitava do seu Império, não só para sobreviver economicamente, mas também para reforçar os seus direitos históricos sobre estas regiões ultramarinas junto de outras potências colonizadoras. A comprovar a importância que a problemática colonial tinha junto dos portugueses da Metrópole estava o facto de no decorrer dos anos seguintes os leitores terem aumentado significativamente, verificando-se que em apenas quatro anos a sua frequência tivesse progredido para um número dezoito vezes maior relativamente ao número inicial de frequentadores<sup>497</sup>. (**Ver Gráfico 1**).

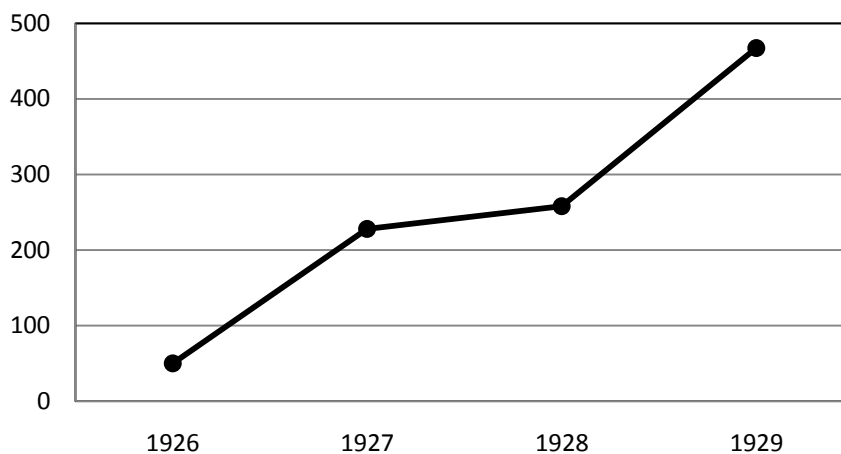
---

<sup>495</sup> Vide «Serviços da Agência Geral das Colónias – Biblioteca e Sala de Leitura», *Idem, Boletim da...*, Ano II, Maio de 1926, n.º 11, pp. 158-167, especialmente pp. 158-159.

<sup>496</sup> Vide «A Biblioteca da Agência (Achegas para a sua breve história) – I - O 1.º ano (1926)» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI, n.º 305, Novembro de 1950, pp. 165-179, especialmente pp. 165-168.

<sup>497</sup> Vide «A Biblioteca da Agência (Achegas para a sua breve história) – II - 1927-1930», *Idem, Boletim Geral das...*, Ano XXVI – n.º 306, Dezembro de 1950, pp. 199-213, especialmente p. 202.

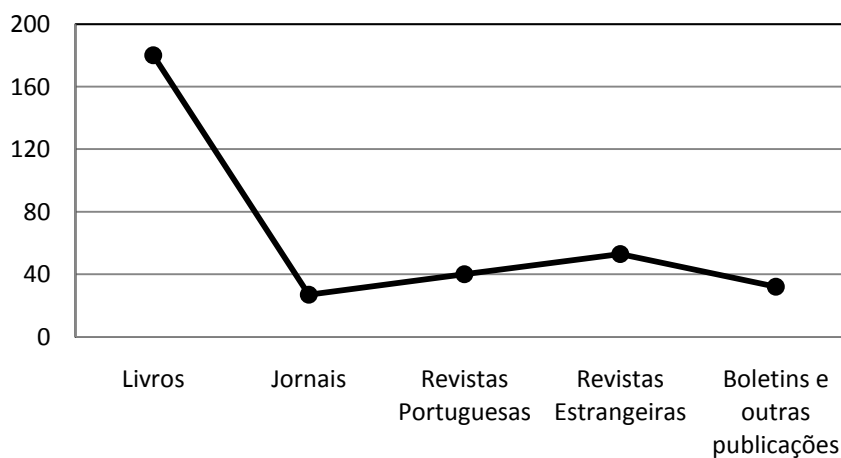
**Gráfico 1: Número de leitores que frequentaram a Biblioteca da Agência Geral das Colónias entre 1926 e 1930.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Ainda, no ano de 1930, esta Biblioteca já aparecia no *Catálogo das Revistas Estrangeiras recebidas nas principais Bibliotecas de Lisboa* sob o patrocínio da Biblioteca Nacional e, segundo, o movimento bibliográfico desse ano tinham, entrado entre outras, 180 obras (11 sobre administração, 5 de bibliografia, 4 de cartografia, 18 de estatística, 2 de etnologia e etnografia, 5 de geografia, 12 de história, 17 de política colonial, 12 de propaganda colonial, e 152 periódicos e outras publicações (**Ver Gráfico 2**).

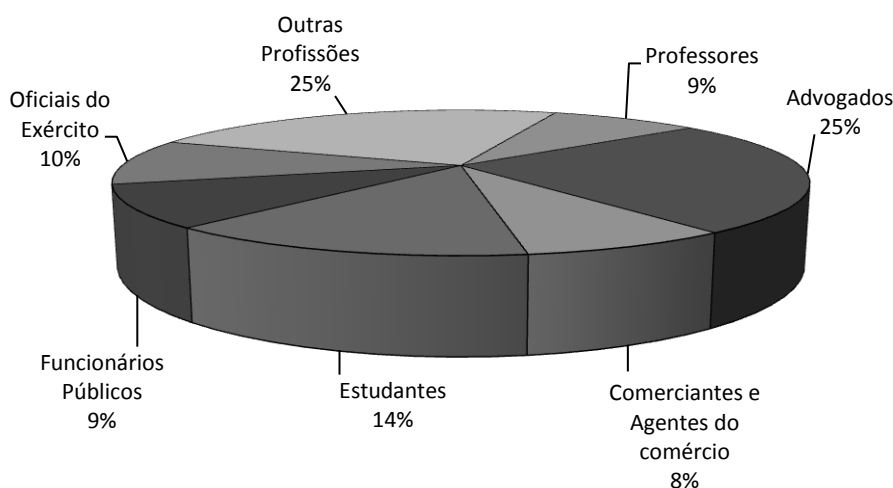
**Gráfico 2: Movimento bibliográfico da Biblioteca da Agência Geral das Colónias no ano de 1930.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Quanto à caracterização dos estratos socioprofissionais dos leitores que visitaram esta biblioteca colonial em 1930, de salientar que desse número de quase nove centenas (880) sobressaíam os advogados (224), logo seguidos pelos estudantes (123), oficiais do Exército (89), funcionários públicos (82), professores (76), comerciantes e agentes do comércio (70)<sup>498</sup> (**Ver Gráfico 3**).

**Gráfico 3: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos leitores da Biblioteca da Agência Geral das Colónias no ano de 1930.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Dois anos depois, em 1932, dois acontecimentos de destaque ocorreriam internamente na Agência e que posteriormente teriam repercussões na «Biblioteca» e no «Serviço de Publicações» desta instituição e que foram a nomeação do novo Agente-Geral das Colónias, Júlio Garcez de Lencastre, e a remodelação dos serviços da Agência preconizada pelo ministro das Colónias, Armindo Monteiro. Com a nova legislação que entretanto fizera promulgar este ministro, cortavam-se assim as «amarras» da vigência republicana neste departamento do seu Ministério e, ao mesmo tempo, encetava-se uma nova era que consagraria uma outra filosofia política muito mais centralizadora para o

<sup>498</sup> Vide «A Biblioteca da Agência (achegas para a sua breve história) – III – Os últimos 19 anos (até 1949)», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXVI – n.º 307, Janeiro de 1951, pp. 207-218, especialmente p. 207.

governo das possessões ultramarinas. A fundamentação legal para esta reestruturação fora concretizada pela publicação de dois decretos, respectivamente o Decreto n.º 21.001, de 14 de Março e n.º 21.988, de 15 de Dezembro de 1932<sup>499</sup>. Deste modo, no que se referia ao primeiro documento este atribuía à «Divisão do Boletim Geral das Colónias e da Biblioteca» a competência de «organização», «conservação» e «alargamento» deste equipamento cultural. No decreto posterior foram introduzidas alterações nalguns serviços desta instituição, nomeadamente na divisão que agora estamos analisando, mantendo-se uma das normas que era a de um dos redactores do *Boletim* acumular ao mesmo tempo as funções de bibliotecário, constituindo esta medida uma forma de o mesmo funcionário poder fazer a «ponte» entre o que se escrevia e o que se lia na Agência sobre tudo o que dizia respeito ao imperialismo português e aos seus concorrentes mais directos.

De acordo com um relatório apresentado pelo responsável da Agência, Garcez de Lencastre, ao ministro das Colónias, no princípio do ano de 1933, este militar analisava alguns dos aspectos mais importantes que a «Divisão de Publicações» havia promovido no início da década de trinta, no concernente à divulgação do património ultramarino. Assim, o *Boletim Geral das Colónias* que se vinha publicando mensalmente desde Julho de 1925, no dizer do relator melhorara o conteúdo dos seus artigos com a introdução de duas novas rubricas, respectivamente as secções de «Crónica Colonial» e da «Vida Ultramarina», novas matérias que foram autorizadas por despacho ministerial e que começaram a ser publicadas a partir do n.º 91, de Janeiro de 1933. A saída do periódico também se fazia obrigatoriamente a partir do primeiro dia de cada mês, determinação que por motivos logísticos da produção dos números especiais dedicados à viagem do ministro Monteiro às colónias só seria cumprido *ad littera* a partir do n.º 94, de Maio de 1933. Ainda, por questões económicas e por proposta do primeiro Agente Armando Cortesão, feita a 14 de Junho de 1930, o número de Agosto, que coincidia com o período de férias da maior parte dos funcionários da Agência, passava a sair só em Setembro<sup>500</sup>.

Quanto ao outro vector desta «Quarta Divisão», as «Publicações», de salientar que o relatório de 1933 de Garcez de Lencastre referia que para além do *Boletim*, esta divisão passara também a publicar uma «Colecção de Relatórios, Estudos e Documentos Coloniais», designadamente sobre os caminhos-de-ferro de Angola e Moçambique, os serviços de assistência ao indígena (ano de 1930), e ainda sobre os serviços florestais (ano

<sup>499</sup> Vide «Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca» in *Boletim Geral das...*, Ano IX, Novembro de 1933, n.º 101, pp. 3-23, especialmente p. 18.

<sup>500</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 18-19.



de 1932). No respeitante à «Colecção de Legislação Colonial» até ao início dos anos trinta, a Agência já tinha imprimido mais de 1.120 páginas<sup>501</sup>, o que comprovava o manancial de informação que este departamento tinha posto ao alcance dos cidadãos da Metrópole e das Colónias sobre toda a documentação que regulava o funcionamento das principais instituições de Além-Mar. Segundo Lencastre, este serviço fora o que até ao momento tinha dado mais trabalho a esta Divisão, embora o Agente Geral das Colónias não o dissesse da forma mais explícita, afirmando que a Agência teve de lutar contra muita «resistência passiva» que vinha do próprio Ministério, que, até Fevereiro de 1933, se vinha responsabilizando pela divulgação e guarda desta documentação. Muito embora o decreto que tinha passado a responsabilidade pela gestão e tratamento desta «Colecção de Legislação Colonial» para a Agência Geral das Colónias tivesse apenas saído a 15 de Dezembro de 1932, e algumas das rectificações em Janeiro de 1933, impossibilitando o cumprimento do 1.º parágrafo, do artigo 47.º, do Decreto n.º 21.988<sup>502</sup>.

Na mesma altura, por instância do ministro das Colónias, determinara-se que depois da realização da Conferência Imperial se deveria publicar um *Manual de Legislação Financeira*, para após a consulta dos governadores de cada uma das possessões se fazer a edição deste instrumento de trabalho muito útil para a gestão dos chefes de postos e administradores de circunscrições, de acordo com o artigo 48.º, do referido Decreto acima referenciado<sup>503</sup>. A 26 de Janeiro de 1934, o Governo do Estado Novo fazia publicar o Decreto-Lei n.º 23.513 que extinguiu a «Colecção Legislação Colonial», repositório segundo o que se afirmava no preâmbulo deste Decreto, de «coisas já mortas», para surgir em sua substituição o *Boletim da Legislação Ultramarina*, que pretendia acompanhar mensalmente o que se publicava sobre Direito nas possessões portuguesas, permitindo que numa só publicação se pudessem consultar os diplomas que interessavam ao Império. Este diploma continha sete artigos, nos quais eram referidos os pressupostos a que deveriam obedecer a publicação desta colectânea de leis. Assim, o artigo primeiro referia-se à denominação e os seguintes à publicação e às verbas necessárias para a concretização deste projecto editorial que tanta conveniência traria aos investidores, proprietários e administradores da causa colonial. De referir que com a promulgação deste Decreto cessava, a partir de 1 de Janeiro de 1934, a publicação desta «Colecção» de documentação

---

<sup>501</sup> Vide «Como funciona a Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano X, Janeiro de 1934, n.º 103, pp. 136-138, especialmente p. 138.

<sup>502</sup> Vide «Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca», *op. cit.*, Novembro de 1933, n.º 101, pp. 18-23, especialmente p. 20.

<sup>503</sup> *Idem, Ibidem*, p. 20.

colonial, devendo a Agência providenciar para que se procedesse à rápida impressão dos volumes em falta, para que a colecção ficasse completa, nos termos do que vinha referido no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21.988<sup>504</sup>.

No artigo segundo, era também enunciado o modo como deveria sair o *Boletim da Legislação Ultramarina*. Para além de ser editado em números, a sua publicação far-se-ia em duas séries, sendo que na «primeira» se inseririam todos os diplomas publicados pelo ministério das Colónias e todos aqueles que, embora publicados por outros Ministérios, tivessem sido mandados aplicar às possessões coloniais; na segunda série o *Boletim da Legislação* referia-se à legislação publicada na primeira série dos *Boletins Oficiais* de todo o Império português, de acordo com a «ordem» geográfica de cada uma das colónias. Para que este desiderato se concretizasse haveria necessidade, de acordo com o sétimo e último artigo deste Decreto, de Janeiro de 1934 (Decreto-Lei n.º 23.513), que as Imprensas Nacionais de cada uma das possessões enviassem, pela via mais rápida, de cada número do *Boletim Oficial* que publicassem, dois exemplares para a Agência Geral das Colónias, para serem inseridos na referida compilação que ao centralizar numa só publicação toda a legislação das possessões, acabaria por ser uma «ferramenta» da máxima utilidade para a administração de Portugal nessas paragens coloniais<sup>505</sup>.

No ano de 1934, a Agência Geral das Colónias procedera à publicação de uma série de folhetos ilustrados de propaganda, intitulados *Padrões do Império*, que procuravam divulgar aspectos da História Colonial, como ficara demonstrado pelas temáticas dos dois primeiros volumes entretanto editados. Assim, o n.º 1 era dedicado à comemoração da batalha de Marracuene, ocorrida a 2 de Fevereiro de 1895, quando da ocupação do sul de Moçambique e onde participaram oficiais como Aires de Ornelas, Caldas Xavier e Eduardo Costa. O n.º 2 era dedicado à evangelização por todo o território imperial e dava especial ênfase ao trabalho desenvolvido por monsenhor Keilling, nas Missões de Angola, havia trinta e nove anos<sup>506</sup>. Anos mais tarde, comprovando a sua actividade cultural, a 10 de Março de 1938, a Agência Geral das Colónias realizava uma primeira exposição bibliográfica na sala «Portugal», da Sociedade de Geografia de Lisboa, com a maior parte das obras editadas por esta instituição, nomeadamente com a colecção do *Boletim Geral*

<sup>504</sup> Vide «Boletim de Legislação Ultramarina» in *Boletim Geral das...*, Ano X, Fevereiro de 1934, n.º 104, pp. 110-111, especialmente p. 110.

<sup>505</sup> *Idem, Ibidem*, p. 111.

<sup>506</sup> Vide «Agência Geral das Colónias – a edição dos “Padrões do Império» in *Boletim Geral das...*, Ano X, Junho de 1934, n.º 108, pp. 174-176, especialmente p. 175.

*das Colónias e do Mundo Português*. Assistiram a este evento os ministros das Colónias e da Educação Nacional de então, respectivamente Vieira Machado e Carneiro Pacheco, tendo o Agente Júlio Cayolla usado da palavra para enaltecer a ajuda prestada pelo Ministério e, ainda, para realçar o papel que a instituição que dirigia tinha tido nos últimos anos para com a edição e promoção cultural do livro, quer na Metrópole, quer nas Colónias. A propósito afirmava:

No sector da cultura, pela palavra impressa, essa acção da agência assume um aspecto que pode classificar-se, com justeza, de grande actividade. Desde Julho de 1925 a Dezembro de 1927, o departamento do seu Ministério, Sr. Ministro, a que compete a missão de propaganda e cultura, editou 450 publicações, representando cerca de um milhão de exemplares. É de salientar que dessas 450 publicações, 358, com 750 mil exemplares, foram lançadas de 1933 a 1937.... É que fomos buscar ao olvido, para onde o rodar dos tempos quase as tinha lançado, obras de vultos coloniais, que, pelos seus serviços, bem merecem de Nação. Assim, de Mousinho, de Aires de Ornelas, de Luciano Cordeiro, de Eduardo Costa têm sido reeditadas as obras, algumas incluindo até inéditos, na Biblioteca Colonial Portuguesa. A colecção *Pelo Império*, largamente espalhada pelo meio escolar, recorda à mocidade de hoje o que fizeram os homens que no passado ergueram tão alto o nome de Portugal<sup>507</sup>.

Ainda, no ano de 1938, a Agência Geral das Colónias publicara em dois volumes o *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação* que reflectia uma importante realização de propaganda desta instituição em Lisboa, no Verão de 1937, no edifício do parque Eduardo VII, e que tinha sido a Exposição Histórica da Ocupação. Numa edição graficamente cuidada, os dois volumes publicados reproduziam com o maior rigor fotográfico e escrito as diversas exposições efectuadas e continham um conjunto de artigos dos principais nomes de cultura colonial portuguesa, entre os quais se contavam personalidades como Aires Kopke, Amadeu Cunha, António Baião, Conde de Penha Garcia, Dimas de Aguiar, Fontoura da Costa, Gago Coutinho, Gastão de Sousa Dias, Henrique Mantero, João de Castro Osório, Júlio Cayolla, Luiz de Montalvor, Luiz de Pina, Manuel Múrias, Marcello Caetano, Pedro Batalha Reis, Santa Rita, Serafim Leite, Teixeira Botelho. Nesta obra, o ministro Vieira Machado introduziu o tema, com um artigo de abertura, em que destacava o papel duplo que este Catálogo deveria ter, não só como guia explicativo de quem visitou a Exposição, mas também como «orientador» futuro daquilo que os portugueses fizeram no Ultramar, para desta forma anunciar que «...a gloriosa actividade nacional, nos últimos

---

<sup>507</sup> Júlio Cayolla, «Exposição Bibliográfica da Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XIV, Abril de 1938, n.º 154, pp. 134-142, especialmente pp. 135-138.

cem anos, não é esporádica – porque constitui a lógica sequência da vocação irresistível da Grei»<sup>508</sup>.

Mas, o período de «ouro» das publicações da Agência Geral das Colónias surgiria logo após a nota oficiosa do presidente do Conselho, Oliveira Salazar, a 27 de Março de 1938, quando anunciou ao país a realização das «Comemorações Centenárias», efeméride que pretendia celebrar, com pompa e solenidade, no ano de 1940, dois acontecimentos de real importância para o regime da ditadura corporativa: a «Fundação» e a «Restauração» de Portugal. Associando-se a este evento, a Agência Geral das Colónias resolvera, com a anuência do respectivo Ministério, encetar a publicação de um ciclo de obras relacionadas com os diversos períodos da História de Portugal, nomeadamente com os ciclos das «Descobertas e Navegações», da «Restauração», da «Ocupação», da «Propagação da Fé». No caso do ciclo das «Navegações e Descobrimientos» publicaram-se, com a chancela desta instituição, dezassete obras de considerados autores da época, a maior parte delas com prefácio e notas de A. Fontoura da Costa, estudioso desta época da Expansão Ultramarina.

Para um melhor conhecimento do papel que a Agência Geral das Colónias tivera na divulgação deste período da história pátria, passaremos a reproduzir os títulos e os autores de cada uma destas publicações: *Álbuns das Tavoas* (contém a reprodução das quinze «tavoas» do códice do Museu Britânico e a preto a das sete do manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris), com desenhos do Prof. Diogo Kopke, (1843); *A Marinharia dos Descobrimientos*, por A. Fontoura da Costa; *Arte de Navegar*, pelo padre Cristóvão Bruno, (1628); *Bibliografia Náutica Portuguesa até 1700*, por A. Fontoura da Costa; *Cartas das Ilhas de Cabo Verde*, de Valentim Fernandes, (1506-1508), por A. Fontoura da Costa; *Livro da Marinharia*, de Bernardo Fernandes, (1548), com prefácio e notas de A. Fontoura da Costa; *Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*; *Prática da Arte de Navegar*, por Luís Serrão Pimentel, (século XVII), com prefácio de A. Fontoura da Costa; *Relação verdadeira dos trabalhos que o governador D. Fernando do Souto e certos fidalgos portugueses passaram no descobrimento da Florida*, prefaciada e anotada por F. Gavazzo Perry Vidal; *Roteiro da África do Sul e Sueste desde o Cabo da Boa Esperança até ao das Correntes*, (1576), por M. Mesquita Perestrelo, com prefácio e notas de A. Fontoura da Costa; *Roteiro da Navegação e Carreira da Índia*, por Gaspar Ferreira Reimão, (Séc. XVII), com prefácio de

<sup>508</sup> Vide «Bibliografia – Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação» in *Boletim Geral das...*, Ano XIV, Julho de 1938, n.º 157, pp. 181-182, especialmente p. 181.

A. Fontoura da Costa; *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, por Álvaro Velho, com prefácio, notas e anexos de A. Fontoura da Costa; *Roteiros de D. João de Castro*, com prefácio e anotações de A. Fontoura da Costa; *Roteiros Portugueses inéditos, da Carreira da Índia*, prefaciados e anotados por A. Fontoura da Costa; *Tratado da Sphaera por perguntas e respostas*, por D. João de Castro, prefácio e notas de A. Fontoura da Costa; *Uma carta náutica portuguesa, anónima, de cerca de 1471*; *Vida de D. João de Castro*, por Jacinto Freire de Andrada<sup>509</sup>.

Quanto aos outros ciclos, de referir que, à semelhança do período dos «Descobrimentos», também o da «Restauração» por causa da comemoração destas duas datas pelo Estado Novo, merecera da parte da Agência Geral das Colónias uma atenção especial tendo-se publicado, no ano de 1940, onze obras sobre este período, que passaremos a enunciar: *Francisco Barreto, restaurador de Pernambuco*, por Pedro Calmon; *Henrique Dias*, por Frazão de Vasconcelos; *História Geral das Guerras Angolanas*, por António de Oliveira de Cadornega (1680), anotada e corrigida por José Matias Delgado; *Luiz Barbalho*, por Bernardino José de Sousa; *Martim Soares Moreno*, por Afrânio Peixoto; *O período da Restauração nos mares da Metrópole, no Brasil e em Angola*, pelo vice-almirante A. Botelho de Sousa; *O período da Restauração na Índia*, pelo vice-almirante A. Botelho de Sousa; *Padre António Vieira*, selecção, ordenação, prefácios e notas por Hernâni Cidade; *Padre Coelho de Sousa*, por Gustavo Barroso; *Salvador Correia de Sá e Benevides*, por Clado Ribeiro de Lessa; *Subsídios para a história das guerras da Restauração no mar e no além-mar*, pelo vice-almirante A. Botelho de Sousa<sup>510</sup>.

Relativamente aos outros períodos, a edição de livros por parte da Agência nestas Comemorações vai diminuindo como comprovavam as edições da «Ocupação» e da «Propagação da Fé» que no conjunto apenas se limitavam a sete, sendo três para os primeiros destes ciclos: *A engenharia portuguesa na moderna obra da Colonização*, por A. Lopes Galvão; *Alguns aspectos da viagem Presidencial* (Cinco álbuns, desdobrados em dois tomos, da cobertura fotográfica da visita do presidente da República, Óscar Fragoso Carmona, às colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola, durante os meses de Julho e Agosto de 1938); *Angola, apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*, por Alfredo Felner (obra póstuma), com prefácio de Gastão de Sousa Dias; e

<sup>509</sup> Vide «Ciclo das Navegações e Descobrimentos» in *Contribuição Cultural da Agência Geral das Colónias nas Comemorações Centenárias – Notas Bibliográficas*, Lisboa, Editorial Ática, 1941, pp. 3-24.

<sup>510</sup> Vide «Ciclo da Restauração», *Ibidem*, pp. 25-34.

quatro para o segundo destes ciclos: *D. Marcos Teixeira, quinto bispo do Brasil*, por Wanderley Pinho; *Luiz Figueira, sua vida heróica e a sua obra literária*, por Serafim Leite; *O Beato João de Brito*, por F. Gavazzo Perry Vidal; *O Padroado Português do Oriente*, (esboço histórico), por António da Silva Rego<sup>511</sup>.

A Agência Geral das Colónias terminava a sua contribuição bibliográfica nestas comemorações com a publicação de um leque variado de sete obras que tinham a ver com romance histórico, poesia e estudos biográficos de algumas personalidades que foram importantes para a história da Metrópole e do seu Império Colonial. A título de exemplo poderemos referir as obras que a instituição decidira colocar no ciclo «Vária», pela sua diversidade temática e narrativa: *A Senhora de Pangim*, romance histórico por Gustavo Barroso; *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrada*, prefácio e notas de Gervásio Leite; *Manuel Cerveira Pereira*, por Gastão de Sousa Dias; *Mensagem*, poema de Fernando Pessoa; *Nuno Álvares Botelho*, prefácio e notas por A. Botelho de Sousa; *Nuno Álvares Botelho*, resumo do estudo anterior, também por A. Botelho de Sousa; *Rui Freire de Andrada*, por Gervásio Leite<sup>512</sup>. De realçar que, neste rol de publicações, estava o livro de Fernando Pessoa, *Mensagem*, que no ano de 1934 ganhara *ex-aequo* com Vasco Reis o prémio de poesia Antero Quental, do Secretariado de Propaganda Nacional<sup>513</sup>, pelo significado poético e nacionalista da obra que já na altura era um marco de modernidade literária. Desta forma, o júri de poesia do Secretariado de Propaganda Nacional anteviu nesta epopeia em versos o cumprimento de um destino universal para Portugal, através da acção de grandes homens (heróis, poetas e santos), que ainda não se tinha realizado completamente. Daí o tom profético da obra, que procurava nos «domínios obscuros do Tempo» uma grande realização colectiva, que não era mais do que a recomposição do seu domínio colonial e imperial.

Segundo o Agente-Geral Cayolla, na altura em que se promovera este catálogo bibliográfico de edições tinha havido uma plêiade de colaboradores, portugueses e brasileiros, que sustentaram, com os seus conhecimentos científicos e culturais, a edição monumental destas obras, que contribuiram para que o regime do Estado Novo pudesse, numa altura crítica para a Europa e para o Mundo, que Portugal mostrasse e trouxesse a público originais e trabalhos de investigação sobre duas épocas marcantes para a ideologia

<sup>511</sup> Vide «Ciclos da Ocupação e da Propagação da Fé», *Ibidem*, pp. 35-45.

<sup>512</sup> Vide «Ciclo Vária», *Ibidem*, pp. 47-53.

<sup>513</sup> Jorge Ramos do Ó, «Prémios Literários (SPN/SNI)» in *Dicionário de História do Estado Novo*, Direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp.790-792, especialmente p. 791.

oficial do regime: o início da nacionalidade e o retomar da dinastia brigantina sobre os destinos da Metrópole e do seu Império Colonial. Relativamente à colaboração nacional, Cayolla destacava o trabalho hercúleo do comandante Fontoura da Costa, que prefaciou e anotou a maior parte das obras editadas no ciclo das «Navegações e Descobrimientos» e que ao finalizar a revisão das últimas provas de um dos roteiros a que coubera a apresentação, acabaria por morrer, fechando os seus olhos «naquela tebaida de S. Pedro do Estoril, onde vivia e estudava, aberta toda às aragens, à vista do mar seu íntimo»<sup>514</sup>. Para além de Fontoura da Costa, tinham-se distinguido ainda, entre outros colaboradores na edição dos «Centenários» os investigadores A. Botelho de Sousa, A. Lopes Galvão, António Baião, Hernâni Cidade, Manuel Múrias, Frazão de Vasconcelos, Serafim Leite, Silva Rego e Sousa Dias.

No respeitante aos colaboradores brasileiros representados no catálogo bibliográfico do «jubileu» da Nacionalidade, de destacar a participação dos académicos de Letras Afrânio Peixoto e Pedro Calmon. Relativamente a Peixoto, este intelectual construía para uma das obras da Agência a figura de Martins Soares Moreno, pioneiro da civilização lusa naquelas paragens americanas (fundador do Ceará, iniciador do Maranhão e do Pará e herói da Restauração do Brasil, contra franceses e holandeses), enquanto Calmon, como historiador, tecia as rédeas da governação de Francisco Barreto na restauração do Império Colonial de Lisboa contra os holandeses usurpadores, em territórios pernambucanos do Brasil. Quanto aos outros dois brasileiros presentes na edição do ciclo da «Restauração», de destacar a biografia gizada por Gustavo Barroso para a figura de Pêro Coelho de Sousa, na ocupação da Paraíba, e o magistério episcopal do quinto bispo do Brasil, D. Marcos Teixeira, desenhado por Wanderley Pinho, particularmente no processo de reconquista da região da Baía aos holandeses. Em carta datada de Março de 1939, para o Agente Geral das Colónias, o historiador brasileiro Pedro Calmon referia-se ao evento nacionalista da antiga pátria-mãe, com palavras elogiosas pela publicitação de obras raras, que o intelectual americano definia como «preciosidades bibliográficas». A propósito salientava:

(...) Realmente, divulgar os documentos palpitantes que revelam a intensidade da colonização e a inteligência organizadora de Portugal outrora e hoje, é chamar a atenção dos povos para a superioridade dos métodos coloniais e definir os indiscutíveis direitos portugueses sobre esses climas ásperos, onde floresce, em circunstâncias de notável lucidez administrativa, um Império balizado pelo heroísmo da nossa raça<sup>515</sup>.

---

<sup>514</sup> Júlio Cayolla, «Obras Comemorativas dos Centenários...», *op. cit.*, p. 8.

<sup>515</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 10.

Ainda integrado no ciclo comemoracionista de 1940, a Agência Geral das Colónias, por pertencer à Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários, continuava a publicar livros relacionados com o mesmo acontecimento nacionalista, como testemunhava o diário lisboeta *O Século* que, a 7 de Abril de 1940, fazia eco de mais algumas edições recentemente saídas patrocinadas pela instituição alvo deste nosso estudo, nomeadamente uma obra de grande projecção com mais de quinhentas páginas, com uma introdução de Manuel Múrias, intitulada *A Restauração e o Império Colonial Português*<sup>516</sup>, que procurava estudar as consequências da união ibérica, de Portugal com a Espanha, e os efeitos que a mesma ligação produzira na decadência imperial de Lisboa. Nesta volumosa obra participaram várias personalidades da intelectualidade e da ciência colonial, que passaremos de seguida a destacar, com as respectivas obras: *Consequências imediatas da união com a Espanha na decadência do Império Colonial Português*, de Manuel Múrias; *O Império Português na hora da Restauração*, de Damião Peres; *A Reconquista do Império – Brasil*, de Hélio Viana e Pedro Calmon; *A Reconquista do Império – África*, de Leite de Magalhães, Gastão de Sousa Dias e Teixeira Botelho; *A Reconquista do Império do Oriente*, de Ferreira Martins; *Vinte Anos de Batalhas*, de Gastão de Melo Matos<sup>517</sup>.

Em 1943, a Agência Geral das Colónias publicava um *Catálogo Bibliográfico*<sup>518</sup>, tendo sido a sua elaboração entregue ao chefe da Divisão de Publicações e Biblioteca, o jornalista Amadeu Cunha. A publicação deste objecto cultural tornara-se de consulta imprescindível para qualquer interessado e estudioso das questões coloniais, mormente porque trazia a relação de todas as obras publicadas pela Agência ao longo dos seus dezoito anos de historial e através das suas diversas «bibliotecas», «catálogos», «ciclos», «clássicos da Expansão», «coleções de Legislação, Relatórios, Estudos e Documentos Coloniais», «colectânea “Pelo Império”», «comissariados de Exposições», «conferências de Governadores e Alta Cultura Colonial», «separatas e temas Lusíadas». Na «Nota Prévia» desta obra, o responsável pela mesma, Júlio Cayolla, afirmava que a instituição criada na «hora própria» para o desenvolvimento da «cultura colonial» em Portugal

<sup>516</sup> Vide «Obras do Ciclo dos Centenários da Agência Geral das Colónias» in jornal *O Século*, de 7 de Abril de 1940.

<sup>517</sup> Vide «A Restauração e o Império Colonial Português» in *Contribuição Cultural da Agência Geral das...*, pp. 27-28.

<sup>518</sup> Vide *Catálogo Bibliográfico da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, Editorial Ática, 1943, 394 pp.



mostrava já um avanço «considerável» nessa pretensão, pelo que o reflexo disso era o aparecimento deste catálogo com todas as edições produzidas até ao momento, pela instituição de propaganda que dirigia. Assim, depois de enumerar as diversas colecções entretanto produzidas, Cayolla concluía a sua apresentação com palavras que menosprezavam o carácter pragmático de consulta, a favor da obra de divulgação do livro pela Agência, sobretudo no ano de 1940, «ano áureo» dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal. A propósito, asseverava que «o presente catálogo, isento de todo o interesse utilitário, não é nem quer ser mais que o apontamento da actividade bibliográfica da Agência Geral das Colónias, – actividade de propaganda e cultura por meio da diversidade das suas publicações»<sup>519</sup>.

Relativamente à «Política Imperial», este catálogo inseria 27 títulos sobre assuntos tão diversos como estes: *Alguns Aspectos da Viagem Presidencial às Colónias*, 5 volumes, 1940; *Alguns Discursos Proferidos em África*, Francisco Machado, 1943; *Alta Cultura Colonial*, 1936; *Conferência dos Governadores Coloniais*, 1934; *Cultura Colonial*, João de Castro Osório, volume II, 1938; *Discursos*, António de Oliveira Salazar, 1933; *Discursos*, Armindo Monteiro, 1933; *Discursos*, Francisco Vieira Machado, 1936; *Discursos*, Francisco Vieira Machado, 1936; *Discursos*, Francisco Vieira Machado, 1937; *Império (O) Colonial Português*, 1942; *Império (O), Factor de Civilização*, Alfredo Pimenta, 1936; *Império (O) na Política Económica Nacional*, António de Oliveira Salazar, 1936; *Liga Portuguesa do Império*, Armando de Matos, 1938; *Mentalidade (A) Imperial através da Expansão Portuguesa no Mundo* – Conde de Campo Belo, 1938; *Obra (A) Colonial do Estado Novo*, 1942; *Padrão de Soberania*, José Augusto, 1939; *Para uma Política Imperial*, Armindo Monteiro, 1933; *Prefácio ao Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, José Francisco Vieira Machado, 1937; *Política Colonial Portuguesa no Passado e no Presente*, António de Almeida, 1940; *Projecto de Carta Orgânica do Império Colonial Português*, 1930; *Rumo do Império* – Eduardo Metzner Leone, 1938; *Sentido (O) do Imperialismo Português*, Marinho da Silva, 1942 (n.ºs 85 e 86 da Colecção «Pelo Império»); *Terras Gloriosas do Império* – Eduardo dos Santos, 1940; *Tradição (A) Colonial e a Política do Império*, Agostinho de Campos, 1936; *Viagem Presidencial às Colónias Portuguesas de África e à União Sul-Africana*, Luís Moreira de Almeida, 1939<sup>520</sup>.

<sup>519</sup> Vide «Nota Prévia», *Ibidem*, pp. 5-6, especialmente p. 6.

<sup>520</sup> Vide «Política Imperial», *Ibidem*, pp. 219-233.

Um outro aspecto importante que este catálogo bibliográfico de 1943 trazia era a lista de periódicos patrocinados pela Agência que nesta altura se cifrava já em cinco publicações, a saber: *Anuário do Império Colonial Português*; *Boletim de Legislação Ultramarina Portuguesa*; *Boletim Geral das Colónias*; *Índice do Boletim Geral das Colónias*; *O Mundo Português*<sup>521</sup>. Em relação ao *Anuário*, este periódico começou a publicar-se em 1935, a partir da promulgação do Decreto n.º 21.988, de 15 de Dezembro de 1932. Como se poderá constatar, esta publicação demorou mais de dois anos para passar da fundamentação legislativa para os prelos tipográficos, o que se ficaria a dever à quantidade de informações de natureza administrativa, agrícola, comercial e industrial que era preciso recolher e tratar e para a qual a Agência nos primeiros anos tivera dificuldade de arranjar pessoal especializado e competente. Quanto à publicação da legislação ultramarina instituída pelo Decreto n.º 23:513, de 26 de Janeiro de 1934, já anteriormente analisado, de salientar apenas que o *Boletim Geral das Colónias* que se encarregava desta publicação o fazia duplamente para a legislação publicada na Metrópole, pelo *Diário do Governo*, e para a legislação publicada no Ultramar, pelos *Boletins Oficiais* de cada uma das colónias<sup>522</sup>.

No que respeitava aos grandes periódicos da Agência Geral das Colónias, o *Boletim Geral das Colónias* e *O Mundo Português*, de salientar que relativamente ao primeiro nos referiremos circunstancialmente num capítulo específico sobre o seu historial, embora não deixemos nesta análise sobre as publicações da Agência de lembrar a importância que teve, a partir de 1930, a edição dos primeiros índices deste periódico que fizera uma trajectória existencial de publicar mensal e ininterruptamente, durante quarenta e quatro anos, uma revista desde o segundo semestre de 1925, até ao final do primeiro semestre de 1970, num total de 535 volumes. De modo que, para os estudiosos, investigadores e interessados pelos assuntos e temáticas coloniais, estes índices constituíram um precioso instrumento de trabalho que a Agência pusera ao dispor dos seus leitores para, com economia de tempo e eficiência, poderem ter acesso rápido aos artigos, entrevistas, informações e demais colaborações publicadas pelo *Boletim* ao longo dos primeiros números. Na realidade, só a partir de 1930 se publicara o primeiro índice do periódico, quatro anos e meio sobre o

<sup>521</sup> Vide «Publicações Periódicas» in *Catálogo Bibliográfico da...*, pp. 238-240, especialmente p. 238.

<sup>522</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 238.

aparecimento do primeiro número, cuja publicação ocorrera em Julho de 1925, tendo a listagem de artigos ido apenas até ao n.º 60, isto é, até ao mês de Junho de 1930<sup>523</sup>.

Era um opúsculo pequeno, com pouco mais de cinquenta páginas, em que os artigos publicados pelo periódico se encontravam divididos por «assuntos» e «autores», com a indicação do número do *Boletim* e respectiva página. Exemplificando o que foi dito, poderemos utilizar o artigo de Alfredo Augusto Lisboa de Lima, que logo no n.º 1, de Julho de 1925, escreveu um artigo de doze páginas sobre o «Caminho de Ferro da Suazilândia». Assim, neste índice aparecia no capítulo dos assuntos «CAMINHOS-DE-FERRO», em letras mais pequenas «Suazilândia» e logo a seguir «Bol.- 1- Pág. 13», enquanto no capítulo dos autores aparecia «LIMA (Alfredo Augusto Lisboa de)», em caracteres mais pequenos «caminhos-de-ferro da Suazilândia», vindo logo a seguir «Bol.- 1- Pág. 13»<sup>524</sup>. Em 1942, a «Divisão de Publicações e Biblioteca», publicaria um índice mais amplo, compreendido entre os n.ºs 1 a 200, um volume composto nos «Ateliers» Gráficos da Livraria Bertrand e Irmãos, Lda., com 630 páginas de listagens remissivas por «autores» e «assuntos», tendo a Agência até ao ano de 1946 publicado mais três opúsculos referentes, respectivamente, aos n.ºs 201 a 212, 213 a 224, e 225 a 236<sup>525</sup>. Mais tarde, em 1951, eram publicados novos índices, um restrito, que ia do n.º 237 a 306, e, outro que, completando os anteriores, ia do n.º 1 até ao n.º 306, Dezembro de 1950<sup>526</sup>.

A publicação destes índices reunia assim, nas melhores condições de consulta, um conjunto muito vasto de referências, desde estudos, artigos, noticiário, até transcrições da imprensa portuguesa e estrangeira, que permitiria com segurança e objectividade fazer a reconstituição de muitas das ideias e factos acontecidos no Império Colonial, a partir do segundo quartel do século passado. Quanto ao outro periódico da Agência Geral das Colónias, *O Mundo Português (Revista de Cultura e Propaganda, Arte e Literatura Coloniais)* era uma revista de «artes e letras» coloniais que se destinava a um auditório mais jovem e que se começara a publicar, em conjunto, com o Secretariado da Propaganda Nacional, a partir de Janeiro de 1934, sob a direcção de Augusto Cunha, tendo o primeiro

<sup>523</sup> Vide *Índice do Boletim Geral das Colónias – N.ºs 1 a 60*, Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1930.

<sup>524</sup> Vide «Lima (Alfredo Augusto Lisboa de)» e «Caminho-de-Ferro» in *Índice do Boletim Geral das Colónias – N.ºs 1 a 200*, Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1942, respectivamente p. 106 e p. 283.

<sup>525</sup> Vide *Índices do Boletim Geral das Colónias – N.ºs 201 a 212 e 212 a 224*, Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1946. Também, «Didascálicos» in *Catálogo das Publicações*, Lisboa, Gráfica Portuguesa, Lda., 1966, pp. 211-249, especialmente p. 228.

<sup>526</sup> Vide «Da Bibliografia Ultramarina – Bibliografias, Catálogos, Índices» in *Catálogos das Edições da Agência Geral do Ultramar*, Lisboa, Tipografia Silvas, Lda., 1956, pp. 19-20, especialmente p. 19. Também, *Catálogo das Publicações...*, 1966, p. 229.

número aparecido em 1934, em Lisboa<sup>527</sup>, e o último desta 1.ª série em 1945, tendo-se publicado neste período cento e trinta e dois números. Mais tarde, numa 2.ª série, entre 1946-1947, *O Mundo Português* surgia como *Revista de Actualidades do Império*, e editara apenas oito números.

Relativamente ao primeiro número desta primeira série, aparecia com uma cuidada apresentação que começava logo pela capa, que se inspirava no desenho geometrizado de velhas cartas geográficas e se estendia também às vinhetas e aos *hors-texte* que decoravam os diversos trabalhos literários aí publicados, em que as fotogravuras, em papel de excelência, revelavam pormenores originais de alguns exemplos de arte indígena. Este periódico subvencionado por duas instituições de propaganda, destinava-se a ser vendido a um público selecto de admiradores e conhecedores das artes e letras, mas também era distribuído gratuitamente pelo público escolar dos Liceus, Escolas de Ensino Médio e Faculdades, como incentivo à formação de uma consciência patriótica e defensora dos ideais nacionalistas de um Portugal maior, que se deveria estender do Minho a Timor. Criada sob os auspícios do ministro das Colónias da altura, Armindo Monteiro, este governante escrevera para este primeiro número do *Mundo Português* um artigo de apresentação, pleno de ideologia, que reflectia a reorganização que o Ministério que tutelava tinha sofrido, logo após a subida ao poder de Oliveira Salazar, como presidente do Conselho, a partir de Julho de 1932. Nesta apresentação, o governante estadonovista revelava o que pretendia, desta revista e dos leitores que a iriam ler e consultar, como se poderia depreender por alguns extractos do artigo que passaremos a transcrever:

Pretende trazer à larga mocidade das nossas escolas de aquém e além-mar a certeza de que, vinda de glorioso passado, dispõe ainda dos elementos precisos para construir próspero e prestigioso destino. Quere dar-lhe a visão, o amor e o orgulho do verdadeiro Portugal – que se estende por mais de 2.100.000 quilómetros quadrados em quatro partes do Mundo e abrange mais de 15 milhões de habitantes<sup>528</sup>.

Alguns meses depois, no final do primeiro semestre de 1934, a revista que se publicava mensalmente trazia, para além de colaboração variada de nomes conceituados da intelectualidade portuguesa e de reputados oficiais que fizeram carreira nas colónias, como o de António Eça de Queirós, Carlos Parreira, Diogo de Macedo, Jaime do Inso, João de Azevedo Coutinho, João Teixeira de Vasconcelos, Manuel Kopke. Ainda um artigo do

<sup>527</sup> Vide «O Mundo Português – O sr. Ministro das Colónias apresenta-o num notável artigo às gerações novas» in *Boletim Geral das...*, Ano X, Abril de 1934, n.º 106, pp. 80-83, especialmente p. 80.

<sup>528</sup> *Idem, Ibidem*, p. 81.

director, Augusto Cunha, que se inspirava na máxima de que «a colonização portuguesa, toda a expansão lusíada através dos séculos, está cheia de grandes, de belos exemplos e de lindas histórias que é preciso contar»<sup>529</sup>. Era no seguimento deste princípio de procurar «contar» as histórias da colonização portuguesa que o seu director, sem «desfalecimentos», iria a todos os pontos do globo onde os portugueses haviam estado para reavivar e reproduzir essas histórias da «expansão lusíada», e ao mesmo tempo levantar bem alto o nome de Portugal.

Também, em nome desse ideal a Agência Geral das Colónias abriu uma nova série intitulada «Temas Lusíadas» que contava com a colaboração de escritores portugueses e brasileiros, tendo o primeiro volume saído no primeiro semestre de 1942, da autoria do director do Arquivo Histórico Colonial, Manuel Múrias, e que se intitulava *O Descobrimento do Brasil*<sup>530</sup>. Este trabalho histórico, do responsável de uma das principais instituições que guardava o espólio da presença portuguesa nos trópicos, desde o tempo do primeiro Império, procurava, em forma de síntese, realçar o esforço da saga portuguesa, desde o início da exploração do Oceano Atlântico, sob impulso do Infante D. Henrique, até à viagem que concretizou a descoberta do Brasil, por Pedro Álvares Cabral, em 1500. O mesmo Manuel Múrias proferiria anos mais tarde, no início de 1945, duas palestras na Emissora Nacional sobre a actividade da Agência Geral das Colónias, tendo tido oportunidade de fazer um balanço sobre a actividade desta, no ano de 1944. E chegava à conclusão de que, no panorama cultural português, as suas actividades não tinham rivais, principalmente porque se rodeou, no dia-a-dia, de um grupo de novos colaboradores e estudiosos, que alargaram o seu campo de acção por todo o «Mundo Português Histórico».

Entretanto, este departamento do ministério das Colónias, tendo como timoneiro Júlio Cayolla, continuava a sua actividade com surpreendente «dinamismo» e «vigor», nas palavras do director do Arquivo Histórico<sup>531</sup>, a ponto de a mesma Agência e os seus serviços de «Publicações e Biblioteca», ainda terem tido fôlego para divulgar cerca de uma dezena e meia de volumes que abrangiam o estudo de acontecimentos e personalidades ligadas à história de quase todas as possessões ultramarinas, nomeadamente com a impressão de três livros sobre Timor (*Timor de lés-a-lés*, de Armando Pinto Correia; *Solor*

<sup>529</sup> Vide «O Mundo Português» in *Boletim Geral das...*, Ano X, Junho de 1934, n.º 108, pp. 176-177, especialmente p. 176.

<sup>530</sup> Manuel Múrias, *O Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Coleção «Temas Lusíadas», 1942, 84 pp.

<sup>531</sup> Vide «A obra cultural da Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XXI, Fevereiro de 1945, n.º 236, pp. 251-257, especialmente p. 251.

e *Timor*, de Faria de Moraes; *Timor – Subsídios para a sua História*, de Gonçalo Pimenta de Castro); dois sobre o Brasil, de Afrânio Peixoto e Aureliano Leite, na série «Temas Lusíadas»; um sobre São Tomé e Príncipe, da autoria de José Brandão, relativo a um estudo da *Princesa Negra do Príncipe – Maria Correia*; um sobre Angola, da responsabilidade de Gastão de Sousa Dias, sobre a *Ocupação de Angola*; dois livros sobre a China, um de Camilo Pessanha, outro de Lia Ferreira do Amaral, sobre *O Significado do Governo de Ferreira do Amaral*; um livro sobre sobre *Mouzinho e as Guerras de Pacificação em Moçambique*, de Amadeu Cunha. A este rol de publicações, sobre figuras e factos do Ultramar, dever-se-iam ainda acrescentar mais alguns títulos dispersos como o de F.A. Oliveira Martins sobre a biografia de João Maria da Gama, *Um herói esquecido*; a colectânea de José Osório de Oliveira sobre *Literatura Africana*; a biografia de Perry Vidal sobre *O Beato João de Brito*; o livro do padre António Brásio, sobre *Os pretos em Portugal*, e o livro de Edmundo Correia Lopes, sobre o trabalho compulsivo, com o título *A Escravatura. Subsídios para a sua História*<sup>532</sup>.

Entretanto, a 15 de Junho de 1950, era publicado no *Diário do Governo* uma Portaria assinada pelo ministro das Colónias, Teófilo Duarte, que estipulava a forma como o Governo e o ministério das Colónias deveriam administrar parte do legado deixado pelo cidadão Abílio Lopes do Rego, no valor de mil contos, da sua fortuna pessoal avaliada em 41.000.000\$00, para com essa parcela de dinheiro poder incentivar o labor intelectual e minorar a vida dos mais pobres, com a ajuda em obras de assistência e caridade<sup>533</sup>. E quem era este benemérito que disponibilizava tanto dinheiro dos seus rendimentos para o patrocínio de actividades filantrópicas e de estímulo ao labor intelectual, em prol do desenvolvimento colonial? Este benfeitor era um autodidacta que com dezanove anos, no final do século XIX, foi para Angola, onde durante quarenta anos criou e dirigiu importantes firmas e empresas coloniais ligadas ao ramo da produção e refinação do açúcar, como a Companhia Agrícola do Cassequel, e empresas do ramo da comunicação social, como o jornal *A Província de Angola*, um dos mais importantes diários de África. Em testamento deixado, Lopes do Rego reafirmava os seus deveres cívicos para com a Pátria que o vira nascer e, também, para com os seus concidadãos e neste sentido fizera questão de «deixar ao meu país alguma coisa do que juntei, lembrando-me do território

<sup>532</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 251-254.

<sup>533</sup> Vide «Portaria n.º 13.195, de 18 de Maio de 1950», publicada pelo *Diário do Governo* de 15 de Junho de 1950. Também, «Informações e Notícias: Um Legado Para Estimular o Labor Intelectual» in *Boletim Geral das...*, ano XXVI – n.º 301, Julho de 1950, pp. 81-82.

português ultramarino, que generosamente me acolheu e onde ganhei a minha vida, e dos pobres e infelizes, no intuito de lhes minorar o sofrimento, o que tudo faço com o pensamento em Deus e na Pátria onde tive a fortuna de nascer»<sup>534</sup>.

E quem eram os «pobres» e «infelizes» a quem Lopes do Rego deixava parte da sua fortuna? Dos 5.000 contos deixados em testamento, o doador dotava com 500 contos o Instituto Português de Oncologia, para adquirir o primeiro laboratório de radioisótopos da Península Ibérica; 750 contos para a construção de duas escolas primárias, na região leiriense onde nasceu; igual quantia para a Casa de Repouso dos Advogados e o Asilo de D. Pedro V, em Luanda. À Academia de Ciências de Lisboa deixara a referida quantia de 1.000 contos, para que fosse instituído um prémio anual com o seu nome e se destinasse a galardoar a obra que melhor retratasse a realidade económica e cultural da vida ultramarina. Este prémio no valor de quarenta contos, o mais valioso dos criados em Portugal até a esta altura, fora atribuído, pela primeira vez, no ano de 1950. O ministério das Colónias legislara a referida portaria para corroborar as indicações do altruísta doador, determinando que as obras premiadas com o dinheiro deixado à Academia das Ciências viessem a ser publicadas pela «Colecção de Estudos Ultramarinos», da referida Academia. Era portanto a regulamentação destas últimas vontades de Lopes do Rego, relativamente ao melhor trabalho sobre a realidade ultramarina, a razão pela qual o artigo 6.º do Regulamento do «Prémio Abílio Lopes do Rego», aprovado pela Portaria n.º 13.165, de 18 de Maio de 1950, do ministério da Educação Nacional, passasse a determinar alguns pressupostos para a edição do manuscrito. Assim, se o trabalho premiado pela Academia das Ciências se encontrasse apenas dactilografado, o seu autor na altura de receber o prémio tomaria o compromisso por escrito de, no período de seis meses, fazer as diligências para efectuar a publicação do mesmo, sendo o autor no final, após a obra impressa, obrigado a entregar duzentos exemplares à referida Academia das Ciências.

Caso o trabalho galardoado já estivesse impresso, a entidade instituidora poderia no acto da entrega do prémio reivindicar uma edição especial destinada à «Colecção de Estudos Ultramarinos», da referida Academia das Ciências. Mas, apesar da publicação da obra premiada estar garantida, o ministério das Colónias decidiu «preitear a memória» deste colonialista, com a atribuição do nome «Abílio Lopes do Rego» à obra anualmente «distinguida» pela referida Academia das Ciências e, ao mesmo tempo, passar também a editar esta obra na secção de «Publicações e Biblioteca», da Agência Geral das Colónias,

---

<sup>534</sup> *Idem*, «Um Legado para Estimular...», *Ibidem*, p. 81.

de acordo com o que determinava o regulamento do acima citado prémio<sup>535</sup>. Entretanto, nos primeiros meses do ano de 1951, a Agência Geral das Colónias editaria um pequeno livro do administrador de circunscrição, em Moçambique, Manuel Dias Belchior, com prefácio do professor Marcello Caetano, intitulado *Compreendamos os Negros*<sup>536</sup>, que pela primeira vez ganharia o prémio da Academia de Ciências «Abílio Lopes do Rego», no valor de quarenta contos. A atribuição deste prémio, a um funcionário diplomado com o curso de administração da Escola Superior Colonial, fora feita por um júri de três académicos, a partir do que referiam os artigos 1.º e 2.º sobre o tipo de trabalhos, a serem apresentados a concurso, a partir do mês de Junho de cada ano, pelo período de trezentos e sessenta e cinco dias, devendo o ministério das Colónias dar conhecimento deste evento e do seu prazo a todas possessões ultramarinas. Assim, o artigo 2.º discriminava, em parágrafo único, que tipo de trabalho sobre «administração colonial» deveria ser contemplado, entendendo-se nesse conteúdo todo o género de trabalhos sobre ciência de colonização ou outro qualquer objecto de investigação que interessasse à administração ultramarina portuguesa<sup>537</sup>.

E que tipo de ensaio era este com o título sugestivo de *Compreendamos os Negros*, que aconselhava uma mudança na perspectiva como o Estado Novo deveria passar a encarar as províncias ultramarinas e os seus autóctones? O aspecto pioneiro residia no facto deste livro ter saído ainda antes da generalização das teorias sociológicas do brasileiro Gilberto Freyre. Ideias estas que ganharam forma a partir da visita que esse cientista social fizera a Portugal, a partir do ano de 1951, nomeadamente com as conferências proferidas sobre este assunto, em Goa, no Instituto Vasco da Gama, em Novembro de 1951, sobre «uma cultura moderna: a luso-tropical», e em Coimbra, na Universidade de Coimbra, em Janeiro de 1952, sobre «um novo conceito de tropicalismo»<sup>538</sup>. A doutrina luso-tropicalista era assim enunciada pela primeira vez nestas conferências feitas, durante o périplo pelo «Mundo Lusíada», e reunidas, em 1954, num livro onde sistematizava esta nova doutrina com o título *Um brasileiro em terras portuguesas*<sup>539</sup>, doutrina essa posteriormente desenvolvida noutras obras sobre a mesma

---

<sup>535</sup> *Idem, Ibidem*, p. 82.

<sup>536</sup> Manuel Dias Belchior, *Compreendamos os Negros*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1951, 185 pp.

<sup>537</sup> António Alberto de Andrade, «Artes e Letras do Ultramar: I – Uma edição da Agência Premiada» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII – n.º 319, Janeiro de 1952, pp. 171-173, especialmente p. 172.

<sup>538</sup> Cláudia Castelo, «Génese e Estruturação da Teoria do Luso-Tropicalismo» in *O Modo Português de Estar no Mundo....*, pp. 17-43, especialmente p. 35.

<sup>539</sup> Gilberto Freyre, *Um brasileiro em terras portuguesas. Introdução a um possível Luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da*



temática publicadas, em 1958 e 1961, respectivamente denominadas *Integração portuguesa nos trópicos* e *O luso e o trópico*<sup>540</sup>.

Voltando a Belchior e ao seu livro premiado, sobre a «compreensão» a ter para com os negros, era de referir que o autor nesta obra desenvolvia os seus principais pressupostos em três ideias fundamentais: igualdade entre pessoas, nomeadamente entre negros e brancos; importância do papel desempenhado pelos funcionários coloniais (administradores de circunscrição e chefes de posto) para a resolução dos principais problemas; alimentação saudável e abundante do negro, como elemento prioritário na produção e rendimento laboral do mesmo<sup>541</sup>. Relativamente ao primeiro, «igualdade entre negros e brancos», Dias Belchior não tinha dúvidas sobre essa igualdade, embora acreditasse que a inferioridade do negro não residia na componente física e genética, mas sim na inferioridade das condições civilizacionais em que vivia. Logo, era importante, para um relacionamento social sadio, que o colonizador fosse capaz de «...compreender que o meio físico e social plasmou a mentalidade do negro em moldes diferentes dos nossos» e que se não compreendermos esta ilação «coleccionaremos acerca dele uma série de conceitos falsos que muito dificultarão as relações entre as duas raças»<sup>542</sup>.

Quanto ao segundo, «condições para o estabelecimento de uma política de compreensão: importância da circunscrição na organização administrativa», o autor entendia que Portugal se deveria empenhar numa mais eficiente organização administrativa em África, especialmente na parte em que essa mesma organização entrava em contacto com as populações autóctones. Assim, para Belchior, a ligação fundamental, entre o legislador que concebia as leis e o funcionário colonial que as deveria executar, estava na importância da «circunscrição» e no «posto» como entidades administrativas fundamentais para a «ponte» entre o colonizador e o colonizado. Logo, para o autor de *Compreendamos os Negros* a figura do administrador era imprescindível para se estabelecer a autoridade da

---

*Ásia, África e do Atlântico*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, sem data, 296 pp. Na mesma altura e sobre a mesma viagem a Portugal do sociólogo brasileiro do luso-tropicalismo foi publicado o livro *Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, sem Data, 456 pp.

<sup>540</sup> Gilberto Freyre, *Integração portuguesa nos trópicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Coleção de Estudos de Ciências Políticas e Sociais n.º 6, 1958, 139pp. Ainda do mesmo autor *O luso e o trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*. Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, 312 pp.

<sup>541</sup> Manuel Dias Belchior, *Compreendamos os...*, pp. 183-185. Também, António Alberto de Andrade, «Compreendamos os Negros» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI – n.º 311, de Maio de 1951, pp. 29-31, especialmente p. 29.

<sup>542</sup> Manuel Dias Belchior, «O Indígena. Elementos para a sua Compreensão – Não devemos avaliar o negro pelos nossos padrões», *Ibidem, Compreendamos os...*, pp. 17-46, especialmente p. 20.

entidade colonizadora, o que por vezes ao longo da história colonial portuguesa esse desiderato não se tinha verificado.

Neste sentido, para Belchior essa autoridade aos olhos do negro era o exemplo das «virtudes» e dos «defeitos» do país civilizador. Era também através dessa autoridade exercida pelos administradores que ele julgava todos os seus superiores hierárquicos e a própria «raça civilizadora». Por isso resultava que a escolha desses funcionários da administração colonial se baseasse no critério de uma rigorosa selecção para desta forma poder dar mais prestígio à instituição colonizadora e, ao mesmo tempo, reforçar a sua autoridade no terreno. Para Belchior, «somente desta maneira este funcionário poderá proteger eficazmente o indígena e inspirar-lhe confiança. O negro com o seu espírito simples, mas lógico, não entende que quem o conduz possa ser uma autoridade fraca. Além disso, é preciso notar que, enquanto para o europeu o administrador decide as questões da sua competência como primeira instância, para a quase totalidade dos indígenas, que têm um horizonte muito mais limitado, ele é o árbitro decisivo e único»<sup>543</sup>.

No respeitante ao «problema alimentar dos indígenas» como uma das condições para a resolução da questão do «trabalho» e da «mão-de-obra», verificava-se que a débil robustez física de uma grande número de nativos resultava de uma alimentação deficiente, de fracas condições de salubridade e de quase nenhuma assistência médica. Estes factores aliados às condições do clima e ao pouco aproveitamento das terras teriam sido as condições que resultariam nessa «inferioridade» do nativo relativamente ao colonizador. Daí que Dias Belchior preconizasse, neste pequeno ensaio sobre a colonização lusa nos trópicos, um conjunto de medidas regeneradoras sobre a condição material dos indígenas, para assim mitigar anteriores processos de intervenção colonizadora mais exagerados na forma como se tratavam e discriminavam as populações colonizadas. Fora por este motivo que Marcello Caetano decidira subscrever o prefácio da obra, pois notara logo «à terceira ou quarta página» uma diferença de forma e estilo relativamente a outras obras similares, especialmente porque não encontrara «nenhum aparato erudito, nenhum bordão académico, nenhuma definição preliminar, nenhum rosário de doudas teorias nem exposição de solenes controvérsias científicas para começar»<sup>544</sup>. O que mais entusiasmou o antigo ministro das Colónias foi o tema escolhido pelo autor deste livro que, pela sua

---

<sup>543</sup>Manuel Dias Belchior, «Condições para o estabelecimento de uma política de compreensão...- Necessidade de fortalecer a autoridade do administrador de circunscrição», *Ibidem, Compreendamos os...*, pp. 47-70, especialmente pp. 50-51.

<sup>544</sup>Vide «Prefácio» de Marcelo Caetano, *Ibidem, Compreendamos os...*, pp. 7-13, especialmente p. 8.

pertinência, continuava mais actual do que nunca, a relação entre as duas «raças», branca e negra, e o destino comum entre elas, numa conjuntura do após Guerra em que esta relação iria ser posta em causa nos domínios coloniais. Chegara, pois, a hora das populações colonizadas mundiais tomarem em suas mãos o destino que pretendiam dar à terra onde tinham adquirido maturidade cívica para reclamar os mesmos direitos que as elites colonizadoras tinham nas suas metrópoles de origem<sup>545</sup>.

Em princípios de 1954, a Agência Geral do Ultramar iniciara a publicação de uma nova série de livros que aspiravam pôr em destaque a acção civilizadora dos portugueses no Mundo, a partir da Época Moderna. E porque a Índia para além de ter sido a região mais distante e mais importante economicamente onde Portugal chegara a partir de finais do século XV, era também, a partir da independência da União Indiana em 1947, uma região que esta república hindu pretendia anexar, pois considerava que a soberania portuguesa nesta altura não fazia sentido. Para inviabilizar esta pretensão expansionista de Nova Deli, o Governo português encetara uma política de divulgação da sua acção nesta região asiática, nomeadamente com a publicação de algumas obras em inglês de algumas individualidades políticas e académicas portuguesas, algumas delas tendo mesmo nascido nos territórios de Goa, Damão e Diu. Como exemplo destas novas publicações da Agência, deveremos salientar obras traduzidas para inglês do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, do deputado à Assembleia Nacional, Sarmiento Rodrigues, e do professor de origem indiana da Universidade Técnica de Lisboa, Gonçalves Pereira, respectivamente *Portugal and its Overseas Provinces. The Case of Goa. This is an excerpt from the remarkable speech made; Portugal in India; My personal deposition in the Case of Goa*<sup>546</sup>. De acordo com o responsável pela secção «Artes e Letras do Ultramar», do *Boletim Geral do Ultramar*, António Alberto de Andrade, estes «depoimentos» agora publicados destas tão «altas» individualidades do regime destinavam-se a relembrar ao Mundo que o caso de Goa não era uma questão «sentimental», mas, pelo contrário, baseava-se em «razões históricas» de posse centenária nesta região asiática e ainda em razões de «humanidade e compreensão da nossa política ultramarina, que nos tornam credores da simpatia dos povos que civilizámos»<sup>547</sup>.

<sup>545</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 10-11.

<sup>546</sup> Vide «Artes e Letras do Ultramar – II- Propaganda da Nossa Acção Civilizadora» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX – n.º 344, de Fevereiro de 1954, pp. 89-95, especialmente p. 91.

<sup>547</sup> António Alberto de Andrade, «Artes e Letras do...», *Ibidem*, p. 91.

Ainda, na década de cinquenta, do século passado, a Agência Geral do Ultramar se preocupava com a divulgação das belezas naturais, com a utilização de uma «propaganda artística» que procurava incentivar o turismo nos territórios coloniais. Esta matéria já constituía preocupação do Estado Novo, quando, em Janeiro de 1934, criou as Casas da Metrópole em Luanda e Lourenço Marques, mas o crescimento do interesse pelas paisagens e gentes das possessões lusas de Além-Mar levava a Agência, antes da criação dos Centros de Informação e Turismo, a partir de 1959, a estimular a produção de álbuns fotográficos, boletins, desdobráveis, folhetos, guias, mapas, pequenas monografias das regiões tropicais do seu Império. Assim, no incremento desta política de divulgação turística dever-se-á destacar as publicações entretanto produzidas para a Guiné, Angola e Moçambique, principalmente as seguintes: *Guiné; Alvorada do Império; Luanda-cidade das buganvílias; Angola-Província Portuguesa; Luanda, cidade portuguesa fundada por Paulo Dias de Novais em 1575; Moçambique num relance; Guia dos Hotéis e Pensões de Lourenço Marques; Desdobrável do Parque Nacional de Caça da Gorongosa; A Glimpse of Moçambique.*

Em relação ao arquipélago de Cabo Verde, apesar de nesta altura não ter sido editada pela Agência nenhuma obra específica que fizesse a apologia do turismo nesta região atlântica, o departamento de propaganda do ministério do Ultramar conseguira, mesmo assim, a publicação de um desdobrável de seis páginas, de fotografias e respectivas legendas, que focavam os aspectos que deveriam aliciar os turistas a visitarem estas ilhas vulcânicas do Atlântico, que estrategicamente asseguravam a passagem das rotas marítimas e aéreas entre a Europa, África e América<sup>548</sup>. Entretanto, como já referíramos anteriormente, saíra em 29 de Junho de 1957, o Decreto-Lei n.º 41.169<sup>549</sup> que passava a reorganizar os principais serviços do ministério do Ultramar, reorganização esta que se processava vinte anos depois do Decreto n.º 26.180, de 7 de Janeiro de 1936. Entre os organismos dependentes do Ministério que eram agora alvo de reestruturação, estava no Capítulo IV, Divisão II, a Agência Geral do Ultramar, especialmente em sete artigos (dos artigos 74.º ao 80.º). Nesta reforma da Agência, também conhecida pela reforma Raúl Ventura, o artigo 77.º consagrava os serviços de «informação e relações exteriores» onde,

<sup>548</sup> António Alberto de Andrade, «Artes e Letras do Ultramar – I-Turismo no Ultramar», *Ibidem*, pp. 89-90.

<sup>549</sup> *Vide Decreto-Lei n.º 41.169, de 29 de Junho de 1957*, aprovado e assinado pelo Presidente da República Francisco Higinio Craveiro Lopes, sendo ministro do Ultramar o dr. Raul Jorge Rodrigues Ventura.

entre outras funções, competia a estes serviços «organizar os planos e assegurar o funcionamento da actividade editorial da Agência»<sup>550</sup>.

Mais tarde, pelo Decreto-Lei n.º 41.407, de 28 de Novembro de 1957<sup>551</sup>, publicava-se o novo Regulamento dos Serviços da Agência Geral do Ultramar que ordenava com mais pormenor os serviços do ministério do Ultramar, mormente, as disposições contidas no referido Decreto n.º 41.169. Assim, o artigo 7.º que era destinado às atribuições dos serviços de «informação e relações exteriores» discriminava, em quinze pontos, as tarefas mais relevantes para os serviços de «Publicações e Biblioteca»:

Proceder, em colaboração com os serviços provinciais, à recolha e sistematização dos elementos de informação sobre as actividades oficiais e particulares nas províncias ultramarinas, exceptuando as de natureza científica; proceder, em colaboração com os competentes serviços metropolitanos, à recolha e sistematização dos elementos de informação sobre a vida metropolitana, tanto oficial como particular, que mereçam divulgação no Ultramar; proceder, em colaboração com a biblioteca da Agência, à recolha e sistematização das referências que no estrangeiro sejam feitas ao ultramar português e bem assim das informações relativas a assuntos ultramarinos em geral que, pela sua natureza especializada, não compitam a outros departamentos; promover ou realizar, pelas formas adequadas, a divulgação dos elementos de informação recolhidos, de maneira a conseguir-se o conhecimento recíproco da vida ultramarina e metropolitana; elaborar o plano anual de publicações culturais e de divulgação a editar pela Agência; elaborar o *Boletim* da Agência Geral do Ultramar; dar parecer sobre todos os originais entregues à agência para publicação, ou elaborados por encargo desta, salvo os de fins turísticos; promover concursos literários, artísticos ou de outras naturezas relacionados com o Ultramar; receber e acompanhar, na Metrópole ou no Ultramar, entidades que a Agência tenha sido autorizada a convidar ou que o Ministro julgue merecedoras dessa distinção. No parágrafo primeiro o Centro de Documentação Científica da Junta de Investigações do Ultramar fornecerá a colaboração especializada que for necessária para a realização das funções referidas nos n.ºs 1 a 4 do corpo do artigo<sup>552</sup>.

A questão da expansão do livro português nas províncias ultramarinas, era aliás uma questão que vinha há já alguns anos a esta parte a preocupar as principais autoridades do regime do Estado Novo, a ponto de, em 1952, o ministério do Ultramar ter nomeado, pelo Despacho n.º 1.101, da Direcção Geral do Ensino, Braga Paixão para elaborar um relatório

<sup>550</sup> Vide «Reorganização dos Serviços do Ministério do Ultramar – Decreto-Lei n.º 41.169 – Capítulo IV – Organismos Dependentes do Ministério – Divisão II – Agência Geral do Ultramar – art. 77.º - Serviço de Informações e Relações Exteriores» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXIII –n.º 384, de Junho de 1957, pp. 95-150, especialmente p. 123.

<sup>551</sup> Vide *Decreto n.º 41.407, de 28 de Novembro de 1957*, aprovado e assinado pelo Presidente da República Francisco Hígino Craveiro Lopes, sendo ministro do Ultramar o dr. Raul Jorge Rodrigues Ventura.

<sup>552</sup> Vide «O Novo Regulamento dos Serviços da Agência Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXIII – n.º 390, de Dezembro de 1957, pp. 93-105, especialmente pp. 98-99.

sobre as medidas necessárias à implementação e expansão do livro no mercado ultramarino, não só para desenvolver este objecto cultural, mas também para promover a formação espiritual das populações dessas regiões<sup>553</sup>. Entre várias conclusões, o relatório de Paixão apontava a necessidade primordial de fornecer indicações bibliográficas a algumas centenas de entidades ultramarinas, especialmente aos serviços públicos, aos organismos culturais, às escolas e estabelecimentos de venda de livros. E a melhor forma de conseguir tal desiderato seria a de utilizar o boletim *Livros de Portugal*, do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, pois este era um meio de informação mensal, que inseria um criterioso índice bibliográfico arrumado por assuntos, com a indicação dos preços e dos editores e ainda noticiário e curiosidades variadas sobre livros e autores. Para além destas medidas, Braga Paixão ainda propunha que se incentivasse nas cidades ultramarinas mais importantes exposições bibliográficas e feiras do livro, a ida de embaixadas de editores e escritores metropolitanos, a criação de bibliotecas e de *stands* de vendas, e o incentivo à promoção do livro, na imprensa ultramarina e nos boletins da Casa da Metrópole<sup>554</sup>. Esta mesma ideia de promoção do livro português nos trópicos foi alguns anos mais tarde recuperada, no seguimento aliás do que propunha o relatório Braga Paixão, numa conferência que o presidente do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, Luís Borges de Castro, proferira no dia 4 de Agosto de 1966, no Instituto de Angola, em Luanda, com o sugestivo título «Os Festivais do Livro – Seu Contributo para uma Difusão mais efectiva da Cultura»<sup>555</sup>.

Nessa comunicação, o responsável pelos editores e livreiros nacionais era de opinião que esta possessão africana, pelo seu desenvolvimento humano e material, deveria ser palco de um «festival exposição bibliográfico» com a presença de muitos e diversificados livros, das várias correntes do pensamento actual, não condicionadas pelos «monopolismos inveterados de supostas culturas»<sup>556</sup>. Assim, ler para Borges de Castro era um fenómeno próprio do homem e por isso, também, uma necessidade «premente» para a conjuntura temporal e social hodierna. Neste sentido, o «patrão» dos livreiros portugueses não diferenciava, se esta necessidade se deveria aplicar só ao homem metropolitano ou, ainda se aplicaria aos naturais dos trópicos. Ficava assim subjacente no seu discurso que a

<sup>553</sup> Braga Paixão, «Sobre a Expansão do Livro Português nas Províncias Ultramarinas», in *Boletim Geral do...*, Ano XXVIII – n.º 332, de Fevereiro de 1953, pp.49-71, especialmente p. 49.

<sup>554</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 67-68.

<sup>555</sup> Luís Borges de Castro, «Os Festivais do Livro – Seu Contributo para uma Difusão mais efectiva da Cultura», in *Boletim Geral do...*, Ano XLII – n.ºs 497/498, de Novembro/Dezembro de 1966, pp. 55-68.

<sup>556</sup> *Idem, Ibidem*, p. 57.

perspectiva patriótica de incentivar a leitura para desenvolver a portugalidade era uma das suas preocupações, como aliás se poderia depreender por algumas das suas afirmações ao longo da conferência então proferida em Luanda, numa altura em que o regime de Lisboa se via a «braços», havia já cinco anos, com uma guerra generalizada na Guiné, em Angola e em Moçambique, e depois de, em 1961, ter perdido os territórios de Goa, Damão e Diu. A propósito dessa situação, Castro afirmava:

Certo que o povo português, à escala do seu todo nacional, atravessa um período difícil da sua história, no contexto das nações e na hierarquia dos valores, mas orgulhosamente glorioso, por não querer deslustrar as figuras grandes da nossa grande presença no Mundo. Que grande Pátria está sendo Portugal, no esforço permanentemente valorizado, de se reafirmar em todos os campos, do económico ao cultural, como digno das responsabilidades sócio-humanas que lhe cabem!<sup>557</sup>

Era esse passado «glorioso» que importava para Borges de Castro divulgar nesta sua conferência de Luanda de 1966, na qual pretendia demonstrar que o incremento das bibliotecas e das livrarias no Ultramar era fundamental para realçar essa perspectiva histórica de grandeza imperial do Portugal de outrora. No fim de contas era, também, o que pretendia a Agência Geral do Ultramar e os seus serviços de «informação e relações exteriores», nomeadamente na regulamentação aprovada em 1957 em que definia as várias formas de promoção, incluindo a bibliográfica, para granjear um conhecimento recíproco entre a vivência ultramarina e a metropolitana<sup>558</sup>. Desta forma, uma das colecções que foram criadas depois da aprovação desta nova legislação era a «Colecção Unidade» que pretendia editar livros não abrangidos pelas colecções anteriores, nomeadamente que contemplassem os trabalhos literários de ensaio, ficção e poesia de autores nascidos ou radicados nas províncias do Ultramar. A direcção desta colecção da Agência foi entregue a Luís Forjaz Trigueiros e os três primeiros livros publicados foram *Gente da Ilha*, *Arco-Íris* e *Angola, Eu Quero Falar Contigo*, respectivamente dos escritores Nuno Miranda, Eugénio Ferreira da Silva e Mário Mota<sup>559</sup>.

A publicação de obras literárias sobre motivos tropicais não era novidade na Agência Geral do Ultramar e, embora não houvesse uma colecção específica como era a que agora se iniciava, já desde a fundação desta instituição, nomeadamente a 12 de Janeiro de 1926,

<sup>557</sup> *Idem, Ibidem*, p. 62.

<sup>558</sup> Vide «O Novo Regulamento dos Serviços da...» in *Boletim Geral do...*, n.º 390, de Dezembro de 1957, p. 100.

<sup>559</sup> Vide «Artes e Letras – Livros Novos – Colecção Unidade» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXVIII – n.º 444, de Junho de 1962, pp. 287-292, especialmente p. 287.

quando foi criado o «Concurso de Literatura Colonial»<sup>560</sup>, que promovia este género literário. E a prova de que a Agência, a par da promoção e divulgação dos prémios de literatura colonial e da colecção «Unidade», tinha nos seus catálogos de edições, nomeadamente ideográficos, uma secção, como vinha referido no *Catálogo* do ano de 1956, em que se aludia aos livros publicados sobre «Artes e Letras», num total de quarenta e seis obras discriminadas, salientando entre outras: *Cadernos de um Ilhéu* (Poemas) – Jorge Barbosa, 1956; *Contos do Caramô*, Viriato Augusto Tadeu, 1945; *Feiticeiro (O) da Cabana Azul*, Adolfo Simões Muller, 1942; *Feitiço (O) do Império*, Joaquim Mota Júnior, 1940; *Literatura Africana*, Compilação, prefácio e notas de José Osório de Oliveira, 1944; *Literatura (A) Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, Hernâni Cidade, Volume I (Sécs. XV e XVI), 1943; *Namastê (Roteiro duma viagem a Goa)*, Hugo Rocha, 1953; *Paixão (A) Chinesa de Wenceslau de Moraes*, Leopoldo Danilo Barreiros, 1955; *Pela Fé e Pelo Império (Poema comemorativo da primeira Exposição Histórica da Ocupação)*, Silva Tavares, 1937; *Poesia de Cabo Verde*, José Osório de Oliveira, 1944; *Portugal Atlântico (Poemas da África e do Mar)*, Augusto Casimiro, 1950; *Prisão (A) do Gungunhana*, Mário Ferreira Marques, sem data; *Sangue Cuanhama*, António Pires, 1949; *Senhora (A) de Pangim*, Gustavo Barroso, 1940; *Sinfonia do Sertão*, Luna de Oliveira, 1945; *Terras Portuguesas do Oriente*, José de Freitas, 1953<sup>561</sup>.

Perante esta listagem de livros poderemos chegar à conclusão de que, embora pequena, houve uma plêiade de intelectuais portugueses que conseguiu produzir obra literária colonial (conto, ensaio, romance e poesia), com um mínimo conhecimento da «alma» do indígena e das condições materiais em que vivia. Segundo António Alberto de Andrade, para que esse desiderato acontecesse, isto é, para que o escritor encarnasse o «espírito do lugar» e da «pessoa» que nascera e vivera nos trópicos era necessário que «...esse conhecimento se obtenha *de visu* e ninguém negará, com certeza, que estamos em face de um novo elemento, se não imprescindível em absoluto, pelo menos grandemente necessário. É evidente que lendo os romances de Rodrigues Júnior, as suas crónicas e os seus ensaios, como as observações de outros escritores que conscienciosamente tenham vivido no seio da África, também cá de longe poderemos conseguir um conhecimento mais

<sup>560</sup> Vide «Serviços da Agência Geral das Colónias – Concurso de Literatura Colonial» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Fevereiro de 1926, n.º 8, pp. 171-176.

<sup>561</sup> Vide «Artes e Letras» in *Catálogo das Edições da Agência Geral do Ultramar*, Lisboa, Tipografia Silvas, Lda., 1956, pp. 13-18.



ou menos perfeito da idiossincrasia do não-branco. Escrever um romance nestas condições, reconheceremos de boa mente que há-de ser tarefa deveras difícil»<sup>562</sup>.

E por ser tarefa difícil escrever à distância livros sobre a «idiossincrasia» do homem tropical é que o escritor Rodrigues Júnior, em 1953, apontava para a necessidade de reformular o «Concurso de Literatura Colonial» que vinha existindo desde 1926, mas que em 1952 não se realizara por falta de concorrentes e de obras que satisfizessem as condições pedidas por este certame. Assim, para Rodrigues Júnior, a «escassez» da produção literária no Ultramar era motivada pela crise do livro e não dos escritores. Para solucionar o problema, este homem das letras propunha que a Agência Geral do Ultramar, por intermédio da sua «Secção de Propaganda», diligenciasse no «terreno» a existência de escritores e de obras sobre esta problemática, fazendo um inquérito sobre a eventual existência de autores de livros ainda não impressos que quisessem concorrer a este prémio e, não o contrário, que era procurar na Metrópole quem quisesse escrever sobre a problemática colonial, para depois lhe garantir a publicação quase imediata dessas mesmas obras, de uma realidade distante e pouco conhecida<sup>563</sup>. Para António Alberto de Andrade a razão da não realização no ano de 1952 do Concurso de Literatura Colonial, e também no ano de 1953, ficara a dever-se, não à falta de concorrentes como insinuara Rodrigues Júnior, na carta que escrevera à Agência a 5 de Fevereiro de 1953, mas antes pelo motivo do ministério do Ultramar estar a estudar as melhores condições para substituir o regulamento que sustentava este Concurso, por outro mais de acordo com as exigências a dar à divulgação ultramarina, no período final à Segunda Guerra Mundial<sup>564</sup>.

Para colmatar esta interrupção de um concurso que decorrera durante vinte e seis anos, desde 1926, apenas com estas excepções (em 1932, 1952, 1953 a não realização do certame e em 1946 não se ter feito a distribuição de prémios)<sup>565</sup>, o ministério do Ultramar decidiu pelo n.º 1, da Portaria n.º 14.691, de 4 de Janeiro de 1954, reformular os prémios literários da Agência, tendo para o efeito criado os seguintes novos prémios: Modalidade de Poesia: «Prémio Camilo Pessanha»; Modalidade de Ensaio: «Prémio Frei João dos Santos»; Modalidade de Novelística: «prémio Fernão Mendes Pinto»; Modalidade de História: «Prémio João de Barros». No artigo 4.º, como forma de resguardar a participação

<sup>562</sup> António Alberto de Andrade, «Artes e Letras do Ultramar – II – Literatura Colonial» in *Boletim Geral do...*, Ano XXIX – n.º 338, de Agosto de 1953, pp. 59-73, especialmente p. 61.

<sup>563</sup> Rodrigues Júnior citado por António Alberto de Andrade, *Idem, Ibidem*, p. 62.

<sup>564</sup> Vide António Alberto de Andrade, *Idem, Ibidem*, p. 63.

<sup>565</sup> Vide «Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968» in *Boletim Geral do...*, Ano XLV – n.º 525, de Março de 1969, pp. 33-46, especialmente pp. 35,39, 41.

dos candidatos num concurso de cariz nacionalista e colonialista, e evitar problemas anteriores, o legislador assegurava que «não serão admitidas as obras editadas pela Agência Geral do Ultramar, aquelas cuja forma literária for julgada inferior, as que forem contrárias ao espírito do concurso e as que revelem sectarismo político nas suas apreciações e tendências, ou se mostrem contrárias ao interesse nacional»<sup>566</sup>. Logo no ano imediato à enunciação destes novos prémios, apenas seriam atribuídos dois deles, o de «Camilo Pessanha», no valor de 10.000\$00, para o livro de poemas de Augusto Casimiro, *Portugal Atlântico*, e o prémio «João de Barros», no valor de 15.000\$00, para Alexandre Lobato, com a obra *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique – 1753-1763*<sup>567</sup>.

A 15 de Abril de 1960, pelo disposto no § 1.º do artigo 2.º, da Portaria n.º 17.676, o ministério do Ultramar criava mais um prémio a atribuir pelo departamento de propaganda que tutelava, a Agência Geral do Ultramar, denominado «Prémio D. João II», no valor de 50.000\$00, destinado a galardoar o melhor estudo de investigação sobre o tema referente à «Unidade Nacional». E no § único, do artigo 1.º, do regulamento deste prémio, o legislador explicitava melhor o que entendia pela expressão «Unidade Nacional», que não era mais do que «...um conjunto de princípios que informam todo o processo da nossa política tradicional ultramarina, no que ela, através dos tempos, contribuiu para estruturar e estreitar os elos que ligam todas as parcelas do território nacional»<sup>568</sup>. Para o júri, como dispunha o artigo 7.º, do referido regulamento, seriam convidados representantes de várias entidades culturais, nomeadamente da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa da História, do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, da Faculdade de Letras de Lisboa, do Centro de Estudos Histórico-Ultramarinos, do Centro de Estudos Político-Sociais da Junta de Investigações do Ultramar e do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. O trabalho premiado teria posteriormente o direito de publicação pela instituição que atribuía o prémio, em versão portuguesa ou estrangeira, numa ou mais edições. Por essa publicação não seria paga qualquer remuneração ao autor premiado, recebendo apenas este cem exemplares da obra, entretanto, editada. Só em 1965 este prémio, criado por ocasião do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique,

<sup>566</sup> Vide «Prémios literários da Agência Geral do Ultramar – Concurso de Literatura Ultramarina» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIII – n.º 504, de Junho de 1967, pp. 143-144, especialmente p. 144.

<sup>567</sup> Vide Portaria n.º 14:691, de 4 de Janeiro de 1954, que promulgava o novo regulamento do «Concurso de Literatura Ultramarina», da Agência Geral do Ultramar.

<sup>568</sup> Vide «Prémio “D. João II” in *Prémios literários da Agência Geral do Ultramar*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Lda., 1969, pp. 9-12, especialmente p. 9. Também, «Regulamento do Prémio “D. João II” in *Boletim Geral do...*, Ano XXXVI – n.ºs 418-419, de Abril-Maio de 1960, pp. 284-287, especialmente p. 284.

consagrava, pela primeira vez, *ex-aequo* as obras *Angola, Meio Século de Integração* e *O Rio de Janeiro no Século XVI*, respectivamente, de dois universitários, João Pereira Neto e Joaquim Veríssimo Serrão<sup>569</sup>.

Em 1969, quinze anos depois da última grande reformulação do Concurso de Literatura Ultramarina, estabelecida pela Portaria n.º 14.691, de 4 de Janeiro de 1954, ao tempo do ministro Sarmiento Rodrigues, entenderam as autoridades responsáveis pelo ministério do Ultramar e da Agência, respectivamente, Silva Cunha e Cunha Leão, que esse regulamento dos anos cinquenta já estava ultrapassado, pelo que se promoveu uma nova legislação que se integrasse nos interesses ultramarinos dos finais dos anos sessenta, já depois de Salazar ter sido substituído por Marcello Caetano e se terem encetado algumas tímidas reformas que pudessem proporcionar uma gradual autonomia a estes territórios de Além-Mar. Neste sentido, à semelhança da legislação anterior que regulava estes concursos, a Portaria começava com uma série de considerações que explicitavam o motivo pelo qual o legislador tinha necessidade de alterar a regulamentação em vigor para estes certames, que premiavam a sensibilidade e a técnica literária de autores pródigos no traçar do perfil de terras e gentes tropicais.

De entre as considerações mais pertinentes desta última Portaria com o n.º 24.013, de 3 de Abril de 1969, que legislava sobre os prémios «Camilo Pessanha», (Poesia), «Frei João dos Santos», (Ensaio), «Fernão Mendes Pinto», (Novelística), «João de Barros», (História) e «Pêro Vaz de Caminha» (Reportagem), o legislador ponderava sobre a «...conveniência em tornar os prémios mais estimulantes para a apresentação de obras aos concursos, elevando o seu valor e facultando ainda a edição dos originais nas condições do mercado»<sup>570</sup>. Para além do valor do prémio que passava a ser de 20.000\$00, de aos autores premiados ser reservado «o direito de propriedade», e, ainda, do interesse público pela «propaganda do ultramar português» e o «progresso da cultura ultramarina»<sup>571</sup>, o conteúdo desta Portaria não apresentava mais nenhuma novidade que fosse importante realçar. Logo, em 1969, ano da promulgação desta legislação, foram atribuídos os principais prémios literários da Agência já com as modificações previstas pelo diploma legislativo que o

<sup>569</sup> Vide «Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas...» in *Boletim Geral do....*, n.º 525, de Março de 1969, p. 45. Também, «Artes e Letras: Foi Pela Primeira Vez Atribuído o Prémio “D. João II” da Agência Geral do Ultramar», *Idem, Boletim Geral do....*, Ano XLII – n.º 490, de Abril de 1966, pp. 268-271, especialmente p. 268.

<sup>570</sup> Vide «Portaria n.º 24.013, de 3 de Abril de 1969» que regulamentava os prémios de Poesia, Ensaio, Novelística, História e Reportagem da Agência Geral do Ultramar. Também, *Prémios Literários da Agência Geral do....*, pp. 15-19, especialmente p. 15.

<sup>571</sup> *Ibidem, Prémios Literários da Agência....*, p. 16.

sustentava e que eram os seguintes: Prémio «Camilo Pessanha»: *Saudade Macua*, de Jorge Ferreira; Prémio «Frei João dos Santos»: *Povo Flogá*, de Fernando Reis; Prémio «João de Barros»: *Panaria Cabo-Verdiana*, de António Carreira; Prémio «Pêro Vaz de Caminha»: *Moçambique – Noite, Guerra e Paz*, de Guilherme de Melo<sup>572</sup>.

No mesmo ano de 1969, foi publicado um suplemento ao *Catálogo das Publicações Didascálico* saído anteriormente em 1965, numa pequena brochura de cinquenta páginas, onde se referenciavam mais outras duzentas e vinte e sete obras, entretanto, publicadas pela Agência Geral do Ultramar<sup>573</sup>. As obras estavam enunciadas por ordem alfabética do título, e para além do autor, discriminavam-se o título, a colecção, a data e o número de páginas. Ainda, anteriormente, em 1966, no seguimento desta preocupação em divulgar as edições que patrocinava, a Agência lançava outro *Catálogo das Publicações*, agora onomástico, em que por ordem alfabética do nome se divulgavam as principais obras publicadas por esta instituição<sup>574</sup>. Mais tarde, em 1968, sairia mais um *Catálogo das Publicações (Obras à Venda)*<sup>575</sup> que era um pequeno folheto, onde se indicavam as obras editadas pela Agência, os preços praticados e as principais livrarias depositárias. Estas situavam-se na Metrópole, nas quatro principais cidades: em Lisboa: *Portugal, Sá da Costa, Bertrand e Parceria António Maria Pereira*; em Coimbra: *Coimbra Editora e Atlântida Editora*; no Porto: *Porto Editora e Fernando Machado &C.ª L.da*; e em Braga: *Livraria Pax, L.da*<sup>576</sup>.

Em 1970, no ano em que se deixara de publicar o *Boletim Geral do Ultramar*, comemorava-se na Feira do Livro de Lisboa, o «Dia do Livro do Ultramar». No 40.º aniversário deste certame de divulgação bibliográfica, criado em Lisboa no ano de 1930, o dia 25 de Maio de 1970 foi escolhido pelos organizadores para ser dedicado ao livro «ultramarino». Para esse efeito, o pavilhão comum da Agência Geral do Ultramar e da Junta de Investigações do Ultramar serviu de «quartel-general» para assinalar a efeméride e para promover junto dos visitantes a divulgação, no plano literário e científico, dos livros editados por estas instituições vocacionadas para os assuntos tropicais. Quanto ao papel da Junta de Investigações do Ultramar, a sucessora da inicial Comissão de Cartografia, a sua

<sup>572</sup> Vide «Prémios Literários da Agência Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XLVI – n.º 535, de Janeiro/Junho de 1970, pp. 161-62, especialmente p. 162.

<sup>573</sup> Vide *Catálogo das Publicações-Didascálico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965, 227 pp. Também, *Catálogo das Publicações-Didascálico-Suplemento*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969, 50 pp.

<sup>574</sup> Vide *Catálogo das Publicações-Didascálico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965, 227 pp. Também, *Catálogo das Publicações-Didascálico-Suplemento*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969, 50 pp.

<sup>575</sup> Vide *Catálogo das Publicações (Obras à Venda)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968, 12 pp.

<sup>576</sup> Vide «Publicações da Agência Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIV – n.º 516, de Junho de 1968, pp. 91-95, especialmente pp. 94 -95.

acção centrava-se sobre a investigação e a vulgarização da geografia e de outras matérias (agricultura, a antropologia, a botânica, o direito, a etnologia, a geologia, a história, a medicina e a zoologia). Relativamente à Agência Geral do Ultramar, a sua actividade em prol destes territórios tropicais era já conhecida desde 1924, ano em que fora criada. A sua militância cultural fazia-se sentir nos meios de propaganda que utilizava, sobretudo nos livros, periódicos e audiovisuais (rádio, televisão e cinema). Para comprovar a dinâmica editorial desta instituição, bastava apenas referir que, nos quarenta e seis anos que levava de vida, a Agência havia publicado mil e seiscentos volumes, num total de mais de dois milhões de exemplares<sup>577</sup>.

---

<sup>577</sup> Vide «Feira do Livro» in *Boletim Geral do...*, Ano XLVI – n.º 535, de Janeiro/Junho de 1970, pp. 164-165, especialmente p. 164.



### III

#### OS PERIÓDICOS SOBRE AS COLÓNIAS/ULTRAMAR DURANTE A VIGÊNCIA DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS/ULTRAMAR (1924/1974)

##### 1. Caracterização dos principais periódicos neste período

Procuraremos neste capítulo fazer a análise dos periódicos coloniais que se editaram em Portugal (Metrópole e Colónias), entre os anos de 1924 e 1974, e cuja existência o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* deu conta nas suas diversas secções, nomeadamente nas secções «Artes e Letras Coloniais/Artes e Letras do Ultramar», «Bibliografia», «Crónica de Angola», «Crónica de Moçambique», «Fichas Bibliográficas da Biblioteca da Agência Geral do Ultramar», «Imprensa Colonial», «Imprensa das Colónias», «Imprensa de Propaganda Colonial», «Informações», «Informação e Turismo», «Informação Pública» e «Revista da Imprensa» (Ver Apêndice I). Num artigo publicado no periódico da Agência, em Outubro de 1943, sobre «O Jornalismo Colonial na Metrópole»<sup>578</sup>, Fernanda Reis analisava esta produção com incidência nos órgãos de comunicação metropolitanos sobre assuntos tropicais e chegava à conclusão que a mesma se encontrava pouco desenvolvida e os escassos jornais que se referiam a ela e aos temas de feição imperial faziam-no por vezes com «erros flagrantes e deslizes» que roçavam o ridículo e a mais confrangedora ignorância sobre a geografia e história destas parcelas lusas de Além-Mar.

Fernanda Reis apontava, então, alguns desses «erros» e «deslizes» que realçavam o pouco conhecimento dos jornalistas e da opinião pública metropolitana face ao que se passava nesses territórios distantes da Mãe-Pátria: certo jornalista localizava a cidade angolana de Malange nos «confins» do Niassa, na África Oriental; outros repórteres metropolitanos confundiam São Salvador do Congo com o Congo Belga; Porto Amboim, em Angola, com a ilha de S. Tomé; Maquela do Zombo, com Maguinha do Pombo; rios de

---

<sup>578</sup> Fernanda Reis, «O Jornalismo Colonial na Metrópole» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIX, n.º 220, Outubro de 1943, pp. 109-126.

Angola, como o Cuanza, com rios sul-africanos; habitantes de Maiombe, com quiocos; os jornais europeus revelavam ainda grande desconhecimento da fauna africana e asiática, como se poderia depreender de mais estes exemplos: tigres, perto de Luanda; ursos «negros» no Maiombe, norte de Angola; caçadas no Ambrizete, Angola, aos «ferozes» tsé-tsé<sup>579</sup>.

Logo, para Fernanda Reis, o jornalismo português deveria passar a ser uma «escola» de «divulgação» e «orientação» que procuraria organizar a mentalidade metropolitana para uma melhor compreensão do «trabalho» e dos «sacrifícios» dos «irmãos» espalhados pelas parcelas ultramarinas. E nessa campanha patriótica de «utilidade pública» a favor do «progresso» «intelectual» e «social» de todo o território pátrio, que passaria quer pelas «camadas populares», quer pelas camadas com «cultura e condição social», o jornalismo colonial na Metrópole deveria assentar, portanto, nos seguintes pressupostos: espírito de «oportunidade» e linguagem «simples» para fácil entendimento das camadas populares; criação de sugestibilidade na inserção dos temas menos vulgarizados; apelo a temáticas de interesse pelo Império e pela preservação do património colonial<sup>580</sup>.

Apesar do pouco desenvolvimento da imprensa colonial, quer na Metrópole, quer nas Colónias, e do desconhecimento das opiniões públicas pelo que se passava no Continente e Ilhas e no Império, a imprensa colonial já mostrava alguma vitalidade editorial, desde os primórdios do século XIX, como se deduzirá pelo historial de alguns títulos, entretanto, surgidos nalgumas parcelas ultramarinas portuguesas. Uma das publicações mais antigas era *A Gazeta de Goa*, jornal oficial do Governo dessa possessão asiática, que se editou na cidade de Nova Goa, em 1821. Logo, no ano imediato, em 1822, ainda num domínio oriental, Macau, se publicaria o jornal *A Abelha da China*. Depois, em Cabo Verde, a partir de 1842, o primeiro periódico que se editaria numa dependência portuguesa da África Ocidental era o seu *Boletim Oficial*. Para se publicar um periódico informativo e noticioso no arquipélago foram necessários que transcorressem mais trinta e sete anos, altura em que surgiria, no ano de 1879, *O Correio de Cabo Verde*. Em Angola, o seu *Boletim Oficial* surgiria três anos depois do de Cabo Verde, em 1845, aparecendo dez anos depois, em 1855, o primeiro jornal literário que simbolicamente se chamaria *Aurora*<sup>581</sup>.

<sup>579</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 113-115.

<sup>580</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 121-122.

<sup>581</sup> Orlando de Albuquerque, «Publicações Periódicas das Colónias Portuguesas» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXV, n.º 287, de Maio de 1949, pp. 177-179.



Moçambique foi, neste leque das primeiras publicações imperiais portuguesas, à excepção da Guiné, em 1880, aquela parcela que tivera o seu *Boletim Oficial* mais tardiamente, apenas em 1854, muito embora tenha sido uma das colónias que usufruía de um património editorial e jornalístico dos mais ricos, como aliás ficaria comprovado pelo estudo exaustivo que o investigador Ilídio Rocha fizera das principais publicações desta colónia do Índico, no período compreendido entre 1854 e 1975. Desse trabalho paciente e metódico que decorreu, entre 1963 e 1980, acabaria por resultar uma obra essencial para a história do periodismo daquele território que Rocha intitulou de *Catálogo dos Periódicos e Principais Seriadados Editados em Moçambique: da Introdução da Tipografia à Independência – 1854-1975*<sup>582</sup>. Na introdução aquele trabalho, o autor explicava qual a metodologia usada e o modo como conseguiu inventariar, para um período de 121 anos, um total de 938 títulos. Esse desiderato só teria sido conseguido graças à consulta de referências contidas em anuários, livros e outros periódicos, pois tornou-se impossível ter acesso a todas as publicações e, sobretudo, encontrar em todas elas um conjunto de dados previstos para o catálogo que se pretendia organizar. Entre as menções consideradas importantes para cada ficha de periódicos e seriadados, contavam-se as seguintes: título, subtítulos e/ou outros títulos; editor ou proprietário; local de publicação; director e/ou outros responsáveis; periodicidade e anos de publicação; outros dados históricos importantes<sup>583</sup>.

Numa aproximação a uma tipologia da Imprensa em Moçambique, Ilídio Rocha concluía que até à independência, em 1975, existiram nesta colónia 239 periódicos noticiosos, dos quais 21 eram diários, 4 trisemanários, 12 bissemanários, 107 semanários, 19 quinzenários, 20 mensários, 48 números únicos, 36 publicações de periodicidade desconhecida. Alguns dos jornais noticiosos que reportavam a actualidade, de acordo com a sua periodicidade, eram também jornais políticos e nessa afirmação de cidadania poderíamos encontrar 26 periódicos operários, 23 afectos a instituições controladas pelos governos estadonovistas, de Oliveira Salazar, e Marcello Caetano, 19 socialistas, 18 republicanos e liberais, 6 de influência maçónica. Havia ainda 170 periódicos de carácter científico e técnico; 40 editados por grémios e outras associações patronais; 30 afectos ao

<sup>582</sup> Ilídio Rocha, *Catálogo dos Periódicos e Principais Seriadados Editados em Moçambique: da introdução da tipografia à independência – 1854-1975*, Maputo, Centro de Documentação e Informação de Moçambique, 1980, 224 pp. Mais tarde este catálogo seria publicado em livro com o seguinte título: *A Imprensa de Moçambique*, Lisboa, Livros do Brasil, Colecção “Mundo Ibérico” n.º 1, 2000, 435 pp.

<sup>583</sup> Ilídio Rocha, «Introdução», *Ibidem*, *Catálogo dos Periódicos e...*, p. III. Ainda, *A Imprensa de...*, p. 229.

culto religioso, dos quais 27 católicos; 20 periódicos militares sendo 16 deles editados depois de 1961, data do começo da Guerra Colonial; 14 publicados por sindicatos ou agremiações de trabalhadores; 13 jornais desportivos; 12 publicações de humor; 9 de cariz literário; 4 jornais infantis<sup>584</sup>.

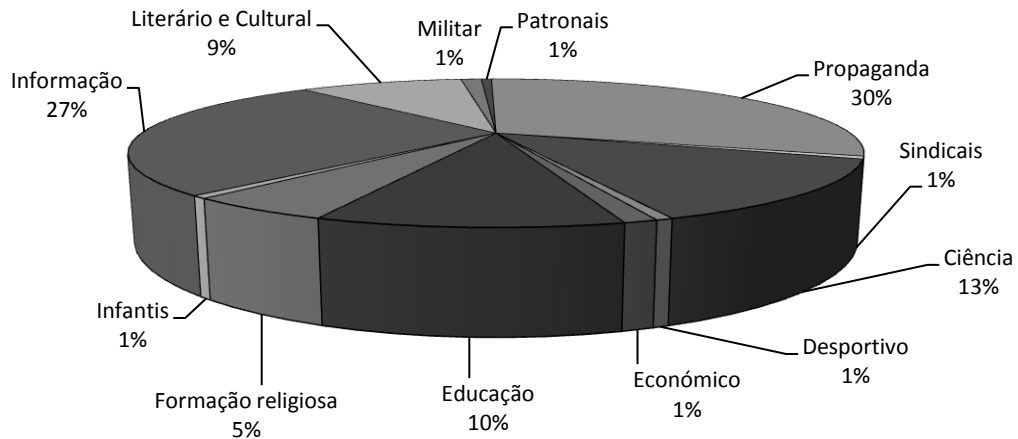
No caso da inventariação que fizemos no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* para um período compreendido entre 1925 e 1970, transcorreram quarenta e quatro anos e mais de meio milhar de números editados (535+31 especiais= 566 volumes). Num manancial de tanta informação, em quase meio século de publicação ininterrupta, foi difícil seleccionar todos os títulos de periódicos publicados no «Império Colonial Português», desde o século XIX, até terceiro quartel do século XX, e entretanto referenciados e divulgados pelo periódico desta instituição de propaganda do ministério das Colónias/Ultramar, que apenas iniciara a sua publicação no segundo semestre de 1925. Esta tarefa tornou-se mais difícil quando o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* divulgara referências incompletas desses periódicos coloniais, omitindo o ano de publicação do primeiro número, o conteúdo temático, a periodicidade, o perfil ideológico e socioprofissional dos proprietários, a identidade dos directores e editores, o local de edição, os anos de publicação, e outros dados importantes para o historial do periódico. Daí que a seriação encontrada se deva apenas aos periódicos divulgados pelo *Boletim* com um conjunto mínimo de referências que nos permitisse situar a possessão e a cidade onde o periódico era editado, o título ou o subtítulo, a periodicidade e o critério de actualidade, a data do primeiro e do último número, o nome do editor ou do director, outros factos de relevância para a história do periódico ou da possessão onde se concretizava a edição.

Na procura desses dados, sobretudo para Moçambique, foi decisivo ainda o *Catálogo* de inventariação dos periódicos e seriados feitos para essa colónia por Ilídio Rocha e que nos ajudou a complementar muita da primeira informação recenseada no periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar. Da análise e da caracterização das diversas secções de bibliografia e de recensão do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* poderemos inferir que encontrámos nesta seriação 172 publicações, das quais 52 eram de propaganda, 46 de informação, 23 de ciência, 18 de educação, 16 de carácter literário e cultural, 9 de formação religiosa, 2 para assuntos económicos, 2 de formação militar, e 1 respectivamente para conteúdos desportivos, infantis, grémios patronais e sindicatos. (**Ver Gráfico 4**).

---

<sup>584</sup> *Idem*, «Introdução», *Ibidem*, pp. V-VIII.

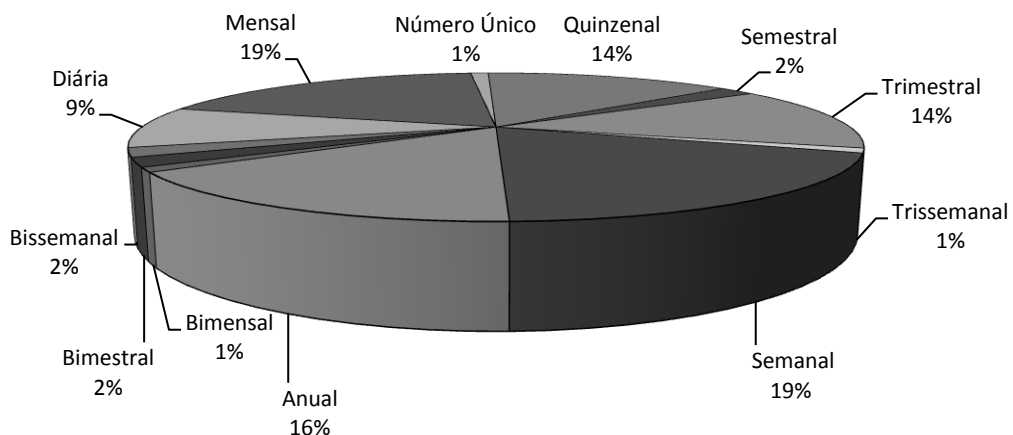
**Gráfico 4: Caracterização dos principais Periódicos Coloniais/Ultramarinos entre 1924/1974.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Deste universo de 172 unidades periodísticas recenseadas, 100 periódicos indicavam periodicidade (58,1%), enquanto os restantes 72 não indicavam esta característica temporal (41,9%). Relativamente à periodicidade, será interessante verificarmos que 19 tinham uma edição mensal e semanal; 16 uma anual; 14 quinzenal e trimestral; 9 diária; 2 semestral, bimestral e bissemanal; 1 bimensal, trissemanal e número único. (Ver Gráfico 5).

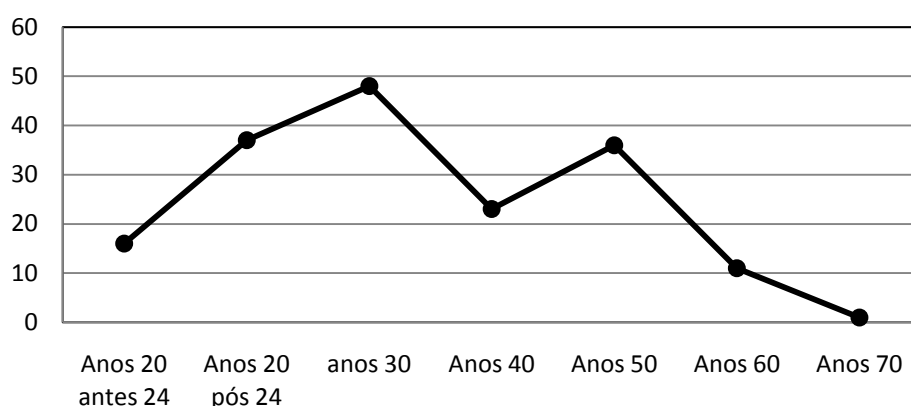
**Gráfico 5: Periodicidade dos Jornais/Revistas Coloniais/Ultramarinos entre 1924/1974.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Quanto aos anos em que estes periódicos foram fundados, pela análise efectuada no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* poderemos chegar à conclusão que 48 foram criados na década de 30 (28%); 37 na década de 20, após 1924, (22%); 36 na década de 50 (21%); 23 na década de 40 (13%); 16 antes de 1924 (9%); 11 na década de 60 (6,4%); 1 na década de 70 (0,6%) (de realçar que este estudo só contemplava 4 anos da década de 70) (**Ver Gráfico 6**).

**Gráfico 6: Número de periódicos fundados entre as décadas de 20 e 70 do século XX.**



**Fonte:** Elaboração própria.

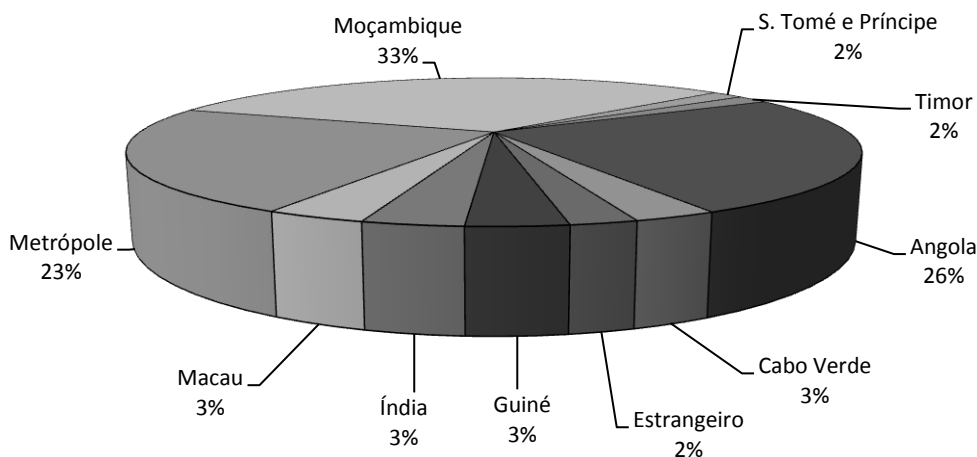
Interessante verificar que os 16 periódicos mais antigos que encontramos nas páginas do *Boletim* eram anteriores à fundação da Agência Geral das Colónias/Ultramar, em 1924, embora tivessem sido divulgados pelo periódico, a partir de Julho de 1925. Para aquilatarmos da sua importância e da sua antiguidade, passamos a enumerá-los pela ordem cronológica, do mais antigo para o mais recente, divulgando o título e a colónia onde eram editados. (**Ver Quadro 3**).

**Quadro 3: Periódicos mais antigos criados antes da Agência Geral das Colónias e referenciados no seu Boletim (1924).**

<i>Colónias</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>
Metrópole	<i>Revista Militar</i>	1848
Metrópole	<i>O Instituto</i>	1852
Índia	<i>Boletim do Instituto Vasco da Gama</i>	1872
Metrópole	<i>Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa</i>	1876
Moçambique	<i>Anuário de Lourenço Marques</i>	1908
Cabo Verde	<i>A Voz de Cabo Verde</i>	1911
Angola	<i>Jornal de Benguela</i>	1911
Metrópole	<i>A Nação</i>	1915
Metrópole	<i>Arquivo das Colónias</i>	1917
Moçambique	<i>Brado Africano</i>	1918
Metrópole	<i>Anuário da Escola Colonial</i>	1919
Moçambique	<i>O Oriente</i>	1919
Metrópole	<i>Seara Nova</i>	1921
Guiné	<i>A Voz da Guiné</i>	1922
Angola	<i>Angola</i>	1923
Angola	<i>A Província de Angola</i>	1923

No respeitante à distribuição geográfica por cada parcela ultramarina, apurámos que a colónia que apresentava mais dinamismo editorial era Moçambique, com 56 periódicos, seguida de Angola com 44, Metrópole com 39, Guiné, Índia e Macau com 6 cada uma, Cabo Verde com 5, Estrangeiro (Brasil, Japão e Hong Kong) com 4 e S. Tomé e Príncipe e Timor, com 3 periódicos. A hierarquização desta «geografia imperial» não constituía de resto grande admiração para quem pretendia fazer a caracterização desta imprensa, tendo em conta que Moçambique e Angola, sendo as duas colónias portuguesas mais importantes e mais extensas em África, também seriam as que potencialmente teriam maiores recursos financeiros, elite local que pudesse disponibilizar os seus dotes intelectuais para projectos deste tipo, e ainda uma comunidade de colonos minimamente alfabetizada que pudesse constituir o futuro elo de leitores destes projectos comunicacionais (**Ver Gráfico 7**).

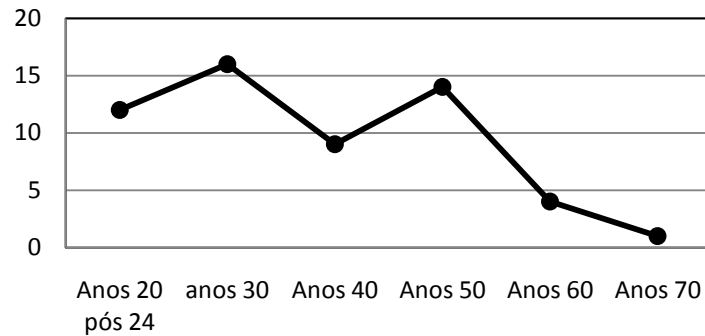
**Gráfico 7: Produção editorial no «Império Colonial Português» e no «Estrangeiro» entre os anos de 1924 e 1974.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Para esta investigação igualmente constituirá motivo de interesse o conhecimento dos períodos temporais em que cada colónia revelou maior dinamismo editorial. Assim, em Moçambique o período mais profícuo na criação de periódicos foi a década de 30, quando o Estado Novo emergiu, com 16 unidades (28,6%), logo seguido da década de 50, quando o regime se reciclou ideologicamente, com 14 (25%), da década de 20 (após 1924), quase no final do regime republicano, com 12 periódicos (21,4%), e da década de 40, com 9 periódicos (16,1%). O período menos dinâmico situar-se-ia na década de 70, com apenas 1 exemplar (1,8%), facto que não seria para admirar, visto que a investigação assentou no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, e o mesmo deixou de se publicar, a partir do início dessa década. Na década anterior, década de 60, apenas tínhamos conseguido referenciar 4 novos periódicos, quantitativo que correspondia a 7,1%, o que revelava que o início da Guerra Colonial e a invasão pela União Indiana dos territórios de Goa, Damão e Diu já indiciava o declínio do regime colonialista de Lisboa (**Ver Gráfico 8**).

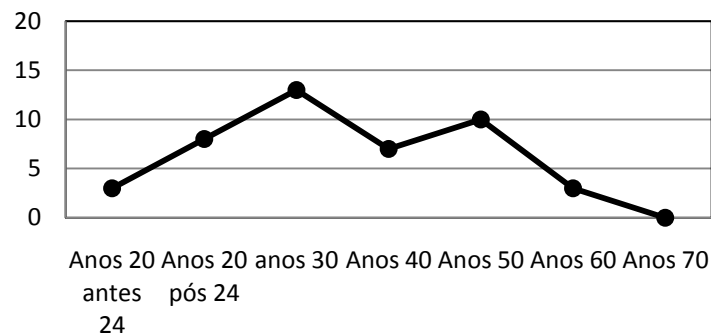
**Gráfico 8: Dinamismo editorial em Moçambique entre as décadas de 20 e 70 do século XX.**



**Fonte:** Elaboração própria.

A segunda colónia com mais dinamismo editorial era Angola, pois no período em estudo registámos 44 novas publicações, sendo que dessa totalidade as décadas mais produtivas foram as décadas de 30, com 13 novas unidades periodísticas (30%), a de 50 com 10 (23%), a de 20, após a criação da Agência Geral das Colónias em 1924, com 8 (18%), e a década de 40, com 7 (16%). Não registámos nesta possessão nenhuma nova publicação na década de 70, pelo facto acima enumerado do *Boletim Geral do Ultramar*, fonte desta investigação, ter deixado de se editar no início dessa mesma década. Na década de 60 anotámos apenas 3 novas publicações, bem como na década de 20, antes de 1924, percentagem que correspondia a 6,5% da produção editorial dessa possessão (Ver Gráfico 9).

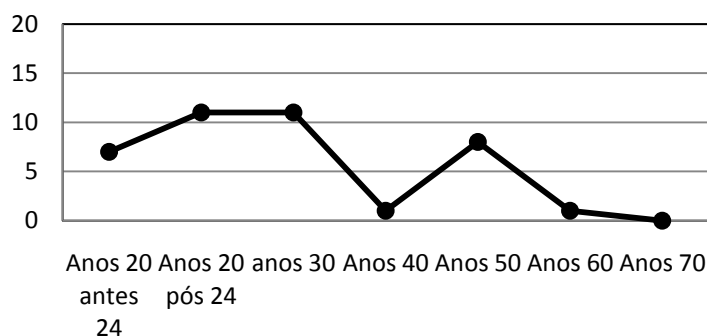
**Gráfico 9: Dinamismo editorial em Angola entre as décadas de 20 e 70 do século XX.**



**Fonte:** Elaboração própria.

No caso da criação de periódicos coloniais na Metrópole, os valores são um pouco diferentes e, num universo de 39 publicações das 172 inventariadas, as primeiras décadas do século XX foram mais produtivas para este tipo de edições, nomeadamente as décadas de 20, após 1924, e 30, com 11 novas unidades jornalísticas, o que correspondia a 28% da percentagem total, para cada uma dessas décadas. A década de 50 ainda mostrava muito ímpeto na dinâmica editorial, com 8 publicações inventariadas (21%). Os anos anteriores a 1924, que correspondiam ao final da Monarquia e aos primeiros anos da República, revelavam ainda uma boa produção neste tipo de Imprensa, com um conjunto de 7 publicações, que correspondia a 18% das edições de periódicos coloniais na Metrópole. Esta dinâmica decresceu na década de 40 e 60, com apenas 1 periódico assinalado no *Boletim Geral do Ultramar* (2,5%) (Ver Gráfico 10).

**Gráfico 10: Dinamismo editorial na Metrópole entre as décadas de 20 e 70 do século XX.**

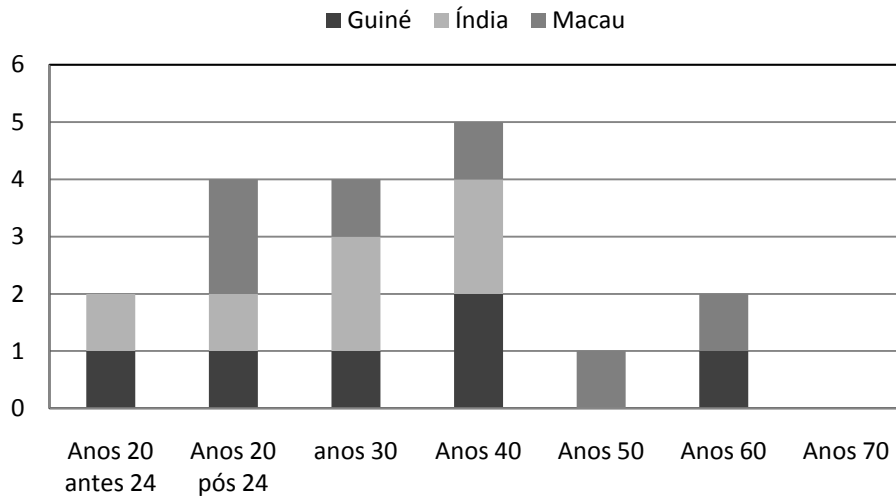


**Fonte:** Elaboração própria.

Nas outras colónias, por sinal mais pequenas e com muito menos recursos financeiros e humanos, a hierarquização da produção jornalística diminuiu drasticamente, verificando-se que num primeiro conjunto de três possessões (Guiné, Índia e Macau), com apenas 6 publicações cada, os períodos mais favoráveis para a edição de periódicos foram as décadas de 40 (Guiné), 30 e 40 (Índia), 20 (após 24) Macau com 2 unidades (33%). As décadas de 20 (antes e depois de 24) e 30 apenas tiveram 1 publicação respectivamente para a Guiné, Índia e Macau (17%). (Ver Gráfico 11).



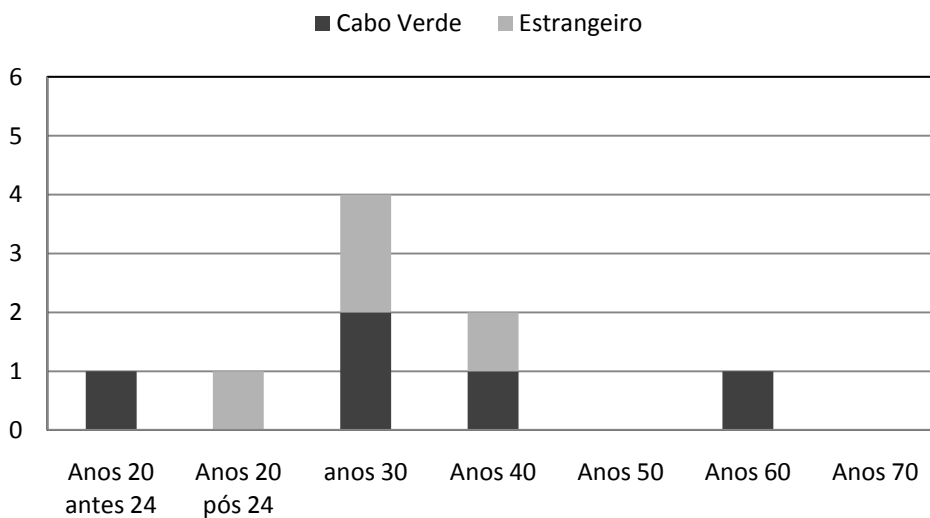
**Gráfico 11: Dinamismo editorial na Guiné, Índia e Macau entre as décadas de 20 e 70.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Cabo Verde e o Estrangeiro (Brasil, Hong Kong e Japão), com 5 e 4 publicações recenseadas no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, entre 1924 e 1974, seriam os territórios onde se editaram mais jornais e revistas coloniais na década de 30, com 2 unidades (40%) e (50%), respectivamente para Cabo Verde e Estrangeiro. As décadas de 50 e 70 não tiveram qualquer publicação (**Ver Gráfico 12**).

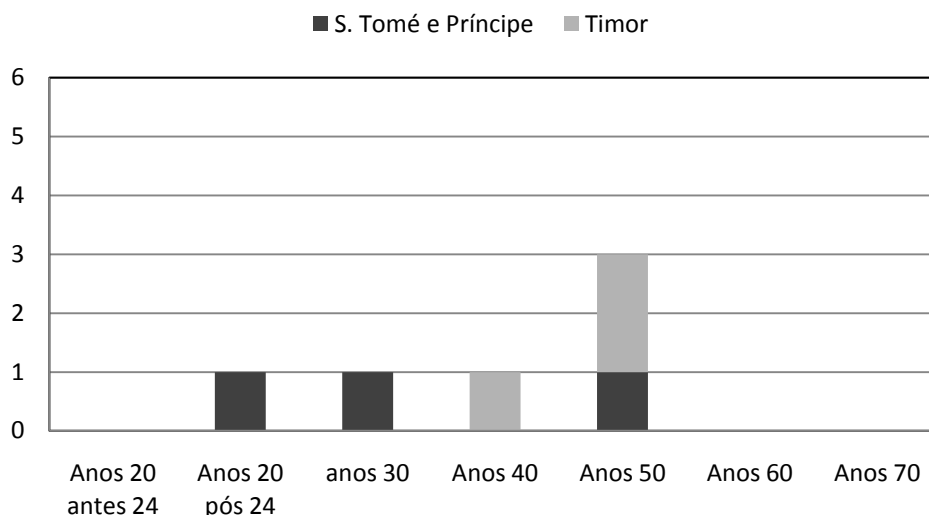
**Gráfico 12: Dinamismo editorial em Cabo Verde e Estrangeiro entre as décadas de 20 e 70.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Finalmente, o conjunto de colónias mais pobres, com menos recursos e mais esquecidas da Metrópole eram S. Tomé e Príncipe e Timor. Na inventariação feita no *Boletim*, durante a vigência desta instituição colonialista (1924-1974), apenas se encontraram 3 publicações, o que correspondia a apenas 2% da percentagem de publicações em Portugal nesse período. No caso de S. Tomé, fundaram-se jornais nas décadas de 20, 30 e 50, enquanto em Timor a publicação de periódicos foi mais tardia, remontando apenas às décadas de 40 e 50, respectivamente com 1 e 2 jornais (**Ver Gráfico 13**).

**Gráfico 13: Dinamismo editorial em S. Tomé e Príncipe e Timor entre as décadas de 20 e 70.**



**Fonte:** Elaboração própria.



MINISTERIO  
DE  
DEFENSA NACIONAL



E.M.G.F.A.

**Ministério do Ultramar e Sede da Agência**

**Geral do Ultramar, a partir de 1968**

**Alto do Restelo**

**Lisboa**

## **PARTE II**

# **O BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS/ BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR (1925-1970)**



# I

## HISTÓRIA DO BOLETIM

### 1. Directores e suas linhas gerais e programáticas

Neste capítulo iremos falar sobre os principais directores do *Boletim* que acumulavam esta função com a de responsáveis pela Agência Geral das Colónias. Neste período de quarenta e quatro anos o periódico desta instituição de propaganda colonial apenas tivera seis directores. Assim, um número tão pequeno de responsáveis só comprovava que a instituição, à semelhança do regime que servira, gozava de uma certa estabilidade que permitira que os seus directores pudessem concretizar os planos a que se tinham proposto, quando acederam a desempenhar tais funções públicas. Numa linha evolutiva verificamos que o primeiro director, Armando Cortesão, que ainda foi nomeado no período da República<sup>585</sup> e que assegurou a edição do periódico durante o regime da Ditadura Militar, acabaria por ser substituído quando Oliveira Salazar chegara à presidência do Conselho de Ministros, e o ministro das Colónias, Armindo Monteiro, encetara as primeiras reformas centralistas neste departamento estatal que geria a propaganda colonial.

A partir de 1932, a Agência e a direcção do *Boletim* foram entregues ao tenente-coronel Garcez de Lencastre que apenas estivera o tempo suficiente (dois anos), para entretanto ter sido indigitado para um cargo de governação em Angola. Posteriormente, o jornalista Júlio Cayolla assumiria a responsabilidade de dirigir o periódico até ao final da Segunda Guerra Mundial (1946), numa fase em que o Estado Novo se afirmava e consolidava a maior parte das suas reformas corporativas. Com o final da Guerra e com o emergir de um contexto internacional mais a favor da emancipação das possessões coloniais, o *Boletim* conheceria um novo director, Banha da Silva, que por sinal permaneceria nestas funções durante vinte e um anos. Em 1967, quando o regime

---

<sup>585</sup> José Luís Lima Garcia, «O Boletim da Agência Geral das Colónias e a Propaganda Colonial durante a República» in *Actas das Jornadas Interdisciplinares «Poder e Sociedade»*, Lisboa, Volume II, Universidade Aberta, 1998, pp. 249-261.

apresentava já sinais de decadência, a um ano da substituição de Salazar, por Marcello Caetano, o periódico conhecia o penúltimo director, Cunha Leão, que se mantivera na direcção da Agência Geral do Ultramar até 1973, sendo substituído por José Fernando Nunes Barata que ficará apenas uns meses até Abril de 1974. Será pois a evolução histórica do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* centrada na gestão de cada uma destas personalidades que passaremos a analisar, a partir de agora.

Relativamente à biografia de Armando Cortesão, este primeiro responsável pela Agência Geral das Colónias nasceu a 31 de Janeiro de 1891, em S. João do Campo, distrito de Coimbra, filho do filólogo António Augusto Cortesão, e irmão do historiador Jaime Cortesão, e faleceu em Lisboa, no dia 29 de Novembro de 1977, aos 86 anos, após uma longa e multifacetada carreira ligada à ciência, ao desporto, ao ensino e à política. Com 22 anos formou-se em engenharia, pelo Instituto Superior de Agronomia, de Lisboa. Como estudante participou ainda nos Jogos Olímpicos de Estocolmo, de 1912. A 3 de Outubro de 1924, três dias depois da criação da Agência Geral das Colónias, foi nomeado director desta instituição de propaganda<sup>586</sup>. Com diploma na área da Agronomia, acabaria por se especializar na investigação em cacauzeiros, uma planta tropical muito prodigiosa no clima equatorial de S. Tomé e Príncipe. Colocado nessa colónia-arquipélago durante a Primeira Guerra Mundial, passaria entretanto a chefiar a Direcção de Agricultura. Como especialista e responsável por este pelouro deslocara-se em missões de serviço a vários territórios, designadamente à Guiné, ao Senegal e às Antilhas, bem como participara em congressos coloniais em Londres e em Bruxelas, respectivamente nos anos de 1921 e 1924. Assistente de Gago Coutinho, colaborou com esta figura de relevo da Aviação no levantamento geodésico das ilhas que tão bem conhecia. Apesar de a Agronomia ter sido asua especialização inicial, a empatia pela investigação histórica levaram-no posteriormente a especializar-se em Cartografia.

A partir de 1935, por motivos políticos foi obrigado a exilar-se no estrangeiro, mais concretamente em Londres<sup>587</sup>, tendo participado durante a Segunda Guerra Mundial na defesa daquela cidade dos ataques da aviação alemã<sup>588</sup>. Durante a sua permanência no

<sup>586</sup> Vide «Serviços da Agência Geral das Colónias» in *Boletim da Agência Geral das Colónias.*, Ano I, Julho de 1925, n.º 1, p. 139. Ainda, José Luís Lima Garcia, «A Agência Geral das Colónias e a propaganda colonial na transição da República para o Estado Novo (Armando Cortesão e a 1.ª fase da A.G.C. – 1924-1932)» in *Vértice*, Editorial Caminho, n.º 110, Lisboa, Março-Abril de 2003, pp. 58-61.

<sup>587</sup> Vide a propósito desta temática *Memória das Oposições (1927-1969)* – Coordenação de Heloísa Paulo, Coimbra, Edições Minerva, Coleção Minerva n.º 29, 2010, 216 pp.

<sup>588</sup> Armando Cortesão, «Bombas sobre Londres (12-5.1941)» in *Cartas de Londres – 1941-1949*, Coimbra, Edição da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1974, pp. 1-6.



exterior leccionou em várias Universidades quer da Europa (Paris e Londres), quer da América do Norte e do Sul. Em 1946, foi convidado pelo director-geral da UNESCO, Julian Huxley, para integrar a comissão organizadora daquela instituição internacional, tendo posteriormente chefiado as divisões de «História da Ciência» e das «Relações Exteriores e Cultura», que se responsabilizaram pela publicação de uma História da Humanidade. Também, a sua contribuição para o estudo e interpretação da Cartografia foi fundamental para o conhecimento da História dos Descobrimentos, especialmente os seus trabalhos sobre a família dos cartógrafos «Homem» (*Os «Homens», cartógrafos portugueses do Século XVI*, Coimbra, 1932) poderão ainda hoje ser considerados modelares, de acordo com a opinião do professor Luís de Albuquerque<sup>589</sup>. Essenciais na bibliografia sobre a história da Cartografia deverão também ser considerados os dois tomos da obra *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV a XVI*, publicados em Lisboa no ano de 1934, a edição em inglês do *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues* editado em Londres em 1944, *The Nautical Chart of 1424*, publicado em Coimbra em 1954, e a *Cartografia dos Descobrimentos e Cartografia Portuguesa Antiga* ambos publicados em 1960.

Regressado a Portugal em 1952, foi entretanto nomeado em 1961 director da secção cartográfica da Universidade de Coimbra e como agradecimento deste acolhimento doou a sua valiosa biblioteca à Faculdade de Ciências, desta mesma Universidade. Para rematar esta investigação sistemática de décadas, numa matéria científica em que os portugueses foram pioneiros no século XV, Armando Cortesão publicara ainda em colaboração com o comandante Avelino Teixeira da Mota, entre 1960 e 1962, a obra fundamental para a compreensão coeva da expansão portuguesa no Mundo, o *Portugaliae Monumenta Cartographica*, obra publicada em cinco volumes feita propositadamente para as comemorações dos quinhentos anos da morte do Infante Dom Henrique, em 1960. Entre 1969 e 1971 produziu, em dois volumes, uma edição bilingue (português e inglês) da *História da Cartografia Portuguesa*, resultado de uma vida dedicada à ciência dos Descobrimentos. Organizou, em colaboração com o professor Luís de Albuquerque, a edição das *Obras Completas de D. João de Castro*. Publicou ainda outros títulos ligados à sua formação agronómica e à sua militância colonialista como eram o caso da *Teoria da mutação e o melhoramento das plantas*, Coimbra, 1913; *Culture du Cacaoyer*, Lisboa,

---

<sup>589</sup> Luís de Albuquerque, «Armando Cortesão (1891-1977)» in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 165.

1921; *O Problema Colonial Português*, Lisboa, 1925; *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, 1931.

Com uma colaboração fecunda e dispersa em múltiplos periódicos da área da história e da geografia (*The Contemporary Review*, *The Geographical Journal*, *The Geographical Review*), Armando Cortesão foi ainda um dos principais colaboradores dessa obra monumental *A História da Expansão dos Portugueses no Mundo*. Doutor *honoris causa* pelas Universidades de Coimbra e de Newfoundland, foi professor da primeira destas Universidades, tendo em 1960 recebido a medalha de ouro da *Royal Geographical Society* de Londres e em 1972 o Prémio Nacional de Cultura como prova do reconhecimento pelo seu trabalho científico. Foi ainda eleito académico, respectivamente em 1964 e 1975 pelas Academias de Ciências de Lisboa e Portuguesa de História. Director literário da *Verbo-Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* travara com o historiador inglês Charles Boxer uma «absurda» polémica, segundo opinião de António Valdemar<sup>590</sup>. De acordo com este jornalista, Armando Cortesão com a idade tornou-se difícil de «controlar» e, apesar de um «indiscutível» passado republicano, tomou a defesa da política colonial de Salazar contra as investigações de um dos estudiosos mais reputados da história da expansão e do colonialismo português no Mundo. Segundo Valdemar, a propósito desta polémica, Cortesão escrevera uma série de artigos «deploráveis» no jornal vespertino *Diário Popular* e em intervenções públicas, como a de Maio de 1965, na oração inaugural da Academia Internacional de Cultura Portuguesa ocorrida na Sociedade de Geografia de Lisboa, que contrariavam todo um percurso de um republicano inicialmente perseguido pelas autoridades do Estado Novo e obrigado ao exílio na Europa, pelas suas posições críticas sobre a ideologia imperial estadonovista<sup>591</sup>.

A 12 de Dezembro de 1968, já nesta fase última de «convertido» ao anacronismo da ideologia imperial do Estado Novo, Armando Cortesão visitara as instalações da Agência Geral das Colónias, quarenta e quatro anos depois de ter sido o primeiro responsável por aquele organismo de propaganda. Acompanhado por Cunha Leão, Cortesão percorrera demoradamente a instituição que ajudara a criar na fase final do regime republicano e fora precursor de algumas iniciativas importantes para a divulgação da realidade tropical como foi a criação do *Boletim*, a instituição de concursos de literatura e a implementação de

<sup>590</sup> António Valdemar, «Boxer, Estorninho e Cortesão» in jornal *Diário de Notícias*, de 4 de Junho de 2000, p. 20.

<sup>591</sup> Vide «Oração inaugural da Academia Internacional de Cultura Portuguesa» in jornal *Diário de Notícias*, de 26 de Maio de 1965.

exposições, feiras e mostruários coloniais. Mas, sobretudo, o que os leitores do *Boletim Geral das Colónias* têm a agradecer a Armando Cortesão foi a forma como organizou e coordenou o seu periódico, aceitando a contribuição dos mais reputados especialistas nas diversas áreas das ciências humanas e experimentais coloniais, fazendo deste órgão, a par de outros existentes nas principais metrópoles europeias, uma das principais fontes para o estudo e conhecimento da colonização portuguesa contemporânea nos trópicos<sup>592</sup>. Aliás, era o próprio Cortesão que considerava a importância deste meio de comunicação na promoção imperial, quando no primeiro número fazia pertinentes afirmações sobre esse facto, referindo que «muito se tem feito, muito se tem a fazer ainda, mas é preciso que tudo isso se saiba, tanto entre nós, como no estrangeiro. Entre nós a grande maioria dos portugueses desconhece em absoluto as nossas colónias, o que elas valem, o que para nós representam e o que lá temos feito; no estrangeiro, quase que apenas se sabe de nós pelo que dizem os que têm interesse em nos denegrir»<sup>593</sup>.

Quanto ao tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, foi nomeado pelo ministro das Colónias, Armindo Monteiro, a 4 de Abril de 1932, segundo responsável pela Agência Geral das Colónias<sup>594</sup>. Era um militar de carreira que iniciara as suas funções em Timor, onde exercera alguns cargos administrativos de certa relevância durante doze anos, a partir de 1911. No comando militar da localidade de Lautém, um dos comandos de mais recente ocupação em Timor (a ocupação remontava ao início do século XX), Garcez de Lencastre fizera a sua aprendizagem sobre o que era a realidade colonial, nomeadamente numa possessão que tinha sido das mais esquecidas da Metrópole. Uma das primeiras formas de adaptação e de aproximação às populações locais seria a aprendizagem dos dialectos que em Timor eram vários, embora o mais utilizado era o Tetum<sup>595</sup>. Este dialecto que utiliza muitos vocábulos malaios e alguns portugueses serviu para que Lencastre como representante da autoridade colonial pudesse mais facilmente entrar em contacto com as populações indígenas e incentivar a agricultura que, desde os tempos do Governo de Afonso de Castro nos finais do século XIX, havia caído numa grande apatia que só ressurgiria em 1914, com o plantio de culturas adequadas ao tipo de clima desta possessão,

<sup>592</sup> Vide «Informações e Notícias: Agência-Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV - n.ºs 521/522, Novembro/Dezembro de 1968, p. 161.

<sup>593</sup> Armando Zuzarte Cortesão, «O Boletim da Agência Geral das Colónias» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, Julho de 1925, n.º 1, pp. 3-9, especialmente p. 5.

<sup>594</sup> José Luís Lima Garcia, «A propaganda colonial no início do Estado Novo: a acção do Agente Geral das Colónias Júlio Garcez de Lencastre (1932-1934)» in revista *Estudos do Século XX – O(s) tempo(s) do(s) medi@*, N.º7, Coimbra, Quarteto Editora, 2007, pp. 229-239.

<sup>595</sup> Vide a propósito Júlio Garcez de Lencastre, «Algumas Regras Gramaticais da Língua Tétum e Vocabulário» in *Boletim Geral*..., Ano V, Dezembro de 1929, n.º 54, pp.82-92, especialmente p.82.

como eram o caso da exploração do cacau e do café<sup>596</sup>. Esta presença em Timor de Garcez de Lencastre seria importante para que, depois de regressado à Metrópole em 1927, se tivesse matriculado na Escola Superior Colonial. Nessa instituição completou os conhecimentos empíricos que tinha aprendido quando da sua passagem pela ilha do «sol-nascente». Como resultado desta formação publicara no *Boletim* n.º 71, de Maio de 1931, um desses trabalhos que resultaram do seu conhecimento *in loco* da geografia desta ilha e que apresentara à disciplina de «Higiene Colonial» com o título de «Climatologia e Nosologia de Timor»<sup>597</sup>.

A par da carreira militar e da frequência de um curso Superior, Lencastre ainda desempenhara outras funções, como presidente de uma Junta de Recrutamento no norte do país, na região de «Entre Douro e Trás-os-Montes», em 1929. Três anos depois, em 1932, exercia funções autárquicas como vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa. Em Abril de 1932, foi nomeado Agente Geral das Colónias, tendo contado, no perfil da escolha feita pelo ministro Armindo Monteiro, o conhecimento da problemática colonial e a proximidade a Filomeno da Câmara e ao sector mais conservador do regime republicano. De facto, Garcez de Lencastre tinha esse conhecimento de uma estadia de doze anos numa das possessões onde a administração colonial tinha sido das mais deficitárias de todo o Império português, a ponto daquela colónia ter estado mais de um século debaixo do «poder missionário», que, pela palavra do Evangelho, a tinham conquistado e submetido<sup>598</sup>. Um outro aspecto que teria contribuído para a decisão do ministro Monteiro para esta escolha, fora a envolvência deste militar na organização, num período tão sensível para o ressurgimento do Império, de um almoço dos alunos da Escola Superior Colonial realizado no dia 12 de Março de 1932, no navio *Niassa*, e em que estiveram presentes, para além do ministro das Colónias, grande parte do corpo docente e discente, salientando-se, entre os primeiros, Moreira Júnior e o conde de Penha Garcia e, entre os segundos, entre outros, Garcez de Lencastre, como presidente da Associação Académica. Entre os oradores que usaram da palavra neste almoço (os outros oradores

<sup>596</sup> Júlio Garcez de Lencastre, «Aspecto da Administração de Timor» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, Dezembro de 1929, n.º 54, pp.32-54, especialmente pp. 47-48.

<sup>597</sup> Júlio Garcez de Lencastre, «Climatologia e Nosologia de Timor» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Maio de 1931, n.º 71, pp. 61-77.

<sup>598</sup> Vide «A Agência Geral das Colónias e a sua cooperação na “Semana Portuguesa de Vigo” – O discurso do sr. Agente Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano IX, Abril de 1933, n.º 94, pp. 131-135, especialmente p. 133.

foram o director da Escola e o ministro das Colónias), Lencastre foi um deles, em representação dos estudantes, tendo a propósito pronunciado as seguintes palavras:

Para que o espírito do Império possa ser posto ao serviço do grande objectivo civilizador que mencionei, é preciso dar ao País uma organização que lhe falta ainda – para que, da Europa à Oceânia, todas as rodagens da máquina administrativa da economia portuguesa trabalhem de concerto, como que movimentadas pelo mesmo impulso de uma energia gigantesca. Será preciso, em hora próxima, dotar a nação com órgãos que interpretem as suas aspirações; mas é preciso que os órgãos que localmente executem as deliberações idas do alto da hierarquia do Império compreendam plenamente o pensamento que as ditou e dentro deles se cumpram<sup>599</sup>.

Pelo excerto acima reproduzido concluímos que o representante dos alunos desta escola de formação de quadros coloniais perfilhava da doutrina oficial do Estado Novo, quanto ao sentido unitário do seu Império. Pedia ainda, aproveitando a ocasião, para que a sua instituição pudesse servir de alfobre na formação dos administradores ultramarinos. Para que isso acontecesse dever-se-ia cumprir o Decreto n.º 20.674, de 23 de Dezembro de 1931, especialmente no que dizia respeito às condições materiais para o acolhimento da «Universidade Colonial» e para o aumento da frequência estudantil para um valor acima da centena. Referindo-se à sua própria situação de oficial do Exército, Garcez de Lencastre afirmava que esse facto não era impeditivo de uma vontade de aprender e estudar mais. E de certeza que muitos dos seus colegas ao enxergarem a mensagem deste discurso sentiriam o apelo à «ideia colonial» e, com isso, elevar-se-iam «como se duma elevada montanha olhassem a superfície do mar e até as mais alterosas vagas nos parecem pequenas e imóveis»<sup>600</sup>.

A reforma centralizadora do ministério das Colónias acabaria por ir por diante e vinte e três dias depois deste discurso académico o seu autor, por fidelidade aos princípios da nova conjuntura política, era nomeado Agente Geral das Colónias e passaria, a partir de 4 de Abril de 1932, a fazer parte desta reforma, como um dos actores, que iria «cumprir» esta ideia «da unidade do Império», que agora começava a emergir com a pujança deste nacionalismo demasiado centralizado em Lisboa. Os serviços prestados a esta causa do ressurgimento imperial foram de uma dedicação e entusiasmo que o lugar na Agência

---

<sup>599</sup> Vide «O almoço de confraternização dos alunos da Escola Superior Colonial – Discurso do presidente da direcção da Associação Académica dos Alunos da Escola Superior Colonial» in *Boletim Geral das...*, Ano VIII, Março de 1932, n.º 81, pp. 118-134, especialmente pp. 122-123.

<sup>600</sup> *Idem, Ibidem.*

Geral das Colónias acabaria por funcionar como trampolim para um outro de muito maior projecção política, numa altura em que Lencastre ainda não tinha cumprido dois anos de mandato, quando o ministro Monteiro, a propósito da criação do cargo de governador da província de Luanda, em Angola, por determinação do Decreto n.º 23.848<sup>601</sup>, o convidava a pôr em execução o que aprendera em Timor, em 1911, quando Filomeno da Câmara era governador dessa colónia.

Relativamente ao terceiro director deste departamento do ministério das Colónias, o percurso de Júlio Cayolla começara em Elvas, localidade do Alentejo onde nascera a 6 de Agosto de 1891, filho de um oficial do Exército e professor da Escola Superior Colonial, Lourenço Cayolla. Detentor de um curso na Escola em que o seu pai foi professor, Cayolla possuía ainda o curso de Contabilidade. Foi redactor do jornal *Diário de Notícias*, presidente da direcção da Caixa de Previdência de Profissionais da Imprensa de Lisboa, secretário-geral do Sindicato Nacional dos Jornalistas. Depois, viajara para África onde «abraçou» a carreira de funcionário administrativo, profissão que se enquadrava no perfil da sua formação académica adquirida na Escola Superior Colonial. Regressado a Lisboa, com a experiência adquirida nos territórios ultramarinos foi secretário do ministro das Colónias, Armindo Monteiro, tendo integrado os quadros da Agência Geral das Colónias, como chefe de redacção do *Boletim Geral das Colónias*, e mais tarde, chefiado a 4.<sup>a</sup> Divisão da mesma instituição. Em 1934, depois da nomeação de Garcez de Lencastre para governador provincial de Luanda, Júlio Cayolla foi escolhido para Agente-Geral interino, função que desempenhou até 1939, data a partir da qual foi provido no lugar de efectivo até 1946<sup>602</sup>.

Na altura da tomada de posse, como responsável interino pela Agência, Júlio Cayolla afirmara perante as autoridades presentes que a função que ia desempenhar não lhe era estranha pois na altura em que foi nomeado para este cargo já desempenhava funções de responsabilidade nessa instituição, chefiando uma secção que tratava de assuntos ligados à administração das «Publicações e da Biblioteca». Ao fim de quatro anos e meio de interinidade, e já com outro ministro a dirigir as Colónias, foi provido no lugar de Agente-Geral, numa cerimónia realizada a 14 de Fevereiro de 1939, no gabinete do novo ministro, Francisco Vieira Machado. Para ganhar a efectividade do lugar, Júlio Cayolla tivera que

<sup>601</sup> Vide «Agência Geral das Colónias – Despedida do antigo Agente Geral...», *Idem, Boletim Geral das...*, n.ºs 110-111, de Agosto-Setembro de 1934, p. 242.

<sup>602</sup> Vide «Cayolla (Júlio)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Vol. 5, Letras BRAG / CARR, pp. 412-413.

promover vários eventos que merecessem a confiança da tutela. Nesse intervalo de tempo organizara, entre outras, as conferências coloniais nos Altos Estudos da Academia das Ciências, a Exposição Histórica da Ocupação e a publicação das mais importantes obras ligadas a temáticas que envolvessem o Império Colonial. A propósito da obra realizada na Agência Geral das Colónias, Cayolla aproveitara o acto de posse para fazer um discurso em que realçava o trabalho dedicado em prol das possessões ultramarinas, nos últimos catorze anos. Referindo-se à instituição, recordava a importância da mesma como «sentinela vigilante» de tudo o que se passava no contexto imperial de então:

Umaz vezes a sua acção pode proclamar-se bem alto, outras, embora não seja menos útil, há que desenvolvê-la discretamente, conforme aconselham as circunstâncias... Os serviços da Agência Geral das Colónias, sabe-o V. Ex.a. como ninguém, desenvolvem-se cada dia, e cada dia há que procurar condicionar as suas possibilidades actuais às suas realizações. Embora não sejam ainda tão perfeitos como ambicionamos, orgulhosamente podemos afirmar que não se tem realizado, nos últimos anos, qualquer acontecimento ou iniciativa de carácter colonial de que a Agência não tenha sido autora ou, pelo menos, valiosa colaboradora<sup>603</sup>.

Quais eram então os acontecimentos que a Agência Geral das Colónias deveria promover para divulgar a realidade portuguesa ao mundo colonizador? Na opinião de Cayolla, era importante continuar a manter um mostruário de carácter económico sempre renovável, com todos os elementos de informação relativos às regiões, às produções, às cotações, aos mercados, aos direitos aduaneiros. Nesse sentido, de promoção económica de cada uma das parcelas ultramarinas, asseverava ainda que não queria ter o «exclusivo das ideias» e que a melhor maneira de servir o seu país era ter ideias originais, mas, ao mesmo tempo, aceitar a dos outros, acarinhá-las e incentivá-las, para desta forma contribuir para o engrandecimento do património imperial. E como prova da Agência se devotar à causa colonial estava uma promessa que o ministro das Colónias, Francisco Machado, fizera há meses atrás, quando da viagem do Presidente da República a África. Nessa visita constataram *in loco* Carmona, e os outros altos dignitários do Estado, que havia muitos desses «velhos colonos» que tinham dado muito do seu trabalho e esforço à obra da colonização nos trópicos e que, por dificuldades económicas, não mais visitaram a Metrópole para recobrem os vínculos ancestrais de portuguesismo.

---

<sup>603</sup> Vide «Agente Geral das Colónias - Discurso proferido por Júlio Cayolla no seu acto de posse» in *Boletim Geral das...*, Ano XV, Março de 1939, n.º 165, pp. 61-64, especialmente pp. 63-64.

Desta forma, o ministério das Colónias e a respectiva Agência iriam proporcionar essa viagem de romagem e saudade que, segundo a imprensa da época, nomeadamente o *Jornal do Comércio e das Colónias*, considerava como um «prémio de justiça» trazê-los à capital do Império, numa altura em que se iriam comemorar as festividades dos Centenários pois, de acordo com o periódico, «não basta produzir, com frequência, referências amáveis, nos discursos e diplomas, aos colonos. Chegou a vez das realizações... dado que a abnegação também merece recompensa, na impossibilidade de os trazer a todos à Mãe-Pátria, que o Mundo saiba ter Portugal premiado alguns... e distinguido a obra dos seus pioneiros que desbravaram o sertão, se agarraram à terra e são o melhor orgulho da Colonização nacional em África»<sup>604</sup>. A 10 de Abril de 1940, o Decreto-Lei n.º 30.374 dava autorização à Agência Geral das Colónias para promover a realização, entre Abril e Setembro do mesmo ano, de um cruzeiro para «Velhos Colonos» que teria como directores Júlio Cayolla e Augusto Cunha, da revista *O Mundo Português*. A 11 de Julho de 1940, na Sociedade de Geografia de Lisboa, o ministro das Colónias e outros altos funcionários deste Ministério, recebiam a embaixada dos «Velhos Colonos» e de entre os discursos então proferidos, de destacar as palavras do Agente-Geral das Colónias:

É que vós representais, aqui, o que temos de mais caro para a nossa alma nacionalista e para o nosso orgulho de povo colonizador: o Império Colonial Português<sup>605</sup>.

Igualmente, no mandato de Cayolla na Agência Geral das Colónias se fizera uma Exposição Bibliográfica sobre o que havia sido publicado de cultura colonial. Basta dizer que em doze anos entre a fundação do *Boletim*, em Julho de 1925, e Dezembro de 1937, esta instituição publicara quatrocentos e cinquenta títulos, que correspondiam a cerca de um milhão de exemplares, sobre os mais variados temas e autores, realçando-se as obras editadas para o meio escolar na colecção «Pelo Império» que distinguiam algumas das figuras mais importantes da história da ocupação que iam de Mouzinho de Albuquerque até Aires de Ornelas<sup>606</sup>. Ainda, as celebrações dos oitenta anos da abolição da escravatura em Portugal decretadas pelo marquês de Sá da Bandeira, a 29 de Abril de 1858, e que

<sup>604</sup> Vide «Cruzeiro da Saudade» in *Jornal Comércio e das Colónias*, de Fevereiro de 1939 citado pelo *Boletim Geral das Colónias*, n.º 165, Março de 1939, pp. 65-66.

<sup>605</sup> Vide «Cruzeiro dos Velhos Colonos» in *Boletim Geral das...*, Ano XVI, Agosto-Setembro de 1940, n.ºs 182-183, pp. 88-96, especialmente p. 91.

<sup>606</sup> Lourenço Cayolla, «Crónica Colonial» in *Boletim Geral das ...*, Ano XIV, Abril de 1938, n.º 154, pp. 109-110.



foram comemoradas pelo regime do Estado Novo com uma homenagem junto do monumento deste estadista e com uma sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa, com a participação da Agência e do seu responsável que, perante as mais representativas autoridades do regime, proferiu um importante discurso em que realçava a acção deste governante da Monarquia no combate a este flagelo da exploração da mão-de-obra africana. Acerca desta efeméride, Cayolla afirmava que «passando em frente do bronze que representa o Marquês de Sá a cingir ao peito, com o coto, a bandeira que o seu valor militar ajudou a implantar, não faltará ainda hoje talvez quem, insuficientemente apercebido de conhecimento histórico, pense que se na empresa de dotar o país de novas instituições ele foi, entre muitos outros, um dos maiores, a abolição da escravatura é feito todavia exclusivamente seu»<sup>607</sup>.

Na sequência deste elogio, aproveitava ainda o Agente Geral das Colónias para afirmar que esta legislação antiabolicionista não era um acto isolado na estrutura da governação portuguesa e que havia outros dirigentes que projectaram o pensamento político «generoso» nas relações com os povos indígenas. Citava a propósito o alvará pombalino, de 6 de Janeiro de 1773 e outros diplomas do ministro de D. José, que mais tarde Luciano Cordeiro compilou numa «tábua» cronológica de medidas cautelares da política indígena que, segundo o mesmo colonialista, remontavam ao ano de 1570 e às ordenações manuelinas<sup>608</sup>. Rematando o discurso, Cayolla salientava a importância da instituição que dirigia no papel didáctico de divulgar às novas gerações o que as mais antigas tinham feito pela sua própria pátria, tal como tinha acontecido com este político liberal:

Esse grande Sá da Bandeira, libertador de negros, é mais do que um homem, é um símbolo nacional. O que imprimiu sempre fisionomia às nossas relações com as raças atrasadas foi por elas uma grande simpatia. Sá da Bandeira incarnou-a. Usámos a escravatura, é certo. Mas nem fomos nós que a descobrimos, pois ela vem do fundo dos milénios e das velhas civilizações, como uma fatalidade económica, nem outros povos deixaram de empregá-la; temperámo-la porém com uma benignidade de que os outros nunca foram capazes... E ainda hoje no Mundo, neste domínio das raças e das cores, se apresentam terríveis contrastes e antinomias. Pelo coração, pelas suas efusões humanas, Portugal continua a ser uma grande nação!<sup>609</sup>

<sup>607</sup> Vide «Sá da Bandeira – As celebrações em Lisboa e noutros pontos do país – Sessão solene na Sociedade de Geografia» in *Boletim Geral das...*, Ano XIV, Junho de 1938, n.º 156, pp. 123-140, especialmente p. 131.

<sup>608</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>609</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 133-134.

As visitas do Presidente da República, Óscar Carmona, a África, primeiro a São Tomé e Príncipe e Angola, entre Julho e Agosto de 1938, e depois a Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana, entre Julho e Agosto de 1939, bem como a realização da Exposição Histórica do Mundo Português, em 1940, da qual era presidente da Comissão Executiva, obrigaram o Agente Geral das Colónias a uma intensa actividade de contactos e visitas. Sobre este périplo, escrevia, como preâmbulo ao número especial do *Boletim* dedicado a esta viagem presidencial, que o registo dessas jornadas de trabalho seriam importantes para o estudo da história e para o reconhecimento internacional de Portugal, no contexto das outras potências europeias. Ao mesmo tempo, o dar a conhecer à opinião pública estas visitas ao Império Colonial reforçava, segundo Cayolla, os laços de solidariedade e de unidade deste Império, dos quais «todos os portugueses sentem na consciência, e da qual já não duvida o Mundo»<sup>610</sup>.

Para a Exposição Histórica do Mundo Português também elaborou Júlio Cayolla, como responsável pelo Pavilhão da Colonização, um roteiro em que de uma forma sintética explicava aos visitantes a organização de cada uma das salas, lembrando que a evolução do primeiro ao terceiro Império se fizera em direcção ao Oriente, não por espírito de «aventura», mas por ciência «certa» e «determinada» e da qual a Igreja foi parceira e influenciadora desse processo de colonização. Apesar dos «dolorosos» acontecimentos que atingiam e preocupavam a Europa por causa da Guerra Mundial, a organização em Lisboa destas festividades só poderia significar para os portugueses, na opinião de Cayolla, citando Salazar, que num período de cepticismo se pretendia dar a estes concidadãos um «tónico de alegria e confiança» e, ao mesmo tempo, mostrar ao Mundo os «serviços» prestados à Civilização<sup>611</sup>. Ainda, neste preâmbulo ao número das «Comemorações Centenárias», uma palavra de Cayolla para Oliveira Salazar, como personagem do regime que tinha permitido que esta grande «festa» reflectisse o espírito do «ressurgimento» nacional<sup>612</sup>.

A propósito da comemoração dos três Centenários (1140-Fundação; 1640-Restauração; 1940- Revolução Nacional), foi incumbida a Agência, pelo ministério das Colónias, de fazer a publicação dum ciclo de obras alusivas a estas datas, de entre as quais

<sup>610</sup> Júlio Cayolla, «Introdução» in *Boletim Geral das... (Número especial dedicado à viagem de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República a Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana)*, Ano XV, Outubro de 1939, n.º 172, pp. 33-34.

<sup>611</sup> Vide Júlio Cayolla, «Palavras Explicativas» in *Boletim Geral das... (Número especial dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império)*, Ano XVII, Janeiro de 1941, n.º 187, pp. 5-7, especialmente p. 5.

<sup>612</sup> *Idem, Ibidem*, p. 7.

se contavam as relativas ao período de «Navegações e Descobertas», à «Restauração», à «Ocupação» e à «Propagação da Fé», que, segundo Cayolla, justificou sempre «o ardor das nossas armas e dos périplos das nossas velas descobridoras»<sup>613</sup>. Ainda, num quinto e último ciclo, trabalhos que, embora não se integrassem nas temáticas dos períodos anteriores, pelo seu conteúdo despertassem interesse junto dos leitores e que iam desde *A Senhora de Pangim*, romance histórico de Gustavo Barroso, até *Rui Freire de Andrada*, de Gervásio Leite. De notar que, dentro do leque variado de produções de carácter literário e histórico muitas vezes ligado a aspectos sociobiográficos, se encontrava uma que na altura passou despercebida e que era a edição do livro de poemas de Fernando Pessoa, *Mensagem*<sup>614</sup>. Acerca do critério de selecção deste livro, o Agente Geral das Colónias considerava que a poesia nacionalista deste poeta se enquadrava muito bem numa «manifestação espiritual» pela expressão de «síntese», a par do ceticismo mais elaborado de outras obras de carácter histórico<sup>615</sup>. Como vogal da Comissão Executiva da Propaganda e Recepção dos Centenários empenhara-se para que, em 17 de Junho de 1940, aparecessem nas principais livrarias de Lisboa, Coimbra e Porto as edições da Agência Geral das Colónias numa operação cultural das mais importantes realizadas pelo regime do Estado Novo para promover todo um passado apoteótico ligado aos diversos ciclos, atrás referenciados, e que desta forma pudesse fazer ressurgir um maior interesse pelas causas de Portugal e do seu Império Colonial.

Por Portaria de 30 de Junho de 1941, o Agente Cayolla foi incumbido de se deslocar ao Brasil, não só para agradecer a presença deste país nas festividades das comemorações dos Centenários, como também para proporcionar uma reaproximação entre os dois Governos e para a promoção de exposições, conferências e oferta de obras editadas pela Agência. Acordar ainda com as autoridades locais a publicação de livros «marcantes» sobre a realidade cultural luso-brasílica que sublinhassem e recordassem a acção portuguesa em terras de Vera Cruz, durante o período em que Portugal fora potência colonizadora. Todas estas diligências que o Agente Geral das Colónias tivera no Brasil, nesta missão oficial de tão alta responsabilidade para as relações entre os dois países, foram depois descritas num relatório que Júlio Cayolla elaborou, a pedido do Ministério, e

---

<sup>613</sup> Júlio Cayolla, «Obras Comemorativas dos Centenários Editadas pela Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XVII, Março de 1941, n.º 189, pp. 3-23.

<sup>614</sup> *Idem, Ibidem*, p. 7.

<sup>615</sup> *Idem, Ibidem*, p. 12.

que seria publicado no *Boletim Geral das Colónias* n.º 201, de Março de 1942<sup>616</sup>. Nesse número Cayolla referia ainda alguns dos eventos que se realizaram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, designadamente algumas conferências proferidas por académicos e políticos brasileiros, em que foi destacado o papel de Portugal e da Agência Geral das Colónias neste exercício de rememorar o passado da antiga metrópole.

Em Maio de 1943, a Agência Geral das Colónias prestou uma homenagem aos heróis de África, tendo a propósito o responsável por esta instituição sido entrevistado pela Emissora Nacional. Referindo-se a essa cerimónia, que pretendia educar os portugueses para uma consciência imperial, Cayolla historiou as actividades já realizadas no seu mandato, entre as quais se destacavam uma exposição sobre as relíquias de Mouzinho de Albuquerque, sessões e romagens cívicas aos principais lugares relacionados com alguns heróis da ocupação (Caldas Xavier, Azevedo Coutinho) e a realização da Exposição Histórica da Ocupação no século XIX. Reportando-se à saga da conquista e pacificação dos sertões africanos no século «áureo», Cayolla argumentava que agora neste novo contexto de povoamento e ocupação do século XX a estratégia deveria ser outra e passaria já não pelas armas, mas pela acção dos engenheiros, dos médicos, dos missionários, para que um dia se lembrassem daqueles «...que tornaram possível a acção pacífica do nosso tempo»<sup>617</sup>.

Júlio Cayolla, membro da União Nacional e adjunto do comando da Brigada Naval da Legião Portuguesa, participara, entretanto, no II Congresso do Partido que suportava o regime estadonovista, com uma comunicação à 18.ª Subsecção, da II Secção (Política Colonial), intitulada «A Propaganda Colonial Como Elemento de Formação Duma Consciência Imperial»<sup>618</sup>. Nela procurava, numa síntese de dez páginas, comprovar a tese de que Portugal de há vários séculos a esta parte tivera uma alma colonial, embora esse espírito pelo «Império» se gerasse apenas no final do século XIX. Esta tese estava bem explícita nas palavras que o Agente Geral das Colónias proferira perante os seus correligionários, quando afirmava que Portugal era uma «nação apática», com «governos indiferentes», quase exclusivamente entretido «com questiúnculas de campanário, cepticismo, e até o sentimento da própria derrota; e em vez de um patriotismo activo,

<sup>616</sup> Júlio Cayolla, «A Missão do Agente Geral das Colónias ao Brasil» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano XVIII, Março de 1942, n.º 201, pp. 3-110.

<sup>617</sup> Vide «Consagração aos Heróis da Ocupação – Entrevistas com o Sr. Agente Geral das Colónias» in *Boletim Geral das ...*, Ano XIX, Maio de 1943, n.º 215, pp. 80-92, especialmente p. 85.

<sup>618</sup> Júlio Cayolla, «A Propaganda Colonial Como Elemento de Formação Duma Consciência Imperial» in *Boletim Geral das...*, Ano XX, Junho de 1944, n.º 228, pp. 22-32.

criador, um patriotismo retórico. Assim se viveu até ao instante do *Ultimatum*»<sup>619</sup>. Este sentimento de «cepticismo» e de «derrota» da opinião pública nacional prolongar-se-ia ainda durante a Primeira República, pelo que a formação de uma «forte» consciência pelo incremento do Ultramar foi adiada até à instauração do Estado Novo. O ressurgir da importância por África levava esse regime a investir nas diversas colónias que aí possuía, tendo desenvolvido acções que conduziram ao aparecimento de uma elite de funcionários e homens das letras, que acentuaram a formação dessa consciência imperial.

Apesar de todas estas realizações, na opinião de Cayolla era preciso continuar a investir na divulgação e na propaganda colonial, pelo que publicamente e perante os partidários e responsáveis da União Nacional propunha ainda várias outras medidas que consolidassem e, ao mesmo tempo, incentivassem essa consciência cívica pelos territórios ultramarinos. Assim Cayolla propunha mais as seguintes acções de propaganda: a realização de pequenas exposições sobre temática colonial em diversas cidades da Metrópole, aproveitando o material da Exposição Histórica da Ocupação de 1937, realizada no Parque Eduardo VII; a publicação de uma grande obra sobre geografia estatística do Império a ser apoiada por duas instituições, a Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e a Agência Geral das Colónias; a continuação da filosofia editorial da Agência no concernente à divulgação do «Império Colonial Português» para um público leitor que envolveria as classes humildes, eruditas e o meio escolar; a criação do Museu Histórico e Etnográfico do Império; a formação de brigadas de estudo sobre as colónias constituídas por escritores, etnógrafos, músicos, artistas plásticos e folcloristas; o aumento da propaganda pelo cinema e audiovisuais com o incentivo à realização de filmes e documentários sobre a realidade humana e paisagística colonial; a catalogação e inventariação do património artístico ultramarino; a fundação de um organismo de investigação sobre a história, a ciência e as artes coloniais que se deveria intitular «Altos Estudos do Império Português»; o incremento na Metrópole e Colónias de uma propaganda sistemática a favor da emigração em massa para as terras ultramarinas<sup>620</sup>. Como consequência de algumas das medidas propostas por Júlio Cayolla no II Congresso da União Nacional, concorreu a Agência das Colónias à Feira Popular e de Amostras com um pavilhão, onde se fazia a divulgação das gentes e produtos ultramarinos, inaugurado pelo ministro Marcello Caetano, a 28 de Maio de 1945. Logo, nesse pavilhão sobre a realidade colonial onde estavam presentes as possessões portuguesas desde Cabo Verde a Timor, os

---

<sup>619</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 27-28.

<sup>620</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 30-31.

visitantes podiam observar aspectos ligados aos tipos de «raça», à vegetação, aos monumentos e aos produtos dessas regiões tropicais. Para além de quadros com mapas, maquetas, imagens e fotografias, o pavilhão da Agência Geral das Colónias tinha a apoiar o contexto visual uma série de citações do Presidente do Conselho e do ministro das Colónias, sobre a obra colonizadora de Portugal e a política de solidariedade entre a Metrópole e as Colónias no reforço da «prosperidade» e da «lusitanidade» futura<sup>621</sup>.

Por ter pedido licença ilimitada, ao fim de sete anos e meio de Agente Geral efectivo (Fevereiro de 1939 a Setembro de 1946), depois de cerca de quatro anos e meio como interino (Outubro de 1934 a Fevereiro de 1939), o que perfazia doze anos no exercício do mesmo lugar, Júlio Cayolla seria substituído por Leonel Pedro Banha da Silva, cuja posse foi conferida pelo ministro das Colónias, Marcello Caetano, a 7 de Outubro de 1946<sup>622</sup>. O novo Agente Geral das Colónias era um jurista, professor e publicista, que nasceu em Beja, a 16 de Janeiro de 1901. Licenciado em Direito, em 1926, pela Universidade de Coimbra, exerceu depois a advocacia e o professorado na sua cidade natal logo após a formatura, até 1928. Quando da fundação da Junta da Província do Baixo Alentejo, em 1937, foi nomeado seu presidente pelo curto período de um ano. Mais tarde, desempenharia o lugar de presidente da Câmara de Beja, cargo que exerceu entre 1938 e 1945, sendo simultaneamente, em representação da região donde provinha, procurador à Câmara Corporativa e vogal da Junta de Exportação dos Cereais do Ultramar. Tivera ainda a oportunidade de exercer actividade jornalística em diversos órgãos de Comunicação, tendo mesmo fundado e dirigido o *Boletim da Junta de Província do Baixo Alentejo*, o jornal *Notícias de Beja*, e a revista *Arquivo de Beja*. Foi autor de um livro sobre *Turismo e os Territórios Africanos ao Sul do Sara*.

Um dos primeiros actos a que assistira na qualidade de Agente-Geral foi a sessão solene comemorativa do cinquentenário do Governo de António Enes, realizada na Academia de Ciências de Lisboa, a 4 de Novembro de 1946. Promovera ainda a organização, em conjunto com o Secretariado Nacional de Informação, de uma exposição de fotografias sobre Angola, de Elmano da Cunha e Costa, inaugurada a 26 de Dezembro de 1946. Igualmente, patrocinara a mudança de instalações da Agência para um edifício na

---

<sup>621</sup>Vide «O Pavilhão da Agência Geral das Colónias na Feira Popular de Lisboa» in *Boletim Geral das...*, Ano XXI, Junho de 1945, n.º 240, pp. 217-231.

<sup>622</sup> Vide «Informações e Notícias – Agente Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XXII, Outubro de 1946, n.º 256, p. 123.

rua de São Pedro de Alcântara, no final do ano de 1946<sup>623</sup>. A política de Banha da Silva ao longo de vinte e um anos de actuação à frente da Agência Geral das Colónias centrara-se por uma série de actividades de divulgação e conhecimento da realidade imperial, de acordo com os superiores desígnios do Estado Novo<sup>624</sup>, nomeadamente com as reformas conjunturais de 1951, as eleições presidenciais de 1958, o início da Guerra Colonial de 1961 e o «reformismo» da legislação ultramarina encetado a partir dessa altura, pelo ministro Adriano Moreira. Deste modo, os eventos que Banha da Silva sustentara durante o seu mandato foram os seguintes: criação dos Centros de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa; realização de mostruários, montras, feiras de amostras e outros acontecimentos de carácter colonial; participação de Portugal na Exposição de Arte Sacra Missionária de Madrid e de Lisboa; organização de exposições sobre São Francisco Xavier, por ocasião em 1956, do IV Centenário da sua morte, em Goa e Lourenço Marques; incremento de medidas que fomentaram o turismo nas diversas possessões do Império; promoção do II Congresso Nacional de Turismo, de cuja comissão executiva foi vice-presidente; reforço da política editorial da Agência Geral das Colónias, com a publicação de mais de dois milhões de volumes de obras de e sobre propaganda colonial, no País e no Estrangeiro<sup>625</sup>.

Na remodelação que Oliveira Salazar procedera no início do ano de 1947, por causa da crise política que se seguira com o final da Guerra, o Presidente do Conselho resolvera nomear o ministro das Colónias Marcello Caetano para dirigir a Comissão Executiva da União Nacional, tendo o lugar que desempenhava sido entregue a um antigo simpatizante do presidente Sidónio Pais, o capitão Teófilo Duarte, com larga experiência da gestão dos assuntos de Além-Mar, pois foi anteriormente, em 1918, governador de Cabo Verde, ainda no decorrer do regime republicano e, em 1927, durante a Ditadura Militar, nomeado governador de Timor, cargo que exercera apenas até 1928<sup>626</sup>. Portanto, Banha da Silva, embora com outro homem ao «leme», iria servir uma política colonial que continuava com os pressupostos definidos na década de trinta. E um dos eventos que a Sociedade de Geografia de Lisboa realizava anualmente, em conjugação com a Agência Geral das Colónias, para dar a conhecer a obra realizada nos trópicos pelo Estado Novo era a

<sup>623</sup> Vide «Agência Geral das Colónias», *Idem, Boletim Geral das...*, Ano XXIII – n.º 259, de Janeiro de 1947, p. 103.

<sup>624</sup> José Medeiros Ferreira, «Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU» in revista *Política Internacional*, n.º 6, volume I, Primavera de 1993, pp.113-156, especialmente p. 144.

<sup>625</sup> Vide «Agência-Geral do Ultramar- Dr. Leonel Banha da Silva» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII - n.ºs 505/506, de Julho/Agosto de 1967, pp. 33-35.

<sup>626</sup> Vide «Posse do Novo Ministro das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XXIII – n.º 260, Fevereiro de 1947, pp. 97-99, especialmente p. 98.

«Semana das Colónias», durante a qual as possessões ultramarinas figuravam nas primeiras páginas dos jornais, nos programas de rádio e constituíam tema primordial nas conferências públicas organizadas nas academias, associações culturais, escolas primárias, liceus e universidades. No encerramento da «Semana» de 1947, Ruy Sá Carneiro, subsecretário das Colónias, tivera a oportunidade de questionar sobre a actividade que Portugal realizava nestas regiões, particularmente sobre aspectos como os melhoramentos das «populações indígenas», o «povoamento europeu na nossa África Austral», a «instalação de novas indústrias», «os critérios para garantir o abastecimento da Metrópole», aspectos importantes para ratificar, perante a comunidade internacional, a missão histórica de Portugal como país colonizador<sup>627</sup>.

Estas questões pertinentes levantadas por este governante poderiam constituir alguns dos pressupostos da intervenção da Agência Geral das Colónias, em prol do desenvolvimento do património ultramarino, sem prejuízos dos deveres de cidadania das populações locais relativamente às metropolitanas. No sentido de aproximar «espiritualmente» estas duas comunidades tão distintas e afastadas, a dos colonizadores e a dos colonizados, o Governo estabeleceu uma Portaria<sup>628</sup> que favorecia esse «intercâmbio», entre a Metrópole e as Colónias, e que ficaria adstrito à «Divisão de Propaganda» desta Agência. Este documento previa que o «serviço especial» passaria a funcionar em Angola e Moçambique, nas «Casas da Metrópole» e nas restantes possessões, em colaboração com os serviços locais de «Administração Civil», nas modalidades adequadas para esse intercâmbio: nas Colónias: a exibição periódica de filmes nos cinemas das cidades e ambulante nas restantes vilas e aldeias; a realização de espectáculos de teatro, concertos musicais, exposições de pintura, escultura, ourivesaria, faianças, fotografias, conferências, cursos de férias para estudantes ou outras manifestações visando levar a cultura portuguesa a essas regiões tropicais; na Metrópole: igualmente a exibição de filmes, danças, músicas, promoção de cursos de férias para estudantes; a publicação de artigos em revistas e jornais; a divulgação de serões e palestras radiofónicas; a organização de exposições volantes de mostruários e documentários fotográficos sobre a realidade do Império português<sup>629</sup>.

<sup>627</sup> Vide «Discurso de S. Ex.<sup>a</sup> o Subsecretário de Estado das Colónias na Sessão de Encerramento da “Semana das Colónias”» in *Boletim Geral das...*, Ano XXIII – n.º 264, de Junho de 1947, pp.5-13, especialmente p. 7.

<sup>628</sup> A portaria que se referia a este «intercâmbio espiritual» entre Metrópole e Colónias era a Portaria n.º 12.304 – D.G. N.º 57 – 1.ª Série, de 10 de Março de 1948.

<sup>629</sup> Vide a referida Portaria n.º 12.304 transcrita pelo artigo «Legislação do Ministério das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XXIV – n.º 274, de Abril de 1948, pp. 175-177.



Em Fevereiro de 1952, Banha da Silva foi definitivamente nomeado Agente Geral do Ultramar, cargo que desde os finais de 1946 vinha exercendo interinamente. O responsável na altura por esta tutela, comandante Sarmento Rodrigues, mandara, entretanto, publicar no *Diário do Governo* um louvor a este funcionário «pela incansável dedicação, grande competência e cultura e notável sentido artístico manifestados na direcção portuguesa na Exposição de Arte Sacra Missionária de Madrid e da Exposição dos Jerónimos de Outubro de 1951, certames que, sobretudo o último, trouxeram grande prestígio para o nosso País»<sup>630</sup>. E qual foi o papel da Agência, e do seu responsável, nestas Exposições? Na impossibilidade de Portugal ter estado presente em Roma, durante o Ano Santo, e tendo o Vaticano resolvido repetir esta Exposição de Arte Sacra na capital espanhola, em Maio de 1951, coubera à Agência Geral do Ultramar, por atribuição do Governo, a missão de num curto espaço temporal organizar a participação nesse evento religioso, que procurava mostrar à Europa a contribuição de Portugal na propagação da fé cristã, pelas «sete partidas» do Mundo. Esta mostra acabaria por ser repetida em Lisboa, no mês de Outubro do mesmo ano de 1951, tendo a imprensa estrangeira, nomeadamente italiana, feito muitos elogios à actuação das autoridades portuguesas, pela competência organizativa demonstrada. A este propósito, o jornalista Dino Satolli, do jornal *Osservatore Romano*, afirmava que «ficava surpreendido com a segurança que o ministro do Ultramar, comandante Sarmento Rodrigues, e o agente-geral, dr. Banha da Silva, manifestavam quanto ao êxito particularmente feliz que aguardava a iniciativa... Bastaram pouquíssimos dias para que eu compreendesse ter-me enganado por completo nos meus receios... No espaço de um mês a Exposição foi visitada por mais de cem mil pessoas»<sup>631</sup>.

A 3 de Abril de 1952, o Agente-Geral embarcou com o ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, para uma viagem à Índia, onde iam tratar dos pormenores da comemoração IV Centenário da morte de São Francisco Xavier. Acerca desta visita e do programa para assinalar esta efeméride, Banha da Silva concedera uma entrevista ao jornal *Diário Popular*, sobre o papel que a Agência iria ter nestas celebrações. As festividades decorreriam a partir de Dezembro do ano de 1952, com a chegada a Mormugão do Cardeal-Legado, a ser nomeado pela Santa Sé. Depois inaugurar-se-ia uma Exposição de Arte Sacra e haveria uma procissão com as relíquias do missionário, entre a sacristia e a

<sup>630</sup> Vide «Agência Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII – n. °321, de Março de 1952, p. 118.

<sup>631</sup> Vide Dino Satolli «Exposição de Arte Sacra Missionária» in *Boletim Geral do...*, Ano XXVII – n.° 319, de Janeiro de 1952, pp. 91-97, especialmente p. 93.

basílica pontifical. A par das celebrações religiosas, a Agência do Ultramar participaria na organização de diversos eventos, nos quais estavam previstos a constituição de uma exposição industrial e ainda várias outras manifestações culturais visando a promoção do livro, da filatelia e da arte portuguesa. Paralelamente, publicar-se-ia uma edição fac-similada de São Francisco Xavier, do padre João de Lucena, com anotações do professor Costa Pimpão, e uma monografia da Índia, do professor Gonçalves Pereira<sup>632</sup>.

Estas homenagens em honra de São Francisco Xavier na Índia e as Exposições Sacras de Madrid e Lisboa faziam parte de um plano mais vasto de Banha da Silva para restaurar a memória dos missionários e evangelizadores de Além-Mar, para que a sua contribuição para a cristianização e ocidentalização dos trópicos pudesse vir a ser conhecida pelas novas gerações de portugueses da Metrópole, alguns séculos depois do protagonismo de vida, destes apóstolos da Igreja. Numa outra entrevista dada ao jornal católico *Novidades*, Banha da Silva escarpelizava melhor esta ideia de promover a criação de um Museu Missionário que salvaguardasse as colecções de arte espalhadas pelo País e guardadas pelas diferentes corporações religiosas. Esta medida de protecção, a longo prazo, possibilitaria o estudo do esforço e da gesta missionária pela propaganda da Fé e da Civilização, através dos diversos continentes. Na sequência da ideia de criar pela primeira vez na Metrópole uma instituição desta projecção, levaria o seu mentor a definir por palavras suas, na referida entrevista, este projecto de preservação da memória destes «legionários» cristãos:

Num Museu Missionário tudo ficará bem, quer se trate de sagradas relíquias de santos e de mártires como S. Francisco Xavier e S. João de Brito, quer se trate de qualquer outra espécie de natureza artística ou simplesmente documental, mas que permanentemente fique a atestar ao Mundo a universalidade do Portugal Missionário<sup>633</sup>.

Em Julho de 1954, Banha da Silva visitava uma outra parcela tropical, procurando mais uma vez documentar-se dos principais problemas e aspectos da vida angolana que interessassem à Agência que dirigia. Sobre esta visita a Angola, o relatório da Companhia de Diamantes referia-se à estadia do Agente Geral do Ultramar, na Lunda, em 19 de Agosto do mesmo ano. No Dundo, o Agente-Geral tivera oportunidade de visitar a zona das explorações diamantíferas, o hospital, a emissora radiofónica, os serviços de

<sup>632</sup> Vide «O Sr. Agente Geral do Ultramar e a Imprensa» in *Boletim Geral do...*, Ano XXVII – Ano XXVII, n.º 324, de Junho de 1952, pp. 157-162, especialmente pp. 158-159.

<sup>633</sup> *Idem, Ibidem*, p. 162.

meteorologia, as escolas e o museu. Nesta última instituição, tivera ocasião de apreciar as diversas colecções etnográficas<sup>634</sup>. A 16 de Setembro, embarcou no navio *Angola* em direcção a Moçambique, onde permaneceu em visita de rotina até 21 de Outubro, tendo regressado à Metrópole de avião, via União Sul-Africana<sup>635</sup>.

No Verão de 1955, mais uma vez, a Agência Geral do Ultramar fazia-se representar na Feira Popular de Lisboa, com um pavilhão sobre o Ultramar. Arriscar na divulgação destes territórios tropicais num certame deste género era uma aposta em que todos os anos a Agência se empenhava, procurando construir um pavilhão temático que representasse anualmente uma das muitas parcelas do Império português, tendo o pavilhão do ano de 1955 sido dedicado à Índia. O periódico anfitrião responsável pela gestão da Feira Popular, o jornal *O Século*, encarregara-se de nas suas páginas fazer uma descrição exhaustiva deste pavilhão ultramarino, referindo a decoração e os conteúdos publicitários de cada uma das sete salas desta representação.<sup>636</sup> Para além da Exposição de Lisboa, uma outra sobre a «Vida e da Arte do Povo Português» estaria patente em Lourenço Marques, quando da visita do Presidente da República, Craveiro Lopes, a Moçambique, a ocorrer durante o mês de Agosto de 1956, o que levou Banha da Silva a deslocar-se novamente a esta colónia para, com três meses de antecedência, pois viajara em Maio, coordenar este evento que se realizaria nessa possessão. A Exposição procuraria ser um documentário da vida portuguesa e, nessa medida, deveria retratar evolutivamente, desde os primórdios da Nacionalidade, a acção de Portugal na Metrópole e nos Trópicos, para que desta forma se pudesse compreender uma história de oito séculos. De facto, essa ideia de uma perspectiva histórica de um país que se complementava com as suas colónias foi passada nesta Mostra, pelo que a imprensa de Moçambique pedia aos responsáveis da Agência Geral do Ultramar para que, depois do final do evento, o seu espólio pudesse vir a integrar o fundo do Museu de Arte de Lourenço Marques, pois, na opinião do jornalista Mota Lopes, este legado era «tão necessário para a boa orientação estética da província e prestígio da nossa arte, cristã e universal como o “mundo” que ao mundo demos»<sup>637</sup>.

<sup>634</sup> Vide «Agente-Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXI – n.ºs 361-362, de Julho-Agosto de 1955, pp. 173-176.

<sup>635</sup> Vide «Agente Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XXX – n.º 352, de Outubro de 1954, p. 127.

<sup>636</sup> Vide «O pavilhão do Ultramar na Feira Popular» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXI – n.ºs 361 – 362, de Julho – Agosto de 1955, pp. 235-247.

<sup>637</sup> Vide «Exposição da Vida e da Arte Portuguesas Organizada pela Agência-Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXII – n.ºs 375/376, de Setembro/Outubro de 1956, pp. 125-143, especialmente p. 142.

Na sequência de legislação fundamental aplicada ao Ultramar, como a Lei Orgânica e os Estatutos das Províncias, o Governo do Estado Novo fizera sair a 29 de Junho de 1957 o Decreto-Lei n.º 41.169 que reorganizava os serviços do ministério do Ultramar, a partir de 1 de Julho do mesmo ano, pelo que a Agência era também reformulada. De notar que a última reforma se reportava há vinte anos atrás, com o Decreto-Lei n.º 26.180, pelo que esta lei procurava ajustar este Ministério dotando-o de uma orgânica mais vasta e actualizada. Relativamente à Agência Geral do Ultramar, deu-se especial ênfase nesta reforma aos serviços de Turismo e de Informação e Relações Exteriores, passando os primeiros a funcionarem nas províncias ultramarinas como prolongamentos da instituição-mãe e os segundos a ter um âmbito mais alargado relativamente à recolha de informações quer na Metrópole, quer em cada uma das Províncias<sup>638</sup>.

A acção de Banha da Silva alargou-se ainda mais, nomeadamente com a organização e prestação de assistência técnica a estes novos serviços e ainda do incremento com o intercâmbio entre o Ultramar e a Metrópole. Neste sentido, Banha da Silva passara a ter de viajar quando havia necessidade de representar a instituição ou quando acompanhava as visitas oficiais do Presidente da República e de outros membros do Governo ou quando superintendia na organização de eventos de promoção das possessões ultramarinas ou quando necessitava de colher informações no terreno para a elaboração de relatórios para serem entregues ao respectivo Ministéri. Em Novembro de 1957, integrou uma missão constituída por ele próprio e o seu adjunto, Rodrigues Matias, que foi incumbida de visitar os vestígios históricos do século XVI deixados pelos portugueses em África. Depois duma semana passada na Etiópia, onde estes funcionários conferenciaram com as mais importantes autoridades locais, mormente com o imperador Hailé Selassié que mostrou grande disponibilidade de voltar a colaborar, como no passado, com Portugal, mostrando-se grato pela mediação de Lisboa no seu processo de independência<sup>639</sup>. No final desse mesmo ano, a equipa da Agência partira para a África inglesa, onde visitou as cidades de Nairobi, Mombaça e Zanzibar e foi alvo de várias homenagens. Em Mombaça tivera a oportunidade de visitar a fortaleza construída pelos portugueses, que a então recém

---

<sup>638</sup> Vide Decreto-Lei n.º 41.169 – Divisão II – Agência Geral do Ultramar, de 29 de Junho de 1957. Em complemento desse Decreto o Governo fizera publicar um outro, o Decreto-Lei n.º 41.407, de 28 de Novembro de 1957, que se referia ao Regulamento a aplicar a este mesmo organismo ultramarino.

<sup>639</sup> Vide «Missão do Agente Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXIII – n.º 389, de Novembro de 1957, pp. 139-140.

constituída Fundação Calouste Gulbenkian subsidiária na sua reconstrução. O périplo africano de Banha da Silva terminaria na África Ocidental belga e francesa.

O ano de 1958 foi pródigo em mudanças políticas, pois em 10 de Agosto tomava posse o novo Presidente da República, almirante Américo Thomaz, após uma campanha eleitoral conturbada com o candidato da oposição, general Humberto Delgado. Quatro dias depois entrava também em funções um novo Ministério presidido, mais uma vez, por Oliveira Salazar e em que a responsabilidade do Ultramar e do Fomento Ultramarino foi entregue, respectivamente, aos subsecretários Vasco Lopes Alves e a Carlos Krus Abecasis. Apesar da mudança no ministério do Ultramar, a responsabilidade da Agência continuava entregue a Banha da Silva. Novas tarefas esperavam este responsável, mormente as comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, de cuja comissão executiva fazia parte e que era presidida por dois antigos ministros, Caeiro da Mata, para a Comissão Geral, e Sarmiento Rodrigues, para a Comissão Ultramarina. Para o Estado Novo comemorar, em 1960, os quinhentos anos da morte do patrono dos Descobrimentos era antes de mais a oportunidade para se celebrar um feito muito importante para o Mundo de então, que era a possibilidade por novos meios náuticos aceder às fontes das matérias-primas em regiões que ficavam muito para além da «velha» Europa. Esse feito ainda era mais importante, pois fora concretizado por uma pequena potência marítima que, através da força espiritual, nas palavras de Caeiro da Mata, conseguira pela primeira vez criar um novo conceito universalista de unidade entre os diversos continentes, que se passaria a designar de «mundialização»<sup>640</sup>.

A tarefa ciclópica desta Comissão, que passaria pela organização de um Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, em Agosto de 1960, estaria facilitada pelas condições conferidas pelo ministério do Ultramar ao pôr à disposição as instalações da Agência Geral do Ultramar, com os recursos humanos e materiais que se conheciam desta instituição. Para além da realização deste evento comemoracionista, o Agente Geral do Ultramar preocupava-se com a organização da actividade turística nos territórios ultramarinos sob sua tutela, pelo que resolvera começar a escrever no *Diário de Notícias* um conjunto de artigos que depois haveriam de ser compilados e editados pelo *Boletim* com o título *Turismo e os Territórios Africanos ao Sul do Saará*<sup>641</sup>. O primeiro dos artigos

<sup>640</sup> Vide «Comemorações Henriquinas – Posse da Comissão Ultramarina» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXIV – n.º 398, de Agosto de 1958, pp. 59-75, especialmente p. 62.

<sup>641</sup> Leonel Pedro Banha da Silva, «Turismo e os Territórios Africanos ao Sul do Saará» *Boletim Geral do...*, Ano XXXIV – n.ºs 399-400, de Setembro-Outubro de 1958, pp. 69-84.

foi publicado no matutino acima mencionado, no dia 21 de Agosto de 1958<sup>642</sup>. Referindo-se a esta actividade económica, Banha da Silva considerava-a de uma grande importância na «vida social e económica» dos povos contemporâneos. Para este funcionário não bastava saber «despertar» no turista o interesse para visitar determinado território, era necessário despoletar outros interesses que passariam pela criação de infra-estruturas para os visitantes. Acerca destas novas competências da última reforma de 1957, Banha da Silva afirmava:

O Governo assim o entendeu e a recente reforma da Agência Geral do Ultramar, incluindo na sua nova orgânica uma repartição à qual foi confiada a tarefa de o orientar e desenvolver, bem o atesta. Está também em curso, e como complemento indispensável desta medida, o estudo da reorganização dos serviços próprios nas referidas províncias, serviços esses que virão a ter a seu cargo, em cooperação com a Agência Geral do Ultramar, a tarefa de abrir os fundamentos em que terá de assentar toda a máquina impulsionadora desta indústria<sup>643</sup>.

Na sequência das providências legislativas anteriormente tomadas, o *Diário do Governo* publicou o Decreto-Lei n.º 42.194, de 27 de Março de 1959, que concebia nas províncias de Angola, Moçambique e Índia os «Centros de Informação e Turismo», que ficavam directamente na dependência dos Governos provinciais, mas sob coordenação da Agência Geral do Ultramar. Por este mesmo Decreto ficava o ministro do Ultramar habilitado para criar os restantes organismos nas províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor, que de facto entraram em funcionamento a 7 de Dezembro de 1960, pelo disposto na Portaria n.º 18.111, daquela data<sup>644</sup>. Ficavam estes novos Centros com a incumbência de promover a informação e divulgação das possessões onde estavam implantados, assegurando ao mesmo tempo a defesa da opinião pública, contra qualquer facto menos verdadeiro que pusesse em causa a idiossincrasia do regime. No campo cultural tinham estas novas instituições a incumbência de coordenar actividades que valorizassem a unidade nacional e, no campo do turismo, promover e estimular esta actividade económica, mas sem perder de vista a unidade de pensamento e acção do regime do Estado Novo<sup>645</sup>.

<sup>642</sup> Vide jornal *Diário de Notícias*, dos dias 21 e 29 de Agosto e 11 e 19 de Setembro de 1958.

<sup>643</sup> Vide «Perspectivas e Organização do Turismo...», *Ibidem*, n.º 398, de Agosto de 1958, p. 72.

<sup>644</sup> Vide «Reunião dos Directores dos Centros de Informação e Turismo» in *Boletim Geral do...*, Ano XL – n.º s 471/472, de Setembro/Outubro de 1964, pp. 161-182, especialmente p. 161.

<sup>645</sup> Vide «Centros de Informação e Turismo das Províncias Ultramarinas» in *Boletim Geral do...*, Ano XXXV – n.º 406, de Abril de 1959, pp. 99-108.

A 10 de Outubro de 1964, promovido por Banha da Silva, decorrera em Lisboa, na sede da Agência Geral do Ultramar, a primeira reunião dos directores dos Centros de Informação e Turismo de todas as províncias ultramarinas. Esta reunião tivera como objectivo sentar à mesa os responsáveis de cada Centro para conhecimento mútuo e ainda para, conjuntamente, com o Agente-Geral traçarem linhas de actuação e definir posições face à especificidade de cada possessão aí representada. Uma das questões que preocupava Banha da Silva era a hostilidade internacional, face à situação do Império português, após 1960. Por causa dos acontecimentos da Índia e de Angola, entendia o Agente que o papel dos Centros de Informação e Turismo, mais do que a missão para que tinham sido criados, se deveria concentrar a partir daquele momento na defesa da soberania portuguesa. No mesmo discurso, em que apelava à unidade e solidariedade entre os diversos organismos da Agência, Banha da Silva admitia a possibilidade de poder vir a sair em breve das funções que desempenhava, pelo facto de já se encontrar no exercício deste cargo há muitos anos. Premonitoriamente este funcionário admitia que se «completaram há dias dezoito anos que me encontro à frente da Agência-Geral do Ultramar. Como tudo o que começa tem um fim, bem perto estarei já do momento em que outro me terá de substituir nesta missão. Sendo assim, peço-vos que não vejam nas minhas palavras outro intuito que não seja o de que se pode conter num pensamento honesto, sincera e despretensiosamente exposto»<sup>646</sup>. A 21 de Agosto de 1967, Banha da Silva cessava as suas funções de Agente Geral do Ultramar, depois de quase vinte e um anos a exercer este lugar. Passava então a exercer outras funções não menos importantes, que eram as de Inspector Superior das quais se viria a aposentar, a 27 de Março de 1970. Após esta data foi ainda vogal do Conselho de Disciplina do Ultramar, lugar de que se viria a afastar em 1976, após a extinção do ministério do Ultramar. Quando cessou funções, o ministro do Ultramar da altura, professor Silva Cunha, resolveu, pela Portaria de 17 de Agosto de 1967, louvá-lo pela forma como exercera as funções de Agente Geral do Ultramar<sup>647</sup>.

Entretanto, a partir do final de Agosto de 1967, Francisco Cunha Leão tornara-se o penúltimo dirigente deste departamento de propaganda. Nascido em Sobreira, concelho de Paredes, a 1 de Dezembro de 1907, tinha frequentado a Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, onde completou a licenciatura em Histórico-Filosóficas e o curso

<sup>646</sup> Vide «Discurso do Agente-Geral do Ultramar Dr. Leonel Pedro Banha da Silva» in *Boletim Geral do...*, Ano XL – n.º s 471/472, de Setembro/Outubro de 1964, pp. 163-165, especialmente p. 165.

<sup>647</sup> Vide «Agência-Geral do Ultramar-Dr. Leonel Banha da Silva» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIII – n.ºs 505/506, de Julho/Agosto de 1967, p. 35.

de Ciências Pedagógicas. Terminada essa especialidade, foi professor do Ensino Particular e do Magistério Primário. Mais tarde tornar-se-ia funcionário público e desempenharia, a partir de 1933, algumas funções educativas: inspector dos Serviços de Orientação Pedagógica; adjunto do Director-Geral do Ensino Primário; vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Em 1944, foi nomeado chefe da Repartição do Ensino da Direcção-Geral do Ensino do ministério do Ultramar, tendo, por alguns meses exercido o cargo de director geral interino do mesmo Ministério. Em 1958, após ter interrompido por algum tempo o exercício de funções públicas, ocupou o lugar de vogal do Conselho Superior de Disciplina<sup>648</sup>. Em 1940, casou com Maria Leonor Guimarães, filha de um dos fundadores da Guimarães Editores. A partir de 1933, a esposa de Cunha Leão tomava conta desta Editora. Por proximidade familiar, Leão acabaria por chegar à direcção da empresa da esposa. O convívio com intelectuais e a formação humanística levá-lo-ia a colaborar em muitos jornais e revistas e a ser director do jornal *Diário Popular*, entre 27 de Abril de 1953 e 3 de Outubro de 1958. Produziu inúmeras obras literárias, entre as quais se destacavam *O Enigma Português*, ensaio de 1960, e o *Naufrágio de Goa*, poesia de 1962, que obteve o Prémio Ocidente-Poesia, do Secretariado Nacional da Informação. O amor às letras, a facilidade em fazer amigos e a militância monárquica levava-o a frequentar várias tertúlias, entre as quais a do café Brasileira, onde conviveu com personalidades marcantes das letras e artes do século XX.

Conforme despacho ministerial publicado no *Diário do Governo*, de 30 de Agosto de 1967, Francisco Cunha Leão passara a exercer o lugar de Agente Geral do Ultramar, em substituição de Banha da Silva. Uma das primeiras tarefas do novo Agente foi a de coordenar, logo no mês seguinte ao da sua posse, a visita de vinte alunas-mestras da Escola de Habilitação de Professoras de Posto Escolar, do Vouga, Angola, e uma outra, de dez alunas-mestras de uma escola similar do Dondo, Moçambique. Em digressão pela Metrópole, estas alunas africanas tiveram oportunidade de conhecer monumentos e lugares turísticos de norte a sul do país, para adquirirem uma perspectiva mais multicultural da sua formação, como futuras professoras e, ao mesmo tempo, reforçarem o seu sentimento de portugalidade<sup>649</sup>. Ainda durante o mandato de Cunha Leão se concretizou a mudança das instalações da Agência do Ultramar do edifício da rua de São Pedro de Alcântara, serviços

<sup>648</sup> Vide «Agência-Geral do Ultramar-Dr. Francisco da Cunha Leão» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIII – n.ºs 505/506, de Julho/Agosto de 1967, pp. 35-37.

<sup>649</sup> Vide «O Prof. Dr. Silva Cunha recebe alunas-mestras de Angola e Moçambique» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIII – n.º 507, de Setembro de 1967, pp. 158-163.



que conjuntamente com o Conselho Ultramarino, anteriormente sediado no palácio da Junqueira, foram os últimos a integrarem o novo edifício do ministério do Ultramar, construído no Restelo, que o jornalista Mimoso Moreira caracterizou como um «colossal bloco que é hoje uma colmeia autêntica de trabalho onde se concentram mais de setecentos funcionários»<sup>650</sup>. Relativamente à propaganda sobre o Ultramar, o final do ano de 1967 foi também de muita actividade, destacando-se o incentivo dado aos livros de temática ultramarina. Assim, Cunha Leão, conhecedor profundo do «mundo» livreiro resolvera, para dar maior expansão às edições que dirigia, colocar as obras editadas pela Agência no mercado nacional, tendo aderido a esta iniciativa as livrarias Portugal Editora, Parceria António Maria Pereira e Bertrand, de Lisboa, Atlântica e Coimbra Editora, de Coimbra, Editora Fernando Machado e Porto Editora, do Porto, e Pax Editora, de Braga<sup>651</sup>. A 5 de Dezembro, do mesmo ano, foi inaugurada na cidade de Beja a exposição-itinerante «Portugal Além da Europa», tendo na altura o Agente Geral do Ultramar, perante as autoridades locais, proferido palavras de circunstância que acentuavam a importância do acto, principalmente porque a exposição que então se inaugurava iria começar naquela cidade uma itinerância de dez meses, pelas principais regiões da Metrópole. Depois, Cunha Leão passou a referir os objectivos desta «coleção de imagens» sobre a realidade de uma «pátria ampliada» e «repartida pelo Mundo», que não era mais do que o «avivar» dessa ideia de País unitário e solidário, de múltiplas províncias, que iam do Minho a Timor.

A perspectiva doutrinária reproduzida por este funcionário, relativamente ao papel civilizador de Portugal nos trópicos, não fugia à tese oficial da «alta» acção da missão evangelizadora feita por um cristianismo apostólico «seguro», assente no progresso e transformação das populações autóctones. Mas, aparecia um dado novo, nas palavras de Cunha Leão, e que reproduzia uma ideia expressa pelo Presidente do Conselho, num dos últimos discursos, e que era o facto de este governante ter afirmado que já não pertencíamos «aquela Europa que já não acreditava na sua missão civilizadora»<sup>652</sup>. Cunha Leão apressava-se a ratificar as palavras do chefe do Governo, relativamente a este isolacionismo político com um «felizmente...porque a nossa força está na crença, a par

<sup>650</sup> Mimoso Moreira, «Gabinetes de Estudo e Grupos de Trabalho» in jornal *A Província de Angola*, Luanda, 6 de Setembro de 1967.

<sup>651</sup> Vide «Publicações da Agência – Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIII – n.ºs 509/510, de Novembro-Dezembro de 1967, p. 100.

<sup>652</sup> Palavras de Oliveira Salazar reproduzidas pelo Agente Geral do Ultramar, Cunha Leão, quando da inauguração em Beja, no dia 5 de Dezembro de 1967, da Exposição «Portugal Além Europa». Vide «Exposição “Portugal Além Europa”» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIII – n.ºs 509/510, de Novembro – Dezembro de 1967, pp. 101-104, especialmente p. 103.

duma energia que tantas vezes domou a Natureza e a contrariedade dos grandes números»<sup>653</sup>. O Agente Geral do Ultramar continuava o seu discurso integrando-o na nova conjuntura de resistência, face à conjuntura política internacional da ONU e, ainda, face à luta de libertação iniciada, na década de sessenta, pelos movimentos emancipalistas de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde. Para este funcionário, o fomento e a obra do colonizador luso sobrepunham-se às campanhas políticas encetadas a partir do estrangeiro e ainda à luta armada levada a cabo pelas colónias, sob administração de Lisboa. Acerca desta perpetuação de um sistema tão criticado pela opinião pública mundial, contrapunha as benfeitorias do regime que representava e invectivava todos aqueles que faziam «terrorismo» de palavras e actos para obstruir o desenvolvimento dos «grandes espaços» africanos. A propósito afirmava:

O ritmo do processo civilizador, em constante aceleração, reflecte-se no corpo social, que se robustece pela harmonia das relações humanas, pela difusão escolar, pelo crescimento económico, e minimiza, cada dia que passa, tornando *de facto* regressivas, e devolvendo ao estrangeiro, as regressivas investidas dos novos racismos, atizados por inconfessáveis cobiças. Por isso, Salazar pôde dizer que há razão para optimismo quando se está seguro de fazer durar indefinidamente a resistência<sup>654</sup>.

Foi, portanto, a filosofia da duração da «resistência» que estivera subjacente ao «consulado» de Cunha Leão à frente da Agência Geral do Ultramar, nos anos que antecederam o processo de descolonização de 1975. Dois dias depois destas palavras, a 7 de Dezembro, o Agente Leão inaugurava outra exposição do mesmo teor da de Beja, em que as autoridades políticas se apressavam a mostrar, aos seus concidadãos e ao Mundo, que havia uma «gigantesca» obra que se estava a fazer no Ultramar e que, para evitar males entendidos na opinião pública, havia que dar conhecimento dessa obra por todos os meios informativos ao serviço do Estado. Neste evento em que Cunha Leão participou, ocorrera no posto de informação da Agência no Palácio Foz, e era uma pequena exposição-documentário em que se mostrava a acção exercida por Portugal, no campo da saúde e da assistência sanitária no Ultramar<sup>655</sup>. No início do ano de 1968, por iniciativa do ministério do Ultramar e da colaboração conjunta com a Agência Geral do Ultramar e com os Centros de Informação e Turismo foram anunciados na R.T.P. documentários de duração aproximada de quinze minutos, para serem divulgados quinzenalmente por esta estação

<sup>653</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>654</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>655</sup> *Vide «Exposição no S.N.I.», Ibidem, pp. 104-105.*

emissora, e que focavam os aspectos mais relevantes das diversas actividades de todo o Ultramar<sup>656</sup>. Para tratarem de visionar *in loco* os principais lugares para uma eventual futura exploração turística, seguiu, a 6 de Dezembro de 1967, para Cabo Verde, uma embaixada da Agência Geral do Ultramar composta pelo chefe da Repartição dos Serviços de Relações Públicas e Turismo, Ruy Heitor, e pelo director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Comissariado de Turismo, Manuel Rocha, aos quais se juntaria Cunha Leão, a partir de 15 do mesmo mês<sup>657</sup>.

A propósito desta viagem, o Agente Geral do Ultramar foi entrevistado para o jornal local *O Arquipélago*. Em resposta à pergunta do jornalista acerca das capacidades turísticas desta possessão, respondera que estas o haviam convencido das «grandes possibilidades» de desenvolvimento de Cabo Verde, não só pelas «óptimas» condições naturais das ilhas (clima, praias, sol), mas também pelo «quadro genesíaco» de um povo, em «convergência feliz» de etnias, qual simbiose entre povos de dois continentes, pelo que iria propor ao Governo o incremento desta actividade certamente decisiva para «o arranque económico do arquipélago»<sup>658</sup>. Coincidindo com esta visita, umas semanas depois, entre 28 de Janeiro e 21 de Fevereiro de 1968, o Presidente da República, Américo Thomaz, visitava as possessões de Cabo Verde e da Guiné, tendo a Agência estado representada nessa viagem por Caetano Maria de Lencastre<sup>659</sup>. Este facto provava como nesta conjuntura as autoridades metropolitanas devotavam outro interesse pelas suas possessões, procurando não só mais aproximação, conhecimento e compreensão, mas também proceder ao seu desenvolvimento económico e social, para desta forma suavizar as críticas da opinião pública internacional, quanto ao atraso das suas infra-estruturas materiais e o das suas populações.

A 20 de Junho de 1968, Cunha Leão, acompanhado pelo chefe da Repartição de Relações Públicas e Turismo, Ruy da Costa Heitor, iniciava uma segunda ronda de visitas aos territórios ultramarinos. Desta vez os visitantes dirigiram-se às ilhas de São Tomé e Príncipe, onde estiveram uma semana, tendo depois seguido para Luanda, cidade onde

---

<sup>656</sup> Vide «Um Programa Especial sobre o Ultramar na R.T.P.» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIV – n.ºs 511/513, de Janeiro-Fevereiro de 1968, p. 196.

<sup>657</sup> Vide «Perspectivas do Turismo em Cabo Verde» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIV – n.ºs 511/512, de Janeiro – Fevereiro de 1968, pp. 191-194.

<sup>658</sup> Vide artigo sobre o «Turismo em Cabo Verde» in jornal *O Arquipélago*, Praia, 21 de Dezembro de 1967.

<sup>659</sup> Vide «Informações e Notícias – Visita Presidencial à Guiné e a Cabo Verde», *op. cit.*, *Boletim Geral do...*, n.ºs 511/512, de Janeiro – Fevereiro de 1968, pp.179-183, especialmente p.183.

embarcaram, no dia 30 de Junho, de regresso à Metrópole<sup>660</sup>. O objectivo desta viagem, como a da anterior a Cabo Verde, era o conhecimento real dos territórios portugueses que ficavam nos trópicos, mas também a implantação, através dos Centros de Informação e Turismo locais, de medidas que incentivassem o relacionamento entre a Metrópole e o Ultramar. Sobre essa visita, Leão concedera uma outra entrevista, desta feita ao jornal a *Voz de São Tomé*, onde expunha as medidas que o Governo Central iria tomar para desenvolver e transformar estes territórios tão distantes. A uma pergunta do jornalista sobre as potencialidades de São Tomé e Príncipe como «futura terra de turismo», o Agente Geral do Ultramar respondeu que o arquipélago tinha condições «óptimas», para um «turismo de repouso» e de «distracção» em plena natureza<sup>661</sup>.

A par das visitas oficiais de membros e funcionários superiores do Governo português, sucediam-se na mesma altura as visitas de políticos e jornalistas estrangeiros aos territórios ultramarinos, para reproduzirem, quando chegassem aos seus países de origem, o que tinham visto e, de certo modo, com esta atitude poderem contrariar a impressão negativa que a política portuguesa tinha nos centros da diplomacia internacional. Entre Julho e Agosto de 1968, visitaram as possessões lusas várias individualidades: o embaixador da Grã-Bretanha acreditado em Lisboa, Sir Anthony Edward Lambert (Angola e Moçambique); os deputados conservadores britânicos Stephen Hastings (Angola e Moçambique); John Biggs-Davison (Guiné); o jornalista do *New York Times*, Lawrence Fellows (Angola). Os visitantes declaravam que tinham ficado maioritariamente surpreendidos com o desenvolvimento económico destas parcelas e, no caso do jornalista Fellows, o «ouro preto» de Cabinda era o tema da reportagem feita em Angola, acrescentando o articulista que a recente descoberta do petróleo, nesta possessão, era um «favorecimento» da natureza e que embora «...prejudicado, mas não de maneira intolerável, por sete anos de terrorismo, este enorme território português da costa ocidental da África está a atravessar um surto de prosperidade»<sup>662</sup>.

Com a doença grave do Presidente do Conselho e o seu internamento no Hospital da Cruz Vermelha, o Presidente da República, Américo Thomaz, através da Rádio e da Televisão, fazia, no dia 26 de Setembro de 1968, uma comunicação ao país em que

<sup>660</sup> «Informações e Notícias – Agente – Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIV – n.º 516, de Junho de 1968, p. 153.

<sup>661</sup> Vide artigo «O Agente-Geral do Ultramar visitou S. Tomé e Príncipe» in jornal *A Voz de S. Tomé*, S. Tomé, 22 de Junho de 1968.

<sup>662</sup> Vide «Informações e Notícias» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIV – n.ºs 517/518, de Julho/Agosto de 1968, pp. 245-250, especialmente p. 249.

exonerava Oliveira Salazar, até então em funções, e nomeava para o seu lugar Marcello Caetano. Esta substituição traria algumas mudanças na maneira de administrar, mas não alterara os conteúdos doutrinários do regime, pelo que o ministro do Ultramar continuava a ser Silva Cunha e o Agente Geral do Ultramar, Cunha Leão. Deste modo, Leão continuou uma terceira ronda de visitas ao Ultramar, cabendo desta vez percorrer Angola, entre 17 e 29 de Outubro de 1968, não só para tomar conhecimento dos principais problemas, mas também para delinear o planeamento turístico desta possessão<sup>663</sup>, assente em três eixos de actuação: Luanda-Malange; Lobito-Nova Lisboa; Moçâmedes-Sá da Bandeira. Estes corredores eram, segundo os especialistas da Agência, as três principais linhas de penetração, do litoral para o interior, que já estavam dotadas de infra-estruturas rodoferroviárias e de apoio hoteleiro nas cidades que ladeavam o percurso<sup>664</sup>.

Entretanto, o ano de 1969 tivera alguns acontecimentos importantes para a quebra do isolamento internacional. A visita ao Brasil, do Presidente do Conselho, Marcello Caetano, e o acordo entre os Governos português e sul-africano, no mesmo mês de Julho, para a construção da barragem de Cabora-Bassa em Moçambique, contribuíram para Lisboa reforçar os laços com um importante vizinho. Igualmente, o cruzeiro de férias ao Ultramar permitia reforçar os laços de solidariedade e de intercâmbio, entre a Metrópole e o Ultramar. Este evento que já havia sido organizado em anos anteriores, tinha por destino, no ano de 1969, a província de Angola e fora uma vez mais organizado pela Agência Geral do Ultramar, tendo, a 19 de Julho, Cunha Leão ido apresentar despedidas aos excursionistas, na Estação Marítima de Alcântara. De realçar que o navio *Príncipe Perfeito* levava a bordo cento e trinta e duas pessoas das mais diversas profissões, destacando-se, entre elas, muitos advogados, comerciantes, empregados de comércio, engenheiros, estudantes, funcionários, industriais, médicos e sacerdotes<sup>665</sup>.

Apesar da recomposição ministerial, de 14 de Janeiro de 1970, Silva Cunha mantivera-se como ministro do Ultramar, função que ocupava desde 1965. Com ele também permanecera Cunha Leão à frente dos destinos da Agência, apesar das mudanças havidas na equipa deste Ministério, com a entrada de Sacramento Monteiro e de Rui Martins dos Santos, respectivamente, para subsecretários de Estado da Administração

<sup>663</sup> Vide «Informações e Notícias: O Agente-Geral do Ultramar Visita Angola» in *Boletim Geral do...*, Ano XLIV – n.ºs 519/520, de Setembro/Outubro de 1968, p.109.

<sup>664</sup> Vide entrevista dada pelo dr. Cunha Leão ao jornalista Antero dos Santos Gonçalves inserida no artigo “Planeamento Turístico de Angola” publicado pelo jornal *A Província de Angola*, Luanda, 8 de Novembro de 1968.

<sup>665</sup> Vide «Informação e Turismo-Cruzeiro de Férias ao Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XLV – n.ºs 529/530, de Julho e Agosto de 1969, pp.182-190, especialmente p. 183.

Ultramarina e do Fomento Ultramarino<sup>666</sup>. E porque não houvera mudança do responsável da tutela, a política de promoção do Ultramar continuou nos mesmos moldes, como ficara comprovado pelos acontecimentos que se realizaram em Portugal nesse ano. Assim, em 1970, a Agência, com a supervisão do ministério do Ultramar, realizou em Luanda o IV Colóquio Nacional de Estudos Ultramarinos, patrocinou a presença do «Ultramar» nas Feiras do Livro e da Agricultura e incentivou os prémios literários da Agência Geral do Ultramar. Para além de toda esta actividade na Agência, Cunha Leão desempenhara funções importantes em cargos públicos do Estado Novo, nomeadamente ligados aos aspectos da cultura e educação do Ultramar. Assim, pertencera à Sociedade Portuguesa de Escritores, à Comissão de Expansão do Livro Português no Ultramar e à Comissão da Exposição de Arte Sacra Missionária. Fizera parte de numerosos júris para atribuição de prémios literários. Por sua iniciativa, foram criadas as feiras do livro de Angola e da Guiné. Fundador da revista *Permanência* e das colecções «Figuras e Feitos de Além-Mar», «Unidade», «Colecção de Poesia» e «Biblioteca Filosófica», organizara também algumas antologias. Desempenhara até 1973 o lugar de Agente Geral do Ultramar, tendo transitado posteriormente para o lugar de Inspector Superior, da Direcção-Geral de Educação, do Ultramar, cargo que ocupou até à data da sua morte, ocorrida em Lisboa a 11 de Maio de 1974.

Em 1973, era nomeado o último Agente Geral do Ultramar, José Fernando Nunes Barata, que iria assegurar a responsabilidade deste departamento apenas por uns meses até Abril de 1974, altura em que o regime de Marcello Caetano foi derrubado pelo Movimento das Forças Armadas. Licenciara-se em Direito, com pós graduação em Ciências Político-Económicas, pela Universidade de Coimbra, tendo sido funcionário do ministério do Interior, a partir de 1957. Deputado pelas hostes da União Nacional, de 1958 a 1974, transitaria depois para o ministério do Ultramar, como Inspector Superior de Economia, o que lhe permitira fazer em 1970 várias viagens ao Ultramar (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe). Aliado a este conhecimento de África, associava ainda Nunes Barata conhecimentos técnicos na área do Turismo, pois em 1966 foi nomeado director do Centro de Estudos do Grémio Nacional das Agências de Viagem e Turismo. Estes dois pressupostos foram importantes para que, em 1973, sucedesse a Cunha Leão na chefia da Agência Geral do Ultramar, numa altura em que esta instituição apostava forte na propaganda e na vulgarização turística das principais parcelas, com a

<sup>666</sup> Vide «Informações e Notícias-Recomposição Ministerial» in *Boletim Geral do...*, Ano XLVI – n.º 535, de Janeiro/Junho de 1970, pp.130-137.

criação dos Centros de Informação e Turismo. Numa época em que não interessava apenas propagar o património ultramarino aos cidadãos portugueses, o Governo de Lisboa apostava forte na divulgação desta realidade junto da opinião pública internacional, papel em que jornalistas e políticos amigos de Portugal tiveram uma posição de destaque, como testemunhas de uma realidade que durante muitos anos estivera escondida dos «olhos», do Mundo. Sem a publicação do seu principal periódico, o *Boletim Geral do Ultramar*, facto que ocorrera no final do primeiro semestre de 1970, a Agência limitara-se nesses últimos meses do Estado Novo a continuar as acções de informação, propaganda, procuradoria e turismo, salientando-se para além da edição regular de livros, a promoção do Concurso de Literatura Ultramarina<sup>667</sup>.

Depois de 1974, Nunes Barata exilou-se no Brasil onde durante dois anos desempenharia as funções de professor na Universidade de Belém do Pará. Regressado a Portugal em 1977, fixou-se novamente em Lisboa onde exerceu advocacia e coordenou o gabinete jurídico da União de Associações da Indústria Hoteleira e Similares de Portugal. Antes de morrer, doou a sua biblioteca, de mais de oito milhares de volumes, à autarquia da Pampilhosa da Serra, sua terra natal, que a colocou ao serviço dos utentes, a partir de Agosto de 1999<sup>668</sup>.

## **2. Evolução e Fases Históricas**

### **2. 1. O *Boletim da Agência Geral das Colónias* e a sua acção entre o final da República e o Estado Novo**

O *Boletim* n.º 1 que se publicara, em Julho de 1925, trazia como palavras de abertura as do ministro das Colónias da altura, Henrique Correia da Silva, e estas eram como que um incentivo ao novel periódico, que acabava de surgir:

---

<sup>667</sup> José Luís Lima Garcia, «Propaganda no Estado Novo e os Concursos de Literatura da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1926-1974)» in *Estados Autoritários e Totalitários e Suas Representações* (Coordenação de Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 131-143.

<sup>668</sup> Vide «Personalidades: José Fernando Nunes Barata» in sítio da *Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra* ([www.cm-pampilhosadaserra.pt](http://www.cm-pampilhosadaserra.pt))

Quere o destino que uma velha pena que tantas linhas tem escrito neste ardente impulso pelas nossas colónias, trace umas linhas iniciais desta publicação, rubricando-as com o título de um Ministro das Colónias a que por meu mal vim trazido<sup>669</sup>.

Para além das palavras encorajadoras do ministro, este primeiro número mencionava ainda uma colaboração variada de outros colonialistas portugueses que se dedicavam ao estudo e divulgação deste património territorial, entre os quais se destacavam artigos de personalidades do meio intelectual, como os irmãos Cortesão (Jaime e Armando), da administração civil e do meio militar, como os escritos de Artur Tamagnini Barbosa, Ernesto de Vasconcelos, Lisboa de Lima, Lopes Galvão, Mascarenhas Inglês, Tomás Fernandes. Integrava ainda este número, na rubrica «Os Lugares Selectos da Biblioteca Colonial Portuguesa», um capítulo escrito por um dos mais importantes governantes do liberalismo, João de Andrade Corvo, artigo esse que se debruçava sobre «A Civilização Africana» e que fora retirado da obra *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas – 1885*<sup>670</sup>.

Relativamente, ao artigo que o Agente Geral das Colónias, Armando Cortesão, escrevera sobre o periódico que passava a estar sob sua direcção, este era premonitório quanto às tarefas que este meio de comunicação poderia desempenhar, no contexto de uma literatura comparada sobre a ideologia colonial e a sua evolução nas primeiras décadas do século passado. Para este colonialista era importante que «alguns dos idealismos humanitários trazidos, no tratado de Versailles, para o campo das realidades e a demonstração que a Grande Guerra insofismavelmente fez do enorme valor que as colónias têm para as respectivas metrópoles, fazem com que a opinião internacional tenha os olhos postos em todos os povos coloniais, seguindo atentamente os seus movimentos»<sup>671</sup>.

Uma outra ideia-chave adiantada por Cortesão para o desenvolvimento dos territórios ultramarinos deveria passar pelo recurso a medidas proteccionistas a favor de uma economia ligada ao desenvolvimento agrícola, pecuário e mineiro e sustentado pela construção de plataformas portuárias, pelo incremento de vias de comunicação, pela edificação de hospitais e escolas, pela generalização do saneamento básico nas povoações sertanejas, tendo em vista a fixação de mais colonos. Estas medidas fomentistas, que deveriam reforçar o direito histórico de ocupação teriam que forçosamente passar por uma grande obra de divulgação junto da opinião pública do «muito que se tem feito, e o muito

<sup>669</sup> Henrique Correia da Silva, «Palavras de Abertura» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, Julho de 1925, n.º 1, p. 1.

<sup>670</sup> Vide «Lugares Selectos da Biblioteca Colonial Portuguesa», *Ibidem*, pp. 132 -138.

<sup>671</sup> Armando Zuzarte Cortesão, «O Boletim da Agência Geral das Colónias», *Ibidem*, p. 3.



que se tem a fazer ainda», de acordo aliás com as palavras de Cortesão. Não compreendia o Agente Geral das Colónias como é que um país que ocupava o terceiro lugar do *ranking* das grandes nações coloniais do Mundo, «não tenha uma única publicação oficial que faça a propaganda das nossas colónias e acção colonizadora»<sup>672</sup>. Seria pois para colmatar esta lacuna, da ausência de veículos de propaganda colonial no sistema português, que Armando Cortesão se insurgia, sobretudo no que se referia ao atraso das Ciências Sociais em Portugal:

O progresso extraordinário das ciências, a rapidez crescente dos meios de comunicação e a impressionante evolução social da humanidade, imprimem à vida moderna uma intensidade que há algumas dezenas de anos ainda mal se poderia supor. É de então para cá que a propaganda surgiu como um factor importantíssimo não só do desenvolvimento das simples organizações particulares como das próprias nacionalidades<sup>673</sup>.

E foi através de depoimentos propagandísticos que a direcção do periódico resolvera comemorar a efeméride de um ano de existência, com a divulgação de um conjunto de testemunhos de colaboradores e personagens públicas que foram entretanto inseridos num número especial, entre os quais se contavam os de algumas figuras do regime acabado de destituir, como as de Bernardino Machado, Vieira da Rocha, Afonso Costa e ainda o testemunho de Gago Coutinho. A propósito desta efeméride, Bernardino Machado afirmava, a 11 de Maio de 1926, que «fazer a propaganda da nossa acção colonial é propugnar a causa do grande Portugal do futuro»<sup>674</sup>. Vieira da Rocha pronunciara igualmente palavras de apreço para com o órgão em celebração:

O *Boletim da Agência Geral das Colónias* é das publicações recentes de vulgarização colonial português a mais notável que conheço pelos assuntos nele versados, devendo ser lido e meditado por todos os coloniais que desejem ter um exacto conhecimento do que são os nossos ricos e ubérrimos domínios ultramarinos. Todo o bom Português que deseje educar bem os seus filhos os devem possuir nas suas bibliotecas para verem o esforço de que são capazes os filhos de Portugal quando bem orientados<sup>675</sup>.

---

<sup>672</sup> *Idem, Ibidem*, p. 5.

<sup>673</sup> *Idem, Ibidem*, p. 5.

<sup>674</sup> Bernardino Machado, *Idem*, «Um Ano de Existência» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Junho de 1926, n.º 12, p. 4.

<sup>675</sup> *Idem, Ibidem*.

A mensagem deixada por Afonso Costa, apesar de sintética, reproduzia os princípios imanentes à leitura de um meio de comunicação, da índole desta instituição:

O *Boletim da Agência Geral das Colónias* informa, esclarece, avisa, previne. Precisam de o ler todos os que se interessam pela manutenção e pelo desenvolvimento do nosso domínio ultramarino<sup>676</sup>.

Já o testemunho de Gago Coutinho se concentrava na função de divulgação, que o periódico deveria ter no fomento das colónias portuguesas:

A publicação de uma revista mensal, em que se vulgarizem as possibilidades e o progresso das colónias portuguesas, tem sido sempre um ideal, que acaba de ser realizado com vantagens pelo *Boletim da Agência Geral das Colónias*, publicação que interessa a todos, os portugueses<sup>677</sup>.

As comemorações do primeiro aniversário foram ainda assinaladas com a distribuição de autógrafos destes quatro portugueses, impressos conjuntamente com o sumário do n.º 11 do *Boletim* na forma de panfletos, e espalhados sobre Lisboa, no dia 15 de Maio de 1926, por um avião militar, do aeródromo da Amadora. Esta forma de publicitar utilizando como elemento de distribuição um meio de transporte aéreo, viera provar que os métodos propagandísticos ensaiados pela Agência Geral das Colónias se encontravam inseridos na vanguarda das técnicas de comunicação, utilizadas pelos outros concorrentes na administração colonial. Nas palavras do seu responsável, mais do que dar a conhecer a Portugal as suas colónias, dever-se-ia «mostrar ao estrangeiro a nossa capacidade de grande povo colonizador e o quanto a humanidade, como tal, já nos deve e deverá ainda»<sup>678</sup>. Uns meses depois desta forma surpreendente de publicitar a Agência Geral das Colónias, em Setembro de 1926, a direcção do periódico resolvera inquirir algumas das personalidades mais devotadas ao mundo colonial. Deste modo, foi lançado um inquérito no meio jornalístico para saber, de entre uma elite de homens de letras e de negócios, a resposta a duas questões pertinentes, na altura formuladas:

<sup>676</sup> A opinião de Afonso Costa foi emitida em Lisboa, no dia 14 de Abril de 1926. Reproduzida no artigo «Um ano de Existência» in *Boletim da Agência Geral...*, Ano II, Junho de 1926, n.º 12, p. 5.

<sup>677</sup> Esta mensagem que foi escrita por Gago Coutinho, no dia 15 de Abril de 1926, expressamente para o *Boletim* foi transcrita no artigo em análise «Um ano de Existência», *Idem*, p. 5.

<sup>678</sup> *Idem, Ibidem*, p. 6.

- Qual a opinião pessoal de V. Exa sobre o *Boletim da Agência Geral das Colónias*? – Acha V. Exa. ou não imprescindível a sua publicação como órgão de propaganda e de defesa da nossa acção colonizadora?<sup>679</sup>

Ferreira Dinis, um dos inquiridos, funcionário colonial, concordava com a linha doutrinária do *Boletim*, mas pensava que se deveria beneficiar ainda mais o conteúdo dos seus artigos, com a inclusão de uma desenvolvida secção de estatística que informasse os leitores da evolução conjuntural da economia e da sociedade coloniais. A propósito da necessidade de fornecer esta informação quantitativa, Dinis afirmava o seguinte, na resposta ao referido inquérito:

E, se bem que o *Boletim*, sob o ponto de vista doutrinário, com uma escolhida colaboração, satisfaz aos mais exigentes, urge beneficiá-lo, tornando-o indispensável com uma desenvolvida secção de estatística. Para isso impõe-se que as colónias habilitem a Agência com os elementos estatísticos necessários de forma que em dia e a tempo o *Boletim* se possa desempenhar desta sua missão<sup>680</sup>.

Lopes Galvão, por seu turno, chamava a atenção para a precariedade de movimentos a favor das colónias no panorama da Comunicação Social portuguesa, realçando que apesar de tudo, por vezes, lá aparecia um ou outro artigo sobre esta questão como o que tinha surgido ultimamente no *Diário de Notícias* que começara a publicar uma página colonial sobre o Império e em que eventos desse património tropical eram dados a conhecer aos leitores desse periódico<sup>681</sup>. Na continuidade deste exemplo do diário lisboeta, Galvão afirmava que deveria haver uma espécie de «órgão oficioso» de todas as possessões, em que personalidades do saber e da prática colonial pudessem tratar dos múltiplos problemas que afectavam essas regiões e, ao mesmo tempo, procurassem encontrar solução para os mesmos. Por isso era necessário um órgão que publicitasse todas as «belezas», «encantos», «possibilidades» e «riquezas» tropicais e que tornasse essas regiões «queridas» e «desejadas», pela maior parte da população, de modo que esse facto favorecesse a emigração e a vinda de mais colonos e capitais para essas zonas fora da Europa administradas por Portugal. Para que esse desiderato se realizasse, só a publicação

<sup>679</sup> «A Defesa do Boletim da Agência Geral das Colónias – Serviços da Agência Geral das Colónias» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Setembro de 1926, n.º 15, p. 129.

<sup>680</sup> Ferreira Dinis, «A Defesa do Boletim da Agência Geral das Colónias», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral...*, Ano II, Setembro de 1926, n.º 15, pp. 132-133.

<sup>681</sup> Lopes Galvão, *Idem*, «A Defesa do Boletim da Agência Geral das...», *Ibidem*, pp. 133-135, especialmente p. 134.

de um periódico suportado pelo Estado, como o *Boletim da Agência Geral das Colónias*, poderia suprimir as carências dessa informação tão necessária à população portuguesa, da Metrópole e das Colónias. Salientava ainda Galvão que todos os países colonizadores possuíam os seus periódicos de divulgação colonial, como era o caso da Bélgica, com o seu *Congo*, gazeta de informação destinada à possessão do Congo Belga, e «só Portugal, o país que abriu a África, a Ásia, a América e a Oceânia à civilização não possuía ainda há pouco uma publicação do género! É isso admissível? Lá fora publicam-se já jornais diários que se ocupam somente dos assuntos coloniais. A imprensa goza nos países coloniais duma decidida protecção. Aqui temos de fazer o mesmo, para honra nossa»<sup>682</sup>.

Foi pela «qualidade» e pela «dominância intelectual» que Armando Cortesão se continuou a bater ao apresentar no *Boletim* que dirigia todos os dias quinze, de cada mês, alguns dos temas mais problemáticos do colonialismo português, com uma regularidade quase imbatível em publicações deste género. Contra o «indiferentismo», contra a «falta de tenacidade» e contra o «cobarde abandono» que afligia por vezes a vida pública portuguesa, na opinião do Agente Geral das Colónias<sup>683</sup>, era necessário lutar, mesmo que nessa luta o periódico continuasse a dar 200 contos de *deficit*<sup>684</sup>, prejuízo que para o erário público era compensado com a formação de quadros coloniais tão necessários ao desenvolvimento de uma elite dirigente, culta e educada, para tratar com pessoas e problemas de proveniência geográfica tão diversa. Entretanto, numa conferência sobre os «Problemas Coloniais», proferida em Janeiro de 1925, na Sociedade de Geografia de Lisboa, Cortesão interrogava-se mesmo sobre o não preenchimento dos quadros de funcionalismo nas colónias, concluindo não haver uma razão objectiva, mas várias que teriam contribuído para este facto. A principal, remetia Cortesão para «a deficiência que se nota nos vencimentos», bem como, e esta talvez fosse a razão mais forte, para a «nossa falta de gente», pressuposto estrutural que já vinha da Época Moderna, quando o projecto imperial português não pudera acompanhar a concorrência das metrópoles europeias daquela altura, como a Espanha, a França e a Inglaterra, com um potencial demográfico muito mais acentuado do que o português.

Mas o voluntarismo, em prol da Agência Geral das Colónias e do seu periódico protagonizado pelo seu director, começara a ser posto à prova, tal como «o aço dum cinzel

<sup>682</sup> *Idem, Ibidem*, p. 134. Vide A.Z.C. «Dois anos de Existência» in *Boletim da Agência Geral...*, Ano III, Junho de 1927, n.º 24, p. 3.

<sup>683</sup> Vide A.Z.C. «Dois anos de Existência» in *Boletim da Agência Geral...*, Ano III, Junho de 1927, n.º 24, p. 3.

<sup>684</sup> *Idem, Ibidem*, p. 4.

no braseiro duma forja», a partir do segundo ano de publicação, quando Armando Cortesão, a 2 de Julho de 1926, num artigo de balanço da obra feita, publicado no *Boletim* n.º 13, com o título «Em legítima defesa da Agência Geral das Colónias», se referia ao facto da instituição que dirigia começar a receber as primeiras críticas, afirmando que esse comportamento derivava de se mover na sombra uma campanha pertinaz contra a instituição que integrava, tendo por base os argumentos de um pretenso «gastar ou esbanjar imenso dinheiro ao Estado, ter inúmero pessoal que nada faz, estar instalada com um luxo sibarítico, fazer negócios escandalosos»<sup>685</sup>. Estas denúncias anónimas que Cortesão atribuía a vários «morcegos» pretendia, na opinião do articulista, que o ministério das Colónias extinguisse a Agência, atingindo indirectamente a pessoa do director, por despeito para com aqueles que se sacrificavam pelo serviço público e estavam conscientes de que realizavam um bom trabalho para com o país, que lhes tinha dado a oportunidade de nascer.

Para estes despeitados que usavam como arma a perfídia e a calúnia, Armando Cortesão preconizava como resposta que toda a actividade da Agência Geral das Colónias passasse a ser transparente e límpida, como o «cristal», para que qualquer cidadão tivesse a possibilidade de conhecer, observar e formular juízos de valor sobre uma obra que, mais do que pública, era do cidadão que pagava as suas tributações fiscais. E o balanço que se poderia mostrar, das actividades empreendidas pelas quatro secções deste organismo colonial, era já revelador da transparência que Cortesão pretendia para a obra que vinha realizando, não deixando de dar a conhecer a linha de rumo que imprimira ao longo dos quase oito anos em que estivera à frente desta Agência:

A mesma energia e tenacidade, que temos posto na realização duma alevantada obra na A.G.C.,  
poremos na sua defesa<sup>686</sup>.

Mesmo quando a política republicana de autonomia chegara ao fim e novos tempos se anunciavam, com o advento da Ditadura Militar e do do Estado Novo, Cortesão dispusera sempre de uma persistente «energia» e «tenacidade» pela «defesa» da Agência e da obra colonial realizada por esta em África e na Ásia. Foi pois neste contexto político-económico de nacionalizar o Império, que se deveria inserir a chegada ao ministério das

<sup>685</sup> Armando Cortesão, «Em legítima defesa da Agência Geral das Colónias» in *Boletim da Agência Geral...*, Ano II, Julho de 1926, n.º 13, p. 140.

<sup>686</sup> *Idem, Ibidem*, p. 141.

Colónias de João Belo, em pleno período de transição, e com ele toda uma idiossincrasia de um reforço de unidade imperial. Assim, para se opor às ambições sul-africanas sobre Moçambique, o ministro Belo tomou medidas para manter o controlo dos portos de Lourenço Marques e da Beira nas mãos das autoridades portuguesas, e ainda para disciplinar a corrente de emigração clandestina de trabalhadores moçambicanos para as minas do *Rand*, impondo *ratios* e contrapartidas às autoridades sul-africanas<sup>687</sup>. Numa entrevista concedida pelo ministro ao *Diário de Notícias*, de 20 de Maio de 1927, afirmava que «...seria crime imperdoável deixar de empregar todos os meios de fomentar a produção do território, para dar que fazer à população, garantir-lhe os artigos necessários à sua existência e obter matéria colectável para com o aumento das contribuições, poder sustentar a vida do Estado»<sup>688</sup>. No entanto, a utilização da emigração e destes capitais, segundo João Belo, deveria fazer-se de acordo com três condições que ele considerava fundamentais: a primeira, jamais Nação alguma tinha conseguido fundar possessões d'Além-Mar com sangue alheio; a segunda, a de que a emigração portuguesa continuava a fazer prodígios na colonização de países estrangeiros. Então por que razão «não estão desenvolvendo e povoando as nossas colónias?»; a terceira, a imobilização de capitais portugueses no estrangeiro<sup>689</sup>.

As medidas e reformas políticas tomadas pelo ministro João Belo durante a curta passagem pelo ministério das Colónias, entre Agosto de 1926 e Janeiro de 1928, data do seu falecimento, permitiram ultrapassar a crise que a administração republicana tinha deixado instalada no património colonial e lançar as bases de um nacionalismo demasiado centralizado, contrário e em ruptura com o liberalismo federalista dos governos republicanos anteriores. Assim, já desde o início da década de vinte, ainda em pleno regime republicano, se notava um amplo movimento nacionalista, por parte das elites mais consciencializadas, que levaram ao aparecimento da «Comissão Africana» da Sociedade de Geografia de Lisboa, do núcleo republicano de «Acção Colonial» de Álvaro de Castro, do grupo da *Seara Nova* dinamizado por Jaime Cortesão<sup>690</sup>. Estes grupos estavam ideologicamente muito mais próximos deste colonialismo de pendor nacionalista, assumido

<sup>687</sup> Vide «Bases para uma Convenção acordadas entre o Ministro das Colónias da República Portuguesa e o Ministro dos Caminhos de Ferro e Portos da União da África do Sul, como representantes dos respectivos Governos, Lisboa, Maio de 1928» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, Junho de 1928, n.º 36, pp. 134 -143.

<sup>688</sup> Vide «Declarações do Sr. Ministro das Colónias sobre o fomento de Moçambique no sul do Save» in *Diário de Notícias*, Lisboa, 20 de Maio de 1927.

<sup>689</sup> João Belo, «Discurso de Encerramento da...», *Ibidem*.

<sup>690</sup> Ernesto Castro Leal, «A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira...Os Antecedentes», *op. cit.*, pp.825-830, especialmente pp. 826-827.

por João Belo durante a sua passagem pelo ministério das Colónias, pelo que neste aspecto não se poderia falar de uma verdadeira ruptura ideológica das teses da chamada «República Velha», com as teses deste período de transição da Ditadura Militar, em que por indefinição conjuntural foram ensaiadas várias estratégias de modelos de administração, contrapondo-se à perspectiva mais centralista do ministro Belo, a perspectiva mais tecnocrática de ministros posteriores, especialmente a do ministro Bacelar Bebiano, entre os anos de 1928 e 1929. Entretanto em 1930, com a destituição do Governo presidido por Ivens Ferraz, e a sua substituição pelo do general Domingos de Oliveira, o ministério das Colónias passaria a ser tutelado por Oliveira Salazar, que acabaria por adoptar definitivamente a perspectiva centralista ensaiada, em 1926, pelo ministro João Belo.

Ao completar o quinto ano de publicação do *Boletim*, com a saída do n.º 60, Armando Cortesão resolvera fazer o ponto da situação do periódico que dirigia publicando um artigo, que intitulara «*Res, Non Verba*».<sup>691</sup> No balanço duma conjuntura difícil, em que contava mais o valor e a persistência das realizações e dos actos quotidianos pelo fomento colonial, do que a demagogia inflamada das palavras, Cortesão concluía que tinha vindo a cumprir esta «missão verdadeiramente nacional», a que o periódico se propusera, desde o seu início:

Dentro do país, além da propaganda que tem feito das coisas coloniais, tem sido para os nossos colonialistas, estudiosos e mesmo para os colonos, um valioso repositório de numerosos trabalhos científicos executados nas nossas colónias ou a elas se referindo, e do que a imprensa estrangeira publica em matéria colonial que nos possa interessar<sup>692</sup>.

Fora do País a acção exercida pelo periódico foi também de uma importância propagandística muito grande, sobretudo se tiver em conta a situação vulnerável em que se encontravam os pequenos países coloniais que tinham de proclamar por toda a parte o direito histórico que lhes assistia de possuir e administrar territórios há vários séculos descobertos. Esta perspectiva de orientação incutida pela direcção da Agência, especialmente face à concorrência que o *Boletim* sofria no contexto das melhores revistas internacionais, só demonstrava como eram infundadas as acusações que certos estrangeiros

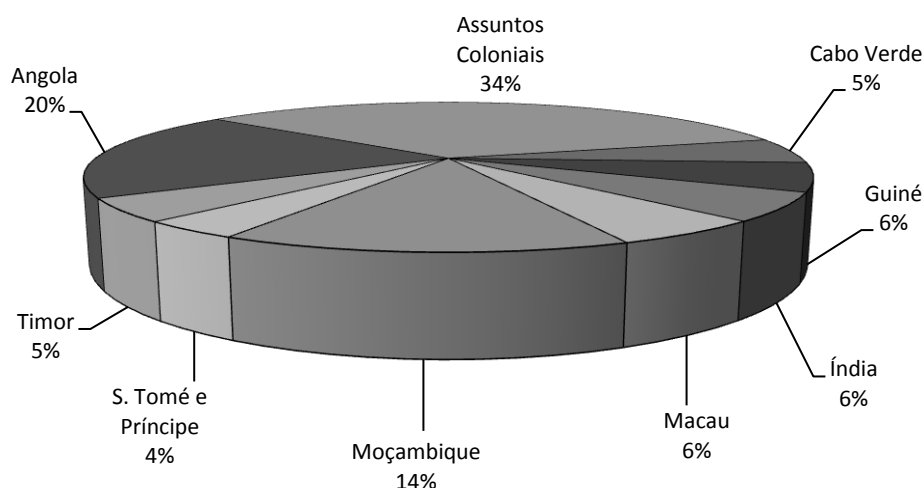
---

<sup>691</sup> Armando Cortesão, «*Res, Non Verba*» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, Junho 1930, n.º 60, pp. 3-8.

<sup>692</sup> *Idem, Ibidem*, p. 5.

faziam à incapacidade dos portugueses para dirigirem um periódico colonial deste gabarito. Para provar com números que a projecção do periódico da Agência Geral das Colónias era uma realidade, Armando Cortesão aproveitara a oportunidade, no balanço do quinto aniversário, para divulgar alguns dados relativos a este meio de difusão. No conjunto de páginas vindas a público durante os cinco primeiros anos de existência, entre o n.º 1, de Julho de 1925, e o n.º 60, de Julho de 1930, a colecção do periódico contava já com 16.080 páginas impressas (**Ver Gráfico 14**).

**Gráfico 14: Percentagem de temáticas por páginas no *Boletim da Agência Geral das Colónias* entre os anos de 1925 e 1930.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Estas referiam-se aos seguintes temas: «Assuntos coloniais de interesse geral» (5.520 páginas); «Angola», (3.134 páginas); «Moçambique», (2.314 páginas); «Guiné», (996 páginas); «Índia», (956 páginas); «Macau», (898 páginas); «Cabo Verde», (878 páginas); «Timor», (780 páginas); «S. Tomé e Príncipe», (604 páginas). A quantificação dos artigos publicados até esta altura acabaria por revelar de uma forma objectiva o interesse que a opinião pública e o meio colonial português davam a cada uma das suas possessões, parecendo concluir destes dados que, salvo pequenas excepções, como o caso de Timor figurar à frente de S. Tomé e Príncipe, ou da Guiné figurar percentualmente ao lado da Índia, embora tivesse um número de páginas ligeiramente superior à congénere asiática, esta hierarquização derivava muito do grau de importância, dos recursos, do tamanho, e até eventualmente da posição geo-estratégica que cada uma destas colónias na altura vinha



desempenhando na ordem internacional colonial, notando-se que eram, Angola e Moçambique, aquelas que tinham maior relevância nos escritos dos publicistas que colaboravam com este periódico. Ainda durante o mandato de Cortesão, por questões de organização metodológica, a direcção do *Boletim* resolveu, no fim de cada série de doze números, fazer a publicação dos índices dos artigos editados, tendo por consequência sido divulgados índices seriais nos n.ºs 12, 24, 36, 48, e 60, no respeitante a assuntos, autores e colónias, o que muito viera facilitar a vida não só dos leitores e coleccionadores, mas ainda dos investigadores, que com este trabalho de inventariação tiveram a sua pesquisa simplificada. De notar, no reforço da catalogação dos artigos, a organização iconográfica das gravuras que partindo de um espólio de 2.553 imagens, permitiria que a utilização de um catálogo de provas, organizado por assuntos e colónias, se tornasse de consulta fácil e eficaz<sup>693</sup>. Este trabalho foi feito com o esforço de 10 funcionários, dos quais se deveriam salientar os nomes de Elisiário de Brito, João Cruz e Júlio Cayolla, da parte administrativa, e os de Amadeu Cunha, Frazão de Vasconcelos e Paula Bastos, da secção redactorial.

Em Julho de 1930, o *Boletim* n.º 61, a propósito ainda dos cinco anos de publicação, numa altura em que o Acto Colonial foi publicado pelo Decreto n.º 18.570, de 8 de Julho de 1930, fizera editar um conjunto de opiniões de figuras nacionais com a projecção das de Álvaro Bulhão Pato, Henrique Correia da Silva, Norton de Matos e Raul Brandão, todas elas personalidades mais ligadas aos ideais republicanos, do que aos ideais professados pelos redactores da lei acabada de ser estabelecida. E se o general Norton de Matos começava por fazer um elogio ao produto «acabado», que era a publicação dos sessenta volumes do *Boletim* que «representam esses milhares de páginas uma continuação de esforço e uma perseverança, dignas do maior louvor»<sup>694</sup>, chamava mais à frente a atenção para o nosso maior defeito que era o de pretendermos atingir sempre a perfeição, tentando apresentar ao mundo as «maravilhas de realização». Quando esse desiderato não era atingido, os portugueses vacilavam e «daí as indecisões, o cioso esconder dos resultados das nossas tentativas e experiências que não atingiram a meta que nos propusemos, a impressão de torpor, de inacção, de vida parada que muitas vezes damos»<sup>695</sup>. Quanto à opinião de Bulhão Pato, o ministro que se responsabilizara pela fundação da Agência Geral das Colónias, para evitar o esquecimento em que se encontravam as colónias portuguesas,

<sup>693</sup> Armando Cortesão, «*Res Non Verba*» in *Boletim da Agência Geral...*, Ano VI, Junho de 1930, n.º 60, p. 7.

<sup>694</sup> General Norton de Matos «O *Boletim da Agência Geral das Colónias*» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, Julho de 1930, n.º 61, p. 3.

<sup>695</sup> *Idem, Ibidem*, p. 4.

era favorável à publicidade destas, pois sem divulgação nada se tornaria conhecido, mesmo os actos e os objectos mais simples do nosso quotidiano:

Faz-se a propaganda de uma marca de vinhos e de uma estrela de teatro; de um livro de ciência abstracta e de uma ideologia política; de uma fábrica de calçado e de uma nação<sup>696</sup>.

Foram de Henrique Correia da Silva, o ministro das Colónias que tutelava a Agência, nos momentos iniciais do *Boletim*, em Julho de 1925, as primeiras recomendações quando escrevera palavras de confiança para o periódico que então iniciava o seu percurso. Cinco anos depois, as opiniões saídas da pena deste velho colonialista já revelavam uma atitude mais céptica, embora ainda mantivesse a mesma crença no futuro deste projecto editorial:

Erros? (...) Adversidades? Não analiso. A luta é árdua e só muito esforço e muitos sacrifícios abrirão diante de nós, em toda a sua transparência, grandes e luminosos horizontes<sup>697</sup>.

A acrescentar a estes testemunhos relativos ao aniversário do *Boletim*, adviera o caso de Cortesão ter pedido a opinião ao escritor Raul Brandão, major na reforma desde 1912 e activo colaborador na imprensa portuguesa. O interesse de Brandão pela África ficara testemunhado nas referências que fizera a este continente nas suas memórias<sup>698</sup>, derivando o relacionamento com a Agência Geral das Colónias do facto de o escritor ter estado inserido num projecto que passaria por uma eventual visita a África, com o intuito de escrever dois livros de divulgação sobre esse continente para as escolas primárias e secundárias nacionais. Sobre o *Boletim* os encómios foram fervorosos, bem como sobre a obra que os portugueses estavam a construir nos trópicos:

Toda a gente deve receber com alvoroço a notícia do quinto aniversário do *Boletim da Agência Geral das Colónias* – admirável instrumento de estudo e propaganda, e, ao mesmo tempo, prova provada do que este pequeno povo vale como colonizador e administrador. Foi às vezes com menos de dois milhões de habitantes que nos lançámos nas descobertas, continuando um esforço de que grandes povos não seriam capazes. Fizemos o Brasil – estamos hoje a construir na África um extraordinário império<sup>699</sup>.

<sup>696</sup> Bulhão Pato, «Cinco Anos Depois», *Ibidem*, p. 7.

<sup>697</sup> Henrique Correia da Silva, «Cinco Anos de Trabalho», *Ibidem*, p. 16.

<sup>698</sup> Raul Brandão, *Memórias II*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1991, pp. 179-190, especialmente pp. 188-189.

<sup>699</sup> Raul Brandão, «Um Esforço Magnífico» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, Julho de 1930, n.º 61, p. 17.

O desconhecimento do património colonial e a carência de uma minoria de intelectuais que ousasse mobilizar as forças espirituais do país, para um ressurgimento de uma consciência nacional que alertasse a opinião pública para os perigos que ameaçavam as colónias portuguesas, levaram a que o *Jornal do Comércio e das Colónias* lançasse um inquérito, a partir de 1926, a um conjunto de intelectuais, sobre qual a atitude que este grupo tomaria se alguma surpresa desagradável atingisse a integridade deste património. O inquérito lançado pelo jornalista Augusto da Costa, antigo integralista, e a partir de 1933 colaborador de Salazar, foi divulgado ao longo de sete anos no referido periódico, tendo posteriormente uma selecção de respostas de várias personalidades sido compiladas para um livro editado, pela Imprensa Nacional, em 1934, que o autor intitulou de *Portugal Vasto Império. Um Inquérito Nacional*<sup>700</sup>.

Deste modo, os n.ºs de 21 e 22 de Outubro de 1931, do *Jornal do Comércio e das Colónias*, traziam publicadas as respostas do Agente Geral das Colónias sobre o referido inquérito, também reproduzidas pelo periódico desta Agência no n.º 77, de Novembro de 1931. A propósito do problema colonial, questão que Armando Cortesão associava tão intimamente com o problema nacional, afirmava:

Não julgo difícil de o pôr em equação nem impossível resolvê-lo. O que julgo é que atacar o problema por partes nunca conduzirá à sua solução. Seria o mesmo que pretender produzir um animal, cuja vida depende do funcionamento em conjunto dos seus diversos órgãos, começando pelos braços ou pelas pernas<sup>701</sup>.

E a resposta à primeira questão do inquérito terminava com Cortesão a interrogar-se quanto ao futuro de Portugal, como grande ou pequena potência, qualificativos que o Agente Geral das Colónias não poderia prever:

O que sei é que a nossa importância, no concerto das nações, dependerá da maneira como no presente nos organizarmos e soubermos aproveitar as condições geográficas, étnicas e económicas do nosso império<sup>702</sup>.

---

<sup>700</sup> Augusto da Costa, *Portugal Vasto Império. Um Inquérito Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, 166 pp. A referida obra ganharia em 1935 o prémio de «Jornalismo» do Secretariado da Propaganda Nacional.

<sup>701</sup> Vide «Um inquérito colonial – Revista da Imprensa Colonial» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Novembro de 1931, n.º 77, p. 194.

<sup>702</sup> *Idem, Ibidem.*

Relativamente à segunda, se «Portugal sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos de ser considerada uma grande potência europeia?», Armando Cortesão afirmava que «para ser considerada uma grande potência europeia carece Portugal de sanear as suas instituições e organizar devidamente a administração do seu império ou abandonando as habituais indecorosas atitudes de servilismo perante a Inglaterra a fiel aliada que se nos avilta aos olhos das outras nações e deixando de macaquear a França a «mãe espiritual», a *tort et à travers*»<sup>703</sup>. Este apelo à reorganização do Império e ao não «servilismo» perante a Grã-Bretanha e a França foram argumentos para que a resposta fosse censurada pelo ministério da tutela com a supressão das palavras do Agente Geral das Colónias já impressas no periódico, através de tiras de papel coladas sobre as frases consideradas indesejáveis pelo governo da Ditadura Militar. Na opinião de Cortesão, Portugal, pequeno e velho país europeu, deveria por uma questão de honra continuar a ser fiel aos tratados e alianças assinados com outros países, nomeadamente não desprezando a tradicional aliança com a Grã-Bretanha, mas tendo em conta, que deveríamos somente «aproveitar da aliança inglesa o que ela nos possa dar de bom; correspondendo-lhe com a nossa tradicional lealdade, mas sempre dignamente e sem perder de vista que a «fiel aliada» e a «mãe espiritual», como quaisquer outras grandes potências, põem os seus interesses acima de tudo, pouco ou nada se importando com os nossos quando os seus estejam em jogo. Quem duvidar folheie as páginas da história internacional dos últimos tempos: enquanto seguirmos a indígena política da subserviência à Inglaterra, que há muitos anos já vimos seguindo, e nos não administrarmos convenientemente, nunca Portugal será considerada uma «grande potência europeia»<sup>704</sup>.

Quanto à terceira, sobre se a amputação das colónias levaria Portugal a perder «toda a razão de ser como povo independente», Cortesão na sua resposta fizera coincidir os seus pontos de vista, com os do entrevistador, não havendo grandes discordâncias ideológicas quanto ao facto das «...colónias fazerem parte integrante da nacionalidade. Perder Angola ou Timor, será para Portugal o mesmo que perder o Minho ou o Algarve, por exemplo. Se fosse possível Portugal perder as suas colónias, não julgo que, mesmo assim, deixasse de ser independente, pois não creio viável, sequer, a sua entrada numa problemática federação ibérica; ficaria sendo, porém, uma nação sem qualquer importância política»<sup>705</sup>.

---

<sup>703</sup> *Idem, Ibidem*, p. 205.

<sup>704</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>705</sup> *Idem, Ibidem*.

Na quarta, e última questão, sobre se o Estado poderia levantar a moral da Nação, através de uma intensa e diversificada propaganda, o Agente Geral das Colónias mesmo utilizando na sua argumentação um discurso nacionalista favorável à manutenção de um império pluricontinental integrado na Metrópole, constituíra motivo para que mais uma vez a censura fosse accionada, numa atitude que visava evitar que a desorganização do sistema colonial português fosse apontada publicamente. Nesse sentido, deveriam desaparecer todo o tipo de críticas e referências menos agradáveis ao sistema político então vigente, mesmo que essas referências viessem de um funcionário de uma instituição que zelava pela boa ordem imperial. A propósito da forma como se deveria administrar este património, Cortesão retorquira que «é absolutamente indispensável a criação dessa “mentalidade colectiva”, não só pela propaganda do jornal, da revista e do livro, mas também pela conferência, pelo cinema, pela T.S.F., pelas jornadas coloniais, pelas exposições, pelos congressos, etc., etc.»<sup>706</sup>. Para cumprir este desiderato de divulgação sistemática do Império seria necessário conceder meios adequados à Agência Geral das Colónias, instituição «que poderia perfeitamente desempenhar essa missão e decerto já em parte o teria feito se, em vez de a terem anemiado e estiolado com uma absurda série de medidas que lhe restringiram todos os recursos e limitaram toda a liberdade de acção, aniquilando qualquer iniciativa que pudesse ter, numa estreiteza de vistas e falta de conhecimento das nossas realidades coloniais, que afligem, lhe tivessem aumentado a liberdade de acção que já tinha e fornecido os indispensáveis recursos materiais que, afinal, não ultrapassariam uma modesta cifra»<sup>707</sup>.

Esta visão de Armando Cortesão quanto à gestão imperial levava a que o Agente Geral das Colónias nomeado ainda por Rodrigues Gaspar, em finais de 1924, quando do regime republicano, fosse colocado na lista de pessoas não gratas à confiança do governo presidido por Domingos de Oliveira. E mesmo acreditando que o futuro de Portugal estaria nas mãos do seu património colonial, como sempre fizera sentir Cortesão, um aviso logo no *Boletim* n.º 78, de Dezembro de 1931, fazia constar que «esta publicação não toma qualquer espécie de responsabilidade pelas doutrinas expressas no que se transcreve nas suas secções de Revista da Imprensa», mesmo que essas ideias e doutrinas fossem veiculadas pelo director do órgão que as transcrevia. Em Março de 1932, quatro meses depois das respostas ao tão polémico inquérito do *Jornal do Comércio e Colónias*, Armando Cortesão era entretanto demitido e nomeado para o seu lugar, o tenente-coronel

<sup>706</sup> *Idem, Ibidem*, p. 208.

<sup>707</sup> *Idem, Ibidem*.

Garcez de Lencastre. A partir de então, a Agência Geral das Colónias encetava uma outra fase na luta pela implementação da ideia colonial, com novas estratégias muito mais de acordo com o centralismo político do regime estadonovista que emergiria três meses depois. Garcez de Lencastre tomara, entretanto, posse do lugar no dia 4 de Abril de 1932, em cerimónia realizada no ministério das Colónias, sob a presidência de Domingos Frias, director-geral das Colónias do Oriente<sup>708</sup>.

Já em pleno Governo presidido por Oliveira Salazar, no ano aliás da promulgação da Constituição, em Outubro de 1933, o *Boletim Geral das Colónias* celebrava o seu centésimo número, facto que foi recordado pelo Agente-Geral Garcez de Lencastre e ainda por um outro colaborador, o jornalista Lourenço Cayolla. Estas personalidades destacaram o papel deste órgão de informação, salientando o facto de o mesmo apresentar em cada número várias secções como a revista da «Imprensa Colonial», com uma secção portuguesa e outra estrangeira. Assim, este periódico vinha-se actualizando constantemente e como prova dessa melhoria estava o aparecimento de novas secções: duas a partir do n.º 97, de Julho de 1933, «Crónica Colonial» e «Vida Ultramarina»; uma outra, inserida no n.º 101, de Novembro de 1933, da responsabilidade de Vítor Falcão, sobre o «Movimento Colonial Belga»<sup>709</sup>. Neste período em que se publicara uma centena de números, desde Julho de 1925, o *Boletim* divulgara mais de trinta mil páginas, sobre o engrandecimento e o progresso do Império. No número que comemorava a efeméride, a redacção tivera o cuidado de inserir uma pequena nota em que chamava a atenção para o facto:

Celebra o *Boletim*, com o presente número, este facto que, embora simples, está longe de ser isento de significação e que suficientemente justifica o nosso júbilo: o atingir hoje o 100.º número da sua publicação, iniciada em 1925, e até esta data ininterrupta e inaterrivelmente mantida<sup>710</sup>.

Para assinalar a data, pensavam os responsáveis do periódico fazer um número especial, pedindo colaboração a muitos dos intelectuais, funcionários e militares, que vinham contribuindo para que a causa colonial não ficasse esquecida junto da opinião pública portuguesa. Mas, por questões logísticas, de modo a que se não atrasasse a saída do *Boletim*, esta ideia foi posta de lado e a sua composição entregue aos colaboradores

<sup>708</sup> Vide «Agente Geral das Colónias» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Abril de 1932, n.º 82, pp. 123 -124.

<sup>709</sup> Vide «Um Ano de Actividade da Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano IX, Outubro de 1933, n.º 100, pp. 120-126, especialmente p. 121.

<sup>710</sup> «Nota da Redacção», *Ibidem*, p. 2.

habituais. No preâmbulo desta edição, a redacção agradecia ainda o apoio do ministério das Colónias, e do seu responsável Armindo Monteiro, pela «confiança» manifestada para com o *Boletim* e para que este pudesse continuar com a sua acção em prol da divulgação ultramarina:

Visando a educação e a cultura colonial, o *Boletim* que, no domínio em que intervém, não é só um órgão de propaganda e de orientação mas também um órgão dos movimentos da opinião colonial, julga ter motivo para agora se felicitar pela qualidade do esforço até hoje realizado, para o êxito do qual não lhe há faltado da parte do Estado a confiança e o apoio indispensáveis, nem louvores em mais de uma ocasião oficialmente dispensados, - atitude que tem sido ainda a do ilustre Ministro das Colónias, Sr. Dr. Armindo Monteiro, a cujo particular e vivo interesse tanto deve esta publicação<sup>711</sup>.

O Agente Geral das Colónias na análise que fazia ao seu primeiro ano de actividade na instituição, referindo-se à «Divisão de Publicações e Biblioteca», salientava o papel das novas secções e ainda dos números especiais que entretanto tinham saído nesse período (Março de 1932 a Novembro de 1933) e que se debruçavam sobre a viagem do ministro das Colónias, Armindo Monteiro, a África e à conferência dos Governadores Coloniais<sup>712</sup>. Por questões de gestão e poupança financeira o *Boletim* no período de férias, desde a proposta de Armando Cortesão, em Junho de 1930, passara a sair com um formato em duplicado nos meses de Agosto e Setembro, modelo de poupança que Lencastre pretendia continuar a utilizar, lembrando ao responsável da tutela que se tal não vier a acontecer «...o orçamento para a despesa com a publicação do *Boletim* terá de ser aumentada se tiverem de ser publicados os 12 números»<sup>713</sup>.

Após a saída de Garcez de Lencastre, em Agosto de 1934, o *Boletim* continuou a sua acção, agora com Júlio Cayolla. Mantendo o mesmo formato e conteúdo ideológico, até porque se mantinha o ministro Monteiro, apresentava agora colaboração de diversos colonialistas, como no n.º 112, de Outubro de 1934, onde havia artigos que iam desde os «Tabacos», «Bancos Coloniais», «Indústria de Seguros» até à «Literatura Colonial» e às «Missões Religiosas», textos que constituíam parte das teses e das conclusões apresentadas à sub-comissão colonial do primeiro Congresso da União Nacional. Para além das outras

<sup>711</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>712</sup> Vide a propósito o *Boletim Geral das Colónias* n.ºs 88 e 90, de Outubro e Dezembro de 1932, respectivamente sobre a visita do ministro das Colónias dr. Armindo Monteiro a «S. Tomé e Príncipe e Angola» e a «Moçambique». O *Boletim* n.º 97, de Julho de 1933, era um número especial dedicado à «Conferência dos Governadores Coloniais».

<sup>713</sup> Vide «Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano IX, Novembro de 1933, n.º 101, pp. 3-23, especialmente p. 19.

secções que passavam pelas crónicas «Colonial» e «Belga», «Informações e Notícias (Secção Portuguesa)», «Revista da Imprensa» (portuguesa e estrangeira), «Vida Ultramarina», «Bibliografia», e as secções «Inglesa» e «Francesa», que eram o resumo das matérias desenvolvidas pelo periódico nas duas línguas estrangeiras mais globalizadas na altura pelas metrópoles colonizadoras<sup>714</sup>.

Foi durante o mandato de Júlio Cayolla, como Agente Geral das Colónias interino, que Lourenço Cayolla, uma das personalidades que assinava todos os meses a «Crónica Colonial», viria a falecer repentinamente, a 31 de Julho de 1935. Mesmo debilitado, até ao mês em que morreu, não deixara de colaborar com o *Boletim*, e no n.º 121, de Julho de 1935, assinara pela derradeira vez um escrito em que desenvolvera assuntos diversos, mas onde o «renascimento do espírito de imperialismo entre muitas das mais fortes nações do Mundo», nomeadamente os regimes totalitários do nazismo e do fascismo europeu constituía ainda preocupação do seu pensamento. Acerca de alguns acontecimentos que antecederam o eclodir da Segunda Guerra Mundial, como a invasão da Etiópia, Lourenço Cayolla sobre este facto e outros «imperialismos» afirmava:

Renasce em muitos povos o espírito do imperialismo. Não o do Imperialismo, como nós o estamos compreendendo, e que se cifra em estreitar cada vez mais os laços de afecto e de interesses entre os diversos territórios que constituem a nossa nacionalidade, dando-lhe uma estrutura homogénea quanto possível, uma unidade absoluta, mas do Imperialismo à maneira da antiga Roma, ou nas condições em que Napoleão o imaginou, ou mesmo parecido com o do sistema inglês, pelo qual uma grande nação se mostra constantemente insatisfeita com o que possui, desejosa de alargar cada vez mais a sua influência e os seus domínios, devorada por uma ambição sem limites e aspirando a alargar constantemente os territórios sujeitos à sua soberania. Entre os países que mais se identificaram nos últimos tempos com esta política, destacam-se sobretudo, a Itália, o Japão e a Alemanha, que procuram robustecer, o mais depressa possível, o seu poderio e as suas asas para tentar naquele sentido arrojadíssimo voos<sup>715</sup>.

Entretanto, já sem o cronista da realidade internacional, no *Boletim* seguinte, n.ºs 122-123, de Agosto-Setembro de 1935, poderemos encontrar na secção portuguesa de «Informações e Notícias» uma nota invulgar sobre essa realidade que envolvia o bom nome de Portugal e que obrigara à publicação de um desmentido da Agência Geral das Colónias, acerca de um artigo sobre Macau publicado pelo jornal francês *Excelsior*, de 27

<sup>714</sup> Vide «Sumário» in *Boletim Geral das...*, Ano X, Outubro de 1934, n.º 112, p.1.

<sup>715</sup> Lourenço Cayolla, «Crónica Colonial» in *Boletim Geral das...*, Ano XI, Julho de 1935, n.º 121, pp. 39-48, especialmente pp. 39-40.



de Setembro de 1935. Edmond Demaitre consagrava o artigo à marginalidade e aos vícios da população dessa parte do Mundo, tendo simbolicamente posto o título de «Sob o pavilhão negro dos piratas do mar da China»<sup>716</sup>. Segundo o enviado do jornal parisiense que entrevistara em Macau vários habitantes deste território sob administração portuguesa, estes eram peremptórios em afirmar que «vivemos do ópio, do jogo e da pirataria; mas temos por ventura culpa de os ingleses, em Hong-Kong, terem destruído o nosso comércio?»<sup>717</sup> A propósito desta reportagem do jornal *Excelsior*, o seu repórter afirmava que 99.000 dos habitantes da população local eram traficantes e piratas que se ocupavam do comércio do ópio e da escravatura, sendo que destes 99.000 traficantes só apenas 500 estavam presos<sup>718</sup>.

O Governo português não reagiu bem ao conteúdo desta reportagem do jornal francês, pelo que a Agência Geral das Colónias se apressara a elaborar este desmentido, tendo dirigido ao jornal *Excelsior* uma nota em que refutava a maior parte das afirmações e da estatística utilizada na demonstração da tese de que a possessão de Macau era um antro de perdição e a maior parte dos seus habitantes estavam viciados no jogo e no tráfico de droga. Assim, num documento que o próprio *Boletim* divulgara no Verão de 1935, a Agência assumia-se como advogada do governo do Estado Novo, não tendo regateado energia e surpresa face às inverdades do jornal parisiense. A propósito desta reacção dura do ministério das Colónias, será importante que possamos analisar algumas das palavras de resposta do departamento de propaganda e informação deste Ministério, acerca deste incidente:

Mas todo o artigo é um acervo de disparates e contradições. Em Macau não se trabalha, mas o seu porto é um dos mais bem apetrechados do Extremo Oriente, e todo o terreno conquistado ao mar foi o sr. Demaitre naturalmente quem lá o colocou generosamente. Também o jogo do Fan-Tan, que sempre foi objecto de uma regulamentação severa, e as lotarias autorizadas pela lei mereceram-lhe comentários de todos inexactos. Nem o Fan-tan rende as somas fabulosas que descobriu – um milhão de dólares – nem as lotarias são a principal ocupação macaísta. A população de Macau tem mais que fazer que organizar um programa de vida adstrito às normas do articulista, – só para lhe ser agradável...<sup>719</sup>.

<sup>716</sup> Vide «Nota da Agência Geral das Colónias ao *Excelsior* de Paris, acerca dum artigo sobre Macau» in *Boletim Geral das...*, Ano XI, Agosto-Setembro de 1935, n.ºs 122-123, pp. 171-173, especialmente p. 171.

<sup>717</sup> *Idem, Ibidem*, p. 172.

<sup>718</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>719</sup> *Idem, Ibidem*.

Na sequência da propaganda nacionalista que as autoridades do regime da Ditadura Militar e depois do Estado Novo incrementaram a partir de 1926, haveria que realçar factos e figuras da história apoteótica das campanhas de ocupação da maior parte das possessões africanas portuguesas, a partir de finais do século XIX, pelo que nesse contexto alguns dos militares que participaram nessas campanhas emergiram como verdadeiros heróis e, no caso de Mouzinho de Albuquerque, o seu protagonismo na pacificação do sul de Moçambique tivera mesmo foros de lenda nos panegíricos que a historiografia oficial do regime dedicara a esse período da colonização portuguesa. Assim, e porque havia necessidade de projectar o exemplo destas figuras míticas do Império, como paradigma de vida e amor pelas possessões ultramarinas, algumas das principais instituições portuguesas, como a Câmara Municipal de Lisboa, a Sociedade de Geografia e a Agência Geral das Colónias, decidiram comemorar o «Dia de Mousinho», em 28 de Dezembro de 1935, data que assinalava o 40.º aniversário da vitória de Chaimite, sobre as hostes guerreiras de Gungunhana. Para assinalar a data, o *Boletim Geral das Colónias* n.º 128, de Fevereiro de 1936, dedicou também um número especial ao «Dia de Mousinho», tendo Júlio Cayolla assinado, nesse número, um intróito, a que dera o sugestivo título *In Limine*. A propósito desta homenagem, Cayolla corroborava a necessidade de a comunidade aprender com o exemplo destes homens, sobretudo as novas gerações, que agora começavam a despontar para a vida colectiva:

Todos os que procuraram da comemoração dum portentoso momento extrair um alto conceito ensinativo, com vista particularmente às mais novas camadas de portugueses, só motivos vieram assim a encontrar para felicitar-se. Quase um “relatório” “desse dia”, que força maior fez desdobrar por mais algum tempo, o presente número do *Boletim Geral das Colónias* certifica de sobejo a razão de se sentirem satisfeitos quantos pensaram e levaram a efeito as celebrações<sup>720</sup>.

Entretanto, no Verão de 1936, entre Junho e Julho, realizou-se em Lisboa um evento de especial importância para o reforço da política do Estado Novo para com as suas possessões ultramarinas, que foi a primeira Conferência Económica do Império Colonial Português. O matutino lisboeta *O Século* referindo-se a este acontecimento de primordial importância para a viabilização económica das colónias lusas afirmara que este encontro

---

<sup>720</sup> Vide Júlio Cayolla, «In Limine» in *Boletim Geral das...*, Ano XII, Fevereiro de 1936, n.º 128, pp.7-10, especialmente p. 7.

não era mais do que «os primeiros Estados Gerais do Império Colonial Português»<sup>721</sup>. E foram precisos estes «Estados Gerais» para o regime do Estado Novo se compenetrar de que, para além dos laços «morais» e «políticos», havia também os laços «económicos» e que o conjunto destes pressupostos serviria para reforçar o todo nacional como factor de desenvolvimento, face à concorrência de outras potências colonizadoras, com interesses nas mesmas regiões onde se implantara a dominação portuguesa. Para assinalar este «restauracionismo» sobre a exploração económica das diversas colónias portuguesas no contexto dos primeiros anos do regime salazarista, o *Boletim Geral das Colónias* publicara, em Julho de 1936, um número especial que integrava os textos das principais autoridades políticas (Oliveira Salazar e Francisco Machado) e, ainda, o de outras personalidades que participaram nesta Conferência: Marques Mano, «a questão africana e a colonização portuguesa»; A. Galvão, o «Bem servir»; Vicente Ferreira, «Relato dos trabalhos da Conferência Económica do Império», José Torres, «Do vigor e da inalterabilidade das virtudes colonizadoras da grei»; Francisco Machado, «Os trabalhos da Conferência e o plano de engrandecimento nacional».

A intervenção principal deste evento tinha cabido ao Presidente do Conselho com um escrito sobre «O Império na política económica nacional»<sup>722</sup>. Nela, Salazar esboçava o que entendia ser o relacionamento entre as diversas parcelas e o papel que as possessões tropicais deveriam ter na «política económica» nacional. Essa função dever-se-ia basear sempre em três princípios do Acto Colonial, que determinava o comportamento destes territórios uns com os outros e ainda com o território matricial. E quais eram então esses pressupostos tão importantes para Oliveira Salazar que condicionavam o fomento colonial e a política económica nacional? O primeiro princípio era aquele que se referia à relação entre a Metrópole e as suas Colónias e que por esse motivo estava comprometido pelos seus vínculos morais e políticos tradicionais na base de uma economia assente na «solidariedade natural»; o segundo, era sobre os regimes económicos das colónias que eram estabelecidos de acordo com as carências do seu desenvolvimento e tendo por base a reciprocidade necessária a um bom relacionamento entre elas e os países vizinhos e ainda respeitando as «conveniências» da Metrópole e do seu respectivo Império; o terceiro preceito era aquele que atribuía à Metrópole, sem prejuízos dos interesses individuais de

<sup>721</sup> Jornal *O Século* citado por Augusto da Costa na rubrica «Crónica Colonial» do *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Julho de 1936, n.º 133, pp. 115-123, especialmente p. 115.

<sup>722</sup> Vide «Sumário», *Ibidem*, n.º 133, p. 1.

cada Colónia, a possibilidade de garantir pelas suas decisões a harmonia das posições conjuntas entre os diversos regimes económicos coloniais<sup>723</sup>.

Depois da Conferência Económica do Império Português, realizara-se em Outubro de 1936, a Conferência dos Governadores Coloniais, uma espécie de continuação da análise dos problemas imperiais agora sob uma perspectiva política e administrativa, perspectivas que eram fundamentais para a implementação das medidas de fomento económico anteriormente analisadas. O regime procurava com a realização de mais este evento rever e actualizar alguma da principal legislação anterior, principalmente as disposições da Carta Orgânica do Império e da Reforma Administrativa Ultramarina. Ainda, apreciar os projectos aprovados na primeira Conferência Económica, que o ministro das Colónias entendesse levar ao conhecimento dos governadores. Foram ainda colocadas à consideração destes mandatários do centralismo metropolitano problemas que tinham a ver com: a instrução, educação e protecção das populações locais; a análise do projecto do regime corporativo colonial; a auscultação da situação financeira deficitária entre as várias possessões; com as realizações a levar efeito nos próximos três anos que pudessem melhorar gradualmente as condições materiais e morais das populações indígenas (Ver decreto aprovado posteriormente pelo regime do Estado Novo, com o n.º 27.082, de 12 de Outubro de 1936). Acerca deste evento que reunira na capital do Império pela segunda vez, no mesmo ano de 1936, os representantes de soberania do Poder Central, o *Boletim Geral das Colónias* n.º 139, de Janeiro de 1937, dedicava a primeira parte desse número a esta «II Conferência dos Governadores Coloniais» reproduzindo os discursos do ministro das Colónias Francisco Vieira Machado, do secretário-geral do ministério das Colónias, Leite de Magalhães, do governador-geral da Índia, general Craveiro Lopes, e a «Crónica Colonial» de Augusto da Costa.<sup>724</sup>

A 19 de Junho de 1937 era entretanto inaugurada a Exposição Histórica da Ocupação no século XIX e na mesma altura, entre 25 a 31 de Julho, iniciava-se o I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, manifestações patrióticas do Estado Novo que assinalavam o que Portugal fizera em África em termos de colonização nos últimos cem anos da sua história. Para assinalar esse facto, o *Boletim* n.º 150, de Dezembro de 1937, publicara um número especial dedicado a estes eventos sobre a história da expansão

<sup>723</sup> António de Oliveira Salazar, «O Império na Política Económica Nacional», *Ibidem*, *Boletim* n.º 133, pp. 3-15, especialmente p. 4.

<sup>724</sup> Vide a este propósito o *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIII, Janeiro de 1937, n.º 139, 214 pp.

portuguesa no Mundo<sup>725</sup>. Nesse mesmo número vinha uma pequena nota da Redacção, que se referia a estas realizações de propaganda histórica:

Não podia o *Boletim Geral das Colónias* deixar de dedicar à Exposição Histórica da Ocupação e ao Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo o presente número. Ambos, na verdade, formam um notável empreendimento do Sr. Ministro das Colónias, um acontecimento, em toda a acepção do termo nacional; bastava isto para justificar a publicação, à semelhança do que tem sido feito nestas páginas, noutras significativas ocasiões... Mas há mais: o interesse de, pela matéria que reúne e pelo que informa, representar, por assim dizer, como que a crónica do brilhantíssimo facto, um complemento do catálogo publicado<sup>726</sup>.

A 14 de Fevereiro de 1939, o Agente Geral das Colónias era investido na função de primeiro responsável pela Agência, funções que aliás vinha desempenhando interinamente desde 1934, quando na altura substituíra Garcez de Lencastre. No ano em que assumia plenamente as responsabilidades da instituição, na Europa o clima de tensão e de guerra fria entre a Grã-Bretanha e a Alemanha viria a culminar numa guerra planetária que arrastaria muitos outros países de diversas latitudes e regiões. As preocupações face a este conflito também chegaram a Portugal, o que levaria o presidente Salazar a pronunciar-se sobre este acontecimento, numa reunião das comissões da União Nacional, realizada na Sala do Conselho de Estado, a 26 de Fevereiro de 1940. O *Boletim* inseria o discurso de Salazar, em que o mesmo explicava à Nação qual seria a posição de Portugal face a este conflito<sup>727</sup>.

Entretanto, foi na «fé» e nos princípios da Revolução Nacional para realizar o «renascimento» de Portugal que o regime do Estado Novo, em plena Segunda Guerra Mundial, organizou em 1940 as comemorações da Fundação e da Restauração Nacional, festividades estas que celebravam os oitocentos anos de existência do país e os trezentos anos da restauração da independência. As comemorações destas duas datas tão apoteóticas para o reforço da nacionalidade portuguesa, numa altura em que a Europa se debatia com uma guerra devastadora, levava a que o regime organizasse por todo o território, desde o Minho a Timor, um conjunto de festividades que tiveram o seu ponto mais alto no Verão de 1940, com a inauguração da Exposição do Mundo Português. À semelhança da

<sup>725</sup> Vide o *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIII, Dezembro de 1937, n.º 150, 390 pp., em número especialmente dedicado à «Exposição Histórica da Ocupação» e ao «I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo».

<sup>726</sup> Vide «Nota introdutória sobre a Exposição Histórica da Ocupação – 1937», *Ibidem*, *Boletim* n.º 150, p. 2.

<sup>727</sup> Vide «Discurso do Sr. Presidente do Conselho» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVI, Março de 1940, n.º 177, pp. 5-17.

celebração de eventos anteriores, também desta vez o *Boletim* n.º 187, de Janeiro de 1941, dedicara um número especial a estas comemorações com a publicação, entre outros, dos seguintes artigos: «discursos das diversas cerimónias oficiais (Câmara Municipal de Lisboa, Castelo de Guimarães, Assembleia Nacional)»; «Panorâmica das Comemorações e a inauguração da Exposição do Mundo Português e dos diversos Pavilhões (da Colonização, de Portugal, do Brasil e da Cartografia)»; as «Comemorações no Ultramar»; «as Nações Estrangeiras e as Comemorações»<sup>728</sup>.

À semelhança de números anteriores também este volume dedicado às comemorações «Centenárias» começava com uma nota explicativa do Agente-Geral Júlio Cayolla sobre o empenho do *Boletim* em reproduzir todas as cerimónias que o regime do Estado Novo organizara para comemorar esta data com um significado patriótico tão importante para o País e para o seu timoneiro, Oliveira Salazar, para o qual Cayolla teve rasgados elogios. Sobre estas celebrações nacionalistas e o papel que o periódico deveria ter na difusão das mesmas, Cayolla afirmava que «se por tudo isto o *Boletim* não poderia ficar indiferente à grandeza dos acontecimentos, também a forma como o duplo centenário foi comemorado no Ultramar, tornou-se motivo para a elaboração deste número, que não é, nem poderia ser – pois isso seria exceder o carácter desta publicação – um repositório pormenorizado de todos os acontecimentos: trata-se, unicamente, de dar a panorâmica das comemorações, arquivando-se, dos discursos pronunciados, aqueles que, pela sua índole, têm especial carácter político ou estão mais ligados aos problemas históricos e coloniais»<sup>729</sup>.

Acerca da participação do Brasil neste grande evento propagandístico e da ida duma embaixada cultural que se deslocara propositadamente a esta antiga colónia portuguesa no Verão de 1941, constituída pelo Agente Geral das Colónias, Júlio Cayolla, e pelo responsável pelo Secretariado Nacional de Propaganda, António Ferro, para levar uma exposição bibliográfica itinerante e produzir conferências em Universidades, Academias, Institutos Culturais e Científicos, o *Boletim Geral das Colónias* n.º 201, de Março de 1942, publicara o relatório integral desta missão, determinada pela portaria do ministério das Colónias, com data de 30 de Junho de 1941. Acerca desta visita protocolar, Cayolla afirmava:

<sup>728</sup> Vide *Boletim Geral das Colónias, (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império – 1140 – 1640 – 1940)*, Ano XVII, Janeiro de 1941, n.º 187, 464 pp.

<sup>729</sup> Vide «Palavras Explicativas», *Ibidem*, pp. 5-7, especialmente p. 6.

Difícil e complexa era a minha missão. No campo cultural, ia encarregado de falar de coisas do espírito em meios onde elas são familiares e atingiram grau de elevação notável, sob todos os aspectos. Mas para o bom êxito dos meus trabalhos levava, é certo, a melhor mensagem: as edições Centenárias da Agência Geral das Colónias, «pergaminhos de Portugal», na classificação do eminente académico e grande amigo da nossa Pátria, Dr. Afrânio Peixoto<sup>730</sup>.

Para além das visitas dos responsáveis pela Agência Geral das Colónias aos territórios ultramarinos e ao estrangeiro, o *Boletim* também acompanhava as visitas oficiais dos Presidentes da República e dos ministros das Colónias, publicando na altura números especiais que procuravam fazer a reconstituição, tanto quanto possível, destas viagens a esses territórios que, apesar da descontinuidade geográfica, faziam parte da soberania portuguesa. Num momento em que a Segunda Guerra ainda decorria, o ministro das Colónias, Vieira Machado, embarcava para África, numa viagem que começara a partir de 6 de Junho de 1942, e decorreria por mais de meio ano. Era esta viagem nos «calamitosos» tempos da Guerra um incentivo das autoridades metropolitanas às populações dessas regiões inóspitas, uma forma do ministro expressar a coesão e a unidade do regime para com esses territórios imperiais. Assim, o *Boletim* n.º 212, de Fevereiro de 1943, fazia um número especial dedicado a esta visita de Vieira Machado, a Angola e Moçambique e, ainda, aos territórios do Congo Belga, da União da África do Sul, da Niassalândia e das Rodésias. Sobre esta jornada, Cayolla afirmava que a mesma se revestia de especial importância, pois, não sendo possível reunir na capital do Império as «habituais» conferências económicas e dos governadores coloniais, pelo contrário ia o ministro ao encontro das terras do Império, levando competências especiais legislativas determinadas pelo Decreto n.º 32.057, de 2 de Junho de 1942, que lhe determinava estas providências sempre que fosse entendido, como tal, em cada realidade colonial. Ainda sobre as prerrogativas dadas a Machado para legislar durante a viagem às possessões africanas, Cayolla afirmava:

---

<sup>730</sup> Vide Júlio Cayolla, «Palavras explicativas» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVIII, Março de 1942, n.º 201, pp. 3-8, especialmente pp. 6-8.

Meditando sobre o alcance deste diploma na verdade sem precedentes...acodem-me de momento, por efeito duma mais ou menos feliz associação de ideias, aqueles antigos regimentos tão latos com que saíram aos mares e a administrarem o Império capitães de armadas, vice-reis e governadores<sup>731</sup>.

A 25 de Maio de 1944, realizava-se em Lisboa, o II Congresso da União Nacional, dez anos depois do primeiro que se efectuara em finais de Maio de 1934 e que o *Boletim* n.º 112, de Outubro do mesmo ano, publicara as conclusões aprovadas pela sub-comissão das Colónias. Agora em 1944, dez anos depois, o *Boletim* n.º 228, de Junho, seguia a mesma filosofia editorial de divulgar alguns dos discursos e comunicações mais importantes dessa reunião do único partido político do Estado Novo, e donde saíam os principais quadros que integravam a administração pública do regime. Neste sentido, o periódico em análise divulgava o discurso do Presidente do Conselho na sessão inaugural realizada a 25 de Maio; o discurso do vice-presidente do Conselho do Império e presidente da II Secção (Política Colonial) Manuel Rodrigues; o artigo do Agente-Geral das Colónias Júlio Cayolla, na referida II Secção sobre «a propaganda colonial como elemento de formação duma consciência imperial»<sup>732</sup>. A um ano do fim da Segunda Guerra Mundial, o discurso de Salazar reflectia o carácter político que este Congresso assumia neste contexto de uma Europa que vivia na incerteza do seu futuro e do futuro do resto do Mundo<sup>733</sup>.

Ainda no ano de 1944, um outro acontecimento importante foi a 15 de Agosto, a sagração da Catedral de Lourenço Marques, em Moçambique, que levou a que o Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira, como Legado Pontifício, iniciasse uma viagem por algumas possessões do Império (Cabo-Verde, S. Tomé, Angola e Moçambique), a partir de 15 de Julho, desse ano. Essa viagem foi muito divulgada pelos meios de comunicação do Estado Novo, pelo facto de se fazer ainda num período de guerra, e num «momento em que o Mundo contempla uma vez mais a fragilidade dos Impérios assentes no alicerce da violência»<sup>734</sup>. O exemplo luso era o paradigma utilizado nesta viagem como «fiel» à tradição do «colonizador missionário» e, nesse sentido, também como o organizador de um Império que se destacava pelo apresamento das almas,

<sup>731</sup> Vide Júlio Cayolla, «A viagem de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias a terras de África» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIX, Fevereiro de 1943, n.º 212, pp. 3-6, especialmente p. 5.

<sup>732</sup> Vide «Sumário» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XX, Junho de 1944, n.º 228, p. 5.

<sup>733</sup> Oliveira Salazar, «Discurso de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho na Sessão Inaugural do II Congresso da União Nacional, em 25 de Maio», *Ibidem*, *Boletim* n.º 228, pp. 3-13, especialmente p. 12.

<sup>734</sup> Vide ministro das Colónias Dr. Francisco Vieira Machado in «Crónica Colonial» do *Boletim Geral das Colónias*, Ano XX, Outubro de 1944, n.º 232, pp. 185-190, especialmente p. 189.



sob o expoente da «Paz cristã»<sup>735</sup>. Relativamente a esta visita, do representante do Papa Pio XII a terras imperiais portuguesas, o Agente-Geral das Colónias explicava a razão pela qual o periódico que dirigia resolvera fazer esta edição especial:

Tem o Boletim Geral das Colónias acompanhado sempre os grandes sucessos históricos do Império, com números especiais, que pretendem ser um documentário tanto quanto possível completo desses acontecimentos...O facto, de largo alcance e profundo significado, não foi apenas valioso para os católicos dos nossos domínios africanos – que viram o Papa na pessoa veneranda do Seu Representante<sup>736</sup>.

Meses depois, o «renascimento» dessa consciência imperial fizera-se sentir outra vez quando o novo ministro das Colónias, Marcello Caetano, embarcara no dia 9 de Junho de 1945 para África, onde foi visitar as possessões de Angola e Moçambique, umas semanas depois do final da Segunda Guerra e da normalização dos transportes marítimos e aéreos. Estas visitas ao Império, que se retomavam agora com o ministro Caetano, tinham sido actos «normais» de gerência daquela pasta, desde a primeira visita realizada pelo engenheiro Bacelar Bebiano, em 1928. Segundo Caetano, esta visita às possessões era a primeira de outras que agora em tempos de paz se deveriam fazer anualmente, para que desta forma o país mantivesse a coesão e a solidariedade institucional entre as diversas partes do seu território<sup>737</sup>. Nesta conjuntura do pós-Guerra, esta viagem ministerial também era importante para restabelecer o equilíbrio do mercado ocasionado entretanto pelo problema do racionamento de produtos, devido à falta de condições de segurança no abastecimento entre a Metrópole e as suas Colónias. Para combater esta «hibernação» dos circuitos comerciais e reactivar a circulação de mercadorias haveria que fomentar o arranque de novas estruturas portuárias, ferroviárias e rodoviárias, única forma de dar saída ou entrada a todas as matérias-primas (agrícolas e minerais) e aos produtos maquinofacturados em trânsito da Europa para África. Desta viagem do ministro Marcello Caetano a África publicou o *Boletim* dois números especiais, n.ºs 247 e 248, de Janeiro e Fevereiro de 1946, que contemplavam os principais discursos proferidos por este governante, bem como por uma espécie de «Crónica da Viagem» que se referia às

<sup>735</sup> Vide «Índice» in *Boletim Geral das Colónias (Número especial dedicado á viagem do Eminentíssimo Legado «a latere» do Soberano Pontífice, Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa, a Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique)*, Ano XX, Dezembro de 1944, n.º 234, pp. 505-507.

<sup>736</sup> Júlio Cayolla, «Nota Prévia», *Ibidem*, *Boletim* n.º 234, pp. 7-9, especialmente p. 7.

<sup>737</sup> Vide «Informações e Notícias: Declarações do Prof. Doutor Marcelo Caetano à Imprensa diária» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXI, Junho de 1945, n.º 240, pp. 334-337, especialmente p. 335.

cerimónias e factos ocorridos durante as visitas entretanto efectuadas às possessões de S. Tomé, Angola, Moçambique e ainda à União Sul-Africana<sup>738</sup>.

No ano de 1946, um outro acontecimento importante levaria a que o ministro das Colónias estivesse presente e usasse da palavra na sessão que a Sociedade de Geografia de Lisboa promoveu nas suas instalações do Congresso do V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa, integrado na «Semana das Colónias». A comemoração desta efeméride foi acompanhada pelo *Boletim*, que no n.º 252, de Junho de 1946, dava destaque à oração inaugural proferida pelo ministro Caetano e ainda às comunicações de Queirós Veloso, Ruy Ulrich e Lopes Galvão, este último na qualidade de secretário-perpétuo da instituição que promovia o evento. No discurso inicial, Marcello Caetano analisava a Guiné, território no qual a valorização económica dependia em muito do «conhecimento científico», do «povoamento europeu», da «população indígena». Antes de terminar o seu discurso, o ministro das Colónias não deixara de invocar os «heróis» desta possessão da África Ocidental e de realçar o papel que os mesmos tiveram na manutenção da soberania portuguesa naquelas paragens<sup>739</sup>.

A par das comemorações deste Centenário, realizava-se na mesma possessão, patrocinada pelo governador Sarmento Rodrigues, a I Conferência dos Administradores Coloniais, evento que por despacho do ministro Teófilo Duarte foi mandado divulgar no periódico da Agência Geral das Colónias<sup>740</sup>. No seguimento desta medida, o *Boletim* n.º 269, de Novembro de 1947, publicava alguns dos discursos e documentos então emitidos e que serviam de «instruções» a observar pelas autoridades administrativas desta possessão. Na abertura, a 3 de Junho de 1947, o governador Rodrigues usara da palavra para referir que depois das comemorações do ano anterior, haveria que encetar um período de desenvolvimento da colónia que dirigia, aproveitando a «tranquilidade moral» do regime que então governava na Metrópole. E nessa senda de progresso, o governador da Guiné enumerava o que se tinha conseguido em termos de transformação material, nomeadamente com a passagem de dez para quarenta e sete postos sanitários, com o aumento da produção agrícola (arroz e amendoim), com a canalização da água, a edificação de uma Central Elevatória e a construção de chafarizes, com o combate à

<sup>738</sup> Vide a propósito os «Índices» dos *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII, n.ºs 247 e 248, de Janeiro e Fevereiro de 1946, respectivamente pp. 3-4 e pp. 3-4.

<sup>739</sup> Vide «Congresso do V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa – Oração inaugural de S. Ex.ª o Ministro das Colónias» in *Boletim Geral das...*, Ano XXII – n.º 252, Junho de 1946, pp.3-10, especialmente p. 10.

<sup>740</sup> Vide «Colónia da Guiné – I Conferência dos Administradores no Ano de 1947» in *Boletim Geral das...*, Ano XXIII, Novembro de 1947, n.º 269, p. 3.

doença do sono e a construção de enfermarias, com a construção de escolas e o estímulo à investigação científica com o aparecimento de periódicos como o *Anuário* e o *Boletim Cultural*<sup>741</sup>. Na sessão de encerramento desta Conferência, ocorrida a 5 de Junho de 1947, o governador Rodrigues nas palavras dirigidas aos chefes de posto reafirmava a admiração que tinha junto destes «verdadeiros construtores do Império» e dirigia ainda uma mensagem de incentivo à obra administrativa destes funcionários, recordando que «...os senhores chefes de posto são os protectores dos indígenas. Nada de permitir ou exercer violências. O indígena é um homem como nós, digno da mesma consideração que nos atribuímos. É preciso tratá-lo com firmeza, mas com bondade. Reprimir os seus abusos, mas não permitir que sejam maltratados ou enxovalhados»<sup>742</sup>.

Entretanto, no mês de Junho de 1950 o *Boletim Geral das Colónias* completava vinte e cinco anos de existência e publicava a edição número trezentos com um sumário muito variado de artigos e documentos, para além das secções habituais de notícias e da revista da imprensa. A propósito deste aniversário, a redacção do periódico mandara divulgar uma pequena nótula em que assinalava a efeméride e fazia o historial deste meio de comunicação no último quarto de século. De facto, nesse hiato de tempo este periódico foi importante para criar uma opinião pública sempre informada e interessada pelo seu património colonial, acompanhando ao mesmo tempo a evolução do pensamento político contemporâneo no que se referia à forma de administrar e gerir as possessões que as metrópoles europeias detinham nas zonas tropicais. Esta evolução, apesar de ter sido feita apenas num quarto de século, revelava como no período compreendido entre as duas Guerras Mundiais a ideia de Império havia evoluído e como os tradicionais impérios que se haviam formado no final do século XIX, se haviam esfumado após duas confrontações bélicas à escala mundial.

Era pois nesta nova conjuntura política internacional que o *Boletim Geral das Colónias*, no final do primeiro semestre do ano de 1950, celebrava as três centenas de edições. Comparando, numa sincronia temporal, o que representava o periódico no início da sua publicação, em 1925, a redacção sabia quanto iam longe os tempos em que o periódico aparecera sob a tutela do ministro Correia da Silva e como este órgão desempenhara a sua missão no período conturbado de guerra, numa altura em que, sob a responsabilidade do ministro Teófilo Duarte, o regime do Estado Novo se impusera e

---

<sup>741</sup> *Idem, Ibidem*, p. 33.

<sup>742</sup> *Vide* «Palavras dirigidas aos chefes de posto, na sessão de encerramento da Conferência dos Administradores, no dia 5 de Junho de 1947», *Ibidem*, pp. 35-42, especialmente pp. 41-42.

estabilizara, tendo a partir de um governo centrado na influência omnipresente de Salazar saído incólume dos efeitos ocasionados pela Segunda Guerra Mundial. Os responsáveis da Agência Geral das Colónias sabiam que o tempo das utopias do «mapa cor-de-rosa» havia passado e que a ideia de Império evoluíra face à nova situação política do pós-Guerra, percepção aliás que estava bem explícita nas palavras do corpo redactorial do número que assinalava esta efeméride:

Neste quarto de século o pensamento colonial evoluiu; uma extraordinária evolução de facto se operou nas ideias e na política dos países coloniais, que defrontam imprevistas conjunturas. Uma grande viragem vai a produzir-se. Uma parte, pois, desse período, na marcha rápida dos acontecimentos, tornou-se já história, ainda que recente, mas história, e dele se volveu fonte e documentário o BOLETIM<sup>743</sup>.

O ano de 1951 tivera alguns acontecimentos marcantes para o regime que o *Boletim Geral das Colónias* procurara reproduzir e um deles acontecera a 18 de Abril quando o país soubera nessa manhã da morte do Presidente da República, Óscar Carmona, o político que mais tempo estivera no Poder visto ter sido eleito em Março de 1928 para a chefia do Estado, durante o período da Ditadura Militar, e ter sido reeleito sucessivamente para este cargo, a última das vezes, em 1949, para um quarto mandato agora interrompido. A notícia da sua morte vinha reproduzida no periódico do mês imediatamente a seguir, no n.º 311, de Maio de 1951, tendo a redacção publicado a mesma logo nas primeiras páginas (página cinco), antecedida por uma fotografia com o seguinte título «Marechal António Óscar de Fragoso Carmona – Seu Falecimento»<sup>744</sup>. Nessa informação necrológica, com tarjeta preta, o *Boletim* tivera o cuidado de inserir o decreto-lei, aprovado nesse mesmo dia pelo Governo reunido de emergência, para manifestar pesar pelo infausto acontecimento, declarar quinze dias de luto oficial, encerramento no dia do funeral de todos os estabelecimentos públicos, e informar que as exéquias iriam ser nacionais e realizados do edifício da Assembleia Nacional para o Mosteiro dos Jerónimos, onde o corpo ficaria sepultado. Conforme o estabelecido pela Constituição, o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, assumia automaticamente, em acumulação, as funções de chefe de Estado interino até à realização de novas eleições<sup>745</sup>.

<sup>743</sup> Vide «O Boletim» in *Boletim Geral das...*, Ano XXV – n.º 300, de Junho de 1950, pp. 3-4, especialmente p. 4.

<sup>744</sup> Vide «Sumário» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI – n.º 311, de Maio de 1951, p. 1.

<sup>745</sup> Vide «Marechal António Óscar de Fragoso Carmona – Seu Falecimento», *Ibidem*, pp. 5-10, especialmente p. 6.

A 11 de Junho de 1951 era aprovada a Lei n.º 2048 que viera constituir o novo Título VII, da parte II, da Constituição de 1933, do anterior Acto Colonial de 1930, sob a rubrica «Do Império Ultramarino Português» em que no artigo 3.º se estipulava que os domínios ultramarinos se passavam a denominar «Províncias», em substituição da anterior designação de «Colónias». Segundo o legislador a nova designação estava mais de acordo com a terminologia do princípio de unidade política e com os interesses económicos subjacentes a essa unidade, para além da antiga designação «Colónia» sugerir actualmente junto da opinião pública internacional uma ideia de exploração de ricos territórios por populações autóctones atrasadas<sup>746</sup>. Em conformidade com estas alterações constitucionais, o periódico da Agência trazia pela primeira vez no frontispício do n.º 314, de Agosto de 1951, a designação *Boletim Geral do Ultramar*. A respeito dessa mudança, esse número publicava uma alocução do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, sobre o «Ministério do Ultramar e Conselho Ultramarino» em que o dito governante já se referia a estas alterações, regozijando-se por tal facto e afirmando que «pode parecer que mudámos hoje apenas o nome a este Ministério e ao seu mais alto organismo, o Conselho Ultramarino. Seria quase unicamente uma mudança simbólica, embora represente uma parte dos desejos gerais. Mas eu sinto quanta alegria este simples facto vai trazer a muitos espíritos ansiosos, especialmente no Ultramar, que pressentem, ainda que o não possam expressar, quanto pode ter de consequências a mera substituição duma palavra que – injustificadamente, é certo – o consenso quase geral tinha adulterado no seu primitivo significado, que entre nós nunca correspondeu a qualquer ideia de sujeição»<sup>747</sup>.

Um mês depois, no *Boletim* n.ºs 315-316, de Setembro-Outubro de 1951, a primeira notícia que o periódico anunciava era a posse ocorrida no dia 9 de Agosto do novo Presidente da República, Craveiro Lopes. A esse propósito, o periódico da Agência Geral do Ultramar fazia um pequeno intróito ao *dossier* sobre a posse do mais alto magistrado da Nação, afirmando que era sua obrigação associar-se a esse evento que ocorrera uns dias antes perante a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa. Ao mesmo tempo, aproveitava a oportunidade para apresentar aos seus habituais leitores os passos e os documentos desta cerimónia do protocolo de Estado, nomeadamente transcrevendo o juramento e a mensagem que aquele general agora eleito dirigira aos mais importantes

<sup>746</sup> Vide «Revista da Imprensa – O Ultramar perante a Revisão Constitucional» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI – n.º 310, de Abril de 1951, pp. 197-201, especialmente pp. 198-199.

<sup>747</sup> Vide «Ministério do Ultramar e Conselho Ultramarino – Alocuções do Ministro do Ultramar, Sr. Comandante Sarmento Rodrigues» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII – n.º 314, de Agosto de 1951, pp. 17-23, especialmente p. 19.

órgãos de representação nacional. Reproduzia ainda a biografia de Craveiro Lopes e a nota oficiosa emanada do Conselho de Ministros em que o presidente do Conselho e os restantes membros do Governo cumpriam a formalidade constitucional de pedir a demissão do lugar que ocupavam, gesto que o recém-empossado presidente não aceitou, reafirmando a plena confiança no Governo que estava em funções quando Carmona falecera<sup>748</sup>.

Desde os finais de 1946 que a Agência Geral do Ultramar tinha um novo responsável, Leonel Pedro Banha da Silva, que interinamente vinha chefiando este departamento de propaganda do ministério do Ultramar. Em Fevereiro de 1952, o ministro Sarmento Rodrigues acabaria por nomear definitivamente Banha da Silva como Agente-Geral, facto que o *Boletim* n.º 321, de Março de 1952, transcrevia na secção portuguesa das «Informações e Notícias» e aproveitava ainda para divulgar o louvor que o ministro do Ultramar concedera a esta individualidade pelo modo como dirigira a Agência, neste período de interinidade, nomeadamente na organização das exposições de Arte Sacra e Missionária de Madrid e dos Jerónimos, de Outubro de 1951<sup>749</sup>. Alguns meses depois da concessão deste louvor, o ministro Sarmento Rodrigues iniciava em 3 de Maio uma viagem às possessões do Oriente (Índia, Timor e Macau), a bordo do navio *Índia*. Esta viagem aos territórios mais distantes do Império efectuava-se numa altura adversa para a diplomacia de Lisboa, dado que com o final da Segunda Guerra Mundial se começavam a levantar as primeiras pretensões emancipalistas de muitos dos territórios até então dominados pelas potências colonizadoras intervenientes nesse conflito.

Acerca desta visita ministerial, o *Boletim* n.º 325, de Julho de 1952, inseria um *dossier* sobre a viagem a estas possessões da Ásia e Oceânia, cada uma delas vivendo uma situação política especial. Assim, no caso da Índia, este território era cada vez mais ambicionado pelo nacionalismo hindu saído reforçado com as novas ideias políticas do pós Guerra com a independência da União Indiana em 1947. Relativamente a Timor, a possessão mais afastada da «Mãe-Pátria» tinha acabado de ser libertada pelas forças Aliadas, depois de ter sofrido a invasão japonesa, no decorrer do último conflito bélico europeu. Quanto a Macau, o enclave sob dominação portuguesa, a sua situação dependia essencialmente das relações económicas com a vizinha república da China. Era pois ao encontro destas múltiplas realidades de lusofonia que o ministro Rodrigues se dirigia, a

<sup>748</sup> Vide «General Craveiro Lopes, Novo Presidente da República» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII – n.º s 315-316, Setembro-Outubro de 1951, pp. 5-13.

<sup>749</sup> Vide «Informações e Notícias (Secção portuguesa) – Agência Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do...*, Ano XXVII – n.º 321, de Março de 1952, pp. 118-119, especialmente p. 118.

ponto de no primeiro discurso em terras da Índia o responsável pelo Ultramar reivindicar esse direito histórico da diáspora portuguesa, com uma argumentação da «mais alta emoção patriótica» e plena de espiritualidade nacionalista:

(...) É a presença viva, materializada da razão de ser de um povo que foi luz e foi verbo; que sacrificou a sua carne em holocausto à sua alma; que nasceu como ideal num canto ignorado do Mundo e se espalhou pela Europa, pela África, pelas Américas, pela Ásia, pela Oceânia. Que descobriu mundos e conquistou espíritos. Eis a Nação Portuguesa. Mais espírito do que matéria. Força que atrai e não subjuga. Chama que aquece, mas não queima. Portugal foi tanto o velho condado simbólico, como é a Beira alta, o Algarve do Sul e as ilhas do Atlântico, e a Guiné e Angola e Moçambique; como é a Índia, Timor e Macau. Terras e gentes. Nenhum de nós é mais português de que outro. Nenhum o foi primeiro, nem depois. Nação que dia-a-dia se transfigura e se integra, se caldeia, corpo vivo que cresce em perfeição, como ideia generosa, agasalhada em corações puros<sup>750</sup>.

Desta visita ao Oriente, para além da espiritualidade patriótica, Sarmiento Rodrigues trouxera uma centena e meia de objectos que lhe foram oferecidos e dos quais realizou um exposição temporária numa dependência do Palácio de S. Bento, ponto de partida para a constituição do futuro Museu do Ultramar<sup>751</sup>. Ainda, a comemoração do IV centenário da morte de S. Francisco Xavier, Apóstolo das Índias, merecera a atenção do *Boletim Geral do Ultramar* n.º 330, de Dezembro de 1952<sup>752</sup>, e assinalando esse facto trazia uma colaboração especial sobre a efeméride, nomeadamente porque o exemplo deste missionário poderia ser no final de 1952 um bom motivo para a campanha nacionalizadora que Lisboa queria incrementar como contraponto à campanha de Gandi e, mais tarde de Nehru, contra a presença europeia naquela região do Indostão. Assim, este número do periódico trazia como primeiro artigo um caderno especial sobre a celebração do quarto centenário do passamento do «Apóstolo das Índias», com a divulgação das mensagens do Chefe do Estado português e do Papa Pio XII, os discursos dos ministros da Justiça, de Portugal e da Espanha, e a descrição das cerimónias da comemoração em Goa, com a presença do cardeal-legado D. António Gonçalves Cerejeira<sup>753</sup>.

<sup>750</sup> Vide «A Viagem de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro do Ultramar às Províncias Portuguesas do Oriente-Discursos de S. Exa. o Ministro do Ultramar-Na Índia Portuguesa» in *Boletim Geral do...*, Ano XXVIII – n.º 325, Julho de 1952, pp. 7-39, especialmente pp. 7-8.

<sup>751</sup> Vide «Informações e Notícias – A Viagem de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro do Ultramar – Exposição de objectos oferecidos» in *Boletim Geral do...*, Ano XXVIII – n.º 330, Dezembro de 1952, pp. 113-116.

<sup>752</sup> Vide «IV Centenário do Falecimento de S. Francisco Xavier, apóstolo das Índias», *Ibidem*, pp. 3-70.

<sup>753</sup> Vide «Sumário», *Ibidem*, p. 1.

Entretanto, as viagens oficiais do responsável pela presidência da República ao Império continuaram, agora, com um novo responsável, Craveiro Lopes. Assim, em Fevereiro de 1954, o *Boletim Geral do Ultramar* divulgava uma nota oficiosa sobre a visita que o presidente Craveiro Lopes pretendia fazer às possessões de S. Tomé e Príncipe e de Angola nos meses de Maio e Junho, conforme informação proferida aquando da abertura da legislatura da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. De acordo com essa nota oficiosa, as visitas oficiais do segundo Presidente da República, do Estado Novo, iriam prosseguir por todo o restante Império. Como apoio a esta informação, o periódico associava-se «calorosamente» a esta iniciativa e ao júbilo que tal sentimento iria causar por todo o «Mundo Português»<sup>754</sup>. Apesar do contentamento que a visita ocasionara na opinião pública controlada pelo regime, nestes primeiros meses do ano de 1954 o que preocupava as autoridades do Estado Novo, nomeadamente o chefe do Executivo, era a situação nos territórios indianos de Goa, Damão e Diu. O *Boletim* n.º 346, de Abril de 1954, inseria um discurso proferido pelo Presidente do Conselho, nesse mesmo mês, aos microfones da Emissora Nacional, onde reflectia sobre a situação política naquelas possessões e das pretensões que a União Indiana vinha demonstrando sobre esses territórios<sup>755</sup>. Este mal-estar que se vinha acumulando nas zonas fronteiriças entre a União Indiana e os territórios da Índia portuguesa culminaria com a invasão da região de Dadrá Nagar Aveli, próximo de Damão. Acerca desta situação de guerra entre as chancelarias de Nova Deli e Lisboa, o *Boletim* n.ºs 348-349, de Junho-Julho de 1954, dedicava quatro artigos, tendo um deles, com o nome de «O Atentado contra a Soberania Portuguesa», integrado uma «nota de redacção», seguida da reprodução dos comunicados oficiais, documentação sobre este incidente e a reportagem das manifestações patrióticas entretanto realizadas em Lisboa e noutras cidades do País e ainda dos recortes de Imprensa que se publicaram sobre o assunto<sup>756</sup>.

No ano de 1955 o *Boletim Geral do Ultramar*, para além da questão de Goa, continuava a interessar-se pela comemoração de alguns centenários, como o do escritor Almeida Garrett e o do missionário D. António Barroso, as visitas presidenciais do general Craveiro Lopes a Cabo Verde, à Guiné e a Inglaterra, e a visita do ministro do Ultramar a

<sup>754</sup> Vide «Viagem Presidencial ao Ultramar – Nota oficiosa da Presidência da República» in *Boletim Geral do...*, Ano XXIX – n.º 344, Fevereiro de 1954, pp. 5-6.

<sup>755</sup> Vide «Goa e a União Indiana – Discurso proferido por S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho, em 12 de Abril de 1954, ao microfone da Emissora Nacional» in *Boletim Geral do...*, Ano XXIX – n.º 346, Abril de 1954, pp. 5-17, especialmente p. 6.

<sup>756</sup> Vide «O Atentado Contra a Soberania Portuguesa» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXX – n.ºs 348-349, Junho-Julho de 1954, pp. 13-94, especialmente pp. 13-14.



Moçambique. Havia também, no número de Dezembro desse ano, um artigo do padre Silva Rego sobre o papel das «Missões Católicas» face ao anticolonialismo. Relativamente a Almeida Garrett, as comemorações do centenário da sua morte realizaram-se, em Dezembro de 1954, nas instalações do Conselho Ultramarino e foram presididas pelo ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, cabendo ao professor Marcello Caetano fazer o elogio desse homem das letras oitocentista, que também foi vogal do Conselho Ultramarino, desde 28 de Outubro de 1851, até à sua morte em 9 de Dezembro de 1854. Segundo o conferencista, a investidura neste cargo deste escritor vinha confirmar dois aspectos que ele muito gostava que reconhecessem no perfil deste homem: o de ser, como ele, um perito em Direito Administrativo e ainda um acérrimo defensor do património colonial<sup>757</sup>.

Em 1956, o *Boletim Geral do Ultramar* continuava a preocupar-se com o que se passava nos territórios portugueses fora da Europa. No n.º 370, de Abril de 1956, o periódico abria com dois artigos que reflectiam a inquietação do Governo de Lisboa com a situação das suas possessões ultramarinas: «Portugal, Goa e a União Indiana» e «A África, Problema Crucial»<sup>758</sup>. No primeiro, o periódico divulgava um estudo de Salazar que saíra, nesse mesmo mês, na revista norte-americana *Foreign Affairs* sobre a situação de Goa, no contexto do relacionamento de Portugal com a União Indiana. Depois de fazer um historial sobre o primeiro Império na Ásia, o Presidente do Conselho concluía que a decadência desse domínio se ficara a dever ao facto das nações concorrentes se terem apoderado do comércio local e assim terem debilitado o poderio naval português nessas paragens. Apesar de ter perdido influência em regiões como a Índia, Malásia, China e Japão, Portugal conseguira manter Goa sob sua soberania, facto que se ficara a dever à política de «casamentos» instituída pelo vice-rei Afonso de Albuquerque e levava à formação e enraizamento de uma população crioulezada completamente diferenciada da dos grupos étnicos do Indostão<sup>759</sup>.

Relativamente ao segundo artigo, «A África, Problema Crucial»<sup>760</sup>, publicado pelo *Boletim* n.º 370, de Abril de 1956, este referia-se às declarações proferidas pelo ministro da Presidência Paulo Cunha, quando de um almoço no *Avis Hotel* promovido pelo *American*

<sup>757</sup> Vide «Conselho Ultramarino – Sessão comemorativa do Centenário de Garrett» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXI – n.º 355, Janeiro de 1955, pp. 43-73, especialmente p. 49.

<sup>758</sup> Vide «Sumário» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXII – n.º 370, Abril de 1956, p.1.

<sup>759</sup> Vide «Portugal, Goa e a União Indiana», *Ibidem*, pp. 3-25, especialmente p. 24.

<sup>760</sup> Vide «A África, Problema Crucial – Declarações do senhor ministro dos Negócios Estrangeiros», *Ibidem*, pp. 27-30.

*Men's Luncheon Group*. Para este Ministro, com a vaga de independências que se avizinhava de África e com a perda da influência colonizadora neste continente, a Europa iria perder uma das fontes de abastecimento de matérias-primas, ficando os E.U.A. isolados perante os restantes países, o que era pernicioso para a defesa dos valores da civilização ocidental. A questão da sobrevivência desses valores e o perigo comunista eram para o Governo do Estado Novo, nas palavras do ministro Cunha, pressupostos pertinentes para que o Governo americano não pudesse continuar a ficar indiferente, devendo a partir daquele momento encetar uma campanha internacional para que esses valores da tradição ocidental continuassem a persistir no continente que a Europa vinha administrando há vários séculos e impedisse que novas ideias políticas, como as do comunismo, alastrassem com as reivindicações independentistas que surgiram após a Segunda Guerra Mundial<sup>761</sup>.

Em Junho de 1956, o *Boletim Geral do Ultramar* fazia eco de dois acontecimentos importantes para o regime: a comemoração do trigésimo aniversário da Revolução Nacional e a realização do IV Congresso da União Nacional. A publicitação destes acontecimentos tinha a ver com a celebração de um evento militar do passado que modificara a evolução do regime republicano português de um parlamentarismo democrático para um centralismo corporativo de carácter presidencialista, por um lado; por outro, a realização do quarto congresso da União Nacional, partido único do Estado Novo, que assegurava a governação deste regime sob a presidência de Salazar durante tantos anos. Aos dois factos políticos foi dado grande relevo pela Comunicação Social, dado que era importante difundir para a opinião pública a lembrança de um passado recente que projectasse no futuro a ordem, a estabilidade e a paz social, atributos tão desejados e acarinhados pela nomenclatura militar que fizera a «revolução» e que gradualmente entregara o poder a esta elite conservadora dirigida pelo professor de Coimbra. A propósito da comemoração dos trinta anos do golpe militar iniciado em Braga pelo general Gomes da Costa, o *Boletim* transcrevia as cerimónias realizadas nessa cidade minhota presididas pelo Chefe de Estado, Craveiro Lopes. Assim, o mais alto magistrado do Estado Novo proferira um discurso em que exaltava as qualidades humanas e profissionais dos timoneiros deste levantamento, especialmente dos dois militares envolvidos, Gomes da Costa e Óscar Carmona. Depois, o Presidente da República terminava o seu discurso apelando para a «continuidade» da doutrina, pois se agora se comemoravam as três décadas do mesmo,

---

<sup>761</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 29-30.

estava certo de que seria possível celebrar «a quarta, a quinta, e muitas outras pelo tempo fora»<sup>762</sup>.

Logo, a celebração deste «longo caminho» no sentido da unidade era reforçado pelas consecutivas viagens que as autoridades estadonovistas faziam às províncias ultramarinas, nomeadamente as visitas do ministro do Ultramar e as do Presidente da República. Craveiro Lopes retomou assim a tradição dessas visitas procurando seguir um périplo que começava pelas possessões da costa ocidental africana e se estendiam depois às outras possessões do Oriente. Seguindo este itinerário, o então Presidente já havia visitado, nos anos de 1954 e 1955, as províncias de Cabo Verde, Guiné e Angola, encetando agora, em Agosto de 1956, mais uma viagem, desta vez a Moçambique e às possessões anglófonas vizinhas (Federação das Rodésias e Niassalândia e União Sul-Africana). Como era habitual, desde a criação da Agência Geral do Ultramar, estas viagens oficiais eram acompanhadas pelo seu principal órgão, que a propósito editava números especiais sobre os acontecimentos entretanto ocorridos com a visita a estes territórios de tão ilustres convidados. Com a viagem a Moçambique publicara deste modo o *Boletim* mais um número especial duplo, os n.ºs 375/376, de Setembro/Outubro de 1956, em que o corpo redactorial logo nas primeiras «palavras» exaltava o significado político desta visita e o espírito de missão e de sacrifício do mais alto magistrado da Nação que, numa prova de patriotismo, resolvera demonstrar ao vivo esse sentimento de solidariedade e de estímulo pelo reforço desta unidade territorial<sup>763</sup>.

O *Boletim Geral do Ultramar* n.º 379, de Janeiro de 1957, abria com a tradicional mensagem de Ano Novo que o Presidente da República dirigia pela quinta vez aos portugueses<sup>764</sup>. Craveiro Lopes considerava que o ano que havia passado lhe dera a oportunidade de fazer uma visita oficial à província de Moçambique e ainda aos territórios anglófonos da África Austral. Contrastando com a tranquilidade que encontrara na África Austral, pelo contrário a situação na Índia era preocupante, a ponto de no ano findo o bloqueio económico imposto pela União Indiana aos territórios sob domínio de Lisboa ter causado a estas populações grandes danos e sofrimentos. Não terminava a sua análise sem se referir à visita que o presidente brasileiro Kubitschek de Oliveira efectuara a Portugal,

<sup>762</sup> Vide «Comemorações da Revolução Nacional em Braga» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXII – n.º 372, Junho de 1956, pp. 3-7, especialmente p. 7.

<sup>763</sup> Vide «Palavras de Abertura» in *Boletim Geral do Ultramar*, ano XXXII – n.ºs 375/376, Setembro/Outubro de 1956, p. 7.

<sup>764</sup> Vide «Mensagem de Sua Excelência o Presidente da República à Nação Portuguesa» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII – n.º 379, Janeiro de 1957, pp. 3 – 7.

no ano de 1956, como modelo de «relacionamento», de «cooperação» e de «concordia», atributos necessários para que a restante comunidade internacional pudesse viver em paz e com tranquilidade<sup>765</sup>. No seguimento da visita do presidente do Brasil em 1956, o ano de 1957 principiara com uma outra visita, desta vez da representante do mais antigo aliado de Portugal, a Rainha Isabel II, de Inglaterra. Aliás, estas visitas realizavam-se de acordo com a estratégia que o Governo do Estado Novo estabelecera para as suas relações exteriores, que era o de privilegiar os seus contactos diplomáticos com a aliada política de sempre a Grã-Bretanha, sem no entanto descurar o eixo Atlântico, onde o relacionamento preferencial com os Estados Unidos da América e o Brasil seriam uma prática a incentivar pelo ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa. Acerca desta visita de retribuição da que o general Craveiro Lopes fizera a Inglaterra no ano de 1955, o *Boletim* n.º 380, de Fevereiro de 1957, divulgava um circunstanciado *dossier* de uma centena e meia de páginas. Nessa apresentação, a redacção aproveitava para fazer o historial das relações diplomáticas entre os dois povos, salientando que a aliança que unia Portugal e a Grã-Bretanha tinha resistido «vitoriosamente» à «dura» prova dos quase seis séculos de existência<sup>766</sup>.

Quatro meses depois da visita da soberana inglesa, o presidente Craveiro Lopes deslocara-se ao Brasil em agradecimento da visita que Kubitschek de Oliveira realizara ao antigo colonizador em 1956. No número duplo, de Julho-Agosto de 1957, o periódico da Agência dava o devido destaque, numa completa reportagem de mais de cento e cinquenta páginas que intitulou «Viagem Presidencial ao Brasil»<sup>767</sup>. Nesse mesmo número e demonstrando que o *Boletim Geral do Ultramar* se tornara mais um veículo de propaganda do regime estadonovista, do que uma revista com carácter de divulgação de muitos aspectos relativos à formação da mentalidade colonial, estava no facto de o mesmo trazer ainda outros artigos relativos à divulgação de muitos dos eventos do regime como eram a «Visita Presidencial aos Açores», o «Discurso do Senhor Presidente do Conselho na União Nacional», o «Encontro Diplomático em Ciudad Rodrigo», «Salazar e o Ultramar Português (Doutrina e Acção)», «No Ministério do Ultramar – Posse de Altos Funcionários»<sup>768</sup>. Nos últimos números do final do ano, nomeadamente no n.º 389, de

<sup>765</sup> *Idem, Ibidem*, p. 7.

<sup>766</sup> *Vide* «Visita da Rainha Isabel II de Inglaterra» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII – n.º 380, Fevereiro de 1957, pp. 9-145.

<sup>767</sup> *Vide* «Viagem Presidencial ao Brasil» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII – n.ºs 385-86, Julho-Agosto de 1957, pp. 9-160.

<sup>768</sup> *Vide* «Sumário», *Ibidem*, p. 1.

Novembro de 1957, o *Boletim* trazia, para além da questão de Goa e da sentença favorável que o Tribunal Internacional de Haia proferira sobre o pedido feito pelo Governo português para o restabelecimento do direito de passagem entre a parte do distrito de Damão e os enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli<sup>769</sup>, uma outra reportagem da visita do presidente do Paquistão general Iskander Mirza a Portugal, no final de 1957. Visita esta que caíra mal no contexto dos países do «Terceiro Mundo» que tinham uma posição anticolonialista nas Nações Unidas, só se compreendendo o relacionamento deste país asiático com Portugal pelo facto do Paquistão ser um país adversário da União Indiana e a diplomacia portuguesa querer tirar partido dessa rivalidade, e fazer passar a ideia de que se relacionava bem com outros países da região<sup>770</sup>.

O ano de 1958 ficaria entretanto marcado pelo final do mandato de Craveiro Lopes na Presidência da República e a eleição de um novo responsável por esta alta magistratura do Estado, o almirante Américo Thomaz.<sup>771</sup> O restante ano encontrava-se ainda assinalado por outros assuntos pertinentes como a questão indiana, o novo Governo, os discursos e entrevistas de Salazar, questões económicas, as comemorações henriquinas, o projecto sobre o II Plano de Fomento (1959-1964), a posse da Comissão Executiva da União Nacional, a visita do ministro do Ultramar Lopes Alves a Angola, a posse dos novos governadores ultramarinos Vassalo e Silva, Correia de Barros, Silvino Silvério Marques e Peixoto Correia, respectivamente para os territórios da Índia, Moçambique, Cabo Verde e Guiné. O ministro Lopes Alves fundamentava a escolha destes governantes, numa altura em que na África Negra se iniciara o movimento independentista, tendo em 1957 o Gana sido a primeira nação da Comunidade Britânica a tornar-se membro da ONU. Nesta conjuntura, o ministro Alves justificava-se perante a opinião pública com o facto de o anacronismo português se verificar devido à circunstância do seu país obedecer a uma doutrina «franca» e «espontânea», criada há séculos, em que se acolhiam sob a mesma «bandeira» um conjunto de populações muito diversificadas. Daí que na posse e na «reconstituição» da elite de dirigentes ultramarinos que houvera necessidade de fazer, o Ministro fora buscar, segundo suas próprias palavras, a um conjunto de «homens cujos antecedentes no serviço público asseguram ao Governo Central a mesma elevação de

<sup>769</sup> Vide «Tribunal Internacional de Haia» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII – n.º 389, Novembro de 1957, pp. 83-94.

<sup>770</sup> Vide «A Visita do Presidente do Paquistão a Lisboa», *Ibidem*, pp. 3-45.

<sup>771</sup> Vide «Almirante Américo Tomás» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIV – n.º 396, Junho de 1958, pp. 3-20.

processos e a mesma diligente perseverança de acção. Que dão a garantia duma actuação criteriosa, segura e esforçada nas funções que vão desempenhar»<sup>772</sup>.

A diplomacia portuguesa, num período difícil da conjuntura internacional, procurava romper o «cerco» e trazer alguns dos dirigentes dos novos países da África e da Ásia a Portugal, para desta forma demonstrar como alguns destes países apoiavam ou eram cúmplices da política centralista de Lisboa para com as suas províncias ultramarinas. Desta forma, em Julho, o ministério dos Negócios Estrangeiros trouxe a Portugal o Imperador da Etiópia Hailé Selassié, que em visita de Estado foi recebido pelas principais autoridades, nomeadamente pelos presidentes da República e do Conselho. O *Boletim* n.º 410, de Agosto de 1959, acompanhou esta deslocação e divulgara uma vasta reportagem de quarenta e oito páginas, na qual ficávamos a saber pelo encarregado de Negócios da Etiópia em Portugal, Mechecha Hailé, o motivo de tal presença:

A razão principal da visita de Sua Majestade o imperador Hailé Selassié a Portugal é testemunhar a este heróico país, através dos seus governantes e do seu povo, o eterno reconhecimento da Etiópia por tudo quanto a velha pátria lusitana tem feito pelo meu país, sobretudo quando há um quarto de século apoiou a entrada da Etiópia para a Sociedade das Nações<sup>773</sup>.

Entretanto, o *Boletim* n.ºs 415-416, de Janeiro/Fevereiro de 1960, trazia como assuntos de uma década que iria ser fundamental para o acentuar da decadência do Império português, um conjunto de factos dos quais os mais relevantes eram a nomeação de um novo Governador-Geral para Angola, a visita à Índia portuguesa e ao Paquistão do ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira, o final da XIV Assembleia Geral das Nações Unidas, o discurso do contra-almirante Sarmiento Rodrigues na Comissão Consultiva Africana da Organização Internacional de Trabalho, e a resposta da União Indiana à queixa apresentada pelo Governo português ao Tribunal Internacional de Haia, a propósito dos incidentes fronteiriços entre os dois países<sup>774</sup>. Relativamente à nomeação de Álvaro Silva Tavares para a governação de Angola era um facto para destacar, tendo em conta que os últimos governadores, nomeados em final de 1958, pelo ministro Lopes Alves, para as possessões de Cabo Verde, Guiné, Moçambique e Índia eram todos militares dos ramos da

<sup>772</sup> Vide «A Posse dos Novos Governadores Ultramarinos» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIV, n.º 402, Dezembro de 1958, pp. 165-183, especialmente pp.166-168.

<sup>773</sup> Vide «Visita do Imperador da Etiópia a Portugal» in *Boletim Geral do Ultramar* – Ano XXXV – n.º 410, Agosto de 1959, pp.3-48, especialmente p. 3.

<sup>774</sup> Vide «Sumário» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI, – n.ºs 415-416, Janeiro-Fevereiro de 1960, p. 1.

Armada e do Exército. A nomeação de um civil, com um vasto currículo consagrado aos problemas tropicais no exercício de vários cargos na Guiné, em Angola e na Índia, era a prova de que o Governo de Lisboa, nesta conjuntura difícil da política externa portuguesa, apostava num homem experiente para administrar um dos três Governos-Gerais das suas possessões<sup>775</sup>.

No *Boletim* n.º 417, de Março de 1960, um dos assuntos que o periódico destacava era o das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique. A celebração da efeméride do patrono da Expansão Moderna, naquilo que Vitorino de Magalhães Godinho considerava ser o primeiro complexo histórico-geográfico do imperialismo português, constituía pretexto para que a propaganda do Estado Novo exaltasse este facto e a figura que dele emergira como um exemplo bem sucedido da história passada que era preciso projectar e ampliar, num momento em que a soberania de Lisboa sofria as primeiras objecções internacionais e os territórios asiáticos começavam a ser reivindicados pelo Governo da União Indiana. O periódico da Agência Geral do Ultramar trazia, no mês em que se iniciavam as comemorações oficiais, um «caderno» de seis dezenas de páginas sobre este evento, reproduzindo os principais acontecimentos que entretanto haviam decorrido no país e no estrangeiro. Assim, na Igreja de Santa Maria de Belém, em Lisboa, celebrou-se um solene *Te Deum* presidido pelo Cardeal-Patriarca e a que assistiram as principais autoridades do Estado Novo, nomeadamente o Presidente da República, Américo Thomaz, e o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar. Na altura, o Cardeal Cerejeira pronunciara uma homilia em que ressaltava as qualidades da figura histórica que então se homenageava, procurando inserir o perfil desse «herói» da Expansão no contexto de uma nação ibérica predestinada, que cumprira o seu destino fora da Europa levando em missão a palavra de Deus pelas mais recônditas paragens por onde passaram os marinheiros portugueses. Deste modo, para o representante da Igreja portuguesa a «figura» do Infante D. Henrique emergia na História «...como o homem providencial que define o destino universal duma nação» qual «príncipe de grandes empresas», nas palavras do cronista João de Barros<sup>776</sup>.

O ano de 1960 ficaria assinalado por outros acontecimentos importantes que foram transcritos pelo *Boletim Geral do Ultramar*, nomeadamente as visitas dos presidentes do

---

<sup>775</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 117-118.

<sup>776</sup> *Vide* «Comemorações Henriquinas – Início das Comemorações», in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI – n.º 417, Março de 1960, pp. 7-13, especialmente p. 10.

Peru, da Indonésia, dos Estados Unidos, do Nepal, do Brasil, para além do encontro que Oliveira Salazar tivera no mês de Junho, em Mérida, com o presidente de Espanha, general Franco, e a intervenção realizada no final de Novembro na Assembleia Nacional, a propósito da campanha anticolonialista contra Portugal. De realçar ainda a primeira entrevista a uma agência noticiosa que o recentemente empossado (4 de Março) subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Adriano Moreira, concedera à *United Press International* e que fora reproduzida pelo *Boletim* n.ºs 418-419, de Abril-Maio de 1960, a partir de um primeiro registo feito pelo jornal *Diário de Notícias*. O entrevistador, Thomas Curran, que era também vice-presidente e director-geral da mesma agência na Europa, procurava saber qual era a posição do Governo que o recém-empossado representava, relativamente à conjuntura política de África e ao emergir de novos países, colonizados anteriormente por algumas das mais importantes metrópoles europeias, como era o caso da Bélgica, França e Grã-Bretanha. Moreira foi ainda interpelado acerca das medidas que o Governo pensava implementar na Índia para restaurar a soberania portuguesa nos territórios de Dadrá e Nagar-Aveli. Perante questões tão pertinentes que visavam a continuidade do património ultramarino em África e na Ásia, o jovem governante respondera que Portugal desejava «...viver em paz, respeitando os interesses alheios e praticando uma política de boa vizinhança»<sup>777</sup>. Quanto à questão da reposição da soberania nos territórios portugueses da Índia só dependeria do acatamento ou não da União Indiana da sentença arbitrada pelo Tribunal Internacional de Haia<sup>778</sup>.

No *Boletim* n.ºs 420-421, de Junho-Julho de 1960, estavam também expressos dois dos pilares de sustentação da política externa do Estado Novo. Para além da política Atlântica e das relações fraternais estabelecidas com o Brasil no ano das comemorações henriquinas que terminariam com a visita do presidente Kubitscheck de Oliveira a Portugal, em Agosto de 1960, este número duplo do periódico da Agência Geral do Ultramar trazia duas referências importantes do relacionamento com o exterior que o presidente do Conselho pretendia para Portugal: por um lado, na Península Ibérica, cultivar uma «amizade luso-espanhola»<sup>779</sup>, por outro, no outro ponto do Atlântico, dar prioridade a um relacionamento com uma das potências que tivera um papel de primordial importância

<sup>777</sup> Vide «Uma Entrevista do Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina à *United Press International*» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI – n.ºs 418-419, Abril-Maio de 1960, pp. 29-33, especialmente p. 30.

<sup>778</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>779</sup> Vide «Amizade Luso-Espanhola» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI – n.ºs 420-421, Junho-Julho de 1960, pp.7-9.



na reorganização da Europa e na defesa dos valores do Ocidente e que era os Estados Unidos da América. Para reforçar essa política de cooperação e amizade com um país que no sistema bipolar zelaria pela *entente* no Mundo, o Governo português convidara novamente o presidente Eisenhower a visitar Portugal, depois de uma primeira visita feita em 1951, visita essa que decorreria no mês de Maio de 1960, da qual o *Boletim* dava conta num *dossier* de reportagem de vinte e nove páginas<sup>780</sup>. Desta forma, entre os dias 19 e 20 de Maio, o presidente norte-americano voltava a pisar solo português em visita de «amizade» e «cortesia». Para o redactor do *Boletim Geral do Ultramar*, numa hora «dramática» em que se jogavam os destinos da civilização ocidental, a presença do presidente Eisenhower em Portugal era reconfortante e vinha reforçar os laços de cordialidade entre os dois países, servindo ainda para *in loco* prestar uma homenagem ao «Infante Navegador», no ano em que se celebravam os quinhentos anos da sua morte. Na mensagem de saudação ainda proferida no aeroporto, o presidente americano lembrou a figura deste patrono das Descobertas portuguesas, com as seguintes palavras:

E nós, os Estados Unidos, juntamo-nos ao povo português para comemorar esta grande figura da vossa história que tanto contribuiu para enriquecer a nossa história no velho como no novo Mundo. E por esta razão estou particularmente feliz por estar novamente em Portugal. Também desejo dizer-vos que entre Portugal e os Estados Unidos não existem nenhuns problemas nem dificuldades. Ambos somos membros das Nações Unidas, membros da O.T.A.N., da Organização do Tratado do Atlântico Norte, esta aliança cujo único propósito é a defesa da paz e da segurança<sup>781</sup>.

Um mês depois, entre 20 e 21 de Junho, foi a vez de um governante português se deslocar ao estrangeiro, neste caso a Espanha. Em Mérida, Salazar encontrava-se pela sexta vez com o Presidente da Espanha, Francisco Franco. Desde a primeira reunião em Sevilha, em Fevereiro de 1942, três anos depois da assinatura do Tratado de Amizade e Não-Agressão de 17 de Março de 1939, no rescaldo da Guerra Civil, que os dois estadistas ibéricos não se avistavam para tratar de assuntos comuns ao futuro dos dois países. Presentes para além dos dois estadistas, também o ministro dos Assuntos Exteriores espanhol, Fernando Maria Castiella, e o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Marcelo Matias, e os embaixadores em Lisboa e Madrid, respectivamente José Ibañes Martin e Venâncio Deslandes. Sobre este encontro, entre Estados vizinhos e com

<sup>780</sup> Vide «Visita do Presidente Eisenhower», *Ibidem*, pp. 11-40.

<sup>781</sup> Vide «Visita do Presidente Eisenhower», *Ibidem*, pp. 11-40, especialmente p. 18.

ideologias afins, a imprensa da época deu grande relevo, sobretudo porque num período difícil da Europa era importante saber a estratégia que estes dois países peninsulares iriam adoptar<sup>782</sup>. Entretanto, o ano de 1961 começava mal para o regime do Estado Novo com dois acontecimentos que punham em causa o regime e a sua integridade territorial. Em 21 de Janeiro, em pleno mar das Caraíbas, o capitão Henrique Galvão, mais uma série de exilados de Portugal e Espanha tomavam de assalto o navio *Santa Maria*, como forma de protesto e de chamada de atenção junto da opinião pública mundial para a ditadura há mais tempo no poder, que continuava a colonizar de uma forma arcaica as suas possessões de Além-Mar.

Quinze dias depois, em Luanda, na madrugada de 4 de Fevereiro, um punhado de nacionalistas pegou em armas para enfrentar por esta via o regime que não concedia a autonomia às suas possessões ultramarinas e que continuava a explorar a mão-de-obra indígena local de uma forma brutal, à revelia do que estipulavam as convenções e os códigos de trabalho aprovados pela ONU. Acerca destes acontecimentos que iriam levar a uma crise política no seio do regime, a ponto do Presidente do Conselho ter passado a acumular a responsabilidade pelo ministério da Defesa, a partir de 13 de Abril de 1961, ministério que iria ser crucial para gerir a guerra que entretanto tinha começado em Angola e ainda para estabelecer estratégias de defesa para repelir estes primeiros ataques dos nacionalistas africanos. Sobre estes factos que tanto abalaram o regime e as autoridades de Lisboa, a Agência Geral do Ultramar enviara para os órgãos de Comunicação Social, incluindo o seu próprio *Boletim*, uma nota oficiosa, difundida a 11 de Março de 1961, em que o Governo considerava estes episódios violentos como fazendo parte de uma «conspiração» internacional contra Portugal<sup>783</sup>.

O Governo de Salazar aproveitava ainda a oportunidade desta «Nota» para fornecer outros dados acerca da situação internacional, como forma da opinião pública ficar com um mais exacto conhecimento destes acontecimentos. Uma das ilações que o comunicado inferia aludia às últimas votações realizadas no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a propósito de uma queixa da Libéria contra o regime português, cuja discussão decorrera no dia 15 de Março, e com os acontecimentos do norte de Angola assacados à UPA (União dos Povos de Angola) que se tinham verificado nos dias imediatamente a seguir. Para o

---

<sup>782</sup> Vide «Amizade Luso-Espanhola» in jornal *Diário Lisboa* citado pelo *Boletim* n.ºs 420-421, Junho-Julho de 1960, pp.7-9.

<sup>783</sup> Vide «Nota da Agência-Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVII – n.ºs 429-430, Março-Abril de 1961, pp. 206-211.

Governo de Lisboa este adiamento que o delegado da União Soviética pretendia para a votação desta moção contra Portugal só provava que havia um prévio conhecimento destes actos «terroristas» por parte de alguns países da comunidade internacional, nomeadamente de África (Congo-Brazzaville, Gana e Libéria), e que o financiamento destes movimentos não deveria ser só imputado aos países comunistas como a União Soviética, mas que havia nos Estados Unidos da América certas organizações, como o *American Committee on Africa*, que apoiavam as hostes de Holden Roberto<sup>784</sup>. Uma primeira consequência destes acontecimentos, do início do ano de 1961, foi o decreto saído no *Diário do Governo* de 13 de Abril que exonerava os ministros da Defesa Nacional, do Exército e do Ultramar e nomeava em sua substituição respectivamente Oliveira Salazar (em acumulação com a Presidência do Conselho), Mário Pereira da Silva e Adriano Moreira.

As remodelações não se faziam sentir apenas junto das hierarquias ministeriais, pois também por necessidade urgente de acudir às novas situações de guerra e de propaganda, onde a informação e a contra-informação eram uma constante, o Governo viu-se na necessidade de reestruturar o funcionamento da Agência Geral do Ultramar com a contratação de mais funcionários que pudessem no terreno cumprir mais esta missão nacionalista de rebater toda esta propaganda anticolonialista. De acordo com a nova estratégia que Banha da Silva queria empreender nesta nova conjuntura de «guerra», segundo o reproduzido no *Boletim* n.ºs 429-430, de Março-Abril de 1961, «a filosofia da agressão e conflito ganhou muito dos homens que virão a influenciar de algum modo o condicionalismo dos nossos interesses legítimos, e que seremos no futuro, como já estamos sendo, o objecto gratuito de muita conspiração externa e dos ataques mais desleais»<sup>785</sup>. Era, portanto, para «combater» e desactivar estes «ataques desleais» da «conspiração» internacional na «ânsia» de «mais» e «melhor» que o Agente Geral do Ultramar propusera a contratação de mais gente «nova» e «dinâmica», que preenchesse os quadros de pessoal com a entrada, a partir desse primeiro semestre de 1961, de mais dois adjuntos, o engenheiro Luís Gomes Ferreira e o tenente Carlos Costa Freitas; um chefe da Repartição dos Serviços Técnicos, o arquitecto Luís Possolo, e dois chefes de Secção, José António Araújo e José Barros Viana<sup>786</sup>.

De assinalar que os conteúdos dos artigos do periódico do *Boletim Geral do Ultramar* se diversificaram a partir do ano de 1961, deixando as possessões indianas de

<sup>784</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 209-211.

<sup>785</sup> *Vide* «Agência Geral do Ultramar», *Ibidem*, pp. 212-213, especialmente p. 212.

<sup>786</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 212-213.

Goa, Damão e Diu de constituir a única preocupação de análise, como vinha acontecendo na década de cinquenta, passando agora o enfoque para os acontecimentos de Angola. Assim, no mesmo *Boletim*, do primeiro trimestre de 1961, em nove artigos, seis referiam-se a esta última possessão, acontecendo mesmo que dois deles se referiam directamente, como era o caso dos artigos «Ministro do Ultramar em Angola» e «Angola – Terra Nostra». Nos outros quatro, a temática angolana encontrava-se subjacente nos artigos «Provocação e Resposta», de Adriano Moreira, no discurso de Oliveira Salazar, na «Remodelação Ministerial», na «Economia Ultramarina – Perspectivas de investimento e seu quadro legislativo» e «Unidade Nacional». Logo, concluía-se que apenas três artigos abordavam outras problemáticas ligadas à investigação científica, literária e à divulgação das actividades religiosas<sup>787</sup>.

Notava-se igualmente que, a partir do ano de 1959, o *Boletim* aparecia na quase totalidade em números duplos, o que contrariava a prática editorial da Agência em publicar estes números de maior formato apenas nos meses de Verão ou quando havia o acompanhamento de visitas presidenciais e ministeriais. Ainda, a partir do *Boletim* n.º 431, de Maio de 1961, se encontravam outras alterações, nomeadamente a secção de «Informações e Notícias» deixara de publicar os títulos das notícias referentes a todo o universo ultramarino, passando a partir dessa altura as notícias a estarem enquadradas por temas específicos: «Comércio Externo»; «Comunicações e Transportes»; «Agricultura e Pecuária»; «Indústria e Pesca»; «Ensino»; «Actividade Missionária»; «Artes e Letras»; «Saúde Pública e Assistência»; «Urbanização» e «Corporativismo e Cooperativismo»<sup>788</sup>. Verificava-se ainda que, mais do que um periódico sobre divulgação científica do Ultramar, o *Boletim* a partir dos anos sessenta se tornara um órgão ideológico, preocupado em propalar os discursos dos governantes (presidentes da República e do Conselho; dos ministros, especialmente, do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros; dos secretários de Estado; dos governadores ultramarinos; dos representantes portugueses na ONU); da posse de altos funcionários; das visitas ao Ultramar; da ofensiva internacional contra a soberania de Portugal; das relações diplomáticas com certos países de África e da Ásia; das Cartas-Pastorais e outros documentos dos responsáveis da Igreja, nomeadamente dos bispos ultramarinos.

<sup>787</sup> Vide «Sumário», *Ibidem*, pp. 1-2.

<sup>788</sup> Vide «Sumário» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVII, n.º 431, Maio de 1961, p. 1.

O perfil do conteúdo do *Boletim Geral do Ultramar* passara assim a moldar-se com a agenda política, nacional e internacional, tornando-se um mero agente de amplificação para o exterior, nomeadamente para o Ultramar, do que ia acontecendo na governação do Estado Novo e na luta que este regime iniciara nos areópagos internacionais para tentar preservar a «unidade nacional» e a «integridade territorial» do seu património ultramarino. Os três últimos meses, do ano de 1961, foram integrados pelo *Boletim* num só volume<sup>789</sup>, facto que prenunciava não só a crise que gradualmente se vinha instalando na publicação da Agência Geral do Ultramar. Ultimamente esse compromisso com os leitores tinha sido quebrado, pelo que os números duplos e triplos começaram a aparecer, mostrando à opinião pública em geral, e à comunidade de colonialistas em particular, que o ano que findava tinha sido o ano «horrrível» do regime e que os incidentes, de Fevereiro e Março, em Angola, culminaram com a invasão e anexação da Índia, em Dezembro, sinal de que os tempos haviam mudado e que a partir de então se iniciava a desagregação do Império e também do regime que o sustentava.

Quanto à invasão dos territórios indianos sob soberania portuguesa, o *Boletim* n.ºs 436-437-438, de Outubro-Dezembro de 1961, publicou um artigo de vinte e quatro páginas que intitulou de «Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana»<sup>790</sup>, no qual relatava os pormenores desta incursão militar da União Indiana, ocorrida a 18 de Dezembro de 1961. Face a este acontecimento, o Governo do Estado Novo não capitulou imediatamente e tentou reagir dando ordens ao Governador-Geral para que as Forças Armadas sediadas no território entrassem em acção para defender os interesses portugueses na zona, mas face à desproporção das forças em presença o governador Vassalo e Silva resolveu, contrariando as ordens superiores de Lisboa, apresentar a rendição, permitindo com esse acto salvar da morte muitas centenas de soldados e populares que, mal armados, serviriam apenas para uma contracampanha de vitimização do regime junto das mais altas instâncias internacionais. Aliás, logo depois da invasão, o ministério dos Negócios Estrangeiros solicitara, através do embaixador na ONU, Vieira Garin, a convocação urgente de um Conselho de Segurança para analisar a queixa de Portugal e, eventualmente, decidir acerca de sanções a atribuir à União Indiana por esse acto agressivo. Como efeito da crise política que se instalara em Portugal, com os acontecimentos violentos do final do ano de 1961 na

<sup>789</sup> Vide *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVII – n.ºs 436-437-438, Outubro-Dezembro de 1961, 524 pp.

<sup>790</sup> Vide «Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana – Portugal propõe o envio de observadores internacionais para a fronteira indo-portuguesa», *Ibidem*, pp. 281-305.

Ásia, e com a falhada tentativa de golpe militar ocorrida na madrugada de 1 de Janeiro de 1962, no Regimento de Infantaria 3, aquartelado em Beja, Salazar comparecia no dia 3 de Janeiro de 1962, na Assembleia Nacional, para publicamente expressar a opinião do Governo sobre estes acontecimentos que tanto tinham abalado a opinião pública portuguesa. Com a voz afectada pelo desgaste emocional das últimas semanas, o Presidente do Conselho delegara a leitura do discurso no presidente da Assembleia Nacional, Mário de Figueiredo, que começara por reproduzir as amarguradas palavras de Salazar relativamente à invasão destas parcelas asiáticas:

Não costumo escrever para a história e sinto ter de fazê-lo hoje, mas a Nação tem pleno direito de saber como e por que se encontra despojada do Estado português da Índia. Goa portuguesa há 450 anos e agora ocupada pela União Indiana representa um dos maiores desastres da nossa história e golpe muito fundo na vida moral da Nação<sup>791</sup>.

Este lamento do líder do Estado Novo depois de «um dos maiores desastres da nossa história», segundo as suas próprias palavras, só poderia conduzir, passados alguns meses, a uma profunda remodelação ministerial que procurava reagir contra o «golpe» na vida «moral» da Nação e resistir contra os primeiros indícios da derrocada do multissecular Império. Deste modo, o *Boletim* n.º 449/450, de Novembro/Dezembro de 1962, anunciava na página três o anúncio dessa «remodelação»<sup>792</sup>. Interessante ressaltar que a redacção do *Boletim Geral do Ultramar*, no período final do Estado Novo, guardava a página, logo a seguir às duas primeiras do «sumário», para reproduzir as notícias consideradas mais importantes pelo regime, nomeadamente as mensagens do Presidente da República, os discursos e as entrevistas do Presidente do Conselho, do ministro do Ultramar e de outros responsáveis por Ministérios, para serem divulgadas logo nesse espaço inicial do periódico.

Uns meses depois da manifestação que assinalava o primeiro aniversário da invasão de Goa, o *Boletim* n.ºs 458/459/460, de Agosto/Setembro/Outubro de 1963, publicava o discurso do Presidente do Conselho sobre «Política Ultramarina». Este discurso do Verão de 1963, que Salazar pretendia que fosse um esclarecimento junto da opinião pública de

<sup>791</sup> Vide Oliveira Salazar «Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana – Discurso na Assembleia Nacional, em 3 de Janeiro de 1962» in *Salazar-Antologia-1909-1966 (Discursos; Entrevistas; Artigos, Teses; Notas; Relatórios)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1966, p. 321.

<sup>792</sup> Vide «Remodelação Ministerial» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVIII – n.ºs 449/450, de Novembro/Dezembro de 1962, pp. 3- 17.

três aspectos essenciais: em primeiro lugar, aludia sobre quem integrava a Nação Portuguesa; em segundo, analisava o comportamento político do Estado português face aos Estados africanos; em terceiro e último, reflectia sobre o relacionamento de Portugal com a ONU<sup>793</sup>. Desta forma, Oliveira Salazar rejeitava formalmente o pressuposto político das deliberações das Nações Unidas que visavam a independência do Ultramar, pelo facto da administração de Lisboa utilizar formas de governação anacrónicas e ainda pelo facto dos recursos humanos e financeiros terem condicionado o desenvolvimento daqueles territórios ultramarinos. Pelo contrário, Salazar era de opinião que o seu Governo tinha feito mais pelas possessões tropicais, do que muitas das outras potências colonizadoras e que o desenvolvimento das mesmas, em certos casos até, se encontrava numa «condição» superior ao dos outros territórios coloniais. Assentava esta afirmação num conjunto de três motivos:

Historicamente Portugal não tem vivido do Ultramar, mas vive para o Ultramar; O desenvolvimento de um território em que a população está fixada para viver processa-se em termos diferentes do dos territórios de pura exploração colonial, em que o colono, cumprida a sua missão, se retira com tudo que trouxe e com tudo que ganhou; por fim, não estando as províncias ultramarinas portuguesas fechadas ao emprego de capitais estrangeiros, estes realizaram ali grandes empreendimentos, porque os capitais privados atraíam sobretudo a estabilidade e a honestidade da administração, praticamente traduzidas na segurança dos investimentos<sup>794</sup>.

No ano de 1964, o *Boletim* continuou a tratar da actualidade política nacional e internacional na perspectiva de Além-Mar, tendo dado conta aos seus leitores, entre outros assuntos, de alguns aspectos relacionados com a «crise do direito internacional», na expressão de um dos governantes do Estado Novo, Silva Cunha, e a «integridade do Ultramar Português» (Janeiro-Fevereiro); de uma entrevista concedida pelo ministro do Ultramar Peixoto Correia aos *Diários Associados* do Brasil (em Março); à posse dos novos governadores da Guiné (em Maio) e de Moçambique (em Junho), respectivamente brigadeiro Arnaldo Schulz e general Costa Almeida; da visita do Presidente da República, Américo Thomaz, a Moçambique e à ilha do Príncipe (em Julho/Agosto); da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, a Angola (em Setembro); da reunião dos Directores

<sup>793</sup> Vide «Declaração sobre Política Ultramarina (feita pelo Presidente do Conselho Dr. Oliveira Salazar, no dia 12 de Agosto de 1963)» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIX – n.ºs 458/459/460, Agosto/Setembro/Outubro de 1963, pp. 5-50.

<sup>794</sup> *Idem, Ibidem*, p. 46.

dos Centros de Informação e Turismo (em Outubro); da visita do subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, a Timor (em Novembro); do *dossier* acerca de «Goa Mártir» (em Dezembro). Uns meses depois, o *Boletim* n.º 477, de Março de 1965, assinalava mais uma remodelação ministerial que o Governo presidido por Salazar entendera realizar, mudando os ministros e secretários de Estado de alguns pelouros considerados essenciais para debelar a crise que se instalara no regime. Nesta remodelação tomaram posse como ministros de Estado-Adjunto da presidência do Conselho, do Ultramar e da Economia e ainda como secretários e subsecretários de Estado da Agricultura, do Comércio, da Indústria, da Administração Ultramarina e do Fomento Ultramarino, respectivamente, Motta Veiga, Silva Cunha, Cunha Sottomayor, Vitória Pires, Alves Machado, Amaro da Costa, Almeida Cotta e Rui Patrício. No caso do Ultramar, o novo ministro, Silva Cunha, que transitava do subsecretariado da Administração Ultramarina para responsável máximo dos territórios de Além-Mar, afirmava que tinha a ideia precisa das «dificuldades» que iria encontrar, mas que tudo faria para se empenhar com firmeza na continuação da linha ideológica estabelecida pelo Governo, até porque para o novo ministro «estamos todos do mesmo lado, desde o Minho a Timor, de Angola a Moçambique e à Guiné, e isso constitui uma força muito difícil de vencer, conforme o mundo vai reconhecendo»<sup>795</sup>.

Três meses depois, o *Boletim* N.º 481, de Julho de 1965, trazia logo a seguir ao «Sumário» um escrito dando conta da reeleição de Américo Thomaz para o segundo mandato na Presidência da República, a partir de 25 de Julho de 1965, deixando-se a eleição, a partir desse momento, de ser feita por sufrágio directo, passando a ser por um colégio qualificado de eleitores, salvaguardando-se o regime dos problemas que tinha havido em 1958 com a candidatura de Humberto Delgado. O *dossier* publicado pelo *Boletim Geral do Ultramar* sobre a reeleição de Thomaz era longo e relatava pormenorizadamente alguns dos aspectos cruciais desse acto político: o nome dos representantes de todas as províncias (metropolitanas e ultramarinas); a análise do historial dos diversos presidentes, desde a República, em que foi utilizada a eleição indirecta, até à interpretação da revisão constitucional de 1959, expressamente realizada para alterar o *modus faciendi* anterior; a análise do colégio eleitoral; a reprodução da proclamação da eleição feita pelo presidente da Assembleia Nacional, Mário Figueiredo; a declaração do

---

<sup>795</sup> Vide «Remodelação Ministerial – Palavras do Novo Ministro do Ultramar, Prof. Dr. Silva Cunha» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLI – n.º 477, Março de 1965, pp. 3-17, especialmente p. 10.



presidente da Comissão Executiva da União Nacional, Castro Fernandes; o discurso do presidente reeleito; as reacções em Portugal e no Estrangeiro<sup>796</sup>.

Ainda no ano de 1965, a 7 de Novembro, realizaram-se eleições para a Assembleia Nacional que o *Boletim* n.º 485, desse mesmo mês, concedia relevo, apresentando um artigo em que fazia a cobertura deste evento, bem como dava a conhecer a sessão solene de abertura da IX Legislatura da Assembleia Nacional, realizada a 30 de Novembro, com a presença do Chefe de Estado e de outras autoridades do regime. Interessante notar que dois dias antes destas eleições, a 5 de Novembro, o Presidente do Conselho fizera um discurso que o periódico da Agência publicara com o título «Reparos à Campanha Eleitoral». Nesta missiva, Oliveira Salazar fazia várias reflexões sobre o momento político, especialmente sobre a pouca participação e o quase «silêncio» do núcleo oposicionista neste acto eleitoral. Depois destas considerações, Salazar passava a analisar as eleições legislativas de 1965, não sem antes deixar de elogiar o «equilíbrio» da vida política nacional, que se continuava a processar a uma cadência «normal», com a eleição e reeleição dos chefes de Estado nos ciclos que a Constituição de 1933 previa, com a formação habitual das Câmaras, com o equilíbrio dos Governos e a actuação eficaz da Administração Pública. Essa pretensão de querer continuar a manter a «normalidade» no dia-a-dia e a governar como se nada se passasse, poderia parecer uma estratégia que o Presidente do Conselho adoptara, olvidando a guerra, a diplomacia agressiva dos países do «Terceiro Mundo», as sanções das Nações Unidas, procurando, como afirmara na sua comunicação ao País de 5 de Novembro, ir assegurando a «resolução dos problemas» e o «progresso da Nação»<sup>797</sup>.

A partir do ano de 1967, o *Boletim Geral do Ultramar* sofrera uma nova transformação desta vez mais na forma do que no conteúdo, procurando-se nesta sua última etapa de vida, em concorrência com outros meios, nomeadamente audiovisuais, que a sua aparência exterior se tornasse mais atractiva à vista. Assim, mantendo o mesmo formato (22,5cm por 16,5cm), tipo de papel, e tipo de caracteres, embora de tamanho mais pequeno, as alterações maiores deram-se na capa, primeiro elemento a ser visualizado pelos leitores, ainda antes de conhecer o conteúdo ideológico dos seus artigos. O *design* da primeira capa, que remontava a Julho de 1925, tinha a ver com as cores da bandeira republicana: fundo castanho amarelado com o mapa do património colonial recortado e

<sup>796</sup> Vide «A Eleição do Presidente da República-Palavras do Almirante Américo Thomaz» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLI – n.º 481, Julho de 1965, pp. 3-46, especialmente p. 32.

<sup>797</sup> Vide Oliveira Salazar, «Reparos à Campanha Eleitoral – Discurso Proferido por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Prof. Doutor Oliveira Salazar, em 5 de Novembro de 1965» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLI – n.º 484, Outubro de 1965, pp. 3-12, especialmente p. 12.

pintado a verde e a designação da capital do Império, das ilhas adjacentes, e das diversas possessões vinha a cor vermelha, bem como o título do periódico *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Depois, encimando o título apareciam a negrito as referências temporais: anos de publicação em caracteres romanos, mês e ano, número da revista. Em Janeiro de 1946, o *design* do *Boletim* passava a ter outros motivos. Mantinha-se o fundo castanho amarelado, os mesmos caracteres para as referências editoriais (dados temporais e a direcção da Agência Geral das Colónias), mas o mapa do Império Colonial desaparecia e em sua substituição aparecia uma esfera a tracejado, negro e branco, e por cima em fundo vermelho o nome das colónias portuguesas com letra branca, amarradas por uma espécie de corda a duas cores contrastantes: vermelho e preto. O título deixava de ser a vermelho e passava para negrito. Desapareciam os traços a preto para os rodapés das colunas horizontais acima e abaixo do título com as referências temporais e editoriais. Na contracapa, a duas cores (vermelho e preto), aparecia agora em letras grandes e a vermelho o anúncio a uma companhia seguradora com os seguintes dizeres: «seguros em todos os ramos. “A Mundial” – O Maior Organismo Segurador Português...»<sup>798</sup>.

Com a edição dos n.ºs 499-500, a partir de Janeiro/Fevereiro de 1967, no ano quadragésimo terceiro de publicação, a capa gráficamente sofria em termos de cor e de desenho uma outra mudança, agora mais radical do que anteriormente. Mantendo o mesmo formato, alterava-se a cor de fundo principal, que passava de um amarelo acastanhado para um cinzento rato muito mais atraente e apelativo. Modificava-se também o logótipo, que deixava a diluída esfera que englobava no seu interior todo o Império Colonial, passando para uma assumida esfera armilar de fino traço, tendo a encimar a cruz de Cristo, símbolo das caravelas de Quinhentos. Como a iconografia era tão insinuante e alusiva ao património ultramarino, a redacção não encontrou necessidade de explicitamente nomear o nome de cada parcela de Além-Mar. A encimar o título a negrito, a redacção entendera colocar uma fita branca na horizontal, com os caracteres a negrito da data, ano e número da publicação. Em caracteres de tamanho muito mais pequeno, o editor discriminava o nome da instituição, na horizontal: Agência Geral do Ultramar. Por baixo referia ainda o lugar do prelo: Lisboa. Na contracapa também em fundo cinzento rato os anúncios tinham desaparecido, pelo que a uniformização estética era realçada mais uma vez.

---

<sup>798</sup> Vide «Contracapa» do *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII – n.º 247, Janeiro de 1946.

Quanto ao conteúdo do periódico, notavam-se pequenas alterações, nomeadamente na inserção de mais duas colaborações na secção «Sumário» ligadas a publicações ultramarinas do foro literário e científico, que ficavam a cargo de Mário António e Nuno de Miranda, para as «Fichas de Autores Ultramarinos», e de A.A. Banha de Andrade para as «Notas Bibliográficas». Inseria-se uma nova secção que se passava a chamar «Documentos» e mantinham-se as restantes: «Informações e Notícias»; «Revista de Imprensa»; «Legislação Ultramarina»; «*English Section*» e «*Section Française*»<sup>799</sup>. Relativamente à secção de «Informações e Notícias», o *Boletim* dos dois primeiros meses do ano de 1967 era pródigo em relatar os acontecimentos do dia-a-dia do relacionamento da Metrópole com o Ultramar. Fazendo uma caracterização sobre a índole dos diversos factos acontecidos em Portugal, na segunda metade da década de sessenta, do século XX, de acordo com o que o *Boletim Geral do Ultramar* reportava neste n.º 500, os principais factos ocorridos nessa altura tinham a ver com o intercâmbio de visitas entre as duas entidades territoriais, com a luta diplomática com a ONU, com os planos fomentistas do Ultramar, com a visita de estrangeiros às possessões oceânicas, com o lançamento de livros sobre a realidade tropical, com a promoção de prémios coloniais<sup>800</sup>.

Uma outra secção que reproduzia indirectamente muitas notícias e comentários opinativos sobre a realidade ultramarina era a secção de «Revista de Imprensa», tendo o *Boletim* dos n.ºs 499/500, dos dois primeiros meses de 1967, transcrito muito do que publicava essa imprensa. Logo nesse número, entre outros, *O Arauto*, de Bissau, falava da «visita do governador da Guiné a Bolama»; o *Actualidade Económica*, de Luanda, analisava o «orçamento geral da província da Angola para o ano de 1967»; o *Diário*, de Lourenço Marques, trazia uma reportagem sobre a «Beira, cidade turística»; o *Notícias*, da mesma cidade, escrevia sobre a «electrificação do distrito de Moçambique»; o *Diário de Moçambique*, da Beira, reportava sobre o valor e a importância económica de «terrenos»; *O Clarim*, de Macau, dissertava sobre a «digressão turística de Macau – história, arte e paisagem»<sup>801</sup>. Quanto à secção de «Legislação Ultramarina», esta reproduzia os sumários dos *Diários do Governo* que divulgavam os conteúdos das principais portarias, decretos e decretos-leis sobre a realidade colonial e relativos ao mês em que o periódico se publicava. Finalmente, no que dizia respeito às secções em língua estrangeira (inglesa e francesa), estas não eram mais do que a síntese dos principais artigos e notícias que o *Boletim* inseria

<sup>799</sup> Vide «Sumário» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII – n.ºs 499/500, Janeiro/Fevereiro de 1967, p. 1.

<sup>800</sup> *Idem*, *Ibidem*, pp. 1-2.

<sup>801</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 2.

e que depois eram traduzidos para as línguas mais universais. Este facto projectava o periódico da Agência Geral do Ultramar para fora de fronteiras, permitindo que leitores de outros países pudessem ter acesso à realidade colonial portuguesa.

O *Boletim* n.º 503, de Maio de 1967, trazia, entre outros assuntos, a visita do Papa Paulo VI a Fátima, por ocasião dos cinquenta anos das Aparições, bem como a visita do ministro do Ultramar a Angola. Enquanto a primeira tinha uma grande repercussão internacional, dada a condição à escala global da figura do representante de Cristo na Terra, já a do ministro do Ultramar acabava por ter apenas uma projecção interna (na metrópole e na possessão então visitada). Relativamente à visita do Papa a Portugal, o *Boletim Geral do Ultramar* inseria esta notícia e a respectiva reportagem na terceira página do periódico, lugar reservado para as notícias mais importantes do regime. Logo, a visita de Paulo VI a Portugal e a Fátima no dia 13 de Maio de 1967, para «rezar à Virgem Maria» como mediadora da paz no Mundo, tivera uma grande repercussão na comunicação social e na opinião pública internacional. Para Portugal esta visita viera em boa altura para quebrar o isolamento diplomático a que o País fora votado por uma grande parte dos Estados com assento na Assembleia-Geral da ONU. E indirectamente para, através da Virgem, agradecer o papel evangelizador de Portugal, ao longo dos vários séculos de colonização<sup>802</sup>.

O *Boletim* n.º 504, de Junho de 1967, na secção «Temas e Documentos», publicava parte de um documento muito importante para a instituição que tutelava este periódico e que era o Decreto-Lei n.º 47.543, de 2 de Junho de 1967, que reproduzia a Lei Orgânica do ministério do Ultramar. Esta lei que determinava as principais funções dos departamentos que trabalhavam com as possessões oceânicas, era o culminar de várias alterações verificadas pelo mesmo Ministério desde 1936, tendo a última actualização sido feita em 1957, de acordo com o desenvolvimento desses territórios<sup>803</sup>. Até ao final do ano de 1967, o *Boletim* começava a demonstrar nos conteúdos dos seus artigos uma importância por temas de incremento socio-económico, aproveitando a conjuntura em que a pressão da comunidade internacional aumentara para abrir esses territórios ao investimento e dessa forma reforçar a presença portuguesa nessas paragens, calar as críticas de certos países representados na ONU e ir adiando a discussão política da independência dessas

<sup>802</sup> Vide «O Santo Padre em Fátima» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII – n.º 503, Maio de 1967, pp. 3- 39.

<sup>803</sup> Vide «Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 47.543, de 2 de Junho de 1967 – Lei Orgânica do Ministério do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII – n.º 504, Junho de 1967, pp. 125-128, especialmente p.126.

possessões controladas até agora pelo Governo de Lisboa. Assim, artigos como a «Análise do sector de pesca no Ultramar – subsídios para o seu estudo», «Portugal, importante produtor de petróleo», «A história do ferro de Cassinga», «Angola e o Turismo: perspectivas e seus pólos de atracção», “A fixação do militar desmobilizado em Moçambique” e “O Ultramar no III Plano de Fomento” passaram a fazer parte dos conteúdos do periódico da Agência Geral do Ultramar, divulgando e reforçando esta política de fomento do regime estadonovista, nos finais da década de sessenta, do século XX<sup>804</sup>.

O *Boletim* iniciava o ano de 1968 publicando os números duplos 511/512, de Janeiro/Fevereiro, no qual inseria os conteúdos normais de artigos, discursos, notas officinas, informações, notícias e revista de imprensa do que se passara no Portugal metropolitano e ultramarino nos dois primeiros meses desse ano<sup>805</sup>. Com a mesma data a Agência Geral do Ultramar publicava ainda um número especial do seu periódico sobre a «visita do Chefe do Estado Almirante Américo Thomaz às Províncias da Guiné e de Cabo Verde», realizada entre 28 de Janeiro e 21 de Fevereiro de 1968<sup>806</sup>. O periódico assinalava ainda três acontecimentos importantes para o regime do Estado Novo neste ano de 1968: no n.º 514, com data de Abril, divulgava um artigo que intitulava «Salazar e a Nação»<sup>807</sup>, sobre os quarenta anos do estadista português no Governo. A redacção do periódico afirmava que a presença de um político durante tanto tempo na governação de um povo (1928-1968), sobretudo nos últimos anos em que o Mundo vivia uma crise conjuntural, era a demonstração de que esse mesmo Povo e o seu País estavam perante uma «lição de História e Filosofia Política»<sup>808</sup>. A propósito da comemoração desta efeméride, as mais importantes entidades nacionais organizaram várias cerimónias para homenagear o estadista, político e timoneiro da «regeneração» financeira. Assim, a 27 de Abril de 1968, no Teatro Trindade, de Lisboa, a Liga Nacional 28 de Maio promovera uma sessão presidida pelo ministro da Justiça, Almeida Costa<sup>809</sup>. Para além da homenagem desta associação nacionalista, também o Ministério das Finanças, a Legião Portuguesa, a União Nacional promoveram actos e manifestações de preito à permanência dos quarenta anos de

<sup>804</sup> Vide a propósito o *Boletim Geral do Ultramar* n.ºs 505-506, 507, 508, 509-510, respectivamente de Julho-Agosto, Setembro, Outubro e Novembro-Dezembro de 1967.

<sup>805</sup> Vide «Mensagem do Chefe do Estado» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV – n.ºs 511/512, Janeiro/Fevereiro de 1968, pp. 3-14, especialmente p. 10.

<sup>806</sup> Vide *Boletim Geral do Ultramar – Visita do Chefe do Estado Almirante Américo Thomaz às Províncias da Guiné e de Cabo Verde*, Ano XLIV – Número Especial, Janeiro/Fevereiro de 1968, 437 pp.

<sup>807</sup> Vide «Salazar e a Nação» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV – n.º 514, Abril de 1968, pp. 3-17.

<sup>808</sup> *Idem, Ibidem*, p. 3.

<sup>809</sup> *Idem, Ibidem*, p. 8.

Salazar no Governo, primeiro, a partir de 1928, como ministro, depois, em 1932, como Presidente do Conselho.

Cinco meses depois do periódico da Agência Geral do Ultramar ter reproduzido as homenagens que o País havia prestado a este estadista, o mesmo órgão trazia no número duplo, *Boletim* n.ºs 519/520, de Setembro/Outubro de 1968, duas notícias que davam conta do final do ciclo da permanência de Oliveira Salazar no Governo, e da sua substituição por Marcello Caetano. Os artigos que davam conta dessas ocorrências intitulavam-se respectivamente «O Professor Doutor Marcello Caetano na Chefia do Governo» e «O Professor Doutor Oliveira Salazar Gravemente Enfermo»<sup>810</sup> e retratavam de uma forma dramática as diligências que as principais autoridades, designadamente o Presidente da República, encontraram para que o regime prosseguisse na linha ideológica projectada por Salazar, nos anos trinta, com a manutenção da unidade e da coesão de um Estado pluriprovincial e multi-étnico. Deste modo, o *dossier* reproduzido pelo *Boletim*, de Setembro/Outubro de 1968, aludia a todos os momentos que o presidente Thomaz tivera para solucionar o problema, designadamente ao assumir em público a doença do Presidente do Conselho, depois de ouvidos os médicos que o tratavam, ao convocar o Conselho de Estado, ao redigir e assinar o decreto que exonerava Salazar e nomeava Marcello Caetano para o substituir, e posteriormente, num outro decreto que indigitava os membros responsáveis pelos diversos Ministérios, decretos entretanto publicados no *Diário do Governo*, de 27 de Setembro de 1968. Nesse mesmo dia, o Presidente da República concedia, a meio tarde no Palácio de Belém, a posse ao novo Governo, tendo na altura o novo Presidente do Conselho proferido as seguintes palavras:

(...) Tenho a consciência do que valho e do que posso e nunca poderia considerar-me à altura das gravíssimas responsabilidades deste momento histórico...Mas que dizer quando se trata de suceder a um homem de génio que durante quarenta anos imprimiu à política portuguesa a marca inconfundível da sua poderosíssima personalidade, dotada de excepcional vigor do pensamento, traduzida por uma das mais eloquentes expressões da nossa língua e senhora de uma vontade inflexível e uma energia inquebrantável que ao serviço do interesse nacional não tinha descanso nem dava tréguas?<sup>811</sup>

<sup>810</sup> Vide artigos «O Professor Doutor Marcello Caetano na Chefia do Governo» e «O Professor Doutor Oliveira Salazar Gravemente Enfermo» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV – n.ºs 519/520, Setembro/Outubro de 1968, respectivamente pp. 3-20 e pp. 21-33.

<sup>811</sup> Vide «O Professor Doutor Marcello Caetano na Chefia do... Mensagem como Chefe do Governo», *Ibidem*, p. 9.

Acerca das preocupações face aos «ciclópicos trabalhos» que o esperavam, o novo Presidente do Conselho, Marcello Caetano não se eximia de citar o seu antecessor quando afirmava que «todos não somos demais para continuar Portugal», mas para que esses frutos se pudessem ver era necessário dar «tempo ao tempo» e permitir que a nova equipa pudesse estudar os problemas, ponderar as situações, apontar soluções, estabelecer pontes com os cidadãos, no fim de contas conhecer melhor e «arrumar» a «casa», antes de tomar as grandes decisões que o povo português estava à espera. Neste sentido, explicitava quais eram as primeiras empreitadas de governação:

Temos de fazer face a tarefas inadiáveis. Enquanto as Forças Armadas sustentam o combate na Guiné, em Angola e em Moçambique, e nas chancelarias e nas assembleias internacionais a diplomacia portuguesa faz frente a tantas incompreensões, não nos é lícito afrouxar a vigilância na retaguarda. Em tal situação de emergência há que continuar a pedir sacrifícios a todos, inclusivamente nalgumas liberdades que se desejaria ver restauradas<sup>812</sup>.

Percepcionando esta condição de «continuador» da obra do fundador do Estado Novo, o novo Presidente do Conselho tivera o cuidado de, na primeira mensagem que dirigira ao País, se demarcar desse seguidismo «cego», próprio dos discípulos mais próximos de Salazar, o que não era o caso, pois o antigo Presidente do Conselho sempre desconfiara de algumas atitudes críticas que Marcello Caetano protagonizara durante a sua vida política<sup>813</sup>. Será pois interessante analisar, utilizando as palavras de Vasco Pulido Valente, como o novo governante interpretava a relação entre o «mestre» e o «discípulo», neste contexto de «sucessão», após a doença e o internamento de Oliveira Salazar:

O grande perigo para os discípulos é sempre o de se limitarem a repetir o mestre, esquecendo-se que um pensamento tem de estar vivo para ser fecundo. A vida é sempre adaptação. O próprio Doutor Salazar teve ensejo, durante o seu longo governo, de muitas vezes mudar de rumo, reformar o que ensaiara antes, corrigir o que a experiência revelara errado, rejuvenescer o que as circunstâncias mostravam envelhecido. Quem governa tem constantemente de avaliar, de optar e de decidir. A constância das grandes linhas da política portuguesa e das normas constitucionais do Estado não impedirá, pois, o Governo de proceder, sempre que seja oportuno, às reformas necessárias<sup>814</sup>.

---

<sup>812</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 10-11.

<sup>813</sup> *Vide* Vasco Pulido Valente, «O Exílio e o Reino» in *Marcello Caetano – As desventuras da razão*, Lisboa, Editora Gótica, 2002, pp. 23-34, especialmente pp. 28-29.

<sup>814</sup> *Idem, Ibidem*, p. 12.

No *Boletim* n.º 521-522, de Novembro/Dezembro de 1968, já publicado depois da posse de Caetano, a doença de Salazar continuava a merecer toda a atenção, tendo o periódico divulgado um novo *dossier*, à semelhança do que fizera no número anterior, sobre o estado de saúde do agora destituído governante. A doença que se manifestara no final do Verão de 1968 (16 de Setembro), depois de um acidente doméstico que o estadista sofrera na sua residência de férias, entrara depois numa fase mais grave que exigira intervenção cirúrgica para a eliminação de um hematoma cerebral na região parietal esquerda, agravado na fase de restabelecimento por um acidente vascular cerebral. Para além do registo dos boletins clínicos da Casa de Saúde da Cruz Vermelha, o periódico registava todas as manifestações de apreço e solidariedade que os elementos do Governo, mais os restantes órgãos de Soberania, prestaram por ocasião da sua estadia neste hospital de Lisboa<sup>815</sup>.

No ano de 1969, o modelo do conteúdo dos artigos e de notícias mantinha-se, muito embora, entre a secção de «Temas e Documentos» e a de «Informações e Notícias», passasse a integrar, desde os n.ºs 511/512, de Janeiro/Fevereiro de 1968<sup>816</sup>, uma nova secção intitulada «Objectiva do Ultramar» que, recriando o *slogan* das novas técnicas de propaganda, de que «uma imagem valia mais do que mil palavras», apresentava um reportório mensal de fotografias, retratando, a preto e branco, os principais acontecimentos ocorridos em Portugal (metropolitano e ultramarino), imagens essas que eram acompanhadas por uma legenda a negrito que explicava ao leitor o que representava cada uma delas<sup>817</sup>. Entretanto, o *Boletim* n.º 525, de Março de 1969, reproduzia na secção «Temas e Documentos» a primeira entrevista que o Presidente do Conselho, Marcello Caetano, concedera a um jornal estrangeiro, neste caso *O Estado de São Paulo*, do Brasil<sup>818</sup>. João Alves das Neves, o enviado especial deste jornal, fizera no preâmbulo à referida conversa interessantes considerações sobre o estadista português. Assim, considerava que o novo chefe de Governo dialogava facilmente com os jornalistas e que já se deslocara à televisão para «conversar em família» com os seus concidadãos. A propósito

---

<sup>815</sup> Vide «A Doença do Professor Doutor Oliveira Salazar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV – n.ºs 521/522, Novembro/Dezembro de 1968, pp. 5-12.

<sup>816</sup> Vide «Objectiva do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV – n.ºs 511/512, Janeiro/Fevereiro de 1968, pp. 163-178.

<sup>817</sup> Vide «Objectiva do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV – n.ºs 523/524, Janeiro/Fevereiro de 1969, pp. 119-142.

<sup>818</sup> Vide «Temas e Documentos – O Presidente do Conselho entrevistado por um jornal brasileiro» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV – n.º 525, Março de 1969, pp. 55-64.



da nova postura do responsável pela governação portuguesa, o enviado do *Estado de São Paulo* fazia as seguintes considerações:

Nestas «conversas» que todos compreendem e nos esclarecimentos sobre os actos governamentais que a maioria do povo parece aceitar, esperançado em melhores dias e confiado na acção de Marcello Caetano, está porventura um dos traços marcantes do “novo estilo” da actual Administração<sup>819</sup>.

Sobre a «defesa do Ultramar», o jornalista brasileiro perguntava quais eram os efectivos militares em África e se o esforço em homens, material de guerra e em dinheiro não seria incomportável para um pequeno país como Portugal. A esse respeito, Caetano retorquia com o facto de não considerar exagerado o número de 130 mil homens para três frentes de guerra (Guiné, Angola e Moçambique). Quanto às despesas, considerava que as mesmas eram avultadas, mas não insustentáveis para um país que continuava a funcionar e a projectar planos de fomento para o seu futuro imediato. Por isso era natural para o Chefe de Governo que as operações militares contra a guerrilha nacionalista das três colónias acima discriminadas continuassem, para a salvaguarda da «vida», da «liberdade» e dos «bens» de milhões de portugueses (metropolitanos e ultramarinos), das diversas etnias integrados na administração de Lisboa. Perante este cenário, o Governo não poderia deixar à sorte estas populações e os seus bens, conforme opinião expressa pelo recém-empossado a este jornal brasileiro:

O Governo não pode abandonar esses portugueses à sorte do terrorismo, cuja vitória desencadearia uma perseguição racial e destruiria a sociedade aberta que mantemos e promovemos com a franca convivência de negros e brancos em igualdade de direitos<sup>820</sup>.

E o Presidente do Conselho rematava esta argumentação do «não abandono» destes portugueses à «sorte do terrorismo» com a tese oficial do Estado Novo, que já vinha dos tempos de Salazar, que defendia o unanimismo racial e territorial de uma pátria única, com esta frase que abstraía qualquer veleidade autonomista para as possessões ultramarinas nos tempos mais próximos:

---

<sup>819</sup> *Idem, Ibidem*, p. 57.

<sup>820</sup> *Idem, Ibidem*, p. 63.

Na África portuguesa não há uma luta de brancos contra negros: mas de portugueses, sem distinção de cor, contra gente que perturba a paz<sup>821</sup>.

Quando, a 14 de Abril de 1969, Marcello Caetano resolvera visitar as possessões ultramarinas (Guiné, Angola e Moçambique), onde o Exército português travava uma guerra contra os guerrilheiros pró-independência, especulara-se muito na opinião pública os motivos desta visita. Para além de ter sido a primeira vez que um Presidente de Governo saía da Europa para ir visitar as suas possessões em África, facto aliás que o *Boletim Geral do Ultramar* assinalara com a publicação de um número especial de quatrocentas e sessenta e nove páginas<sup>822</sup>, esta visita afastava de vez a hipótese de quem nesta altura pensaria que Caetano havia abandonado a ideia da manutenção de África e que estaria disposto, na sua política reformista, em discutir uma possível descolonização desses territórios, transformando a sua idiossincrasia, segundo as palavras de Vasco Pulido Valente, de um «imperialista teórico», num «africanista» convicto e até «sentimental»<sup>823</sup>.

Ainda, no ano de 1969, em Julho, Marcello Caetano, como Chefe do Governo empossado há menos de um ano, realizava a sua segunda viagem ao exterior, desta vez ao Brasil, com quem o regime do Estado Novo sempre mantivera uma relação muito cordial, quer pela localização geo-estratégica do país no Atlântico Sul, quer pela situação «paternal» de ter sido uma antiga possessão, com a qual era necessário manter laços estreitos de cooperação, não só para garantir o património cultural lá deixado, especialmente a língua portuguesa, mas ainda para renovar uma outra cooperação ligada a aspectos socioeconómicos. Neste sentido, o *Boletim* foi um dos órgãos de comunicação que fizera a cobertura desta viagem e logo no n.ºs 529/530, de Julho/Agosto de 1969, trazia a abrir um artigo da responsabilidade de Amândio César, sobre esta visita<sup>824</sup>. Iniciada a 8 de Julho, esta viagem a terras do Brasil foi considerada, pelo publicista César, como um dos «actos históricos mais significativos», das actividades realizadas pelo novo Presidente do Conselho até ao momento. E tivera o seu ponto mais alto quando Caetano foi recebido pelo presidente Arthur da Costa e Silva, no novo Itamarati, em Brasília. Por ocasião de um banquete oferecido pelo mais alto representante do Brasil, Marcello Caetano usara da

<sup>821</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>822</sup> *Vide* «Visita do Presidente do Conselho Prof. Doutor Marcello Caetano às Províncias da Guiné, de Angola e de Moçambique» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV – Número Especial, Abril de 1969, 469 pp.

<sup>823</sup> Vasco Pulido Valente, «O Exílio e o Reino» in *Marcello Caetano...*, pp. 29-30.

<sup>824</sup> Amândio César, «A Visita do Presidente do Conselho ao Brasil» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV – n.ºs 529/530, Julho/Agosto de 1969, pp. 3-33.

palavra, num discurso pleno de referências à cooperação entre os dois países. Sobre as vantagens deste relacionamento, Caetano fora bem claro nas palavras que nesta ocasião proferira:

O Brasil e Portugal são países atlânticos, ambos com interesses vitais no Atlântico Sul. E, se o litoral brasileiro constitui uma das posições essenciais para garantia da segurança do oceano e do hemisfério austral, não pode esquecer-se que essa segurança tem também posições-chaves em Cabo Verde, na Guiné portuguesa, em S. Tomé e em Angola. Já era actual esta visão aquando da visita ao Brasil em Junho de 1957 do Presidente Craveiro Lopes<sup>825</sup>.

Em resposta a esta declaração de princípios quanto ao relacionamento entre dois países «irmãos» feita por Marcello Caetano, o presidente Costa e Silva retorquiu que se sentia muito honrado e contente com a visita do representante português, pois esta visita anunciava um novo capítulo nas relações luso-brasileiras. Realçava ainda o presidente brasileiro a rapidez com que o Presidente do Conselho português acedera, depois de ter sido empossado, a visitar o país de que era responsável, só mostrando esta atitude do estadista português o desvelo e o interesse que lhe mereciam as relações com a sua antiga colónia da América do Sul. E a propósito da evolução das relações diplomáticas entre os dois países, o presidente Costa e Silva afirmava que esse relacionamento deveria continuar a evoluir, quaisquer que fossem as «circunstâncias» e as «vicissitudes» políticas de cada país. Depois socorria-se do pensamento de Salazar para ilustrar o acento que pretendia dar à cooperação entre os dois países Atlânticos, salientando que brasileiros e portugueses nunca seriam demais para prosseguir a «tradição» de uma amizade multissecular e nesse caminho poder preservar interesses comuns aos dois países irmãos<sup>826</sup>.

Ao contrário do que tinha acontecido até ao segundo semestre de 1969, a edição do *Boletim Geral do Ultramar* tinha por hábito sair regularmente todos os meses e só no Verão, excepcionalmente por causa das férias, se faziam números duplos por causa da Agência funcionar com um número limitado de funcionários e porque havia a conveniência de juntar todo o material informativo de Agosto e Setembro num número único. Pela primeira vez, em quarenta e quatro anos de existência, o *Boletim* apresentava uma edição quádrupla referente aos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1969, o que renunciava o final de um periódico que à causa ultramarina tinha devotado toda a sua

---

<sup>825</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 12-13.

<sup>826</sup> *Idem, Ibidem*, p. 16.

vida, sobrevivendo mesmo à queda de dois regimes políticos (República e a Ditadura Militar), sempre com o empenho de defender o móbil mais nacionalista da República e que era a preservação e o desenvolvimento do seu Império Colonial<sup>827</sup>.

O ano de 1970 viera marcar o final da edição do periódico da Agência Geral do Ultramar. Assim, nesse ano o *Boletim* apenas fizera sair dois números, o primeiro, que se editava com um atraso de seis meses e que se reportava ao n.º 535, referente aos meses de Janeiro a Junho<sup>828</sup>, e o segundo, um número especial referente a Julho do mesmo ano de 1970, que reproduzia a reportagem da visita do Presidente da República, Américo Thomaz, à província de São Tomé e Príncipe<sup>829</sup>. Mantendo os conteúdos dos últimos números, nos quais a secção dos «Temas e Documentos» suplantava a do «Sumário», estes dois números alteravam a cor das capas que passavam do cinzento-escuro anterior para um amarelo-torrado, mantendo os outros elementos gráficos, nomeadamente a estilização da esfera armilar no centro da frontaria principal. Quanto ao conteúdo deste derradeiro número, verificámos que a secção «Sumário», apenas reproduzia a «Mensagem do Chefe do Estado no Primeiro Dia do Novo Ano». As outras secções limitavam-se aos «Temas e Documentos» e às «Informações e Notícias». Na primeira rubrica eram divulgados vinte e cinco documentos emanados de muitas das cerimónias e rituais do Estado Novo no seu dia-a-dia.

Relativamente à participação do Presidente do Conselho, neste primeiro semestre de 1970, o *Boletim Geral do Ultramar* reproduzia dois discursos de Marcello Caetano, um pronunciado no Palácio das Necessidades, na cerimónia de posse do novo ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, a 15 de Janeiro de 1970, o outro, proferido a 21 de Fevereiro de 1970, no Palácio de S. Bento, depois de lhe ter sido comunicado a sua eleição como presidente da Comissão Central da «Acção Nacional Popular». O discurso proferido perante os congressistas do quinto Congresso do partido único do regime era o mais importante dos dois, pois não se remetia ao aspecto circunstancial de uma posse ou de uma apresentação de cumprimentos, mas remetia para aspectos mais ideológicos e estruturais que o Chefe do Governo pretendia escarpelizar, numa hora de «acção». E a propósito da nova denominação adoptada pelo partido único, afirmava:

---

<sup>827</sup>Vide «*Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV – n.ºs 531/534, Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro de 1969, 300 pp.

<sup>828</sup> Vide *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLVI – n.º 535, Janeiro/Junho de 1970, 304 pp.

<sup>829</sup>Vide *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLVI – Número Especial, Julho de 1970, 194 pp.

(...) Não basta unirmo-nos: é indispensável que nos unamos para agir. Acção nacional, isto é, ao serviço da Nação em que exprime a comunidade das nossas origens, dos nossos ideais colectivos e dos nossos destinos comuns<sup>830</sup>.

Quanto à designação «acção nacional popular», Caetano explicava que o carácter «popular» advinha do facto do partido ao exercer os «interesses da Nação» tinha de «...procurar servir ao povo em geral – tem de se preocupar constantemente com as necessidades, as aspirações, os anseios do povo que está nas aldeias, nas vilas, nas cidades, a trabalhar nos campos, nas fábricas ou nos escritórios, o povo que constitui o substrato da comunidade nacional e onde se encontram as grandes reservas da energia moral e da riqueza económica do País»<sup>831</sup>. E reforçando esta ideia da implantação do partido não para uma elite urbana, mas para servir um maior número de lugares e aldeias do país rural, Marcello Caetano acrescentava que «a Acção Nacional Popular, sendo uma associação cívica destinada a facilitar a participação do maior número possível de cidadãos na vida pública, não pode ser apenas uma organização de quadros, simples estrutura de comissões. Tem de lançar raízes por todo o lado e de possuir na sua base os núcleos que a partir do mais pequeno lugar ou da mais modesta oficina, lhe permitam a cada passo auscultar o País – e elucidá-lo também»<sup>832</sup>.

Para além das intervenções do Presidente do Conselho, a edição do *Boletim*, de Janeiro/Junho de 1970, trazia na referida secção de «Temas e Documentos» outra documentação sobre os discursos do ministro do Ultramar, em actos públicos de posse de novos governantes, entre outros, como o do subsecretário de Estado do Ultramar, os dos governadores de Moçambique e Cabo Verde, e ainda da visita que efectuara à província da Guiné, em Março de 1970. De salientar, entre discursos, declarações e mensagens do ministro Silva Cunha, um proferido em Junho desse mesmo ano de 1970, quando da posse do secretário-geral e do secretário provincial de Educação de Moçambique, respectivamente Manuel Abrantes Amaral e Adelino Marques de Almeida, em que o ministro pusera a ênfase das suas palavras na ultrapassagem da gestão dos problemas ultramarinos pelas «armas» e pelo «desenvolvimento»<sup>833</sup>. Reafirmando a lealdade e

<sup>830</sup> Vide «A Hora é de Acção – Discurso proferido pelo Presidente do Conselho, Prof. Dr. Marcello Caetano, em 21 de Fevereiro de 1970» in *Boletim Geral do...*, n.º 535, de Janeiro/Junho de 1970, pp. 23-39, especialmente p. 25.

<sup>831</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 25-26.

<sup>832</sup> *Idem, Ibidem*, p. 26.

<sup>833</sup> Vide «Havemos de Vencer – pelas Armas e pelo Desenvolvimento – Discurso proferido pelo Ministro do Ultramar, em 25 de Junho de 1970», *Ibidem*, pp. 121-123.

submissão ao novo Presidente do Conselho e à política que o mesmo governante implementara para dinamizar o progresso material e cultural do país, o ministro Silva Cunha argumentava ainda com a necessidade de proteger e acautelar os interesses nacionais nas diversas parcelas tropicais. A este respeito, acrescentava ao seu discurso mais estas palavras que ilustravam de uma forma objectiva o seu pensamento sobre a necessidade de Portugal, nesta conjuntura internacional desfavorável, de continuar a querer manter a integridade do seu património colonial:

A defesa do Ultramar não afrouxará. A luta continuará e havemos de vencer, pelas armas nas várias frentes onde a luta armada nos é imposta, como havemos de vencer, com a força da nossa vontade e o entusiasmo da nossa fé nos destinos de Portugal, as batalhas da paz – a batalha do ensino, a batalha do desenvolvimento económico, a batalha da saúde<sup>834</sup>.

Quanto à secção de «Informações e Notícias», o *Boletim* n.º 535 reproduzia notícias sobre aspectos variados da vida política e social daquele primeiro semestre de 1970. Deste modo, o *Boletim Geral do Ultramar* referenciava nesse número notícias relacionadas com a metrópole e ainda com as oito possessões, incluindo a Índia que, embora anexada pela União Indiana em 1961, continuava a ser considerada pelo regime do Estado Novo como fazendo parte integrante do seu património colonial. No respeitante às notícias ocorridas na Metrópole, elas podiam ir desde as relacionadas com os «Cumprimentos ao Chefe de Estado», a «Entrevista do Presidente do Conselho ao jornal francês *Figaro*», «O Ministro do Ultramar no Instituto de Altos Estudos Militares», até notícias de carácter mais cultural ligadas a eventos como o «IV Colóquio Nacional de Estudos Ultramarinos», os «Prémios literários da A.G.U.», «O Ultramar na Feira da Agricultura», a «Feira do Livro», a «Evocação da figura do Dr. Francisco Luís Gomes»<sup>835</sup>. Sobre o noticiário do Ultramar, era de realçar que cada possessão tinha o seu *dossier* específico de notícias. Para se ter uma ideia sobre o tipo de notícias de cada uma das províncias que eram reproduzidas para os leitores do *Boletim*, vamos dar o exemplo da forma como eram reportadas pelo periódico n.º 535 as referentes à possessão de Angola, no período que correspondia ao primeiro semestre de 1970: «O Governador-Geral visitou o Moxico»; «Secretários Provinciais de Angola»; «IX Aniversário do Terrorismo»; «Testemunho Insuspeito»; «Administração»;

<sup>834</sup> *Idem, Ibidem*, p. 122.

<sup>835</sup> *Vide* «Sumário», *Ibidem*, pp. 1-5, especialmente pp. 4-5.

«Actividade Missionária»; «Economia»; «Comunicações e Transportes»; «Ensino, Investigação e Cultura»; «Artes e Letras»; «Informação e Turismo»<sup>836</sup>.

Em Julho de 1970, a Agência Geral do Ultramar fazia publicar o último número conhecido do seu periódico, neste caso um número especial sobre a visita do Presidente da República, Américo Thomaz, ao arquipélago de São Tomé e Príncipe. Esta visita integrava-se nas comemorações do V centenário do descobrimento dessas ilhas realizada pelos navegadores João de Santarém e Pêro Escobar ao serviço do rei Afonso V, entre os anos de 1470 e 1471<sup>837</sup>. As celebrações desse evento histórico, anunciadas em 1969, previam que os festejos decorressem em duas fases distintas: uma primeira, que já acontecera, entre Dezembro de 1969 e Janeiro de 1970, na qual se haviam já consumado as festas comemorativas do 499.º aniversário da descoberta da ilha de São Tomé em Dezembro, e da ilha do Príncipe em Janeiro, com a inauguração de alguns melhoramentos, nestas duas ilhas; A visita do Chefe de Estado português integrava-se portanto numa segunda fase, que ocorreria entre Junho e Setembro de 1970, período mais alto destas comemorações da presença portuguesa neste Arquipélago. Viajando por via marítima, o presidente Thomaz e a sua comitiva partiram de Lisboa a 15 de Julho, e chegaram a São Tomé no dia 23 de Julho, e era previsto regressarem no dia 30, do mesmo mês. Mas uma ocorrência inesperada viera alterar toda esta calendarização e antecipar o regresso a Lisboa, por via aérea, para o dia 29 de Julho. O facto relevante que viera modificar a programação das últimas horas do Presidente da República, em São Tomé e Príncipe, foi a morte de Salazar. As derradeiras cerimónias, incluindo aquela em que o Chefe de Estado, no dia 28 de Julho, impusera condecorações a altas personalidades e funcionários desta província ultramarina, decorreram já sob o signo de luto que a figura do fundador e protagonista do Estado Novo merecera à comitiva presidencial. E a primeira reacção ao desaparecimento de Salazar foi feita pelo presidente Thomaz, no discurso que proferiu na cerimónia protocolar de imposição de condecorações, neste arquipélago do Atlântico:

Não é este o momento próprio para exaltar o Homem, o estadista excepcionalmente grande que desapareceu da vida terrena, mas apenas para o prantear muito sentidamente. A sua envergadura excepcionalíssima não só o merece, como o impõe. Por isso, ao receber na ilha do Príncipe a tristíssima notícia de que Portugal perdera um dos seus mais excelsos príncipes de todos os tempos, o Chefe do Estado resolveu que se sustassem todas as comemorações em curso nas ilhas de São Tomé e do Príncipe, pois nada,

---

<sup>836</sup> Vide «Angola», *Ibidem*, pp. 205-229.

<sup>837</sup> Vide *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLVI – Número Especial, Julho de 1970, 194 pp.

por mais justificado que parecesse, poderia sobrepor-se ao luto de toda uma Nação pela perda do seu mais dilecto filho<sup>838</sup>.

Com este final de ciclo de um homem, estava também a terminar um regime e uma época. A prova desse facto ocorria no funcionamento menos regular de algumas instituições do ministério do Ultramar, de cujo exemplo foi a não publicação de mais nenhum número do *Boletim Geral do Ultramar*, muito embora a instituição de propaganda e informação que sustentava este periódico continuasse a existir até à queda do Governo de Marcello Caetano, em Abril de 1974 (Ver Anexo III).

---

<sup>838</sup> Vide «Uma Cerimónia Enlutada», *Ibidem*, pp. 147-150, especialmente p. 148.



## II

### AUTORES E TEMÁTICAS DO BOLETIM

#### 1. Temas abordados por colónia: autores e artigos

No respeitante aos temas abordados pelo *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* durante os quarenta e quatro anos da sua existência, iremos fazer uma análise baseada em dois pressupostos que considerámos relevantes neste intervalo de tempo: por um lado examinaremos os temas mais pertinentes divulgados por este órgão em cada uma das oito parcelas do seu Império Colonial; por outro, focalizaremos a nossa observação nos artigos, procurando nessa investigação encontrar o nome de investigadores que escreveram sobre os assuntos em que se consideravam mais habilitados, literária e cientificamente. Por questões metodológicas, dividiremos o longo período de publicação deste periódico em cinco subperíodos de acordo com a fundamentação ideológica de cada um dos regimes que vigoraram em Portugal durante o século XX: República – 1910 - (1925/1926); Ditadura Militar – 1926/1932; Estado Novo (implantação) – 1932/1945; Estado Novo (adaptação) - 1946/1961; Estado Novo (declínio) – 1962/1974.

No caso do regime estadonovista, procurámos no longo período em que vigorou abranger, num primeiro momento, o advento do regime nos anos trinta com a indigitação de Salazar para chefe do Executivo, até ao final da Segunda Guerra Mundial; num segundo, descrever o período de afirmação e crescimento do Estado Novo até ao início das primeiras investidas contra a integridade imperial em Angola e na Índia; finalmente, no período de decadência, evidenciar o início da guerra em África e a marginalização de Portugal nas instâncias diplomáticas, até à substituição de Salazar por Marcello Caetano, na presidência do Conselho. Deste modo, observaremos estes pressupostos em cada uma das oito colónias, seguindo uma ordem alfabética para cada possessão e dissecando os autores e artigos dos subperíodos que convencionámos para a existência do periódico, nos quarenta e quatro anos de vida:

### Angola – 1.º Período – República - 1925-1926

Neste primeiro período de vigência do *Boletim*, doze autores escreveram quinze artigos sobre esta possessão da África Ocidental. Pela temática expressa neste primeiro quartel do século XX, o interesse dos primeiros colaboradores do *Boletim* tinha a ver com questões de ocupação, exploração e desenvolvimento da maior possessão portuguesa. Os temas mais abordados referiam-se a aspectos gerais de Angola e/ou do fomento económico desta possessão ou a questões mais específicas relativas à delimitação de fronteiras (Zaire), à fundação e desenvolvimento de cidades (Huambo, Lobito), exploração da fauna, flora, geologia, geografia e etnologia, à construção de portos e caminhos-de-ferro (Congo, Lobito, Luanda e Zaire), às doenças tropicais como a chamada «doença do sono» ou tripanossomíases. Nesta fase tardia de ocupação, os autores ou eram engenheiros civis como A. P. de Miranda Guedes, José Bacelar Bebiano, José de Araújo Correia e Raul da Silva Guardado, ou engenheiros militares como Carlos Roma Machado, H. Mascarenhas Inglês, J. A. Lopes Galvão, Joaquim Basílio de Albuquerque e Castro. As exceções eram A. Monteiro da Costa, veterinário, e José de Oliveira Ferreira Diniz, formado na Escola Superior Colonial. Não indicavam formação académica A. G. e Costa Metelo. Nesta colaboração sobre temática angolana, apenas três autores publicaram mais de um artigo: J. A. Lopes Galvão, com dois artigos sobre o papel dos transportes no desenvolvimento intercolonial<sup>839</sup>; José Bacelar Bebiano, com dois artigos sobre o estudo geológico desta possessão e outras anotações sobre animais, plantas e etnias locais<sup>840</sup>; José de Araújo Correia, sobre as potencialidades de fomento económico da colónia em análise<sup>841</sup>.

De facto, a Escola Superior Colonial e as Academias Militares nesta altura eram as instituições mais vocacionadas para formarem a elite civil e militar que se iria responsabilizar pelo incremento e transformação desta parcela do Atlântico. Em resumo e quantificando os artigos do *Boletim* no primeiro ano de vida, poderemos estabelecer esta hierarquização de acordo com os interesses e necessidades conjunturais daquele momento

---

<sup>839</sup> J. A. Lopes Galvão, «O caminho-de-ferro de Luanda e o seu carácter intercolonial e Angola» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, n.º 1, Julho de 1925, e n.º 6, Dezembro de 1925, respectivamente pp. 26-50 e pp. 29-85.

<sup>840</sup> José Bacelar Bebiano, «Subsídios para o estudo geológico e mineiro da província de Angola» e «Observações geológicas e apontamentos sobre a flora, fauna e etnologia da fronteira nordeste de Angola» *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, n.º 8 e n.º 11, Fevereiro e Maio de 1926, respectivamente, pp. 17-39 e pp. 34-59.

<sup>841</sup> José de Araújo Correia, «Possibilidades económicas de Angola I-II», *Ibidem, Boletim* n.º 9 e n.º 10, de Março e Abril de 1926, respectivamente pp. 14-33 e pp. 67-80.

histórico: «Angola», «Etnologia», «Fauna», «Flora», «Geologia e Recursos Mineiros e Florestais», «Portos e Caminhos-de-Ferro»: 3; «Povoamento e Fundação de Cidades»: 2; «Mão-de-Obra», «Doenças Tropicais», «Limite de Fronteiras», «Alfândegas»: 1.

### **Angola – 2.º Período – Ditadura Militar - 1926-1932**

Na interpretação dos colaboradores e artigos deste período de vida do *Boletim* poderemos concluir que foi um dos mais ricos na vida do periódico, tendo em conta que num espaço de apenas seis anos se publicaram cento e oito artigos, de quarenta e três autores. É preciso notar que neste hiato de tempo se publicou, em Maio de 1929<sup>842</sup>, um número especial sobre esta possessão da África Ocidental, inserindo nessa edição uma colaboração de onze autores que escreveram sobre a colónia com mais potencialidades de fomento, naquele período do século XX. De facto, esse número especial era bem significativo do interesse que os colaboradores do periódico durante a «Ditadura Militar» deram a Angola. As temáticas que foram publicadas tinham a ver com os seguintes assuntos: agricultura, pecuária e riqueza florestal; assistência sanitária; economia; impostos e política indígena; memória histórica; vias de comunicação: portos e caminhos-de-ferro. De destacar artigos sobre a «assistência médica aos indígenas em Angola», a «obra colonizadora de Portugal e as possibilidades económicas de Angola», a «política administrativa de Angola», «Da política indígena em Angola (Os impostos indígenas)», «vias de comunicação e portos de Angola». Entre os autores que se responsabilizaram por estes artigos, deveremos destacar personalidades como Álvaro de Melo Machado, oficial de Marinha e administrador da Companhia de Caminho-de-Ferro de Benguela; António Pinto Teixeira, professor e antigo governador de Benguela; Augusto Casimiro, antigo governador do Congo; Costa Dias, major e professor da Escola Superior Colonial; Domingos da Cruz, tenente da Armada, antigo deputado e jornalista; José de Oliveira Ferreira Diniz, antigo deputado e secretário provincial.

No cômputo geral da colaboração neste período, para além dos temas atrás referenciados, poderemos ainda destacar temáticas associadas à ciência colonial, à educação/instrução, às relações internacionais. A este respeito destacar-se-iam artigos como «Angola no Congresso Internacional de Geologia, em Pretória»; «*Contribution à l'étude des caractéristiques des types commerciaux de cafés de l'Angola*»; «A missão

<sup>842</sup> Vide número especial sobre «Angola» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, Maio de 1929, n.º 47, 373 pp.

académica a Angola»; «A Instrução Pública»; «Projecto de reorganização do ensino primário na província de Angola»; «Liceu da Huíla»; «A questão do Zaire e a ocupação do Cacongo e Massab». Original também foi o artigo de José Manuel da Costa sobre «Um motim em Mossâmedes no ano de 1866», altura em que o sul de Angola começava a receber as primeiras vagas de colonos madeirenses que se fixavam o deserto da Namíbia e a serra de Chela, na região do Lubango<sup>843</sup>. Quanto aos autores com mais artigos salientaremos 3, António de Figueiredo Gomes e Sousa, José de Almeida, José de Oliveira Ferreira Diniz, respectivamente, com 14, 11 e 7 artigos, perfazendo na totalidade 32, 30% da colaboração no período que decorreu entre Junho de 1926 e Junho de 1932. Gomes e Sousa era engenheiro-agrónomo do quadro dos Serviços Florestais de Angola e seria o colaborador mais produtivo nesta altura de vida do *Boletim*, correspondendo a sua acção a 14 artigos, em 14 números mensais, em que divulgava escritos sobre «a riqueza florestal de Angola», «a flora de Mossâmedes» e o «reconhecimento agronómico do distrito do Moxico». Em relação a José de Almeida, professor do Instituto Superior de Agronomia, a totalidade dos 11 artigos publicados entre o n.º 14, de Agosto de 1926 e o n.º 34, de Abril de 1928, versaram a actividade em Angola do naturalista austríaco Frederico Welwitsch, a ponto de uma das plantas estudadas por este investigador no deserto de Moçâmedes ter ficado designada com o nome *Welwitschia Mirabilis*.

Finalmente, sobre José de Oliveira Ferreira Diniz, antigo deputado e secretário provincial de Angola no final dos anos vinte, este colonialista produziu nestes seis anos de edição do periódico da Agência Geral das Colónias 7 artigos que tinham a ver com a política administrativa que os portugueses aplicaram em Angola, mormente relacionada com os indígenas. Relacionados com este pressuposto estavam ainda artigos sobre «climatologia» e «demografia». O único artigo que destoava desta área especializada de Ferreira Diniz foi o que publicou no n.º 70, de Abril de 1931, sobre a «Valorização da riqueza mineira de Angola»<sup>844</sup>. Esta temática seria mais própria de um geólogo, muito embora no contexto de um funcionário este assunto também era interessante de abordar pela via administrativa. Aliás, foi nessa perspectiva que Diniz estudara os primeiros decretos para a concessão da pesquisa mineira em Angola, desde o remoto ano de 1838, quando Sá da Bandeira autorizara o Governador-Geral de então, António Manuel de

<sup>843</sup> José Manuel da Costa, «Um motim em Mossâmedes no ano de 1866» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano IV, n.º 40, Outubro de 1928, pp. 28-32.

<sup>844</sup> José de Oliveira Ferreira Diniz, «Valorização das riquezas mineiras de Angola» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VII, n.º 70, Abril de 1931, pp. 12-42.

Noronha, a constituir uma companhia para a exploração de minas de enxofre, petróleo, ferro, cobre e outros produtos minerais<sup>845</sup>.

### Angola – 3.º Período – Estado Novo (Implantação) - 1932-1945

Neste período compreendido entre 1932-1945, o *Boletim* publicou 54 artigos, de 37 autores, sobre Angola. Neste contexto em que o Estado Novo emergira, o regime afastava-se definitivamente do sistema parlamentar e encetava uma nova vivência em que a concentração de poderes e o centralismo da metrópole sobre as possessões coloniais passou a ser uma realidade. Para além da reestruturação político-administrativa, o regime estadonovista tivera também de enfrentar uma conjuntura internacional adversa que punha em causa a soberania nacional, quer com a rediscussão do problema colonial na Sociedade das Nações, por causa da política da administração de mandatos, aprovada após Versailes, quer pela republicanização da vizinha Espanha, quer ainda com o emergir do nacionalismo alemão que conduziria ao despoletar da Segunda Guerra Mundial. Estes aspectos acabariam por condicionar a política de divulgação fomentista que o periódico da Agência Geral das Colónias vinha levando a cabo, desde o segundo semestre de 1925. Assim, neste hiato temporal de treze anos, publicaram-se 54 artigos sobre a maior e mais rica colónia de Portugal. Nesses artigos, os seus autores continuavam a preocupar-se, embora em menor escala, com os problemas da exploração e transformação da possessão com escritos que versavam temas sobre «ciência colonial» (12), a «economia» (7), a «história da ocupação» (13), «missões religiosas» (5), «política administrativa» (1), «recursos naturais», incluindo «mineiros» (12), «vias de comunicação» (4).

Neste panorama da quantificação dos escritos sobre Angola no *Boletim* verificamos que no início do Estado Novo foram os artigos sobre «história da ocupação», «ciência colonial» e «recursos naturais» que se divulgaram em maior número, o que fazia crer no interesse que a colónia continuava a ter a nível da investigação e do desbravar dos seus recursos naturais como poderíamos constatar por artigos relacionados com a «Missão botânica do dr. Carrisso a Angola» (de destacar nessas missões de estudo o papel que a Universidade de Coimbra sempre tivera)<sup>846</sup>, a «Missão veterinária na Huíla»<sup>847</sup>, «As

<sup>845</sup> *Idem*, José de Oliveira Ferreira Diniz, «Valorização das riquezas...», *Ibidem*, p. 14.

<sup>846</sup> A. W. Exel e M.A.F. L. S., «Missão botânica do dr. Carrisso a Angola» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIV, n.º 153, Março de 1938, pp. 3-24.

<sup>847</sup> Carlos Baptista Carneiro, «Missão Veterinária da Huíla», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 102, Dezembro de 1933, pp. 30-52.

tripanosomíases em Angola e Moçambique»<sup>848</sup>, «A história da medicina imperial»<sup>849</sup>, «Possibilidades de Angola quanto à produção de insecticidas e papaína»<sup>850</sup>. No reverso de temáticas menos divulgadas, poderíamos deduzir que aspectos ligados às comunicações vinham decrescendo desde os períodos anteriores, havendo apenas nesta altura quatro artigos sobre portos e caminhos-de-ferro: «Estradas, caminhos-de-ferro, rios navegáveis e canais ligando Angola ao Congo Belga, à Rodésia e ao Sudoeste Africano»<sup>851</sup>; «as obras do porto de Luanda»<sup>852</sup>; «O caminho-de-ferro de Benguela sob o ponto de vista da colonização científica»<sup>853</sup>; «O porto do Lobito, sua vida e actividade – Breve relatório»<sup>854</sup>.

De salientar a pouca colaboração em temáticas cruciais relacionadas com o processo de colonização, nomeadamente em assuntos sobre economia e política administrativa. No caso do primeiro pressuposto, o periódico em análise publicou nesta altura apenas os seguintes artigos: «Angola política, social e económica»<sup>855</sup>; «A economia dirigida em Angola»<sup>856</sup>; «Da aplicação do decreto das transferências de Angola»<sup>857</sup>; «Vantagens económicas naturais de Angola em relação aos territórios limítrofes»<sup>858</sup>; «Considerações gerais sobre um plano de fomento de Angola»<sup>859</sup>; «Reflexos na colónia de Angola da crise mundial»<sup>860</sup>; «As Indústrias em Angola»<sup>861</sup>. A temática que nesta altura foi menos publicada foi a da «política administrativa». Num momento em que o regime necessitava

<sup>848</sup> J. A. Lopes Galvão, «As tripanosomíases em Angola e Moçambique», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XX, n.º 232, Outubro de 1944, pp. 69-85.

<sup>849</sup> Luiz de Pina, «História da Medicina Imperial Portuguesa (Angola)», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XIX, n.º 211, Janeiro de 1943, pp. 18-72.

<sup>850</sup> Maria Cornélia Teles Grilo, «Possibilidades de Angola quanto à produção de insecticidas e papaína», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XVII, n.º 197, Novembro de 1941, pp. 46-66.

<sup>851</sup> Álvaro de Melo Machado, «Estradas, caminhos-de-ferro, rios navegáveis e canais ligando Angola ao Congo Belga, à Rodésia e ao Sudoeste Africano», *Ibidem, Boletim Geral das Colónias* Ano XXI, n.º 236, Fevereiro de 1945, pp. 110-136.

<sup>852</sup> A. Cid Perestrelo, «As obras do porto de Luanda» in *Boletim Geral das...*, Ano XXI, n.º 239, Maio de 1945, pp. 59-78.

<sup>853</sup> Beatriz Aurora Maria de Almeida, «O caminho-de-ferro de Benguela sob o ponto de vista da colonizaçãocientífica» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, n.º 89, Novembro de 1932, pp. 73-86.

<sup>854</sup> Raimundo Serrão, «O porto do Lobito, sua vida e actividade – Breve relatório», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXI, n.º 242/243, Agosto/Setembro de 1945, pp. 35-50.

<sup>855</sup> Eduardo Ferreira Viana, «Angola política, social e económica», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XIX, n.º s 218/219, Agosto/Setembro de 1943, pp. 188-222.

<sup>856</sup> Francisco Leite Duarte, «A economia dirigida em Angola», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XIX, n.º 220, Outubro de 1943, pp. 127-155.

<sup>857</sup> José de Sousa Guedes Machado, «Da aplicação do decreto das transferências de Angola», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano X, n.º 112, Outubro de 1934, pp. 88-103.

<sup>858</sup> Manuel Gonçalves Monteiro, «Vantagens económicas naturais de Angola em relação aos territórios limítrofes», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXI, n.º 235, Janeiro de 1945, pp. 230-256.

<sup>859</sup> Rui de Sá Carneiro, «Considerações gerais sobre um plano de fomento de Angola», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 93, Março de 1933, pp. 56-91.

<sup>860</sup> Alfredo Augusto Lisboa de Lima, «Reflexos na colónia de Angola da crise mundial» in *Boletim* n.º 95, Maio de 1933, pp. 64-104.

<sup>861</sup> Virgílio Pereira da Costa, «As indústrias em Angola», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 94, Abril de 1933, pp. 52-73.

de fazer reformas centralistas que contrariassem as práticas descentralizadoras da República, o *Boletim* apenas editou um artigo sobre essa questão. Mas simbolicamente esse artigo era significativo em relação ao seu conteúdo, pois tratava-se das «Directizes ao governador de Angola» emanadas do ministro Armindo Monteiro<sup>862</sup>, escolhido pelo Presidente do Conselho para fazer as reformas do Império Colonial, no período imediatamente a seguir ao final da transição militar entre a República e o Estado Novo.

Quanto aos autores com mais artigos publicados durante este período, de realçar o padre António Brásio que publicou, entre Março de 1934 e Abril de 1944, 7 artigos relacionados com as «missões religiosas coloniais» e com a «história da ocupação de Angola». No primeiro caso, este padre escreveu sobre as missões «Protestantes», as do «Espírito Santo» e o «Cabido de Angola e Congo»<sup>863</sup>. No segundo, sobre os «Primórdios da ocupação angolana», a «Descoberta do Congo» e a «Política Manuelina», nessa mesma região angolana<sup>864</sup>. Com 3 artigos deveremos salientar 3 autores: Alexandre Sarmiento, António Almeida e Carlos Baptista Carneiro, que divulgaram artigos sobre temáticas respectivamente relacionadas com a «antropologia e a ocupação científica de Angola»<sup>865</sup>, com a «antropologia dos Dembos»<sup>866</sup> e com «a pecuária, pesca e assuntos veterinários»<sup>867</sup>. Dos restantes 33 autores que colaboram neste periódico, apenas publicaram um ou dois artigos. De acentuar entre estes, a colaboração de duas mulheres, Beatriz Aurora de Almeida, professora do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, que escreveu sobre a

<sup>862</sup> Armindo Monteiro, «Directizes ao governador de Angola», *Ibidem, Boletim Geral das Colónias*, Ano XI, n.º 116, Fevereiro de 1935, pp. 3-31.

<sup>863</sup> António Brásio, «Missões protestantes em Angola» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, n.º 105, Março de 1934, pp. 3-17; «Missões do Espírito Santo em Angola», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 113, Novembro de 1934, pp. 50-62; «Para a história do cabido de Angola e Congo», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 210, Dezembro de 1942, pp. 24-56.

<sup>864</sup> António Brásio, «Nos primórdios da ocupação angolana» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIX, n.º 211, Janeiro de 1943, pp. 73-89; «A descoberta do Congo», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 221, Novembro de 1943, pp. 8-21; «Nos primórdios da ocupação angolana», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 225, Março de 1944, pp. 41-82; «A política manuelina no Congo», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 226, Abril de 1944, pp. 42-61.

<sup>865</sup> Alexandre Sarmiento, «Biotipologia angolana» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVI, n.º 175, Janeiro de 1940, pp. 31-34; «Notas sobre a antropologia dos bacangalas», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.ºs 182/183, Agosto/Setembro de 1940, pp. 31-40; «A ocupação científica de Angola», *Ibidem, Boletim* n.º 209, Novembro de 1942, pp. 16-20.

<sup>866</sup> António de Almeida, «Subsídios para o estudo antropológico da população dos Dembos (Angola)» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIX, n.º 215, Maio de 1943, pp. 50-68; *Idem*, «Subsídios para o estudo antropológico da população...», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 222, Dezembro de 1943, pp. 20-27; *Idem*, «Subsídios para o estudo antropológico da população...», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 237, Março de 1945, pp. 44-52.

<sup>867</sup> Carlos Baptista Carneiro, «O distrito de Mossâmedes e a sua pecuária» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, n.º 101, Novembro de 1933, pp. 38-71; «Missão Veterinária da Huíla», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 102, Dezembro de 1933, pp. 30-52; «Utilização da salpresa na indústria da pesca de Mossâmedes e o aparecimento do *rouge* nessa preparação», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 125, Novembro de 1935, pp. 65-71.

«importância da linha férrea de Benguela na colonização de Angola»<sup>868</sup>, e Maria Cornélia Teles Grilo, licenciada em Farmácia, pela Universidade de Coimbra, que escreveu sobre as «potencialidades de Angola na produção de certos insecticidas e anti-inflamatórios»<sup>869</sup>. Também dois antigos Altos-Comissários, Norton de Matos (1921-1923) e Vicente Ferreira (1926-1928), colaboram nesta altura com o *Boletim*, com artigos sobre o povoamento e a colonização de Angola<sup>870</sup>. De referir ainda a colaboração de três estrangeiros: dois botânicos, de nacionalidades inglesa e suíça, incorporados na expedição de Luís Carrisso ao deserto do Namibe, Arthur Exel e John Grossweiler, e um missionário francês, de origem alemã, Carlos Estermann, que escreveram respectivamente sobre as potencialidades botânicas<sup>871</sup> e as etnias de Angola<sup>872</sup>.

#### **Angola – 4.º Período – Estado Novo (Adaptação) - 1946-1961**

Neste período o *Boletim* publicou 59 artigos, de 33 autores. Num prazo de quinze anos compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Colonial, o periódico tutelado pela Agência Geral das Colónias/Ultramar divulgava um manancial de artigos relacionados com a «história da ocupação», com a «ciência e cultura coloniais», com os «recursos naturais», com a «economia» e as «vias de comunicação», desta possessão. Este período do pós-Guerra foi sensível para o regime do Estado Novo, porque a criação da ONU desenvolveu uma nova *entente* entre os países da Europa e do resto do Mundo, que iria favorecer a emancipação das possessões na dependência das metrópoles detentoras ainda de extensos Impérios Coloniais. Esta conjuntura iria abrir uma nova frente diplomática contra esses países colonizadores, pelo que as décadas de cinquenta e sessenta começaram a assistir à independência de muitos desses domínios situados em África e na

<sup>868</sup> Beatriz Aurora Maria de Almeida, «O caminho-de-ferro de Benguela sob o ponto de vista da colonização científica» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, n.º 89, Novembro de 1932, pp. 73-86.

<sup>869</sup> Maria Cornélia Teles Grilo, «Possibilidades de Angola quanto à produção de insecticidas e papaína» in *Boletim Geral das Colónias*, XVIII, n.º 197, Novembro de 1941, pp. 46-66.

<sup>870</sup> Norton de Matos, «Como pretendi povoar Angola», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 100, Outubro de 1933, pp. 90-99. Ainda Vicente Ferreira, «A capital de Angola», *Ibidem*, n.º 100, Outubro de 1933, pp. 100-119; «Os engenheiros na colonização branca de Angola», *Ibidem*, Ano XVII, n.º 188, Fevereiro de 1941, pp. 5-41.

<sup>871</sup> A. W. Exel e M.A.F. L. S., «Missão botânica do dr. Carrisso a Angola» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIV, n.º 153, Março de 1938, pp. 3-24. Também, John Grossweiler, «O café em Angola», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 102, Dezembro de 1933, pp. 16-29.

<sup>872</sup> Carlos Estermann, «Notas etnográficas sobre os povos indígenas do distrito da Huíla», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XI, n.º 116, Fevereiro de 1935, pp. 41-71; «Contribuição dos missionários do Espírito Santo para a exploração científica do sul de Angola», *Ibidem, Boletim Geral...*, Ano XVII, n.º 196, Outubro de 1941, pp. 3-15.



Ásia. Teria sido aliás esta consequência na política internacional que levara o Governo do Estado Novo a fazer uma reforma do seu sistema imperial, procurando com uma nova terminologia fugir aos pressupostos normativos do direito internacional.

Angola nesta circunstância era considerada uma das «jóias» do regime e como prova disso o facto de o *Boletim* ter publicado, neste período de quinze anos, 59 artigos, da autoria de 33 personalidades, que se debruçaram sobre temática concentrada especialmente em quatro assuntos: «história da ocupação», 35 artigos; «ciência e cultura coloniais», 13 artigos; «recursos naturais», 6 artigos; «economia», 4 artigos; «vias de comunicação», 1 artigo. Desta forma, a «história da ocupação» que retratava muita da experiência do passado ensaiada na colónia, era a temática mais abrangedora a que correspondia uma percentagem de 59,3%. Os outros 40,7% equivaleriam a um investimento no presente feito essencialmente em duas áreas: «ciência e cultura coloniais», 22,03%; «economia», mais «recursos naturais» e «vias de comunicação», 18,67%. Estes dados eram bem reveladores do subaproveitamento que o regime do Estado Novo concedia à possessão com mais potencialidades do seu Império (**Ver Gráfico 15**). Dos artigos sobre «ciência» e «economia» que poderiam ajudar o fomento colonial nessa altura, destacaremos os seguintes: «ciência e cultura coloniais»: «Subsídios etnográficos para a história dos povos de Angola», de João Vicente Martins<sup>873</sup>; «A geologia geral dos sistemas antigos no noroeste de Angola (Congo Ocidental)», de P. de Vasconcelos<sup>874</sup>; «Crónicas Demográficas: População branca das províncias de Angola e Moçambique», de Nuno Alves Morgado<sup>875</sup>. Sobre os artigos de «Economia», salientaremos quatro: «Regime de concentração comercial em Angola», de Carlos Moura Carvalho<sup>876</sup>; «Feira das Indústrias portuguesas – Jornadas de Angola», de Salvador de Lucena<sup>877</sup>; «A economia de Angola vista através do relatório do seu banco de emissão», de Henrique Cabrita<sup>878</sup>; «Esboço

<sup>873</sup> João Vicente Martins, «Subsídios etnográficos para a história dos povos de Angola» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 296, Fevereiro de 1950, pp. 7-12.

<sup>874</sup> P. de Vasconcelos, «A geologia geral dos sistemas antigos no noroeste de Angola (Congo Ocidental)», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXVI, n.º 304, Outubro de 1950, pp. 7-20.

<sup>875</sup> Nuno Alves Morgado, «Crónicas demográficas – III- População branca das províncias de Angola e Moçambique», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXIV, n.º 402, Dezembro de 1958, pp. 247-254.

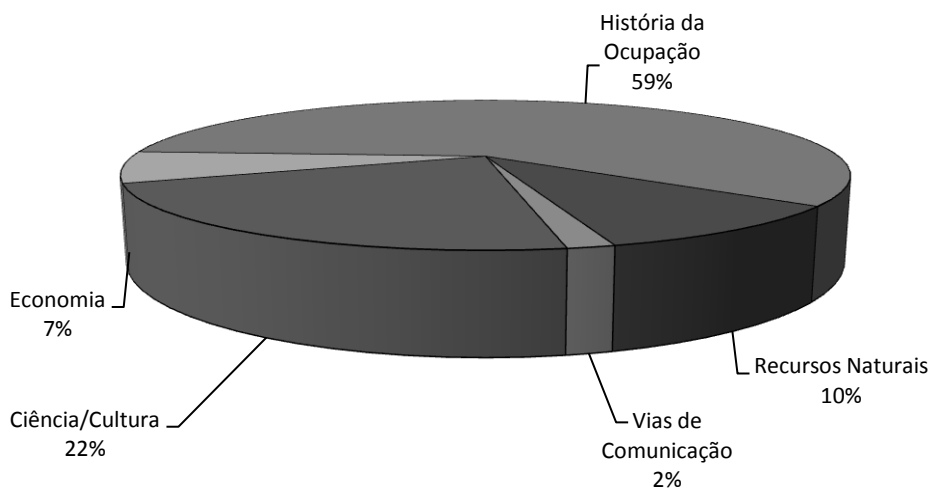
<sup>876</sup> Carlos Moura Carvalho, «Regime de concentração comercial em Angola», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXII, n.º 251, Maio de 1946, pp. 17-20.

<sup>877</sup> Salvador de Lucena, «Feira das indústrias portuguesas – Jornadas de Angola – Palestra proferida em 26 de Junho de 1951», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXVII, n.ºs 315/316, Setembro/Outubro de 1951, pp. 23-32.

<sup>878</sup> Henrique Cabrita, «A economia de Angola vista através do relatório do seu banco de emissão», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXVII, n.º 313, Julho de 1951, pp. 57-64.

económico de ocupação e rendimento de uma fazenda de caracul», de M. Santos Pereira<sup>879</sup>.

**Gráfico 15: Percentagem de temáticas sobre Angola no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* entre os anos de 1946 e 1961.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Dos 33 autores que escreveram sobre Angola, entre 1946 e 1961, os mais produtivos foram Alexandre Sarmiento, Manuel Júlio de Mendonça Torres e M. Santos Pereira, respectivamente com 9, 8 e 6 artigos. Num universo de 33 colaboradores, só estes três autores tinham escrito em quinze anos 23 artigos, que correspondiam a 69.5% da colaboração no periódico (**Ver Gráfico 16**). No caso dos artigos publicados por Manuel Júlio de Mendonça Torres, entre Abril de 1952 e Junho/Julho de 1954, tinham a ver com a colonização do sul de Angola, especialmente o artigo «A disseminação colonizadora no distrito de Moçâmedes e a formação dos seus aglomerados demográficos»<sup>880</sup>. Quanto a Alexandre Sarmiento<sup>881</sup>, colaborador da Junta das Missões Geográficas e de Investigação

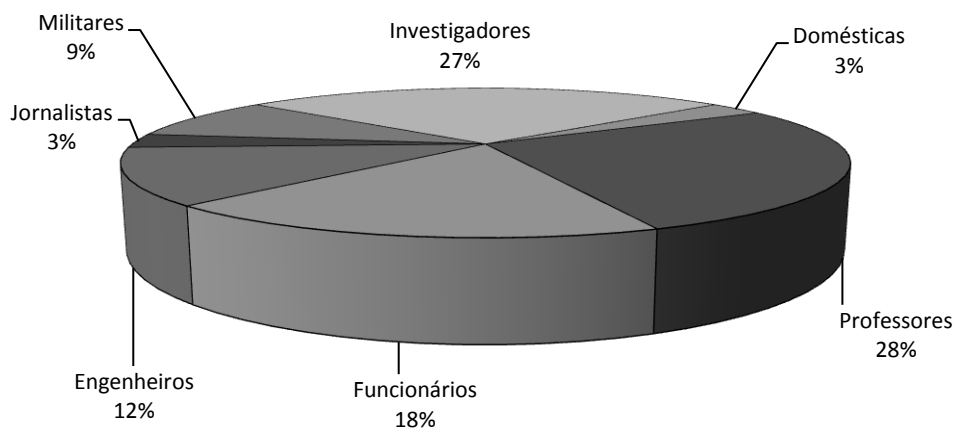
<sup>879</sup> M. Santos Pereira, «Esboço económico de ocupação e rendimento de uma fazenda de caracul», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXV, n.ºs 413/414, Novembro/Dezembro de 1959, pp. 341-354.

<sup>880</sup> Manuel Júlio de Mendonça Torres, «A disseminação colonizadora no distrito de Moçâmedes e a formação dos seus aglomerados demográficos» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, n.º 322, Abril de 1952, pp. 37-54.

<sup>881</sup> Alexandre Sarmiento, «Mortalidade infantil da população indígena da cidade de Nova Lisboa», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXVII, n.º 324, Junho de 1952, pp. 53-60; «Antropologia e acção médico-sanitária», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXII, n.º 367, Janeiro de 1956, pp. 159-166; «Notas sobre a mortalidade da população branca e mestiça de Angola», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXII, n.º 374, Agosto de 1956, pp. 63-74.

do Ultramar, nomeadamente do periódico dessa instituição *Garcia de Orta*, publicou no *Boletim* artigos ligados à demografia, nomeadamente a aspectos associados aos recursos naturais, condições sanitárias e de mortalidade: «Mortalidade infantil da população indígena da cidade de Nova Lisboa»; «Antropologia e acção médico-sanitária»; «Notas sobre a mortalidade da população branca e mestiça de Angola».

**Gráfico 16: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre Angola no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* entre os anos de 1946 e 1961.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Sobre M. Santos Pereira, veterinário, e director do posto zootécnico do Caracul, nas proximidades de Moçâmedes, editou entre Abril de 1959 e Dezembro de 1959, 6 artigos sobre o tratamento e o fomento deste tipo ovino produtor de lã. No respeitante a outros colaboradores, de salientar a participação de colonialistas e antigos ministros como Bacelar Bebiano, Marcello Caetano, Vasco Lopes Alves, com artigos genéricos de divulgação, nomeadamente no caso de Bebiano de um aspecto da «Siderurgia dos Indígenas»<sup>882</sup>. Elaboraram ainda artigos vários elementos do corpo docente de alguns liceus locais e da metrópole como A. Martins Afonso, Gastão de Sousa Dias, Manuel Viegas Guerreiro, Mário António da Cunha Mora e Olívio da Costa Carvalho.

<sup>882</sup> José Bacelar Bebiano, «Siderurgia dos indígenas de Angola», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXV, n.º 413/414, Novembro/Dezembro de 1959, pp. 261-298.

### Angola – 5.º Período – Estado Novo (Declínio) - 1962-1970

Neste período de oito anos, 11 autores publicaram apenas 19 artigos sobre a maior província da costa ocidental de África. O declinar da produtividade do *Boletim* acompanhava também o ocaso do regime do Estado Novo, a partir de alguns acontecimentos marcantes que eclodiram durante o ano de 1961, em duas das mais importantes parcelas ultramarinas: Angola e a Índia. A generalização da guerra às províncias da Guiné e de Moçambique levaria a que mais recursos humanos e materiais fossem mobilizados para uma frente de territórios que se alongava da costa Ocidental à Oriental, exigindo da Metrópole um redobrar de esforços no campo da logística e dos transportes. Em 1968, Oliveira Salazar foi obrigado, por um acidente, a renunciar, sendo substituído por Marcello Caetano que iniciaria um breve período de tímidas reformas, mantendo no entanto a guerra no Ultramar. A contestação a essa Guerra aumentaria nas Universidades, especialmente na Universidade de Coimbra, onde a crise académica de 1969 levaria à incorporação forçada de muitos estudantes e indirectamente à politização de muitos dos milicianos que partiriam entretanto para África.

O *Boletim Geral do Ultramar* reflectiria essa decadência gradual da sociedade portuguesa e das suas principais instituições políticas. O período de esplendor deste periódico já havia passado e cada vez mais rareavam os colaboradores e os artigos sobre ciência colonial. O *Boletim* deixara de se publicar pontualmente em cada mês, passando a haver números duplos, triplos e até sêxtuplos, como foi o caso do último número editado no primeiro semestre de 1970. Na produção de artigos de temática angolana esta reduzira-se drasticamente para 19 artigos de carácter científico, dado que muita da documentação editada se referia a discursos do Presidente do Conselho, dos ministros ou dos governantes coloniais. Deixaram de se editar números especiais sobre eventos, para se passar a publicar «relatórios» e descrições das visitas oficiais do Presidente da República e dos ministros do Ultramar. Dezanove (19) artigos em oito anos, a uma média de 2 artigos por ano, com apenas 11 autores a subscreverem essa colaboração, o que não chegaria a que cada autor assinasse mais de 2 artigos. No cômputo geral, a maior parte dos autores, 8, só se responsabilizaria por 1 artigo, metade da colaboração neste período, 2 autores, com 2 artigos, e apenas 1 autor era mais prolixo e editara 7 artigos, que era Carlos Alberto Garcia. Esse divulgador da história da ocupação de Angola que divulgou, entre Maio de 1966 e Junho de 1968, 7 artigos que tinham a ver com a literatura da expansão, com a ocupação de

Angola (do Congo ao Cunene)<sup>883</sup>. Com 2 artigos, 2 personalidades, António Burity da Silva e Rómulo de Figueiredo. O primeiro, que era funcionário do Centro de Informação e Turismo e escreveu sobre o turismo e a realidade socio-política de Angola<sup>884</sup>. Quanto aos artigos de Rómulo de Figueiredo, estes reportavam-se aos recursos piscícolas e ao seu aproveitamento económico<sup>885</sup>.

Dos restantes colaboradores, destacavam-se dois ministros do regime, Alberto Franco Nogueira e Joaquim Silva Cunha, que escreveram respectivamente sobre o «Centenário da Associação Comercial de Luanda»<sup>886</sup> e a «Portugalização de Angola»<sup>887</sup>. De referir que nesta última fase do *Boletim* se publicaram vários artigos sobre «cultura angolana», nomeadamente os seguintes: «Elementos para uma definição de cultura angolana»<sup>888</sup>; «Artes plásticas em Angola»<sup>889</sup>; «Aspectos da literatura, escrita e oral, angolana»<sup>890</sup>. Os autores destes artigos eram respectivamente Amândio César, Mário António e Ruy Burity da Silva. O primeiro nascera na Metrópole, os outros dois, em Angola. Ligados directa ou indirectamente a profissões onde poderiam exercer o múnus das letras, César, na Emissora Nacional, Mário António, na Fundação Gulbenkian e Burity da Silva, na Companhia de Diamantes de Angola, foram divulgadores da cultura ultramarina, chegando mesmo, no caso de Mário António, a defender uma tese de doutoramento na Universidade Nova de Lisboa sobre «A Formação da Literatura Angolana

<sup>883</sup> Carlos Alberto Garcia, «As viagens em África durante os séculos XVI e XVII e a literatura portuguesa da expansão» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLII, n.º 491, Maio de 1966, pp. 211-232; «O Cunene na história e na lenda», *Ibidem*, *Boletim* N.º 503, Maio de 1967, pp. 193-224; «Ainda as viagens de Diogo Cão», *Ibidem*, *Boletim* n.º 504, Junho de 1967, pp. 53-80; «Aspectos da penetração em Angola nos séculos XVII e XVIII», *Ibidem*, *Boletim* n.ºs 511/512, Janeiro/Fevereiro de 1968, pp. 35-54; «A acção dos portugueses no antigo reino do Congo», *Ibidem*, *Boletim* n.º 513, Março de 1968, pp. 3-30; «A acção dos portugueses no antigo reino do Congo (1432-1543)», *Ibidem*, *Boletim* n.º 515, Maio de 1968, pp. 11-36; «A acção dos portugueses no antigo reino...», *Ibidem*, *Boletim* n.º 516, Junho de 1968, pp. 77-90.

<sup>884</sup> António Burity da Silva, «A evolução da política social em Angola» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XL, n.ºs 467/468, Maio/Junho de 1964, pp. 97-112; «Angola e o Turismo: perspectivas e seus pólos de atracção» in *Boletim* N.º 508, Outubro de 1967, pp. 13-26.

<sup>885</sup> Rómulo de Figueiredo, «Análise do sector de pesca no Ultramar. Subsídios para o seu estudo. V – A pesca e indústrias derivadas em Angola» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII, n.º 504, Junho de 1967, pp. 81-116; «Análise do sector de pesca no Ultramar. Subsídios para o seu estudo. A pesca e indústrias derivadas...», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, n.ºs 505/506, Julho/Agosto de 1967, pp. 47-74; «O comércio externo de Angola», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, n.º 525, Março de 1969, pp. 3-16.

<sup>886</sup> Alberto Franco Nogueira, «Centenário da Associação Comercial de Luanda» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XL, n.º 471/472, Setembro/Outubro de 1964, pp. 23-56.

<sup>887</sup> J. M. da Silva Cunha, «Angola portuguesa», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XL, n.ºs 471/472, Setembro/Outubro de 1964, pp. 57-76.

<sup>888</sup> Amândio César, «Elementos para uma definição da cultura angolana», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XLI, n.º 477, Março de 1965, pp. 79-118.

<sup>889</sup> Mário António, «Artes plásticas em Angola», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXXIX, n.ºs 458/459/460, Agosto/Setembro/Outubro de 1963, pp. 189-192.

<sup>890</sup> Ruy Burity da Silva, «Aspectos da literatura, escrita e oral, angolana» *Ibidem*, in *Boletim Geral do...*, Ano XLV, n.º 527, Maio de 1969, pp. 27-34.

(1851-1950)», em 1985<sup>891</sup>.

### **Cabo Verde – 1.º Período – República - 1925-1926**

O periódico da Agência Geral das Colónias, neste período do final da República, apenas publicou 4 artigos, entre Setembro de 1925 e Janeiro de 1926, do coronel João de Almeida, director interino da Repartição de Obras Públicas, deste Arquipélago. Para além de militar, João de Almeida era também engenheiro civil, por uma Escola Superior de Paris. Assim, estes artigos sobre «o porto de S. Vicente» divulgados pelo periódico reflectiam a sua experiência como responsável por um departamento crucial no desenvolvimento das ligações entre as principais ilhas de Cabo Verde e entre este Arquipélago e a Metrópole/outras Colónias. Esta escassez de colaboração revelava uma grande lacuna de divulgadores e publicistas desta colónia entre a elite dirigente portuguesa. Mostrava ainda que, numa possessão comercialmente dependente do exterior, as estruturas portuárias seriam sempre importantes para quebrar a barreira de isolamento entre cada uma das dez ilhas do Arquipélago.

Demonstrava igualmente, como no período inicial republicano, de dez números editados pelo *Boletim*, em quatro deles (n.º s 3, 4, 6 e 7, respectivamente de Setembro, Outubro e Dezembro de 1925 e Janeiro de 1926), João de Almeida foi divulgando informações sobre a estrutura portuária da cidade do Mindelo<sup>892</sup>. O interesse desses estudos ficava a dever-se ao facto da importância estratégica desse porto cabo-verdiano, na rota dos navios que se deslocavam de e para o Atlântico Sul. A construção rápida de estruturas marítimo-portuárias como estas acabaria por se tornar uma boa fonte de rendimento para esta possessão.

### **Cabo Verde – 2.º Período – Ditadura Militar - 1926-1932**

Neste período, compreendido entre 1926 e 1932, foram publicados no *Boletim* 17 artigos, de 14 autores. Em Março de 1929, o periódico editou um número especial sobre

---

<sup>891</sup> Mário António Fernandes de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1985, 781 pp. Posteriormente foi feita uma edição comercial desta tese pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em 1997, com 405 pp.

<sup>892</sup> João de Almeida, «O Porto Grande de S. Vicente de Cabo Verde – Plano de melhoramentos para valorizar este porto e atrair a Cabo Verde a navegação de longo curso» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I e II, n.º 3, n.º 4, n.º 6, n.º 7, de Setembro, Outubro, Dezembro de 1925 e Janeiro de 1926, respectivamente pp. 78-115; pp. 74-130; pp. 158-178; pp. 124-148.

este arquipélago com a publicação de 10 artigos, deixando que nos restantes meses em que decorreu o Governo da Ditadura Militar apenas fossem publicados 7<sup>893</sup>. Dos artigos editados pelo periódico agora em análise, poderemos referir que os temas mais abordados tinham a ver com três pressupostos considerados importantes para o fomento do arquipélago nesta altura: «história»: 5; «ciência colonial»: 4; «recursos naturais»: 4. No reverso, as temáticas menos abordadas eram: «educação»: 2; «economia»: 1; «vias de comunicação»: 1 (**Ver Gráfico 17**). No que dizia respeito aos temas mais reproduzidos sobre Cabo Verde, poderemos constatar que sobre «história» os artigos publicados eram todos generalistas e referiam-se ao arquipélago ou em particular a uma ou outra ilha, como discriminaremos de seguida: «A colónia de Cabo Verde», de Alexandre Almeida<sup>894</sup>; «A Ilha Brava», de Eugénio Tavares<sup>895</sup>; «Breve Notícia sobre o fomento de Cabo Verde», de João Gomes da Fonseca<sup>896</sup>; «O Arquipélago de Cabo Verde», de José Lopes<sup>897</sup>; e «Cabo Verde», de Mimoso Moreira<sup>898</sup>. Quanto aos 4 artigos sobre «recursos naturais», as temáticas desenvolvidas eram: «Arborização das ilhas de Cabo Verde», de Guedes Vaz<sup>899</sup>; «Importância cultural do café nas ilhas de Cabo Verde», de Humberto Costa Santos<sup>900</sup>; «Alguns apontamentos sobre a produção do sal no arquipélago de Cabo Verde», de J. E. S.<sup>901</sup>; «Notas para o estudo da fauna fóssil do arquipélago de Cabo Verde», de A. Sousa Tavares<sup>902</sup>.

<sup>893</sup> Vide «Número especial sobre Cabo Verde» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, Março de 1929, n.º 45, 302 pp.

<sup>894</sup> Alexandre Almeida, «A colónia de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 45, Março de 1929, pp. 67-103; Guedes Vaz, «Arborização das ilhas de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, n.º 45, pp. 14-52.

<sup>895</sup> Eugénio Tavares, «A Ilha Brava», *Ibidem, Boletim* n.º 45, Março de 1929, pp. 215-220.

<sup>896</sup> João Gomes da Fonseca, «Breve notícia sobre o fomento de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim* n.º 45, Março de 1929, pp. 104-135.

<sup>897</sup> José Lopes, «Arquipélago de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim* n.º 45, Março de 1929, pp. 201-214.

<sup>898</sup> Mimoso Moreira, «Cabo Verde», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 21, Março de 1927, pp. 44-59. 45, Março de 1929, pp. 14-52.

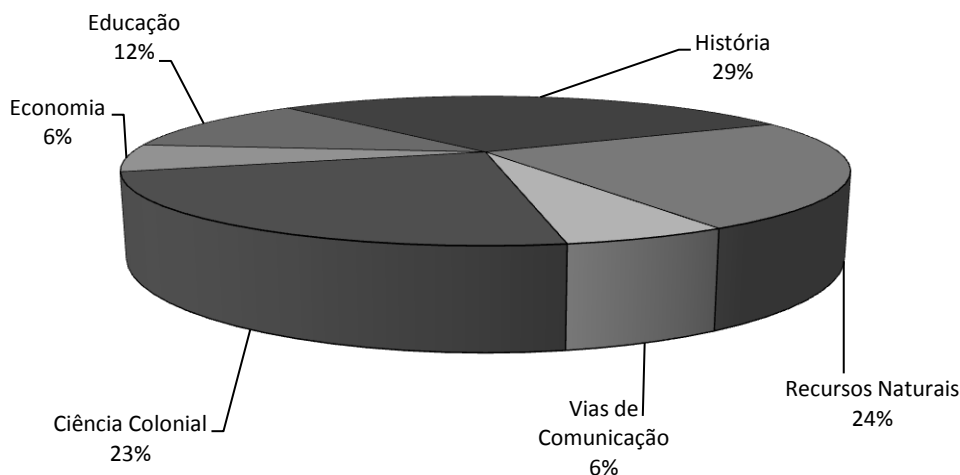
<sup>899</sup> Guedes Vaz, «Arborização das ilhas de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 45, Março de 1929, pp. 14-52.

<sup>900</sup> Humberto Lisboa da Costa Santos, «Importância cultural do café nas ilhas de Cabo Verde» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 51, Setembro de 1929, pp. 50-66.

<sup>901</sup> J. E. S., «Alguns apontamentos sobre a produção do sal no arquipélago de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 25, Julho de 1927, pp. 83-89.

<sup>902</sup> A. Sousa Tavares, «Notas para o estudo da fauna fóssil do arquipélago de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 25, Julho de 1927, pp. 77-82.

**Gráfico 17: Percentagem de temáticas sobre Cabo Verde no *Boletim da Agência Geral das Colónias* entre os anos de 1926 e 1932.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Uma outra área que levou os investigadores pelas ilhas atlânticas a publicar no periódico da Agência foi a da «ciência colonial», da qual salientaremos os seguintes artigos: «Trabalhos da Missão Geológica de Cabo Verde», de H. Baeta Neves<sup>903</sup>; «Missão Geológica de Cabo Verde»; «A situação científica do arquipélago de Cabo Verde – O vulcão do Fogo. Uma das maiores belezas geológicas do Mundo» e «Alguns trechos do Relatório sobre o reconhecimento geológico da ilha de Maio, arquipélago de Cabo Verde», de J. Bacelar Bebiano<sup>904</sup>. No respeitante aos temas menos abordados neste período, poderemos referenciar três temas: «educação» com 2 artigos: «A Instrução Pública em Cabo Verde», de Adriano Duarte Silva e «O Seminário Liceu da Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde», de José dos Reis Borges<sup>905</sup>; «economia», com 1 artigo: «Alguns aspectos económicos do arquipélago de Cabo Verde», de J. Bacelar Bebiano<sup>906</sup>; «Vias de Comunicação», com 1 artigo: «A Ilha de S. Vicente de Cabo Verde e o seu Porto Grande»,

<sup>903</sup> H. Baeta Neves, «Trabalhos da Missão Geológica de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 45, Março de 1929, pp. 53-66.

<sup>904</sup> José Bacelar Bebiano, «Missão Geológica de Cabo Verde» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 25, Julho de 1927, pp. 39-76; «A situação científica do arquipélago de Cabo Verde – O vulcão do Fogo. Uma das maiores belezas geológicas do Mundo», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 45, Março de 1929, pp. 3-13; «Alguns trechos do Relatório sobre o reconhecimento geológico da ilha de Maio, arquipélago de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VIII, n.º 80, Fevereiro de 1932, pp. 3-33.

<sup>905</sup> José dos Reis Borges, «O Seminário Liceu da Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 45, Março de 1929, pp. 196-200.

<sup>906</sup> José Bacelar Bebiano, «Alguns aspectos económicos do arquipélago de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VIII, n.º 82, Abril de 1932, pp. 3-20.



de Alberto Atílio Leite<sup>907</sup>.

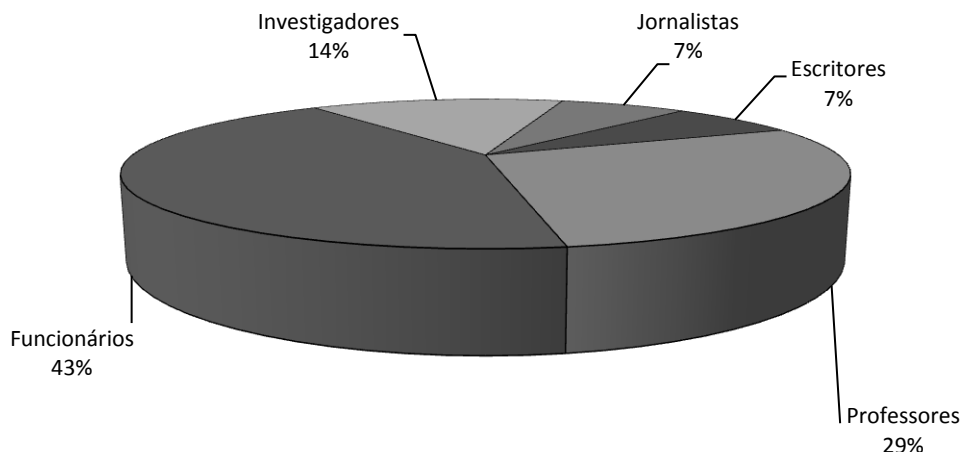
Quanto aos 14 autores que colaboraram neste período no *Boletim*, deveremos destacar um conjunto de investigadores, nos quais se integrava o engenheiro José Bacelar Bebiano, o mais produtivo dos colaboradores, pois publicou 4 artigos relacionados com a sua especialidade académica, a caracterização e o reconhecimento geológico do Arquipélago. Dava-se também a coincidência de ser ministro das Colónias, quando foi editado o número especial sobre Cabo Verde, onde aliás contribuiria com um artigo sobre o «Vulcão do Fogo». Dos outros autores, que num período de seis anos apenas tinham assinado um único artigo, deveremos salientar alguns nomes pela importância do seu currículo ou pelo afecto que devotavam a esta parcela insular de Portugal no Atlântico. Dos colaboradores oficiais, para além do ministro Bebiano, devemos acrescentar o nome do governador desta Colónia coronel Guedes Vaz, que escreveu um artigo sobre uma das carências e «grande mal» das ilhas que era a falta de árvores, ocasionada pela escassez de chuva. De relevar ainda a presença de quatro professores liceais, Adriano Duarte Silva, Alberto Atílio Leite, José dos Reis Borges e José Lopes, que escreveram respectivamente sobre «Instrução Pública», «O Porto Grande de S. Vicente», «O Seminário-Liceu da Ilha de S. Nicolau» e o «Arquipélago de Cabo Verde». Pelo afecto que devotava à ilha Brava, devemos referir o nome do publicista e escritor de mornas, Eugénio Tavares, que escreveu 1 artigo sobre essa ilha donde era natural<sup>908</sup> (**Ver Gráfico 18**).

---

<sup>907</sup> Alberto Atílio Leite, «A Ilha de S. Vicente de Cabo Verde e o seu Porto Grande», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 45, Março de 1929, pp. 136-171.

<sup>908</sup> Eugénio Tavares, «A Ilha Brava», *op. cit.*, p. 220.

**Gráfico 18: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre Cabo Verde no *Boletim da Agência Geral das Colónias* entre os anos de 1926 e 1932.**



**Fonte:** Elaboração própria.

### **Cabo Verde – 3.º Período – Estado Novo (Implantação) - 1932-1945**

No período compreendido entre 1932 e 1945, o *Boletim* publicara 10 artigos, de 7 autores, sobre o arquipélago de Cabo Verde. Num período de treze anos, apenas se editaram 10 artigos sobre esta parcela insular, o que revelava a pouca importância que a mesma tinha para Portugal, numa altura em que o novo regime se concentrava em reforçar as rédeas do poder e a Europa se preparava para a guerra. Embora houvesse pouca informação científica divulgada sobre Cabo Verde no periódico, os 10 artigos que inventariámos sobre este período revelavam duas preocupações por parte dos autores que os escreveram: «ciência colonial» e «economia». No caso da temática da «ciência colonial», os 3 artigos editados versavam os aspectos: «vulcanologia» («Um vulcão», de Afonso Vasconcelos<sup>909</sup>) e «antropologia» («Antropologia de Cabo Verde» e «Das mutilações étnicas dos naturais de Cabo Verde», de António de Almeida<sup>910</sup>). Os restantes 7 artigos deste período tinham a ver com a temática «económica» e debruçavam-se sobre

<sup>909</sup> Afonso Brandão de Mendonça e Vasconcelos – «Um Vulcão» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, n.º 136, Outubro de 1936, pp. 20-26.

<sup>910</sup> António de Almeida, «Das mutilações étnicas dos naturais de Cabo Verde» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 193, Julho de 1941, pp. 7-19.

vários problemas, nomeadamente os seguintes: «Possibilidades económicas de Cabo Verde em relação ao golfo da Guiné e territórios franceses e ingleses da costa de África», de Álvaro Lerenó<sup>911</sup>; «O desenvolvimento da riqueza do arquipélago de Cabo Verde», de Ezequiel de Campos<sup>912</sup>; «A colónia de Cabo Verde e a crise», de J. Bacelar Bebianó<sup>913</sup>; «Apontamentos para o estudo do valor comercial das frutas de Cabo Verde», de José Freire de Andrade<sup>914</sup>; «Os regimes pautais de Cabo Verde e a sua influência na nacionalização do comércio», de Virgílio Cardoso Malheiro<sup>915</sup>.

Relativamente, aos autores que colaboram neste período, deveremos salientar em primeiro lugar aqueles que publicaram mais de um artigo e que neste caso eram apenas dois: António de Almeida e José Freire de Andrade. No que dizia respeito a António de Almeida, nascido em 1900, era professor na Escola Superior Colonial e era membro da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, tendo iniciado, a partir de 1934, em Angola, missões antropológicas e arqueológicas a todas as colónias do Império (Cabo Verde-1962; Guiné-1959/1962; S. Tomé e Príncipe – 1954; Índia – 1960/1961; Macau-1966; Timor-1953/1954/1957/1963/1964/1966/1968/1969/1974/1975). Por esta última colónia fora mesmo deputado à Assembleia Nacional. Sendo a Antropologia a sua especialidade, de realçar o artigo que publicara neste período, sobre as «mutilações étnicas» das populações nascidas neste Arquipélago. No caso dos 3 artigos do engenheiro José Freire de Andrade sobre «o valor das frutas de Cabo Verde», esta colaboração resultou de uma incumbência feita, em 1938, pelo ministro Vieira Machado, para que se estudasse o «valor comercial» da laranja em Cabo Verde e Angola, tendo dessa visita resultado um relatório, que três anos depois seria publicado no *Boletim*. De notar ainda a colaboração de Ezequiel de Campos, um antigo ministro republicano (ministro da Agricultura, do Governo de Domingues dos Santos, entre 1924-1925) e fundador do grupo

<sup>911</sup> Álvaro Lerenó, «Possibilidades económicas de Cabo Verde em relação ao golfo da Guiné e territórios franceses e ingleses da costa de África», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXI, n.º 239, Maio de 1945, pp. 186-202.

<sup>912</sup> Ezequiel de Campos, «O desenvolvimento da riqueza do arquipélago de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXI, n.º 236, Fevereiro de 1945, pp. 97-109.

<sup>913</sup> José Bacelar Bebianó, «A colónia de Cabo Verde e a crise», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 95, Maio de 1933, pp. 31-44.

<sup>914</sup> José Freire de Andrade, «Apontamentos para o estudo do valor comercial das frutas de Cabo Verde», *Ibidem, Boletim das...*, Ano XVI, n.º 186, Dezembro de 1940, pp. 10-77; «Apontamentos para o estudo do valor comercial...», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XVII, n.º 190, Abril de 1941, pp. 46-83; «Apontamentos para o estudo do valor comercial...», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XVII, n.ºs 194/195, de Agosto/Setembro de 1941.

<sup>915</sup> Virgílio Cardoso Malheiro, «Os regimes pautais de Cabo Verde e a sua influência na nacionalização do comércio» in *Boletim Geral das...*, n.º 227, Maio de 1944, pp. 24-77.

doutrinário e crítico *Seara Nova*, que escreveu sobre o fomento das riquezas endógenas de Cabo Verde<sup>916</sup>.

#### **Cabo Verde – 4.º Período – Estado Novo (Adaptação) - 1946-1961**

Neste período, compreendido entre os anos de 1946 e 1961, o *Boletim* publicou 13 artigos sobre a colónia de Cabo Verde, da responsabilidade de 11 personalidades ligadas aos serviços oficiais daquela parcela. No que concerne aos artigos então divulgados, verificámos que 7 diziam respeito a questões relacionadas com as «ciências coloniais», 3 com a «história», 2 com os «recursos naturais» e 1 com as «vias de comunicação». Entre as questões científicas mais analisadas sobre o Arquipélago, de referir as seguintes: «flora medicinal»; «literatura e folclore»; «brigadas veterinárias»; «situação demográfica». No preâmbulo do relatório da «brigada veterinária» elaborado pelos dr.s João Palmeiro e Ruy Teixeira Diniz reproduzido no *Boletim* n.º 273, de Março de 1948, se constatava que a situação sócio-económica de Cabo Verde não era brilhante, neste período do pós Segunda Guerra Mundial<sup>917</sup>. Quanto aos artigos que se reportavam à «história» desta colónia insular, de salientar que os 3 artigos publicados estavam associados aos primeiros tempos, sendo um de Frazão de Vasconcelos sobre «Diogo Gomes» a quem se atribui a descoberta das ilhas em 1456<sup>918</sup>, outro sobre a descoberta em si, da qual o autor Monteiro Júnior considerava ainda «um problema»<sup>919</sup> e, um terceiro, do comandante Marques Esparteiro sobre o bergantim luso *Providence* que em 8 de Agosto de 1821 nos mares de Cabo Verde, a caminho do Brasil, foi atacado por dois corsários americanos<sup>920</sup>. Sobre «recursos naturais» foram divulgados 2 trabalhos sobre o papel do botânico Avelar Brotero na «arborização de Cabo Verde»<sup>921</sup> e sobre a «indústria salineira» no mesmo Arquipélago<sup>922</sup>.

<sup>916</sup> Ezequiel de Campos, «O desenvolvimento da riqueza do arquipélago de Cabo Verde» in *Boletim Geral das...*, n.º 236, Fevereiro de 1945, pp. 97-109.

<sup>917</sup> João Maria Palmeiro e Ruy Ernesto Vilela Teixeira Dinis, «Colónia de Cabo Verde – Relatório da brigada veterinária- Palavras Prévias» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIV, n.º 273, Março de 1948, pp. 3-30, especialmente pp. 3-4.

<sup>918</sup> Frazão de Vasconcelos, «Diogo Gomes», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXII, n.º 370, Abril de 1956, pp. 65-74.

<sup>919</sup> Júlio Monteiro Júnior, «A descoberta das ilhas de Cabo Verde é ainda um problema» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIII, n.º 261, Março de 1947, pp. 30-44.

<sup>920</sup> António Marques Esparteiro, «Um bergantim português derrota dois corsários (1821)», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXV, n.ºs 411/412, Setembro/Outubro de 1959, pp. 127-132.

<sup>921</sup> Américo Pires de Lima, «Brotero e a arborização de Cabo Verde», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII, n.º 256, Outubro de 1946, pp. 58-76.

<sup>922</sup> Manuel Coelho Pereira Serra, «A indústria salineira em Cabo Verde», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano XXIV, n.º 276, Junho de 1948, pp. 22-32.

Apenas 1 artigo se centrava nas «vias de comunicação» e como se tratava de um meio insular, não havendo possibilidades de incrementar outras vias mais terrestres como os caminhos-de-ferro, as preocupações continuaram a ser as infra-estruturas portuárias, especialmente as do porto de S.Vicente<sup>923</sup>.

Para esta colaboração escassa no *Boletim* nos quinze anos de consolidação do Estado Novo, apenas haviam colaborado 11 autores, número manifestamente pequeno para uma realidade tão vasta e dispersa como era Cabo Verde. Mas não sendo uma colónia de ocupação e não sendo também rica em recursos agrícolas e minerais fizera com que as autoridades e a elite de intelectuais pouco se interessassem por esta realidade. Do leque de personalidades que escreveram sobre o Arquipélago nesta altura, devemos realçar os nomes de Alexandre Sarmiento, Américo Pires de Lima, António Marques Esparteiro, Frazão de Vasconcelos. Deste conjunto de colaboradores, 6 eram funcionários civis: Alexandre Sarmiento, Frazão de Vasconcelos, Henrique Travassos Valdez, Júlio Monteiro Júnior, Manuel Coelho Pereira Serra, Nuno Alves Morgado; 3 médicos e médicos veterinários: Américo Pires de Lima, António da Silva Santos, João Maria Palmeiro; 1 oficial da Armada: António Marques Esparteiro; e 1 que não indicava profissão: Clarice Silva Monteiro. Todos estes autores escreveram 1 artigo e apenas João Maria Palmeiro, em colaboração com Ruy Ernesto Vilela Teixeira Diniz, escreveu, entre Março e Maio de 1948, 3 artigos sobre a «brigada veterinária» que se deslocara à colónia de Cabo Verde para fazer um levantamento sobre a sanidade animal naquele Arquipélago<sup>924</sup>.

### **Cabo Verde – 5.º Período – Estado Novo (Declínio) - 1962-1970**

Neste período de vigência do *Boletim Geral do Ultramar* não foram publicados artigos sobre este Arquipélago.

<sup>923</sup> Henrique Lapa Travassos Valdez, «O Porto Grande de S. Vicente», *Ibidem, Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIV, n.º 394, Abril de 1958, pp. 99-112.

<sup>924</sup> João Maria Palmeiro e Ruy Ernesto Vilela Teixeira Diniz, «Colónia de Cabo Verde – Relatório da brigada veterinária» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIV, n.º 273, Março de 1948, pp. 3-30; «Colónia de Cabo Verde – Relatório da...» *Ibidem, Boletim* n.º 274, Abril de 1948, pp. 3-21; «Colónia de Cabo Verde – Relatório da ...» *Ibidem, Boletim* n.º 275, Maio de 1948, pp. 44-73.

## Guiné – 1.º Período – República - 1925-1926

Entre Julho de 1925 e Maio de 1926, o *Boletim* divulgou 5 artigos, de 4 autores sobre esta colónia. O conteúdo destes estudos repartia-se essencialmente por duas temáticas: «ciências coloniais», com 3 artigos, e «recursos naturais e tecnológicos», com 2. Deste modo, no referente à primeira temática este periódico divulgava aspectos relacionados com uma «missão» veterinária àquela possessão africana, no ano de 1923, e ainda com a doença do sono, flagelo sanitário que afectava pessoas e animais e que era importante combater para aumentar a qualidade do povoamento humano naquelas paragens, de acordo aliás com as medidas tomadas por uma conferência internacional realizada em Maio de 1926<sup>925</sup>. Perseguindo esse desiderato do fomento de uma colonização favorável à fixação de europeus, os outros 2 artigos baseavam-se nos recursos locais a desenvolver, nomeadamente na agricultura e no plantio da palmeira-do-azeite.

Quanto aos colaboradores do periódico, de destacar 4 personalidades ligadas à ciência colonial: 2 engenheiros agrónomos e 2 médicos. No caso dos primeiros, de referir que Armando Cortesão e Mário Godinho, embora especializados em Agronomia tinham motivações diferentes, pois Cortesão interessava-se mais por plantas economicamente produtivas como as oleaginosas e o cacaueteiro de S. Tomé e Príncipe<sup>926</sup>, enquanto Godinho aprofundara os seus conhecimentos em lavoura mecânica, tema aliás do seu artigo<sup>927</sup>. Relativamente aos médicos, A. Monteiro da Costa era professor de Medicina Veterinária e integrou uma embaixada científica à Guiné em 1923, da qual resultaria um relatório que foi posteriormente publicado em 2 artigos nos *Boletins* n.ºs 6 e 7, de Dezembro de 1925 e Janeiro de 1926<sup>928</sup>. Já Sant'Ana Barreto foi médico na Guiné e procedeu ao tratamento de um metropolitano que em Bolama contraíra a doença do sono. Não sendo a Guiné uma região endémica, Barreto concluía, no seu escrito, que o contacto marítimo dessa colónia com outras regiões endémicas dessa região de África (costa do Ouro e Libéria) poderia levar a um contágio com as tripanosomíases, mas também com outras doenças tropicais

<sup>925</sup> J. Sant'Ana Barreto, «Doença do Sono da Guiné Portuguesa» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, n.º 11, Maio de 1926, pp. 60-65, especialmente p. 60.

<sup>926</sup> Armando Zuzarte Cortesão, «Notas sobre a palmeira-do-azeite na Guiné Portuguesa», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 2, Agosto de 1925, pp. 93-122.

<sup>927</sup> Mário Godinho, «A lavoura mecânica da Guiné Portuguesa» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, n.º 4, Outubro de 1925, pp. 144-170.

<sup>928</sup> A. Monteiro da Costa, «Relatório duma missão médico-veterinária à Guiné, em 1923», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 6, Dezembro de 1925, pp. 115-138; *Idem*, «Relatório duma missão...(conclusão)», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral...*, Ano II, n.º 7, Janeiro de 1926, pp. 98-123. Mário Godinho, «A lavoura mecânica da Guiné Portuguesa» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, n.º 4, Outubro de 1925, pp. 144-170.

como a febre- amarela<sup>929</sup>.

### Guiné – 2.º Período – Ditadura Militar - 1926-1932

Neste período, entre Junho de 1926 e Junho de 1932, em que decorreu o regime da Ditadura Militar, o *Boletim* publicou 16 artigos, de 10 autores sobre a Guiné. Muitos destes escritos resultavam do periódico ter publicado um número especial sobre esta colónia, o n.º 44, de Fevereiro de 1929<sup>930</sup>, onde se inseriam 9 artigos, mais de metade da colaboração editada em seis anos de vigência do regime que antecedeu o Estado Novo. Entre os assuntos mais divulgados durante esse ciclo de transição, deveremos salientar 5 artigos sobre «história» e cinco sobre «recursos naturais», 3 sobre «economia», 2 sobre «ciência colonial» e 1 sobre «política administrativa». No campo da «história» será interessante referir algumas abordagens sobre o passado desta possessão, nomeadamente as seguintes: «Da influência exercida nos povos da Guiné pelas principais culturas que em épocas pré-históricas penetraram no continente africano», de António Pereira Cardoso<sup>931</sup>; «Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e Cabo Verde», de Armando Cortesão<sup>932</sup>; «A Guiné e os preceitos da colonização científica», de Leite de Magalhães<sup>933</sup>. Estes 3 títulos mostravam como se poderia abordar a história da colónia através de três momentos decisivamente marcados no tempo: a influência das culturas africanas primitivas antes da chegada dos europeus; a descrição da descoberta da região do golfo da Guiné pelos portugueses no período inicial da Época Moderna; a ocupação e o desenvolvimento desta parcela pelos métodos científicos da actualidade contemporânea.

De acentuar que os autores destas caracterizações sobre épocas tão diferenciadas tinham formações académicas diversificadas e alguns até desempenhavam cargos relacionados com a administração desta colónia. Assim, enquanto o major Leite de

<sup>929</sup> J. Sant'Ana Barreto baseia-se nesta informação sobre a febre-amarela no *Bulletin de la Société de Pathologie Exotique*, de Novembro de 1925. Também, «Doença do Sono da Guiné ...», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, n.º 11, de Maio de 1926, p. 64.

<sup>930</sup> Vide «Número especial sobre a Guiné» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, Fevereiro de 1929, n.º 44, 307 pp.

<sup>931</sup> António Pereira Cardoso, «Da influência exercida nos povos da Guiné pelas principais culturas que em épocas pré-históricas penetraram no continente africano» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 44, Fevereiro de 1929, pp. 150-161.

<sup>932</sup> Armando Cortesão, «Guiné», *Idem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 21, Março de 1927, pp. 60-75; «A Guiné como colónia de comércio e de plantação», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, n.º 37, Julho de 1928, pp. 3-78; «Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e Cabo Verde», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, n.º 76, Outubro de 1931, pp. 3-39.

<sup>933</sup> A. Leite de Magalhães «A Guiné» in *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 44, Fevereiro de 1929, pp. 3-19; «A Guiné e os preceitos da colonização científica» in *Boletim Geral das...*, n.º 85, Julho de 1932, pp. 13-34.

Magalhães desempenhava o cargo de governador e Armando Cortesão o de Agente Geral das Colónias, já António Pereira Cardoso era um investigador que pertencia à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, facto importante para os estudos científicos desse período. No caso dos artigos relacionados com os «recursos naturais», poderemos constatar que os principais recursos na altura se reportavam à «flora da Guiné portuguesa», de António Gomes e Sousa (4 artigos)<sup>934</sup>, e aos «aspectos pecuários da Guiné portuguesa», de A. Rodrigues de Moraes (1 artigo)<sup>935</sup>. De realçar ainda 3 artigos sobre a economia desta parcela lusa da África Ocidental: «a Guiné Portuguesa sob o ponto de vista político e económico», de Alexandre dos Prazeres Rodrigues<sup>936</sup>; «a Guiné como colónia de comércio e plantação», de Armando Cortesão<sup>937</sup>; e «notas sobre o movimento comercial», de Caetano de Sá<sup>938</sup>. Como se depreendia em termos de factor produtivo, a Guiné era na expressão de Cortesão uma colónia de «comércio e plantação», pois possuía recursos locais, agrícolas, silvícolas e pecuários, que poderiam constituir uma boa fonte de troca com outras regiões limítrofes ou com a própria metrópole, no caso das matérias-primas oleaginosas como o amendoim, o coconote e a amêndoa e o óleo de palma. Em relação à produtividade das colónias do Senegal e da Gâmbia, um dos responsáveis pela Administração Civil local, Prazeres Rodrigues, reconhecia mesmo que não seria possível qualquer identificação ou comparação, pois não se poderia pedir o mesmo da Guiné portuguesa havia pouco tempo saída da fase da ocupação e pacificação, em contraste com essas possessões que «há longos anos se vêm dedicando à valorização dos seus terrenos»<sup>939</sup>.

No respeitante às «ciências coloniais», verificamos que os 2 artigos que o *Boletim* publicou sobre a Guiné se referiam à «entomologia» e à «nosologia», procurando-se no primeiro caso, num artigo do director do laboratório do hospital de Bolama, Sant'Ana

<sup>934</sup> António de Figueiredo Gomes e Sousa «Notas sobre a flora da Guiné Portuguesa» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 44, Fevereiro de 1929, pp. 99-139; «Subsídios para o conhecimento da flora da Guiné Portuguesa», *Ibidem*, *Boletim* n.º 59, Maio de 1930, pp. 26-56; *Idem*, «Subsídios para o conhecimento da flora da...», *Ibidem*, *Boletim* n.º 60, Junho de 1930, pp. 44-86; *Idem*, «Subsídios para o conhecimento da flora da...», *Ibidem*, *Boletim* n.º 61, Julho de 1930, pp. 51-85.

<sup>935</sup> A. Rodrigues de Moraes, «Aspectos Pecuários da Guiné Portuguesa», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 44, Fevereiro de 1929, pp. 140-149.

<sup>936</sup> Alexandre dos Prazeres Rodrigues, «A Guiné Portuguesa sob o ponto de vista político e económico», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 44, Fevereiro de 1929, pp. 20-32.

<sup>937</sup> Armando Cortesão, «A Guiné como colónia de comércio e de plantação», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, n.º 37, Julho de 1928, pp. 3-78.

<sup>938</sup> Caetano de Sá, «Notas sobre o movimento comercial», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 44, Fevereiro de 1929, pp. 33-56.

<sup>939</sup> Alexandre dos Prazeres Rodrigues, «A Guiné Portuguesa sob o Ponto de Vista Político e Económico», *Ibidem*, *Boletim* n.º 44, Fevereiro de 1929, pp. 20-32, especialmente p. 24.



Barreto, identificar os «principais insectos hematófagos da Guiné Portuguesa»<sup>940</sup>, enquanto, no segundo, o médico J. V. Pinto fazia referência a «algumas notas sobre a nosologia da Guiné»<sup>941</sup>, descrevendo as principais doenças desta colónia, a partir duma experiência clínica que já vinha do ano de 1917. A Guiné, segundo este clínico, era considerada a «pior das colónias, relativamente à salubridade», pelo facto de ter a forma mais perniciosa e «hemoglobínica» das sezões<sup>942</sup>. Por último, o responsável pelos Negócios Indígenas, José Peixoto Ponces de Carvalho, publicava 1 artigo sobre estes serviços dirigidos às populações autóctones<sup>943</sup>, analisando em trinta e uma páginas alguns aspectos relacionados com esta questão, como a «demografia», o «trabalho indígena», a «assistência», a «justiça», concluindo e, parafraseando o colonialista francês Meynier, que «a condição essencial do progresso das possessões africanas» dependeria do poder político desempenhado em «toda a sua plenitude»<sup>944</sup>.

Dos 10 autores que colaboraram com o periódico, entre os anos de 1926 e 1932, com artigos sobre a Guiné, deveremos salientar um conjunto de individualidades da mais diversificada formação académica, embora com um elo aglutinador comum, todos eles, à excepção de António Pereira Cardoso, eram funcionários coloniais com funções no território agora em análise. Apenas Armando Cortesão, como funcionário superior do ministério das Colónias residia na Metrópole. Também, à excepção de Leite de Magalhães, militar de carreira, todos os outros eram civis e exerciam as mais variadas profissões nesta parcela do golfo da Guiné. Deste modo, poderemos enunciar alguns dos cargos desempenhados pelos colaboradores do *Boletim*, nesse período: major A. Leite de Magalhães, governador da Guiné; A. Rodrigues de Moraes, veterinário; Alexandre dos Prazeres Rodrigues, sub-director dos serviços de Administração Civil; António de Figueiredo Gomes e Sousa, engenheiro agrónomo; Armando Cortesão, engenheiro agrónomo, Agente Geral das Colónias; Caetano de Sá, chefe de Repartição dos Serviços Aduaneiros; J. V. Pinto, médico; J. V. Sant' Ana Barreto, médico e director do Laboratório do Hospital de Bolama; José Peixoto Ponces de Carvalho, director dos Serviços dos Negócios Indígenas. O único colaborador que não era funcionário neste leque de

<sup>940</sup> V. Sant'Ana Barreto, «Principais insectos hematófagos da Guiné Portuguesa» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 44, Fevereiro de 1929, pp. 194-207.

<sup>941</sup> J. V. Pinto, «Algumas notas sobre a nosologia da Guiné», *Ibidem*, pp. 57-98.

<sup>942</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 58.

<sup>943</sup> José Peixoto Ponces de Carvalho, *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 44, Fevereiro de 1929, pp. 162-193, especialmente p. 192.

<sup>944</sup> Vide coronel Meynier, no livro *L' Afrique Noire*, citado por José Peixoto Ponces de Carvalho, *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 44, Fevereiro de 1929, pp. 162-193, especialmente p. 192.

publicistas sobre a Guiné era António Pereira Cardoso, elemento que pertencia a várias instituições científicas da Metrópole, nomeadamente ao Instituto Histórico do Minho, à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e à Associação dos Jornalistas e Homens de Letras. De entre todos, o mais produtivo foi o engenheiro agrónomo António de Figueiredo Gomes e Sousa que no período compreendido, entre Fevereiro de 1929 e Julho de 1930, intercaladamente nos n.ºs 44, 59, 60 e 61, publicara «notas» e «subsídios» sobre a «flora» da Guiné, informação que, embora tardia, era essencial para o conhecimento e desenvolvimento daquela parcela portuguesa da África Ocidental.

### **Guiné – 3.º Período – Estado Novo (Implantação) - 1932-1945**

Durante os anos de 1932 a 1945, o *Boletim* publicou sobre a Guiné 12 artigos, de 8 autores sobre três temáticas: «ciências coloniais» (4 artigos); «economia» (4 artigos); «história» (3 artigos); «vias de comunicação» (1 artigo). No respeitante ao primeiro pressuposto, será interessante referir que a colaboração sobre o conhecimento científico da colónia tinha a ver com assuntos ligados à componente física e aos costumes da população e ainda a algumas doenças que aconteciam aos animais que eram criados em cativeiro. No caso da antropologia física, de realçar um estudo de um professor da Faculdade de Medicina do Porto, Luiz de Pina, feito quando da realização da I Exposição Colonial do Porto, em 1934<sup>945</sup>. Esse estudo sobre as «figuras papilares da região plantar» foi feito em 263 negros (55 da Guiné, 63 de Angola, e 145 de Moçambique) e foi efectuado para contrariar as investigações feitas pelo italiano Arturo Sabatini<sup>946</sup>, que afirmavam que «as populações mais evoluídas apresentavam as figuras tácteis mais completas, mais complexas e mais numerosas na região metatarso-falangea»<sup>947</sup>. Ainda sobre as «ciências coloniais», de destacar 2 artigos publicados nos *Boletins* n.ºs 166 e 167, de Abril e Maio de 1939, do antropólogo e professor da Escola Superior Colonial, António de Almeida, sobre

<sup>945</sup> Luiz de Pina, «Figuras papilares da região plantar em negros da Guiné, Angola e Moçambique» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XV, Março de 1939, n.º 165, pp. 14-33, especialmente p. 32.

<sup>946</sup> Arturo Sabatini, «I rilievi cutanei della regione plantare» in *Rivista di Antropologia*, Roma, XXIX, 1931.

<sup>947</sup> Arturo Sabatini citado por Luiz de Pina, «Figuras papilares da região plantar em negros da Guiné, Angola e Moçambique» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XV, Março de 1939, n.º 165, p. 32. António de Almeida, «Sobre a etnoeconomia da Guiné Portuguesa», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XV, n.º 166, Abril de 1939, pp. 22-27; «Sobre a etnoeconomia da...», *Ibidem*, *Boletim* n.º 167, Maio de 1939, pp. 28-32.

a «etno-economia da Guiné Portuguesa»<sup>948</sup>. Sobre doenças animais, deveremos acrescentar o estudo então publicado do veterinário Silva Tendeiro «acerca do carbúnculo»<sup>949</sup>. Relativamente à «economia», o periódico publicou 3 artigos relacionados com a produtividade agrícola dessa possessão, da autoria do engenheiro agrónomo Manuel Martins Baptista<sup>950</sup>, e 1 artigo do ex-Agente Geral das Colónias, Armando Cortesão, sobre a Guiné e a crise económica acontecida na Europa e no Mundo, no período compreendido entre as duas Guerras<sup>951</sup>. Ainda, entre 1932-1945, foram publicados neste periódico 3 artigos sobre a história da descoberta e da colonização desta parcela africana. Assim, destacamos o artigo do padre António Brásio, das Missões do Espírito Santo, sobre o «sigilo comercial do golfo da Guiné», atitude que comprovava o valor estratégico das matérias-primas que, para além de agrícolas e minerais, se baseava no tráfico de escravos para o continente americano<sup>952</sup>. Na sequência da importância geo-estratégica da Guiné, estavam 2 artigos respectivamente do tenente-coronel Carvalho Viegas<sup>953</sup>, e do investigador Pereira Cardoso<sup>954</sup>. Sobre as ligações da Guiné com os territórios vizinhos escreveu ainda o antigo governador Carvalho Viegas, quase cinco anos depois de ter deixado o cargo onde servira durante oito anos (1932-1940)<sup>955</sup>.

Finalmente, de salientar o autor que mais escritos divulgara no *Boletim* neste período foi o engenheiro Manuel Martins Baptista, chefe da Repartição dos Serviços Agrícolas e Florestais, que publicou 3 artigos sobre o desenvolvimento da «agricultura da colónia da Guiné». O primeiro foi publicado no n.º 89, de Novembro de 1932; o segundo, nos n.ºs 98/99, de Agosto e Setembro de 1933; e o último, no n.º 104, de Fevereiro de 1934<sup>956</sup>.

<sup>948</sup> António de Almeida, «Sobre a etnoeconomia da Guiné Portuguesa», *Ibidem, Boletim Geral das Colónias*, Ano XV, n.º 166, Abril de 1939, pp. 22-27; *Idem*, «Sobre a etnoeconomia da...», *Ibidem, Boletim* n.º 167, Maio de 1939, pp. 28-32.

<sup>949</sup> João Leal da Silva Tendeiro, «Acerca do carbúnculo nos animais da Guiné», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XX, n.º 232, Outubro de 1944, pp. 86-140.

<sup>950</sup> Manuel Martins Baptista, «Em prol da agricultura da colónia da Guiné», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano VIII, n.º 89, Novembro de 1932, pp. 51-72; *Idem*, «Em prol da agricultura da colónia...», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 98/99, Agosto/Setembro de 1933, pp. 28-40; *Idem*, «Em prol da agricultura da colónia...», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano X, n.º 104, Fevereiro de 1934, pp. 49-64.

<sup>951</sup> Armando Zuzarte Cortesão, «A Guiné portuguesa e a crise», *Ibidem, Boletim Geral das...* Ano IX, n.º 95, Maio de 1933, pp. 45-63.

<sup>952</sup> António Brásio, «O sigilo comercial do golfo da Guiné» in *Boletim Geral das...*, n.º 224, Fevereiro de 1944, pp. 60-68.

<sup>953</sup> Luís António de Carvalho Viegas, «Colónia da Guiné» in *Boletim Geral das...*, Ano XV, n.º 168, Junho de 1939, pp. 49-63.

<sup>954</sup> António Pereira Cardoso «Da Guiné e do seu valor no Império», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XI, N.º 122/123, Agosto/Setembro de 1935, pp. 35-57.

<sup>955</sup> Luís António de Carvalho Viegas, «Meios de comunicação da Guiné com os territórios vizinhos», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXI, n.º 236, Fevereiro de 1945, pp. 43-53.

<sup>956</sup> Manuel Martins Baptista, «Em prol da agricultura da colónia da Guiné», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano VIII, n.º 89, Novembro de 1932, pp. 51-72; «Em prol da agricultura da colónia...», *Ibidem, Boletim*

Sendo descritivos, davam conselhos muito úteis aos leitores: no primeiro, referia-se o autor aos «cuidados a ter na organização dum parque de exploração de abelhas» e ao «fomento apícola», através da constituição de «Comissões Regionais», «Cooperativas e Sindicatos»<sup>957</sup>; no segundo, analisava os principais recursos de «riqueza agrícola» desta colónia, apontando como matérias-primas a desenvolver urgentemente pelos indígenas os «palmares – coconote e óleo de palma»; o «arroz»; a «mancarra»; as «florestas e seus derivados»; os «coqueiros»<sup>958</sup>; no terceiro, discorria sobre uma espécie vegetal conhecida cientificamente pela expressão latina «bombax buonopozenze» e que fabricava sumauína destinada à produção de almofadas, colchões e estofos<sup>959</sup>.

#### Guiné – 4.º Período – Estado Novo (Adaptação) - 1946-1961

No período do pós-Guerra, compreendido entre os anos de 1946 e 1961, o *Boletim* publicou sobre a Guiné 27, de 11 personalidades. Versavam várias temáticas relacionadas com a ocupação e o fomento desta parcela, nomeadamente as seguintes: «ciências coloniais», 15 artigos; «história da descoberta e ocupação», 7 artigos; «política administrativa», 2 artigos; «recursos naturais», 2 artigos; «economia», 1 artigo (**Ver Gráfico 19**). No concernente a artigos sobre «ciência colonial» teremos de referir a participação de 3 personalidades a escrever sobre este pressuposto: Emílio Marini, Manuel Pereira Crespo e Rui Álvaro Vieira. O mais produtivo nestes quinze anos foi Rui Álvaro Vieira, sócio da Sociedade Portuguesa de Medicina Tropical, que publicou 13 artigos sobre o «estudo da flora medicinal da Guiné Portuguesa». Esta colaboração estendeu-se entre o n.º 368, de Fevereiro de 1956, até ao n.º 382, de Abril de 1957, quase ininterruptamente durante mais de um ano<sup>960</sup>. O autor, em nota prévia divulgada no número de Fevereiro de

---

*Geral das...*, Ano IX, n.º 98/99, Agosto/ Setembro de 1933, pp. 28-40; «Em prol da agricultura da colónia...», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano X, n.º 104, Fevereiro de 1934, pp. 49-64.

<sup>957</sup> Manuel Martins Baptista, *Idem*, «Em prol da agricultura da colónia...», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, n.º 89, Novembro de 1932, pp. 68-72.

<sup>958</sup> *Idem*, «Em prol da agricultura da colónia...», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, n.ºs 98/99, Agosto/Setembro de 1933, p. 28.

<sup>959</sup> Manuel Martins Baptista, *Idem*, «Em prol da agricultura da...», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, n.º 104, Fevereiro de 1934, pp. 49-51.

<sup>960</sup> Rui Álvaro Vieira «Subsídio para o estudo da flora medicinal da Guiné Portuguesa» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXII, n.º 368, Fevereiro de 1956, pp. 117-124. Sobre o mesmo tema publicou nos seguintes números do *Boletim*: *Boletim* n.º 369, Março de 1956, pp. 47-78; *Boletim* n.º 370, Abril de 1956, pp. 75-88; *Boletim* n.º 371, Maio de 1956, pp. 75-84; *Boletim* n.º 372, Junho de 1956, pp. 73-84; *Boletim* n.º 373, Julho de 1956, pp. 75-88; *Boletim* n.º 374, Agosto de 1956, pp. 47-62; *Boletim* n.º 377, Novembro de 1956, pp. 55-66; *Boletim* n.º 378, Dezembro de 1956, pp. 39-48; *Boletim* n.º 379, Janeiro de 1957, pp. 147-158; *Boletim*

1956, explicava por que razão tinha escolhido fazer este levantamento científico sobre a flora desta província. E uma das causas para esse trabalho foi o facto da Guiné ser uma das regiões mais «ricas» de todo o continente africano nestes recursos, embora, segundo explica, «nunca teve, porém, botânicos célebres que estudassem a sua flora, ao contrário do que sucedeu com outras províncias ultramarinas portuguesas que receberam a visita de naturalistas célebres, tais como Vogel, Schmidt, Welwitsch, Darwin, Barker, Júlio Henriques e outros, que não só reuniram preciosas colecções botânicas, como também deixaram abundantes e úteis informações fitogeográficas»<sup>961</sup>. Ainda, com artigos sobre a divulgação de aspectos científicos, deveremos destacar mais duas personalidades completamente distintas, que eram o primeiro-tenente Manuel Pereira Crespo e o jornalista italiano Emílio Marini. Assim, enquanto Crespo era militar da Armada e em 1947 foi nomeado chefe da Missão Geohidrográfica da Guiné onde permaneceu até 1957, tendo realizado uma obra muito útil e profícua no levantamento de cartas hidrográficas e topográficas, Emílio Marini, por sua vez, era correspondente no Vaticano do jornal *Novidades* e foi convidado em 1960 a visitar a Guiné, visita essa da qual resultaram 2 artigos sobre «uma missão contra as endemias»<sup>962</sup> e o «desenvolvimento agrícola»<sup>963</sup>.

---

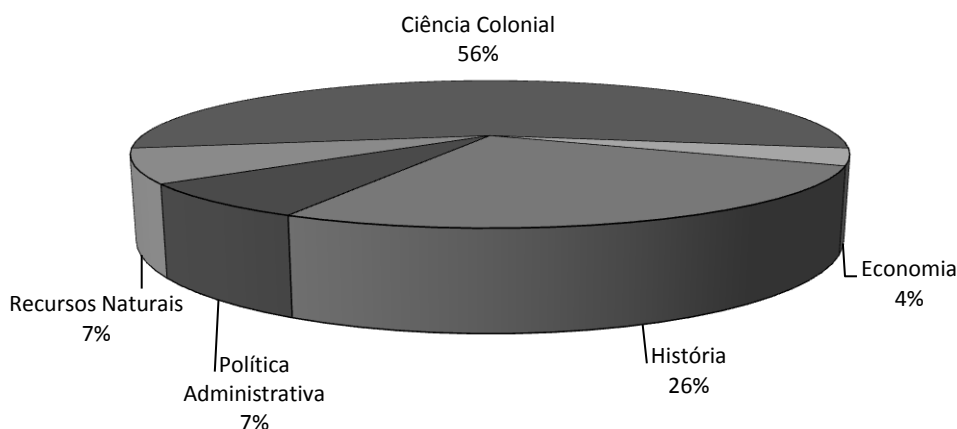
n.º 380, Fevereiro de 1957, pp. 241-252; *Boletim* n.º 381, Março de 1957, pp. 115-122; *Boletim* n.º 382, Abril de 1957, pp. 101-112.

<sup>961</sup> Rui Álvaro Vieira, «Subsídio para o estudo da flora medicinal da Guiné Portuguesa» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXII, n.º 368, de Fevereiro de 1956, pp. 117-124, especialmente p. 120.

<sup>962</sup> Emílio Marini, «Maravilhoso trabalho de uma missão contra as endemias na Guiné» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI, n.ºs 420/421, de Junho/Julho de 1960, pp. 131-134, especialmente p. 134.

<sup>963</sup> *Idem*, Emílio Marini, «Desenvolvimento agrícola da Guiné Portuguesa», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, n.ºs 422/423, Agosto/Setembro de 1960, pp. 285-290.

**Gráfico 19: Percentagem de temáticas sobre a Guiné no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* entre os anos de 1946 e 1961.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Relativamente à «missão» contra as endemias, Marini fizera uma descrição daquilo que viu sobre enfermidades como a lepra e a doença do sono. Aliás, esta abertura estratégica do Império à entrada de académicos, jornalistas e políticos fazia parte dos serviços de propaganda do Estado Novo para mostrar no estrangeiro como as antigas colónias tinham sido integradas num Estado pluriprovincial, onde os autóctones tinham um tratamento igual aos das províncias metropolitanas. No que dizia respeito aos artigos sobre a «história» da Guiné vulgarizados pelo *Boletim* neste intervalo de tempo, temos que referir que os 7 artigos divulgados tinham a ver com o passado desta parcela. Assim, inventariámos escritos sobre esta «terra de lenda, de martírio, de estranhas gentes...»<sup>964</sup>, sobre uma «embaixada ao Daomé»<sup>965</sup>, de colonos que «serviram» ali no século XVII, de sobrevivência às condições de vida adversas. Aliás, este artigo de J. Fraga de Azevedo que possuía o curioso título de «Como pode o europeu triunfar na Guiné dos inimigos naturais do homem»<sup>966</sup>, tinha a ver com a capacidade de adaptação dos europeus às condições

<sup>964</sup> Dimas Lopes de Aguiar, «Guiné portuguesa – terra de lenda, de martírio, de estranhas gentes, de bravos feitos e de futuro» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII, n.º 254/255, Agosto/Setembro de 1946, pp. 19-44.

<sup>965</sup> Edmundo Correia Lopes, «Relação de uma embaixada ao Daomé» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 306, Dezembro de 1950, pp. 29-36.

<sup>966</sup> J. Fraga de Azevedo, «Como pode o europeu triunfar na Guiné dos inimigos naturais do homem» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIII, n.º 265, Julho de 1947, pp. 16-28; *Idem*, «Como pode o europeu triunfar na Guiné dos...», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXIII, n.º 266/267, Agosto/Setembro de 1947, pp. 7-40. Editou ainda um artigo sobre a «Missão de estudo à Guiné Portuguesa» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII, n.º 256, Outubro de 1946, pp. 7-44.

adversas do terreno, do clima, e das patologias tropicais, que muitas das vezes faziam com que as políticas de povoamento fracassassem, pois os colonos adoeciam ou morriam deixando a meio muito dos projectos para a transformação desses territórios inóspitos e pouco favoráveis à fixação de populações habituadas a outras condições de higiene e salubridade.

Quanto aos artigos sobre «recursos naturais», os 2 únicos escritos sobre este tema editados nesta altura no *Boletim* eram da autoria do engenheiro agrónomo Armando Xavier da Fonseca e diziam respeito a duas matérias-primas existentes nesta colónia atlântica: madeira e amendoins<sup>967</sup>. Facto interessante de referir é o de ter sido a Guiné a primeira possessão que forneceu madeiras para a construção das primeiras naus, no período das Descobertas. Apesar desse facto, e segundo o engenheiro Xavier da Fonseca, só na década de quarenta, do século passado, a metrópole portuguesa voltou a importar estes recursos de tão boa qualidade. Quanto à «política administrativa», de realçar 2 artigos publicados nesta altura sobre os indígenas da Guiné: um do delegado do Procurador da República de Bissau, Álvaro Tavares, sobre a cidadania dos autóctones, editado pelo *Boletim* n.º 268, de Outubro de 1947<sup>968</sup>; outro do administrador António Carreira sobre o trabalho indígena, divulgado em Dezembro de 1948, pelo *Boletim* n.º 282<sup>969</sup>. O artigo de Tavares sobre a evolução da cidadania nos naturais da Guiné baseava-se na interpretação do artigo 2.º do Decreto n.º 16.473, de 16 de Fevereiro de 1929, do «Estatuto Político e Criminal dos Indígenas», e ainda noutros diplomas mais adaptados à realidade local como o Diploma Legislativo n.º 535, de 8 de Novembro de 1930, completado pela Portaria n.º 124, de 18 de Novembro de 1935. A aplicação da lei judicial, segundo este magistrado, teria que ter em conta o direito consuetudinário local, porque não se poderiam abolir usos e costumes milenários<sup>970</sup>. Finalmente, o *Boletim* sobre a temática de «economia» publicava apenas 1 artigo, escrito por Emílio Marini sobre o «desenvolvimento agrícola da Guiné Portuguesa», que tinha a ver com a descrição que este italiano fizera, de uma viagem nos primeiros

<sup>967</sup> Armando Xavier da Fonseca, «Madeiras das colónias e madeiras da Guiné», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXIII, n.º 259, Janeiro de 1947, pp. 13-18; «A que se deve o êxito da cultura do amendoim na Guiné Portuguesa», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXIV, n.º 274, Abril de 1948, pp. 35-42.

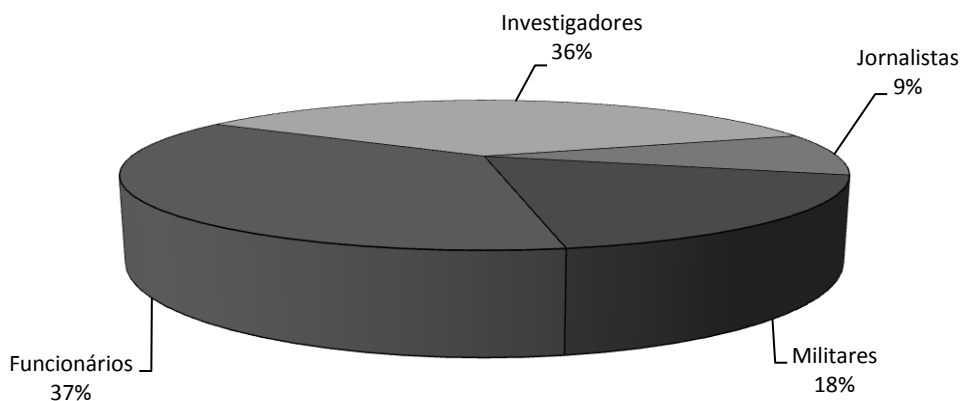
<sup>968</sup> Álvaro Tavares, «Do indigenato à cidadania na Guiné Portuguesa», *Ibidem, Boletim Geral das ...*, Ano XXIII, n.º 268, Outubro de 1947, pp. 25-39.

<sup>969</sup> António Carreira, «Problemas do trabalho indígena na colónia da Guiné», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXIV, n.º 282, Dezembro de 1948, pp. 35-62.

<sup>970</sup> Álvaro Tavares, «Do indigenato à cidadania na ...», *Ibidem, Boletim* n.º 268, de Outubro de 1947, p. 39. Emílio Marini, «Desenvolvimento agrícola da Guiné Portuguesa» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI, n.ºs 422/423, de Agosto/Setembro de 1960, pp. 285-290.

meses de 1960, a esta província portuguesa<sup>971</sup> (Ver Gráfico 20).

**Gráfico 20: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre a Guiné no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* entre os anos de 1946 e 1961.**



**Fonte:** Elaboração própria.

### **Guiné – 5.º Período – Estado Novo (Declínio) - 1962-1970**

Nesta última fase de publicação do *Boletim*, compreendida entre os anos de 1962 e 1970, foram editados 2 artigos sobre a Guiné, de apenas 2 autores. O periódico, mais do que produzir artigos do foro científico, passou a difundir informação de carácter ideológico e político. De destacar, nos artigos de investigação, o de Oliveira Lecuona sobre a «Actividade da Missão de Combate às Tripanosomíases da Guiné», que reflectia as acções levadas a cabo pela delegação chefiada por este médico de doenças tropicais a esta província ultramarina, na sequência da actividade da antiga Missão de Estudo e Combate da Doença do Sono, criada em 1945<sup>972</sup>. Sendo uma colónia em que já em 1926 Sant’Ana Barreto dava conta desta doença, em artigo publicado no n.º 11, de Maio de 1926, o combate a esta doença continuou a ser feito pelas missões de 1945 e de 1967. Segundo Lecuona, foi a «missão» de 1945 que consumara a primeira pesquisa sobre esta doença na Guiné, a ponto de em 1950 terem sido observados 414.110 pessoas e diagnosticados 5.769

<sup>971</sup> Emílio Marini, «Desenvolvimento agrícola da Guiné Portuguesa» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI, n.ºs 422/423, de Agosto/Setembro de 1960, pp. 285-290.

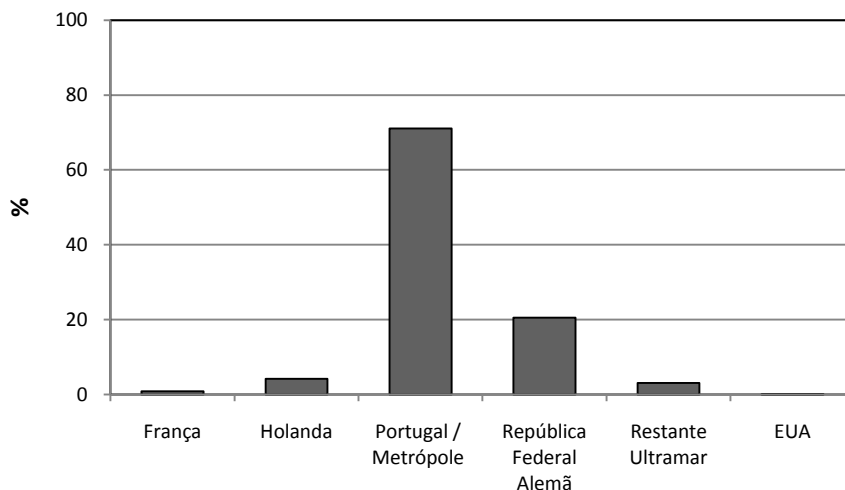
<sup>972</sup> Maurício de Oliveira Lecuona, «Actividade da missão de combate às tripanosomíases» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII, n.º 501, Março de 1967, pp. 53-66.



novos doentes<sup>973</sup>.

O outro artigo, dizia respeito a aspectos económicos e fazia parte de uma caracterização mais geral de António Mendes Jorge sobre os «Circuitos Económicos Exteriores do Ultramar»<sup>974</sup>. No caso concreto da caracterização sobre a Guiné, Mendes Jorge concluía, no respeitante à balança comercial, que esta província importava 70% dos seus produtos da Metrópole, enquanto em termos de exportação 71,1% eram também para a «Mãe-Pátria», enviando para o Continente produtos como o amendoim, gergelim, óleo de palma e forragens. Apenas o óleo de amendoim era redireccionado totalmente para Cabo Verde. Das restantes exportações reportadas a 1965, 20,5% eram para a República Federal Alemã, 4,2% para a Holanda, 3,1% para o restante Ultramar português, 0,9% para a França e 0,1% para os Estados Unidos da América<sup>975</sup> (**Ver Gráfico 21**).

**Gráfico 21: Percentagem de exportações da Guiné no ano de 1965 referidas no *Boletim Geral do Ultramar*.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Embora com formações diferenciadas, quer Oliveira Lecuona, quer Mendes Jorge, eram funcionários do Estado português que encaravam a sociedade guineense com o rigor científico das suas áreas de formação, a medicina e a economia, num período em que já

<sup>973</sup> *Idem, Ibidem*, p. 53.

<sup>974</sup> António F. Mendes Jorge, «Circuitos económicos exteriores do Ultramar – Guiné» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV, n.º 515, Maio de 1968, pp. 37-48. Ainda sobre a mesma temática «Circuitos económicos exteriores do ...», *Ibidem, Boletim* n.ºs 517/518, Julho/Agosto de 1968, pp. 43-52.

<sup>975</sup> *Idem, Ibidem, Boletim* n.º 517/518, Julho/Agosto de 1968, pp. 48-51.

poucos publicistas se abalanchavam a essa tarefa de interpretar e estudar os recursos das possessões ultramarinas, especialmente de parcelas tão carenciadas como as da Guiné. Por outro lado, a situação política, a guerra colonial e a decadência do periódico da Agência Geral do Ultramar afastavam este tipo de colaboração, para uma outra mais ideológica e com fins propagandísticos mais imediatos.

### **Índia – 1.º Período – República - 1925-1926**

Durante a vigência do primeiro ano de vida do periódico *da* Agência Geral das Colónias não foram publicados artigos sobre esta colónia.

### **Índia – 2.º Período – Ditadura Militar - 1926-1932**

Nesta fase de vida do *Boletim*, compreendida entre os anos de 1926 e 1932, foram publicados 25 artigos sobre a Índia, de 15 autores. Relativamente à temática que tratava cada um deles, verificamos que 12 são sobre a «ciência e cultura coloniais», 3 sobre «economia e finanças», 3 sobre «vias de comunicação», 2 sobre a «igreja/missões», 2 sobre «recursos naturais», 2 sobre «política administrativa» e 1 sobre «história». Na mesma altura foi feita uma edição especial do *Boletim*, o n.º 49, de Julho de 1929, onde se divulgavam 10 artigos sobre esta possessão asiática<sup>976</sup>. Sobre as temáticas, constatamos que relativamente às «ciência e cultura coloniais» os principais escritos referiam-se aos seguintes assuntos: «actividade literária» na Índia, «civilização hindu», «elementos gramaticais da língua concani». No respeitante à produção literária nesta colónia asiática, José Ferreira Martins administrador da Imprensa Nacional de Angola na altura, fazia no artigo publicado no *Boletim* n.º 15, de Setembro de 1926, uma retrospectiva da «história e da actividade literária» desde o século XIX, com as obras de vários autores, entre as quais de Lagrange Barbuda e Cunha Rivara, que reconstituem e projectavam o passado colonial desta terra onde os portugueses chegaram no final de Quatrocentos<sup>977</sup>.

Já os outros artigos sobre esta temática da «cultura colonial» eram da responsabilidade de Bragança Pereira e do cónego Rita e Sousa. Estes autores divulgavam

<sup>976</sup> Vide «Número especial sobre a Índia» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 49, Julho de 1929, 345 pp.

<sup>977</sup> J. F. Ferreira Martins, «A Índia portuguesa através da sua actividade literária» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, n.º 15, Setembro de 1926, pp. 64-69.

a Índia não na perspectiva cultural do colonizador, como a abordagem de Ferreira Martins, mas no ponto de vista da cultura do colonizado. Assim, segundo o juiz Pereira, o hinduísmo resultava de dois factores primordiais, o «árico» e o «dravídico», e foi deste caldeamento que nascera uma civilização que na Alta Idade Média europeia já tinha uma arquitectura, uma astronomia, uma botânica, uma literatura, uma medicina, uma química, uma zoologia florescentes, que fazia com que aculturação não se fizesse só na direcção da cultura lusíada dominante, mas também numa outra direcção de povos que, embora dominados, tinham um substrato cultural formado há muitos séculos<sup>978</sup>. Por sua vez Rita e Sousa, professor na Escola Superior Colonial produziu, entre Março de 1928 e Julho de 1929, 10 artigos sobre o meio de comunicação da maior parte dos autóctones da Índia portuguesa, a língua concani. Sendo estudioso e professor desta língua na instituição que formava os quadros administrativos das diversas parcelas portuguesas, o cónego Sousa foi a personalidade que o director Cortesão convidou para dar a conhecer a língua mais falada e utilizada nestas paragens asiáticas. E o principal desiderato desse linguista era provar, perante a opinião pública colonial, que as línguas locais não eram só faladas, mas também que se podiam escrever<sup>979</sup>.

No respeitante aos temas sobre aspectos «económicos e financeiros», o *Boletim* publicara sobre a Índia 3 artigos: «Resumido Relato das Condições Financeiras da Índia Portuguesa», de António Pacheco, director dos Serviços de Fazenda<sup>980</sup>; «Notas sobre o movimento do comércio externo e da navegação da Índia Portuguesa», de Daniel da Silva Bastos, director dos Serviços Aduaneiros<sup>981</sup>; «Resumido relato sobre os resultados financeiros da exploração do caminho-de-ferro e porto de Mormugão», de Luís Bismark Dias, director interino dos Serviços Fiscais<sup>982</sup>. Segundo António Pacheco, as condições financeiras desta colónia eram no final do primeiro semestre de 1929 «lisonjeiras», depois de uma crise acontecida quatro anos antes, pelo que transitara para o orçamento de 1929/1930 um *superavit* de 332.130 rupias que iria equilibrar um orçamento onde não haveria nem lucros, nem prejuízos num montante de 5.596.746 rupias de receitas. De

<sup>978</sup> Bragança Pereira, «A civilização indu» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 51, Setembro de 1929, pp. 12-23.

<sup>979</sup> José de S. Rita e Sousa, «Elementos gramaticais da língua concani», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, n.º 33, Março de 1928, pp. 31-45, especialmente p. 32.

<sup>980</sup> António A. Pacheco, «Resumido relato das condições financeiras da Índia Portuguesa», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 49, Julho de 1929, pp. 155-160.

<sup>981</sup> Daniel da Silva Bastos, «Notas sobre o movimento do comércio externo e da navegação da Índia Portuguesa», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 49, Julho de 1929, pp. 161-222.

<sup>982</sup> Luís Bismark Dias, «Resumido relato sobre os resultados financeiros da exploração do caminho-de-ferro e porto de Mormugão», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 49, Julho de 1929, pp. 250-264.

acentuar ainda que as receitas poderiam ser aumentadas caso algumas colónias irmãs pagassem o que deviam à Índia, montante que atingia valores na ordem das 818.512 rupias<sup>983</sup>.

Sobre o «movimento do comércio externo e da navegação» no período referente ao ano anterior deste artigo, portanto 1928, verificava-se, segundo Silva Bastos, que as importações eram superiores (16.432.281 rupias) às exportações (4.511.023 rupias), o que provocava o desequilíbrio da balança comercial com um *deficit* de 11.921.258 rupias. Este prejuízo era ultrapassado com várias estratégias que passavam, entre outros, pelo valor realizado com o trânsito marítimo efectuado no território indiano (Goa, Damão e Diu), que ascendia a um montante de 62.665.613 rupias, o que permitia cobrir esse prejuízo e ainda sobrarem 50.744.355 rupias<sup>984</sup>. Para estes dados contribuiria certamente o tráfego operado pelo porto e caminho-de-ferro de Mormugão, no sul de Goa, que passou a ter uma gestão positiva a partir de 1925, receitas essas que em 1927 atingiam o valor de 447.143 rupias, provenientes de taxas lançadas sobre a atracação e desatracação, a armazenagem, o cais, a estadia, o fornecimento de água, os guindastes, as receitas terminais, a tonelagem. Os principais produtos exportados por este porto nesta altura eram por ordem decrescente o manganês (158.787 toneladas), o amendoim (85.099 toneladas), a pinaca (10.687 toneladas) e o crómio (3.350 toneladas)<sup>985</sup> (**Ver Gráfico 22**).

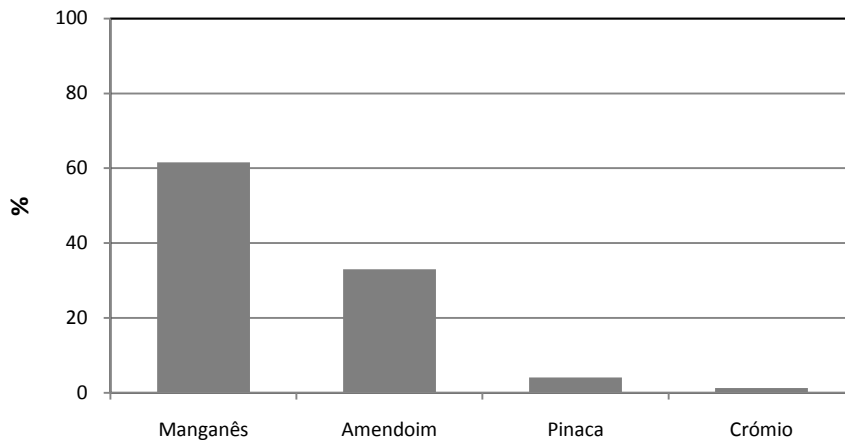
---

<sup>983</sup> António A. Pacheco, «Resumido relato das condições financeiras da...», *op. cit.*, p. 155.

<sup>984</sup> Daniel da Silva Bastos, «Notas sobre o movimento do comércio externo e da navegação da...», *op. cit.*, pp. 162-163.

<sup>985</sup> Luís Bismark Dias, «Resumido relato sobre os resultados financeiros da exploração do...», *op. cit.*, pp. 251-255.

**Gráfico 22: Percentagem de exportações da Índia no ano de 1927 referidas no *Boletim da Agência Geral das Colónias*.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Em relação à temática sobre as «vias de comunicação» na Índia reproduzidas pelo *Boletim* neste período, de destacar que foram divulgados 3 artigos sobre os «correios e telégrafos» e as principais «obras públicas». No que concerne à primeira questão, esta era abordada no número especial sobre a Índia editado em Julho de 1929, pelo director dos Correios António Filipe Pereira, que fazia uma retrospectiva desta via de comunicação, desde o final do século XVIII, na governação de Veiga Cabral. Paralelamente eram analisados outros serviços como a Caixa Económica Postal e os Serviços Telegráficos e Telefónicos<sup>986</sup>. Quanto ao fomento das obras públicas, de referir que os 2 artigos publicados nesta altura eram da autoria do engenheiro responsável por estes serviços, Afonso Zuzarte de Mendonça, e foram divulgados com um intervalo de três anos, o primeiro em Outubro de 1926<sup>987</sup>, sobre um relatório oficial da situação dos Serviços que coordenava, e um segundo, em Julho de 1929<sup>988</sup>, dos principais empreendimentos realizados nas colónia nos primeiros anos a seguir à queda do regime republicano. Sendo ambos documentos descritivos, de qualquer forma o relatório do final do ano de 1926 tinha um enquadramento ideológico mais visível sobre a forma como as autoridades portuguesas

<sup>986</sup> António Filipe Pereira, «Notas sobre o desenvolvimento dos correios e telégrafos da Índia portuguesa» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 49, Julho de 1929, pp. 265-277, especialmente p. 266.

<sup>987</sup> Afonso Zuzarte de Mendonça, «Obras Públicas da Índia – O relatório do seu director engenheiro Afonso Zuzarte de Mendonça» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, n.º 16, Outubro de 1926, pp. 138-148.

<sup>988</sup> *Idem*, Afonso Zuzarte de Mendonça, «Importantes obras ultimamente executadas na Índia Portuguesa», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 49, Julho de 1929, pp. 223-249.

pretendiam ocupar e desenvolver estes territórios tão distantes da Europa. Foram ainda publicadas pelo *Boletim* neste período artigos de diversas outras temáticas: «história»: 1 artigo, do investigador Frazão de Vasconcelos, sobre as «pinturas» das armadas da Índia<sup>989</sup>; «igreja/missões»: 2 artigos sobre «franciscanos» e «acção missionária» da Índia, respectivamente dos padres Gustavo Couto<sup>990</sup> e Castilho de Noronha<sup>991</sup>; «política administrativa»: 2 artigos sobre «Damão» e sobre os serviços de «Agrimensura e Minas», do diplomata Roque da Costa<sup>992</sup> e do engenheiro Luís de Miranda<sup>993</sup>; «recursos naturais»: 2 artigos sobre os aspectos «agrícolas, florestais e pecuários» e «Plantas Medicinais» da Índia, respectivamente do engenheiro agrónomo Fernando Correia Mendes<sup>994</sup> e do publicista Lencastre Pereira de Andrade<sup>995</sup>.

Desta colaboração, deveremos realçar a que se referia à acção missionária dos portugueses na Índia, especialmente o artigo do padre Castilho de Noronha publicado no número editado pela Agência Geral das Colónias, em Julho de 1929. Nesse escrito de dezassete páginas, o articulista fazia uma síntese da acção evangelizadora de Portugal nesse território indiano, a partir da sua descoberta nos finais do século XV, num dos «mais brilhantes teatros da acção proselítica do missionário cristão»<sup>996</sup>. Nessa acção de propaganda pela fé tiveram um papel preponderante as ordens religiosas que ali chegaram quando da primeira viagem de Vasco da Gama (acompanhando o confessor do comandante da frota seguiu frei Pedro da Covilhã, mais cinco missionários). Depois, com o primeiro sacerdote que se tornou residente em 1501, frei Henrique de Coimbra, começaria a cristianização dos povos da Índia, com um núcleo de oito franciscanos. Mas foram posteriormente em 1503 os dominicanos dirigidos por frei Domingos de Sousa, da comitiva de Afonso de Albuquerque, os responsáveis por uma evangelização em grande

<sup>989</sup> Frazão de Vasconcelos, «As pinturas das Armadas da Índia» in *Boletim Geral das...*, Ano VIII, n.º 84, Junho de 1932, pp. 55-82.

<sup>990</sup> Gustavo Couto, «Acção missionária dos franciscanos portugueses na Índia» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, n.º 32, Fevereiro de 1928, pp. 65-96.

<sup>991</sup> Castilho de Noronha, «A acção missionária da Índia» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 49, Julho de 1929, pp. 24-41.

<sup>992</sup> Constâncio Roque da Costa, «O distrito de Damão», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 49, Julho de 1929, pp. 3-23.

<sup>993</sup> Luís Miranda, «Relatório sucinto do desenvolvimento dos serviços de agrimensura e minas», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 49, Julho de 1929, pp. 278-283.

<sup>994</sup> Fernando César Correia Mendes, «Memória sobre as condições agrícolas, florestais e pecuárias da Índia portuguesa, apresentada pela Direcção dos Serviços de Agricultura», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 49, Julho de 1929, pp. 42-154.

<sup>995</sup> Lencastre Pereira de Andrade, «Plantas medicinais da Índia», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 52, Outubro de 1929, pp. 39-52.

<sup>996</sup> Castilho de Noronha, «A acção missionária na Índia», *op. cit.*, p. 24.

escala de todo este território asiático, sobretudo a partir de 1548<sup>997</sup>. Para além dos franciscanos e dominicanos, chegaram ainda à Índia nesta altura os jesuítas com Francisco Xavier em 1542, e os agostinianos em 1572 com frei António da Paixão<sup>998</sup>.

De entre os 15 autores que colaboraram com o *Boletim*, neste período entre 1926 e 1932, de salientar que 12 eram funcionários responsáveis pelas principais repartições da colónia: Afonso de Mendonça, António Pacheco, António Pereira, Bragança Pereira, Constâncio da Costa, Daniel Bastos, Fernando Mendes, Ferreira Martins, Frazão de Vasconcelos, Lencastre de Andrade, Luís Dias, Luís Miranda; 3 padres: Castilho de Noronha, Gustavo Couto, Rita e Sousa. De entre os funcionários públicos, 4 eram engenheiros: Afonso de Mendonça, Fernando Mendes, Luís Dias, Luís Miranda; 1 juiz: Bragança Pereira; não sendo licenciados ou não mencionando as habilitações os restantes 6: António Pacheco, António Pereira, Constâncio da Costa, Daniel Bastos, Ferreira Martins, Frazão de Vasconcelos, Lencastre de Andrade.

### Índia – 3.º Período – Estado Novo (Implantação) - 1932-1945

Nesse período de ascensão do Estado Novo, compreendido entre 1932 e 1945, o *Boletim* publicou sobre a Índia 16 artigos, subscritos por 10 personalidades com afinidades com esta possessão. Sobre as temáticas mais divulgadas nesta altura, a «história» vinha em primeiro lugar com 8 artigos, logo seguida pelos assuntos relacionados com as «ciências coloniais», com 5. Com apenas 1 artigo encontramos 3 temas: «economia», «política administrativa» e «vias de comunicação». Sobre a temática histórica recenseámos artigos relacionados com o apogeu e decadência deste complexo histórico-geográfico do Oriente, nomeadamente os seguintes: «Sombras da epopeia portuguesa do Oriente», do padre jesuíta António da Silva Rego<sup>999</sup>; «Garcia da Orta na Índia», do professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, Augusto da Silva Carvalho<sup>1000</sup>; «Alguns apontamentos para a história da decadência do império indo-africano», uma série de três artigos do coronel Carlos de

<sup>997</sup> *Idem, Ibidem*, p. 25.

<sup>998</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 26-27.

<sup>999</sup> A. da Silva Rego, «Apontamentos para o estudo do dialecto português de Malaca» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 198, Dezembro de 1941, pp. 3 -78; *Idem*, «Apontamentos para o estudo do dialecto português de ...» in *Boletim Geral das...*, Ano XVIII, n.º 203, Maio de 1942, pp. 72 -82; *Idem*, «Apontamentos para o estudo do dialecto português de ...(conclusão)» in *Boletim Geral das...*, Ano XVIII, n.º 208, Outubro de 1942, pp. 3 -88; «Sombras da epopeia portuguesa do Oriente» in *Boletim Geral das...*, Ano XXI, n.º 236, Fevereiro de 1945, pp. 20 -36.

<sup>1000</sup> Augusto da Silva Carvalho, «Garcia da Orta na Índia», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano X, n.º 106, Abril de 1934, pp. 9-30.

Roma Machado<sup>1001</sup>; «Um capítulo sobre as primeiras relações de Portugal na Índia», do funcionário colonial Jerónimo Quadros<sup>1002</sup>; «A cura dos nautas portugueses em Goa no século XVI» e «Novos materiais para a história da medicina quinhentista na Índia», do professor da Faculdade de Medicina do Porto, Luís de Pina<sup>1003</sup>. De todos estes escritos, de vários autores que iam de médicos a militares, destacaremos a análise feita em 3 artigos pelo coronel Roma Machado sobre a decadência do «império indo-africano» editados nos *Boletins* n.º 103, de Janeiro de 1934, n.º 105, de Março de 1934, e n.º 108, de Junho de 1934. Segundo este articulista, a origem da decadência deste Império ficou a dever-se ao «desgraçado» acontecimento de Alcácer-Quibir que levaria à perda da soberania portuguesa e ao aparecimento da influência espanhola, que perduraria por sessenta anos. A conflitualidade que a Espanha manteria com outros países europeus como a França, Holanda e Inglaterra levaria a que Portugal passasse a ter como inimigas essas nações, que sabendo da precariedade do seu império colonial procuraram conquistar algumas das suas possessões, nomeadamente a Índia, para com esse acto procurar aceder ao comércio oriental<sup>1004</sup>.

Pelo mesmo diapasão decadentista se conduzia o artigo do jesuíta e professor da Escola Superior Colonial, António da Silva Rego, que num escrito publicado em Fevereiro de 1945 sobre as «Sombras da epopeia portuguesa do Oriente» falava no «postulado» quase inexorável que foi admitido por certos historiadores, sobre o tempo que duraria o domínio português do Oriente. Silva Rego dizia que era «patriótico» estudar e escarpelizar as causas e os erros desse insucesso, para, depois de compreendidos e enquadrados, os poder julgar e condenar. E um dos problemas que este investigador considerava pertinente, como causa principal para essa decadência, era a «transplantação» da nossa soberania para o Oriente e as «dificuldades económicas» dessa fixação «pacífica». A escassez de moeda e o tempo que as naus demoravam a percorrer o trajecto entre o Tejo e os portos de Cochim e Goa (cinco a seis meses, tendo em conta que os barco partiam da Europa entre os meses

<sup>1001</sup> Carlos de Roma Machado, «Alguns apontamentos para a história da decadência do império indo-africano» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, n.º 103, Janeiro de 1934, pp. 63-75; *Idem*, «Alguns apontamentos para a história da ...», *Ibidem*, *Boletim* n.º 105, Março de 1934, pp. 51 -59; *Idem*, «Alguns apontamentos para a história da ...(conclusão)», *Ibidem*, *Boletim* n.º 108, Junho de 1934, pp. 71 -100.

<sup>1002</sup> Jerónimo Quadros, «Um capítulo sobre as primeiras relações de Portugal na Índia Portuguesa (Século XV-XVI)», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano X, n.º 107, Maio de 1934, pp. 71-93.

<sup>1003</sup> Luís de Pina, «A cura dos nautas portugueses em Goa no século XVI», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano XX, n.º 225, Março de 1944, pp. 3-40; «Novos materiais para a história da medicina quinhentista na Índia», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano XX, n.º 233, Novembro de 1944, pp. 32-47.

<sup>1004</sup> Carlos de Roma Machado, «Alguns apontamentos para a história da decadência do império...», *op. cit.*, *Boletim* n.º 103, Janeiro de 1934, p. 63.



de Março/Abril e só chegavam à Índia em Setembro) levava a que as feitorias se encontrassem, na expressão de Afonso de Albuquerque, quase sempre «varridas» à «vassoura», isto é, sem mercadorias especialmente as mais procuradas, as especiarias<sup>1005</sup>.

O *Boletim*, publicava ainda sobre a temática «histórica», neste período de «implantação» do Estado Novo, 3 artigos sobre as ciências médica e farmacêutica, da autoria de 2 professores das Faculdades de Medicina das Universidades de Lisboa e do Porto, respectivamente, Augusto da Silva Carvalho e Luís de Pina. Sobre o escrito do primeiro médico, «Garcia da Orta na Índia», divulgado pelo *Boletim* n.º 106, de Abril de 1934, o autor em vinte e uma páginas fazia o historial da estadia do médico judeu que acompanhou o capitão-mor Martim Afonso de Sousa à Índia em 1534, onde acabaria por se radicar até à sua morte em 1568, sem nunca ter tido problemas com a Inquisição, apesar de após a sua morte a sua irmã Catarina e restante família terem sido perseguidos por esta organização<sup>1006</sup>. Quanto aos outros 2 artigos sobre a medicina no início da Época Moderna, de autoria do professor da Universidade do Porto Luís de Pina, publicados nos *Boletins* n.º 225 e n.º 233, respectivamente de Março e Novembro 1944, em que o autor divulgava, a pretexto da «história médica quinhentista», dois documentos datados respectivamente de 1519 e 1525, em que se comprovava a existência de pelo menos quatro hospitais na cidade de Goa, entre eles o «del Rey» (com base na obra de Bocarro, de 1635, *Livro de Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia*. Os outros hospitais eram: da Misericórdia, da Piedade, e de S. Lázaro). Nesse estudo eram ainda divulgadas as listas de «mezinhas» mais comuns na altura, os preços das drogas, os nomes de boticários, médicos e doentes, entre os quais o piloto João de Lisboa, da armada de Tristão da Cunha<sup>1007</sup>.

No respeitante aos artigos sobre «ciências coloniais», de salientar que dos 5 editados pelo *Boletim* entre 1932 e 1945, 3 eram do investigador António da Silva Rego, sobre o «estudo do dialecto português de Malaca»<sup>1008</sup>, 1 do juiz da Relação de Nova Goa, Bragança Pereira, sobre a «etnografia da Índia Portuguesa»<sup>1009</sup>, e outro do quadro do

<sup>1005</sup> A. da Silva Rego, «Sombras da epopeia portuguesa do...», *op. cit.*, p. 26.

<sup>1006</sup> Augusto da Silva Carvalho, «Garcia da Orta na Índia», *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, n.º 106, Abril de 1934, p. 17.

<sup>1007</sup> Luís de Pina, «A cura dos nautas portugueses...» in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 225, Março de 1944, p. 4.

<sup>1008</sup> A. da Silva Rego, «Apontamentos para o estudo do dialecto português de...», *op. cit.*, *Boletim* n.ºs 198, 203, e 208, de Dezembro de 1941, Maio de 1942, e Outubro de 1942, respectivamente pp. 3-78, pp. 9-71, e pp. 3-88.

<sup>1009</sup> A. B. Bragança Pereira, «Etnografia da Índia Portuguesa», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano X, n.º 107, Maio de 1934, pp. 3-59.

Arquivo Histórico da Índia, Panduranga Pissurlencar, acerca do «Étimo de Goa»<sup>1010</sup>. Sobre estes escritos, destacaremos o de Silva Rego que tratava do «papiá» cristão de Malaca, explicado no artigo publicado pelo *Boletim* n.º 198, de Dezembro de 1941. Depois de fazer o historial deste crioulo que resultara dos cento e trinta anos de permanência de Portugal nesse território (1511-1641), Silva Rego passava a analisar o aspecto linguístico, chegando a conclusões curiosas: conseguiu encontrar ainda 8.000 falantes deste derivado românico do português, sendo que 5.000 residiam em Malaca e eram todos aqueles eurásianos descendentes de europeus, especialmente de portugueses, mas também de outras nacionalidades (holandeses, ingleses e franceses) que continuavam a falar esse dialecto<sup>1011</sup>.

Finalmente, com apenas 1 artigo encontramos 3 temas: «política administrativa», «economia» e «vias de comunicação». No caso da primeira temática, o coronel-médico Froilano de Melo, responsável pelos Serviços de Saúde e Higiene desta colónia asiática, escrevera no *Boletim* n.º 107, de Maio de 1934, 1 artigo sobre esta problemática, qual pequeno relatório de quinze páginas que descrevia os serviços, delegações e subdelegações de saúde existentes nos territórios de Goa, Damão e Diu. Fornecia ainda os dados demográficos e a estatística das doenças, nomeadamente as mais perniciosas e mortais, como eram a cólera, febres tifo-paratíficas, lepra, meningite, peste, varíola. Concluía com o enumerar das actividades científicas sobre «higiene pública» realizadas nessa colónia, fazendo ainda um breve historial sobre a origem do ensino médico nesta parcela, que apontava para uma data antes de 1842, talvez 15 de Julho de 1804, quando uma Portaria Provincial nomeava como lente substituto o dr. Bernardo Peres da Silva. Apesar da incerteza quanto à data do começo deste ensino, segundo o coronel Melo, tinham-se formado na escola médico-cirúrgica de Goa, neste intervalo de cerca de um século, entre 1842 e 1934, mais de setecentos e sete médicos e cerca de duzentos e cinquenta farmacêuticos que exerciam o seu munus profissional, quer no local de formação, quer nos outros territórios coloniais portugueses<sup>1012</sup>.

Sobre os 2 últimos temas «economia» e «vias de comunicação», temas necessários ao fomento de um território, os artigos divulgados pelo *Boletim*, entre 1932 e 1945, diziam respeito à «concepção da economia pela Escola Intervencionista ou de Economia

<sup>1010</sup> P. Pissurlencar, «O étimo de Goa», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano X, n.º 107, Maio de 1934, pp. 60-70.

<sup>1011</sup> A. da Silva Rego, «Apontamentos para o estudo do dialecto...», *op. cit.*, *Boletim* n.º 198, de Dezembro de 1941, p. 4.

<sup>1012</sup> Indalêncio Froilano de Melo, «Serviços de Saúde na Índia Portuguesa» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, n.º 107, Maio de 1934, pp. 94-109, especialmente pp. 102-107.

Dirigida», do verificador aduaneiro Ananta Porobo Loundó<sup>1013</sup> e o «porto e caminho de ferro de Mormugão nas suas relações com a Índia inglesa», do general João Craveiro Lopes<sup>1014</sup>. Pela importância para a economia da Índia portuguesa que constituía o tráfego com os territórios vizinhos ingleses, destacaremos o artigo do antigo Governador-Geral, que preconizava que se alterassem as normas do contrato estabelecido em 18 de Abril de 1881 com o Governo inglês, que eram altamente lesivas das finanças públicas e da própria soberania portuguesa na região. Na opinião do articulista, haveria portanto de alterar esta ordem de factos, especialmente em três pressupostos: no resgate da linha e do porto de Mormugão; ou no resgate só do porto; ou na redução da taxa dos juros envolvidos. Craveiro Lopes considerava mesmo que apesar de bem-intencionada, útil e patriótica, a construção do caminho-de-ferro de Mormugão (a funcionar, desde 1888), não trouxera benefícios significativos para a colónia e que a única mais-valia a retirar da sua construção era a exploração do tráfico das minas de Bicholim (ferro e manganésio). Com o encerramento destas minas, deixaram de se verificar as condições económicas iniciais, pelo que Portugal acabaria por viabilizar um equipamento (linha-férrea e um porto) que só servia os interesses da Índia inglesa<sup>1015</sup>.

Quanto ao estatuto socioprofissional dos autores que colaboraram com o *Boletim*, neste período entre 1932 e 1945, de salientar que, num total de 10, 3 eram funcionários civis: Ananta Porobo Loundo, Jerónimo Quadros, Panduranga Pissurlencar; 3 militares: Roma Machado, Froilano de Melo, João Craveiro Lopes; 2 professores: Augusto Silva Carvalho e Luís de Pina; 1 padre: Silva Rego; e 1 juiz: Bragança Pereira. Apesar da diversidade de formações académicas, no conjunto, quer entre civis e militares, laicos e religiosos, da metrópole ou das colónias, todos eles acabavam por ser elementos ao serviço do Estado português que redigiram os seus escritos sobre a parcela que melhor conheciam, porque daí eram naturais ou não o sendo (naturais da Metrópole ou de outras partes do Império) ali foram colocados para desempenhar funções oficiais.

---

<sup>1013</sup>Ananta Ramachondra Porobo Loundo, «Concepção da Economia pela Escola Intervencionista ou de Economia dirigida, em oposição à Escola Clássica ou Liberal e Socialista – Sua aplicação no Estado da Índia», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XX, n.º 232, Outubro de 1944, pp. 141-184.

<sup>1014</sup>João Craveiro Lopes, «O porto e o caminho-de-ferro de Mormugão nas suas relações com a Índia inglesa», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXI, n.º 236, Fevereiro de 1945, pp. 37-42.

<sup>1015</sup>*Idem, Ibidem*, p. 42.

#### Índia – 4.º Período – Estado Novo (Adaptação) - 1946-1961

No período do pós-Guerra, compreendido entre 1946 e 1961, o *Boletim* publicou sobre a Índia 65 artigos, de 23 autores. A edição nestes quinze anos de tantos escritos sobre esta colónia asiática ficara a dever-se sobretudo ao trabalho de um dos colaboradores Frazão de Vasconcelos, mais do que ao agravamento da situação político-militar desta parcela que posteriormente iria conduzir à sua invasão e ocupação, a partir de Dezembro de 1961. A prolixidade deste elemento da Academia Portuguesa de História fizera com que publicasse sobre a história da Índia 40 artigos, entre Maio de 1954 e Março/Abril de 1961. A sua colaboração fizera ainda que a temática «histórica» fosse a mais divulgada pelo periódico nesta altura, pois, para além dos escritos de Frazão de Vasconcelos, este boletim ainda editara mais 15 artigos de outros autores (Amadeu Cunha, António Bernardo de Bragança Pereira, António dos Mártires Lopes, Artur de Sá, Carlos Pegado e Sousa, Emile Marini, Eugénio Montez, Jacinto José do Nascimento Moura, Lujó Toncic, Noronha Rodrigues Filho, Óscar Paxeco, Panduronga Pirsulencar, Rui Sanches, Vasco Garin, Victor Dias). Contraditoriamente, sobre a actualidade da Índia, apenas se publicaram neste período 8 artigos de temáticas que diziam respeito à «ciência/cultura», ao «ensino», à «igreja/missões», à «política administrativa» e aos «recursos naturais».

Relativamente, aos escritos que se referiam à história da Índia, desde a sua descoberta nos finais do século XV, até à sua integração na União Indiana, na segunda metade do século XX, verificamos que a história mais antiga desta colónia, ocorrida entres os séculos XVI e XVIII, foi sobretudo divulgada pelo académico Frazão de Vasconcelos, que publicou essencialmente artigos relacionados com os «pilotos da carreira da Índia no tempo dos Filipes»<sup>1016</sup>, com aspectos decorativos de alguns navios da armada de Vasco da

---

<sup>1016</sup> Frazão de Vasconcelos, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIV, n.º 391, Janeiro de 1958, pp. 69-80; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-II», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIV, n.º 392, Fevereiro de 1958, pp. 31-42; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-III», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIV, n.º 393, Março de 1958, pp. 77-100; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-IV», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIV, n.º 394, Abril de 1958, pp. 59-72; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-V», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIV, n.º 395, Maio de 1958, pp. 139-142; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-VI», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIV, n.º 396, Junho de 1958, pp. 75-80; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-VII», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIV, n.º 397, Julho de 1958, pp. 63-68; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-VIII», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIV, n.º 398, Agosto de 1958, pp. 105-122; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-IX», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIV, n.º 399/400, Setembro/Outubro de 1958, pp. 85-88; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-X», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIV, n.º 401, Novembro de 1958, pp. 81-98; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-XI», *Ibidem*,

Gama («nau S. Rafael e a cruz de Cristo»<sup>1017</sup>), com aspectos relativos a cientistas («cosmógrafos e matemáticos»<sup>1018</sup>), personalidades e famílias relevantes associadas com a Índia («companheiros de Luís de Camões na viagem para a Índia, famílias estrangeiras, fidalgos e outros actores desta aventura marítima»<sup>1019</sup>). Nos outros artigos de temática «histórica» editados pelo *Boletim*, destacar-se-iam, entre outros, os relacionados com a «chegada de Gama à Índia»<sup>1020</sup>, com «guerras na Índia»<sup>1021</sup>, com «Goa»<sup>1022</sup>, com o

---

*Boletim*, Ano XXXIV, n.º 402, Dezembro de 1958, pp. 215-228; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-XII», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXV, n.º 403/404, Janeiro/Fevereiro de 1959, pp. 43-51; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-XIII», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXV, n.º 405, Março de 1959, pp. 35-38; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-XIV», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXV, n.º 406, Abril de 1959, pp. 61-66; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-XV», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXV, n.º 407/408, Maio/Junho de 1959, pp. 129-137; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-XVI», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXV, n.º 409, Julho de 1959, pp. 71-80; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-XVII», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXV, n.º 411/412, Setembro/Outubro de 1959, pp. 133-138; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-XVIII», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXV, n.º 413/414, Novembro/Dezembro de 1959, pp. 329-332; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-XIX», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXVI, n.º 415/416, Janeiro/Fevereiro de 1960, pp. 349-352; *Idem*, «Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes-XX», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXVI, n.º 418/419, Abril/Maio de 1960, pp. 213-218; *Idem*, «Pilotos das navegações portuguesas nos séculos XVI e XVII», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXVI, n.º 424/425, Outubro/Novembro de 1960, pp.291-294; *Idem*, «Pilotos da carreira da Índia no tempo dos Filipes», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXVI, n.º 426, Dezembro de 1960, pp. 367-370.

<sup>1017</sup> Frazão de Vasconcelos, «A figura de proa da nau S. Rafael», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXX, n.º 351, Maio de 1951, pp. 17-26; «A Cruz da Ordem de Cristo», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXVI, n.º 417, Março de 1960, pp. 145-156.

<sup>1018</sup> Frazão de Vasconcelos, «Luís de Figueiredo Falcão», *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXX, n.º 351, Setembro de 1954, pp. 111-124; «O Ultramar português no 3.º quartel do século XVII», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXII, n.º 372, Junho de 1956, pp. 63-72; «Subsídios inéditos sobre Gaspar Manuel, piloto da carreira da Índia, China e Japão (séculos XVI e XVII)», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXII, n.º 373, Julho de 1956, pp. 65-74; «António de Mariz Carneiro, cosmógrafo-mor de Portugal, chamado o agulha fixa», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXII, n.º 377, Novembro de 1956, pp. 41-54; «António de Najera, Matemático do século XVII, era português ou castelhano?», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXVI, n.º 422/423, Agosto/Setembro de 1960, pp. 271-274.

<sup>1019</sup> Frazão de Vasconcelos, «Uma família de origem grega que serviu na Índia portuguesa nos séculos XVI e XVII» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXII, n.º 378, Dezembro de 1956, pp. 49-54; «Notícias da Índia em 1614», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXIII, n.º 379, Janeiro de 1957, pp. 139-146; «Um valente soldado guarda-mor da Torre do Tombo da Índia», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXIII, n.º 380, Fevereiro de 1957, pp. 233-240; «Alguns companheiros de Luís Camões na viagem para a Índia em 1553», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXIII, n.º 381, Março de 1957, pp. 95-114; «Notas sobre pilotos portugueses da carreira da Índia, no século XVII», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXIII, n.º 383, Maio de 1957, pp. 63-68; «Dom Manuel de Meneses, capitão-mor de armadas da Índia», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXIII, n.º 387, Setembro de 1957, pp. 129-136; «Subsídios para a história da carreira da Índia», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXIII, n.º 388, Outubro de 1957, pp. 139-144; «Apontamentos sobre Aleixo da Mota», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXIII, n.º 389, Novembro de 1957, pp. 109-120; «A nomeação do presidente do Conselho da Índia em 1608», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXIII, n.º 390, Dezembro de 1957, pp. 47-52; «Pilotos das navegações portuguesas nos séculos XVI e XVII», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXVI, n.º 424/425, Outubro/Novembro de 1960, pp.291-294; «Mais alguns subsídios sobre gali zabra», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXXVII, n.º 429/430, Março/Abril de 1961, pp. 163-168.

<sup>1020</sup> Amadeu Cunha, «A Chegada do Gama à Índia» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIV, n.º 276, Junho de 1948, pp. 33-36; Artur de Sá, «Índia, Macau e Timor», *Ibidem*, *Boletim*, Ano XXVI, n.º 310, Abril de 1951, pp. 65-78.

<sup>1021</sup> Jacinto José do Nascimento Moura, «Guerras na Índia», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXXVII, n.º 434/435, Agosto/Setembro de 1961, pp. 183-210.

«centenário do Abade Faria»<sup>1023</sup>, com a «carta ao Mahatma Ghandi»<sup>1024</sup>. Destes, destacaria dois, já contextualizados no período de crise das relações entre Portugal e a União Indiana: o primeiro, de um médico, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Goa, Victor Dias sobre a referida carta a Ghandi; o segundo, do jornalista Emile Marini sobre uma reportagem efectuada a «Goa» e publicada em livro, no ano de 1956<sup>1025</sup>.

No primeiro, Victor Dias, numa espécie de carta aberta a este nacionalista indiano, acusava o pacifista de instigar as populações luso-indianas à revolta contra o Governo português, para se integrarem na União Indiana, país que se autonomizara da Grã-Bretanha, a partir de 1947. E para se distanciar do nacionalismo hindu que queria, cinco séculos depois da chegada dos europeus, reunificar toda a grande Índia ancestral, Dias invocava a superioridade moral da civilização e cultura portuguesas, aspectos que emanavam da essência que o cristianismo havia conseguido transmitir, através de singulares homens de missão e fé, como fora Francisco Xavier<sup>1026</sup>. O jornalista Emile Marini, num outro artigo reproduzia o discurso que fizera em Lisboa, a propósito da apresentação do seu filme, que resultara de uma reportagem feita em Goa, sobre os aspectos positivos para o Ocidente da colonização portuguesa, naquela parcela asiática. Este documentário propagandístico encomendado pelo Estado Novo, nos primeiros anos da década de cinquenta, logo a seguir aos primeiros atritos diplomáticos de Portugal com a União Indiana, pretendia sobretudo divulgar a realidade imperial lusa no estrangeiro, utilizando para tal o francês, uma língua com uma capacidade de mobilização e de extensão superior à língua de Camões. E a tese «moral», ensaiada anteriormente pelo autor da «Carta» a Ghandi sobre a colonização portuguesa na Ásia, voltava novamente ao de cima com as palavras proferidas por este jornalista estrangeiro:

<sup>1022</sup> António dos Mártires Lopes, «Goa, criação de Portugal», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXII, n.º 373, Julho de 1956, pp. 43-64; A. Bernardo de Bragança Pereira, «A feitoria portuguesa de Surrate», *Ibidem, Boletim*, Ano XXIV, n.º 273, Março de 1948, pp. 31-37; Eugénio Montez, «Conferência sobre Goa», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIII, n.º 383, Maio de 1957, pp. 23-34; Noronha Rodrigues Filho, «Comunidades de Goa», *Ibidem, Boletim*, Ano XXVII, n.º 318, Dezembro de 1951, pp. 119-140; Vasco Garin, «The case of Goa and the general Assembly of the United Nations», *Ibidem, Boletim*, Ano XXXIII, n.º 379, Janeiro de 1957, pp. 81-88.

<sup>1023</sup> Óscar Paxeco, «O Centenário do abade Faria», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXII, n.º 377, Novembro de 1956, pp. 35-40.

<sup>1024</sup> Victor Dias, «Carta de um português da Índia ao Mahatma Ghandi», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXII, n.ºs 254/255, Agosto/Setembro de 1946, pp. 12-14.

<sup>1025</sup> Émile Marini, *Goa, tal como a vi*, Lisboa, União Gráfica, 1956, 249 pp. (Edição em francês, inglês e italiano). Também, Emile Marini, «Goa, telle que je l'ai vue» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, n.º 388, Outubro de 1957, pp. 113-126.

<sup>1026</sup> Victor Dias, «Carta de um português da Índia ao...», *op.cit.*, p. 14.

*Tout ce qui s'est passé ces dernières années à Goa prouve que la question de Goa est pour le Portugal essentiellement une question morale, et – il faut objectivement le reconnaître – que Salazar a su prouver au monde entier, sans éclat, mais avec une grande dignité et fermeté, que dans la politique d'une nation, ce ne sont pas toujours et uniquement les intérêts matériels qui compte le plus et qu'un peuple, même petit et pauvre, peut posséder dans son histoire des trésors qui, à ses yeux, l'emportent sur tous les autres intérêts*<sup>1027</sup>.

No respeitante às outras temáticas sobre a Índia publicadas pelo *Boletim* neste período de quinze anos, de salientar que a «ciência/cultura», a «educação» e a «política administrativa» eram aspectos que mereceram 2 artigos, enquanto os conteúdos referentes aos «recursos naturais» e às «missões religiosas» apenas logravam 1. No que se referia ao primeiro pressuposto, os 2 escritos tinham a ver com a «situação demográfica» e com «aspectos da arte religiosa da Índia Portuguesa», respectivamente, da autoria do demógrafo Nuno Alves Morgado<sup>1028</sup> e do especialista em História de Arte, Mário Tavares Chicó<sup>1029</sup>. Quanto à temática da «educação», dos 2 artigos então publicados pelo *Boletim* sobre a «evolução do ensino»<sup>1030</sup> e o «ensino profissional»<sup>1031</sup> no «Estado» da Índia, respectivamente da autoria de José de Oliveira Boléo e Manuel Calvet de Magalhães, pensamos que, pelo conteúdo informativo, o escrito do professor Boléo, sobre a situação dos diversos graus de ensino na possessão asiática, forneça dados mais interessantes do que o do professor Calvet de Magalhães, que era mais um relatório da sua estadia na Índia, entre Maio e Junho de 1955, para orientar cursos para mestres da Escola Industrial e Comercial de Goa, para realizar conferências públicas em Margão e Mapuçá, e para proferir palestras radiofónicas na Emissora de Goa.

Nos 4 últimos artigos publicados pelo *Boletim* sobre a Índia, no período entre 1946 e 1961, apurámos que 2 deles sobre «política administrativa e financeira»<sup>1032</sup> eram do antigo ministro das Colónias e Governador-Geral da Índia José Ferreira Bossa, e os outros 2 sobre

<sup>1027</sup> Émile Marini, Também, «Goa, telle que je l'ai ...», *op. cit.*, *Boletim* n.º 388, Outubro de 1957, pp. 124-125.

<sup>1028</sup> Nuno Alves Morgado, «Crónicas demográficas - Situação demográfica da Índia Portuguesa», *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIV, n.º 398, Agosto de 1958, pp. 131-140.

<sup>1029</sup> Mário Tavares Chicó, «Aspectos da arte religiosa da Índia Portuguesa», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXVII, n.º 318, Dezembro de 1951, pp. 119-140.

<sup>1030</sup> José de Oliveira Boléo, «Panorama filmado da evolução do ensino no Estado da Índia», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXIX, n.º 344, Fevereiro de 1954, pp. 23-36.

<sup>1031</sup> Manuel Maria de Sousa Calvet de Magalhães, «Missão de orientação do ensino profissional no Estado da Índia», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXXII, n.º 374, Agosto de 1956, pp. 35-46.

<sup>1032</sup> José Ferreira Bossa, «A reforma da administração civil do Estado da Índia» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIV, n.º 275, Maio de 1948, pp. 3-20. Ainda, do mesmo autor, «A reforma financeira do Estado da Índia», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano XXV, n.ºs 290/291, Agosto/Setembro de 1949, pp. 19-66.

a temática das «missões religiosas» e dos «recursos naturais», respectivamente do olissipógrafo Fernando Castelo-Branco («A Actividade dos Missionários Portugueses em Ceilão nos Meados do Século XVIII»<sup>1033</sup>) e do investigador J. Rafael dos Remédios Barreto («Plantas Medicinais de Goa»<sup>1034</sup>). No caso dos escritos de Ferreira Bossa, estes procuravam fazer uma evolução da organização administrativa do Indústão português, desde a chegada a essa região de Vasco da Gama, no final do século XV. Numa síntese de dezassete páginas, Bossa fazia uma análise de quatrocentos e cinquenta anos de ocupação lusa nestas remotas paragens do Índico. Descritivo e muito formalista, o seu escrito acabava por ser uma caracterização de decretos e portarias sobre a melhor forma de regular e normativizar os padrões de cultura locais pela lei e regulamentação portuguesa, desde as freguesias rurais, até aos concelhos urbanos mais populosos<sup>1035</sup>.

Em relação ao outro artigo, publicado pelo *Boletim* em Agosto/Setembro de 1949, sobre a «Reforma Financeira do Estado da Índia», este antigo governante alinhava pelo mesmo diapasão do anterior, centrando-se agora a sua análise na leitura das diversas leis que regularam as instituições financeiras desta colónia asiática, procurando colocar sob o seu campo de análise dois documentos legislativos importantes: como ponto de partida a Lei Orgânica n.º 278, de 15 de Agosto de 1914, que reclamava a autonomia das entidades financeiras de cada uma das parcelas do Império Colonial; como ponto de chegada, as reformas de 1947, nomeadamente as Portaria n.º 4.425, de 19 de Junho de 1947, que promulgava o regulamento da contribuição industrial, e a Portaria n.º 4.514, de 28 de Outubro de 1947, de redução e substituição de taxas sobre o próprio valor da mercadoria saída da Alfândega. Estas medidas visavam fazer uma gestão mais criteriosa da Balança Comercial do território e evitar que no período entre as duas Guerras Mundiais a relação entre as receitas cobradas e as despesas pagas fosse nalguns anos deficitária<sup>1036</sup> (**Ver Gráfico 23**).

<sup>1033</sup> Fernando Castelo-Branco, «A Actividade dos Missionários Portugueses em Ceilão nos Meados do Século XVIII» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, n.º 387, Setembro de 1957, pp. 121-128.

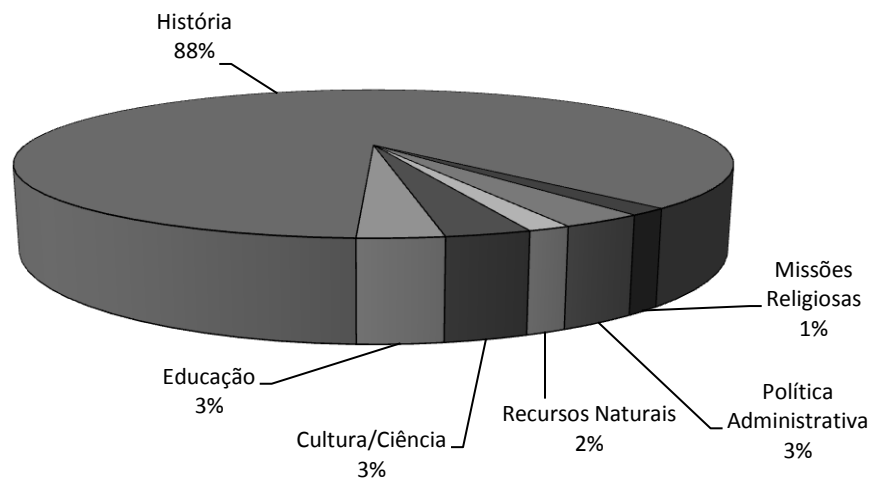
<sup>1034</sup> J. Rafael dos Remédios Barreto, «Plantas Medicinais de Goa» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIV, n.º 280, Outubro de 1948, pp. 48-86.

<sup>1035</sup> José Ferreira Bossa, «A reforma da administração civil do...» in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 275, Maio de 1948, p. 20.

<sup>1036</sup> José Ferreira Bossa, «A reforma financeira do Estado...», *Boletim Geral das Colónias*, n.ºs 290/291, Agosto/Setembro de 1949, pp. 20-21.



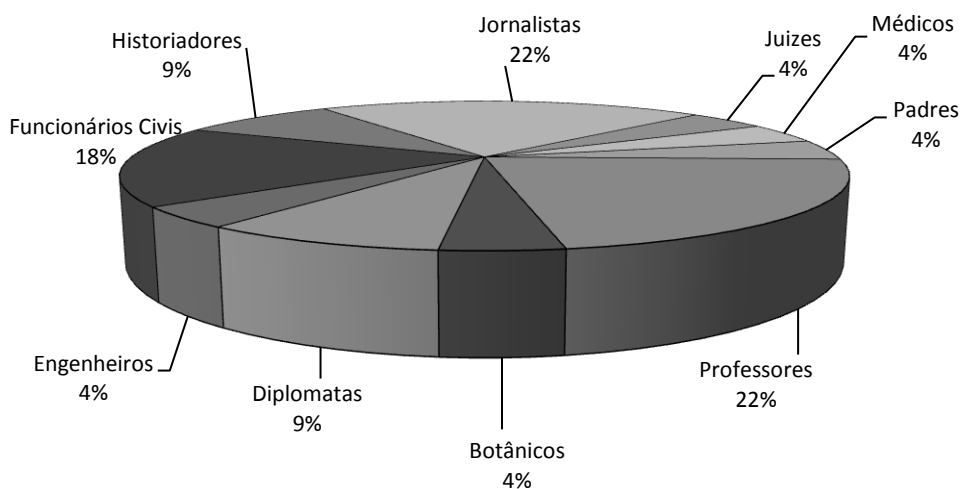
**Gráfico 23: Percentagem de temáticas sobre a Índia no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* entre os anos de 1946 e 1961.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Finalmente, no concernente aos estratos socioprofissionais dos autores que colaboraram com o periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar neste período entre 1946 e 1961, de deduzir que das 23 personalidades, 20 eram portuguesas e 3 estrangeiras: Emile Marini, Eugénio Montez e Lujo Tonicic. Das profissões podemos referir que 18 eram funcionários públicos, sendo 2 funcionários estrangeiros: Eugénio Montez, professor, e Lujo Tonicic, diplomata, e apenas 5 se dedicavam a outra actividade, neste caso ao jornalismo: Amadeu Cunha, António dos Mártires Lopes, Carlos Pegado e Sousa, Noronha Rodrigues Filho e Óscar Pacheco. Da lista dos 16 funcionários portugueses que se mostraram disponíveis para divulgar a realidade colonial da Índia nesta conjuntura do pós Segunda Guerra Mundial, detectámos uma diversidade de profissões, que passamos a discriminar: 4 funcionários civis: Ferreira Bossa, Frazão de Vasconcelos, Nuno Morgado e Panduranga Pirsulencar; 4 professores: Eugénio Montez, José de Oliveira Boléo, Manuel Calvet de Magalhães e Mário Tavares Chicó; 2 historiadores: Fernando Castelo-Branco e Nascimento Moura; 1 botânico: Remédios Barreto; 1 diplomata: Vasco Garin; 1 engenheiro: Rui Sanches; 1 juiz: Bragança Pereira; 1 médico: Victor Dias; 1 padre: Artur de Sá (**Ver Gráfico 24**).

**Gráfico 24: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre a Índia no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* entre os anos de 1946 e 1961.**



**Fonte:** Elaboração própria.

#### **Índia – 5.º Período – Estado Novo (Declínio) - 1962-1970**

Neste período compreendido entre os anos de 1962 e 1970, em plena fase de decadência do Estado Novo, a colaboração sobre a Índia no *Boletim* diminuíra drasticamente passando de 23 articulistas, com 65 artigos da fase anterior, para apenas 6 colaboradores e 8 artigos. Este facto ficara a dever-se à invasão desta possessão pelas tropas da União Indiana, a 18 de Dezembro de 1961, pelo que os artigos publicados nesta última fase se reportavam a temas do passado, verificando-se que 75% deles se referiam a questões «históricas» (6 artigos), enquanto os restantes 25% (2 artigos) se repartiam por aspectos ligados à «missão» e à «cultura literária». No concernente aos conteúdos temáticos, os assuntos do passado dominavam a colaboração nesta altura, constatando-se que dos 6 artigos editados pelo periódico da Agência Geral do Ultramar, 3 eram da autoria do proprietário do jornal *Heraldo*, Santa Rita Vaz<sup>1037</sup>, e 1 do juiz Militão de Quadros<sup>1038</sup>, e tinham a ver com a memória e as consequências do «esbulho» desta possessão asiática,

<sup>1037</sup> Álvaro Santa Rita Vaz, «No rescaldo do esbulho do Estado português da Índia» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLI, n.º 477, Março de 1965, pp. 119-150; *Idem*, «No rescaldo do esbulho do Estado...», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XLI, n.º 478, Abril de 1965, pp. 45-88; «As fundas raízes do chamado plebiscito no Estado português da Índia», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XLIII, n.º 502, Abril de 1967, pp. 21-42.

<sup>1038</sup> J. J. Militão de Quadros, «No dia de Goa», *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLII, n.ºs 497/498, Novembro/Dezembro de 1966, pp. 69-78.

enquanto os outros 2 se referiam a um passado mais longínquo do tempo da história das descobertas, com 2 artigos assinados por Fernando Castelo-Branco e José Augusto Frazão de Vasconcelos respectivamente sobre a «fortaleza de Dio»<sup>1039</sup> e sobre «André Simões», um piloto setecentista da Índia<sup>1040</sup>.

A propósito da «espoliação» dos territórios de Goa, Damão e Diu, o jornalista Santa Rita Vaz no *Boletim* n.º 477, de Março de 1965, num escrito que intitulou «No rescaldo do esbulho do Estado português da Índia», fazia a síntese, a partir da imprensa internacional, dos dias que antecederam a invasão daquela possessão, e dos contactos que a diplomacia de Nehru encetou com os principais países do Mundo, nomeadamente com as autoridades da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América. Depois analisava as reacções na opinião pública após a invasão do final de 1961, respingando dos principais órgãos de comunicação estrangeiros alguns comentários a esse acontecimento, particularmente de alguns jornais e personalidades inglesas, dos quais apenas transcrevemos, entre as mais curiosas, a de M. Bathurst, no jornal *Daily Telegraph*:

O elemento mais inquietante na anexação de Goa não é tanto a hipocrisia de Nehru, nem o júbilo do mundo comunista, nem a impotência das Nações Unidas: é a falta de integridade moral do Governo inglês, que não soube honrar o tratado com Portugal<sup>1041</sup>.

Deveremos ainda salientar as reacções à anexação destes territórios por parte de alguns indianos de origem portuguesa, como era o caso de Militão de Quadros, que publicara um artigo no *Boletim* n.ºs 497/498, de Novembro/Dezembro de 1966, intitulado «No dia de Goa»<sup>1042</sup>, que era a transcrição de um discurso proferido por ocasião do quinto aniversário da invasão destes territórios asiáticos, junto do monumento em Lisboa a Afonso de Albuquerque. Sendo um discurso feito por um natural da Índia que adoptara a cidadania portuguesa, no dia em que se assinalava a perda dessa parcela para Portugal, o seu conteúdo teria de estar imbuído de uma forte carga ideológica. Não conformado com a situação, este juiz recordava com nostalgia a presença lusíada no Oriente daqueles «navegadores», «heróis», «mártires», «santos» e «sábios» que em Goa, Damão e Dio

<sup>1039</sup> Fernando Castelo-Branco, «Modelos da Fortaleza de Dio», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXXVIII, n.ºs 449/450, Novembro/Dezembro de 1962, pp. 110-111.

<sup>1040</sup> Frazão de Vasconcelos, «André Simões, piloto-mor da Índia no século XVII», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XL, n.ºs 467/468, Maio/Junho de 1964, pp. 133-138.

<sup>1041</sup> M. Bathurst citado por Álvaro Santa Rita Vaz, *op.cit.*, *Boletim* n.º 477, Março de 1965, p. 149.

<sup>1042</sup> J. J. Militão de Quadros, «No dia de Goa», *op. cit.*, *Boletim* n.ºs 497/498, Novembro/Dezembro de 1966, pp. 69-78.

havam deixado vestígios espirituais indeléveis. Hoje, segundo Quadros, apesar da perda do domínio português sobre essa região da Índia ter ocorrido há cinco anos, os apaniguados de Nehru não tinham conseguido ainda conquistar «a alma e o coração dos goeses»<sup>1043</sup>.

No campo da temática «histórica», deveremos acentuar nesta última fase do *Boletim* 2 artigos de Fernando Castelo-Branco e de Frazão Vasconcelos sobre a história da navegação e colonização da Índia. No caso do primeiro autor, camonista e membro das Academias de Ciências e História, divulgava num escrito que intitulou «Modelos da Fortaleza de Dio» uma réplica da que foi considerada em 1540 a mais «poderosa» fortaleza do Oriente, existente no Museu de Cascais que teria pertencido ao conde de Castro Guimarães. O outro artigo, do bibliotecário e também membro da Academia de História, José Augusto Frazão de Vasconcelos, tratava do percurso de um piloto das «Navegações portuguesas nos séculos XVI e XVII» chamado André Simões, que partira para a Índia em 1608 na armada do vice-rei D. João Pereira Forjaz, e que por lá ficara até 1615, servindo de piloto-mor em navios do Reino que fizeram a carreira entre diversas regiões da Ásia (China e Malaca)<sup>1044</sup>.

Finalmente, nos outros temas, «igreja/missões» e «cultura colonial», o *Boletim* divulgava na sua última fase de vida 2 artigos da autoria de Meyrelles do Souto e de Amândio César, respectivamente sobre o «Padroado do Oriente: a arquidiocese de Cranganor»<sup>1045</sup> e sobre a «Primavera e Morte na costa do Malabar»<sup>1046</sup>. No caso do primeiro, sobre a diocese de Cranganor, o médico católico fazia o historial desta divisão eclesiástica a partir de um referencial familiar, que era o facto de um dos bispos ter sido seu tio-bisavô. A originalidade que merecia o estudo, estava na circunstância desta diocese ter tido prelado próprio até 1857, mas a partir dessa altura acabaria por ser integrada na diocese de Damão. Em relação ao artigo de Amândio César, tratava-se da versão escrita de uma conferência proferida por este jornalista na «Casa do Infante», em 16 de Dezembro de 1965, a propósito de um discurso proferido dez anos antes por Jawaharlal Nehru, qual metáfora da «primavera» que então o domínio português representava para a costa do Malabar, ao invés do que viria a acontecer na região, após Dezembro de 1961. E desse

<sup>1043</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 77-78.

<sup>1044</sup> Frazão de Vasconcelos, «André Simões, piloto-mor da Índia no século XVII» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XL, n.ºs 467/468, Maio/Junho de 1964, pp. 133-135.

<sup>1045</sup> A. Meyrelles do Souto, «Acerca do padroado do Oriente: A arquidiocese de Cranganor» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, n.ºs 523/524, Janeiro/Fevereiro de 1969, pp. 75-82.

<sup>1046</sup> Amândio César, «Primavera e Morte na costa do Malabar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLII, n.ºs 487/488, Janeiro/Fevereiro de 1966, pp. 11-40.

«cativeiro» e «morte» só São Francisco Xavier, o protector da Índia, poderia «fazer» um milagre e «salvar» Goa do nacionalismo fundamentalista de Nehru e dos seus correligionários<sup>1047</sup>.

Quanto aos autores que subscreveram os escritos desta última fase, ao contrário de outros períodos em que preponderavam como articulistas muitos militares, agora apenas colaboraram civis: 2 personalidades ligadas ao jornalismo: Álvaro Santa Rita Vaz e Amândio César e 4 às profissões liberais: um bibliotecário: Frazão de Vasconcelos; um historiador: Fernando Castelo Branco; um juiz: J. Militão de Quadros; um médico: Meyrelles do Souto.

### **Macau – 1.º Período – República - 1925-1926**

Neste período do início da publicação do *Boletim*, em que se editaram onze números, entre Julho de 1925 e Maio de 1926, apenas se divulgaram 5 artigos sobre a colónia de Macau, de 2 autores: Artur Tamagnini de Sousa Barbosa e Duarte Abecassis. A primeira personalidade tinha nascido em Macau, em 1880, e exercera o cargo de governador daquele pequeno enclave asiático em três momentos em que decorreram os principais regimes políticos da primeira metade do século XX. Assim, foi governador durante a República (1918-1919); a Ditadura Militar (1926-1930); e o Estado Novo (1937-1940). Aliás, este último mandato não foi mais longo porque Tamagnini acabaria por morrer prematuramente no ano de 1940, no exercício das suas funções governativas. Sendo macaísta de nascimento e tendo esta experiência governativa, o escrito que publicou no periódico sobre «o futuro de Macau», logo no primeiro número, de Julho de 1925, reflectia a esperança que este autor punha no desenvolvimento daquelas paragens asiáticas, numa altura em que o Mundo tinha saído de uma Guerra e não vislumbrava grandes esperanças no futuro imediato<sup>1048</sup>.

Quanto a Duarte Abecassis, engenheiro do porto de Macau, entre os anos de 1919 e 1925, escreveu neste período 4 artigos sobre as obras deste porto, sendo o primeiro publicado no *Boletim* n.º 2, de Agosto de 1925, e o último, no n.º 5, de Novembro do mesmo ano. Estes artigos eram a memória de um técnico que serviu o território como director das obras dessa estrutura viária durante seis anos, e no regresso à Europa, por

<sup>1047</sup> *Idem*, Amândio César, *Idem*, «Primavera e Morte na costa do...», *Ibidem*, pp. 38-39.

<sup>1048</sup> Artur Tamagnini de Barbosa, «O Futuro de Macau» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, n.º 1, Julho de 1925, pp. 107- 114, especialmente pp.112-114.

solicitação de Armando Cortesão passara a papel a experiência acumulada ao longo das diversas fases em que supervisionara este equipamento essencial para o progresso da economia dessa região<sup>1049</sup>.

Como se poderá deduzir, pela análise deste período do final da República, a participação de colaboradores no periódico sobre Macau foi escassa, o que demonstrava que esta possessão asiática não despertava na altura grande interesse para a Metrópole, mais preocupada com a situação interna, muito embora o Mundo estivesse a viver uma crise generalizada, pois nunca recuperara dos efeitos nefastos ocasionados pela Primeira Guerra Mundial. Apesar de tudo, durante os primeiros meses de vida do *Boletim* apareceram 5 artigos sobre este território escritos por 2 funcionários superiores locais, que apesar da crise não hipotecavam o futuro de Macau e, até pelo contrário, forneciam directrizes para que o fomento e o bem-estar da colónia fossem assegurados nos tempos mais próximos.

### **Macau – 2.º Período – Ditadura Militar - 1926-1932**

Durante o período da Ditadura Militar, entre 1926 e 1932, o *Boletim* publicou sobre Macau 20 artigos, de 15 autores. Durante a existência deste periódico, este foi o período em que se editaram mais escritos sobre este enclave do Oriente, ficando o facto a dever-se à edição de um número especial do *Boletim* dedicado exclusivamente a este território asiático<sup>1050</sup>, à semelhança aliás do que acontecera já com as outras colónias. Esse volume saíra em Novembro de 1929 e integrava 11 escritos sobre a possessão em análise, correspondendo este montante a mais de metade dos escritos editados durante os seis anos que durou o regime controlado pelos militares que fizeram o 28 de Maio. Também, na colaboração nesse número se notava a presença de alguns militares, pois dos 11 autores, 2 eram militares que desempenhavam ou tinham desempenhado funções neste pequeno enclave chinês administrado por Portugal. No cômputo das temáticas neste período entre 1926 e 1932, de realçar que a história do enclave e das suas relações com outras regiões orientais ocupava a maioria dos escritos editados. Em 15 artigos sobre o passado da

---

<sup>1049</sup> Duarte Abecassis, «As obras do porto de Macau», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 2, Agosto de 1925, pp. 37-64, especialmente p. 37. Sobre a mesma temática do artigo «As obras do porto de Macau» foram publicados mais três artigos no *Boletim* n.º 3, Setembro de 1925, pp. 50-77; no *Boletim* n.º 4, Outubro de 1925, pp. 65-73; no *Boletim* n.º 5, Novembro de 1925, pp. 144-167.

<sup>1050</sup> Vide «Número Especial sobre Macau» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 53, Novembro de 1929, 236 pp.

presença lusa nos mares da China, poderemos destacar alguns dos temas mais pertinentes: «O Governo de Macau»<sup>1051</sup>; «Traços impressionistas de Macau»<sup>1052</sup>; «Ataque dos holandeses a Macau em 1622»<sup>1053</sup>; «Aclamação del-rei D. João IV em Macau»<sup>1054</sup>; «Gruta de Camões»<sup>1055</sup>; «O padroado português no Extremo-Oriente»<sup>1056</sup>; «Relações dos portugueses com o Sião»<sup>1057</sup>; «Uma página para a história de Macau»<sup>1058</sup>; «Vésperas do Ano Novo Chinês»<sup>1059</sup>; «Macau perante a China»<sup>1060</sup>.

Para além dos aspectos impressionistas que uma cidade chinesa ocupada por portugueses poderia ocasionar na alma de um turista ocasional, a grande preocupação dos escritos divulgados pelo *Boletim* era a relação com outros povos vizinhos, nomeadamente a China, a evangelização, o comércio, o domínio espanhol, o assédio dos holandeses e a restauração joanina. Relativamente ao sentimento que este pequeno enclave causava àqueles que vinham de fora, demonstrativas são as palavras da secretária do Governo de Hong Kong, Bella Sidney Woolf, num escrito que intitulou «Traços Impressionistas de Macau»:

Os portugueses fizeram de Macau, tão cheia de sol, uma pequena réplica da sua pátria. E a verdade é que é deveras admirável que, a poucas horas de jornada, se possa encontrar naquela colónia um ambiente completamente diverso...a despeito da vizinhança do vasto país que é a China, a que geograficamente está ligada<sup>1061</sup>.

Contrastando com este optimismo da presença portuguesa em terras do Oriente, por parte das impressões de viagem de uma súbdita de «Sua Majestade», publicava o *Boletim*

<sup>1051</sup> Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, «O Governo de Macau», *Ibidem*, pp. 3-39.

<sup>1052</sup> Bella Sidney Woolf e outro, «Traços impressionistas de Macau», *Ibidem*, pp. 138-141.

<sup>1053</sup> C. R. Boxer, «Ataque dos holandeses a Macau em 1622», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, n.º 33, Março de 1928, pp. 17-30.

<sup>1054</sup> Frazão de Vasconcelos, «A aclamação del-rei D. João IV em Macau», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 53, Novembro de 1929, pp. 53-103.

<sup>1055</sup> Humberto de Avelar, «A Gruta de Camões», *Ibidem*, pp. 148-153.

<sup>1056</sup> J. da Costa Nunes, «O padroado português no Extremo-Oriente», *Ibidem*, pp. 40-45.

<sup>1057</sup> Jacinto José do Nascimento Moura, «Relações dos portugueses com o Sião» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VII, n.º 68, Fevereiro de 1931, pp. 35-55. A mesma temática «Relações dos portugueses com...» foi abordada no *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 69, Março de 1931, pp. 52-77; no *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 70, Abril de 1931, pp. 83-97; no *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 71, Maio de 1931, pp. 78-100.

<sup>1058</sup> Jaime do Inso, «Uma página para a história de Macau» in *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 53, Novembro de 1929, pp. 133-137.

<sup>1059</sup> Maria Ana Acciaioli Tamagnini, «Vésperas do Ano Novo Chinês», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 53, Novembro de 1929, pp. 46-52.

<sup>1060</sup> Morais Palha, «Macau perante a China» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, n.º 66, Dezembro de 1930, pp. 55-60. Este autor escreveu ainda um outro artigo sobre «Climatologia de Macau» in *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 53, Novembro de 1929, pp. 118-128.

<sup>1061</sup> Bella Sidney Woolf, «Traços Impressionistas de...», *op. cit.*, pp. 138-139.

um ano depois, em Dezembro de 1930, um artigo do coronel Morais Palha, antigo chefe dos Serviços de Saúde de Macau, que perspectivando «Macau perante a China», via «nuvens negras» nessa vizinhança. Num contexto de boatos sobre a «retrocessão» do enclave dominado por Portugal à soberania chinesa, corriam uma série de rumores na comunicação social desse país sobre essa devolução, por causa dos perigos que uma vivência ocidental poderia ocasionar nos espíritos dessa população<sup>1062</sup>. Assim, segundo Palha, Portugal não deveria temer esses boatos infundados e desestabilizadores e a prova disso estava, nas palavras do articulista, no facto do tratado de 1887 enunciar que a China se comprometia daí em diante «ao reconhecimento da posse perpétua, por Portugal, de Macau e territórios anexos, que se encontravam já sob a sua administração. Nem a cláusula que esse tratado encerra, a de não poder Portugal desfazer-se de Macau senão a favor da China, se alguma vez o pretender, contraria essa doutrina por qualquer forma que seja»<sup>1063</sup>.

Para além da «história», o *Boletim* publicava neste período 3 artigos sobre a temática da «ciência e cultura» em Macau: «À maneira de conto»<sup>1064</sup>; «Alguns dados estatísticos sobre a colónia portuguesa de Xangai»<sup>1065</sup>; «A Gruta de Camões»<sup>1066</sup>. Este último escrito era da responsabilidade de um advogado e antigo professor do liceu de Macau, Humberto de Avelar, sobre um símbolo da lusitanidade e do domínio português no Oriente. O artigo pretendia situar o local onde o épico teria escrito grande parte dos *Lusíadas*. De referir que nesta fase o periódico editara 2 artigos sobre «política administrativa»: «Estrato do Relatório dos principais serviços prestados em Macau desde Dezembro de 1918 a Março de 1927», de autoria do vice-almirante Hugo de Lacerda Castelo-Branco, sobre algumas das actividades desempenhadas por aquele engenheiro hidrógrafo da Armada na colónia de Macau, como director das Obras dos Portos, delegado à conferência de tarifas aduaneiras em Pequim e como governador interino<sup>1067</sup> (**Ver Gráfico 25**).

<sup>1062</sup> Morais Palha, «Macau perante a China», *op. cit.*, pp. 55-56.

<sup>1063</sup> *Idem, Ibidem*, p. 57.

<sup>1064</sup> Félix Horta, «À maneira de conto» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 53, Novembro de 1929, pp. 129-132.

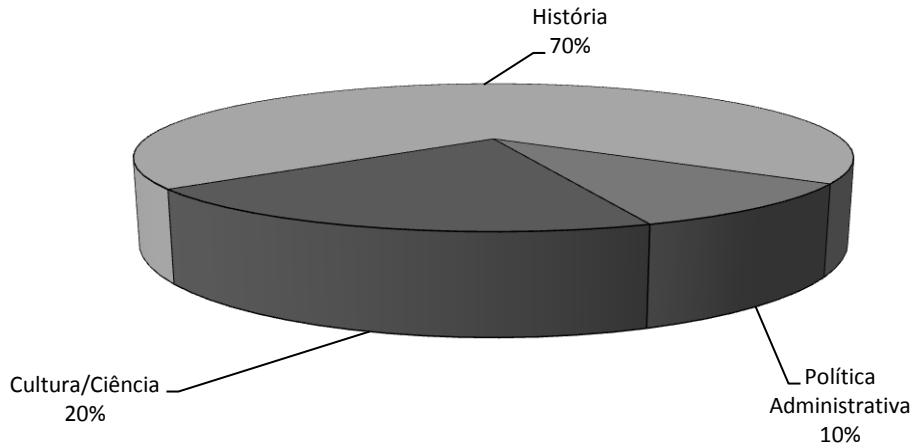
<sup>1065</sup> Francisco de Paula Brito Júnior, «Alguns dados estatísticos sobre a colónia portuguesa de Xangai», *Ibidem*, pp. 142-147.

<sup>1066</sup> Humberto de Avelar, «A Gruta de Camões», *Ibidem*, pp. 148-153.

<sup>1067</sup> Hugo de Lacerda Castelo Branco, «Estrato do Relatório dos principais serviços prestados em Macau desde Dezembro de 1918 a Março de 1927» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, n.ºs 32 e 33, Fevereiro e Março de 1928, respectivamente pp. 3-43 e pp. 46-83.



**Gráfico 25: Percentagem de temáticas sobre Macau no *Boletim da Agência Geral das Colónias* entre os anos de 1926 e 1932.**

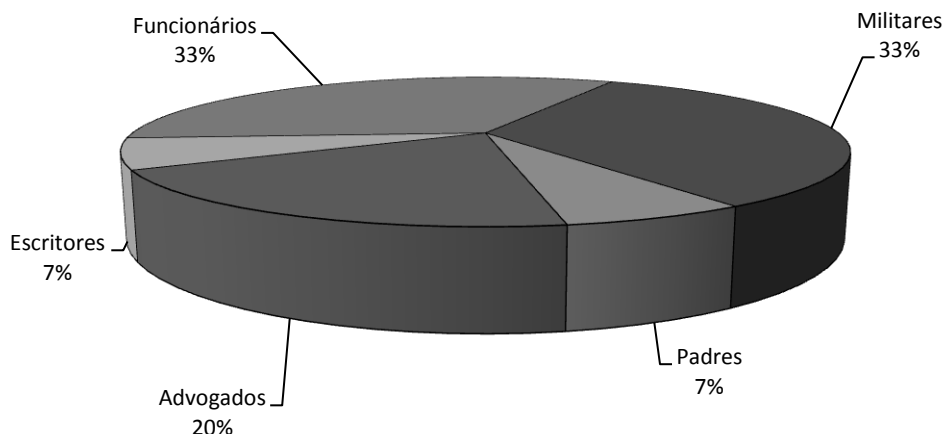


**Fonte:** Elaboração própria.

No respeitante à profissão dos colaboradores do *Boletim* que escreveram sobre Macau neste período de seis anos até à implantação do Estado Novo, deveremos salientar, que a maioria eram militares e funcionários civis, embora encontrássemos ainda outras profissões. Especificando melhor, deste rol constavam as seguintes profissões: 5 militares: tenente Charles Boxer, vice-almirante Hugo de Lacerda Castelo-Branco, capitão Jacinto José do Nascimento Moura, capitão-tenente Jaime do Inso, coronel Morais Palha; 4 funcionários civis: A.P., Artur Tamagnini Barbosa, Bella Woolf, José Augusto Frazão de Vasconcelos; 3 advogados: Félix Horta, Humberto de Avelar, João dos Santos Monteiro; 1 diplomata: Francisco de Paula Brito Júnior; 1 eclesiástico: J. da Costa Nunes; 1 escritor: Maria Ana Acciaioli Tamagnini. Esta caracterização é um pouco fluida, pois há funcionários civis que são advogados, militares que são engenheiros ou médicos, advogados que são diplomatas, de qualquer modo esta foi a seriação que nos pareceu mais correcta. Nesta lista encontrámos 2 britânicos, Bella Sidney Woolf e Charles Ralph Boxer, e ainda uma senhora, Maria Ana Acciaioli Tamagnini, esposa do governador Tamagnini Barbosa, poetisa e escritora<sup>1068</sup> (**Ver Gráfico 26**).

<sup>1068</sup> Maria Ana Acciaioli Tamagnini publicou apenas uma antologia de escritos dispersos com o título *Lin Tchi Fá-Flor de Lótus – Poesias do Extremo Oriente*, Lisboa, 1925, 95 pp. A reedição da obra só seria feita seis décadas depois em 1991, pelo Instituto Cultural de Macau.

**Gráfico 26: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre Macau no *Boletim da Agência Geral das Colónias* entre os anos de 1926 e 1932.**



**Fonte:** Elaboração própria.

### **Macau – 3.º Período – Estado Novo (Implantação) - 1932-1945**

Nesta fase em que o Estado Novo emergia, o *Boletim* editara 4 artigos sobre esta possessão, de apenas 2 autores: Américo Pacheco Jorge e Jaime do Inso. O primeiro autor, advogado, de origem macaense, foi convidado para proferir uma conferência na Sociedade Nacional de Belas Artes sobre uma visita à China do pintor Fausto Sampaio, a convite das autoridades do Estado Novo. Dessa apresentação pública de um artista que tinha imortalizado na tela as paisagens e as gentes desse recanto oriental resultara um escrito no *Boletim* n.º 196, Outubro de 1941, com o título «A China que Fausto Sampaio sentiu»<sup>1069</sup>. A outra personalidade que publicara os seus trabalhos no periódico, neste período foi o capitão-de-fragata Jaime do Inso<sup>1070</sup>, antigo comandante da canhoneira *Pátria*, que entre Julho/Agosto de 1932 e Julho de 1941 editara 3 trabalhos sobre esta colónia que tinham a ver com aspectos relacionados com a sua economia e ainda com as vias de comunicação: «Macau e as suas indústrias»; «Comunicações com as colónias do Extremo-Oriente»;

<sup>1069</sup> Américo Pacheco Jorge, «A China que Fausto Sampaio sentiu» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, Outubro de 1941, n.º 196, pp. 19-37.

<sup>1070</sup> Jaime do Inso, «Macau e as suas indústrias», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano VIII, n.ºs 86/87, Julho/Agosto de 1932, pp. 18-35. Ainda mais os seguintes artigos: «Comunicações com as colónias do Extremo-Oriente», *Boletim Geral das...*, Ano XI, n.º 121, Julho de 1935, pp. 35-38; «Quadros de Macau» in *Boletim Geral das...*, Ano XVII, n.º 193, Julho de 1941, pp. 20-45.

«Quadros de Macau». Uma das questões mais pertinentes que o capitão-tenente Inso abordava nestes seus escritos sobre Macau era a questão das comunicações. E este assunto integrava mesmo o âmbito das qualificações profissionais deste militar que na sua missão de membro das Forças Armadas viajava por todo o Mundo e constatava como era angustiante ver que um país que possuía um Império Colonial, tão antigo e vasto, e que advogava a unidade entre todos os seus territórios da Europa à Oceania, e não mantinha uma ligação marítima com Macau. Relembrava ainda que Macau estava mesmo ao lado de um país do tamanho da China, do qual nós tínhamos sido os precursores da civilização ocidental nestas paragens e os intermediários entre o comércio europeu e aquele país do «Império do Meio», durante mais de um século. Apesar de todos estes laços históricos, na terceira década do século XX, as relações comerciais de Portugal com a China, segundo Jaime do Inso, apareciam abaixo das que a pequena república americana da Guatemala tinha com este «gigante» asiático<sup>1071</sup>.

Em relação à componente académica e socioprofissional dos 2 autores que colaboraram, neste período, com o periódico da Agência Geral das Colónias, de salientar que 1 provinha da classe liberal, pois era advogado em Macau. O outro autor procedia da Marinha, onde a par das actividades castrenses de comandar navios, como a canhoneira *Pátria*, juntava o hábito de fazer investigação sobre alguns aspectos relevantes da história colonial do seu País.

#### **Macau – 4.º Período – Estado Novo (Adaptação) - 1946-1961**

Neste período compreendido, entre 1946 e 1961, o *Boletim* publicou sobre Macau 5 artigos, da autoria de 4 colaboradores. A temática destes escritos era maioritariamente sobre a «história» daquela possessão oriental, havendo apenas um que se referia aos «portos e vias de comunicação». No respeitante à «história» daquele enclave luso, de referir 4 escritos da autoria de Carlos Bívar, Frazão de Vasconcelos e Manuel Gonçalves Monteiro. O primeiro autor escrevia sobre o «descobrimento da China» e a «primeira embaixada portuguesa» a esse território asiático, em 2 artigos publicados nos *Boletins* n.ºs 307 e 309, respectivamente de Janeiro e Março de 1951<sup>1072</sup>. Interessante mencionar os

<sup>1071</sup> Jaime do Inso, *Idem*, «Comunicações com as colónias do...», *Ibidem*, *Boletim* n.º 121, p. 36.

<sup>1072</sup> Carlos Bívar, «China – O Descobrimento» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 307, Janeiro de 1951, pp. 75-78. Ainda, «China – A embaixada portuguesa», *Ibidem*, *Boletim* n.º 309, Ano XXVI, Março de 1951, pp. 83-88.

pormenores que Bívar aludia nestes artigos sobre a descoberta da China, em 1517, por Fernão Peres de Andrade, e de uma embaixada posterior que o governador da Índia, Lopo Soares de Albergaria, mandara na nau do mesmo capitão-mor, Andrade, a esse território do «Celeste Império», e que era chefiada por um farmacêutico, natural de Leiria, chamado Tomé Pires, que antes de Janeiro de 1520 ainda não conseguira chegar a Pequim. Mas o imperador chinês acabara por não querer receber os portugueses e, em Setembro de 1523, a maior parte da comitiva foi julgada e condenada à morte, não se sabendo ao certo o destino do farmacêutico Pires<sup>1073</sup>.

O artigo de Frazão de Vasconcelos referia-se a uma época posterior de uma embaixada portuguesa ao Japão, comandada por António Cabral que, em 11 de Agosto de 1647, partira de Macau com destino a essas terras do «Sol Nascente»<sup>1074</sup>. Para além de descritivo, este escrito complementava uma série de informações que em primeira-mão o tenente Charles Boxer dera sobre o mesmo assunto, num artigo divulgado pelo *Boletim* n.º 38, de Agosto de 1928<sup>1075</sup>. O último escrito sobre «história», nesta fase de consolidação do Estado Novo, era do inspector das Alfândegas do Ultramar, Manuel Gonçalves Monteiro, sobre as «Impressões duma Visita a Macau» e resultara de duas conferências proferidas nas sessões públicas dos *Rotary Clube* de Lisboa e do Porto, respectivamente a 22 e 28 de Julho de 1958, após uma visita de trabalho de três semanas ao Extremo Oriente. Era um escrito que começava por descrever os principais monumentos militares, religiosos e culturais, como o da Gruta de Camões, que existiam naquele enclave chinês. Depois desta descrição, passava a enumerar as principais actividades económicas, ligadas mormente ao comércio e à indústria, aspectos prezados pelo autor pois era funcionário superior das Alfândegas. Uma das questões melindrosas que Gonçalves Monteiro analisava era a questão da concorrência desleal que as indústrias macaenses faziam à Metrópole e, ao mercado do Ultramar, como se deprenderia pelas palavras deste funcionário na citada conferência:

Tenho ouvido algumas queixas acerca da concorrência que os produtos originários de Macau estão fazendo nos mercados ultramarinos aos seus similares de origem metropolitana, especialmente aos das indústrias têxteis e nomeadamente às do algodão, salientando-se nessas queixas o facto de tais indústrias

<sup>1073</sup> *Idem*, Carlos Bivar, «China – A embaixada...», *Ibidem*, *Boletim* n.º 309, Março de 1951, pp. 86-87.

<sup>1074</sup> Frazão de Vasconcelos «António Cabral – Capitão-Mor de dois navios que levaram uma embaixada ao Japão em 1647», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXXII, n.º 371, Maio de 1956, pp. 63-74.

<sup>1075</sup> C.R. Boxer, «Embaixada de Portugal ao Japão em 1647», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, n.º 38, Agosto de 1928, pp. 21- 62.

estarem a servir para encobrir a exportação de produtos de outras origens»<sup>1076</sup>. Mas a concorrência não era só dos têxteis (5 fábricas de tinturaria e de estamparia, 3 de peúgas, 22 oficinas de confecção de roupas, 6 oficinas de manufactura de chapéus, bonés e capacetes), como também de outros sectores: louça de ferro esmaltado, espelhos, artefactos de matérias plásticas e fósforos<sup>1077</sup>.

Finalmente, neste período e sobre o tema das «vias de comunicação» o *Boletim* n.º 253, de Julho de 1946, ainda divulgava um artigo sobre «Macau e o seu porto», do tenente-coronel Sanches da Gama, que resultara de uma conferência deste oficial de Engenharia na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 5 de Junho de 1946. Depois de fazer um historial do enclave desde o século XVI, o autor iria concentrar-se no porto de Macau, equipamento que considerava primordial para desenvolver um intercâmbio comercial com os diversos territórios da região. E esta actividade económica era tão importante para os naturais da terra, que Gama não se escusava de citar uma afirmação do padre Francisco Pimentel, em 1670, acerca do mesmo:

(...) E como os moradores desta cidade não tenham bem algum de raiz, nem um palmo de terra em que cair mortos, tirar-lhe o comércio, foi o mesmo que tirar-lhe a vida»<sup>1078</sup>.

Entretanto, este porto começaria a entrar em decadência a partir de 1870 motivada por duas circunstâncias: em primeiro lugar, pelas novas tarifas alfandegárias proteccionistas estabelecidas por Lisboa para preservar os produtos das outras colónias e os fretes de navegação nacionais. Estas medidas iriam ser um rude golpe na economia de Macau, pois perderia a exclusividade de transportar todo o chá que era produzido localmente; em segundo, pelo desleixo da manutenção da sua estrutura portuária e o consequente assoreamento faria com que a utilização do porto fosse deslocalizada para Hong-Kong, sobretudo quando o negócio do ópio foi ilegalizado pelas determinações das conferências de Genebra, de 2 de Novembro de 1924 e 19 de Fevereiro de 1925. Assim, o enclave britânico vizinho assenhoreou-se gradualmente de outros negócios mais escuros na região como eram o ópio, as lotarias e o jogo do *fan-tan*.<sup>1079</sup> Para colmatar todo este rasto de decadência do porto de Macau, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, o

<sup>1076</sup> Manuel Gonçalves Monteiro, «Impressões duma visita a Macau» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIV, n.º 401, Novembro de 1958, pp. 41-68, especialmente p. 60.

<sup>1077</sup> *Idem, Ibidem*, p. 60.

<sup>1078</sup> Francisco Pimentel citado por Sanches da Gama, «Macau e o seu porto» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII, n.º 253, Julho de 1946, pp. 67-92, especialmente p. 67.

<sup>1079</sup> Sanches da Gama, *Idem*, «Macau e o seu...», *Ibidem, Boletim Geral das ...*, Ano XXII, n.º 253, Julho de 1946, p. 87.

engenheiro Gama propunha a construção de uma nova infra-estrutura a ser localizada na ilha de Coloane, proposta já defendida também por outros técnicos, como o engenheiro Miranda Guedes. Para que este projecto tivesse viabilidade e pudesse servir todo o *hinterland* vizinho, Sanches da Gama propunha um acordo comercial com a China, de modo a ajustar os «diferenciais» existentes nas respectivas pautas alfandegárias. Só assim se poderia, na opinião deste engenheiro, combater a «concorrência perigosa do porto de Hong-Kong, dotado de muito melhores condições naturais» e entrar pela via do progresso e manter sempre a bandeira portuguesa a «flutuar», apesar de todas as «vicissitudes» por que passou a história desse pequeno entreposto asiático<sup>1080</sup>.

No concernente aos estratos socioprofissionais dos colaboradores do *Boletim* que escreveram sobre Macau neste período do pós Segunda Guerra Mundial, deveremos acentuar que dos 4 autores, 3 eram civis: Carlos Bivar, José Frazão de Vasconcelos e Manuel Gonçalves Monteiro e apenas 1 militar: Sanches da Gama. Destes autores, 3 eram funcionários do Estado: Frazão de Vasconcelos, bibliotecário; Gonçalves Monteiro, inspector superior das alfândegas ultramarinas; Carlos Bivar, funcionário colonial e secretário da comissão de Geografia Física e Política da Sociedade de Geografia de Lisboa. Em relação a Sanches da Gama, para além de tenente-coronel, era ainda engenheiro e foi nessa qualidade que proferira conferências sobre o porto de Macau.

### **Macau – 5.º Período – Estado Novo (Declínio) - 1962-1970**

No percurso final de vida do *Boletim*, foram publicados 3 artigos, de 3 autores, sobre Macau. De temática variada, que ia da «política administrativa», passando pela «história», até à «economia», estes artigos eram da responsabilidade de 3 personalidades distintas: 1 funcionário superior, por sinal governador da colónia, o tenente-coronel António Lopes dos Santos, que escrevia sobre o «Conselho Legislativo de Macau»; 1 padre jesuíta, Diego Pacheco, que abordava as relações entre «Macau e Nagasáqui»; 1 economista, Rómulo de Figueiredo, que fazia a análise do «sector de pesca na província de Timor». No primeiro artigo, de autoria do responsável maior desta província asiática, o conteúdo mais do que científico, era de carácter ideológico e resultava de um discurso proferido por este governante numa sessão do Conselho Legislativo, do dia 14 de Outubro de 1965. O governador Lopes dos Santos tinha acabado de regressar da Metrópole onde foi em serviço

---

<sup>1080</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 90-92.

chamado pelo ministro do Ultramar, Silva Cunha. Dessa viagem estava o responsável por Macau a dar conhecimento ao seu órgão legislativo local e a falar do que tratara na Europa. Os problemas eram muitos: levantamento hidrográfico; povoamento florestal; conquista de terrenos ao mar; construção de uma ponte a entregar ao engenheiro Edgar Cardoso para ligar as ilhas do território; concessões de energia eléctrica; o plano de esgotos da província; a entrada em funcionamento de uma nova escola: a Escola Comercial Pedro Nolasco; criação de novos serviços meteorológicos; construção de um novo matadouro. Mas um dos problemas que continuava a preocupar a comunidade era o problema económico-financeiro e as relações comerciais entre o território e as outras parcelas do «Mundo Português». Sobretudo, um caso pendente de cerca de um milhão de patacas resultante das exportações que estavam congeladas, por causa das dificuldades da aplicação do Decreto n.º 44.260, de Junho de 1962, que não tinha entrado em vigor por causa das disposições especiais criadas para o território pela legislação de 1957<sup>1081</sup>.

O segundo artigo, referia-se às relações entre «Macau y Nagasaky» e foi escrito pelo jesuíta espanhol Diego Pacheco<sup>1082</sup>. Este artigo, de apenas cinco páginas, resultara de uma conferência proferida por este padre sevilhano radicado há cinquenta e quatro anos no Japão, quarenta e um dos quais na cidade de Nagasaki, no Seminário macaense de S. José. Era director nessa cidade japonesa do museu dos «26 Mártires», criado em memória dos cristãos japoneses e padres estrangeiros, incluindo portugueses, que foram assassinados em 1587, por ordem do *shogun* Toyotomi Hideyoshi. Diego Pacheco ou Diego R. Yuuki, como era conhecido no Japão, baseou-se na documentação da Companhia de Jesus para analisar, nesta conferência, o comércio entre as duas cidades, no período entre o final dos séculos XVI e início do XVII (1597-1617), numa altura em que o comércio português no mar da China passava por dificuldades por causa da dominação espanhola, facto que foi aproveitado por outros impérios rivais, nomeadamente pelos holandeses, para porem em causa a soberania portuguesa nas suas principais possessões ultramarinas. Sendo matéria que interessava à história deste pequeno enclave luso-chinês, vinte e seis anos mais tarde, em 1989, o Centro de Estudos Marítimos de Macau viria mesmo editar uma obra deste

<sup>1081</sup> António Lopes dos Santos, «Conselho Legislativo de Macau» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLI, n.º 484, Outubro de 1965, pp. 39-56, especialmente pp. 44-53.

<sup>1082</sup> Diego Pacheco, «Macau y Nagasaky», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXXIX, n.ºs 454/455, Abril/Maio de 1963, pp. 93-98.

missionário: *A fundação do porto de Nagasáqui e a sua cedência à Sociedade de Jesus*<sup>1083</sup>.

No terceiro e último artigo editado pelo *Boletim* sobre Macau, o economista Rómulo de Figueiredo analisava a «pesca» nesta província lusa do Oriente. De salientar que os recursos piscatórios de Macau, para além de serem muito antigos, pois remontavam ao tempo anterior à fundação da cidade no século XVI, eram ainda muito ricos e diversos, encontrando-se Macau no *ranking* dos recursos piscícolas do «Mundo Português» em terceiro lugar, logo a seguir à Metrópole e a Angola. Segundo Figueiredo, o volume de pescado exportado representava, entre 1957 e 1961, uma percentagem de 26,8% das exportações do território, tendo esse valor no quinquénio seguinte, 1962/1966, baixado para 13,0%<sup>1084</sup>. Esperava o articulista que para os cinco anos subsequentes (1968/1973), o montante da exploração piscícola do enclave voltasse aos valores anteriores dos anos cinquenta. Para que esse facto sucedesse, de acordo com o preconizado pelo III Plano de Fomento, era necessário intensificar as capturas, modernizar as estruturas industriais de apoio, nomeadamente no que respeitava à congelação, à extracção de óleos e à farinhação, para criar estímulos à exportação e desta forma aumentar as divisas deste enclave sob administração portuguesa<sup>1085</sup>.

No que dizia respeito à caracterização socioprofissional dos colaboradores desta altura, de referir que 2 eram portugueses, Lopes dos Santos e Rómulo de Figueiredo, e 1 espanhol, Diego Pacheco. Dois eram funcionários do Estado e o outro missionário de uma ordem religiosa multinacional. Dos funcionários, enquanto 1 era militar e estava destacado na governação da possessão ultramarina, tenente-coronel Lopes dos Santos, o outro era economista, Rómulo Figueiredo, e fazia uma investigação conjunta para todo o Ultramar sobre o valor económico do sector das pescas. O escrito, do padre Pacheco, apesar de se reportar a um período da história do enclave, período da dominação filipina, acabava por se integrar nas preocupações económicas que todos eles ressaltavam neste final da década de sessenta, sobre a viabilidade futura de um território tão pequeno, no meio de uma concorrência feroz que vinha da China comunista e do porto franco inglês de Hong Kong.

<sup>1083</sup> Diego Pacheco, *A fundação do porto de Nagasáqui e a sua cedência à Sociedade de Jesus*, Macau, Centro de Estudos Marítimos, 1989, 67 pp. Edição trilingue em português, japonês e inglês.

<sup>1084</sup> Rómulo de Figueiredo, «Análise do sector de pesca no Ultramar – Subsídios para o seu estudo – VI – A pesca na província de Macau» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV, n.º 517/518, Julho/Agosto de 1968, pp. 53-88, especialmente pp. 53-54.

<sup>1085</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 86-87.



**Moçambique – 1.º Período – República - 1925-1926**

Durante esta primeira fase de vida do *Boletim* foram publicados sobre Moçambique 13 artigos, de 9 autores. Do conjunto desses artigos, salientaremos 6 temáticas: «economia/finanças» (5 artigos); «política administrativa» (4 artigos); «ciências coloniais» (1 artigo); «recursos naturais» (1 artigo); «relações externas» (1 artigo); «vias de comunicação» (1 artigo). Em relação aos artigos sobre «economia/finanças», deveremos destacar os editados pelo funcionário de Fazenda Ernesto Góis Pinto, sobre o «regime monetário»<sup>1086</sup>, o do vogal do caminho-de-ferro de Lourenço Marques Raul do Amaral, sobre a «organização dos serviços» portuários e ferroviários<sup>1087</sup>, o do universitário Pedro Cunha, sobre a «Companhia de Moçambique»<sup>1088</sup>, e o do empresário Serrão de Azevedo, sobre a «empresa agrícola do Lugela»<sup>1089</sup>.

No caso dos artigos sobre o «regime monetário» foram publicados por Góis Pinto no *Boletim* n.ºs 10 e 11, de Abril e Maio de 1926, e reportavam-se à situação monetária que a possessão de Moçambique vivera durante a Primeira Guerra Mundial, fase aliás em que este articulista exercera as funções de direcção nos serviços de Fazenda. Durante esse período entrou em execução o Decreto-Lei n.º 5.809, de 30 de Maio de 1919, que substituíra o anteriormente promulgado ainda na Monarquia pelo conselheiro Teixeira de Sousa, pela Carta de Lei de 27 de Abril de 1901, que estabelecia a emissão de notas pelo Banco Nacional Ultramarino, para aquela possessão. Na opinião deste funcionário, nas condições económicas de Moçambique, encravado entre várias colónias sob administração britânica, havia necessidade de continuar o «regime do ouro», pois, este regime já existia com a circulação da libra, mas também porque vivendo a colónia do tráfico dos portos e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques e da Beira, do comércio, da emigração para a União Sul-Africana e para a Federação das Rodésias e Niassalândia, necessitava dessa moeda para facilitar esse intercâmbio comercial. Para manter esse tráfico internacional e para debelar a crise que viera com o final da Guerra, Góis Pinto propunha algumas

<sup>1086</sup> Ernesto Espregueira Góis – «O regime monetário de Moçambique e os seus efeitos na economia daquela província» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, n.º 10, Abril de 1926, pp. 25-50; *Idem*, «O regime monetário de Moçambique e os seus efeitos na economia ... (conclusão)», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral...*, n.º 11, Maio de 1926, pp. 82-101.

<sup>1087</sup> Raul do Amaral, «Aspecto económico da organização dos serviços do porto e caminhos-de-ferro de Lourenço» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, n.º 10, Abril de 1926, pp. 51-66.

<sup>1088</sup> Pedro José da Cunha, «A Companhia de Moçambique e a sua obra», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 5, Novembro de 1925, pp. 31-67.

<sup>1089</sup> J. Serrão de Azevedo, «Notícia sobre a empresa agrícola do Lugela, Lda», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, n.º 9, Março de 1926, pp. 100-131.

medidas urgentes. Entre quais, as seguintes: saneamento da circulação; redução de uma única «espécie» monetária a circular nesta colónia do Índico; participação do Estado em função dos lucros e não da circulação fiduciária; utilização do cheque em todos os pagamentos efectuados pela Tesouraria Pública; abertura de crédito para incentivo da produção e consequente exportação de produtos locais<sup>1090</sup>. Para além da rentabilização económica das infra-estruturas de transportes, salientaremos outros 2 artigos sobre a exploração agrícola efectuada por duas companhias privadas desta colónia, as Companhias do Lugela e de Moçambique.

Quanto à publicação de artigos sobre temática «administrativa», deveremos salientar a edição de 3 trabalhos de colonialistas e militares conhecidos, nomeadamente de Lopes Galvão, sobre o «regime de mão-de-obra indígena»<sup>1091</sup>, e de Massano de Amorim sobre a «organização dos serviços e trabalhos agrícolas»<sup>1092</sup>. No caso do escrito do coronel Lopes Galvão sobre a «mão-de-obra indígena», o articulista apresentava nesta síntese de doze páginas, publicada pelo *Boletim* n.º 3, de Setembro de 1925, uma análise sobre este pressuposto sócio-económico, em que abordava os seguintes aspectos: «as sociedades de recrutamento existentes na Província»; «o trabalho indígena nos prazos da Zambézia»; «a mão-de-obra nos territórios da Companhia de Moçambique»; «as disponibilidades da mão-de-obra da Província»; «o trabalho compelido»; «um bom regime de mão-de-obra obriga a uma grande obra de assistência»<sup>1093</sup>.

Acerca dos artigos do general Massano de Amorim sobre a «organização dos serviços e trabalhos agrícolas para o fomento de Moçambique», resultavam de uma encomenda feita por Armando Cortesão a este militar, antigo governador-geral de Angola e Moçambique, sobre esta reorganização essencial para o fomento da colónia do Índico, trabalho aliás publicado em sessenta páginas repartidas no *Boletim* n.ºs 2 e 3, de Agosto e Setembro de 1925. Neste âmbito da «política administrativa» ainda foi publicado em Outubro de 1925, pelo *Boletim* n.º 4, 1 artigo do coronel Lisboa de Lima sobre o historial do regime administrativo dos «Prazos da Zambézia» que foram formalmente extintos pela

<sup>1090</sup> Ernesto Espregueira Góis Pinto, «O regime monetário de Moçambique e os seus efeitos na... », *op. cit.*, *Boletim* n.º 10, de Abril de 1926, pp. 49-50.

<sup>1091</sup> J. A. Lopes Galvão, «O regime da mão-de-obra indígena» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, n.º 3, Setembro de 1925, pp. 116-128.

<sup>1092</sup> Pedro Massano de Amorim, «Projecto de bases para a organização dos serviços e trabalhos agrícolas e para o desenvolvimento e fomento da agricultura na província de Moçambique», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.ºs 2 e 3, de Agosto e Setembro de 1925, respectivamente, pp. 3-36 e pp. 22-49.

<sup>1093</sup> J. A. Lopes Galvão, «O regime da mão-de-obra...» in *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 3, Setembro de 1925, p. 128.

legislação de 1832, mas que na prática não se verificara com o referido decreto e ainda com a legislação promulgada em 1890, continuando as terras a serem administradas à maneira do regime feudal europeu e dependentes do arbítrio do senhor que as governava no seu dia-a-dia<sup>1094</sup>.

De referir que o *Boletim* ainda editou neste período inicial sobre Moçambique mais os seguintes artigos: 1 sobre «ciências coloniais», do professor de agronomia Ruy Mayer acerca dos «terrenos aluvionais do vale do Búzi»<sup>1095</sup>; 1 sobre «recursos naturais», do universitário Mello Geraldês, sobre o «sisal»<sup>1096</sup>; 1 do coronel Lopes Galvão sobre as «relações diplomáticas» de «Moçambique e a União-Sul-Africana»<sup>1097</sup>; por fim, 1 sobre «vias de comunicação», do coronel Lisboa de Lima<sup>1098</sup>. Destas 4 temáticas, constatamos que para além do estudo e exploração dos recursos locais, a grande preocupação de alguns colaboradores, neste final do regime republicano, era o relacionamento com os territórios limítrofes, e destes escritos aquele que revelava mais essa inquietação era o do coronel Lopes Galvão. Assim, no *Boletim* n.º 4, de Outubro de 1925<sup>1099</sup>, este engenheiro militar, num escrito de vinte páginas, fazia uma abordagem em que destacava os elementos importantes para uma cooperação de interajuda em que se valorizavam os produtos económicos, para traçar um rumo na diplomacia entre os dois territórios, permitindo que questões tão importantes, como as da emigração laboral e as tarifas ferro-portuárias continuassem reguladas por acordos provisórios que Galvão esperava, num futuro próximo, após o encontro entre as autoridades dos dois países que as referidas contendas ficassem resolvidas.

No respeitante à componente socioprofissional dos colaboradores, verificamos que 3 eram militares, general Massano de Amorim e os coronéis de engenharia Lisboa de Lima e Lopes Galvão; 3 professores universitários, Mello Geraldês e Ruy Mayer, Agronomia, Pedro Cunha, Ciências; 2 funcionários coloniais, Ernesto Pinto e Raul do Amaral; 1

<sup>1094</sup> A. A. Lisboa de Lima, «Prazos da Zambézia», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 3, Setembro de 1925, pp. 56-64.

<sup>1095</sup> Ruy Mayer, «Contribuição para os estudos dos terrenos aluvionais do vale do Búzi», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 5, Novembro de 1925, pp. 96-113.

<sup>1096</sup> C. de Mello Geraldês, «Le sisal au Mozambique», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, n.º 11, Maio de 1926, pp. 66-81.

<sup>1097</sup> J. A. Lopes Galvão, «Moçambique e a União-Sul-Africana», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 4, Outubro de 1925, pp. 3-23.

<sup>1098</sup> A. A. Lisboa de Lima, «Caminho-de-ferro da Suazilândia», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 1, Julho de 1925, pp. 13-23.

<sup>1099</sup> J. A. Lopes Galvão, «Moçambique e a União Sul-Africana», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 4, Outubro de 1925, pp. 3-23.

empresário de uma concessionária agrícola, Serrão de Azevedo. Exceptuando o empresário, que já tinha sido director dos Serviços de Saúde de Moçambique, todos os restantes colaboradores tinham vínculo com a função pública, o que demonstrava o pouco interesse por parte das empresas privadas em colaborar com este periódico. Por outro lado, concluímos que entre os autores que enviavam textos sobre as questões relacionadas com Moçambique, neste final do regime republicano, 6 eram civis e só os restantes 3 eram militares. Não encontramos religiosos a colaborar, o que também se compreendia pelo carácter laico da República. Entre as habilitações destes quadros estatais, encontramos maioritariamente os professores universitários que versavam nos seus escritos temas ligados à investigação e/ou aos recursos naturais coloniais.

Quanto aos militares, porque 2 eram da arma de engenharia, os temas escolhidos tinham a ver com questões dos transportes e das relações viárias com os territórios limítrofes. No caso das questões económico-financeiras, estas foram abordadas por um antigo funcionário de carreira dos serviços de Fazenda de Moçambique e Macau, Ernesto Góis Pinto, pessoa com qualificações suficientes para tratar de alguns dos casos complexos das finanças públicas. Aliás, muitos dos colaboradores em áreas específicas da Educação, Fazenda, Obras Públicas, Saúde eram funcionários metropolitanos que dirigiram repartições nas diversas possessões ultramarinas e que, depois de abandonarem os seus lugares, davam testemunho das suas experiências com estes escritos para os periódicos coloniais da altura.

### **Moçambique – 2.º Período – Ditadura Militar - 1926-1932**

Na fase que decorreu entre 1926 e 1932, o *Boletim* publicou 51 artigos, de 28 autores. De ressaltar que este período de apenas seis anos, foi o mais frutífero em termos de divulgação de escritos e autores. Uma das razões tinha a ver com o interesse que esta possessão, bem como a de Angola, na altura despertaram na opinião pública colonial, por sinal as duas parcelas que divulgaram mais autores (43 para Angola e 28 para Moçambique) e mais artigos (108 para Angola e 51 para Moçambique), no período em que Portugal foi governado por esta elite militar. Também, o facto de a Agência Geral das Colónias ter editado, em Agosto de 1929, um número especial sobre «Moçambique»<sup>1100</sup> fizera com que de uma só vez fossem publicados 16 artigos, o que correspondia a 30% da

<sup>1100</sup> Vide a propósito deste número especial sobre «Moçambique» o *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, Agosto de 1929, n.º 50, 408 pp.

colaboração sobre esta colónia, nesta fase entre Junho de 1926 e Junho de 1932. De entre as temáticas mais abordadas pelos escritos sobre Moçambique do *Boletim* estavam as relacionadas com as questões «económico/financeiras», com 22 artigos, vindo logo a seguir a divulgação de temas sobre «ciências coloniais» e «política administrativa», com 7 cada, «recursos naturais» e «vias de comunicação», com 6 cada, e «história», com 4. Havia desta forma uma grande diferença entre as questões do presente, com a divulgação de seis vezes mais artigos, do que com as questões do passado, com apenas 2 trabalhos sobre a história desta parcela do Índico.

Sobre a temática «económica», o coronel A. Galvão foi o autor que, entre Dezembro de 1927 e Março de 1932, divulgara mais escritos sobre a questão do «comércio» e da «navegação», 9, a uma média de 2 artigos por ano. Deste modo, Galvão procurava incidir a sua investigação na observação de pressupostos produtivos, como a actividade agrícola e industrial, mas também na incidência de consumo, na perspectiva de saber donde vinham e para onde iam os produtos da sua balança comercial. Não era de estranhar que esta possessão importasse da Grã-Bretanha um terço dos produtos que necessitava para o seu consumo. Mas o que não se compreendia era que a Alemanha, potência saída derrotada da Primeira Guerra Mundial, nove anos depois ainda em fase de recuperação da devastação, fosse o terceiro país que mais exportava para Moçambique nesta altura, logo a seguir à Grã-Bretanha e à União-Sul-Africana, à frente de Portugal Continental, potência que administrava o território. O autor deste artigo, coronel Galvão, chegava mesmo a ser irónico com esta situação ao afirmar:

A Alemanha vencida da guerra, ainda ontem nossa inimiga, tem já na colónia, que os seus soldados invadiram e devastaram, uma posição superior à nossa!<sup>1101</sup>

Para além do coronel Galvão, ainda houve mais 8 autores a escrever sobre aspectos da «economia e finanças» de Moçambique, após o final da República. Neste sentido deveremos destacar os escritos do administrador da Companhia do Boror Estolano Ribeiro, sobre o aproveitamento agrícola da província da Zambézia, onde se localizava a empresa que geria<sup>1102</sup>; do agrónomo Francisco Monteiro Grilo sobre a agricultura nesta possessão

<sup>1101</sup> A. Galvão, «O Comércio e a Navegação de Moçambique em 1926» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano III, n.º 30, de Dezembro de 1927, pp. 29-43, especialmente p. 39.

<sup>1102</sup> Estolano Ribeiro, «A Zambézia Agrícola», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 50, Agosto de 1929, pp. 59-73.

do Índico<sup>1103</sup>; do engenheiro Trigo de Moraes sobre a colonização do vale do Limpopo<sup>1104</sup>; dos veterinários Albino Fernandes e António Augusto Aires sobre alguns aspectos da pecuária<sup>1105</sup> e da produção leiteira na região sul desta colónia<sup>1106</sup>; de José Cardoso, presidente da Associação do Fomento Agrícola de Moçambique sobre as «finanças» e o «crédito»<sup>1107</sup>; de António Joaquim de Freitas sobre a questão dos jazigos minerais em Moçambique, sobretudo nas regiões de Manica e de Tete<sup>1108</sup>.

Quanto aos outros temas mais divulgados pelo *Boletim*, de destacar a importância dada aos aspectos relacionados com a «ciência colonial» e com a implementação de medidas no terreno que reforçassem a administração colonial portuguesa nesta região da África Austral. Assim, sobre a investigação científica então «cultivada» poderemos ressaltar áreas tão diversas como demografia, linguística, medicina, meteorologia e veterinária. No caso das temáticas investigadas, salientaremos os escritos do tenente Mário Costa, sobretudo o que se referia à diminuição da população autóctone, de acordo com os censos realizados nas primeiras décadas do século XX<sup>1109</sup>. Segundo o director de Estatística da Companhia de Moçambique, o primeiro recenseamento demográfico feito em Moçambique foi devido à acção do governador-geral Abreu Lima, em 1874, mas os resultados encontrados eram muito incompletos e parciais, pois só se referiam aos centros urbanos e mesmo nesses só se quantificavam as populações livres e escravas<sup>1110</sup>. Ainda no século XIX, o *Anuário Estatístico dos Domínios Portugueses (1899-1900)* trazia a informação da população de três distritos (Gaza, Inhambane e Moçambique) e da privada Companhia de Moçambique baseada em três variantes étnicas: populações «branca»,

<sup>1103</sup> Francisco Monteiro Grilo, «Elementos para o esboço económico-agrícola de Quelimane» e «Moçambique agrícola», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Anos III e V, n.ºs 26 e 50, Agosto de 1927 e Agosto de 1929, respectivamente pp. 89-108 e 256-284. Conjuntamente com Lourenço Morgado «Algumas culturas de Moçambique», *Ibidem, Boletim* n.º 50, Agosto de 1929, pp. 285-325.

<sup>1104</sup> A. Trigo de Moraes, «Rega e drenagem do vale do Limpopo», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, n.ºs 12 e 13, de Junho e Julho de 1926, respectivamente pp. 46-70 e 108-131.

<sup>1105</sup> Albino Fernandes, «Problema Pecuário da colónia de Moçambique», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 50, Agosto de 1929, pp. 149-155.

<sup>1106</sup> António Augusto Pires, «Indústria leiteira no distrito de Lourenço Marques», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 50, Agosto de 1929, pp. 184-192.

<sup>1107</sup> José Cardoso, «Finanças e crédito de Moçambique», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, n.º 76, Outubro de 1931, pp. 40-69. Também, «Finanças e crédito de... (conclusão)», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, n.º 77, Novembro de 1931, pp. 31-109.

<sup>1108</sup> António Joaquim de Freitas, «O problema económico da colónia de Moçambique», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, n.º 65, Novembro de 1930, pp. 65-68. Ainda, «Jazigos minerais e trabalhos mineiros em Manica e Tete», *Ibidem, Boletim Geral das...*, ano VIII, n.º 80, Fevereiro de 1932, pp. 53-103.

<sup>1109</sup> Mário Costa, «A população indígena de Moçambique tem diminuído, segundo falam os censos», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 50, Agosto de 1929, pp. 139-148. Também, «Da população no território de Manica e Sofala», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano VIII, n.º 79, Janeiro de 1932, pp. 55-73.

<sup>1110</sup> Mário Costa, «A população indígena de Moçambique...», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 50, Agosto de 1929, p. 143.

«mista» e «preta». Após estes dados estatísticos elementares, os censos realizados nas primeiras décadas do século XX, nos anos de 1908, 1917, 1920, 1923, 1926 e 1927, comprovaram, segundo o tenente Costa, que a população indígena atingira o número mais alto em 1917, com 3.652.008, passando a partir dessa data a regredir para atingir 3.530.377, em 1923<sup>1111</sup>.

Relativamente às restantes temáticas deste período, o *Boletim* publicara artigos sobre a «política administrativa» e o incentivo à colonização de povoamento europeu nas zonas agrícolas e rurais, como sugeriam os artigos do professor da Escola Superior Colonial, M. Costa Dias, editados nos finais do ano de 1930<sup>1112</sup>. Sobre esta «política», 1 artigo do proprietário agrícola Gavicho de Lacerda, sobre uma pretensa divisão do território de Moçambique em duas partes distintas, uma a norte e outra a sul, para melhor ser administrada. A ideia divisionista não era de Lacerda, mas baseara-se num escrito inserido no *Diário de Notícias*, de 30 de Agosto de 1930, pelo oficial da Armada Carlos Mariano de Carvalho, que pegara na ideia original lançada pelo ministro da Marinha e Ultramar, Júlio de Vilhena, em 1891, um ano depois da declaração do Ultimato britânico. O repto visava a melhor governação dum vasto território com uma superfície de 780.000 km<sup>2</sup>, e uma extensa costa de 2.300 Km. Esta ideia de constituir um «Estado» na África Oriental dividido em duas partes e dirigido por um Alto-Comissário chegara a ser publicada em decreto, com data de 30 de Setembro de 1891<sup>1113</sup>.

Sobre os «recursos naturais» e «vias de comunicação», os escritos agora publicados não vinham alterar as preocupações dos publicistas e autores que haviam colaborado com o *Boletim* no período anterior, quando a revista se começara a editar, continuando os temas e o conteúdo dos artigos a serem idênticos. Assim, a «floresta» e o cultivo da «banana» continuavam a ser temas aliciantes para agrónomos, silvicultores e botânicos, como Carlos de Melo Vieira<sup>1114</sup>, Raúl Guardado<sup>1115</sup> e António Gomes e Sousa<sup>1116</sup> que apostavam na

<sup>1111</sup> Mário Costa, *Idem*, «Quadro da população indígena nos anos de 1917, 1920, 1923, 1926 e 1927», *Ibidem*, pp. 145-146.

<sup>1112</sup> M. Costa Dias, «Monographie de la colonisation rurale de peuplement dans les colonies portugaises d'Angola et de Mozambique» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, n.ºs 65 e 66, de Novembro e Dezembro de 1930, respectivamente pp. 3-40, e pp. 28-54.

<sup>1113</sup> Francisco Gavicho de Lacerda, «A divisão da província de Moçambique em duas, norte e sul», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, n.º 60, Junho de 1930, pp. 24-27, especialmente p. 27.

<sup>1114</sup> Carlos de Melo Vieira, «A bananeira no distrito de Lourenço Marques», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 50, Agosto de 1929, pp. 193-201.

<sup>1115</sup> Raul Augusto da Silva Guardado, «Elementos para o reconhecimento florestal da colónia de Moçambique», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 50, Agosto de 1929, pp. 74-133. Ainda, «Colónia de Moçambique», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, n.º 65, Novembro de 1930, pp. 69-88; «Florestas de Moçambique», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano VIII, n.º 82, Abril de 1932, pp. 59-90.

produção e preservação desses produtos como forma de rentabilizar os mesmos, mas no caso das florestas a utilização cuidadosa das madeiras seria uma forma de manter um equilíbrio no ecossistema e no próprio clima da colónia<sup>1117</sup>.

Quanto aos artigos sobre as «vias de comunicação» publicados nesta altura, a preocupação dos seus autores continuava a ser ligação ferroviária entre os dois principais portos de Moçambique, Lourenço Marques e Beira, com o *hinterland* da África Austral britânica. Em relação aos escritos de duas conceituadas autoridades neste campo dos transportes do ferro-carril, o coronel Lisboa de Lima<sup>1118</sup>, e do engenheiro Pinto Teixeira<sup>1119</sup>, nada de novo nas propostas que faziam na melhoria das condições dos portos e ligações ferroviárias entre as duas principais cidades de Moçambique e os territórios da África do Sul e das Rodésias. No entanto, a ligação entre os portos da Beira e de Quelimane com a federação do Niassalândia atravessando o rio Zambeze obrigaria as autoridades portuguesas a encontrar alternativas para mais esta junção entre o vasto interior da África britânica, com o litoral da África portuguesa. Daí que as sugestões do coronel Lisboa de Lima sobre a utilidade de apressar a construção da projectada ponte sobre o rio Zambeze, em escrito divulgado no *Boletim* n.º 22, de Abril de 1927<sup>1120</sup>, e o artigo do engenheiro Miranda Guedes sobre o «caminho-de-ferro de Tete para a Beira e Quelimane», no *Boletim* n.º 60, de Junho de 1930, revelavam essas preocupações, designadamente quando o último autor considerava que com apenas uma pequena *nuance* no projecto que era o tráfego pela ponte do Zambeze passar a ser escoado, para além da Beira, pelo porto de Quelimane<sup>1121</sup>.

Finalmente, sobre a publicação de artigos de «história» no *Boletim* neste período, de salientar que dos 2 editados, o artigo de Armando Cortesão era uma pequena monografia de vinte e quatro páginas sobre «Moçambique», à semelhança de outras feitas para cada

<sup>1116</sup> António de Figueiredo Gomes e Sousa, «Apontamentos para o estudo da flora de Moçambique», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, n.º 72, Junho de 1931, pp. 3-34. Também, «Arboreto e reserva florestal de Namaacha», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, n.º 77, Novembro de 1931, pp. 9-30.

<sup>1117</sup> Raul Augusto da Silva Guardado, «Elementos para o reconhecimento florestal da colónia de...», *op. cit.*, *Boletim* n.º 50, Agosto de 1929, p. 104.

<sup>1118</sup> Alfredo Augusto Lisboa de Lima, «O problema do porto e caminho-de-ferro de Lourenço Marques e a visita do general Hertzog a Lisboa» in *Boletim da Agência Geral das...*, III, n.º 26, Agosto de 1927, pp. 3-23. Ainda, «O porto comercial da Beira», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, *Boletim* n.º 50, Agosto de 1929, pp. 34-58.

<sup>1119</sup> Pinto Teixeira, «Melhoramento importante no porto de Lourenço Marques», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, n.º 66, Dezembro de 1930, pp. 22-27.

<sup>1120</sup> Alfredo Augusto Lisboa de Lima, «A ponte projectada sobre o Zambeze», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 22, Abril de 1927, pp. 3-12

<sup>1121</sup> A. P. de Miranda Guedes, «Caminho-de-ferro de Tete para a Beira e Quelimane», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, n.º 60, Junho de 1930, pp. 9-23, especialmente pp. 10-11.



uma das colónias portuguesas, que foram traduzidas para francês e que, conjuntamente com 40.000 folhetos, se distribuíram na Exposição de Produtos Coloniais, que decorrerá em Paris, a partir de 21 de Janeiro de 1927<sup>1122</sup>. Quanto ao outro autor, Luís Lupi, que divulgava 1 artigo sobre o passado de «Lourenço Marques», cidade que na opinião deste jornalista dignificava os nomes de «Moçambique e Portugal». Em onze páginas, este autor procurava fazer o relato da cidade que depois de 1875 foi reconhecida pelos outros Estados europeus, com a arbitragem do presidente francês Mac-Mahon, como legitimamente fazendo parte da soberania portuguesa<sup>1123</sup>.

No respeitante aos estratos socioprofissionais dos colaboradores do periódico da Agência Geral das Colónias, no período compreendido entre 1926 e 1932, deveremos salientar que das 28 personalidades que se responsabilizaram por escritos neste período, 21 eram funcionários do Estado, exercendo actividades civis e militares com vínculo à função pública. Os restantes 7 exerciam os seus compromissos profissionais na actividade privada, 5 em companhias majestáticas, 1 como proprietário agrícola, e 1 como jornalista e fundador da primeira agência noticiosa, a Lusitânia, em 1944. Assim, entre os 15 funcionários civis encontramos diversas formações académicas, nomeadamente 7 engenheiros, sendo 4 engenheiros agrónomos e silvicultores (Armando Cortesão, Carlos Melo Vieira, Francisco Monteiro Grilo, Raul Guardado), 2 civis (A. P. de Miranda Guedes e António Trigo de Moraes) e 1 de minas (António J. de Freitas).

De realçar que nesta altura muita da actividade da engenharia era exercida por oficiais do Exército, que escreveram sobre os diversos equipamentos que suportavam a economia da colónia, os portos de Lourenço Marques e Beira, as respectivas linhas férreas de acesso aos territórios vizinhos: coronel A. Galvão, coronel Lisboa de Lima, tenente-coronel Pinto Teixeira. Para além dos engenheiros, ainda encontramos nos colaboradores do periódico em análise 3 médicos veterinários: Albino Fernandes, António Augusto Aires e Christiano Alfredo Sheppard Cruz; 1 agrimensor: António Parreira; 1 alfandegário: Marino da Fonseca; 1 botânico: António de Figueiredo Gomes e Sousa; 1 meteorologista: Manuel António Peres Júnior; 1 professor: M. Costa Dias.

Deparamos ainda com 5 personalidades, provenientes dos quadros das principais companhias majestáticas que exploravam os recursos de Moçambique nesta altura. Assim,

<sup>1122</sup> Armando Zuzarte Cortesão, «Moçambique» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano III, n.º 21, Março de 1927, pp. 116-140.

<sup>1123</sup> Luís Lupi, «Lourenço Marques – Cidade que honra Moçambique e Portugal», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 50, Agosto de 1929, pp. 244-255.

Estolano Ribeiro, licenciado em Direito, e o oficial de Marinha José Cardoso, eram administradores da Companhia do Boror, enquanto Herculano Nunes e o tenente Mário Costa eram directores da Companhia de Moçambique, e o tenente Carlos Praça médico na mesma empresa. Igualmente, nos colaboradores sem ligações ao funcionalismo devemos acrescentar os nomes de um proprietário agrícola, Francisco Gavicho de Lacerda, e de um jornalista, Luís Lupi. Por outro lado, relevaremos, em pleno período de regime militar, a contribuição destes elementos na publicação de escritos no *Boletim*. De facto, a sua colaboração era marcante, bastando dizer que escreveram artigos nesta ocasião 6 oficiais de carreira, o que num universo de 28 autores, correspondia a uma participação de 21%. A maior partes destes elementos tinha formação universitária, destacando-se, como já referíramos anteriormente, os coronéis engenheiros Galvão, Lisboa de Lima e Pinto Teixeira, o coronel Azambuja Martins, chefe de Estado-Maior de Moçambique, e os oficiais Ayres Kopke e Francisco Oliveira Santos, sendo que o primeiro era médico naval e o segundo licenciado em Direito e antigo governador de distrito em Angola. A estes 6 elementos militares ligados à função pública, salientaremos mais 3 oficiais a trabalharem em Moçambique em empresas privadas: o médico da Marinha Carlos Praça e o tenente Mário Costa, ambos quadros da Companhia de Moçambique. Na outra empresa, a Companhia do Boror, o oficial de Marinha José Cardoso dirigia as actividades agrícolas (borracha, copra e sisal) desta majestática suíça criada na Zambézia por Stucky de Quay, em 1892. Assim, no cômputo de militares a escreverem no *Boletim*, entre 1926 e 1932, inventariámos 9 autores, número que correspondia uma percentagem de 32% entre o total de colaboradores deste *Boletim*.

### **Moçambique – 3.º Período – Estado Novo (Implantação) - 1932-1945**

Neste período em que o Estado Novo emergira, o *Boletim* publicara 41 artigos sobre Moçambique, de 24 personalidades que conheciam e estudavam a realidade socio-económica desta colónia da África Oriental. Dos artigos publicados deveremos salientar várias temáticas, das quais as principais eram as seguintes: «economia/finanças» (13); «história» (9); «recursos naturais» (8); «vias de comunicação» e «relações internacionais» (4); «turismo» (3); «política administrativa» (2); «ciências coloniais» (2). Relativamente à colaboração sobre temas relacionados com a «economia/finanças», deveremos realçar que dos 13 artigos então divulgados sobre esta questão, 9 eram da autoria do coronel A.

Galvão, e referiam-se à análise do «comércio» e da «navegação» de Moçambique. Neste período, Galvão fazia a abordagem desses pressupostos com artigos publicados entre os *Boletim* n.º 89, de Novembro de 1932, e o *Boletim* n.ºs 158/159, de Agosto/Setembro de 1938<sup>1124</sup>. Para além de ter estudado a actividade comercial assente no trânsito de mercadorias em Moçambique, Galvão ainda publicaria 2 outros artigos sobre a «crise mundial»<sup>1125</sup> e sobre o futuro de uma região mineira do interior de Moçambique.<sup>1126</sup> Ainda sobre aspectos «económicos/financeiros», o periódico publicara artigos sobre as «contas», a «indústria» e a instalação de «produtos» de Moçambique nos territórios vizinhos. Este pressuposto da exportação, nomeadamente, para o mercado britânico dependia muito da produtividade industrial, aspecto aliás que o engenheiro António Joaquim de Freitas analisava no número de Dezembro de 1933. Assim, nesse escrito este autor examinava esta forma de produção, com base nos seguintes aspectos: «Indústrias Extractivas: exploração mineira, de pedreiras, pesca, salinas»; «Indústrias de Transformação: cimento, cal, cerâmica, óleos, sabões e sabonetes, tabacos, cerveja e refrigerantes, indústrias diversas»<sup>1127</sup>.

No respeitante aos temas relacionados com a «história» da descoberta e ocupação de Moçambique, dos 9 artigos divulgados neste período, 8 tinham a ver com a campanha de ocupação do século XIX, e só 1 apenas se referia ao passado inicial das Descobertas. Este último artigo sobre a «História de Lourenço Marques no século XVI (até 1576)» era da responsabilidade do comandante Fontoura da Costa, director da Escola Náutica<sup>1128</sup>. Face a documentos da época, nomeadamente a *Carta de Cantino* de 1502 e o *Livro de Marinharia* de 1514, permitiu-se concluir que o rio do Espírito Santo, em cuja margem estava construída a cidade de Lourenço Marque vinha registado no referido documento atribuído

<sup>1124</sup> A. Galvão, «O comércio e a navegação de Moçambique em 1931» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, n.º 89, Novembro de 1932, pp. 22-46; «A nossa marinha mercante no comércio de Moçambique», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 92, Fevereiro de 1933, pp. 30-37; «O comércio de Moçambique em 1932», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 101, Novembro de 1933, pp. 24-37; «A navegação em Moçambique em 1932», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano X, n.º 104, Fevereiro de 1934, pp. 37-48; «O comércio e a navegação de Moçambique», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XII, n.ºs 134/135, Agosto/Setembro de 1936, pp. 9-18; «O comércio de Moçambique em 1935», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XII, n.º 138, Dezembro de 1936, pp. 19-32; «O comércio e a navegação de Moçambique em 1937», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XIV, n.ºs 158/159, Agosto/Setembro de 1938, pp. 23-36.

<sup>1125</sup> A. Galvão, «Moçambique e a crise mundial», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 95, Maio de 1933, pp. 105-120.

<sup>1126</sup> A. Galvão, «O futuro do distrito de Tete», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XI, n.º 125, Novembro de 1935, pp. 41-57.

<sup>1127</sup> António Joaquim de Freitas, «Indústrias de Moçambique», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 102, Dezembro de 1933, p. 53.

<sup>1128</sup> A. Fontoura da Costa, «Para a História de Lourenço Marques no Século XVI (até 1576)» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XV, n.º 165, Março de 1939, pp. 10-13.

a Cantino, do início do século XVI, com o nome de rio da Lagoa<sup>1129</sup>. Por outro lado, a primeira vez que o nome «Lourenço Marques» aparece citado como «piloto» era na obra de João de Lisboa sobre o acima nomeado *Livro da Marinharia*, menção depois reforçada numa carta de D. João III a D. João de Castro, escrita em Almeirim a 8 de Março de 1546, e publicada pelo cardeal Saraiva na edição da obra a *Vida de D. João de Castro*, em que o rio da Lagoa passou a ser designado com o nome desse navegador, enquanto, segundo Fontoura, a baía na zona do rio do Santo Espírito, ou possivelmente do rio Lourenço Marques, passaria a ser denominada pelos ingleses por *Delagoa Bay*<sup>1130</sup>.

Os restantes 8 artigos sobre a história de Moçambique publicados pelo *Boletim* referiam-se à ocupação desta colónia da África Austral, e foram divulgados por 4 autores com ligações a este território, sendo que 2 eram militares (comandante João de Azevedo Coutinho e o general Ernesto Vieira da Rocha) e 2 civis (jornalista Eduardo Lupi e o empresário agrícola Georges Stucky). Enquanto os escritos dos militares se referiam à prisão do Gungunhana<sup>1131</sup>, pelo contrário Lupi evocava as campanhas dos Namarrais e de Angoche<sup>1132</sup>, e Stucky abordava a expedição contra o Mataka e uma jornada ao Lomué, na província do Niassa<sup>1133</sup>.

Sobre os «recursos naturais», o *Boletim* publicou nestes treze anos 8 artigos de diversas temáticas que iam deste a política da gestão da água e das florestas, até ao incremento de pesquisas florísticas em Moçambique. Embora reconhecendo o valor da água na colonização agrícola e até na produção florestal, pela originalidade e pelo papel científico desempenhado pela Universidade de Coimbra na recolha, estudo e inventariação das plantas dos territórios coloniais para fins económicos, deveremos salientar o artigo que o farmacêutico António Rocha da Torre publicou, em Outubro de 1940, no periódico em análise, resultado de uma conferência que este licenciado produzira no segundo Curso de Férias de Farmácia, da Universidade de Coimbra, em Agosto de 1939<sup>1134</sup>.

<sup>1129</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 10-11.

<sup>1130</sup> *Idem, Ibidem*, p. 13.

<sup>1131</sup> Ernesto Maria Vieira da Rocha, «Nun' Álvares. Mousinho» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIII, n.ºs 146-147, Agosto/Setembro de 1937, pp. 24-29. Também, João de Azevedo Coutinho, «Rei Vátua?», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano IX, n.º 100, Outubro de 1933, pp. 38-89.

<sup>1132</sup> Eduardo Lupi, «A flotilha de Moçambique na campanha dos Namarrais» e «Episódios da Ocupação do Ultramar – a primeira penetração de Angoche – 1903-1905», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XIII, n.º 148 e 149, de Outubro e Novembro de 1937, respectivamente, pp. 17-28 e pp. 3-19.

<sup>1133</sup> Georges Stucky, «Diário de campanha da expedição contra o Mataka» e «Uma missão do Lomué em 1902», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.ºs 174 e 175 e 224, de Dezembro de 1939 e Janeiro de 1940, e Fevereiro de 1944, respectivamente pp. 55-104 e pp. 35-70 e pp. 30-59.

<sup>1134</sup> Palavras do professor Luiz Wittnich Carrisso citadas aquando da conferência proferida pelo dr. Rocha da Torre, na Universidade de Coimbra, em Agosto de 1939 in António Rocha da Torre, «As minhas

Nesta altura o *Boletim* ainda divulgara 4 artigos sobre as ligações ferroviárias com os territórios britânicos vizinhos, 3 artigos sobre as potencialidades marítimas de Moçambique, 2 sobre o combate à doença do sono e 2 sobre organização político-administrativa e sócio-económica. Destes escritos publicados quase até ao final da primeira metade do século XX, deveremos salientar uma temática nova, que não aparecera nos anos anteriores, que era a descrição pelo responsável marítimo dos faróis e outros apoios à navegação dos rios, lagos, e costa litoral desta possessão da África Oriental. Mas aparentemente este relatório feito por um oficial da Armada continha nas suas entrelinhas descrições de lugares, sítios e pessoas, que mais tarde, nos anos sessenta, seriam aproveitados pelos Centros de Informação e Turismo para divulgar e propagandear as realidades ultramarinas pouco conhecidas pelos metropolitanos e outras populações da Europa e do Mundo<sup>1135</sup>.

Relativamente à análise dos estratos socioprofissionais dos 24 autores que escreveram artigos sobre Moçambique no *Boletim*, no período compreendido entre 1932 e 1945, poderemos concluir, à semelhança de caracterizações anteriores, que a maioria era composta por funcionários públicos, representando, num universo de 24, 19 colaboradores tinham vínculo ao Estado. Desse universo de 19 autores dependentes de instituições Oficiais, 10 eram funcionários civis dos quadros da Metrópole e Colónias (engenheiro civil A. Trigo de Moraes; engenheiro agrónomo António de Figueiredo Gomes e Sousa; engenheiro de minas António Joaquim de Freitas; licenciado em Farmácia António Rocha da Torre; engenheiro agrónomo J. Gardé Alfaro Cardoso; engenheiro agrónomo Conde de Bobone, engenheiro silvicultor João Gomes de Abreu e Lima; licenciado em Direito José de Almada; verificador Aduaneiro Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda; inspector superior Nunes de Oliveira) e 9 eram militares do Exército e da Armada (coronel A. Galvão; coronel Duarte Veiga; comandante Eduardo Lupi; general Ernesto Vieira da Rocha; comandante Fontoura da Costa; almirante João de Azevedo Coutinho; coronel Lisboa de Lima; comandante Pedroso de Lima; comandante Tancredo Moraes). Havia ainda 5 outros autores que trabalhavam em empresas privadas (21% da totalidade dos colaboradores), sendo 2 portugueses (proprietário Francisco Gavicho de Lacerda; veterinário Carlos Ramos) e 3 estrangeiros (os ingleses A. J. W. Hornby e Arthur Wallis Exell, colectores de

---

herborizações em Moçambique», in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVI, n.º 184, Outubro de 1940, pp. 10-11.

<sup>1135</sup> Pedroso de Lima, «8.000 Quilómetros através de Moçambique» in *Boletim Geral das...*, Ano XI, n.º 118, Abril de 1935, p. 43.

plantas; Georges Stucky, o franco-suíço fundador da Companhia do Boror).

Como se poderá depreender pela análise destes dados socioprofissionais dos colaboradores, numa altura em que o regime do Estado Novo dava os primeiros passos, o interesse pelo desenvolvimento das colónias, nomeadamente de Moçambique ainda era tímido, pelo que verificámos que quem escrevia sobre esta possessão eram especialmente pessoas com qualificação técnica e que desejavam promover uma melhor exploração dos recursos daquele território. Assim, dos 19 funcionários (civis e militares), 9 deles, o que correspondia a uma percentagem de 38%, eram engenheiros, sendo que 6 eram civis (25%), e 3 militares (12,5%). A engenharia nesta conjuntura seria a formação mais adequada para transformar um território que ainda entre 1913 e 1918 tinha no terreno soldados para ocupar as regiões revoltadas dos Macua- Lomué e do Barué. Pelo que a colónia precisava de engenheiros para implementar projectos agrícolas e florestais, de construção (de pontes, estradas, portos e linhas férreas), de exploração de filões de minério e carvão, que reforçassem o povoamento e a colonização de um amplo e vasto território finalmente pacificado.

#### **Moçambique – 4.º Período – Estado Novo (Adaptação) - 1946-1961**

Entre 1946 e 1961, o *Boletim* editara 38 trabalhos sobre Moçambique, da autoria de 29 personalidades do meio colonial português. Sendo um período que se estendera por quinze anos, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, não foi por sinal o mais produtivo, dado que o da Ditadura Militar com 51 artigos, de 28 autores, fora aquele em que o periódico apresentara mais escritos sobre a possessão do Índico, tendo em conta que decorrera apenas em seis anos, o que representava uma média anual de 9 artigos por ano, para uma média apenas de 3 para este período do Estado Novo após a Guerra. A relação temporal entre o presente e o passado constituía portanto uma preocupação dos autores que então escreviam para o periódico, verificando-se que só o conjunto entre os temas sobre «história» e «economia» representavam 52,6% dos artigos (13 de «história» + 7 de «economia/finanças», num total de 20), enquanto os restantes 47,4% (18 artigos) se concentravam em temas mais dispersos relacionados com a «ciência/cultura», com 6 (16%), com os «recursos naturais», com 4 (10,5%), com as «vias de comunicação», com 4 (10,5%), com a «educação/instrução», com 2 (5,2%), com a «política administrativa», com os mesmos 2 artigos e a mesma percentagem (5,2%).

No respeitante à temática de «história», o *Boletim* publicava nesta altura 13 artigos sobre vários aspectos do passado de Moçambique, que iam desde a Pré-História (escritos de António Brásio<sup>1136</sup> e Octávio Roza de Oliveira<sup>1137</sup> sobre gravuras e pinturas rupestres), passava pelas cartas de marear do século XVII atribuídas por Frazão de Vasconcelos a José da Costa Miranda<sup>1138</sup>, e terminava na utopia lusa de ligar as costas do Atlântico ao Índico. Nesta perspectiva, os autores que colaboravam com o periódico faziam uma viagem desde o período antes da escrita, com documentação assente em fontes monumentais muito importante para a contextualização desta possessão da África Oriental, passando depois o enfoque dos escritos a acentuar-se no período da História Moderna e Contemporânea. De salientar que na época dos Descobrimentos, Moçambique funcionou como uma plataforma estratégica de apoio à carreira da Índia, daí a importância do relacionamento desta com a possessão asiática das especiarias, a ponto de a capital da colónia ter tido a sua sede até ao final do século XIX, na ilha de Moçambique.

Do período contemporâneo da história de Moçambique, o periódico divulgara 2 artigos importantes sobre esta possessão: 1, de Amadeu Cunha, sobre «a ideia colonial em António Enes<sup>1139</sup>» e 1 de A. da Silva Rego acerca dos «sonhos cor-de-rosa sobre o continente negro»<sup>1140</sup>. No caso do artigo de Cunha, este escrito inseria-se na celebração em 14 de Agosto de 1948 do centenário do nascimento de António Enes, aquele colonialista que Marcello Caetano definia como o homem que «...teve a glória de orientar e dirigir as campanhas de 95, os mais notáveis feitos militares portugueses do século XIX»<sup>1141</sup>. O responsável deste escrito salientava sobretudo o papel precursor de Enes na formação da «ideia colonial» nas consciências da elite política e na população em geral, para que aqueles territórios «abandonados» por todo o continente africano fossem de novo ocupados e transformados em colónias modelares, como tinha sido o Brasil entre os séculos XVII e XVIII, de forma a ressuscitar o ânimo nacional e afastar o sentimento corrosivo do

<sup>1136</sup> António Brásio, «As pinturas rupestres em Moçambique» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 297, Março de 1950, pp. 7-12.

<sup>1137</sup> Octávio Roza de Oliveira, «Pinturas rupestres do abrigo sub-rocha do Vumba», *Ibidem, Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI, n.ºs 420-421, Junho-Julho de 1960, pp. 109-120.

<sup>1138</sup> Frazão de Vasconcelos, «Apontamentos sobre José da Costa Miranda», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXIII, n.ºs 385-386, Julho-Agosto de 1957, pp. 265-274.

<sup>1139</sup> Amadeu Cunha, «A ideia colonial em António Enes», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXIV, n.ºs 278-279, Agosto-Setembro de 1948, pp. 26-33.

<sup>1140</sup> A. da Silva Rego, «Sonhos cor-de-rosa sobre o continente negro» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 299, Maio de 1950, pp. 3-12.

<sup>1141</sup> Marcello Caetano sobre «António Enes», no «Discurso pronunciado em sessão solene da Academia de Ciências, a 4 de Novembro de 1946», in Amadeu Cunha, «A ideia colonial em...», *Ibidem, Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIV, n.ºs 278-279, Agosto-Setembro de 1948, p. 26.

conformismo e do desinteresse em relação ao património ultramarino herdado dos marinheiros de Quinhentos<sup>1142</sup>. Mas o esforço de ocupação de Moçambique que tivera o seu momento mais alto com a prisão do régulo Gungunhana, a 28 de Dezembro de 1895, chegara cinco anos depois da capitulação do ambicionado sonho imperial de unir sob a bandeira portuguesa as costas atlântica à índica. Este sonho «cor-de-rosa» era um dos quatro devaneios imperiais sobre o continente africano, temática que António da Silva Rego analisava no *Boletim* n.º 299, de Maio de 1950, num escrito em que sincronicamente comparava o projecto de Portugal com o da Alemanha, França e Inglaterra. O artigo deste investigador surgia após uma reportagem que a *Revue des deux Mondes* publicara na edição de 1 de Fevereiro de 1950, sobre um encontro que havia tido lugar, a 11 de Fevereiro de 1897, entre o ministro dos Negócios Estrangeiros francês Gabriel Hanotaux e o súbdito britânico Cecil Rhodes, fundador da *De Beers Mining Company*, para uma possível partilha do continente africano<sup>1143</sup>.

Em relação aos outros temas abordados, deveremos salientar que as questões «económicas» vinham logo a seguir às «históricas» com 7 escritos sobre a produtividade agrícola e pecuária, as fábricas das oleaginosas, a tributação das madeiras e a união alfandegária entre os diversos territórios da África Austral<sup>1144</sup>. Igualmente, as «ciências coloniais» e os «recursos naturais» eram questões tratadas pelo *Boletim* neste período após 1946 respectivamente, com 6 e 4 artigos que versavam aspectos ligados à demografia, à etnografia, à geologia e à linguística. Nos «recursos naturais», de acentuar que todo os escritos eram de F. Monteiro Grilo que divulgou, entre Setembro de 1953 e Janeiro de 1954, 4 artigos sobre «a cultura do chá no distrito de Quelimane»<sup>1145</sup>, matéria que fazia parte de uma inspecção que o referido funcionário do ministério do Ultramar fizera a esta divisão administrativa da região central de Moçambique, para comprovar *in loco* as «faltas» e as «deficiências» detectadas na produção desta matéria-prima agrícola que pudessem pôr em causa o bom nome do produto e a sua comercialização no mercado mundial<sup>1146</sup>.

Também, o tema das «vias de comunicação» apresentava 4 escritos, embora não se

<sup>1142</sup> *Idem, Ibidem*, p. 28.

<sup>1143</sup> A. da Silva Rego, «Sonhos cor-de-rosa sobre o continente negro», *op. cit.*, p. 11.

<sup>1144</sup> Lopes Galvão, «A União Aduaneira da África Austral» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXV, n.º 285, Março de 1949, pp. 31-40.

<sup>1145</sup> F. Monteiro Grilo, «Relatório sobre a cultura do chá no distrito de Quelimane» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, n.ºs 339, 340, 341-342, 343, Setembro, Outubro, Novembro/Dezembro de 1953 e Janeiro de 1954, respectivamente pp. 69-84, pp. 81-98, pp. 99-124, pp. 69-96.

<sup>1146</sup> F. Monteiro Grilo, *Idem, Ibidem, Boletim Geral do...*, n.º 339, Setembro de 1953, pp. 68-70.



registassem grandes novidades em relação aos autores e artigos apresentados pelo *Boletim*, neste período entre 1946 e 1961. Continuavam a escrever 2 reputados técnicos provindos da arma de engenharia, major Francisco Pinto Teixeira e coronel Lopes Galvão, sobre as questões aduaneiras e as ligações ferroviárias do *hinterland* da África Austral com o litoral de Moçambique<sup>1147</sup>. A única novidade era uma petição mandada publicar pelo ministro das Colónias, Marcello Caetano, da firma «Guerreiro & Castro, Suc., Ld<sup>a</sup>» sobre a possibilidade de alteração das tarifas de transportes e das portagens de certos produtos como o milho e o sal, para desta forma se desenvolver a economia de Moçambique<sup>1148</sup>. Sobre a resposta a esta solicitação de uma empresa privada de colonos locais, era esclarecedora a argumentação da entidade que estudou o assunto, por sinal a mais visada nesta reclamação, os Caminhos-de-Ferro de Moçambique:

(...) Não julgo a atitude da referida Firma um simples produto de má fé, antes sim pretendo filiá-lo na ignorância dos assuntos tratados – especialmente na parte que se refere a esta Administração<sup>1149</sup>.

Quanto às temáticas sobre Moçambique menos divulgadas pelo *Boletim* neste período, contavam-se a «educação/instrução» e a «política administrativa» respectivamente com 2 artigos. No respeitante à questão da «educação», deveremos relevar o artigo do responsável pelos Serviços de Educação, sobre a evolução da «Instrução Pública em Moçambique», entre os anos de 1928 a 1951<sup>1150</sup>. Este escrito reportava-se a um relatório feito por um responsável destes Serviços, sobre o funcionamento dos principais organismos públicos da província para a população europeia e assimilada. Era portanto um documento incompleto que se referia apenas à elite que tinha acesso à escolaridade básica e secundária, deixando de lado o ensino prestado pelas instituições particulares de Assistência Pública, nem o ensino ministrado aos indígenas, pelos organismos do Estado e

<sup>1147</sup> A propósito desta temática, podemos referenciar os seguintes artigos publicados pelo *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, entre 1946 e 1961: coronel A. Lopes Galvão, «A rede ferroviária das Rodésias e as suas ligações com o mar» e «A União Aduaneira da África Austral», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Anos XXIII e XXV, n.ºs 268 e 285, Outubro de 1947 e Março de 1949, respectivamente pp. 3-24 e pp. 31-40. Ainda sobre este assunto *vide* Francisco dos Santos Pinto Teixeira, «Estado actual dos transportes da colónia de Moçambique» in *Boletim Geral das...*, Anos XXIII, n.º 264, Junho de 1947, pp. 14-39.

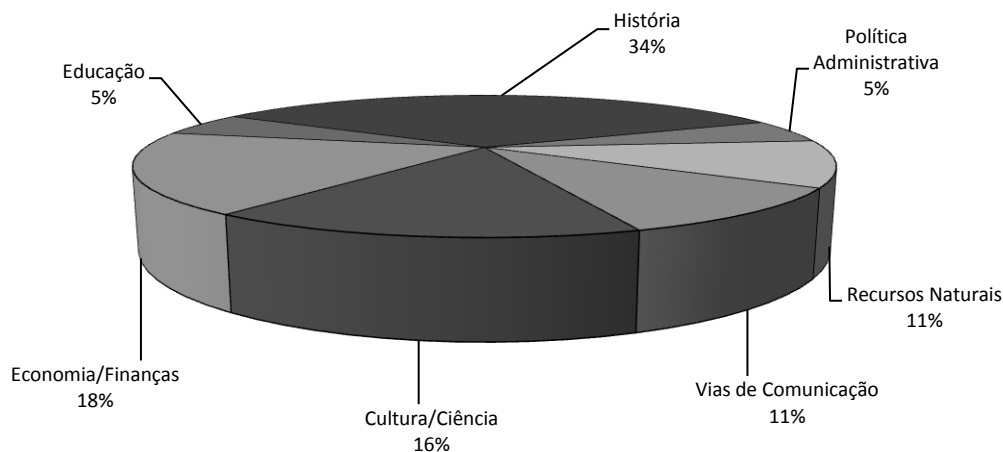
<sup>1148</sup> Fernando Nunes Arvelos e outros, «As Tarifas dos Transportes no Sul do Save», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXII, n.º 249, Março de 1946, pp. 25-48.

<sup>1149</sup> Pinto Teixeira, «Informação da Direcção dos Serviços de Portos, Caminhos-de-Ferro e Transportes» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII, n.º 249, Março de 1946, pp. 33-34.

<sup>1150</sup> Luís Moreira de Almeida, «A Instrução Pública em Moçambique de 1928 a 1951» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, n.º 345, Março de 1954, pp. 59-78.

pelas Missões Religiosas, especialmente as Católicas<sup>1151</sup>. O outro escrito era sobre o «Ensino Técnico Profissional» a instalar na colónia, nomeadamente na criação da especialidade em ourivesaria, na escola Sá da Bandeira, de Lourenço Marques<sup>1152</sup>. No caso da temática sobre a «política administrativa», apenas foram publicados 2 artigos, um sobre o «anteprojecto de urbanização da cidade da Beira», cidade de Moçambique com características topográficas especiais pois estava implantada na margem dos rios Pungué e Chiveve, o que tornava a construção difícil, no meio de zonas inundadas e/ou a conquistar ao mar<sup>1153</sup>; o outro, sobre a situação de uma contribuição indígena feita aquando dos contratos pré-nupciais dos nativos, também conhecida pela designação «lobolo» e a interpretação do «Decreto n.º 35.461, de 22 de Janeiro de 1946»<sup>1154</sup>. Neste escrito, do padre Luís Feliciano dos Santos, poderemos verificar como este elemento da religião católica se congratulava com a publicação deste «Decreto-Lei» sobre a «regulação» do casamento nas colónias portuguesas e sobretudo sobre a simplificação da «acção das missões religiosas quanto à população indígena»<sup>1155</sup> (**Ver Gráfico 27**).

**Gráfico 27: Percentagem de temáticas sobre Moçambique no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* entre os anos de 1946 e 1961.**



**Fonte:** Elaboração própria.

<sup>1151</sup> *Idem, Ibidem*, p. 59.

<sup>1152</sup> Braga Paixão e outros, «Ensino Técnico Profissional em Moçambique: Sobre a probabilidade de êxito na introdução da especialidade de ourives na Escola de Sá da Bandeira, de Lourenço Marques», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXII, n.º 250, Abril de 1946, pp. 84-95.

<sup>1153</sup> João António de Aguiar, «Acerca do anteprojecto de urbanização da cidade da Beira», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XXII, n.º 249, Março de 1946, pp. 49-60.

<sup>1154</sup> Luís Feliciano dos Santos, «O Lobolo à face do decreto N.º 35.461» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII, n.ºs 254-255, Agosto-Setembro de 1946, pp. 45-50.

<sup>1155</sup> *Idem, Ibidem*, p. 47.

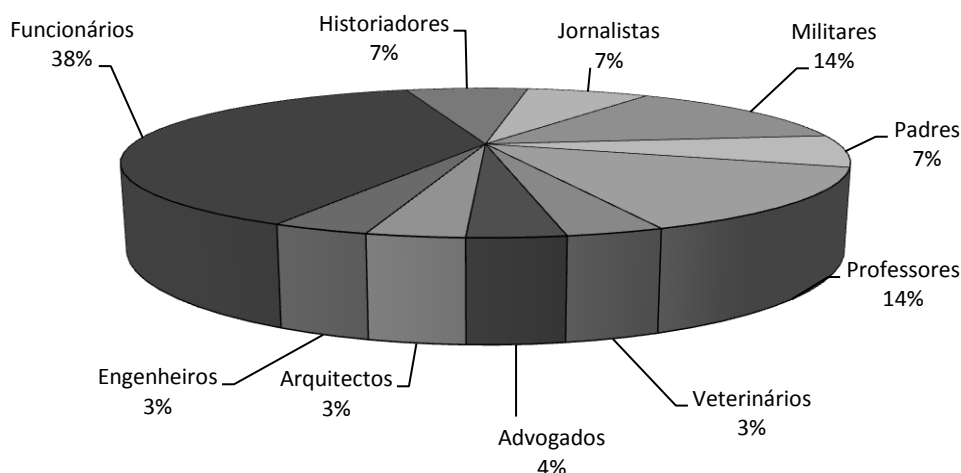
Sobre a formação socioprofissional dos autores que colaboraram com escritos sobre Moçambique, no *Boletim*, entre 1946 e 1961, poderemos constatar que dos 29 autores, 28 eram funcionários ou recebiam pelo Estado, como era o caso dos três padres inventariados (António Brásio, António da Silva Rego e Luís Feliciano dos Santos), do jornalista que era ao mesmo tempo funcionário da Agência Geral das Colónias/Ultramar, Amadeu Cunha. Assim, a única exceção a estes colaboradores estatais era o jornalista do *Notícias*, de Lourenço Marques, António Rosado, que escrevera 1 artigo baseado na apresentação feita, pelo próprio, de um documentário audiovisual sobre a capital de Moçambique exibido no dia 15 de Junho de 1949, na Sociedade de Propaganda de Portugal<sup>1156</sup>. Pelo contrário, como se depreenderá deste vasto leque de funcionários e colaboradores do Estado poderemos encontrar as mais variadas formações académicas, das quais salientaremos as seguintes: funcionários civis: 6; administradores coloniais: 5; professores: 4; militares: 4; historiadores e arqueólogos: 3; padres: 3; arquitectos: 1; engenheiros: 1; jornalistas: 1; veterinário: 1.

Pelo perfil de formações inventariadas concluía-se que nesta fase do pós-Guerra os colaboradores do *Boletim* eram na maioria civis (25) e só uma pequena minoria eram militares (4). Constatámos também que nesta fase de consagração do regime do Estado Novo muitos dos colaboradores eram funcionários civis ligados à burocracia colonial e à chefia de repartições (6) e funcionários coloniais de circunscrições e postos administrativos (5), o que na totalidade correspondia a uma percentagem de 38%, pertencendo os outros 62% (17) a um conjunto de profissões liberais ligadas ao professorado, à investigação histórica, à arquitectura e engenharia, à veterinária e ao jornalismo. Longe ia, portanto, a fase castrense dos colaboradores deste periódico colonial (**Ver Gráfico 28**).

---

<sup>1156</sup> António Rosado, «Breve Documentário Literário de Lourenço Marques», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXV, n.º 289, Julho de 1949, pp. 41-50, especialmente p. 41.

**Gráfico 28: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre Moçambique no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* entre os anos de 1946 e 1961.**



**Fonte:** Elaboração própria.

#### **Moçambique – 5.º Período – Estado Novo (Declínio - 1962-1970)**

No período compreendido entre 1962 e 1970, o *Boletim* publicou 19 artigos sobre Moçambique, de 11 personalidades que entretanto haviam colaborado com este periódico de propaganda colonial. Numa altura em que o regime do Estado Novo iniciava a sua fase descendente até ao golpe militar de 25 de Abril de 1974, as temáticas mais divulgadas sobre a possessão da costa oriental tinham a ver com aspectos relacionados com a «economia», com 8 artigos (42,1%), com a «história», com 5 (26,32%), com «política administrativa», com 4 (21%), com «educação/ensino» e «recursos naturais», com apenas um (5,3%). Como se poderá verificar por estes dados, nesta fase em que se iniciavam os confrontos militares com os movimentos emancipalistas e, no caso de Moçambique, com a Frente de Libertação de Moçambique, a preocupação dos colaboradores era a de analisarem assuntos que permitissem o desenvolvimento económico e, ao mesmo tempo, o reforço das políticas administrativas, para desta forma irem adiando qualquer hipótese de diálogo com as forças nacionalistas. Esta política de reforço das medidas de colonização, com a transformação e aproveitamento dos recursos locais, visava ainda mostrar à opinião

pública que Portugal não havia negligenciado a modernização e a transformação das suas parcelas ultramarinas, com medidas que procuravam rentabilizar os recursos locais, que serviriam também para reforçar a economia metropolitana face à concorrência dos mercados internacionais.

Contudo, contraditoriamente a divulgação de artigos sobre temática económica não era acompanhada pela publicação de escritos que visassem a mudança da realidade cultural, com vista à formação de uma elite de colonos e autóctones, que no futuro pudessem gerir e administrar conjuntamente esta parcela africana do Índico. Daí que não seria de estranhar que sobre «educação/ensino» apenas fosse publicado 1 artigo no *Boletim* desta altura, que por sinal tinha a ver com a implantação do «ensino agrário»<sup>1157</sup>, não tendo os autores deste período analisado os outros tipos de ensino, nomeadamente o liceal e o técnico, e mesmo até o superior, tendo em conta que este último grau de ensino foi implantado a partir da década de sessenta. Também, os assuntos relacionados com a «ciência» e a «cultura» coloniais não eram especificamente abordados nesta altura, o que não significava que o *Boletim* nas diversas secções que possuía fosse dando conta dos diversos eventos que iam acontecendo em cada uma das parcelas do Ultramar português. Sobre a publicação de escritos sobre a temática «económica», salientaremos, de entre os 8 divulgados pelo *Boletim*, os que foram assinados por Alexandre Lobato<sup>1158</sup>, Joaquim da Silva Cunha<sup>1159</sup> e Manuel Aroso<sup>1160</sup>, todos eles resultantes de palestras que assinalavam eventos históricos e políticos da vida colectiva desta província ultramarina<sup>1161</sup>.

Quanto às outras questões abordadas pelo *Boletim*, deveremos realçar na temática de «história» os artigos de Mário Costa e Miguel Pelágio Teixeira da Costa sobre 2 militares

<sup>1157</sup> Camilo Silveira da Costa, «O estabelecimento do ensino agrário na província de Moçambique» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLI, n.º 479, Maio de 1965, pp. 53-112.

<sup>1158</sup> Alexandre Lobato, «Economia, Engenharia e História em Moçambique» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII, n.º 503, Maio de 1967, pp. 225-258.

<sup>1159</sup> Sobre Joaquim Moreira da Silva Cunha *vide* os seguintes artigos: «Para o Progresso de Moçambique», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLI, n.º 482, Agosto de 1965, pp. 37-46. Ainda do mesmo autor, «Economia de Moçambique», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLII, n.º 496, Outubro de 1966, pp. 3-18.

<sup>1160</sup> Manuel Aroso, «No aniversário da Câmara do Comércio de Lourenço Marques», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLII, n.º 496, Outubro de 1966, pp. 89-106.

<sup>1161</sup> Para além dos autores atrás mencionados sobre a problemática «económica», deveremos ainda destacar mais os seguintes: A. Martins Afonso, «Povoamento agrário – aproveitamento agro – social da Inhamissa, em Moçambique», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXIX, n.ºs 454-455, Abril/Maio de 1963, pp. 71-92; Camilo Silveira da Costa, «A fixação do militar desmobilizado em Moçambique – A fixação do militar desmobilizado como factor de valorização do povoamento agrário na província de Moçambique», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLIII, n.ºs 507 e 508, de Setembro e Outubro de 1967, respectivamente pp. 61-96 e pp. 27-44.

que se distinguiram nas campanhas de pacificação, respectivamente Caldas Xavier<sup>1162</sup> e Aires de Ornelas<sup>1163</sup>. Estes trabalhos não eram mais do que panegíricos sobre a vida e obra destes militares que se notabilizaram nas campanhas de ocupação do final do século XIX, cujos feitos eram agora recordados como exemplo de vida que o regime do Estado Novo sempre incentivou e cultivou junto das novas gerações, como forma de preservar aquele «Portugal Maior» herdado do tempo das Descobertas.

Relativamente, aos outros artigos editados pelo *Boletim* nesta sua fase final, destacaremos ainda na temática sobre «política administrativa» os escritos de José Bernardo Faria Lima sobre a «Circunscrição de Eráti, no distrito de Moçambique»<sup>1164</sup> e os de César de Castro Coelho, sobre os «Problemas de Trabalho em Moçambique», reportório de considerações de um administrador ultramarino sobre o *Código do Trabalho Rural*, de 27 de Abril de 1962, a sua organização e dimensão, os principais pressupostos constitucionais em concordância com as normas recomendadas pelas Convenções e Recomendações Internacionais<sup>1165</sup>. Finalmente, os «recursos naturais» e «educação/ensino» eram as questões menos abordadas nesta altura, respectivamente com apenas 1 artigo. De referir que na temática dos «recursos» o artigo então divulgado era da responsabilidade Rómulo de Figueiredo, que nos vários números do *Boletim* vinha fazendo a análise do «Sector das Pescas no Ultramar», com a análise deste recurso marítimo em cada uma das possessões<sup>1166</sup>.

No tema sobre «educação/ensino», o engenheiro Camilo Silveira da Costa publicava um longo escrito de cinquenta e nove páginas sobre o «estabelecimento do ensino agrário na província de Moçambique»<sup>1167</sup>. A necessidade do ensino agrícola fora alvitrada pela primeira vez no relatório do governador-geral Freire de Andrade, referente aos anos de 1906 a 1910. Nesse documento, o governador Andrade falava na necessidade de se

<sup>1162</sup> Mário Costa, «Caldas Xavier», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXVIII, n.ºs 449/450, Novembro/Dezembro de 1962, pp. 81-105.

<sup>1163</sup> Miguel Pelágio Teixeira da Costa, «Ayres d' Ornellas e o Ultramar», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLIII, n.ºs 499/500, Janeiro/Fevereiro de 1967, pp. 13-54.

<sup>1164</sup> José Bernardo Faria Lima, «Distrito de Moçambique – Circunscrição de Eráti», *Ibidem, Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVIII, n.ºs 442, 443, 444, de Abril, Maio e Junho de 1962, respectivamente pp. 105-162, pp. 79-120 e pp. 84-146.

<sup>1165</sup> César de Castro Coelho, «Problemas de Trabalho em de Moçambique» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVIII, n.ºs 449/450, de Novembro/Dezembro de 1962, pp. 111-176.

<sup>1166</sup> Rómulo de Figueiredo, «Análise do Sector de Pesca no Ultramar. Subsídios para o seu Estudo: VI. O Sector da Pesca na Província de Moçambique», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLIV, Janeiro/Fevereiro de 1968, n.ºs 511-512, pp. 71-84.

<sup>1167</sup> Camilo Silveira da Costa, «O Estabelecimento do Ensino Agrário na Província de Moçambique. Suas Vantagens», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLI, n.º 479, de Maio de 1965, pp. 53-112.

implementar esse ensino prático, com a criação de uma Escola Agrícola, que deveria funcionar primeiramente na cidade de Inhambane, e mais tarde na Zambézia, na cidade de Quelimane. Esta proposta feita ainda durante a Monarquia, acabaria por não ter sido levada à prática, com todos os inconvenientes que resultaram para a economia desta possessão.

Quanto à formação socioprofissional dos 11 autores que escreveram sobre Moçambique no *Boletim* editado, entre 1962 e 1970, poderemos constatar, à semelhança aliás de outras conclusões anteriormente tiradas para cada uma das colónias/províncias ultramarinas analisadas, que não havia nesta fase nenhum que não colaborasse com o Estado, quer através de funções exercidas na Metrópole, quer em Moçambique. Assim, nesse universo de funcionários estatais, 4 (36,4%) eram professores ou investigadores, como Alexandre Lobato, Joaquim da Silva Cunha, Martins Afonso e Octávio Roza de Oliveira; 3 (27,2%) eram engenheiros, como Camilo Silveira Costa, José Bernardo Lima e Manuel Aroso; 2 (18,1%) funcionários coloniais, como César Castro Coelho e Rómulo de Figueiredo; 2 (18,1%) militares, como o tenente Mário Costa e o alferes miliciano Miguel Pelágio Teixeira da Costa.

Como se poderá deduzir pela lista de colaboradores do *Boletim*, os responsáveis pelos artigos neste período eram maioritariamente civis, 9, o que correspondia percentualmente a 81,8%, havendo apenas 2 militares, que representavam 18,2%. Aliás, 1 dos autores, Teixeira da Costa, na altura em que escrevia o artigo sobre «Ayres d'Ornellas» já não era sequer militar, pelo que poderemos mesmo afirmar que os colaboradores deste periódico, entre 1962 e 1970, com artigos sobre Moçambique, eram 10, o que correspondia a uma percentagem de 90,9% de autores civis. Estes números acabariam por ser enganadores, pois partia-se do princípio que o país não estava em conflito e que os militares tinham regressado de novo às suas casernas. Mas de facto, na década de sessenta, a Guiné, Angola e Moçambique iniciavam uma guerra, que só terminaria em Abril de 1974. Cremos que a razão da não participação dos militares nesta fase do periódico teria a ver com a expansão do ensino superior por Escolas e Faculdades que não eram controladas pelos militares, como acontecera nos períodos iniciais da República e Estado Novo.

### **S. Tomé e Príncipe – 1.º Período – República – 1925-1926**

Na primeira fase de publicação do *Boletim* sobre o arquipélago de S. Tomé e Príncipe, ocorrida entre 1925 e 1926, apenas se editara 1 artigo sobre os «Caminhos-de-

Ferro de S. Tomé», de autoria do engenheiro Joaquim Faustino Poças Leitão. Numa abordagem de quinze páginas, este inspector de Obras Públicas, fazia uma análise das estruturas viárias da colónia, chegando à conclusão que a rede estudada na Metrópole havia mais de dez anos se tornara inaplicável, quer pelas características do terreno, quer pelos interesses dos agricultores. Por outro lado, considerava este inspector que prever para toda a ilha de S. Tomé uma rede única seria um erro, pelo que se deveria aproveitar as redes já existentes nalgumas roças que utilizavam quer a tracção animal, quer a tracção a vapor sobre carris.

Das três linhas que já tinha estudado, «Trás-os-Montes» (2km), «Monte-Café» (6km) e «Montes Hermínios» (10km), no total de 18km, haveria que continuar para outras linhas como «Val-Flor», «Boa-Estrada», «Rio de Ouro», «Guadalupe», «Plancas» e «Cadão» (28km), mais 19 km da linha da «Trindade», perfazendo entre redes estudadas e não estudadas um total de 65 km. Seriam assim esses quilómetros de redes privadas que deveriam ser intervencionadas pelo Estado, para deste modo a colónia ficar com uns caminhos-de-ferro mais alargados que servissem não só os interesses dos proprietários das roças, através dos portos de S. Tomé e Angolares, mas também outras solicitudes económicas da colónia<sup>1168</sup>.

### **S. Tomé e Príncipe – 2.º Período – Ditadura Militar - 1926-1932**

No decorrer deste período, o *Boletim* publicou sobre S. Tomé e Príncipe 13 artigos, de 11 autores. Deveremos salientar que, durante esse mesmo período, foi por iniciativa de Armando Cortesão editado em Janeiro de 1929 um número especial, o n.º 43<sup>1169</sup>, sobre esta colónia, na qual se divulgaram 8 artigos, mais de metade editados pelo periódico nos seis anos que durou o regime da Ditadura Militar. A temática tinha a ver com «história» (4 artigos), «política administrativa» (4 artigos), «ciências coloniais» (3 artigos), «recursos naturais e fomento» (3 artigos), vias de comunicação (1 artigo). Em relação às habilitações literárias e à situação profissional dos autores, de referir que das 13 personalidades que participaram, 10 eram funcionários do Estado: Abel Costa Neves, A. Ferraz de Carvalho, Aires do Sacramento Meneses, Albert Lemos, Armando Cortesão, Cândido Duarte,

<sup>1168</sup> Joaquim Faustino Poças Leitão, «Caminhos-de-Ferro de S. Tomé», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Maio de 1926, n.º 11, pp. 102-117, especialmente, p. 110.

<sup>1169</sup> Vide «Número especial sobre S. Tomé e Príncipe», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, Janeiro de 1929, n.º 43, 273 pp.



Edmundo Dias, Manuel Saraiva Vieira, Marino da Fonseca, Oskar Kaden; 2 militares da Armada: João Moreira Rato e José Duarte Junqueiro Rato; e 1 proprietário agrícola: Jerónimo Carneiro. Entre os funcionários encontravam-se 4 engenheiros: Alberto de Lemos, Armando Cortesão, Cândido Duarte, Manuel Saraiva Vieira; 2 administrativos: Edmundo Dias e Marino da Fonseca; 1 médico: Aires do Sacramento Meneses; 1 professor universitário: A. Ferraz de Carvalho; 1 juiz: Abel da Costa Neves; e 1 botânico: Oskar Kaden.

Quanto à temática de «história», o *Boletim* divulgava 4 artigos, dos quais passaremos a destacar os títulos e autores: 2 artigos de Armando Cortesão<sup>1170</sup> e Edmundo Dias<sup>1171</sup> sobre «S. Tomé e Príncipe e a sua Evolução»; 1 de Jerónimo Carneiro, sobre a «Ilha do Príncipe»<sup>1172</sup>; 1 de José Junqueira Rato sobre «Como foi feita a província de S. Tomé: os caminhos para o futuro»<sup>1173</sup>. Estes escritos sobre o passado do Arquipélago não acrescentavam nada de novo ao que já se sabia sobre as duas ilhas e muito do lugares-comuns foram encomendados para servir de divulgação turística desta realidade tropical. No caso do artigo de Cortesão foi uma monografia pedida<sup>1174</sup>, à semelhança de outras para cada uma das colónias do Império português, para ser divulgada aquando da «Sétima Exposição Internacional da Borracha e outros Produtos Coloniais» realizada em Paris, entre os dias 2 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1927<sup>1175</sup>. Quanto aos outros 3 artigos de Edmundo Dias, Jerónimo Carneiro e Junqueira Rato foram também fruto de um convite de colaboração para o número especial sobre o Arquipélago publicado no início do ano de 1929. Salientaremos o escrito de Carneiro sobre a ilha do «Príncipe», território menos conhecido e divulgado relativamente à ilha «mãe», embora com as mesmas potencialidades agrícolas, conforme o desabafo do articulista:

Mas alguma coisa me baila sempre diante dos olhos, que eu não saberia calar hoje, como não calarei nunca, enquanto ela subsistir: a situação de desfavor, em que tem estado o Príncipe, ante a sua irmã – S.

<sup>1170</sup> Armando Zuzarte Cortesão, «S. Tomé e Príncipe», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 21, Março de 1927, pp. 76-94.

<sup>1171</sup> Edmundo A. Dias, «A evolução de S. Tomé e Príncipe», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 43, Janeiro de 1929, pp. 152-158.

<sup>1172</sup> Jerónimo Carneiro, «Ilha do Príncipe» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 43, Janeiro de 1929, pp. 143-151.

<sup>1173</sup> José Duarte Junqueiro Rato, «Como foi feita a Província de S. Tomé e Príncipe: os caminhos para o futuro», *Ibidem*, pp. 6-25.

<sup>1174</sup> Armando Zuzarte Cortesão, «S. Tomé e Príncipe», *op. cit.*, pp. 76-94.

<sup>1175</sup> Armando Zuzarte Cortesão, «Problema Mundial da Borracha e a Última Exposição de Paris» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 21, de Março de 1927, pp. 3-43.

Tomé<sup>1176</sup>.

No respeitante à «política administrativa» em S. Tomé e Príncipe, o *Boletim* publicara no período em análise 4 artigos sobre a acção de vários serviços do Arquipélago, nomeadamente sobre a «agricultura», «fomento», «mão-de-obra» e «saúde e higiene». De facto, estes pressupostos então divulgados eram essenciais para o fomento da colónia e nomeadamente numa possessão em que os recursos agrícolas e humanos eram a base do seu progresso, falar de saúde e higiene num ambiente hostil era pertinente para assegurar a produtividade e o bem-estar entre colonizadores e colonizados. Assim, o subdirector dos Serviços de Saúde e Higiene de S. Tomé e Príncipe, Aires do Sacramento Meneses<sup>1177</sup>, fazia para o número comemorativo da colónia uma retrospectiva destes serviços, não se esquecendo de analisar a organização e a situação de cada um deles nos primeiros anos do século XX. Na colónia havia apenas um hospital central, sediado na capital, e um outro mais pequeno localizado na ilha do Príncipe, o que não significava que em cada roça não houvesse instalações sanitárias onde se praticassem actos médicos<sup>1178</sup>.

Sobre a divulgação de assuntos «científicos», de salientar que foram publicados 3 artigos, 2 do botânico e fitopatologista dos Serviços de Agricultura de S. Tomé Oskar Kaden, relativos às «doenças dos cafezeiros»<sup>1179</sup>, e 1 do director do Museu Mineralógico e Geológico, da Universidade de Coimbra, Anselmo Ferraz de Carvalho, acerca da «investigação científica nas colónias»<sup>1180</sup>. Este escrito do catedrático da lusa-atenas era pertinente pois, apesar do interesse científico revelado pela comunidade universitária da Metrópole, havia poucos escritos sobre o assunto, e mesmo os que havia eram trabalhos isolados resultantes do voluntarismo de algumas individualidades como Júlio Henriques e Freire de Andrade que, nos primórdios, do século XX, haviam estudado a flora de S. Tomé e Príncipe e a geologia de Moçambique.

Nos restantes artigos publicados pelo *Boletim* nestes anos que antecederam a

<sup>1176</sup> Jerónimo Carneiro, «Ilha do Príncipe», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, Janeiro de 1929, n.º 43, pp. 143-151, especialmente p. 143.

<sup>1177</sup> Aires do Sacramento Meneses, «Os Serviços de Saúde e Higiene de S. Tomé e Príncipe» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 43, Janeiro de 1929, pp. 97-109.

<sup>1178</sup> Abel Augusto Mendes da Costa, «Mão-de-Obra para S. Tomé e Príncipe», *Ibidem*, pp. 26-96, especialmente pp. 74-75.

<sup>1179</sup> Oskar Kaden, «Investigações sobre as doenças dos cafézeiros em S. Tomé» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, Setembro de 1929, n.º 51, pp. 67-89; Do mesmo autor, «Considerações sobre o futuro do cafezeiro em S. Tomé», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, Julho de 1930, n.º 61, pp. 23-29.

<sup>1180</sup> A. Ferraz de Carvalho, «A Investigação científica nas colónias portuguesas – Notícias sobre o estudo geológico das Ilhas de S. Tomé e Príncipe», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, Janeiro de 1929, n.º 43, pp. 126-142.

instituição do Estado Novo, diziam respeito ao «fomento económico, vias de comunicação e recursos naturais». Assim, o engenheiro-agrónomo Cândido Duarte escrevia em francês sobre a «apreciação comercial» e o «valor» dos cafés «arábica» e «libérica»<sup>1181</sup>, o primeiro-tenente e antigo capitão dos portos de S. Tomé e Príncipe João Moreira Rato fazia considerações sobre os portos de «Ana Chaves» e «S. António»<sup>1182</sup>, enquanto o agrónomo Saraiva Vieira<sup>1183</sup> e o funcionário alfandegário Marino da Fonseca escreviam em números diferenciados sobre a crise que assolara este arquipélago do Golfo da Guiné<sup>1184</sup>.

### S. Tomé e Príncipe – 3.º Período – Estado Novo (Implantação) - 1932-1945

Neste período de implantação e ascensão do Estado Novo, o *Boletim* publicou sobre S. Tomé e Príncipe 6 artigos, de 6 autores. Os temas veiculados diziam respeito às «ciências coloniais» (2 artigos), à «história da ocupação» (2 artigos) e aos «recursos naturais» (2 artigos). No caso dos escritos sobre o primeiro pressuposto, verificamos que a componente científica foi importante na ocupação colonial e que o conteúdo de muitos dos artigos deste periódico se referia a esse aspecto. Assim, encontramos nesse período, entre 1932 e 1945, 2 artigos completamente diferenciados: 1, do professor António de Almeida, da Escola Superior Colonial, sobre etnologia: «Das mutilações étnicas da população das ilhas de S. Tomé e Príncipe»<sup>1185</sup>; 1, do botânico, Oskar F. Kaden, do Instituto do Cacau da Baía, que colaborara com os serviços de agricultura de S. Tomé e que escrevera um artigo sobre a principal monocultura deste arquipélago: «A ciência química como auxiliar novo da cultura e comércio do cacau»<sup>1186</sup>.

No respeitante à colaboração sobre a «história» da descoberta e da ocupação, o *Boletim* editara apenas 2 artigos, «A terra do Ossobó» e «Para a história do povoamento e

<sup>1181</sup> Cândido Duarte, «Sur les teneurs en eau et en caféine des cafés des îles de S. Tomé et du Príncipe», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, Abril de 1930, n.º 58, pp. 54-62.

<sup>1182</sup> João Moreira Rato, «Portos de Ana Chaves (S. Tomé) e S. António (Príncipe)», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, Janeiro de 1929, n.º 43, pp. 110-125.

<sup>1183</sup> Manuel Saraiva Vieira, «Causas da crise de S. Tomé» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Julho de 1932, n.º 84, pp. 44-75.

<sup>1184</sup> Marino da Fonseca, «Crise económica de S. Tomé e Príncipe», *Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Agosto/Setembro de 1931, n.ºs 74/75, pp. 57-74.

<sup>1185</sup> António de Almeida, «Das mutilações étnicas da população das ilhas de S. Tomé e Príncipe», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XIX, Abril de 1943, n.º 214, pp. 47-69.

<sup>1186</sup> Oskar F. Kaden, «A ciência química como auxiliar novo da cultura e comércio do cacau», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XIII, Março de 1937, n.º 141, pp. 47-51.

da agricultura da ilha de S. Tomé», respectivamente de Américo Chaves de Almeida<sup>1187</sup> e de Eduardo Lemos<sup>1188</sup>. No caso do primeiro escrito, tratava-se da reprodução no *Boletim* n.º 185, de Novembro de 1940, de uma conferência que o notário Chaves de Almeida fizera na Sociedade Nacional de Belas Artes sobre a história deste Arquipélago, a propósito de uma exposição do pintor Fausto Sampaio, nessa agremiação artística de Lisboa. O outro artigo sobre o passado de S. Tomé e Príncipe publicado em Abril de 1935, pelo *Boletim* n.º 118, era do médico Eduardo Lemos que, a propósito da efeméride da comemoração do 464.º aniversário da descoberta de S. Tomé, proferira em 21 de Dezembro de 1934 uma conferência sobre a «história do povoamento e da agricultura» dessa mesma ilha<sup>1189</sup>.

Finalmente, nos escritos sobre a temática dos «recursos naturais» divulgados pelo *Boletim* nos treze anos que decorreram até ao final da Guerra, deveremos salientar 2 sobre a «crise do cacau» e os «palmares» de autoria, respectivamente, do proprietário, Jerónimo Carneiro<sup>1190</sup>, e do regente agrícola, António Maria da Rocha<sup>1191</sup>. Sobre a «crise do cacau» publicado em Agosto/Setembro de 1934, Carneiro fazia uma caracterização desta monocultura com uma análise assente em três pressupostos: caracterização do cacau como «fonte de riqueza»; análise da crise do cacau em Portugal, procurando extrair as respectivas «ilações»; e apresentação de alternativas para «revalorizar» o produto<sup>1192</sup>. Assim, o articulista começava por fazer o historial desta matéria-prima, desde as primeiras décadas do século XIX (1822), passava depois a analisar a «quantidade em toneladas» e o «valor da arroba em escudos-ouro», por quinquénio, desde 1895, até 1925 e, anualmente, desde 1926 até 1934. Dos dados apresentados verificou-se que a melhor produção foi em 1910, com 36.148 toneladas, enquanto a menor foi em 1895, com 5.350 toneladas. A partir do início da década de vinte, a queda da produtividade desta monocultura acentuou-se, com produtividades na ordem das 9.645 toneladas em 1930, fazendo com que

<sup>1187</sup> A. Chaves de Almeida, «A terra do Ossobó», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XVI, Novembro de 1940, n.º 185, pp. 3-32.

<sup>1188</sup> Eduardo Lemos, «Para a história do povoamento e da agricultura da ilha de S. Tomé», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XI, Abril de 1935, n.º 118, pp. 27-41.

<sup>1189</sup> Carlos Riley, «Ilhas Atlânticas e Costa Africana» in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Volume I (A Formação do Império (1415-1570)), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 137-162, especialmente pp. 158-160.

<sup>1190</sup> Jerónimo Carneiro, «A crise do cacau é, para nós, portugueses, um problema da maior actualidade e importância, convindo, por isso, que se conjuguem, desde já, todos os esforços para o resolver, visto ser de interesse nacional» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, n.ºs 110-111, Agosto/Setembro de 1934, pp. 160-167.

<sup>1191</sup> António Maria da Rocha, «Palmares nas ilhas de S. Tomé e Príncipe», *Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XIV, Abril de 1938, n.º 154, pp. 82-107.

<sup>1192</sup> Jerónimo Carneiro, «A crise do cacau...», *op.cit.*, pp. 160-167.

começasse também a decadência económica desta colónia<sup>1193</sup>. Ainda sobre «recursos naturais», o regente agrícola António Maria da Rocha, publicava no *Boletim* n.º 154, de Abril de 1938, 1 artigo sobre «Palmares nas ilhas de S. Tomé e Príncipe», escrito que resultava de uma comunicação apresentada no Congresso de Agricultura Colonial, onde defendera a importância daquela oleaginosa e incentivara a sua produção como alternativa à crise mundial que se seguiu após o final da Primeira Guerra, a partir de 1918<sup>1194</sup>.

Em relação à análise da componente socioprofissional dos colaboradores do periódico da Agência Geral das Colónias, poderemos concluir que das 6 personalidades que apresentaram escritos sobre S. Tomé e Príncipe, 5 tinham vínculos com a Função Pública (A. Chaves de Almeida, António de Almeida, António Maria da Rocha, Eduardo Lemos, Oskar Kaden) e apenas 1 trabalhava por conta própria nas suas propriedades de cacau na ilha do Príncipe (Jerónimo Carneiro). De entre os 5 funcionários notavam-se várias formações académicas que iam do curso de Direito, do notário Chaves Almeida, ao de Antropologia, do professor da Escola Superior Colonial, António de Almeida, e de técnico agrícola de António Maria da Rocha, até aos cursos de Medicina, do oficial da Armada Eduardo Lemos, e de Botânica, do brasileiro Oskar Kaden. O único colaborador que não tinha habilitações a nível superior era o proprietário de roças, Jerónimo Carneiro. Em comum todos tinham o interesse e o afecto à ilha do «Ossobó», essa ave local cuja beleza do canto e o colorido da plumagem foi tema para o artigo do integralista Chaves de Almeida. Mas o tema mais desenvolvido por estes autores foi, de facto, a agricultura e as plantações de palmeiras e cacau, abordado por 4 dos autores (António Rocha, Eduardo Lemos, Jerónimo Carneiro, Oskar Kaden), constituindo excepção, o escrito de António de Almeida, sobre as «mutilações étnicas» da população nativa.

#### **S. Tomé e Príncipe – 4.º Período – Estado Novo (Adaptação) - 1946-1961**

Neste período, entre os anos de 1946 e 1961, o *Boletim* publicou sobre S. Tomé e Príncipe 6 artigos, de apenas 3 autores. No caso das temáticas, estas versavam 3 questões: «ciências coloniais» (1); «economia e fomento» (2); «história da ocupação» (3). Quanto às personalidades que os assinaram, de salientar que 2 eram civis, o engenheiro agrónomo Armando Xavier da Fonseca e o professor universitário Jesus Nunes dos Santos, ambos

<sup>1193</sup> *Idem, Ibidem*, p. 162.

<sup>1194</sup> António Maria da Rocha, «Palmares nas ilhas de S. Tomé e ...», *op. cit.*, pp. 94-95.

quadros da União Nacional, e 1 militar, o capitão José Brandão Pereira de Melo. No caso das «ciências coloniais», será relevante para uma colónia que ficava na África Equatorial, com um clima quente e húmido onde imperava a malária, o artigo do engenheiro Xavier da Fonseca que abordava «a cultura da árvore da quina e o fabrico do quinino»<sup>1195</sup>. O autor abordara este tema, depois de ter lido no *Boletim* n.º 268, de Outubro de 1947, uma notícia que estimulava a produção desta árvore medicinal em S. Tomé, facto que já se verificava no vizinho Congo Belga, onde a Companhia dos Plantadores de Quina fornecia 500 toneladas de casca deste produto às fábricas locais<sup>1196</sup>. A adaptação das árvores da quina a Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe já tinha sido executada com sucesso, segundo Xavier da Fonseca, pela equipa do botânico Júlio Henriques, pelo que a colheita da quina neste último Arquipélago, embora irregular, era uma realidade variando a sua produção entre 30 a 70 toneladas, montante ainda muito longe das 500 toneladas produzidas na colónia belga vizinha<sup>1197</sup>.

Em relação aos 2 artigos escritos pelo professor Jesus Nunes dos Santos sobre os «Aspectos gerais do comércio externo de S. Tomé e Príncipe», publicados pelo *Boletim* n.ºs 321 e 322, de Março e Abril de 1952<sup>1198</sup>, comprovámos que este universitário fizera em vários números a análise do comércio entre a Metrópole e as diversas Províncias Ultramarinas, cabendo nos números atrás citados fazer a conclusão da sua abordagem geral, com o estudo desta possessão. Em termos gerais, Nunes dos Santos havia chegado à conclusão que entre 1939 a 1950, S. Tomé e Príncipe havia enviado para o exterior 223.250 toneladas de artigos que lhe proporcionaram uma entrada de 1.307.545 contos. Neste balanço, no decorrer da década que levaria ao novo confronto ente alemães e ingleses, Nunes dos Santos no seu escrito apresentava um gráfico com os montantes por ano, no decorrer desses doze anos nada fáceis para a economia mundial. As exportações de S. Tomé em 1939 eram de 19.950 toneladas, no valor de 36.801 contos, baixando para 12.763 em 1943, no valor de 44.031 contos, voltando a aumentar em 1944 para 26.422 toneladas, no valor de 98.684 contos, números que alternariam até se fixarem no pós-Guerra num montante de 23.683 toneladas exportadas, em 1950, para um valor de 209.549

<sup>1195</sup> Armando Xavier da Fonseca, «A cultura da árvore da quina e o fabrico do quinino» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIV, Junho de 1948, n.º 276, pp. 37-49.

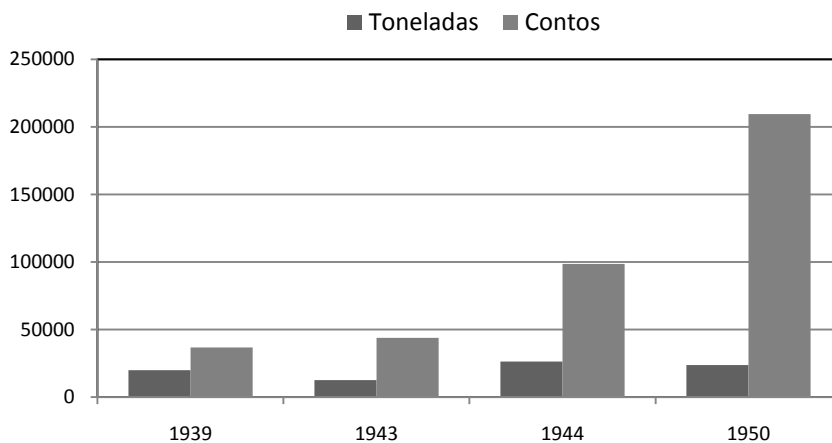
<sup>1196</sup> Vide «Vida Ultramarina» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIII, Outubro de 1947, n.º 268, pp. 114-121, especialmente p. 116.

<sup>1197</sup> Armando Xavier da Fonseca, «A cultura da árvore da quina...», *op. cit.*, p. 37.

<sup>1198</sup> Jesus Nunes dos Santos, «Aspectos gerais do comércio externo (S. Tomé e Príncipe)» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, Março e Abril de 1952, n.º 321 e 322, respectivamente pp. 83-96 e pp. 71-92.

contos recebidos<sup>1199</sup>. Finalmente, o *Boletim* publicava 3 artigos do capitão José Brandão Pereira Melo, sobre o crioulo natural da ilha do Príncipe, «o coronel António Henriques da Cunha Matos (1810-1890)»<sup>1200</sup> (Ver Gráfico 29).

**Gráfico 29: Exportações de S. Tomé e Príncipe no ano de 1939 referidas no *Boletim Geral das Colónias*.**



**Fonte:** Elaboração própria.

### **S. Tomé e Príncipe – 5.º Período – Estado Novo (Declínio) - 1962-1970**

Nesta última fase do *Boletim*, ocorrida entre 1962 e 1970, foram publicados sobre S. Tomé e Príncipe 13 artigos, de 11 autores, sobre várias temáticas que passamos a discriminar: «história» (7); «recursos naturais/fomento económico» (3); «política administrativa» (2); «ciência colonial» (1). Da temática com mais artigos, ressaltaremos o interesse sobre o passado recente do Arquipélago, que levou à divulgação de 7 trabalhos: «Contribuição para a história do serviço postal do forte de S. João Baptista de Ajudá», de António Agostinho Saraiva Borges<sup>1201</sup>; «S. Tomé nos meados do século XVIII» e «O mais antigo livro de Actas do município de S. António do Príncipe», de Fernando Castelo

<sup>1199</sup> Jesus Nunes dos Santos, «Aspectos gerais do comércio externo ...- Quadro sobre a Exportação Nacional e Nacionalizada», in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, n.º 321, de Março de 1952, p. 84.

<sup>1200</sup> José Brandão Pereira de Melo, «O coronel António Henriques da Cunha Matos», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII e XXIII, n.º 258, n.º 259 e n.ºs 266/267, de Dezembro de 1946, de Janeiro de 1947, e Agosto/Setembro de 1947, respectivamente pp. 29-33, pp. 40-44 e pp. 59-66.

<sup>1201</sup> António Saraiva Borges, «História do Serviço Postal do Forte de S. João Baptista de Ajudá» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII, n.º 501, de Março de 1967, pp. 3-33.

Branco<sup>1202</sup>; «Panorâmica de S. Tomé e Príncipe», do jornalista Luís Cajão<sup>1203</sup>; sobre a comemoração de dois centenários: o de «Almada Negreiros» e o de «Viana da Mota», respectivamente do jornalista Amândio César<sup>1204</sup> e de Maria Josefina de Sousa Pinto<sup>1205</sup>; a biografia do “Primeiro Barão de Água-Izé, João Maria de Sousa e Almeida”, pelo editor de jornais Viana de Almeida<sup>1206</sup>.

Destacaremos ainda na temática de «história» 3 escritos que tinham a ver com a biografia de dois santomenses ilustres por nascimento, e um outro por opção profissional, que seguiram trajectos de vida diferenciados: Almada Negreiros, pai do artista polifacetado do vanguardismo em Portugal; o barão de Água Izé, o precursor da produção de cacau neste Arquipélago, a partir da segunda metade do século XIX; Viana da Mota, compositor e músico de projecção internacional. Enquanto o artigo sobre o grande produtor de cacau, nascido na ilha do Príncipe, procurava destacar as qualidades desta personagem em prol da produção e comercialização daquela matéria-prima, nos outros procuravam os seus autores associarem-se à comemoração do centenário de duas personalidades que muito tinham dado a estas ilhas do golfo da Guiné, embora só o pianista Viana da Mota, cidadão do Mundo, fosse natural das mesmas. O artigo de Maria Josefina Pinto, publicado no *Boletim* n.ºs 521/522, de Novembro/Dezembro de 1968, mais do que um artigo de análise das qualidades musicais ímpares de Viana da Mota, era uma homenagem que a autora queria prestar ao músico por ocasião do centenário do seu nascimento, ocorrido no dia 22 de Março de 1968 (**Ver Gráfico 30**).

<sup>1202</sup> Fernando Castelo-Branco, «S. Tomé nos meados do século XVIII», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLV, n.ºs 523/524, de Janeiro/Fevereiro de 1969, pp. 67-74. Também, «O mais antigo livro de Actas do município de Santo António do Príncipe», *Idem, Boletim Geral do...*, Ano XLV, n.º 527, de Maio de 1969, pp. 15-26.

<sup>1203</sup> Luís Cajão, «Panorâmica de S. Tomé e Príncipe», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLI, n.º 483, de Setembro de 1965, pp. 51-90.

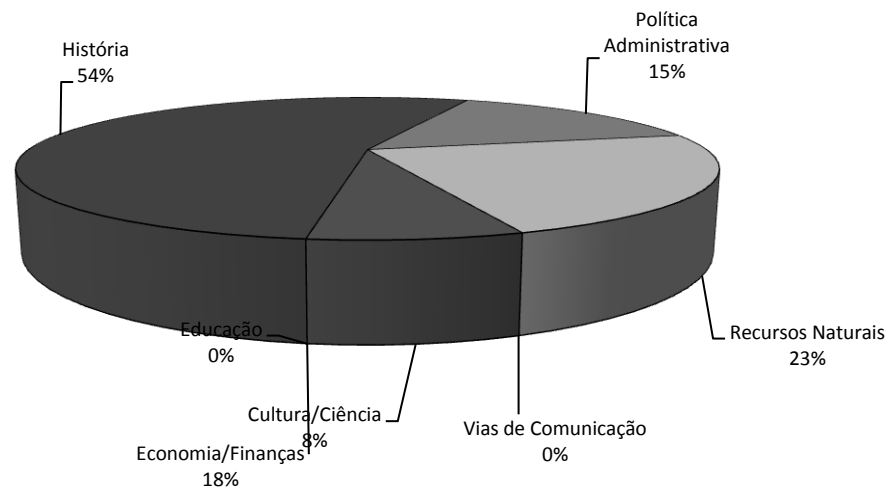
<sup>1204</sup> Amândio César, «No centenário de António de Almada Negreiros», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLIV, n.ºs 517/518, de Julho/Agosto de 1968, pp. 33-38.

<sup>1205</sup> Maria Josefina de Sousa Pinto, «No centenário de Viana da Mota», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLIV, n.ºs 521/522, de Novembro/Dezembro de 1968, pp. 13-16.

<sup>1206</sup> Viana de Almeida, «Primeiro Barão de Água-Izé, João Maria de Sousa e Almeida», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLIV, n.º 515, de Maio de 1968, pp. 3-10.



**Gráfico 30: Percentagem de temáticas sobre S. Tomé e Príncipe no *Boletim Geral do Ultramar* entre os anos de 1962 e 1970.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Nesta fase final do *Boletim*, este ainda publicara sobre S. Tomé e Príncipe 3 artigos relacionados com temas sobre os «recursos naturais» que diziam respeito a duas estratégias para o seu desenvolvimento: a agricultura (a questão da «cultura» da canela) e a pesca. Assim, sobre questões agrícolas tínhamos 2 artigos em sincronia: um do historiador Fernando Castelo Branco, sobre o cultivo desta especiaria oriental, a partir do século XVIII<sup>1207</sup>; outro do agrónomo Silva Cardoso, sobre as perspectivas na actualidade do aproveitamento agrícola de outras culturas que não apenas a do cacau<sup>1208</sup>. No caso do escrito de Castelo Branco, ele ia recuperar um antigo estudo do investigador Sousa Viterbo sobre a «cultura da canela em S. Tomé» baseado num dos livros de ofícios do Conselho Ultramarino que passara do espólio da Biblioteca Nacional de Lisboa, para o Arquivo Histórico Ultramarino, onde aliás o autor fazia investigação<sup>1209</sup>. Em relação aos temas tratados pelo periódico nestes últimos oito anos de publicação, de salientar ainda 2 artigos de temática «administrativa» sobre um discurso do governador Silva Sebastião, no Conselho Legislativo da Província, em 1965<sup>1210</sup>, e um outro de Hermínio Ramos Ferraz

<sup>1207</sup> Fernando Castelo-Branco, «Problemática da cultura de canela em S. Tomé» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV, n.º 513, de Março de 1968, pp. 31-36.

<sup>1208</sup> A. da Silva Cardoso, «Apontamento sobre a agricultura na província de S. Tomé e Príncipe», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XL, n.ºs 465/466, de Março/Abril de 1964, pp. 87-106.

<sup>1209</sup> Fernando Castelo-Branco, «Problemática da cultura de canela em S. Tomé», *op. cit.* pp. 31-32.

<sup>1210</sup> Silva Sebastião, «Conselho Legislativo de S. Tomé e Príncipe» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLI, n.º 485, de Novembro de 1965, pp. 199-222.

sobre o «trabalho em S. Tomé e Príncipe»<sup>1211</sup>. Ainda, 1 escrito de Nuno Morgado integrado na temática sobre «ciência colonial» e que abordava a «situação demográfica» dos arquipélagos de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe<sup>1212</sup>.

Quanto ao artigo do governador Silva Sebastião, este não era mais do que uma retrospectiva dos problemas da província, quatro anos depois da invasão de Goa pela União Indiana (questão aliás abordada por Sebastião neste discurso), perante os elementos que constituíam este órgão legislativo local. E na sua prestação de contas a estes conselheiros, o governador de S. Tomé e Príncipe invocava o momento que se vivia em Portugal, relativamente à conjuntura internacional, que procurava pôr à discussão «aquilo que constitui a essência da própria Nação, a sua razão de ser e de estar no mundo, a garantia da sua perenidade através dos tempos e com ela dos nossos filhos e dos filhos dos nossos filhos»<sup>1213</sup>.

No caso do artigo sobre a população destas ilhas da África Equatorial, Nuno Morgado no *Boletim* n.º 453, de Março de 1963, chegava à conclusão que nos primeiros dois anos da década de sessenta a população do Arquipélago não sofrera grandes alterações, comparativamente ao final da década de cinquenta, especialmente a população indígena que, em 1959, era de 48.279 indivíduos. Segundo este articulista, o crescimento desta população era uma realidade, pois, entre 1950 e 1959, a mesma passara de 34.947 para os acima referidos 48.279 indivíduos (**Ver Gráfico 31**). Uma das consequências desse facto era que esse crescimento poderia dar vazão às carências de mão-de-obra local, no trabalho nas roças de cacau e noutras actividades agrícolas, prevendo Morgado que a um ritmo deste crescimento se poderia alcançar o número dos 15.000 trabalhadores necessários para esse efeito, não em 1980, como o anteriormente previsto, mas já entre os anos de 1970 e 1975<sup>1214</sup>.

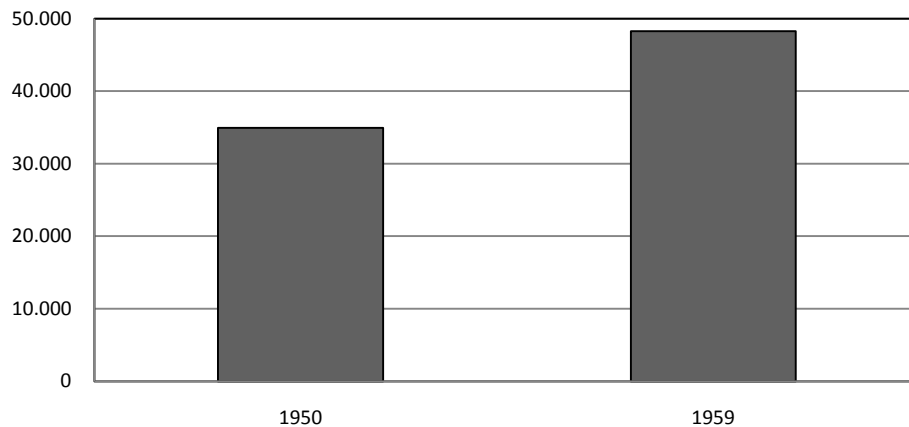
---

<sup>1211</sup> Hermínio Ramos Ferraz, «O trabalho em S. Tomé e Príncipe», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLIV, n.ºs 519/520, de Setembro/Outubro de 1968, pp. 35-42.

<sup>1212</sup> Nuno Alves Morgado, «Crónica demográfica – Situação demográfica de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXIX, n.º 453, de Março de 1963, pp. 77-82.

<sup>1213</sup> Silva Sebastião, «Conselho Legislativo de S. Tomé...», *op. cit.*, pp. 199-200.

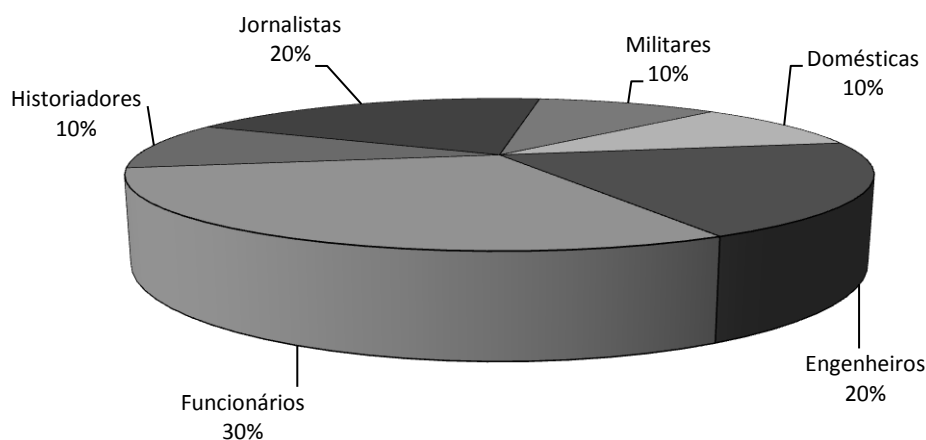
<sup>1214</sup> Nuno Alves Morgado, «Crónica demográfica – Situação demográfica de Cabo Verde e S. Tomé...», *op. cit.*, pp. 80-81.

**Gráfico 31: Evolução da população em S. Tomé e Príncipe entre os anos 1950 e 1959.**

**Fonte:** Elaboração própria.

Relativamente, à caracterização socioprofissional dos colaboradores do *Boletim* na sua última fase de publicação, concluímos que dos 10 autores que escreveram sobre S. Tomé e Príncipe, 9 eram elementos do sexo masculino, sendo que a única mulher, Maria Josefina Sousa Pinto, não indicava a profissão, nem as habilitações académicas. Os restantes colaboradores eram funcionários do Estado e possuíam maioritariamente habilitações de nível superior, no desempenho das variadas profissões que directa ou indirectamente tinham a ver com esta Província. Assim, comprovámos que o único militar era o governador, tenente-coronel Silva Sebastião, havendo ainda 3 funcionários: Hermínio Ramos Ferraz, Nuno Alves Morgado e Rómulo de Figueiredo; 2 jornalistas: Amândio César e João Viana de Almeida; 2 técnicos de agronomia: A. Silva Cardoso e Luís Cajão; 1 investigador em história: Fernando Castelo-Branco. Por esta amostragem, poderemos chegar à conclusão que os autores escreviam com o intuito de divulgar informação técnica ligada à produção agrícola (os escritos dos engenheiros agrários), ao conhecimento demográfico como apoio à mão-de-obra das plantações (os artigos dos funcionários coloniais), à gestão político-administrativa (o discurso do governador) e à divulgação do património monumental e humano (as memórias do historiador e dos jornalistas) (**Ver Gráfico 32**).

**Gráfico 32: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre S. Tomé e Príncipe no *Boletim Geral do Ultramar* entre os anos de 1962 e 1970.**



**Fonte:** Elaboração própria.

#### **Timor – 1.º Período – República - 1925-1926**

Neste período compreendido entre Julho de 1925 e Maio de 1926, o *Boletim* publicou sobre Timor 4 artigos, de apenas 1 autor. O responsável por esta colaboração era militar e ocupou vários cargos nesta colónia, nomeadamente o de comandante militar, o de chefe dos serviços militares e o de comandante superior da fronteira luso-holandesa. Os 4 artigos editados referiam-se à «política, administração e trabalho» e foram publicados, entre Fevereiro e Maio de 1926<sup>1215</sup>. Esta retrospectiva sobre a experiência colonial durante sete anos em Timor foi divulgada pelo capitão Ribeiro Artur inicialmente no Congresso Colonial de 1924, tendo a propósito dessa intervenção publicado posteriormente, em Janeiro de 1925, 1 artigo no periódico da Sociedade de Geografia de Lisboa e 5 crónicas no jornal *Gazeta das Colónias*. Foram estes escritos que levaram Armando Cortesão, director do *Boletim*, a convidar o capitão Artur a escrever sobre a terra onde tivera tão importantes responsabilidades militares. Assim, em 4 artigos fizera uma caracterização geral desta possessão que começava no n.º 8, de Fevereiro de 1926, com «a situação

<sup>1215</sup> Ribeiro Artur, «Política, Administração e Trabalho na Província de Timor» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Fevereiro, Março, Abril e Maio de 1926, n.ºs 8, 9, 10 e 11, respectivamente pp. 102-131; pp. 53-86; pp. 112-140; pp. 118-131.

geográfica», o «trabalho, produção e protecção aos indígenas em Timor»<sup>1216</sup>.

No *Boletim* n.º 9, de Março de 1926, fazia a análise da «administração local», dirigindo a sua abordagem para a «organização agrária», «a grande propriedade e o desenvolvimento étnico das populações locais», a «grande propriedade e as guerras de dominação», «a organização agrícola dos comandos entre 1914-1918», «o futuro das propriedades comunais», «como fazer trabalhar os indígenas»<sup>1217</sup>. No n.º 10, de Abril de 1926, continuava a analisar os três pressupostos da presença lusa em Timor, canalizando a sua análise para o tema «como fazer trabalhar os europeus - ideias gerais sobre o governo e a administração da província»<sup>1218</sup>. Finalmente, no *Boletim* n.º 11, de Maio de 1926, este articulista concluía o seu levantamento sobre a «política, administração e trabalho na província de Timor», com mais algumas informações sobre o pressuposto de «como fazer trabalhar os europeus»<sup>1219</sup>.

Nesta fase ainda de ocupação e povoamento de muitas das possessões do Império Colonial era muito comum encontrar entre os colaboradores do *Boletim* militares como o capitão Ribeiro Artur que, tendo tido responsabilidades na administração e no comando de destacamentos locais, transpunham essa experiência depois para escritos como estes que foram publicados no periódico da Agência Geral das Colónias.

### **Timor – 2.º Período – Ditadura Militar - 1926-1932**

Relativamente a este período em que esteve vigente o regime da Ditadura Militar, entre 1926 e 1932, o *Boletim* editou 12 artigos, de 7 autores. À semelhança das outras possessões, a Agência Geral das Colónias editou um número especial sobre Timor, o n.º 54, de Dezembro de 1929<sup>1220</sup>, em que divulgava 7 trabalhos assinados, mais de 50% da colaboração no periódico sobre esta possessão durante os seis anos em que decorreu o regime controlado pelos militares. Os escritos então divulgados tinham a ver com a «história» (3), com os «recursos naturais» (3), com a «ciência» (3), com a «política administrativa» (2), com as «vias de comunicação» (1). Sobre a profissão dos 7 autores que

<sup>1216</sup> Ribeiro Artur, *Idem*, «Política, Administração e Trabalho na...», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Fevereiro de 1926, n.º 8, pp. 102-131.

<sup>1217</sup> *Idem*, *Ibidem*, *Boletim* n.º 9, Março de 1926, pp. 53-86.

<sup>1218</sup> *Idem*, *Ibidem*, *Boletim* n.º 10, Abril de 1926, pp. 112-140.

<sup>1219</sup> *Idem*, «Política, Administração e Trabalho na...», *Ibidem*, Maio de 1926, N.º 11, pp. 118-131.

<sup>1220</sup> *Vide* «Número especial sobre Timor», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, Dezembro de 1929, n.º 54, 219 pp.

colaboraram com este meio de comunicação, de salientar que se repartia entre militares (4) e funcionários civis (3). Assim, entre os militares que escreveram sobre Timor poderemos mencionar os seguintes: comandante Humberto Leitão, oficial da Armada e antigo encarregado do Governo e capitão dos portos de Timor; José Valdez, major de Infantaria e médico veterinário; tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, antigo elemento da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa e Agente Geral das Colónias; capitão Ribeiro Artur, antigo comandante militar de Timor.

No que dizia respeito a funcionários civis que se interessaram pela divulgação dos motivos desta pequena ilha, salientaremos os seguintes nomes: Afonso Pacheco, funcionário da Agência Geral das Colónias; Duarte Veiga, engenheiro e director das Obras Públicas; Frazão de Vasconcelos, funcionário e secretário da Secção Diplomática da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Em relação aos artigos de «história» publicados durante estes seis anos em que decorreu o regime da Ditadura Militar, poderemos discriminar os títulos desses 3 trabalhos: «Timor»; «Dois Inéditos Seiscentistas sobre Timor»; «Algumas indicações sobre a nossa colónia de Timor». Neste âmbito, deveremos realçar o trabalho de Frazão de Vasconcelos, pelas informações históricas divulgadas e pela metodologia utilizada. Deste modo, eram divulgados por Vasconcelos no *Boletim* n.º 54, de Dezembro de 1929, por sinal o número especial sobre Timor, 2 documentos originais sobre os primeiros momentos do passado daquele arquipélago: o «Pequeno tratado da ilha de Timor, escrito em 1645 por Pascoal Barreto» e a «Carta de Frei António de S. Jacinto a el Rei D. João IV»<sup>1221</sup>.

Sobre a problemática dos «recursos naturais» foram publicados nesta altura 3 artigos do veterinário militar José Valdez que tratavam da pecuária de Timor, designadamente da produção de cavalos. Uma das questões que Valdez punha sobre estes animais era saber donde é que eram oriundos. A este propósito, colocava uma série de interrogações: eram originários da ilha? Tinham vindo de outras ilhas limítrofes que povoam a Malásia? Teriam sido introduzidos pelos árabes ou pelos hindus, a partir da Ásia e da versão alterada do *equus caballus asiaticus*?<sup>1222</sup>.

Ainda nesta fase o *Boletim* divulgara 3 artigos sobre alguns aspectos «científicos» de Timor, especialmente relacionados com a climatologia, a educação e a linguística. Dois

<sup>1221</sup> Frazão de Vasconcelos, «Dois Inéditos Seiscentistas sobre Timor» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, Dezembro de 1929, n.º 54, pp. 72-81, especialmente pp. 76-78.

<sup>1222</sup> José Valdês, «O Cavalo de Timor», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Novembro de 1926, n.º 17, pp. 89-92, especialmente p. 89 e p. 92.

eram do antigo secretário do Governo de Timor e posterior responsável pela Agência das Colónias, Júlio Garcez de Lencastre. Para além de ter cumprido uma missão nesta possessão da Oceania, no regresso à Metrópole este militar ainda se diplomara na Escola Superior Colonial. Por obrigação académica apresentara à 6.<sup>a</sup> cadeira (Higiene Colonial) o trabalho de «Climatologia e Nosologia de Timor», agora publicado pelo *Boletim* n.º 71, de Maio de 1931<sup>1223</sup>. Nesse trabalho o autor fazia a análise do clima, desde os primeiros testemunhos conhecidos a partir do século XVII (carta de Batávia de Frei António Jacinto, de 1643, ao rei D. João IV), até 1927. A proximidade de Timor da Austrália, a 240 milhas, determinara um clima de monções, influenciado pelo aquecimento e arrefecimento da «massa» continental desse país e ainda pela condensação das montanhas mais elevadas. Este último aspecto provocaria grandes chuvas, associadas ao calor húmido tropical, factor determinante para a nosologia e a história das doenças desta região. Segundo Lencastre, as doenças estavam ligadas às estações do ano, sendo que o número de doenças aumentava durante a estação das chuvas, entre Outubro e Novembro, e diminuía em Abril, baixando ao mínimo durante os meses de Julho, Agosto e Setembro. Pelo aspecto sazonal do clima, o paludismo e as doenças pulmonares (pneumonia e tuberculose) eram o principal flagelo dos habitantes desta ilha (quer de indígenas, quer de europeus)<sup>1224</sup>. O outro trabalho «científico» divulgado por Lencastre no *Boletim* tinha a ver com as «regras gramaticais da língua tétum e vocabulário» e resultou de apontamentos coligidos, quando da sua passagem por Timor. Segundo o mesmo autor, o tétum usa muitos vocábulos da língua mais falada em toda a Insulíndia, o malaio, misturada com vocábulos portugueses. Assim, mesmo a palavra que dava o nome a esta colónia, Timor, provinha do malaio e significava «Oriente»<sup>1225</sup>.

No campo da temática «científica», de salientar ainda a divulgação nesta altura de um terceiro artigo da responsabilidade do major José Valdez publicado no número especial sobre Timor, de Dezembro de 1929, acerca duma conferência proferida por este militar no salão nobre dos Paços do Concelho de Díli, a propósito da «Instrução do Nativo Timor»<sup>1226</sup>. Para este veterinário militar que, para além de responsável da Pecuária nesta colónia, foi também director da Repartição de Fomento, a problemática da instrução

<sup>1223</sup> Júlio Garcez de Lencastre, «Climatologia e Nosologia de Timor» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VII, Maio de 1931, n.º 71, pp. 61-77.

<sup>1224</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 73-75.

<sup>1225</sup> Júlio Garcez de Lencastre, «Algumas regras gramaticais da língua tétum e vocabulário» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 54, Dezembro de 1929, pp. 82-92, especialmente p. 82.

<sup>1226</sup> José Valdez, «A Instrução do Nativo Timor – O que Deve Ser», *Ibidem*, pp. 93-110.

primária do nativo era uma verdadeira «questão colonial» que se interligava com as questões de fomento e de administração e soberania locais. De facto, segundo Valdez, «só pela cultura intelectual se poderão melhorar os seus processos de trabalho, e, melhorados estes, criadas as necessidades respectivas, as suas riquezas frutificarão mais rapidamente em número e em qualidade e, assim, como resultante, o progredimento no seu campo económico-financeiro»<sup>1227</sup>.

No respeitante aos temas sobre «política administrativa», nesta fase só foram publicados 2 artigos da responsabilidade do capitão Ribeiro Artur e do major Júlio Garcez de Lencastre. Enquanto o artigo do primeiro articulista era a conclusão de uma série de 4 anteriormente publicados sobre «Política, Administração e Trabalho na Província de Timor», a partir do n.º 8, de Fevereiro de 1926, concluindo-se com o n.º 12, de Junho de 1926, a análise sobre «Como fazer trabalhar os europeus – Ideias gerais sobre o Governo e Administração da Província»<sup>1228</sup>. Quanto ao escrito do major Garcez de Lencastre, sobre «Aspectos da Administração de Timor», resultante da sua experiência colonial em Timor, este militar analisava vários aspectos da colonização portuguesa naquela ilha relacionados com a «Parte Económica – Impostos», «Aspecto Agrícola – Intensificação de Cultura: A cultura do Coqueiro e do Café», «Vias de Comunicação Internas e Externas»<sup>1229</sup>.

Um dos lados mais contestados da colonização portuguesa nesta região foi a prática de impostos sem critério junto das populações autóctones. A respeito dessa prática, o major Lencastre propunha, em 1924, em Conselho de Governo, um imposto sobre os indígenas que eram polígamos e que por terem mais de uma mulher, teriam condições de riqueza para governar mais de uma casa. Explicaria melhor o sentido da cobrança desse imposto lançado quando da sua estadia em Timor, num artigo publicado pelo *Diário de Lisboa*, de 17 de Abril de 1925, e transcrito mais tarde pelo *Boletim*, a propósito desta questão administrativa de desenvolvimento sócio-económico:

O imposto de capitação em Timor deve ser modificado, é um imposto incipiente e, como tal, injusto; dobrá-lo é dobrar a injustiça. Em Timor, como em qualquer outra parte, para que qualquer imposto seja cobrável sem relutância, é necessário ter uma base de justiça. Cada um deve pagar conforme a sua riqueza,

<sup>1227</sup> José Valdez, *Idem*, «A Instrução do Nativo Timor – O que Deve Ser», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 54, Dezembro de 1929, p. 94.

<sup>1228</sup> Ribeiro Artur «Política, Administração e Trabalho na Província de Timor - Como fazer trabalhar os europeus – Ideias gerais sobre o Governo e Administração da Província», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Junho de 1926, n.º 12, pp. 148-172.

<sup>1229</sup> Júlio Garcez de Lencastre, «Aspectos da Administração em Timor», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, Dezembro de 1929, n.º 54, pp. 32-54.



fertilidade e possibilidades da terra que habita. Timor está tão minuciosamente ocupada que há postos com 400 contribuintes distando do mais próximo duas a três horas a cavalo, a passo. Não há razão alguma para que esses 19.000 quilómetros quadrados não sejam bem conhecidos e para que a riqueza agrícola e pecuária não seja conhecida com minúcia. Se assim não suceder é porque não se continuaram com os trabalhos de investigação e arrolamento iniciados noutros tempos<sup>1230</sup>.

Finalmente, o periódico da Agência Geral das Colónias publicaria, inserido na temática das «vias de comunicação», 1 artigo do director das Obras Públicas, engenheiro Duarte Veiga, sobre «As estradas em Timor»<sup>1231</sup>. Até ao início do século XX as vias de comunicação estavam muito pouco desenvolvidas nesta ilha, porque se destinavam sobretudo às populações locais que se deslocavam a pé ou montadas a cavalo. Quando vinha a estação das chuvas essas vias de acesso tornavam-se intransitáveis e era necessário reconstruir novamente. No ano de 1924, apenas três locais permitiam a utilização do automóvel, a partir de Díli, e que eram Hera, Aileu e Maubara, respectivamente a 16 Km, 38Km e 48,5 Km<sup>1232</sup>. Era pois necessário, segundo o responsável pelas Obras Públicas de Timor, que a colónia incrementasse um plano consequente de vias de comunicação que permitisse ligar todo o território, especialmente as zonas entre a costa e as montanhas. Mas para que tal desiderato se verificasse era necessário que a direcção que chefiava tivesse pessoal técnico mais habilitado e houvesse mais recursos financeiros. Até ao primeiro quartel do século XX, todo o empenho feito em prol das ligações rodoviárias ficava a dever-se ao esforço de várias entidades que, segundo Veiga, eram os «comandantes militares», os «administradores» e os «chefes de posto» que, sem qualquer indicação técnica da Repartição de Obras Públicas, conseguiam manter minimamente operacionais essas ligações tão escassas e periclitantes desta colónia da Insulíndia<sup>1233</sup>.

### **Timor – 3.º Período – Estado Novo (Implantação) - 1932-1945**

Nesta fase de implantação do Estado Novo, compreendida entre 1932 e 1945, o *Boletim* publicou 15 artigos, de 10 personalidades, que se devotaram ao estudo e ao

<sup>1230</sup> Transcrito por Júlio Garcez de Lencastre no artigo «Aspectos da Administração...», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, Dezembro de 1929, n.º 54, pp. 33-34.

<sup>1231</sup> Duarte Veiga, «As estradas em Timor» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Outubro de 1926, n.º 16, pp. 88-94.

<sup>1232</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 88.

<sup>1233</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 94.

trabalho sobre Timor. Da colaboração resultaram artigos sobre «história» (7), «ciência» (4) e «recursos naturais» (4), escritos por autores quer militares (6), quer civis (4). Relativamente aos artigos sobre «história», de realçar os artigos divulgados pelo investigador Charles Boxer sobre «Novos subsídios históricos relativos a Timor»<sup>1234</sup>, pelo tenente-coronel Garcez de Lencastre, sobre os «Marcos da expansão do Império – Solor, Alor e Timor»<sup>1235</sup> e por Vasco Borges, sobre «O Caso de Timor»<sup>1236</sup>. O artigo de Boxer editado pelo *Boletim* n.º 184, de Outubro de 1940, vinha na sequência do livro sobre *Timor* publicado na colecção «Império», da Agência Geral das Colónias, por Frazão de Vasconcelos, e por sugestão deste, Boxer publicaria alguns documentos que completariam melhor a história do Governo de António Coelho Guerreiro, no início do século XVIII, nomeadamente a ligação de Macau com o território de Timor. Quanto ao artigo do tenente-coronel Garcez de Lencastre, este referia-se à colonização e evangelização europeia de um conjunto de ilhas na região da Insulíndia: Solor, Alor e Timor. No caso do artigo de Vasco Borges sobre a ocupação de Timor, na Segunda Guerra Mundial, a importância desta colaboração não era tanto pelo seu conteúdo, mas porque fora a última que este especialista em política externa assinara para o *Boletim* n.º 200, de Fevereiro de 1942, poucos dias antes da sua morte. Desse facto dava conta uma nota de redacção, no final do artigo, em que se comunicava esta morte repentina de um homem ainda em «pleno vigor da sua inteligência»<sup>1237</sup>.

Em relação à divulgação de artigos sobre temática «científica», dos 4 editados sobre «biologia», «economia» e «etnografia», destacaremos pela originalidade a abordagem do tenente Armando Pinto Correia, sobre o papel da mulher na «Etnografia da região de Baucau»<sup>1238</sup>. Assim, esse elemento essencial da família era vista por diversas perspectivas costumeiras, desde o noivado negociado, visto como «exploração mercantil da mulher», até às «bodas nupciais», à «poligamia» e ao divórcio»<sup>1239</sup>. Finalmente, nesta fase entre as duas Guerras Mundiais, em que o Estado Novo se estabelecia em Portugal com a chegada à presidência do Conselho de Ministros de Oliveira Salazar, o *Boletim* publicava 4 artigos

<sup>1234</sup> C. R. Boxer, «Novos Subsídios Históricos Relativos a Timor» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVI, Outubro de 1940, n.º 184, pp. 32-38.

<sup>1235</sup> Júlio Garcez de Lencastre, «Marcos da expansão do Império – Solor, Alor e Timor», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano X, Fevereiro de 1934, n.º 104, pp. 12-36.

<sup>1236</sup> Vasco Borges, «O Caso de Timor», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano XVIII, Fevereiro de 1942, n.º 200, pp. 79-82.

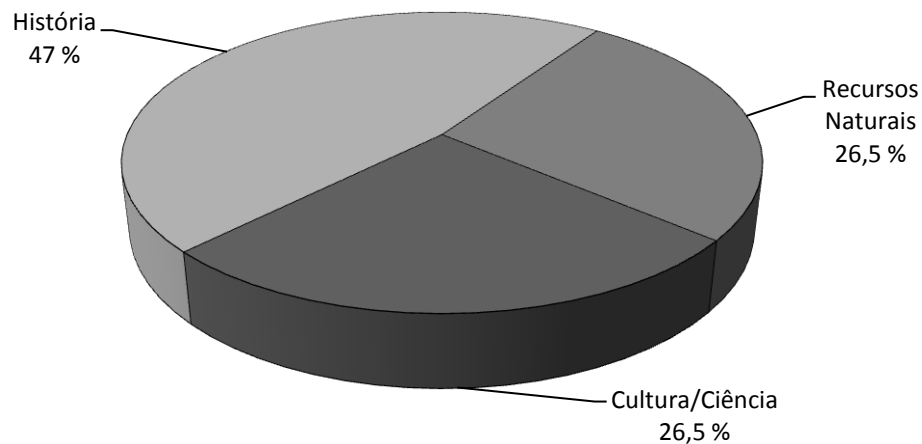
<sup>1237</sup> Vasco Borges, «O Caso de Timor», *op. cit.*, *Boletim* n.º 200, p. 81.

<sup>1238</sup> Armando Eduardo Pinto Correia, «Notas da Etnografia Timorense (Região de Baucau)» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Abril de 1934, n.º 106, pp. 35-52.

<sup>1239</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 35 (nota de rodapé n.º 1).

sobre os «recursos naturais» de Timor, da autoria do engenheiro silvicultor Júlio Afaro Cardoso, responsável pelos Serviços Agrícolas e Florestais de Timor, entre os anos de 1929 e 1930. Estes artigos que começaram a ser publicados nos n.ºs 98/99, de Agosto e Setembro de 1933, e se estenderam até ao n.º 143, de Maio de 1937, tinham a ver com a análise e descrição dos recursos florestais, agrícolas e pecuários feitos por este engenheiro destacado nesta ilha<sup>1240</sup> (Ver Gráfico 33).

**Gráfico 33: Percentagem de temáticas sobre Timor no *Boletim Geral das Colónias* entre os anos de 1932 e 1945.**



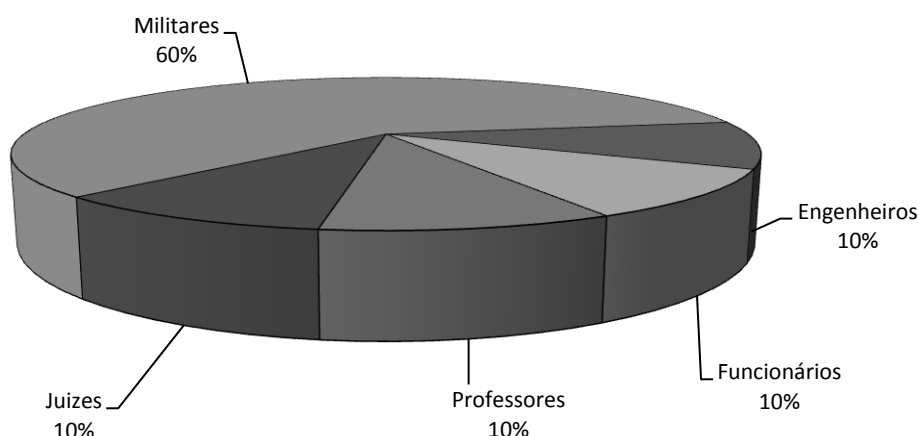
**Fonte:** Elaboração própria.

Sobre os aspectos socioprofissionais dos seus colaboradores, de salientar que das 10 personalidades que escreveram para o *Boletim*, entre os anos de 1932 e 1945, 6 delas eram militares: major Álvaro Fontoura, tenente Armando Pinto Correia, capitão Charles Boxer, capitão José S. Martinho, tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, capitão Teófilo Duarte; 4 civis: professor A. Mendes Correia, funcionário António Jacinto Magro, engenheiro sicultor Júlio Alfaro Cardoso, juiz conselheiro Vasco Borges. Este facto de haver mais militares, do que civis na administração de Timor, nesta altura em que o regime da Ditadura Militar tinha dado lugar ao do Estado Novo, só demonstrava que por carência de quadros e por esta colónia se encontrar nos antípodas da Metrópole ainda não se tinha

<sup>1240</sup>Júlio Gardé Alfaro Cardoso, «Notas florestais da colónia de Timor», «Timor sob o ponto de vista agrícola», «Timor sob o ponto de vista florestal», «Serviços agrícolas, florestais e de pecuária da colónia de Timor» in *Boletim Geral das Colónias*, n.ºs 98/99, 140, 142, 143, Anos IX e XIII, de Agosto/Setembro de 1933, Fevereiro Abril e Maio de 1937, respectivamente pp. 41-54, pp. 31-51, pp. 10-27, pp. 30-54.

feito a desmilitarização da administração pública local, pelo que os militares que iam em cumprimento de uma missão de defesa acabavam muitas vezes por acumular ou ficar em comissão de serviço nas repartições públicas locais (**Ver Gráfico 34**).

**Gráfico 34: Percentagem dos estratos socioprofissionais dos autores que escreveram sobre Timor no *Boletim Geral das Colónias* entre os anos de 1932 e 1945.**



**Fonte:** Elaboração própria.

#### **Timor – 4.º Período – Estado Novo (Adaptação) - 1946-1961**

No período de consolidação do Estado Novo, ocorrido no pós-Guerra entre os anos de 1946 e 1961, o *Boletim* editou 6 artigos sobre Timor, da autoria de 3 colaboradores que tinham afinidades com aquela possessão e que eram o padre Artur Sá, o capitão-tenente António Marques Esparteiro e o funcionário administrativo Manuel Ferreira. De salientar, que todos os artigos publicados nesta altura se referiam a aspectos da colonização naquela região do Mundo. Assim, o capitão-tenente António Marques Esparteiro publicava nos n.ºs 309 e 310, de Março e Abril de 1951, 2 artigos sobre «A canhoneira *Diu* e a guerra de Timor»<sup>1241</sup>. Tratava-se de uma descrição das viagens e missões de guerra deste barco nos mares do Oriente, entre os anos de 1890 e 1913. Construída em Lisboa, sob as ordens do engenheiro naval conde de Linhares, caiu ao mar no antigo Arsenal da Marinha, em 27 de

<sup>1241</sup> António Marques Esparteiro, «A canhoneira *Diu* e a guerra de Timor» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.ºs 309 e 310, de Março e Abril de 1951, respectivamente pp. 17-48 e 31-64.

Agosto de 1889. Posteriormente, partiria para Macau sob o comando do capitão-tenente Manuel de Azevedo Gomes em Novembro de 1890, para fazer serviço junto da Estação Naval daquele enclave asiático. Depois foi destacada para cumprir missões no Japão e na Tailândia, entre os anos de 1891 e 1892.

Quanto ao padre Artur de Sá, publicara entre Outubro de 1948 e Setembro de 1950, 2 artigos: um sobre a «história de Timor»<sup>1242</sup> e outro sobre a evolução linguística da palavra autóctone «caladis»<sup>1243</sup>. Era pois analisando essas primeiras viagens feitas pelos navegadores portugueses à Ásia e à Oceania, à procura de matérias-primas como as especiarias (cravo e noz moscada), que poderemos encontrar os «primórdios» da história de Timor. No segundo artigo, publicado nos n.ºs 302-303, de Agosto/Setembro de 1950, o padre Sá escrevia sobre os dialectos locais e sobre a origem da palavra «caladis». Para este investigador, a palavra não continha conotações étnicas, pelo que tinha apenas ressonâncias «botânicas», de uma palavra de origem malaia que significaria «planta da família das aroídeas», cujas raízes são uma espécie de inhames ou tubérculos que os indígenas utilizavam para a sua alimentação ou para vender nos mercados locais. E, assim, a generalização da palavra «caladi» aplicava-se a todos aqueles autóctones que desciam das montanhas para vir comerciar esse tubérculo nos mercados de Dili.<sup>1244</sup>

O terceiro autor a colaborar nesta fase do *Boletim* era o secretário de circunscrição Manuel Ferreira que escrevera 2 artigos para os n.ºs 381 e 382 deste periódico sobre «Timor, orgulho de Portugal», baseados numa conferência realizada no Ateneu Comercial de Lisboa, em 15 de Janeiro de 1957<sup>1245</sup>. Numa linguagem literária, em que começava por citar os versos de Alberto Osório de Castro sobre essa «costa verde e vermelha de Timor», Ferreira descrevia em tons de propaganda turística as impressões que a mesma lhe deixara e essas eram muito positivas, pois, segundo este funcionário «efectivamente é difícil encontrar terra mais bela, que mais prenda os nossos corações e domine as nossas almas»<sup>1246</sup>.

Sobre a componente socioprofissional dos colaboradores do periódico em análise, neste período que ia até ao início da década de sessenta do século XX, de referir que a

<sup>1242</sup> Artur de Sá, «Preliminares da história de Timor», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano XXIV, n.º 280, Outubro de 1948, pp. 3-25, especialmente p. 5.

<sup>1243</sup> Artur de Sá, «Caladis de Timor», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano XXVI, n.ºs 302-303, Agosto/Setembro de 1950, pp. 35-46.

<sup>1244</sup> Artur de Sá, *Idem*, «Caladis de Timor», *Ibidem*, *Boletim* n.ºs 302-303, Agosto/Setembro de 1950, pp. 44-45.

<sup>1245</sup> Manuel Ferreira, «Timor, orgulho de Portugal» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, n.ºs 381 e 382, Março e Abril de 1957, respectivamente pp. 81-94 e pp. 87-100.

<sup>1246</sup> *Idem*, *Ibidem*, *Boletim* n.º 381, Março de 1957, p. 81.

diversidade era total, num tão reduzido leque de autores. Das 3 personalidades, António Marques Esparteiro, Artur de Sá e Manuel Ferreira, poderemos discriminar respectivamente as seguintes profissões: capitão-tenente da Armada; padre; secretário de administração. Predominando como temática principal a história e a divulgação de aspectos etno-antropológicos da ilha do «Sol Nascente», não seria pois de admirar que o perfil académico e profissional dos colaboradores do *Boletim* nesta altura fosse este. Outro aspecto que ficava provado é que a rentabilidade económica da ilha era escassa ou quase nula, daí a ausência de estudos sobre a exploração e a produtividade desta possessão da Insulíndia.

### **Timor – 5.º Período – Estado Novo (Declínio) - 1962-1970**

Neste período final de publicação do *Boletim*, entre 1962 e 1970, o periódico editou apenas 2 autores, e 2 artigos sobre Timor. Os artigos em causa eram do governador Alberty Correia, relativo a um discurso «na sessão de abertura do Conselho Legislativo»<sup>1247</sup>, e o outro do investigador Rómulo de Figueiredo, sobre «a pesca» nesta província da Oceânia<sup>1248</sup>. No caso do primeiro artigo, era a reprodução de um discurso que o tenente-coronel Correia fazia na primeira sessão do Conselho Legislativo sobre a situação de Timor no ano de 1965, orientando a sua análise para um conjunto de pontos que considerava importantes e que, entre outros, se referiam aos seguintes aspectos: «Agricultura, Silvicultura e Pecuária»; «Conhecimento Científico»; «Educação»; «Energia»; «Habitação»; «Indústria»; «Melhoramentos Locais»; «Pesca»; «Saúde e Assistência»; «Situação Económica, Financeira e Política»; «Transportes e Comunicações»; «Turismo»<sup>1249</sup>.

Embora reconhecendo que o Governo Central poderia ter feito mais e melhor sobre esta possessão, o governador Correia enumerava neste discurso os pontos que considerava importantes concretizar para o progresso e desenvolvimento futuro de Timor, relativos a diversas situações: «política»; «económico-financeira»; «agro-pecuária; industrial e do turismo»; «educação, saúde, habitação e melhoramentos locais»; «energia e transportes».

<sup>1247</sup> José Alberty Correia, «Sessão de abertura do Conselho Legislativo da Província de Timor» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLI, n.º 482, Agosto de 1965, pp. 53-108.

<sup>1248</sup> Rómulo de Figueiredo, «Análise do sector de pesca no Ultramar. Subsídios para o seu estudo: VII – A pesca na província de Timor», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XLIV, n.ºs 521-522, Novembro/Dezembro de 1968, pp. 17-36.

<sup>1249</sup> José Alberty Correia, «Sessão de abertura do Conselho Legislativo da...», *op. cit.*, pp. 53-108.

No caso da situação «política», o governador Alberty Correia considerava que haveria dois acontecimentos de relevância nacional, mas também regional, importantes que eram as eleições de um deputado por Timor para a Assembleia Nacional e a de Presidente da República<sup>1250</sup>. Relativamente ao segundo artigo sobre a «pesca» em Timor, de Rómulo de Figueiredo, este analisava os recursos piscícolas desta colónia, chegando à conclusão que esta actividade económica ainda era muito «rudimentar» e era exercida de forma geral pelos autóctones, com recurso a embarcações e equipamentos «obsoletos» que apresentavam baixos índices de produtividade na captura de algumas espécies, designadamente do atum. Para combater a concorrência japonesa e aumentar a produtividade deste sector, o articulista do *Boletim* propunha em alternativa as seguintes medidas:

Fomento piscícola nas águas interiores e em tanques de cultura; incentivo aos estudos sobre biologia piscatória; modernização das embarcações e das artes de pesca local, visando melhores índices de produtividade; construção ou adaptação de instalações portuárias adequadas à expansão desta actividade, comportando instalações de refrigeração e conservação de pescado<sup>1251</sup>.

No que dizia respeito à caracterização socioprofissional dos colaboradores deste último período de publicação do *Boletim*, de realçar que as duas personalidades que escreveram nesta conjuntura eram 2 funcionários estatais, 1 militar, o tenente-coronel José Alberty Correia que cumpria uma missão de serviço como governador de Timor e que no ano de 1965 dava conta das suas preocupações políticas e económicas ao Conselho Legislativo desta Província; o outro, Rómulo de Figueiredo, fizera o levantamento do sector de pesca em todo o Ultramar, dando posteriormente conta desse estudo económico para cada uma das parcelas em artigos circunstanciais, como aquele que assinara sobre esta actividade económica, em Timor, no *Boletim*, de Novembro/Dezembro de 1968.

---

<sup>1250</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 104-105.

<sup>1251</sup> Rómulo de Figueiredo, «Análise do sector de pesca no Ultramar...A pesca na província de Timor», in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV, n.ºs 521-522, Novembro/Dezembro de 1968, pp. 35-36.

## 2. Contributos para uma prosopografia dos colaboradores do Boletim

Neste ponto iremos fazer a interpretação prosopográfica das personalidades que colaboraram com a Agência Geral das Colónias/ Ultramar e com o respectivo boletim no período compreendido entre 1924 e 1974 (Ver Apêndice II). Como neste intervalo temporal houve centenas de colaboradores e dezenas de funcionários que ajudaram a erguer e a consolidar esta instituição de propaganda, optámos por fazer a análise daquelas individualidades que considerámos mais representativas dos cinquenta anos deste departamento do ministério das Colónias/Ultramar. Esta seriação é sempre subjectiva e dependerá muito dos interesses que o investigador pretende dar à sua pesquisa. Entendemos que tinham interesse prosopográfico todas aquelas personalidades que concorreram assiduamente com artigos e resenhas para o Boletim Geral das Colónias/Ultramar e ainda que exerceram funções nos órgãos de soberania quer da Metrópole, quer das Colónias. Antes de fazermos a caracterização de cada individualidade que se interessou pela questão colonial, procuraremos definir e esmiuçar com mais profundidade o sentido teórico do conceito «prosopografia», ainda hoje pouco utilizado como instrumento de análise na História Social.

A palavra prosopografia, no sentido literal do termo, resulta da composição de dois vocábulos, «*prosopos*» e «*grafos*», que significará «escrita do rosto», ou a descrição da figura humana, como haveria outras descrições que os gregos, já com capacidade semântica apurada, faziam de tudo o que os rodeava: do mundo, seria a «cosmografia»; da terra, a «geografia»; da região, a «corografia»; do lugar, a «topografia»; da pessoa, a já acima referida «prosopografia». Logo, por justaposição tudo o que se referia a essa narrativa das características físicas, verdadeira ou fictícia, da figura humana, nomeadamente do seu corpo, tinha a ver com este vocábulo<sup>1252</sup>. Verificamos que dois mil anos depois o conceito grego continua a estar actualizado e, em 1870, o *Grand Dictionnaire Universel*, de Pierre Larousse, persistia em dar a definição clássica dos gregos para este conceito, utilizando as mesmas palavras da definição primitiva: conhecer os «traços exteriores», as «figuras», os «portes» de um «homem» ou de um «animal»<sup>1253</sup>. Mas esta conceptualização, como estrutura filológica, vai evoluindo ao longo do tempo e o

---

<sup>1252</sup> Pierre Fontanier, *Les figures du discours*, Paris, Éditions Flammarion, 2009, p. 425.

<sup>1253</sup> Vide «Prosopographie» in Pierre Larousse, *Grand Dictionnaire Universel*, XVII Volumes, Paris, Hachette Livre, Volume XIII (I), 1870, p. 286.



conceito clássico vai-se generalizando e ampliando o seu conteúdo semântico, passando, na segunda metade do século XIX, a descrição da figura humana singular, para a colectiva, tal como definiu Jacqueline Lalouette, que acrescentava que a «prosopografia» agora era «um conjunto de retratos de indivíduos unidos por um elemento comum: ter sido ilustre»<sup>1254</sup>.

O qualificativo «ilustre» é que faz projectar o significado de prosopografia para outras referências e será o elemento que realçará a importância de certas famílias para o facto de a notabilidade poder ser uma mais-valia que transitaria de geração em geração e que seria privilégio de uma minoria, que, como elite, a conservava como usufruto dinástico de diferenciação social. Assim, os especialistas franceses da historiografia clássica ao recusarem a investigação individual para o estudo de algumas corporações sociais estavam, sem o saberem, a fazer a biografia colectiva dessas ordens aristocráticas<sup>1255</sup>. Segundo Claude Nicolet<sup>1256</sup>, um destes investigadores, Émile Belot, era de facto o verdadeiro precursor da prosopografia no século XIX, muito embora a sua investigação sobre a «História dos Cavaleiros Romanos»<sup>1257</sup> só utilizasse essa metodologia de uma forma empírica.

Sendo uma abordagem quantitativa, a prosopografia ou a «*personengeschichte*», como é designada pelos alemães, era uma pesquisa que assentava no tratamento estatístico de dados numéricos para fazer a caracterização dessa «história das pessoas» ao longo das diversas épocas, a partir da referida Antiguidade Clássica, mas com destaque para épocas posteriores, mormente os períodos Medieval e Contemporâneo, para poder compreender o homem na sua inserção histórica polifacetada que passará obviamente por aspectos relacionados com a sociedade, a economia, a política e a cultura<sup>1258</sup>. No caso da História

<sup>1254</sup> Jacqueline Lalouette, «Do exemplo à série: história da prosopografia» in Flávio M. Heinz (Organizador), *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro, Edição da Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 55-74, especialmente p. 58.

<sup>1255</sup> *Idem, Ibidem*, p. 63.

<sup>1256</sup> Claude Nicolet, «Prosopographie et histoire social: Rome et Italie à l' époque republicaine» in *Annales, Histoire et Sciences Sociales*, Vol. XXV, Septembre/Octobre de 1970, pp. 1209-1228. Contemporâneo de Nicolet há um outro autor, Lawrence Stone, que sobre esta temática publicou na mesma altura um outro trabalho de referência: «Prosopography» in *Daedalus*, n.º 100, 1971, pp. 46-79.

<sup>1257</sup> Émile Belot, *Histoire des Chevaliers Romains Considérée dans ses Rapports avec les Differentes Constitutions de Rome depuis les Temps des Rois jusqu' au Temps des Gracques*, Paris, Éditions Durand, 2 Volumes, 1866, 434 pp.

<sup>1258</sup> Neithard Bulst, «Sobre o Objecto e o Método da Prosopografia» in revista *Politeia, História e Sociedade*, Vitória da Conquista, edição da Universidade Estadual da Bahia (UESB), Volume 5, n.º 1, 2005, pp. 47-67, especialmente p. 50. Este artigo foi traduzido para português por Cybele Crossetti de Almeida e resulta do artigo original do mesmo professor da Universidade de Bielefeld, na Alemanha, «Zum Gegenstand und zur Methode von Prosopography», apresentado quando do «First Internacional and Interdisciplinary Conference

Social <sup>1259</sup> será importante que se trace um esboço biográfico de um determinado grupo de dirigentes políticos, a sua própria elite, que ao longo dos diversos regimes que pautaram o século XX português se devotaram à causa colonial, não só como móbil de ideais e princípios que foi legada há séculos por «herança sagrada», mas como motivo concreto para a exploração material de riquezas e matérias-primas estratégicas de um novo *eldorado*.

Ao pretendermos analisar esta elite colonial dos três primeiros quartéis do século XX português precisaremos de saber o contributo da biografia para o estudo dessa minoria que durante esse tempo fizera a gestão do Império. E ao enfatizarmos o papel da biografia, não estaremos a alienar o papel da história? Ou pondo a questão pelo reverso, quando destacamos o papel da história, não estaremos a desvalorizar a função da biografia? Será que estes dois pressupostos viverão em oposição permanente, ou, contrariamente, haverá uma constante interligação entre eles? Epistemologicamente esta dialéctica entre dois «profissionais» do mesmo ofício não será mais do que o eterno confronto entre a macro e a micro história, entre a história global e a particular, entre a história do homem e a dos homens? Não querendo ter a veleidade de reduzir tudo a uma história individual ou a uma colectiva, consideramos que haverá metodologicamente necessidade de utilizar as duas pois estão imbricadas uma na outra, como género «compósito» das Ciências Sociais. No entanto, não descuraremos a importância da biografia como género histórico que cada vez mais deixou o papel de domínio menor do conhecimento, e passou a ter hoje um papel fundamental na descodificação das atitudes e comportamentos das sociedades actuais, como aliás já dizia em 1990 Peter B. Waite num congresso internacional realizado em Madrid, ao afirmar que a «biografia é realmente o principal género da ciência histórica porque esta é elaborada pelo povo, por pessoas»<sup>1260</sup>.

Se a biografia é realizada por «pessoas», esta poderá ser feita por diversas perspectivas, de acordo com as focagens que pretendermos dar ao objecto da investigação. Num contexto diacrónico, a pesquisa poderá ser feita de uma forma «linear», num percurso que seguirá o indivíduo desde o seu nascimento até à sua morte, não se preocupando o

---

of Medieval Prosopography», entre 3 and 5 December 1982, e editado com coordenação de N. Bulst e J. P. Genet, in *Medieval Prosopography*, Bielefeld, University of Bielefeld, 1986, pp. 1-16.

<sup>1259</sup> Vide a propósito os números especiais dedicados a estas termáticas da revista *Análise Social*, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa: «História Social das Elites» e «História Política», respectivamente nºs 116-117, Quarta Série, Volume XXVII, 1992 – (2.º e 3.º), 613 pp. e n.º 157, Volume XXXV, 2001, 1175 pp.

<sup>1260</sup> P. B. Waite, «Biografia histórica» in *17.e Congrès International des Sciences Historiques, I, Grands thèmes. Méthodologie. Sections chronologiques. Rapports et abregés*, Madrid, Comité Internacional des Sciences Historiques, 1990, pp. 207-225, especialmente p. 220.

investigador nessa «viagem» de fazer uma contextualização do período histórico em que essa personalidade viveu. Esta leitura da vida de uma pessoa poderá, por um lado, ter a singularidade de salientar, num período muito massificado e globalizado, os aspectos mais específicos numa realidade onde ninguém se distingue de ninguém. Será pois uma interpretação mais íntima onde se respeita a liberdade do indivíduo face à sociedade e aos seus valores colectivos. Por outro lado, se o investigador se preocupar muito com os pormenores de vida ou daquilo que poderemos chamar a *petit histoire* dessa mesma personagem, o produto final poderá resultar numa indagação onde pontificará uma curiosidade mórbida, ou «voyeurismo», que satisfará o observador, mas não trará nada de significativo a uma pesquisa que vá mais além e tenha qualquer ressonância colectiva que se integre no âmbito de uma Ciência Social como a História<sup>1261</sup>.

Em relação à segunda perspectiva, de considerar a biografia dentro dum contexto mais amplo, tal qual, como o definia José Amado Mendes, como um «fresco histórico» onde se poderá recorrer aos aspectos mais importantes do percurso de uma vida<sup>1262</sup>, qual «quadro», que juntamente com outros, poderá constituir pelas conexões, de causa e efeito, um verdadeiro tríptico existencial das principais situações que uma pessoa vive desde que nasce até à sua morte. Esta biografia mais contextualizada pela rede de intercessão que traçava, entre as diversas facetas do homem, que ia desde a Psicologia até à Sociologia, isto é, do comportamento individual, ao colectivo, daria de certeza uma visão mais completa e mais humanizada da vivência de um qualquer indivíduo na sociedade do seu tempo. Tal como definira a historiadora brasileira Vavy Pacheco Borges, este «segundo eixo» biográfico não terá mais a presunção de consumir «o absoluto do eu» e terá como meta «examinar alguns momentos importantes do percurso de uma vida, em especial as suas encruzilhadas, os “porque” e os “como” das decisões tomadas, no cruzamento dos tempos passados, presente e futuro, na mente dos indivíduos»<sup>1263</sup>.

Reforçando as perspectivas de Amado Mendes e Vavy Pacheco, Giovanni Levi apresentava quatro pressupostos para o traçar de um perfil biográfico, que estavam associados à forma como o investigador conduzia a sua pesquisa e como trabalhava os

<sup>1261</sup> Vavy Pacheco Borges, «Gabrielle-Sieler, uma vida (1874-1940): os desafios da biografia» in *Anais do Sexto Congresso Internacional do Brazilian Studies Association (BRASA)*, Atlanta, Georgia, 4-6 de Abril de 2002, pp. 1-11, especialmente pp. 1-2. Para uma perspectiva mais aprofundada vide *Em busca de Gabrielle*, S. Paulo, Alameda Casa Editorial, 2009, 235 pp. Ainda, «Grandezas e misérias da biografia» in Carla B. Pinsky (Organização), *Fontes históricas*, São Paulo, Editora Contexto, 2008, pp. 203-234.

<sup>1262</sup> José Amado Mendes, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos» in *Análise Social*, Volume XXVII, n.ºs 116-117, 1992, (2.º-3.º), pp. 357-365, especialmente p. 359.

<sup>1263</sup> Vavy Pacheco Borges, «Gabrielle-Sieler, uma vida (1874-1940)...», *op. cit.*, p. 2.

dados de cada uma das personalidades indagadas, que iam desde a abordagem dos seus actores, até à contextualização e a interpretação crítica das fontes, como poderemos depreender pela caracterização de cada uma delas: «prosopografia e biografia modal»: uma biografia atípica que perde os seus aspectos específicos de análise, a favor de um comportamento fundamentado em condições sociais estatisticamente mais frequentes e que servia para elucidar a ideologia e a cultura dos seus protagonistas; «biografia e contexto»: uma análise biográfica que se sustentava minimamente num suporte de “época”, “meio” e “ambiente”; «biografia e os casos-limite»: uma vivência singular que ajudará a compreender o contexto social de uma determinada época, muito para além da fundamentação estatística; «biografia e hermenêutica»: uma vida cuja evolução cultural dependerá da interpretação do processo de comunicação entre pessoas<sup>1264</sup>. Pelo seu processo dialógico, esta última era considerada pela *École des Annales*, de Lucien Febvre e Marc Bloch, no contexto de entre as duas Guerras Mundiais, como a «nova biografia» que questionava a relação entre conceitos tão opostos, mas ao mesmo tempo tão comuns, como aqueles que ligavam o homem ao seu meio, à sua tradição e à sua inovação

Deste modo, de entre os vários tipos de biografia encontra-se aquele que é menos conhecido e menos utilizado para a época actual, a prosopografia. Sendo uma metodologia que resultou de muitos debates entre a História e as outras Ciências Sociais, a sua aplicação procedeu da utilização de métodos estatísticos e quantitativos aplicados a grupos sociais pré-seleccionados para se encontrar um perfil colectivo de um conjunto de indivíduos que integram uma ordem ou uma classe social, uma corporação, um agrupamento socioprofissional. O que une verdadeiramente a tradicional biografia da prosopografia é o indivíduo, mas o que acabará por distinguir estes dois «irmãos» da história social e política é ainda o mesmo indivíduo. Enquanto a biografia visa o estudo do perfil individual, a prosopografia visará sempre o indivíduo no conjunto ou na totalidade. Assim, biografia e prosopografia podem conviver a fim de se completarem, muito embora a biografia possa prescindir da prosopografia, mas esta última dependerá sempre da primeira para poder encontrar um perfil biográfico de grupo<sup>1265</sup>.

<sup>1264</sup> Giovanni Levi, «Usos da biografia» in *Usos e Abusos da História Oral* (Org. de Marieta Ferreira e Janaína P. Amado), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996, pp. 167-182. Ainda, Rómulo José Francisco de Oliveira Júnior, «História e Sujeitos: Percursos Metodológicos no Fazer Biográfico» in *históriæ-história*, Campinas, Universidade de Campinas, 2010, pp. 1-7, especialmente p. 2.

<sup>1265</sup> José Amado Mendes, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», *op. cit.*, pp. 360-361.

Segundo Tânia da Cruz Ferreira, que fizera um estudo académico sobre a «Situação socioprofissional dos advogados do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX»<sup>1266</sup>, a prosopografia enunciava «um universo de pessoas a ser estudado e propõe um conjunto de questões sobre o seu perfil e atuação, que incluem dados sobre o nascimento e morte dos indivíduos, laços de casamento e parentesco, origens sociais e posição económica herdada, local de residência, educação, montante de fortunas pessoais ou familiares, ocupação, religião, trajetória política, experiência profissional»<sup>1267</sup>. Em Portugal deveremos destacar, entre outros, alguns trabalhos sobre as elites que nos governaram e representaram nos séculos XIX e XX, como os de António Costa Pinto, sobre «as elites políticas e a consolidação do salazarismo», e «Salazar e a elite ministerial do Estado Novo»<sup>1268</sup>, o de Cristina Azeredo Faria, «a elite universitária na ditadura»<sup>1269</sup>, o de Manuel Augusto Rodrigues, «a Universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do período colonial»<sup>1270</sup>, o de Pedro Aires Oliveira, «o corpo diplomático e o regime autoritário»<sup>1271</sup>, o de Telmo Faria, «as tropas de Santos Costa na elite militar do Estado Novo»<sup>1272</sup>. Desta forma, a utilização quer das prosopografias, quer das biografias, será importante para um estudo mais aprofundado das elites portuguesas contemporâneas, nomeadamente das coloniais, que geriram o império nos últimos três quartéis do século XX. No caso concreto do presente trabalho académico, procuraremos fazer a análise de uma amostragem de cem, de entre os muitos autores que durante quarenta e cinco anos, entre 1925 e 1970, colaboraram com o periódico da Agência, o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*.

<sup>1266</sup>Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, *Os Advogados do Município Neutro da Corte: Um Estudo Prosopográfico (1860-1880)*, Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Área de História, Universidade Federal Fluminense, 1983, 102 pp.

<sup>1267</sup>Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, «História e Prosopografia» in *História e Biografias (Actas do X Encontro Regional de História)*, Rio de Janeiro, Edição da Associação Nacional de História, 2002, pp. 1-10, especialmente p. 2.

<sup>1268</sup>António Costa Pinto, «As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional-Sindicalismo e a União Nacional» in *Análise Social*, Vol. XXVII, Quarta Série, n.ºs 116/117, 1992, 2.º e 3.º, pp. 575-613. Ainda, «O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)», *Ibidem*, *Análise Social*, n.º 157, Janeiro a Março de 2001, pp. 1055-1076.

<sup>1269</sup>Cristina Azeredo Faria, «Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra: a elite universitária da ditadura», in revista *História*, n.ºs 23-24, Agosto-Setembro de 1996, pp. 42-59.

<sup>1270</sup>Manuel Augusto Rodrigues, «A Universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do período colonial», in *Revista de História das Ideias n.º 12 – Universidade*, Coimbra, Edição do Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 89-109.

<sup>1271</sup>Pedro Aires de Oliveira, «O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)», in revista *Análise Social – Elites*, Volume XLI, n.º 178, 1.º Trimestre, 2006, pp. 145-166.

<sup>1272</sup>Telmo Faria, «As «tropas» de Santos Costa na elite militar do Estado Novo», in revista *História*, Ano XVIII (Nova Série), n.ºs 23-24, Agosto-Setembro de 1996, pp. 26-41.

Numa inventariação que englobou personalidades de três regimes que vigoraram nesse hiato temporal entre o final da República e a decadência do Estado Novo, encontramos ainda colonialistas que vinham do antigo regime monárquico, e que no início da publicação do *Boletim*, em 1925, ainda mostravam interesse em publicitar tudo aquilo que se referisse às terras de Além-Mar. Tendo a oportunidade de divulgação que lhe oferecia o principal meio de comunicação estatal, continuavam a assinar escritos, recensões e trabalhos de investigação sobre as parcelas onde estiveram colocados, quer como militares, quer como civis, ou sobre as parcelas que a exigência de trabalhos escolares e de relatórios administrativos assim os motivava para a publicitação dos mesmos. Deste modo, para cada esboço biográfico procurámos utilizar dados que pudessem ser úteis não só para a estatística e para a quantificação, mas também para que, no conjunto, pudessem influir para a indução da existência de uma elite, que prezava nos seus valores idiossincráticos a necessidade e a utilidade de preservar todo um património. Logo, para cada verbete procurámos referir, por ordem alfabética, o nome, a naturalidade, a data de nascimento e de falecimento, os estudos, as funções socioprofissionais que desempenharam, as obras publicadas.

Da exaustiva listagem de personalidades inventariadas como colaboradoras do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, destacaremos:

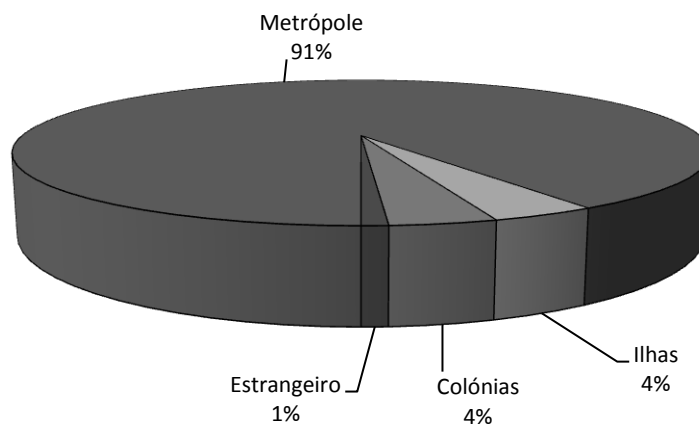
**Quadro 4: Listagem de personalidades inventariadas como colaboradoras do Boletim Geral das Colónias/Ultramar.**

<i>Personalidades</i>	
Adriano Moreira	Henrique Monteiro Correia da Silva
Aires Kopke	Henrique Quirino da Fonseca
Alberto Osório de Castro	Hernâni António Cidade
Albino dos Reis	Jaime Correia do Inso
Alexandre Marques Lobato	João Alexandre Lopes Galvão
Alfredo Augusto Freire de Andrade	João Belo
Alfredo Augusto Lisboa de Lima	João de Almeida
Alfredo Augusto Caldas Xavier	João de Azevedo Coutinho
Alfredo Pimenta	João de Castro Osório
Álvaro de Fontoura	João Evangelista Lima Vidal
Amadeu Cunha	Joaquim Alves Correia
Amândio César	Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque
Américo de Deus Rodrigues Thomaz	Joaquim Moreira da Silva Cunha
Américo Pires de Lima	Jorge Dias
António Alberto Banha de Andrade	José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcelos
António Augusto Esteves Mendes Correia	José Bacelar Bebiano
António Baião	José Caeiro da Mata

António Brásio	José Capelo Franco Frazão (conde de Penha Garcia)
António da Silva Rego	José da Costa Nunes
António de Oliveira Salazar	José de Oliveira Boléo
António Lopes Mateus	José Frederico Ferreira Martins
António Óscar Fragoso Carmona	José Justino Teixeira Botelho
António Trigo de Morais	José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos
António Vicente Ferreira	José Osório de Oliveira
Armindo Monteiro	José Ricardo Pereira Cabral
Artur Tamagnini de Barbosa	José Silvestre Ferreira Bossa
Augusto da Costa	Julião Quintinha
Augusto de Castro	Júlio Dantas
Augusto de Vasconcelos	Lourenço Caldeira da Gama Lobo Cayolla
Avelino Teixeira da Mota	Luís José de Pina Guimarães
Baltazar Rebelo de Sousa	Luís Scwalbach
Caetano Gonçalves	Luís Wittnich Carrisso
Carlos de Roma Machado de Faria Maia	Manuel Alves da Cunha
Carlos Selvagem	Manuel Dias Belchior
Carlos Viegas Gago Coutinho	Manuel Gonçalves Cerejeira
Charles Ralph Boxer	Manuel Maria Sarmiento Rodrigues
Durval Pires de Lima	Manuel Múrias
Eduardo de Noronha	Marcello José das Neves Alves Caetano
Eduardo Ferreira Viana	Mário Augusto da Costa
Eduardo do Couto Lupi	Mateus Moreno
Eduardo Augusto Marques	Óscar Freire de Vasconcelos Ruas
Ernesto Maria Vieira da Rocha	Quirino Avelino de Jesus
Fernando Monteiro de Castro Soromenho	Raúl Jorge Rodrigues Ventura
Filipe Gastão de Moura Almeida de Eça	Raúl Manso Preto
Francisco António Toscano	Ruy de Sá Carneiro
Francisco José Caeiro	Teodósio Clemente de Gouveia
Francisco Higinio Craveiro Lopes	Teófilo Duarte
Francisco José Vieira Machado	Vasco Borges
Gastão Adalberto Antunes de Sousa Dias	Vasco Lopes Alves
Henrique Galvão	Vicente de Moura Coutinho Almeida de Eça

Deste conjunto de personalidades, de destacar que a grande maioria era da Metrópole, 91 autores, sendo os restantes 9 das seguintes zonas geográficas: Ilhas; Colónias, e Estrangeiro (**Ver Gráfico 35**).

**Gráfico 35: Naturalidade dos autores por zonas geográficas.**

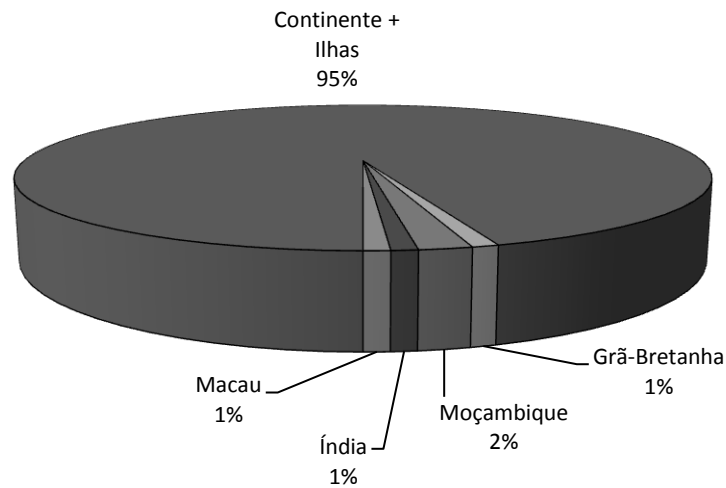


**Fonte:** Elaboração própria.

Estes dados comprovavam que eram os autores nascidos na Europa, incluindo, Metrópole, e Ilhas (Açores: José da Costa Nunes; Madeira: Henrique Quirino da Fonseca, Quirino Avelino de Jesus e Teodósio Clemente de Gouveia), e Estrangeiro, (o militar e investigador Charles Ralph Boxer, nascido na Grã-Bretanha), perfazendo 96 personalidades, que pela sua função de funcionários, estanciaram nas colónias portuguesas, ou como no caso do investigador inglês que, sem ter estado a viver em nenhuma das possessões lusas, se interessaria pelo império no Oriente, depois de ter estado aprisionado pelos japoneses durante quatro anos, entre 1941 e 1945. Mais tarde, quando abandonou a carreira militar seguiu a investigação e docência no *King's College* de Londres, onde se especializaria em cultura portuguesa, particularmente em matérias relacionadas com a literatura camoniana. Quanto aos portugueses nascidos nas Colónias, dois haviam nascido em Lourenço Marques, Moçambique (Alexandre Lobato e Castro Soromenho), um em Goa, Índia (Caetano Gonçalves) e outro em Macau (Henrique Correia da Silva) (**Ver Gráfico 36**).



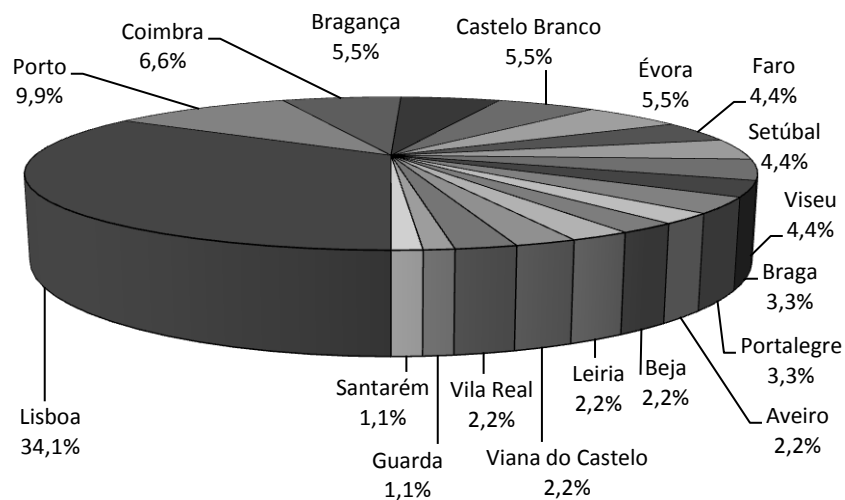
**Gráfico 36: Autores da Metrópole (Continente+Ilhas), Colónias e Estrangeiro.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Dos autores nascidos no Continente, de destacar que das 91 personalidades referenciadas, o mapa geográfico donde eram oriundos distribuía-se pelos seguintes distritos: 31, de Lisboa; 9, do Porto; 6, de Coimbra; 5, de Bragança; 5, de Castelo Branco; 5, de Évora; 4, de Faro; 4, de Setúbal; 4, de Viseu; 3, de Braga; 3, de Portalegre; 2, de Aveiro; 2, de Beja; 2, de Leiria, 2, de Viana do Castelo; 2, de Vila Real; 1, da Guarda; 1, de Santarém (Ver Gráfico 37).

**Gráfico 37: Autores portugueses por distritos.**



**Fonte:** Elaboração própria.

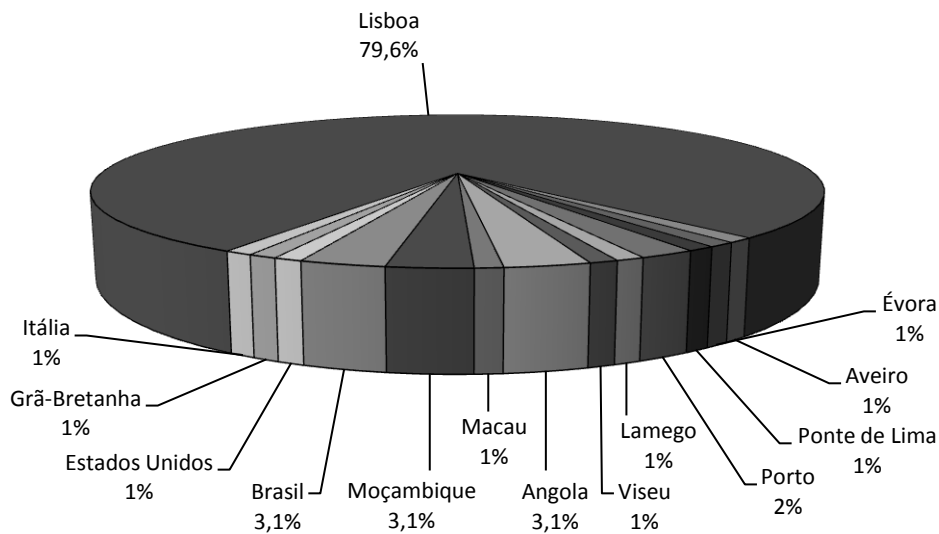
Poder-se-á verificar por esta distribuição que a maioria dos colaboradores provinha das divisões administrativas mais populosas e de cidades com estudos universitários mais diversificados, como eram o caso de Lisboa, Porto e Coimbra, respectivamente com 34%, 9,9%, e 6,6%, perfazendo 50,5%, ficando os outros 49,5% para as divisões administrativas mais pequenas, embora se notasse que havia um núcleo de distritos como Bragança, Castelo Branco e Évora, cada um com 5,5%, Faro, Setúbal, Viseu, com 4,4%, Braga e Portalegre, com 3,3%, que forneciam ainda um número percentual significativo de autores na colaboração com o periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar, num total de 36,3%. Os restantes 13,2%, repartiam-se por distritos com menos importância, como era o caso de Aveiro, Beja, Leiria, Vila Real e Viana do Castelo, com 2,2% cada, e Guarda e Santarém, com 1,1%.

Surpreende-nos, por exemplo, que regiões ricas, populosas e estrategicamente bem situadas, como Aveiro e Viana do Castelo, apenas tivessem 2,2% de massa cinzenta devotada à investigação e à publicidade dos trópicos, enquanto por exemplo o distrito de Bragança, bem no *hinterland* do nordeste ibérico, com índices demográficos mais reduzidos das divisões administrativas anteriores, fracos recursos económicos e poucos estabelecimentos de ensino secundário, apresentasse uma percentagem de autores de 5,5%, mais do dobro da percentagem daqueles distritos do litoral atrás referenciados. Acrescentaremos que para o facto de haver um índice elevado de formação cultural e humana nesta região se devia à circunstância de o Seminário de São José ter sido criado na diocese de Miranda do Douro, no início do século XVII, e portanto, o ensino religioso funcionar como alternativa ao ensino oficial público na formação, até à primeira metade do século XX, de muitos dos cidadãos daquela região transmontana.

Das personalidades estudadas, 98 (98%) já tinham morrido, apenas se encontrando vivas duas (2%), uma, Adriano Moreira, ministro do Ultramar entre 1961 e 1963, quando começara a guerra em Angola e o império dava os primeiros sinais da sua decadência, e outra, Joaquim Silva Cunha, que tutelou também esta pasta dois anos depois, entre 1965 e 1973, por sinal um dos últimos governantes a responsabilizar-se pelo Ultramar antes de 1974, mas a gerir na altura desses acontecimentos o ministério da Defesa. Quanto aos locais onde faleceram a maior parte das individualidades que escolhemos como amostragem para esta abordagem prosopográfica, poderemos constatar que a cidade onde muitos deles acabaram o seu percurso de vida foi Lisboa, como cidade onde se reintegraram depois da vinda dos trópicos. Assim, nessa cidade haviam morrido 78

(79,6%) de colaboradores do órgão de propaganda em análise, tendo os restantes 20 (20,4%), falecido noutras regiões do País, das Colónias e do Estrangeiro, nomeadamente nas seguintes áreas geográficas: Metrópole (Aveiro, 1, Évora, 1, Ponte de Lima, 1, Porto, 2, Lamego, 1, Viseu, 1): 7 (7,2%); Colónias (Angola, 3, Macau, 1, Moçambique, 3): 7 (7,2%); Estrangeiro (Brasil, 3, Estados Unidos, 1, Grã-Bretanha, 1, Itália, 1): 6 (6%) (**Ver Gráfico 38**).

**Gráfico 38: Lugares onde se deu o óbito dos autores.**



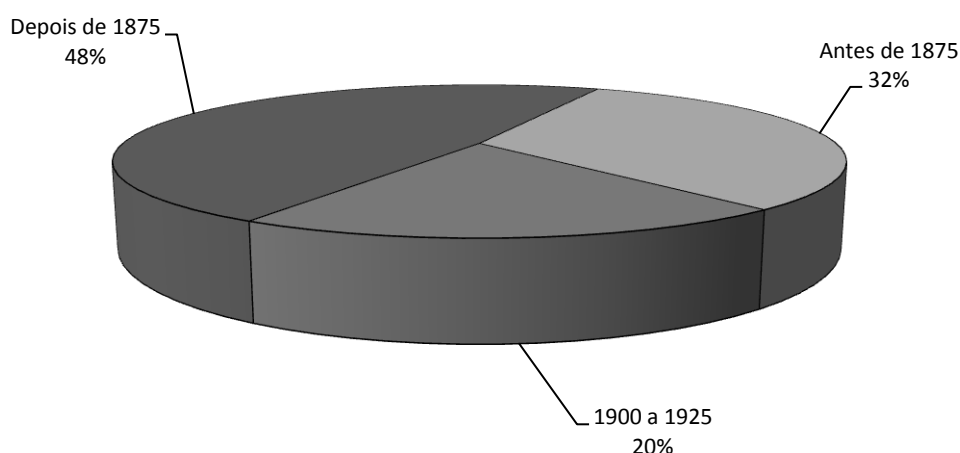
**Fonte:** Elaboração própria.

Não se cumprira assim a premonição aforística do padre António Vieira de ter um pequeno país para nascer e o mundo todo para morrer, pois só uma ínfima percentagem de colaboradores falecera fora ou por serem estrangeiros, nos casos de Ralph Boxer, em Inglaterra; ou eclesiásticos, no de D. José da Costa Nunes e Joaquim Alves Correia, em Itália e Estados Unidos; ou exilados políticos, no de Castro Soromenho, Henrique Galvão e Marcello Caetano, no Brasil.

Quanto à data de nascimento desta plêiade de colaboradores colonialistas, considerámos como marco intergeracional um período de vinte e cinco anos pelo que, com esta metodologia, pudemos estabelecer quatro datas simbólicas a quantificar: autores nascidos «antes de 1875», a geração mais velha, que surgira ainda em plena Regeneração Monárquica; «depois de 1875», a geração que estava na idade adulta quando começara a decadência da Monarquia; de «1900 a 1925», da fase derradeira da Monarquia até à ao

final da República, quando o periódico da Agência Geral das Colónias foi fundado; última fase, «depois de 1925», a partir do termo da República até ao Estado Novo (**Ver Gráfico 39**). Curioso notar que, apesar de ter concebido quatro estádios cronológicos, com uma separação de um quarto de século, na seriação que fizemos das cem individualidades, verificámos que só havia lugar a três períodos a quantificar, visto que não existia nenhum colaborador nascido após a criação do periódico e da instituição colonialista que agora investigamos.

**Gráfico 39: Data de nascimento dos autores.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Assim sendo, poderemos constatar que 48 personalidades (48%) nasceram «depois de 1875», o que significará que esta geração charneira, entre o regime monárquico e republicano, tinha à volta de 35 anos quando o *Boletim* foi criado, pelo que toda a colaboração com esse periódico foi feita por colonialistas «maduros» com muita experiência dos sertões de África e da Ásia.

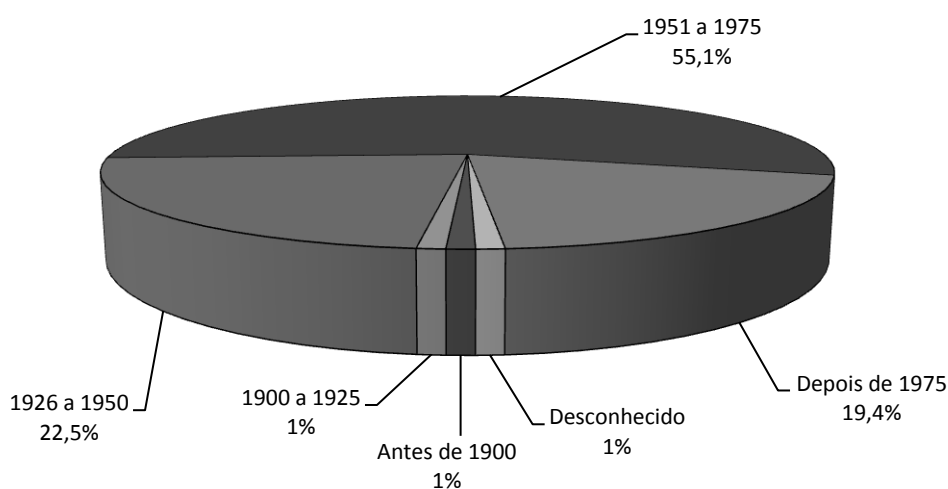
A seguir, com 32 (32%) vinha a geração mais velha, nascida «antes de 1875», constituída por intelectuais e funcionários que já tinham mais do que 35 anos quando o regime republicano foi pronunciado, pelo que se depreenderá que antes de alguns deles terem aderido aos ideais da bandeira verde-rubra haviam sido monárquicos, sobretudo do Partido Progressista, porque, ao contrário do Partido Regenerador, não foram tão conservadores e aderiram melhor aos novos ideais do poder desempenhado por um presidente eleito. Estas individualidades com mais de cinquenta anos, quando se fundara a

Agência Geral das Colónias e o respectivo periódico, tinham já nessa conjuntura o estatuto de «senadores» ou, pelo menos, de colonialistas que já detinham mais do que uma comissão em qualquer uma das oito possessões do Império, pelo que agora, com a idade próxima da reforma, procuravam nos seus escritos fazer conhecer as suas experiências de vida das muitas paisagens, lugares e gentes que fruíram durante o tempo que estanciam por tão distantes e exóticas paragens. Finalmente, no escalão entre os anos de «1900 a 1925», se encontrava o número menor de colaboradores, apenas 20 (20%), que tinham apenas dez ou mais anos quando se dera a queda da Monarquia, pelo que, na melhor das hipóteses, teriam 25 anos quando se começou a editar o periódico agora em estudo. Eram jovens adultos, muitos deles ainda recentemente diplomados pelas Escolas Naval, do Exército, e Colonial, ou por Faculdades ligadas ao ramo das Engenharias e das Medicinas (humana e veterinária). Curioso notar que os dois únicos colaboradores vivos, Adriano Moreira e Silva Cunha, tinham nascido neste primeiro quartel do século XX, respectivamente, em Setembro de 1922, e em Março de 1920.

Quanto ao pressuposto prosopográfico sobre a data em que os colaboradores desta Agência morreram, ao contrário da variável nascimento, acabámos por estabelecer seis estádios, de acordo com as características que encontrámos na amostragem referente a este item. Assim, neste universo, considerámos 98 casos, já que dois dos autores ainda se encontram vivos. E nesse número, porque o espaço temporal entre os três regimes é muito amplo, indo da Monarquia ao Estado Novo, e havendo alguns autores do tempo da Monarquia cuja colaboração foi póstuma, como era o caso de Caldas Xavier e Mouzinho de Albuquerque, resolvemos criar seis escalões a quantificar: «antes de 1900»; «de 1900 a 1925»; «de 1926 a 1950»; «de 1951 a 1975»; «depois de 1975»; «não se conhece data do falecimento». Para cada um dos pressupostos «antes de 1900», «de 1900 a 1925» e «não se conhece data do falecimento», foi recenseado apenas 1 autor (1,02%), respectivamente os militares Caldas Xavier, Mouzinho de Albuquerque e Óscar Ruas. A colaboração póstuma dos dois primeiros era muito vulgar na época, até porque se tratava de dois militares que se tinham destacado nas campanhas de pacificação de Moçambique, cujo paradigma através das edições da Agência Geral das Colónias interessava dar a conhecer aos mais jovens, de forma a incutir-lhes o interesse e o gosto pelas «coisas» e «causas» coloniais. Morrendo ambos prematuramente, o primeiro de doença tropical e o segundo de suicídio, o seu exemplo no entanto perdurou pelas épocas posteriores, tendo inclusivamente Mouzinho de Albuquerque, o «herói» de Chaimite, sido considerado a figura do Império a que o *Boletim*

*Geral das Colónias/Ultramar* mais artigos, resenhas e escritos devotara. Para o item «depois de 1975» registámos 19 mortes (19,4%), «de 1926 a 1950» 22 (22,5%) e de «de 1951 a 1975» 54 (55,1%), o que demonstrava que mais de metade destes colaboradores haviam perecido depois da década de cinquenta, na dobragem do século XX, e alguns deles, mesmo, já depois da queda do Estado Novo. Quanto aos autores que nasceram no último quartel do século XIX, um quinto deles morreria com provecta idade no período decorrido entre as duas Guerras Mundiais (Ver Gráfico 40).

**Gráfico 40: Data de óbito dos autores.**

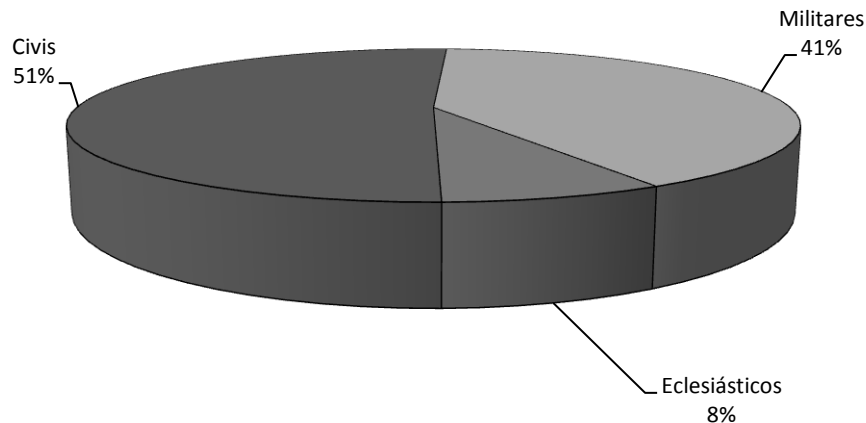


**Fonte:** Elaboração própria.

Do universo de colaboradores da instituição agora em estudo, deveremos destacar que das cem individualidades seleccionadas, 51 (51%) eram civis, sendo que dos restantes elementos, 41 (41%) eram militares e 8 (8%) eclesiásticos (padres e bispos), o que comprovava que a Agência Geral das Colónias/Ultramar, tendo existido entre 1924 e 1974, vigorara entre regimes essencialmente civilistas, muito embora durante a transição de seis anos para o Estado Novo, após o levantamento de 28 de Maio, os militares tivessem estado no poder. A influência castrense foi grande, mesmo depois da implantação do regime de Salazar, embora por esta amostragem se comprove que apesar de importante, os civis e clericais constituíram sempre a maioria (59%). Assim eram civis os dois únicos chefes de Governo, doutorados em Direito, pelas duas principais Universidades do País, Coimbra e Lisboa, e tinham ligações à Igreja, se bem que Oliveira Salazar, ao contrário de Marcello Caetano, que era agnóstico, (manteve ligações formais com esta instituição apenas pelas

actividades políticas desempenhadas), tivesse um forte vínculo que vinha desde a sua escolaridade no Colégio da Via Sacra e Seminário de Viseu e que depois se prolongaria com a amizade que estabeleceu em Coimbra com o futuro cardeal Cerejeira e com os colegas do Centro Académico da Democracia Cristã (C.A.D.C.) (**Ver Gráfico 41**).

**Gráfico 41: Estratos sociais dos autores.**

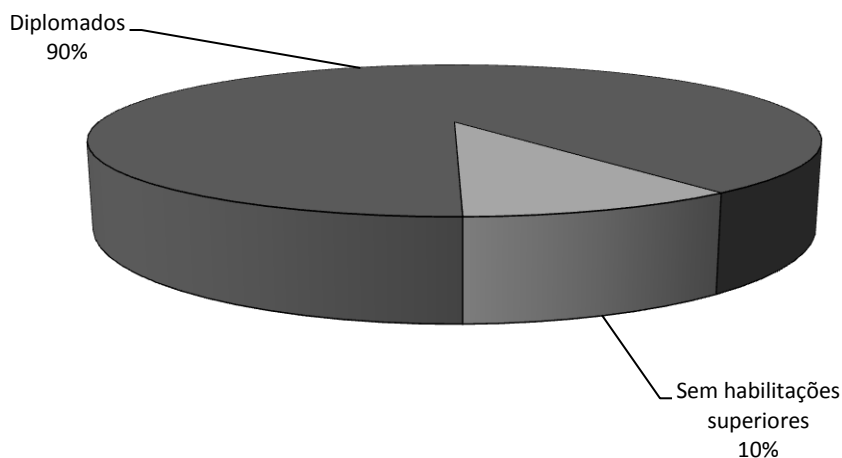


**Fonte:** Elaboração própria.

No respeitante à formação académica desta plêiade de colonialistas que se devotaram à causa imperial, deveremos salientar que para melhor conhecermos as instituições em que estudara esta elite, decidimos estabelecer onze variáveis de Escolas e Universidades onde aprenderam, que passamos a referenciar: «Escola do Exército»; «Escola Médica de Lisboa»; «Escola Médica do Porto»; «Escola Naval», «Escola Superior Colonial»; «Universidade de Coimbra»; «Seminário»; «Sem Curso Superior»; «Universidade de Lisboa»; «Universidade do Porto»; «Universidades Estrangeiras». Constatamos, primeiramente, que no universo das cem personalidades seriadas entre todos os autores e colaboradores da Agência das Colónias, 90 (90%) eram diplomados, e só 10 (10%) não tinham habilitações a nível deste tipo de escolaridade, o que revelava que larga maioria desta elite tinha formação adequada acima da média para exercer as funções que lhe eram exigidas, bem como para analisar, interpretar e escrever relatórios, livros e artigos científicos de e sobre a actividade imperial portuguesa nas suas colónias/províncias. De entre os que tinham qualificações académicas, de salientar que as instituições universitárias civis, quer constituídas por antigas Escolas, quer por Faculdades mais recentes,

representavam a maioria, pois eram 49 autores (54,4%), que pertenciam a esse escalão, mais de metade do universo seriado (**Ver Gráfico 42**).

**Gráfico 42: Formação académica dos autores.**



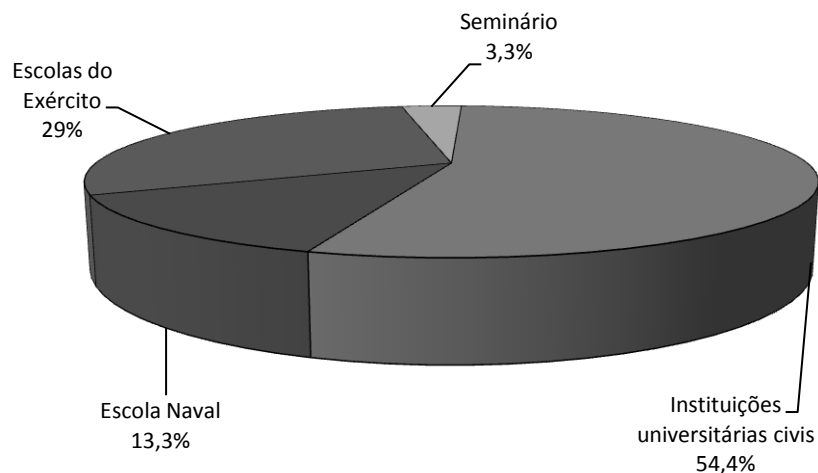
**Fonte:** Elaboração própria.

Dos restantes, 38 (42,2%), tinham-se formado em instituições castrenses, Escolas do Exército (Alfredo Augusto Freire de Andrade, Alfredo Augusto Lisboa de Lima, Alfredo Augusto Caldas Xavier, António Lopes Mateus, António Óscar Fragoso Carmona, António Vicente Ferreira, Carlos de Roma Machado de Faria Maia, Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos, vulgo «Carlos Selvagem», Eduardo de Noronha, Eduardo Ferreira Viana, Eduardo Augusto Marques, Ernesto Maria Vieira da Rocha, Francisco Higino Craveiro Lopes, Gastão Adalberto Antunes de Sousa Dias, Henrique Galvão, João de Azevedo Coutinho, Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, José Justino Teixeira Botelho, José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos, José Ricardo Pereira Cabral, Lourenço Caldeira da Gama Lobo Cayolla, Mário Augusto da Costa, Mateus Moreno, Óscar Freire de Vasconcelos Ruas, Raúl Manso Preto e Teófilo Duarte) e da Naval (Américo de Deus Rodrigues Thomaz, Avelino Teixeira da Mota, Carlos Viegas Gago Coutinho, Eduardo do Couto Lupi, Henriquer Monteiro Correia da Silva, Henrique Quirino da Fonseca, Jaime Correia do Inso, João Belo, João de Azevedo Coutinho, Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, Vasco Lopes Alves e Vicente de Moura Coutinho Almeida de Eça), sendo que percentualmente a primeira tinha mais diplomados (29%), enquanto a segunda apresentava 13,3%. Os militares detiveram sempre um papel primordial na história portuguesa do século XX, especialmente, segundo Telmo Faria, a partir de 1936, quando



Oliveira Salazar acumulou o ministério da Guerra, a par com a presidência do Conselho de Ministros. Nessa altura, este grupo socioprofissional teria mesmo um papel importante na consolidação do regime civilista iniciado pelo professor de Coimbra, defendendo o mesmo e preparando-o, com as reformas de 1937, para novos perigos e desafios internos e externos, nomeadamente a instabilidade da Península Ibérica, com a Guerra Civil de Espanha, e a da Europa, com a conflitualidade da Alemanha hitleriana com os seus vizinhos mais próximos<sup>1273</sup>. Quanto à formação em Seminários, apenas neste tipo de instituições de carácter religioso se formaram 3 (3,4%) colaboradores da Agência Geral das Colónias/Ultramar (António Brásio, Joaquim Alves Correia e José da Costa Nunes). Houve, no entanto, alguns padres que continuaram os estudos iniciados no Seminário e que concluíram licenciaturas e doutoramentos em Universidades (**Ver Gráfico 43**).

**Gráfico 43: Origem da formação académica dos autores de acordo com os estratos sociais.**



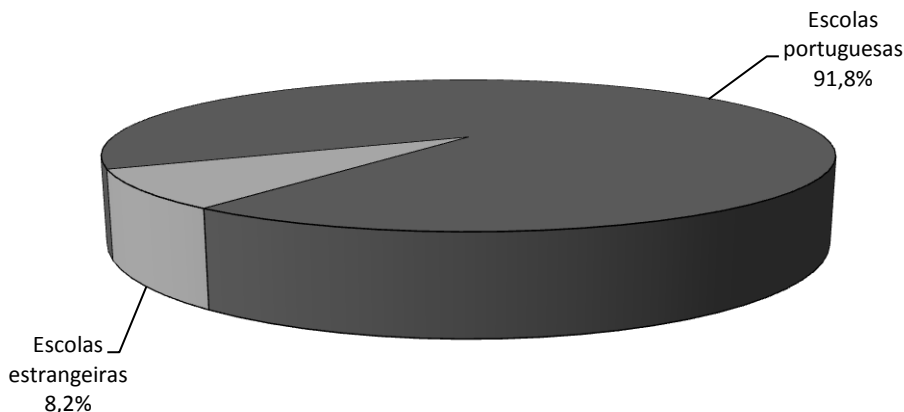
**Fonte:** Elaboração própria.

Em relação à formação desta elite de colonialistas, poderemos também chegar a algumas conclusões interessantes quanto ao tipo de escolas e faculdades frequentadas. Num universo de 49, constatamos que maioritariamente os estabelecimentos frequentados 45 eram portugueses e que apenas 4 tinham frequentado universidades estrangeiras (António da Silva Rego - Lovaina, Bélgica, Charles Ralph Boxer – Londres, Grã-Bretanha, João Evangelista Lima Vidal – Gregoriana de Roma, Itália e José Bacelar Bebianho –

<sup>1273</sup> Telmo Faria, «As «tropas» de Santos Costa na elite militar do...», *op. cit.*, p. 39.

Londres, Grã-Bretanha), pelo que percentualmente este grupo de intelectuais se formara em território nacional com 91,8%, enquanto «fora de portas» apenas 8,2% (**Ver Gráfico 44**).

**Gráfico 44: Escolas nacionais e estrangeiras frequentadas pelos autores.**

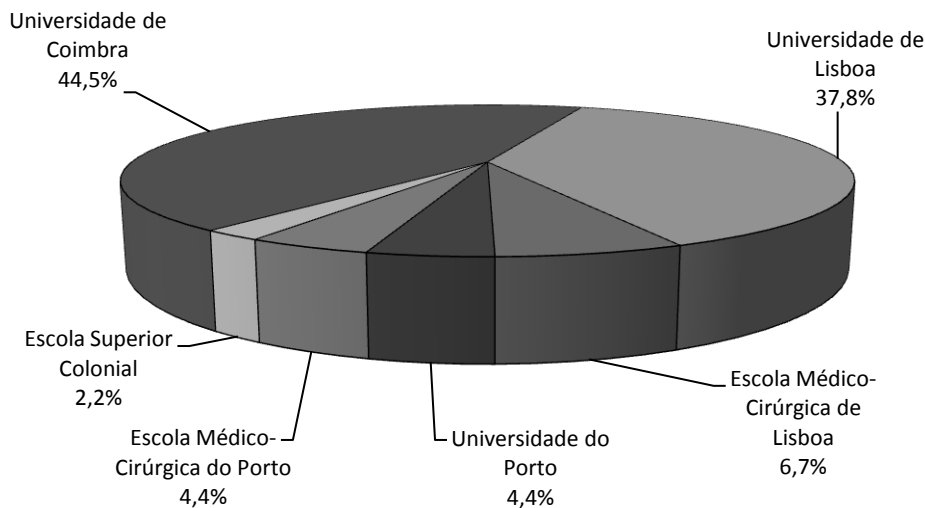


**Fonte:** Elaboração própria.

Das Universidades metropolitanas, já que o ensino superior chegara às duas maiores colónias de África, Angola e Moçambique, apenas em 1962, com as reformas de Adriano Moreira (de salientar que havia uma excepção que vinha do século XIX (1842), com a Escola Médico-Cirúrgica de Goa), as que formaram mais diplomados e se interessaram pela questão colonial foram Coimbra, com 20 licenciados, e Lisboa, logo a seguir com 17, numa percentagem respectivamente de 44,5% e 37,7%, correspondendo os outros 17,9% à Escola Médico Cirúrgica de Lisboa (3), Universidade do Porto (2), Escola Médico-Cirúrgica do Porto (2), e Escola Superior Colonial (1), respectivamente com 6,7%, 4,5%, 4,5% e 2,2% (**Ver Gráfico 45**). Assim, apesar da Universidade de Coimbra ter diplomado 20 personalidades que colaboraram com a Agência Geral das Colónias/Ultramar (Alberto Osório de Castro, Albino dos Reis, Alfredo Pimenta, Amândio César, António Baião, António de Oliveira Salazar, Armindo Monteiro, Augusto de Castro, Caetano Gonçalves, João Alexandre Lopes Galvão, João de Almeida, Jorge Dias, José Caeiro da Mata, José Capelo Franco Frazão – Conde de Penha Garcia, José Silvestre Ferreira Bossa, Luís Wittnich Carrisso, Manuel Alves da Cunha, Manuel Gonçalves Cerejeira, Quirino Avelino de Jesus e Vasco Borges), Lisboa com as Universidades Clássica e Técnica (Adriano Moreira, Alexandre Lobato, António Alberto Banha de

Andrade, António Trigo de Morais, Baltazar Rebelo de Sousa, Durval Pires de Lima, Francisco José Caeiro, Francisco José Vieira Machado, Hernâni António Cidade, João de Castro Osório, Joaquim Moreira da Silva Cunha, José de Oliveira Boléo, Luís Schwalbach, Manuel Múrias, Marcello Caetano, Raúl Jorge Rodrigues Ventura e Ruy de Sá Carneiro) e as Escolas Médico-Cirúrgica (Aires Kopke, Augusto de Vasconcelos e Júlio Dantas) e Superior Colonial (Manuel Dias Belchior) conseguiu diplomar 21 individualidades, apenas mais 1 que Coimbra. Esse facto não tirava a importância da mais antiga Universidade do país na formação desta elite, sobretudo porque conseguiu licenciar 20 pessoas na sua instituição. Em Lisboa, a aprendizagem superior destes quadros repartira-se por 4 estabelecimentos, o que comprovava que a capital do Império tinha mais oferta a nível do Ensino Superior, embora a formação de Coimbra fosse mais homogénea, apesar da diversificação das matérias leccionadas: Direito, Matemática, Medicina, História, Filosofia e Teologia.

**Gráfico 45: Tipo de escolas e faculdade frequentadas pelos autores.**



**Fonte:** Elaboração própria.

No Porto, quer na Universidade (Álvaro de Fontoura e Luís José de Pina Guimarães), quer na Escola Médico Cirúrgica (Américo Pires de Lima e António Augusto Esteves Mendes Correia), formaram-se 4 colaboradores da causa colonial, com uma percentagem de 4,5% cada, perfazendo no total dos dois estabelecimentos 9%. Mas note-se

que a Universidade do Porto, com apenas 2 alunos (4,5%), tinha menos respectivamente 18 (39,9%) e 15 (33,2%) dos autores da Agência Geral das Colónias/Ultramar formados nas Universidades de Coimbra e Lisboa, o que comprovava que, para além das escolas militares, estas foram as instituições civilistas de Ensino Superior que mais quadros formaram para a militância imperial. Por que razão estas duas cidades e não o Porto? Pensamos que Coimbra fora por natureza, desde o tempo da colónia do Brasil, a verdadeira e única Universidade portuguesa que instruíra exclusivamente até ao final do século XIX quadros para o Império<sup>1274</sup>, prerrogativa esta que com a criação das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto, em 1836, e a de Goa, em 1842, e, posteriormente, em 1911, pelo decreto de 22 de Março, com a criação das Universidades do Porto e Lisboa<sup>1275</sup>, acabaria por perder essa hegemonia, que detivera desde os primórdios do século XVI (1537)<sup>1276</sup>. Por outro lado, Lisboa sendo a capital, teria com a criação da Universidade, em pleno início do regime republicano, uma centralidade que Coimbra e o Porto não tinham, pelo que passou a funcionar como alternativa à formação de toda esta elite colonial, até porque todos os departamentos de gestão e administração das possessões ultramarinas funcionavam naquela cidade.

A propósito do papel que as Universidades de Coimbra e Lisboa tiveram na elite ministerial que sustentou o regime do Estado Novo salazarista, entre os anos de 1933 e 1945, António Costa Pinto afirmava que essas instituições, nomeadamente as suas Faculdades de Direito, foram essenciais para o exercício do poder e a tomada de decisões políticas, que no caso de alguns ministérios, não diziam só respeito à Metrópole e Ilhas, mas sobretudo ao extenso e repartido Império Colonial:

As Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e de Lisboa eram já as primeiras formadoras das elites burocrática e política portuguesas, mas o seu carácter de equivalente português das *grands écoles* francesas reforçou-se notoriamente ao longo do período, fazendo emergir a novidade de o seu corpo se transformar, com a emergência do Estado Novo, numa superelite, partilhada entre o sector dirigente do mundo económico, burocrático e político...A Universidade de Coimbra continuava ainda neste período a assegurar a grande maioria dos licenciados em Direito membros do governo (71%) perante a mais jovem Faculdade de Direito de Lisboa (28,5%). O predomínio dos licenciados em Direito nas elites administrativa e

<sup>1274</sup> Manuel Augusto Rodrigues, «A Universidade de Coimbra e a elite intelectual brasileira na última fase do...», *op. cit.*, pp. 91-93.

<sup>1275</sup> Joaquim Ferreira Gomes, «A Reforma Universitária de 1911», *Ibidem, Revista de História das Ideias* n.º 12 – *Universidade*, pp. 269-299.

<sup>1276</sup> Rómulo de Carvalho, «A Reforma Pedagógica de D. João III desde a transferência da Universidade para Coimbra (1537) até ao início do Reitorado de Frei Diogo de Murça (1543)» in *História do Ensino em Portugal – Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 199-239, especialmente pp. 216-221.

burocrática era uma característica da Europa continental e vinha do passado. Muito embora não existam dados para os anos 30, é provável que estas assegurassem a maioria dos quadros superiores da administração pública portuguesa. O corpo diplomático, por exemplo contava com 51,6% de licenciados em Direito nesta época. O caso português continuava, pois, a ser, nos anos 30 e nas décadas seguintes, uma ilustração da hipótese de Ralf Dahrendorf de que «o verdadeiro equivalente continental das *public schools* inglesas enquanto alavanca para o poder era o estudo do direito»<sup>1277</sup>... Destaque-se ainda, como hipótese quase segura, que estas duas faculdades foram, *tout cour*, as instituições que mais quadros políticos e técnicos forneceram ao regime neste período. No caso da Faculdade de Direito de Coimbra, por exemplo, um estudo recente demonstra que aproximadamente 80% deles detiveram posições políticas na ditadura, contra 66,7% do corpo professoral da equivalente lisboeta<sup>1278</sup>.

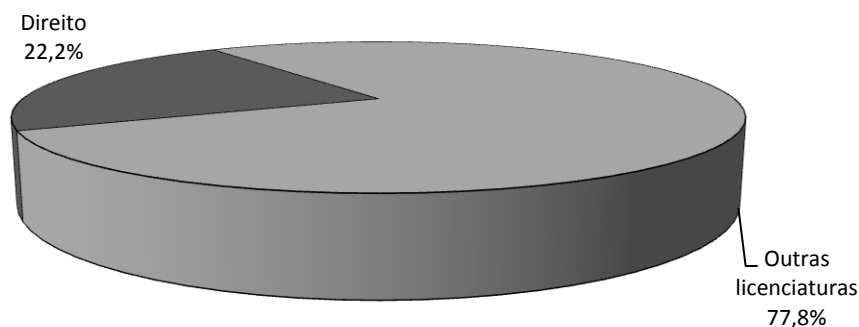
De facto, como salientava António Costa Pinto, as Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa foram as verdadeiras «escolas de quadros» do regime, qual *public school* inglesas, donde emergiram grande parte dos quadros políticos que governaram o país entre a queda do regime republicano e o golpe de Abril de 1974. No caso da biografia colectiva que esboçámos sobre as personalidades que colaboraram com a Agência Geral das Colónias/Ultramar, a presença desta elite ligada às leis constituía, com os militares, a superelite que sustentou a Ditadura Militar e o Estado Novo. No cômputo do universo dos 90 licenciados inventariados, 20 deles eram licenciados em Direito (22,2%) (**Ver Gráfico 46**), pelas referidas Universidades, condição que lhes daria competências técnico-administrativas para gerir os interesses e os conflitos do Estado imperial, sobretudo, quando face ao direito internacional a posse de todo esse património passou a ser considerado um anacronismo.

---

<sup>1277</sup> Hermínio Martins, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais, 1998, pp. 105-112, especialmente p. 111.

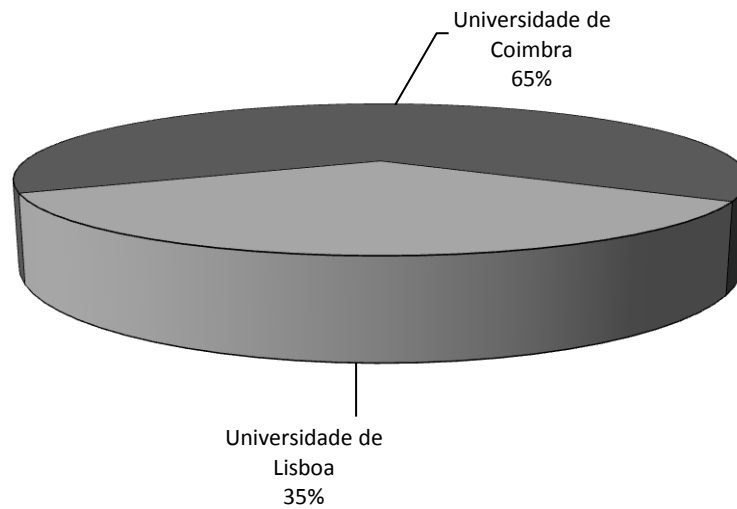
<sup>1278</sup> António Costa Pinto, «O império do professor: Salazar e a elite ministerial do...», *op. cit.*, n.º 157, Janeiro a Março de 2001, pp. 1061-1062. Ainda, Cristina Azeredo Faria, «Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra: a elite universitária da...», *op. cit.*, pp. 48-49.

**Gráfico 46: Percentagem dos autores licenciados em Direito comparativamente com outras licenciaturas.**



**Fonte:** Elaboração própria.

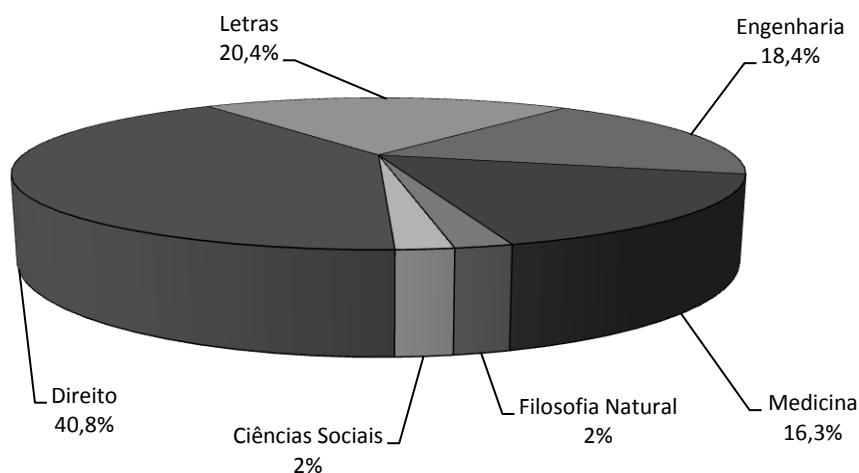
Nem mesmo as reformas de 1951 impediram que as então províncias ultramarinas se tornassem independentes, depois da pressão exercida pela diplomacia e pela guerra colonial, iniciada a partir de 15 de Março de 1961. Comprovámos ainda que destes 20 licenciados, 13 (65%) provinham de Coimbra, a própria escola do líder político, onde para além de Salazar, se destacavam outras personalidades do regime estadonovista como Alberto Osório de Castro, Albino dos Reis, Alfredo Pimenta, António Baião, Armindo Monteiro, Augusto de Castro, Caetano Gonçalves, José Caeiro da Mata, José Capelo Franco Frazão (conde de Penha Garcia), José Silvestre Ferreira Bossa, Quirino Avelino de Jesus e Vasco Borges, este último, um antigo republicano que se convertera aos novos ideais do corporativismo salazarista. Relativamente, aos licenciados da escola de Lisboa, em número de 7 (35%), de realçar que na lista dos colaboradores com a instituição em análise se encontrava Marcello Caetano, o sucessor de Salazar na continuidade do regime, a partir de 1968, bem como outros nomes que desempenharam funções de responsabilidade em vários ministérios, especialmente no das Colónias/Ultramar, como Adriano Moreira, Francisco José Caeiro, Francisco José Vieira Machado, João de Castro Osório, Joaquim Moreira da Silva Cunha e Raúl Jorge Rodrigues Ventura (**Ver Gráfico 47**).

**Gráfico 47: Instituições onde os autores se licenciaram em Direito.**

**Fonte:** Elaboração própria.

Quanto a outros cursos, para além do Direito, num universo de 49 (40,9%), de escolas universitárias, de destacar que havia mais cinco cursos nos restantes 29 colaboradores (59,1%), e que eram Letras, com 10 (20,4%), Engenharia, com 9 (18,4%), Medicina com 8 (16,3%), Filosofia Natural, com 1 (2%) e Ciências Sociais, com 1 (2%) (**Ver Gráfico 48**). De entre as personalidades formadas em Letras que se devotaram à causa colonial abraçando este projecto da Agência das Colónias/Ultramar, deveremos assinalar os nomes de Alexandre Marques Lobato (Universidade de Lisboa), Amândio César (Universidade de Coimbra), António Alberto Banha de Andrade (Universidade de Lisboa), António da Silva Rego (Universidade de Lovaina), Charles Ralph Boxer (*Royal Military College* de Sandhurst/Universidade de Londres), Durval Pires de Lima (Universidade de Lisboa), Hernâni Cidade (Curso Superior de Letras, de Lisboa), Jorge Dias (Universidade de Coimbra), Luís Schwalbach (Curso Superior de Letras, de Lisboa), Manuel Múrias (Universidade de Lisboa).

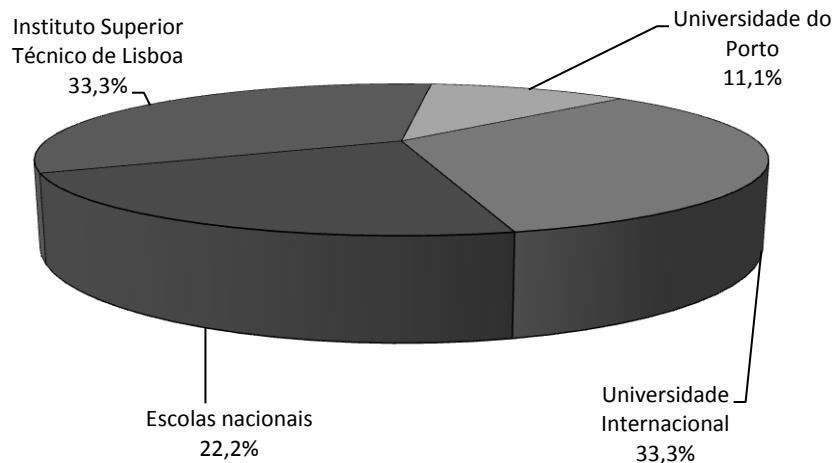
**Gráfico 48: Áreas de licenciatura dos autores.**



**Fonte:** Elaboração própria.

No respeitante aos autores com formação em Engenharia que colaboravam com livros e artigos no *Boletim das Colónias*, apurámos que nesta listagem de 9 elementos arrolados (18,4%), esta apenas dizia respeito aquelas personalidades formadas em instituições civis, embora naquela altura, primórdios do século XX, nas Escolas Naval e do Exército, a par da preparação castrense, era conferida cumulativamente uma outra que tinha a ver com áreas civilistas de formação e desenvolvimento humano e social que reforçava o perfil do oficial, pelo que muitos quadros das Forças Armadas eram também médicos, veterinários e engenheiros. Assim, vamos discriminar os licenciados nestas instituições, que se consagraram à causa imperial através da sua habilitação em Engenharia, a maior parte dela obtida no Instituto Superior Técnico de Lisboa (3), e na Faculdade de Ciências, da Universidade do Porto (1), e num ou noutro caso, em escolas nacionais (2) e internacionais de renome (3): Alfredo Augusto Freire de Andrade (Escola de Minas, de Paris), Álvaro da Fontoura (Faculdade de Ciências, da Universidade do Porto), António Trigo de Morais (Instituto Superior Técnico), António Vicente Ferreira (Escola Militar, Civil e de Minas de Lisboa), Carlos de Roma Machado de Faria Maia (Instituto Superior Técnico), João Alexandre Lopes Galvão (Universidade de Coimbra e Escola do Exército), João de Almeida (Escola Superior de Engenharia de Paris), José Bacelar Bebiano (*Royal School of Mines*, de Londres), Ruy de Sá Carneiro (Instituto Superior Técnico), (Ver Gráfico 49).

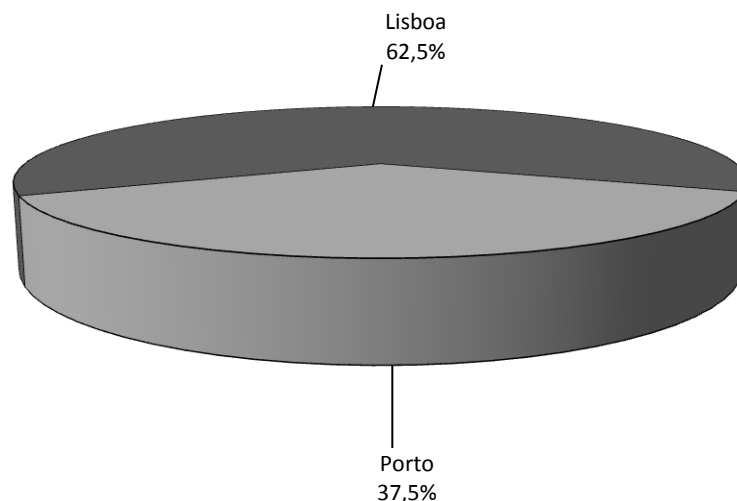


**Gráfico 49: Instituições onde os autores se licenciaram em Engenharia**

**Fonte:** Elaboração própria.

Quanto aos colaboradores da Agência que se formaram em Medicina pelas antigas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto e pelas Faculdades de Medicina de Lisboa, Coimbra e Porto, o seu número, relativamente à amostragem dos licenciados formados no país não era muito elevado, com apenas 8 (16,3%), comprovando-se que, para além do curso ser de uma elite restrita, alguns dos licenciados, os mais antigos, ainda se formavam pelas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa (3) e do Porto (2), que, posteriormente, foram substituídas pelas Faculdades que se integravam nas respectivas Universidades (3). No conjunto destes nomes, Lisboa, formara nas antigas e novas escolas 5 médicos (62,5%), enquanto o Porto apenas 3 (37,5%), e Coimbra nenhum (**Ver Gráfico 50**). Deste modo, desta listagem constavam os seguintes nomes: Aires José Kopke Correia Pinto (Escola Médica de Lisboa), Américo Pires de Lima (Escola Médico-Cirúrgica do Porto), António Augusto Esteves Mendes Correia (Escola Médico-Cirúrgica do Porto), Augusto de Vasconcelos (Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa), Baltazar Rebelo de Sousa (Faculdade de Medicina, da Universidade de Lisboa), Júlio Dantas (Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa), Luís José de Pina Guimarães (Faculdade de Medicina, da Universidade do Porto), Raúl Manso Preto (Faculdade de Medicina, da Universidade de Lisboa). Todos eles foram profissionais de reconhecida competência técnica e científica, conjugando a sua actividade com outras de carácter cultural e político, como era o caso de Júlio Dantas, escritor e dramaturgo, e Baltazar Rebelo de Sousa, que foi ministro e governador-geral de Moçambique.

**Gráfico 50: Instituições onde os autores se licenciaram em Medicina**



**Fonte:** Elaboração própria.

Apenas com um autor estavam os cursos de Filosofia Natural e Ciências Sociais (2%), cujos diplomados, das Universidades Coimbra e Lisboa, haviam tido uma certa projecção no meio colonial, com as suas intervenções cívicas e académicas. No caso do diplomado da «luso-atenas», Luís Wittnich Carrisso, para além da profícua actividade como professor de Botânica, na Faculdade de Ciências, e de director do Jardim Botânico, ainda chefiou três missões de estudo ao deserto de Moçâmedes, em Angola, tendo por doença súbita morrido no decorrer da última. Quanto a Manuel Dias Belchior, era um diplomado da antiga Escola Superior Colonial, posteriormente transformada em Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, da qual viria a ser docente. No decurso da sua investigação académica publicaria várias obras sobre as províncias ultramarinas, tendo uma delas, o *Compreendamos os Negros*, recebido o prémio Abílio Lopes do Rego, em 1951<sup>1279</sup>.

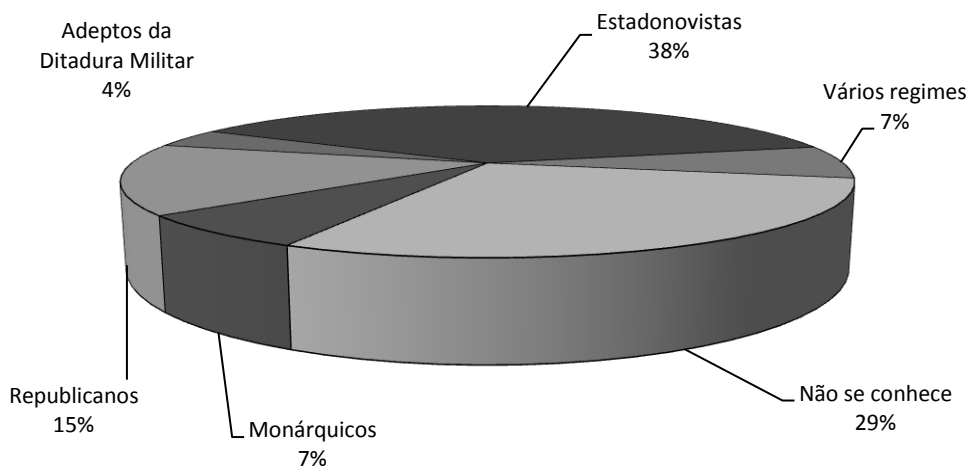
Nesta análise prosopográfica pretendemos, ainda, dar resposta a duas questões sobre esta elite colonial dos primeiros três quartéis do século XX: numa primeira premissa, quais os lugares de topo que desempenharam, quer na Metrópole, quer nas Colónias/Ultramar, face à qualidade académica das instituições onde estas personalidades recenseadas para esta amostragem se formaram; numa segunda, qual a ideologia subjacente a cada uma delas, dado o período temporal que escolhemos para analisar esta instituição (1924 a 1974), tendo neste meio século ocorrido três regimes políticos, República,

<sup>1279</sup> Manuel Dias Belchior, *Compreendamos os Negros*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1951, 185 pp.

Ditadura Militar e Estado Novo. Logo, a presença destes regimes e a longa duração da estrutura monárquica até ao seu derrube em 1910, fizera com que, passados catorze anos apenas, altura da criação da Agência Geral das Colónias, ainda houvesse muitos quadros, civis e militares, que professavam os ideais monárquicos, o que em termos de actuação no dia-a-dia levava sempre a estados de tensão e de conflito, muito embora idiossincraticamente todos eles fossem adeptos de um nacionalismo colonial que não permitia que essa parte do Portugal de Além-Mar fosse cortejada e ambicionada pelas pretensões imperialistas de outras metrópoles.

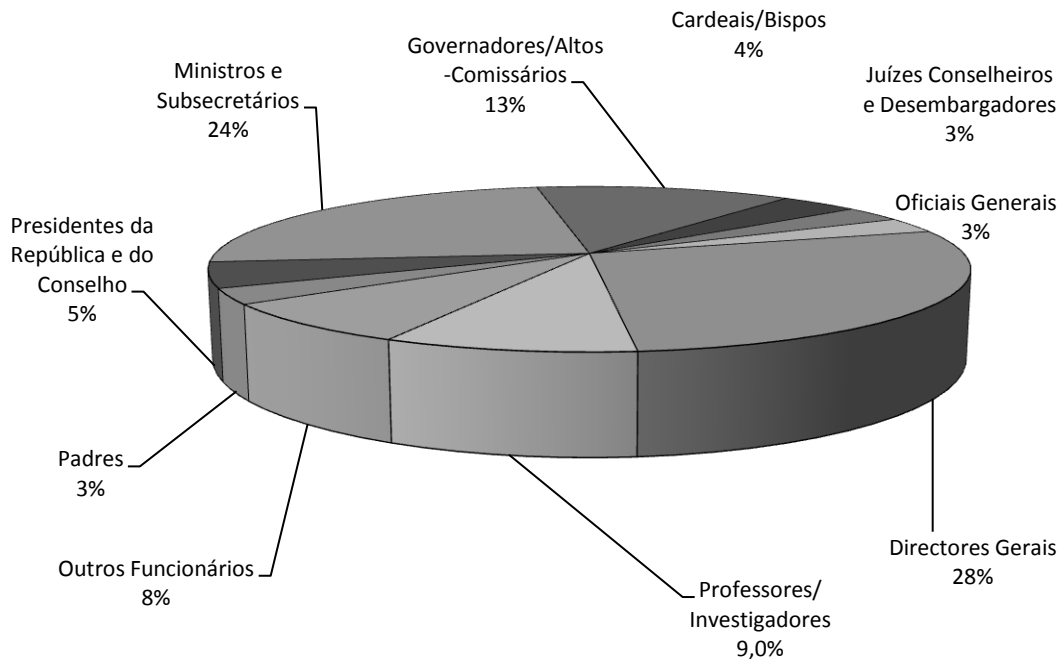
Num universo desta amostragem, procurámos, como pressuposto metodológico que, na premissa sobre a «filiação ideológica» destas individualidades, houvesse seis escalões a quantificar: «monárquicos»; «republicanos»; «adeptos da ditadura militar»; «estadonovistas»; «vários regimes»; «não se conhece filiação ideológica» (**Ver Gráfico 51**). Feito o recenseamento para cada escalão e a respectiva correspondência percentual, concluímos que desse conjunto de colonialistas havia 38 (38%), que perfilhavam os ideais estadonovistas, 29 (29%), que não se conhecia a filiação ideológica, 15 (15%), que eram republicanos, 7 (7%), monárquicos, 7 (7%), que serviram vários regimes, e 4 (4%), que eram apaniguados da ditadura militar. No conjunto dos regimes subjacentes à existência da Agência Geral das Colónias/Ultramar constatamos que a maioria dos colaboradores foi adepto dum desses regimes, sobretudo do Estado Novo, pelo que só este, com o da Ditadura Militar, representavam 42% desta idiossincrasia autoritária, face aos 15% dos da República e aos 7% dos da Monarquia. Havia ainda 29% daqueles autores que não se conhecia a filiação, quer por não indicarem, quer pelo facto de serem independentes, política e ideologicamente. Finalmente, 7% para aqueles que serviram vários regimes, isto é, que eram anteriormente republicanos e/ou adeptos da ditadura militar e que, depois, da chegada ao poder de Salazar acabariam por se integrar no regime, no qual ele era a figura tutelar.

**Gráfico 51: Filiação ideológica dos autores.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Quanto às funções na alta hierarquia do Estado imperial, quer na Metrópole, quer nas Colónias, procurámos definir vários escalões para facilitar essa quantificação e que eram: «Presidentes da República e do Conselho» (5); «Ministros e Subsecretários» (24); «Governadores/Altos-Comissários» (13); «Cardeais/Bispos» (4); «Juízes Conselheiros e Desembargadores» (3); «Oficiais Gerais» (3); «Directores Gerais» (28); «Professores/Investigadores» (9); «Outros Funcionários» (8); «Padres» (3). Como se poderá deduzir os escalões de «Directores Gerais», com 28%, «Ministros e Subsecretários», com 24%, «Governadores/Altos-Comissários», com 13%, «Presidentes da República e do Conselho», com 5%, «Cardeais/Bispos», com 4%, «Juízes Conselheiros/Desembargadores», com 3%, e «Oficiais Gerais», com 3%, eram os que detinham mais colaboradores da Agência Geral das Colónias/Ultramar na alta hierarquia do Estado imperial durante o meio século de vigência, deste departamento, do ministério das Colónias/Ultramar, com 80% de personalidades nestas altas funções hierárquicas, enquanto os outros 20% se repartiam por funções menos importantes do funcionalismo com 9%, para os «Professores/Investigadores», 8% para «Outros Funcionários», e 3% para os «Padres» (**Ver Gráfico 52**).

**Gráfico 52: Funções dos autores na alta hierarquia do Estado imperial.**

**Fonte:** Elaboração própria.

De realçar que entre estas altas individualidades do Estado se contavam nomes como os dos Presidentes da República Óscar Carmona, Craveiro Lopes e Américo Thomaz, como os dos Presidentes do Conselho Oliveira Salazar e Marcello Caetano, como os dos ministros e subsecretários das Colónias/Ultramar Adriano Moreira, Armindo Monteiro, Bacelar Bebianno, Baltazar Rebelo de Sousa, Correia da Silva, Eduardo Marques, Francisco Caeiro, Ferreira Bossa, João Belo, Lisboa de Lima, Marcello Caetano, Norton de Matos, Oliveira Salazar, Raúl Ventura, Ruy de Sá Carneiro, Sarmiento Rodrigues, Silva Cunha, Vasco Lopes Alves, Vicente Ferreira, Vieira da Rocha e Vieira Machado, como os dos governadores Caldas Xavier, Eduardo Viana, Freire de Andrade, João de Almeida, José Cabral, Lopes Mateus, Manso Preto, Mouzinho de Albuquerque, Teófilo Duarte, como os dos cardeais e bispos João Evangelista Lima Vidal, José da Costa Nunes, Manuel Gonçalves Cerejeira, Teodósio Clemente Gouveia.

Após uma análise exaustiva desta elite que participou de uma forma militante na preservação da ideia de Império ao longo das últimas décadas do século XX, reconhecemos como foi importante ter utilizado como metodologia para análise desta

idiossincrasia colectiva a prosopografia, «ferramenta» de trabalho quantitativa, mas também qualitativa, que nos permitiu tirar algumas ilações sobre as formas de viver e de governar deste grupo restrito de «iluminados» (Ver Apêndice II). Tal, como Amado Mendes, consideramos que «em certo sentido, poder-se-ia dizer que a prosopografia é uma espécie de “biografia colectiva”. Escusado será afirmar que tanto a biografia como a prosopografia podem desempenhar um papel da maior relevância para se obter um conhecimento mais completo das elites. Estas, actualmente – mercê, entre outros factores, das transformações operadas nas últimas décadas do ponto de vista historiográfico –, apresentam-se em segmentos muito diversificados, contemplando não só os tradicionais estratos político-militares, como outros ligados a diversas esferas de actividade, independentemente do âmbito – nacional, regional e local – da sua acção»<sup>1280</sup>.

---

<sup>1280</sup> José Amado Mendes, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», *op. cit.*..., p. 361.

### III

#### A (S) IDEIA(S) DO IMPÉRIO

#### 1. No Registo Oficial

##### 1.1. Das Exposições Coloniais

No início do ano de 1931 reuniram-se na Agência Geral das Colónias os delegados de Lisboa e do Porto do movimento «Pró-Colónias» para acordarem qual a estratégia mais conveniente para fazer a divulgação do património colonial na Metrópole<sup>1281</sup>. Entre as várias actividades previstas para a concretização dessa estratégia contavam-se a realização de um congresso e de uma exposição colonial no Porto. Entretanto em Dezembro de 1932, após nova insistência desta associação cívica, a Agência concordara que se formasse no Porto uma sociedade por quotas para a emissão de acções, método seguido no estrangeiro para financiar este tipo de campanhas publicitárias. Apesar desta anuência, o ministério das Colónias somente conseguira que os fundamentos para a realização deste evento fossem publicados, no *Diário do Governo* e nos *Boletins Oficiais* de cada colónia, apenas em Agosto de 1934. De facto, nessa altura foi publicado o Decreto-Lei n.º 22.987<sup>1282</sup> com um conteúdo de treze artigos nos quais eram regulamentados os preceitos que regulavam este evento que se iria realizar no Porto. Assim, a primeira Exposição Colonial Portuguesa promovida pelo Estado Novo, entre Julho e Agosto de 1934, tinha como comissão organizadora os presidentes de várias entidades nacionais, entre as quais se encontravam a Associação Comercial do Porto, a Associação Industrial Portuense, a Associação dos Comerciantes do Porto, a Agência Geral das Colónias, o Centro Comercial do Porto, a

---

<sup>1281</sup> O movimento «Pró-Colónias» era um movimento nacionalista constituído por um grupo de intelectuais, negociantes e proprietários que começara a despontar na cidade do Porto e rapidamente se estendera a Lisboa, entre o final da República e o início do Estado Novo, que lutava pela manutenção do Império e pela necessidade do estudo e da divulgação dos problemas coloniais.

<sup>1282</sup> Vide «Decreto-Lei n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, Agosto-Setembro de 1933, n.ºs 98-99, pp. 86-88.

Feira de Amostras Coloniais, a Liga Agrária do Norte, o Movimento «Pró-Colónias» e a Sociedade Anónima da Exposição Colonial Nacional. A direcção técnica desta Exposição foi entregue a uma «Comissão Executiva» composta pelo Agente Geral das Colónias (presidente), e ainda por um director das feiras de amostras e por um vogal eleito de entre as entidades designadas (director técnico). A direcção funcionaria na cidade do Porto, mas Lisboa teria uma representação a cargo da Agência Geral das Colónias. Ainda, poderia haver, caso fosse necessário, uma «Comissão de Honra e Patronato» e «Sub-Comissões».

Para concretizar o bom êxito desta mostra dos recursos e actividades económicas do Império Português, o diploma da responsabilidade do ministério das Colónias prescrevia, no artigo 7.º, as entidades, da Metrópole e das Colónias, que deveriam prestar apoio à «Comissão Executiva»: governadores e outras entidades coloniais; repartições e organismos sob a responsabilidade do ministério das Colónias; missões e instituições religiosas existentes em território nacional; escolas e outros estabelecimentos de ensino que tivessem promovido cursos, estudos graduados, investigações e missões de e sobre as colónias; organismos na dependência dos ministérios da Marinha e da Guerra, que possuissem ligação com qualquer uma das parcelas do Império<sup>1283</sup>. À «Comissão Executiva», conforme o prescrito pelo artigo 9.º, poderiam ser associados delegados das colónias ou de qualquer outra entidade oficial, mas sem direito a «remuneração material», «concessão de passagens», «licenças» ou «acção directiva», visto já auferirem de uma retribuição como agentes do Estado<sup>1284</sup>. O Decreto-Lei n.º 22.987 estabelecia ainda nos dois últimos artigos, o 12.º e 13.º, os quantitativos financeiros a dispender com este primeiro certame colonial. Assim, no artigo 11.º o legislador estipulava a verba com que o Governo do Estado Novo subsidiava este evento, setecentos mil escudos, o que para a época era uma verba considerável, tendo em conta a saúde financeira precária do regime e a falta de hábito na promoção de actividades e produtos através de eventos deste tipo. Mas, a quantia estabelecida pelo Governo para a realização desta Exposição engrossaria ainda, segundo o artigo 13.º, com a autorização que o diploma de 28 de Agosto de 1933 estabelecia relativamente à cifra que cada colónia deveria dispender<sup>1285</sup>. (**Ver Quadro 5**).

<sup>1283</sup> Vide «Artigo 7.º do Decreto-Lei N.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, Agosto-Setembro de 1933, n.ºs 98-99, p. 87.

<sup>1284</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>1285</sup> *Idem*, «Artigos 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 22.987», de 28 de Agosto de 1933, *Ibidem*, p. 88.



**Quadro 5: Subscrição entre as principais Colónias para a realização da Exposição Colonial do Porto de 1934.**

<i>Colónias</i>	<i>Valor</i>
Angola	70.000\$00
Cabo Verde	30.000\$00
Guiné	30.000\$00
Índia	7.000 rupias
Macau	7.000 patacas
Moçambique	100.000\$00

Na tarde de 15 de Junho de 1934, o Presidente da República Óscar Carmona inaugurava solenemente a Exposição Colonial do Porto. Este evento começara a ser concebido em 1931, embora formalmente os trabalhos de concretização só tivessem começado, em Setembro de 1933, com a incorporação dos terrenos do Palácio de Cristal, e, em Janeiro de 1934, com a construção dos pavilhões e outros equipamentos necessários ao funcionamento do certame. Dividido em duas partes, a «secção oficial», e a «secção empresarial», o primeiro com carácter mais propagandístico e ideológico, o segundo mais publicitário e económico, ambos pugnavam pela divulgação do Império em terras distantes de África, Ásia e Oceania. Enquanto a «secção oficial» procurava mostrar em quinze áreas temáticas a história da expansão lusíada desde a tomada de Ceuta, até à colonização actual, procurando-se nesse envolvimento fazer a divulgação de aspectos ligados a essa história, sobretudo nos quarenta anos anteriores à Exposição do Porto, mas, igualmente, à etnografia dos usos e costumes tropicais, aos animais exóticos, aos vestígios materiais e aos principais monumentos alusivos ao Império, à assistência sanitária dos indígenas, ao teatro e ao cinema, à bibliografia colonial, às provas de produtos tropicais, às conferências e colóquios. Este acontecimento foi de tal importância para o Estado Novo, que a Agência Geral das Colónias resolveu fazer um número especial do seu *Boletim*, em Julho de 1934<sup>1286</sup>. Para além das informações e notícias sobre o acontecimento, das palavras prévias dos Presidentes da República e do Conselho, dos autógrafos de diversos representantes diplomáticos, da revista de Imprensa, das crónicas coloniais belga e portuguesa, ainda se publicaram artigos de carácter científico sobre a Exposição. No artigo escrito para esse

<sup>1286</sup> Vide «Número especial dedicado à 1.ª Exposição Colonial Portuguesa» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Julho de 1934, n.º 109, 553 pp.

número especial, Henrique Galvão sintetizara muito bem o que o Governo do Estado Novo pretendia com este evento promocional:

A Exposição Colonial – di-lo o homem que pede licença para afirmar que trabalhou um pouco para que se erguesse tal como está – deve-se, única e exclusivamente, ao Governo Português. E como obra que é do Governo Português, é mais uma realização duma Política que, de há oito anos, se vem desenvolvendo com método, prudência e superior espírito de finalidade. Não é o fim nem o princípio duma ideia: é a expressão duma fase de desenvolvimento dessa ideia, cujas realizações antecedentes estão para as actuais e para as consequentes na relação lógica e segura que há entre os pontos marcantes dum movimento inteligente<sup>1287</sup>.

A Exposição Colonial do Porto fechou a 30 de Setembro de 1934, três meses e meio depois de ter aberto as suas portas, tendo recebido nesse período a visita de 1.246.000 visitantes, o que correspondeu a uma média de 12. 000 pessoas por dia<sup>1288</sup>. A fim de celebrar o encerramento deste tão importante acontecimento, realizou-se na cidade «invicta» um cortejo histórico, desde a Foz até ao Palácio Cristal, qual «alegoria» histórica em que os representantes do Império Colonial desfilaram mostrando os diversos períodos da história nacional, da «Fundação» à «Expansão», da «Restauração» à «Colonização» e da «Ocupação Oitocentista» até ao «Ressurgimento Imperial do Estado Novo». Passaram-se oito séculos de feitos e episódios que o regime quis enaltecer e homenagear no fecho de mais uma manifestação patriótica, a favor da preservação e continuação da soberania portuguesa nos territórios ultramarinos. Desfilaram assim arautos com trombetas, carros alegóricos de cada uma das oito colónias de Cabo Verde a Timor, animais exóticos (camelos, palancas e zebus) à frente da representação económica, meios de transporte utilizados nas estradas africanas desde a machila, às camionetas, aos carros alegóricos dos usos etnográficos metropolitanos na representação do Comércio, da Indústria e da Agricultura, às bandeiras simbolizando a ocupação em África e no Oriente e, por último, aos contingentes militares das forças da Marinha de Guerra e do Exército, logo seguidos pelos soldados landins, de Moçambique, e pela banda de infantaria indígena de Angola<sup>1289</sup>. Durante o desfile do cortejo sobrevoou a cidade do Porto um avião militar que lançou

<sup>1287</sup> Henrique Galvão, «A Exposição e a Política Colonial Portuguesa», *Ibidem*, pp. 67-68, especialmente p. 67.

<sup>1288</sup> Maria Isabel João, «Exposições» in *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian/Ministério da Ciência e do Ensino Superior (Fundação para a Ciência e Tecnologia), 2002, pp. 358-377, especialmente p. 365.

<sup>1289</sup> Vide «A I Exposição e a Política Colonial Portuguesa: Uma resumida visão do cortejo» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Agosto-Setembro de 1934, n.ºs 110-111, pp. 213-228, especialmente pp. 214-216.

sobre o público uma proclamação patriótica, que enaltecia as qualidades e os sacrifícios dos combatentes das campanhas do Ultramar, em prol da defesa e preservação do Império Colonial:

Portugueses, sentido! Vão passar os antigos Combatentes das Campanhas do Ultramar! Vão passar Homens que escreveram algumas páginas belas na História heróica de Portugal! Homens que, num hora incerta, de decadência e desalento, encarnaram a energia e as virtudes da Raça, e souberam reagir contra o ambiente que afogava, de «apagada e vil tristeza», e conservar ardente, aquecendo-a ao calor das suas almas, e abrigando-a com os seus corpos, para que não se apagasse, ante o sopro gelado da descrença e do desânimo, a chama luminosa da Pátria!<sup>1290</sup>.

Paralelamente à Exposição Colonial do Porto, realizaram-se também no decurso deste evento alguns congressos que tinham a ver com a importância do estudo da realidade colonial. Assim, entre outros, o Congresso de Antropologia Colonial que se efectuara na sala da biblioteca da Faculdade de Ciências do Porto, entre os dias 22 e 26 de Setembro, e em que participaram os principais investigadores da cultura dos indígenas das parcelas lusófonas ultramarinas, nomeadamente os doutores Aires Kopke, Eusébio Tamagnini, Fernando Pires de Lima, Franco Frazão, Germano Correia, João de Almeida, Joaquim Pires de Lima, Leite de Magalhães, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Luiz de Pina, Mendes Correia, Santos Júnior. Dos vários contributos apresentados neste encontro ficara a ideia de que a relação colonial era apenas justificável na perspectiva de uma concessão civilizacional, por parte do colonizador europeu relativamente às populações indígenas ainda não completamente transformadas pelo padrão da cultura subjacente a esse mesmo colonizador.

Três anos depois da Exposição Colonial do Porto, a Agência Geral das Colónias resolvera organizar a Exposição Histórica da Ocupação para assinalar os quatrocentos e trinta e oito anos em que o piloto Nicolau Coelho chegara ao Tejo anunciando a boa nova da descoberta do caminho marítimo para a Índia, antecipando-se ao comandante da expedição, Vasco da Gama, que ficara na ilha Terceira para encontrar cuidados médicos para o irmão que adoecera na viagem de retorno a Portugal.<sup>1291</sup> Este acontecimento da história expansionista seria aproveitado pela instituição de propaganda do Estado Novo,

<sup>1290</sup> *Idem* «A I Exposição e a Política Colonial Portuguesa: Proclamação Patriótica», *Ibidem*, pp. 222-223, especialmente p. 222.

<sup>1291</sup> *Vide* «Informações e Notícias – Secção Portuguesa: Exposição Histórica da Ocupação» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIII, Maio de 1937, n.º 143, pp. 116-117.

para realizar um certame que procuraria mostrar o papel de Portugal em prol do engrandecimento da Europa e da civilização ocidental. Assim, ao tempo do ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, foi publicado, a 24 de Novembro de 1936, o Decreto-Lei n.º 27.269 que regulamentava os principais pressupostos que a entidade organizadora deveria seguir, na realização deste certame de divulgação colonial. No preâmbulo do referido diploma, a entidade tutelar justificava a realização deste evento com a necessidade de promover «o esforço português para a ocupação dos nossos domínios ultramarinos», de revelar «valiosíssimos documentos que o grande público não conhece e que interessam a investigação erudita dos nossos trabalhos na descoberta e colonização», de mostrar a «influência que teve no domínio da arte o movimento das descobertas e conquistas portuguesas»<sup>1292</sup>.

Para assinalar estes episódios patrióticos da Exposição Histórica da Ocupação e do Congresso da Expansão Portuguesa, a Agência Geral das Colónias mandou imprimir um número especial sobre o certame que saíra, em Dezembro de 1937, quando o periódico desta instituição perfazia a centena e meia de números publicados, desde que o primeiro saíra em Julho de 1925<sup>1293</sup>. Na colaboração das diversas entidades que apoiaram esta mostra, de destacar os textos produzidos para este número especial do *Boletim Geral das Colónias*, sobretudo do director da Escola Superior Colonial, do reitor da Universidade de Coimbra, Duarte de Oliveira, do comandante da Escola Militar, José Vicente de Freitas. A propósito da exaltação do «esforço» colonial dos portugueses nos últimos setenta anos, será importante reproduzirmos as palavras do responsável pela formação dos quadros imperiais, conde de Penha Garcia:

A obra colonial portuguesa é por excelência nacional e colectiva, mas isso não significa que não se devam glorificar a iniciativa, ou as acções individuais, por embaraçoso que seja, por vezes, estabelecer uma escala de valores. A História é quase sempre tendenciosa e injusta, tão difíceis são a missão de juiz imparcial e de crítico competente. A Exposição Histórica da Ocupação, procurando lembrar o maior número possível

---

<sup>1292</sup> Vide «Informações e Notícias – Secção Portuguesa: Exposição Histórica da Ocupação - Decreto-Lei n.º 27.269», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Outubro de 1936, n.º 136, pp. 82-84, especialmente p. 82.

<sup>1293</sup> Vide «Exposição Histórica da Ocupação – 1937» in *Boletim Geral das Colónias*, (Número dedicado à Exposição Histórica da Ocupação e ao I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo), Ano XIII, Dezembro de 1937, n.º 150, 390 pp.

de nomes e de acções, dos que alicerçaram o actual Império Colonial, fez incontestavelmente um grande acto de justiça<sup>1294</sup>.

Relativamente, à caracterização deste evento promocional, poderemos acrescentar que o mesmo tinha sido erguido no palácio das Exposições, do Parque Eduardo VII, e se encontrava dividido por salas e galerias alusivos a uma temática da história da ocupação e da colonização portuguesas. Na primeira sala, também conhecida por «Sala Nobre», encontravam-se expostos os vestígios de brasões e da heráldica lusa, nomeadamente daqueles cavaleiros e aristocratas que embarcaram para África e para a Ásia. Depois partia-se para duas outras salas contíguas, a de «Marrocos» e a dos «Monumentos Literários» onde se expunham, entre outras coisas, respectivamente baixos-relevos dos malogrados infante D. Fernando e D. Sebastião e vitrinas com preciosidades bibliográficas, como os *Lusíadas*, que tinham vindo das bibliotecas de Lisboa, Coimbra e Porto, da Academia de Ciências, da Sociedade de Geografia, dos arquivos Histórico Colonial e da Torre do Tombo, e da colecção particular de muitos bibliófilos e coleccionadores de livros raros<sup>1295</sup>. Após estas primeiras salas do ciclo do primeiro Império, passava-se para outras salas que retratavam a ocupação do «Brasil» e do «Oriente». Na referente à primeira, encontrava-se patente um mapa que mostrava cartograficamente a progressão de Portugal, desde a assinatura do tratado de Tordesilhas até à independência.

Na «Sala do Oriente» reproduzia-se, entre outros objectos, um painel de Mário Eloi com a tomada de Aden, um túmulo que outrora havia recebido os restos mortais do vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque. Associado a este, os retratos de outros vice-reis como D. Francisco de Almeida e D. Pedro de Almeida. Vinham depois salas com sugestivos títulos da idiossincrasia nacionalista, como as da «Epopéia Militar», do «Drama Militar», da «Fé» e da «Marinharia». Na primeira sala e em destaque numa parede, antes da enumeração dos principais militares que se distinguiram nas campanhas de pacificação e ocupação de África, os versos de Luís de Camões que confrontavam o destino deste «pequeno» povo europeu, com a imensidão evangelizadora por todos os continentes da «Sagrada Cristandade» de leigos, padres e missionários, tal como o reflectiam as palavras do poeta no momento em que reconhecia o papel de Portugal nessa «cruzada» pela propaganda *fide*:

<sup>1294</sup> Vide conde de Penha Garcia, «Do Director da Escola Superior Colonial», *Ibidem*, pp. 73-74, especialmente p. 74.

<sup>1295</sup> Vide «Notícia – O que era e o que mostrava a Exposição», *Ibidem*, pp. 121-123.

Assim no Céu deitadas são as sortes/ Que vós, por muito pouco que sejais, / Muito façais na Santa Crisandade<sup>1296</sup>.

Dos retratos de uma plêiade de militares da «ocupação» feitos pelo pintor Eduardo Malta, que iam do infante D. Afonso, até Pereira d' Eça, juntavam-se os objectos pessoais constituídos por artigos de uniforme, cartas, instrumentos de campo, manuscritos de campanhas, relatórios e livros (*Livro do Soldado de África*, do marechal Gomes da Costa). Em lugar de destaque o herói, dos heróis das campanhas de África, Mouzinho de Albuquerque, bem como a reconstituição da prisão de Gungunhana, em Chaimite. Patentes as imagens e documentos das campanhas de ocupação do sul de Angola nos primeiros anos do século XX e o papel primordial de alguns militares como Alves Roçadas, Artur de Paiva, João de Almeida, Pereira d'Eça. Ainda referenciadas as campanhas de ocupação das colónias mais pequenas como a Guiné, Índia e Timor. De salientar que a orientação das vitrinas desta sala tenha sido feita por três especialistas na história militar, respectivamente o capitão Gastão de Sousa Dias, para Angola, o general Teixeira Botelho, para Moçambique, e o capitão Dimas de Aguiar, para as restantes parcelas do Império<sup>1297</sup>.

A «Sala do Drama Militar» era um compartimento, como o nome indica, próprio para encenações do «sofrimento» e da «morte». Deste modo, com uma luminosidade «mística» os visitantes assistiam à encenação e evocação da dor e do drama daqueles soldados que generosamente haviam combatido pela causa colonial e que por essa prova de patriotismo e de entrega haviam sido feridos ou mortalmente atingidos. A dramatização *in vivo* da progressão no terreno, cheio de ciladas e armadilhas, do soldado colonial constituía oportunidade para mostrar em público o sacrifício e o sofrimento daqueles homens que em África e na Ásia encarnavam o «espírito» de elevar «...as tribos selvagens ao nível moral duma crença mais alta e duma cultura mais generosa»<sup>1298</sup>, segundo as palavras do capitão Sousa Dias para o *Catálogo* desta Exposição.

Pela mesma causa de «elevar» os indígenas a uma «crença mais alta» se regia a estratégia dos conteúdos da «Sala da Fé», por sinal a sala com mais visitantes e com mais motivos de atracções. E quais eram os motivos que levavam tanta gente a procurar os mostruários desse compartimento do Palácio das Exposições, para além da espiritualidade

<sup>1296</sup> Vide «Versos de Luís de Camões citados no capítulo “O que era e o que mostrava a Exposição-Epopeia Militar”», *Ibidem*, p. 124.

<sup>1297</sup> Vide «Notícia – Epopeia Militar», *Ibidem*, pp. 124-127.

<sup>1298</sup> Vide «Notícia – Sala do drama militar», *Ibidem*, pp. 127-128, especialmente p. 127.

e da procura da fé incessante? Os motivos da demanda residiam na configuração que os organizadores quiseram dar a este espaço de encontro. Desta forma, nesta igreja simbólica em que se transformara a «Sala da Fé», os visitantes tinham a oportunidade de percorrer, num ambiente envolto por painéis de Almada Negreiros, Domingos Rebelo e Ricardo Bensaúde, as cinco grandes divisões repartidas por outras tantas capelas laterais que eram: «Vocação à Fé ou Catequese»; «O Ensino e Trabalho»; «Assistência e Caridade»; «Exploração Missionária das Regiões Desconhecidas»; «O Testemunho do Martírio e do Sangue». Em vitrinas convenientes guardavam-se os testemunhos bibliográficos e iconográficos de livros religiosos, dicionários, gramáticas, cartas de padres da Companhia de Jesus, incluindo duas do padre António Vieira, biografias, destacando-se a do padre Anchieta, cartas do rei D. João IV ao missionário em Malaca Heitor Pereira, manuscritos e colecções de cartas, algumas delas assinadas por Santo Inácio de Loiola e S. Francisco Xavier<sup>1299</sup>.

Contrastando com a penumbra da «Sala do Drama Militar», a «Sala da Marinharia» era ampla, iluminada e atraente, sugerindo a sua decoração a ideia de mar, entidade omnipresente na história da expansão lusa, desde os primórdios do século XV. A orientação dos feitos lusíadas, nesta sala, estivera a cargo das indicações do comandante Fontoura da Costa, que de facto procurou dar um cunho muito específico aos expositores sobre o percurso das principais viagens realizadas pelos portugueses. Estrategicamente colocada numa parede, a legenda que resumia toda a componente ideológica deste espaço:

No largo mar fazendo novas vias<sup>1300</sup>.

Secundando este apelo à mundialização e ao reforço das relações entre os homens, aparecia um painel do pintor Almada Negreiros alusivo a um naufrágio inserido na obra *História Trágico-Marítima*. Nos restantes expositores, para além de documentos cartográficos, livros, regimentos náuticos, cartas, fotografias, uma variedade de outros objectos que serviram como instrumentos de náutica, mas também de instrumentos de acção militar, como os obuses que equipavam os navios do século XVII<sup>1301</sup>. Havia uma última sala, a do «Acto Colonial», que reproduzia os pressupostos mais importantes do Império Colonial sob a inscrição «solidariedade, unidade, nacionalismo, eis a trindade de

<sup>1299</sup> Vide «Notícia – Sala da Fé», *Ibidem*, pp. 127-128, especialmente p. 128.

<sup>1300</sup> Vide «Notícia – Sala da Marinharia», *Ibidem*, pp. 130-131, especialmente p. 131.

<sup>1301</sup> *Idem*, *Ibidem*.

princípios em que assenta a ideia imperial».<sup>1302</sup> Procurava assim este expositor dar a conhecer os primordiais princípios em que assentava o domínio colonial, nomeadamente no que se referia ao «respeito pelos usos e costumes gentílicos», à «unidade e integridade do Império», à «defesa e protecção dos indígenas e seus direitos», ao «respeito pela propriedade indígena», de acordo respectivamente com a Reforma Administrativa, com o Acto Colonial, a Carta Orgânica do Império Colonial Português<sup>1303</sup>.

Paralelamente às «Salas», a Exposição Histórica da Ocupação detinha vitrinas ao longo de dois corredores, onde se expunham os mais diversos aspectos da colonização portuguesa ao longo dos tempos. Assim, na «I Galeria»<sup>1304</sup> poder-se-iam ver os seguintes mostruários: «Penetração e Povoamento» com duas subsecções sobre a ocupação lusa nos princípios do século XIX: 1.<sup>a</sup>: referente às possessões de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe; 2.<sup>a</sup>: sobre as colónias de Angola, Moçambique e Timor; «Viagens de Carácter Científico e Político» com seis subsecções dedicadas respectivamente a seis travessias dos seguintes sertanejos: 1.<sup>a</sup>: viagens de Cândido Pedroso Gamito, Francisco Honorato da Costa e Lacerda e Almeida; 2.<sup>a</sup>: travessia de Silva Porto; 3.<sup>a</sup>: trajecto de Serpa Pinto; 4.<sup>a</sup>: jornadas de costa-a-costa de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens; 5.<sup>a</sup>: percursos de Artur de Paiva e Paiva Couceiro; 6.<sup>a</sup>: itinerários de António Maria Cardoso e Paiva de Andrada; «Instrução» com documentação ligada à educação tropical com diapositivos, fotografias, guias de conversação, livros, tábuas cronológicas, vocabulários; «Política Médica e Sanitária», havia documentação referente à actividade de assistência protagonizada por Portugal nos trópicos junto das populações autóctones, salientando-se uma tábua cronológica com o registo das actividades realizadas neste sector entre os anos de 1835 e 1904. Nos mostruários apresentavam-se livros e documentos sobre receitas e remédios. Salientavam-se as mezinhas provenientes de certas árvores, arbustos, plantas trepadeiras e rasteiras. Também, quadros parietais com fotografias sobre conferências, congressos, dissertações e palestras, livros, missões médicas, hospitais, postos sanitários, visitas e concentrações populacionais para tratamentos; «Sociedade de Geografia de Lisboa» com diapositivos, documentos, fotografias, medalhas, placas sobre a actuação desta instituição científica e patriótica entre 1875 e 1937; «Cultura Colonial» com quadros ideológicos e parietais, diapositivos e vitrinas que patenteavam aspectos relacionados com a cultura

<sup>1302</sup> Vide «Notícia – Sala do Acto Colonial», *Ibidem*, p. 147.

<sup>1303</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>1304</sup> Vide «Notícia – I Galeria», *Ibidem*, pp. 131-139.



produzida por alunos, investigadores, pensadores e professores emergidos sobretudo da Escola Superior Colonial, salientando-se a projecção de retratos de personalidades como Alfredo Archer, Alfredo Augusto Lisboa de Lima, Álvaro de Castro, Marques Pereira, Martins Delgado, visconde Almeida Garrett, Xavier Pinto; «Descobrimientos e Navegações» num vasto espaço que procurava retratar as principais viagens (marítimas e terrestres) realizadas pelos marinheiros e exploradores portugueses entre os séculos XV e XIX.

De entre as «Viagens Marítimas», de realçar as realizadas por navegadores como Álvaro Fagundes, Bartolomeu Dias, Diogo Cão, Duarte Pacheco Pereira, Fernão de Magalhães, Gaspar Corte Real, Jorge Álvares, Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama; entre as «Viagens Terrestres» deveremos salientar um conjunto de exploradores dos vários continentes: África: Gregório da Quadra à Etiópia; padre Francisco Álvares à Abissínia; Paulo Dias de Novais ao rio Cuanza, em Angola; D. Gonçalo da Silveira às terras de Sena, Tete e Monomotapa; padres Jerónimo Lobo e Francisco Pais ao Nilo Azul; Ásia: António Tenreiro e Baltasar Pessoa de Ormuz à Síria; Gregório da Quadra, de Lisboa à Índia e volta; Fernão Mendes Pinto à China, Japão e Índia; frei Bento de Góis à Índia e Japão, padre António Andrade do Tibete a Portugal; América: Miguel Corte Real a Providence e terras limítrofes; Francisco Chaves, Martins de Carvalho, Braz Cubas e Luiz Martins no Brasil; Oceânia: João Caetano, na região leste da Austrália. Sobre estes aventureiros, o comandante Fontoura da Costa fizera uma caracterização exaltada do conquistador modelo do imperialismo português:

Basta-nos citar somente o nome prestigioso dum grande, entre os grandes nacionais e estrangeiros, expoente máximo dos conquistadores de além-mar, que foi também um extraordinário navegador e um inigualável administrador e político de fama mundial: ele concretiza admiravelmente todas as características da expansão colonial portuguesa: Afonso de Albuquerque<sup>1305</sup>.

Quanto à «II-Galeria», este espaço albergava painéis relacionados com outras temáticas sobre a «Ocupação» e a «Colonização» portuguesa ao longo dos séculos, que passaremos a salientar: «Expansão da língua portuguesa no Mundo» com uma carta a quatro cores sobre os locais onde se fala e falou o português, ao longo da expansão lusíada. Assim, a «cor encarnada» simbolizava a língua portuguesa falada como língua «própria» ou como língua «oficial» em países como o Brasil e Portugal (Metrópole e Colónias); a

<sup>1305</sup> Vide «Notícia – I Galeria-comandante Fontoura da Costa», *Ibidem*, pp. 138-139, especialmente p. 139.

«cor verde» reproduzia as regiões em que o português era falado por colónias de emigrantes, nomeadamente as seguintes: Índia (Bombaim); China (Hong-Kong e Xangai); ilhas de Hawai Honolulu); Estados Unidos da América: (Estados do Leste: Cambridge-Boston, Fall River, Nervark, Nova Bedford, Providence; Estados do Oeste: Oakland, Sacramento (Califórnia), S. Francisco); a «cor amarela» representava as regiões em que se falava o português misto em forma de crioulo: Ano Bom, Bombaim, Cabo Verde, Ceilão, Cochim, Damão e Diu, Guiné, Java, Malaca, Singapura; a «cor azul» mostrava as regiões onde já se havia falado o português, nomeadamente as colónias de judeus portugueses espalhadas pelo Mundo desde a Holanda (Amesterdão e Haia), na Europa, passando por Marrocos (Alcácer-Ceguer, Arzila, Azamor, Safim, Tânger), em África, Pérsia (Ormuz e Comorão), na Ásia, até às ilhas de Flores e Solor, na Oceânia<sup>1306</sup>.

Na vitrina especificamente sobre «Política e Administração Colonial», que celebrava todas aquelas individualidades que se distinguiram na política e administração das diversas possessões lusas espalhadas pelo Império Colonial. Entre elas foram divulgados diapositivos e fotografias de personalidades como Aires de Ornelas, A. Ramada Curto, Francisco de Inocêncio de Sousa Coutinho, Guilherme de Brito Capelo, João Belo, José Joaquim Machado, Júlio de Vilhena, Manuel Pinheiro Chagas, Rafael Gorjão; «Luta contra os Negreiros» era um painel que homenageava o governante português do século XIX responsável pela abolição nos territórios ultramarinos do tráfico da escravatura. Deste modo, estavam patentes ao público o busto do marquês de Sá da Bandeira e nas vitrinas a espada e alguns trabalhos da sua autoria, nomeadamente os manuscritos dos projectos de lei e obras como *O Trabalho Rural Africano* e *O Tráfico da Escravatura*. Mostravam-se ainda os retratos de outros abolicionistas como Almeida Garrett, D. António Alves Martins, bispo de Viseu, José Estêvão, Latino Coelho; «Política Indígena» era um painel que se dividia em três subsecções sobre três aspectos relacionados com esta mão-de-obra tropical e a influência assimiladora da colonização portuguesa: «Primeiros Princípios»; «Precedentes Próximos duma Legislação»; e «Século XIX»<sup>1307</sup>.

No painel «Política de Limites» mostravam-se diversos quadros, documentos e fotografias sobre a delimitação das parcelas ultramarinas. No respeitante aos quadros, assinalavam-se nesses suportes picturais os principais acontecimentos históricos sobre o estabelecimento dos limites do Império português, nomeadamente os seguintes: «Até à

<sup>1306</sup> Vide «Notícia – II Galeria-Expansão da língua portuguesa no Mundo», *Ibidem*, pp. 139-140.

<sup>1307</sup> *Idem*, «Notícia - II Galeria- “Política e administração colonial” e “Luta contra os Negreiros”», *Ibidem*, pp. 139-142.

Conferência de Berlim e Após a Conferência de Berlim de 1884-1885» da autoria de Roberto Araújo; «O Mapa Cor-de-Rosa» e «Actuais fronteiras de Angola e Moçambique», de Lino António; «Fronteiras de Angola e Moçambique propostas em 1890 e as que resultaram do Tratado de 1891», de Silvino Vieira e José de Lemos. Quanto aos documentos, esta secção divulgava cartas, diapositivos, discursos, memórias, ofícios, trabalhos escritos, retratos, respectivamente relacionados com os direitos de Portugal sobre a delimitação da Guiné, Angola (Molembo, Cabinda e Ambriz), e Moçambique (Lourenço Marques). Nos retratos procuravam-se dar a conhecer e homenagear personalidades que se tivessem distinguido nessa nobre arte da persuasão que era a diplomacia, divulgando-se, entre outras, as seguintes: Anselmo Braamcamp, conde do Lavradio, conde de Macedo, conde Valbom, duque de Ávila e Bolama, duque de Palmela, Henrique de Barros Gomes, marquês de Sabugosa, Paiva Manso.

Nesta «II Galeria» ainda se encontravam expositores ligados à economia colonial, nomeadamente a aspectos sobre os factores produtivos como os da «Agricultura e Pecuária», «Comércio Exterior», «Indústrias. Circulação e Crédito. Comunicações. Carreiras de Navegação», «Vultos da Economia». No caso do mostruário da produção agrícola e pecuária esta subsecção estava decorada com uma tábua de Aurora Severo sobre as principais matérias-primas tropicais, especialmente o açúcar, algodão, amendoim, cacau, castanha de caju, coco, milho, tabaco e sisal. Nas vitrinas encontravam-se expostos documentos sobre os mesmos produtos acima discriminados e ainda outros relativos aos seguintes aspectos: «minuta» sobre a introdução do tabaco na China, de 1730; «aforismos» acerca da criação de «jardins de aclimação» na ilha da Madeira e em Angola ofertados ao governo português pelo naturalista austríaco Frederico Welwitsch, com data de 1852; o ofício de 1855 de Sá da Bandeira sobre a introdução no arquipélago de Cabo Verde da árvore de «argan», proveniente de Marrocos e que visava dar de comer ao gado em regiões inhóspitas, como eram estas ilhas; listagem de frutas e sementes donde se poderiam «tirar vantagens» no fabrico de óleos, elaborado por Manuel Luiz de Sousa, em 1856; «apontamentos» sobre as espécies vegetais que constituem a flora da colónia de Angola por Frederico Welwitsch, de 1858; escritos elaborados em 1864 pelo governador José Maria Pereira de Almeida, para incentivar a produção de algodão e café na colónia de Timor; memórias sobre a produção industrial da cana do açúcar, nomeadamente na região desértica do distrito de Moçâmedes, pelo governador Fernando da Costa Leal, em 1867. Esta subsecção divulgava ainda diapositivos sobre paisagens agrícolas do Império

Colonial, especialmente relacionadas com «trabalhos de lavoura», transporte e acomodação de gado, vivência e quotidianos de roças e fazendas<sup>1308</sup>. Os outros expositores sobre a produção colonial nesta Exposição de 1937 referiam-se ao «Comércio Exterior», à «Indústria...Comunicações e Carreiras de Navegação» e «Vultos da Economia». De destacar neste último, um painel elaborado por Maria Amélia de Mesquita Cardoso sobre as principais individualidades que se haviam distinguido na economia colonial, entre os séculos XIX e o primeiro quartel do século XX: Adolfo Loureiro, Assis Bélard, A. Sarrea Prado, A. Silva Gouveia, barão de Água-Izé, Bernardino de Abreu, Francisco Mantero, Guilherme de Arriaga, Henrique de Mendonça, João Baptista e Silva, Jerónimo J. Carneiro, José Ferreira Gomes, M. da Costa Pedreira, Mariano Machado, marquês de Vale-Flor, Mateus de Sampaio, Sousa Lara, visconde do Alto Dande.

Para registar este evento para a posteridade, mandou o ministério das Colónias promover a publicação em dois volumes de um *Catálogo* que saiu do prelo no mesmo ano da realização da Exposição, ainda em 1937. Este pretendia ser a reconstituição de tudo o que acontecera no palácio do Parque Eduardo VII, reproduzindo em páginas de grafia cuidada a descrição escrita e fotográfica das diversas salas, mostruários e objectos apresentadas durante a Exposição. Apresentava um conjunto de artigos dos mais conhecidos e importantes vultos da cultura colonial, destacando-se, entre outros, os seguintes: Afonso Dornelas, Aires Kopke, Amadeu Cunha, António Baião, David Lopes, Dimas de Aguiar, Fontoura da Costa, Gago Coutinho, Gastão de Sousa Dias, Gonçalves Pereira, Henrique Mantero, João de Castro Osório, José Capelo Franco Frazão, Júlio Cayola, Luiz de Montalvor, Luiz de Pina, Manuel Múrias, Marcello Caetano, Santa Rita, Teixeira Botelho, Serafim Leite<sup>1309</sup>. Também, o cineasta António Lopes Ribeiro realizou em 1937 um filme sobre a Exposição Histórica da Ocupação que foi posteriormente divulgado em algumas parcelas do Império pela «Missão Cinegráfica às Colónias de África»<sup>1310</sup>. A propósito da sua visualização em Angola no «Nacional Cine Teatro de Luanda», o jornal *A Província de Angola* tecia as seguintes considerações:

<sup>1308</sup> *Idem*, «Notícia - II Galeria- Agricultura e Pecuária», «Comércio Exterior», «Indústrias. Circulação e Crédito. Comunicações. Carreiras de Navegação», «Vultos da Economia», *Ibidem*, pp. 143-144.

<sup>1309</sup> *Vide* «Bibliografia: Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIV, n.º 157, Julho de 1938, pp. 181-182.

<sup>1310</sup> O filme a preto-e-branco, de 35 mm, com 1200 m, sobre a «Exposição Histórica da Ocupação» foi realizado por António Lopes Ribeiro e teve produção da Agência Geral das Colónias/Missão Cinegráfica às Colónias de África. *Vide*, a propósito, José de Matos-Cruz, *Prontuário do Cinema Português -1896-1989*, Lisboa, Edição da Cinemateca Portuguesa, 1989, pp. 85-87, especialmente p. 86. Ainda, Olivier Barlet e Pascal Blanchard, «Rêver: l'impossible tentation du cinema colonial» in Pascal Blanchard et Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale...*, pp. 119-136.

É um primor de realização o documentário sobre a Exposição Histórica da Ocupação que, em espectáculo de gala, se exibiu no *Nacional* na segunda-feira. Dentro da cinematografia portuguesa pode considerar-se, no género, uma obra completa. Lopes Ribeiro, seu realizador e seu locutor, conseguiu, pela imagem, dar vida palpitante a um assunto sem vida. Todas aquelas salas da Exposição, os quadros, os livros, as estampas, os gráficos, o recheio enfim, espalhados pelas paredes, pelas vitrinas, pelo chão, nos dão no ecrã a impressão de que se movem e caminham e nos falam das grandezas de um passado glorioso<sup>1311</sup>.

Paralelamente à Exposição Histórica da Ocupação, realizara-se em Lisboa, entre 25 e 31 de Julho de 1937, o I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Participaram neste evento muitos investigadores, nacionais e estrangeiros, que durante seis dias apresentaram e discutiram importantes comunicações científicas sobre a presença colonizadora de Portugal em várias parcelas espalhadas pelos quatro continentes. Num programa cuidado que envolvia cumprimentos às principais autoridades do regime e ainda visita aos monumentos mais significativos da diáspora expansionista, o Congresso tivera início no dia 25 de Julho, com uma sessão solene no Teatro Nacional, numa mesa presidida pelo ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado<sup>1312</sup>, e o encerramento na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 1 de Agosto de 1937, igualmente com a presença do ministro Machado, de Manuel Múrias, da Comissão Organizadora do Congresso, de Lopes Galvão, secretário perpétuo da Sociedade de Geografia, e de Costa Veiga, director da Biblioteca Nacional. De entre os discursos pronunciados, deveremos salientar o de Lopes Galvão, que realçava o papel das fontes de informação no reforço da tese da dominação imperial lusa, ao longo dos últimos dois séculos:

V. Excas desenterraram dos arquivos daqui e de lá de fora, documentos preciosos que bem provam que a obra dos portugueses não foi obra de acaso, como tantos proclamavam; ou obra sem valor, como outros pretendiam, chegando alguns estrangeiros e até portugueses, o que é mais extraordinário, a denegri-la, já que de todo em todo a não podiam negar! Agora, tudo ficou esclarecido para honra da Nação. Já não é lícito a ninguém pôr em dúvida a prioridade dos nossos descobrimentos e a grandeza dos nossos feitos, ou os ideais sublimes que os nortearam<sup>1313</sup>.

<sup>1311</sup> Vide «O “filme” da Exposição Histórica da Ocupação» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XV, n.º 163, Janeiro de 1939, pp. 49-51, especialmente p. 50.

<sup>1312</sup> Vide «I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo – Do Secretário-Geral do I Congresso Sr. Dr. Manuel Múrias», *Ibidem*, pp. 203-220, especialmente p. 204.

<sup>1313</sup> «Sessão de encerramento na Sociedade de Geografia», *Ibidem*, pp. 272-279, especialmente p. 274.

Entretanto, uns meses depois de encerrada a Exposição de 1937, foi publicada nos jornais portugueses, com data de Março de 1938, um documento que fizera despoletar todo o processo das comemorações do ano «áureo» de «quarenta», a «Nota Oficiosa da Presidência do Conselho». Era neste documento que Oliveira Salazar assumia publicamente a necessidade de comemorar condignamente esta efeméride, que tanto sentido patriótico dava ao nacionalismo veiculado por este timoneiro da escola coimbrã. A celebração da fundação de um dos mais antigos países da Europa levaria Salazar, nessa «Nota», a estabelecer três objectivos na consecução desse projecto patriótico:

Em primeiro lugar, «dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História...»; em segundo, persuadir os serviços públicos e particulares nacionais a aumentarem o ritmo da sua produtividade com a finalidade «...de afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização»; em terceiro lugar, a demonstração à opinião pública internacional que, Portugal, muito embora tivesse sido uma «Nação civilizadora», persistia e continuava a ser um país com uma «alta missão» civilizadora no Mundo<sup>1314</sup>.

Para cumprir esses desideratos, o Presidente do Conselho advogava umas celebrações condignas que envolvessem nessa grande «festa de família» não só os portugueses da «Metrópole», «Ilhas» e «Domínios», mas também os cidadãos do Brasil<sup>1315</sup>. Depois, Salazar fazia considerações sobre o tipo de «exploração turística» que pretendia para Lisboa, enquanto o certame de divulgação do «Mundo Português» estivesse aberto. E como deveriam vir muitos estrangeiros, pois Portugal na altura era um oásis, relativamente ao estado de tensão em que se encontravam os principais países da Europa, era necessário, segundo o governante do Estado Novo, preparar «a nossa casa» para receber esses visitantes. Daí que fosse urgente, a uma distância de dois anos, resolver alguns problemas da organização do quotidiano que não criassem má imagem, do país e do regime, a esses turistas, nomeadamente nos seguintes aspectos: melhoria das estações ferroviárias, marítimas e aeroportuárias; arranjo das estradas e outras vias de acesso a Lisboa e ao local onde se realizaria a Exposição; criação de pousadas em vários pontos do país e cosmética e *restiling* dos hotéis já existentes; atenção e combate à mendicidade e a

<sup>1314</sup> Oliveira Salazar, «Comemorações Centenárias» in *Discursos e Notas Políticas – 1938-1943*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., Volume III, 1943, pp. 39-58, pp. 42-43.

<sup>1315</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 44-46.

outras formas de vadiagem urbana; arranjo e limpeza de casas, ruas e passeios dos principais centros urbanos por onde passarão os turistas<sup>1316</sup>.

Por Portaria datada, de 11 de Abril de 1938, foi nomeada a «Grande Comissão Nacional para as Comemorações do Duplo Centenário» que tinha como presidente o escritor Júlio Dantas e como secretário-executivo António Ferro. A dois anos de distância, esta comissão iria propiciar à cidade de Lisboa, entre 2 de Junho e 2 de Dezembro de 1940, a concretização do projecto inicialmente preanunciado pela «Nota Oficiosa» da presidência do Conselho, de Março de 1938. Em pleno decurso da Segunda Guerra Mundial, durante seis meses, Portugal e a capital do Império estiveram a comemorar as três datas consideradas primordiais para o Estado Novo: os oitocentos anos da «Fundação»; os trezentos da «Restauração»; e os oito do «Ressurgimento» de Portugal<sup>1317</sup>. A 27 de Dezembro de 1938, por Portaria publicada no *Diário do Governo* era nomeado como comissário-geral da Exposição do Mundo Português, Augusto de Castro, ministro de Portugal em Bruxelas. Os restantes elementos desta equipa de trabalho, indigitados na mesma altura, eram Manuel de Sá e Melo, e José Cotinelli Telmo, respectivamente, comissário-adjunto e arquitecto-chefe<sup>1318</sup>.

Foi com esta ideia imperialista de um pequeno Portugal que dera uma nova «expressão geográfica ao Mundo», que a comissão responsável pela realização da Exposição do Mundo Português começou a trabalhar nos terrenos onde se situava o monumento mítico deste «génio de irradiação» cosmopolita, o mosteiro dos Jerónimos. Lavrado a pedra, tal como o génio luso «lavrava» as almas das populações deste novo Mundo, a maqueta da cidade histórica começara a ser elaborada de acordo com as finalidades idiossincráticas que se desejavam para o sucesso deste evento. O acesso à cidade virtual dos «Portugueses no Mundo» seria feito por várias portas. Em lugar privilegiado uma porta de acesso ao rio, entre a estátua de Afonso de Albuquerque e a Torre de Belém, donde se avistaria, a uma grande distância, o vulto do Infante D. Henrique, o mentor das Descobertas. O perfil da estátua henriquina seria realçado por um fecho de luz que iluminaria, ao mesmo tempo, as duas únicas palavras que legendavam o busto deste navegador e que eram: «Mundo Português». Do lado de Lisboa, na direcção da

<sup>1316</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 46-47.

<sup>1317</sup> *Vide* «Comissão Executiva dos Centenários» in *Programa Oficial das Comemorações Nacionais – Ano de 1940*, Lisboa, Secção de Propaganda e Recepção e Editorial Império, 1940, 15 pp.

<sup>1318</sup> *Vide* «Duplo Centenário – Comissão da Exposição» in *Boletim Geral das Colónias* Ano XV, Março de 1939, n.º 165, p. 72. Também, «Programa das Comemorações Centenárias» in *Almanaque - Guia do Agricultor – Número Comemorativo dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal – 1140 – 1640 – 1940*, Lisboa, Ano III, 1940 (2.º Semestre), pp. 6-12.

avenida da Índia uma outra porta, a da «Fundação», de autoria do arquitecto com mais responsabilidade sobre a construção deste projecto, Cotinelli Telmo.

O protagonismo de Telmo neste empreendimento nacionalista era muito grande, tendo desenhado ainda outros aspectos cruciais para esta cidade «histórica»: para além da «Porta» e do «Pavilhão dos Portugueses», ainda traçou outros equipamentos que vingaram até aos dias de hoje como a «Praça do Império», a «Fonte Monumental» e o «Padrão dos Descobrimentos»<sup>1319</sup>. Do lado de Cascais seria implantada mais uma outra porta, a da «Restauração». Na proximidade da porta da «Fundação» integrar-se-iam o «Palácio da Fundação», estrutura que no seu interior pretendia dar uma retrospectiva diacrónica da origem de Portugal, dos primeiros limites territoriais, da aristocracia portugalense dos condes D. Henrique e D. Teresa. Seguidamente, uma sala consagrada a Ourique e às façanhas de Afonso Henriques, que aliás tinha honras especiais com a colocação de uma estátua individual. Seguir-se-iam dois grandes muros, com duas filas de estátuas dos reis da primeira dinastia. Após, este simbólico edifício da origem de Portugal, um outro se associava às efemérides que se comemoravam, o «Palácio da Independência», com a representação figurada de uma série de acontecimentos significativos: a crise de 1383-1385; a revolta do mestre de Avis e a entronização de D. João I; as lutas contra Castela e a acção militar de D. Nuno Álvares Pereira em batalhas decisivas como Aljubarrota; a actuação de João das Regras e a utilização pela primeira vez da jurisprudência para confirmar a tomada do poder pela força das armas; os confrontos restauracionistas do Ameixial, das linhas de Elvas, e de Montes Claros; as invasões napoleónicas e os diversos episódios anglo-lusos para escorraçar a avalanche das três invasões francesas; a Guerra Peninsular; os incidentes com a Alemanha nas colónias de Angola e de Moçambique e, ainda, no centro da Europa, na região da Flandres<sup>1320</sup>.

Depois da «Fundação» e da «Independência», os ideólogos deste certame ponderaram sobre as instalações que iriam acolher o período da história portuguesa ligada à diáspora e ao convívio com outros povos. Assim, o pavilhão dos «Descobrimentos» deveria integrar todos os vestígios que a civilização lusa produzira para conquistar o mar, lançando-se nessa aventura de chegar mais além com os meios de transporte mais sofisticados para vencer essas dificuldades das forças da Natureza ainda não domadas.

<sup>1319</sup> José Manuel Pedreirinho, «Exposição Histórica do Mundo Português, a metáfora da cidade – Os pavilhões» in revista *História*, Ano XII, n.º 132, Setembro de 1990, pp. 5-27, especialmente p. 8.

<sup>1320</sup> Vide «Comemorações do Duplo Centenário – O programa da Exposição» in *Boletim Geral das Colónias* Ano XV, Abril de 1939, n.º 166, pp. 59-61.



Nesses mostruários deveriam portanto figurar reproduções de caravelas, naus, galeões e outras embarcações que contribuíram para as novas pontes entre a Europa, a África e a Ásia entretanto lançadas por Portugal. Aí deveriam constar também as imagens e os testemunhos daqueles lugares míticos associados à diáspora marítima: Sagres, as rotas e os percursos ultramarinos, os portulanos e a cartografia de lugares distantes. Para acolher todos esses testemunhos, Cotinelli Telmo entregaria o risco do «Pavilhão dos Descobrimientos» ao gabinete do arquitecto Pardal Monteiro, que sob a orientação do especialista em história marítima, comandante Quirino da Fonseca, concebeu um pavilhão em forma de «L», no contexto dos pavilhões da «Formação e Conquista» e da «Independência» projectados por Rodrigues Lima, e dando, segundo Margarida Acciaiuoli, uma «continuidade» a esta «aparente monotonia» de traços comuns, a qual era quebrada pelo traçado de um pequeno jardim e pela imponente «Esfera dos Descobrimientos» que, lá do alto do pavilhão consagrado a essa temática, chamava a atenção dos visitantes para a contribuição das frotas dos navegadores portugueses, na interligação entre os diversos lugares e sítios por onde passaram<sup>1321</sup>.

O «Pavilhão da Colonização» era também outros dos espaços que as autoridades do Estado Novo pretendiam dar relevância. Ao contrário do dos «Descobrimientos», que era mais efémero, este sugeria a fixação e a colonização dessas outras populações numa vivência lado-a-lado entre os autóctones com os soldados, funcionários e padres portugueses. Daí que para os ideólogos do regime fosse importante divulgar junto da opinião pública o esforço que representava para um país, como Portugal, a obra de colonização encetada no século XV junto de populações tão diversas e tão dispersas, num tão longo período temporal. Pavilhão concebido pelo arquitecto Carlos Ramos, com o apoio e a assessoria de um especialista em assuntos de domínio ultramarino, o jornalista Júlio Cayolla, que por sinal também era o responsável pela Agência Geral das Colónias na altura em que se organizava este certame. O traço dessas instalações não se diferenciava muito dos anteriores projectos desta arquitectura nacionalista, em que um misto, entre as soluções mais arcaizantes e as mais modernistas e arrojadas, constituía o traço de construções, a maior parte delas perecíveis, ao longo de muitos metros quadrados (neste caso 560 m<sup>2</sup>) de edifícios, em cartaz, que apenas serviram durante alguns meses para divulgar e propagar as ideias de um regime, relativamente aos aspectos mais apoteóticos da

<sup>1321</sup> Margarida Acciaiuoli, «A Cidade da História: Arquitectura e Decoração de um Itinerário», *Exposições do Estado Novo-1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, pp. 131-192, especialmente p. 150.

sua história<sup>1322</sup>. Composto por um só pavimento, com dois baixos-relevos à entrada, do escultor Barata Feio, representando alegoricamente a Fé e o Império, encontrava-se subdividido em doze salas que retratavam a evolução da colonização portuguesa ao longo de séculos, com uma sequência, que tinha a seguinte ordem: «Antecedentes»; «Organização do Estado Colonizador»; «África»; «Oriente»; «Política de Limites e Ocupação»; «Política Administrativa»; «Política Indígena»; «A Fé e o Império»; «Panorama actual da Colonização Portuguesa»; «Síntese da Obra Portuguesa da Expansão, Ocupação e Colonização»<sup>1323</sup>.

Para facilitar a visita e o conhecimento deste «Pavilhão» foi elaborado um roteiro da responsabilidade de Júlio Cayolla. O «Pavilhão dos Portugueses no Mundo», que foi concebido por Cottinelli Telmo, e o apoio do director deste equipamento, Afonso de Ornelas, procurava registar todos os lugares por onde assentara o domínio luso, mostrando e recriando os vestígios da passagem destes europeus por regiões que iam desde África (Marrocos, Guiné, Angola, Moçambique, Zanzibar), até à América (Brasil, Califórnia) e Ásia (Índia, China e Japão). O pavilhão, os «Portugueses no Mundo», por ter sido o mote do principal certame integrado nas comemorações do «Duplo Centenário», qual «símbolo de um território» e «clarão imenso numa projecção geográfica universal», nas palavras do comissário Augusto de Castro<sup>1324</sup>, foi motivo de uma maior preocupação no seu estilo arquitectónico. Pelo que não foi por acaso, que o seu traço tivesse sido entregue a Cottinelli Telmo, arquitecto-chefe da Exposição. De Marrocos, aos mares de Timor, a soberania portuguesa era uma realidade que o regime de 1940 necessitava de dar a conhecer ao Mundo, para desta forma poder reafirmar uma política de imperialismo e dominação territorial que estivesse subjacente aos três principais objectivos, que o comissário Castro definia, no discurso de inauguração:

Em primeiro lugar, a projecção sobre o Passado – como uma galeria de imagens heróicas da fundação e da existência nacionais, da função universal, crista e evangelizadora, da Raça, da glória marítima e colonial,

<sup>1322</sup> *Idem*, Margarida Acciaiuoli, «A Cidade da História: Arquitectura e Decoração de um ...», *Ibidem*, pp. 165-166. Também, José Manuel Pedreirinho, «Exposição Histórica do Mundo Português, a metáfora da cidade – Uma arquitectura nacionalista», revista *História*, n.º 132, Setembro de 1990, pp. 13-14. Ainda, do mesmo autor, «A arquitectura portuguesa do Fascismo ao Estado Novo – A arte reflecte a ideologia», *Ibidem*, revista *História*, n.º 45, Julho de 1982, pp. 2-10.

<sup>1323</sup> *Vide* «Pavilhão da Colonização» in *Boletim Geral das Colónias (Número dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império)*, Ano XVII, Janeiro de 1941, n.º 187, pp. 190-221.

<sup>1324</sup> Augusto de Castro, «Discurso» in jornal *Diário de Notícias* de 9 de Julho de 1940.

do Império; em segundo, a afirmação das forças morais, políticas e criadoras do Presente; em terceiro lugar, um acto de Fé no Futuro<sup>1325</sup>.

Neste sentido, se compreendia a existência de um anexo a este pavilhão da portugalidade no Mundo, que era consagrado à projecção lusíada na actualidade, nomeadamente aos núcleos e influências lusófonas espalhados pelos diversos Continentes. Era o «Futuro» que estava em jogo para as autoridades do Estado Novo, através das palavras proféticas do comissário-geral desta Exposição:

Nunca essas letras, que encerram em três consoantes e três vogais, o eterno mistério do Destino, representaram uma mais ansiosa, mais dramática interrogação....Quando Portugal começou a afastar-se do seu destino – que foi sempre de expansão e de projecção no Mundo – Lisboa começou a fugir do Tejo. Dir-se-ia que se haviam malquistado. Portugal emparedara-se na “apagada e vil tristeza”; Lisboa fechara os olhos ao Tejo e murara as suas janelas sobre o seu grande pátio luminoso do Oceano. Lisboa volta novamente ao Tejo. E para mim esta Exposição é sobretudo a simbólica quermesse dessa Reconciliação, as bodas de ouro de Portugal e do Rio da Tradição de ouro; a festa do encontro de Portugal consigo próprio<sup>1326</sup>.

E uma forma de Lisboa abrir os olhos ao Tejo, abrir as janelas para o «pátio luminoso» do Oceano, de se «encontrar» consigo própria, era dar a possibilidade de mais representações estrangeiras estarem presentes nestes eventos nacionalistas. Esta era a razão plausível pela qual o responsável do Governo português solicitava a presença dos brasileiros na sua festa da Nacionalidade, como aliás ficara bem explícito na «Nota» oficiosa que a presidência do Conselho anunciava ao país estas festividades:

Eis algumas das razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal, no momento em que festejamos os nossos oitocentos anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra mas, como da família, a par de nós acolha as homenagens que o mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica<sup>1327</sup>.

<sup>1325</sup> Vide «Inauguração da Exposição do Mundo Português – Discurso do comissário geral, sr. Dr. Augusto de...» in *Boletim Geral das Colónias (Dedicado às comemorações centenárias da....)*, Ano XVII, Janeiro de 1941, n.º 187, p. 174.

<sup>1326</sup> *Idem, Ibidem*, p. 177.

<sup>1327</sup> Oliveira Salazar, «Comemorações Centenárias» in *Discursos e Notas Políticas...*, Volume III, p. 45.

De facto, em Belém, na Exposição do Mundo Português, o Brasil foi a única representação estrangeira que se fizera representar num pavilhão cujo projecto exterior era do arquitecto Raul Lino, embora os interiores fossem de autoria do arquitecto brasileiro Roberto Lacombe, mas com supervisão no terreno do arquitecto Flávio Barbosa, auxiliado pelo responsável da representação, Augusto Lima Júnior<sup>1328</sup>. O desenho de Lino procurava estilizar um grande «pedestal», a que se dava a acesso por uma escadaria, e que tinha no cimo um globo estrelado com o brasão da «Terra de Vera Cruz». No interior, os diversos expositores eram preenchidos com documentação escrita e iconográfica que ilustravam a acção deste país tropical no campo da arte, do direito, da imprensa, da literatura, da medicina, da pedagogia. Num outro *stand*, a delegação brasileira mostrava o Brasil moderno com uma forte incidência nas vias de comunicação, salientando nomeadamente alguns dos pioneiros da aviação daquele país como Augusto Soeiro, Bartolomeu de Gusmão e Santos Dumont<sup>1329</sup>. A inauguração do «Pavilhão» fizera-se simbolicamente, a 20 de Julho de 1940, no dia em que foi igualmente inaugurado o Padrão dos Descobrimentos, obra conjunta de Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida, que simbolizando os «Descobrimentos» e as «Conquistas», sublimava no colectivo dos portugueses a frustração de ainda não terem conseguido erigir um monumento ao Infante D. Henrique, após as tentativas goradas ensaiadas, entre 1933 e 1938. Nos discursos de inauguração, o responsável do «Pavilhão» pronunciou, curtas e simples palavras, que se resumiam a uma expressão que continha, quase tudo, o que os portugueses tinham deixado naquele país americano:

Foi do adro de uma igreja barroca levantada pela piedade desses aventureiros que eu senti pela primeira vez Portugal. Senti e amei<sup>1330</sup>.

A Exposição do Mundo Português ainda tinha outros temas e pavilhões para mostrar a realidade lusíada, nomeadamente relacionados com questões pertinentes como as «Artes, Ciências e Letras», com uma sala onde a obra literária de maior realce do nacionalismo ficava em destaque, *Os Lusíadas*, qual breviário épico que tinha guiado os destinos

<sup>1328</sup> Vide revista do *Sindicato Nacional dos Arquitectos* n.º 12, de Janeiro/Abril de 1940.

<sup>1329</sup> Margarida Acciaiuoli, «A Cidade da História: Arquitectura e Decoração de um Itinerário» in *Exposições do Estado Novo – 1934-1940...*, pp. 187-188.

<sup>1330</sup> Vide «Pavilhão do Brasil – Discurso do sr. dr. Augusto Lima Júnior» in *Boletim Geral das Colónias (Dedicado às comemorações centenárias da...)*, Ano XVII, Janeiro de 1941, n.º 187, pp. 239-240, especialmente p. 239.

colectivos deste povo peninsular, desde os últimos quinhentos, tantos quantos os anos em que Portugal foi para fora, acompanhando o surto expansionista europeu da Época Moderna, bem como um pavilhão consagrado à «Imprensa e ao Turismo». Mas, a outra vertente nacionalista deste certame era o pavilhão que representava os interesses do país, equipamento esse que se situava num dos lados da imponente praça do «Império» traçada pelo arquitecto Telmo e que os organizadores denominaram «Portugal – 1940», em homenagem à pátria que projectara no presente os oitocentos anos de história que então o regime estadonovista resolvera comemorar. Também, a capital do Império tinha um pavilhão cuja organização foi entregue à associação «Amigos de Lisboa». Numa *maquette* apropriada, a cidade seria mostrada como um lugar de passagem para o futuro, quer das rotas aéreas, quer das marítimas, num cruzar tripartido de continentes, tal e qual como acontecera na época dos Descobrimentos. Outra curiosidade deste certame foi a reconstituição de uma nau da carreira da Índia, trabalho que foi feito sob a direcção científica e artística, respectivamente, do comandante Quirino da Fonseca, de Leitão de Barros e de Martins Barata. Funcionando como local de diversão, a réplica do navio quinhentista tinha salas de festas e restaurantes que permitiam uma maior visibilidade e usufruto da zona ribeirinha do rio Tejo<sup>1331</sup>.

Paralelamente aos diversos pavilhões, a Exposição do Mundo Português era completada com duas grandes secções de «Vida Popular» relacionadas com a «Etnografia Metropolitana» e a «Etnografia Colonial», respectivamente da responsabilidade do Secretariado da Propaganda Nacional, de António Ferro, e da Agência Geral das Colónias, de Júlio Cayolla e do colaborador Henrique Galvão. Na perspectiva bipolar de um Portugal grande, pretendia-se com estas secções fazer *in loco* a reconstituição de aldeias «típicas», de várias regiões da Metrópole e das Colónias. Enquanto, a reconstituição dos usos e costumes das aldeias metropolitanas se fazia nos terrenos do lado poente da Exposição, com a implantação de um pavilhão destinado a concentrar os vestígios da etnografia portuguesa, onde se poderiam visualizar objectos ligados à história do artesanato, designadamente do barro, do traje, e da ourivesaria, a reconstituição da secção colonial fizera-se nos terrenos do Jardim Colonial, onde se poderia ver um conjunto de várias

---

<sup>1331</sup> Vide «Comemorações do Duplo Centenário – O programa da Exposição» in *Boletim Geral das Colónias* Ano XV, Abril de 1939, n.º 166, pp. 59-61, especialmente p. 61.

aldeias indígenas, que iam dos Bijagós, da Guiné, até às distantes populações mauberes, de Timor<sup>1332</sup>.

Havia, ainda, na cidade histórica da portugalidade um parque de «Atracções», um teatro, um cinema, um pavilhão para mostras de flores e frutos, vários restaurantes, um parque infantil e um passadiço ao longo da margem do rio Tejo, para os visitantes poderem apreciar a paisagem e deslocarem-se de montante para jusante e vice-versa, passando quase que obrigatoriamente pela grande praça, a Praça do Império, sediada em frente do Mosteiro dos Jerónimos, qual antecâmara da Exposição, onde como mobiliário urbano se centrava a Fonte Monumental, bem como a reprodução dos padrões comemorativos de cada uma das parcelas colonizadas por Portugal e projectadas no Mundo<sup>1333</sup>. Este enquadramento urbano, bem como o mobiliário decorativo eram obras do arquitecto-chefe Cottinelli Telmo, que procurara nesta Exposição assinar trabalhos que eram o meio-termo entre o risco moderno e o traço convencional exigido para a encenação monumental de uma obra do quilate de um evento de propaganda, como era este sobre o «Mundo Português»<sup>1334</sup>. Apesar de este certame ter sido o facto propagandístico mais importante do «Ano Áureo», nesse mesmo ano de 1940 inserido no programa do «Duplo Centenário» ainda se realizaram outras exposições importantes, nomeadamente a Exposição de Cartografia Portuguesa, no Mosteiro dos Jerónimos; a I Exposição Nacional de Floricultura, na Tapada da Ajuda; a Exposição Histórico-Bibliográfica da Ordem de S. Tiago, no Castelo de Palmela; a Exposição de Ourivesaria Portuguesa, no Museu Machado de Castro, em Coimbra; a Exposição da Obra de Soares dos Reis e a Exposição Etnográfica do Douro Litoral, no Porto. Para além destas exposições, pequenas mostras de etnografia, actividades económicas e turísticas foram realizadas nas vilas e cidades de província, sob os auspícios das respectivas Juntas Provinciais<sup>1335</sup>.

<sup>1332</sup> Luís Cunha, «As sinuosidades da memória: da celebração do...» in *A Nação nas Malhas da sua Identidade...*, pp. 77-93, especialmente pp. 83-84.

<sup>1333</sup> Vide «Le double Centenaire de la Fondation et de la Restauration du Portugal – L'Exposition du Monde Portugais – Ce Qu' Elle Sera» in *Portugal-Bulletin de Renseignements Politiques, Economiques et Littéraires*, Lisbonne, 1939, pp. 9-10, especialmente p. 10.

<sup>1334</sup> João Paulo Martins, «Telmo, José Ângelo Cottinelli (1897-1948)» in *Dicionário de História do Estado Novo* (Direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito), Volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 972-973.

<sup>1335</sup> Maria Isabel João, «Práticas e Ritos – Exposições» in *Memória e Império – Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Ministério da Ciência e do Ensino Superior (Fundação para a Ciência e Tecnologia), 2002, pp. 255-394, especialmente pp. 358-377.

A importância das «Comemorações Centenárias», particularmente da Exposição do Mundo Português foi tal que o *Boletim Geral das Colónias*<sup>1336</sup> resolvera fazer um número especial dedicado aos principais factos integrados no programa dessas celebrações. Assim, o n.º 187, de Janeiro de 1941, foi consagrado ao evento que terminara, em Dezembro de 1940<sup>1337</sup>. Nas «Palavras Explicativas», Júlio Cayolla fazia algumas considerações sobre esta efeméride e o papel que o periódico que dirigia deveria ter na divulgação desse facto, arquivando «nas suas páginas os principais sucessos do seu leccionador programa»<sup>1338</sup>. Este periódico tinha tido também o mérito de divulgar as cerimónias patrióticas, entretanto, realizadas por todo o Império. Para o responsável da Agência Geral das Colónias constituía uma prova de contentamento e dever cumprido para com aqueles compatriotas que, apesar de permanecerem em regiões remotas, tinham o direito de comemorar e de fazer chegar o eco dessas celebrações a todo o território onde decorria esta «festa nacional», na expressão de Salazar, afinal o homem que concebeu e traçou as directrizes para que estes eventos se produzissem e lograssem alcançar os resultados que alcançaram. Por esse facto, segundo Cayolla, «...o *Boletim* não poderia ficar indiferente à grandeza dos acontecimentos, também a forma como o duplo centenário foi comemorado no Ultramar, tornou-se motivo para a elaboração deste número, que não é, nem poderia ser – pois isso seria exceder o carácter desta publicação – um repositório pormenorizado de todos os acontecimentos: trata-se, unicamente, de dar a panorâmica das comemorações, arquivando-se, dos discursos pronunciados, aqueles que, pela sua índole, têm especial carácter político ou estão mais ligados aos problemas históricos e coloniais»<sup>1339</sup>.

Um dos últimos eventos ocorridos antes do encerramento das comemorações do «Ano Áureo», em Dezembro de 1940, foi o Congresso Colonial realizado entre os dias 11 e 15 de Novembro, na Sociedade de Geografia de Lisboa (sessão inaugural), e na Escola Superior Colonial (restantes sessões). Assim, o *Boletim* n.º 186, de Dezembro de 1940, trazia uma reportagem exaustiva do que se passara nessa ocasião, especialmente, a transcrição do discurso pronunciado por Francisco Vieira Machado, na qualidade de ministro das Colónias, na sessão inaugural desse evento científico. Para além da concepção

<sup>1336</sup> Para além do número especial dedicado ao «Duplo Centenário», (*Boletim Geral das Colónias* Ano XVII, Janeiro de 1941, n.º 187, 464 pp.), a Agência Geral das Colónias publicou várias obras durante estas celebrações que depois foram compiladas num volume com o título *Contribuição Cultural da Agência Geral das Colónias nas Comemorações Centenárias – Notas Bibliográficas*, Lisboa, Editorial Ática, 1941, 54 pp.

<sup>1337</sup> Vide «Índice» in *Boletim Geral das Colónias* Ano XVII, Janeiro de 1941, n.º 187, pp. 455-457.

<sup>1338</sup> Júlio Cayolla, «Palavras Explicativas», *Ibidem*, pp. 5-7, especialmente p. 5.

<sup>1339</sup> *Idem*, Júlio Cayolla, «Palavras Explicativas», *Ibidem*, p. 6.

espiritualista do colonialismo português, o ministro Machado discorrera ainda sobre esta forma de domínio territorial à distância. E um dos momentos em que perdeu mais tempo foi na enumeração das imensas realizações que o Estado Novo estava a proceder no seu Império, sobretudo nas colónias em que o Governo considerava mais importantes a sua intervenção, Angola e Moçambique.

Depois das festividades do «Mundo Português», haveria outro evento que celebrava a temática dos Descobrimentos e que se distinguiu nas realizações propagandísticas do Estado Novo. De facto, as «Comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique», realizadas por todo o território português, entre 4 de Março e 13 de Novembro de 1960, integraram-se nas homenagens do regime, aos quinhentos anos da morte do Infante. Procurando abranger o período compreendido entre os reinados de D. João I e D. Manuel, a organização desta efeméride muito ao gosto da idiosincrasia estadonovista começara a ser programada a uma distância muito grande da data da sua inauguração, como poderemos constatar pelas palavras do presidente da Comissão Nacional dessas comemorações, Caeiro da Mata, proferidas em Agosto de 1957, e transcritas pelo periódico da Agência Geral do Ultramar, em Dezembro do mesmo ano<sup>1340</sup>. As palavras deste académico, nomeado pelo Governo de Salazar para celebrar uma das figuras que o regime considerava como fazendo parte da «História Universal», eram elucidativas da projecção que se pretendia para estes nove meses de homenagens, a levar a cabo em Portugal e no Estrangeiro, sobretudo em países onde residisse uma importante comunidade de portugueses e de luso-descendentes. O programa das comemorações contemplava assim um conjunto de actividades culturais, das quais passaremos a discriminar as mais significativas: início das festividades a 4 de Março de 1960, feriado nacional, com cerimónias religiosas em todas as Sés da Metrópole e do Ultramar e ainda uma sessão solene na Assembleia Nacional, com a presença das principais autoridades do Estado Novo; entre 9 e 14 de Maio, integrado na «Semana do Ultramar», da Sociedade de Geografia de Lisboa, com o tema alusivo à «Influência dos Descobrimentos Henriquinos na Lusitanização do Ultramar Português»; a 10 de Junho, dia de Camões e de Portugal, com a inauguração da Exposição Henriquina, no Museu de Arte Popular em Lisboa; a 7 de Agosto, com a realização de um desfile naval no promontório de Sagres, seguido, dois dias depois, com a inauguração da réplica definitiva do monumento dos Descobrimentos em Belém; entre 4 a 12 de Setembro, com a organização de um

---

<sup>1340</sup> Vide «As Comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, n.º 390, de Dezembro de 1957, pp. 53-56.



Congresso Internacional da História dos Descobrimentos em Lisboa, com a presença de 78 países e 1061 instituições científicas e literárias; a 13 de Novembro de 1960, com a sessão solene de encerramento destas comemorações dedicadas a esta figura ímpar dos Descobrimentos portugueses<sup>1341</sup>.

De notar que do programa ainda constavam outras realizações que o regime estadonovista dava divulgação, aproveitando a comemoração desta efeméride patriótica. Assim utilizava-se o momento para associar definitivamente a ponta de Sagres à epopeia dos Descobrimentos, com a construção de um monumento ao Infante Navegador. Também, se servia desta celebração para divulgar antigos documentos fulcrais na operacionalização desta aventura marítima, com a publicação de antigas cartas geográficas numa obra conjunta, os *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Esta edição era composta por quatro volumes, com um total de 1300 páginas, nas quais seriam reproduzidas cerca de 1100 cartas antigas, 40 das quais a cores, e com mais de 550 páginas de gravuras. Com texto em inglês e português, com o esboço biográfico de cada cartógrafo, descrição e história da carta, esta obra monumental acabaria por sair do prelo com a orientação científica de dois consagrados estudiosos deste tipo de investigação, o professor da Universidade de Coimbra, Armando Cortesão, e o docente da Escola Naval, Avelino Teixeira da Mota. Uma outra publicação de referência destas comemorações foi a edição de um corpo de documentos associados ao nome e à obra do Infante, os chamados *Monumenta Henricina*, obra cuja coordenação foi entregue a uma tríade de investigadores, respectivamente Costa Brochado, Lopes de Almeida, e o padre Dias Dinis. Mas, estes testemunhos sobre D. Henrique só se completariam com a publicação de outros dois títulos essenciais para o conhecimento da obra e da personalidade deste histórico período: a edição de uma *Bibliografia Henricina*, com milhares de referências de títulos (de livros e periódicos) sobre o Infante, nos arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiras; a organização de uma *Iconografia Henricina*, repositório de imagens e gravuras, da mesma personalidade, e do contexto histórico subjacente existente em instituições ligadas à guarda e preservação deste tipo de documentação<sup>1342</sup>.

Para além destes eventos promovidos pela comissão executiva deste Centenário, destacaremos ainda outras manifestações realizadas no País, especialmente as seguintes:

<sup>1341</sup> Vide «As Comemorações Henriquinas» in *Boletim para Dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, n.º 4, Fevereiro-Março de 1960, pp. 77-79.

<sup>1342</sup> Vide «As Comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, n.º 390, de Dezembro de 1957, pp. 53-56, especialmente pp. 54-55.

exibição de documentos sobre os Descobrimentos, na Alfândega de Lisboa; Exposição Histórica, na Torre de Belém, patrocinada pela Administração-Geral do Porto de Lisboa, sobre as fases de construção do castelo de S. Vicente da Paz de Belém; mostra bibliográfica sobre trabalhos de engenharia militar, no Museu Militar de Lisboa; apresentação documental e bibliográfica sobre a expansão portuguesa, numa das salas da Biblioteca do Palácio da Ajuda; exposições na Biblioteca Municipal do Porto e no Gabinete de História desta cidade; mostra de pergaminhos henriquinos na Câmara Municipal de Viseu, sob os auspícios do director do Museu Grão Vasco, e exposição de pintura num edifício, onde se viria a instalar o Arquivo Distrital, desta cidade da Beira Alta; exibição de vestígios monumentais da «Arquitectura Portuguesa, da época dos Descobrimentos», no Museu Regional de Évora; mostra de cartas, documentos, livros e louça da Companhia das Índias, no Museu da Quinta das Cruzes, na ilha da Madeira; apresentação de cartas e livros sobre os Descobrimentos, na biblioteca pública de Angra do Heroísmo, no arquipélago dos Açores<sup>1343</sup>.

Tendo em conta que o Infante D. Henrique para além de se ter distinguido como o mentor do projecto dos Descobrimentos, foi também o protector da Universidade portuguesa, a ponto de ter influenciado a reforma dos Estudos Gerais de 1431<sup>1344</sup>, com o incremento de disciplinas essenciais para a prossecução das primeiras expedições marítimas, como o estudo da astronomia, da cartografia, do desenho, da geometria e da meteorologia<sup>1345</sup>, nada melhor do que ressaltarmos a homenagem que a Universidade de Coimbra fizera à obra e pessoa deste prosélito das navegações marítimas, no centenário da sua morte. Assim, em Março de 1960, na sala dos Actos Grandes, realizou-se uma sessão solene presidida pelo Presidente da República, Américo Thomaz, com a presença das mais altas individualidades do Estado Novo, em que usaram da palavra os professores Lopes de Almeida, Armando Cortesão e José Carlos Moreira, e o presidente da Associação Académica, José Manuel Cardoso da Costa, para realçarem o papel do Infante D. Henrique na história da civilização mundial e nas relações que a Universidade de Coimbra tivera

---

<sup>1343</sup> Maria Isabel João, «Práticas e Ritos. Exposições» in *Memória e Império-Comemorações em Portugal...*, pp. 358-377, especialmente pp. 372-376.

<sup>1344</sup> Rómulo de Carvalho, «A Acção Pedagógica de D. João I e dos Infantes Seus Filhos», *História do Ensino em Portugal...*, pp. 91-119, especialmente pp. 104-109.

<sup>1345</sup> Luís C. Nozes Tavares, «A Protecção à Universidade» in *O Infante D. Henrique e os Descobrimentos: Sua Prioridade; A Protecção à Universidade; O «Príncipe do Mar» e a Igreja; Algumas Conclusões (Contributo pró V Centenário nas Comemorações Henriquinas – 1460-1960)*, Braga, Edições Nozes Tavares, S/Data, pp. 27-34, especialmente p. 27.

com este elemento da casa de Avis. A propósito da contribuição universalista desta personagem histórica, o professor Lopes de Almeida salientava:

O infante D. Henrique, com o seu génio propulsor e primacial, rasgou as sendas por que veio a difundir-se a civilização ocidental, o mesmo é dizer a civilização cristã, quando ela mais parecia sofrer as ameaças e os golpes que a deteriam na sua expansão universal<sup>1346</sup>.

No Ultramar, também, se realizaram múltiplas actividades para celebrar o centenário da morte do Infante D. Henrique, a partir de Março de 1960, destacando-se, entre outras as seguintes: em S. Vicente, Cabo Verde, uma sessão solene nos Paços do Concelho com uma conferência de José Pinto, seguida de desfile militar em que participaram as milícias da Mocidade Portuguesa. Ainda, no Mindelo, o padre António Brásio proferiu uma conferência sobre o tema «Descobrimento e Povoamento de Cabo Verde»; em Bissau, na Guiné, as comemorações foram abertas pelo governador local, Peixoto Correia, que enalteceu o papel de Portugal nos «serviços prestados à humanidade». Depois realizara-se uma conferência sobre a figura e a obra do Infante, pronunciada pelo comandante Sousa Machado. Igualmente, o deputado da Guiné e membro da comissão das Comemorações Henriquinas, comandante Teixeira da Mota, efectuou uma conferência no Museu local, sobre o tema «Descobrimientos Portugueses e Cartografia Antiga»; em S. Tomé e Príncipe, as comemorações abriram com um *Te-Deum* na Sé Catedral e uma sessão solene na Câmara Municipal, com a presença das principais autoridades locais, incluindo o governador, Abrantes do Amaral. Foram implantados dois padrões comemorativos nas cidades de S. Tomé e Santo António do Príncipe.

Em Luanda, Angola, as festividades henriquinas começaram com o hastear das bandeiras nacional e da cruz de Cristo na fortaleza de S. Miguel, sob a assistência das principais autoridades desta colónia, incluindo o Governador-Geral, Silva Tavares, e o Arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho. Mais tarde, realizaram-se outras actividades, nomeadamente uma conferência, em Sá da Bandeira, pelo professor do Liceu Diogo Cão, Higinio Vieira, subordinada ao tema «A ciência náutica dos caravelistas do Infante», e a participação no Acampamento Internacional Infante D. Henrique, em Lisboa,

---

<sup>1346</sup> Vide «Comemorações Henriquinas-Na Universidade de Coimbra» in *Boletim Geral do Ultramar* n.ºs 418-419, de Abril-Maio de 1960, pp. 137-154, especialmente p. 141.

de quarenta e seis filiados das dezassete alas da Mocidade Portuguesa de Angola<sup>1347</sup>. Na costa Oriental, em Lourenço Marques, Moçambique, as celebrações do centenário da morte do Infante abriram, em 4 de Março de 1960, com o hastear das bandeiras na praça Mouzinho de Albuquerque e prosseguiram, ainda no mesmo dia, com um *Te-Deum* na Sé Catedral dirigido pelo arcebispo local, D. Teodósio Clemente Gouveia. Na Beira, segunda cidade desta colónia, realizaram-se, entre Agosto e Novembro de 1960, vários eventos para celebrar esta efeméride patriótica, destacando-se, entre outros, os seguintes: entre 13 a 15 de Agosto, sob patrocínio do «Clube Náutico», efectuara-se uma regata de vela para disputa da taça «Marinha de Guerra»; a 20 de Agosto, procedeu-se à colocação da primeira pedra para a construção do «Monumento das Descobertas», na Praça da Índia; entre 3 e 4 de Setembro, realizou-se uma velada no Padrão de Aruanga, pela milícia da Mocidade Portuguesa e, no dia seguinte, missa campal, desfile militar e representação do auto «O Sonho do Infante»; no dia 13 de Novembro, encerramento das comemorações com uma missa e uma sessão solene na Câmara Municipal, em que usou da palavra, António da Silva Braga; as principais vilas e cidades do Estado da Índia celebraram o centenário da morte do Infante D. Henrique, com várias cerimónias públicas presididas pelo Governador-Geral Vassalo e Silva, mormente uma sessão solene no palácio de Halcão, em que usou da palavra Afonso Manuel Machado Sousa, comandante do aviso *João de Lisboa*.

Em Macau efectuaram-se, entre outras, as seguintes manifestações: um *Te-Deum* na Sé Catedral; uma sessão solene no Leal Senado da Câmara de Macau; duas conferências sobre o papel da vida e obra do infante D. Henrique, na saga dos Descobrimentos. As prelecções realizaram-se no Leal Senado e na Escola Primária luso-chinesa *Sir Robert Ho Tung*, respectivamente pelo reitor do Liceu Infante D. Henrique, José Tertuliano Cabral, e por Kuoc Soi Iong; em Díli e noutras áreas administrativas de Timor, as comemorações foram levadas a cabo por uma comissão presidida pelo comandante António Sérgio Pereira Cardoso. No primeiro dia houve uma sessão solene dirigida pelo governador, Temudo Barata, com as principais autoridades locais, incluindo o bispo D. Jaime Goulart, em que o representante do Governo Central enalteceu o papel desta possessão da Oceania, no

---

<sup>1347</sup> Vide «Comemorações Henriquinas-Comemorações no Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar* n.ºs 417, de Março de 1960, 418-419, de Abril-Maio de 1960, 420-421, de Junho-Julho de 1960, e 422-423, de Agosto-Setembro de 1960, respectivamente pp. 56-57, pp. 157-160, pp. 91-96 e pp.115-262.

conjunto destas Comemorações<sup>1348</sup>. Igualmente, fora de Portugal as «Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique» foram devidamente assinaladas, em especial em países que possuíam importantes comunidades de emigrantes ou mantinham relações diplomáticas estreitas, como era o caso do Brasil. Desta forma, em vários países de África (Quénia, União Sul-Africana), América (Brasil, Estados- Unidos), Ásia (Japão), Europa (Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália), houve manifestações culturais que assinalaram esta efeméride de uma personagem que, pelo apoio que deu à logística dos Descobrimentos, granjeara reconhecimento e projecção universal abrindo, segundo Fernando de Pamplona, «uma nova era na história do Mundo»<sup>1349</sup>.

No Estrangeiro também se realizaram eventos comemorativos. Concretamente em África, na região oriental, uma das primeiras zonas visitadas pela frota de Vasco da Gama, existiam algumas localidades com vestígios monumentais dessa passagem (Mombaça, no litoral do Quénia). No início da década de sessenta, James Kirkman, encarregado dos monumentos históricos desse país africano informava, através de um artigo publicado no jornal *Goan Voice*, da necessidade do Forte de Jesus construído pelos portugueses dever ser restaurado e transformado numa biblioteca e museu arqueológico. Foi nesse contexto de interesse pela preservação do passado histórico lusitana que o cônsul de Portugal em Nairobi, Félix Dias, fizera, aproveitando as celebrações do centenário do «Navegador», uma conferência, a 28 de Março de 1960, sobre a «Vida e Obra do Infante D. Henrique». Na União Sul-Africana igualmente se comemorou o centenário do Infante e se aproveitara a efeméride para homenagear Bartolomeu Dias, o navegador que circundara a África Austral, com o descerramento de uma estátua, em que estiveram presentes as principais autoridades sul-africanas, nomeadamente o primeiro-ministro Vervoerd, o ministro dos Estrangeiros Eric Low, e os representantes portugueses, embaixador em Pretória, Caldeira Queirós, e contra-almirante Moreira Rato, comandante naval de Moçambique. Depois do ministro Low ter realçado a presença dos navegadores portugueses no litoral do seu país, o representante de Lisboa proferira palavras de circunstância, para realçar o papel da história marítima nacional, mencionando o historiador Sifney Welch, sobre o facto da história sul-africana ter principiado com os portugueses. Nesse sentido a estátua então inaugurada, do

<sup>1348</sup> *Idem*, «Comemorações Henriquinas-Comemorações no Ultramar», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar* n.ºs 417, de Março de 1960, 418-419, de Abril-Maio de 1960, 420-421, de Junho-Julho de 1960, e 422-423, de Agosto-Setembro de 1960, respectivamente pp. 54-58, p. 157-161, pp. 93-98 e pp.115-262.

<sup>1349</sup> Fernando de Pamplona, «A Idade de Ouro – A obra do Infante» in *História do Portugal Gigante*, Lisboa, Livraria Didáctica, 1947, pp. 73-75, especialmente p. 75.

navegador Bartolomeu Dias, representava «o símbolo da civilização que neste momento está sendo levada em mãos através dos espaços imensos da África do Sul»<sup>1350</sup>.

No respeitante ao continente americano, as comemorações henriquinas centraram-se, sobretudo, em duas regiões: nos Estados Unidos da América e na república federal do Brasil. No primeiro caso, a fixação portuguesa na América do Norte começou a ser uma realidade, a partir do século XIX, o que levou a que em certas zonas, como na Nova Inglaterra, se estabelecessem muitos europeus provenientes da Península Ibérica. E foi em Nova Bedford (Massachusetts) que o *mayor* Francis Lawyer decidiu que, entre os dias 6 e 13 de Março de 1960, fosse considerada a semana do «Infante Navegador» em honra, segundo esta autoridade municipal, de uma das personalidades que no século XV conseguiu que pela primeira vez embarcações cruzassem «as rotas dos mares do Sul e do Leste, a caminho da Índia e do Ocidente, através do Atlântico»<sup>1351</sup>. O programa das comemorações no Brasil tivera uma grande projecção, facto que não era para admirar, visto que este país fora antiga colónia de Portugal, até ao século XIX, e o seu descobridor também usufruíra dos ensinamentos do Infante D. Henrique, quando constituíra aquela plêiade de cartógrafos, cientistas e matemáticos que se uniram numa academia marítima, que a historiografia do Estado Novo imortalizara com o nome de «Escola de Sagres». Os laços de sangue e de cultura fizeram com que estas celebrações fossem vividas com outra intensidade e brilho, com a inauguração de uma série de eventos sobre a história dos dois países, que contaram com a presença do presidente Kubitschek de Oliveira.

O presidente Kubitschek nomeara uma «Comissão Nacional das Comemorações Henriquinas», para que este centenário fosse «condignamente» celebrado em terras de «Vera Cruz». No princípio do ano de 1960, o ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, indigitado como responsável das referidas Comemorações, reuniu com diversas personalidades luso-brasileiras, nomeadamente o reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, o representante da Academia Brasileira de Letras, Josué Montelo, o embaixador de Portugal, Manuel Rocheta, e o presidente da Federação das Associações Portuguesas Aventino, Silva Lajes, para acordarem sobre as iniciativas culturais a levarem a cabo, entre Março e Novembro, desse mesmo ano. Neste esboço programático estava ainda previsto que o dia 10 de Junho, passasse a ser o dia da «comunidade luso-brasileira no Brasil», e

<sup>1350</sup> Vide «Comemorações Henriquinas-Além Fronteiras» in *Boletim Geral do Ultramar* n.ºs 418-419, de Abril-Maio de 1960, pp. 163-172, especialmente pp. 168-170.

<sup>1351</sup> *Idem*, «Comemorações Henriquinas - Comemorações no Estrangeiro» in *Boletim Geral do Ultramar* n.º 417, de Março de 1960, pp. 58-67, especialmente p. 63.

que o dia 7 de Setembro tivesse o mesmo significado, para os brasileiros em Portugal. Entre outros, estavam planeados os seguintes actos culturais: mostra sobre a história da Marinha brasileira, a organizar por uma parceria composta pelo ministério da Marinha e do Museu Histórico; a instituição do dia 9 de Agosto como o «Dia Nacional do Infante D. Henrique» em todos os estabelecimentos escolares brasileiros; concurso escolar de monografias sobre o Infante D. Henrique, com a atribuição de prémios para os melhores trabalhos; exibição de mapas históricos sob a responsabilidade da «Divisão Cultural», do ministério das Relações Exteriores; organização de uma sessão solene, com a presença das principais autoridades dos dois países; realização de um espectáculo artístico, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro; atribuição do nome do Infante D. Henrique a uma das ruas do Rio de Janeiro e colocação de uma réplica do padrão de Sagres.

Ainda, a inauguração de um monumento alusivo aos Descobrimentos portugueses, em Brasília, por iniciativa da colónia portuguesa do Brasil<sup>1352</sup>; edição de uma monografia do Infante D. Henrique, a distribuir pelas escolas de Ensino Médio do país; criação de cursos universitários sobre as diversas vertentes da história dos Descobrimentos; emissão conjunta de um selo e de uma medalha alusiva a esta comemoração; organização de um *Te-Deum*, com a presença das mais importantes autoridades políticas e religiosas do país. As celebrações sobre o navegador português não se restringiram só a Brasília e ao Rio de Janeiro e estenderam-se por outras regiões e cidades, particularmente a S. Paulo, onde a Casa de Portugal promovera por todo o ano «Henriquino» uma série de conferências. Aliás, a primeira foi logo proferida, em Março de 1960, pelo elemento da Academia Brasileira de Letras, Rodrigo Octávio (Filho), que dissertou sobre o tema «Portugal aumenta o Mundo». Em Porto Seguro, a 26 de Abril, o bispo franciscano D. Caetano dos Santos Lima rezou e recriou a primeira missa celebrada no Brasil, em homenagem a Portugal e ao infante D. Henrique, perante as mais influentes personalidades, civis e militares. Entre outros actos nesta localidade mítica para a história dos dois países, o adido militar junto da embaixada no Brasil, coronel Pereira da Conceição, proferiu na Universidade local uma conferência sobre «O Infante D. Henrique – capitão dos mares». Também, o sociólogo do luso-tropicalismo, Gilberto Freyre, por iniciativa do Instituto

---

<sup>1352</sup> Vide «Monumento em Brasília» in *Boletim Geral do Ultramar* n.º 417, Março de 1960, pp. 64-65.

Joaquim Nabuco do Recife, pronunciou uma conferência sobre «O Infante D. Henrique como pioneiro da pesquisa científica e de política social portuguesa»<sup>1353</sup>.

Na Europa, as comemorações henriquinas estenderam-se aos países com os quais Portugal mantinha uma relação histórica, de há muitos séculos a esta parte. Assim, na Bélgica, o ponto alto das celebrações foi atingido com uma exposição levada a cabo na cidade de Antuérpia, num palácio que pertencera ao português Simão Rodrigues, apoiada pela comissão organizadora os «Amigos de Portugal», que integrava, entre outras personalidades, o príncipe de Mérode. Inaugurada no dia 10 de Junho, dia da Raça, por um conjunto de individualidades luso-belgas das quais faziam parte ministros, o burgomestre e o governador da província de Antuérpia, por parte da representação belga, e o embaixador em Bruxelas e o professor Reis Santos, da Universidade de Coimbra, por parte da delegação portuguesa<sup>1354</sup>. Na restante Europa, as comemorações com mais significado que o periódico, da Agência Geral do Ultramar, fazia referência foram as que se realizaram em Londres. Nesta cidade, as celebrações henriquinas começaram por se associarem ao dia da Marinha, com uma recepção que o adido naval português, capitão-de-fragata Jaime Lopes, dera na representação portuguesa daquele país. Na *Canning House*, por iniciativa do *Hispanic and Luso Brazilian Councils*, realizara-se, no dia 4 de Maio de 1960, uma conferência proferida pelo professor P. Russel, sobre o tema «Príncipe Henrique, o Navegador». Depois de se ter referido à ascendência britânica, por via materna do Infante, e à universalidade da sua obra, o conferencista realçara o aspecto mais mitigado que a colonização portuguesa tivera no período da escravatura, relativamente a outras metrópoles europeias. Igualmente, em Espanha, entre muitas outras actividades, o Instituto Gonzalo Fernandez de Oviedo fizera uma cerimónia pública em que, sob a moderação dos professores Bustamante e Sanchez Barba, se debatera a «expansão portuguesa e o infante D. Henrique». Ainda, em Universidades de França e Itália, a vida deste mentor dos Descobrimentos foi lembrada e elogiada, pelos académicos desses dois países. Em Estrasburgo, essa incumbência laudatória caberia ao responsável do ensino de espanhol, professor Pottier, enquanto em Milão essa tarefa ficou a cargo do reitor daquela instituição, De Francesco. Em Paris, no segundo trimestre de 1960, o jornalista Marcel Dany proferira na Universidade Católica uma palestra sobre «a Importância Mundial do Período Histórico

<sup>1353</sup> *Idem*, «Comemorações Henriquinas – Comemorações no Estrangeiro», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar* n.ºs 417, Março, 418-419, Abril-Maio, 420-421, Junho-Julho, 422-423, Agosto-Setembro de 1960, respectivamente pp. 65-67, pp. 163-165, pp. 100-102 e pp. 231-233.

<sup>1354</sup> *Idem*, «Comemorações Henriquinas – Além-Fronteiras», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar* n.ºs 420-421, pp. 102-103.



das Descobertas Portuguesas», destacando nessa abordagem o papel que o Infante D. Henrique tivera nessa fase da história da Humanidade<sup>1355</sup>.

Mas os eventos que marcaram decisivamente estas comemorações, para além dos actos religiosos e das manifestações culturais e políticas, foram as exposições, não só porque eram eventos que enalteciam o passado histórico de uma colectividade, mas também porque tinham grande valor estético e serviam de «trampolim» para que no futuro, com muitas das peças utilizadas, se constituíssem museus que, pelo seu acervo, muito contribuiriam para a formação cívica e para a educação do gosto de muitas das gerações vindouras de portugueses. Um dos exemplos, de exposições temporárias que passaram a definitivas, foi o caso da mostra etnográfica que funcionou integrada na Exposição do Mundo Português, de 1940, e que o regime do Estado Novo depois transformaria em Museu de Arte Popular, acessível ao público, até aos dias de hoje. E foi precisamente nas instalações desse Museu, junto ao Padrão dos Descobrimentos, que a organização das comemorações do centenário da morte do Infante resolveu integrar a mostra temporária sobre a retrospectiva dos Descobrimentos. Esta mostra, vulgarmente conhecida por «Exposição Henriquina», que pretendia dar uma perspectiva da vida e acção do Infante D. Henrique, desde o século XIV (reinado de D. João I), até ao século XVI (reinado de D. Manuel), tivera como responsável o arquitecto Frederico George que, perante o manancial de vestígios históricos existentes, optara por mostrar apenas aqueles que resultavam da síntese entre objectos e documentos contemporâneos, numa contextualização onde imperavam a escultura e as pinturas decorativas<sup>1356</sup>.

O acesso para a «Exposição» fazia-se pelo átrio do actual Museu de Arte Popular e logo no pórtico de entrada o visitante se deparava com uma obra do pintor Manuel Lapa, sobre o tema do «Génio Universalista do Povo Português e o Infante D. Henrique como seu Símbolo». Depois, uma pedra extraída do promontório de Sagres reproduzia a divisa *talant de bien faire*, seguindo-se uma sequência de salas, qual viagem teatralizada, no tempo e no espaço, de uma personagem que projectou um dos impérios mais antigos e duradouros da história da Europa e do Mundo. Assim, na primeira sala o visitante era confrontado com a vida e obra do precursor das navegações marítimas. No didactismo para

<sup>1355</sup> *Idem*, «Comemorações Henriquinas – Comemorações no Estrangeiro», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar* n.ºs 417 e 418-419, respectivamente pp. 62-63 e pp. 166-168. Ainda sobre esta temática «Henriquina» ver o *Boletim Geral do Ultramar* n.ºs 424-425 e 426, de Outubro- Novembro e Dezembro de 1960, respectivamente pp. 27-148 e pp. 127-176.

<sup>1356</sup> Maria Isabel João, «Práticas e Ritos. Exposições» in *Memória e Império-Comemorações em Portugal....*, p. 372.

as escolas e para a opinião pública popular, os organizadores procuraram mostrar nesta antecâmara uma contextualização do final de uma Idade Média, onde se relembra a genealogia do Infante e se associava à mesma o ambiente em que a Corte do pai, D. João I, vivia, rodeada de exércitos e de intrigas com Castela<sup>1357</sup>. A sala seguinte pretendia mostrar os aspectos físicos e psicológicos, recorrendo para isso à apresentação dos painéis atribuídos a Nuno Gonçalves e a diversos documentos da época, especialmente um trecho alusivo ao contexto familiar de D. Henrique, reproduzido pela obra *o Leal Conselheiro*. Na sala do «Mar Tenebroso», um mapa iluminado procurava mostrar aos visitantes a geografia do Mundo então conhecido pela Europa, no início do século XV. Nas restantes salas, a do «Infante» e a do «Renascimento», a «Exposição Henriquina» procurava recriar a acção deste filho da «Ínclita Geração», nesta época de tanto fulgor para a História de Portugal e do Mundo. Assim, na sala do «Infante», entre outras, uma pintura de Fred Kradolfer reproduzia a viagem de volta da Guiné, dos navegadores portugueses. Na sala do «Renascimento» destacava-se um mapa que representava os descobrimentos portugueses na sua totalidade, de autoria do pintor Le Mattre de Carvalho. A acção que os portugueses tiveram na localização geográfica de novos territórios e continentes foi tão grande, que a Exposição consagrada ao mentor de Sagres terminava com uma sala só destinada à divulgação de mapas e cartas antigas, organizada pelo comandante Teixeira da Mota<sup>1358</sup>.

## 1.2. Da Literatura Imperial

Uma das melhores formas de despertar o interesse pelo património colonial foi sem dúvida a literatura que permitira, através de géneros tão diversificados como o conto, os livros de viagem, a novela, a poesia, o romance e o teatro, que as novas gerações de portugueses pudessem ter tido um conhecimento mais aprofundado do valor das suas possessões ultramarinas. Não se compreendia como um país que vivendo há séculos de aventuras marítimas e do contacto com outras civilizações ditas «exóticas», pudesse continuar a deter, exceptuando-se a literatura de viagens dos séculos XV e XVI, uma

<sup>1357</sup> Sérgio Lira, «Exposições temporárias no Portugal do Estado Novo: alguns exemplos de usos políticos e ideológicos» in *Colóquio a Museologia Portuguesa no Balanço do Século*, Lisboa, Associação Portuguesa de Museus, 1999, pp. 1-15, especialmente p. 6.

<sup>1358</sup> Maria Isabel João, «Práticas e Ritos. Exposições» in *Memória e Império-Comemorações em Portugal....*, p. 373.

literatura tão pouco interessada com as personagens e os enquadramentos paisagísticos tropicais. O desinteresse por um manancial de valores humanos tão ricos e diferentes foi tal que nos poderia levar a supor que, dum povo com uma formação antropológica tão complexa e diversa, com uma geografia física especialmente virada para o mar e com uma história particularmente rica no enfrentar de novas situações, tivesse havido um comportamento literário tão pouco produtivo face à imensidade das fontes de inspiração<sup>1359</sup>.

Foi no contexto dessa carência literária que a Agência Geral das Colónias, sob o patrocínio do respectivo director, Armando Cortesão, se decidira pela utilização de mais esta estratégia de divulgação e propaganda do Portugal ultramarino, tomando a iniciativa de promover, anualmente, um Concurso de Literatura Colonial (Ver Anexo I), suportado jurídica e politicamente pelo ministério das Colónias, de acordo com a Portaria n.º 4565, de 9 de Janeiro, publicada pelo *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 10, de 12 de Janeiro de 1926<sup>1360</sup>. Esta Portaria fazia algumas considerações preambulares importantes, sobre a filosofia subjacente a esta iniciativa ministerial de divulgação da cultura imperial até então pouco reconhecida e considerada, mesmo no âmbito de pressupostos próximos de um exotismo paisagístico e humano, muito comum à perspectiva etnocêntrica das metrópoles colonizadoras. Assim, esta cultura imperial teria de passar pelo destaque a ser dado a uma educação literária assente na divulgação da língua e literatura portuguesas, valores que continuariam a testemunhar esta presença, nesse espaço geográfico tão diverso de dominação. Entre outros considerandos, o legislador acentuava nesta Portaria a necessidade de «intensificar por todos os meios a propaganda das nossas colónias e da obra colonial portuguesa... considerando que este género de literatura está muito pouco desenvolvido entre nós, provavelmente por falta de estímulo e iniciativa»<sup>1361</sup>.

A Portaria n.º 4.565 continha dez artigos reguladores das principais formalidades que os candidatos deveriam estar sujeitos. Estabelecia as datas de abertura e vigência do Concurso, os prémios e o seu valor pecuniário, o número de exemplares e de páginas a entregar. Discriminava, igualmente, as instituições que garantiam a idoneidade literária das obras a concurso, bem como o êxito da acção propagandística sobre o património colonial

<sup>1359</sup> José Luís Lima Garcia, “Propaganda no Estado Novo e os Concursos de Literatura da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1926 - 1974)” in *Estados Autoritários e...* pp. 131-143.

<sup>1360</sup> Vide «Serviços da Agência Geral das Colónias – Concurso de Literatura Colonial» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Janeiro de 1926, n.º 7, p. 169.

<sup>1361</sup> *Idem, Ibidem.*

português, na forma de um júri composto por instituições culturais e científicas tão diversas, que integravam na sua representação uma direcção geral do ministério das Colónias, cujo representante presidia ao júri, visto a Agência estar dependente como organismo governamental destes serviços. Faziam ainda parte do júri representantes de instituições como a Academia de Ciências e a Sociedade de Geografia de Lisboa. Para apoiar a estrutura onerosa de uma realização como esta, contava também a Agência Geral das Colónias com o apoio de outras instituições, como as empresas e companhias coloniais que se prestavam a fazer doações pecuniárias, que pudessem cobrir os valores financeiros inicialmente previstos para a atribuição dos prémios.

A adesão a este projecto de aculturação colonial foi significativa, pois cinco meses depois da promulgação do regulamento deste certame literário no *Diário do Governo*, já a Agência detinha os montantes necessários para cobrir os dois primeiros prémios, dos três inicialmente previstos pela Portaria, do ministério das Colónias<sup>1362</sup>. De entre os subscritores que contribuíram com montantes de 1.000\$00, destacavam-se empresas como o Banco Nacional Ultramarino, Companhia dos Diamantes de Angola, Companhia do Petróleo de Angola, Companhia do Príncipe e Sociedade Agrícola Vale Flor. Com um valor pecuniário menor de apenas 100\$00, sobressaíam apenas duas companhias, a do Caminho-de-Ferro de Benguela, em Angola, e a do Búzi, em Moçambique, perfazendo o total dessas contribuições a quantia de 7.250\$00, verba suficiente para cobrir o valor dos dois prémios inicialmente estipulados, mas insuficiente para cobrir a atribuição de um terceiro prémio ou ainda de um prémio *ex – aequo*<sup>1363</sup>. Como afirmara o redactor do jornal *Le Monde Colonial Illustré*, de Abril de 1926<sup>1364</sup>, num artigo em que questionava a validade e o interesse da literatura colonial, nada melhor do que uma paisagem para amenizar a aridez dos números e das estatísticas que ilustravam as obras de divulgação económica:

Quem duvidaria, por exemplo, do poder de evocação, de penetração psicológica, de confraternização com as raças, com a paisagem mesmo, que possui uma página de Loti sobre a Índia, poder de que nenhum

<sup>1362</sup> Os prémios previstos, pelo artigo 4º, da Portaria n.º 4: 565, deveriam ser respectivamente de 5 000\$00 e 2500\$00 para os dois primeiros classificados, podendo no entanto o júri vir a aumentar o valor pecuniário dos mesmos, ou em alternativa criar ainda um terceiro prémio. Idem, «Serviços da Agência Geral...», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, n.º 7, Janeiro de 1926, p. 170.

<sup>1363</sup> Vide «Serviços da Agência Geral...», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Junho de 1926, n.º 12, p. 183.

<sup>1364</sup> Vide «Para que serve a literatura colonial» in *Le Monde Colonial Illustré*, Abril de 1926. Também «Secção Estrangeira – da Revista da Imprensa Colonial», *Ibidem*, pp. 230-231. Ainda, Alain Ruscio, «Littérature, chansons et colonies» in *Culture coloniale ...*, pp. 67-79.

filme dispõe?»<sup>1365</sup> Por outro lado, a ideia do Agente Geral das Colónias ao ter patrocinado este Concurso tivera ainda a vantagem de incentivar o interesse dos militares e dos funcionários civis para escrever sobre estas possessões, não apenas relatórios oficiais, mas também livros de literatura. Estas obras deveriam pois reflectir a ambiência exótica e o retrato psicológico de usos e costumes das populações destas possessões ultramarinas, retrato e trama essa quase inexistente desde o princípio do século XIX, o que na opinião do escritor e publicista Carlos Selvagem foi “um sistema flagrante da nossa decadência de Nação Colonizadora”<sup>1366</sup>.

De acordo com este escritor, haveria «um magro espólio a inventariar» de entre aqueles autores que se dedicaram a descrever paisagens e a interpretar emoções e sentimentos das populações do Ultramar português, à boa maneira de um «exotismo estético» herdado do século XIX. A este propósito, interrogava-se por que não teria produzido Cabo Verde, arquipélago a meio caminho entre a Europa e a África uma literatura semelhante à produzida pelos territórios crioulos franceses das Antilhas e das ilhas Reunião? Por que motivo só um oficial de Marinha, como Wenceslau de Moraes, escrevera um livro sobre as impressões de Macau, que intitulara genericamente *Traços do Extremo Oriente*? Por que razão é que um poeta da craveira de Camilo Pessanha tenha tido ao longo de uma longa permanência em Macau, apenas uma única poesia em que se referia directamente à China? E a Índia, não seria mais do que aquela paisagem agreste e primitiva diferente daquilo que nos queria fazer crer Cunha Rivara, na sua descrição impressionista «do tigre mosqueado, do bramir do búfalo espantadiço, do silvo agudo das cobras de mil espécies?»<sup>1367</sup>

Para Carlos Selvagem, deste «magro espólio a inventariar» aproveitar-se-iam apenas os livros de viagem dos sertanejos Roberto Ivens, Brito Capelo e Serpa Pinto e os relatórios de colonialistas como António Enes e Mouzinho de Albuquerque, donde ressaltava, em oposição à literatura hermética de descrições e rotinas administrativas, uma outra muito mais luminosa e propensa para a descrição de costumes e paisagens pouco vulgarizadas. Para além destas raras obras, onde permanecera liminarmente uma mentalidade colonial, Selvagem pouco mais inventariara sobre a literatura contemporânea

<sup>1365</sup> *Idem, Ibidem*, p. 230.

<sup>1366</sup> Carlos Selvagem, «Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico», conferência realizada no salão de Conferências da União Intelectual Portuguesa, a 18 de Junho de 1925, transcrita pelo *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Fevereiro de 1926, n.º 8, pp. 3-16, especialmente, p. 3.

<sup>1367</sup> José F. Ferreira Martins, «A Índia Portuguesa através da sua actividade literária» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Setembro de 1926, n.º 15, pp. 64-69, especialmente p. 64.

tropical, para além do exotismo orientalizante dos livros as *Paisagens da China e do Japão*, e dos já referidos *Traços do Extremo Oriente*, de Wenceslau de Moraes, os livros de poesia sobre Timor, de Osório de Castro, a *Terra de Lenda*, do médico e governante colonialista Brito Camacho, a *África Nostra*, de Augusto Casimiro, do mais vivo e colorido impressionismo literário africano, as *Memórias dum Caçador de Elefantes*, de Teixeira de Vasconcelos, as escassas obras de Leote do Rego e de Brás de Oliveira, e as crónicas viandantes, do jornalista Norberto Lopes.

Apesar deste panorama literário pobre traçado por Carlos Selvagem, relativamente às possessões ultramarinas da segunda metade do século XIX, o escritor José Osório de Oliveira embora considerando «parca» a literatura colonial, admitia que apesar de tudo Angola ainda foi a colónia que mais inspirara os escritores portugueses. Assim, o livro de Augusto Casimiro, *África Nostra*, poderia ser considerado como exemplo de obra que se referia às paisagens e costumes desta possessão da costa ocidental, durante a delimitação de fronteiras. Osório de Oliveira não considerara verdadeiramente literário um livro que se referia também a esta colónia, intitulado *Por Terras de Angola*, escrito por D. João Evangelista de Lima Vidal, sobre a problemática da missionação em terras do Ultramar. Um outro livro escrito por Hipólito Raposo, sobre Luanda, a capital de Angola, a que este integralista pusera o nome de *Ana a Kalunga (os filhos do mar)*, retratava episódios do passado dessa colónia, com o rigor histórico e um considerável talento literário, em capítulos de nítida evocação local como «A rainha Ginga», «A máscara do leopardo» e a «Morte do Mukongo Vonene». Depois da perspectiva militar e do juriconsulto, faltava somente a do colono, para se ter uma ideia mais completa desta possessão da África Ocidental. Esta visão literária da obra realizada no sul de Angola, através da ocupação, colonização e catequização, tal como Portugal a tinha realizado no século XIX no Brasil, premiara o talento do antigo militar, Gastão de Sousa Dias, com a obra *África Portentosa*, premiada pelo concurso da Agência Geral das Colónias. Mas estes casos literários excepcionais, aliados aos títulos *Ninho d'Águias*, de Carlos Selvagem, *O D'Aquém e D'Além*, de Eduardo Pimenta, e as obras sobre Moçambique de Brito Camacho, *Pretos e Brancos*, e de Julião Quitinha e Francisco Toscano, *A Derrocada do Império Vátua*, pouco mais acrescentavam à literatura ultramarina.

Interrogar-nos-emos assim sobre as razões que teriam levado uma elite nacional a ignorar e a dar tão pouca importância às potencialidades desta geografia considerada exótica. As causas para esta importante lacuna, na divulgação literária dos usos e costumes

do colonizado advieram, na opinião de Carlos Selvagem, da decadência da Nação portuguesa, que não soubera, depois do esplendor imperial do século XV, dar seguimento a uma florescente corrente literária, dos séculos XVI e XVII, ligada à problemática das viagens marítimas, quer na perspectiva de simples e rotineiros diários de bordo, quer na perspectiva de elaboradas e eruditas crónicas de navegação e conquistas. Ao contrário de Portugal, as outras potências marítimas como a França, Holanda e Inglaterra, detinham uma literatura de ambiência «exótica» florescente, quer pelo relevo espiritual de individualidades como Claude Farrère, Pierre Loti, Rudyard Kipling, quer pela existência comprovada de um plano de propaganda colonial, apoiado e financiado pelo próprio Estado<sup>1368</sup>.

Em Portugal, pelo contrário, as possessões ultramarinas não despertaram nas elites colonizadoras de escritores, poetas, músicos e pintores pretexto para explorar ambiências e pulsões estéticas necessárias à criação, segundo Carlos Selvagem, de «uma consciência nacional e uma certa unidade moral colectiva»<sup>1369</sup>, que servissem de suporte à preservação e projecção do património imperial herdado do século XV. A excepção honrosa a este silenciamento, sobre a importância do património colonial português e da sua urgente ocupação e transformação, foi a do marquês de Sá da Bandeira, militar e político que clamara por um Portugal grande e imperial, ao contrário do Portugal pequeno e rústico apregoado pelo republicano Basílio Teles, na sua obra *Estudos Históricos e Económicos*, publicada em 1901. Para Selvagem, o século XIX teria sido pois o responsável por todo este factor decadentista imperial, porque foi um «século de lutas estereis e de ruínas – século que, a bem dizer, foi a boceta de Pandora, de todas as catástrofes nacionais – a Metrópole não fez das suas colónias senão um vago e remoto lugar de segredo, um imenso presídio de forçados, o saguão dos seus lixos sociais»<sup>1370</sup>.

A prossecução de um plano de colonização e de acção propagandística passaria pois pelo cultivo destes valores espirituais e morais da nacionalidade portuguesa, representados pelo incentivo a uma literatura diversificada, de acordo com o âmbito contextual de uma geografia repartida pelo Mundo. Foi pois nesta perspectiva que a Agência Geral das Colónias promovera este Concurso de Literatura que na sua primeira edição, aberta apenas

---

<sup>1368</sup> Alain Ruscio, «Littérature, chansons et colonies» in *Culture coloniale ...*, pp. 67-79. Ainda John M-Mackenzie, «Imperialism and juvenile literature» in *Propaganda and Empire – The Manipulation of British Public Opinion, 1880-1960*, Manchester, Manchester University Press, 2003, pp. 199-226.

<sup>1369</sup> Carlos Selvagem, «Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Fevereiro de 1926, n.º 8, p. 10.

<sup>1370</sup> *Idem, Ibidem*, p.13.

por seis meses, tivera a competir cinco obras e cuja acta, lavrada a 29 de Julho de 1926, nos dava conta dos títulos e individualidades presentes nesta manifestação de propaganda colonialista. As obras a concurso foram as seguintes: Manuel de Brito Camacho com *Pretos e Brancos*; Morais e Castro e Pereira Cardoso com *Uma viagem às Colónias Portuguesas*; Fernanda de Castro com *Mariazinha em África*; Gastão de Sousa Dias com *África Portentosa*; Amável Granger com *Facetas de Angola*<sup>1371</sup>. O júri presidido por Artur Tamagnini Barbosa, em representação do director dos Serviços Centrais, do ministério das Colónias, concluíra que foram votadas para o primeiro prémio, no valor de 5000\$00, a obra de Gastão de Sousa Dias, *África Portentosa*, tendo o 2.º prémio, de 2500\$00, sido atribuído à obra de Manuel Brito Camacho, *Pretos e Brancos*<sup>1372</sup>. Segundo Armando Cortesão, o livro premiado de Sousa Dias consagrava a obra de ocupação e colonização de Portugal, no sul de Angola, como «páginas das mais belas da literatura portuguesa que qualquer consagrado escritor se honraria assinando, tal é a excelência da prosa, a beleza da concepção, a elegância descritiva, a inspiração e o patriotismo que as animam»<sup>1373</sup>.

O segundo prémio, atribuído ao médico e também antigo Alto-Comissário em Moçambique, Manuel de Brito Camacho, distinguira o mesmo carácter impressionista de narrativa literária, idêntica à obra premiada de Sousa Dias, só que descrevendo agora uma viagem feita pelo autor na condição de governante de Moçambique, numa interessante narração visual que, segundo Cortesão, se assemelhava a um «cinema de títulos bem comentados, em que se vê passar uma parte daquela nossa importante colónia»<sup>1374</sup>. Após a distribuição dos prémios pecuniários deste primeiro Concurso, tinha ficado um saldo positivo de 1.650\$00, valor que o júri deliberou, de acordo com acta de 29 de Julho de 1926, endossar ao Agente Geral das Colónias para o empregar da forma mais conveniente na divulgação do próximo evento literário<sup>1375</sup>. Agostinho de Campos, antigo director-geral da Instrução Pública, referindo-se à oportunidade deste Concurso, numa entrevista dada ao *Diário de Notícias*, de 5 de Janeiro de 1929<sup>1376</sup>, considerava útil esta iniciativa da Agência Geral das Colónias, mas considerava ainda que se deveria aperfeiçoar os seus moldes organizativos, aumentando em qualidade e quantidade o montante dos prémios. Para

<sup>1371</sup> Vide «Serviços da Agência Geral das Colónias – Primeiro Concurso de Literatura Colonial» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Agosto de 1926, n.º 14, pp. 153 -154.

<sup>1372</sup> *Idem, Ibidem*, p. 156.

<sup>1373</sup> *Idem, Ibidem*, p. 153.

<sup>1374</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>1375</sup> Vide «Acta» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*., Ano II, Agosto de 1926, n.º14, p. 157.

<sup>1376</sup> Vide «Concursos de Literatura Colonial», notícia transcrita pela secção de «Informações e Notícias», do *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, Fevereiro de 1929, n.º 44, p. 214.



Campos, o grande perigo que constantemente ameaçava a integridade territorial portuguesa era a indiferença da opinião pública face ao seu património d'Além – Mar<sup>1377</sup>.

A Agência Geral das Colónias, contrariando esta «indiferença», promovera esse concurso de literatura que durante a vigência de Armando Cortesão na direcção da Agência se realizara por seis vezes<sup>1378</sup>, para fomentar em Portugal, à semelhança de outros países, uma modalidade que desse ênfase à narrativa novelesca e à investigação histórica e científica. Em França, já em 1909 se discutia a razão de existência de uma verdadeira literatura contemporânea colonial, que tivesse por objecto uma mundivivência completamente diferenciada da literatura produzida até então nas metrópoles europeias, e que se passara a interessar por novas situações geográficas, muito embora o preconceito etnocêntrico ainda continuasse a perdurar no inconsciente da maior parte desses novos intelectuais e literatos<sup>1379</sup>. Bastaria para isso interpretar as palavras do coronel francês De Martonne, no seu livro *Le savant colonial*, para concluirmos como estes romancistas continuavam a considerar a supremacia dos europeus, em relação a outros povos colonizadores:

É indispensável que se pratique a ciência no meio dos negros e para eles, por meio de uma elite que possua a exacta consciência do papel espiritual que o branco incarna diante da atenção agora mais viva dos indígenas<sup>1380</sup>.

Nesta literatura de temática nova, onde os autóctones continuavam a ser tratados como «crianças grandes», de que os europeus deveriam continuar a ser «tutores espirituais», a palavra «exotismo» era associada com frequência à temática de aventura, e esta com a «mística» da história da ocupação sobre o indígena. A palavra «exótico» era pois um importante elemento lexical para partir para a investigação e estudo desta literatura, mista de curiosidade e de superioridade, de nostalgia pelo desconhecido, de piedade e compaixão pelo «bom selvagem» e de ânsia pela aventura romanesca. E o coronel De Martonne sintetizava o seu pensamento, assente neste paternalismo neorousseauiano, com a seguinte afirmação:

<sup>1377</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>1378</sup> *Vide* «Actas do Concurso de Literatura Colonial» in *Boletim da Agência Geral das...*, n.ºs 14, 27, 38, 55, 70 e 86 – 87, respectivamente, pp. 152, 113, 138, 158, 161 e 140 e seguintes.

<sup>1379</sup> Alain Ruscio, «Littérature, chansons et colonies- Les littératures coloniales...» in *Culture coloniale ...*, pp. 68-70.

<sup>1380</sup> *Vide* «O momento da literatura colonial», artigo de Georges Goyau, da Academia Francesa, citado pela «Revista da imprensa Colonial (Secção Estrangeira)», do *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Agosto / Setembro de 1931, n.ºs 74 / 75, pp. 321-323, especialmente p. 322.

É difícil permanecer indiferente ante a sua criação, qualquer que ela seja: e os indígenas são criações eloquentes que resumem ao mesmo tempo o que podem ser e o que nós mesmos somos<sup>1381</sup>.

No estimular desta literatura feita de estórias indígenas ingénuas, muitas vezes perspectivadas pelos romancistas e escritores colonialistas, com uma psicologia de costumes ainda eivada de matiz europeia, transpunham-se para essas obras muito das tramas romanceadas à moda ocidental. Sobressaíra a acção de Armando Cortesão para que, durante o seu mandato como Agente Geral das Colónias, a literatura colonial fosse incentivada e promovida por estes concursos que, desde Janeiro de 1926, se fizeram todos os anos durante as seis edições, contando-se em cinquenta e cinco o número de trabalhos submetidos a este certame, tendo ultrapassado o montante de 50.000\$00 de prémios distribuídos, para os dois primeiros lugares em disputa, respectivamente nos valores de 5.000\$00 e 2.500\$00<sup>1382</sup>.

No VI Concurso realizado, em Novembro de 1931, somente três foram premiadas: *O Velo d'Oiro*, do tenente Henrique Galvão; *O Caminho do Oriente*, do comandante Jaime do Inso; e *Poetas e Prosadores*, de Ferreira Martins. A obra classificada em primeiro lugar, *O Velo d'Oiro*, revelava já um bom potencial narrativo, remetendo o leitor para uma expectativa permanente e criando uma ambiência de optimismo, só possível numa região planáltica, onde o clima e o solo estimulavam o colono para a prática da agricultura, pois a região da Huíla tinha muitas semelhanças com as condições geográficas da Metrópole. Em segundo lugar, qualificara-se o livro de Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, que era a vivência de um oficial da Armada transposta para a trama ficcional de dois jovens que planearam uma viagem de negócios ao Oriente, narrando-se gradualmente as diversas etapas da digressão, desde a Europa até à longínqua Macau. Nesta cidade os personagens vão conhecer todos os seus meandros e actividades económicas, apercebendo-se, ao mesmo tempo, da oposição que havia entre a civilização ocidental e os pressupostos culturais orientais, da maior parte da população aí residente. O terceiro prémio, atribuído

---

<sup>1381</sup> Georges Fauorcade, «Exotismo e romance colonial», publicado em *La Presse Coloniale*, Paris, n.º 2. 445, de 1931. Vide também «Revista da Imprensa Colonial – Secção Estrangeira» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Outubro de 1931, n.º 76, pp. 248 -249.

<sup>1382</sup> Vide «Concurso de Literatura Colonial» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VII, Novembro de 1931, n.º 77, pp. 148 -149, especialmente p. 148.

ao colaborador do jornal *A Província de Angola* e administrador da Imprensa Nacional de Luanda, Ferreira Martins, fugira um pouco ao âmbito dos dois primeiros, abordava um conjunto de biografias de vultos históricos que devotaram a vida à colónia da Índia e que o autor intitulara, *Poetas e Prosadores*.

Em 1932, com o dealbar do Estado Novo e a entrada de Armindo Monteiro para a pasta das Colónias a Agência viria a ser reformulada pelo Decreto n.º 21.001, de 14 de Março de 1932<sup>1383</sup>, o qual conjuntamente com o Decreto n.º 21.988, publicado no *Diário do Governo* n.º 293, de 15 de Dezembro de 1932, procederiam à reformulação desta instituição colonialista e ao mesmo tempo dos seus vários departamentos, adequando-os à nova filosofia política mais centralizadora, que reforçava a dominação da Metrópole sobre o seu Império Colonial<sup>1384</sup>. Estas mudanças estendiam-se também ao concurso literário, que, a partir do novo Regulamento aprovado em 1932, passaria a reger este evento até 1951, sendo responsável pela realização de dezoito prémios, o último dos quais, o vigésimo quarto, se realizou pela última vez nesse ano em que a convite do ministro das Colónias, Sarmento Rodrigues, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre realizaria um périplo pelas principais possessões do Império português. Com uma paragem de dois anos, o Concurso retomaria a sua senda pela divulgação dos territórios ultramarinos com uma nova regulamentação consagrada pela Portaria n.º 14.691, que instituía, a partir de Janeiro de 1954, os novos prémio de Literatura Ultramarina a atribuir a quatro modalidades, que passaremos a destacar: «Prémio Camilo Pessanha» para a Poesia; «Prémio Frei João dos Santos», para o Ensaio; «Prémio Fernão Mendes Pinto», para a Novelística; «Prémio João de Barros», para a História<sup>1385</sup>.

Esta regulamentação ficaria vigente durante quinze anos, tendo sido alterada pela Portaria n.º 24.013, de 3 de Abril de 1969, que acrescentava às anteriores quatro modalidades a premiar, mais uma, a de Reportagem, com o «Prémio Pero Vaz de Caminha», denominação que homenageava o autor da «Carta» de descoberta do Brasil, um dos grandes acontecimentos da história da expansão ultramarina<sup>1386</sup>. Anteriormente, por Portaria n.º 17.676, de 15 de Abril de 1960, a Agência Geral do Ultramar criara um prémio

<sup>1383</sup> Vide «Artigo 20.º, do Decreto n.º 21.001, de 14 de Março de 1932» in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 62, pp. 463-469.

<sup>1384</sup> Vide «IX Concurso de Literatura Colonial: Nota oficiosa da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias» in *Boletim Geral...*, Ano X, Dezembro de 1934, n.º 114, pp. 188-189.

<sup>1385</sup> Vide «Concurso de Literatura Colonial: Portaria n.º 14.691» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, de Janeiro de 1954, n.º 343, pp. 111-117, especialmente p. 115.

<sup>1386</sup> Vide «Portaria n.º 24013, de 3 de Abril de 1969» in *Prémios Literários da Agência Geral do Ultramar*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, 1969, pp.13-19, especialmente p. 17.

especial, para o trabalho publicado em território português que reflectisse o sentimento de «unidade nacional» e que melhor se enquadrasse nas comemorações que então se celebravam, a propósito do «V Centenário da Morte do Infante D. Henrique». O prémio denominava-se «D. João II» e tinha sido instituído pelo Governo do Estado Novo, pelo n.º 12.º do artigo 7.º, do Decreto n.º 41.407, de 28 de Novembro de 1957, mas só executado quase três anos depois pela referida Portaria de 1960, ao tempo do ministro do Ultramar, Lopes Alves<sup>1387</sup>. Pretendia o mesmo preservar a integridade imperial portuguesa, começada a construir no século XV pelo monarca que o legislador considerava como «um dos maiores obreiros do mundo português» e que, com esta atribuição, procurava distinguir «toda uma acção política e social que está na base da nossa unidade e perenidade histórica»<sup>1388</sup>. O artigo 2.º, do regulamento desse prémio, consignava o valor monetário de 50.000\$00, a atribuir anualmente à obra a concurso que um júri, constituído por representantes de várias instituições científicas e culturais sediadas em Lisboa, deveria escolher<sup>1389</sup>.

Com a segunda fase do Concurso de Literatura Colonial, a partir de 1932, a Agência que tutelava este evento abandonava um período de seis anos que decorrera entre a República e da Ditadura Militar, sob a influência de Armando Cortesão, um republicano convicto. Com o emergir do Estado Novo a estratégia política passava a ser outra, com a perda da autonomia financeira da Agência Geral das Colónias, a favor do ministério das Colónias, agora tutelado por um homem de confiança de Salazar, Armindo Monteiro. Igualmente, o lugar de Agente Geral das Colónias perdeu poderes, tendo Garcez de Lencastre, o novo Agente escolhido pelo ministro Monteiro, passado a ter menos condições para «governar» este departamento de propaganda, sobretudo na restrição do mandato para quatro anos, na ausência de qualquer função na administração e redacção do *Boletim Geral das Colónias*, e com uma simbólica participação na presidência dos júris dos «prémios literários», sem possibilidade de emitir qualquer parecer sobre as obras a concurso<sup>1390</sup>. A grande alteração no regulamento desta segunda fase do Concurso de

<sup>1387</sup> Vide «Prémio D. João II - Portaria n.º 17676, de 15 de Abril de 1960», *Ibidem*, *Prémios Literários da Agência Geral do...*, pp. 9-12.

<sup>1388</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 9.

<sup>1389</sup> No artigo 9.º, parágrafo 2.º era ainda contemplada a atribuição do prémio na forma de *ex-aequo*, sendo nesse caso o montante de 50.000\$00 dividido pelos dois candidatos premiados. *Idem*, *Ibidem*, pp. 10-12.

<sup>1390</sup> José Luís Lima Garcia, “Propaganda no Estado Novo e os Concursos de Literatura da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1926 - 1974)” in *Estados Autoritários e...* pp. 131-143. Também, Alberto Oliveira Pinto, «O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951). Colonialismo e Propaganda» in *Clio*, revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Nova Série, Volume 7, 2002, pp. 191-256, especialmente p. 209.

Literatura Colonial foi a criação de três categorias de prémios, de acordo com os géneros literários que se pretendiam realçar e promover. Assim, as modalidades a concurso passaram a ser as seguintes: 1.<sup>a</sup> categoria: obras que se inserissem no campo do conto, ficção, narrativa, novela, relato de aventuras, romance; 2.<sup>a</sup> categoria: tinha a ver com obras sobre biografias, etnografia, história e viagens; 3.<sup>a</sup> categoria: todo o tipo de obras que se integrassem na «literatura científica». Pela redacção do regulamento verificava-se que as duas primeiras categorias não tinham problemas sobre o âmbito e conteúdos que se pretendiam premiar e que eram os géneros literário e historiográfico. A ambiguidade surgiria no entanto na 3.<sup>a</sup> categoria, quando se pretendia premiar obras e conteúdos ligados à «literatura científica» colonial<sup>1391</sup>.

Na verdade o que era esta «literatura»? Um género literário que evocava e dava visibilidade a um determinado tipo de obras com carácter positivista e experimentalista? E que obras eram essas? Provavelmente esta foi a interrogação que durante as dezoito edições realizadas entre 1933 e 1951 o júri mais pusera em relevo, para apurar as obras que pretendia e deveria destacar. Por falta de concorrentes e/ou de critérios para estabelecer o limite e o estatuto dessa «literatura», o que é facto é que nesse hiato de tempo apenas foram premiadas cinco obras. Dessas poderemos referir que os prémios foram repartidos entre Angola e Moçambique, com duas obras para cada uma dessas colónias, e a Guiné, com apenas uma. Assim, no IX Concurso, do ano de 1935, as obras premiadas sobre Angola foram as seguintes: *Angola Intangível*, de Alberto de Almeida Teixeira (1.<sup>o</sup> prémio) e *Gramática de Quimbundo*, de José Quintão (2.<sup>o</sup> prémio); sobre Moçambique as obras distinguidas foram: *Gramática de Língua Chope* (1.<sup>o</sup> prémio), de Luís Feliciano dos Santos, na edição do XVI Concurso, de 1942, e, do mesmo autor, ainda, *Dicionário Português-Chope e Chope-Português* (1.<sup>o</sup> prémio), na edição do XXIV Concurso, de 1950; e já no último ano em que este modelo de concurso esteve vigente, 1951, na edição XXV, era premiada uma obra sobre a Guiné, de João Leal da Silva Tendeiro, com o título *Estudos sobre o Tifo na Guiné Portuguesa* (1.<sup>o</sup> prémio)<sup>1392</sup>.

Nesta segunda fase de vida da Agência Geral das Colónias, entre 1932 e 1951, conhecida também por fase «do Império», a figura que viria a emergir como das mais premiadas deste Concurso de Literatura era a de Henrique Galvão, um militar que trinta

<sup>1391</sup> A propósito vide Gilles Boetsch, «Sciences, savants et colonies» in *Culture coloniale ...*, pp. 55-66.

<sup>1392</sup> Vide «Concursos de Literatura Ultramarina» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 35-41.

anos mais tarde viria a ser protagonista de algumas das acções mais espectaculares da oposição contra o regime que havia servido convictamente. A ligação de Galvão ao Concurso da Agência remontava ao ano de 1929, quando da realização da quarta edição deste evento literário, tendo na altura apresentado à consideração do júri um livro de crónicas, *Em Terra de Pretos*, e que resultara de uma série de impressões que recolhera, entre 1927 e 1929, durante a estadia em Angola, para onde fora deportado depois da conspiração que conjuntamente com Fidelino de Figueiredo e Filomeno da Câmara intentara contra o general Óscar Carmona, em Agosto de 1927. Mas, a estreia de Henrique Galvão como concorrente neste evento literário não foi a mais auspiciosa, não só porque o primeiro prémio desta quarta edição não foi atribuído, como ainda a sua obra *Terra de Pretos* foi excluída, conjuntamente com mais três obras (*Amor no Degredo e Dedicção*, de Sousa Nunes; *Os Aventureiros da Selva*, de J. Amaral Júnior e J. Fidalgo dos Santos; e *Episódios da Zambézia*, de Francisco Gavicho de Lacerda)<sup>1393</sup>. Também, um dos elementos do júri, Armando Cortesão, teceu fortes críticas ao conteúdo do livro, acusando o seu autor de revelar alguns sentimentos de pessimismo e de pouca confiança na obra produzida pelos portugueses em África, aspectos que Cortesão considerava de estímulos contraproducentes, contra o sentimento pátrio de afirmação de uma nacionalidade lusitana cada vez mais presente e poderosa nestes lugares fora da Europa. Em artigo para o periódico que dirigia, fizera uma análise irónica sobre o fatalismo que caracterizava a «alma» portuguesa, afirmando, a esse respeito:

Este livro, que o sr. Henrique Galvão trouxe ao concurso, devia ser lido com acompanhamento do fado, a música mais negativa e derrotista que conheço<sup>1394</sup>.

Apesar das críticas e da desclassificação que a sua obra *Em Terra de Pretos* sofrera no IV Concurso de 1929, Henrique Galvão voltara a concorrer dois anos depois, no VI Concurso de 1931. Nessa edição, o tenente Galvão apresentava a concurso a obra *O Velo d'Oiro*, romance cujo enredo se localizava nas terras da Huíla, que tão bem conhecia e que servira ainda como inspiração para construir os diversos contos da obra anterior. Neste novo enredo, o escritor socorria-se de uma estória sobre a colonização em África e os preconceitos que perpassavam pela mente de muitos portugueses acerca desse lugar mítico

<sup>1393</sup> Vide «Acta da reunião do Júri» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, de Janeiro de 1930, n.º 55, pp. 163-165, especialmente p. 163.

<sup>1394</sup> A.Z.C., «Quarto concurso de literatura colonial», *Ibidem*, pp. 158-163, especialmente p. 162.

da geografia expansionista lusa. Segundo o narrador, essas duas ideias feitas sobre África até ao início do Estado Novo tinham a ver por um lado com doenças e degredados, e por outro com a procura de tesouros e «velos d'oiro», quando para Henrique Galvão a verdadeira riqueza estaria na fertilidade da terra que propiciaria uma agricultura mais avançada e com isso a instalação de colonos europeus nesses territórios. Esse paradigma na defesa da colonização branca em África levaria o júri, do Concurso de 1931, a premiar *ex-aequo* a obra *O Velo d'Oiro* de Galvão, conjuntamente com *O Caminho do Oriente e Poetas e Prosadores*, respectivamente, de Jaime do Inso e de José Ferreira Martins<sup>1395</sup>. Mimoso Moreira, escrevera no jornal *A Província de Angola*, de 30 de Dezembro de 1931, um artigo sobre as obras premiadas nessa VI edição do Concurso, salientando, a propósito do *Velo d'Oiro*, que era uma obra que tinha «...poder descritivo, equilíbrio e boa análise, prendendo o leitor à sua leitura e deixando uma impressão optimista, criadora»<sup>1396</sup>.

Embora premiado, o escritor recusou o prémio invocando uma cláusula consignada num diploma que legitimava um novo regulamento que viria a ser promulgado um mês depois da divulgação dos resultados, a 14 de Março de 1932. Assim, no parágrafo único do artigo 52.º da renovada regulamentação era dada a possibilidade, de excepcionalmente, no concurso a seguir os concorrentes que não tivessem obtido qualquer prémio, ou àqueles que embora tivessem obtido um prémio em tempo oportuno tivessem declarado não aceitarem a decisão do júri, a possibilidade de voltarem a concorrer com a mesma obra, no ano imediato. Assim, em 1933, no VII Concurso, por sinal o primeiro com um regulamento já aprovado pelas autoridades do Estado Novo, Henrique Galvão viria a arrebatar o primeiro prémio, na primeira categoria, com a referida obra sobre a colonização na região da Huíla.<sup>1397</sup> No VIII Concurso de Literatura Colonial, realizado em 1934, perante um júri presidido por Lourenço Cayolla, Galvão voltaria a concorrer aos prémios de 1.ª e 2.ª categoria da Agência Geral das Colónias com mais duas obras, respectivamente *Da Vida e da Morte dos Bichos* e *Terras do Feitiço*<sup>1398</sup>.

Mais uma vez Galvão arrecadaria um prémio neste Concurso, desta vez não o primeiro, da 1.ª categoria, que foi atribuído por maioria à obra de Fausto Duarte *Auá*, mas

<sup>1395</sup> Vide «VI Concurso de Literatura Colonial», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias.*, Ano VIII, Agosto/Setembro de 1932, n.ºs 86/87, pp. 140-142.

<sup>1396</sup> Mimoso Moreira, «Acerca dos concursos de Literatura Colonial» in jornal *A Província de Angola*, Luanda, 30 de Dezembro de 1931.

<sup>1397</sup> Vide «VII Concurso de Literatura Colonial-Actas das reuniões dos júris» in *Boletim Geral das Colónias.*, Ano IX, Agosto/Setembro de 1933, n.ºs 98/99, pp. 97-101.

<sup>1398</sup> Vide «VIII Concurso de Literatura Colonial» in *Boletim Geral das Colónias.*, Ano X, Maio de 1934, n.º 107, p. 270.

o 2.º prémio, por unanimidade, ao livro *Terras do Feitiço*<sup>1399</sup>. Depois de dois anos seguidos a ser premiado, houve um hiato entre 1935 e 1936, em que o 1.º prémio, da 1.ª categoria, foi para outros autores e obras, neste caso para Guilhermina de Azevedo e João Augusto Silva, respectivamente com as obras *Feitiços* e *África. Da Vida e do Amor na Selva*<sup>1400</sup>. Mas, no ano de 1937 quando da realização XI Concurso Henrique Galvão voltaria novamente a concorrer com uma obra que simbolicamente intitulou *Sol dos Trópicos*. Perante um júri presidido pelo doutor Hernâni Cidade, nesta edição não foi concedido o 1.º prémio, da 1.ª categoria, mas foi consensual que o 2.º fosse atribuído ao livro de Galvão, no valor pecuniário de 3.500\$00<sup>1401</sup>. Interessante ressaltar que o 1.º prémio, da 1.ª categoria, só viria novamente a ser conferido em 1942, quando a obra *Homens sem Caminho*, de Castro Soromenho, ganhou os 7.000\$00 atribuídos ao primeiro lugar

Por que razão o júri resolvera distinguir esta obra e novamente o seu autor, o tenente Galvão? Segundo Alberto Oliveira Pinto, este escritor «reincide nos arquétipos sociais que já desenvolvera na sua obra anterior, embora modificando aparentemente os cenários e as personagens»<sup>1402</sup>. E a obra anterior que Oliveira Pinto se estava a referir era *O Velo d'Oiro*, premiada em 1933, e que serviu de modelo a este militar, embora *mutatis, mutandis* os cenários e as personagens se tivessem agora alterado. Assim, o mito pelo «eldorado africano» mantinha-se e ideologicamente recolhia simpatias junto do júri, maioritariamente constituído por professores da Escola Superior Colonial e da Faculdade de Letras de Lisboa, para quem África naquela conjuntura era a «jóia» do regime que necessitava urgentemente de ser explorada, povoada, desbravada e colonizada por emigrantes e capitais nacionais, para dessa forma evitar a cobiça de metrópoles mais poderosas, que estavam sedentas de aumentar o seu território ultramarino à custa do património colonial português.

Para divulgar e propagar as virtualidades desse «património» tropical, nada melhor do que premiar obras que criassem junto da opinião pública o interesse e o afecto por esses territórios. E Angola era por conhecimento próprio a «menina bonita» de Galvão, pois na

<sup>1399</sup> Vide «Concurso de Literatura Colonial» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Dezembro de 1934, n.º 114, pp. 186-188. Ainda, Benjamim Pinto Bull, *Á Recherche de L'identité Guineense ?* Paris, Édition de la Fondation Calouste Gulbenkian (Centre Culturel Portugais), 1975, p. 323.

<sup>1400</sup> Vide «X Concurso de Literatura Colonial – Actas das reuniões do júri (1.ª, 2.ª e 3.ª categorias)» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Agosto-Setembro de 1936, n.ºs 134-135, pp. 108-112.

<sup>1401</sup> Vide «XI Concurso de Literatura Colonial – actas das reuniões do júri da 1.ª e 2.ª categorias» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Maio de 1938, n.º 151, pp. 94-98, especialmente p. 96.

<sup>1402</sup> Alberto Oliveira Pinto «O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das...», *op. cit.*, p. 226.



maioria das obras que escreveu essa possessão servia de cenário à trama e ao evoluir das suas personagens. Em o *Sol dos Trópicos*, a personagem principal chamava-se Venâncio, provinha da região das Beiras, licenciara-se em Direito, gostava de Literatura, exercia a advocacia, aspirava seguir uma carreira política, ensaiava os primeiros passos como empresário, numa empresa que acabaria por entrar na falência. Com esta expectativa gorada, Venâncio seria o modelo do português frustrado e desiludido que via como única escapatória emigrar para África, lá longe nesse Continente onde a família, colegas e amigos não mais saberiam dele, nem das suas desgraças, até aos últimos dias da sua existência. Esta parábola da colonização agrícola em África trazida da Europa pela emigração metropolitana era um pressuposto ideológico que Henrique Galvão integrava nas suas obras, nomeadamente nos dois romances premiados pela Agência Geral das Colónias (*Velo d'Oiro* e *Sol dos Trópicos*). Esse facto concorreria certamente para preencher alguns dos itens estipulados pelo artigo 50.º, do Decreto n.º 21.988, de 15 de Dezembro de 1932, a que estavam obrigados os potenciais candidatos a este evento promocional sobre o património colonial português e, caso não cumprissem, seriam «excluídas» do concurso as obras, cujo conteúdo não se coadunasse com as seguintes condições:

Descrições pornográficas e as que possam ser consideradas imorais”; “de propaganda de ideias contrárias”; “contra a unidade do Império Colonial Português”; “contrárias ao exercício da soberania nacional”; “adversas aos interesses coloniais da Nação e à presente organização política ou social; “que contenham provocações ao crime ou incitamento á desordem ou rebelião”; “que, por qualquer forma, diminuam ou amesquinhem o valor do esforço ultramarino e da obra colonial dos portugueses<sup>1403</sup> .

Entretanto, até 1951, no pós Segunda Guerra Mundial, só em 1942 se atribuiria o 1.º prémio, da 1.ª categoria, à obra de Castro Soromenho, *Homens sem Caminho*, só voltando a ser atribuído este prémio, em 1944, à obra *Na Pista do Marfim e da Morte*, de Ferreira da Costa. Depois, entre 1945 e 1951, os prémios iriam para *Terra Conquistada*, de Correia de Matos, em 1945; *Sangue Cuanhama*, de António Pires, em 1948; *Julgareis Qual É Mais Excelente*, de Gastão de Sousa Dias, em 1949; *Alvorada de Agosto*, de Luís Teixeira, em 1950. Deste modo, entre 1938 e 1943, os júris do Concurso de Literatura Colonial não encontraram obras capazes de lhes ser concedido o primeiro prémio, pelo que apenas se

<sup>1403</sup> Vide «Nota oficiosa da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias - IX Concurso de Literatura Colonial» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Dezembro de 1934, n.º 114, pp. 188-189, especialmente p. 189.

atribuíram segundos prémios e mesmo estes só a partir de 1939, a Castro Soromenho, com *Nhári-O Drama da Gente Negra*; a Emílio Castelo Branco, com a *Terra da Esperança*, em 1940; a Augusto Casimiro, com *Portugal Crioulo*, em 1941; a Fausto Duarte, com *A Revolta*, em 1942; a Castro Soromenho, com *Rajada*, em 1943. Em 1944, não foi atribuído o 2.º prémio, da 1.ª categoria, retomando a atribuição deste prémio em 1945, a Artur Ferreira da Costa, com a *Pedra do Feitiço*. Em 1946, não houve distribuição de prémios em todas as categorias, voltando a Agência a distinguir autores ultramarinos em 1947, com a concessão do 2.º prémio, da 1.ª categoria, a Ávila de Azevedo, com *A Grande Travessia Africana de Capelo e Ivens*; em 1948, a Luís Silveira, com *De Bem Com o Mundo*; em 1949, a António Pires, com *Luiana*; em 1950, a Rodrigues Júnior, com *África Terra de Promissão*; em 1951, a Márcia Ivens Ferraz, com *Sózinho no Mato*<sup>1404</sup>.

Enquanto no final da República o autor mais galardoado era o jornalista Julião Quintinha, depois na Ditadura Militar e na transição para o Estado Novo essa consagração passara para um militar, o tenente Henrique Galvão, que arrebatara importantes prémios no início da década de trinta. No período posterior, numa altura em que o regime já estava consolidado, a personalidade distinguida era um funcionário colonial, descendente de europeus, mas nascido em África, Castro Soromenho, que viria a alcançar três prémios, com as obras *Nhári* em 1939 (segundo), *Homens sem Caminho* em 1942 (primeiro) e *Rajada* em 1943 (segundo). Interessante destacar que estes autores premiados nestes primeiros vinte e cinco anos do concurso da Agência Geral das Colónias eram personalidades muito diferentes, mas que tinham em comum as letras, quer como narrativa literária, quer como jornalística. E se Quintinha era republicano, facto que não o impediu de defender o Império através de um nacionalismo político militante, já os outros autores sendo parte integrante do Estado Novo como funcionários (um militar, Henrique Galvão; outro civil, Castro Soromenho), ambos acabariam por evoluir nos anos sessenta, do passado século, para uma atitude anticolonialista que os levaria a afastarem-se do regime de que estariam próximos nos anos trinta, para uma militância que advogava a democratização política da Metrópole e, ao mesmo tempo, a concessão da independência às diversas parcelas ultramarinas.

Segundo Amândio César, estes autores teriam assim progredido de uma visão «existencialista» da «documentação» europeia sobre África, para um olhar mais

---

<sup>1404</sup> Vide «Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, n.º 525, Março de 1969, pp. 36-41.

«essencialista» da realidade literária local, no fim de contas aquela que mais convinha à literatura genuinamente africana<sup>1405</sup>. Evoluíram de um exotismo estético e ideológico, para outras correntes literárias mais consequentes com os «ventos» que sopravam após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Salvato Trigo, a procura da «identidade nacional» era sobretudo um sinal distintivo entre a «literatura puramente colonial» e a «literatura dita nacional», isto é, entre o «exotismo» que subsistia na literatura colonial e o «cosmopolitismo que se encontrava em qualquer literatura, mesmo nas «ditas» nacionais»<sup>1406</sup>. Seria então que Castro Soromenho renunciava, como acentuava Roger Mathé, à sua «nacionalidade», ao seu «passado», aos seus «preconceitos» quando escrevia sobre personagens e paisagens «algures» inseridas nas parcelas tropicais africanas dominadas por Portugal<sup>1407</sup>?

Para o júri do XIII Concurso de Literatura Colonial de 1939, presidido pelo coronel Eduardo Ferreira Viana, a obra de Soromenho então premiada em segundo lugar, *Nhári, O Drama da Gente Negra*, não resignava à «nacionalidade» portuguesa e estava de acordo com as metas propostas para o mesmo certame que visavam «a propaganda do Império Colonial Português», «o progresso da cultura colonial» e o «desenvolvimento do interesse público pelos assuntos que respeitam as colónias», sobretudo, porque as dez novelas inseridas nessa obra integravam «a paisagem e a psicologia dos seus protagonistas» e porque «a tese que encerram envolve moral e ensinamentos construtivos, pela análise rigorosa e conscienciosa e bem deduzida da psicologia dos indígenas e pelo rico colorido que sabe emprestar ao decorrer da acção»<sup>1408</sup>. Mais tarde, em 1942, quando no XVI Concurso de Literatura venceu o 1.º prémio, da 1.ª categoria, com o romance *Homens sem Caminho*, uma obra sobre a etnia Lunda, a mesma apesar de ter tido o aval do júri e retratar a vida de uma comunidade considerada portuguesa algures no sertão leste de Angola, levantou críticas por parte de alguns analistas, como Alfredo Margarido, que considerava que «a sua dificuldade principal é o público para quem escreve: a sua obra fala no mundo

<sup>1405</sup> Amândio César, «Algumas vozes poéticas de África» in revista *Ultramar*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1962, p. 85.

<sup>1406</sup> Salvato Trigo, «Literatura Colonial, Literaturas Africanas» in *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 139-157, especialmente pp. 144-145.

<sup>1407</sup> Roger Mathé citado por Salvato Trigo, *Idem, Ibidem*, p. 145.

<sup>1408</sup> Vide «XIII Concurso de Literatura Colonial - Actas da primeira e segunda reuniões do Júri da primeira e segunda categoria» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XV, Agosto-Setembro de 1939, n.ºs 170-171, pp. 101-106, especialmente p. 103.

negro, na verdade, mas fala desse mundo em direcção ao mundo do branco»<sup>1409</sup>. Também, Alberto Oliveira Pinto, num trabalho publicado em 1989, sobre este mesmo «Concurso», da Agência Geral das Colónias, tinha dúvidas nesta 1.ª fase da sua obra sobre que tipo de literatura se poderia inserir a sua produção literária, se na colonial portuguesa, se na nacional angolana, face à ambiguidade que estava subjacente aos desígnios das suas personagens africanas<sup>1410</sup>.

A propósito desta situação de descentração da identidade narrativa de Soromenho nas perspectivas do colonizador e do colonizado, o mesmo acabaria por explicar essa «ambiguidade» numa entrevista que em 1960 concedeu ao periódico *Cultura*, órgão da Sociedade Cultural Angolana, numa altura simbólica para o início das primeiras manifestações pela força contra o regime de dominação imperial. Assim, Castro Soromenho nessa entrevista punha ponto final relativamente às veleidades de ser considerado um escritor colonial, ao afirmar:

Debruçado sobre a minha vida africana, servindo-me da minha própria experiência e da experiência dos homens que me levaram a meditar sobre a sua vida e no seu destino, procurei estudá-los, situando-os na sua idade histórica, no condicionamento do seu campo económico-social e nos planos das suas relações humanas... Nenhum homem de cultura progressiva aceita a superioridade desta ou daquela civilização e sabe que os seus valores morais essenciais têm uma base comum. Daí a universalidade do homem para além das coordenadas definidas pelos padrões culturais que caracterizam as várias civilizações. Fora, ou à margem desta verdade, o homem toma posição racista, seja ele branco, amarelo ou negro. Uma posição anti-cultura. Tudo o mais diz respeito ao progresso das técnicas e da ciência, que qualquer homem de qualquer raça aprende, aplica e desenvolve consoante a sua capacidade e os meios que ponham ao seu dispor<sup>1411</sup>.

Mas, o evento da Agência Geral das Colónias não se destinava só a premiar obras de narrativa ficcional, e na 2.ª e 3.ª categoria a instituição pretendia, desde a reestruturação de 1932, até 1951, com a mesma idiosincrasia sobre colonização e povoamento luso nos trópicos, distinguir obras ligadas à história e etnografia (2.ª categoria) e ainda à literatura

---

<sup>1409</sup> Alfredo Margarido, «Castro Soromenho, Romancista Angolano» in *Estudos Sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial «A Regra do Jogo», 1980, pp. 227-244.

<sup>1410</sup> Alberto Oliveira Pinto, «O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951...» *op. cit.*, pp. 246-247.

<sup>1411</sup> Vide «Entrevista com Castro Soromenho» in revista *Cultura*, n.º 11, 2.ª série, Luanda, Edição da Sociedade Cultural de Angola, 1960.

científica (3.<sup>a</sup> categoria)<sup>1412</sup>. Muitos autores, alguns deles já premiados na 1.<sup>a</sup> categoria, voltariam de novo a ser premiados nesta 2.<sup>a</sup>, como foi o caso de Henrique Galvão, Gastão de Sousa Dias e Ferreira Martins. As obras distinguidas pelo júri tinham a ver com realidades coloniais diferenciadas, podendo-se encontrar temáticas históricas que iam desde aspectos generalistas como a história colonial, a biografia de descobridores, missionários e vice-reis, até temáticas específicas que abordavam a história de cada uma das colónias do Império português, nomeadamente da Guiné, de Angola, de Moçambique, da Índia e de Timor.

No que dizia respeito a trabalhos de investigação etnográfica, a temática também era ampla e diversa, destacando-se, pela sua originalidade, aspectos de usos e costumes, de viagens sertanejas, de sociedades secretas indígenas, de aventuras cinegéticas, da mulher oriental. Entretanto, nos anos de 1952 e 1953 não se realizaram os concursos de literatura da Agência Geral do Ultramar, facto este que adivinhava uma crise na produção de livros sobre temática tropical, aspectos inadequados na regulamentação do Concurso, e nova orgânica jurídico-política do Ministério que tutelava a instituição que patrocinava este evento de propaganda. A não realização deste concurso não era caso único e, desde a sua criação em 1926, não se tinham realizado as edições de 1932, ano em que o regime estadonovista de Salazar chegara ao poder, o que levaria o novo ministro das Colónias, Armindo Monteiro, a fazer uma reformulação na Agência Geral das Colónias e indirectamente também no Concurso que atribuía estes prémios. No ano de 1946, por motivos de escassez de obras com qualidade, o júri entendera não conceder os prémios nas três categorias a concurso. O facto do início da década de cinquenta, do século passado, ter visto interromper um concurso que já realizara vinte e cinco edições e premiara dezena de autores que haviam escrito sobre a problemática ultramarina, fazia prever, uma vez mais, uma reestruturação na orgânica deste certame, agora sobre iniciativa do ministro do Ultramar, comandante Sarmento Rodrigues.

Afinal quais foram os aspectos que esta Portaria n.º 14.691, de 4 de Janeiro de 1954, reformulou e que vieram dar nova «elasticidade» ao regulamento do Concurso que vigorou rotineiramente durante duas décadas? No preâmbulo do documento legislativo transcrito pelo *Boletim Geral do Ultramar* n.º 343, de Janeiro de 1954, o legislador explicava o historial do evento, desde a última reorganização encetada em 1932, e depois passava a

---

<sup>1412</sup> Vide «XXV Concurso de Literatura» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, Janeiro de 1952, n.º 319, pp. 238-239.

analisar as modificações entretanto introduzidas quer ao nível da designação dos novos prémios, das áreas a concurso, do nome dos patronos, do montante a dispender, e das possibilidades de edição das obras premiadas. Assim, criaram-se quatro prémios, que levavam os nomes de figuras da literatura portuguesa, que ao Ultramar consagraram a maior parte da sua obra: «Camilo Pessanha», para a poesia; «Frei João dos Santos», para o ensaio (sociológico, etnográfico ou de temas relacionados com o conhecimento do homem); «Fernão Mendes Pinto», para a novelística (romance, conto ou novela); «João de Barros», para a história. Segundo as considerações do legislador, estas denominações simbólicas teriam a ver com os seguintes aspectos:

(...) Camilo Pessanha é um dos raros poetas autênticos que ao Ultramar dedicou quase inteiramente a vida; que a «Etiópia Oriental», de Frei João dos Santos, publicada em 1609, é, em data, o primeiro ensaio etnográfico sobre os indígenas de África; que a «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto é já um primeiro passo na recriação literária de experiências, o que muito a aproxima da obra de ficção; e que João de Barros foi, por certo, um dos maiores cultores de historiografia ultramarina<sup>1413</sup>.

Com um conjunto de quinze artigos, esta Portaria de 1954 discriminava cada um dos aspectos que deveria regular o certame literário instituído pela Agência Geral do Ultramar há já vinte e oito anos. Deste modo, o artigo 1.º destacava o modo como o Concurso deveria ser anunciado e, como este evento propagandístico era organizado por um departamento que dependia do ministério do Ultramar. O edital de abertura deveria ser publicitado em órgãos de comunicação do Estado, que neste caso eram o *Diário do Governo*, na Metrópole, os *Boletins Oficiais* de cada uma das parcelas, nas Colónias, e o *Boletim Geral do Ultramar*, na Metrópole e no Ultramar; O artigo 2.º estabelecia as datas de abertura e fecho do Concurso, que eram respectivamente o dia 1 de Maio e o dia 31 de Agosto de cada ano civil, podendo aceder a este evento todo o cidadão que tivesse publicado obras escritas em português sobre a realidade ultramarina e que se integrassem numa das quatro modalidades literárias e científicas: poesia; ensaio (sociológico, etnográfico e de temas relacionados com o conhecimento humano); novelística (conto, novela e romance); história.

Depois os artigos 3.º e 4.º estipulavam pormenores, como a liberdade na escolha de assuntos a tratar pelo concorrente e o número de exemplares (dez) que deveriam ser

<sup>1413</sup> Vide «Concurso de Literatura Ultramarina – Portaria n.º 14.691» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, Janeiro de 1954, n.º 343, pp. 111-117, especialmente pp. 113.

entregues junto da entidade promotora. O artigo 5.º subdividia-se em três parágrafos e versava a admissão a concurso de sete exemplares dactilografados, em alternativa às dez obras impressas regulamentadas no artigo anterior. Mas impunha condições a esta excepção gráfica: o prémio só seria entregue ao concorrente, depois de este assegurar a publicação da referida obra; a Agência Geral do Ultramar poderia tomar a seu cargo a edição das obras distinguidas nas quatro modalidades; não pagando direito de autores, esta instituição colonialista reservava-se o direito de oferecer cem exemplares da obra impressa e de ficar com a propriedade literária para futuras edições. Os artigos 6.º, 7.º e 8.º discriminavam alguns aspectos a ter em conta pelos concorrentes: não admissão de obras que já tenham sido apreciadas pelo júri ou que a edição tenha sido realizada há mais de dois anos à data de abertura do edital do certame; o prémio a atribuir pelo júri deveria que ter pelo menos dois terços de votos do júri; os prémios a atribuir que levavam o nome de cada uma das figuras gradas da literatura portuguesa eram no montante de 10.000\$00 para as modalidades de «Poesia», «Ensaio» e «Novelística» e de 15.000\$00 para a «História». No caso de haver contribuições mecenáticas, o quantitativo desses prémios poderia vir a ser aumentado. No artigo 9.º, o legislador determinava o modo como o júri escolheria as obras a admitir numa primeira volta e salientava o tipo de obras que não deveriam ser admitidas: obras editadas pela Agência Geral do Ultramar; as literariamente «inferiores»; as que forem contrárias ao «espírito» do Concurso; as que não «obedecerem» aos pressupostos exigidos por este regulamento; as que demonstrarem «sectarismo» ou que se manifestem contra o «interesse nacional».

Os artigos 10.º, 11.º e 12.º regulamentavam o número de personalidades para cada modalidade, salientando-se que na «Poesia» e «Novelística» o júri era apenas constituído por cinco personalidades de reconhecido mérito, nomeadas para o efeito pelo ministro do Ultramar. Já nas modalidades de «Ensaio» e «História», o júri era também constituído por cinco personalidades, sendo duas eleitas anualmente pela Escola Superior Colonial e, as outras três nomeadas pelo ministro do Ultramar, sob proposta do Agente Geral do Ultramar, que também deveria indicar o membro do júri que deveria assumir a presidência. Para ter validade jurídica, a constituição dos júris deveria ser publicada no *Diário do Governo*. No artigo 13.º o legislador enunciava em que períodos do ano se deveriam realizar as reuniões (segunda quinzena de Outubro) e enumerava alguns dos processamentos administrativos curiais nestas situações e que eram a realização de uma acta e a divulgação em *Diário do Governo* das classificações obtidas por cada uma das

obras a concurso. Em caso de impugnação das decisões do júri, estas não se poderiam fazer porque não havia «recurso» das decisões do júri. No artigo 14.º, estipulava o legislador que cada membro do júri receberia a quantia de 250\$00 por reunião, no máximo de três. Finalmente o artigo 15.º, que era transitório, regulamentava aquela situação excepcional ocorrida durante os anos de 1952 e 1953, em que não foram concedidos prémios, mas que as obras enviadas para esses dois certames pudessem concorrer novamente em 1954, caso os autores prejudicados mostrassem formalmente esse interesse de voltar a competir com as mesmas obras<sup>1414</sup>.

O primeiro certame realizado após estes «novos preceitos reguladores dos concursos literários da Agência Geral do Ultramar», o XXVI, realizado ainda em 1954, atribuía perante um júri presidido por Braga Paixão os prémios de poesia «Camilo Pessanha», e de História «João de Barros», aos livros *Portugal Atlântico – Poemas de África e do Mar*, e *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique - 1753-1763*, respectivamente de Augusto Casimiro e Alexandre Lobato<sup>1415</sup>. Entretanto até 1969, altura em que este evento promocional foi outra vez reformulado, os certames realizaram-se anualmente e foram premiando alternadamente cada um das quatro modalidades. De notar que no prémio de poesia «Camilo Pessanha», neste período foram distinguidos autores como Jorge Barbosa, Raimundo Soares, Geraldo Bessa Victor, António de Sousa Freitas, Nuno Miranda, Mário António, Glória de Sant' Ana, Amândio César, Armor Pires Mota, Maria Teresa Galveias, Ruy Cinatti<sup>1416</sup>. De salientar que Nuno Miranda venceria por duas vezes, primeiro em 1960, com a obra *Cais de Ver Partir*, e três anos depois, em 1963, com o *Cancioneiro da Ilha*<sup>1417</sup>. Importante também referir que o prémio foi concedido com muita regularidade e que apenas em dois anos, 1959 e 1965, se não distinguiu nenhum autor que pela qualidade tivesse capacidade de honrar o patrono deste prémio, o poeta que escolheu Macau para viver e realizar parte da sua obra literária.

Relativamente ao prémio «Fernão Mendes Pinto», para a 3.ª modalidade, Novelística, entre 1954 e 1968 foram também distinguidas muitas obras em prosa sobre a temática ultramarina, comprovando-se, à semelhança da Poesia, que quase todos os anos

<sup>1414</sup> *Idem*, «Portaria N.º 14.691», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, Janeiro de 1954, n.º 343, pp. 113-117.

<sup>1415</sup> *Vide* «Agência Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXI, Janeiro de 1955, n.º 355, p. 198.

<sup>1416</sup> *Vide* «Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968» in *Boletim Geral do...*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 41-46.

<sup>1417</sup> *Vide* «Letras e Artes - Concursos de Literatura da Agência-Geral do Ultramar», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XL, Janeiro/Fevereiro de 1964, n.º 463/464, pp. 188-191, especialmente pp. 190-191.



houve títulos a concurso com qualidade, e que as únicas excepções em que o júri não reconheceu nenhum prémio foram nos anos de 1954, 1958, 1961, 1962 e 1964. Com este facto ficava comprovado que escrever prosa sobre esta temática era mais difícil do que escrever poesia, pois o júri da Agência Geral do Ultramar, o mesmo nas duas modalidades literárias, penalizou mais esta última modalidade que homenageava o símbolo da narrativa daquele português que um dia ousou descrever paisagens e gentes exóticas, dobrando de dois para cinco os anos em que não concedeu o prémio a concurso. Verificámos ainda que nesta plêiade de prosadores ultramarinos laureados se encontravam muitos dos escritores que Amândio César, também um dos premiados, referiu na obra *os Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*<sup>1418</sup>. E esses autores eram nomes como Alexandre Barbosa, Amadeu Ferreira, Ferreira da Costa, Guilhermina de Azeredo, Manuel Ferreira, Manuel Lopes, Reis Ventura, Rodrigues Júnior, e Orlando de Albuquerque<sup>1419</sup>. Ainda, nesta modalidade houve um autor, Manuel Lopes, duas vezes premiado e que provinha de Cabo Verde. Fundador com Jorge Barbosa e Baltasar Lopes da revista *Claridade* em 1936, em 1986, por ocasião do cinquentenário desse periódico foi-lhe atribuído o «Prémio Claridade», conjuntamente com outra figura de proa deste movimento literário, o escritor Baltasar Lopes da Silva. Para além dos prémios «Fernão Mendes Pinto», atribuídos pela Agência Geral do Ultramar, nas edições de 1956 e 1959, respectivamente com as obras *Chuva Braba e Galo Cantou na Baía*, ganhou ainda com o seu romance *Flagelados do Vento Leste*, de 1959, o «Prémio Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde», em 1968<sup>1420</sup>.

Quanto ao prémio «Frei João dos Santos», para a 2.<sup>a</sup> modalidade, «Ensaio», também foi uma das fórmulas que a Agência Geral do Ultramar arranhou para distinguir todos aqueles autores que se devotaram ao estudo de assuntos sociológicos e etnográficos do Além-Mar. Assim, naquele intervalo temporal, entre as reformas dos ministros Sarmiento Rodrigues de 1954, e Silva Cunha de 1969, foi premiada em quase todos os anos uma obra de investigação que analisava os usos e costumes de populações da Guiné, Angola e Moçambique. Para além destes aspectos etnográficos, o júri ainda distinguiu nessa modalidade obras de carácter sociológico ligadas à iconografia, ao sindicalismo, à religião

<sup>1418</sup>Amândio César, *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1971, 529 pp.

<sup>1419</sup>Vide «Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 41-46.

<sup>1420</sup>Vide «O XXVIII Concurso de Literatura Ultramarina», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXXIII, Fevereiro de 1957, n.º 380, pp. 263-266, especialmente p. 265.

e à literatura. Logo, nas quinze edições do prémio «Frei João dos Santos» verificámos que apenas nos anos de 1954, 1955, 1961 e 1963 o prémio não foi concedido, notando-se este facto em todas as outras modalidades. Pudemos confirmar que os anos em que menos obras foram distinguidas pela Agência Geral do Ultramar foram os anos de 1954, 1955, 1958, 1959, 1961, 1962 e 1966. Com os prémios atribuídos nesta categoria emergiram etnólogos e antropólogos especializados em algumas das principais colónias portuguesas de África como Eduardo dos Santos, José Redinha e Morais Martins, para Angola; António Carreira e Augusto Silva, para a Guiné; Luís Polonah, para Moçambique<sup>1421</sup>.

No que dizia respeito ao «Prémio João de Barros», para a 4.<sup>a</sup> modalidade, «História», era um prémio no valor de 15.000\$00, o quantitativo mais elevado destes prémios, pois nas outras modalidades os vencedores eram contemplados apenas com 10.000\$00. Nas quinze edições realizadas, entre 1954 e 1968, apenas foram concedidos prémios oito vezes, nos anos de 1954, 1957, 1960, 1961, 1963, 1964, 1965, 1968. O facto de este galardão não ter encontrado nas outras sete nomes que merecessem ser distinguidos, comprovava a ausência de estudiosos que se dedicassem a investigar a presença lusíada nessas paragens. Comprovava, também, que o maior índice de prémios foi atribuído na década de sessenta a um conjunto de investigadores do regime alguns dos quais ainda vivos, como eram o caso de Hermano Saraiva, que concorrera em 1963, com a obra *Formação do Espaço Português*<sup>1422</sup>. Para além deste, foram galardoados com o prémio «João de Barros» autores como Alexandre Lobato, Avelino Teixeira da Mota, Jofre do Amaral Nogueira, José Machado Lourenço, Luís Ferrand de Almeida, Manuel dos Anjos da Silva Rebelo, com obras ligadas à história do «espaço português», nomeadamente aos territórios de Angola, Brasil, Moçambique, havendo, mesmo, uma obra do padre Machado Lourenço que estudava um «mártir» do Japão, o beato João Baptista Machado de Távora<sup>1423</sup>.

Também, Alexandre Lobato, à semelhança de autores de outras modalidades, foi premiado duas vezes, uma primeira no ano de 1954, com a obra *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique – 1753-1763*, e uma outra, no ano de 1960, com o livro *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*<sup>1424</sup>. Estas investigações foram cruciais para o aprofundamento da colonização e do povoamento luso em terras de

<sup>1421</sup> Vide «Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 41-46.

<sup>1422</sup> *Idem*, «Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968», *Ibidem*, pp. 41-46.

<sup>1423</sup> *Idem*, «Concursos de Literatura...Prémio João de Barros – 15.000\$00 – “O Beato João Baptista Machado de Távora, Mártir do Japão” – padre José Machado Lourenço», *Ibidem*, p. 45.

<sup>1424</sup> Vide «Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968», *Ibidem*, pp. 41-46.

Moçambique, no período posterior ao século XV. Entretanto, por Portaria n.º 24.013, de 3 de Abril de 1969, assinada pelo ministro Joaquim Silva Cunha, o Concurso de Literatura Ultramarina foi novamente alterado, pelos motivos que o preâmbulo do referido documento enunciava e que tinham a ver com algumas alterações à Portaria n.º 14.691, que vinha já desde 4 de Janeiro de 1954. E uma das actualizações tinha a ver com um prémio que distinguisse a melhor reportagem apresentada sobre as terras ultramarinas e que pudesse homenagear a mítica personagem do autor da «Carta» que relatava a descoberta do Brasil, Pêro Vaz de Caminha<sup>1425</sup>. Assim, o prémio desta 5.ª modalidade, referente à «Reportagem» publicada, quer na imprensa diária, quer em livro, passava a ter o valor de 20.000\$00, que se aplicava às restantes quatro outras modalidades, que viam o quantitativo dos seus prémios aumentar em 10.000\$00 e apenas 5.000\$00, para o Prémio «João de Barros», de História, que na reformulação de 1954 já tinha um valor de 15.000\$00.

Igualmente, a constituição dos júris era alterada, passando a partir da reforma Silva Cunha, segundo os artigos 10.º e 11.º, a ser repartidos nas modalidades literárias (Poesia e Novelística) por um júri constituído por cinco elementos nomeados pelo ministro do Ultramar, sob proposta do responsável da Agência-Geral, cabendo a um dos nomeados assumir as funções de presidente, enquanto os outros quatro desempenhariam as funções de vogais (artigo 10.º)<sup>1426</sup>. Em relação ao júri para ensaio, história e reportagem também a nomeação era feita pelo ministro, sendo dois dos elementos provenientes do corpo docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, eleitos anualmente para este fim, e os outros sob proposta do Agente-Geral do Ultramar, posteriormente ratificada pelo ministro da tutela e constituído por três «homens de letras» que tivessem publicado trabalhos sobre o Ultramar. Dos cinco elementos, um funcionava como presidente e os outros quatro como vogais (artigo 11.º)<sup>1427</sup>. No artigo 12.º, ainda se regulava o tempo de validade dos jurados que, segundo o legislador, não deveria ir além de dois anos. Uma última alteração, relativamente ainda à Portaria de 1954, tinha a ver com as remunerações dos elementos do júri, que passavam de 250\$00 para 400\$00, e com o número de reuniões

<sup>1425</sup> Vide «Artes e Letras: Novo Regulamento do Concurso de Literatura Ultramarina» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Abril de 1969, n.º 526, pp. 133-134.

<sup>1426</sup> Vide «Portaria n.º 24.013 de 3 de Abril de 1969» in *Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, 1969, pp. 13-19, especialmente p. 18.

<sup>1427</sup> *Idem, Ibidem*, p. 18.

que eram de três, para o júri das 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> modalidade, e de quatro, para o das restantes (2.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup>)<sup>1428</sup>.

A partir de 1969, e já com o prémio de «Reportagem» regulamentado como 5.<sup>a</sup> modalidade, o «Concurso de Literatura Ultramarina», já em plena fase marcelista do Estado Novo, a uns meses do final da publicação do periódico, a Agência Geral do Ultramar entrava no último quinquénio da atribuição destas distinções às principais obras produzidas em Portugal, sobre os seus territórios de Além-Mar. Na 1.<sup>a</sup> modalidade, «Poesia», foram distinguidas com o prémio «Camilo Pessanha», obras como *Saudade Macua*, de Jorge Ferreira, em 1969; *Uma Sequência Timorense*, de Ruy Cinatti, em 1970; *Guitarra em Madeira de Asa*, de António Navarro, em 1971; *Monandengue*, de Geraldo Bessa Victor, em 1972; *O Acordar do Bronze*, de António Navarro, 1974; na 2.<sup>a</sup> modalidade, «Ensaio», com o prémio «Frei João dos Santos», obras como o *Povo Flogá*, de Fernando Reis, em 1969; *Religiões de Angola*, de Eduardo dos Santos, em 1970; *No Mundo dos Cabindas* (2 volumes), do padre José Vaz, em 1971; na 3.<sup>a</sup> modalidade, «Novelística», com o prémio «Fernão Mendes Pinto», obras como *Crepúsculo na Alvorada*, de Maurício Soares, em 1970; *Eu, Caçador, e Tu, Impala*, de Nuno Bermudes, em 1971; *A Vingança de Macário*, Álvaro Rego Cabral, em 1974; na 4.<sup>a</sup> modalidade, «História», com o prémio «João de Barros», obras como *Panaria Cabo-Verdiana e Guineense*, de António Carreira, em 1969; *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*, de António Carreira, em 1970; *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, de António Carreira, em 1971; *Os Capitães - Mores em Angola no Século XVIII: Subsídio para o Estudo da sua Actuação*, de Carlos Couto, em 1972; na 5.<sup>a</sup> modalidade, «Reportagem», com o prémio «Pêro Vaz de Caminha», obras como *Moçambique, - Noite, Guerra e Paz*, de Guilherme Melo, em 1969; Não teve concorrentes, em 1970; *O Terrorismo não Impediu a Dinamização da Economia* (Crónicas Publicadas no Jornal *O Estado de São Paulo*), de João Almas das Neves, em 1971<sup>1429</sup>.

De salientar também que a Agência Geral do Ultramar instituíra em 1960, no ano das comemorações oficiais ao Infante D. Henrique, um outro prémio importante. A Portaria n.º

<sup>1428</sup> *Idem*, «Portaria n.º 24.013 de 3 de Abril de 1969», *Ibidem*, p. 19.

<sup>1429</sup> *Vide* «Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLVI, Janeiro/Junho de 1970, n.º 535, pp. 161-162.

17.676, de 15 de Abril de 1960<sup>1430</sup>, assinada pelo ministro do Ultramar, Vasco Lopes Alves, formalizava essa distinção sobre uma obra que representasse o Portugal «uno» e «grande» tal como o concebera o «Príncipe Perfeito» dos Descobrimentos. Assim, esse prémio homenageava a figura tutelar da história expansionista e congregava o espírito ultramarino numa adição dos anteriores cinco prémios, para cada uma das modalidades representadas (poesia, ensaio, novelística, história, reportagem jornalística). Aproveitava-se, ainda, a data para distinguir o executor dessa política, D. João II, numa altura em que a unidade pluriprovincial lusa claudicava face às determinações anticolonialistas emergidas das assembleias da ONU. Este prémio surgia para reforçar esse elo entre os interesses metropolitanos e ultramarinos, e para a uma só voz se poder realçar o direito histórico que Portugal considerava ter relativamente aos territórios que o monarca havia planeado e projectado. De acordo com o responsável pela Agência Geral do Ultramar fora a propagação de uma «ideologia revolucionariamente anticolonialista» que levara a instituição que dirigia «...à publicação de uma vasta literatura tendente à consolidação do nosso pensamento ultramarino. A ideia que presidiu à criação dos chamados Centros de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa, do Prémio Literário D. João II, dos próprios Centros de Informação e Turismo em todas as províncias, e de tantas outras medidas adequadas às circunstâncias, outro objectivo não procuraram servir»<sup>1431</sup>.

A Portaria que consagrava formalmente este prémio era constituída por quinze artigos que regulavam cada um dos pressupostos pretendidos para a homenagem ao rei português que planificou a chegada à Índia. No artigo 1.º, parágrafo único, justificava o diploma que a expressão «unidade nacional» sintetizava ideologicamente o que a propaganda do Estado Novo pretendia fazer passar junto da opinião pública, quando afirmava que esta «expressão» deveria ser percebida como «...significando o conjunto de princípios que informam todo o processo da nossa política tradicional ultramarina, no que ela, através dos tempos, contribuiu para estruturar e estreitar os elos que ligam todas as parcelas do território nacional»<sup>1432</sup>. O artigo 2.º, consagrava o valor monetário do prémio, que atingia um dos valores mais altos estipulados pela Agência Geral do Ultramar para os prémios já atribuídos anteriormente e que não ultrapassavam os 20.000\$00. Neste caso

<sup>1430</sup> Vide «Prémio “D. João II”» in *Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Lda., 1969, pp. 7-12.

<sup>1431</sup> Vide «Exposição na XXXIX Reunião do Círculo Bayette, pelo Dr. Banha da Silva» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII, Setembro de 1967, n.º 507, pp. 111-127, especialmente p. 122.

<sup>1432</sup> Vide «Artigo 1.º – & único do Prémio “D. João II”, da Portaria n.º 17.676, de 15 de Abril de 1960» in *Prémios Literários da....*, pp. 7-12, especialmente p. 9.

concreto, por ser um prémio de consagração nacional sobre o melhor ensaio de política ultramarina, o montante dobrava e atingia o valor dos 50.000\$00. Estipulava ainda a periodicidade do prémio, de dois em dois anos, a nacionalidade dos concorrentes e a língua utilizada nas obras, que obviamente teria que ser o português, dado o facto de se tratar de uma distinção patriótica, que queria reforçar os elos da metrópole lusíada com as suas parcelas ultramarinas. O artigo em causa ainda regulamentava, em dois parágrafos adicionais, alguns dos aspectos que considerava pertinentes serem conhecidos. No primeiro, o facto de este concurso dever apenas ser publicitado pelos órgãos oficiais do Governo do Estado Novo, respectivamente o *Diário do Governo* na Metrópole, e o *Boletim Oficial* nas possessões ultramarinas. No segundo, estipulava-se o prazo de abertura deste certame para um período que transcorria obrigatoriamente, entre 1 de Maio e 30 de Setembro, de cada ano civil<sup>1433</sup>.

Nos outros artigos, de destacar a imposição que o parágrafo do artigo 3.º fazia relativamente às obras dactilografadas ou impressas dos originais deverem ter no mínimo duzentas páginas, com o mínimo de vinte e cinco linhas. De resto, o conteúdo dos artigos era semelhante ao das restantes Portarias sobre prémios literários criados pela Agência Geral do Ultramar nos anos sessenta, designadamente dos conteúdos da n.º 24.013, de 3 de Abril de 1969<sup>1434</sup>. A excepção era o artigo 7.º, que discriminava as novas entidades que deveriam fazer parte do júri deste prémio e que eram as «Academias de Ciências e de História», os «Centros de Estudos Históricos Ultramarinos» e o de «Estudos Político-Sociais», da Junta de Investigações do Ultramar, a «Faculdade de Letras de Lisboa», o «Instituto Superior de Estudos Ultramarinos» e o «Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar»<sup>1435</sup>. Também, o montante da remuneração a atribuir a cada um dos elementos do júri era diferente, conforme o prescrito no artigo 14.<sup>o</sup><sup>1436</sup>. A importância do prémio era realçada pelos montantes dispendidos com os laureados e com os sete elementos do júri que recebiam 1.000\$00 cada um, 750\$00 mais do que os elementos dos júris dos outros concursos após a reformulação de 1954, e 600\$00 mais do que os mesmos elementos, após a reforma de 1969. Assim, com o valor do prémio e com o montante gasto com os elementos do júri, em duas ou três reuniões, o valor gasto pela Agência Geral do

<sup>1433</sup> *Idem, Ibidem*, p. 10.

<sup>1434</sup> *Vide* «Prémios “Camilo Pessanha”, “Frei João dos Santos”, “Fernão Mendes Pinto”, “João de Barros”, “Pêro Vaz de Caminha” - Portaria N.º 24.013, de 3 de Abril de 1969» in *Prémios Literários da....*, pp. 13-19.

<sup>1435</sup> *Vide* «Artigo 7.º, do Prémio “D. João II”, da Portaria n.º 17.676, de 15 de Abril de 1960», *Ibidem, Prémios Literários da....*, p. 11.

<sup>1436</sup> *Idem*, «Artigo 14.º», *Ibidem*, p. 12.

Ultramar com este galardão poderia ir bienalmente até aos 71.000\$00. No caso de haver atribuições feitas *ex-aequo*, como previa o parágrafo segundo, do artigo 10.º, o valor monetário de 50.000\$00 em vez de ser acrescentado era dividido por dois, recebendo cada autor 25.000\$00, mais cem exemplares da obra a publicar posteriormente<sup>1437</sup>.

Apesar da importância do prémio, criado a catorze anos da queda do Estado Novo, o mesmo não contemplou muitas obras, nem teve a periodicidade para o qual apontava, e assim nesse espaço de tempo apenas tivemos conhecimento da atribuição do mesmo em 1965, por sinal *ex-aequo*, tal como previa aliás o regulamento do mesmo, a duas obras cuja temática tinha a ver com Angola (*Angola Meio Século de Integração*) e com o Brasil (*O Rio de Janeiro no Século XVI*), respectivamente da autoria de dois universitários, por sinal ainda vivos, João Pereira Neto e Joaquim Veríssimo Serrão<sup>1438</sup> (Ver Anexo I).

## 2. Na História do Império

### 2.1. Baseada em Acontecimentos

Ao longo dos quarenta e quatro anos de publicação, o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* foi um verdadeiro repositório da história do Império português, nos últimos anos da sua existência. Assim, a divulgação de artigos, bibliografias, crónicas, estatísticas, informações, memórias, notícias, resenhas foi uma constante que este periódico fizera desde o primeiro número ocorrido, em Julho de 1925, até ao último em Julho de 1970 (Número especial dedicado à viagem do Presidente da República, a S. Tomé e Príncipe), depois da publicação de 535 números normais e 31 especiais, num conjunto de 566 volumes. Num tão vasto acervo de informação que correspondia a quase meio século de vida, decorrida entre duas Guerras Mundiais e três regimes políticos, foi difícil seleccionar as centenas de artigos e de informações sobre a história do Império, ao longo do último século.

Para tentar contornar este problema metodológico, fizemos uma seriação de factos que foram reproduzidos pelo *Boletim*, durante os regimes que governaram Portugal, depois

<sup>1437</sup> *Idem*, «Artigo 10.º, Parágrafo 2.º», *Ibidem*, p. 11.

<sup>1438</sup> *Vide* «Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968 - Ano de 1965» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 44-45.

da queda da Monarquia. No primeiro, «República», o periódico em análise publicou entre o n.º 1, de Julho de 1925, e o n.º 11, de Maio de 1926, assuntos relacionados com o trabalho forçado nas colónias de S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, baseado no efeito que causara o relatório do sociólogo americano Ross que visitara as colónias portuguesas e apresentara, em 1925, o resultado dessa visita junto dos conselheiros da Sociedade das Nações<sup>1439</sup>. Nos números seguintes essa temática continuava a ser a preocupação principal, pelo que o *Boletim* n.º 2, de Agosto de 1925, reproduzia dois artigos sobre «Uma Campanha Difamatória - a propósito do *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa*, apresentado por dezanove cidadãos americanos, à «Comissão de Escravatura da Sociedade das Nações» e sobre «o regime de mão-de-obra indígena em Angola»<sup>1440</sup>. O labor deste investigador, da Universidade de Wisconsin, continuava a merecer por parte da redacção do periódico as mais veementes recriminações, sobre a interferência deste cientista social na política de um país que julgava estar a cumprir com a tarefa civilizacional em África. A propósito destas pertinentes alegações, a redacção do *Boletim* argumentava com as seguintes palavras:

Deixem-nos os autores do «Report» continuar tranquilamente com os nossos sistemas de colonização de que tantos benefícios têm resultado já para o bem da civilização da raça preta, que há cinco séculos vimos experimentando e que orgulhosamente podemos apresentar com o exemplo a seguir<sup>1441</sup>.

A questão do «Trabalho Indígena» foi, de facto, uma constante no periódico da Agência Geral das Colónias durante o regime republicano, a ponto de cada número do trazer mais do que um trabalho sobre este problema que estava na ordem do dia quer em Portugal, quer no Estrangeiro. Assim, o *Boletim* n.º 3, de Setembro de 1925, trazia dois artigos, de dois militares portugueses especialistas nesta matéria, A. Freire de Andrade e J. A. Lopes Galvão, respectivamente, com o «Trabalho Indígena e as Colónias Portuguesas»

---

<sup>1439</sup> Miguel Bandeira Jerónimo, «Novos métodos, velhas conclusões: o Relatório Ross» in *Livros Brancos, Almas Negras – A «missão civilizadora» do colonialismo português c. 1870-1930*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 211-249.

<sup>1440</sup> Vide «Uma Campanha Difamatória-a propósito do *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa* apresentado por 19 cidadãos americanos à Comissão de Escravatura da Sociedade das Nações» e sobre «O regime de mão-de-obra indígena em Angola?!», de A. Galvão, in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, Agosto de 1925, n.º 2, respectivamente pp. 123-141 e pp. 143-147

<sup>1441</sup> Vide «Uma Campanha Difamatória-a propósito do «Report on Employment of Native Labor ...», *Ibidem*, p. 140.



e o «Regime da mão-de-obra indígena em Moçambique»<sup>1442</sup>. Nos números posteriores, continuaria esta abordagem de uma questão que sendo primordial para o desenvolvimento económico das possessões ultramarinas da Europa, era também motivo de melindre, pois essa mesma Europa dos valores humanistas e civilizacionais, por vezes não tinha em conta a forma cruel e desumana como tratava as populações autóctones, não cuidando da sua saúde física, e não estimulando um processo de ensino que permitisse que os indígenas alfabetizados tivessem um grau de conhecimento e informação, semelhante às classes trabalhadoras metropolitanas, para poder reivindicar melhores condições salariais e de vida. A contradição entre agrupamentos étnicos, trabalho indígena e nação republicana, que impedia a uniformização entre os cidadãos «metropolitanos» e os do «território imperial» estava também presente na mentalidade dos articulistas do periódico da Agência Geral das Colónias<sup>1443</sup>.

A questão do «trabalho nativo» era uma questão que em Portugal impedia as populações tropicais de usufruírem dos seus direitos individuais e ao mesmo tempo excluía a possibilidade de pertencerem a essa «comunidade nacional». E quando essa situação foi apresentada na «Comissão de Escravatura» da Sociedade das Nações, no mesmo ano do aparecimento do *Boletim* em 1925, este órgão passaria a servir de tribuna justificativa de toda a política republicana no que dizia respeito às questões sociais, nomeadamente ao trabalho compulsivo dos indígenas, nas colónias de S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, onde se instalaram a partir de finais do século XIX as primeiras empresas agro-pecuárias e de mineração. A prova dessa autojustificação face ao anticolonialismo militante que começava a revelar-se nesta altura, estava nos conteúdos de certos escritos, do qual o mais explícito era o de um dos directores do ministério das Colónias, Ernesto de Vasconcelos, que num artigo publicado no *Boletim* n.º 7, de Janeiro de 1926, afirmava que os portugueses não eram «incapazes colonizadores», justificando o qualificativo atribuído ao domínio dos seus compatriotas, com um discurso que mais não era do que uma resposta a uma política que cada vez mais estava na mira e no percurso de «fogo» de um conjunto de países representados na Sociedade das Nações. Acerca dessa capacidade de gerir ou não

<sup>1442</sup> A. Freire de Andrade e J. A. Lopes Galvão, respectivamente, com o «Trabalho Indígena e as Colónias Portuguesas» e o «Regime da mão-de-obra indígena em Moçambique» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, Setembro de 1925, n.º 3, respectivamente pp. 3-15 e pp. 116-128.

<sup>1443</sup> Vide «Droit et devoirs de la mission civilisatrice» in Nicolas Bancel, Pascal Blanchard et Françoise Vergés, *La République coloniale – Essai sur une utopie*, Paris, Éditions Albin Michel, 2003, pp. 67-88.

os assuntos coloniais hodiernos, Vasconcelos fazia as seguintes considerações, a quatro meses do eclodir do levantamento do «28 de Maio»:

Os que ignoram, ou fingem ignorar, a história da colonização portuguesa levantam, algumas vezes, na imprensa estrangeira, o velho tema de que somos incapazes colonizadores e que nada fazemos em favor das nossas colónias. Nada mais falso do que tais afirmações, que um pouco de vento deita por terra... Para quê, então, essa campanha de descrédito que se move contra nós? Bem melhor seria que esses, que tão maldosamente nos acusam de incapazes colonizadores, olhassem para si, metendo as mãos na consciência. Se assim procedessem, talvez não tivessem a ousadia de nos malquistarem com o fim, aliás transparente, de fazerem convergir para Portugal os olhos da SDN que, sendo, como é, uma instituição nobre e imparcial, conhece bem aqueles objectivos<sup>1444</sup>.

Mas esta questão da «incompetência colonial» arrastava uma outra, a «incompetência nacional», questão levantada no *Boletim* n.º 9, de Março de 1926, pelo antigo ministro das Colónias, Lisboa de Lima, a propósito de um artigo que Álvaro de Castro escrevera, umas semanas antes, no matutino *Diário de Notícias*<sup>1445</sup>. A tese fulcral que se debatia era se o «problema colonial não era mais do que o próprio problema nacional»<sup>1446</sup>. Estes dois políticos republicanos representavam bem, nessa conjuntura, a desilusão que muita da elite dirigente tinha para com o regime que ainda serviam com zelo e dedicação. De facto, a principal causa da decadência colonial derivava da má administração metropolitana que levava à situação difícil que esses territórios viviam naquela época. Para inverter essa situação bastava que o Governo da República encetasse um programa de política colonial através do Parlamento, que não se desviasse do rumo traçado, quaisquer que fossem as razões particulares de cada um dos partidos com assento nesse órgão legislativo. Ainda para a realização dessa política patriótica, a coordenação do ministério das Colónias com outros ministérios (Agricultura, Comércio e Comunicações, Finanças e Negócios Estrangeiros) era essencial para a rápida resolução das questões do dia-a-dia e para afastar o fantasma da incapacidade colonizadora junto da opinião pública internacional.

Claro que para a concretização desse desiderato teria de haver um conjunto de alterações nas directrizes políticas relativas à administração colonial, nomeadamente em

<sup>1444</sup> Ernesto de Vasconcelos, «Os Portugueses não são Incapazes Colonizadores» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Janeiro de 1926, n.º 7, pp. 3-5, especialmente p. 3 e p. 5.

<sup>1445</sup> Álvaro de Castro citado por A. A. Lisboa de Lima em «O Problema Colonial», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Março de 1926, n.º 9, pp. 3-9.

<sup>1446</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 3.

situações como estas: a nomeação dos altos-comissários e governadores não deveria ficar dependente da ratificação das instituições políticas, mas resultar do responsável máximo da tutela; a designação da nomenclatura administrativa local seria apenas feita para os quadros coloniais com habilitação e experiência, evitando-se as nomeações políticas de muitos incompetentes e medíocres; a adaptação das autonomias administrativas e financeiras consagradas pelas cartas orgânicas de cada uma das colónias deveria subordinar-se a uma política nacional mais globalizante; a adopção de medidas fiscalizadoras, para se comprovar se as medidas (económicas, financeiras e políticas) aprovadas, pelos poderes metropolitanos, estariam a ser cumpridas nos territórios coloniais<sup>1447</sup>.

Este direito de Portugal ser detentor de um Império foi de facto a ideia chave que presidira à filosofia editorial do *Boletim*, durante esta fase até à implantação do regime do Estado Novo em 1932. No seguimento desta idiossincrasia, não bastava só Portugal possuir colónias, era ainda necessário saber protegê-las da cobiça e ambição de outros concorrentes mais poderosos, como aliás defendia Lourenço Cayolla, num artigo sobre «A Colonização Portuguesa no seu conjunto», publicado no *Boletim* n.º 59, de Maio de 1930, em que fazia a apologia da defesa desse património, como um «dever» e uma obrigação de «salvação» nacional, contra «tudo» e contra «todos», pois uma ligeira vacilação ou hesitação poderia ser o motivo para uma «morte ignominiosa»<sup>1448</sup>. A interrogação sobre a «continuação» da obra imperial, para granjear a honra das gerações vindouras era o elo que cimentava este nacionalismo em crescendo, impellido pelas elites militares de antigos quadros republicanos, que desgostosos com o rumo que o regime tomava, resolveram fazer o golpe de Maio de 1926 para este arrepiar de caminho e para a normalização da estabilidade política e social. Mas, também, para a recuperação económica e financeira que, caso não fosse feita, poderia enfraquecer e tornar vulnerável o regime e a defesa da preservação do Império face à nova conjuntura mundial da internacionalização dos Mandatos e da necessidade de mercados e matérias-primas que muitas das metrópoles europeias ansiavam para o desenvolvimento das suas indústrias. Neste sentido, o *Boletim Geral das Colónias* começara a partir da década de trinta, do século passado, a publicar alguns artigos que associavam a crise política da Europa, ao rumor que essas notícias tinham nas colónias portuguesas e à necessidade de tomar mais medidas centralizadoras

---

<sup>1447</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 7-8.

<sup>1448</sup> Lourenço Cayolla, «A Colonização Portuguesa no seu Conjunto (Conferência realizada na Escola Politécnica em 12 de Abril de 1930)» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, Maio de 1930, n.º 59, pp. 3-25, especialmente p. 22.

para precaver situações que pudessem pôr em causa a defesa desse património. E as personalidades que tinham cargos de responsabilidade na administração, nomeadamente no ministério das Colónias, começaram a desdobrar-se junto da opinião pública, no sentido de alertar para o perigo que a crise poderia ter na estabilidade do país e no bem-estar das populações<sup>1449</sup>.

Entretanto, a queda do Governo chefiado por Ivens Ferraz, no início do ano de 1930, fazia vingar entre os militares a facção mais conservadora, pelo que a governação de Domingos Oliveira teria sido como que uma pré-institucionalização do regime do Estado Novo, sobretudo porque dera oportunidade ao professor de Coimbra de começar a sua carreira política, como ministro das Finanças e das Colónias, e de preparar a sua ascensão até ao posto de Presidente do Conselho, a partir de Julho de 1932. Esta viragem política tivera também consequências no periódico da Agência Geral das Colónias, com o aparecimento, a partir de 1930, de artigos com uma índole mais conservadora na abordagem da problemática das questões imperiais, mas que ainda não punham em causa a presença do republicano Armando Cortesão, como responsável por esta instituição de propaganda. Essa situação só se verificaria no ano seguinte, quando foi nomeado em Janeiro de 1931 para a tutela das Colónias Armindo Monteiro, que gradualmente encetaria uma reforma visando um maior controlo da administração ultramarina.

Um dos sectores remodelados foi a Agência Geral das Colónias, tendo em Abril de 1932 sido nomeado para dirigir essa instituição uma personalidade da sua confiança política, Júlio Garcez de Lencastre. Assim, a partir desta altura, foram publicados alguns artigos sobre a questão do «Império» no *Boletim*, nomeadamente dois da responsabilidade do próprio ministro das Colónias, que revelavam a preocupação dos responsáveis pela Ditadura Militar sobre esta questão tão importante para a afirmação de Portugal, como das mais antigas potências colonizadoras do Ocidente. Um dos escritos que Armindo Monteiro publicou com o significativo título do «País dos quatro Impérios», no *Boletim* n.º 78, de Dezembro de 1931, a propósito da Exposição Colonial Internacional de Paris<sup>1450</sup>. O artigo tinha a ver com esse grande «Império» que Portugal, uma vez mais, tinha tido a oportunidade de mostrar ao Mundo em Vincennes:

<sup>1449</sup> Lisboa de Lima, «As Colónias Portuguesas e a Crise que a Baixa Cotação de Alguns dos seus Produtos de Exportação lhes Criou» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VII, Janeiro de 1931, n.º 67, pp. 3-7.

<sup>1450</sup> Armindo Monteiro, «O país dos quatro Impérios», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, (Número Especial dedicado à Exposição Colonial de Vincennes), Ano VII, Dezembro de 1931, n.º 78, pp. 7-26.

De toda esta luminosa jornada chegou ao nosso tempo um grande império (quarto império). Ocupamos no mundo no dia de hoje, 2.172.500 quilómetros quadrados, dispersos pela Europa, Ásia, África e Oceânia. O Portugal da Europa caberia nestas superfícies 23 vezes. Quase todos os grandes oceanos banham costa lusitana – o Atlântico, o Índico, o mar da China. A bandeira portuguesa cobre homens de quase todas as cores e de quase todas as raças. A consciência da nação aceita e protege gente de todas as grandes religiões. A língua dos descobridores do mar fala-se em todos os grandes continentes: na Europa, como na América, na África, como na Ásia. Parecemos pequenos na Europa e somos grandes no mundo<sup>1451</sup>.

Esta ideia da transmutação da pequenez europeia inicial até ao século XV, para uma grandeza à custa do Império Colonial, foi uma idiosincrasia muito utilizada pelo Estado Novo para reclamar estatuto junto de outras potências colonizadoras mais fortes, com mais densidade populacional e área superficial. Na perspectiva de homens como Armindo Monteiro, o que tornava grande Portugal no Mundo era esse direito histórico de colonizar e evangelizar o indígena, à imagem e semelhança dos parâmetros do Ocidente, nomeadamente quando no século XIX, depois da perda do Brasil, iniciava o último ciclo de dominação com o seu «quarto império». Era portanto este acervo patrimonial de uma experiência de dominação que já durava há meio milénio, que dava motivos ao ministro de proferir estas palavras cheias de simbolismo, de um país que continuava a ter um desígnio: o de trazer à guarda da fé cristã ocidental todos os indígenas e outros primitivos pagãos que ainda não tinham encontrado a via do seu desenvolvimento e da sua transformação material e espiritual. Estas ideias do ministro Monteiro sobre o Império foram aprofundadas em Fevereiro de 1932, quando de um discurso pronunciado no encerramento da «Semana das Colónias», organizada anualmente pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

Nesse discurso, posteriormente publicado no *Boletim* n.º 81, de Março de 1932, com o título «A ideia de Império»<sup>1452</sup>, poderemos constatar três pressupostos imanentes a esta «ideia»: a origem do conceito consubstanciada na essência ou «espírito do Império»; o efeito material que se pretendia com o desenvolvimento da ideia inicial, ou seja com os «fins imperiais» a atingir; a conexão entre o duplo sentido do conceito «Império» (material / imaterial), visando a sua realização, através de uma funcional e competente «organização imperial». No caso do primeiro pressuposto, o conceito de «Império», segundo o ministro das Colónias não dependia apenas da definição da palavra, que neste caso significaria

<sup>1451</sup> *Idem*, Armindo Monteiro, «O país dos quatro Impérios», *Ibidem*, p. 22.

<sup>1452</sup> Armindo Monteiro, «A ideia do Império» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Março de 1932, n.º 81, pp. 3-9.

«dominação» ou «exercício de autoridade» ou «soberania», mas de algo mais vasto, de uma mentalidade, individual e colectiva, que viria a diferenciar um país «possuidor» de colónias, de um que exercia a dominação «imperialista», sobre essas mesmas parcelas tropicais. Para compreendermos melhor esta diferenciação entre estas duas acepções de soberania, nada melhor do que dar a palavra àquela personalidade que viria a desempenhar um papel primordial na reforma colonial do Estado Novo, após a subida ao poder de Oliveira Salazar:

Portugal pode ser apenas uma nação que possui colónias ou pode ser um Império. Esta será a realidade espiritual de que as colónias sejam a corporização. A par da extensão territorial, o Império resulta, sobretudo, da existência de uma mentalidade particular. Funda-se esta, essencialmente, na certeza que a nação possui do valor da obra que já realizou na vontade de a prosseguir ininterruptamente, na convicção de que pode prosseguir-la, vencendo todas as dificuldades – porque é esse o seu direito. Sem que esta mentalidade exista, não haverá Império e não poderá haver política imperial<sup>1453</sup>.

Para o responsável das Colónias, do último Governo da Ditadura Militar, este «espírito» colocado ao serviço de Portugal deveria levar à consecução das suas finalidades «numa marcha que nunca devemos imaginar triunfal – porque as nações que um dia entraram no caminho da grandeza têm de vencer perigos e dificuldades com que não tropeçam as que se vão contentando simplesmente com a ordem e à paz domésticas»<sup>1454</sup>. E esse sentido de humildade imperial era reforçado com as palavras posteriores que Monteiro proferira nesse encerramento da «Semana das Colónias», quando, não renegando o passado apoteótico das Descobertas, procurava que o Império hodierno tivesse condições para desenvolver as suas parcelas tropicais sem embandeirar em ostensivas imodéstias e atitudes prepotentes e arrogantes. Desta forma, «o sentido do Império estará assim para nós longe de qualquer ideia hegemónica: no concerto dos povos reivindicamos somente o direito de activos colaboradores. Na hora própria soubemos ser conquistadores ousados: mas esse tempo passou e a grandeza da nação, que não se pode separar das epopeias que a enobrecem, está hoje ligada sobretudo ao desenvolvimento contínuo, harmónico e metódico das suas populações. O Império será a unidade nacional posta ao serviço desta grande causa»<sup>1455</sup>.

---

<sup>1453</sup> *Idem*, Armindo Monteiro, «A ideia do Império», *Ibidem*, p. 4.

<sup>1454</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 6.

<sup>1455</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 7.

Para atingir estes fins e consumir este espírito imperialista era necessário para o ministro Monteiro que Portugal tivesse uma organização capaz, que pudesse concretizar no terreno a ligação da Metrópole às Colónias e vice-versa, para que desta forma os objectivos dum país se realizassem na ampla descontinuidade geográfica de oito parcelas espalhadas pelos vários continentes, desde Cabo Verde, em África, até Timor, na Oceania. E, sobretudo, nessa gestão pluricontinental era necessário munir as diversas possessões de órgãos próprios que fossem voz das suas aspirações e que executassem as determinações vindas do «alto da hierarquia» na Europa, para que assim pudessem interpretar o pensamento e acatassem as leis de quem as emitiu. Para que a organização imperial funcionasse com mais profissionalismo e capacidade técnica, o ministro Monteiro era de opinião que os quadros locais deveriam sair da única instituição de ensino superior que em Portugal formava esses quadros e que era a Escola Superior Colonial. E a justificação do governante para esse pormenor institucional, procurava basear-se no descuido e na impreparação que os agentes do Estado colonizador tinham tido até ao momento, ignorando que o envio de um mau administrador seria mais uma seta apontada à imagem dos governantes metropolitanos, até ali acusados de incúria e desconhecimento em tudo o que dizia respeito à gestão do património colonial. Assim, Monteiro advogava que estes funcionários emergindo de «...uma só fonte, fortes com a mesma preparação, compreendendo as exigências da disciplina que o serviço do Império exige, os seus diplomados podem ser os mais activos agentes do espírito novo. Para isso precisam de levar da Escola não só o saber que à vida do funcionário é indispensável, mas o sentimento do dever, o entusiasmo e a dedicação por Portugal que, se não forem cultivados, nas almas juvenis, quase anularão o valor do ensino»<sup>1456</sup>.

Com a entrada do Estado Novo e a aprovação em plebiscito nacional a 19 de Março de 1933 da Constituição, começaria um novo regime em que se iria desenvolver esta ideia de «Império», abordada por Armindo Monteiro no final da Ditadura Militar<sup>1457</sup>. Uma das primeiras ocasiões em que o novo líder tivera a possibilidade de expressar as suas ideias sobre a forma como o regime português deveria administrar as suas possessões tropicais foi na abertura da «Conferência dos Governadores Coloniais», na qual Oliveira Salazar fizera um discurso alusivo a este evento e que o *Boletim* publicara num número especial,

<sup>1456</sup> *Idem*, Armindo Monteiro, «A ideia do Império», *Ibidem*, p. 8.

<sup>1457</sup> A propósito deste «imperialismo» associado ao Estado Novo *vide* Pedro Miguel Sousa, «“O Mundo Português” e a ideologia imperial estadonovista» in *O Colonialismo de Salazar*, Lisboa, Via Occidentalis Editora, 2008, pp. 71-161, especialmente pp. 97-134.

de Julho de 1933, com o título «A posição portuguesa perante o mundo é a dum colonialismo intransigente mas equilibrado»<sup>1458</sup>. Nesse discurso com o título explícito, mas contraditório, de um colonialismo «intransigente», mas ao mesmo tempo «equilibrado», o recém investido líder do Estado Novo expressava publicamente as suas ideias sobre os territórios de Além-Mar, reiterando a importância que o seu Governo dava a essa parte do país, a ponto de a Lei-Básica consagrar uma parte da mesma a enunciar os principais pressupostos que deveriam orientar a administração dessas parcelas. A propósito desse passado histórico que era preciso continuar a preservar e honrar, Salazar afirmava que o Estado Novo tinha «...feito inserir na Constituição Política, como parte integrante do estatuto fundamental do País, as directrizes, não simplesmente duma política diferente, mas duma política nova nesta matéria, para mais perfeita expressão da nossa consciência nacional e afirmação mais vincada do temperamento colonizador dos portugueses, para engrandecimento de Portugal e melhor utilização dos nossos recursos comuns, e na antevisão das perturbadas ideias que a crise faria surgir, para ser mais clara, diante da Europa, a nossa posição de grande potência colonial»<sup>1459</sup>.

Deste modo, para fazer passar esta ideia da «solidariedade» e «coesão» do todo nacional e ainda para accionar rapidamente os mecanismos administrativos para a evolução da unidade económica com o despoletar das medidas que passavam pela ocupação, povoamento e exploração das matérias-primas tropicais, para implementar no terreno aquilo que Salazar e o seu ministro das Colónias, Armindo Monteiro, consideravam «não duma política diferente, mas duma política nova», foram convocados os representantes das diversas parcelas do Império, para de viva voz ouvirem as palavras destes responsáveis e para ainda debaterem a solidariedade institucional para com a Metrópole colonizadora. E, no ano da promulgação da sua Lei-Básica, as directrizes do presidente do Conselho nesta Conferência eram bem claras do que se pretendia fazer com as diversas parcelas do Império, durante os próximos anos:

Tem que fazer-se a adaptação das leis políticas e administrativas das colónias aos princípios da Constituição política e do Acto Colonial; há que estudar, caso a caso, os múltiplos problemas da produção e intercâmbio dos produtos das Colónias com a Metrópole e das Colónias entre si, com o regime preferencial adequado para o progresso do todo económico que queremos constituir; há que rever e pôr em execução o

---

<sup>1458</sup> Oliveira Salazar, «A posição portuguesa perante o mundo é a dum colonialismo intransigente mas equilibrado» in *Boletim Geral das Colónias (Número especial dedicado à Conferência dos Governadores Coloniais)*, Ano IX, Julho de 1933, n.º 97, pp. 5-10.

<sup>1459</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 5-6.



plano de melhoramentos públicos indispensáveis, dentro daquele critério moderado das possibilidades financeiras e da garantia dum rendimento efectivo; e por cima de tudo, porque mais alto e mais belo, devemos organizar, cada vez mais eficazmente e melhor, a protecção das raças inferiores, cujo chamamento à nossa civilização cristã é uma das concepções mais arrojadas e das mais altas obras da colonização portuguesa<sup>1460</sup>.

Nesse papel de reconversão do país tiveram um papel decisivo os primeiros dois ministros das Colónias do regime, nomeadamente Armindo Monteiro e Francisco Vieira Machado. No caso de Monteiro, que tendo entrado ainda no período da Ditadura Militar, em Janeiro de 1931, aí permaneceu até 1935, altura em que foi deslocado para a pasta dos Negócios Estrangeiros. Para além de ter colaborado nos documentos matriciais fundamentais do regime, como o Acto Colonial, de 1930, a Constituição, de 1933, a «Carta Orgânica das Colónias», de 1933<sup>1461</sup>, a «Reforma Administrativa», de 1934, responsabilizou-se pelos certames de maior projecção internacional, como as Exposições de Antuérpia, de 1930, e de Paris, de 1931, para além de outras de mais restrita influência como as Feiras de Amostras de Luanda e de Lourenço Marques, de 1932, e a Exposição Colonial do Porto de 1934. Elaborou ainda o ministério de Monteiro a Portaria n.º 7.955 que estabelecia formalmente a constituição da «Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português» inaugurada, a 8 de Junho de 1936, já na responsabilidade do seu sucessor, Francisco Vieira Machado<sup>1462</sup>. Pretendia-se discutir os problemas que conviessem ao estreitamento do relacionamento entre todas as parcelas da Nação. O Presidente do Conselho pronunciou, durante o acto de inauguração, um discurso adequado ao momento de crise da Europa, salientando as directrizes económicas que deveriam ser implementadas nesses territórios, de forma a rentabilizar os recursos dessas parcelas numa forma de exploração biunívoca de interesses: desenvolver matérias-primas locais para viabilizar as indústrias metropolitanas e transformar com a ajuda da indústria metropolitana esses produtos agrícolas e minerais para os colocar já maquinofacturados nos mercados coloniais. «Solidariedade», «unidade» e «nacionalidade» era a trindade em que deveria assentar futuramente a ideia imperial.

Na mesma linha patriótica, o ministro Vieira Machado afirmara, no decorrer dessa Conferência, que se iriam iniciar os dez primeiros anos de engrandecimento do Império

<sup>1460</sup> *Idem*, Oliveira Salazar, «A posição portuguesa perante o mundo é a dum colonialismo...», *Ibidem*, p. 9.

<sup>1461</sup> A Carta Orgânica foi promulgada pelo Decreto-Lei n.º 23. 228, de 15 de Novembro de 1933.

<sup>1462</sup> A propósito da proximidade entre estes dois governantes estadonovistas *vide* «Documento 11» in Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar – Correspondência Política*..., p. 48.

baseados em três importantes princípios determinados pelo Acto Colonial: Metrópole e Colónias têm como base um propósito de solidariedade económica; estes regimes nas colónias eram estabelecidos de acordo com as necessidades do seu desenvolvimento; competiria à Metrópole, sem prejuízo na política de descentralização, definir os interesses económicos que cabia a cada uma das parcelas sem descurar o todo nacional<sup>1463</sup>. Neste sentido, para Salazar, a política económica imperial no futuro deveria ser fomentista, solidária, e centralizada, procurando-se com essas estratégias viabilizar um todo nacional que, por causas internas (atrofiamento da economia com a instabilidade do regime republicano) e externas (situação de crise na Europa e início da guerra civil em Espanha) se encontrava subaproveitado e com um défice comercial entre os 500 e os 600 mil contos<sup>1464</sup>.

Entretanto, para alterar alguns «métodos de trabalho», tendo em vista reforçar a «educação do espírito nacional», reunia-se em Lisboa, em Outubro de 1936, quatro meses depois deste discurso do Presidente do Conselho, a II Conferência dos Governadores Coloniais que mais uma vez juntava todos os representantes do Governo português nos trópicos, para fazer o ponto da situação dessas parcelas remotas. Apesar de já começar a ser uma rotina na actividade de governação do Estado Novo, o *Boletim* n.º 139, de Janeiro de 1937, congregou numa primeira parte dessa edição os discursos do ministro das Colónias, Vieira Machado, bem como do secretário-geral do Ministério coronel Leite de Magalhães, e do Governador-Geral da Índia, general Craveiro Lopes<sup>1465</sup>. O programa desta segunda Conferência tinha como objectivo principal discutir o desenvolvimento do Império, após a reformulação das Cartas Orgânicas de cada uma das colónias e da Reforma Administrativa de 1933, e dos projectos aprovados pela Primeira Conferência Económica do Império no que respeitava à educação, instrução e protecção dos indígenas.

O caso dos Mandatos coloniais e as pretensões de certos países em possuírem territórios nas regiões tropicais fazia com que algumas sombras pairassem sobre o futuro do Império português. A posição de Portugal neste conflito era analisada por Augusto da Costa, no *Boletim* n.º 143, de Maio de 1937<sup>1466</sup>. A questão que punha este antigo integralista era de saber quais os efeitos que o conflito ibérico iria ocasionar na Europa: se

<sup>1463</sup> António de Oliveira Salazar, «O Império na Política Económica Nacional» in *Boletim Geral das Colónias (Número Especial Dedicado à 1.ª Conferência Económica do Império Colonial Português)*, Ano XII, Julho de 1936, n.º 133, pp. 3-15, especialmente p. 4.

<sup>1464</sup> *Idem, Ibidem*, p. 8.

<sup>1465</sup> Vide *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIII, Janeiro de 1937, n.º 139, 214 pp.

<sup>1466</sup> Augusto da Costa, «Crónica Colonial» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIII, Maio de 1937, n.º 143, pp. 70-75.

se converteria numa guerra europeia ou se a guerra de Espanha não desencadearia nenhuma alteração no contexto internacional e passada esta «tormenta», viria novamente a «tormenta» colonial<sup>1467</sup>. Em relação aos países ideologicamente cúmplices como eram a Itália e a Alemanha, a opinião deste colaborador do *Boletim* era de tranquilizar os mais desconfiados quanto às intenções desses dois países, como poderemos depreender pelo que então escreveu:

Quanto à Itália as suas necessidades de expansão imperial encontram-se sobejamente satisfeitas com a conquista da Etiópia. A gulodice dos homens pode ser ilimitada, mas a capacidade do seu estômago tem limites razoáveis; Quanto à Alemanha: o chanceler do *Reich* declarou por sua vez que a Alemanha poderia voltar a Genebra sob condição de que o problema colonial tivesse, num futuro próximo, solução satisfatória; posteriormente fez nova declaração, muito mais explícita, reclamando a volta das colónias alemãs. Não se trata de matérias-primas nem de colaboração económica com os Estados colonizadores, mas do retorno dos territórios africanos perdidos pelo *Reich* em virtude dos tratados de paz. Posta a questão neste pé, e dada já a garantia explícita, por parte da Alemanha, de que só pretende reaver os seus antigos territórios – que perigo nos poderá vir das bandas da Alemanha, em matéria colonial?<sup>1468</sup>

Para resolver em parte este problema, o areópago de Genebra resolvera criar um «comité» para analisar a possibilidade de todas as metrópoles industriais poderem ter acesso às matérias-primas produzidas nas colónias. Com a integração de potências como o Brasil, os Estados Unidos da América e o Japão, essa comissão de estudos analisou a situação, mas não chegou a nenhuma conclusão. Era esta inoperacionalidade ou engenho para a «complicação» que o colaborador do *Boletim* agora em estudo criticava, a ponto de pensar que a mesma tornava inviável o exercício da diplomacia da persuasão. Para o facto, contribuíam duas forças antagónicas entre os seus filiados que se digladiavam e raramente chegavam a acordo, fazendo com que os problemas internacionais se arrastassem sem resolução à vista durante semanas de conversações. Este facto ficava a dever-se a idiossincrasias contrárias em que dum lado se colocavam os delegados «idealistas», e do outro os «materialistas», o que levava à instalação de muitos interesses, qual espírito de «confraria», que fazia, segundo as palavras de Costa, que os corredores e salas do «organismo genebrino» se tornassem «vespeiros de intriga internacional»<sup>1469</sup>.

---

<sup>1467</sup> *Idem, Ibidem*, p. 70.

<sup>1468</sup> *Idem, Ibidem*, p. 73.

<sup>1469</sup> *Idem*, Augusto da Costa, «Crónica Colonial» *Ibidem*, p. 74.

Com o agravar da tensão na Europa, sobretudo depois da anexação da Áustria pela Alemanha em Março de 1938, as repercussões desse facto acabariam por chegar também a Portugal, criando nas autoridades do Estado Novo «insegurança» e «intranquilidade», apesar da teoria do «oásis» considerar que em Portugal se vivia num ambiente de «splendor» e «conforto material». Esse sentimento de inquietação quanto ao futuro do Portugal imperial era expresso pelo Presidente do Conselho, num discurso que fizera aos elementos da Legião Portuguesa, no ginásio do Liceu Camões, a 11 de Março de 1938, e divulgado pela rádio e pelos restantes meios de comunicação social, como o *Boletim Geral das Colónias*<sup>1470</sup>. Como que a exorcizar o medo junto destas forças militarizadas do regime, Salazar atreveu-se mesmo a citar António Vieira, quando este afirmava que «a audácia é a metade da vitória, e quem temeu ao inimigo já foi vencido»<sup>1471</sup>. Daí que o chefe do Governo necessitasse de propagar a toda a Nação, face à situação que se vivia na Europa, que «o último motivo a não temer é conhecermos as posições que o inimigo ocupa e aquelas que se esforça por ocupar»<sup>1472</sup>. Apesar destes incentivos à coragem nos períodos maus que se avizinhavam, Salazar demonstrava desconfiança não só para com os seus inimigos internos, mas também com os externos, como se poderia depreender por estas palavras que incitavam os seus apaniguados a estarem sempre alerta, nesta, como em qualquer outra circunstância:

Estamos sempre na vigilância, na contradita, na acção; estamos em toda a parte – nos cafés, nos teatros, nos serviços públicos ou particulares, nos comboios, nas serras, nos campos, nas cidades, nas praças e nas ruas, e depois que nos mostramos dispostos a ocupá-las nunca mais o inimigo conseguiu apoderar-se delas<sup>1473</sup>.

Ainda antes do início da Segunda Guerra Mundial, o Império era visitado pela primeira vez pelo mais alto magistrado da Nação, Óscar Carmona. Esta viagem foi considerada histórica na altura, pois anteriormente só o príncipe D. Luís Filipe a fizera em 1907, acompanhado pelo ministro da Marinha e Ultramar, Aires de Ornelas, tendo visitado Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique e ainda os territórios ingleses da África do Sul e Rodésias. O objectivo dessa viagem do herdeiro da Coroa tinha a ver com a

<sup>1470</sup> Vide «Discursos do Presidente do Conselho» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIV, Abril de 1938, n.º 154, pp. 16-29.

<sup>1471</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 16-17.

<sup>1472</sup> *Idem, Ibidem*, p. 19.

<sup>1473</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 19-20.

reafirmação dos direitos portugueses à soberania das referidas parcelas africanas. Trinta e um anos depois, em Julho de 1938, o primeiro responsável do Estado Novo fazia uma viagem idêntica a S. Tomé e Príncipe e Angola, num período de crise, para reafirmar os mesmos direitos da posse e usufruto dessas parcelas pelas autoridades de Lisboa. A importância que as autoridades do regime deram a este evento foi tal que o *Boletim* editou dois números especiais, respectivamente em Dezembro de 1938<sup>1474</sup>, e em Janeiro de 1939<sup>1475</sup>. Entre Julho e Agosto de 1939, o presidente Carmona repetiria o seu patriótico roteiro imperial visitando as colónias de Cabo Verde e de Moçambique e ainda a União Sul-Africana<sup>1476</sup>. E numa altura em que o conflito mundial estava prestes a começar com a invasão da Polónia, a 1 de Setembro de 1939, não deixava de ser significativa esta viagem a um país anglófono, vizinho de Moçambique<sup>1477</sup>. A proclamação ao Mundo, através de um país amigo, da unidade e inviolabilidade do seu Império era mais uma forma de Portugal querer contrariar a discussão sobre uma nova repartição colonial que as metrópoles europeias, como a Alemanha e a Grã-Bretanha, vinham discutindo até ao início do confronto, em Setembro do ano das visitas presidenciais a África.

Embora não tendo entrado na Segunda Guerra Mundial, a iminência de guerra pairou sobre Portugal, nomeadamente porque o território colonial era muito cobiçado pelos intervenientes mais propensos a encontrarem nestes lugares a chave para a resolução dos seus problemas demográficos e económicos. Havia ainda um outro factor muito desejado pelas forças beligerantes que era a situação geoestratégica de algumas parcelas insulares, como os Açores e Cabo Verde<sup>1478</sup>, o que levaria mesmo o presidente norte-americano Roosevelt, num discurso pronunciado a 27 de Maio de 1941, a afirmar que se esses arquipélagos fossem atacados e ocupados pela Alemanha, ficaria em causa a liberdade no

<sup>1474</sup> Vide *Boletim Geral das Colónias (Número dedicado à Viagem de S. Exca o Presidente da República a S. Tomé e Príncipe e Angola-I)* Ano XIV, Dezembro de 1938, n.º 162, 684 pp.

<sup>1475</sup> Vide *Boletim Geral das Colónias (Número dedicado à Viagem de S. Exca o Presidente da República a S. Tomé e Príncipe e Angola-II)* Ano XV, Janeiro de 1939, n.º 163, 628 pp.

<sup>1476</sup> Vide *Boletim Geral das Colónias (Números dedicados à Viagem de S. Exca o Presidente da República a África acompanhado por Sua Excelência o Ministro das Colónias (Cabo Verde, Moçambique, União Sul-Africana e Angola-I e II)*, Ano XV, Outubro e Novembro de 1939, n.ºs 172 e 173, respectivamente 722 pp. e 909 pp.

<sup>1477</sup> José Luís Lima Garcia, «Moçambique no contexto da política externa portuguesa nos anos que precederam a 2.ª Guerra Mundial» in revista *Estudos do Século XX – Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*, n.º3, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, pp. 131-155.

<sup>1478</sup> António José Telo, «Os Açores e a hesitação na Península – As Ilhas Portuguesas no Começo do Conflito» in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Porto, Edições Asa, 1993, pp. 289-349, especialmente pp. 303-308.

Atlântico e a integridade física dos Aliados<sup>1479</sup>. Este facto levava o Governo português a emitir três dias depois uma nota oficial sobre os aspectos morais e jurídicos desta velada pretensão dos americanos ocuparem o arquipélago atlântico para aí instalarem bases militares, a pretexto de uma possível usurpação desses territórios portugueses por parte da Alemanha de Hitler<sup>1480</sup>.

A Segunda Guerra Mundial acabaria por «chamuscar» a integridade do Império português com a invasão das tropas japonesas à remota parcela de Timor, facto este que alarmou a opinião pública nacional, pois esta atitude bélica de uma potência, como o Japão, poderia levar a que o Governo de Lisboa deixasse a sua neutralidade e se colocasse ao lado dos Aliados britânicos. A situação em termos político-diplomáticos era de tal modo sensível, que o Presidente do Conselho resolvera fazer uma alocução ao país, a qual foi radiodifundida pela Emissora Nacional<sup>1481</sup>, no qual Salazar informava a Nação da presença de tropas holandesas e inglesas no território de Timor Oriental, desde Dezembro de 1941, para defender os territórios de Timor Ocidental e da Austrália. Este facto dera o pretexto para que o Japão, um dos principais aliados da Alemanha na Ásia, invadisse o território e provocasse um incidente diplomático grave com um país neutro, para além dos estragos materiais e das vítimas que a mesma invasão causara entre as populações locais e os poucos funcionários portugueses para aí destacados. Paralelamente aos acontecimentos decorrentes da Guerra, continuavam, para reforço dos laços imperiais, as visitas dos governantes metropolitanos às colónias, como a efectuada durante o Verão de 1942 pelo ministro das Colónias, Vieira Machado, a alguns territórios africanos<sup>1482</sup>.

Entretanto, por nota oficiosa de 12 de Outubro de 1943, ainda em pleno decorrer da Segunda Guerra Mundial, a presidência do Conselho de Ministros divulgava o entendimento a que chegara com a sua velha aliada a Grã-Bretanha<sup>1483</sup>, para sem quebra da neutralidade conceder «facilidades» temporárias às forças inglesas no arquipélago dos Açores, tendo em vista garantir protecção aos navios da Marinha Mercante que

<sup>1479</sup> Vide «Discurso de Roosevelt» citado por Augusto da Costa in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, Julho de 1941, n.º 193, pp. 49-56, especialmente p. 51.

<sup>1480</sup> Vide «Notas trocadas entre o Governo de Portugal e o dos Estados Unidos», *Ibidem*, pp. 3-6.

<sup>1481</sup> Vide «Comunicação de S. Exca o Sr. Presidente do Conselho à Assembleia Nacional acerca do ataque nipónico a Timor» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVIII, Fevereiro de 1942, n.º 200, pp. 10-14.

<sup>1482</sup> Vide, a propósito desta viagem ministerial, o livro que a Agência Geral das Colónias publicara: *VIAGEM MINISTERIAL A ÁFRICA – 1942 – Relações das Colónias Portuguesas com os territórios vizinhos – DISCURSOS*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943, 262 pp. Ainda, «Mensagem de S. Exca o Ministro das Colónias aos Portugueses do Império» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVIII, Junho de 1942, n.º 204, pp. 23-24, especialmente p. 24.

<sup>1483</sup> António José Telo, «Os Aliados nos Açores» in *Os Açores e o Controlo do...*, pp. 350-411.

transitassem por aquela parte do Atlântico<sup>1484</sup>. Este acordo luso-britânico não só reforçava as antigas alianças diplomáticas celebradas no final da Idade Média, como também assegurava a segurança nesta estratégica zona de navegação intercontinental, evitando que os americanos, a propósito do perigo alemão, pudessem tomar conta dela, como insinuara o presidente Roosevelt, em Maio de 1941. Cedendo os Açores aos ingleses, nesta altura da Guerra, Portugal, apesar da sua neutralidade, tornava-se um alvo mais exposto de atacar por parte da Marinha de Guerra alemã, se bem que nesta altura, depois de quatro anos de combate, essas forças se encontrassem já muito desgastadas e não tivessem a mesma capacidade de intervenção. A propósito destas negociações, o Presidente do Conselho, cumulativamente também responsável pelo ministério dos Negócios Estrangeiros, tivera necessidade de publicamente apresentar uma justificação ao país, atitude que foi tomada com uma comunicação apresentada à Assembleia Nacional, em 26 de Novembro de 1943:

Creio ter dito o essencial sobre a concessão de facilidades nos Açores, como julgo ser inútil acrescentar que o Governo não teve ao decidir-se senão uma preocupação – servir o interesse nacional. Este afigurou-se-lhe solidário com a fidelidade da Nação ao espírito dos seus compromissos externos, não tomados ocasionalmente contra este ou contra aquele, mas através dos séculos e a favor só da sua integridade e soberania imperial. Parece que este ponto não pode ser discutido. Apesar disso, o Governo tem a consciência de ter prestado um serviço, não de ter feito um negócio; operou por patriotismo e de modo algum por cálculo<sup>1485</sup>.

Após oito anos e meio na função de ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado foi substituído por Marcello Caetano nesta pasta, tendo este último tomado posse em cerimónia pública a 6 de Setembro de 1944<sup>1486</sup>, da qual o *Boletim* fizera eco no número duplo 230-231, de Agosto/Setembro desse ano<sup>1487</sup>. Refrescando um quadro essencial na gestão imperial e reforçando o desígnio de que os «homens são apenas um momento na vida dos povos», Salazar dava assim oportunidade a uma das pessoas mais bem preparadas do regime para renovar o espírito colonizador e promover o progresso nesses territórios de

<sup>1484</sup> Vide «Acordo Luso-Britânico», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIX, Novembro de 1943, n.º 221, pp. 3-7.

<sup>1485</sup> Vide «Comunicação do Sr. Presidente do Conselho à Assembleia Nacional» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIX, Dezembro de 1943, n.º 222, pp. 3-16, especialmente p. 11.

<sup>1486</sup> Fernando de Castro Brandão, «Estado Novo - Setembro de 1944» in *Estado Novo – Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 115.

<sup>1487</sup> Vide «Acto de Posse do Ministro das Colónias: Discursos do dr. Francisco Machado e do professor Marcello Caetano» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XX, Agosto/Setembro de 1944, n.º 230-231, pp. 5-14.

Além-Mar. E no acto de posse, pelas palavras proferidas pelo novo titular da pasta das Colónias, ficava pois subentendido essa «mudança, na continuidade»:

Escusado será dizer que na gestão desta pasta me nortearei pela preocupação de assegurar a continuidade da política colonial do Estado Novo, cujas directrizes de há muito estão assentes. Claro está que continuidade não quiere dizer imutabilidade. Continuar, é adaptar e desenvolver o pensamento essencial todas as vezes que as circunstâncias o exigam...Procurarei, pois, ser o servidor de ideias vivas, fecundas em soluções adequadamente práticas<sup>1488</sup>.

A umas semanas da capitulação do Japão, último episódio da Segunda Guerra, o novo ministro das Colónias partia para África, a 9 de Junho de 1945, numa viagem que começava por S. Tomé e Príncipe e Angola e se estendia até à União-Sul-Africana e Moçambique. Esta viagem era um ritual que quase todos os responsáveis pela tutela das Colónias faziam durante a permanência no Ministério, não só para conhecerem *in loco* a realidade que passavam a gerir, mas também para procederem a inaugurações, visitas a infra-estruturas agrícolas pecuárias e industriais, reuniões com colonos, autoridades tradicionais, quadros administrativos, missionários e empresários. Ao mesmo tempo, recriava-se o pressuposto ideológico estadonovista da unidade e solidariedade imperial, com a amplificação que os jornalistas que acompanhavam estas viagens faziam nos órgãos de Comunicação escrita e radiofónica. Na conjuntura do final de Guerra era ainda importante fazer diplomacia e reatar e promover contactos com as autoridades sul-africanas que, por estarem no *hinterland* do continente africano, necessitavam da cooperação com Portugal para promoverem o desenvolvimento económico dos seus territórios<sup>1489</sup>.

Esta fase do pós-Guerra, assente numa «profissão» de «fé» nos destinos de «Portugal» e do seu «Império», iniciava um novo ciclo na relação da Metrópole com as suas Colónias, agora num contexto temporal de uma política interna confirmada por anos de um regime que preservava esta unidade, mas que com os recentes «ventos» anticolonialistas que sopravam das instâncias internacionais iriam obrigar o regime a fazer reformas. O Presidente do Conselho e o responsável pelas Colónias sabiam desse facto e a prova estava no conteúdo de algumas das comunicações apresentadas ao II Congresso da União Nacional realizado no Porto em 1944, uns meses antes do final da Guerra, em que

<sup>1488</sup> *Idem*, «Discurso do professor Marcello Caetano», *Ibidem*, pp. 11-14, especialmente p. 12.

<sup>1489</sup> *Vide* «Número dedicado à visita do Ministro das Colónias a África, em 1945» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII, Janeiro e Fevereiro de 1946, n.ºs 247 (I) e 248 (II), respectivamente 332 pp. e 543 pp.



alguns dos delegados já começavam a falar da necessidade de uma reforma do Acto Colonial, adaptando o mesmo à nova conjuntura internacional. Entre os participantes estava o antigo ministro das Colónias, Ferreira Bossa, empossado por Salazar em 1935, que trazia a esta segunda reunião do Partido uma comunicação que simbolicamente intitulara de «Organização Política das Províncias Ultramarinas» e que o *Boletim* n.º 235, de Janeiro de 1945, publicara juntamente com outras teses e estudos apresentados à «Secção Colonial», do referido Congresso<sup>1490</sup>. A comunicação deste antigo ministro chamava a atenção pelo título, pois durante o período em que Salazar chegara ao Poder ninguém tivera a ousadia de fazer uma intervenção pública em que utilizasse a expressão «Províncias Ultramarinas» em vez de «Colónias». Mas o uso da expressão tinha a ver com uma análise de fundo sobre a situação do Império no final da Guerra e com as alterações da sua «organização política». A fundamentação para esta reestruturação da gestão dos territórios fora da Europa, que se mantinha vigente desde 1926, era urgente para Bossa, pois no contexto internacional, emergido de Versailles, manter a designação «Imperialismo» poderia levar a uma confusão com os «Imperialismos em voga» que haviam levado ao despoletar do conflito que então ainda decorria<sup>1491</sup>.

Portanto, para o antigo ministro era mais conveniente abranger numa nova construção jurídica quer para aqueles cidadãos que viviam Aquém, como Além-Mar, de modo a fazer cumprir os artigos 3.º, 4.º e 5.º da Constituição de 1933<sup>1492</sup>. Apesar da intervenção de Ferreira Bossa, no Congresso do Porto, para a revisão do Acto Colonial, em 1944, esta só seria feita em 1945 quando o Governo apresentou uma «Proposta de Lei» para a modificação da Constituição de 1933. Quanto à mudança dos pressupostos coloniais integrados nesta Lei-Básica, o Governo de Salazar só se propunha modificar três artigos: o 27.º sobre a «competência legislativa»; o 28.º sobre a «forma e publicação dos actos legislativos»; o 40.º sobre a «elaboração e aprovação dos orçamentos coloniais». Estas restritas modificações num documento que já estava vigente há doze anos levaram a que a Câmara Corporativa produzisse um parecer favorável à integração da expressão «Províncias Ultramarinas» na Constituição, por a considerar mais «harmónica» e mais de acordo com a nova conjuntura internacional. Esta proposta apesar de bem acolhida por

<sup>1490</sup> José Ferreira Bossa, «Organização Política das Províncias Ultramarinas» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXI, Janeiro de 1945, n.º 235, pp. 37-64.

<sup>1491</sup> *Idem, Ibidem*, p. 39.

<sup>1492</sup> Vide «Parte I – Das Garantias Fundamentais – Título I – Da Nação Portuguesa – Artigos 3.º, 4.º e 5.º» in *Constituição Portuguesa da República Portuguesa*, 6.ª Edição Revista por Afonso Rodrigues Queiró, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1968, pp. 5-8, especialmente pp. 6-7.

alguns deputados como António de Almeida, Joaquim Saldanha e Marques Mano, acabaria por não ir avante a não ser nas três modificações acima assinaladas<sup>1493</sup>.

Mau grado a lenta evolução jurídico-política da reformulação do sistema colonial, Portugal não poderia ficar à margem da nova ordem internacional emergida com o final da Guerra, pelo que em Agosto de 1946 fazia o pedido formal para integrar a ONU. A propósito desse passo diplomático, a presidência do Conselho enviou, com data de 4 de Setembro, uma «Nota Oficiosa» à Imprensa, que o *Boletim* n.ºs 254-255, de Agosto/Setembro de 1946, também publicou<sup>1494</sup>. Sendo um comentário muito breve, com apenas duas páginas e meia, o mesmo pretendia esclarecer a opinião pública da entrada do país num areópago com a projecção das Nações Unidas. Embora tivesse havido uma certa desconfiança face à conjuntura anticolonialista que subsistia nos corredores da diplomacia de certas democracias europeias e americanas<sup>1495</sup>, o Governo português confiava na existência de uma instituição para mediar e resolver pela via pacífica os conflitos internacionais pelo que, mesmo sem ouvir a Assembleia Nacional, propunha a entrada neste Areópago. Interrogado por jornalistas sobre os fundamentos jurídicos desta entrada, o Presidente do Conselho apressou-se a esclarecer a opinião pública sobre os pressupostos que presidiram a esta decisão que corria o risco de ser vetada, como na realidade sucedeu, com o veto da União Soviética, a 3 de Agosto de 1946.

Apesar de vozes veladamente críticas que apostavam numa leitura menos rígida do sistema como as de Marcello Caetano, ministro das Colónias, empossado em Setembro de 1944, ainda não era altura para o Estado Novo retirar «conclusões» e apostar numa mudança mais sistemática do seu projecto imperial<sup>1496</sup>. De qualquer modo, essas «veladas» críticas levariam a que Salazar fosse obrigado a fazer uma remodelação ministerial, em Fevereiro de 1947, para substituir o reformista Marcello Caetano, pelo ex-sidonista Teófilo Duarte, que ficaria na tutela das Colónias até Agosto de 1950. Após a saída do Ministério, Caetano ainda se disponibilizara para dirigir a comissão executiva da União Nacional, a troco de garantias da abertura do regime a uma nova fase de «livre debate de ideias», o que não viria a acontecer, ficando apenas a presidir à Câmara Corporativa, cargo que ocuparia

<sup>1493</sup> Vide *Diário das Sessões* n.º 190, de 7 de Julho de 1945, p. 146.

<sup>1494</sup> Vide «O Pedido de Admissão de Portugal na ONU» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII, Agosto/Setembro de 1946, n.º 254-255, pp. 3-5.

<sup>1495</sup> José Freire Antunes, «O Estado Novo e a Guerra Fria – 1946-1961» in *Kennedy e Salazar – O leão e a raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991, pp. 19-42, especialmente pp. 38-39.

<sup>1496</sup> Vide «Discurso de S. Ex.ca o Presidente do Conselho (Pronunciado na sessão inaugural da I Conferência da União Nacional)», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXII, Novembro de 1946, n.º 257, pp. 3-15, especialmente p. 6.

até Julho de 1955. Este afastamento de Caetano da esfera do poder político fizera, na opinião de Fernando Rosas, com que ficasse adiada por algum tempo a via reformista do regime até a um amadurecimento dos apoios e das políticas a seguir futuramente<sup>1497</sup>. Afinal a aceitação da presidência da Câmara Corporativa foi o pretexto para que Caetano e os seus apaniguados retomassem «surda, mas eficazmente, a movimentação dos críticos»<sup>1498</sup>, com vista à implementação da esperada mudança que apenas se verificaria em 1968, quando Salazar fora obrigado a renunciar por motivos de saúde, a favor deste seu antigo colaborador da ala reformista do regime.

Embora adiada para o final dos anos sessenta a ascensão ao poder dos reformistas, o regime salazarista do Estado Novo não poderia adiar mais as modificações do sistema imperial. Em causa estava o anacronismo do funcionamento da administração dos territórios de Além-Mar, consagrado originariamente no Acto Colonial de 1930 e, mais tarde, incorporado na Constituição de 1933. Quer o funcionamento do ministério das Colónias, quer a divisão político-administrativa de cada uma das parcelas espalhadas pelos três continentes (África, Ásia e Oceania), quer as designações «Colónia» e «Império» estavam em contradição com o movimento anticolonialista que entretanto se formara na comunidade internacional e que se começara a concretizar no continente asiático, com as independências da Indonésia, União Indiana e Birmânia, respectivamente em 1946, 1947 e 1948<sup>1499</sup>. A Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 1955, iria reforçar este movimento emancipalista e alargar o âmbito das independências ao continente africano. Na verdade, esta cadeia de libertações iria começar pela África do Norte com as independências em 1956 de Marrocos, Tunísia e Sudão, continuando no ano seguinte, com mais um conjunto de países a tornarem-se soberanos na África Negra, primeiramente na costa Ocidental, com o Gana em 1957, a Nigéria em 1960, e a Serra Leoa em 1961, e na costa Oriental, com a Somália e o Tanganica, ainda em 1961<sup>1500</sup>.

Procurando contrariar as influências ideológico-políticas do efeito que as primeiras independências haviam ocasionado nas metrópoles colonizadoras, Oliveira Salazar acabaria por explicar aos seus pares da União Nacional, reunidos na Assembleia Nacional,

<sup>1497</sup> Fernando Rosas, «O Marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo» in *Do Marcelismo ao Fim do Império*, ( direcção de J.M. Brandão de Brito), Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 15-59.

<sup>1498</sup> *Idem, Ibidem*, p. 24.

<sup>1499</sup> Bernard Droz, «D'une guerre à l'autre: l'ordre colonial ébranlé-La fin des Indes néerlandais» in *L'Histoire – La fin des Empires Coloniaux – De Jefferson à Mandela*, Paris, Les Collections de l'Histoire n.º 49, Octobre-Décembre de 2010, pp. 34-39, especialmente p. 39.

<sup>1500</sup> Bernard Lugan, «Cinquante ans d'indépendance» in *La Nouvelle Revue d'Histoire – L'Afrique – Des colonies à l'indépendance*, Paris, Hors Série N.º 1, Automne 2010, pp. 7-10.

a 12 de Dezembro de 1950, que iria propor a alteração da lei básica do Império, mas que o fazia por necessidades de conveniência da gestão interna do país e não por pressão ou influência de terceiros, que naquela conjuntura começavam a rejeitar qualquer forma de dominação sobre territórios que não se localizassem na Europa. A propósito desta explicação daquilo que o Presidente do Conselho entendia ser a administração de Portugal após o final da Guerra, Salazar pronunciara as seguintes palavras sobre a nova ordem internacional e os procedimentos políticos a ter em conta nesta nova situação:

Seria aventuroso pensar que nos determinámos ou não determinámos pela actual crise do pensamento colonial, que se exprime pela condenação sumária da obra de colonização empreendida por várias nações europeias e pela finalidade única, um tanto ingénua e presunçosa, assinada nos areópagos internacionais à administração dos chamados territórios dependentes. Os nossos juízos, os nossos actos não influem nas deliberações alheias e neste particular também não são influenciados por elas. Partimos da convicção de que melhor iria ao Mundo se ele apreciasse com justiça o processo histórico da colonização que, em virtude de circunstâncias especiais ou vocação assinalada, faz parte integrante da vida e missão de algumas nações. Isso seria mais meritório do que empenhar-se em dividir ou anemizar soberanias, que tudo são processos de enfraquecer pontos de apoio do Mundo.<sup>1501</sup>

Entretanto, pela Lei n.º 2048, de 11 de Junho de 1951, eram publicadas no *Diário do Governo* as alterações à Constituição que Salazar havia prometido alterar, no seu discurso do final do ano de 1950, mormente no que dizia respeito ao «Acto Colonial». Desaparecendo esta lei da Constituição de 1933, que regulava todo o ordenamento legislativo imperial do Estado Novo, haveria agora que criar um novo texto «monocelular» onde directamente os pressupostos normativos das colónias se pudessem integrar como forma de impedir intromissões futuras de instituições internacionais nos «assuntos internos» do País. Assim, para substituir o «Acto Colonial» que funcionava como adenda da Constituição, foi criado, na revisão constitucional de 1951, um novo título, o «título VII», intitulado «Do Ultramar Português»<sup>1502</sup>. Mais tarde, em complemento da revisão constitucional, era ainda substituída a Carta Orgânica do Império Colonial estabelecida nesse mesmo ano de 1933, pela Lei Orgânica do Ultramar, com base na Lei n.º 2066, de 27

<sup>1501</sup> Vide «Discurso de S. Ex.ca o Presidente do Conselho às Comissões Políticas da União Nacional» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, Janeiro de 1951, n.º 307, pp. 3-22, especialmente p. 8.

<sup>1502</sup> Vide «Informações e Notícias (Secção Portuguesa): Constituição Política da República» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, Agosto de 1951, n.º 314, pp. 119-134.

de Junho de 1953, aprovada no tempo de Sarmento Rodrigues, no ministério do Ultramar<sup>1503</sup>.

Por esta *nuance* em que se cerzia nas duas últimas rubricas da Constituição os aspectos administrativos da Metrópole e do Ultramar, comprovando na lei fundamental que também aqui havia «unidade» e «solidariedade», que passava a integrar num só corpo, aquilo que então fora a lei bicéfala do Portugal europeu e do Portugal africano e asiático. Este era o primeiro grande resguardo legislativo para a descontinuidade geográfica territorial acrescentada com a expansão marítima iniciada no século XV. E essa mudança estratégica logo ficara comprovada no primeiro capítulo, «Princípios Fundamentais», do «título VII» - «Do Ultramar Português», onde no artigo 134.º se estipulava que «os territórios ultramarinos» discriminados nos n.ºs 2 a 5, do artigo 1.º, se passavam a chamar «províncias», unidades com uma estrutura político-administrativa ajustada às características do «meio social» e da «situação geográfica» dessas parcelas tropicais. Ainda, neste capítulo eram definidos em mais dois artigos (135.º e 136.º) as funções que essas novas «províncias» deveriam desempenhar no contexto do território nacional e que deveriam assentar sobretudo num pressuposto de «solidariedade» entre estas e a metrópole. E o artigo 136.º chegava mesmo a esmiuçar o significado desta palavra, neste contexto de anticolonialismo militante. E num Estado agora único, a «solidariedade» era «a obrigação de contribuir por forma adequada para assegurar a integridade e defesa de toda a Nação e os fins da política nacional definidos no interesse comum pelos órgãos de soberania»<sup>1504</sup>.

Associado a esta revisão constitucional importante em que o Estado Novo se consolidava através da integração do seu património ultramarino na lei fundamental do regime, havia um outro aspecto de aparente renovação que tinha sido a eleição de Francisco Craveiro Lopes, para a presidência da República, após a morte de Carmona, ocorrida a 18 de Abril de 1951. Com a morte deste dirigente, o Estado Novo tivera que arranjar um candidato que fosse a sufrágio, em Julho de 1951, conjuntamente com os outros dois candidatos, Rui Luís Gomes, pela oposição comunista, e Quintão Meireles, pela oposição republicana e maçónica. Com a inviabilização de Luís Gomes e a desistência de Meireles, o candidato situacionista foi eleito a 22 de Julho de 1951, sem qualquer obstáculo que impedisse a sua consagração, como segundo presidente de uma República há

<sup>1503</sup> Fernando de Castro Brandão, «Estado Novo - Julho de 1953» in *Estado Novo – Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 202.

<sup>1504</sup> Vide «Capítulo I – Princípios Fundamentais – Art. 136.º» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, Agosto de 1951, n.º 314, p. 126.

dezanove anos governada por Salazar<sup>1505</sup>. A 9 de Agosto de 1951, perante as duas Câmaras reunidas, Craveiro Lopes tomava posse do lugar de maior projecção do Estado Novo, contrariando as veleidades de alguns salazaristas monárquicos, como as de Mário de Figueiredo, que queria após a morte do presidente Carmona restituir o poder aos apaniguados deste regime. No discurso inaugural, o novo Presidente asseverava o compromisso de colocar o seu «patriotismo» ao serviço de uma Nação una e forte, numa hora tão «perturbada» e de futuro «incerto». Para contrariar esse indefinido porvir que se avizinhava era necessário, segundo Craveiro Lopes, que o país «moral» e «materialmente» estivesse preparado para enfrentar as obrigações que o novo contexto internacional exigiam de Portugal. E uma das formas de encarar com tranquilidade essas exigências, era apostar na formação de uma Forças Armadas convenientemente treinadas «para poderem cumprir com a alta missão que lhes compete na defesa do património nacional e da civilização que tanto ajudámos a criar»<sup>1506</sup>.

Estas ideias voltariam a ser recuperadas durante o terceiro Congresso da União Nacional que reunira em Coimbra, nos finais de Novembro de 1951, como forma de «homenagem» ao contributo dado pela cidade e pela sua Universidade à revolta do 28 de Maio e aos regimes que posteriormente se sucederam. Em discurso pronunciado quando da abertura deste Congresso, Oliveira Salazar fazia a síntese dos vinte e cinco anos do levantamento de 1926, ratificando, na cidade donde emergira politicamente, as fundamentações primárias do «humanismo» português, já anunciadas anteriormente em Braga na celebração do 10.º aniversário da Revolução Nacional, e que eram a ratificação de princípios como os de «Deus e a virtude», os da «Pátria e a sua História», os da «autoridade e o seu prestígio», os da «família e a sua moral», os da «glória do trabalho e o dever»<sup>1507</sup>. Mas, agora, em 1951 os tempos eram outros. De acordo com a retórica de Salazar, neste evento que assinalava o quarto de século do «28 de Maio» ocorreram «factos» cujo desenvolvimento costumava demorar «séculos», tais como as «crises»

---

<sup>1505</sup> Castro Brandão refere que nestas eleições «sem qualquer oposição» o general Craveiro Lopes foi eleito com 965.236 votantes, número de votos correspondente a 77,7% do total dos inscritos. Vide Fernando de Castro Brandão, «Estado Novo - Julho de 1951» in *Estado Novo – Uma...*, p. 185.

<sup>1506</sup> Vide «General Craveiro Lopes, Novo Presidente da República – Mensagem do Chefe de Estado» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, Setembro-Outubro de 1951, n.ºs 315-316, pp. 5-13, especialmente p. 7.

<sup>1507</sup> Vide «III Congresso da União Nacional – Discurso de Sua Ex.a o Presidente do Conselho» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, Dezembro de 1951, n.º 318, pp. 3-18, especialmente p. 7.

(económicas e políticas) e as «guerras» (civis e mundiais) de uma grande violência e atrocidade cujas consequências foram desastrosas para a História da Humanidade<sup>1508</sup>.

A entrada na segunda metade do século XX era mesmo para ser vivida «intensamente» e não bastava o folclore das «bandeiras» doutrinárias, era preciso entrar «armado no combate», ou melhor, nos múltiplos «combates» pela defesa do Ultramar na nova ordem constitucional, segundo o líder do Estado Novo. Uma vez derogado o Acto Colonial e os seus principais pressupostos, era necessário continuar a construir uma legislação adaptada à nova realidade. Embora alguns aspectos tivessem sido entretanto modificados no referente à política traçada para os territórios ultramarinos, sobretudo a nível internacional, no conjunto esta revogação legislativa poucas alterações trouxera ao sistema colonial português. Assim, a concepção que emergira que apontava para o carácter «uno e pluricontinental da Nação» aproximava-se mais de um «assimilacionismo etnocêntrico», na expressão de Valentim Alexandre<sup>1509</sup>, do que de um verdadeiro lusotropicalismo com influências de outras áreas da cultura brasileira, como a do índio e a do africano, na opinião de Gilberto Freyre. Constatava-se que mudando aparentemente as leis referentes ao Império, se mantinha no fundo o carácter unitário da dominação imperial. Esta diferença entre unionistas e autonomistas iria fraccionar os militantes do regime e manter-se-ia até à queda do Estado Novo, em Abril de 1974<sup>1510</sup>. Ainda que adaptando a via do assimilacionismo na reforma administrativista de 1951, com a integração das parcelas ultramarinas no território metropolitano, contraditoriamente conservaram-se os estatutos dos «indígenas» que rejeitavam a cidadania lusa à maior parte dos naturais das colónias portuguesas.

Com um atraso de três anos, o «Estatuto dos Indígenas» das províncias da Guiné, Angola e Moçambique acabariam por ser promulgados a 20 de Maio de 1954. Agora em consonância com a reforma de 1951, era permitido o acesso gradual dos autóctones destas parcelas à cidadania plena, conquanto com uma nova *nuance*: terão a nacionalidade portuguesa os «indígenas» que nascerem em território português, mas também aqueles que

---

<sup>1508</sup> *Idem, Ibidem*, p. 4.

<sup>1509</sup> Valentim Alexandre, «O Império Africano (Séculos XIX-XX) – As Linhas Gerais» in *O Império Africano – Séculos XIX e XX*, (Coordenação de Valentim Alexandre), Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 11-28, especialmente p. 25.

<sup>1510</sup> António E. Duarte Silva, «Das Colónias às Províncias Ultramarinas» in *Os Anos de Salazar*, Volume 9, Barcelona, PlanetaDe Agostini, 2007, pp. 7-27, especialmente p. 27.

ali habitualmente viverem<sup>1511</sup>. O fim da discriminação legislativa entre os portugueses da Europa e os naturais de fora da Europa só acabaria com a legislação aprovada em 1961, durante a passagem pelo ministério do Ultramar de Adriano Moreira que, com um atraso de dez anos, ousou cumprir o verdadeiro sentido do conceito de assimilação: aculturação e integração das populações da Metrópole e do Ultramar num modelo legislativo único<sup>1512</sup>.

Entretanto, na mesma função de assimilação da cultura portuguesa encontrávamos uma outra doutrina sociológica, a do escritor e investigador brasileiro Gilberto Freyre, que se tornara conhecido com a sua obra de 1933 *Casa Grande e Senzala*<sup>1513</sup>, onde abordava as relações entre os colonizadores europeus e os colonizados americanos (índios e escravos), chegando à conclusão que não havia uma segregação racial nesta colonização, pelo facto de os portugueses terem feito uso no processo de assimilação de três qualidades que lhe eram iminentes: a «aclimatabilidade», a «apetência pela miscigenação» e a «mobilidade»<sup>1514</sup>. Essas qualidades que Freyre encontrou na colonização lusa do Brasil eram extensivas, segundo o mesmo sociólogo, a outros locais do Mundo onde se estendera essa dominação, particularmente nas parcelas da África, Ásia e Oceânia, fazendo com que o processo de dominação dessas regiões se diferenciasse do das outras metrópoles concorrentes. Por ser um processo assimilacionista que relegava para um mesmo plano a influência da potência colonial, colocando-a ao nível das outras influências culturais do colonizado, sem qualquer complexo etnocêntrico, foi mal interpretada como doutrina pelos meios coloniais (autoridades e meios académicos) do Estado Novo nos seus primórdios, pelo que o ponto de vista deste cientista social só seria recuperado pelo regime de Salazar após as reformas legislativas de 1951, resultantes da crise que se instalara nos países detentores de Impérios Coloniais, logo a seguir ao final da Segunda Guerra Mundial.

A sintonia entre o autor de *Casa Grande e Senzala* e de outra obra paradigmática para o Estado Novo que remontava a 1940, *O Mundo que o Português Criou*<sup>1515</sup>, levava a que essas mesmas autoridades convidassem o sociólogo brasileiro a visitar esse «Mundo» lusófono, numa viagem cuja divulgação para os meios coloniais internacionais seria

<sup>1511</sup> Vide *Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique: decreto-lei n.º 39.666*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, 25 pp.

<sup>1512</sup> Vide «Abolição do Estatuto do Indigenato em 1961» in *Decreto 43. 893, de 6 de Setembro de 1961*.

<sup>1513</sup> Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, 1933. Na versão portuguesa da mesma obra a Editora «Livros do Brasil» publicaria em Lisboa uma edição com 527 páginas.

<sup>1514</sup> Valentim Alexandre, «O Império Africano (Séculos XIX-XX) – As Linhas Gerais» in *O Império Africano.....*, p. 25.

<sup>1515</sup> Gilberto Freyre, *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colónias portuguesas*, Lisboa, Editora Livros do Brasil, 1954, 221 pp. A versão original é da Editora «José Olympio» e foi publicada no Rio de Janeiro em 1940, com prefácio de António Sérgio.



importante fazer, para dessa forma mostrar que em Portugal, em vez de segregação, havia na relação com as suas parcelas tropicais assimilação e integração racial. A comprovar a importância propagandística dessa viagem, estava o facto de o *Boletim Geral do Ultramar* ter dado uma grande cobertura, começando logo pelo artigo noticioso de dezoito páginas publicado no n.º 320, de Fevereiro de 1952<sup>1516</sup>, que merecera aliás uma nota da redacção do periódico dando conta do significado da viagem e do que representava para Portugal, naquele contexto temporal, as doutrinas deste investigador<sup>1517</sup>. A 3 de Abril de 1952, o ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, partia de Lisboa para uma viagem às parcelas do Oriente com visitas à Índia, Macau e Timor. O pretexto era inaugurar a carreira marítima que da Europa ligava a Metrópole às Províncias Ultramarinas da Ásia e da Oceania. Para além deste acto de propaganda que se associava a estas viagens habituais sempre que o Ministério tinha um novo titular, esta visita procurava auscultar a situação tensa e vulnerável que os territórios lusos da Índia estavam a viver, depois da independência da Índia britânica, em 1947, e da chegada ao poder dos nacionalistas hindus, encabeçados pelo brâmane Jawaharlal Nehru. E a confirmação da preocupação das autoridades do Estado Novo sobre esta nova situação na política internacional encontrava-se subjacente numa pequena anotação a itálico que a redacção do *Boletim* n.º 321, de Março de 1952, fizera inserir no programa ministerial e onde se faziam as seguintes afirmações:

Poucos dias faltam para que tenha começo a viagem do sr. Ministro do Ultramar às províncias do Oriente, dum largo alcance político, particularmente de valor no período de agitação nacionalista em diversas paragens, e a que o Mundo assiste preocupado. Não duvidamos: a História registará o acontecimento, encarecendo-o<sup>1518</sup>.

O recrudescimento da «onda» nacionalista e a situação internacional continuava a ser preocupação das intervenções públicas do Presidente do Conselho, nomeadamente nas reuniões da União Nacional, onde junto dos correlegionários do partido aproveitava para fazer a análise política e, ao mesmo tempo, traçar directrizes para com a gestão do património ultramarino face à nova conjuntura mundial e à proximidade do próximo acto

<sup>1516</sup> Vide «Jornadas do Sociólogo Brasileiro Gilberto Freire às Províncias Portuguesas do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, Fevereiro de 1952, n.º 320, pp. 3-21.

<sup>1517</sup> *Idem*, «Jornadas do Sociólogo Brasileiro Gilberto Freire às Províncias ...», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Fevereiro de 1952, n.º 320, p. 3.

<sup>1518</sup> Vide «A Viagem do Sr. Ministro do Ultramar às Províncias do Oriente», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXVII, Março de 1952, n.º 321, pp. 109-112, especialmente p. 109.

eleitoral. Assim, no que respeitava a estes territórios a grande questão que Salazar salientava, nesta reunião plenária de 1953 da União Nacional, eram as discussões que se produziam na assembleia da ONU, onde os países colonizadores eram «fortemente agredidos», «julgados sem piedade», «condenados sem remissão»<sup>1519</sup>, muito embora Portugal nem sequer pertencesse a essa instituição. A par das pressões que o país sofria para conceder autonomia às suas colónias de África, a outra grande preocupação do regime neste período pré-eleitoral era a situação que se vivia no Extremo-Oriente, particularmente em Goa, regiões, segundo a metáfora de Salazar, propensas «física» e «politicamente» ao despoletar de grandes «tufões». E o derramar destes ventos vinha da recém constituída União Indiana liderada por Nehru que, depois da chegada ao poder há seis anos atrás (1947), procurava alastrar a sua influência na zona tendo entrado em conflito com o Paquistão por causa da secessão de Caxemira (1947-1948). Paralelamente, Nehru conseguira por meio de negociações, em 1954, a integração dos enclaves franceses da Índia e começara uma campanha de destabilização para tentar também recuperar os territórios portugueses nessa zona, estratégia consumada pela força em Dezembro de 1961.

Desta forma, a campanha contra a dominação de Portugal nos territórios de Goa, Damão e Diu começara logo nos primórdios da década de cinquenta e, segundo a informação prestada pelo Presidente do Conselho nesse discurso, de Julho de 1953, centrava-se sobretudo na propaganda nos órgãos de Comunicação Social indianos, nas manifestações de rua, no incitamento à desobediência civil, na ocupação do Instituto Luso-Indiano de Bombaim e no encerramento da Legação de Lisboa. Salazar não compreendia a animosidade da Índia contra Portugal, pois o Governo que dirigia saudara na altura a independência deste antigo domínio britânico e procurara, desde então, ter as mais cordiais relações de vizinhança, visto os interesses na zona serem comuns, tanto de ordem económica, como jurídica. Mas se a animosidade da Índia para com Portugal resultara de um «preconceito» anticolonial, Salazar continuava, segundo as suas palavras, a não entender a atitude hegemónica de Nehru para com os territórios vizinhos, porque a perspectiva anticolonialista visava a libertação pela independência e não a dominação por outra integração<sup>1520</sup>.

A propósito desta questão da integração ou rejeição das especificidades culturais das etnias indianas, Salazar aproveitava a contradição do regime de Nehru para reafirmar o

<sup>1519</sup> Vide «Os Problemas Políticos e o Próximo Acto Eleitoral», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, Agosto de 1953, n.º 338, pp. 3-17, especialmente p. 6.

<sup>1520</sup> *Idem*, *Ibidem*, pp. 8-9.

velho dogmatismo da tese do imperialismo luso: que as províncias metropolitanas e ultramarinas, mau grado a descontinuidade geográfica, continuavam a ser um todo nacional que interagiam reciprocamente entre elas com espírito de cooperação e de solidariedade. Deste modo, e segundo as palavras do Presidente do Conselho, os territórios de Goa, Damão e Dio, o «pequeno» Estado da Índia, como lhe chamava, continuavam a ser «...efectivamente uma província de Portugal e precisamente aquela a que estão ligados alguns dos maiores nomes que a Nação Portuguesa pode dar à História Universal»<sup>1521</sup>.

Em reforço desta teoria da continuidade geográfica estava o ritual de mais uma tripla visita presidencial entre 1954 e 1956 do general Craveiro Lopes aos territórios africanos de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, conforme o comprovam os volumes especiais que o *Boletim* dedicou a este evento que ilustrava ao mais alto nível como havia interdependência e solidariedade institucional entre autoridades e populações da Metrópole e das Províncias Ultramarinas<sup>1522</sup>, mau grado o mal-estar entre a União Indiana e Portugal ter entrado em crescendo a ponto de a 22 de Julho de 1954 a aldeia de Dadrá ter sido ocupada por «voluntários» armados a mando da União Indiana, que deixaram um rasto de violência e de mortes no terreno (quatro mortos), entre as quais a do subchefe Aniceto do Rosário, tornado herói nacional, com o nome em ruas e praças, nas diversas vilas e cidades da Metrópole e do Ultramar<sup>1523</sup>. Apesar destes conflitos pontuais junto da fronteira portuguesa e indiana e das posições dogmáticas de colonialismo militante adoptado pelo regime do Estado Novo, em Dezembro de 1955 Portugal acabaria por ser admitido no seio da ONU, com mais quinze outros países, tendo o veto da União Soviética ido nesta altura para o Japão, apenas como retaliação da China não ter permitido anteriormente a entrada da Mongólia<sup>1524</sup>.

Sete meses depois desta admissão, o Governo português recebia do secretariado daquele organismo uma nota que inquiria as autoridades de Lisboa sobre a forma como administravam os territórios ultramarinos e se essa mesma administração era consentânea com os princípios expressos pelo artigo 73.º, da «Carta» das Nações Unidas. Essa cláusula

<sup>1521</sup> Vide «Goa e a União Indiana - Discurso pelo Presidente do Conselho, em 12 de Abril de 1954, ao microfone da Emissora Nacional» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XIX, Abril de 1954, n.º 346, pp. 5-17.

<sup>1522</sup> Vide os seguintes números do *Boletim* sobre este acontecimento patriótico: *Boletim* n.ºs 353-354, Ano XXX, de Novembro/Dezembro de 1954, 761 pp. (S. Tomé e Príncipe e Angola); *Boletim* n.º 360, Ano XXXI, de Junho de 1955, 630 pp. (Guiné, Cabo Verde e Madeira); *Boletim* n.º 375-376, Ano XXXII, de Setembro/Outubro de 1956, 707 pp. (Moçambique).

<sup>1523</sup> Vide «O atentado contra a Soberania Portuguesa - Os Ataques a Dadrá e a Silvassá» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XIX, Abril de 1954, n.º 346, pp. 35-76, especialmente pp. 42-47.

<sup>1524</sup> Vide «Portugal nas Nações Unidas», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXXII, Janeiro de 1956, n.º 367, pp. 93-102, especialmente pp. 93-94.

referia-se concretamente aos «Territórios não Autónomos» e às responsabilidades que os membros que integravam essa instituição tinham de assegurar a «paz» e a «segurança» e ainda de fornecer ao secretariado-geral informações sobre o progresso «político», «económico», «social» e «educacional» dessas possessões<sup>1525</sup>. Portugal como já havia alterado o estatuto jurídico-político do seu Império, reconvertendo-o em províncias ultramarinas desde 1951, respondera que não tinha territórios «não autónomos», pelo que não tinha que cumprir com o estipulado por esse artigo da referida «Carta». A resposta do Governo de Lisboa deixara inconformados os elementos do chamado «bloco» de leste e afro-americano que, para contrariar esta não verdade sobre o carácter imperial do regime estadonovista, quiseram aprovar uma moção para condenarem o colonialismo português (Assembleia Geral de Fevereiro de 1957). Com a abstenção de cinco países, a moção acabaria por ficar empatada com trinta e cinco votos para cada um dos lados. Como não obtivera dois terços de votos para obrigar Portugal a cumprir o artigo 73.º, da Carta das Nações Unidas, a moção não foi aprovada, mas conseguiu a partir desse momento induzir a solidariedade da maior parte dos países socialistas e «terceiro-mundistas» para a contestação das posições colonialistas do regime português neste Areópago<sup>1526</sup>.

Entretanto, a década de cinquenta aproximava-se do final e o regime presidido por Salazar nunca mais tivera descanso relativamente à forma como administrava as suas parcelas ultramarinas e como através de uma medida legislativa conseguira ir adiando a resolução deste problema crucial da vida da Nação. Internamente a política do Estado Novo criara uma grande clivagem com a oposição no decorrer da campanha eleitoral para a eleição de um novo Presidente da República que deveria substituir Craveiro Lopes, após o primeiro e único mandato de sete anos. A não renovação do mandato deste militar escolhido para «suceder» a Carmona foi o indicador que revelava as rivalidades e fragilidades internas do regime, a ponto de se considerar *persona non grata* o mais alto magistrado da Nação. A comprovar essa desconfiança estavam as palavras enigmáticas do chefe do Executivo num discurso que pronunciara no palácio de São Bento, a 31 de Maio de 1958. Dirigindo-se aos presidentes dos Municípios, Salazar ao referir-se à substituição de Craveiro Lopes, por um novo candidato a indicar pelo partido único, argumentava com as seguintes considerações:

---

<sup>1525</sup> José Freire Antunes, «O Estado Novo e a Guerra Fria – 1946-1961-Artigo 73.º e artifício jurídico» in *Kennedy e Salazar...*, pp. 37-39.

<sup>1526</sup> Vide «Portugal na ONU» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, Março de 1957, n.º 381, pp. 7-48, especialmente pp. 43-44.

Quase a findar o mandato presidencial, a União Nacional procurou um candidato na mesma linha em que das outras vezes se situou: escolher o homem probo, digno, prudente, pronto a servir, capaz de interpretar e defender em momentos de crise os interesses da grei. Não será necessário tomar de assalto uma fortaleza, mas pode bem haver necessidade de defendê-la<sup>1527</sup>.

Como o presidente Craveiro Lopes já não reunia essas qualidades de «probidade» e «prudência», a União Nacional iria escolher um homem que conseguisse gerir a crise sem se sobrepôr aos interesses do chefe do Executivo. E o perfil encontrado foi o do almirante Américo Thomaz que, numas eleições muito disputadas com o candidato da oposição, general Humberto Delgado, iria conseguir ganhar com muita contestação o lugar outrora pertencente a Craveiro Lopes. A vitória de Thomaz foi de tal maneira refutada, pela falta de liberdade e adulteração dos resultados eleitorais, que o próprio Salazar se referiu a ela num discurso pronunciado na sede da União Nacional, a 1 de Julho de 1958, e que o *Boletim* n.º 397, de Julho de 1958, publicara com o título «Caminho do Futuro»<sup>1528</sup>. Nesse sugestivo apelo para a continuidade do regime, o Presidente do Conselho invocava a dificuldade que fora a formalização dos resultados e a necessidade de recorrer a instituições judiciais para arbitrar a questão e julgar a contento dos interesses do regime. A esse respeito, Salazar afirmava:

O Supremo Tribunal julgou já definitivamente o pleito eleitoral e não há dúvidas de que ganhámos as eleições... Foi evidente a todos que a campanha das oposições não foi própria de propaganda de candidatos à Presidência da República, mas o desenvolvimento de um processo subversivo é tal que se tem tentado protelar para além da eleição e se eternizaria e agravaria se, com espírito fraco e mão débil, o deixassem alastrar<sup>1529</sup>.

Deste modo, a 9 de Agosto de 1958, Américo Thomaz prestava juramento na Assembleia Nacional como Presidente da República, por sinal o último do Estado Novo, a caminho de um futuro efémero, visto que o regime iniciava aqui uma linha descendente

<sup>1527</sup> Vide «A Obra do Regime na Campanha Eleitoral (Discurso proferido por Sua Excelência o Presidente do Conselho em 31 de Maio de 1958 no Palácio de S. Bento, em resposta a mensagem dos presidentes dos municípios portugueses)» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIV, Junho de 1958, n.º 396, pp. 21-42, especialmente p. 38.

<sup>1528</sup> Vide «Caminho do Futuro (Discurso proferido por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Prof. Dr Oliveira Salazar, na sede da União Nacional, em 1 de Julho de 1958)» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIV, Julho de 1958, n.º 397, pp. 3-24.

<sup>1529</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 3-4.

que nem um «espírito» forte conseguira contrariar o rumo aos acontecimentos que teriam o seu mais alto ponto de crise no ano de 1961, quando Angola iniciou a sua guerra de libertação e a União Indiana ocupou Goa, Damão e Dio, no final desse ano<sup>1530</sup>. O Império que Portugal detivera por mais de cinco séculos começava a desmoronar-se sem apelo nem agravo, muito embora tivessem sido dadas oportunidades ao regime salazarista de negociar questões que a idiossincrasia do Estado Novo considerava inquestionáveis. E o dogma que o regime mantivera até ao fim era de que ninguém, nem mesmo a assembleia-geral da ONU, tinha «competência» para «declarar não autónomos territórios de qualquer potência»<sup>1531</sup>. Mau grado a admissão nas «Nações Unidas», Portugal nunca quisera cumprir com o princípio inserido no artigo 73.º da «Carta» desse Organismo. Esse facto iria levar a um isolamento e a uma campanha anticolonialista sistemática por parte da comunidade internacional que culminaria com a guerra em Angola, a partir de Março de 1961<sup>1532</sup>, esgotadas que estavam as negociações diplomáticas para que fosse concedida a independência a esses territórios não autónomos<sup>1533</sup>. A reacção do presidente do Conselho a este «atentado» contra a soberania nacional em África foi rápida, tal como a expressão que Salazar utilizou quando a própria «casa» começou a «arder»:

Para Angola rapidamente e em força<sup>1534</sup>.

A primeira resposta a esta urgência em ir para Angola foi a remodelação ministerial, a 13 de Abril de 1961, que mudou três peças chave no controlo político-militar da situação: a substituição do ministro da Defesa, passando esse pelouro para a sua própria tutela; a nomeação dos ministros do Exército e do Ultramar, respectivamente brigadeiro Mário Silva e professor Adriano Moreira. A seguir, duas outras medidas prioritárias: envio de tropas e material bélico para Angola, para tentar sustentar a revolta inicialmente começada

<sup>1530</sup> António Costa Pinto, «O Salazarismo e a Guerra Colonial» in *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 35-64.

<sup>1531</sup> Vide «Portugal e a Campanha Anticolonialista (Discurso pronunciado pelo Presidente do Conselho, professor doutor Oliveira Salazar, na sessão da Assembleia Nacional de 30 de Novembro de 1960)» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI, Dezembro de 1960, n.º 426, pp. 3-26, especialmente p. 20.

<sup>1532</sup> José Manuel Barroso, «A guerra fria e o fim do império colonial português (algumas contribuições para o seu estudo)» in *A Guerra do Ultramar – Realidade e Ficção*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 163-169.

<sup>1533</sup> Witney W. Schneidman, «Kennedy e Salazar: África e os Açores» in *Confronto em África – Washington e a queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna da História, 2005, pp. 33-100, especialmente pp. 38-44.

<sup>1534</sup> Esta frase foi pronunciada no discurso perante os microfones da rádio e televisão no dia da remodelação ministerial (13 de Abril) que se verificara após os incidentes de 4 de Fevereiro de 1961. Vide «Remodelação Ministerial: discurso do presidente do Conselho dr. Oliveira Salazar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVII, Março-Abril de 1961, n.ºs 429/430, pp. 19-31, especialmente p. 20.

em Luanda e que logo se alastrou a todo o norte desse território; alterações na legislação que concedessem cidadania aos indígenas do Ultramar, modificando a situação de exploração e de discriminação em que estes autóctones se encontravam relativamente aos portugueses da Metrópole, depois da reforma de 1951. Para supervisionar no terreno e para tranquilizar as populações ultramarinas, o recém-empossado ministro do Ultramar, Adriano Moreira, partiu para Angola onde, em plena sessão do Conselho Legislativo, de 2 de Maio de 1961, justificava a importância que o Governo estava a dar a «...esta terra mártir onde hoje se decide o próprio destino de Portugal»<sup>1535</sup>. Partindo deste axioma do ministro Moreira, de estar em jogo o destino de Portugal, após Fevereiro/Março de 1961, poderíamos deduzir que o Império apenas fora contestado no século XX pontualmente em poucas ocasiões: durante a Primeira Guerra (Angola e Moçambique); na Segunda Guerra Mundial (Timor); em escaramuças de fronteira nos territórios indianos de Goa, Damão e Dio, a partir dos anos cinquenta (Dadrá e Nagar-Aveli em 1954); nas votações das Assembleias das Nações Unidas, após a entrada de Portugal para essa instituição em 1955. Mas agora pela primeira vez começava uma guerra que iria refutar pela força o direito que Portugal tinha em administrar os seus territórios coloniais.

Esta frente que começara em Angola e se alastraria a outros territórios, como a Guiné e Moçambique, levaria a que o jovem ministro do Ultramar tentasse recuperar o tempo perdido com a implementação de um conjunto de medidas reformistas que nivelasse as desigualdades e procurasse mitigar a revolta nacionalista, que hostilizava, cada vez mais, tudo o que provinha da matriz colonizadora. Assim, um primeiro passo para actualizar a dominação portuguesa nessa conjuntura de guerra era revogar o Estatuto dos Indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, alteração legislativa que foi feita pelo Decreto-Lei n.º 43.893, de 6 de Setembro de 1961. Mas este diploma legislativo que deveria conceder a cidadania plena aos naturais dos trópicos, para posteriormente preparar essas populações para uma gradual autonomização que as conduzisse a uma independência definitiva, não era mais do que tentar mudar uma situação, para que tudo ficasse na mesma, como se poderia depreender pelas palavras do ministro Adriano Moreira num discurso proferido, a 28 de Agosto de 1961, na Associação Comercial do Porto, a propósito da «Política de Integração»:

---

<sup>1535</sup> Vide «Em Nome das Vítimas: Discurso proferido pelo ministro do Ultramar professor doutor Adriano Moreira na Sessão do Conselho Legislativo de Angola efectuada em 2 de Maio de 1961» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVII, Maio de 1961, n.º 431, pp. 3-16, especialmente p. 3.

Por isso, ao decretar a uniformidade do estatuto político de todos os portugueses, não pensamos que diminuíram as nossas responsabilidades civilizadoras, antes o fazemos no entendimento de que chegámos a um ponto da evolução portuguesa em que a tarefa histórica que nos coube poderá ser facilitada por esta uniformização<sup>1536</sup>.

No reforço dessa ideia de um integracionismo cívico, o ministro do Ultramar propunha um novo andamento no «processo» de evolução dessa portugalização das parcelas tropicais. Assim, sem o povoamento «intensivo» de populações europeias na criação de comunidades multiraciais integradas não haveria em África «nem progresso, nem ordem, nem civilização, nem direitos do homem»<sup>1537</sup>. Com essa legislação acabara definitivamente o estatuto do «indígena» e do «assimilado», figura híbrida entre o autóctone e o cidadão português, e teoricamente com a revogação do Estatuto do Indigenato, aprovada no tempo do ministro Moreira, chegar-se-ia a este estágio civilizacional de «progresso» e «ordem», utopia que a ideologia imperial do Estado Novo ainda acreditava realizar numa ordem mundial anticolonialista que já não aceitava veleidades desta espécie. Embora aprovada esta doutrina do «integracionismo» para a cidadania portuguesa, uma outra doutrina se perfilava nas hostes estadonovistas e era defendida pelo antigo ministro das Colónias, Marcello Caetano, e pelo seu grupo de apaniguados. Concorrendo com a corrente unitária da cidadania portuguesa, esta admitia que se permitisse às parcelas ultramarinas uma certa autonomia que poderia evoluir futuramente para um «federalismo».

Esta tendência autonómica começara a despontar quando, a 22 de Setembro de 1962, o ministro do Ultramar, Adriano Moreira, encarregara o Conselho Ultramarino de estudar a revisão da Lei Orgânica do Ultramar que remontava ao ano de 1953. No acórdão do Conselho Ultramarino redigido pelo universitário Joaquim Silva Cunha apresentado um mês depois, a 31 de Outubro, antes de ser enviada à Assembleia Nacional, os elementos que constituíam esse órgão consultivo<sup>1538</sup> consideravam que esta revisão não deveria ser orientada para a filosofia que alguns consideravam de «integração administrativa», mas

<sup>1536</sup> Adriano Moreira, «Política de Integração: Discurso proferido pelo ministro do Ultramar professor doutor Adriano Moreira na Associação Comercial do Portodo Conselho efectuada em 28 de Agosto de 1961», *Ibidem, Boletim Geral do...*, Ano XXXVII, Agosto-Setembro de 1961, n.ºs 434/435, pp. 3-28, especialmente p. 27.

<sup>1537</sup> *Idem, Ibidem*, p. 28.

<sup>1538</sup> Os elementos que constituíam este órgão consultivo eram os seguintes: vogais dos Conselhos Legislativos e de Governo de todas as províncias; representantes das actividades económicas de Angola e Moçambique; antigos ministros e subsecretários do Ultramar. *Vide* a propósito «Proposta de Lei à Revisão da Lei N.º 2066, de 27 de Junho de 1953 (Lei Orgânica do Ultramar Português)» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIX, Janeiro-Fevereiro de 1963, n.ºs 451/452, pp. 31-64, especialmente p. 44.



para uma autonomia mais ampla das províncias ultramarinas, com destaque para uma maior participação das populações nos órgãos locais e nacionais, isto é, para uma maior descentralização, desde que fosse devidamente ressalvada a unidade nacional, como aliás estava bem vincada na proposta enviada ao órgão legislativo do regime que em última instância deveria aprovar este estudo sobre as «Leis Orgânicas do Ultramar»:

Com efeito, a vida local e os interesses morais, culturais e económicos têm já no Ultramar pujança e vigor apreciáveis e, desse modo, a sua representação na Câmara Corporativa só pode ser útil e benéfica. Além disso, o conhecimento directo do meio é da maior vantagem no estudo dos problemas que o afectem ou lhe digam respeito. Pela mesma ordem de ideias se considera conveniente a representação nos órgãos consultivos de âmbito nacional<sup>1539</sup>.

Entretanto, no início de Dezembro de 1962, o ministro do Ultramar, Adriano Moreira, que se responsabilizara por estas reformas que modernizaram o colonialismo português era demitido do lugar que ocupava há apenas vinte meses, e substituído pelo comandante Peixoto Correia. Esta substituição que viera atrasar a revisão das Leis Orgânicas e das restantes reformas ultramarinas, por causa da reacção que os elementos mais conservadores do regime estavam a ter às medidas tomadas por este jovem académico quanto à gestão do Império, nomeadamente à substituição do Governador-Geral de Angola, general Deslandes, personalidade com muita influência nos meios militares. Esta mudança foi acompanhada pelo *Boletim Geral do Ultramar* que publicara no n.º 449-450, de Novembro/Dezembro de 1962, um artigo de catorze páginas sobre esta «Remodelação Ministerial» onde reportava as substituições e reproduzia os discursos dos novos empossados, nomeadamente do novo responsável pela tutela do Ultramar<sup>1540</sup>. Em relação às medidas a tomar no Ministério que passava a tutelar conjuntamente com os secretários de Estado, Silva Cunha e Mário de Oliveira, Peixoto Correia adiantava que «uma das minhas preocupações será concorrer para vivificar e fortalecer os elos espirituais e morais que ligam as províncias à Metrópole e aquelas entre si»<sup>1541</sup>. Quanto à restante política seria «premature» falar, mas o que é facto é que logo uma das primeiras medidas que tomou foi delegar no seu secretário de Administração Ultramarina, Silva Cunha, a tarefa de elaborar a proposta do ministério das Colónias, a apresentar à Assembleia Nacional, sobre esta

<sup>1539</sup> *Idem*, «Proposta de Lei à Revisão da Lei N.º 2066, de 27 de Junho de 1953 (Lei Orgânica do...)\», *Ibidem*.

<sup>1540</sup> *Vide* «Remodelação Ministerial» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVIII, Novembro-Dezembro de 1962, n.ºs 449/450, pp. 3-17.

<sup>1541</sup> *Idem, Ibidem*, p. 15.

reforma das leis que deveriam gerir cada uma das províncias ultramarinas, neste novo contexto internacional. De lembrar que Silva Cunha já tinha tido conhecimento anterior deste processo de reformulação administrativa, pois fora ele que assinara o parecer pedido pelo ministro Moreira ao Conselho Ultramarino, em Setembro de 1962, apontando esse documento, contraditoriamente à reforma administrativa, de 1951, rubricada por Sarmento Rodrigues, para uma autonomização gradual destes territórios de Além-Mar.

Esta proposta, acompanhada de perto pelo próprio Oliveira Salazar, foi levada aos Conselhos de Ministros de 16, 24 e 25 de Janeiro de 1963 e provocara acesa discussão, entre os ministros com assento nesse órgão. O que estava em causa era: ou manter a «integração» nesses territórios tropicais, conforme reclamava um numeroso grupo de políticos, empresários e militares; ou pelo contrário alterar a lei político-administrativa dessas parcelas para uma maior «descentralização», como defendiam muitos dos vogais do Conselho Ultramarino. Conforme contou um dos intervenientes desse debate que, por sinal na altura desempenhava as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, na biografia que escreveu sobre *Salazar*<sup>1542</sup>, a divisão era muita neste órgão do Poder Executivo, pelo que foram necessárias três reuniões para se poder chegar a algum consenso. Assim, de um lado as posições conservadoras do ministro de Estado, Correia de Oliveira, que considerava esta proposta de lei «incongruente e inoportuna e tem-na por monstruosa traição à pátria», enquanto para o responsável pelas Obras Públicas, Arantes de Oliveira, «o anticolonialismo é irreversível, a independência do Ultramar constitui fenómeno natural»<sup>1543</sup>. Quanto aos ministros militares (Gomes de Araújo e Luz Cunha), viam esta questão da modificação das Cartas Orgânicas do Ultramar com muitas «reservas», por temerem a reacção das Forças Armadas a estas mudanças. Perante este espectro de divisão, segundo o depoimento de Franco Nogueira, Salazar depreendia «que da opinião do Conselho se deduz hostilidade à descentralização e à autonomia havidas por excessivas, e toma sobre si rever o texto, com o Ultramar, à luz das sugestões feitas»<sup>1544</sup>.

A proposta do Governo era de que, apesar das críticas dos integracionistas, o projecto da Lei Orgânica do Ultramar deveria ser aprovada, pelo que deveria ser remetida à Câmara Corporativa e à Assembleia Nacional. Enquanto na primeira instituição os procuradores não puseram grandes entraves a esta proposta de Lei, no caso da Assembleia

<sup>1542</sup> Franco Nogueira «As Frentes-14» in *Salazar – A Resistência (1958-1964)*, Volume V, Livraria Civilização Editora, 1984, pp. 389-512, especialmente pp. 457-458.

<sup>1543</sup> *Idem, Ibidem*, p. 458.

<sup>1544</sup> *Idem, Ibidem*.

Nacional a polémica viria a levantar-se novamente, com acasas discussões de várias correntes políticas. De um lado, um grupo de deputados apoiantes das alterações propostas, que davam mais autonomia aos Governos locais. Nesse grupo encontravam-se homens como Custódia Lopes, Fernando Frade, Jacinto Medina, Moreira Longo e Pacheco Jorge. Invocavam que estas medidas eram necessárias ao desenvolvimento destas parcelas, sem pôr em causa a unidade nacional. Do lado contrário, estavam os deputados mais conservadores, defensores intransigentes da centralização política e administrativa destas províncias de Além-Mar, contando-se entre esse núcleo «duro» de integracionistas personalidades como Burity da Silva, Cardoso de Matos e Herculano de Carvalho. Apesar das discordâncias, esta lei começa a ser discutida na especialidade, a 23 de Abril de 1963<sup>1545</sup>, numa altura em que Portugal defrontava problemas sérios quer a nível interno com o começo da guerra colonial, quer a nível internacional com a contestação à política imperialista, que não queria dar a independência às suas parcelas ultramarinas. Acerca da aprovação deste instrumento legislativo que iria condicionar os princípios da administração ultramarina nos últimos anos do Estado Novo, o subsecretário Silva Cunha, num discurso proferido a 13 de Julho de 1963, em Santo Tirso, no Congresso Internacional de Etnografia, afirmava:

A certeza daquilo com que podemos contar dá-nos a segurança necessária para, em plena tormenta, fazermos tranquilamente as reformas que, na linha da nossa tradição, a evolução dos territórios exige. Foi assim que se reformou a Lei Orgânica do Ultramar e se definiram as traves mestras do espaço económico português: é assim que se preparam os novos estatutos político-administrativos das províncias, se actualizam os planos de ensino e se intensifica a sua execução, se estuda a reforma dos serviços de Saúde e Assistência, se planeiam novos investimentos para o desenvolvimento económico, especialmente no campo das indústrias. É assim, em suma, que, confiadamente, continuamos a trabalhar para o futuro<sup>1546</sup>.

Mas em oposição ao optimismo deste governante, o presente em que em plena «tormenta» se faziam as «reformas» para garantir um «futuro» em «segurança» não se viria a concretizar e a década de sessenta, do século XX, mostrar-se-ia hostil a esta política reformista sobre o Ultramar. A acrescentar à questão colonial, em que Portugal investia

<sup>1545</sup> A promulgação às alterações da Lei Orgânica do Ultramar Português foi feita pela Lei n.º 2119, de 24 de Junho de 1963 e Pela Portaria n.º 19921, de 27 de Junho de 1963. *Vide* a propósito «Ministério do Ultramar – Gabinete do Ministro – Portaria n.º 19921» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIX, Junho-Julho de 1963, n.ºs 456/457, p. 45.

<sup>1546</sup> J. M. da Silva Cunha, «A Nação Escolheu o Caminho», *Ibidem*, pp. 29-44, especialmente p. 43.

grandes recursos financeiros para sustentar uma guerra em três frentes (Guiné, Angola e Moçambique), ao isolamento internacional que exigia uma política diplomática desgastante, o regime ia definhando e nem mesmo a nomeação de Marcello Caetano, a 27 de Setembro de 1968, para Presidente do Conselho, iria transformar um Estado unitário e imperial num Estado federal e descentralizado<sup>1547</sup>. A pretensa «liberalização» que a oposição e os meios anticolonialistas pensavam que se iria efectuar com este «delfim» de Salazar acabaria por não se concretizar, pois a via intermédia entre «integracionistas» e «autonomistas» não visava a emancipação completa que deveria conduzir à independência daqueles territórios de Além-Mar<sup>1548</sup>. A propósito dessas vãs expectativas que a opinião pública e os analistas políticos estavam à espera do «marcelismo» para conduzir pela via reformista o Estado Novo à democracia, será interessante interpretarmos as palavras que o investigador António Costa Pinto tem sobre este regime e a sua figura tutelar:

Caetano não traiu as esperanças e houve de facto alguma “liberalização”. O erro foi pensar que nos regimes ditatoriais “liberalização” queria dizer democratização. Sem Guerra Colonial, talvez a esperança de uma democratização elitista se concretizasse. Mas os valores e as ideias moldam mais os homens do que o pragmatismo da democracia. Caetano, no fundo, também não imaginava Portugal sem império e sabia que em democracia ele desaparecia em meses. Pior legado Salazar não lhe poderia ter deixado”<sup>1549</sup>. Aliás, esta ideia de que a autonomia completa das províncias ultramarinas conduziria à queda do regime concebido por Salazar era professada pelo próprio Marcello Caetano quando já deposto, numa entrevista concedida ao jornal brasileiro *Mundo Português*, de 25 de Junho de 1976, afirmava que “...no dia em que se anunciasse que iria ser dada independência às províncias ultramarinas, mesmo a longo prazo, o Governo português perderia o controlo dos acontecimentos. É a lição dada por todos os casos de descolonização e que o caso português, depois de 1974, veio confirmar”<sup>1550</sup>.

Logo, a via intermédia de uma autonomia gradual que o sucessor de Salazar propunha para a resolução do problema ultramarino estava à partida condenada porque não visava imediatamente a independência do Império Colonial. Mau grado esta constatação, Marcello Caetano para ganhar tempo e acalmar as hostes mais conservadoras do regime

<sup>1547</sup> Fernando Rosas, «O Marcelismo ou a falência da política de transição do Estado Novo» in *Do Marcelismo ao Fim do Império* (Direcção de J. M. Brandão de Brito), Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 15-59, especialmente pp. 40-59.

<sup>1548</sup> Vasco Pulido Valente, «A Democracia Impossível» in *Marcello Caetano – As desventuras da razão*, Lisboa, Gótica, 2002, pp. 53-58.

<sup>1549</sup> António Costa Pinto, «Marcelo Caetano» in *Diário de Notícias* de 19 de Agosto de 2006.

<sup>1550</sup> Marcello Caetano, «Primeira Entrevista (concedida ao jornal brasileiro *Mundo Português*, de 25 de Junho de 1976)» in *O 25 de Abril e o Ultramar – Três Entrevistas e Alguns Documentos*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, S/Data, pp. 7-27, especialmente p. 15.

tentara implementar um modelo político de administração dessas parcelas através da aprovação de medidas que timidamente iam concedendo uma maior liberdade de actuação dos órgãos e das autoridades que representavam o poder metropolitano. A consagração dessa filosofia política iria ser sustentada pela revisão constitucional de 1971, em que as províncias ultramarinas teriam novas funções e designações, conforme vinha enumerado nos artigos 5.º e 133.º da Lei n.º 3/71, de 16 de Agosto, para essa emenda constitucional e que respectivamente afirmava que «o Estado Português é unitário, podendo compreender regiões autónomas com organização político-administrativa adequada à sua situação geográfica e às condições do respectivo meio social» e que esses territórios «...situados fora da Europa constituem províncias ultramarinas, as quais terão estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração justifiquem essa qualificação honorífica»<sup>1551</sup>.

De facto esta emenda constitucional procurava através da alteração da Constituição de 1933, que condicionava todo o sistema jurídico português, fazer uma adaptação do sistema ultramarino às novas realidades políticas internacionais que propugnavam por uma autonomia completa das parcelas ainda sob domínio das metrópoles colonizadoras mundiais. No caso do regime liderado por Marcello Caetano essa autonomia era parcial e o Estado continuava centralizadamente a governar de Lisboa as suas colónias. Também, a retórica dos governantes deste Estado Novo decrépito era a defesa de uma sociedade aparentemente multiracial onde todos os cidadãos do Minho a Timor deveriam ter os mesmos direitos e oportunidades. Mas quer a regulamentação das autonomias ultramarinas, quer a utilização da doutrina sociológica de Gilberto Freyre, foram estratagemas de o regime ir adiando a questão colonial, para desta forma ir assegurando a sua sobrevivência política<sup>1552</sup>.

No último número do *Boletim*, publicado no primeiro semestre do ano de 1970<sup>1553</sup>, o Presidente do Conselho definia bem quais eram as prioridades do Governo que chefiava, num discurso proferido a 21 de Fevereiro desse mesmo ano, por altura da sua eleição para primeiro responsável da Acção Nacional Popular, a designação reformista que foi dada ao

<sup>1551</sup> Vide «Artigos 5.º e 133.º, da Lei N.º 3/71» in *Diário do Governo*, n.º 192, I Série, de 16 de Agosto de 1971.

<sup>1552</sup> Pedro Pizarat Correia, «Descolonização» in *Do Marcelismo ao Fim do...*, pp. 101-224, especialmente pp. 142-143.

<sup>1553</sup> Vide «A Hora é de Acção – Discurso proferido pelo Presidente do Conselho, Prof. Dr. Marcello Caetano, em 21 de Fevereiro de 1970» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLVI, n.º 535, Janeiro-Junho de 1970, pp. 23-39.

partido único que Salazar fundara e presidira durante quase quatro décadas. A esse propósito, e em relação ao Ultramar, Caetano proferia as seguintes palavras:

Não nos é lícito abandonar os nossos irmãos radicados em terras do Ultramar, sejam nativos delas, sejam da Metrópole naturais, nem o esforço imenso para as valorizar e para a promoção social das suas gentes lá penosamente se desenvolve, com êxitos, aliás, que num mundo mais equilibrado seriam motivo de congratulação e louvor. O abandono não seria só sinal de cobardia: corresponderia também a condenar territórios hoje florescentes e pacíficos à desolação e à turbulência. Não estamos a sustentar uma «guerra colonial» como a cada passo os inimigos de Portugal insinuam. Mas a defender a ordem, a harmonia social e o trabalho fecundo de territórios onde a grande massa da população mostra na vida quotidiana a sua determinação de permanecer portuguesa<sup>1554</sup>.

Esta argumentação de «valorizar» e «promover» os territórios e as populações que, na opinião de Marcello Caetano, queriam continuar a «permanecer» portugueses foi uma utopia que era difícil continuar a defender. E como o «abandono» seria sinal de «cobardia», atitude que teimosamente o Estado Novo nunca quis assumir, com a desculpa de «condenar» territórios «florescentes» à «desolação» e à «turbulência», quatro anos depois do *Boletim Geral do Ultramar* ter deixado de se publicar, o regime sucumbia a um golpe encabeçado pelos «capitães de Abril» que se cansaram de esperar pela resolução política da questão colonial, e resolveram, pela força das armas, criar uma alternativa que concedesse a autonomia completa às parcelas sobrantes do primitivo Império Colonial descoberto pelos portugueses no século XV.

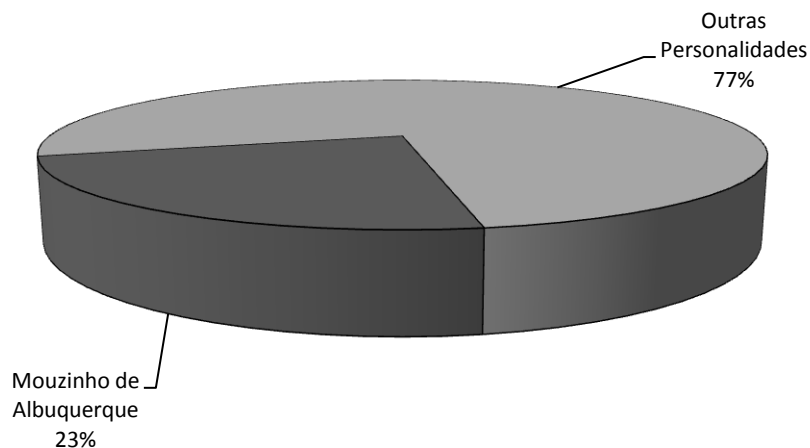
## 2. 2. Baseada em Personalidades

Neste capítulo sobre as entidades que protagonizaram a História do Império referenciadas pelo periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar, entre 1925 e 1970, poderemos concluir que registámos 209 artigos que faziam referência a 47 elementos desse passado apoteótico. De entre esses, poderemos reconhecer individualidades variadas, ligadas sobretudo à fase expansionista da Descoberta e da Ocupação desses territórios, muito embora tivéssemos ainda encontrado referências a individualidades ligadas à ciência, à cultura, à administração e à evangelização. Pretendemos nesta inventariação que o *Boletim* divulgou, como exemplo da intervenção portuguesa nesses territórios de Além-

<sup>1554</sup> *Idem*, «A Hora é de Acção – Discurso proferido pelo Presidente do Conselho, Prof. Dr. Marcello Caetano, em 21 de Fevereiro de...» *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, n.º 535, Janeiro-Junho de 1970, p. 34.

Mar, não só descrever o nome dessas figuras da história imperial portuguesa dos últimos cinco séculos, mas também assinalar o número de artigos que às mesmas se associavam. Assim, a personalidade mais referenciada pelo *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* no período em estudo foi a do major Joaquim Mouzinho de Albuquerque que, de entre 209 artigos contabilizou 49, para 160 das outras individualidades (Ver Gráfico 53)<sup>1555</sup>.

**Gráfico 53: Percentagem de artigos de/sobre Mouzinho de Albuquerque e outras personalidades históricas.**



**Fonte:** Elaboração própria.

Perguntamos: por quê este militar e não uma outra notabilidade como um navegador, um evangelizador, um cientista, e até mesmo um homem de letras? Pensamos que a razão para esta mitificação por parte dos responsáveis redactoriais do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* teria a ver com a fase de pacificação que os portugueses encetaram no final do século XIX nas principais colónias de África, sobretudo em Moçambique, logo após a Conferência de Berlim, de 1885, que havia decidido pelo direito de ocupação, em desabono do tradicional direito de descoberta. E, nessa fase de ocupação, os militares portugueses tiveram que defrontar a rebeldia de régulos e chefes gentílicos da costa Oriental de África, muitas vezes incentivada pelos interesses ingleses da *British South*

<sup>1555</sup> José Luís Lima Garcia “Mouzinho: memória e mito de um militar carlista no Estado Novo salazarista” in *Política Diplomática, Militar e Social do Reinado de D. Carlos no Centenário da sua Morte (Actas do XVIII Colóquio de História Militar)*, Lisboa, Edição da Comissão Portuguesa de História Militar, 2009, pp. 399-405. Ainda, do mesmo autor, «Mouzinho de Albuquerque e o aprisionamento do Gungunhana em Chaimite» in revista *ESEGI Investigaçã*o, Guarda, N.º 5, 1.º Semestre de 2008, pp. 117-131.

*Africa Company*, que retirou grande parte da soberania lusa sobre o *hinterland* da África Austral<sup>1556</sup>. Para impedir mais estragos na dominação sobre o Índico, e perante novas revoltas em 1894 de alguns régulos tsongas, que cercaram por dois meses a cidade de Lourenço Marques, resolvera o Governo de Lisboa nomear para Comissário Régio de Moçambique, o antigo ministro da Marinha e Ultramar, António Enes. Este governante quando partiu para as novas funções, face à gravidade da situação, fizera-se acompanhar por um conjunto de oficiais da melhor elite castrense, que num primeiro momento ficaram incumbidos de estabelecer as bases de um exército local, que pudesse fazer frente a esses insurrectos tsongas, que agora se colocavam sob a influência do grande «rei» de Gaza, Gungunhana<sup>1557</sup>.

A recusa do chefe vátua em entregar os régulos revoltosos, fizera com que o comissário António Enes enviasse o coronel Eduardo Galhano para reagrupar as forças portuguesas no terreno, tendo, em Setembro de 1895 mandado avançar para a região de Manjacaze uma força comandada pelos capitães Freire de Andrade e Paiva Couceiro que, em Magul, deixaram cerca de 400 indígenas mortos<sup>1558</sup>. Perante este desastre, Gungunhana resolvera pedir ajuda aos súbditos ingleses das repúblicas de Durban e do Cabo, para arregimentar forças para lançar uma contra-ofensiva contra as hostes lusitanas, intenções essas que foram interceptadas e contrariadas por um novo confronto que foi ainda mais desfavorável às forças do «leão» de Gaza, pois agora em Coolela as vítimas triplicaram, tendo, segundo René Pélissier, ultrapassado as 1.500<sup>1559</sup>.

Acossado e desmoralizado Gungunhana refugiara-se na terra sagrada dos seus antepassados em Chaimite, local onde estava sepultado o avô Manicusse, chefe incontestado de um dos ramos zulos que no início do século XIX se dirigira para o sul de Moçambique, onde se radicara e dera lugar a uma linha genealógica temida pelas outras linhagens tribais autóctones. Perante estes factos, restava às autoridades locais de Moçambique capturar este símbolo de rebeldia do nacionalismo moçambicano, para, na Europa, exhibir como «troféu» aos seus concorrentes da partilha de África e com esse

<sup>1556</sup> Jill Dias “Portugal: la construcción de un império en el Viejo y el Nuevo Mundo – Una visión cambiante del Imperio” in *La Era delos Imperios*, Barcelona, Editorial Blume, 2007, pp. 68- 91, especialmente p. 86.

<sup>1557</sup> José Luís Lima Garcia, “O Mito de Gungunhana na ideologia nacionalista de Moçambique” in *Comunidades Imaginadas – Nação e Nacionalismo em África* (Coordenação Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa), Coimbra, Edição da Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 131-147.

<sup>1558</sup> René Pélissier, «Enes e os seus centuriões: a cavalaria de além-mar: as colunas ameaçadoras» in *História de Moçambique – formação e oposição – 1854-1918*, Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária, N.º 62, Volume II, 1988, pp. 286-289, especialmente p. 288.

<sup>1559</sup> René Pélissier, «O combate de Coolela (7 de Novembro de 1895)», *Ibidem*, pp. 296-298, especialmente p. 297.



testemunho provar, perante a opinião internacional, que Portugal tinha meios humanos e materiais para colonizar as suas possessões africanas, mas, mais do que isso, tinha honra e dignidade para poder cumprir com o acordado publicamente em Berlim<sup>1560</sup>.

Para o aprisionamento de Gungunhana, o comissário Enes iria designar o na altura capitão Mouzinho de Albuquerque, que partia para o campo de batalha com a promessa de um outro cargo, para o qual fora indigitado e que visava consolidar a ocupação das terras que ainda estavam nas «mãos» destes indígenas sublevados. Esse lugar era o de governador do novo distrito militar de Gaza, divisão administrativa que superintendia em todo um vasto território anteriormente controlado pelo chefe vátua. Poder-se-á perguntar, há distância de mais de cem anos, por que razão António Enes escolheu este militar para uma operação que, apesar de melindrosa, estava ganha à partida pela intervenção corajosa anterior de outros militares, alguns deles até de patente superior, como era o caso do coronel Eduardo Galhano? Convém lembrar que o acto heróico de Mouzinho, à frente de apenas 45 soldados, 2 oficiais e 1 médico, no *kraal*, de Chaimite, que tanto contribuíra para a heroicização deste oficial de cavalaria, a ponto de ser aproveitado pela propaganda do Estado Novo, consagrando o dia 28 de Dezembro, como o dia de «Mouzinho», não tinha só a versão que o captor de Gungunhana relatara e, segundo a investigadora Maria da Conceição Vilhena, havia outra interpretação, dos mesmos acontecimentos, referida por Álvaro Soares de Andrea<sup>1561</sup>, comandante da lancha-canhoneira *Capelo* que participara nas operações que conduziram Mouzinho a Chaimite e que contrariavam alguns dos pormenores daquela «epopeia» bélica que iria ficar registada nos «anais» luso-africanos<sup>1562</sup>.

A fonte escrita em que se baseara Maria da Conceição Vilhena para contrariar a tese oficial da historiografia do Estado Novo, nomeadamente que fizera deste militar o «herói» de referência do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, foi o relatório que Andrea escrevera sobre esses acontecimentos e que intitulara «A Marinha de Guerra na Campanha de Lourenço Marques e contra o Gungunhana, 1894-1895» e que foi divulgado pelos *Anais do Clube Militar Naval*, do biénio de 1897-1898<sup>1563</sup>. O testemunho de um militar da

<sup>1560</sup> José Luís Lima Garcia, “Mouzinho de Albuquerque e o aprisionamento do Gungunhana em Chaimite” in *ESEG Investigação*, Guarda, Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda (Edição Especial 20 anos), n.º 5, 1.º Semestre, 2008, pp. 117-131, especialmente p. 127.

<sup>1561</sup> Maria da Conceição Vilhena, «Prisão de Gungunhana – versão de A. Soares Andrea» in *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um Império Africano*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 141-165.

<sup>1562</sup> René Pélissier, «Chaimite: a captura do Rei: Gungunhana o fugitivo», *op.cit.*, pp. 300-305, especialmente p. 301.

<sup>1563</sup> Maria da Conceição Vilhena, «Prisão de Gungunhana – versão de A. Soares...», *op. cit.*, pp. 148-157.

Marinha que conheceu todos os meandros da operação era eloquente, não só quanto à forma como o aprisionamento do régulo vátua decorrera, mas também quanto às informações curiosas sobre a personalidade e a ideologia de uma personalidade que foi mitificada em regimes tão diferenciados como a Monarquia, a República e o Estado Novo, muito embora neste último regime a apropriação do seu exemplo raiasse por vezes formas de propaganda irracional e até acima das capacidades humanas. Mas o depoimento do comandante Andrea relativizava estes excessos e restituía a dimensão do herói à sua condição terrena, com virtudes e defeitos, como qualquer outro homem que não necessitara das técnicas de comunicação para sobrevalorizar as suas virtudes e encobrir os seus defeitos. Sobre a intervenção de Mouzinho de Albuquerque em Chaimite, Andrea criticava o carácter sanguinário da mesma, considerando que o acto foi desnecessário pois Gungunhana e os seus acólitos já se haviam rendido às forças portuguesas no terreno, conforme descrevia no seu Relatório:

Gungunhana convencionou entregar-se ao comando do meu navio, pedindo apenas para não cortar a cabeça e garantia de vida para os seus filhos e tios. Esse compromisso sagrado em campanha foi para mim tomado solenemente, e cobardemente atraído depois em Chaimite, sendo deslealmente fuzilados os tios Quêto e Manhune que acompanhavam o régulo entregando-se<sup>1564</sup>.

Este último episódio desferia um forte golpe na resistência dos principais agrupamentos étnicos do sul de Moçambique, acelerando a ocupação e a exploração efectiva do território, como o próprio Mouzinho confirmara mais tarde, numa conferência na cidade do Porto declarando que no dia imediato à capitulação do régulo vátua tinham entrado na sede do Governo provincial 120 pedidos de licenças de colonos para fazer comércio na região de Gaza e para abrir rotas fluviais entre Lourenço Marques e o Limpopo<sup>1565</sup>. Quanto ao «herói» de Chaimite, a sua vida e carreira passaram a ser alvo de distinções e promoções. No mesmo dia em que Gungunhana chegava a Lisboa, a 13 de Março de 1896, para cumprir o seu exílio na Europa até à sua morte nos Açores em 1906, Mouzinho de Albuquerque era promovido ao posto de major e nomeado Governador-Geral de Moçambique e nove meses depois, em Novembro do mesmo ano, passava a

<sup>1564</sup> Maria da Conceição Vilhena, *Idem, Ibidem*, p. 156.

<sup>1565</sup> Vide «Conferência de Mousinho de Albuquerque na noite de 19 de Janeiro de 1898, no Centro Comercial do Porto» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Fevereiro de 1936, n.º 128, pp. 11-29, especialmente pp. 25-26.

desempenhar o cargo de Comissário Régio, o mais alto cargo na hierarquia de Moçambique, uma espécie de representante directo do Governo metropolitano na colónia. Feito oficial-às-ordens do Rei e mais tarde, em Dezembro de 1897, foi lhe concedido o privilégio de poder desempenhar as funções de ajudante de campo de D. Carlos. Em Março de 1898, Mouzinho de Albuquerque seria enviado em missão diplomática à Europa, tendo sido recebido com pompa e circunstância em metrópoles imperiais concorrentes, como era o caso de países como a Alemanha, França e Grã-Bretanha. Esta viagem memorável, que fizera a consagração do herói das campanhas de Moçambique, servira ainda para mostrar a esses países rivais, igualmente com interesses em África, como Portugal, embora tardiamente, estava a fazer a ocupação dos seus territórios coloniais, cumprindo na íntegra o acordado em Berlim, quando das conferências realizadas naquela cidade alemã, entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885. Em Novembro de 1901, foi novamente promovido, desta vez ao posto de tenente-coronel.

Foi aproveitando todo este carisma de Mouzinho de Albuquerque, num final de século triunfal e de consagração imperial, que o regime do Estado Novo, após a crise e a instabilidade social, política e militar da República, resolvera ir buscar a memória do herói mítico de Chaimite para recriar uma nova história plena de exemplos de coragem e abnegação, em prol de uma pátria que se realizava também nos trópicos, com autores e figuras que reforçavam esse sentimento de unidade sustentando, ao mesmo tempo, um conceito de «velhos ideais», para uma nova compreensão da realidade do século XX e para a actuação do regime num futuro que se mostrava hostil a veleidades hegemónicas e expansionistas. Este aproveitamento do passado, no presente, para o reforço do direito histórico imperial futuro estava aliás bem expresso no prefácio que o impulsionador do Estado Novo escrevera no livro que um dos seus braços direitos lhe dedicara com admiração, no ano em que o regime era formalmente consagrado, a partir da aprovação da sua lei-básica, a Constituição de 1933. Nas palavras prévias, de Oliveira Salazar, sobre a obra do jornalista António Ferro<sup>1566</sup>, a propósito destes ideais patrióticos e dos seus construtores ao longo dos tempos, o estadista de Santa Comba Dão afirmava:

Por mim, atrevo-me a dizer que estamos demasiado presos à memória dos nossos heróis – nunca, aliás, querida e venerada em excesso –, demasiadamente escravizados a um ideal colectivo que gira sempre à roda de glórias passadas e inigualáveis heroísmos. O nosso passado heróico pesa demais no nosso presente.

---

<sup>1566</sup> António Ferro, *Salazar*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, 228 pp.

Só nós tivemos Vasco da Gama, João de Castro, Afonso de Albuquerque, os triunfos, as glórias fulgurantes da Índia; por detrás de nós, comerciantes ingleses, incomparavelmente menos ilustres, criaram para a Inglaterra, sem dar por isso, um grande Império. Só nós tivemos D. João I, a “íclita geração de altos infantes”, D. Afonso V, para estender Portugal para além do estreito e conquistar o norte de África; mas quem domina e vende os seus produtos em Marrocos é a França e a Espanha. Só nós tivemos Pedro Álvares Cabral, as missões dos jesuítas, o Brasil; mas, ainda que essa seja a nossa coroa mais valiosa de país colonizador e a nossa colónia de portugueses mais numerosa, vão-se os nossos compatriotas ficando ligados ao comércio e às profissões mais humildes, batidos em muitos Estados por alemães e italianos. Só nós ensinámos os caminhos dos grandes oceanos a todos os povos da terra, fomos ao comércio e à pesca primeiro que muitos outros; e compramos agora o bacalhau à Noruega e embarcamos as nossas mercadorias em navios ingleses e da pequena Holanda. A querermos agarrar-nos às concepções dos tempos heróicos, corremos o risco de parecermos como braços desocupados num mundo novo que nos não entende<sup>1567</sup>.

As palavras de Salazar sobre o culto dos heróis neste contexto do emergir do Estado Novo poderiam ser interpretadas com duplo sentido: estático/passivo versus dinâmico/activo. No primeiro sentido estariam todas aquelas figuras invocadas na História da Expansão Marítima que no seu tempo tiveram um papel crucial na afirmação de Portugal no Mundo. Desde a «íclita geração» de Avis, até aos descobridores da Índia e do Brasil, respectivamente Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, estas personalidades desempenharam um papel exemplar e serviram de modelo às novas gerações, da importância que Portugal tivera no Mundo, com a sua contribuição para a descoberta de novos Mundos. Mas, segundo Augusto da Costa, jornalista que assinava as «Crónicas Coloniais» do *Boletim*, as palavras de Oliveira Salazar remetiam para a existência de heróis activos, com sentido funcional na actualidade que recriavam o Império, não deixando de concorrer comercialmente com franceses e espanhóis, num território primeiramente conquistado pelos portugueses no norte de África (Marrocos); no conhecimento dos oceanos e na comercialização pioneira da pesca, da qual hoje dependíamos comprando bacalhau à Noruega e despachando a nossa mercadoria em navios da Holanda ou da Inglaterra<sup>1568</sup>. Assim, para o Presidente do Conselho o culto dos heróis não poderia ficar apenas ligado às concepções históricas dos tempos áureos, mas deveria estar associado a uma mentalidade «nova», sob pena de podermos ficar com os «braços desocupados» num mundo actual que não conhecíamos, nem compreendíamos. Para isso, segundo Salazar, haveria necessidade de ser dada uma «nova directriz» à «Nação» e à sua «vida colectiva»,

<sup>1567</sup> «Prefácio de Oliveira Salazar», *Ibidem*, pp. IX-XLI, especialmente pp. XXXIX-XLI.

<sup>1568</sup> Vide a propósito Augusto da Costa, «Crónica Colonial» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Fevereiro de 1936, n.º 128, pp. 114-120.

empregando «as formidáveis qualidades da raça» e «neutralizando alguns dos seus principais defeitos»<sup>1569</sup>.

Esta dialéctica no culto dos heróis estadonovistas fazia com que a consciência colectiva pudesse diferenciar por exemplo, segundo o cronista Augusto da Costa, o Mouzinho do passado, «esquecido chacinador de negros», do Mouzinho, da actualidade, «herói lendário, cuja memória deve ser venerada e cujo exemplo deve ser seguido»<sup>1570</sup>. Foi, portanto, nesse contexto de «herói lendário», que aliava a «acção» à «inteligência», a coragem «física» à «moral», o brio «cívico» ao «político», que Mouzinho de Albuquerque era associado 38 anos depois da sua morte ao precursor e estratega do Estado Novo, como homens cuja duplicidade antinómica de qualidades se complementavam em tempos e funções diferenciadas: um, Mouzinho, herói no sentido «estático», outro, Salazar, herói em sentido «dinâmico»; um Mouzinho, monárquico, outro Salazar, republicano; um Mouzinho, militar, de cavalaria, outro Salazar, civil, da jurisprudência e das leis financeiras. E nestes exemplos contraditórios, que se poderiam prolongar até à exaustão, entre duas personagens distintas, separadas no tempo, com mais características de diferenciação, do que de união, mas com o sentido patriótico da «dignidade» e da «grandeza» da Nação que serviria de paradigma para, perante um Portugal «enxovalhado» e «vexado», segundo Augusto da Costa, Salazar poder ter o exemplo e o brio do seu antepassado militar do século XIX, para com «paciência», «tenacidade» e «força» granjear e «implantar no País a ordem e a boa administração, fomentar o progresso material, revolucionar a educação e dar à Nação e à sua política um tal aprumo e dignidade que possam reconquistar para Portugal o bom nome e o respeito de todos»<sup>1571</sup>.

Mouzinho de Albuquerque foi de facto uma personalidade que foi mitificada na fase do *Boletim Geral das Colónias* que esteve sob influência do Estado Novo, pois dos 49 artigos recenseados, só encontramos 1 editado antes da implantação deste regime, que se publicara no *Boletim* n.º 9, de Março de 1926, e que era a reprodução, na secção «Lugares Selectos da Biblioteca Colonial Portuguesa», do capítulo «A ocupação e domínio efectivo»<sup>1572</sup>, do seu livro sobre *Moçambique*, referente aos anos de 1896-1898, anos em

<sup>1569</sup> Oliveira Salazar, «Prefácio», *op. cit.*, p. XLI.

<sup>1570</sup> Augusto da Costa, «Crónica Colonial», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 128, de Fevereiro de 1936, p. 116.

<sup>1571</sup> *Idem*, Augusto da Costa, «Crónica Colonial», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 128, de Fevereiro de 1936, pp. 119-120, especialmente p. 120.

<sup>1572</sup> Vide «Lugares Selectos da Biblioteca Colonial Portuguesa: J. Mousinho de Albuquerque, “A ocupação e domínio efectivo”, *Moçambique (1896-1898)*» in *Boletim Geral da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Março de 1926, n.º 9, pp. 146-157.

que desempenhara altas funções de Governador-Geral e Comissário Régio, dessa colónia da África Oriental<sup>1573</sup>. Depois, só a partir de Agosto/Setembro de 1934, passaram a ser publicados sistematicamente escritos sobre este militar, até aos n.ºs 413-414, de Novembro/Dezembro de 1959. De realçar que neste período de 25 anos foram editados 48 artigos, a uma média de 2 artigos por ano e ainda com uma edição especial do *Boletim Geral das Colónias*, o n.º 128, publicada em Fevereiro de 1936, particularmente dedicada ao «Dia de Mousinho».

Nesse número registámos 11 artigos de e sobre este militar, cujos autores e títulos passamos seguidamente a discriminar: «*In Limine*» de Júlio Cayolla; «Conferência de Mousinho de Albuquerque, em 19 de Janeiro de 1898, no Centro Comercial do Porto»; «Mousinho, figura imortal», pelo general Vieira da Rocha; «Monumento a Mousinho», pelo conde de Penha Garcia; «Mousinho de Albuquerque (O seu derradeiro pensamento)», por João Pedro de Mascarenhas Gaivão; «A Escola de Mousinho», por Ernesto de Oliveira e Silva; «A piedade e misericórdia da colonização portuguesa em África», por Eduardo Lupi; «O culto do dever», poema de Silva Tavares; «Mousinho e a morte», por Amadeu Cunha; «Ofício confidencial de Mousinho demissionário»; «Crónica Colonial», de Augusto da Costa. Na rubrica «Informações e Notícias» destacaremos os seguintes aspectos: «Monumento a Mousinho de Albuquerque – A hora do triunfo (Mousinho em Lisboa; No Porto)»; «Em Ermesinde; Como Braga recebeu Mousinho; em Aveiro; Um comentário à visita ao Porto; Mousinho de passagem por Pretória»; «A agonia (Carta do dr. Pedro Gaivão ao Conselheiro Luiz de Magalhães)»; «Celebração do 40.º aniversário de Chaimite (A Exposição de «recordações» de Mousinho)». «A obra literária de Mousinho». «O dia 28 de Dezembro e as livrarias». «Publicações sobre Mousinho. O descerramento da lápida na casa de Mousinho. Sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa. Comemorações escolares. A romagem à sepultura de Mousinho. No Porto e noutros pontos do país»; «Uma evocação de Chaimite pelo general Vieira da Rocha»; «No regresso de Chaimite»; «O ajudante de Mousinho»<sup>1574</sup>.

Na rubrica «Revista da Imprensa», o número especial sobre o militar que prendeu o Gungunhana fazia eco do que dizia a imprensa, transcrevendo vários artigos publicados sobre este oficial das campanhas de Moçambique, que passamos a referir: António Eça de

<sup>1573</sup> J. Mousinho de Albuquerque, *Moçambique, (1896-1898)*, Lisboa, Manoel Gomes, 1899, 365 pp. Relativamente ao capítulo III deste livro, «A ocupação e domínio efectivo», vide pp. 37-47.

<sup>1574</sup> Vide «Índice» in *Boletim Geral das Colónias*, Número especial dedicado ao «Dia de Mousinho», Ano XII, Fevereiro de 1936, n.º 128, p. III.

Queiroz, «Um grande português», in *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 28 de Dezembro de 1935; «Significação do “Dia de Mousinho”» in *Diário de Notícias*, Lisboa, 11 de Novembro de 1935; Ferreira Martins, «A génese do acto de Chaimite» in *Diário de Notícias*, Lisboa, 28 de Dezembro de 1935; «O herói» in *O Século*, Lisboa, 4 de Janeiro de 1936; Mário da Costa Pinto, «A recordação dum herói» in *A Voz*, Lisboa, 7 de Janeiro de 1936; «Mousinho deu Moçambique a Portugal» in *Diário da Manhã*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1935; «A lição de Mousinho» in *Diário da Manhã*, Lisboa, 4 de Janeiro de 1936; «Onde é que havemos de arrumá-lo?» in *Diário de Lisboa*, 5 de Janeiro de 1936; Augusto Casimiro, «O grande exemplo de Mousinho» in *República*, Lisboa, 28 de Dezembro de 1935; Júlio Caiola, «A Agência Geral das Colónias na sua função educativa e de cultura» in *Indústria Portuguesa* de Lisboa; Manuel Múrias, «O nacionalismo português e os grandes africanos como Mousinho» in *Bandarra*, Lisboa, 28 de Dezembro de 1935; Joaquim Leitão, «A Taça» in *Jornal de Notícias* do Porto; Joaquim Saldanha, «A plêiade heróica» in *União*, Lourenço Marques, 18 de Janeiro de 1936; «O soldado e o colonialista» in *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*, Lisboa, Janeiro de 1936; Andrade Velez, «Mousinho» in *Revista Militar*, n.º 2, Fevereiro de 1936<sup>1575</sup>.

Na secção «Bibliografia» foi divulgado, entre os trabalhos na altura editados, um de José de Campos e Sousa intitulado *Mousinho de Albuquerque* que tratava da genealogia de uma família de «Mousinhos» oriunda de Castelo de Vide, no Alto Alentejo, cuja fixação naquela região remontava aos tempos do início da nacionalidade, no século XII<sup>1576</sup>. Na «Cronologia», uma outra secção, apresentavam-se um conjunto de factos bélicos integrados nas campanhas de ocupação e pacificação do sul de Moçambique, desde Setembro de 1895, com as «Sortidas do Chicomo em perseguição do Gungunhana», até Agosto de 1897, com a «Campanha, perseguição e morte do Maguiguana em Mapulanguene»<sup>1577</sup>. O boletim especial terminava com as secções de «Inglês» e «Francês», que nessas línguas faziam a síntese dos conteúdos do periódico para leitores estrangeiros que se interessassem pelos assuntos do colonialismo português em África<sup>1578</sup>.

Será interessante recordar ainda, nesta edição especial sobre o «herói de Chaimite», as palavras do Agente Geral das Colónias interino, Júlio Cayolla, acerca da homenagem que a instituição que dirigia prestava ao militar que se distinguira em Moçambique, na

<sup>1575</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>1576</sup> José de Campos e Sousa, «Bibliografia: Mousinho de Albuquerque», *Ibidem, Boletim Geral das...*, n.º 128, Fevereiro de 1936, pp. 252-253.

<sup>1577</sup> Vide «Cronologia», *Ibidem*, p. 254.

<sup>1578</sup> Vide «English Section» e «Section Française», *Ibidem*, respectivamente pp. 255-257 e pp. 258-260.

altura em que se comemorava o 40.º aniversário da prisão do Gungunhana. Simbolicamente Cayolla chamara a este artigo introdutório, sobre o «Dia de Mousinho», *In Limine*, procurando com esta atitude fazer uma demarcação clara entre o conteúdo de simples palavras de apresentação da homenagem, dos restantes artigos, que resultavam do preito que um conjunto de personalidades, militares e civis, do Estado Novo resolvera fazer a esta figura da ocupação de África. Desta forma, o dia 28 de Dezembro, dia da tomada de Chaimite e da prisão de Gungunhana, passara a ter outro significado, quando a celebração da efeméride atingira as quatro décadas de distância. Assim, a Agência Geral das Colónias com a colaboração de outras entidades da capital do Império, especialmente da Câmara Municipal e da Sociedade de Geografia de Lisboa, organizaram um conjunto de eventos que procuraram ter um carácter pedagógico-didáctico na formação cívica das novas gerações de portugueses, que não conheceram os factos em que Mouzinho participara e se distinguira em nome de Portugal. Era, portanto, este número especial para o Agente-Geral Cayolla quase um «relatório» desse «dia», dos finais de Dezembro de 1895, de acordo com as palavras expressas neste *in limine* sobre a celebração «mousínea»:

Todos os que procuraram da comemoração dum portentoso momento extrair um alto conceito ensinativo, com vista particularmente às mais novas camadas de portugueses, só motivos vieram assim a encontrar para felicitar-se. Quase um «relatório» «desse dia», que força maior fez desdobrar por mais algum tempo, o presente número do *Boletim Geral das Colónias* certifica de sobejo a razão de se sentirem satisfeitos quantos pensaram e levaram a efeito as celebrações<sup>1579</sup>.

Mas, as palavras preambulares de Júlio Cayolla não se limitavam apenas à pedagogia da cidadania imperial através do registo escrito do «relatório» desse dia épico, mas remetiam para outras considerações mais amplas sobre o sentido da comemoração na vivência de um Estado, como o Estado Novo, apegado aos valores históricos de um passado apoteótico que era necessário recordar, celebrar e projectar num futuro próximo, para que o paradigma desses factos e actores pudesse ressoar na consciência cívica das novas gerações, ainda não motivadas para esse tipo de atitude. Daí que o *Boletim*, com este tipo de eventos, estivesse a contribuir para a exaltação desse passado, sobretudo desse passado que recordava os valores, os acontecimentos e os protagonistas de uma história que decorrera nas diversas parcelas coloniais, no decorrer dos últimos cinco séculos. A

---

<sup>1579</sup> Júlio Cayolla, «*In Limine*», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, n.º 128, Fevereiro de 1936, pp. 7-10, especialmente p. 7.



esse propósito, o responsável pela Agência Geral das Colónias reforçava o papel que competia à instituição que dirigia, no recriar dessa biografia sobre os heróis que honraram no passado o nome do País:

Quase um «relatório» se escreveu. Mas há nele mais do que isso. Este número do *Boletim* é em si, também, um acto comemorativo. Não reúne ele ao registo do que acaba de realizar-se, para honrar uma data e um herói, – a recordação da apoteose feita por Lisboa, pelo Porto, por outras cidades do País, por todo o País finalmente, com a sua presença ou sem ela, ao grande português? Essas evocativas laudas representam ainda uma quota, a deste mensário, nas homenagens prestadas. Na ordem de sentimentos que fica apontada, a iconografia reunida procurou, – e parece havê-lo conseguido o *Boletim*, por uma forma por assim dizer «biográfica» – descrever o herói, a sua alma, desde o «berço» e a sua ascendência, as suas horas de glória, – até aos últimos dias – e ainda ilustrar um Mousinho tema de Arte. Por todas estas razões é de supor que o presente número venha a qualificar-se com interesse na bibliografia mousínea<sup>1580</sup>.

Paralelamente, a este número que viria a enriquecer a bibliografia «mousínea», a Agência Geral das Colónias ainda patrocinara duas cerimónias com valor simbólico, no dia em que tinha decorrido o 40.º aniversário da prisão de Gungunhana, em Chaimite. Deste modo, no dia 28 de Dezembro de 1935, o proclamado «dia de Mousinho», foi descerrada uma lápide na casa da rua das Trinas, onde viveu, e inaugurada uma exposição acerca das «recordações» do militar das campanhas de Moçambique. Sobre a exposição, que reunia muita documentação iconográfica e outros objectos utilizados pelo captor do último régulo vátua, como condecorações, diplomas de honra, espadas, e até a taça de prata oferecida pela Rainha Vitória ao chefe gentílico de Gaza, tudo isso testemunhos importantes, segundo cronistas da época, como Julião Quintinha, para o despertar de uma «consciência nacional» que fizesse recordar uma figura com a estatura deste militar e governante colonial. Esta mostra patriótica, segundo este publicista, poderia servir de lançamento para outros projectos mais ambiciosos, como a criação de um Museu que servisse de base para mostrar todos os outros testemunhos de actores (funcionários, militares, padres) que no terreno contribuíram para a construção de uma História do Império português<sup>1581</sup>.

Mas as «personalidades» que fizeram a história deste Império, segundo a versão reproduzida pelo *Boletim Geral das Colónias/ Ultramar*, não eram só a de Mousinho de

<sup>1580</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 7-8.

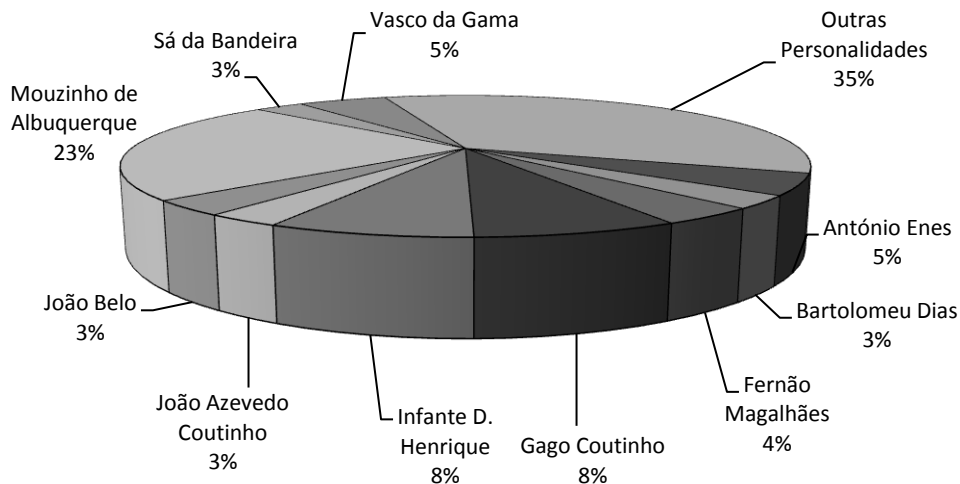
<sup>1581</sup> Julião Quintinha, «Exposição de recordações» in jornal *Notícias*, de Lourenço Marques, de 27 de Janeiro de 1936. Também, «Celebração do 40.º aniversário de Chaimite: A Exposição de “recordações” de Mousinho» in *Boletim Geral das Colónias*, Número especial dedicado ao «Dia de Mousinho», Ano XII, Fevereiro de 1936, n.º 128, pp. 180-191.

Albuquerque, se bem que na listagem que inventariámos a sua pessoa e o seu exemplo tivessem sido o mais cultivado pelo periódico desta instituição de propaganda, com 49 artigos, numa percentagem de 23,4%, a que corresponderia cerca de um quarto dos artigos publicados sobre personalidades que se destacaram pela causa colonial. Nos lugares imediatamente a seguir, no *ranking* dos autores mais divulgados vamos encontrar um conjunto de individualidades heterogéneas que faziam parte das diversas épocas históricas, mas com uma característica em comum: todas elas se bateram pela defesa e salvaguarda dos territórios que constituíram o Império lusitano nos últimos cinco séculos. Depois do herói de Chaimite, o *Boletim* publicara artigos sobre personalidades como o Infante D. Henrique (16 artigos); Gago Coutinho (16 artigos); Vasco da Gama (11 artigos); António Enes (10 artigos); Fernão de Magalhães (8 artigos); João Belo (7 artigos); Bartolomeu Dias (6 artigos); João Azevedo Coutinho (6 artigos) e Sá da Bandeira (6 artigos). Sobre estas 10 personalidades, de um conjunto de 47, foram editados 135 artigos, de um total de 209, o que correspondia a uma percentagem de 64,6%, cerca de dois terços dos escritos sobre individualidades do Império divulgados por este órgão do ministério das Colónias/Ultramar (**Ver Gráfico 54**).

Será interessante concluir desta inventariação sobre estas «personalidades» que no conjunto destas 10 entidades mais referidas no *Boletim*, entre os anos de 1925 e 1970, no decorrer de três regimes ideológicos (República, Ditadura Militar, Estado Novo), que 6 delas estavam associadas ao Império Contemporâneo: 4 ao século XIX (António Enes, João de Azevedo Coutinho, Mouzinho de Albuquerque, Sá da Bandeira) e 2 ao século XX (Gago Coutinho e João Belo); 4 ao período da Expansão e Descobertas (Bartolomeu Dias, Fernão de Magalhães, Infante D. Henrique, Vasco da Gama). Não seria para admirar que um periódico ao serviço da propaganda imperial hodierna desse maior importância a individualidades, como António Enes, Azevedo Coutinho e Mouzinho de Albuquerque, que fizeram a ocupação e a pacificação dos territórios africanos durante os séculos XIX e XX, do que aos navegadores de Quinhentos, como Bartolomeu Dias, Fernão de Magalhães e Vasco da Gama. O caso do Infante D. Henrique era diferente, porque sendo um nome mítico da Escola de Sagres e da Íncrita Geração de Avis, para além da inventariação deste capítulo, mereceu um subcapítulo, sobre o centenário da sua morte em 1960. Este facto levaria as autoridades do Estado Novo a promoverem grandes celebrações em todo o território nacional, a que se associara a Agência Geral do Ultramar e o seu periódico, para mostrar o papel que Portugal tivera no início da Época Moderna, não só com a descoberta

de novos territórios fora da Europa, mas sobretudo com o papel que desempenhara na economia mundial dessa altura.

**Gráfico 54: Percentagem de personalidades históricas mais referidas no Boletim Geral das Colónias/Ultramar entre os anos 1925 e 1970.**



**Fonte:** Elaboração pr3pria.

Relativamente às personalidades do s3culo XX, destacaram-se duas, Gago Coutinho, oficial da Armada, ge3grafo e piloto aviador, e Jo3o Belo, oficial da Armada e ministro das Col3nias, durante o regime da Ditadura Militar. No caso de Gago Coutinho, o *Boletim* publicou 16 escritos entre os n.3s 15, de Setembro de 1926, e 22, de Abril de 1927, sobre a «Travessia de 3frica do dr. Lacerda de Almeida»<sup>1582</sup>. Mas a refer3ncia à travessia do Atl3ntico Sul, que este militar fizera com Sacadura Cabral, este facto s3 aparecera, num artigo, de Mar3o de 1931, do *Boletim* n.3 69, em que se fazia men33o a um encontro havido em Las Palmas, Can3rias, entre Gago Coutinho e o ministro italiano do Ar, general Balbo, admirador da fa3anha destes portugueses, que ficariam na hist3ria da Avia33o Mundial<sup>1583</sup>. Em Maio de 1944, o *Boletim* n.3 227, trazia a homenagem que a Assembleia Nacional fizera ao her3i da travessia do Atl3ntico, tendo na ocasi3o, 13 de Fevereiro de 1944, o comodoro Sarmento Rodrigues, que acompanhara o feito no cruzador *Rep3blica*, proposto

<sup>1582</sup> Gago Coutinho, «Travessia de 3frica do dr. Lacerda de Almeida» in *Boletim da Ag3ncia Geral das Col3nias*, n.3s 15, 17, 18, 19, 20, 22, de Setembro, Novembro e Dezembro de 1926, e Janeiro, Fevereiro, Abril de 1927, respectivamente pp. 3-40; pp. 93-106; pp. 90-122; pp. 89-105; pp. 127-142; pp. 59-83.

<sup>1583</sup> Vide «Os Aviadores Italianos e o almirante Gago Coutinho» in *Boletim da Ag3ncia Geral das Col3nias*, Ano VII, Mar3o de 1931, n.3 69, p. 153.

a promoção de Gago Coutinho a almirante, como o «último herói, o nauta sobrevivente dos descobrimentos e navegações que o génio henriquino inspirou»<sup>1584</sup>.

Sobre esta personalidade polivalente de aviador, cientista e marinheiro, o *Boletim Geral do Ultramar* ainda divulgara mais alguns artigos no penúltimo ano de existência deste periódico, 1969, por sinal o ano em que se comemorava o centenário do nascimento desta fascinante individualidade, da autoria de um colega de armas, que desde os remotos tempos da travessia do Atlântico em 1922, continuava a acompanhar e a escrever sobre esta figura da sociedade portuguesa do século XX. Assim, surgiram artigos de Sarmiento Rodrigues, entre os n.ºs 523-524, de Janeiro/Fevereiro de 1969, e o n.º 526, de Abril de 1969<sup>1585</sup>, em que eram narrados e recordados alguns episódios marcantes da vida deste marinheiro-aviador, exemplo para as novas gerações de uma vida de risco e coragem, que voltara, cinco séculos depois, a colocar Portugal numa lista restrita de países que abriram novas rotas ao Mundo, unindo os céus da Europa aos da América do Sul, através da utilização de um pequeno avião e de um número limitado de instrumentos de navegação aérea, como o sextante.

O outro vulto do século XX que o periódico da Agência dedicara 7 artigos era o do comandante João Belo, que participara nas campanhas contra os namarrais e contra os vátuas com Mouzinho de Albuquerque, e que após o 28 de Maio de 1926 foi nomeado ministro das Colónias. A forma como morrera, durante o período em que exercia a tutela dos assuntos coloniais, levava a que fossem prestadas várias homenagens, incluindo um editorial especial do Agente Geral das Colónias, Armando Cortesão, no n.º 31, de Janeiro de 1928, com palavras de «luto muito sincero» que atingia o *Boletim* e «toda a família colonial portuguesa»<sup>1586</sup>. Num outro *In Memoriam*, pela pessoa deste governante da Ditadura Militar, o seu nome foi lembrado numa sessão pública de homenagem organizada pelo Círculo Católico, a 26 de Fevereiro de 1928, na qual monsenhor Gustavo Couto utilizara a metáfora literária no seu discurso, para ilustrar as qualidades patrióticas deste militar, como exemplo para as gerações vindouras:

<sup>1584</sup> Vide «Vice-Almirante Gago Coutinho e a Assembleia Nacional» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIV, n.º 392, Fevereiro de 1958, pp. 11-22, especialmente p. 9.

<sup>1585</sup> Vide a propósito os seguintes artigos de Sarmiento Rodrigues: «Gago Coutinho – um dos maiores de Portugal» e «Gago Coutinho e o Lusitânia» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, n.ºs 523-524 e 526, de Janeiro/Fevereiro e Abril de 1969, respectivamente pp. 47-52 e pp. 15-20.

<sup>1586</sup> A.Z.C., «O Sr. Capitão-de-Fragata João Belo» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano IV, Janeiro de 1928, n.º 31, pp. 3-5.

Assim, os merecimentos reais do homem, que, generoso e nobre, se consagra ao bem da sua Pátria, são como o perfume que se evola da flor; não podem nem devem ficar ignorados, ou apreciados apenas pelo meio limitado em que eles exercem a sua profícua actividade; mas convém dar-lhes ampla publicidade para a edificação e incitamento; porque é uma verdade que o exemplo dos que nos precederam é um dos mais eficazes estímulos para a prática. O estudo comparativo dos homens notáveis é um dos mais fecundos, pois são vultos históricos, aos quais não há que render senão respeito e veneração<sup>1587</sup>.

A veneração pela memória de João Belo ia mais longe com a atribuição, um mês depois da sua morte, em Fevereiro de 1928, do seu nome à antiga vila de Chai Chai, também conhecida por Nova Gaza, em honra deste ministro das Colónias falecido no decorrer do Governo do general Óscar Carmona, desde 9 de Julho de 1926. Ainda nesta povoação, outrora pertencente ao território do regulado dos vátuas, iria ser inaugurado um busto em honra deste combatente pelas campanhas que conduziram ao aprisionamento de Gungunhana, busto esse que coabitava num jardim da localidade com outro de um colega das mesmas campanhas, o coronel Freire de Andrade. Na ocasião da inauguração deste monumento memorialístico, após catorze anos sobre o seu passamento, o Governador-Geral de Moçambique, general Tristão de Bettencourt, pronunciara algumas palavras que reforçavam o perfil de militar, político e cidadão que havia pertencido àquela geração de portugueses que haviam abraçado a causa de ocupar e desenvolver Moçambique, depois de tantos séculos de incúria e de esquecimento sistemático. A propósito da acção do ministro Belo, o governador Bettencourt apelava ao seu exemplo, para que as novas gerações o não esquecessem, nomeadamente a partir da instauração daquele símbolo estatutário:

A lei da vida irá reduzindo, pouco a pouco, os companheiros de João Belo, aqueles que não precisavam, para o recordar, do seu busto nesta praça, porque o guardam no seu coração; novas gerações virão e é para essas que o busto de João Belo se destina em especial e era necessário que fosse aqui erguido para que seja por elas olhado com simpatia, com respeito, com gratidão pela acção que desenvolveu em prol do Chai-Chai e ao mesmo tempo como exemplo forte de dedicação, de absoluto desinteresse material, de devoção patriótica não movida de prémio vil mas alta e quase eterna, como disse o Poeta<sup>1588</sup>.

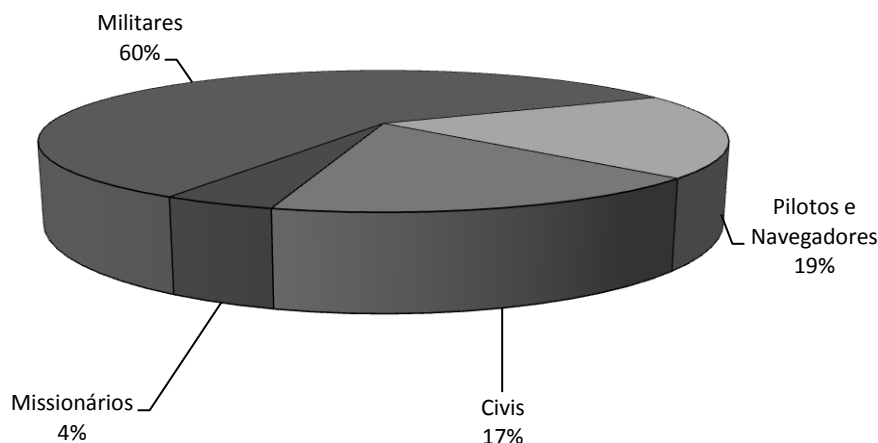
Poderemos deduzir que das personalidades que fizeram a História do Império português nos últimos quinhentos anos, 47 foram por nós inventariadas no periódico da

<sup>1587</sup> Gustavo Couto, «*In Memoriam* do Comandante João Belo-Último Ministro das Colónias», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, Maio de 1928, n.º 35, pp. 3-11.

<sup>1588</sup> Vide «Homenagem à Memória de João Belo» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVIII, Agosto/Setembro de 1942, n.ºs 206-207, pp. 125-130, especialmente p. 128.

Agência Geral das Colónias/Ultramar durante a sua publicação. Desse conjunto, pudemos verificar que 28 eram militares, 9 pilotos e navegadores do período da Expansão, 8 civis e apenas 2 missionários (**Ver Gráfico 55**).

**Gráfico 55: Percentagem dos estratos socioprofissionais das personalidades históricas referidas no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* entre os anos 1925 e 1970.**

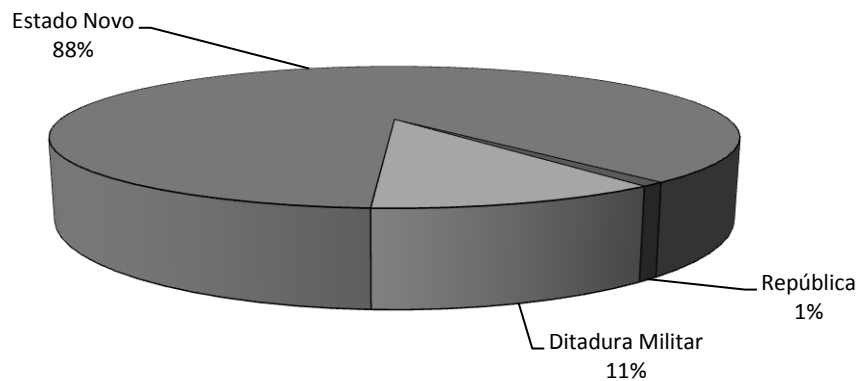


**Fonte:** Elaboração própria.

Estes números poderão levar-nos a tirar algumas ilações sobre o tipo de «personalidades» que foram reproduzidas durante 44 anos de vida do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*: o período da governação do Estado Novo, compreendido entre 1932 e 1974, por ser o mais longo, embora o *Boletim* se deixasse de publicar em 1970, foi também o mais pródigo na divulgação de artigos sobre estas «personalidades» (184 artigos, correspondente a 88% do publicado no conjunto dos outros regimes) (**Ver Gráfico 56**), de 37 individualidades, quase a totalidade das personalidades inventariadas (**Ver Quadro 6**). Salientaremos, ainda, que a fase de publicação do *Boletim* durante a República, que correspondeu a apenas onze meses, foi a mais pobre, tendo-se apenas editado 2 artigos (1%), sobre 2 personalidades de distintos períodos, Diogo Cão, do período das Descobertas, e Mouzinho de Albuquerque, da fase Contemporânea, da ocupação militar; que no período charneira que foi a Ditadura Militar, entre 1926 e 1932, o *Boletim* divulgou 23 artigos (11%), de 9 autores: Afonso de Albuquerque (1 artigo); Aires de Ornelas (1 artigo); Faria Roby (1 artigo); Fernão de Magalhães (6 artigos); Freire de Andrade (1

artigo); Gago Coutinho (7 artigos); Infante D. Henrique (1 artigo); João Belo (2 artigos); Vasco da Gama (3 artigos).

**Gráfico 56: Percentagem de artigos sobre personalidades históricas publicados no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* (1925/1970) durante os diferentes regimes políticos do séc. XX.**



**Fonte:** Elaboração própria.

No conjunto, a divulgação de escritos sobre estas individualidades constituíram a prova de que, durante cinco séculos e meio, o Império português existira com uma heterogeneidade de «actores» que demonstraram, nas diversas «encenações» em que se envolveram, que Portugal tivera uma elite que se interessara pela descoberta, manutenção e preservação desse património, nomeadamente quando o mesmo passou a ser reclamado pelos autóctones acirrados por interesses estrangeiros. A história da defesa militar do território ultramarino na sua fase contemporânea (séculos XIX e XX), passara por ser dada como exemplo pelos ideólogos do Estado Novo, como o testemunho de que esses territórios eram uma «herança sagrada», que era necessário legar às novas gerações, mesmo quando a conjuntura internacional fazia desta idiossincrasia um anacronismo, sem sentido e sem utilidade. E ao mitificar-se o papel dos diversos intervenientes na defesa desse ideal fora de tempo, estava a construir-se toda uma história plena de heróis e de momentos apoteóticos que durou enquanto o *status quo* político não foi posto em causa, pelas forças da oposição. Quando esse momento chegou e o Império foi desmembrado, a mitologia dos heróis também se esfumou, não restando hoje muitos paradigmas do

nacionalismo imperial que tenham permanecido na memória colectiva dos portugueses, após a queda do Estado Novo e o ressurgimento de um ideário mais de acordo com os valores e os exemplos de um pequeno Estado que regressara à sua primordial geografia de sempre.

**Quadro 6: Listagem de personalidades históricas inventariadas nos artigos do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* entre 1925/1970.**

<i>Personalidades</i>	<i>N.º Artigos</i>	<i>Personalidades</i>	<i>N.º Artigos</i>
Afonso de Albuquerque	3	Infante D. Henrique	15
Aires de Ornelas	3	João Belo	5
Almada Negreiros	1	João de Azevedo Coutinho	6
Andrade Corvo	1	João Rodrigues Cabrilho	1
Aniceto do Rosário	2	Jorge Álvares	1
António Cunha Matos	1	José Maria Antunes	1
António Barroso	1	Luciano Cordeiro	2
António Enes	10	Mariano de Carvalho	1
Artur de Paiva	2	Mouzinho de Albuquerque	48
Bartolomeu Dias	6	Neutel de Abreu	1
Caldas Xavier	5	Norton de Matos	1
Diogo Cão	1	Paiva Couceiro	5
Diogo Gomes	2	Pedro Álvares Cabral	3
Eduardo Marques	3	Roberto Ivens	1
Fernão de Magalhães	2	João e Sebastião Faria Roby	1
Fontes Pereira de Melo	2	Sá da Bandeira	6
Francisco de Almeida	1	Sanches de Miranda	1
Francisco Luís Gomes	1	Serpa Pinto	4
Freire de Andrade	3	Silva Porto	4
Gago Coutinho	9	Teixeira Pinto	2
Henrique de Carvalho	2	Vasco da Gama	8
Hermenegildo Capelo	3	Venceslau de Morais	1
Honório Barreto	1	Viana da Mota	1
<b>Subtotal</b>	<b>65</b>	<b>Total</b>	<b>184</b>



## CONCLUSÃO

Ao chegarmos ao fim da análise sobre a Agência Geral das Colónias/Ultramar, departamento governamental do ministério das Colónias/Ultramar que esteve vigente em Portugal durante meio século, entre os anos de 1924 e 1974, poderemos retirar algumas ilações pertinentes sobre o seu funcionamento e ainda sobre a ideologia e a propaganda colonial durante este período de tempo. Assim, numa primeira parte procurámos conhecer o Império ao nível institucional, através da abordagem sincrónica entre o imperialismo português e outras dominações contemporâneas, como a França, Grã-Bretanha e Itália, e numa fase posterior, já numa interpretação nacional, a evolução dos regimes políticos, desde a República ao Estado Novo. Seguidamente procedeu-se ao historial da Agência Geral das Colónias/Ultramar, esmiuçando a organização e as estratégias de actuação ao longo deste meio século de vida dos diversos responsáveis, desde Armando Cortesão, em 1924, até Nunes Barata, em 1974. De salientar nesta abordagem, a produção de conteúdos escritos e audiovisuais que serviram de suporte a toda uma missão de informação e publicitação da realidade imperial portuguesa, quer no País (Metrópole e Colónias), quer no Estrangeiro. Finalmente, fizemos a inventariação e a observação de 172 periódicos de e sobre o Império/Ultramar que se publicaram nesse hiato de tempo, e que o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* fizera alusão nas suas principais secções, nomeadamente na «Imprensa Colonial» e na «Revista da Imprensa».

Na segunda parte desta dissertação examinámos em quatro capítulos o principal meio de informação e comunicação desta instituição de propaganda, o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, entre os anos de 1925 e 1970. A existência do periódico não é coincidente com a da Agência e teve uma vida mais breve, pois durou apenas quarenta e quatro anos, contra os cinquenta da Agência Geral das Colónias/Ultramar, mas até esse facto é irrelevante, pois nos anos em que se editou constituiu um manancial inesgotável de informação entre o segundo e terceiro quartel do século XX, para quem quiser fazer a História da Colonização Contemporânea. Assim, fizemos o historial do periódico, durante as diversas fases da existência e das linhas programáticas que cada um dos seis directores

procurou implementar ao longo do seu percurso de existência. Inventariámos também os autores que publicaram artigos sobre as oito parcelas ultramarinas, bem como os temas dos números especiais, quase sempre sobre algum evento importante do Império ou sobre as visitas dos Presidentes da República, do Conselho e dos ministros das Colónias/Ultramar a esses territórios. Fizemos ainda a caracterização prosopográfica de uma amostragem de 100 colaboradores do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, tendo como critério para a integração nesta listagem colocada em apêndice o nome, a naturalidade, a data de nascimento e de falecimento, os estudos, as obras publicadas e as funções socioprofissionais que desempenharam em prol destas possessões. No último capítulo, procurámos conhecer as «ideias de Império» ao nível de dois aspectos: o «registo oficial» especialmente dos concursos de literatura e das exposições que Portugal realizou e/ou participou; a «História do Império» fundamentada em «acontecimentos» e em «personalidades» relevantes. Depois de comprovada com a investigação que agora terminámos sobre a hipótese inicial acerca da existência e difusão da ideia de «Império» no Estado Novo através de uma instituição propositadamente criada para o efeito no final da República, poderemos acerca desse facto retirar as seguintes ilações:

1 - Sobre a «ideia de Império» no «contexto internacional», nomeadamente com a professada pelo regime fascista italiano de Mussolini, denotámos que a concepção imperialista do Estado Novo tinha algumas afinidades com a concepção histórica de um passado apoteótico, mas não tivera a acepção agressiva e militarizada do expansionismo italiano que não ligava a meios para ocupar territórios (invasão da Abissínia). A concepção «providencialista» e até «humanista», como certos autores a definiam, nomeadamente alguns colaboradores do *Boletim* como o padre Silva Rego, davam ao Império português uma feição mais mitigada desta dominação assente numa acção civilizadora baseada em princípios evangelizadores da fé cristã. Ainda comparativamente com outros Impérios de índole mais liberal, como o britânico e o francês, deduzimos que o modelo francês era aquele que se aproximava mais do português, pela política centralizada e pela imposição de valores etnocêntricos, que não respeitavam o direito consuetudinário dos autóctones, ao contrário da administração indirecta (*Indirect Rule*), das autoridades de Londres.

2 - Sobre a «ideia de Império» nos discursos «mussoliano» e «salazarista», verificámos que mais do que o conteúdo da simbologia do expansionismo histórico e utilitarista de pôr as novas terras descobertas e conquistadas ao serviço da Mãe-Pátria, estava a forma como dois homens de cultura, de personalidade e feitos diferentes, em

contextos diferenciados, diziam a mesma coisa. Na contradição entre a dramatização e a encenação do tribuno de gesto «teatral» e entoação «fácil» de Mussolini, e o orador à «força» de Salazar, estava muitas vezes a reacção persuasiva ou não das massas populares às mensagens destes dois chefes latinos. E nesse aspecto, entre o cinzentismo, a timidez e a paixão sem alma da oratória do ditador português, contrapunha-se o excesso, o exibicionismo, e o verbo teatral do *Duce*. Assim, este último, levava vantagem sobre o antigo seminarista de Viseu a ponto de nos seus discursos se empolgar e utilizar muitas vezes uma linguagem e um ritual de veemência, através de palavras «enérgicas» e «viris», como «armas» de incitamento à ameaça e à confrontação dos seus milhares de acólitos, os «camisas negras».

3- Sobre a «ideia de Império» no «contexto nacional», demonstrámos como havia uma linha de continuidade iniciada no século XIX acerca dos dois pressupostos que o nacionalismo político defendeu desde a Monarquia até à República e ao Estado Novo e que Valentim Alexandre definia como as duas *nuances* que distinguiriam o imperialismo português hodierno, das restantes formas de dominação colonial estrangeiras e que eram: a ideia da «herança sagrada» de preservar um espólio territorial herdado dos antepassados quinhentistas e de o poder transmitir incólume às gerações vindouras e a ideia do «eldorado», nomeadamente da exploração dos recursos naturais e humanos de cada uma das parcelas africanas e asiáticas. Estes aspectos constituíram a marca do imperialismo português na República e no Estado Novo, com a diferença apenas da estratégia utilizada na sua forma de governação assentar em critérios mais autonomistas e descentralizados para o regime republicano, enquanto para os ideólogos do Estado Novo as colónias/províncias ultramarinas só poderiam ser governadas directamente da Metrópole por um sistema centralizado que apelava à unidade, coesão e integridade territorial.

4 - Sobre a evolução histórica de cinquenta anos da Agência Geral das Colónias/Ultramar, entre 1924 e 1974, no contexto do final da República e do Estado Novo, deparámos com as políticas adoptadas pelos seis Agentes Gerais das Colónias/Ultramar que dirigiram a instituição nesse período e com as reformas empreendidas, entre outros, pelos ministros das Colónias/Ultramar Armindo Monteiro, Raul Ventura, Adriano Moreira e Joaquim Silva Cunha, respectivamente nos anos de 1932, 1957, 1961 e 1967. De salientar ainda que foi a única instituição governamental de propaganda e informação colonial que vigorou em Portugal durante o século XX, já que a

Sociedade de Geografia de Lisboa, embora mais antiga (1875), era uma instituição de carácter privado que tinha sido criada, na conjuntura do último quartel do século XIX, para fazer face à exploração geográfica do continente africano por parte das principais metrópoles europeias.

5 - Sobre a caracterização dos periódicos referentes às colónias/ultramar, neste período entre 1925 e 1970, divulgados pelas diversas secções de «bibliografia» e de «recensão» do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, poderemos inferir que encontrámos, nesta inventariação de 172 publicações, uma geografia editorial que destacava Moçambique, com 56 periódicos editados, seguida de Angola com 44, a Metrópole com 39, Guiné, Índia e Macau com 6, Cabo Verde com 5, Estrangeiro (Brasil, Japão e Hong Kong) com 4, e S. Tomé e Príncipe e Timor, com apenas 3. A explicação para o facto de a colónia da África Oriental ser a detentora de mais títulos de periódicos ficava a dever-se, de acordo aliás com um estudo de Ilídio Rocha, sobre a «imprensa de Moçambique», ao tipo de emigrantes que na primeira metade do século XX ia para essa possessão, muitos deles deportados por motivos políticos, portanto com um grau de alfabetização e de consciência cívica superior ao das outras parcelas, que os levavam a exprimir as suas ideias nos diversos jornais e revistas que fundavam e refundavam.

6 - Sobre a história do *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, entre 1925 e 1970, apurámos que em quarenta e quatro anos de vida tivera apenas seis responsáveis: Armando Cortesão (1924-1932); Garcez de Lencastre (1932-1934); Júlio Cayolla (1934-1946); Banha da Silva (1946-1967); Cunha Leão (1967-1973); Nunes Barata (1973-1974). Enquanto Cortesão foi a personalidade que arrancou com a Agência durante a República e ainda permaneceu no período de transição para o Estado Novo, todos os outros estiveram durante o regime em que Salazar e Marcello Caetano governaram, se bem que quer Lencastre, em 1932, quer Nunes Barata, em 1973, apenas tenham estado uns meses. Logo, Júlio Cayolla e Banha da Silva, respectivamente com os doze e os vinte e um anos que estiveram à frente desta instituição, foram na verdade os obreiros da política de propaganda imperial durante o Estado Novo, que se caracterizaria, entre outras, pela comemoração de eventos apoteóticos relacionados com a História da Ocupação, com os Centenários da Fundação e Restauração e ainda com os quinhentos anos da morte do Infante D. Henrique.

7 - Sobre os temas abordados por «colónia» pelo *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, poderemos deduzir que as temáticas retratadas neste primeiro quartel do século XX tinham que ver com questões de ocupação, exploração e desenvolvimento

das possessões portuguesas espalhadas pelo Mundo (África, Ásia e Oceania). Mais tarde, a partir da década de trinta, quando o Estado Novo se estabeleceu, este regime iniciara uma reestruturação político-administrativa que visava criar condições para um maior aproveitamento económico das suas parcelas tropicais. A partir de 1962, o *Boletim* reproduziria a decadência gradual do regime e das suas principais instituições políticas. O periódico deixara de se publicar pontualmente em cada mês, passando a haver números duplos, triplos e até sêxtuplos. Quanto aos autores que colaboraram no periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar eram múltiplos e provinham de um leque de funcionários (civis e militares) e publicistas que se devotaram à causa imperial, através do relato das experiências profissionais e das investigações em arquivos e bibliotecas.

8 - Sobre a análise dos dados «biobibliográficos» dos principais colaboradores da Agência Geral das Colónias/Ultramar, e do seu periódico, no período compreendido entre 1924-1974, depreende-se que nestes cinquenta anos houve centenas de personalidades que ajudaram a criar, a desenvolver e projectar esta instituição de informação e propaganda colonial. Na amostragem que apresentamos nesta dissertação optámos por fazer a descrição biográfica de apenas cem daquelas personalidades que considerámos mais representativas dos cinquenta anos deste departamento ministerial, concluindo que a maioria era portuguesa, proveniente das cidades mais importantes (Lisboa, Porto e Coimbra), que tinham nascido após o último quartel do século XIX, que eram diplomados, sobretudo, em Direito, pelas Universidades de Coimbra e Lisboa.

9 - Sobre a «ideia de Império» no «registo oficial» das exposições e dos concursos de literatura, poderemos deduzir que todas as estratégias serviram aos governantes, desde o final da República até ao Estado Novo, para modelar na opinião pública uma consciência cívica da importância dos territórios de Além-Mar na afirmação de Portugal como um país há muito consagrado na geografia política da Europa e do Mundo. Entre as manifestações que serviram para fazer passar essa imagem grandiloquente de Portugal como detentor do Império marítimo mais antigo do Ocidente contavam-se, entre outras, as promovidas pelo movimento «Pró-Colónias» no Porto em 1934, pela recriação da História da Ocupação em 1937, pelos centenários da Fundação e Restauração em 1940, e pela comemoração dos cinco séculos da morte do Infante D. Henrique, em 1960.

10 - Sobre a história do Império fundamentada em «acontecimentos» concluímos que esta evolução, entre a República (1924) e o Estado Novo (1974), passou por várias vicissitudes que desembocaram no 4 de Fevereiro, na invasão da Índia (Goa, Damão e

Diu), em 1961, e no processo revolucionário de 25 de Abril de 1974, que levaria à independência da maior parte das províncias ultramarinas, em 1975. A «questão colonial» foi, sem dúvida, a mais saliente de toda a História Contemporânea portuguesa, sendo imanente à idiossincrasia dos regimes que governaram Portugal no período em que esteve vigente a Agência Geral das Colónias/Ultramar. O fantasma da preservação do património imperial esteve desta forma presente desde a entrada de Portugal na Primeira Guerra, ao lado dos Aliados, com a política posterior da internacionalização dos Mandatos e da voracidade territorial de países como a Alemanha e a Itália, até à guerra «fria» que se sucederia no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Com o final da Guerra e o sentimento anticolonialista que resultou desse evento, nomeadamente com a criação da ONU, começaria uma nova conjuntura que iria questionar os países colonizadores, como Portugal, quanto ao facto de continuarem a utilizar uma forma de administração tão anacrónica, que não permitia a concessão de uma autonomia gradual a cada um desses territórios.

11 – Finalmente, sobre as «personalidades» que protagonizaram a História do Império e foram referenciadas pelo *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, entre 1925 e 1970, poderemos salientar que registámos 209 artigos que faziam alusão a 47 individualidades desse passado apoteótico. Destas, aquela que contabilizou mais artigos no periódico em estudo foi Mouzinho de Albuquerque. Com o «esfumar» do Império, esfumar-se-ia também a áurea de heroicidade do militar que aprisionara o Gungunhana, tal e qual como numa encenação teatral, que, após a queda do pano, deixava de ter palco para os seus actores.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### I – FONTES PRIMÁRIAS

#### 1. Fontes Manuscritas

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Relações Políticas de Portugal e a Inglaterra. Tentativas de absorção das colónias portuguesas, 1911-1914, Pasta 3, 3.º Piso, Armário 12, Maço 164; Relações com a África do Sul – 1929/37 – 3.º Piso, Armário 13, Maço 75).

Arquivo Particular de Armindo Monteiro (Política Colonial – Alemanha - Ambições Coloniais).

#### 2. Fontes Impressas

*Diário das Sessões*, Lisboa, n.º 190, de 7 de Julho de 1945.

*Diário do Governo*, Lisboa, de 5 de Janeiro de 1934; de 10 de Abril de 1940; de 10 de Março de 1948; de 15 de Junho de 1950; de 16 de Agosto de 1971.

*Tratados Aplicáveis ao Ultramar*, 8 Volumes, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943 (Coligidos e anotados por José de Almada).

*Ministério das Colónias -Legislação*, Lisboa, 1928.

#### 3. Periódicos

##### 3.1. Jornais

*A Província de Angola*, Luanda, 30 de Dezembro de 1931; 6 de Setembro de 1967; 8 de Novembro de 1968.

*A Voz de S. Tomé*, S. Tomé, de 26 de Agosto de 1967; 22 de Junho de 1968.

*Acção*, Lisboa, de 1 de Julho de 1936.

*Corriere della Sera*, Milão, de 30 de Março de 1960.

*Daily Telegraph*, Londres, 1936.

*Diário da Manhã*, Lisboa, de 4 de Abril de 1931; de 29 de Abril de 1934; de 27 de Maio de 1936.

*Diário de Notícias*, Lisboa, de 20 de Maio de 1927; de 6 de Setembro de 1935; de 19 de Outubro de 1935; de 3 de Julho de 1936; de 9 de Julho de 1940; de 21 e 29 de Agosto de 1958; de 11 e 19 de Setembro de 1958; de 26 de Maio de 1965; de 31 de Março de 1985; de 4 de Junho de 2000; de 19 de Agosto de 2006.

*Expresso*, Lisboa, de 10 de Agosto de 1991.

*Il Popolo d'Italia*, Roma, de 10 de Novembro de 1921; de 6 de Maio de 1936.

*Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, de 9 de Outubro de 1933.

*L'Action Nationale*, Paris, 1930.

*L'Afrique Française*, Paris, Novembro de 1934.

*La Depeche Colonial et Maritime*, Bruxelas, de 19 de Dezembro de 1936.

*La Nouvelle Dépêche*, Paris, 20 de Janeiro de 1935.

*La Presse Colonial*, Paris, n.º 2.445, de 1931.

*La Tribune Congolaise*, Bruxelas, 1927.

*L'Essor Colonial*, Antuérpia, 1927, 1930, 1931.

*L'Idea Colonial*, Roma, 24 de Julho de 1926.

*Le Monde Colonial Illustré*, Paris, Abril de 1926

*Le Temps*, Genebra, de 27 de Abril de 1933.

*Les Annales Maritimes et Coloniales*, Paris, de 10 de Outubro de 1927.

*Lloyd Anversois*, Antuérpia, 1930.

*Neptune*, Antuérpia, 1930.

*Notícias*, Lourenço Marques, de 27 de Janeiro de 1936; de 17 de Julho de 1939.



*Novidades*, Lisboa, 1931.

*O Arquipélago*, Praia, 21 de Dezembro de 1967.

*O Comércio do Porto*, Porto, 2 de Setembro de 1934.

*O Primeiro de Janeiro*, Porto, 1930.

*O Século*, Lisboa, 23 de Julho de 1936; 7 de Abril de 1940.

### **3. 2. Revistas**

*Análise Social*, Lisboa, n.º 83, 3ª Série, volume XX, 1984; n.ºs 116/117, 4ª Série, volume XXVII, 1992; n.ºs 123/124, 4ª Série, volume XXVIII, 1993; n.º 148, 4ª Série, volume XXXIII, 1998; n.º 157, 4ª Série, volume XXXV, 2001; n.º 160, volume XXXVI, 2001; n.º 178, Vol. XLI, 2006; n.º 188, Vol. XLIII, 2008; n.º 193, Vol. XLIV, 2009.

*Annales, Histoire et Sciences Sociales*, Paris, Vol. XXV, Septembre/Octobre de 1970.

*Boletim da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, (1925-1932); *Boletim Geral das Colónias* (1932-1951); *Boletim Geral do Ultramar* (1951-1970).

*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, n.ºs 5 e 6 de 1947.

*Bulletin de la Société de Pathologie Exotique*, Paris, Novembro de 1925.

*Boletim para Dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, n.º 4, Fevereiro-Março de 1960.

*Clio*, Lisboa, revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Nova Série, Volume 7, 2002.

*Colóquio – Artes*, revista trimestral de artes visuais, música e bailado, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, n.º 87, 2.ª Série/32.º Ano, Dezembro de 1990.

*Cultura*, Luanda, n.º 11, 2.ª série, Edição da Sociedade Cultural de Angola, 1960.

*Daedalus*, n.º 100, 1971.

*ESEGI* Investigação, Guarda, N.º 5, 1.º Semestre de 2008.

*Gazeta Musical de Todas as Artes*, Lisboa, volume VI, 2.ª série, n.º 106 a 129, 1960-1961.

*Grande Reportagem*, Lisboa, 1992.

*História*, Lisboa, I Série, n.º 21, Julho de 1980; n.º 45, Julho de 1982; n.º 51, Janeiro de 1983; n.º 89, Março de 1986; n.º 93, Julho de 1986; n.º 116, Março de 1989; n.º 117, Abril/Maio de 1989; n.º 126, Março de 1990; n.º 132, Setembro de 1990; n.º 135, Dezembro de 1990; II Série, n.º 23/24 (Estado Novo e as Elites), Agosto/Setembro de 1996; n.º 30, Abril de 1997; n.º 34, Agosto/Setembro de 1997; III Série, n.º 1, Abril de 1998; n.º 44, Abril de 2002; n.º 55, Abril de 2003.

*La Aventura de la Historia*, Madrid, Año 5, n.º 60, Octubre 2003; Año 7, n.º 78, Abril 2005.

*L'Economia Nazionale*, Roma, Janeiro de 1928.

*L'Histoire (La fin des colonies-Afrique 1960)*, Paris, Sophia Publications, n.º 350, Février de 2010; *L'Histoire – Les Collections (La Fin des Empires Coloniaux – De Jefferson à Mandela)*, Paris, n.º 49, de Octobre-Décembre 2010.

*Ler História*, Lisboa, n.ºs 27/28, de 1995; n.º 38, de 2000; n.º 47, de 2004.

*O Estudo da História. Boletim da Associação de Professores de História*, Lisboa, A.P.H., 1990-1993, n.ºs 12-13-14 -15 (II Série).

*O Mundo Português*, Lisboa, 1944.

*Penélope (O Imaginário do Império)*, Lisboa, n.º 15, 1995.

*Politeia, História e Sociedade*, Vitória da Conquista, edição da Universidade Estadual da Baía (UESB), Volume 5, n.º 1, 2005.

*Política Internacional*, Lisboa, volume 1, n.º 6, 1993.

*Portugal-Bulletin de Renseignements Politiques, Economiques et Littéraires*, Lisbonne, 1939.

*Resistência – Revista de Cultura e Crítica*, Lisboa, Ano X, n.ºs 153/156, Julho/Agosto de 1977.

*Revista Altitude*, Guarda, n.º 13, III Série, Dezembro de 2010 (Número especial sobre o centenário da República).

*Revista de Occidente*, Madrid, Ano 87, n.º 352, Septiembre 2010.

*Revista do Comércio e Ultramar*, Lisboa, 1931.

*Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, Lisboa, Ano I, Outubro-Dezembro de 1951, n.º 4.

*Revista do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, Lisboa, n.º 12, de Janeiro/Abril de 1940.

*Revista Estudos do Século XX*, Coimbra, n.º3, 2003; n.º 7, 2007; n.º 8, 2008.

*Revista História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Volume 12, 1990; Volume 14, 1992; Volume 16, 1994; Volume 17, 1995; Volume 18, 1996.

*Revue des Questions Coloniales et Maritimes*, Paris, Julho de 1928.

*La Nouvelle Revue d' Histoire – (L'Afrique: des colonies à l'indépendance)*, Paris, Éditions de la Société «Histoire et Memoire», Hors Série n.º 1, Automne 2010.

*Rivista di Antropologia*, Roma, XXIX, 1931.

*Ultramar*, Lisboa, 1962.

*Vértice*, Lisboa, n.º 63, Novembro/Dezembro de 1994; n.º 71, Março/Abril de 1996; n.º 76, Abril a Junho de 1997; n.º 85, Julho-Agosto de 1998; n.º 102, de Setembro-Outubro de 2001; n.º 110, Março-Abril de 2003; n.º 118, Julho-Agosto de 2004; n.º 122, Maio-Junho de 2005; n.º 130, Setembro-Outubro de 2006; n.º 141, Julho-Agosto de 2008.

## **II – BIBLIOGRAFIA**

### **1. Obras de Carácter Geral**

ALDRICH, Robert e Outros – *La Era de los Imperios*, Barcelona, Editorial Blume, 2007.

ALENCASTRE, Amílcar – *Do III Reich ao Neocolonialismo*, Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1966.

ALEXANDRE, Valentim – *O Império Africano – Séculos XIX e XX* (Coordenação), Lisboa, Edições Colibri, 2000.

ALMADA, José de – *Reflexões sobre as Convenções Anglo – Alemãs relativas às Colónias Portuguesas*, Coimbra, Separata da Revista o Instituto, Volume CXXXV, 1972.

- ALMEIDA, J. Ferreira de – *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1976.
- ALVA, Carlos d' – *Fascismo e Nacionalismo*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Editora, 1928.
- ALY, Götz – *O Estado Popular de Hitler – Roubo, Guerra Racial e Nacional-Socialismo*, Lisboa, Texto Editores, 2009.
- ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas – Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005.
- BACHELARD, Gaston – *Filosofia do Novo Espírito Científico*, Lisboa, Editorial Presença, 1972.
- BAINVILLE, Jacques – *Os Ditadores*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1937.
- BANCEL, Nicolas, BLANCHARD, Pascal e VERGÉS, Françoise – *La Colonisation française*, Toulouse, Éditions Les Essentiels Milan, 2007.
- BANCEL, Nicolas, BLANCHARD, Pascal e VERGÉS, Françoise – *La République Coloniale – Essai sur une utopie*, Paris, Éditions Albin Michel, 2003.
- BELOT, Émile – *Histoire des Chevaliers Romains Considerée dans ses Rapports avec les Differentes Constitutions de Rome depuis les Temps des Rois jusqu' au Temps des Gracques*, Paris, Éditions Durand, 2 Volumes, 1866.
- BETHENCOURT, Francisco e Chaudhuri, Kirti (Direcção de) – *História da Expansão Portuguesa*, 5 Volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.
- BIANCHI, Gianfranco – *Ascensão e Queda do Fascismo*, 2 Volumes, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, S/Data.
- BITTI, Pio Ricci e ZANI, Bruna – *A Comunicação como Processo Social*, Lisboa, Editorial Estampa, Colecção Imprensa Universitária n.º 100, 1993.
- BIRMINGHAM, David – *Portugal e África*, Lisboa, Editorial Vega, 2001.
- BLANCHARD, Pascal e LEMAIRE, Sandrine – *Culture Coloniale – La France conquise par son Empire – 1871 - 1931*, Paris, Éditions Autrement – Collection Mémoires n.º 86, 2008.

- BORGES, Vavy Pacheco – *Em busca de Gabrielle*, S. Paulo, Alameda Casa Editorial, 2009.
- BRENDON, Piers – *The Decline and Fall of the British Empire – 1871 – 1997*, London, Vintage Book, 2008.
- BROOKER, Paul – *Twentieth-Century Dictatorships – The Ideological One-Party States*, New York, New York University Press, 1995.
- BULST, N. e Genet, J. P. – *Medieval Prosopography*, Bielefeld, University of Bielefeld, 1986.
- BURGOS, Manuel Espadas – *Franquismo y Política Exterior*, Madrid, Ediciones RIALP, 1987.
- CAILLARD, Jean-Pierre – *Alexandre Varenne – Une passion républicaine*, Paris, Le Cherche Midi, 2007.
- CANNADINE, David – *Que é a História Hoje?* Lisboa, Gradiva Publicações, 2006.
- CARVALHO, Rómulo de – *História do Ensino em Portugal – Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.
- CHABOD, Frederico – *História do Fascismo Italiano*, Lisboa, Editora Arcádia, 1963.
- CHUECA, Ricardo, *El Fascismo en los comienzos del régimen de Franco*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1983.
- CLARENCE – SMITH, Gervase – *O Terceiro Império Português (1825 - 1975)*, Lisboa, Editorial Teorema, 1990.
- COLÁS, Alejandro – *Imperio*, Madrid, Alianza Editorial, 2009.
- COLLOTI, Enzo – *Fascismo, Fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992.
- COMELLAS, José Luis – *Los Grandes Imperios Coloniales*, Madrid, Ediciones Rialp, 2001.
- CORNEVIN, Robert – *Le Togo*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973.

- D'ALVA, Carlos – *Fascismo e Nacionalismo*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1928.
- D' ASSAC, Jacques Ploncard – *Doutrinas do Nacionalismo*, Lisboa, Edições Panorama, 1962.
- DESCHAMPS, Hubert – *La Fin des Empires Coloniaux*, Paris, Presses Universitaires de France, 1969.
- DE FELICE, Renzo – *Breve História do Fascismo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.
- DE FELICE, Renzo – *Explicar o Fascismo*, Lisboa, Edições 70, 1976.
- DRAIN, Michel – *Geografia da Península Ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, S/Data.
- EBERLE, Henrik – *O Livro de Hitler*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2006.
- ENDERS, Armelle – *História da África Lusófona*, Mem-Martins, Livros Editorial Inquérito, 1997.
- FELICE, Renzo de – *Breve História do Fascismo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras /Editorial Notícias, 2005.
- FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína P. (Organização) – *Usos e Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- FIGUEIREDO, Isabela – *Caderno de Memórias Coloniais*, Coimbra, Angelus Novus Editora, 2010.
- FONTANIER, Pierre – *Les Figures du Discours*, Paris, Éditions Flammarion, 2009.
- GELLNER, Ernest, *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1993.
- GENTILE, Emílio – *Qu'est-ce que le fascisme? Histoire et interprétation*, Paris, Éditions Gallimard, 2004.
- GIRARDET, Raoul – *L' idée coloniale en France de 1871 à 1962*, Paris, Hachette Littératures, 2009.
- GÓMEZ, Hipólito de la Torre (Ed.) – *Portugal Y España Contemporáneos*, Madrid, Marcial Pons, 2000.
- GONÇALVES, José Júlio – *Técnicas de Propaganda, Elites, Quadros e Outros Estudos*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1961.

- GRIFFIN, Roger – *The Nature of Fascism*, London, Routledge, 1993.
- GUEVARA, Gisela – *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África – Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*, Lisboa, Edição Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.
- HAMMOND, R. J. – *Portugal and Africa – 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*, Stanford, Stanford University Press, 1966.
- HAYDARA, Abou – *L’ envers de l’épopée portugaise en Afrique (XVe-XXe siècles)*, Paris, L’Harmattan, 2007.
- HEINZ, Flávio M. (Organizador), *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro, Edição da Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- HIMMLER, Katrin – *Os Irmãos Himmler – História de uma família alemã*, Lisboa, Edições Caleidoscópico, 2008.
- HOBBSAWM, Eric – *A Questão do Nacionalismo – Nações e Nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar Editores, 2004.
- HODEIR, Catherine e PIERRE, Michel – *L’ Exposition Coloniale*, Bruxelles, Editions Complexe, 1991.
- IMBERT, Jean – *Le Cameroun*, Paris, Presses Universitaires de France, 1973.
- IORDACHI, Constantin – *Comparative Fascist Studies – New Perspectives*, London/New York, Routledge, 2010.
- JÚNIOR, Rómulo José Francisco de Oliveira – *Históriae-História*, Campinas, Universidade de Campinas, 2010.
- LAMPREIA, J. Martins – *Técnicas de Comunicação – Publicidade, Propaganda e Relações Públicas*, Lisboa, Publicações Europa – América, Coleção Saber nº 140, 6ª edição, 1991.
- LEMAIRE, Sandrine – *L’agence économique des colonies. Instrument de propagande ou creuset de l’idéologie coloniale en France (1870-1960)?*, Florence, Institut Universitaire Européen, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude – *Raça e História*, Lisboa, Editorial Presença, 1973.
- LEVRON, Jacques – *História da França*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1978.

- LIAUZU, Claude – *Colonisation: droit d'inventaire*, Paris, Éditions Armand Colin, 2004.
- MACCIOCCHI, M. A. – *Elementos para uma análise do Fascismo*, Lisboa, Editorial Bertrand, 1977.
- MACKENZIE, John M. – *Imperialism and Popular Culture*, Manchester, Manchester University Press, 2009.
- MACKENZIE, John M. – *Propaganda and Empire*, Manchester, Manchester University Press, 2009.
- MARABINI, Jean – *A Vida Quotidiana em Berlim no Tempo de Hitler*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*, III Volumes, Lisboa, Palas Editora, (3ª edição), 1986.
- MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel – *Nova História da Expansão Portuguesa – o Império Africano-1890-1930*, XII Volumes, Lisboa, Editorial Estampa, 1986/2006.
- MARTINS, Hermínio – *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais, 1998.
- MATOS, Patrícia Ferraz de – *As Côres do Império – Representações Raciais no Império Colonial Português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- MATTOSO, José (Direcção) – *História de Portugal*, VIII Volumes, Lisboa, Editorial Estampa, 1993/1994.
- MCLUHAN, Marshall – *Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem*, São Paulo, Editora Cultrix, 2007.
- MEDINA, João (Direcção) – *História de Portugal*, Alfragide, Ediclube, 1994.
- MILZA, Pierre – *Les Fascismes*, Paris, Éditions du Seuil, 2006.
- MOLINERO, Carme – *La Captación de las Masas – Política Social y Propaganda en el régimen Franquista*, Madrid, Ediciones Cátedra, 2005.
- MOREIRA, Adriano e VENÂNCIO, José Carlos – *Luso Tropicalismo – Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Editorial Vega, 2.000.
- MOUNTFIELD, David – *História da Grã-Bretanha*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1980.



- MUSSOLINI, Benito – *Le Fascisme – Doctrine – Institution*, Paris, Editions Denoel et Steelee, 1934 (?).
- NÉRÉ, Jacques – *História Universal - o Mundo Contemporâneo*, 4 Volumes, Lisboa, Edições Ática, 1976.
- NORA, Pierre e CHANDERNAGOR, Françoise – *Liberté pour l'histoire*, Paris, CNRS Éditions, 2008.
- PARIS, Robert – *As Origens do Fascismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970.
- PASSMORE, Kevin – *Fascism – A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press, 2002.
- PAULO, Heloísa (Coordenação) – *Memória das Oposições (1927-1969)*, Coimbra, Edições Minerva, Coleção Minerva n.º 29, 2010.
- PAYNE, Stanley G. – *Historia del Fascismo*, Barcelona, Editorial Planeta, 1995.
- PÉLISSIER, René – *As Campanhas Coloniais de Portugal – 1844-1941*, Lisboa, Editorial Estampa, 2006.
- PÉLISSIER, René – *História de Moçambique – formação e oposição – 1854-1918*, Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária, II Volumes, 1988.
- PICHOT, André – *A Sociedade Pura – De Darwin a Hitler*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002.
- PINSKY, Carla B. (Organização) – *Fontes Históricas*, S. Paulo, Editora Contexto, 2008.
- PORTER, Bernard – *The Absent-Minded Imperialists – Empire, Society, and Culture and Britain*, Oxford, Oxford University Press, 2007.
- QUEIRÓ, Afonso Rodrigues – *Constituição Política da República Portuguesa*, 6.ª Edição, Coimbra Editora, Limitada, 1968.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso – *História da Propaganda*, Lisboa, Planeta Editora, 1993.
- QUIVY, Raymond e Campenhoudt – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva – Publicações, 1992.
- RAMOS, Rui (Coordenação) – *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 3.ª Edição, 2010.

- REGO, A. da Silva – *Les Missions Portugaises (Aperçu Général)*, Lisbonne, Agência Geral do Ultramar, 1958.
- REGO, A. da Silva – *Lições de Missionologia*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1961.
- RENOUVIN, Pierre – *La Primera Guerra Mundial – Historia del gran conflicto que se inicio en Sarajevo*, Madrid, Globus, 1994.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coordenação) – *Outros Combates pela História* Coimbra, Edição da Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- RIVET, Daniel – *Le Magreb à l' epreuve de la colonisation*, Paris, Hachette Littératures, 2002.
- ROBALO, Manuel e MATA, Miguel (Seleção), *50 Grandes Discursos da História*, Lisboa, Edições Sílabo, 2009.
- ROBERTS, J. M. – *História Universal*, (III e IV Volumes, respectivamente “La era del imperialismo europeo” e “De la Primera Guerra Mundial à la actualidad”), Barcelona, RBA Edipresse, S.L., 2009.
- ROMANO, Manuel e MATA, Miguel (Seleção e apresentação) – *50 Grandes Discursos* Lisboa, Edições Sílabo, 2009.
- ROMANO, Ruggiero, *História de Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1980.
- ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires (Coordenação) – *As Ditaduras Contemporâneas* Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
- ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (Coordenação) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2009.
- RZHEVSKAIA, Elena, *O Fim de Hitler*, Lisboa, Editora Arcádia, S/Data.
- SANDOICA, Elena Hernández – *El Colonialismo (1815-1873) – Estructuras y Cambios en los Imperios Coloniales*, Madrid, Editorial Síntesis, 1992.
- SANDOICA, Elena Hernández – *Los Fascismos Europeos*, Madrid, Ediciones Istmo, 1992.

- SANZ, Fernando Garcia (Comp) – *Espanhóis e Italianos en el Mundo Contemporaneo*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1990.
- SCHNEIDMAN, Witney W. – *Confronto em África – Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna da História, 2005.
- SEMOLINOS, Mercedes – *Hitler y la prensa de la II República española*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI de España Editores, 1985.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, Oliveira (Coordenação) – *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, Oliveira (Direcção) – *Nova História da Expansão Portuguesa*, 12 Volumes, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.
- SPECK, W. A. – *Historia de Gran Bretaña*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- STERNHELL, Zeev, SZNAJDER, Mario e ASHÉRI, Maia – *Naissance de l' idéologie fasciste*, Paris, Éditions Gallimard, 1994.
- STREETER, Michael – *Franco*, Lisboa, Texto Editores, 2010.
- TAYLOR, A. J. P. – *Bismarck – O Homem e o Estadista*, Lisboa, Edições 70, 2009.
- TELO, António José – *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- António José Telo – *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Porto, Edições Asa, 1993.
- TELO, António José – *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, II Volumes, Lisboa, Editorial Vega, 1991.
- TELO, António José – *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-1945)*, Lisboa, Perspectiva & Realidades, 1990.
- TORGAL, Luís Reis, PIMENTA, Fernando Tavares, SOUSA, Julião Soares (Coordenação) – *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- TORGAL, Luís Reis e PAULO, Heloísa (Coordenação) – *Estados Autoritários e Totalitários e Suas Representações*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

TORGAL, Luís Reis – *Estado Novos, Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 Volumes, 2009.

TORGAL, Luís Reis – *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

TORGAL, Luís Reis Torgal (Coordenação e Introdução) – *Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo – ensaios sobre a Universidade de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992.

TORRE, Hipólito de la e CERVELLÓ, Josep Sánchez – *Portugal en el Siglo XX*, Madrid, Ediciones Istmo, 1992.

UHL, Matthias e EBERLE, Henrik (Coordenação) – *O Livro de Hitler*, Alêtheia Editores, 2006.

VÁRIOS – *A História Social – Problemas, fontes e métodos*, Lisboa, Edição Cosmos, 1973.

VÁRIOS – *Actas do XVIII Colóquio de História Militar sobre «Política Diplomática, Militar e Social do Reinado de D. Carlos no Centenário da sua Morte»*, Lisboa, Edição da Comissão Portuguesa de História Militar, 2009.

VÁRIOS – *Anais do Sexto Congresso Internacional do Brazilian Studies Association (BRASA)*, Atlanta, Georgia, 4-6 de Abril de 2002.

VÁRIOS – *Colonialisme: Independance, Empire Colonial Allemand, Colonisation, Colonisation du Tibet, Guerres Anglo-Birmanes*, Breinigsville, Livres Group, 2010.

VÁRIOS – *17.e Congrès International des Sciences Historiques, I, Grands thèmes. Méthodologie. Sections chronologiques. Rapports et abregés*, Madrid, Comité Internacional des Sciences Historiques, 1990.

VÁRIOS – *Hacia una Nueva Historia*, Madrid, Akal Editor, 1985.

VÁRIOS – *História e Biografias (Actas do X Encontro Regional de História)*, Rio de Janeiro, Edição da Associação Nacional de História, 2002.

VÁRIOS – *Le Portugal et le Monde*, Vários Volumes (Volume L), Lisboa/Paris, Edição do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005.

VÁRIOS – *O Estatuto do Indigenato e a Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa - O Caso Angola*, Lisboa, Novo Imbondeiro, 2005.

VÁRIOS – *Poder e Sociedade (Actas das Jornadas Interdisciplinares)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.

VÁRIOS – *Portugal, Alemanha, África – Do Colonialismo Imperial ao Colonialismo Político*, - Actas do IV Encontro Luso-Alemão, Lisboa, 1995, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

VÁRIOS – *25 Olhares sobre a I República*, Lisboa, Editora Público, Comunicação Social, 2010.

VEJO, Tomás Pérez – *Nación, Identidad Nacional y Otros Mitos Nacionalistas*, Oviedo, Ediciones Nobel, 1999.

VENÂNCIO, José Carlos – *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*, Lisboa, Editorial Vega, 1996.

VENÂNCIO, José Carlos – *O Fato africano – Elementos para uma Sociologia da África*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2009.

VIDAL-NAQUET, Pierre – *A História é o meu combate*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009.

VIDROVITCH, C. Coquery e H. Marriot – *África Negra – de 1800 a nuestros dias*, Barcelona, Editorial Labor, 1976.

WESSELING, Henri. – *Les empires coloniaux européens – 1815-1919*, Paris, Éditions Gallimard, 2009.

WOOLF, S. – *European Fascism*, London, Vintage, 1969.

WRIGLEY, Chris – *Churchill*, Lisboa, Texto Editora, 2010.

ZANFARINO, António – *Il Pensiero Politico Contemporaneo*, Padova, Editora CEDAM, 1998.

ZIERER, Otto – *Alemanha – História das Grandes Nações*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1980.

## **2. Obras de Carácter Específico**

ACCIAIUOLI, Margarida – *Exposições do Estado Novo-1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

- ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mouzinho de – *Carta de Mouzinho de Albuquerque a Sua Alteza o Príncipe Real D. Luís de Bragança*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.
- ALBUQUERQUE, J. Mousinho de – *Moçambique, (1896-1898)*, Lisboa, Manoel Gomes, 1899.
- ALEXANDRE, Valentim – *Velho Brasil Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.
- ALMEIDA, João Miguel – *António Oliveira Salazar/Pedro Teotónio Pereira – Correspondência Política – 1945-1968*, Lisboa, Edição Círculo de Leitores/Temas e Debates/Instituto de História Contemporânea, 2008.
- ANNUSSEK, Greg – *Hitler e o resgate de Mussolini*, Vila Nova de Gaia, Babel Editores, 2007.
- ANTUNES, José Freire – *O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as Ideologias em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980.
- ANTUNES, José Freire – *O Factor Africano – 1890 – 1990*, Lisboa, Bertrand Editora, 1990.
- ANTUNES, José Freire – *Kennedy e Salazar, O Leão e a Raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.
- ANTUNES, José Freire – *Nixon e Caetano – Promessas e Abandonos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- ANTUNES, José Freire – *Salazar e Caetano – Cartas Secretas – 1932 - 1968*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- ARIAS, Juan – *La Caída de Mussolini*, Barcelona, Editorial Planeta, 1995.
- ÁVILA, António José – *A Exposição Universal de Paris em 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857.
- AZEVEDO, Cândido de – *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa, Editorial Caminho, 1999.
- BAPTISTA, António Alçada – *Conversas com Marcello Caetano*, Lisboa, Moraes Editores, 1973.

BEBIANO, José Bacelar – *Portugal Ultramarino, no presente e no passado*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937.

BELCHIOR, Manuel Dias – *Compreendamos os Negros*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1951.

BLINKHORN, Martin – *Mussolini e a Itália Fascista*, Lisboa, Gradiva Editora, 1984.

BOTTAI, Giuseppe – *Mussolini Costruttore D’Impero*, Mantova, “Mussolinia”, Edizioni Paladino, 1927.

BRANDÃO Fernando de Castro – *Estado Novo – Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

BRANDÃO, Raul – *Memórias I e II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.

BRAZ, Manuel Poirier – *Salazar – A Cadeira do Poder*, Lisboa, Editorial Presença, 2008.

BRITO, J.M. Brandão de (Direcção de) – *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

BULL, Benjamim Pinto – *Á Recherche de L’identité Guineense ?* Paris, Édition de la Fondation Calouste Gulbenkian (Centre Culturel Portugais), 1975.

CABRAL, Manuel Villaverde – *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, Editorial «A Regra do Jogo», 1982.

CAETANO, Marcello – *Direito Público Colonial Português*, (segundo as lições coligidas por Mário Neves) Lisboa, 1934.

CAETANO, Marcello – *O 25 de Abril e o Ultramar – Três Entrevistas e Alguns Documentos*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, S/Data.

CAETANO, Marcello – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos: história de uma batalha: da liberdade dos Mares às Nações Unidas*, Lisboa, Edições Ática, 3.<sup>a</sup> Edição, 1965.

CAETANO, Marcello – *Relações das Colónias de Angola e Moçambique com os Territórios Vizinhos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1946.

CAETANO, Marcello – *Tradições, Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1941.

CAMACHO, Brito – *Gente Boér – Aspectos d'África*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C<sup>a</sup>, 1930.

CAPELA, José – *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*, Porto, Editorial Afrontamento, 1975.

CARVALHO, Rita Almeida de – *António de Oliveir Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira – Correspondência 1928-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2010.

CASTANHEIRA, José Pedro – *Um cientista português no coração da Alemanha nazi*, Coimbra, Edições Tenacitas, 2010.

CASTEL Branco, J. Bentes – *Guia do Colono para a África Portuguesa*, Porto, – Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica, 1891.

CASTELO, Cláudia – *O Modo Português de Estar no Mundo – O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Editorial Afrontamento, 1998.

CÉSAR, Amândio – *Contos Portugueses do Ultramar (Antologia)*, II Volumes, Porto, Portucalense Editora, 1969.

CÉSAR, Amândio – *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1971.

CHORÃO, Luís Bigotte – *A crise da República e a Ditadura Militar*, Porto, Sextante Editora, 2.<sup>a</sup> Edição, 2010.

CIDADE, Hernâni – *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina (séculos XV e XVI)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

CORTESÃO, Armando – *Cartas de Londres, 1941 – 1949*, Coimbra, Edição da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1974.

CORTESÃO, Armando Zuzarte – *O Problema Colonial Português*, Lisboa, Tipografia da Empresa «Diário de Notícias», 1925.

CORTESÃO, Jaime – *Expansion des Portugais dans l' Histoire de La Civilisation*, Lisbonne, Édition Illustré, 1930.

COSTA, Augusto da – *Portugal Vasto Império. Um Inquérito Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.



- COULONDRE, Robert – *De Staline à Hitler*, Paris, Librairie Hachette, 1950.
- CRUZ, Manuel Braga da – *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (Entrevista) – *Costa Gomes – O Último Marechal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.
- CUNHA, Amadeu – *Mouzinho, A sua obra e a sua Época*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.
- CUNHA, Amadeu – *Mouzinho. Acção, Pensamento e Época*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956.
- CUNHA, Amadeu – *Serpa Pinto e o Apelo de África*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.
- CUNHA, J. M. da Silva – *O Sistema Português de Política Indígena. Princípios Gerais*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1951.
- CUNHA, J. M. da Silva – *O Trabalho Indígena - Estudo de Direito Colonial*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.
- CUNHA, J. M. da Silva – *O Ultramar, a Nação e o «25 de Abril»*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977.
- CUNHA, J. M. da Silva – *Questões Ultramarinas e Internacionais (Direito e Política)*, Lisboa, Edições Ática, 1960.
- CUNHA, Luís – *A Nação nas Malhas da sua Identidade – O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*, Porto, Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem, 2001.
- DIAS, Augusto – *A Marcelo Caetano*, Porto, Edições «Beira e Douro», 1971.
- DRAMÉ, Patrick Papa, *L'Impérialisme colonial français en Afrique – Enjeux et impacts de la défense de l' AOF (1918-1940)*, Paris, L' Harmattan, 2007.
- ENES, António – *Moçambique: Relatório apresentado ao Governo, 1893*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.
- ESCHMANN, Ernst Wilhelm – *El Estado Fascista en Itália*, Barcelona-Buenos Aires, Editorial Labor, S.A., 1931.

- FARIA, Telmo – *Óscar Carmona*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006.
- FERGUSON, Niall – *El império britânico – Como Gran Bretaña forjo el orden mundial*, Barcelona, Editorial Randon House Mondadori, 2006.
- FERRÃO, António – *A Sociedade de Geografia: as suas origens e a sua obra de 50 anos (1875-1925)*, Lisboa, Tip. América, S/ Data.
- FERREIRA, José Medeiros – *Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992.
- FERRO, António – *Salazar. O Homem e a sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- FERRO, António – *Viagem à volta das Ditaduras*, Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1927.
- FREYRE, Gilberto – *Aventura e Rotina – Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1954.
- FREYRE, Gilberto – *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 1933.
- FREYRE, Gilberto – *Integração portuguesa nos trópicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Colecção de Estudos de Ciências Políticas e Sociais n.º 6, 1958.
- FREYRE, Gilberto – *O luso e o trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*. Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- FREYRE, Gilberto – *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colónias portuguesas*, Lisboa, Editora Livros do Brasil, 1954.
- FREYRE, Gilberto – *Um brasileiro em terras portuguesas. Introdução a uma possível Luso-tropologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, África e do Atlântico*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, S/Data.
- GAIVÃO, Pedro – *Mouzinho de Albuquerque – Subsídios para a sua Biografia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935.
- GASLINI, Mário dei – *Mussolini in Africa*, Roma, Edizioni Paladino, 1926.

GASPAR, José Martinho – *Os Discursos e o Discurso de Salazar*, Lisboa, Editorial Prefácio, 2001.

GARCIA, José Luís Lima – *A História do Boletim da Agência Geral das Colónias-Boletim Geral do Ultramar e a Propaganda Colonial: a acção do primeiro director, dr. Armando Cortesão (1924-1932)*, Guarda, Edição de Autor, 1997.

GARCIA, José Luís Lima – *Moçambique e as Relações com os Territórios Vizinhos – (1919 - 1939)*, Guarda, Edição de Autor, 1987.

GARCIA, José Luís Lima, BORGES, Dulce Helena e NEVES, João Paulo Martins – *Guarda – Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Edição QuidNovi, 2010.

GARCIA, José Luís Lima – *Sociedade de Geografia de Lisboa e a propaganda colonial em Portugal no final do século XIX (A)*, Guarda, Escola Superior de Educação da Guarda, 2004.

GARCIA, Ápio – *Um Homem Chamado Salazar*, Lisboa, António Francisco Barata – Editor, 1968.

GEADA, Eduardo – *O Imperialismo e o Fascismo no Cinema*, Lisboa, Moraes Editores, 1977.

GEORGEL Jacques – *O Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.

GIL, José – *Salazar e a Retórica da Invisibilidade*, Lisboa, Relógio d'Água, 1995.

GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *O Estado Novo de Salazar*, Lisboa, Texto Editores, 2010.

GRAND, Alexander J. de – *Itália Fascista e Alemanha Nazista – O Estilo Fascista de Governar*, São Paulo, Madras Editora, 2006.

GRANGER, J. – *A Convenção*, Lourenço Marques, Tipografia Popular de Roque Ferreira, S/ Data.

GUERRA, João Paulo – *Descolonização Portuguesa – O Regresso das Caravelas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

GUICHONET, Paul – *Mussolini y el Fascismo*, Barcelona, Oikos-Tau Editorial, 1994.

GUIMARÃES, Ângela – *Uma Corrente do Colonialismo Português – 1875-1895*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

GUIMARÃES, José Marques – *A Política «Educativa» do Colonialismo Português em África – Da I República ao Estado Novo (1910-1974)*, Porto, Profedições, 2006.

HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçallo de Sampaio (Organização) – *Pensamento e Doutrina Política – Textos Antológicos – António de Oliveira Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, 3.<sup>a</sup> Edição, 2010.

JANEIRO, Helena Pinto e SILVA, Isabel Alarcão e – *Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo – 1933-1949*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira – *Livros Brancos, Almas Negras – A «missão civilizadora» do colonialismo português c. 1870-1930*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

JOÃO, Maria Isabel – *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian/Ministério da Ciência e do Ensino Superior (Fundação para a Ciência e Tecnologia), 2002.

JÚNIOR, Júlio Monteiro e da Silveira, Paulo Roque – *Administração Colonial*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1933.

KATZENELLENBOGEN, Simon – *South Africa and Southern Mozambique – Labour, Railways and Trade in the Making of a Relation – Ship*, Manchester, Manchester University Press, 1982.

KNIGHT, Patrícia – *Mussolini and Fascism*, London/New York, Routledge, 2003.

KOCH, Lutz – *A Vida de Rommel*, Lisboa, Editorial Aster, S/Data.

LAGANA, Marc – *Le Parti Colonial Français: éléments d'histoire*, Québec, Presses Universitaires de Québec, 1990.

LEAL, Francisco Cunha – *Calígula em Angola*, Lisboa, 1924.

LEITÃO, Nicolau Andresen – *Estado Novo – Democracia e Europa – 1947-1986*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

LÉONARD, Yves, *Salazarismo e Fascismo*, Mem-Martins, Editorial Inquérito, 1998.

LOFF, Manuel – *Nosso Século é Fascista! O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Editora Campos das Letras, 2008.

LOPES, António dos Mártires – *Imprensa de Goa*, Lisboa, Edição do Comissariado do Governo para os assuntos do Estado da Índia, 1971.

- LOUÇÃ, António, *Hitler e Salazar – comércio em tempos de guerra, 1940-1944*, Lisboa, Terramar Editores, 2005.
- MARGARIDO, Alfredo – *Estudos Sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial «A Regra do Jogo», 1980.
- MADUREIRA, Arnaldo – *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- MADUREIRA, Arnaldo – *Antecedentes Imediatos do Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.
- MARCHI, Riccardo – *Império, Nação, Revolução – As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009.
- MARINI, Émile – *Goa, tal como a vi*, Lisboa, União Gráfica, 1956.
- MARTINS, José F. Ferreira – *Fulgores do Oriente*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1930.
- MARTINS, Ferreira – *Mouzinho*, Lisboa, Edições Excelsior, 2.<sup>a</sup> Edição, 1965.
- MARTINS, Susana – *Américo Tomás*, Lisboa, Edição Museu da Presidência, 2006.
- MATOS, Helena – *Salazar, A Construção do Mito e A Propaganda*, Lisboa, Círculo de Leitores, Volumes 1 e 2, 2003/2004.
- MATOS, Norton de – *África Nossa (o que queremos e o que não queremos nas nossas Terras de África)*, Porto, Edições Marânus, 1953.
- MATOS, Norton de – *Nação Una*, Lisboa, Paulino Ferreira Filhos, 1953.
- MEDINA, João – *Salazar, Hitler e Franco*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- MEMMI, Alberto – *O Homem Dominado*, Lisboa, Edições Seara Nova, 1975.
- MILZA, Pierre – *Mussolini*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001.
- MONINA, Giancarlo – *Il Consenso Coloniale – Le Società Geografiche e l'Istituto Coloniale Italiano (1896-1914)*, Roma, Carocci Editore, 2002.
- MONIZ, Egas – *Um Ano de Política*, Lisboa, Livraria Francisco Franco, 1919.
- MONTEIRO, Armindo – *Pensamento do Ministro das Colónias Doutor Armindo Monteiro*, Lisboa, Edição do Secretariado de Propaganda Nacional, 1934.

- MORENO, Mateus – *75 Anos de Actividades ao Serviço da Ciência e da Nação – 1875-1950*, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, 1950.
- MOTA, Avelino Teixeira da – *O Regimento da Altura de Leste-Oeste, de Rui Falero*, Lisboa, Separata do *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 331, 1953 (Janeiro).
- MÚRIAS, Manuel – *Caldas Xavier*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Colecção «Pelo Império» n.º 90, 1943.
- MÚRIAS, Manuel – *O Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Colecção «Temas Lusíadas», 1942.
- MUSSOLINI, Benito – *El fascismo expuesto por Mussolini*, Madrid, Libreria y Artes Graficas, 1934.
- MUSSOLINI, Benito – *Le Fascisme- Doctrine-Institutions*, Paris, Éditions Denoel et Steele, 1933.
- MUSSOLINI, Romano – *O Duce, meu Pai*, Lisboa, Editora Ulisseia, 2005.
- MUSSOLINI, Vittorio – *As Mulheres do Ditador*, Lisboa, Editora Futura, 1973.
- N'DUMBE III, Alexandre Kum'a, – *Hitler Voulait l'Afrique – les plans secrets pour une afrique fasciste 1933-1945*, Paris, Librairie – Éditions l' Harmattan, 1980.
- NOGUEIRA, Franco – *Salazar – (1928-1970)*, VI Volumes, Coimbra/Porto, Atlântida Editora/Livraria Civilização Editora, 1977/1985.
- Ó, Jorge Ramos de – *O Lugar de Salazar – Estudo e Antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- OLIVEIRA, César – *A preparação do 28 de Maio – Estudo Introdutório, Notas, Cronologia, Biografia e Bibliografia*, Lisboa, Moraes Editores, 1980.
- OSÓRIO, João de Castro – *Direito e Dever de Império*, Lisboa, Edições «Descobrimento», 1938.
- PACHECO, Diego – *A fundação do porto de Nagasáqui e a sua cedência à Sociedade de Jesus*, Macau, Centro de Estudos Marítimos, 1989.
- PAÇO, António Simões do – *Salazar – O Ditador Encoberto*, Lisboa, Bertrand Editora, 2010.

PAIXÃO, Braga – *Cem Anos do Banco Nacional Ultramarino na Vida Portuguesa*, Lisboa, Banco Nacional Ultramarino, 1964.

PAMPLONA, Fernando de – *História do Portugal Gigante*, Lisboa, Livraria Didáctica, 1947.

PAPAGANO, Giuseppe – *Colonialismo e Feudalismo. La questão dos Prazos da Coroa no Moçambique do final do século XIX*, Lisboa, Edição da «Regra do Jogo», 1980.

PAULO, Heloísa – *Aqui também é Portugal*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000.

PENA, Alberto – *O Que Parece é – Salazar, Franco e a Propaganda contra a Espanha Democrática*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2009.

PIMENTEL, Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa – *O Problema Colonial Português (Tese XII do Congresso Nacional promovido pela Liga Naval Português)*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1910.

PINTO, António Costa – *Os Camisas Azuis-Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal-1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português – A Cena Internacional, A Guerra Colonial e a Descolonização – 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

PINTO, António Costa – *Os Presidentes da República Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

PINTO, António Costa – *O Salazarismo e o Fascismo Europeu – Problemas de interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, Coleção «Imprensa Universitária» n.º 92, 1992.

PINTO, Rui Pedro – *Prémios do Espírito – Um estudo sobre prémios literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

PROENÇA, Maria Cândida – *A Questão Colonial no Parlamento – 1910- 1926*, Volume II, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2008.

REDONDO, Juan Carlos Jiménez – *Franco e Salazar – As Relações Luso-Espanholas durante a Guerra Fria*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1996.

RIBEIRO, Margarida Calafate – *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Edições Afrontamento, 2005.

ROCHA, Ilídio – *A Imprensa de Moçambique*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, Coleção “Mundo Ibérico N.º 1, 2000 (Versão da publicação inicial editada no Maputo, Centro de Documentação e Informação de Moçambique em 1980).

RODRIGUES, Soledade Amaro – *O mito do herói explorador*, Lisboa, Prefácio, 2009.

ROSAS, Fernando – *A Transição Falhada – O Marcelismo e o Fim do Estado Novo – 1968-1974*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

ROSAS, Fernando; Barros, Júlia Leitão de, Oliveira, Pedro de – *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar – Correspondência Política 1926 – 1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

ROSAS, Fernando / SAMARA, Alice – *Francisco Craveiro Lopes*, Lisboa, Edição do Museu da Presidência da República, 2006.

ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (Coordenação) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2009.

ROSAS, Fernando – *O Estado Novo nos Anos Trinta -1928-1938*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.

ROSAS, Fernando – *Portugal entre a Paz e a Guerra - 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.

SALAZAR, Oliveira, *Como se Reergue um Estado*, Lisboa, Esfera do Caos, 2007.

SALAZAR, Oliveira, *Discursos*, Volumes I, (1928-1934), II (1935-1937), III, (1938-1943), IV (1943-1950), Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, respectivamente 1935, 1937, 1943, 1951.

SALAZAR, Oliveira – *El Pensamiento de Salazar*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1960.

SALAZAR, Oliveira – *Entrevistas – 1960-1966*, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1967.

SALAZAR, Oliveira – *O Pensamento de Salazar*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1962/1966.

SALAZAR, Oliveira – *Salazar-Antologia-1909-1966 (Discursos; Entrevistas; Artigos, Teses; Notas; Relatórios)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1966.



- SALDANHA, Eduardo d' Almeida – *Moçambique – União da África do Sul (As bases para a Convenção)*, Lisboa, Tipografia Formosa, 1928.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (Organização) – *Portugal Não É Um País Pequeno – contar o “império” na pós-colonialidade*, Lisboa, Livros Cotovia, 2006.
- SANTOS, Francisco Bahia dos – *Política Ultramarina de Portugal*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1955.
- SARMENTO, Moraes – *A Expansão Alemã*, Lisboa, Edição Nunes de Carvalho, 1930.
- SCHMITTER, Philippe C. – *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- SCHNEIDMAN, Witney – *Confronto em África – Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna da História, 2005.
- SERRAS, Manuel – *As Colónias e a sua Administração Central*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1925.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Correspondência com Marcello Caetano – 1974-1980*, Lisboa, Bertrand Editora, 1995.
- SOUSA, Pedro Miguel – *O Colonialismo de Salazar*, Lisboa, Via Occidentalis Editora, 2008.
- SOUTO, Amélia Neves do – *Caetano e o Ocaso do Império*, Porto, Edições Afrontamento, 2007.
- TAMAGNINI, Maria Ana Acciaioli – *Lin Tchi Fá-Flor de Lótus – Poesias do Extremo Oriente*, Lisboa, Instituto Cultural de Macau, 1991.
- TAVARES, Luís C. Nozes – *O Infante D. Henrique e os Descobrimentos: Sua Prioridade; A Protecção à Universidade; O «Príncipe do Mar» e a Igreja; Algumas Conclusões (Contributo pró V Centenário nas Comemorações Henriquinas – 1460-1960)*, Braga, Edições Nozes Tavares, S/Data.
- TEIXEIRA, Luís – *Perfil de Salazar-Elementos para a história da sua vida e da sua época*, Lisboa, Edição de Autor, 1938.

- TENDEIRO, João – *A Investigação Científica no Ultramar Português*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa (Semana do Ultramar), 1958.
- TORGAL, Luís Reis – *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Livraria Minerva, 2009.
- TORGAL, Luís Reis – *O Cinema sob o Olhar de Salazar*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011.
- TORRES, Eduardo Cintra e MARINHO, Luís – *O Século do Povo Português – Primeira República – Revolução e Guerra – 1910-1926*, Lisboa, Ediclube 2002.
- TOSCANO, Francisco e Quintinha, Julião – *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*, Lisboa, Edição de Nunes de Carvalho, 1930.
- TRINDADE, Luís – *O Estranho Caso do Nacionalismo Português – O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- VALENTE, Vasco Pulido – *A «República Velha» (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1997.
- VALENTE, Vasco Pulido – *Marcello Caetano – As desventuras da razão*, Lisboa, Editora Gótica, 2002.
- VÁRIOS – *A Guerra do Ultramar – Realidade e Ficção* (Organização de Rui Azevedo Teixeira), Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- VÁRIOS – *Á Recherche de L'identité Guineense ?* Paris, Édition de la Fondation Calouste Gulbenkian (Centre Culturel Portugais), 1975.
- VÁRIOS – *Almanaque - Guia do Agricultor – Número Comemorativo dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal – 1140 – 1640 – 1940*, Lisboa, Ano III, 1940 (2.º Semestre).
- VÁRIOS – *Alta Cultura Colonial-Discursos inaugurais e conferências*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936.
- VÁRIOS – *Antologia Colonial Portuguesa (Política e Administração)*, Volume I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.
- VÁRIOS – *Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo – 1933-1949*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.

VÁRIOS – *Catálogo Bibliográfico da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, Editorial Ática, 1943.

VÁRIOS – *Catálogo das Edições da Agência Geral do Ultramar*, Lisboa, Tipografia Silvas, Lda., 1956.

VÁRIOS – *Catálogo das Publicações-Didascálico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965.

VÁRIOS – *Catálogo das Publicações*, Lisboa, Gráfica Portuguesa, Lda., 1966.

VÁRIOS – *Catálogo das Publicações-Didascálico-Suplemento*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969.

VÁRIOS – *Colóquio a Museologia Portuguesa no Balanço do Século*, Lisboa, Associação Portuguesa de Museus, 1999.

VÁRIOS – *Contribuição Cultural da Agência Geral das Colónias nas Comemorações Centenárias – Notas Bibliográficas*, Lisboa, Editorial Ática, 1941.

VÁRIOS – *Do Marcelismo ao Fim do Império* (Direcção de J.M. Brandão de Brito), Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

VÁRIOS – *El pensamiento de la Revolución Nacional*, Buenos Aires, Editorial Pablet, 1938.

VÁRIOS – *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Decreto-Lei n.º 39666, de 20 de Maio de 1954*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1954.

VÁRIOS – *Índice do Boletim Geral das Colónias – n.ºs 1 a 60*, Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1930.

VÁRIOS – *Índices do Boletim Geral das Colónias – n.ºs 201 a 212 e 212 a 224*, Lisboa, Agência Geral das Colónias – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1946.

VÁRIOS – *Índice do Boletim Geral das Colónias*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942.

VÁRIOS – *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

- VÁRIOS – *Os Anos de Salazar, (1926-1974)* 30 Volumes, Barcelona, PlanetaDe Agostini, 2007.
- VÁRIOS – *Parliamentary Debates*, Volume 330, n.º 41, 1937.
- VÁRIOS – *Portugal Vasto Império – Um Inquérito Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.
- VÁRIOS – *Prémios Literários da Agência Geral do Ultramar*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Lda., 1969.
- VÁRIOS – *Primeiro Encontro de Escritores de Angola*, Sá da Bandeira, Publicações Imbondeiro / Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1964.
- VÁRIOS – *Programa Oficial das Comemorações Nacionais – Ano de 1940*, Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, Secção de Propaganda e Recepção e Editorial Império, 1940.
- VÁRIOS – *Roteiro do Cruzeiro dos Velhos Colonos de Cabo Verde, Angola e Moçambique à Metrópole*, Lisboa, Edição da Revista «O Mundo Português», 1940.
- VÁRIOS – *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- VÁRIOS – *Sociedade de Geografia de Lisboa – 25º Aniversário, Sumário das Sessões, desde a fundação até 31 de Dezembro de 1900*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1901.
- VÁRIOS – *Sociedade de Geografia de Lisboa – 75 Anos de Actividade ao Serviço da Ciência e da Nação*, Lisboa, Oficinas Gráficas S/ Data.
- VÁRIOS – *The British Empire* (Edited by Sarah Stockwell), Oxford, Blackwell Publishing, 2008.
- VÁRIOS – *Viagem Ministerial a África – 1942 – Relações das Colónias Portuguesas com os territórios vizinhos – Discursos*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, S/Data.
- VILAÇA, Alberto – *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*, Porto, Campo das Letras, 2003.
- VILHENA, Maria da Conceição – *Gungunhana – Grandeza e Decadência de um Império Africano*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.
- WRIGLEY, Chris – *Churchill*, Lisboa, Texto Editores, 2010.

### 3. Dicionários, Enciclopédias e Prontuários

AZEVEDO, Carlos Moreira (Direcção) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 7 Volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

CLARKE, Graham – *The New Caxton Encyclopedia*, London, Caxton&english Educational Programmes International Limited, XX Volumes, 1986.

CRUZ-MATOS, José – *Prontuário do Cinema Português – 1896-1989*, Lisboa, Edição da Cinemateca Portuguesa, 1989.

FONSECA, João de Sousa (Direcção Técnica) – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 50 Volumes, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, S/Data.

FRAZÃO, Fernanda e Boavida, Maria Filomena – *Pequeno Dicionário de Autores de Língua Portuguesa*, Lisboa, Amigos do Livro, Editores, 1983.

LAROUSSE, Pierre – *Grand Dictionnaire Universel*, XVII Volumes, Paris, Hachette Livre, Volume XIII (I), 1870.

MAGALHÃES, António Pereira Dias de (Coordenação) – *Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura*, XXIII Volumes, Lisboa, Editorial Verbo, 1963/1992.

MÓNICA, Maria Filomena (Coordenação) – *Dicionário Biográfico Parlamentar – 1834-1910* III Volumes, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2006.

OLIVEIRA, Leonel Moreira de (Coordenação) – *Lexicoteca – Moderna Enciclopédia Universal*, XX Tomos, Lisboa, Círculo de Leitores, 1984/1992.

OLIVEIRA, Leonel de (Coordenação) – *Portugal Século XX – Portugueses Célebres*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

PEREIRA, José Costa (Coordenação) – *Dicionário Enciclopédico de História de Portugal*, 2 Volumes, Lisboa, Selecções do Reader's Digest / Publicações Alfa, 1990.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (Coordenação) – *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 Volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

SERRÃO, Joel (Direcção) – *Dicionário de História de Portugal*, 4 Volumes, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.



## APÊNDICE I

### OS PERIÓDICOS SOBRE AS COLÓNIAS/ULTRAMAR DURANTE A VIGÊNCIA DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS/ULTRAMAR (1924/1974)

Na investigação feita no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, entre 1925-1970, pudemos inventariar um conjunto de 172 periódicos (da Metrópole e das Colónias/Ultramar), que passamos de seguida a transcrever, de acordo com a ordem alfabética de cada um dos seus títulos:

- *ABC – Diário de Angola* – periódico vespertino fundado em Luanda, Angola, por Machado Saldanha, a partir de 10 de Junho de 1958, e que se publicou até 27 de Maio de 1971, sob a direcção de Frederico Braga Paixão. Depois dessa data, o título e o equipamento foi vendido à empresa Gráfica de Portugal, Lda<sup>1589</sup>.

- *Acção Nacional* – jornal semanário, político e noticioso, publicado em Lourenço Marques no ano de 1926, era o órgão oficial da *Acção Nacional de Moçambique*. Este jornal foi dirigido inicialmente por Américo Chaves de Almeida e, posteriormente, por Eugénio Fernandes. O primeiro número foi publicado um mês antes do levantamento militar do «28 de Maio», no dia 5 de Abril de 1926, e o último, o n.º 30, em 15 de Novembro de 1926, sete meses depois da sua fundação. O primeiro director, Chaves de Almeida, foi expulso de Moçambique, por Portaria do Governador-Geral, de 23 de Outubro de 1926, por ter sido o responsável editorial de um número único de um jornal chamado *Imprensa de Moçambique*, periódico editado como forma de protesto contra a lei censória de Imprensa, instituída pelo ministro das Colónias, João Belo<sup>1590</sup>.

---

<sup>1589</sup> Vide «ABC-Diário de Angola» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume 1, (ACTUALIZAÇÃO), Letras A/AZUR, p. 18.

<sup>1590</sup> Ilídio Rocha, «Acção Nacional» in *A Imprensa de Moçambique*, Lisboa, Edição Livros Brasil, 2000, p. 233.

- *Actualidades* – semanário de Lourenço Marques, Moçambique, editado e dirigido por Rodolfo da Silva Paixão e que publicou o n.º 1, a 26 de Julho de 1952. Mais tarde, a partir de 1953, a direcção foi assumida por Álvaro do Carmo Vaz até 1956, altura em que teve de deixar este periódico, por ter sido expulso de Moçambique, pela PIDE. Esta publicação editara-se ininterruptamente entre os anos de 1952 a 1962, tendo entretanto sofrido um interregno de quatro anos, voltando a publicar-se por apenas dois anos, entre 1966 e 1968<sup>1591</sup>.

- *Actualidade Económica* – periódico publicado em Luanda, Angola, a partir de Setembro de 1965. Dirigido inicialmente por Sá Viana Rebelo, antigo presidente da Câmara Municipal de Nova Lisboa e governador do distrito de Benguela. A partir de 1968, quando este colonialista foi nomeado presidente da Câmara de Luanda, foi substituído na direcção da revista pelo jornalista António Pires<sup>1592</sup>.

- *África Ilustrada* – revista mensal de propaganda e intercâmbio colonial, estudos, cultura e crítica publicada em Lourenço Marques, Moçambique, entre os anos de 1945 e 1946, de que era proprietário Roque Luís Ferreira e director Alexandre Sobral de Campos. O n.º 1 saiu em Fevereiro de 1945, e o último, em Dezembro, do mesmo ano. Em 1946, foi publicado um número especial, na tentativa gorada de não deixar morrer o periódico<sup>1593</sup>.

- *África Magazine* – periódico de propaganda que surgiu em Lisboa, na Primavera de 1932, sob a direcção dos jornalistas Mário Domingos e Viana de Almeida<sup>1594</sup>.

- *África Médica* – revista mensal de higiene e medicina tropical publicada em Lourenço Marques, Moçambique, entre os anos de 1934 e 1944. Tinha como director, António Pacheco, e o n.º 1 deste periódico remontava, a 25 de Outubro de 1934, e o último, a Julho de 1944<sup>1595</sup>.

---

<sup>1591</sup> Ilídio Rocha «Actualidades», *Ibidem*, p. 234.

<sup>1592</sup> Vide «Informação e Turismo» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV, n.º s 517/518, de Julho/Agosto de 1968, p. 293.

<sup>1593</sup> Ilídio Rocha, «África Ilustrada», *op. cit.*, p. 235.

<sup>1594</sup> Vide «Propaganda Colonial» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, n.º 83, de Maio de 1932, p. 202.

<sup>1595</sup> Ilídio Rocha, «África Médica», *op. cit.*, p. 235.



- *África Portuguesa* – publicação sobre o património colonial português em África, produzido e editado no Rio de Janeiro, Brasil, sob a direcção de Tito de Sousa e Melo. Com o intuito de vulgarização pedagógica junto da grande comunidade de portugueses que vivia nesse país lusófono, o periódico procurava, numa altura em que os interesses coloniais portugueses eram postos em causa e a internacionalização da política de mandatos criava mais reivindicações de cariz expansionista, chamar a atenção para a preservação e manutenção desses territórios africanos controlados por Portugal, através de uma série de «pequenas lições» publicadas regularmente por esse periódico nacionalista<sup>1596</sup>.

- *Ala* – revista da Associação Escolar do Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, de Nova Goa, publicou-se em Bastorá, na Tipografia Rangel, a partir de 1944. Mais tarde, continuou a publicar-se com o nome de *Revista do Centro Escolar n.º 1 da Mocidade Portuguesa* até 1950<sup>1597</sup>.

- *Algodão de Moçambique* – quinzenário publicado em Lourenço Marques, Moçambique, entre os anos de 1925 e 1926, era editado e dirigido por Ismael Alves da Costa. Foram publicados sete números, tendo o primeiro saído, a 15 de Outubro de 1925, e o derradeiro, a 15 de Março de 1926<sup>1598</sup>.

- *Alvorada (A)* – revista de cultura e propaganda dos alunos da *Escola Técnica Sá da Bandeira*, que se publicou em Lourenço Marques, Moçambique, entre os anos de 1943 e 1944, teve como director Fernando Pearson Lisboa. Editaram-se apenas dois números, o primeiro, em Julho de 1943, e o último, em Setembro de 1944. A propriedade do periódico era da Caixa Escolar desta instituição de Ensino Técnico<sup>1599</sup>.

- *Alvorecer* – jornal escolar editado pelo Centro n.º 3 da Mocidade Portuguesa, a que estavam afectas as alunas do Liceu D. Ana da Costa Portugal, de Lourenço Marques,

---

<sup>1596</sup> Vide «Bibliografia» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, n.º 82, de Abril de 1932, p. 211.

<sup>1597</sup> Vide «Imprensa Literária: Ala» in António dos Mártires Lopes, *Imprensa de Goa*, Lisboa, Edição do Comissariado do Governo para os assuntos do Estado da Índia, 1971, pp. 75-80, especialmente p. 80.

<sup>1598</sup> Ilídio Rocha, «Algodão de Moçambique», *op. cit.*, p. 238.

<sup>1599</sup> *Idem*, Ilídio Rocha, «A Alvorada», *Ibidem*, p. 239.

Moçambique. Publicou-se trimestralmente, entre 1962 e 1974, tendo o primeiro número saído em Dezembro de 1962<sup>1600</sup>.

- *Anais da Junta de Investigações Coloniais* – periódico cujos primeiros três volumes remontavam respectivamente aos anos de 1946, 1947 e 1948. Relativamente, ao conteúdo dos volumes iniciais, poderemos referir os seguintes temas: Volume I, de 1946: «Estudos sobre a Guiné Portuguesa», da autoria de Carrington da Costa, A. Sousa Torres, J. M. Pires Soares, Henrique O'Donnell, Ester Pereira de Sousa e outros; Volume II, de 1947, Tomo I: «Estudos de História e Geografia da Expansão Portuguesa»: Visconde de Lagoa, «Reconstituição geográfica dos itinerários de Fernão Mendes Pinto»; Volume III, de 1948, Tomo I: Visconde de Lagoa, «A Peregrinação de Frei Sebastião Manrique»<sup>1601</sup>.

- *Anais do Instituto de Medicina Tropical* – publicado em Lisboa, a partir de 1955, era o elo de ligação da instituição científica que o patrocinava e os leitores e curiosos da ciência médica aplicada aos trópicos espalhados pela Metrópole e pelo Ultramar. Em 1902, por Decreto do Governo monárquico foi criada a Escola de Medicina Tropical, à semelhança aliás do que se fizera em várias cidades europeias como Liverpool e Londres (Grã-Bretanha, 1899) e Hamburgo (Alemanha, 1900). Inicialmente, o custeio desta instituição era feito pelas Câmaras Municipais ultramarinas, que deveriam cativar 1% das receitas ordinárias para suportar este projecto estatal. Mais tarde, pela Lei n.º 1.920, de 29 de Maio de 1935, a Escola de Medicina Tropical foi reorganizada e em seu lugar surgiu uma outra instituição para dirigir as investigações médicas no Ultramar<sup>1602</sup>.

- *Angola* – revista mensal ilustrada, propriedade da Empresa de Publicidade «Angola», Lda. – Luanda, o n.º 1 apareceu em Janeiro de 1923. Com o mesmo título, havia ainda um outro periódico de doutrina, estudo e propaganda que era pertença da Liga Nacional de Luanda. Editara vários números especiais, nomeadamente os seguintes: número dedicado aos «Centenários», (ano VII, de Dezembro de 1940); o número comemorativo da «entrada solene de D. Moisés Alves de Pinho, na Diocese de S. Tomé» (ano XI, de Dezembro de

---

<sup>1600</sup> *Idem*, Ilídio Rocha, «Alvorecer», *Ibidem*, p. 240.

<sup>1601</sup> *Vide* António Alberto de Andrade, «Artes e Letras Coloniais: Anais da Junta de Investigações Coloniais, 1947 e 1948» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI, n.º 305, Novembro de 1950, pp. 43-48, especialmente pp. 46-48.

<sup>1602</sup> *Vide* «Fichas Bibliográficas da Biblioteca da Agência Geral do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXI, n.ºs 361-362, Julho-Agosto de 1955, p. 413.

1943). Ainda, com títulos desta possessão da África Ocidental se editaram periódicos como o *Angola Ilustrada*, o *Angola Norte* e o *Sul de Angola*. O primeiro era uma revista mensal de propaganda, literatura, variedades, desporto e cinema que se publicou em Luanda, a partir de 1947; o segundo era um periódico, de Malange, que se dedicava a divulgar o turismo, etnografia e a economia de Angola; o terceiro era um semanário independente de Mossâmedes, fundado em 1921, e dirigido por Mário Trabullo<sup>1603</sup>.

- *Anuário Comercial das Colónias* – publicação anual com esclarecimentos sobre o património colonial português custava, um volume de seiscentas e oitenta e duas páginas, no início da década de trinta, a módica quantia de 50\$00 para Portugal, 10 *schelings* para Grã-Bretanha e 60 francos para França. Esta publicação que se destinava a todos aqueles que embarcavam para as colónias portuguesas era vendida na Agência Geral das Colónias e servia de suporte informativo a todo o colonialista que se prezasse<sup>1604</sup>.

- *Anuário Comercial, Industrial e Agrícola da Província de S. Tomé* – periódico que se publicou nos finais da década de vinte (1928), do século passado, que se destinava a promover produtos económicos que valorizassem a colonização portuguesa em terras equatoriais de África<sup>1605</sup>.

- *Anuário da Escola Colonial* – publicação que foi criada em 1906, quando da criação de uma instituição pedagógica que se preocupava com a formação de funcionários para servirem nos trópicos. A 31 de Maio de 1919, pelo Decreto n.º 5.287, a instituição foi reformulada passando a chamar-se Escola Superior Colonial e tivera como director, a partir de 1919, Lopo Vaz de Sampaio e Melo<sup>1606</sup>.

- *Anuário da Índia Portuguesa* – periódico publicado pela Repartição de Estatística de Nova Goa e editado pela Imprensa Nacional dessa possessão, a partir do início da década de trinta, do século passado. Em 1932, o *Boletim Geral das Colónias* divulgava o terceiro

---

<sup>1603</sup> Vide «Angola-Imprensa de Angola», in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 2, Letras ALMA/APUA, p. 681.

<sup>1604</sup> Vide «Agência Geral das Colónias» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, n.ºs 74/75, Agosto/Setembro de 1931, p. 280.

<sup>1605</sup> Vide «Bibliografia», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, n.º 33, Março de 1928, p. 272.

<sup>1606</sup> *Idem*, *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 46, Abril de 1929, p. 227.

volume que via «...agora a luz da publicidade relativo ao ano corrente», ao longo de mais de seiscentas páginas ilustradas<sup>1607</sup>.

- *Anuário da Província da Guiné* – anuário coordenado por um funcionário do ministério das Colónias e do Conselho Colonial, Armando Augusto Gonçalves de Moraes e Castro. O volume de 1925 era dedicado à memória do major Teixeira Pinto, um dos heróis da ocupação daquele território, do golfo da Guiné. Continha ainda outras informações essenciais sobre a possessão, nomeadamente de carácter administrativo, cultural, económico, geográfico, histórico e pedagógico<sup>1608</sup>.

- *Anuário de Lourenço Marques (1908-1947) / Anuário da Colónia de Moçambique (1948-1950) / Anuário da Província de Moçambique (1951-1952)* – publicação que começara a ser editada em 1908, pela casa A. W. Bayly & Cº, fundada pelo jornalista inglês Arthur William Bayly, que era ainda proprietário e fundador do jornal *The Lourenço Marques Guardian*. Mais tarde, esta casa editorial, de origem britânica, promoveu a reedição do *Anuário* que agora era dirigido por J. A. Carvalho e tenente Mário Costa, que procuraram manter e melhorar os conteúdos deste periódico. A propósito da 14.ª edição saída em 1927, o director do periódico da Agência Geral das Colónias analisava comparativamente estes órgãos de promoção e divulgação da realidade colonial portuguesa: «Angola só publicou um Anuário em 1923; Guiné um, em 1925; S. Tomé vai ter também um anuário». A partir de 1948, o periódico passou a ter uma aceção mais vasta que não se restringia só à zona de Lourenço Marques, mas a toda a colónia do Índico, passando a denominar-se durante três anos, entre 1948 e 1950, *Anuário da Colónia de Moçambique*. Posteriormente, a 1951, em adequação à lei geral que transformava a designação «Colónia» em «Província», este periódico passaria a chamar-se *Anuário da Província de Moçambique*<sup>1609</sup>.

- *Anuário de Macau* – publicação da responsabilidade do Governo daquela colónia asiática e que saiu dos prelos, em 1927, sob o auspícios da Imprensa Nacional de Macau, com requinte artístico e um manancial de informações curiosas e de utilidade prática apresentadas em português, inglês e chinês. Nesta edição, entre outros, são divulgados os seguintes artigos: «O padroado do Extremo-Oriente; O comércio e as indústrias daquela

---

<sup>1607</sup> *Idem, Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VIII, n.º 85, Julho de 1932, p. 191.

<sup>1608</sup> *Idem, Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 4, Outubro de 1925, p. 193.

<sup>1609</sup> *Idem, Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 30, Dezembro de 1927, pp. 245-246.

província; O seu ensino e seus embelezamentos e outros progressos materiais; o direito de extraterritorialidade de Portugal na China»<sup>1610</sup>.

- *Anuário do Império Colonial Português* – periódico anual que se editava em Lisboa sob a responsabilidade da Empresa do Anuário Comercial, a partir de 1937. Esta publicação que funcionava como uma espécie de extensão do *Anuário Comercial de Portugal* procurava fazer a divulgação da legislação e das pautas aduaneiras do Império Colonial, a partir da segunda metade da década de trinta, quando o regime do Estado Novo se encontrava em plena ascensão, quatro anos depois da publicação da sua lei-básica, a Constituição de 1933<sup>1611</sup>.

- *Anuário Estatístico da Colónia de Cabo Verde* – depois da remodelação por que passaram os Serviços de Estatística coloniais, a Imprensa Nacional de Cabo Verde publicava em 1933, na cidade da Praia, sob a direcção de Machado Saldanha, o novo volume deste periódico especializado em todos os dados quantitativos referentes a esta colónia da África Ocidental<sup>1612</sup>.

- *Anuário Estatístico do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique* – periódico da responsabilidade da Direcção de Estatística e Propaganda da Companhia de Moçambique, sediada na Beira, e que se editou entre os anos de 1928, 1930 e 1932. Na altura, Mário Costa dirigia os serviços de estatística desta Companhia<sup>1613</sup>.

- *Anuário Estatístico de Moçambique* – publicação dos Serviços Estatísticos da Colónia de Moçambique reportando-se, a primeira série, aos anos compreendidos entre 1926 e 1928. Mais tarde, numa outra série, este anuário publicou-se regularmente entre 1928 e 1973, em Lourenço Marques. Em 1926, ano da passagem da Primeira República para o regime de Ditadura Militar, era director interino do periódico, António dos Santos Figueiredo, que, a propósito da «estimativa» da população indígena desta possessão da África Oriental por distrito, pronunciava as seguintes palavras sobre a metodologia utilizada para conseguir estes dados demográficos:

---

<sup>1610</sup> Vide «Bibliografia» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 23, Maio de 1927, pp. 181-182.

<sup>1611</sup> Vide «Anuário do Império Colonial Português» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 2, Letras ALMA/APUA, p. 896.

<sup>1612</sup> Vide «Bibliografia» in *Boletim Geral das...*, Ano XI, n.º 115, Janeiro de 1935, pp. 204-205.

<sup>1613</sup> *Idem, Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XVI, n.º 177, Março de 1940, pp. 110-111.

As estimativas são organizadas segundo os cadernos do arrolamento de palhotas, para a cobrança do imposto indígena. Necessariamente este processo origina erros. A verdade porém é que até agora outro não tem sido possível adoptar, já por manifesta falta de pessoal, já por que não é fácil que os indígenas informem com exactidão...A sua publicação é baseada nos moldes do *Anuário Estatístico de Portugal*, embora obedecendo à divisão por capítulos adoptada na organização dos serviços estatísticos da colónia<sup>1614</sup>.

- *Anuário Estatístico de Angola* – criado pela Portaria do Governo de Lisboa, de 3 de Setembro de 1930, que formalizou os Serviços de Estatística em Angola, muito embora *de facto* as actividades destes serviços só começassem verdadeiramente em 1933. O primeiro volume do *Anuário*, de 1934, produzido pela Imprensa Nacional, de Luanda, inseria uma introdução sobre o território e o clima de Angola, passando depois a desenvolver nos capítulos seguintes aspectos ligados à demografia, saúde e assistência, previdência, justiça, economia e administração<sup>1615</sup>.

- *Apostolado (O)* – publicação católica da diocese de Luanda, foi fundada, em Outubro de 1935, por D. Moisés Alves de Pinho. Editava conteúdos jornalísticos que interessavam aos leitores desta possessão da África Ocidental, nomeadamente relacionados com aspectos ligados à assistência, economia, ensino, etnografia e flora. Iniciou a sua existência como semanário, passando a bissemanário, a partir do n.º 107, de 6 de Novembro de 1957<sup>1616</sup>.

- *Arauto (O)* – jornal mensal editado em Bolama, Guiné, a partir de Maio de 1943, tinha como director e editor o padre Afonso Simões. Inseria artigos de cinegética e de história local, tendo inclusivamente neste último item feito um número especial, em 1946, comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné. Mais tarde, entre Maio de 1955, e Março de 1968, editar-se-ia em Bissau um periódico com o mesmo título e que teve como director, o padre José Maria da Cruz. A partir dessa última data, o jornal foi substituído pelo *Notícias da Guiné*<sup>1617</sup>.

---

<sup>1614</sup> *Idem, Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, n.º 58, Abril de 1930, p. 210.

<sup>1615</sup> *Idem, Ibidem, Boletim Geral das...*, Ano XI, n.º 126, Dezembro de 1935, pp. 177-179.

<sup>1616</sup> *Vide* «Apostolado» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 1, Letras A/AZUR, p. 491.

<sup>1617</sup> *Vide* «Arauto», *Ibidem, Grande Enciclopédia...*, Volume 1, Letras A/AZUR, p. 480.

- *Arquipélago (O)* – semanário editado na cidade da Praia, Cabo Verde, a partir de 1962. Este periódico pertencia ao Centro de Informação e Turismo e era impresso na tipografia da Imprensa Nacional dessa colónia<sup>1618</sup>.

- *Arquivo das Colónias* – revista editada pelo Arquivo Histórico Colonial, foi criada por um Decreto de 11 de Novembro de 1911, mas só mandado publicar por despacho ministerial, de 25 de Maio de 1917. A partir de Junho de 1917, passou a editar-se mensalmente até ao n.º 24, de Janeiro de 1919. Entretanto, a revista fizera uma paragem na sua publicação até 1922, aparecendo nessa data o n.º 25, correspondente ao trimestre, de Abril a Junho, desse ano. Nova paragem, agora de sete anos, foi reactivada, a partir do primeiro trimestre de 1929, por Pires Avelanoso, bibliotecário-arquivista do ministério das Colónias, que manteve a regularidade da publicação, até ao ano de 1931. Nesta última fase, o conteúdo da revista encontrava-se dividido em duas partes: a primeira, de carácter documental; a segunda, destinada a artigos de diversos colaboradores. O n.º 26, respeitante ao trimestre, de Janeiro a Março de 1929, apresentava, entre outros, os seguintes artigos: «O sonho de Mombaça», pelo general Teixeira Botelho; «Travessia de África pelo Zaire», por Alfredo Felner; «O Brasil foi descoberto em 1342», por Assis Sintra; «Luta de Ideais», por J. F. Ferreira Martins; «Os holandeses em Angola (Capítulo I)», pelo padre Ruela<sup>1619</sup>.

- *Arquivos Indo-Portugueses de Medicina e História Natural* – Dirigido por Froilano de Melo era o órgão do Instituto Bacteriológico de Nova Goa. Em 1926, era publicado o terceiro volume deste periódico consagrado à memória de Carlos França, personalidade que devotara toda a sua vida em prol da ciência e da investigação. Nesta edição todos os artigos, exceptuando o da «Malária no concelho de Satari», resultavam de investigações realizadas sob o patrocínio do director, desta instituição da Índia. Cumulativamente com o Instituto Bacteriológico, o coronel médico Froilano Melo era também director da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa, instituição que detinha também um periódico denominado *Arquivos da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa*<sup>1620</sup>.

---

<sup>1618</sup> Vide «Imprensa das Colónias: o Arquipélago» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII, n.º 507, Setembro de 1967, pp. 224-225.

<sup>1619</sup> *Idem, Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 51, Setembro de 1929, p. 228.

<sup>1620</sup> Vide «Bibliografia» in *Boletins Gerais das...*, respectivamente Anos III e XIII, n.ºs 19 e 144, Janeiro de 1927 e Junho de 1937, pp. 260-262 e pp. 145-146.

- *Arquivo de Angola* – publicação trimestral, que se publicou em Luanda, a partir de Outubro de 1933, consagrava números especiais a certos assuntos e individualidades desta possessão africana (o n.º 30 / 2.ª série, de Outubro de 1951, era dedicado ao colonialista «Artur de Paiva»), bem como procurava fazer a divulgação do acervo do Arquivo do Museu de Angola. Com a mesma finalidade, começara a publicar-se quatro anos antes, em Macau, em Junho de 1929, o periódico *Arquivos de Macau*<sup>1621</sup>.

- *Boletim Agrícola-Pecuário/Boletim Agrícola e Pecuário da Colónia de Moçambique* – periódico trimestral editado em 1928 pela Direcção dos Serviços de Agricultura, mais tarde, em 1929, Direcção dos Serviços de Agricultura e Veterinária. Publicou-se em Lourenço Marques, até ao ano de 1933, e tinha como responsável os directores dos Serviços de Agricultura e de Veterinária a exercerem funções em Moçambique<sup>1622</sup>.

- *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* – órgão do Centro de Estudos da Guiné iniciou a sua publicação, em Janeiro de 1946, ao tempo do Governo Sarmento Rodrigues que, a 21 de Julho de 1945, havia assinado a portaria que dava «luz verde» a este periódico. De acordo com o prefácio que o referido governante assinou no primeiro número, as principais razões para a criação foi «...permitir que a gente da Guiné pudesse mais facilmente tomar parte no movimento literário, científico, artístico, numa palavra intelectual, com vista à formação e desenvolvimento dos valores espirituais: ler e escrever». Este *Boletim* tinha várias secções, nomeadamente as seguintes: etnografia, economia e estatística, registo de livros e imprensa, crítica bibliográfica e publicações<sup>1623</sup>.

- *Boletim Cultural do Huambo* – órgão anual dos Serviços Culturais, da Câmara Municipal de Nova Lisboa, começou a sua publicação, a partir de Dezembro de 1948, e editou-se até 1974. Pretendia ser o porta-voz de todos os eventos culturais e científicos que se realizaram nesta cidade do centro de Angola, especialmente inseridos no foro das ciências agro-pecuárias, colonização, economia, etnografia, história, literatura e medicina. No primeiro número, entre outros artigos, este periódico trazia o relato das cerimónias de inauguração da «Biblioteca», do Centro Cultural e do Gabinete Histórico do Município<sup>1624</sup>.

---

<sup>1621</sup> *Idem, Ibidem, Boletim Geral das Colónias*, Ano XXXIII, n.º 388, Outubro de 1957, pp. 148-149.

<sup>1622</sup> Ilídio Rocha, «Boletim Agrícola e Pecuário da Colónia de Moçambique», *A Imprensa de...*, p. 247.

<sup>1623</sup> Vide «Artes e Letras» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 307, Janeiro de 1951, pp. 93-94.

<sup>1624</sup> Vide «Bibliografia», *Ibidem, Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 296, Fevereiro de 1950, p. 198.



- *Boletim Cultural do Lobito* – periódico da Câmara Municipal do Lobito, que começou a ser editado pelo Departamento de Propaganda e de Divulgação Cultural deste Município, a partir do ano de 1950. O *Boletim Geral das Colónias* dava conta da saída do número dois deste «Boletim», facto ocorrido a 31 de Janeiro de 1951. Do conteúdo temático deste número poder-se-iam ressaltar os seguintes artigos: «Gastão de Sousa Dias», «Cinquentenário da morte de Artur de Paiva»; «Evolução fazendária de Angola»; «A inauguração da Biblioteca Municipal»; «Palestras organizadas pelo Departamento de Divulgação Cultural através das emissoras do Lobito»; «Figuras e factos do Zaire no último quartel do século XIX»<sup>1625</sup>.

- *Boletim da Direcção dos Serviços da Agricultura da Colónia de Angola* – publicação da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Agricultura desta possessão, cujo primeiro número remontava aos meses, de Janeiro-Junho, de 1928. Impresso na tipografia da Imprensa Nacional de Luanda, o número inicial contava com cento e trinta e quatro páginas ilustradas e complementadas com cartas, gráficos e fotografuras. À semelhança do que estavam a fazer certos territórios africanos (África do Sul e Congo Belga) na divulgação de estudos agronómicos, também este periódico colonial procurava investigar e divulgar estudos e trabalhos análogos de e sobre a produção agrícola de Angola, como era o caso de um dos artigos saídos neste número, do primeiro semestre de 1928, assinado por A. Torres Garcia e que se referia à «política de fomento agrícola» a desenvolver nesta possessão da costa africana ocidental<sup>1626</sup>.

- *Boletim da Fimoteca Ultramarina Portuguesa* – órgão sobre audiovisuais do Centro de Estudos Ultramarinos, instituição criada em Lisboa, no ano de 1955. Também nesse ano se editaram os primeiros números deste periódico colonial especializado<sup>1627</sup>.

- *Boletim das Missões Civilizadoras* – periódico da responsabilidade do Instituto das Missões Coloniais de Cernache de Bonjardim, foi dirigido nos primeiros números por Abílio Marçal. Depois do segundo semestre de 1925, este boletim passou a ser orientado

---

<sup>1625</sup> Vide «Artes e Letras Coloniais», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano XXVI, n.º 310, Abril de 1951, pp. 79-87, especialmente p. 86.

<sup>1626</sup> Vide «Bibliografia», *Ibidem*, *Boletim Geral das...*, Ano IV, n.º 42, Dezembro de 1928, pp. 257-258.

<sup>1627</sup> Vide dr. António Alberto de Andrade, «Artes e Letras do Ultramar: Centro de Estudos Ultramarinos», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXI, n.º 359, Maio de 1955, pp. 103-105.

pelo médico Arnaldo Chaves Ubach. O lema destas instituições laicas e o motivo principal da actuação patriótica das mesmas no Império Colonial era:

Tudo quanto tenda a tornar os indígenas civilizados, portugalizados, merece todo o apoio!<sup>1628</sup>

- *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique* – órgão de divulgação da investigação e produção científica desta instituição de Moçambique, o primeiro número saiu do prelo em Dezembro de 1931, publicando-se com esta designação até 1951. A partir dessa data, este periódico passaria a utilizar como título a denominação *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*. Com uma tiragem de novecentos exemplares e um número médio de duzentas páginas por volume, era oferecido a quatrocentos sócios e a cem entidades oficiais, sobrando quatrocentos exemplares para a permuta com outros periódicos e para a venda pública. Para impulsionar a instrução e o fomento colonial e industrial, a Sociedade de Estudos de Moçambique promovia a divulgação de artigos no seu periódico de várias áreas científicas, entre as quais destacaremos as seguintes: administração; antropologia; arqueologia; arquitectura; bibliografia; cartografia; ciências naturais; climatologia; demografia; economia; educação; etnografia; físico-química; geografia; geologia; história; linguística; medicina<sup>1629</sup>.

- *Boletim da Sociedade Luso-Africana* – periódico a favor da causa colonial portuguesa, que começou a publicar-se em 1931, no Rio de Janeiro, Brasil<sup>1630</sup>.

- *Boletim da Sociedade Luso-Japonesa* – publicação cujo primeiro número saiu em 1929 e que a par de artigos, em português e japonês, entre os quais um do representante diplomático de Lisboa em Tóquio, José da Costa Carneiro, sobre «a iconografia dos portugueses nos séculos XVI e XVII», apresentava ainda um conjunto de estampas e de gravuras de diversos objectos antigos que ilustrariam os artigos apresentados, nomeadamente o do ministro português na capital japonesa<sup>1631</sup>.

---

<sup>1628</sup> *Idem, Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 3, Setembro de 1925, p. 187.

<sup>1629</sup> *Idem, Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano VIII, n.º 83, Maio de 1932, p. 217.

<sup>1630</sup> Vide «Boletim: Boletins de estabelecimentos científicos, agremiações e outras colectividades» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 4, Letras BAIL/BRAG, pp. 844-845, especialmente p. 845.

<sup>1631</sup> *Idem, Ibidem, Boletim da Agência Geral das...*, Ano V, n.º 53, Novembro de 1929, pp. 228-229.

- *Boletim da Sociedade Cultural de Angola* – órgão da Sociedade Cultural de Angola era publicado em Luanda, a partir de Dezembro de 1943, pela tipografia da Imprensa Nacional dessa cidade, tendo como director, Cruz Malpique. Em 1945, os Corpos Sociais desta agremiação cultural eram constituídos pelas seguintes individualidades: Assembleia-Geral: Simões Raposo; Direcção: Cruz Malpique; Conselho Fiscal: Duarte Vasconcelos. Para além do periódico, a instituição tinha ainda várias secções ligadas à «Ciência e Propaganda», «Coreografia e Teatro», «Desenho», «Literatura», «Música», «Pintura e Escultura». Quando o projecto editorial deste *Boletim* chegou ao fim, ainda publicou um jornal mensal intitulado *Cultura*, que tinha como director Eugénio Ferreira<sup>1632</sup>.

- *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* – periódico desta instituição científica, cujo primeiro número remontava ao ano de 1876, na tipografia de Cristóvão Augusto Rodrigues sediada, na rua do Norte, n.º 145, em Lisboa. Mas porque o primeiro número não obtivera um subsídio do Governo, a direcção do *Boletim* aceitaria a proposta do proprietário da tipografia Freitas Fortuna, do Porto, para imprimir gratuitamente os n.ºs 2 a 4, que completavam a 1.ª série, nesta cidade. A partir de 1880, a impressão do principal órgão desta Sociedade passaria a ser impresso na Imprensa Nacional, por decisão do Decreto, de 12 de Agosto do mesmo ano. Em 1903, a impressão deixou de se fazer na tipografia estatal e, em troca, a instituição passaria a receber um subsídio anual de 600\$00, para custear as despesas de impressão, num qualquer prelo particular. Em 1950, quando do 75.º aniversário da fundação da Sociedade de Geografia, a publicação do periódico ocorria por conta das receitas normais providas da quotização dos sócios e de alguma publicidade<sup>1633</sup>.

- *Boletim do Arquivo Histórico Colonial* – publicação da principal instituição depositária do acervo documental ultramarino em Lisboa, este meio pretendia apresentar e divulgar junto dos estudiosos e investigadores, desta temática portuguesa de Além-Mar, os seguintes aspectos: a história do arquivo; divulgação iconográfica, publicação documental de vária ordem. Tendo como director Alberto Iria, este boletim que apareceu em 1950 era

---

<sup>1632</sup> Vide «Sociedade: Sociedade Cultural de Angola» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 29, Letras SILVE/SOUTE, pp. 456-482, especialmente p. 464.

<sup>1633</sup> Mateus Moreno, «O Boletim – Publicações Avulsas – Catálogos e Índices» in *75 Anos de Actividades ao Serviço da Ciência e da Nação – 1875-1950*, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, 1950, pp. 53-56, especialmente p. 54.

o meio ideal para divulgar índices de documentos, nomeadamente de carácter antroponímico, cronológico, ideográfico e toponímico. A divulgação dos mesmos permitiria aos estudiosos a possibilidade de esclarecerem dúvidas, compararem factos, sugerirem pistas e temas para outras pesquisas e sobretudo criar um conjunto de pessoas interessadas cada vez mais na problemática da investigação ultramarina<sup>1634</sup>.

- *Boletim do Ensino da Colónia de Angola* – órgão da Repartição Central dos Serviços de Instrução Pública de Luanda, mais tarde apenas denominado de «Instrução de Luanda», como o próprio nome indicava era o meio de difusão das directrizes educativas para esta possessão, no final do regime da Ditadura Militar, visto que a primeira série se começou a publicar em 1931, enquanto a segunda, sete anos depois, em 1938<sup>1635</sup>.

- *Boletim do Instituto Português de Hong Kong* – À semelhança de outras edições pela causa colonial aparecidas no Brasil e no Japão, também no Extremo Oriente, mais concretamente em Hong Kong, no território chinês administrado pelo Governo britânico, apareceu uma publicação que era o órgão representativo dos interesses desta instituição lusófona do Oriente. Os primeiros números, n.ºs 1 e 2, apareceram respectivamente em Julho de 1948 e Setembro de 1949, tratando de temas relacionados com a presença portuguesa nessas paragens, nomeadamente os seguintes: C.R. Boxer, «Three historians of Portuguese Ásia, Barros, Couto and Bocarro»; «O Romance na literatura colonial» e «Camoens». No segundo número, a título introdutório, o cônsul em Hong Kong, Eduardo Brazão, referindo-se à instituição portuguesa que patrocinava a revista e outras actividades culturais neste território asiático, afirmava:

(...) O Instituto continua a estudar os grandes problemas do contacto do Ocidente com o Império do Meio; acção histórica de Portugal no campo das ideias como no da acção, e a demonstrar que entre o Ocidente e o Oriente tem de continuar essa obra de compreensão e de intercâmbio, não só nas mercadorias como no pensamento<sup>1636</sup>.

---

<sup>1634</sup> Vide «Artes e Letras do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIV, n.º 391, Janeiro de 1958, p. 86.

<sup>1635</sup> Vide «Boletim: Outros Boletins Oficiais de Importância» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 4, Letras BAIL/BRAG, pp. 844-845, especialmente p. 845.

<sup>1636</sup> Vide «Artes e Letras Coloniais» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVI, n.º 307, Janeiro de 1951, pp. 87-96, especialmente p. 95.

- *Boletim do Instituto Vasco da Gama* – periódico de Bastorá que se dedicava à divulgação de artigos sobre a história da Índia portuguesa. Colaboraram com este projecto de divulgação cultural especialistas estrangeiros de renome na altura como C. R. Boxer, Georg Schurhammer, José Wicki e ainda orientalistas portugueses como António Garcia, Jaime Rangel, Mariano Saldanha, Mário Martins e Panduranga Pissurlencar. Entretanto, o Instituto Vasco da Gama que suportava este boletim era uma agremiação literária e científica oitocentista, criada por Decreto de 24 de Fevereiro de 1871, em homenagem a esta grande figura da história dos Descobrimentos. Em Janeiro de 1872, começou a publicar-se a revista da instituição que tinha simbolicamente o mesmo nome: *Instituto Vasco da Gama*. O Instituto seria entretanto obrigado a fechar e assim permaneceu durante algumas décadas, muito embora em 1897, por altura do centenário da descoberta da Índia, as autoridades monárquicas tivessem tentado fazer a sua restauração, embora sem sucesso. Só em 1924, em pleno final do regime republicano e quando da comemoração do centenário de Vasco da Gama, o então governador da Índia, capitão-tenente Jaime de Castro Morais, decidiu restaurar o Instituto e atribuir recursos financeiros importantes que viabilizassem novamente o carácter altruísta e filantrópico da sua acção em prol da investigação científica e da divulgação literária de personalidades e valores desta parcela do Oriente. Assim, o Instituto Vasco da Gama renasceu a 3 de Março de 1925 e com o renascimento da «casa-mãe» também o seu periódico retomou a publicação normal e a divulgação de escritos de colaboradores estrangeiros e orientalistas lusos da craveira daqueles já acima nomeados<sup>1637</sup>.

- *Boletim do Instituto Luís de Camões* – órgão propriedade da instituição que em Macau homenageava o poeta da lusitanidade e dos feitos imperiais nos «quatro cantos» do Mundo. Este Instituto foi fundado por intercessão do Leal Senado da Câmara e sob o patrocínio científico da Junta de Investigações do Ultramar. Entre os sócios fundadores desta agremiação contavam-se individualidades como Benjamim Videira Pires, José Maria Braga, Luís Gonzaga Gomes, Manuel Teixeira e Pedro José Lobo. O primeiro número saiu em Dezembro de 1965 e, entre outros, apresentava os seguintes artigos: Graciette Batalha, «A contribuição malaia para o dialecto macaense»; Énio Ramalho, «A pintura na China – um confronto entre oriente e ocidente»; Ana Maria da Silva Amaro, «Contribuição para o

---

<sup>1637</sup> Vide «Instituto: Instituto “Vasco da Gama”» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 13, Letras HEIDE/IRAPU, pp. 893-894.

estudo da flora médica macaense»; Luís Gonzaga Gomes, «Estabelecimento das primeiras relações entre Ocidente e Oriente»<sup>1638</sup>.

- *Boletim do Instituto de Angola* – o Estatuto para a formação do periódico desta instituição foi aprovado pela Portaria, de 24 de Setembro de 1953, do Governador-Geral de Angola, e o primeiro número sairia com a data, de Julho/Agosto/Setembro de 1953. Com um leque variado de colaboradores, entre os quais se destacavam os nomes de Fernando Batalha, Frederico Cruz, J. Camarate França, Jofre Amaral Nogueira e José Manuel Costa, apresentava-se com um papel de qualidade invulgar (papel *couché*) e um grafismo atraente, da qual ressaltava no frontispício a imagem de uma obra do abade Proyart sobre a história de Loango, Kakongo e outros Reinos de África<sup>1639</sup>.

- *Brado Africano (O)* – semanário «em prol do progresso, instrução e defesa dos naturais do Ultramar», propriedade do Grémio Africano, editou-se em Lourenço Marques, Moçambique, entre os anos de 1918 e 1932, sob a direcção de quatro directores: Estácio Dias; João Albasini; José Albasini; Karel Pott. Tendo começado a publicar-se a 24 de Dezembro de 1918, catorze anos depois, em pleno início do regime do Estado Novo, com a implementação da censura, o jornal, no ano de 1932, por decisão do Tribunal da Relação, foi obrigado a suspender a sua publicação. Para sobreviver e fugir ao veredicto do «lápiz azul», os proprietários passariam a editar o mesmo periódico com o nome de *Clamor Africano*, título que simbolicamente fazia jus às reivindicações sobre a paridade racial, a igualdade de oportunidades e a plenitude de direitos cívicos. Editava-se, como o seu antecessor *O Brado Africano*, em duas línguas: o português e o ronga<sup>1640</sup>.

- *Cabo Verde* – boletim de propaganda e informação, da possessão da África Ocidental, dirigido por Bento Levy e impresso na tipografia da Imprensa Nacional de Cabo Verde, cujo primeiro número se publicou no dia 1 de Outubro de 1949, e continha, entre outros, um interessante artigo de Manuel Coelho Pereira Serra, sobre «O sal na literatura». No início do ano de 1959, a revista *Cabo Verde* começara entretanto a divulgar um

---

<sup>1638</sup> Vide «Artes e Letras-IV Centenário da Imprensa em Goa» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, n.º 389, Novembro de 1957, pp. 121-125.

<sup>1639</sup> Vide «Artes e Letras do Ultramar», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, n.º 340, Outubro de 1953, pp. 106-107.

<sup>1640</sup> Ilídio Rocha, «Brado (O) Africano» in *A Imprensa de...*, pp. 268-269.

«Suplemento Cultural» que pretendia, segundo a sua filosofia editorial, ser «um farol nos mares das nossas ilhas, dando sinal à navegação, de que estamos vivos e atentos»<sup>1641</sup>.

- *Cartaz-Mensário da Vida Portuguesa* – publicação dirigida por Aberto Iria, editou o seu primeiro número em Lisboa, no ano de 1965<sup>1642</sup>.

- *Cinema* – quinzenário ilustrado que se editou em Lourenço Marques, Moçambique, no ano de 1941<sup>1643</sup>.

- *Colonial (O)* – semanário independente editado na Beira, Moçambique, por Francisco Godinho Cabral que, também, era o director. Publicou-se entre 1929 e 1930, e no último ano, apenas editou em 29 de Dezembro um único número, para garantir a propriedade do título. Com o mesmo título, entre 1921 e 1923, editara-se em Lourenço Marques, um jornal propriedade da «Empresa do Jornal *O Colonial*», dirigido por Miguel de Meneses, que procurava defender os interesses da comunidade indiana residente nesse território da África Oriental<sup>1644</sup>.

- *Comércio (O)* – jornal bissemanário de propaganda e actividade económica editado em Luanda, a partir de 1934, pela Portugália, foi dirigido por Joaquim Faria, e publicou vários números especiais, entre os quais os seguintes: «Número Comemorativo do XXI aniversário da Revolução Nacional, 28 de Maio de 1947»; «Número Comemorativo da Restauração de Angola, 31 de Janeiro de 1948»; «Número Comemorativo do Tricentenário da Restauração, Agosto de 1948»; «Número Comemorativo do XXIV Aniversário da Revolução Nacional, 1950»<sup>1645</sup>.

- *Comércio da Guiné* – jornal editado em Bissau, Guiné, a partir do ano de 1930<sup>1646</sup>.

---

<sup>1641</sup> Vide «Artes e Letras do Ultramar-Cultura Cabo Verdiana» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXV, n.º 405, Março de 1959, pp. 52-54.

<sup>1642</sup> Vide «Bibliografia», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar* Ano XLII, N.º 440, Abril de 1966, pp. 145-146.

<sup>1643</sup> Ilídio Rocha, «Cinema» in *A Imprensa de...*, p. 273.

<sup>1644</sup> Ilídio Rocha, «Colonial (O)», *Ibidem*, p. 275.

<sup>1645</sup> Vide «Luanda (Jornais)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 15, Letras LEVAR/MALDI, pp. 536-542, especialmente p. 542.

<sup>1646</sup> Vide «Comércio: Comércio da Guiné», *Ibidem*, *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 7, Letras COCAI/CRECI, p. 243.

- *Comércio de Moçambique* – revista mensal da Associação Comercial de Lourenço Marques editou o seu primeiro número, em Março de 1956. Publicar-se-ia durante mais três anos, até 1959<sup>1647</sup>.

- *Costa Negra* – revista ilustrada editada em Luanda, Angola, em 1947 (o n.º 2 referia-se a Julho de 1947)<sup>1648</sup>.

- *Cultura* – periódico mensal da Sociedade Cultural de Angola, publicou-se em Luanda durante os anos quarenta do século XX. A secção de «Bibliografia», do *Boletim Geral das Colónias*, faz referência ao n.º 18 que correspondia, ao segundo semestre de 1949<sup>1649</sup>.

- *Diário de Lourenço Marques* – jornal diário do arcebispado de Lourenço Marques, tivera como responsáveis Maldonado Pires e Peres de Vasconcelos. Foi editado durante dezanove anos, entre 1955 e 1974<sup>1650</sup>.

- *Diário de Luanda* – jornal diário fundado em Luanda, Angola, a partir de 1936, sob a direcção de Joaquim Abreu. Em 1941 era dirigido por Guilherme Pereira Ribeiro. Por ocasião de alguns eventos da história de Angola, este periódico promoveu números especiais, dos quais destacaremos os seguintes: «Número dedicado à Exposição Feira de Angola – uma página de turismo, Agosto de 1938»; «Número comemorativo do Tricentenário da Restauração de Angola – 1648-1948, Dezembro de 1948»<sup>1651</sup>.

- *Diário de Moçambique* – jornal diário propriedade primeiramente do Centro Social, Limitada e, depois, da Companhia Editora de Moçambique, S.A.R.L. Publicara-se na Beira, Moçambique, entre os anos de 1951 e 1971, sob a responsabilidade editorial de Matias Ferreira e posteriormente de Lourenço Mesquita<sup>1652</sup>.

---

<sup>1647</sup> Ilídio Rocha, «Comércio de Moçambique» in *A Imprensa de...*, p. 276.

<sup>1648</sup> Vide «Publicações Recebidas (de 1 a 15 de Novembro)» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIII, n.º 270, Dezembro de 1947, p. 131.

<sup>1649</sup> Vide «Sociedade: Sociedade Cultural de Angola» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 29, Letras SILVE/SOUTE, pp. 456-482, especialmente p. 464.

<sup>1650</sup> Ilídio Rocha, «Diário de Lourenço Marques» in *A Imprensa de...*, p. 283.

<sup>1651</sup> Vide «Diário: Diário de Luanda» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 8, Letras CREDE/DILAR, p. 922.

<sup>1652</sup> Vide «Artes e Letras Coloniais - Novos Jornais, Novas Revistas» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 309, Março de 1951, pp. 49-55, especialmente pp. 53-54.



- *Diogo Cão* – revista publicada em Luanda, Angola, sob a direcção do padre Manuel Ruela Pombo, a partir do ano de 1931. Os principais conteúdos temáticos do primeiro número reportavam-se à interpretação e divulgação de documentos inéditos sobre a história de Angola<sup>1653</sup>.

- *Direito (O)* – diário independente que se publicou, entre os anos de 1931 e 1932, em Lourenço Marques, Moçambique, e que tinha como proprietário e director Manuel do Nascimento Ornelas. Mais tarde, foram ainda responsáveis deste jornal Augusto Cerveira Botelho e João Caetano Francisco Couto. O primeiro número foi editado em plena fase final da República, a 22 de Novembro de 1922. Quando do golpe militar, de Maio de 1926, o jornal esteve suspenso por ter apoiado a greve organizada pelos ferroviários. Depois da saída do Alto-Comissário Azevedo Coutinho, o periódico voltou a reaparecer, em Outubro de 1926. Cinco anos depois, a 1 de Abril de 1931, o jornal passava à condição de diário sob a responsabilidade redactorial de Domingos Reis Costa. Em 13 de Outubro de 1933, por doença do proprietário, Manuel Nascimento Ornelas, o periódico publicava o seu último número<sup>1654</sup>.

- *Documentário Trimestral de Moçambique* – periódico que saiu pela primeira vez, em Janeiro-Março de 1935, e que divulgava estudos sobre ciência, economia, etnografia, história e literatura da colónia de Moçambique. Entre outros, destacaremos alguns dos trabalhos publicados por este meio de comunicação: Alcântara Guerreiro, «Quadros da História de Moçambique»; Alice Gomes de Sousa, «Exploradores e naturalistas da fauna de Moçambique»; António de Figueiredo Gomes e Sousa, «Aspectos económicos e sociais da silvicultura»<sup>1655</sup>.

- *Ecos do Sul* – semanário que se publicou em Sá da Bandeira, Angola, a partir de 1933, e que tinha Sérgio Príncipe, como director<sup>1656</sup>.

---

<sup>1653</sup> Vide «Bibliografia», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VIII, n.º 84, Junho de 1932, p. 210.

<sup>1654</sup> Ilídio Rocha, «Direito (O)» in *A Imprensa de...*, p. 284.

<sup>1655</sup> Vide «Artes e Letras Coloniais» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 307, Janeiro de 1951, pp. 87-96, especialmente p. 93.

<sup>1656</sup> Vide «Imprensa das Colónias», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, n.º 101, Novembro de 1933, p. 228.

- *Elo* – revista «cultural dos novos», mais tarde «revista de intercâmbio cultural», era uma revista editada pelo grupo «Elo», de Lourenço Marques, sob a direcção de Max Fernandes e, mais tarde, de Ricardo Fernandes, que se publicou, entre 1950 e 1964. De salientar que o primeiro número saiu do prelo, no dia 8 de Abril de 1950<sup>1657</sup>.

- *Equipe (A)* – semanário desportivo, começou a publicar-se em Lourenço Marques, Moçambique, a partir de 23 de Dezembro de 1966. Tinha como editor Rufino Serra, director Alfredo Pinho Morgado, e editou-se, entre 1966 e 1967<sup>1658</sup>.

- *Estudante (O)* – órgão dos alunos do Liceu Nacional de Salvador Correia de Luanda, Angola, começou a publicação da sua primeira série como quinzenário, no ano de 1933. Mais tarde, a partir de 1935, encetaria uma segunda fase da sua existência. Desta fase daria conta o *Boletim Geral do Ultramar*, através de uma notícia de António Alberto de Andrade, na secção «Letras do Ultramar». Por este colaborador soubemos da existência de uma plêiade de alunos deste Liceu que, posteriormente, se destacariam na luta de libertação, como Agostinho Neto, António Jacinto e Viriato da Cruz e, ainda, na nova poesia modernista de Angola.<sup>1659</sup>

- *Estudos Timorenses* – periódico editado a partir de Janeiro de 1954, após uma visita do ministro das Colónias, Sarmento Rodrigues, a esta possessão da Oceania. No início da segunda metade do século XX, apenas se editaram nesta possessão a revista *Seara*, órgão da diocese de Dili e, anteriormente, o periódico literário *Timor*, cujos únicos dois números se divulgaram, respectivamente, nos anos de 1938 e 1939<sup>1660</sup>.

- *Folha do Povo* – jornal republicano e socialista publicado na Beira, Moçambique, em 1932, sob a direcção de Carlos Alberto Viana. Apesar de se dizer mensário, apenas se conhece um número, o editado em 22 de Janeiro de 1932<sup>1661</sup>.

---

<sup>1657</sup> Ilídio Rocha, «Elo» in *A Imprensa de...*, p. 288.

<sup>1658</sup> Ilídio Rocha, «Equipe», *Ibidem*, p. 295.

<sup>1659</sup> Vide «Artes e Letras do Ultramar-IV-Pelas Revistas» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, n.º 319, Janeiro de 1952, pp. 178-181, especialmente pp. 178-179.

<sup>1660</sup> Vide «Artes e Letras do Ultramar», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, n.º 347, Maio de 1954, pp. 99-100.

<sup>1661</sup> Ilídio Rocha, «Folha do Povo (A)», *op. cit.*, pp. 300-301.

- *Garcia de Orta* – publicação das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais foi um organismo criado, em Lisboa, por um Decreto, de 7 de Janeiro de 1936, para substituir a Comissão de Cartografia estabelecida, pelo Diploma de 19 de Abril de 1883. No entanto esta legislação de 1936 só teve adequação prática a partir de 1940, embora a reorganização de 1945, pelo Decreto-Lei n.º 35.395, de 26 de Dezembro de 1945, a tornasse mais eficiente para realizar, apoiar e promover investigação sobre o património colonial. Pela Lei n.º 2.066, de 27 de Julho de 1953, da Lei Orgânica do Ultramar, a designação inicial foi substituída pela de Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, com a forma vulgarizada com que passou a ser conhecida a partir, de então, Junta de Investigação do Ultramar. Tinha esta instituição várias publicações, nomeadamente os *Anais*, as *Memórias* e a revista *Garcia de Orta*. Esta última aparecera no ano de 1953 e tomou o nome do cientista que investigou muita da flora indiana. O plano editorial previa a saída de quatro números anuais, com um conteúdo variado de estudos, notas, resenhas, publicação de documentos e bibliografia sobre o Ultramar. Foram feitos números especiais sobre cada uma das colónias, destacando-se, em 1956, o número sobre o «Estado da Índia» e, em 1961, o volume sobre «Cabo Verde», a propósito das comemorações do 5.º centenário do descobrimento, daquele Arquipélago<sup>1662</sup>.

-*Gazeta das Colónias* – quinzenário de propaganda e defesa das colónias criado em Lisboa, em 1924, tivera como director o major Leite de Magalhães<sup>1663</sup>.

- *Guerra (A)* – criado em Janeiro de 1926, este periódico era o órgão da Liga dos Combatentes da Grande Guerra. A par de artigos relacionados com este evento que abalou a Europa e o Mundo durante quatro anos (1914-1918), divulgava alguns artigos relacionados com as colónias. Com o mesmo título publicaram-se em Lisboa, respectivamente, em 1914, e 1936, outros jornais. Em S. Miguel, Açores, na cidade de Ponta Delgada, também se editou, em 1917, um jornal *A Guerra*. No início do regime republicano, em 1912, em Lisboa, começara a publicar-se um bimensário socialista com o nome *A Guerra Social*<sup>1664</sup>.

---

<sup>1662</sup> João Tendeiro, «Junta de Investigações do Ultramar» in *A Investigação Científica no Ultramar Português*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa (Semana do Ultramar), 1958, pp. 26-38, especialmente pp. 37-38.

<sup>1663</sup> Vide «Bibliografia» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 2, Agosto de 1932, p. 196.

<sup>1664</sup> Vide «Guerra» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 12, Letras GABAR/HEHA, p. 860.

- *Horizonte* – semanário de actualidades editado em Lourenço Marques, Moçambique, entre os anos de 1945 e 1946, propriedade de uma sociedade constituída, por Armindo Afonso e Tiago Diniz, tendo como director, António Alves Palma Calado. O n.º 1 foi publicado a 24 de Janeiro de 1945, e o último, o n.º 43, saiu a 15 de Junho de 1946, quase um ano e meio depois do seu aparecimento<sup>1665</sup>.

- *Huíla (A)* – jornal fundado nos primeiros anos da década de trinta, em Moçâmedes, Angola, por Joaquim Monteiro, autodidacta e tipógrafo, este bissemanário passara a publicar-se na cidade de Sá da Bandeira, a partir de Março de 1966<sup>1666</sup>.

- *Húmus* – publicação bimestral editada em Lourenço Marques, Moçambique, pela Inspeção Provincial de Educação, entre os anos de 1972 e 1974<sup>1667</sup>.

- *Ilustração de Angola* – revista de propaganda e actualidades editada em Angola pela Livraria «A Lusitana», de Luanda, que se publicou nesta colónia durante os anos trinta, do século XX. O periódico da Agência Geral das Colónias transcreve na sua secção «Bibliografia» o n.º 28, 2.ª Série, que remontava aos meses de Julho/Agosto de 1938<sup>1668</sup>.

- *Império* – periódico editado em Lourenço Marques, Moçambique, entre 1951 e 1956, por José Mendes da Fonseca, proprietário e director de um mensário que se preocupava em publicar artigos e informações que se referissem à actualidade do que se passava no Império, nos primeiros anos da segunda metade do século XX. O primeiro número foi publicado a 31 de Maio de 1951, e o último, o n.º 65, em Setembro de 1956<sup>1669</sup>.

- *Índia Nova* – publicação da responsabilidade de um grupo de estudantes indianos, da Universidade de Coimbra, começou a publicar-se em 1928, nesta cidade, sob a direcção de

---

<sup>1665</sup> Ilídio Rocha, «Horizonte» in *A Imprensa de...*, p. 308.

<sup>1666</sup> Vide «Informação e Turismo – Angola» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLII, n.º 490, Abril de 1966, p. 275.

<sup>1667</sup> Ilídio Rocha, «Húmus», *op. cit.*, p. 309.

<sup>1668</sup> Vide «Ilustração: Ilustração de Angola» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 13, Letras HEIDE/IRAPU, pp. 529-530.

<sup>1669</sup> Ilídio Rocha, «Império» in *A Imprensa de...*, p. 310.

Adeodato Barreto, José Teles e Telo de Mascarenhas. Dos principais objectivos enunciados pelos seus fundadores, contavam-se os seguintes:

Pretendemos estabelecer contacto entre os nossos leitores e as grandes correntes literárias, artísticas e científicas, sociais e políticas da Grande Índia, de que tão alheado anda o público de Portugal e Goa<sup>1670</sup>.

- *In Memoriam* – número único do periódico editado em 1927, pelos republicanos da cidade moçambicana da Beira, por ocasião da homenagem à memória de Abílio Marçal, fundador do Instituto das Missões Coloniais, falecido a 23 de Junho de 1925<sup>1671</sup>.

- *Instituto (O)* – órgão do Instituto de Coimbra que se publica nesta cidade universitária, desde Abril de 1852, é considerada a revista literária mais antiga de Portugal. Quando alcançou o 99.º volume, no ano de 1941, o Secretariado Nacional de Propaganda mandou afixar uma lápide comemorativa no edifício onde funcionava a instituição que patrocinava este meio de comunicação. Em 1945, tinha como presidente da comissão de redacção o professor da Faculdade de Ciências, da Universidade de Coimbra, Anselmo Ferraz de Carvalho, e como secretário-geral, o responsável pelo Arquivo, da mesma Universidade, António Gomes da Rocha Madaíl. Apesar de ser uma revista na qual mais se tinha estudado a obra do poeta quinhentista Luís de Camões, publicava outros artigos de carácter literário e científico, muitos deles ligados à problemática colonial, como era o caso do n.º 3, do volume 72, que trazia um artigo sobre os «Manuscritos das Bibliotecas de Portugal relativos ao Extremo Oriente»<sup>1672</sup>.

- *Itinerários* – publicação mensal de artes, letras, ciência e crítica, editada em Lourenço Marques, Moçambique, propriedade de Fausto Leitão Rito, e da Editorial Inquérito. Impresso na «Casa do Trabalhador», na mesma tipografia que já imprimira o jornal *Emancipador*, publicara o n.º 1, em 7 de Fevereiro de 1941, e o último, n.º 149, em Outubro de 1955<sup>1673</sup>.

---

<sup>1670</sup> Vide «Revista da Imprensa Colonial (Secção Portuguesa): Imprensa Colonial: *Índia Nova*» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano IV, n.º 36, Junho de 1928, pp. 217-218.

<sup>1671</sup> Vide «Bibliografia» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano III, n.º 26, Agosto de 1927, p. 197.

<sup>1672</sup> Vide «Bibliografia», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 3, Setembro de 1925, p. 184. Ainda, o «Instituto: “O Instituto”» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 13, Letras HEIDE/IRAPU, p. 894.

<sup>1673</sup> Ilídio Rocha, «Itinerários» in *A Imprensa de...*, p. 315.

- *Intransigente (O)* – semanário nacionalista editado em Benguela, Angola, a partir de 1929, tinha como director, Gastão Vinagre. Para cobrir bem a actualidade nacional, repartia os seus serviços de recolha de informação por um amplo leque de notícias, sobre as realidades metropolitana e colonial<sup>1674</sup>.

- *Jornal Cultural de Angola* – periódico cujo primeiro número saiu, em 1953, e na sequência da revista *Mensagem* procurava divulgar conteúdos associados a temas culturais: artes, desportos, música, novelas, teatro. Dos artigos inseridos no primeiro número, entre outros, destacava-se uma tradução de um capítulo, de Pierre Colombier, sobre «História de Arte»<sup>1675</sup>.

- *Jornal das Colónias* – semanário colonialista editado em Lisboa, em 1926, pelo antigo parlamentar Prazeres da Costa, que nos seus conteúdos vinha defendendo a causa colonial e a preservação do Império. Num número especial, de vinte páginas, editado em Janeiro de 1930, o jornal divulgava e reproduzia as fotografias dos principais responsáveis pelos assuntos coloniais na Metrópole: Eduardo Marques, ministro das Colónias; Manuel Fratel, secretário-geral do ministério das Colónias; Domingos Frias, director-geral das Colónias do Oriente; Ernesto Navarro, director-geral dos Serviços Centrais; Silva Lopes, director-geral dos Serviços Militares, do mesmo Ministério<sup>1676</sup>.

- *Jornal da Mocidade Portuguesa de Moçambique* – publicação editada em Lourenço Marques, pelo Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa, que se imprimira durante dezasseis anos, entre 1940 e 1956<sup>1677</sup>.

- *Jornal de Benguela (O)* – periódico que se editava em Benguela, Angola, desde 12 de Agosto de 1911, por esse motivo considerado o decano dos jornais desta colónia. Em 1940,

---

<sup>1674</sup> Vide «Angola: Imprensa de Angola» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 2, Letras ALMA/APUA, p. 681.

<sup>1675</sup> Vide «Artes e Letras do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, n.ºs 341-342, Novembro/Dezembro de 1953, pp. 125-133, especialmente p. 133.

<sup>1676</sup> Vide «Bibliografia», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VI, n.º 26, Fevereiro de 1930, p. 252.

<sup>1677</sup> Ilídio Rocha, «Jornal da Mocidade Portuguesa de Moçambique» in *A Imprensa de...*, pp. 319-320.

quando reapareceu, depois de uma interrupção editorial, era dirigido por Artur Cordeiro de Almeida<sup>1678</sup>.

- *Jornal de Macau* – jornal publicado nesta pequena possessão asiática, em duas séries: primeira, em 1875; segunda, a partir do ano de 1929<sup>1679</sup>.

- *Jornal de Timor* – periódico que se começou a editar na mais remota das possessões, a partir de 1 de Janeiro de 1954, ao tempo do governador Serpa Rosa. Tinha como incumbência servir de porta-voz dos interesses desta parcela junto da Metrópole, de modo a «ocupar» o lugar que lhe «competia», no contexto político da «Pátria» lusitana<sup>1680</sup>.

- *Jornal do Congo (O)* – jornal publicado, a partir de 12 de Agosto de 1957, em Carmona, Uíge, que pretendia ser o arauto dos interesses das populações do norte de Angola<sup>1681</sup>.

- *Kurika* – jornal infantil de banda desenhada divulgado semanalmente em Lourenço Marques, Moçambique, propriedade da empresa Alfa, e dirigido por Manuel Machado da Graça, editado em 1952, entre o n.º 1, de 2 de Outubro, e o n.º 9, de 27 de Novembro<sup>1682</sup>.

- *Lobito (O)* – jornal do Lobito, Angola, que foi fundado a 5 de Agosto de 1928. Inicialmente publicou-se como bissemanário, passando, a partir de 1964, a editar-se como diário<sup>1683</sup>.

- *Lusitânia* – órgão mensal da Associação dos Empregados do Comércio e Indústria de Lourenço Marques, Moçambique, publicou-se entre 1935 e 1938, tendo como director, Alfredo Antero de Campos. O n.º 1 foi impresso, em Novembro de 1935 e, o último, o n.º 60, em Agosto de 1938<sup>1684</sup>.

---

<sup>1678</sup> Vide «Jornal: Jornal de Benguela» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 14, Letras IRAQU/LEVAN, pp. 315-317, especialmente p. 316.

<sup>1679</sup> Vide «Jornal: Jornal de Macau», *Ibidem*, *Grande Enciclopédia Portuguesa...*, p. 316.

<sup>1680</sup> Vide «Artes e Letras do Ultramar» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, n.º 347, Maio de 1954, pp. 99-100, especialmente p. 100.

<sup>1681</sup> Vide «Informação Pública: Angola», *Ibidem*, *Boletim Geral do...*, Ano XXXVII, n.ºs 446-447, Agosto/Setembro de 1962, p. 319.

<sup>1682</sup> Ilídio Rocha, «Kurika» in *A Imprensa de...*, p. 321.

<sup>1683</sup> Vide «Informação e Turismo» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIII, n.ºs 505-506, Julho-Agosto de 1967, p. 336.

<sup>1684</sup> Ilídio Rocha, «Lusitânia» in *A Imprensa de...*, p. 323.

- *Luso-Colonial* – quinzenário colonialista que se começou a editar, em Lisboa, entre 1927 e 1929, sob a direcção de Oliveira Santos, major Veloso de Castro, e capitão Baptista. Colaborariam ainda neste projecto de educação cívica imperial outras individualidades da elite civil e militar de Portugal (Ernesto de Vasconcelos, Freire de Andrade, Garcez de Lencastre, Mariano de Carvalho, Pires Avelanoso), numa altura em que o país vivia um período de transição entre a República e o Estado Novo<sup>1685</sup>.

- *Mensagem* – boletim trimestral de arte e cultura, da Associação dos Naturais de Angola, começara a publicar-se em Luanda, a partir de 1951. Era dirigido por Maria do Amparo Minas da Cruz que, em editorial do primeiro número, fazia a apologia deste órgão dos naturais desta possessão:

*Mensagem* será – nós o queremos! O marco iniciador de uma Cultura Nova, de Angola e por Angola, fundamentalmente angolana que os jovens da nossa terra estão construindo<sup>1686</sup>.

- *Mensário Administrativo* – publicação de temática colonial editada em Angola, a partir de Setembro de 1947, e que inseria conteúdos de interesse administrativo, económico, folclórico e histórico<sup>1687</sup>.

- *Mercúrio* – publicação do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa, da Escola Comercial de Lourenço Marques, de periodicidade anual, acabaria por se editar apenas num único número, relativo aos anos de 1957/1958<sup>1688</sup>.

- *Miragem* – periódico semanal de arte e crítica editado em Lourenço Marques, por «Miragem» Lda. e Rodrigues, Galante & C.<sup>a</sup>, Lda., era dirigido por A. Nazareth, e publicou-se entre 1930 e 1932, tendo o n.º 1 saído, em 19 de Julho de 1930, e, o último, n.º 30, em 29 de Outubro de 1932<sup>1689</sup>.

---

<sup>1685</sup> Vide «Imprensa de Propaganda Colonial: Luso-Colonial» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano III, n.º 32, Fevereiro de 1928, p. 215.

<sup>1686</sup> Vide «Artes e Letras do Ultramar-Nova Revista», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, n.ºs 315-316, Setembro/Outubro de 1951, pp. 120-121.

<sup>1687</sup> Vide «Artes e Letras Coloniais», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 307, Janeiro de 1951, pp. 87-96, especialmente pp. 92- 93.

<sup>1688</sup> Ilídio Rocha, «Mercúrio» in *A Imprensa de...*, p. 328.

<sup>1689</sup> Ilídio Rocha, «Miragem», *Ibidem*.



- *Missão Africana* – semanário de propaganda religiosa, propriedade da Missão de Nossa Senhora do Rosário da Beira, Moçambique, publicou-se entre 1931 e 1942, e durante onze anos tivera como directores os padres António Ribeiro, Joaquim Marques e Martinho da Rocha Barbosa. O primeiro número saíra, em 3 de Outubro de 1931, e o último, a 26 de Julho de 1942. Quando da visita do ministro das Colónias, Vieira Machado, à região de Manica e Sofala, entre 16 e 26 de Julho de 1942, foi editado um número especial comemorativo desta viagem<sup>1690</sup>.

- *Missionário Católico (O)* – periódico mensal católico, editado, a partir de 1924, que divulgava artigos ligados à problemática da evangelização, num momento político pouco favorável à difusão de ideais, que se opusessem ao unanimismo laico e republicano. O *Boletim da Agência Geral das Colónias*, de Agosto de 1925, reproduzia o conteúdo do n.º 11, desta revista, destacando-se, entre outros artigos, o do bispo de Cabo Verde, D. José Alves Martins, sobre «O Missionário Católico e a Formação Missionária»<sup>1691</sup>.

- *Missões* – revista de carácter religioso que se publicou em Braga, desde 1953. O primeiro número remontava aos meses, de Janeiro-Fevereiro, do referido ano<sup>1692</sup>.

- *Missões de Angola e Congo* – periódico de propaganda religiosa, católica e missionária, editado em Angola, a partir de 1925<sup>1693</sup>.

- *Moçambique* – órgão da Liga de Defesa e Propaganda da Colónia de Moçambique publicou-se em Lourenço Marques, entre 1931 e 1946. Propriedade da «Empresa Moçambique», mais tarde «Empresa do Jornal de Moçambique», respectivamente sob a responsabilidade de dois directores, Ramos da Silva, Acácio da Silva. Nestes quinze anos de vida editaram-se quinhentos e cinquenta e nove números, reportando-se o primeiro, a 1 de Janeiro de 1931 e, o último, a Maio de 1946<sup>1694</sup>.

---

<sup>1690</sup> Ilídio Rocha, «Missão Africana», *Ibidem*, pp. 328-329.

<sup>1691</sup> Vide «Bibliografia: “O Missionário Católico”» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 2, Agosto de 1925, p. 193.

<sup>1692</sup> Vide «Fichas Bibliográficas da Biblioteca da Agência Geral do Ultramar», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXI, n.º 357, Março de 1955, p. 235.

<sup>1693</sup> Vide «Bibliografia», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das...*, Ano I, n.º 2, Agosto de 1925, p. 197.

<sup>1694</sup> Ilídio Rocha, «Moçambique» in *A Imprensa de...*, pp. 329-330.

- *Moçambique* – periódico trimestral publicado em Lourenço Marques, sob responsabilidade inicial da Repartição Técnica de Estatística, e mais tarde do Centro de Informação e Turismo, tivera nos trinta anos de existência dois directores, por sinal dois militares de carreira, respectivamente, António dos Santos Figueiredo e Caetano de Carvalho Montês. Entre 1935 e 1961, editaram-se cento e cinco números deste periódico, tendo o primeiro saído, com data de Janeiro/Março de 1935, e o último, entre Janeiro/Julho de 1961<sup>1695</sup>.

- *Mocidade (À)* – jornal do Centro de Formação Geral n.º 2, da Mocidade Portuguesa, da Escola Industrial e Comercial Freire de Andrade, publicara-se entre 1957 e 1960, na cidade da Beira, em Moçambique<sup>1696</sup>.

- *Mocidade* – jornal da Mocidade Portuguesa, do Estado da Índia, publicado em Goa, a partir de 1948. Com títulos semelhantes e, também, órgãos oficiosos da Mocidade Portuguesa (Masculina e Feminina), começaram a editar-se em Lisboa, a partir de 1948, os periódicos *A Mocidade Portuguesa* e *A Mocidade Portuguesa Feminina*<sup>1697</sup>.

- *Mocidade Técnica* – órgão dos alunos da Escola Industrial de Luanda, Angola, o n.º 1 saiu em Dezembro de 1952. Como subtítulo apresentava a designação «Arte, Indústria, Técnica», aspectos que sumariamente correspondiam aos objectivos expressos nesse projecto e que pretendiam mais do que «orientar escritores», divulgar a «vida da escola», através da sua história<sup>1698</sup>.

- *Mosaico* – publicação trilingue (português, inglês e chinês) que se apresentou como órgão do Círculo Cultural de Macau, a partir de Setembro de 1950. Anteriormente, a Portaria n.º 4.808, de 5 de Agosto de 1950, do Governo desta colónia, determinava os objectivos que se pretendia com este periódico oficioso, designadamente com a promoção e a

---

<sup>1695</sup> *Idem*, Ilídio Rocha, «Moçambique», *Ibidem*, p. 330.

<sup>1696</sup> *Idem*, Ilídio Rocha, «À Mocidade», *Ibidem*, p. 233.

<sup>1697</sup> Vide «Mocidade: Mocidade Portuguesa» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 17 Letras MERMO/MOURA, pp. 468-469, especialmente p. 469.

<sup>1698</sup> Vide «Nova revista de Angola» in *Boletim Geral das...*, Ano XXVIII, n.º 333, Março de 1953, pp. 41-50, especialmente p. 50.

vulgarização «...da cultura artístico-literária, especialmente a portuguesa e tornar Macau mais conhecido em todo o Mundo»<sup>1699</sup>.

- *Moxico (O)* – periódico quinzenal editado na cidade do Luso, Angola, a partir de 10 de Junho de 1966, propriedade da diocese local. No editorial, do primeiro número, prestava-se homenagem ao responsável pela tutela deste jornal católico, o bispo da diocese D. Francisco Esteves Dias, a quem o distrito do Moxico devia a criação deste meio de comunicação, como também se traçavam os objectivos de acção, que passavam pela ligação entre as populações do litoral e as do interior<sup>1700</sup>.

- *Mundo Português (O)* – mensário cultural dedicado a temas coloniais que era editado em Lisboa, conjuntamente pela Agência Geral das Colónias e o Secretariado da Propaganda Nacional, a partir de Janeiro de 1934. Dirigido, por Augusto Cunha, tinha, como primeiros colaboradores, entre outras, personalidades relevantes da sociedade portuguesa dos anos trinta: Alberto Osório de Castro, Camilo Pessanha, Gago Coutinho, João de Azevedo Coutinho e Teófilo Duarte<sup>1701</sup>.

- *Nação (A)* – Em Lisboa, entre 1915 e 1917, publicaram-se vários números de jornais com este título, entretanto recuperados em 1935, mas com vida efémera. Em 23 de Fevereiro de 1946, na ressaca do pós-Guerra, apareceu um semanário de actualidade política e literária, ainda com o mesmo título, dirigido por José O’Neil, que tinha a colaboração do integralista Alfredo Pimenta<sup>1702</sup>.

- *Namibe (O)* – jornal que se publicou na cidade de Moçâmedes, Angola, entre os anos de 1954 e 1962<sup>1703</sup>.

- *Noite e Dia* – semanário ilustrado que se editou em Luanda, a partir de 3 de Abril, de 1966, e que pretendia a divulgação de artistas portugueses, nomeadamente de Angola,

---

<sup>1699</sup> Vide «Artes e Letras Coloniais», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 307, Janeiro de 1951, pp. 87-96, especialmente p. 95.

<sup>1700</sup> Vide «Informação e Turismo: Angola», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLII, n.º 492, Junho de 1966, p. 355.

<sup>1701</sup> Vide «O Mundo: “O Mundo Português”» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 18, Letras MOURA/NUCK, p. 164.

<sup>1702</sup> Vide «A Nação», *Ibidem*, *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 18, p. 332.

<sup>1703</sup> Vide «Informação Pública: Angola: “O Namibe”», *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVII, n.º 446-447, Agosto-Setembro de 1962, p. 319.

aproveitando a oportunidade para difundir junto dos leitores notícias sobre o mundo do espectáculo internacional<sup>1704</sup>.

- *Notícias* – jornal diário de Moçambique, que foi fundado em Lourenço Marques, a 15 de Abril de 1926, por individualidades como Eduardo Saldanha, José Joaquim de Morais, Manuel Simões Vaz e Paulino dos Santos Gil. Apesar de ter tido vários proprietários, o periódico publicou-se ininterruptamente entre os anos de 1926 e 1975, tendo vivido nestes quarenta e nove anos em vários regimes políticos, particularmente a República, a Ditadura Militar, o Estado Novo e a Segunda República. Continuou a editar-se, mesmo depois da independência de Moçambique, ocorrida em Julho de 1975. Propriedade de Manuel Simões Vaz, em 1967, o jornal foi vendido a um grupo de empresas administradas pelo Banco Nacional Ultramarino, que deteve o controlo do mesmo até ao 25 de Abril de 1974, tendo, nesta altura, por ocasião da revolta do «Movimento Moçambique Livre», entre 8 e 9 de Setembro desse ano, perdido a direcção do jornal de Pedro Pereira Coutinho, para os revoltosos<sup>1705</sup>.

- *Notícias Colonial* – página quinzenal, em forma de suplemento do jornal metropolitano *Diário de Notícias*. Em Setembro de 1925, encontravam-se publicadas dezasseis páginas deste diário lisboeta com assuntos que interessavam a todos os portugueses, mas especialmente aos que viviam nas diversas parcelas do Império Colonial. A educação cívica para a defesa do «Mundo Português» era quinzenalmente abordada por este suplemento jornalístico, tal como aliás demonstrava a última página, de 26 de Agosto de 1925, em que um antigo ministro dos Negócios Estrangeiros republicano, João de Barros, falava do papel das colónias portuguesas, no contexto da cena política internacional.

- *Notícias da Beira* – jornal que se publicou na cidade da Beira, Moçambique, entre 1951 e 1975, na sequência do *The Beira News*, periódico bilingue (inglês e português), fundado por Vítor Gomes, na mesma cidade, em 1927, e que se editou até 1951. Tri e bissemanal, o *Notícias da Beira* passaria a diário, a 20 de Agosto de 1966, após o jornal ter sido vendido a uma sociedade de comerciantes e industriais apoiados pelo Banco Nacional Ultramarino,

---

<sup>1704</sup> Vide «Informação e Turismo – Angola-Imprensa», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLII, n.º 490, Abril de 1966, p. 275.

<sup>1705</sup> Ilídio Rocha, «Notícias» in *A Imprensa de...*, p. 334.

e que tinha como «testa de ferro» Jorge Jardim, homem de confiança do Estado Novo. Continuou a publicar-se após a independência de Moçambique<sup>1706</sup>.

- *Notícias da Guiné* – semanário publicado em Bissau, Guiné, a partir de 20 de Abril de 1968, em substituição do jornal *Arauto*, sob iniciativa e orientação do Centro de Informação e Turismo desta colónia<sup>1707</sup>.

- *Notícias da Huíla* – bissemanário que se editava em Sá da Bandeira, iniciara a sua publicação como semanário em 20 de Maio de 1930, sob a direcção de Domingos Alexandrino da Silva, tendo como secretário de redacção, Filipe Coelho. Originariamente republicano, o jornal com o advento da censura estadonovista tivera que se adaptar às novas circunstâncias para sobreviver. Em 26 de Julho de 1932, Filipe Coelho, redactor principal, assumia a direcção do jornal que continuou pugnando pelos interesses locais, mormente dos mais antigos colonos que ocuparam e povoaram esta região<sup>1708</sup>.

- *Notícias de Cabo Verde* – quinzenário independente e regionalista, dirigido por Manuel Joaquim Manta, que se começou a publicar em S. Vicente, Cabo Verde, a partir de 22 de Março de 1931. Embora, os conteúdos deste periódico se debruçassem sobre temas do arquipélago, procurava também acompanhar o noticiário nacional e internacional<sup>1709</sup>.

- *Notícias do Bié* – quinzenário regionalista que iniciou, no final de 1933, a sua publicação na cidade de Silva Porto, no centro de Angola. Era dirigido por Pedro Miranda<sup>1710</sup>.

- *Notícias do Lobito* – periódico publicado no Lobito, Angola, entre 1927 e 1930<sup>1711</sup>.

- *Oriente* – revista literária editada mensalmente em Moçambique, pela «Empresa da Revista Oriente», entre 1933 e 1934, que tivera como directores Alfredo Augusto de

---

<sup>1706</sup> Ilídio Rocha, «The Beira News», *Ibidem*, p. 245.

<sup>1707</sup> Vide «Jornais», *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLIV, n.º 514, Abril de 1948, p. 162.

<sup>1708</sup> Vide «Notícias: “Notícias da Huíla”» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 18, Letras MOURA/NUCK, pp. 941-942, especialmente p. 942.

<sup>1709</sup> *Idem*, «Notícias: “Notícias de Cabo Verde”», *Ibidem*.

<sup>1710</sup> Vide «Imprensa das Colónias: Notícias do Bié» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, n.º 101, Novembro de 1933, p. 228.

<sup>1711</sup> Vide «Notícias: “Notícias do Lobito”», *Grande Enciclopédia...*, Volume 18, p. 942.

Carvalho, Jorge Cabedo (duas vezes) e Adriano Caseiro. O n.º 1 foi publicado, a 10 de Julho de 1933, e o último, o n.º 11/12, em Julho/Agosto de 1934<sup>1712</sup>.

- *Oriente (O)* – semanário que se editou em Lourenço Marques, Moçambique, entre 1919 e 1927, tendo como editor e director um bancário oriundo de Goa, Luís Vicente Álvares. No espaço de oito anos o periódico acabaria por se publicar em duas séries: uma primeira, de 25 de Novembro de 1919 a 11 de Março de 1925; a segunda, de 3 de Abril de 1925 a 2 de Março de 1927. Depois de terminada a publicação deste jornal, Vicente Álvares iniciaria a seguir outro projecto editorial, com a impressão de outro periódico a que sugestivamente chamou *O Oriente d' África*. Este mensário teve também vida breve, tendo-se publicado, entre 15 de Julho de 1932 e 2 de Julho de 1933<sup>1713</sup>.

- *Oriente Português (O)* – revista de arqueologia, de Nova Goa, Índia, que retomou a sua publicação, no início do ano de 1932, e da qual a secção de «Bibliografia», do *Boletim Geral das Colónias*, dava conta no seu n.º 80, de Fevereiro de 1932. O primeiro número tinha duzentas páginas, todas viradas para a temática do património monumental, da arqueologia, da arquitectura e da história, principalmente, religiosa<sup>1714</sup>.

- *Padrão* – órgão escrito dos alunos do Liceu Diogo Cão, de Sá da Bandeira, Angola, editou o primeiro número, no dia 29 de Dezembro de 1950. António Alberto de Andrade, responsável pela secção «Artes e Letras Coloniais», do *Boletim Geral das Colónias*, a propósito desta publicação estudantil, afirmava:

Arauto da nova geração do Liceu de Diogo Cão. Oxalá se mantenha por muito tempo, porque publicações destas previstas no Estatuto do Ensino Liceal constituem uma autêntica manifestação do nível cultural do estabelecimento de ensino donde saem<sup>1715</sup>.

- *Portugal* – periódico editado em Luanda, sob a direcção de Francisco Martins de Sousa Nazaré, cujo primeiro número remontava, a 1 de Janeiro de 1930<sup>1716</sup>.

---

<sup>1712</sup> Ilídio Rocha, «Oriente» in *A Imprensa de...*, p. 337.

<sup>1713</sup> Ilídio Rocha, «Oriente (O) e o Oriente d'África», *Ibidem*, pp. 337-338.

<sup>1714</sup> Vide «Bibliografia: O Oriente Português» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VIII, n.º 80, Fevereiro de 1932, p. 216.

<sup>1715</sup> António Alberto de Andrade, «Artes e Letras Coloniais: Novos Jornais, Novas Revistas» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 309, Março de 1951, pp. 49-55, especialmente p. 53.

<sup>1716</sup> Vide «Portugal» in *Grande Enciclopédia...*, Volume 22, Letras PISPE/POVOL, p. 866.

- *Portugal* – boletim do Secretariado Nacional da Informação, publicado em português, espanhol e francês, em Lisboa, no ano de 1937<sup>1717</sup>.

- *Portugal* – folha de informações comerciais, da Casa da Metrópole, em Lourenço Marques, publicou-se durante o ano de 1936<sup>1718</sup>.

- *Portugal* – periódico bissemanal, político e noticioso, editado em Lourenço Marques, pelo «Consórcio Jornalístico das Colónias Portuguesas», entre 1925 e 1926, sob a direcção de Adelino Figueiredo Lima. Assumia-se como órgão da «Renascença Colonial Portuguesa», movimento que em Lisboa tinha como arauto a *Revista d'Aquém e d'Além-Mar* e, em Moçambique, defendia a política do Alto-Comissário, Azevedo Coutinho<sup>1719</sup>.

- *Portugal Colonial* – órgão de propaganda e expansão colonial editado em Lisboa por António Pedro Muralha, e dirigido por Henrique Galvão, tendo como redactor principal J. da Fonseca Ferreira. Publicou-se, entre 1 de Março de 1931, e o ano de 1937<sup>1720</sup>.

- *Portugal D' Aquém e Além-Mar* – revista do Império Colonial Português, publicada em Lisboa, entre os anos de 1937 e 1941, sob a direcção de Santos Guerra<sup>1721</sup>.

- *Portugal em África* – periódico divulgado simultaneamente nas cidades de Lourenço Marques e Joanesburgo, a partir de 5 de Outubro de 1961<sup>1722</sup>.

- *Portugal em Angola* – revista de estudos coloniais editada pelo Grémio de Estudos Zaire, sediado em Santo António do Zaire, Angola, que se publicara entre os anos de 1926 e 1927. Dedicava-se à divulgação de assuntos relacionados com a economia, história e política e tinha, como principais colaboradores, personalidades (civis e militares), que desempenhavam ou tinham desempenhado funções importantes nesta colónia portuguesa.

---

<sup>1717</sup> *Idem*, «Portugal», *Ibidem*.

<sup>1718</sup> Vide Ilídio Rocha, «Portugal» in *A Imprensa de...*, p. 340.

<sup>1719</sup> Ilídio Rocha, «Portugal», *Ibidem*.

<sup>1720</sup> Vide «Portugal: “Portugal Colonial”» in *Grande Enciclopédia...*, Volume 22, Letras PISPE/POVOL, p. 866.

<sup>1721</sup> Vide «Portugal d'Aquém e Além-Mar», *Ibidem*, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume 22, p. 866.

<sup>1722</sup> Ilídio Rocha, «Portugal em África» in *A Imprensa de...*, p. 340.

Entre outras, destacaremos as seguintes: comandante Aragão e Melo; capitão Augusto Casimiro; Emílio de Carvalho; Oliveira Santos; tenente-coronel Rego Chaves (ex-Alto Comissário de Angola); major Vicente da Silva<sup>1723</sup>.

- *Província de Angola (A)* – jornal propriedade da Empresa Gráfica de Angola, fundado em Luanda, a 15 de Agosto de 1923, ainda em pleno período do regime republicano, era o mais antigo jornal diário de Angola e um dos mais prestigiados do Império. A partir de 1935, passara a ter como director António Correia de Freitas que permanecera naquele periódico até ao ano da sua morte, a 26 de Fevereiro de 1968. Foi substituído por Rui Correia de Freitas<sup>1724</sup>.

- *Pretinho (O)* – bi-mensário do Sodalício de São Pedro Claver, a favor das Missões Africanas, começou a sua publicação no ano de 1933. De realçar uma quadra que este periódico missionário publicou sobre a extensão a África da figura maternal de Nossa Senhora do Sameiro e que o *Boletim Geral das Colónias* transcreveu, no número de Fevereiro de 1945:

Não é só na Mãe-Pátria/Que a Virgem filhos tem. /Da África os Pretinhos/Seus filhos são também/<sup>1725</sup>.

- *Querer!* – órgão do Centro de Formação Geral n.º 6 da Mocidade Portuguesa, da Escola Comercial de Lourenço Marques, Moçambique, publicou-se entre os anos de 1956 e 1959, e teve como director, Carlos S. Ferreira<sup>1726</sup>.

- *Radical* – semanário republicano que foi editado em Lourenço Marques, Moçambique, pela Sociedade de Propaganda Colonial «Pró-Pátria», entre os anos de 1925 e 1926, sob a direcção de Américo Rodrigues Pereira (Belchior). O n.º 1 saiu, a 21 de Abril de 1925, e o derradeiro, o n.º 69, a 24 de Setembro de 1926<sup>1727</sup>.

---

<sup>1723</sup> Vide «Bibliografia: Portugal em Angola» in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, n.º 14, Agosto de 1926, p. 259.

<sup>1724</sup> Vide «Crónica de Angola – A Província de Angola», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXV, n.º 285, Março de 1949, pp. 97-99, especialmente p. 98.

<sup>1725</sup> Vide «Bibliografia: O Pretinho», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXI, n.º 236, Fevereiro de 1945, pp. 316-322, especialmente p. 318.

<sup>1726</sup> Ilídio Rocha, «Querer!» in *A Imprensa de...*, p. 347.

<sup>1727</sup> Ilídio Rocha, «Radical», *Ibidem*.



- *Rádio Moçambique* – mensário do Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique, mais tarde *Rádio Clube de Moçambique*, começou a editar-se em Lourenço Marques, a partir de 1 de Maio de 1935, e publicou-se durante trinta e oito anos, até 1973. Durante todo este tempo tivera apenas quatro directores: António de Sousa Neves; Caetano Campo; Santos Nóvoa; Lerenio Monteiro<sup>1728</sup>.

- *Revista de Ensino* – publicação editada pela Repartição Central dos Serviços de Instrução de Luanda, Angola, a partir de 1950, que tratava de assuntos de carácter estatístico, histórico e pedagógico. Sobre essas matérias aceitava colaboração de professores de vários graus de ensino, desde o primário, até ao secundário (técnico e liceal)<sup>1729</sup>.

- *Revista de Macau* – quinzenário de estudos económicos e sociais editado, em Macau pela Repartição Central dos Serviços Económicos, que se começou a publicar, a partir de 15 de Junho de 1949<sup>1730</sup>.

- *Revista do Café Português* – publicação editada pela Junta de Exportações do Café, começou a publicar-se, no ano de 1934. Destinava-se a todos aqueles leitores que se interessassem pela produção e comércio do café e, ainda, por tudo que se referisse a este produto alimentar. Sendo uma revista técnica especializada num produto agro-alimentar, a sua abordagem teria de se debruçar, em muitos dos seus artigos, sobre a produtividade desta matéria-prima na parcela ultramarina mais qualificada, em clima e solo, que era Angola, justamente na região de Amboim<sup>1731</sup>.

- *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos* – periódico editado em Lisboa, a partir do primeiro trimestre (Janeiro/Março) de 1951, pelo Centro Universitário da Mocidade Portuguesa, sob a direcção de Alambre dos Santos, Oliveira Hagatong, Silva Cunha e Silva Rego. Embora sendo uma revista de uma instituição do Estado Novo, que se destinava à colaboração de alunos e professores do Ensino Superior, não desdenhava abrir as suas

---

<sup>1728</sup> *Idem*, Ilídio Rocha, «Rádio Moçambique», *Ibidem*.

<sup>1729</sup> *Vide* «Artes e Letras Coloniais» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 307, Janeiro de 1951, pp. 87-96, especialmente p. 93.

<sup>1730</sup> *Vide* «Revista de Macau» in *Grande Enciclopédia...*, Volume 25, Letras RELAT/RODRI, p. 428.

<sup>1731</sup> *Vide* «António Alberto de Andrade “Artes e Letras Coloniais”» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXX, n.º 352, Outubro de 1954, pp. 89-90.

portas à participação de outro tipo de juventude, desde que militante ou simpatizante da referida «Mocidade» nacionalista<sup>1732</sup>.

- *Revista do Ultramar* – publicação mensal generosamente ilustrada que se começou a editar em Lisboa, a partir de 1948, e que era norteada por um conselho directivo composto por várias personalidades ligadas ao mundo colonial. Este periódico pretendia através da educação cívica, nacionalista e colonialista, estabelecer uma «ponte» entre os interesses portugueses, da Metrópole e do Ultramar, de modo a poder atingir a utopia estadonovista de um Estado uno e pluricontinental. Tendo como director comercial e editor Augusto de Castilho, antigo funcionário superior da Companhia de Moçambique, a revista era propriedade do «Consortium Publicitário do Comércio e Indústria» e era impressa na Gráfica do Ultramar<sup>1733</sup>.

- *Revista Médica de Angola* – periódico trimestral que se editou numa primeira série, entre Agosto de 1921 e Janeiro de 1924, em Luanda, Angola, data em que se produziu o último volume referente ao primeiro Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental, que reproduzia, em duas mil novecentas e três páginas, um conjunto de artigos de alto valor científico sobre esta especialidade médica. Voltou a publicar-se, numa segunda série, a partir de 1926, como demonstrava o n.º 5, de Janeiro de 1927, transcrito pelo *Boletim das Colónias*, de Julho de 1928, do qual vamos enumerar os títulos de alguns dos artigos do seu conteúdo: «Os trabalhos das missões do sono estabelecidas nos distritos do Congo e Zaire, em 1923», por Carlos de Almeida; «Constituição para o estudo da fauna sanguícola das aves selvagens de Angola», por F. Venâncio da Silva; «Notícia sobre algumas plantas de uso gentílico do distrito do Moxico», por A. Figueiredo Gomes de Sousa<sup>1734</sup>.

- *Revista Militar* – publicação fundada em Lisboa, no ano de 1848, por um grupo reduzido de oficiais, entre eles o general António Maria de Fontes Pereira de Melo, que ao serviço do país, quer no exército, quer na política, pretendia ter um órgão escrito que difundisse os aspectos corporativos da elite castrense, numa perspectiva de divulgação científica e

---

<sup>1732</sup> *Idem*, António Alberto de Andrade «Artes e Letras Coloniais: Novas Revistas» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVII, n.º 313, Julho de 1951, pp. 45-55, especialmente pp. 52-53.

<sup>1733</sup> Vide «Informações e Notícias: Revista do Ultramar», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIV, n.º 275, Maio de 1948, pp. 156-158.

<sup>1734</sup> Vide «Informações: “Revista Médica de Angola”», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano IV, n.º 275, Julho de 1928, p. 264.

cultural. Em Maio de 1956, a *Revista Militar* comemorou o 108.º aniversário, momento que foi assinalado com toda a «pompa e circunstância», pelo regime do Estado Novo. O general Ferreira Martins, a propósito do acontecimento, salientara a importância da revista ao cumprir o desígnio dos fundadores e ao acompanhar o progresso da ciência militar no decurso de mais de cem anos<sup>1735</sup>.

- *Ritmo* – revista mensal de actualidade editada, em Lourenço Marques, Moçambique, por Armindo Afonso e Tiago Dinis, entre 1946 e 1947, sob a direcção de António Alves Palma Calado. Tendo sido um projecto que prosseguia a edição da revista *Horizonte*, entretanto, desaparecida. O seu n.º 1, que remontava a Dezembro de 1946, mantinha a continuidade com a numeração do extinto projecto editorial e passava agora a ter o n.º 44<sup>1736</sup>.

- *Rumo* – periódico mensal editado, em Lourenço Marques, Moçambique, o n.º 1 saiu, em Janeiro de 1951. Pretendia este novo meio de comunicação colonial alinhar com outras revistas, do mesmo âmbito, entretanto, aparecidas na Metrópole, no reforço da unidade espiritual de toda a comunidade lusíada espalhada pelo Mundo. Do conteúdo desse inicial número, destacaremos as seguintes colaborações: Luiz Kol, «Artes e Artistas de Angola»; Abel Pratas, «Sobre Turismo Cinegético e protecção à Fauna Angolana»; José de Oliveira Boléo, «Pugnando pelo belo na paisagem moçambicana»; Alexandre Sarmento, «Investigação Científica»<sup>1737</sup>.

- *São Tomé e Príncipe* – boletim de informação, propaganda, estatística e crónica mensal da colónia, com este nome começou a publicar-se mensalmente nesta possessão, a partir de Janeiro de 1951, surgindo no contexto do que já se vinha fazendo noutras colónias, como em Cabo Verde, onde se editava, desde Outubro de 1949, um periódico similar<sup>1738</sup>.

---

<sup>1735</sup> Vide «Informações e Notícias: “Revista Militar”», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXII, n.º 372, Junho de 1956, pp. 95-98, especialmente p. 95.

<sup>1736</sup> Ilídio Rocha, «Ritmo» in *A Imprensa de...*, p. 366.

<sup>1737</sup> António Alberto de Andrade «Artes e Letras Coloniais: Novas Revistas» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 311, Maio de 1951, pp. 27-36, especialmente p. 35.

<sup>1738</sup> *Idem*, António Alberto de Andrade, «Artes e Letras Coloniais: Novas Revistas», *Ibidem*, *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXVI, n.º 310, Abril de 1951, pp. 79-87, especialmente p. 86.

- *Seara* – boletim eclesiástico da diocese de Dili, Timor, publicou o seu primeiro número, em Janeiro de 1949. Periódico religioso, para além dos assuntos eclesiásticos, tratava ainda de temas de folclore e de história local e nacional<sup>1739</sup>.

- *Seara Nova* – revista de doutrina e crítica fundada, em Outubro de 1921, por um grupo de intelectuais, dos quais se destacavam, entre outros, Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Câmara Reis, Jaime Cortesão, José de Azeredo Perdigão, Raul Brandão e Raul Proença. Mais tarde entraram para a revista António Sérgio, Azevedo Gomes, Sarmento de Beires e Sarmento Pimentel. Numa altura em que o regime republicano caminhava para o fim, em editorial de um dos primeiros números, esta plêiade de intelectuais definia o que pretendia com a edição desta revista de cultura e educação cívica:

À *Seara Nova* move-a apenas esta ambição: intervir activamente na vida política do país, sem se transformar em partido político. Quere continuar a exercer na sociedade portuguesa uma espécie de poder espiritual no posto de mais desinteresse, de mais eficiência e de mais perigo<sup>1740</sup>.

Para além de publicar artigos de conteúdo artístico, histórico, literário, político, e sociológico, o periódico, por uma questão de nacionalismo patriótico, também se interessava pelas questões do Império, tendo a propósito dessa preocupação publicado no ano de 1925 um número especial, de trinta e seis páginas, coordenado e organizado por Jaime Cortesão, do qual constavam os seguintes artigos: Ernesto de Vasconcelos, «História da partilha de África desde as negociações de 1885 até ao tratado de 1891»; Freire de Andrade, «A Sociedade das Nações e os mandatos coloniais»; Quirino de Jesus, «As Ambições Estranhas»; Armando Cortesão, «Os Mandatos e o Domínio Ultramarino em Perigo»; Álvaro de Castro, «Aspecto Financeiro e Económico da Crise»; Leite de Magalhães, «O Problema do Crédito nas Colónias»; Gastão de Sousa Dias, «Sobre o Futuro de Angola»; Francisco de Aragão, «Sobre a Defesa Militar das Colónias»<sup>1741</sup>.

- *Seiva* – boletim de cultura pedagógica editado, em Lourenço Marques, pela Direcção dos Serviços de Instrução de Moçambique/Inspeccção Provincial de Educação, entre os anos de

---

<sup>1739</sup> Vide «Bibliografia: Seara» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXV, n.º 287, Maio de 1949, pp. 205-207, especialmente p. 207.

<sup>1740</sup> Vide «Seara Nova» in *Grande Enciclopédia...*, Volume 27, Letras SANCH/SEARE, p. 921.

<sup>1741</sup> Vide «Bibliografia: Seara Nova» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, n.º 7, Janeiro de 1926, pp. 214-215.

1961 e 1974. Começando por ser uma publicação mensal, passaria mais tarde para trimestral<sup>1742</sup>.

- *Sempre Pronto (O)* – órgão do comissariado da Beira, Moçambique, da Associação dos Escuteiros de Portugal, que começou a sua publicação, a partir do ano de 1931<sup>1743</sup>.

- *Sol (O)* – revista quinzenal de crítica, propaganda, arte e desporto, editada em Lourenço Marques, pela «Empresa o Sol» e, depois, pela «Companhia de Propaganda de Moçambique», que se publicou entre os anos de 1925 e 1926, sob a direcção de Jorge Figueiredo e, mais tarde, de João Lomelino. O n.º 1 saiu dos prelos a 15 de Setembro de 1925 e, o último, o n.º 19, surgiu a 1 de Dezembro de 1926. Para comprovarmos a diversidade de colaboração e o seu pendor propagandístico colonial, enunciaremos alguns artigos, do primeiro número: Vasco da Gama Rodrigues, «A população branca na defesa da Província»; Luís Moreira Pinto, «Caixas Económicas»; Sá Couto, «Pontos de Vista»; Carlos Silva, «Héliolatra»; João Soares, «Rios de Ciama – Rios do Ouro»<sup>1744</sup>.

- *Temas Ultramarinos* – órgão do Centro de Estudos Ultramarinos, da filial universitária da Mocidade Portuguesa de Coimbra, iniciou a publicação em 1955, sob a direcção de Afonso Rodrigues Queiró. Em Lisboa, também se publicava um periódico similar, patrocinado pelo Centro Universitário da Mocidade Portuguesa daquela cidade, que se chamava *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*<sup>1745</sup>.

- *Ultramar* – boletim do Instituto Nacional de Estatística, cujos primeiros dois números se publicaram, em Janeiro e Fevereiro de 1955. Como o nome indicava, muitos desses dados referiam-se às possessões ultramarinas<sup>1746</sup>. Com o mesmo título foi editada, a partir de Julho de 1960, uma revista de actualidade ultramarina internacional pertencente ao Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, que tinha como responsável, o professor

---

<sup>1742</sup> Ilídio Rocha, «Seiva» in *A Imprensa de...*, p. 368.

<sup>1743</sup> Vide «Imprensa Colonial» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, n.ºs 74-75, Agosto-Setembro de 1931, p. 345.

<sup>1744</sup> Vide «Bibliografia: O Sol», *Ibidem*, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, n.º 6, Dezembro de 1925, p. 225.

<sup>1745</sup> António Alberto de Andrade, «Artes e Letras do Ultramar: Centro de Estudos Ultramarinos», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXI, n.º 359, Maio de 1955, pp. 103-105, especialmente p. 105.

<sup>1746</sup> Vide «Fichas Bibliográficas da Agência Geral do Ultramar», *Ibidem*, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXI, n.º 358, Abril de 1955, p. 353.

do Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, e ministro do Ultramar, durante oito anos (1965-1973), Joaquim Moreira da Silva Cunha.

- *União* – órgão da União Nacional, editado em Lourenço Marques, Moçambique, pela “Empresa Gráfica União”/Comissão da Província da União Nacional, entre 1933 e 1958, tendo como director Artur de Jesus Fontes, embora de facto a responsabilidade do periódico pertencesse ao presidente da comissão provincial de Moçambique da UN. O primeiro número saiu dos prelos, a 18 de Novembro de 1933 e, em 1959, o periódico foi substituído, por um outro, com a mesma conotação política, que se chamava *Renovação*. Entre 1947 e 1949, apenas publicou números comemorativos alusivos ao «28 de Maio» e à «Revolução Nacional», tendo retomado a publicação normal como semanário, a partir de 20 de Julho de 1949<sup>1747</sup>.

- *Vanguarda (A)* – jornal dirigido por Pedro Muralha, publicou, a 1 de Janeiro de 1926, um número especial dirigido a assuntos coloniais, dos quais destacaremos os seguintes artigos: «As Colónias», por A. Freire de Andrade; «Pró-Colónias», por Pires Avelanos; «O Significado de certas acusações que como coloniais nos fazem», por Armando Cortesão; «O progresso material das nossas colónias africanas», por A. Galvão. Em Moçambique, editaram-se três periódicos com o mesmo nome: o primeiro, mais antigo, entre 1933-1935, era um quinzenário nacionalista divulgado na cidade da Beira, por Abel Afonso, e tendo como director Marcelino Ribeiro; o segundo, publicou-se na cidade de Lourenço Marques, em 1959, era o órgão do Centro de Formação Geral n.º 6, da Mocidade Portuguesa, da Escola Comercial de Lourenço Marques; o terceiro, produzido entre 1960-1961, ainda na capital de Moçambique, para o Centro de Formação Geral n.º 3, da Mocidade Portuguesa, do Liceu Salazar<sup>1748</sup>.

- *Voz Africana* – periódico publicado na Beira, entre 1932 e 1974, era o órgão oficial do Centro Africano, de Manica e Sofala, mais tarde, em 1962, passaria para a posse da Companhia Editora de Moçambique. Tivera, como directores, José António da Trindade e René d’Assunção. Em Setembro de 1969, com a venda da empresa editora ao grupo

---

<sup>1747</sup> Vide Ilídio Rocha, «União» in *A Imprensa de...*, p. 374.

<sup>1748</sup> Vide «Bibliografia – A Vanguarda» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, n.º 7, Janeiro de 1926, p. 217.

salazarista de Jorge Jardim, o jornal passou a ser controlado por este grupo, até ao 25 de Abril de 1974<sup>1749</sup>.

- *Voz da Guiné (A)* – jornal quinzenário de inspiração republicana, publicara-se nesta colónia da África Ocidental, a partir de 1922, tendo como director, Rui Carrington da Costa<sup>1750</sup>.

- *Voz da Índia (A)* – publicação colonialista quinzenal editada, em Lisboa, em 1927, dirigida por Prazeres da Costa<sup>1751</sup>.

- *Voz da Zambézia* – semanário regional de Moçambique publicado pelo padre Manuel Romero, editou-se entre 1956 e 1973. Fundado, a 4 de Agosto de 1956, foi inicialmente editorado pelo *Diário de Moçambique*, até 1970. Em Junho de 1960, passaria para a propriedade da diocese de Quelimane, tendo como director M. E. Fernandes<sup>1752</sup>.

- *Voz das Colónias* – jornal colonialista publicado, em Lisboa, entre 1933 e 1935, tinha como responsável Manuel Pires Rosendo<sup>1753</sup>.

- *Voz de África (A)* – periódico colonialista pertença do Partido Nacional Africano, que se publicou entre 1927 e 1930, sob a direcção de João de Castro<sup>1754</sup>.

- *Voz de Cabo Verde (A)* – semanário da cidade da Praia, que se publicou, entre 1911 e 1919, sob a direcção de Gustavo Carlos da Fonseca. A partir do n.º 15, passou a ser editado e dirigido, por Abílio Monteiro de Macedo<sup>1755</sup>.

- *Voz de Macau (A)* – trissemanário editado em Macau, entre 1931 e 1938, sob a direcção de Henrique Nolasco da Silva<sup>1756</sup>.

---

<sup>1749</sup> Ilídio Rocha, «Voz Africana» in *A Imprensa de...*, p. 376.

<sup>1750</sup> Vide «A Voz da Guiné» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 36, Letras VILAR/WORCE, p. 710.

<sup>1751</sup> Ilídio Rocha, «A Voz da Índia» in *Catálogo dos Periódicos e Principais Seriados Editados em Moçambique.....*, p. 189.

<sup>1752</sup> Ilídio Rocha, «Voz da Zambézia», in *A Imprensa de...*, p. 378.

<sup>1753</sup> Vide «Voz das Colónias» in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Volume 36, Letras VILAR/WORCE, p. 711.

<sup>1754</sup> Vide «A Voz de África», *Ibidem*, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volume 36, p. 711.

<sup>1755</sup> Vide «A Voz de Cabo Verde», *Ibidem*.

- *Voz de Moçambique (A)* – publicaram-se com este título dois periódicos em Lourenço Marques: o primeiro e mais antigo que se editou, entre 1950 e 1954, era o boletim noticioso da Casa da Metrópole, em Lourenço Marques; o segundo, dirigido por Homero Branco, publicado entre 1959 e 1975, era o arauto da Associação dos Naturais de Moçambique<sup>1757</sup>.

- *Voz de S. Tomé (A)* – número único editado na colónia portuguesa do Equador, por Tomé Augusto das Neves, a 17 de Dezembro de 1939. Com o mesmo título e, na mesma possessão, passou a publicar-se, a partir de 16 de Julho de 1947, um quinzenário informativo e literário dirigido por M. Rocha, propriedade da delegação local da União Nacional<sup>1758</sup>.

- *Voz do Planalto (A)* – jornal nacionalista de defesa da colonização de Angola, publicado semanalmente em Nova Lisboa, a partir de 1 de Agosto de 1932. Era dirigido, nos primeiros anos, por Gilberto de Mascarenhas. Mais tarde, nos anos quarenta, o jornal tornou-se mensal, sendo seu director, em 1947, Eurico de Carvalho<sup>1759</sup>.

- *Zoófilo (O)* – Em Lourenço Marques, Moçambique, entre 1926 e 1941, com este nome editaram-se várias séries de um periódico que representava os interesses da Liga Nacional de Defesa dos Animais. O primeiro número, remontava, a 2 de Abril de 1926, da 1.ª série, editado entre 1926 e 1927; o último, dizia respeito à 3.ª série, produzido em número único, sob a responsabilidade de Joaquim da Silva, a 17 de Dezembro de 1941<sup>1760</sup>.

---

<sup>1756</sup> Vide «A Voz de Macau», *Ibidem*, p. 712.

<sup>1757</sup> Ilídio Rocha, «Voz (A) de Moçambique», in *A Imprensa de...*, p. 377.

<sup>1758</sup> Vide «A Voz de S. Tomé» in *Grande Enciclopédia Portuguesa...*, Volume 36, Letras VILAR/WORCE, p. 712.

<sup>1759</sup> Vide «A Voz do Planalto», *Ibidem*, p. 713.

<sup>1760</sup> Ilídio Rocha, «Zoófilo (O)» in *A Imprensa de...*, p. 379.



## APÊNDICE II

### LISTA DOS PRINCIPAIS COLABORADORES DO *BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS/BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR* ENTRE OS ANOS DE 1925 E 1970

- **Adriano Moreira**, jurisconsulto, político e professor universitário, nasceu em Grijó, Macedo de Cavaleiros, a 15 de Setembro de 1922. Depois da sua formatura em Direito em 1944 na Universidade de Lisboa, foi chefe de secção do Arquivo Geral do Registo Criminal e Policial até 1947, passando a partir desta última data a exercer as funções de secretário-geral da empresa Standard Eléctrica. Em 1950 foi contratado para professor auxiliar do 1.º grupo das disciplinas do curso de Administração Ultramarina, do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Com a progressão na carreira, em 1953 era professor auxiliar efectivo, em 1954 professor ordinário e em 1958 director do mesmo estabelecimento de Ensino Superior Colonial. A partir de 1956, foi nomeado director do Centro de Estudos Político e Sociais, da Junta de Investigações do Ultramar, e em 1958 vogal do Conselho Ultramarino e procurador à Câmara Corporativa.

Em 1961 doutorou-se em Ciência Políticas, pela Universidade de Madrid. Entre 1960-1961 exerceu as funções de subsecretário da Administração Ultramarina e ministro do Ultramar, entre 1961 e 1963. Foi eleito em 1964 presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Foi também fundador de instituições como a União das Comunidades de Cultura Portuguesa e da Academia Internacional de Cultura. Depois do 25 de Abril de 1974 exilou-se no Brasil, onde foi professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tendo regressado a Portugal foi entretanto presidente da comissão política do partido Centro Democrático Social e seu deputado pelo círculo de Bragança entre 1980 e 1995, e professor do Instituto de Ciências Sociais e Política. Autor de vasta e importante bibliografia publicou entre 1955 e 1962 nas edições da Agência Geral do Ultramar sessenta e sete títulos, muitos deles relacionados com os discursos produzidos durante o período em que esteve como responsável pela gestão dos assuntos ultramarinos. Em 1954, o seu livro

*O Problema Prisional do Ultramar* foi galardoado com o prémio Abílio Lopes do Rego, da Academia de Ciências de Lisboa<sup>1761</sup>.

- **Aires Kopke**, de seu nome completo Aires José Kopke Correia Pinto, médico e professor universitário, nasceu em Lisboa, a 14 de Fevereiro de 1866, e faleceu na mesma cidade, a 13 de Março de 1947. Com 18 anos ingressou na Armada como aspirante, tendo posteriormente concluído o curso de Medicina em 1889, pela antiga Escola Médica de Lisboa. A partir de 1902, ano da criação da Escola de Medicinal Tropical, passou a integrar os quadros dessa Escola, leccionando a disciplina de «Parasitologia». Foi ainda director dos laboratórios desta instituição de pesquisa científica colonial entre 1928 e 1936, data em que atingiu o limite de idade. Desde 1901 que vinha estudando a doença do sono, tendo integrado várias missões científicas às colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola. Em 1906, no XV Congresso de Medicina em Lisboa descobrira e fixara as doses de medicação de atoxil adequadas para administrar aos indivíduos atacados pelo «tripanossoma gambiense», designação científica da doença do sono, medidas estas que lhe valeram o reconhecimento internacional.

Representou Portugal em inúmeros congressos internacionais, nomeadamente em Berlim em 1907, em Budapeste em 1909, em Londres em 1913, 1914 e 1921, em Paris em 1922, e no Cairo em 1928. Entre 1927 e 1928, o Governo português nomeou-o chefe da Missão Médica de Estudos em Moçambique, encarregue conjuntamente com os médicos Aníbal de Magalhães, Fontoura de Sequeira e Saraiva de Aguiar de estudar a doença do sono na zona oeste da Companhia do Niassa. Sócio de muitas Sociedades Médicas, foi ainda de outras instituições de carácter militar e colonialista como o Clube Militar Naval e a Sociedade de Geografia de Lisboa. Para o *Boletim Geral das Colónias* escrevera alguns artigos de cariz científico ligado à problemática da doença do sono. Também, sob o patrocínio das edições da Agência Geral das Colónias publicou um capítulo «A medicina portuguesa e a doença do sono» na obra colectiva *Antologia Colonial Portuguesa (Política e Administração)*, Volume I, 1946<sup>1762</sup>.

---

<sup>1761</sup> César de Oliveira, «Moreira, Adriano José Alves» in *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Volume II, pp. 628-629.

<sup>1762</sup> Vide «Aires Kopke» in *Portugal Século XX-Portugueses Célebres* (Coordenação de Leonel de Oliveira), Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 165.

- **Alberto Osório de Castro**, jurista, poeta e escritor, nasceu em Coimbra no ano de 1868, e morreu em Lisboa, a 1 de Janeiro de 1946. Formado em Direito, pela Universidade de Coimbra, Osório de Castro desempenharia grande parte da sua actividade profissional nas colónias, onde foi juiz sucessivamente na Índia, em Angola e em Timor. Em Lisboa, chegaria ao topo da carreira da magistratura, desempenhando os lugares de juiz do Supremo Tribunal de Justiça e presidente do Conselho Superior de Administração Pública. Foi ainda escritor de méritos consagrados quer em prosa, quer em poesia. Emergido da geração de António Nobre e de Eugénio de Castro, amigo pessoal de Camilo Pessanha, Osório de Castro publicara, entre outras, as seguintes obras: *A Cinza dos Mirtos*, 1907; *Flores de Coral*, 1908; *O Sinal da Sombra*, 1923; *A Ilha Verde e Vermelha de Timor* (título publicado pela Agência Geral das Colónias), 1943. Deixara inéditas a obra *Plantas Úteis da Ilha de Timor* e o livro de poemas *Cristais de Neve*. Escreveu no periódico da Agência Geral das Colónias um artigo sobre uma conferência realizada na Academia das Ciências de Lisboa, no dia 13 de Junho de 1936, integrada no Ciclo de «Alta Cultura Colonial» que então decorria nesta instituição científica sobre «A influência do Império nas Letras»<sup>1763</sup>.

- **Albino dos Reis**, juiz e político, nasceu na freguesia de Loureiro, Oliveira de Azeméis, a 30 de Setembro de 1888, e morreu na localidade sede do seu próprio concelho, a 15 de Maio de 1983. Embora tenha sido um republicano moderado, pois pertencera ao partido da União Liberal Republicana de Cunha Leal, acabaria por se tornar uma das figuras mais proeminentes do regime salazarista do Estado Novo. Tendo formação religiosa, começaria por frequentar os preparatórios para a carreira eclesiástica no Seminário dos Carvalhos, em Vila Nova de Gaia, e posteriormente o Curso Teológico, entre 1905 e 1908, no Seminário do Porto. Em 1909 ingressaria no curso de Direito da Universidade de Coimbra, onde se viria a licenciar em 1913. Nos primeiros anos a seguir à sua formatura exercera funções de advogado, mas entre 1919 e 1933 fora respectivamente Conservador do Registo Civil em Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira.

Foi depois nomeado juiz do Supremo Tribunal Administrativo e em 1936 atingia o lugar de presidente desse mesmo órgão judicial. Paralelamente, encetava uma carreira política que começara nos primórdios do regime republicano, muito embora, à semelhança

---

<sup>1763</sup> Alberto Osório de Castro «A Influência do Império nas Letras» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Junho de 1936, n.º 132, pp. 85-97. Também, «Castro, Alberto Osório de (1868-1946)» in Fernanda Frazão e Maria Filomena Boavida, *Pequeno Dicionário de Autores de Língua Portuguesa*, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1983, pp. 87-88.

de muitos outros apaniguados deste regime laico, com o decorrer dos acontecimentos a idiosincrasia nacionalista e a formação religiosa acabariam por operar uma modificação nas suas atitudes políticas e talvez tenham sido essas as razões porque o conselheiro Albino dos Reis se tornara numa das personalidades mais próximas do círculo do presidente do Conselho, Oliveira Salazar. Por causa dessa proximidade com o regime e da crescente influência ideológica que começara a exercer junto de algumas personalidades da elite política estadonovista, desempenhara uma série de cargos nesse regime corporativo. Em 1934, alguns dos seus principais discursos foram publicados no *Boletim Geral das Colónias* e também em livro<sup>1764</sup>.

- **Alexandre Marques Lobato**, historiador, investigador e professor universitário, nasceu em Lourenço Marques, a 9 de Setembro de 1915, e morreu em Lisboa, no dia 17 de Fevereiro de 1985. Funcionário público dos Correios Telégrafos e Telefones, desde 1948, transitaria em 1955 para o ministério do Ultramar. Obtida a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, passaria a leccionar na Universidade de Lourenço Marques e a desempenhar outras funções de carácter cultural que estavam de acordo com a sua formação universitária, nomeadamente a direcção do Arquivo Histórico e o secretariado do Centro de Estudos Histórico Ultramarinos.

Eleito membro correspondente da classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa em 1968 e académico correspondente da Academia Portuguesa de História em 1978, fora ainda galardoado em 1955 com o «Prémio João de Barros» da Agência Geral das Colónias, com a obra *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique – 1572-1763*. Com a chancela da Agência Geral do Ultramar foi publicada em 1957 a obra premiada em 1955 e ainda as seguintes obras: *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, Volumes 1.º e 2.º, 1954; *Fundação do Estado da Índia em 1505*, 1955<sup>1765</sup>.

- **Alfredo Augusto Freire de Andrade**, oficial do Exército, colonialista e político, nasceu na Figueira da Foz, a 19 de Dezembro de 1859, e morreu em Lisboa, a 30 de Julho de 1929. Em 1874, inscreveu-se na Escola Politécnica, tendo três anos depois ingressado na Escola do Exército onde foi promovido ao posto de alferes da Arma de Engenharia, a partir

---

<sup>1764</sup> Maria Inácia Rezola, «Reis, Albino Soares Pinto dos (1888-1983)» in *Dicionário de História do...*, Volume II, p. 826.

<sup>1765</sup> Vide «Alexandre Lobato» in *Portugal Século XX...*, p. 177.

do ano de 1883. Entre 1883 e 1888 viveu em Paris, ao abrigo de uma bolsa conferida pelo Estado português para frequentar o curso da Escola de Minas. Depois de terminado o curso foi colocado em 1889 em Moçambique, tendo iniciado nessa colónia uma brilhante carreira pública, quer como militar ao serviço da Arma de Engenharia, quer como funcionário superior ao serviço da administração local. Nesta última função desempenhou diversos cargos ligados à delimitação de fronteiras entre o distrito de Lourenço Marques e o Transval, e a província de Manica e as Rodésias. Em 1892, chegou mesmo a desempenhar o lugar de governador interino do distrito de Lourenço Marques.

Durante a vigência do regime republicano Freire de Andrade voltaria a ocupar a regência da cadeira que leccionava na Escola Politécnica, acumulando a partir de 1911 outros cargos de prestígio político como o de director-geral das Colónias, o de secretário-geral do ministério da Instrução Pública e o de presidente do Conselho Superior de Instrução Pública, culminando a sua carreira política com a nomeação para a pasta dos Negócios Estrangeiros, entre os anos de 1914 e 1915, no ministério presidido por Bernardino Machado. O prestígio e a experiência que acumulara ao longo da sua vida de político e colonialista possibilitaram a sua participação na Conferência de Paz em Versailles, como delegado de Portugal, assumindo idênticas funções no ano seguinte na primeira assembleia da Sociedade das Nações. No âmbito deste areópago ainda integrara a Comissão dos Mandatos e o *Bureau International du Travail*. Em 1921, presidira também à delegação portuguesa que assinara na África do Sul o convénio que regulava as relações entre Moçambique e a União-Sul-Africana. No periódico da Agência Geral das Colónias colaborou com alguns artigos da área da sua especialidade «Trabalho Indígena», «Mandatos Coloniais», «Sociedade das Nações» e escreveu um capítulo sobre «Os Homens e os Capitais na Colonização» para uma antologia patrocinada por esta instituição de propaganda<sup>1766</sup>.

- **Alfredo Augusto Lisboa de Lima**, oficial do Exército, nasceu em Lisboa em 1867, e morreu na mesma cidade, a 26 de Outubro de 1935. Depois de ter cursado a Escola do Exército, desempenhou os mais diversos cargos em África, nomeadamente o de director das Obras Públicas da Companhia de Moçambique. Foi ainda professor da Escola Superior

---

<sup>1766</sup> David Ferreira, «Andrade, Alfredo Augusto Freire de (1859-1929)» in *Dicionário de História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão, IV Volumes, Lisboa, Iniciativas Editoriais, Volume I, Letras «A-D», p. 149. Também, «Os Homens e os Capitais na Colonização» in *Antologia Colonial Portuguesa (Política e Administração)*, Volume I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, pp. 109-120

Colonial, director-geral interino do ministério das Colónias, comissário na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, director da Sociedade de Geografia de Lisboa e ministro das Colónias em 1914, num Governo presidido por Bernardino Machado. Era um dos principais colaboradores do *Boletim Geral das Colónias* e adianta acrescentar que até ao n.º 200, de Janeiro/Fevereiro de 1942, havia escrito treze artigos sobre questões de engenharia, nomeadamente sobre os portos de Lourenço Marques e da Beira, caminho-de-ferro de Lourenço Marques e da Suazilândia, da ponte sobre o Zambeze, da crise mundial que assolava as colónias (Angola e Moçambique) e da baixa cotação de alguns produtos e matérias-primas coloniais<sup>1767</sup>.

- **Alfredo Augusto Caldas Xavier**, militar e colonialista, nasceu em Lisboa, a 25 de Setembro de 1852, e morreu em Lourenço Marques, a 8 de Janeiro de 1896. Depois dos primeiros estudos, ingressou na Escola do Exército e em 1875 era graduado em alferes. Dois anos depois, em 1877, partia para a colónia de Moçambique integrado numa expedição de Obras Públicas chefiada pelo engenheiro Joaquim José Machado, para proceder aos primeiros estudos da construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques e para ao mesmo tempo reforçar as forças em campanha no sul de Moçambique que haviam derrotado o régulo Zavala e assegurariam o domínio português naquela zona tão conturbada da África Austral, no final do século XIX. Posteriormente, desempenhou outras funções, nomeadamente como director da Companhia do Ópio de Moçambique, até 1886, chefe de secção do caminho-de-ferro indiano de Mormugão em 1887, auxiliar de Joaquim José Machado na comissão de delimitação de fronteiras na África Oriental, em 1890.

Como militar comandou um batalhão que afastou os representantes da *South African Company* e ocupou Macequece, na região de Manica. Colaborou também nas operações militares contra os vátuas, quer na coluna do sul, responsável pela defesa de Lourenço Marques, quer na coluna do norte, que operava mais acima na região de Inhambane<sup>1768</sup>. Morto prematuramente nesta última campanha, deixou vários estudos por editar, dois deles postumamente publicados no periódico da Agência Geral das Colónias.

---

<sup>1767</sup> Vide «Lisboa de Lima (Alfredo Augusto)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volumes 15, Letras LEVAR/MALDI, pp. 299-300.

<sup>1768</sup> Jofre Amaral Nogueira, «Xavier, Alfredo Augusto Caldas (1852-1896)» in *Dicionário de História de Portugal*, Volume IV, Letras «SIS-ZUR», 1971, pp. 351-352.

Nas edições da mesma instituição foi editado em 1943 na colecção «Pelo Império» um livro sobre este militar, intitulado *Caldas Xavier*<sup>1769</sup>.

- **Alfredo Pimenta**, escritor, investigador e historiador, nasceu em Guimarães, a 3 de Dezembro de 1882, e faleceu em Lisboa, no dia 15 de Outubro de 1950. Em 1910, licenciou-se em Direito, pela Universidade de Coimbra, seguindo posteriormente a carreira de professor no Liceu Passos Manuel de Lisboa, entre os anos de 1911 e 1913. Não tendo vocação para a docência abandonou esta actividade para se dedicar à carreira de investigação, passando a partir de 1913 a desempenhar funções no Arquivo Nacional da Torre de Tombo, onde chegaria mesmo a ocupar lugares directivos, entre os anos de 1949 e 1950. Essa propensão para a investigação, e o amor pela sua terra natal, levá-lo-iam a aceitar, no final do ano de 1931, a incumbência de dirigir o Arquivo Municipal de Guimarães. Figura polémica e contraditória da elite portuguesa do século XX começaria por abraçar, enquanto estudante da Universidade de Coimbra, os ideais do anarquismo, depois passaria pela militância republicana do Partido Evolucionista de António José de Almeida e da redacção do jornal *República*, inflectindo os seus ideais para posições mais conservadoras quando passou a colaborar com o jornal *Restauração* de Homem Cristo (Filho) e a integrar, conjuntamente com Alberto Ramires dos Reis, Caetano Beirão, Luís Chaves e Oliveira Monteiro, o grupo que fundou a Acção Realista Portuguesa, em 1923.

Com o golpe militar do 28 de Maio de 1926 e a institucionalização do Estado corporativo, o então militante monárquico passou a apoiar com algumas reservas os ideais do novo regime, sem contudo deixar de abraçar a sua militância pela causa Real e pela restauração da Monarquia nas páginas da imprensa da época, nomeadamente nas do jornal *A Voz*<sup>1770</sup>. Com uma vasta obra no campo da história política e cultural, publicou no periódico da Agência Geral das Colónias alguns artigos e um capítulo sobre o «Império Colonial, Factor de Civilização», na antologia *Alta Cultura Colonial*. Na colecção «Pelo Império» editou a obra *Chaimite* em alusão à prisão de Gungunhana sob as ordens de Mouzinho de Albuquerque<sup>1771</sup>.

---

<sup>1769</sup> Manuel Múrias, *Caldas Xavier*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Colecção «Pelo Império» n.º 90, 1943, 44 pp. Também, «Xavier, Alfredo Caldas» in *Lexicoteca - Moderna Enciclopédia Universal*, Tomo XVIII, Letras TRA/ZYR, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988, p. 244.

<sup>1770</sup> José Manuel Quintas «Pimenta, Alfredo Augusto Lopes (1882-1950)» in *Dicionário de História do Estado ...*, Volume II (letras M-Z), p.723.

<sup>1771</sup> Alfredo Pimenta, «O Império Colonial, Factor de Civilização» in *Alta Cultura Colonial*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936, 461 pp. Também, José Manuel Quintas «Pimenta, Alfredo Augusto Lopes (1882-1950)» in *Dicionário de História do Estado ...*, Volume II (letras M-Z), p.723.

- **Álvaro da Fontoura**, engenheiro, oficial do Exército e professor universitário, nasceu em Bragança, a 24 de Julho de 1891, e morreu em Lisboa, a 16 de Dezembro de 1975. Frequentou o Colégio Militar até ao final do Ensino Secundário, tendo posteriormente assentado praça em Lanceiros 2, em 1910. Interrompida a tropa pela concessão de uma licença especial para frequentar o Ensino Superior, matriculou-se no curso de Engenharia Civil, da Faculdade de Ciências, da Universidade do Porto, que concluiu em 1915, tendo um ano depois, quase em simultâneo, concluído o curso de Engenharia Militar, pela antiga Escola de Guerra. Depois destas formaturas, retomou o serviço militar e em 1917 foi promovido a alferes, iniciando uma carreira militar que atingiria apenas o lugar de coronel em 1948, pois optara em 1949 por passar à reserva e integrar como docente o então Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.

A sua colaboração no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* foi muito frutífera, salientando-se o facto de nos primeiros duzentos números ter publicado neste periódico doze artigos sobre o património colonial português, particularmente sobre a sua acção no Conselho do Império, sobre o período em que foi governador de Timor e como professor de Cultura Colonial. Nas edições da Agência Geral das Colónias publicou ainda as seguintes obras: *Fausto Sampaio, Pintor do Ultramar Português*, 1942; *O Trabalho dos Indígenas de Timor*, 1942; *Conferências na Escola Superior Colonial*, 1943<sup>1772</sup>.

- **Amadeu Cunha**, publicista e colonialista, nasceu no Porto, a 2 de Junho de 1878, e morreu em Lisboa, a 11 de Novembro de 1963. Apesar de nascido na Metrópole, consagrou toda a sua vida profissional e literária ao desenvolvimento e à divulgação das possessões ultramarinas. Assim, cumprindo esse desiderato foi administrador por parte do Governo de Lisboa nas Companhias da Zambézia e de Mossâmedes, respectivamente nas colónias de Moçambique e de Angola. Pertenceu também à Comissão Executiva da Exposição Histórica da Ocupação. A partir de 1941, foi nomeado chefe da 4.ª Divisão (Publicações e Biblioteca) da Agência Geral das Colónias. Condecorado com o grau de cavaleiro da Ordem do Império, tem uma vasta colaboração na imprensa, incluindo no periódico da instituição onde teve funções de chefia.

Escreveu vários livros sobre o colonialismo português e algumas das suas figuras de «proa», muitos deles editados nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar:

---

<sup>1772</sup> Vide «Fontoura, Álvaro da» in *Portugal Século XX...*, p. 136.



*Mouzinho, Grande Capitão de África*, Colecção «Pelo Império», cinco volumes, respectivamente n.ºs 12, 18, 33, 34, 35, 1935-1936; *António Enes*, 1936; *Jornadas e outros trabalhos do missionário Barroso*, 1938; *Nas Vésperas da Descoberta (1481-1486)*, Colecção «Pelo Império» N.º 48, 1939; *Sertões e Fronteiras do Brasil, Notícia da Época Colonial* (Prémio Alexandre Herculano, 1946), 1945; *Serpa Pinto e o Apelo de África*, 1946; *Comemorações – A Restauração de Angola. Centenário do Nascimento de António Enes*, 1948; *Mouzinho. Acção, Pensamento. A Época*, 1956<sup>1773</sup>.

- **Amândio César**, de seu nome completo Amândio César Pires Monteiro, jornalista, professor e escritor, nasceu em Arcos de Valdevez, a 12 de Julho de 1921, e morreu em Lisboa, no dia 10 de Agosto de 1987. Licenciado em Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, foi entretanto professor do Ensino Técnico e jornalista, tendo sido redactor dos jornais *Correio do Minho*, *Diário Ilustrado* e *Mundo Ilustrado* e fundador e director da revista *Quatro Ventos*. Em 1968, foi eleito membro da Academia Internacional do Mediterrâneo.

Distinguido com diversos prémios ao longo da sua carreira literária, destacaremos o «Prémio Antero de Quental», do S.N.I., com *Batuque de Guerra*, Coimbra, 1945; o «Prémio Caserta», pela sua obra *Roxo – Rei*, de 1963; «Prémio Camilo Pessanha», pelo livro de poesia *Não Posso Dizer Adeus às Armas*, de 1965; «Prémio Frei João dos Santos», do Concurso de Literatura Ultramarina, patrocinado pela Agência Geral do Ultramar, com o seu volume de Ensaio *Parágrafos da Literatura Ultramarina*, de 1968<sup>1774</sup>.

- **Américo de Deus Rodrigues Thomaz**, oficial da Armada e político, nasceu em Lisboa, a 19 de Novembro de 1894, e morreu em Cascais, a 18 de Setembro de 1987. Em 1914 assentou praça na Armada, tendo concluído o curso da Escola Naval em 1916 com aproveitamento, a ponto de lhe ter sido concedido o prémio visconde da Laçada. Durante a Primeira Guerra Mundial esteve embarcado no navio *Pedro Nunes* e nos contratorpedeiros *Douro* e *Tejo* para fazer a escolta aos navios que se dirigiam a Inglaterra e ao norte de França. Posteriormente, durante mais de quinze anos, integrou a tripulação do navio hidrográfico *Cinco de Outubro* onde foi oficial de guarnição, imediato e comandante,

---

<sup>1773</sup> Vide «Cunha (Amadeu)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volumes 8 (Letras CREDE / DILAR) e 39 (Letras BE/LI-APÊNDICE), respectivamente p. 250 e p. 439.

<sup>1774</sup> Vide «César, Amândio» in *Pequeno Dicionário de Autores de Língua...*, p. 97.

procedendo nesses postos ao estudo científico da costa portuguesa. Em 1936 foi convidado para chefiar o gabinete do ministro da Marinha almirante Ortins de Bettencourt. Desse lugar de confiança pessoal transitaria, em Janeiro de 1940, já no posto de capitão-de-fragata, para a presidência da Junta Nacional da Marinha Mercante onde estaria até Setembro de 1944. Nesta altura, o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, nomeou-o para o ministério da Marinha no âmbito da reestruturação que o regime do Estado Novo pretendia levar a cabo após o final da Segunda Guerra Mundial.

A 8 de Junho de 1958, graças à máquina administrativa e policial do Estado Novo foi eleito Presidente da República. O seu magistério presidencial resumira-se ao papel de anfitrião dos diversos visitantes ilustres que a diplomacia estadonovista convidava para justificar o regime de dominação fora da Europa, nomeadamente em África e na Ásia, com as visitas dos presidentes Hailé Selassié da Etiópia e Sukarno da Indonésia, em 1959; de Manuel Prado do Perú, Dwight Eisenhower dos E.U.A., reis do Nepal, Kubitschek de Oliveira do Brasil e reis da Tailândia, em 1960; do Papa Paulo VI, em 1967; de Emílio Médici, do Brasil, em 1973) e ainda das constantes visitas que fazia em território nacional. Logo na primeira fase do mandato realizou uma viagem às ilhas adjacentes dos Açores e Madeira entre 3 e 24 de Julho de 1962, a bordo do navio *Funchal*. Meses mais tarde iniciaria um roteiro imperial para *de facto* comprovar a teoria da integridade territorial do «Minho a Timor» com visitas a todas as parcelas de Portugal em África que iriam decorrer durante toda a década de sessenta: de 6 de Setembro a 17 de Outubro de 1963, a Angola e S. Tomé; de 6 de Julho a 19 de Agosto de 1964, a Moçambique e ilha do Príncipe; de 28 de Janeiro a 21 de Fevereiro de 1968 à Guiné e Cabo Verde; de 15 de Julho a 27 de Julho de 1970 às ilhas de S. Tomé e do Príncipe por ocasião do V centenário da descoberta deste Arquipélago. Ao estrangeiro, a comprovar o isolamento diplomático de Portugal, apenas se deslocaria em visita a dois países aliados: um vizinho, a Espanha que visitou entre 21 e 25 de Novembro de 1961 ainda no decorrer do primeiro mandato presidencial; o outro, o Brasil, antiga colónia que visitaria entre 10 de Abril e 10 de Maio de 1972, no final do segundo mandato, por altura do 150.º aniversário da independência daquele país.

Foram sobretudo estas viagens quer ao Estrangeiro, quer às diversas parcelas do Império que o *Boletim Geral do Ultramar* acompanhou logo a partir da tomada de posse com o n.º 398, de Agosto de 1958. Ao longo dos últimos doze anos de publicação deste periódico, a partir desta última data e 1970, foram editados alguns números especiais destas visitas ao Império, dos quais salientaremos os seguintes: *Boletim* n.ºs 469/470, de

Julho/Agosto de 1964, visita a Moçambique e à ilha do Príncipe; *Boletim Especial*, de Janeiro/Fevereiro de 1968, visita à Guiné e a Cabo Verde; *Boletim Especial*, de Julho de 1970, visita a S. Tomé e Príncipe<sup>1775</sup>.

- **Américo Pires de Lima**, médico e professor universitário, nasceu em Areias, Santo Tirso, a 23 de Fevereiro de 1866, e faleceu no Porto, a 14 de Agosto de 1966. Licenciado em 1911 pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, logo integrou em 1912 o quadro de assistentes desta Escola, leccionando as disciplinas de «Clínica Médica» e «Ciências Biológicas». Em 1916 foi incorporado como médico militar numa expedição a Moçambique, desempenhando nessa colónia as funções de chefe da secção de «Higiene e Bacteriologia». Em 1920 passou também a leccionar na Faculdade de Farmácia, primeiro como professor ordinário e mais tarde, em 1939, acumulando com o cargo de director dessa Faculdade. A partir de 1942 teve que optar pelo lugar de professor-catedrático da Faculdade de Ciências. Foi ainda director do Instituto Botânico dr. Gonçalo Sampaio, da Associação Médica Lusitana e da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais.

Nas edições da Agência Geral das Colónias publicou as seguintes obras: *António Maria Cardoso*, Colecção «Pelo Império» n.º 6, 1935; *Exploração em Moçambique*, 1943; *Correspondência Oficial de Welwitsch* (Documentos Coligidos e Comentados), 1949; *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira* (Documentos Coligidos e Comentados), 1953. Escreveu ainda para cima de uma centena de artigos científicos sobre antropologia, botânica, história, medicina e pedagogia em múltiplos anais, jornais e revistas científicas e culturais, nomeadamente no periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar<sup>1776</sup>.

- **António Alberto Banha de Andrade**, professor e escritor, nasceu em Montemor-o-Novo, a 3 de Setembro de 1915, e faleceu em Lisboa, a 5 de Junho de 1982. Iniciou os seus estudos nos Jesuítas onde se diplomou em Filosofia, tendo-se licenciado mais tarde em Ciências Histórico-Filosóficas, pela Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa. Iniciou a sua actividade profissional como professor dos ensinos particular e oficial. Posteriormente foi bibliotecário no Secretariado Nacional da Informação, e na Agência

---

<sup>1775</sup> Susana Martins, *Américo Tomás*, Lisboa, Edição Museu da Presidência, 2006, pp. 5-143, especialmente p. 71. Ainda João Bonifácio Serra, «Tomás, Américo Deus Rodrigues (1894-1987)» in *Dicionário de História do Estado ...*, Volume II (letras M-Z), pp. 976-977.

<sup>1776</sup> Vide «Lima, Américo Pires» in *Portugal Século XX...*, p. 173.

Geral do Ultramar. Em 1956 tomou posse do lugar de chefe dos Serviços de Ensino Elementar da Casa Pia de Lisboa. Co-fundador do Centro de Estudos Escolásticos, anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, a partir do ano lectivo de 1950-1951 foi seu director até ao ano de 1957, altura em que este organismo se transformou em Gabinete de Estudos Filosóficos, do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa. A partir de então passaria apenas a dirigir a revista *Filosofia*, órgão deste novo Gabinete.

Em 1966 foi convidado para assistente do Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, onde esteve até 1974. Não tendo tido a possibilidade de se apresentar a doutoramento com uma tese já finalizada que intitulou *Mundos Novos do Mundo – Panorama da difusão pela Europa de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, mudou-se entretanto para a Faculdade de Letras de Lisboa em 1978, onde passou a leccionar as disciplinas de «História Medieval de Portugal» e «Cultura Portuguesa». Paralelamente fez parte, em representação da Agência Geral do Ultramar, da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, em 1955; foi eleito membro do Instituto Vasco da Gama de Goa em 1957; redactor da *Enciclopédia Verbo*, em 1963; integrou os quadros da Junta de Investigação do Ultramar, em 1967; membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro; da Academia Portuguesa de História; bolseiro da Gulbenkian; dirigiu o *Dicionário da História da Igreja em Portugal*. Com uma vasta obra, da qual ressaltam alguns prémios, como o que recebeu em 1979, relativo ao «Prémio de História Moderna» da Fundação Gulbenkian e da Academia Portuguesa de História, a propósito da publicação do livro *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, edição da Universidade de São Paulo. Assinou mensalmente, a partir dos anos cinquenta, no *Boletim Geral do Ultramar* uma rubrica intitulada «Artes e Letras do Ultramar»<sup>1777</sup>.

- **António Augusto Esteves Mendes Correia**, médico, professor universitário e antropólogo, nasceu no Porto, a 4 de Abril de 1888, e morreu em Lisboa, a 7 de Janeiro de 1960. Depois de frequentar o ensino liceal com distinção, matriculou-se na antiga Escola Médico Cirúrgica onde concluiu o curso de Medicina com a classificação de 19 valores, com uma dissertação sobre *O Génio e o Talento na Patologia*. Em 1911 foi nomeado assistente de «Biologia» na Faculdade de Ciências do Porto, passando no ano imediato a

---

<sup>1777</sup> Vide «Andrade, António Alberto Banha de», *Ibidem, Portugal Século XX...*, p. 26.

reger também a disciplina de «Antropologia». Em 1913 fizera provas públicas para concorrer a um lugar de professor na instituição onde leccionava, com uma dissertação sobre *Os Criminosos Portugueses*, tendo oito anos depois em 1921 ascendido ao lugar de professor catedrático. Em paralelo com a docência e a direcção na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto encetaria na Faculdade de Letras da mesma Universidade uma colaboração que lhe permitira leccionar as disciplinas de «Geografia» e de «Etnografia». Em 1918 fundou conjuntamente com Aarão de Lacerda, Bento Carqueja e Luís Viegas, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. De 1936 a 1942 foi ainda presidente da Câmara Municipal do Porto e procurador à Câmara Corporativa e, a partir de 1945, deputado à Assembleia Nacional. Um ano depois foi empossado no lugar de presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e de director da Escola Superior Colonial.

Foi eleito em 1951 presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e em 1958, no ano em que atingira o limite de idade, fazia parte de mais duas instituições coloniais, o Conselho Ultramarino e a Junta de Investigações do Ultramar, de que fora também o principal responsável. Publicou mais de três centenas de trabalhos no âmbito dos domínios científicos acima referenciados, destacando-se nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar a impressão de vários títulos resultantes das suas comunicações em colóquios e em artigos que escreveu para o periódico da mesma instituição e que depois foram publicados em separatas. Entre outros destacaremos os seguintes: *Uma Jornada Científica na Guiné Portuguesa*, 1946; *Ultramar Português-I-Síntese da África*, 1949; *Ultramar Português-II-Ilhas de Cabo Verde*, 1954<sup>1778</sup>.

- **António Baião**, investigador e historiador, de seu nome completo António Eduardo Simões Baião nasceu em Alqueidão de Santo Amaro, Ferreira do Zêzere, a 10 de Outubro de 1878, e faleceu em Lisboa a 21 de Maio de 1961. Em 1900 obtivera o bacharelato em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo exercido a docência durante dois anos no Liceu de Santarém, até concorrer e ser nomeado conservador do Arquivo da Torre de Tombo, a partir do ano de 1902. Durante alguns anos conseguiu acumular estas funções com as de auditor administrativo do distrito de Lisboa e professor do Ensino Técnico. Em 1908, era nomeado director do Arquivo da Torre de Tombo, lugar que ocupou até 1948, altura em que se aposentou.

---

<sup>1778</sup> Vide «Mendes Correia (António Augusto Esteves)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 16 (Letras MALDO / MERMI), pp. 881-883.

Especialista em estudos sobre a Inquisição, em 1920 foi eleito sócio efectivo da Academia de Ciências de Lisboa. Foi ainda presidente da secção de História e inspector da biblioteca da Academia de Ciências e vice-presidente da Academia Portuguesa de História, tendo sido director da colecção dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Nas edições da Agência Geral das Colónias publicou «Origem e Estabelecimento da Inquisição de Goa», incluído no livro *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Os Portugueses no Oriente*. Foi ainda colaborador da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e do *Boletim Geral das Colónias*<sup>1779</sup>.

- **António Brásio**, padre, investigador e publicista, nasceu em Penela, distrito de Coimbra, a 8 de Agosto de 1906, e faleceu em Lisboa a 13 de Agosto de 1985. Na idade escolar ingressou no Seminário de Coimbra, tendo posteriormente transitado para outra instituição religiosa, a das Missões do Espírito Santo em Viana do Castelo, onde em 1932 acabaria por se ordenar padre. Professor em vários colégios da ordem espiritana (Godim-Régua, Viana do Castelo e Coimbra) compartia esta função docente com a investigação e a divulgação de assuntos religiosos e coloniais em periódicos metropolitanos e ultramarinos. Co-fundador da revista *Portugal em África* e seu redactor principal, entre 1944 e 1954, colaborou em múltiplos outros periódicos como o *Boletim da Universidade de Coimbra*, *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, *Lusitânia Sacra* e *Studia* e também escreveu para os jornais *Acção Médica*, *A Voz*, *Jornal do Comércio* e *Novidades*.

Destacou-se também na investigação, tendo pertencido ao Centro de Estudos de História Eclesiástica e ao Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Como resultado deste trabalho intelectual, publicou, nomeadamente nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar, entre outros, vários livros sobre temática missionológica e ultramarina, que passamos a salientar: *A Missão e Seminário da Huíla*, 1940; *Missões Portuguesas de Socotorá*, 1943; *Os Pretos em Portugal*, 1944; *A Política do Espírito no Ultramar Português*, 1949; *Monumenta Missionaria Africana* (XVII Volumes), 1953-1981; *As Misericórdia de Angola*, 1959; *O Padroado da Ordem de Cristo na Ilha da Madeira*, 1960; *Descobrimento, Povoamento, Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde*, 1962; *Spiritana Monumenta Historica Angola*, 1966-1971<sup>1780</sup>.

---

<sup>1779</sup> Carlos de Sousa Miguel, «Baião, António Eduardo Simões (1878-1961)» in *Dicionário de História de Portugal*, Volume I, Letras «A-D», 1971, p. 273.

<sup>1780</sup> Vide «Brásio, António Duarte», *Portugal Século XX...*, p. 59.

- **António da Silva Rego**, sacerdote, investigador e professor universitário, nasceu em Joane, Vila Nova de Famalicão, a 13 de Junho de 1905, e faleceu em Lisboa, a 7 de Julho de 1986. Ordenado padre, exerceu o seu primeiro *munus* espiritual nas longínquas dioceses do Padroado Português do Oriente, nomeadamente no seminário de Macau (1927-1928) e em Singapura (1928-1938). Em 1942, licenciou-se em Ciências Históricas pela Universidade de Lovaina, tendo quatro anos depois ingressado na Escola Superior Colonial como professor e director da Biblioteca dessa mesma instituição de Ensino Superior. Nessa Escola de formação de quadros coloniais regeu disciplinas da sua especialidade, nomeadamente as cadeiras de «História da Colonização Moderna» e de «Missionologia». Dirigiu entretanto o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e a Filmoteca Portuguesa e foi presidente da Academia Portuguesa de História.

Sobre história ultramarina publicou diversas obras, a maior parte delas editadas pela Agência Geral das Colónias/Ultramar, das quais destacaremos as seguintes: *O Oriente e o Ocidente*, 1939; *O Padroado Português do Oriente (Esboço Histórico)*, 1940; *O Dialecto Português de Malaca (Apontamentos para o seu estudo)*, 1942; *A Presença de Portugal em Macau*, 1946; *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, 1947-1958, (obra em 12 volumes); *A Dupla Restauração de Angola*, 1948; *Noções de Metodologia e Crítica Históricas*, 1951; *Macau e a Semana do Ultramar Português*, 1951; *Curso de Missionologia*, 1956; *Le Patronage Portugais de l'Orient*, 1957; *Les Missions Portugaises*, 1958; *Lições de Missionologia*, 1962; *1.º Curso de Férias para Estudantes Ultramarinos* (em colaboração com outros autores), 1963. No *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* publicou diversos artigos relacionados com a sua investigação histórica, sobre a ocupação portuguesa nos trópicos e o papel desempenhado pelas missões religiosas nesse surto de expansão territorial.<sup>1781</sup>

- **António de Oliveira Salazar**, professor e político, nasceu no Vimieiro, concelho de Santa Comba Dão, a 28 de Abril de 1889, e morreu em Lisboa, a 27 de Julho de 1970. Frequentou durante oito anos o Seminário de Viseu, tendo posteriormente ingressado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a partir de Outubro de 1910. Sete anos depois já era professor desta Universidade, onde se especializara em Ciências Económicas, a partir de Abril de 1918. Iniciou a sua carreira política em 1921, quando foi eleito

---

<sup>1781</sup> Vide «Rego, (António da Silva)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 24 (Letras QUERE / RELAT), p. 821.

deputado pelo Centro Católico. Depois do golpe militar de Maio de 1926 ao qual Oliveira Salazar aderira, foi indigitado para o lugar de ministro das Finanças de um dos governos da Ditadura Militar em 1928, com a missão de gerir com «mão-de-ferro» as despesas públicas do País, tal como uma verdadeira «ditadura financeira». A partir de 5 de Julho de 1932, tornara-se presidente do Governo e do regime mais longo da história portuguesa coeva, até ao derrame cerebral ocorrido a 6 de Setembro de 1969, que o afastara para sempre das rédeas do Poder que detivera ininterruptamente durante mais de quatro décadas.

O *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* publicou, nos primeiros duzentos números, entre Julho de 1925 e Fevereiro de 1942, quarenta e cinco artigos, entre agradecimentos, alocuções, comunicações, conferências, discursos, notas oficiais e prefácios. Por seu lado, as edições da Agência, entre outros, publicaram os seguintes títulos: *O Império na Política Económica Nacional*, 1936; «A Nação na Política Colonial» in *Antologia Colonial Portuguesa (Política e Administração)*, Volume I, 1946; *Goa e a União Indiana (Discurso proferido em 12-4-1954)*, 1954; *Goa e a União Indiana*, 1956; *Portugal, Goa e a União Indiana*, 1956<sup>1782</sup>.

**-António Lopes Mateus**, oficial do Exército, colonialista e político, nasceu em Povolide, Viseu, a 23 de Abril de 1877, e morreu a 25 de Fevereiro de 1955, no posto de coronel. Frequentou na Universidade de Coimbra os preparatórios para a Escola do Exército, onde acabaria por se matricular nos finais do ano de 1898. Terminado o curso na arma de Infantaria, dois anos depois embarcaria para Angola em 1914, no início da Primeira Guerra Mundial, no posto de capitão, distinguindo-se nas campanhas de ocupação do Cuamato, no sul de Angola, entre os anos de 1914 e 1916 e, posteriormente, na expedição a Moçambique contra os alemães comandada pelo general Ferreira Gil. Apesar de republicano, tomou parte activa no levantamento militar do 28 de Maio de 1926 e nas diversas operações levadas a cabo pelo «Destacamento da Beira» para derrubar o regime a que ideologicamente fora fiel nos anos anteriores.

A partir do início do ano de 1935, até Janeiro de 1939, Lopes Mateus exerceria as funções de Governador-Geral de Angola, lugar de confiança das novas autoridades do regime presidido por Oliveira Salazar, nomeadamente na concretização e reforço do espaço imperial lusíada e no desenvolvimento da complementaridade económica entre a metrópole

---

<sup>1782</sup>Franco Nogueira, *Salazar*, VI Volumes, Porto, Livraria Civilização Editora, 1977-1985, 511pp. Ainda, Ápio Garcia, *Um Homem Chamado Salazar*, Lisboa, António Francisco Barata – Editor, 1968, 136 pp., especialmente pp. 63-75.



e as suas possessões. Em 1939, acabado o período de governação em Angola e já na condição de militar na reserva regressou à Metrópole, onde o esperariam novas funções no sector privado, agora como presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Diamantes de Angola, vulgo Diamang. A sua passagem como governante colonial ficara assinalada nas páginas do *Boletim Geral das Colónias* que até ao n.º 200, de Fevereiro de 1942, publicara doze artigos seus, sendo a maior parte deles discursos relacionados com as funções oficiais de governador da maior colónia portuguesa da África Ocidental<sup>1783</sup>.

- **António Óscar Fragoso Carmona**, militar e político, nasceu em Lisboa, a 24 de Novembro de 1869, e morreu na mesma cidade, a 18 de Abril de 1951. Como capitão, em representação da arma de Cavalaria, fizera parte da comissão nomeada a seguir à eclosão do movimento republicano para reorganizar o Exército. Em 1922, com apenas 52 anos, ascendia ao lugar de general, tendo nesse posto sido promotor do tribunal que julgava os culpados do morticínio de 19 de Outubro de 1921, no qual morrera António Granjo e saíra ferido o engenheiro Cunha Leal. Entre Novembro e Dezembro de 1923, foi ministro da Guerra de um Governo presidido por Ginestal Machado, então chefe do Partido Nacionalista, que congregava os antigos dissidentes dos Partidos Unionista, Evolucionista e Reconstituente. Com o 28 de Maio de 1926, o general Carmona foi chamado para tutelar a pasta dos Negócios Estrangeiros, de Governos presididos respectivamente por Mendes Cabeçadas (até 17 de Junho), e Gomes da Costa (até 9 de Julho). A partir dessa data assumiria a presidência do Ministério, acumulando-a com a pasta da Guerra. A 29 de Novembro do mesmo ano de 1926 tornou-se Presidente da República, função mais tarde ratificada com a eleição de 25 de Março de 1928, tendo sido sucessivamente reeleito por quatro mandatos, até ao ano da sua morte, em 1951.

No *Boletim Geral das Colónias* foram publicados até ao n.º 200, de Fevereiro de 1942, sessenta e um artigos deste governante, a maior parte deles referentes a alocações, discursos e mensagens proferidas durante a vigência dos seus mandatos como Presidente da República. Reproduziam estes documentos a sua actividade política desde 1926 até 1942, especialmente as mensagens que tinham produzido aquando das viagens presidenciais, das comemorações dos aniversários da «Revolução Nacional», das inaugurações de «Exposições Coloniais», das «Comemorações Centenárias», das

---

<sup>1783</sup> Luís Manuel Farinha, «Mateus, António Lopes (1877-1955)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», pp. 552-553.

mensagens por ocasião do «Ano Bom», na Assembleia Nacional, e em resposta a missivas diplomáticas de outros países amigos<sup>1784</sup>.

- **António Trigo de Moraes**, engenheiro e professor, nasceu em Samões, no concelho de Vila Flor, a 3 de Fevereiro de 1895, e morreu em Lisboa, a 15 de Fevereiro de 1966, tendo ficado sepultado a seu pedido no sul de Moçambique, junto da barragem do Limpopo, obra de engenharia construída sob sua orientação e inaugurada no ano de 1961. Em 1918, concluiu o curso de Engenharia Civil, no Instituto Superior Técnico, com uma elevada classificação, motivo pelo qual logo foi convidado para ficar como assistente na instituição onde se formara. Simultaneamente exercera também a função docente no Instituto Superior de Agronomia, onde leccionara as disciplinas de «Topografia» e de «Construções». Foi ainda engenheiro dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste, presidente desde 1934 da extinta Junta Autónoma de Hidráulica Agrícola, mais tarde rebaptizada de Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos. Em 1951, foi nomeado subsecretário do Ultramar, lugar que lhe permitiria desenvolver um plano estrutural de desenvolvimento das possessões ultramarinas.

Fomento e povoamento daqueles territórios continuaram a estar nas suas preocupações noutros lugares relevantes da função pública e da magistratura de influência, como foram os seus desempenhos como presidente do Conselho Superior do Fomento Ultramarino e procurador da Câmara Corporativa (Secção do Ultramar) durante três legislaturas. Autor de trabalhos científicos sobre hidráulica agrícola, a sua colaboração no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* revelava essa faceta tecnocrata, que queria estender a sua mais-valia profissional no estabelecimento de colonatos, nas duas possessões mais importantes administradas pelo Governo de Lisboa, Angola e Moçambique. A propósito desta política fomentista, Trigo de Moraes publicara um livro em 1951, nas edições da Agência Geral do Ultramar, *A Água na Valorização do Ultramar*, e alguns artigos no periódico desta instituição de propaganda<sup>1785</sup>.

- **António Vicente Ferreira**, engenheiro, militar e professor, nasceu em Lisboa, a 30 de Abril de 1874, e faleceu na mesma cidade, a 29 de Janeiro de 1953. Formara-se em

---

<sup>1784</sup> José Ribeiro Costa, «Carmona, António Óscar de Fragoso (1869-1951)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume I, Letras «A-L», pp. 123-125. Também, Telmo Faria, *Óscar Carmona*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006, 126 pp.

<sup>1785</sup> Vide «Morais, António Trigo de» in *Portugal Século XX...*, p. 210.

Engenharia Militar, Civil e de Minas na Escola do Exército, onde passara a ser professor, a partir de 1910. Foi ministro das Finanças entre 1912 e 1913, e em 1921 ministro das Colónias, entre 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923, num Governo presidido por António Ginestal Machado. Posteriormente, depois do golpe militar de Maio de 1926, foi nomeado Alto-Comissário de Angola, no próprio mês do levantamento, até Novembro de 1928, tendo realizado uma obra fomentista de grande relevo nesta possessão da África Ocidental. Durante o regime do Estado Novo, a sua participação política foi mais discreta, dado os seus antecedentes republicanos, muito embora ainda tivesse desempenhado alguns lugares de responsabilidade como o de vice-presidente do Conselho do Império Colonial, entre 1946 e 1953, presidente do Conselho Superior de Obras Públicas, a partir de 1943, e membro, desde 1935, da Câmara Corporativa, onde apresentou alguns pareceres da sua área de especialidade.

Nas edições da Agência Geral das Colónias publicara «Alguns aspectos da política indígena de Angola» e «A raça branca em Angola» in *Antologia Colonial Portuguesa (Política e Administração)*, 1946. No periódico da mesma instituição colonial editara alguns artigos sobre o desenvolvimento do império português, nomeadamente sobre a colónia de Angola<sup>1786</sup>.

- **Armindo Monteiro**, professor, político e diplomata, nasceu em Vila Velha de Ródão, a 16 de Dezembro de 1896, e morreu em Loures, no dia 15 de Outubro de 1955. Professor Catedrático, da Universidade de Lisboa, foi representante de Portugal a várias sessões do Conselho da Sociedade das Nações, e presidiu à delegação portuguesa na XVI Assembleia desta Sociedade. Colaborador próximo do dr. Salazar, desempenhara, entre outros cargos, o de subsecretário de Estado das Finanças entre 1930-1931, ministro das Colónias, entre 1931 e 1935, e ministro dos Negócios Estrangeiros, nos anos de 1935 e 1936. Posteriormente, foi nomeado embaixador de Portugal em Londres, na altura em que decorria a Segunda Guerra Mundial. Durante a acção como ministro das Colónias, nos primeiros anos da década de trinta, na altura em que o Estado Novo começara a afirmar-se, Armindo Monteiro patrocinara vários eventos dignos de destaque como a Feira de Amostras de Luanda e de Lourenço Marques, a primeira Exposição Colonial Portuguesa, do Porto. Realizara ainda durante o início dessa sua permanência no ministério das

---

<sup>1786</sup> Vide «Ferreira, António Vicente» in *Lexicoteca - Moderna Enciclopédia Universal*, Tomo VIII, Letras ESTE/FRA, p. 147.

Colónias, em 1932, uma longa viagem de seis meses às possessões de Angola e Moçambique, a que o periódico da Agência Geral das Colónias se referira pormenorizadamente. As edições da Agência Geral das Colónias publicaram vários livros deste governante do Estado Novo, nomeadamente os seguintes: *Os Portugueses na Colonização Contemporânea – Nobreza Colonial*, 1933; *Relatório dos Orçamentos Coloniais, 1933-1934*, 1934; *Para uma Política Imperial. Alguns Discursos do Ministro das Colónias*, S/Data; *Da Governação de Angola*, 1935; *O Problema das Transferências de Angola*, 1936; *Reforma dos Vencimentos de Angola*, 1936; «Necessidade de uma doutrina colonial portuguesa» in *Antologia Colonial Portuguesa (Política e Administração)*, 1946. Também no *Boletim Geral das Colónias* publicara meia centena de artigos sobre alguns aspectos do Império português<sup>1787</sup>.

- **Artur Tamagnini de Barbosa**, funcionário colonial, nasceu em Lisboa, a 31 de Agosto de 1881, e faleceu em Macau, a 10 de Julho de 1940. Iniciou a sua carreira como funcionário do ministério das Colónias, tendo sido secretário de seu pai o conselheiro Artur Tamagnini Barbosa, inspector-geral da Fazenda do Ultramar, escriturário dos Serviços de Fazenda de Timor. Depois chefiara várias repartições do ministério das Colónias, destacando-se, entre outras, a direcção-geral de Fazenda Colonial, a direcção de Pessoal, a direcção da Índia, Macau e Timor, a direcção dos Negócios Políticos, até ser nomeado director-geral da Administração Política e Civil. Para além da carreira de funcionário colonial, desempenhara ainda alguns cargos de cariz político, nomeadamente o de chefe de Gabinete de seu irmão o brigadeiro João Tamagnini de Barbosa, quando este exerceu as funções de ministro das Colónias, e as de governador de Macau por três vezes: a primeira, entre 1918 e 1919, durante o regime republicano, ao tempo do ministro Vasconcelos e Sá; a segunda, entre 1926 e 1930, durante a Ditadura Militar; a última, entre 1937 e 1940, durante o regime do Estado Novo.

A experiência acumulada nessa colónia oriental permitir-lhe-ia escrever para o periódico da Agência Geral das Colónias alguns artigos sobre a mesma possessão e sobre o

---

<sup>1787</sup> Vide «Monteiro (Armindo)» in Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira, «Nota Biográfica» in *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar – Correspondência Política-1926-1955*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 15-24. Também, Júlia Leitão de Barros «Monteiro, Armindo Rodrigues de Sttau (1896-1955)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», pp. 622-623.

ministério das Colónias, do qual fora sempre funcionário diligente até à sua morte prematura, em pleno exercício de funções governativas<sup>1788</sup>.

- **Augusto da Costa**, jornalista, político e escritor, nasceu em Setúbal, a 29 de Setembro de 1899, e morreu em Lisboa, no dia 7 de Julho de 1954. Começou desde muito cedo a colaborar com a imprensa regional, nomeadamente nos jornais *Cegarrega*, *Mundo Moral* e *Setubalense*. Paralelamente à actividade jornalística, desde jovem se interessara pela política, tendo pertencido ao «Integralismo Lusitano» e dirigido o jornal deste movimento a *Monarquia*. A partir da implantação do Estado Novo em 1932, Augusto da Costa foi um dos mais próximos colaboradores de Salazar tendo desempenhado as funções de secretário da presidência do Conselho. Foi um dos impulsionadores do movimento corporativo, tendo sido também pela sua influência que se criara o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, do qual foi funcionário. Continuou a colaborar com a imprensa nacional, nomeadamente no *Boletim Geral das Colónias*, para além da colaboração mensal que passou a dar com a rubrica «Crónica Colonial», a partir do n.º 128, de Fevereiro de 1936.

Relativamente às colónias, publicara as seguintes obras: *Apologia do Império Português*, 1934; *Portugal, Vasto Império*, 1934 (Prémio de Jornalismo do Secretariado da Propaganda Nacional, em 1935)<sup>1789</sup>.

- **Augusto de Castro**, escritor, diplomata e jornalista, nasceu no Porto, a 11 de Janeiro de 1883, e faleceu em Lisboa, a 24 de Julho de 1971. Em 1903, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra com apenas 20 anos, idade em que começou a exercer o múnus de advogado, no escritório que abrira na sua cidade natal. Paralelamente, começou a dirigir o diário portuense a *Província* e inscrevera-se no Partido Progressista, onde passaria a integrar as listas de deputados ao Parlamento. Mais tarde, ainda antes de se transferir para Lisboa, foi director de um outro jornal portuense o *Diário da Noite*. Já em Lisboa, passara pelas redacções de periódicos como o *Jornal do Comércio*, *O Século*, e finalmente chegara à direcção do jornal *Diário de Notícias*, a partir de 1 de Junho de 1919 e durante cinco

---

<sup>1788</sup> Vide «Tamagnini Barbosa (Artur)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 30, Letras SOUTE / TEDES, pp. 609-610.

<sup>1789</sup> Vide Augusto da Costa «Crónica Colonial» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Fevereiro de 1936, n.º 128, pp. 114-120. Também, «Costa (Augusto da)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 7, Letras COCAI / CRECI, p. 863.

anos até 1924, altura em que foi nomeado ministro plenipotenciário de Portugal em Londres.

A partir dessa altura, iniciou um constante périplo como representante de Portugal em várias capitais europeias. Ainda, no ano de 1924, foi transferido para junto da Santa Sé, onde encetou diligências para a celebração de um acordo sobre o Padroado português no Oriente, assinado somente em 1928. No ano seguinte, 1929, foi nomeado ministro de Portugal em Bruxelas, e fora nessa qualidade que presidiu à inauguração da secção portuguesa na Exposição Colonial e Marítima de Antuérpia, em Maio de 1930. Na Bélgica permaneceu até 1931, altura em que foi transferido para representante de Portugal em Roma, onde estivera durante quatro anos, até 1935. Entre 1935 e 1938, voltara novamente a exercer funções diplomáticas na Bélgica, até o Governo de Salazar o chamar para comissário da Exposição do Mundo Português. No *Boletim Geral das Colónias* publicou vários artigos, muitos dos quais baseados em discursos proferidos por ocasião de eventos ligados à propaganda colonial<sup>1790</sup>.

- **Augusto de Vasconcelos**, médico, professor e diplomata, nasceu em Lisboa, a 25 de Setembro de 1867, e morreu na mesma cidade, a 27 de Setembro de 1951. Frequentou a Escola Médico-Cirúrgica, onde em 1891 concluiu o curso com uma tese intitulada «Higiene Hospitalar. Nosocomialismo e Microbismo». A partir de 1899, começou a ensinar na Escola em que se formara, passando sete anos depois à condição de professor catedrático de «Anatomia Descritiva e Topográfica». Embora se tivesse tornado um dos cirurgiões mais reputados do seu tempo e feito carreira como director clínico e enfermeiro-mor dos Hospitais Civis de Lisboa, Augusto Vasconcelos, como militante republicano, fora um dos jornalistas mais combativos do jornal a *Pátria* e viria também a distinguir-se no campo da política e da diplomacia, tendo desempenhado vários altos cargos nessas duas áreas de intervenção, nomeadamente como ministro dos Negócios Estrangeiros (1911-1913), Primeiro-Ministro, (1911-1912), em acumulação com a pasta dos Estrangeiros, ministro de Portugal em Madrid (1913-1914), ministro de Portugal em Londres (1914-1919), chefe da delegação portuguesa à Conferência de Paz (1919), presidente da Sociedade das Nações (1935-1937).

---

<sup>1790</sup> Maria Fernanda Rollo, «Real, Augusto de Castro Sampaio Corte (1883-1971)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», pp. 815-816.

No periódico da Agência Geral das Colónias publicou alguns artigos relacionados com a Sociedade das Nações<sup>1791</sup>.

- **Avelino Teixeira da Mota**, oficial de Marinha e historiador, nasceu em Lisboa no dia 22 de Setembro de 1920, e faleceu na mesma cidade, a 1 de Abril de 1982. Como militar começou a frequentar as possessões ultramarinas desde muito novo, tendo em 1945 cumprido uma missão na Guiné. A partir de 1953, foi incumbido pelo Governo de fazer o estudo e a inventariação da cartografia portuguesa antiga. Entre outros cargos importantes, foi professor da Escola Naval (1959-1964) e da Faculdade de Letras de Lisboa (1965-1969), chefe de Estado Maior do Comando Naval de Angola (1970-1971) e presidente do Tribunal de Marinha em 1976, altura em que passou à reserva no posto de contra-almirante. Com o primeiro director da Agência Geral das Colónias, Armando Cortesão, publicou as obras *Portugaliae Monumenta Cartographica* (seis volumes) e *Tabularum Geographicarum Lusitanorum Specimen*, ambas em 1960. No *Boletim Geral do Ultramar* publicou um artigo sobre o cosmógrafo Rui Falero<sup>1792</sup>.

- **Baltazar Rebelo de Sousa**, médico e político do Estado Novo, nasceu em Lisboa no ano de 1921, e morreu na mesma cidade, em Dezembro de 2002. Licenciado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Lisboa, com os cursos complementares de Medicina Sanitária e Medicina Tropical, acabaria por desenvolver uma intensa actividade médico-social e educativa, antes de se dedicar à política a tempo inteiro. Na juventude militara em organizações juvenis, entre as quais a Mocidade Portuguesa, de que viria a ser mais tarde Comissário Nacional. Tendo pertencido ao grupo de Marcello Caetano, também ele alto responsável desta organização, grupo que ficaria conhecido pelo nome de «Grupo da Choupana», que reunia ainda outras personalidades reformistas do regime como João Dias Rosas, Moreira Baptista e Silva Cunha. Antes de desempenhar funções governamentais, o dr. Rebelo de Sousa foi deputado à Assembleia Nacional em três legislaturas. Em Maio de 1955, foi indicado para subsecretário de Estado da Educação Nacional, lugar do qual foi responsável durante seis anos, até Maio de 1961. Posteriormente, em Junho de 1968, foi

---

<sup>1791</sup> Vide «Vasconcelos, Augusto de» in *Portugal Século XX...*, p. 303.

<sup>1792</sup> Vide Avelino Teixeira da Mota, *O Regimento da Altura de Leste-Oeste, de Rui Falero*, Lisboa, Separata do *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 331, de Janeiro de 1953, 13 pp. Também, «Mota, Avelino Teixeira da», *Portugal Século XX...*, p. 213.

nomeado governador-geral de Moçambique, lugar que desempenharia até Janeiro de 1970, altura em que Marcello Caetano o chamaria para o Governo, para responsável pelo ministério das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência.

Em Novembro de 1973, foi deslocado para o ministério do Ultramar, talvez porque esta tutela necessitasse de um político que, para além da experiência de gestão, advogava uma autonomia progressiva para os territórios ultramarinos. A permanência em Moçambique de Rebelo de Sousa, como representante do Governo do Estado Novo, fora divulgada e publicitada pelos *Boletins* da Agência Geral do Ultramar, nomeadamente entre os n.ºs 517/518, de Julho/Agosto de 1968, e n.º 535, de Janeiro/Junho de 1970, com discursos, notícias, e notas de visitas governamentais<sup>1793</sup>.

- **Caetano Gonçalves**, de seu nome completo Caetano Francisco Cláudio Eugénio Gonçalves, juiz-conselheiro e publicista, nasceu em Goa, a 22 de Outubro de 1868, e morreu em Lisboa, a 22 de Maio de 1953. Licenciado em Direito, pela Universidade de Coimbra, no ano de 1890, posteriormente desempenharia diversos lugares na magistratura judicial das colónias, designadamente as de juiz nas comarcas do Congo e Luanda, em Angola, de desembargador em Goa, na Índia, Lourenço Marques, em Moçambique, e Lisboa. Para além da função judicial, exerceu ainda funções como magistrado do Ministério Público, em Angola, Índia e São Tomé, governador-geral de Angola (1910-1911), deputado às Constituintes (1911), procurador da República, na Relação de Luanda (1911), presidente das Relações de Lourenço Marques e Lisboa, respectivamente em 1915 e 1922, vogal do Conselho Colonial (1924) e do Conselho Superior Judiciário (1929).

Participou em vários congressos internacionais e foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa desde 1911, tendo sido vice-presidente desta instituição, no triénio de 1924 a 1927, e sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1911. Com uma obra vasta sobre a sua actividade judicial na Metrópole e Colónias, escrevera alguns artigos para o periódico da Agência Geral das Colónias sobre mandatos coloniais, política externa e ocupação de Angola<sup>1794</sup>.

---

<sup>1793</sup> Vide biografia inserida na «Recomposição Ministerial» in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLVI – n.º 535, Janeiro/Junho de 1970, pp. 130-137, especialmente pp. 134-135. Também, Fernando Martins, «Sousa, Baltasar Leite Rebelo de (n. 1921)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», pp. 952-953.

<sup>1794</sup> Vide «Gonçalves (Caetano)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...* Volume 12, Letras GABAR / HEHA, pp. 553-554.



- **Carlos de Roma Machado de Faria Maia**, mais conhecido por Carlos Roma Machado, oficial do Exército e engenheiro, nasceu em Lisboa, a 6 de Junho de 1861, e morreu no Estoril, a 21 de Agosto de 1953. Depois de concluído o curso de Engenharia, ingressou nas Forças Armadas na mesma área da sua formação académica, tendo sucessivamente sido promovido até ao posto de coronel, lugar em que acabaria por passar à reforma, em Junho de 1931. Ao longo da sua carreira militar desempenhou vários cargos de responsabilidade quer na Metrópole, quer nas Colónias. Assim, trabalhou inicialmente na construção de estradas, seguindo depois para os Açores e Madeira onde desempenhou funções na comissão de defesa das ilhas e como professor da disciplina de «Arquitectura», da Escola Industrial do Funchal.

No final do século XIX, quando Mouzinho de Albuquerque passou pela Madeira a caminho de Moçambique convidou Roma Machado a acompanhá-lo, tendo na colónia do Índico assumido a direcção das Obras Públicas, acumulando esta função com a de director interino do caminho-de-ferro de Lourenço Marques, durante a guerra no Transval, travada entre ingleses e *boers*, nos anos de 1899 e 1902. Mais tarde, depois de uma curta permanência na Metrópole, regressou a Moçambique onde durante dez anos continuou a chefiar as Obras Públicas e a ser fiscal do caminho-de-ferro da Beira. Ainda, durante o regime Monárquico, desempenhou funções em Angola no caminho-de-ferro do Lobito e no abastecimento de água à povoação da Baía dos Tigres. Depois da eclosão da República, permaneceu mais de dois anos na Metrópole, voltando novamente a Angola onde trabalhou durante um ano no caminho-de-ferro de Moçâmedes e depois dezasseis anos, até à sua reforma em 1931, na delimitação de fronteiras no sul de Angola.

Membro de diversas instituições científicas, nacionais e estrangeiras, nomeadamente do Instituto da União Colonial Internacional Belga e da Comissão de Geografia Física e Política da Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual foi presidente, Roma Machado escrevera entretanto várias obras, entre as quais, algumas sobre a experiência colonial, que tão bem conhecia: *A Guerra Anglo-Boer nas Fronteiras de Lourenço Marques e de Gaza*, 1899-1902; *Alguns Projectos e Obras Executados na Província de Moçambique nos últimos nove anos*, 1909; *Recordações de África*, 1930; *Nostalgia Africana*, 1936; *Na Fronteira Sul de Angola*, 1941. Colaborou ainda com artigos para vários periódicos portugueses, entre os quais o *Boletim da Agência Geral das*

*Colónias, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Revista de Ciências Militares e a Revista de Engenharia.*<sup>1795</sup>.

- **Carlos Selvagem**, pseudónimo literário de Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos, militar, escritor e dramaturgo, nasceu em Lisboa, a 13 de Agosto de 1890, e morreu na mesma cidade, a 4 de Junho de 1973. Frequentou o Colégio Militar entre 1901 e 1907, tendo a partir de 1910 ingressado na Escola do Exército, onde tirou o curso de Cavalaria. Promovido a alferes em 1913, conseguira chegar ao posto de coronel em 1945, tendo dois anos após esta data sido reformado por motivos políticos. Na sua carreira militar de 34 anos, desempenhara várias funções importantes nomeadamente em 1924, quando fora nomeado director-adjunto da «Comissão de História do Exército Português», tendo nessa qualidade assistido aos congressos internacionais de Paris e de Roma, respectivamente em 1926 e 1927.

No ano de 1930, foi nomeado governador da província de Inhambane, em Moçambique, lugar onde permanecera até 1934, seguindo depois para Angola para ocupar idênticas funções na província da Huíla, até Dezembro de 1935. Em 1941, foi integrado como representante do Exército Português na embaixada especial ao Brasil chefiada por Júlio Dantas. Em 1947, ano em que atingira a reforma compulsiva, foi ainda comandante militar de Cabo Verde. Com uma vasta obra literária e historiográfica, escreveu para o periódico da Agência Geral das Colónias alguns artigos sobre literatura e geografia coloniais<sup>1796</sup>.

- **Carlos Viegas Gago Coutinho**, oficial da Armada e geógrafo, nasceu em Lisboa, a 17 de Fevereiro de 1869, e morreu nessa cidade, no dia 18 de Fevereiro de 1959. Ligado à vida colonial pela carreira militar e científica que traçara, desde que concluía o seu curso na Escola Naval em 1888, sulcara depois dessa data os mares do hemisfério sul em veleiros e navios mistos, ao mesmo tempo que se dedicava a missões geodésicas e à delimitação de fronteiras nas possessões ultramarinas de Timor, Moçambique, Índia e São Tomé e Príncipe. Mas o feito que o imortalizaria como cientista e navegador foi o incremento que dera à navegação aérea a partir de 1917, com a travessia que realizara com Sacadura

---

<sup>1795</sup> Vide «Roma Machado (Carlos)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...* Volume 26, Letras RODRI / SANCH, p. 128.

<sup>1796</sup> Luís Francisco Rebello, «Santos, Carlos Tavares Afonso dos (1890-1973)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», pp. 879-880.

Cabral de Lisboa ao Rio de Janeiro, entre Março e Junho de 1922, utilizando tábuas de navegação e um sextante da sua própria invenção. Promovido ao posto de almirante em 1958, editara entretanto o livro em dois volumes *A Náutica dos Descobrimentos*.

No periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar também publicara vários artigos sobre descobrimentos e a travessia da África por Lacerda e Almeida<sup>1797</sup>.

- **Charles Ralph Boxer**, escritor, militar e publicista inglês, nasceu a 8 de Fevereiro de 1904, em Sandown, ilha de Wight, e morreu em Londres, a 27 de Abril de 2000. Com uma vida bastante longa e agitada, começou por integrar os exércitos de sua «Majestade» britânica, onde atingiu o posto de capitão tendo entre 1941 e 1945 estado prisioneiro dos japoneses. Mais tarde quando abandonou as actividades castrenses, iniciou uma vida mais tranquila de investigador, tendo-se tornado professor de estudos camonianos e de cultura portuguesa no *King's College* de Londres, e *fellow* da *British Association*. Doutor *honoris-causa* pelas Universidades de Utreque (1950), e de Lisboa (1952), académico correspondente estrangeiro da classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa, foi ainda agraciado com a Ordem de Santiago de Espada pelo Governo português.

Com uma vasta obra, de algumas dezenas de títulos sobre a especificidade do Império luso, nomeadamente na China e no Japão, entre os séculos XVI e XVII, no contexto dos outros Impérios ultramarinos, os seus trabalhos sobre a história portuguesa remontavam a 1928, com *A portuguese embassy to Japan (1644-1647)*, e prolongaram-se por mais de meio século de constantes e profícuas pesquisas, salientando-se como uma das suas últimas obras *O Império Colonial Português*, em 1977. Também, na Agência Geral das Colónias/Ultramar publicou alguns livros (*Sisnando Dias Bayão; Conquistador da «Mãe de Ouro»*, 1938; *André Furtado de Mendonça*, em colaboração com Frazão de Vasconcelos, 1955), embora a sua colaboração tenha sido mais frutuosa nos artigos que divulgou para o periódico desta instituição sobre o Império português no Oriente<sup>1798</sup>.

- **Durval Pires de Lima**, bibliotecário, investigador e historiador, nasceu em Lisboa, a 22 de Dezembro de 1905, e faleceu na mesma cidade, a 20 de Março de 1988. Licenciado em Ciências Histórico-Geográficas, pela Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa,

---

<sup>1797</sup> Vide «Gago Coutinho, Carlos Viegas» in *Dicionário Enciclopédico da História de...*, Volume 1, pp. 279-280.

<sup>1798</sup> Vide «Boxer (Capt. Charles Ralph)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...* Volumes 4 e 39, Letras BAIL / BRAG e BE/LI (APÊNDICE), respectivamente p. 107 e 1008.

possuía ainda os cursos do Magistério Secundário e de Bibliotecário-Arquivista. O seu perfil académico permitir-lhe-ia fazer uma carreira ligada a instituições associadas à preservação e investigação sobre livros e documentos antigos, tendo nesse sentido sido conservador do Arquivo da Torre de Tombo, do Arquivo Distrital do Porto, e bibliotecário da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Popular de Lisboa, onde chegaria mesmo a desempenhar funções de direcção.

Com uma obra vasta e dispersa, dois dos seus trabalhos acabariam por ser galardoados com alguns dos principais prémios das instituições de investigação da época: *Temas do Brasil Colonial*, 1942, (Prémio da Academia de Ciências de Lisboa); *Os Franceses no Porto, 1807 a 1808*, em dois volumes, 1949, (Prémio Alexandre Herculano, do Secretariado Nacional da Informação). Colaborou em vários periódicos da Metrópole e das Colónias, nomeadamente no *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, *Diário da Manhã*, *Notícias de Lourenço Marques* e *Novidades*. Nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar publicou alguns livros e artigos, nomeadamente *Gil Vicente Comentador da Epopeia*, 1938; *O Oriente e a África desde a Restauração a Pombal*, 1946<sup>1799</sup>.

- **Eduardo de Noronha**, militar, escritor e jornalista, de seu nome completo José Eduardo Alves de Noronha, nasceu em Lisboa, a 26 de Outubro de 1859, e morreu na mesma cidade, a 26 de Setembro de 1948. Apesar de ter estudado na Academia Politécnica do Porto entre 1876 e 1879, optou pela carreira militar tendo como alferes, com apenas 20 anos, partido para África onde desempenhou vários lugares de responsabilidade civil e militar, entre os anos de 1879 e 1894. Em Moçambique o alferes Noronha foi secretário do Governo de Lourenço Marques, condutor de Obras Públicas, engenheiro municipal e chefe de Repartição dos Serviços de Agrimensura. Como militar de carreira tivera ainda oportunidade de participar em várias campanhas de pacificação nesta colónia do Índico, nomeadamente contra o Matibane na Zambézia, e contra Zixaxa na defesa de Lourenço Marques. Enquanto permaneceu em África ofereceu a sua colaboração literária a vários periódicos locais destacando-se, entre outros, os jornais *A África Oriental*, *O Futuro*, *O Quelimane*, colaboração essa que foi intensificada quando em 1894 regressou à Metrópole, onde começou a escrever para o *Diário de Notícias*, *Novidades*, a *Tarde* e a *Tribuna*.

---

<sup>1799</sup> Vide «Lima, Durval Pires de» in *Portugal Século XX...*, p. 174.

Na Agência Geral das Colónias publicou, na colecção «Pelo Império», alguns títulos sobre factos e pessoas que se destacaram nos territórios portugueses de Além-Mar, nomeadamente sobre o *General Eduardo Galhardo*, 1935; *A Defesa de Lourenço Marques*, 1936; *Os Exploradores Capelo e Ivens*, 1936; *O Explorador Serpa Pinto*, 1936; *Tenente Valadim (O Mártir do Niassa)*, 1936; *O Vice-Almirante António Manuel de Noronha*, 2 Volumes, 1942<sup>1800</sup>.

- **Eduardo Ferreira Viana**, oficial do Exército e colonialista, nasceu em Lisboa, a 20 de Janeiro de 1884, e morreu na mesma cidade, a 12 de Janeiro de 1953. Em 1900 ofereceu-se como voluntário para integrar o Serviço Militar e em 1904 já era alferes da arma de Infantaria, tendo depois sido sucessivamente promovido até ao posto de coronel em 1928, lugar em que permaneceria até 1935, altura em que passou à situação de reserva. Em Fevereiro de 1917 foi mobilizado para Moçambique, onde exerceu as funções de chefe do Estado-Maior da expedição ao Niassa, local do norte desta colónia em que as tropas portuguesas enfrentaram as forças alemãs em plena Primeira Guerra Mundial. Depois do final da Guerra, regressou à Metrópole e a partir de 1923 passou a integrar os quadros do ministério das Colónias, como responsável dos Serviços Militares, e posteriormente como inspector de Unidades Militares. No Verão de 1926, já em pleno regime da Ditadura Militar, foi colocado na Índia como chefe do Estado-Maior interino das forças portuguesas nessa possessão, tendo também desempenhado cumulativamente outras funções civis na Misericórdia de Goa e no Convento de Bom Jesus. Regressado à Europa, pouco tempo esteve na capital do Império, tendo desta vez sido colocado na possessão de Angola donde transitou das suas funções militares de Estado-Maior, para as funções de vice-presidente do Conselho do Governo local, encarregado do Governo-Geral e finalmente, entre Setembro de 1931 e Novembro de 1934, para as altas funções de Governador-Geral.

Depois de ter passado à reserva, Eduardo Viana ainda desempenhou algumas funções de destaque na sociedade metropolitana, tais como as de vogal da Comissão da União Nacional, director da Sociedade Histórica da Independência Nacional e elemento da direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa. Foi um diligente colaborador do periódico

---

<sup>1800</sup> Vide «Noronha (Eduardo)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 8, Letras MOURA / NUCK, pp. 886-887. Também, «Noronha, Eduardo de» in *Portugal Século XX...*, p. 221.

da Agência Geral das Colónias para onde escreveu vários artigos, nomeadamente sobre Angola onde desempenhara altas funções governativas<sup>1801</sup>.

- **Eduardo do Couto Lupi**, oficial da Armada, colonialista e escritor, nasceu em Lisboa, a 27 de Novembro de 1874, e morreu na mesma cidade, a 17 de Fevereiro de 1948. Oficial monárquico desempenhara diversas missões em Moçambique, a partir dos finais do século XIX, nomeadamente como militar que tomou parte nas campanhas contra os Namarrais entre 1896 e 1897, comandante das canhoneiras *Marracuene* entre 1897 e 1898, e da *Capelo* em 1901, capitão-mor de Angoche entre 1903 e 1905, governador da Zambézia, de 1907 a 1910. Quando da proclamação da República, em Outubro de 1910, já era primeiro-tenente da Armada, facto que não o impedira, por questões ideológicas, de pedir a demissão e de procurar exílio em Inglaterra junto de D. Manuel II, que o nomeou ajudante-de-campo honorário. Depois do levantamento nacionalista do 28 de Maio de 1926, viera a pedir a readmissão no quadro da Armada em 1929, instituição na qual permaneceu pouco tempo, pois logo em 1930 pediria a sua passagem à reserva.

Desvinculado das suas obrigações militares, passaria a colaborar com mais intensidade na vida política do regime, tendo a partir da instauração do Estado Novo desempenhado lugares de confiança nomeadamente como adido ao gabinete do ministro das Colónias, entre 1933 e 1939, como elemento integrante da secção histórica do Estado Maior Naval, entre 1939-1940, como delegado metropolitano a uma missão oficial a Moçambique. Com uma colaboração dispersa em vários periódicos que iam desde os *Anais do Clube Militar Naval*, até ao *Boletim da Agência Geral das Colónia*, Eduardo Lupi ainda foi autor de biografias, memórias e relatórios sobre o Império e a realidade tropical, algumas delas integradas na colecção «Pelo Império», da Agência Geral das Colónias (*Aires de Ornellas*, n.º 24, 1936; *O Feito de Christovam Juzarte em Calicut*, n.º 45, 1938)<sup>1802</sup>.

- **Eduardo Augusto Marques**, oficial general e colonialista, nasceu em Mafra, a 21 de Junho de 1867, e morreu em Lisboa, a 10 de Junho de 1944. Seguiu a carreira militar, tendo assentado praça aos dezoito anos. Depois do curso militar, em 1891, foi promovido

---

<sup>1801</sup> Vide «Viana (Eduardo Ferreira)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 34, Letras VALET / VIANA, pp. 893-894.

<sup>1802</sup> Vide «Lupi (Eduardo do Couto)», *Ibidem*, *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 15, Letras LEVAR / MALDI, pp. 622-623.

ao posto de alferes. Já oficial, cumpriu várias campanhas nas diversas parcelas territoriais do Império, tendo realizado comissões nas possessões de Macau, Timor, Moçambique e Angola, muitas delas relacionadas com as campanhas de ocupação de Angola, nomeadamente em 1905, na coluna que marchou sobre Mulondo, e em 1907, na que conquistou o Cuamato. Posteriormente, ocuparia cargos de responsabilidade política, tendo sido governador do distrito de Lourenço Marques, entre 1902-1904, governador dos territórios de Manica e Sofala sob administração da Companhia de Moçambique, nos anos de 1913 e 1914, ministro das Colónias por duas vezes, a primeira entre Junho de 1929 e Janeiro de 1930, e a segunda entre Junho de 1930 e Janeiro de 1931, presidente da Câmara Corporativa, entre 1935 e 1944, tendo desempenhado ainda as funções de director-geral da Administração Civil, no ministério das Colónias, vogal do Conselho Colonial, elemento do Conselho Superior Colonial e do Conselho do Império Colonial.

Na Agência Geral das Colónias publicou alguns artigos no seu periódico e ainda um capítulo, «Colonização agrícola em África e auxílio de mão-de-obra indígena», na *Antologia Colonial Portuguesa. Política e Administração*, de 1946<sup>1803</sup>.

- **Ernesto Maria Vieira da Rocha**, militar e político, nasceu em Évora, no dia 18 de Outubro de 1872, e morreu em Lisboa, a 16 de Abril de 1952. O general Vieira da Rocha foi considerado herói das campanhas do Ultramar por ter participado na coluna militar que ajudou a pacificar as populações rebeldes do distrito de Gaza no sul de Moçambique, conjuntamente com Mouzinho de Albuquerque, em 1897. Foi também chamado por cinco vezes a integrar Governos republicanos, sendo ministro da Guerra do Ministério presidido por António Maria da Silva, entre 30 de Novembro e 7 de Dezembro de 1922. Na mesma pasta, estivera ainda nos Governos de Alfredo Rodrigues Gaspar, entre 8 de Julho de 1924 e 20 de Dezembro de 1924; no de Vitorino Guimarães, entre 14 de Março de 1925 e 16 de Maio de 1925; no de Leite Pereira, entre 1 de Agosto de 1925 e 30 de Outubro de 1925.

Por último, estivera como ministro das Colónias no Governo de António Maria da Silva, entre 1 de Novembro de 1925 e 28 de Maio de 1926, sendo na qualidade de último ministro das Colónias do regime republicano que dirigiu uma mensagem ao periódico da Agência Geral das Colónias, a propósito do primeiro ano de existência<sup>1804</sup>.

---

<sup>1803</sup> Vide «Marques, Eduardo Augusto» in *Portugal Século XX...*, p. 194.

<sup>1804</sup> Vide «Vieira da Rocha, Ernesto Maria» in *Dicionário Enciclopédico da História de...*, Volume 2, p. 330.

- **Fernando Monteiro de Castro Soromenho**, funcionário, jornalista e escritor, nasceu no Chinde, Moçambique, a 31 de Janeiro de 1910, e morreu em S. Paulo, Brasil, a 19 de Junho de 1968. Depois de estudos iniciais efectuados nas escolas primárias locais, desempenharia posteriormente em Angola várias profissões que foram desde agente da Companhia dos Diamantes de Angola e funcionário administrativo, até jornalista do *Diário de Luanda*. Premiado várias vezes no «Concurso de Literatura Colonial» levado a cabo pela Agência Geral das Colónias/Ultramar, esta mesma instituição viria a publicar-lhe na colecção «Pelo Império» uma obra sobre os sertanejos da diáspora lusitana (*Sertanejos de Angola*, colecção «Pelo Império» n.º 98, 1943).

Mas foi verdadeiramente como romancista que publicou mais obra e se distinguiu como símbolo precursor de um realismo português com ambiência africana, especialmente angolana, embora a sua obra fosse muito eclética e contemplasse também o sentido mítico das lendas africanas, a par com o sentido épico das viagens de exploração oitocentista.<sup>1805</sup>

- **Filipe Gastão de Moura Almeida de Eça**, funcionário colonial e escritor, nasceu em Coimbra, a 5 de Maio de 1895, e morreu em Lisboa, a 12 de Julho de 1972. Com dezassete anos embarcou para Moçambique, onde iria desempenhar durante três décadas funções no quadro administrativo daquela colónia. Em 1942, pediu a reforma e regressou à Metrópole passando a partir daquela data a dedicar-se à investigação histórica sobre o território onde trabalhara durante tanto tempo. A par da escrita e da investigação, Almeida de Eça integrara várias instituições culturais e científicas, entre as quais o Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, a Comissão de História, e a Sociedade de Geografia de Lisboa. Fez parte da comissão para as comemorações do centenário de Mouzinho de Albuquerque, tendo sido responsável pela recolha de textos para o *Livro do Centenário*.

Das obras que editou sobre a realidade colonial, destacaremos as publicadas nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar: *Achegas para a Bibliografia de Moçambique (Novos Subsídios para um Estudo Completo)*, 1949; *História das Guerras no Zambeze. Chicó e Massangano (1807-1888)*, Volumes I e II, 1953-1954<sup>1806</sup>.

---

<sup>1805</sup> Vide «Soromenho, Castro (1910-1968)» in *Pequeno Dicionário de Autores de Língua...*, p. 376.

<sup>1806</sup> Vide «Almeida de Eça (Filipe Gastão de Moura Coutinho de)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volumes 38 e 1, Letras AL/BE (APÊNDICE) e A/AZUR (ACTUALIZAÇÃO), respectivamente pp. 151-152 e p. 243.



- **Francisco António Toscano**, militar, colonialista e publicista, nasceu em Vila Ruiva, Cuba, a 17 de Agosto de 1873, e morreu em Lourenço Marques, Moçambique, em Novembro de 1943. Com vinte anos, alistara-se como voluntário no regimento de Caçadores n.º 4, tendo tomado parte nas campanhas contra os vátuas, no sul de Moçambique. Depois de desmobilizado, dedicara-se à agricultura e pecuária na região de Gaza, mas a vontade de servir o Estado levá-lo-ia a ingressar no quadro administrativo, tendo prestado serviço em várias localidades de Moçambique como Marávia, Mutarara e Magude.

Colaborou em alguns periódicos, nomeadamente no *Boletim Geral das Colónias*, onde publicou vários artigos sobre as campanhas de Mouzinho de Albuquerque em Moçambique. Em colaboração com o jornalista Julião Quintinha, escrevera o livro *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*, que lhe valeu o primeiro prémio do «V Concurso de Literatura Colonial», patrocinado pela Agência Geral das Colónias em 1930<sup>1807</sup>.

- **Francisco José Caeiro**, magistrado e colonialista, nasceu no Vimieiro, Arraiolos, a 6 de Março de 1890, e morreu em Lisboa, a 24 de Maio de 1976. Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, em 1917, viera passado um ano a doutorar-se com um estudo jurídico-económico sobre a problemática dos cursos de água. Tendo exercido a advocacia durante alguns anos, em 1928 era nomeado vogal do Conselho Superior das Colónias e, em 1933, juiz da Secção do Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo. A 27 de Agosto de 1940 foi nomeado subsecretário das Colónias, tendo em Junho de 1942 assumido interinamente a responsabilidade do respectivo Ministério, na ausência por algumas semanas do titular Vieira Machado, numa visita a algumas parcelas do Império.

Após a sua saída do ministério das Colónias, ocuparia a partir de 1943 o lugar de Procurador-Geral da República, até à sua aposentação da Função Pública. Detentor da Grã-Cruz da Ordem de Cristo, Francisco Caeiro era ainda elemento da Academia Portuguesa de História, primeiro como correspondente em 1970, e depois a partir de 1975, como

---

<sup>1807</sup> Vide «Toscano (Francisco António)», *Ibidem*, *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 32, Letras TOMAR / TRIST, pp. 313-314.

elemento efectivo. No periódico da Agência Geral das Colónias publicara vários artigos ligados às suas funções no ministério das Colónias<sup>1808</sup>.

- **Francisco Higinio Craveiro Lopes**, militar, político e colonialista, nasceu em Lisboa, a 12 de Abril de 1894, e morreu na mesma cidade, a 2 de Setembro de 1964. Seguindo a tradição de uma família de militares, depois de frequentar o Colégio Militar, alistou-se como voluntário no regimento de Cavalaria n.º 2, tendo sido posteriormente colocado em Moçambique, em Setembro de 1915, e dois meses depois promovido a alferes. Nesta colónia participou na expedição militar, constituída para defesa daquele território da África Oriental. Voltou novamente a Moçambique, onde permaneceria em missão até Junho de 1920. A partir dessa data retornou à Europa, onde ficaria até ao final da década em tarefas de instrução de pilotagem de futuros aviadores e chegaria mesmo a desempenhar o lugar de director de instrução na Escola Militar de Aviação. Em Julho de 1929, foi colocado na Índia, possessão em que desempenharia vários lugares de responsabilidade, tanto como militar, já na situação de major, como civil, na qualidade de chefe de repartição do gabinete do Governador-Geral. Mais tarde, entre 1933 e 1936, foi governador do distrito de Damão, chegando mesmo pelo breve período de três meses a exercer as funções de encarregado do Governo-Geral do Estado da Índia. Em 1951, ano em que viria a substituir Óscar Fragoso Carmona na Presidência da República, o então general Craveiro Lopes era nomeado em Janeiro comandante da 3.ª Região Militar, lugar que acumularia com as funções de docente no Instituto de Altos Estudos Militares. A 21 de Julho de 1951 realizavam-se as eleições para a Presidência da República, à qual Craveiro Lopes concorreria como candidato oficial do regime e que acabaria por ganhar, dados os entraves colocados aos candidatos da oposição, tornando-se o segundo Chefe de Estado do regime chefiado por Oliveira Salazar.

Durante o único mandato de sete anos em que exerceu esta alta magistratura, Craveiro Lopes fizera várias visitas oficiais, quer ao Estrangeiro, quer aos territórios do Ultramar. Assim, em 1953 a convite do Governo de Madrid visitara oficialmente o país vizinho. Em 1954, iniciara as primeiras visitas aos territórios de Além-Mar, tendo percorrido nesse ano as províncias de São Tomé e Príncipe e Angola; em 1955, a Guiné e Cabo Verde; em 1956, Moçambique, União Sul-Africana e a Federação das Rodésias e

---

<sup>1808</sup> Vide «Caeiro (Francisco José)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 39, Letras BE / LI (APÊNDICE), p. 179.

Niassalândia. Em 1957, continuou a fazer mais visitas diplomáticas em nome do Portugal estadonovista, tendo viajado nesse ano para os Açores e para o Brasil e recebido em Lisboa as visitas protocolares da Rainha Isabel II da Inglaterra, de Islander Mirza, presidente do Paquistão, de Café Filho e Kubitchek de Oliveira, presidentes em função e eleito do Brasil, e do governador da África do Sul.

A Agência Geral do Ultramar, através do seu periódico, dedicou-lhe três números especiais, tantos quantos as visitas que este governante efectuara aos territórios de Além-Mar: «Número especial dedicado à Viagem do Presidente da República a S. Tomé e Príncipe e Angola», *Boletim* n.ºs 353/354, de Novembro/Dezembro de 1954; «Número especial dedicado à viagem de Sua Excelência o Presidente da República à Guiné, Cabo Verde e Madeira», *Boletim* n.º 360, de Junho de 1955; «Número especial dedicado à viagem de Sua Excelência o Presidente da República a Moçambique», *Boletim* n.ºs 375/376, de Setembro/Outubro de 1956<sup>1809</sup>.

**-Francisco José Vieira Machado**, advogado, banqueiro e político, nasceu em Lisboa, a 8 de Fevereiro de 1898, e morreu na mesma cidade, a 31 de Agosto de 1972. Filho do general Francisco José Machado, Vieira Machado não seguiria a carreira militar do pai e acabaria em 1919 por se licenciar em Direito, na Universidade de Lisboa. Mais tarde, acrescentaria ao curso de leis, uma outra formação ligada ao campo das ciências económicas em Paris. Com esta dupla formação, Vieira Machado começaria por exercer a advocacia, área que abandonaria para integrar os quadros do Banco Nacional Ultramarino. Paralelamente, à actividade profissional, passaria a exercer outras funções ligadas ao desenvolvimento das possessões ultramarinas. Assim, foi vice-presidente da primeira Conferência Económica do Império Colonial, tendo nessa condição participado nas discussões que levariam à criação do Conselho do Império e ao projecto de alteração do Acto Colonial. Em Janeiro de 1935 foi nomeado subsecretário de Estado das Colónias, ao tempo de Armindo Monteiro na pasta das Colónias. A tradição colonialista dos seus antepassados, aliada à formação académica e à experiência numa subsecretaria de Estado iria catapultá-lo um ano depois para a responsabilidade maior do Ministério, cargo que exerceu entre 18 de Janeiro de 1936 e 5 de Setembro de 1944. Foi ainda eleito deputado à

---

<sup>1809</sup> António Reis, «Craveiro Lopes, Francisco (1894-1964)» in *Dicionário Enciclopédico de História de...*, Volume 1, p. 171. Também, Fernando Rosas/Alice Samara, *Francisco Craveiro Lopes*, Lisboa, Edição do Museu da Presidência da República, 2006, 96 pp.

Assembleia Nacional em várias legislaturas, membro da Comissão das Colónias da União Nacional, procurador à Câmara Corporativa.

Vieira Machado escreveu ainda alguns livros e artigos, publicados muitos deles pela Agência Geral das Colónias, dos quais destacaremos os seguintes: Em colaboração com o A. Trigo de Moraes, *Primeiro Congresso de Agricultura Colonial (Discurso de Inauguração. Tese)*, 1935; *Primeira Conferência Económica do Império. Discursos*, 1936; *Discurso Inaugural*, Separata de «Alta Cultura Colonial», 1936; *Colonização. Projectos de Decretos*, 1940; *Alguns Discursos Proferidos em África*, 1943. No *Boletim* publicou, entre Julho de 1925 e Janeiro/Fevereiro de 1944, num período de dezanove anos, cinquenta e um artigos, a maior parte deles referentes a alocações e mensagens oficiais proferidas quando da sua passagem pelo ministério das Colónias, quer como subsecretário de Estado, quer como ministro. Escreveu ainda sobre assuntos da sua especialidade académica, especialmente sobre a Conferência Económica do Império, o regime bancário, o comércio colonial e a acção colonizadora do Estado<sup>1810</sup>.

- **Gastão Adalberto Antunes de Sousa Dias**, militar, professor e publicista, nasceu em Chaves, a 30 de Setembro de 1887, e morreu em Sá da Bandeira, Angola, a 23 de Janeiro de 1955. Fizera o ensino secundário em Chaves, Braga e Viseu, ingressando em 1907 na Escola Politécnica de Lisboa. Alistado na Escola do Exército, foi mobilizado em Março de 1917 para integrar o Corpo Expedicionário Português que combatera em França. Depois de terminada a Primeira Guerra Mundial, foi promovido a capitão e colocado em Angola. A partir de 1923, passara a desempenhar nesta colónia as funções de professor da escola primária e do liceu da Huíla, onde permaneceu até atingir o limite de idade, a 30 de Setembro de 1952.

Colaborador de diversos periódicos, angolanos e metropolitanos, como o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, *Diário de Luanda*, *Primeiro de Janeiro*, *Província de Angola*, *Revista Militar* e *Voz do Planalto*, Gastão de Sousa Dias dedicou-se também à investigação da história da ocupação de Angola, tendo publicado inúmeros trabalhos, alguns deles galardoados com prémios especiais. Destacaremos, os seguintes: *África Portentosa*, Lisboa, 1926-1929 (1.º Prémio de Literatura da Agência Geral das Colónias,

---

<sup>1810</sup> João Carlos Paulo, «Machado, Francisco José Vieira (1898-1972)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», pp. 535-536.

1926); *A Batalha de Ambuíla*, Luanda, 1942 (1.º Prémio do concurso aberto pela Comissão do Duplo Centenário); *Julgareis qual é mais excelente... (Figuras da História de Angola)*, Luanda, 1948 (1.º Prémio de Literatura da Agência Geral das Colónias, 1949); *A tomada das Pedras de Pungo – Andongo, 1671*, Luanda, 1953 (1.º Prémio do Concurso do Quartel General de Luanda). Algumas das suas obras foram publicadas pela Agência Geral das Colónias, como as que passamos a discriminar: *Pioneiros de Angola. Explorações Portuguesas no Sul de Angola, (Séculos XVII e XVIII)*, Colecção «Pelo Império», n.º 42, Lisboa, 1937; *José de Anchieta*, Colecção «Pelo Império», n.º 58, Lisboa, 1939; *Heroísmo e Lealdade*, Colecção «Pelo Império», N.º 87, Lisboa 1943; *Ocupação de Angola*, Colecção «Pelo Império», n.º 102, Lisboa, 1944; *Um Grande Missionário, Padre Ernesto Lecompte*, Colecção «Pelo Império», n.º 115, Lisboa, 1946; *O Tenente Quintino Rogado*, Colecção «Pelo Império», n.º 127, Lisboa, 1957<sup>1811</sup>.

- **Henrique Galvão**, militar e colonialista, nasceu no Barreiro, a 4 de Fevereiro de 1895, tendo falecido em S. Paulo, Brasil, a 25 de Junho de 1970. Diplomado pela Escola Militar e pela Escola de Joinville-le-Pont, de França, exerceu posteriormente vários cargos públicos ligados à problemática colonial, nomeadamente governador da Huíla, director das Feiras de Amostras de Luanda e de Lourenço Marques, director da Exposição Colonial do Porto de 1934, e da Exposição Colonial dos Centenários de 1940, foi ainda director da Emissora Nacional, e a partir de 1944, inspector superior de Administração Colonial. No posto de capitão foi preso e demitido do Exército em 1958. Evadiu-se da cadeia em 1959, e em 1961 assaltou com um grupo de antifascistas o navio *S. Maria*, na mesma altura em que começava a guerra colonial em Angola.

Com uma vasta colaboração em periódicos como o *Boletim Geral das Colónias*, *Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e o *Século*. Publicara, ainda, as seguintes obras: *História do Nosso Tempo (Ocupação de Angola)*, 1906-1910; *Portugal Colonial*, (6 volumes), 1937; *Angola (Para uma nova Política)*, 1.º vol., 1937; *O Império*, 1938; *Álbum Comemorativo da Secção Colonial da E.M.P.*, 1940; *Zonas Colonizáveis de Angola*, 1940. Editou também obras alusivas à literatura colonial, como: *Revolução*, Teatro, 1931; *O velo de Oiro* (Romance, 1.º prémio de Literatura Colonial, em 1932); *Da vida e da morte dos Bichos* (4 Volumes - Prémio de Literatura Colonial, 1934); *Terras de Feitiço*, contos (Prémio de Literatura Colonial, 1934); *Como se faz um Homem*, Teatro,

---

<sup>1811</sup> Vide «Dias, Gastão Adalberto Antunes de Sousa» in *Portugal Século XX...*, p. 113.

1935; *Dembos*, 1935; *O Sol dos Trópicos*, romance (Prémio de Literatura Colonial, 1936); *O velo d'oiro*, Teatro, 1936; *Colonos*, Teatro, 1939; *Clima de Guerra*, Conferências, 1939; *O Império na Literatura Portuguesa*, 1939<sup>1812</sup>.

- **Henrique Monteiro Correia da Silva**, oficial de Marinha e colonialista, nasceu em Macau, onde o pai era governador, a 8 de Dezembro de 1878, e morreu em Lisboa, em 1935. Em 1897, alistou-se como aspirante na Marinha de Guerra, tendo sido promovido a guarda-marinha três anos depois, e colocado na Estação Naval de Moçambique, onde comandou a lancha *Carabina* nas diversas missões de apoio ao corpo expedicionário do Barué, tendo por estes serviços sido condecorado com o grau de cavaleiro da Torre-e-Espada. Depois da proclamação da República, desempenhou vários cargos públicos nas possessões ultramarinas, tendo sido sucessivamente administrador do concelho de Luanda e governador dos distritos de Benguela e Mossâmedes. Em 1925, quase no final do regime republicano, foi nomeado ministro das Colónias por um período de seis meses, altura em que foi publicado o primeiro número do periódico da Agência Geral das Colónias, no qual assinava as «palavras de abertura».

Posteriormente, pelo período de dois anos, governou a Companhia de Moçambique, multinacional privada que administrava um vasto território do centro de Moçambique, na região que depois viria a ser o distrito de Manica e Sofala, com capital na cidade portuária da Beira. Divergências entre Correia da Silva e a administração desta Companhia, relativamente à gestão e aproveitamento desse porto estratégico na ligação ferroviária com o *hinterland* das Federações das Rodésias e Niassalândia, levaram à demissão deste oficial do lugar que ocupava nesta multinacional, como representante do Governo português. Publicou, para além do livro sobre *A Questão do Porto da Beira* (1927), múltiplos artigos nas revistas *Boletim Geral das Colónias* e *Seara Nova*<sup>1813</sup>.

- **Henrique Quirino da Fonseca**, oficial de Marinha, investigador e colonialista, nasceu em Santa Luzia, Madeira, a 20 de Março de 1863, e morreu em Lisboa, a 6 de Dezembro de 1939. Iniciou a sua carreira militar em Novembro de 1888, quando entrou para a Escola Naval como aspirante, terminando o curso quatro anos depois em 1892. Logo após foi

---

<sup>1812</sup> Luís Manuel Farinha, «Galvão, Henrique Carlos Malta (1895-1970)», *Dicionário de História do Estado...*, Volume I, «A-L», pp. 378-379.

<sup>1813</sup> Henrique Correia da Silva, «Palavras de abertura» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, Julho de 1925, n.º 1, p. 1. Ainda, «Correia da Silva (Henrique Monteiro)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 7, Letras COCAI / CRECI, p. 761.

promovido a guarda-marinha tendo seguido a carreira normal até ter atingido o posto de capitão-de-mar-e-guerra, na altura em que morreu. Passou parte da sua vida de militar nos mares das possessões ultramarinas, tendo a primeira missão fora da Metrópole sido desempenhada a partir de 1897, quando foi nomeado secretário do governo do Congo, no norte de Angola, cargo que acumulava com o de ajudante-de-campo do governador-geral desta possessão. Em 1916 destacou-se como imediato do cruzador *Adamastor* em operações militares no Rovuma, junto da colónia alemã do Tanganica, a ponto desse protagonismo em campanha ter sido premiado com a Cruz-de-Guerra de 1.<sup>a</sup> classe. Mais tarde comandaria os navios *Limpopo*, *Cacongo*, *Bartolomeu Dias* e *República*.

Para além de marinheiro, cultivou a investigação náutica, a literatura naval de ficção e a narrativa histórica, tendo publicado, entre outras, as seguintes obras: *A Arquitectura Naval no Tempo de Fernão de Magalhães*, 1920; *Os Navios dos Descobrimentos e Conquistas*, 1931; *A Arte de Navegar*, 1931; *Os Navios do Infante D. Henrique*, 1933; *A Caravela Portuguesa e a Originalidade Técnica das Navegações Henriquinas*, 1934; *Um Branco no Sertão* (2.<sup>o</sup> Prémio do «Concurso de Literatura Colonial» da Agência Geral das Colónias), 1936. Nas edições da Agência Geral das Colónias publicou «Contribuição portuguesa para os conhecimentos geográficos», no livro *Alta Cultura Colonial*, de 1936<sup>1814</sup>.

- **Hernâni António Cidade**, professor universitário, ensaísta e publicista, nasceu no Redondo, a 7 de Fevereiro de 1887, e morreu em Évora, a 2 de Janeiro de 1975. Depois do Ensino Primário, frequentou o Seminário de Évora e o Curso Superior de Letras de Lisboa, onde acabaria por se licenciar em Filologia Românica. Iniciou a sua carreira como professor em vários liceus do Continente, salientando-se neste itinerário profissional os liceus de Passos Manuel (Lisboa), Leiria, D. João III (Coimbra), Póvoa do Varzim e Alexandre Herculano (Porto). Entretanto, quando Portugal entrou na Grande Guerra foi mobilizado como oficial miliciano para integrar o Corpo Expedicionário Português, que se deslocou para França. Feito prisioneiro pelos alemães em Abril de 1918, percorreu vários campos de concentração até ser libertado, após a assinatura do Tratado de Versailes, em 1919. Desmobilizado no posto de capitão, condecorado com a Cruz de Guerra, Hernâni Cidade regressou ao Ensino, mas desta vez ao Ensino Superior, na Faculdade de Letras do Porto, donde transitaria em 1931 para a Faculdade de Letras de Lisboa, mediante concurso

---

<sup>1814</sup> Vide «Fonseca, Henrique Quirino» in *Portugal Século XX...*, pp. 134-135.

público em que foi aprovado por unanimidade e onde permaneceu até à sua reforma, em 1957.

Especialista nos grandes vultos da literatura portuguesa, Hernâni Cidade tem uma vasta bibliografia, da qual alguma dela foi publicada pela Agência Geral das Colónias/Ultramar, entre os quais, os seguintes títulos: *Padre António Vieira*, 3 Volumes 1940; *Conferências na Escola Superior Colonial*, (em colaboração com outros autores), 1943; *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina (Séculos XV e XVI)*, Volume 1.º, 1943; *Ásia, de João de Barros*, 4 volumes em colaboração com Manuel Múrias, 1945/1946; *1.º Curso de Férias para Estudantes Ultramarinos*, (em colaboração com outros autores), 1963; *O Marquês de Pombal – O Homem e a Obra, na Metrópole e no Ultramar*, Separata do *1.º Curso de Férias para Estudantes Ultramarinos*, 1963<sup>1815</sup>.

- **Jaime Correia do Inso**, oficial da Armada e escritor, nasceu em Nisa, a 12 de Outubro de 1880, e faleceu em Lisboa, a 7 de Outubro de 1967. Assentou praça na Armada como aspirante, a 21 de Outubro de 1899. Em 1922, sendo imediato do navio *Carvalho Araújo* transportou o avião *Santa Cruz* com que Gago Coutinho e Sacadura Cabral tinham feito a primeira travessia aérea do Atlântico.

Entre os trabalhos que produziu, salientaremos *Macau, a mais antiga colónia europeia no Extremo Oriente*, trabalho apresentado na Exposição Portuguesa de Sevilha, em 1929; *O Caminho do Oriente*, obra premiada no VI Concurso de Literatura Colonial, Lisboa, 1932; *Visões da China*, Lisboa, 1933; *A Colonização e o problema do Oriente português*, tese apresentada no Congresso de Colonização, no Porto, em 1934; *A Marinha portuguesa na Grande Guerra*, Lisboa, 1935; *A China*, 1935; *Timor – 1912*, Lisboa, 1939; *Cenas da Vida de Macau*, Cadernos Coloniais, Lisboa, 1941<sup>1816</sup>.

- **João Alexandre Lopes Galvão**, engenheiro, militar e colonialista, nasceu em Orca, Castelo Branco, a 14 de Fevereiro de 1874, e faleceu em Lisboa, a 22 de Agosto de 1951. Personalidade polivalente, começou por se licenciar em Filosofia, na Universidade de Coimbra, tendo posteriormente cursado engenharia de Minas, na Escola do Exército. Esta última especialidade permitiu-lhe desempenhar uma série de cargos em lugares públicos,

---

<sup>1815</sup> Helena Cidade Moura, «Cidade, Hernâni António (1887-1975)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume I, «A-L», pp. 145-146.

<sup>1816</sup> Vide «Inso (Jaime Correia do)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 13, Letras HEIDE / IRAPU, p. 874.



ligados ao desenvolvimento da Metrópole e das Colónias. Assim, entre outros, desempenhou as funções de inspetor das Obras Públicas de Angola e de Moçambique, administrador-geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, engenheiro do Conselho Superior de Obras Públicas, vereador e director dos Serviços Técnicos da Municipalidade de Lourenço Marques.

Escreveu para vários jornais e revistas, nomeadamente para o periódico da Agência Geral das Colónias, no qual foi um dos colaboradores mais profícuos, pois nos duzentos primeiros números publicou quarenta e três artigos da sua área de formação. Nas edições desta instituição publicou ainda os seguintes livros: «A Ocupação Económica das Colónias Portuguesas» in *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Os Portugueses em África*, 1938; *A Engenharia Portuguesa na Moderna Obra da Colonização*, 1940; *Evolução dos Meios de Transporte nos Países Coloniais*, 1950<sup>1817</sup>.

- **João Belo**, oficial de Marinha e colonialista, nasceu em Leiria, a 27 de Setembro de 1876, e morreu em Lisboa, a 3 de Janeiro de 1928, em pleno exercício do seu mandato de ministro das Colónias, vitimado por uma angina de peito. Logo depois de iniciar a sua carreira militar na Marinha, foi destacado para Moçambique onde permaneceu quase três décadas, tendo inclusivamente tomado parte nas campanhas de pacificação de Gaza, dos Namarrais e do Barué. Mais tarde, superintenderia a fiscalização do tráfego fluvial do Zambeze, o mais importante rio de Moçambique e essencial para fazer a ligação entre o *hinterland* britânico e o litoral desta possessão lusa. Desempenharia ainda o lugar de chefe do Departamento Marítimo daquela colónia da África Oriental. A 9 de Julho de 1926 foi chamado a exercer o cargo de ministro das Colónias, num Governo da Ditadura Militar sob a presidência do general Óscar Carmona.

No periódico da Agência Geral das Colónias foi editado apenas um artigo deste ministro, que tinha a ver com um discurso de encerramento da «Semana das Colónias» realizada entre os dias 30 de Maio e 4 de Junho de 1927 na Sociedade de Geografia de Lisboa<sup>1818</sup>.

---

<sup>1817</sup> Vide «Lopes Galvão (João Alexandre)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 15, Letras LEVAR / MALDI, pp. 448-449.

<sup>1818</sup> Vide «Discurso de encerramento da “Semana das Colónias”» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano III, Julho de 1927, n.º 25, pp. 3-31, especialmente p. 31. Ainda, Valentim Alexandre, «Belo, João (1876-1928)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume I, Letras «A-L», pp. 96-97.

- **João de Almeida**, militar, engenheiro e colonialista, nasceu em Vila Garcia, Guarda, a 5 de Outubro de 1873, e morreu em Lisboa, no dia 5 de Maio de 1953. Bacharel em 1901, em Matemática e Filosofia, pela Universidade de Coimbra, tirou mais tarde, em 1914, o curso de Engenharia Civil, por uma Escola Superior de Engenharia de Paris. Embarcou para Angola em 1903, após concluído o curso de Estado-Maior, no posto de capitão, tendo desempenhado várias missões de reconhecimento e de pacificação no sul de Angola. Nomeado governador da Huíla em Maio de 1908, realizou nessa altura a ocupação militar de todo o Baixo Cubango. Por motivos políticos foi afastado do serviço efectivo do Exército entre 1912 e 1918, sendo de novo demitido a partir de 1919, aproveitando para nesse período de desmobilização forçada frequentar e concluir em França o curso de Engenharia. Depois do golpe militar de Maio de 1926, voltou de novo a exercer funções militares e políticas, tendo sido nomeado em Julho desse mesmo ano governador de Cabo Verde, que acabou por não exercer. Na mesma altura, ocupou também por poucos dias o lugar de ministro das Colónias. Foi ainda director da Escola Central de Oficiais até 1938.

Com uma vasta bibliografia, destacaremos no periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar a publicação de vários artigos ligados à ideologia do nacionalismo político e militar. Nas edições desta mesma instituição foram publicados três títulos deste militar, que passaremos a referenciar: «A Ocupação Portuguesa em África na Época Contemporânea» in *Alta Cultura Colonial*, 1936; *Sul de Angola, Relatório de um Governador de Distrito (1908-1910)*, 1936; «Colonização capitalista e política indígena» in *Antologia Colonial Portuguesa, Volume 1.º (Política e Administração)*, 1946<sup>1819</sup>.

- **João de Azevedo Coutinho**, militar e colonialista, nasceu em Alter do Chão, a 3 de Fevereiro de 1865, e faleceu em Lisboa, a 7 de Dezembro de 1944. Assentou praça no regimento de Cavalaria 4, em 13 de Outubro de 1880. Depois de cursar a Escola Politécnica, acabaria por ingressar na Armada, a partir de Novembro de 1882. À semelhança da maior parte dos militares daquele tempo, partiu para África, mais concretamente para Moçambique, para ajudar a consolidação da presença portuguesa, numa altura em que a concorrência imperial das principais potências europeias procurava, no cumprimento do acordado na Conferência de Berlim, estender a soberania europeia a

---

<sup>1819</sup> Carlos Miguel, «Almeida, General João de (1873-1953)» in *Dicionário de História de...*, Direcção de Joel Serrão, Volume I, Letras «A-D», p. 116.

um maior número de regiões possíveis, contrariando o direito histórico de descoberta de pequenas potências marítimas, como Portugal. Comandara diversos navios de guerra, alguns deles pertencentes à esquadilha do rio Zambeze. Aliás, foi nessa qualidade que interviu directamente nos acontecimentos de ocupação e pacificação dos Macololos, que viriam a estar na origem do Ultimato, e de toda a reacção nacionalista portuguesa face à arrogância imperialista dos britânicos, e que pela acção de Azevedo Coutinho nessa campanha o promovera à categoria de herói e «Benemérito da Pátria». Pelo brilhantismo da sua carreira militar em Moçambique, Azevedo Coutinho desempenhou o lugar de governador civil de Lisboa, e posteriormente, entre 1909 e 1910, o de ministro da Marinha, de Governos presididos respectivamente por Sebastião Sousa Teles, e Francisco Veiga Beirão.

Monárquico indefectível, depois do pronunciamento republicano, tomou sempre posições contra o novo regime, o que lhe valeu a demissão a 26 de Maio de 1911 de oficial da Armada, no posto de capitão-de-fragata. Publicou, entre outras, as seguintes obras ligadas à sua actividade militar em África: *Do Niassa a Pembe; Relatório da Campanha do Barué*, 1902; *O Combate de Macequece*; *As Duas Conquistas de Angoche*. Na Agência Geral das Colónias editou alguns livros na colecção «Pelo Império», nomeadamente os seguintes: *O Combate de Macequece*, dois volumes, n.ºs 8 e 14, 1935; *As Duas Conquistas de Angoche*, n.º 11, 1935; *Manuel António de Sousa, Um Capitão-Mor da Zambézia*, n.º 20, 1936<sup>1820</sup>.

- **João de Castro Osório**, advogado, escritor e colonialista, nasceu em Setúbal, a 17 de Janeiro de 1899, e faleceu em Caxias, a 10 de Novembro de 1970. Filho da escritora Ana de Castro Osório e do poeta Paulino de Oliveira, licenciara-se em Direito, pela Universidade de Lisboa, tendo posteriormente exercido a advocacia durante alguns anos. Paralelamente à sua actividade profissional, começou a interessar-se pela política e pela literatura. Neste sentido, começou a publicar em 1919 os primeiros ensaios políticos (*Manifesto Nacionalista*, 1919; *A Revolução Nacionalista*, 1922), e os primeiros livros de poesia de inspiração saudosista como a *Rainha Santa* em 1920, a ponto de se dedicar unicamente à literatura, a partir de 1946. Também, o interesse pela ideia colonial por inspiração familiar e pela sua formação ideológica, que o levaram a frequentar e a concluir o curso da Escola Superior Colonial. Esta mais-valia e o interesse pelos assuntos tropicais

---

<sup>1820</sup> David Ferreira «Coutinho Fragoso Sequeira, João António de Azevedo (1865-1944)», *Ibidem, Dicionário de História de...*, Direcção de Joel Serrão, Volume I, Letras «A-D», p. 737.

levá-lo-iam a colaborar mais tarde com as entidades promotoras do congresso de Ensino Colonial, realizado na altura da primeira Exposição Colonial do Porto de 1934, e a participar na organização do primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, de 1937.

A formação académica e a experiência adquirida na organização destes eventos de propaganda, levaram a que Castro Osório em 1938 se abalançasse a escrever uma obra de nacionalismo cívico, a que pusera o significativo título de *Direito e Dever de Império*. A Agência Geral das Colónias viria a publicar a sua intervenção no Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, quer na obra colectiva, quer em separata com o conteúdo da sua comunicação sobre o plano imperial da dinastia de Avis, nos primórdios da Época Moderna<sup>1821</sup>.

- **João Evangelista Lima Vidal**, prelado, investigador e colonialista, nasceu em Aveiro, a 2 de Abril de 1874, e morreu na mesma cidade, a 5 de Janeiro de 1958. Frequentou o Seminário de Coimbra, e posteriormente doutorou-se em Filosofia e Teologia, pela Universidade Gregoriana de Roma. Em 1909, foi indigitado para bispo de Angola e Congo, tendo nessa colónia sido o último prelado que exercera funções civis, pois tivera de assumir a presidência do Conselho Governativo da colónia, a partir de 25 de Agosto de 1909, até Dezembro do mesmo ano, em substituição do governador Álvaro Ferreira. Após o ano de 1914, regressara à Metrópole onde desempenhou diversas funções de responsabilidade no seio da hierarquia católica, nomeadamente como vigário-geral do Patriarcado em 1914, arcebispo de Mitilene em 1917, bispo de Vila Real em 1923, superior-geral das Missões Ultramarinas em 1931, e bispo residencial de Aveiro, a partir de Janeiro de 1940.

Para além das funções eclesiásticas, D. João Vidal dedicara-se à actividade literária tendo escrito várias obras e colaborado com diversos periódicos, incluindo o *Boletim Geral das Colónias*<sup>1822</sup>.

- **Joaquim Alves Correia**, sacerdote e missionário da Congregação do Espírito Santo, nasceu em Aguiar de Sousa, Porto, no dia 5 de Maio de 1886, e faleceu em Pittsburgh, Estados Unidos da América, a 1 de Junho de 1951. Com 24 anos partira para o sertão

---

<sup>1821</sup> Vide «Osório, João de Castro» in *Portugal Século XX...*, p. 227.

<sup>1822</sup> Vide «Lima Vidal (D. João Evangelista de)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume 15, Letras LEVAR/MALDI, pp. 107-108.

africano, algures na região da Nigéria, onde permaneceu entre 1910 e 1919. Regressado a Portugal, foi nomeado em 1922 procurador em Lisboa dos Padres do Espírito Santo, e reitor do Seminário de Teologia de Viana do Castelo. Dirigiu a revista *Missões de Angola e Congo* durante 12 anos, entre 1920 e 1932, tendo paralelamente exercido a crítica literária no jornal *Novidades*, a partir de 1925.

Nas edições da Agência Geral das Colónias publicou em 1936 na colecção «Pelo Império» a obra em dois volumes (n.ºs 21 e 22), *A Dilatação da Fé e do Império*. Deixou também uma vasta colaboração no periódico desta instituição sobre as missões religiosas e o seu papel como instrumento civilizacional<sup>1823</sup>.

- **Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque**, militar e colonialista, nasceu na Quinta da Várzea, concelho da Batalha, a 11 de Novembro de 1855, e suicidou-se em Lisboa, no dia 8 de Janeiro de 1902. Major de Cavalaria, governador-geral e comissário régio de Moçambique, oficial-mor da Casa Real, ajudante de campo do rei D. Carlos e aio do príncipe D. Luís Filipe. Desiludido das honrarias e da política do seu tempo, nostálgico em relação aos tempos que passara em África, cansado das intrigas palacianas, Mouzinho de Albuquerque entraria num período de profundo abatimento, que só terminaria com o trágico desfecho do seu suicídio.

Apesar de ter morrido vinte e dois anos antes do aparecimento da Agência Geral das Colónias, esta instituição de propaganda colonial publicou postumamente na colecção «Biblioteca Colonial Portuguesa» alguns dos livros deste herói da pacificação de Moçambique: *Mouzinho de Albuquerque: Livro de Campanhas*, Vol. 1.º, 1934; *Idem, Moçambique (1896-1898)*, Vol. 2.º, 1935; *Carta de Mouzinho de Albuquerque a Sua Alteza o Príncipe Real D. Luís de Bragança*, 1940; *Antologia Colonial Portuguesa (O regime militar e as missões religiosas)*. Vol. 1.º - *Política e Administração*, 1946. Foram publicados ainda vários artigos de Mouzinho de Albuquerque no *Boletim Geral das Colónias*, sendo o número 128, de Fevereiro de 1936, consagrado integralmente ao «Dia de Mousinho»<sup>1824</sup>.

---

<sup>1823</sup> Maria Inácia Rezzola, «Correia, Joaquim Alves (1886-1951)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume I, Letras «A-L», p. 224.

<sup>1824</sup> General Ferreira Martins, *Mouzinho*, Lisboa, Edições Excelsior, 2.ª Edição, 1965, 227 pp. Ainda, Pedro Gaivão, *Mouzinho de Albuquerque. Subsídios para a sua Biografia*, Agência Geral das Colónias, 1935, 26 pp.

- **Joaquim Moreira da Silva Cunha**, jurista, professor e político, nasceu em Santo Tirso, a 15 de Março de 1920. Em 1943 licenciou-se em Direito, pela Universidade de Lisboa, e sete anos depois em 1950, pela mesma Universidade, doutorou-se na área das ciências político-económicas com uma tese sobre *O Sistema Português de Política Indígena*, tendo com esta qualificação concorrido ao lugar de professor-ordinário do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Nesta instituição passaria entretanto a reger as disciplinas de «Princípios Gerais de Direito e de Política Indígena», no curso de Administração Colonial, e de «Direito Internacional Colonial», no curso de Altos Estudos Coloniais. Foi ainda director do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, elemento do Conselho Orientador do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, membro do Instituto Internacional das Civilizações Diferentes de Bruxelas, procurador à Câmara Corporativa, professor da Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, e do Instituto de Serviço Colonial, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, vogal substituto do Conselho Ultramarino. Quando da questão de «Goa», em 1961, fizera parte da delegação que Lisboa enviara ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia para defender as posições de Portugal, no litígio que entretanto se levantara com a União Indiana, a propósito da soberania sobre aquele pequeno enclave asiático e os direitos de passagem para as regiões de Dadrá e Nagar Aveli. Chamado ao Governo, ainda no período da governação salazarista, desempenhara as funções de subsecretário de Estado da Administração Ultramarina entre 1962 e 1965, ministro do Ultramar entre 1965 e 1973, e ministro da Defesa Nacional, na última remodelação levada a cabo por Marcello Caetano, entre Novembro de 1973 e Abril de 1974.

Fundador e director da revista *Ultramar* colaborara em diversos periódicos ligados à problemática ultramarina (*Boletim Geral do Ultramar*, *Estudos Coloniais*, *Revista da Escola Superior Colonial*, *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*). Nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar publicou desde 1949 várias obras relacionadas com questões jurídicas e políticas ultramarinas: *O Trabalho Indígena. Estudo de Direito Colonial*, 1949; *O Sistema Português de Política Indígena. Princípios Gerais*, 1952; *1.º Curso de Férias para Estudantes Ultramarinos* (organização), 1963; *Problemas Actuais da África Negra. Conferência proferida em 2-11-1963* (tradução em francês), 1963; *A Nação Escolheu o Caminho*, 1964; *Aspectos Políticos da Nova África. Conferência proferida em 23-5-1964* (tradução em francês e inglês), 1964. Ainda no *Boletim Geral do Ultramar* editou vários artigos, especialmente a partir de 1962, quando foi chamado a desempenhar

funções governativas, quer como subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, quer como ministro do Ultramar<sup>1825</sup>.

- **Jorge Dias**, professor, etnólogo e antropólogo, de seu nome completo António Jorge Dias, nasceu no Porto, a 31 de Julho de 1907, e morreu em Lisboa, a 5 de Fevereiro de 1973. Desportista (recordista do salto em altura, entre 1923 e 1924, e de atletismo, na modalidade de 4x100, em 1925), trabalhador-estudante (traduções cinematográficas e leccionações particulares), iniciou os seus estudos liceais apenas aos 22 anos de idade, facto que o não condicionou e o levou mesmo a concluir em tempo *record* uma licenciatura em Filologia Germânica na Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, em 1938. Colocado como leitor de Português na Alemanha, inicialmente em Rostock, mais tarde em Munique, nessa mesma Universidade viria a doutorar-se em 1944, com uma tese sobre *Vilarinho das Furnas. Uma Aldeia Comunitária*, publicada em 1948. Regressado a Portugal, começou a leccionar como docente na Universidade de Coimbra, a partir de 1947, tendo transitado em 1956 para a Universidade de Lisboa, onde criou o Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

Autor de uma vasta obra de mais de uma centena de títulos, destacando-se nas edições da Agência Geral do Ultramar a publicação em 1960 da obra *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. No periódico desta mesma instituição editou alguns artigos sobre etnografia africana.<sup>1826</sup>

- **José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcelos**, bibliotecário e investigador, nasceu em Lisboa, a 4 de Janeiro de 1889, e morreu na mesma cidade, a 25 de Maio de 1970. Em 1912 foi admitido no quadro civil da extinta Administração dos Serviços Fabris da Marinha, onde desempenhou funções em diversas repartições, acabando por se fixar na Biblioteca. Posteriormente, viria a desempenhar vários lugares públicos de relevância, salientando-se lugares como o de secretário do ministro da Marinha, Júdice Bicker, em 1920; vogal da comissão responsável pela recolha e estudo dos documentos relativos à história dos Açores (1921); vogal da comissão de *Ex libris* Nacionais e Estrangeiros (1927); vogal da comissão organizadora do Museu Naval (1930); secretário de uma comissão encarregue de promover

---

<sup>1825</sup> João Carlos Paulo, «Cunha, Joaquim Moreira da (n. 1920)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume I, Letras «A-L», pp. 243-244.

<sup>1826</sup> João Freitas Leal, «Dias, António Jorge (1907-1973)», *Ibidem*, *Dicionário de História do Estado...*, Volume I, Letras «A-L», pp. 265-266.

uma exposição sobre bibliografia, cartografia e iconografia da ciência náutica e história dos descobrimentos portugueses (1934).

Nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar publicou alguns títulos, especialmente na colecção «Pelo Império» e nas separatas dos artigos publicados no periódico e nos colóquios promovidos por esta instituição de propaganda. Assim, entre outros, publicou nesta editora do ministério das Colónias/Ultramar os seguintes títulos: *Timor. Subsídios Históricos*, 1937; «O Primeiro Malabar que se baptizou na Índia» in *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Os Portugueses no Oriente*, 1938; *Henrique Dias, Herói da Restauração de Pernambuco*, 1940; *Um soldado de África: Paulo Amado de Melo Ramalho da Cunha e Vasconcelos. 1864-1926*, 1942; *André Furtado de Mendonça*, 1955<sup>1827</sup>.

- **José Bacelar Bebiano**, engenheiro e colonialista, nasceu em Lisboa, a 23 de Fevereiro de 1894, e morreu na mesma cidade, a 17 Junho de 1967. Cursou a Escola Politécnica da sua cidade, e posteriormente veio a diplomar-se em engenharia de minas pela *Royal School of Mines*, de Londres. Foi director dos serviços de Obras Públicas e de Geologia e Minas de Angola, membro da missão geográfica de Cabo Verde e de Moçambique. Foi ministro do Comércio e durante o Governo de Vicente Freitas desempenhara ainda a pasta das Colónias, tendo nessa altura, 1928, aprovado diplomas de grande importância como o da convenção com a União Sul-Africana, o da carta orgânica de Angola, o da reorganização do Conselho Superior das Colónias, o do empréstimo de 300.000 libras para a construção do porto e caminho-de-ferro de Mormugão, o da reintegração na administração directa do Estado do território da Companhia do Niassa (Decreto de 20 de Abril de 1929), o da solução da questão do porto da Beira, o do Código do Trabalho Indígena, o do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, o da criação da Cartilha Colonial e o do empréstimo a Angola para a construção e equipagem do porto do Lobito.

Para o periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar escreveu alguns artigos relacionados com as suas competências técnicas e políticas<sup>1828</sup>.

- **José Caeiro da Mata**, diplomata, jurista, político e professor, nasceu no Vimieiro, Arraiolos, a 6 de Janeiro de 1877, e morreu em Lisboa, a 3 de Janeiro de 1963. Em 1907 licenciou-se em Direito, pela Universidade de Coimbra, onde passaria a leccionar até 1919,

<sup>1827</sup> Vide «Frazão, José Augusto do Amaral de Vasconcelos» in *Portugal Século XX...*, p. 304.

<sup>1828</sup> Vide «Bebiano, José Bacelar», in *Portugal Século XX...*, p. 46.



transitando no ano a seguir para a Universidade de Lisboa. Nessa instituição, da qual viria a ser reitor durante quatro anos, entre 1929 e 1933, leccionaria sucessivamente as disciplinas de «Direito Internacional Privado», «Estatística», «Finanças» e «História do Direito Português». Conjuntamente com o ensino universitário, desempenharia outras funções ligadas ao campo financeiro e político. Assim, começaria por ser deputado ainda no período monárquico, entre 1908 e 1910, administrador do Banco de Portugal em 1922, ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1933 e 1935, procurador à Câmara Corporativa em representação das Universidades em 1939, ministro da Educação Nacional, entre 1944 e 1947, novamente ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1947 e 1950, procurador à Câmara Corporativa, outra vez, nas VII e VIII legislaturas da Assembleia Nacional, entre os anos de 1957 e 1963, ano da sua morte.

Ainda tivera um papel importante na diplomacia internacional, nomeadamente quando representou Portugal no Tribunal de Haia e foi juiz suplente do Tribunal Permanente de Justiça Internacional a partir de 1931, vogal da comissão de arbitragem e conciliação entre a França e a Jugoslávia em 1935, delegado à conferência para a repressão de drogas nocivas em 1936, delegado à conferência de Montreux sobre as capitulações em 1937, enviado à comissão permanente do ópio em 1938, representante de Portugal em Vichy, entre 1941 e 1944, presidente da delegação portuguesa à última assembleia da Sociedade das Nações em 1946, responsável pela delegação lusa à conferência económica europeia de Paris, em 1947 e 1948, assistente pelo lado português às reuniões das organizações europeias de cooperação económica em 1949 e 1950, representante de Portugal em Washington para assistir e assinar ao Pacto do Atlântico em 1949, representante e embaixador extraordinário à posse do presidente da República do Brasil em 1951, presidente da comissão de conciliação ítalo-britânica para a aplicação de determinadas condições estabelecidas pelo Tratado de Paz com a Itália em 1953. No periódico da Agência Geral das Colónias publicou artigos relacionados com a experiência internacional que tivera na Sociedade das Nações como representante de Portugal<sup>1829</sup>.

- **José Capelo Franco Frazão**, político, jurista e diplomata, mais tarde nobilitado com o título de conde de Penha Garcia, nasceu em Capinha, Fundão, a 11 de Janeiro de 1872, e morreu em Lisboa, a 25 de Abril de 1940. Licenciado em Direito, pela Universidade de

---

<sup>1829</sup> Maria Fernanda Rollo, «Mata, José Caeiro (1883-1963)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», pp. 551-552.

Coimbra, em 1892, iniciara entretanto a carreira política com o patrocínio de Barros Gomes, tendo sido deputado progressista sucessivamente nos anos de 1898, 1901, 1902, 1904 e 1905. Foi eleito presidente da Câmara dos Deputados em 1901, e ministro da Fazenda a partir de 27 de Dezembro de 1905, num Governo presidido por José Luciano de Castro que durara apenas três meses, até 20 de Março de 1906. Com o início da República, resolveu retirar-se da política, afastando-se para o estrangeiro onde em Genebra se começou a dedicar aos problemas do Direito Internacional.

Depois da Primeira Guerra Mundial, aceitara fazer parte da delegação portuguesa à Conferência de Paz. Eleito para membro da comissão de Mandatos da Sociedade das Nações, viera a ocupar o lugar deixado vago pelo general Freire de Andrade nessa Comissão. Fez parte de outras instituições ligadas à problemática colonial, tendo sido director da Escola Superior Colonial, membro do Conselho do Império e do Instituto Colonial Internacional, e ainda presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, durante doze anos. Para o periódico da Agência Geral das Colónias escreveu alguns artigos sobre o Império Colonial<sup>1830</sup>.

- **José da Costa Nunes**, prelado e colonialista, nasceu em Candelária, Açores, a 15 de Março de 1880, e morreu em Roma, a 29 de Novembro de 1976. Começara por fazer os estudos secundários no Seminário de Angra do Heroísmo, mas no último ano de Teologia acabaria por seguir para Macau, como secretário do bispo D. João Paulino de Azevedo e Castro, onde acabaria por se ordenar sacerdote. Professor no seminário e liceu de Macau, em 1906 tornar-se-ia vigário-geral e nessa função exerceria por diversas vezes o cargo de responsável pelo bispado deste enclave e de visitador de Timor. Após a morte do bispo, seria eleito vigário capitular em Março de 1918 e durante dois anos e meio assegurou o governo da diocese onde se fizera sacerdote e onde acabaria por ser nomeado bispo, função que passara a exercer a partir de 4 de Junho de 1922, quando entrou pela primeira vez na nova diocese. Dezoito anos depois, em Dezembro de 1940, foi nomeado para exercer as mesmas funções na Índia como arcebispo metropolitano de Goa e Damão, com os títulos de «Primaz do Oriente», «Patriarca das Índias Orientais» e «Arcebispo Titular de Cranganor».

Treze anos após a governação desta diocese indiana, já com idade avançada pedia a resignação do lugar, tendo a Santa Sé a 16 de Dezembro de 1953 acedido à pretensão do

---

<sup>1830</sup> João Carlos Paulo, «Frazão, José Capelo Franco (conde de Penha Garcia)», *Ibidem, Dicionário de História do Estado...*, Volume I, Letras «A-L», p. 372.

prelado português, passando a partir daquela altura a fazer parte da cúria romana com a designação simbólica de arcebispo titular de Odesso. Por altura do seu 82.º aniversário, o papa João XXIII elevou-o à condição de cardeal, lugar de relevo que desempenharia até à sua morte. Nas edições da Agência Geral das Colónias publicara em 1947 uma obra que intitulou *Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa*. Ainda, no periódico da mesma instituição escrevera alguns artigos sobre o Padroado do Oriente<sup>1831</sup>.

- **José de Oliveira Boléo**, professor e colonialista, nasceu em Fatela, Fundão, a 2 de Fevereiro de 1905, e morreu em Lisboa, a 28 de Junho de 1974. Depois dos primeiros estudos, veio para Lisboa onde tirou o curso de professor, na Escola Normal Primária de Lisboa. Posteriormente, inscreveu-se na Faculdade de Letras, onde se viria a licenciar em Ciências Histórico-Geográficas e em Ciências Pedagógicas. Na mesma altura tirou ainda o curso da Escola Superior Colonial. Esta formação permitiu-lhe integrar, entre 1929 e 1930, a «missão académica» a Angola e S. Tomé chefiada pelo professor da Universidade de Coimbra Luís Carriso. No ano lectivo de 1932-1933 foi colocado no Liceu Passos Manuel, desempenhando também as funções de metodólogo para as disciplinas de «História» e «Geografia» na escola industrial Afonso Domingues. Mais tarde doutorou-se em Ciências Geográficas e passou a integrar os quadros de docência da Faculdade de Letras de Lisboa, como 1.º assistente. Em 1959, era chefe de repartição do ministério do Ultramar e vogal do Conselho Superior de Disciplina deste Ministério. No ano seguinte iria para Moçambique e, em Junho de 1960, encontrava-se a dirigir os Serviços de Instrução Pública desta Colónia. Paralelamente, foi inspector do Ensino e regente da secção de Ciências Pedagógicas, na Universidade de Lourenço Marques.

Nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar publicou alguns livros ligados à geografia e história das possessões portuguesas, sobretudo do Oriente, entre os quais destacaremos os seguintes: *Explorações dos Portugueses em África. A Viagem do Dr. Lacerda e Almeida (Reconstituição do Itinerário)*, 1938; *Moçambique*, 1951; *Clima e Colonização*, 1952; *Apontamentos para uma Geografia Física de Goa*, 1955; *Descobrimientos Marítimos e Explorações Terrestres*, 1955; *Ensaio sobre Geografia Agrária. Angola: A Terra e o Homem*, 1958; *Moçambique. Pequena Monografia*, 1961<sup>1832</sup>.

---

<sup>1831</sup> Vide «Nunes, D. José da Costa» in *Portugal Século XX...*, p. 222.

<sup>1832</sup> Vide «Boléo (José de Oliveira)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volumes 4, 39 e 2, Letras BAIL/ BRAG, BE/LI (APÊNDICE), BAAD/CARM (ACTUALIZAÇÃO), respectivamente pp. 843-844, p. 73, pp. 282-283.

- **José Frederico Ferreira Martins**, escritor, publicista e professor liceal, nasceu em Lisboa em 1874, e morreu na mesma cidade, a 24 de Novembro de 1960. Foi vogal do Conselho de Instrução Pública na Índia, administrador da Imprensa Nacional de Angola, colaborou ainda em múltiplos periódicos: *Boletim Geral das Colónias*, *Instituto de Coimbra*, *Luso – Colonial*, *Mundo Português*, *Oriente Português*.

Escreveu e publicou, entre outras, as seguintes obras: *Xacuntalá*, 1911; *História da Misericórdia da Índia*, três volumes, respectivamente em 1910, 1912 e 1914; *Fulgores do Oriente* (3.º Prémio do Concurso da Agência das Colónias), 1930; *Prosas e Prosadores* (2.º Prémio do mesmo Concurso), 1931; *O Misticismo religioso ao serviço da expansão e do domínio português no Oriente* (Separata do «Primeiro Congresso da História da Expansão no Mundo. Os Portugueses no Oriente»), 1938; *Glórias e Martírios da Colonização Portuguesa*, quatro volumes, Colecção «Pelo Império» n.ºs 53, 54, 55, 56, 1939; *A Restauração e o Império Oriental*, 1940; *A Reconquista do Império. Oriente* (Separata de «A Restauração e o Império Colonial Português»), 1940; *Marinheiro em Terra. Recordações do Passado, Estimulantes do Futuro*, 1952; *João Albasini e a Colónia de S. Luís*, Colecção «Pelo Império» n.º 126, 1957<sup>1833</sup>.

- **José Justino Teixeira Botelho**, militar, professor e escritor, nasceu em Lisboa, a 9 de Março de 1864, e morreu na mesma cidade, a 16 de Janeiro de 1956. Depois dos primeiros estudos, ingressou no curso de Artilharia na antiga escola Politécnica, tendo assentado praça em Julho de 1880. Chegaria a general em Janeiro de 1926, posto em que se manteve até se reformar, oito anos depois, em Março de 1934. Nos mais de cinquenta anos de actividade, o general Botelho desempenharia vários lugares de responsabilidade na sociedade castrense, nomeadamente os seguintes: comandante do Regimento de Artilharia n.º 2; professor do Colégio Militar e seu director entre os anos de 1924 e 1929; presidente do Conselho Pedagógico dos Exército de Terra e Mar, entre 1929 e 1934; comandante-general de artilharia da 5.ª e 1.ª Divisões; presidente da Comissão de História Militar; director da *Revista Militar*, desde 1930; membro do Conselho Superior de Promoções e do Conselho Superior de Instrução Pública; presidente da Comissão do Centenário da Guerra Peninsular.

---

<sup>1833</sup> Vide «Martins (José Frederico Ferreira)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 11, Letras FEBRE / GABÃO, p. 202.

Nas edições da Agência Geral das Colónias editou algumas obras sobre a colonização portuguesa nos trópicos, nomeadamente as seguintes: «Importância e Carácter da História da Colonização dos Portugueses» in *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Estudos Gerais*, 1938; *A Restauração e o Império Colonial Português*, 1940; *Costa Oriental*, 1940.<sup>1834</sup>.

- **José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos**, militar, escritor e colonialista, nasceu em Ponte de Lima, no dia 23 de Março de 1867, e morreu na mesma localidade, a 2 de Janeiro de 1955. Depois de frequentar um colégio em Braga, em 1880 veio para Lisboa, onde se inscreveu na Escola Académica. Em 1884, matriculara-se em Matemática na Universidade de Coimbra. Paralelamente, inscrevera-se na Escola do Exército, e terminada a sua formação militar foi colocado no regimento de Cavalaria n.º 4, onde inicia os tirocínios do Corpo de Estado-Maior. Tendo admiração por colonialistas como António Enes e Mouzinho de Albuquerque, Norton de Matos também sentiu o apelo pela vida nos trópicos. Assim, começou a sua vida colonial na Índia, para onde partiu em 1898, para dirigir os serviços de Agrimensura. Entre 1912 e 1915, foi Governador-Geral de Angola. Ministro das Colónias em 1915, por pouco tempo, num Governo presidido por José Augusto Ribeiro de Castro, depois foi chamado para a tutela da Guerra, donde foi afastado por um golpe revolucionário, entretanto ocorrido a 5 de Dezembro de 1917<sup>1835</sup>.

Foi obrigado a exilar-se em Londres, devido ao golpe militar protagonizado pelo major Sidónio Pais. Delegado de Portugal à Conferência de Paz, na Primavera de 1919, em 1921 foi entretanto promovido a general, e nomeado Alto-Comissário de Angola até 1924, lugar onde realizou uma obra importante no campo das obras públicas, política indígena e colonização europeia, tendo inclusivamente, no centro da colónia, fundado Nova Lisboa, cidade que pretendia pela sua situação estratégica tornar-se a capital de Angola. Em Junho desse mesmo ano, foi nomeado embaixador de Portugal em Londres, função que desempenharia até 1926. Grão-Mestre da Maçonaria, Norton de Matos candidatar-se-ia à presidência da República em 1948, tendo sido derrotado pelo candidato oficial do Estado Novo, Óscar Carmona.

Nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar publicou as seguintes obras: *La Formation de la Nation Portugaise Envisagée au Point de Vue Colonial* (Separata do

---

<sup>1834</sup> Vide «Botelho, José Justino Teixeira» in *Portugal Século XX...*, p. 54.

<sup>1835</sup> Armando Malheiro da Silva e José Luís Lima Garcia, «Norton de Matos e a Oposição à Política Colonial de Salazar» in revista *História das Ideias*, volume 17, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 349-404.

n.º 64, de Outubro de 1930, do *Boletim Geral das Colónias*), 1930; *Regimento que El-Rei D. Manuel deu a Simão da Silva, quando o mandou a Manicongo* (Separata do Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo – Os Portugueses em África), 1932; «Educação e Instrução dos Indígenas» in *Antologia Colonial Portuguesa – Política e Administração*, Volume I, 1946<sup>1836</sup>.

- **José Osório de Oliveira**, funcionário colonial, ensaísta e escritor, nasceu em Setúbal, a 27 de Agosto de 1900, e morreu em Lisboa, a 3 de Dezembro de 1964. Filho do poeta Paulino de Oliveira e da escritora Ana de Castro Osório, e irmão do também escritor João de Castro Osório, iniciara-se no jornalismo com dezassete anos, tendo pertencido aos quadros redactoriais dos jornais *A Capital* e *O Mundo*. A partir de 1919, seguiu para Lourenço Marques, como funcionário da Auditoria Fiscal de Moçambique. De passagem por Lisboa, participou em 1922 numa intentona nacionalista chefiada pelo irmão João de Castro Osório, tendo, apesar de preso, sido absolvido. A partir de 1926, depois de uma permanência no Brasil, no rescaldo dos acontecimentos políticos em que tivera problemas com a justiça, voltou de novo a África para numa comissão de serviço em Cabo Verde desempenhar as funções de chefe de gabinete do governador e mais tarde a de director dos serviços dos Correios.

Foi, desde a sua criação em 1942, secretário da revista luso-brasileira *Atlântico*, tendo colaborado ainda com os periódicos *Boletim Geral das Colónias*, *Descobrimientos* e *Seara Nova*, no primeiro dos quais publicara no número 20, de Fevereiro de 1927, o artigo «Literatura Colonial», problemática que se tornara num dos principais motivos da sua actividade de publicista. Esta experiência literária e o conhecimento do património ultramarino foram ainda relevantes para a sua nomeação, a partir de 1938, de chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias. Nas edições desta Agência publicou os seguintes livros: *Literatura Africana*, 1944; *Poesia de Cabo Verde*, 1944<sup>1837</sup>.

- **José Ricardo Pereira Cabral**, militar e colonialista, nasceu em Lamego, a 10 de Julho de 1879, e morreu a 1 de Julho de 1956. Aluno do Colégio Militar, onde fizera os primeiros estudos secundários, ingressaria mais tarde em 1895 na Escola Politécnica até ao

---

<sup>1836</sup> Daniel de Melo, «Matos, José Maria Mendes Ribeiro Norton de (1867-1955)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», pp. 553-555.

<sup>1837</sup> Vide «Literatura Colonial», *Boletim Geral das Colónias* n.º 20, de Fevereiro de 1927, pp. 25-42. Ainda, «Oliveira, José Osório de», in *Portugal Século XX...*, pp. 225-226.

ano de 1899, altura em que passaria a frequentar durante dois anos a Escola do Exército onde se destacaria pelas suas qualidades no hipismo, chegando mesmo entre 1902 e 1903 a ganhar os primeiros prémios dessa modalidade no hipódromo do Entroncamento. Em 1904, partiu pela primeira vez para terras do Império, tendo permanecido um ano em Cabo Verde, donde transitaria em 1905 para Moçambique. Nessa colónia começaria por ser governador da província de Inhambane, desempenhando posteriormente outras funções na hierarquia militar e civil desta possessão, como as de agrimensor, chefe de Estado-Maior, comandante da Guarda Republicana, condutor de Obras Públicas, presidente do Conselho de Turismo e de Câmbios. Em Novembro de 1926, meio ano depois da Revolução do 28 de Maio, ocuparia pela primeira vez o lugar de Governador-Geral de Moçambique, função que desempenharia após duas reconduções, uma em 1930, e a outra em 1934.

Em 1928, no início do seu primeiro mandato como governador desta possessão, chefiara a missão portuguesa que negociara com a União Sul-Africana a convenção que regularia as relações entre estes dois territórios da África Austral. Em Junho de 1938, passaria a exercer as mesmas altas funções de governação, mas desta vez na Índia. Publicara entretanto dois relatórios sobre a sua acção governativa em Inhambane e fundara a revista trimestral *Moçambique*, editada em Lourenço Marques. No *Boletim Geral das Colónias* divulgara um conjunto de artigos que resultavam dos discursos pronunciados durante a sua acção como governador de Moçambique<sup>1838</sup>.

- **José Silvestre Ferreira Bossa**, jurista e colonialista, nasceu em Sáfara, Moura, a 20 de Julho de 1894, e morreu em Lisboa, a 20 de Fevereiro de 1970. Licenciado em Direito, pela Universidade de Coimbra, desempenharia posteriormente alguns cargos ligados à sua formação académica, tendo sido juiz de Direito e juiz Municipal. Foi ainda secretário-geral e responsável pelo Governo de uma das mais importantes companhias majestáticas da África Oriental, a Companhia de Moçambique. Subsecretário de Estado das Colónias, transitaria desse lugar para o de Ministro, função que ocuparia entre Maio de 1935 e Janeiro de 1936. Dez anos depois desta experiência política, numa altura em que era o responsável pela direcção da Administração Política e Civil do ministério das Colónias, o regime presidido por Oliveira Salazar voltava novamente a convidá-lo para exercer altas

---

<sup>1838</sup> Vide «Cabral (José Ricardo Pereira)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume 5, Letras BRAG/CARR, p. 307.

funções na hierarquia da administração colonial, desta vez para o lugar de governador-geral da Índia, cargo que desempenhou entre 8 de Abril de 1946 e 12 de Agosto de 1947.

Condecorado com a grã-cruz da Ordem Militar de Cristo, publicou ainda vários livros, entre os quais *O Êxodo*, 1915; *A Função Pública Colonial*, 1934; *Estudo da Economia Nacional*, 1951. Nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar editou alguns artigos no periódico desta instituição de propaganda, dos quais foram feitas separatas, e um livro, em 1943, em colaboração com outros autores: *Conferências na Escola Superior Colonial*<sup>1839</sup>.

- **Julião Quintinha**, jornalista e escritor, nasceu em Silves, Faro, a 19 de Dezembro de 1885, e morreu em Lisboa, a 24 de Julho de 1968. Autodidacta, começou a sua vida profissional como simples operário, ao mesmo tempo que se iniciava nas lides jornalísticas, tendo mesmo nos seus tempos de juventude fundado um jornal com grande circulação, a que simbolicamente pusera o nome de *Alma Algarvia* e onde defendia já os ideais republicanos. Quando eclodiu o «5 de Outubro», imediatamente aderiu a este regime, tendo entre 1912 e 1914 sido administrador dos concelhos de Portimão e Silves e mais tarde chefe de secretaria desta última localidade, até ao ano de 1920. Em 1925, iniciara um périplo por África que demorou mais de dois anos em serviço de reportagem do *Jornal da Europa*, que lhe permitira visitar todas as possessões portuguesas deste Continente e ainda os territórios anglófonos do Egipto e da União-Sul-Africana. Ainda resultara desta viagem um manancial de informações que «alimentara» algumas das crónicas e reportagens para o jornal lisboeta a expensas do qual visitara estes territórios, mas também viria a constituir material para a produção de vários livros. A sua «sede» por novos espaços e ambientes não se esgotara nesta viagem a África e no decorrer da sua carreira de jornalista tivera a oportunidade de fazer outras viagens a vários países da Europa como a Alemanha, Espanha, França, Holanda e Itália.

Praticante disciplinado de uma escrita que cativava e impressionava os leitores dos jornais onde trabalhara, não admirava que a par do jornalismo tivesse enveredado por uma carreira de escritor e que nessa função tivesse concorrido ao prémio instituído pela Agência Geral das Colónias no seu «Concurso de Literatura Colonial», para encontrar

---

<sup>1839</sup> Vide «Bossa (José Silvestre Ferreira)», *Ibidem*, *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volumes 4 e 2, Letras BAIL/BRAG e BAAD/CARM (ACTUALIZAÇÃO), respectivamente p. 959 e p. 327 e ss.



novos valores que se interessassem por ambientes e paisagens da distante realidade tropical. Neste sentido, concorreu por diversas vezes, tendo conseguido obter um primeiro prémio em 1930, conjuntamente com Francisco Toscano, com a obra *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*. Nos anos anteriores, de 1929 e 1928, obtivera o segundo prémio deste mesmo Concurso, respectivamente com as obras *Oiro Africano e África Misteriosa*. Para além destas obras, Julião Quintinha editara, entre outras, mais as seguintes: *Vizinhos do Mar*, 1921; *Terras de Fogo*, 1923; *Cavalgada de Sonho*, 1924; *Terras do Sol e da Febre*, 1932; *Novela Africana*, 1933; *Imagens da Actualidade*, 1933<sup>1840</sup>.

- **Júlio Dantas**, médico, escritor e político, nasceu em Lagos, a 19 de Maio de 1876, e morreu em Lisboa, a 25 de Maio de 1962. Os primeiros estudos foram feitos no Colégio Militar, donde transitou para um liceu de Lisboa para realizar os exames de grego e alemão. Ingressou depois na Escola Médico-Cirúrgica, onde viria a concluir, no ano de 1899, o curso de Medicina. No ano seguinte faria a defesa da sua tese intitulada *Pintores e Poetas de Rilhafoles* e em 1902 foi nomeado médico do Exército. Em 1909 foi nomeado professor e director da secção de arte dramática do Conservatório Nacional e, em 1912, indigitado para o lugar de inspector das Bibliotecas e Arquivos, funções que desempenharia durante trinta e quatro anos. A par da carreira de médico e de funcionário público, à semelhança de outras figuras das letras da Monarquia e da República, também Júlio Dantas se dedicaria à política, tendo sido parlamentar durante quatro legislaturas (em 1905, 1918, 1921 e 1926), ministro por quatro vezes (duas em 1920, na pasta da Instrução Pública, em Governos presididos por António Granjo e Álvaro e Castro; outras duas, em 1921 e 1923, no ministério dos Negócios Estrangeiros, dos Governos respectivamente de Cunha Leal e Ginestal Machado).

Presidente do Directório do Partido Nacionalista foi seu representante no Senado. Aproximara-se depois das correntes mais conservadoras geradas após o 28 de Maio de 1926. Foi aliás como colaborador da «política de espírito» do Estado Novo que Júlio Dantas desempenhara várias missões no estrangeiro, em representação do Governo português, nomeadamente nas diligências que fizera desde 1934 em Genebra, como membro da Comissão de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações e como elemento que presidiu à delegação que se deslocou ao Brasil em 1941 para agradecer

---

<sup>1840</sup> Fernanda Frazão e Maria Filomena Boavida, «Quintinha, Julião (1886-1968)» in *Pequeno Dicionário de Autores da ...*, p. 336.

àquele país a participação nas comemorações Centenárias de 1940, visita aliás que o *Boletim Geral das Colónias* dera relevo, à semelhança de outros órgãos de comunicação social da altura<sup>1841</sup>.

**-Lourenço Caldeira da Gama Lobo Cayolla**, oficial do Exército, professor e jornalista, nasceu em Campo Maior, Portalegre, a 21 de Junho de 1863, e morreu em Lisboa, a 31 de Julho de 1935. Depois do ensino secundário, ingressou na Escola do Exército onde tirou a especialidade de Artilharia, tendo seguido uma carreira militar que o levou ao posto de coronel, lugar em que passaria à reforma. Paralelamente, iniciou uma carreira política em 1897, em pleno final da Monarquia, tendo sido deputado pelo Partido Progressista em várias legislaturas. Com o advento da República faria um interregno na sua actividade político-partidária, só voltando a demonstrar interesse pela causa cívica, quando se filiou na União Nacional.

Como jornalista trabalhou na redacção dos jornais *Era Nova* e *Jornal da Noite* e foi director do *Correio da Noite* e secretário-geral do *Diário de Notícias*. Exerceu ainda actividade docente na Escola Superior Colonial, onde regeu a disciplina de «Colonização», tendo-lhe sido concedido o título de «professor honorário», quando se jubilou. Conferencista emérito proferiu muitas palestras de âmbito colonial em inúmeras instituições científicas e académicas, destacando-se, entre elas, a Escola Politécnica, a Escola Superior Colonial e a Sociedade de Geografia de Lisboa. Para as edições da Agência Geral das Colónias escreveu vários livros sobre a temática colonial, nomeadamente *Marracuene*, 1935; *Sá da Bandeira*, 1935; *António Enes*, 1936; *Antologia Colonial Portuguesa – Política e Administração* («A educação dos indígenas, dos colonos e dos funcionários coloniais»), 1946. Destacaram-se ainda as «crónicas coloniais» que mensalmente assinava no *Boletim Geral das Colónias*<sup>1842</sup>.

**- Luís José de Pina Guimarães**, mais conhecido por Luís de Pina, médico, professor e historiógrafo, nasceu em Lisboa, a 24 de Agosto de 1901, e morreu no Porto, a 29 de Abril de 1972. Depois dos primeiros estudos, frequentou os liceus centrais de Braga e de Guimarães, mudando-se depois para Coimbra onde fizera os preparatórios para o ingresso

---

<sup>1841</sup> Patrícia Esquível, «Dantas, Júlio (1876-1962)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume I, Letras «A-L», pp. 251-252.

<sup>1842</sup> Vide «Caiola (Lourenço Caldeira da Gama Lobo)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 5, Letras BRAG / CARR, p. 413.

no curso de Medicina. Entraria neste mesmo curso, no Porto, onde se viria a licenciar em Julho de 1927. Quatro meses após o curso, foi nomeado segundo assistente do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina, iniciando uma carreira que o levaria em 1929 a chefe dos Serviços da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil. Em 1930, por proposta do Conselho Escolar da Faculdade de Medicina, viria a doutorar-se com uma tese que intitulou *Vimaranes*. Em 1937, recebeu um dos mais reputados prémios com o nome de uma das personalidades mais respeitadas do colonialismo português de final do século XIX, António Enes, prémio que lhe foi concedido pelo Secretariado de Propaganda Nacional para distinguir um dos muitos livros que escreveu e que se intitulava *Em Verdade Vos Digo*.

No mesmo ano, foi premiado pelo XI Concurso de Literatura Colonial, da Agência Geral das Colónias, com a obra *As Ciências na História do Império Colonial Português (século XV ao século XIX)*, obra que viria a ser publicada pelos *Anais* da Faculdade de Ciências do Porto. Deputado na 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> legislatura da Assembleia Nacional, entre os anos de 1938 e 1946, catedrático de «História da Medicina», da Universidade do Porto, presidente da Câmara do Porto por nove meses, no ano de 1949, procurador à Câmara Corporativa, este cientista e também político publicou cerca de trezentos trabalhos, muitos deles ligados à história da Medicina, à antropologia física e cultural de muitas das principais parcelas do Império ultramarino português.

Nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar editou diversos livros e separatas sobre aspectos científico-culturais dos trópicos, salientando-se as seguintes obras: «Os portugueses e a exploração científica do Ultramar» in *Alta Cultura Colonial*, 1936; «Os Portugueses e o Conhecimento Científico da Etiópia» in *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo – Os Portugueses no Oriente*, 1938; «Contribuição dos Portugueses Quinhentistas para a História da Medicina no Oriente» in *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo – Os Portugueses em África*, Volume 3.º, 1938; «Domínio Filipino e Restauração» in *1.º Curso de Férias para Estudantes Ultramarinos*, 1963<sup>1843</sup>.

- **Luís Schwalbach**, professor e escritor, de seu nome completo Luís Filipe de Lencastre Schwalbach Lucci, nasceu em Lisboa, a 28 de Abril de 1888, e morreu na mesma cidade, a 4 de Fevereiro de 1956. Bisneto do visconde de Setúbal, general João Schwalbach, e filho

---

<sup>1843</sup> Vide «Pina, Luís de» in *Portugal Século XX...*, p. 240.

do dramaturgo e jornalista Eduardo Schwalbach, Luís Schwalbach frequentou o Curso Superior de Letras de Lisboa onde se licenciou, iniciando depois uma carreira de docência no Ensino Secundário, nos Liceus de Pedro Nunes e Passos Manuel e nalgumas Escolas Técnicas. Posteriormente ingressaria no Ensino Superior, tendo sido professor catedrático da Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa. Nessa mesma instituição exerceria outros cargos de relevância, nomeadamente o de director, secretário e bibliotecário.

Desempenhou ainda o lugar de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, de elemento das comissões de programas para o ensino liceal, de presidente do júri dos exames de aptidão às Faculdades de Letras. Publicou inúmeras obras e artigos, nomeadamente no *Boletim Geral das Colónias*, muitas deles relacionados com a geografia da metrópole e das colónias portuguesas<sup>1844</sup>.

- **Luís Wittnich Carrisso**, botânico, professor e colonialista, nasceu na Figueira da Foz, a 14 de Fevereiro de 1866, e morreu no deserto de Moçâmedes, a 14 de Junho de 1937. Licenciado em Filosofia, pela Universidade de Coimbra, Luís Carrisso viria a doutorar-se mais tarde em 1911, em Ciências Histórico-Naturais, pela mesma Universidade, com uma dissertação sobre *Os materiais para o estudo do plâncton da costa de Portugal*. Titular da cátedra de Botânica naquela Universidade, foi ainda director do Instituto e do Jardim Botânico e presidente da Sociedade Broteriana tendo nessa qualidade desenvolvido uma laboriosa investigação da flora portuguesa, nomeadamente da flora tropical. Além disso, o entusiasmo por esta colónia possibilitara que se realizasse em 1929, sob a responsabilidade dele próprio e do professor Maximino Correia, a chamada «Missão Académica», verdadeira embaixada universitária de boas vontades, constituída por vinte professores e estudantes das diversas escolas superiores da Metrópole, que servira para reforçar o interesse e o gosto pelo património ultramarino. Paralelamente, à função de investigador e de professor, desempenhou cargos de responsabilidade académica e cívica, como o de reitor da Universidade de Coimbra, presidente da Câmara desta cidade, membro do Conselho do Império Colonial.

Publicou, entre outras, as seguintes obras relacionadas com a problemática cultural e científica do Ultramar: *A Missão Botânica da Universidade de Coimbra à colónia de Angola em 1927, 1932*; *Função colonial das Missões religiosas, 1933*; *Ocupação científica das colónias portuguesas, 1934*. Na Agência Geral das Colónias editou os seguintes

---

<sup>1844</sup> Vide «Schwalbach (Luís)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 27, Letras SANCH /SEARE, p. 898.

títulos: «A flora e a protecção da natureza» in *Alta Cultura Colonial* (em colaboração), 1936; *Conspectus Florae Angolensis*, 1937; «O Conhecimento da Flora e o Progresso da Agricultura Colonial» e «O Problema Colonial Perante a Nação» in *Antologia Colonial Portuguesa. Política e Administração*, 1946<sup>1845</sup>.

- **Manuel Alves da Cunha**, religioso e colonialista, nasceu em Chaves, a 8 de Julho de 1872, e morreu em Luanda, a 4 de Julho de 1947. Licenciado em Teologia, pela Universidade de Coimbra, embarcou em 1901 para Angola como secretário do bispo titular desta colónia, D. António Gomes Cardoso. Com empenho e capacidade para resolver problemas delicados entre a Igreja e o Estado, teve um papel decisivo na diocese de Luanda, depois da retirada do bispo D. João de Lima Vidal em 1914, altura em que vigorava já a Lei da Separação instituída pelo regime laico de Lisboa. Embora esta lei que subalternizava a Igreja já estivesse em vigor na Metrópole e Colónias, monsenhor Alves da Cunha conseguiu em Angola não só contrariá-la, como também com a ajuda dos padres do Espírito Santo implementar a rede missionária e manter na diocese muitos dos elementos do clero que para ali tinham ido ainda no tempo da Monarquia.

Com o advento da Ditadura Militar, o ministro das Colónias João Belo chamou-o a Lisboa para colaborar com o Ministério que dirigia, tendo-o encarregado de proceder à elaboração da reforma do Estatuto Orgânico das Missões, tarefa que acabou por não se concretizar devido à morte deste ministro. Regressado, entretanto, a Angola ao lugar de vigário capitular, teve um papel decisivo aquando da sublevação do secretário do Alto-Comissário Filomeno da Câmara, que levaria à demissão do mais alto responsável desta colónia. Depois da instituição do Estado Novo e da chegada do novo bispo D. Moisés Alves de Pinho em 1933, o cónego Alves da Cunha continuou a coadjuvar na administração do arcebispado de Angola e na orientação das principais missões católicas deste território até à sua morte em 1947.

Como perito da problemática missionária e ainda como uma das principais autoridades religiosas que melhor conheciam Angola, tivera nesta primeira metade do século XX um papel preponderante na sociedade local, como se poderá demonstrar por alguns artigos que escreveu para o periódico da Agência Geral das Colónias,

---

<sup>1845</sup> Vide «Carriso, Luís Wittnich» in *Portugal Século XX*, p. 74.

nomeadamente um sobre «As missões católicas em Angola e a sua notável acção colonizadora», divulgado pelo *Boletim* n.º 174, de Dezembro de 1939<sup>1846</sup>.

- **Manuel Dias Belchior**, professor e colonialista, nasceu em São Brás de Alportel, Faro, a 1 de Março de 1911, e morreu em Oeiras, em 1993. Depois dos estudos secundários, foi para Moçambique onde desempenhou funções de administração. Entretanto, diplomara-se com o curso de altos estudos da antiga Escola Superior Colonial com um trabalho final, que seria premiado. Depois de licenciado pelo Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, da Universidade Técnica de Lisboa, exerceria mais tarde funções na Junta de Investigações do Ultramar e a docência na Escola onde estudara, fazendo posteriormente em França investigação em assuntos africanos.

Com uma obra resultante de investigação feita sobre a sua experiência africana para os trabalhos académicos, os principais títulos publicados foram: *A Missão de Portugal em África*, 1959; *Grandeza Africana*, 1963; *Fundamentos para uma Política Multicultural em África*, 1966. Nas edições da Agência Geral do Ultramar, entre outros, publicara, em 1951, o ensaio *Compreendamos os Negros*, premiado com o prémio Abílio Lopes do Rego<sup>1847</sup>.

- **Manuel Gonçalves Cerejeira**, prelado e professor, nasceu na freguesia de Santa Marinha de Lousado, Vila Nova de Famalicão, a 29 de Novembro de 1888, e morreu em Lisboa, a 1 de Agosto de 1977. Começara por fazer os estudos secundários nos liceus de Guimarães, (1899-1905), e *Alexandre Herculano*, do Porto (1905-1906). Posteriormente, ingressou em 1906 no Seminário Conciliar de Braga onde frequentou o curso teológico até 1909, matriculando-se depois na Faculdade de Teologia, instituição na qual acabaria por se licenciar no ano de 1912. Convidado a integrar o corpo docente da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, começaria por reger a disciplina de «História Medieval», ao mesmo tempo que preparava já a tese de doutoramento, que concluiu dois anos depois em 1918, com uma temática sobre *O Renascimento em Portugal – Clenardo*.

Em paralelo com a sua vida universitária, iniciara também em Coimbra a sua colaboração em jornais católicos como a *Palavra* em 1909, e o *Imparcial* em 1912, e a sua militância política no *Centro Académico de Democracia Cristã*, onde participou com

---

<sup>1846</sup> Vide «Alves da Cunha (Cónego)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 2, Letras ALMA / APUA, p. 224.

<sup>1847</sup> Vide «Belchior, Manuel Dias» in *Portugal Século XX*, p. 47.

outros correligionários como Francisco Veloso, Oliveira Salazar e Pacheco de Amorim. Em 23 de Março de 1928 foi indicado para o episcopado, com o título de arcebispo de Mitilene, tendo tomado posse a 20 de Agosto do mesmo ano, como vigário-geral do Patriarcado. Um ano depois, por morte do bispo titular D. Mendes Belo, a 5 de Agosto de 1929 era eleito pelo cabido de Lisboa vigário-capitular. Seis meses depois, a 18 de Novembro, foi escolhido para Patriarca de Lisboa, e por consequência elevado a Cardeal, tomando posse, a 22 de Janeiro de 1930, e entrando solenemente na Sé de Lisboa, a 2 de Fevereiro do mesmo ano. O cardeal Cerejeira conseguira quatro anos antes que, em Maio de 1967, o papa Paulo VI visitasse Portugal, a propósito do 50.º aniversário das aparições de Fátima. Ainda como curiosidade deveremos ressaltar que a Universidade de Coimbra, instituição a cujo corpo docente pertencera a partir de 1916, não se esquecera do seu 70.º aniversário e, no dia 29 de Novembro de 1958, data em que se assinalara essa efeméride, convidou-o a proferir a última lição como professor catedrático desta instituição e que versou o tema «A condição do cristão na construção histórica do mundo».

Entretanto, os seus principais escritos foram compilados em sete volumes a que foi dado o nome de *Obras Pastorais*, 1965-1970. Publicara ainda outras obras, algumas delas que tinham a ver com a sua actividade como professor universitário. Destacaremos as seguintes: *O Renascimento em Portugal – Clenardo*, dois volumes, 1917-1918; *Do valor histórico de Fernão Lopes*, 1925; *A Idade Média*, 1936; *Vinte Anos de Coimbra*, 1943; *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, 1953; *Na Hora do Diálogo*, 1967. No periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar publicou artigos sobre as missões, as comemorações históricas e o centenário do falecimento de S. Francisco Xavier, apóstolo das Índias<sup>1848</sup>.

- **Manuel Maria Sarmiento Rodrigues**, oficial de Marinha, professor e colonialista, nasceu a 15 de Junho de 1899, em Freixo de Espada à Cinta, e morreu em Lisboa, a 1 de Agosto de 1979. Depois de ter feito os primeiros estudos na terra natal, frequentou o liceu de Bragança até 1917. Ingressou depois na Universidade de Coimbra onde fizera os preparatórios para a Escola Naval, que frequentara a partir de Agosto de 1918, até concluir o curso em 1921. Iniciara a partir desse momento uma carreira militar que o levaria a embarcar no cruzador *República* para patrulhar os mares do arquipélago dos Açores e no ano seguinte a bordo do mesmo navio deu apoio à travessia aérea do Atlântico-Sul

---

<sup>1848</sup> Manuel Braga da Cruz, «Cerejeira, Manuel Gonçalves (1888-1977)» in *Dicionário de História do Estado...*, vol. I, Letras «A-L», pp. 142-143. Ainda, D. José da Cruz Policarpo, *Cardeal Cerejeira-Fotobiografia*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, 157 pp.

realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Em 1925 foi nomeado ajudante-de-campo do Governador-Geral da Índia Mariano Martins, onde permaneceu até ao início do ano de 1926. Regressou à Europa no navio *Pêro de Alenquer*, seguindo para os Açores onde foi dar apoio às vítimas do terramoto do Faial. Depois partiria para uma longa viagem que o levaria a visitar todas as possessões africanas e asiáticas portuguesas, e ainda os territórios de Ceilão, Singapura, Filipinas, Hong-Kong e Xangai.

No regresso à Europa, em 1928 secretariou durante alguns meses o ministro da Marinha, Quintão Meireles, até que em 1929 voltou ao mar como comandante da canhoneira *Faro*. No ano de 1931 foi promovido ao posto de 1.º tenente, tendo viajado para Moçambique onde foi colocado como capitão do porto do Chinde. Em 1941, assumiu em Ponta Delgada o comando do contratorpedeiro *Lima*, em pleno auge da guerra submarina, tendo nesse período conturbado da história da Europa procedido à busca e salvamento de 110 passageiros do paquete inglês *Avila Star*, atingido em 1942 pelo fogo alemão, e em 1943 de mais de uma centena de náufragos de dois navios americanos. Em 1945 foi nomeado pelo ministro das Colónias Marcello Caetano governador da Guiné, cargo que desempenhou entre 1945 e 1949. A 20 de Janeiro de 1949, pediu a demissão do lugar de governação que ocupava há quatro anos e regressou à Metrópole ao seu lugar de oficial no Estado-Maior Naval.

Em Maio de 1949 foi entretanto nomeado professor da Escola Superior Colonial, tendo sido eleito no mesmo ano deputado à Assembleia Nacional, pela colónia de Moçambique. Na remodelação ministerial que o Presidente do Conselho procedeu, a 2 de Agosto de 1950, foi designado para responsável do ministério das Colónias. Como ministro estivera durante cinco anos, entre 1950 e 1955, num período crucial de reformas da política colonial portuguesa, nomeadamente as encetadas a partir de 1951, num tempo em que pretendia defender os interesses imperiais de Portugal, face aos ideais anticolonizadores que haviam saído do pós Segunda Guerra Mundial. Em 1961 foi indigitado para Governador-Geral de Moçambique, cargo que acumulou com o de comandante-em-chefe das Forças Armadas até ao ano de 1964.

Publicou vários artigos e obras sobre a realidade colonial designadamente nas edições da Agência Geral das Colónias/ULTRAMAR: *No Governo da Guiné*, 1949; *Exposição de Arte Sacra Missionária (Discursos)*, 1951; *Portugal na Índia*, 1954; *Aos Portugueses da Índia*, 1955; *Unidade da Nação Portuguesa* (Volumes I e II), 1956; *Cinco Anos no Ministério do Ultramar*, 1956; *Evolução Recente da Política Africana*, 1960; *Discurso de*



*Posse. Proferido em 31-5-1961, 1961; Aos Estudantes de Moçambique. Discurso pronunciado em 25-8-1962, no Clube de Lourenço Marques, 1962; Presença de Moçambique na Vida da Nação (Volume I e II), 1964*<sup>1849</sup>.

- **Manuel Múrias**, jornalista e político, nasceu em Carrazeda de Ansiães, Bragança, a 3 de Abril de 1900, e morreu em Lisboa, a 24 de Julho de 1960. Licenciado em Filologia Românica, pela Universidade de Lisboa, aderiu desde novo aos ideais do integralismo lusitano e foi membro do Movimento Nacional-Sindicalista e do seu Grande Conselho. Como jornalista começou por fazer parte da direcção, sucedendo a António Sardinha, do órgão do movimento conservador que «abraçara», a *Nação Portuguesa*. Pertenceu ainda à redacção de outros jornais como a *Época* e a *Voz*, dirigiu a revista *Ocidente*, o semanário *Ação* e os diários *Revolução Nacional* e *Diário da Manhã* (1943-1956). Dissidente do grupo integralista dos «Camisas Azuis», aderiu posteriormente aos ideais do Estado Novo, tendo desempenhado várias funções políticas dentro do regime salazarista. Assim, começou por ser deputado à Assembleia Nacional a partir de 1942, membro das Comemorações Centenárias, secretário-geral da comissão organizativa do Congresso do Mundo Português, secretário da Junta de Educação Nacional, director do Arquivo Histórico Ultramarino.

Nas edições da Agência Geral das Colónias publicou vários artigos e livros sobre a história colonial portuguesa, salientando-se os seguintes: *Travessia da África do Dr. Lacerda e Almeida (Introdução e notas de)*, 1936; *Portugal e o Tráfico da Escravatura*, 1938; *Cabo Verde. Memória Breve*, 1939; *Moçambique. Memória Breve*, 1939; *A Restauração e o Império Colonial Português*, 1940; *História Breve da Colonização Portuguesa*, 1940; *Consequências Imediatas da União com a Espanha na Decadência do Império Colonial Português*, 1940; *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*, 1941; *O Descobrimento do Brasil*, 1942; *Instruções para o Bispo de Pequim e Outros Documentos para a História de Macau. (Prefácio de)*, 1943; *Caldas Xavier*, 1944; *Ásia, de João de Barros. 1.ª Década; 2.ª Década; 3.ª Década; 4.ª Década*, 1945-1946<sup>1850</sup>.

---

<sup>1849</sup> Luís Manuel Farinha, «Rodrigues, Manuel Maria Sarmiento (1899-1979)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», p. 851.

<sup>1850</sup> Luís Nuno Rodrigues, «Múrias Jr, Manuel Maria (1900-1960)» in *Dicionário de História do Estado...*, vol. II, Letras «M-Z», p. 646.

- **Marcello Caetano**, de seu nome completo Marcello José das Neves Alves Caetano, professor universitário, político e colonialista, nasceu em Lisboa, a 17 de Agosto de 1906, e faleceu no Rio de Janeiro, a 26 de Outubro de 1980. Licenciado em Direito, pela Universidade de Lisboa em 1927, foi o primeiro professor a doutorar-se em 1931 nesta Universidade portuguesa, na especialidade de Ciências Político – Económicas. Professor das cadeiras de «Direito Administrativo», «Direito Penal», dos Cursos de Administração Colonial e Direito Corporativo, redigiu o projecto de Código Administrativo de 1936 e publicou ainda o primeiro Tratado de Direito Administrativo. Entre 1929 e 1934 foi auditor jurídico do ministério das Finanças, vogal do Conselho do Império Colonial, e, desde 1936, vogal da Direcção do Instituto para a Alta Cultura. Foi nomeado a 14 de Agosto de 1940 comissário nacional da Mocidade Portuguesa, lugar que exerceu até 1944.

Fizera parte da embaixada especial ao Brasil, presidida por Júlio Dantas, em Julho de 1941, na qual se integrou um representante da Agência Geral das Colónias. Procurador à Câmara Corporativa (secção de Administração Pública), na legislatura de 1942 – 1946, foi também seu vice-presidente, entre 1942 e 1944. Ministro das Colónias, entre Setembro de 1944 e Fevereiro de 1947, exerceu larga actividade durante a sua magistratura em prol das colónias. Em 1950 foi eleito presidente da Câmara Corporativa, e ocupou por nomeação o lugar de ministro da Presidência, entre 9 de Julho de 1955 e 13 de Agosto de 1958. Nomeado reitor da Universidade Clássica de Lisboa, foi membro vitalício do Conselho de Estado e, a partir de 1968, quando Oliveira Salazar adoeceu, até Abril de 1974, foi indicado para o lugar de presidente do Conselho.

Com uma vasta bibliografia, publicou nas edições da Agência Geral das Colónias/Ulamar, entre outros, os seguintes títulos: «Notas para uma Memória sobre o Conselho Ultramarino» in *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Estudos Gerais*, 1938; *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império*, 1943; *Alguns Discursos e Relatórios. Viagem Ministerial a África em 1945*, 1946; *As Campanhas de Moçambique em 1895 Segundo os Contemporâneos*, 1947; *Tradições, Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*, 1951. O *Boletim Geral do Ultramar* consagraria um número especial em Abril de 1969 à visita que fizera às províncias ultramarinas da Guiné, Angola e Moçambique<sup>1851</sup>.

---

<sup>1851</sup> Fernando Rosas, «Caetano, Marcelo José das Neves Alves (1906-1980)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», pp. 110-112.

- **Mário Augusto da Costa**, oficial do Exército, escritor e colonialista, nasceu no Porto, a 16 de Abril de 1893, e morreu em Lisboa, a 15 de Outubro de 1968. Depois dos primeiros estudos, inscreveu-se entre 1914 e 1915 na Escola de Correios e Telégrafos, passando depois a frequentar no ano imediato o curso de infantaria na Escola de Guerra. Promovido a alferes, Mário Costa seguiria em 1917 para França integrado nas forças do Corpo Expedicionário Português, onde participou em várias batalhas com os alemães, tendo recebido louvores pela forma como se bateu em combate, nomeadamente na batalha de La Lys, em 9 de Abril de 1918. Depois de terminada a Primeira Guerra, embarcou para Moçambique onde desempenhou várias funções militares e civis. Em 1941 passou à situação de reserva no posto de capitão do Exército, motivo que não impediria Mário Costa de continuar a desempenhar outros cargos na função pública e nas empresas privadas, tendo nesse ano de 1941 sido nomeado inspector administrativo da Guiné e de Angola. Em 1946 foi indigitado governador de Malange, passando em 1947 a exercer as mesmas funções no Congo, ambas divisões administrativas de Angola. Doze anos depois, em 1959, foi indigitado para o lugar de inspector superior da Administração Ultramarina. Nos últimos anos de vida, foi administrador da Companhia de Diamantes de Angola.

A par das suas funções profissionais, Mário Costa ainda produzira uma vasta obra bibliográfica, nomeadamente sobre Moçambique. Assim, publicou alguns títulos nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar, dos quais destacaremos: *Bibliografia Geral de Moçambique (Contribuição para um Estudo Completo)*, 1946; *Caldas Xavier. Três Vezes Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito*, 1962. No seu periódico divulgou artigos sobre a demografia e a história desta colónia da África Oriental<sup>1852</sup>.

- **Mateus Moreno**, oficial do Exército, escritor e colonialista, nasceu em Faro, Algarve, a 27 de Setembro de 1892, e morreu em Lisboa, a 19 de Maio de 1970. Após os primeiros estudos primários e secundários, entrou na Escola do Exército, na arma de Artilharia. Assentaria praça em 1913 e seria promovido a alferes, quatro anos depois, em 1917. Quando Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial seguiu para França, onde ainda combateu. Regressado à Metrópole seria posteriormente mobilizado para Angola. Nessa possessão comandou um destacamento na região da Huíla, fundou um pequeno museu militar, criou um boletim informativo, *o Escuteiro da Huíla*, foi professor do Liceu Diogo Cão e colectou espécies botânicas angolenses para a Sociedade Broteriana de Coimbra. Em

---

<sup>1852</sup> Vide «Costa (Mário Augusto da)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volumes 7 e 39, Letras COCAI / CRECI e BE/LI (APÊNDICE), respectivamente pp. 886 e 404.

1939 foi transferido para a Direcção-Geral Militar das Colónias, como chefe de secção e promotor de Justiça do Conselho Superior da Disciplina Militar Colonial. Três anos depois, em 1942, foi promovido ao posto de major, passando a integrar o corpo docente do Colégio Militar, instituição onde se conservou até Dezembro de 1945, altura em que partiu novamente para Angola, para desempenhar as funções de director da Casa da Metrópole.

Em 1950, já na Metrópole, foi o responsável pela exposição que a Sociedade de Geografia de Lisboa promoveu para comemorar as suas bodas de «diamante». Fundou e dirigiu em Faro, no ano de 1911, o semanário académico *A Mocidade*, que se publicou até 1913. Em 1945 criou e dirigiu em Luanda a colecção dos cadernos coloniais *Portugal Maior*. Teve colaboração em múltiplos periódicos do Algarve, de Lisboa e de Angola. Nas edições da Agência Geral das Colónias publicou em 1945 o livro *Fastos Militares da Ocupação do Sul de Angola*. No periódico da mesma instituição editou, entre outros, o artigo «Soldados de Angola», no *Boletim* n.º 184, de Outubro de 1940<sup>1853</sup>.

- **Óscar Freire de Vasconcelos Ruas**, oficial do Exército e colonialista, nasceu em Viseu, Beira Alta, a 11 de Março de 1899. Depois do ensino primário, frequentaria entre 1909 e 1916 o ensino secundário no Colégio Militar em Lisboa. Posteriormente, durante dois anos tiraria na Escola de Guerra o curso de Infantaria, tendo sido promovido ao posto de alferes, em Fevereiro de 1918. Em Agosto desse ano, foi mobilizado para França, no Corpo Expedicionário Português, onde a sua acção no segundo grupo de Metralhadoras lhe valeria um primeiro louvor. Com o final da Guerra regressou a Portugal, tendo entretanto sido promovido ao posto de tenente, em Fevereiro de 1922, e desempenhado o lugar de ajudante-de-campo de oficiais generais das Divisões Militares de Viseu e de Lisboa. Com o 28 de Maio de 1926 o tenente Ruas passara entretanto, entre Maio de 1926 e Outubro de 1927, a integrar o gabinete do ministro da Guerra. Em 1927 foi colocado em Timor onde exerceria várias funções, nomeadamente a de comandante militar de Viqueque e Ocussi, e a de director do Fomento da mesma colónia, tendo promovido nesses lugares o aparecimento de algumas infra-estruturas que melhoraram a qualidade de vida quer dos autóctones, quer dos colonos.

Em 1932, no início do Estado Novo, Óscar Ruas foi transferido de Timor para a Guiné, tendo assumido o comando da Polícia Militar e mais tarde haveria mesmo de presidir aos destinos da autarquia da cidade de Bissau. No mês de Junho de 1946, o então

---

<sup>1853</sup> Vide «Moreno (Mateus)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volumes 17 e 40, Letras MERMO / MOURA e LI/ZZ (APÊNDICE), respectivamente p. 877 e p. 168.

já capitão Ruas, desde Março de 1938, fora entretanto nomeado encarregado do Governo e depois governador de Timor. Em 1959, antes de terminar a sua vida de funcionário colonial, ainda aceitou um último desafio de se responsabilizar pela governação do distrito de Gaza, no sul de Moçambique. No periódico da Agência Geral das Colónias/Ultramar publicou artigos sobre a actividade exercida nas diversas parcelas do Império, nomeadamente como governador de Timor<sup>1854</sup>.

- **Quirino Avelino de Jesus**, funcionário público, jornalista e colonialista, nasceu em S. Pedro do Funchal, Madeira, a 10 de Novembro de 1855, e morreu em Lisboa, a 3 de Abril de 1935. Licenciado em Direito, pela Universidade de Coimbra, entraria depois para funcionário da Caixa Geral de Depósitos onde ascendeu à categoria de chefe da Contabilidade. Desde muito cedo que mostraria propensão para a actividade do jornalismo, tendo em 1890, em pleno período de crise do Ultimato, iniciado a sua carreira de publicista como colaborador e depois director de um jornal católico intitulado *Correio Nacional*. Em 1894 fundara a revista *Portugal em África* que teorizava sobre a importância desse continente para os interesses portugueses. Mais tarde foi enviado pelo Governo republicano em missão de serviço a Angola, onde estudou localmente os principais problemas financeiros. Político conservador, começara a sua actividade como deputado pelo Partido Regenerador em 1900, e mais tarde integrara nas mesmas funções parlamentares o pequeno Partido Nacionalista, de Jacinto Cândido.

Com a Ditadura Militar, após 1926, e com o advento de Oliveira Salazar tornar-se-ia um incondicional daquele político, a ponto de se ter transformado na «eminência parda» do regime do Estado Novo e colaborado na definição dos principais documentos do regime: «Acto Colonial», de 1930; «Estatutos da União Nacional», de 1932; «Projecto da Constituição», de 1933. Ainda colaborou na preparação de alguns dos mais importantes discursos do Presidente do Conselho, nos seus primeiros momentos políticos e publicou alguns artigos e livros sobre a realidade portuguesa, designadamente no periódico da Agência Geral das Colónias<sup>1855</sup>.

---

<sup>1854</sup> Vide «Ruas (Óscar)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 26, Letras RODRI / SANCH, pp. 331-332.

<sup>1855</sup> Vide Fernando Rosas, «Jesus, Quirino Avelino de (1855-1935)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume I, Letras «A-L», pp. 497-498.

- **Raúl Jorge Rodrigues Ventura**, professor universitário, político e colonialista, nasceu em Lisboa, a 19 de Outubro de 1919, e morreu em 1999. Depois de frequentar o Liceu Passos Manuel, entrou na Universidade de Lisboa, onde concluiria o curso de Direito, no ano de 1941. Três anos depois, viria a fazer o doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas, sendo no ano de 1945, contratado como professor extraordinário da Faculdade de Direito de Lisboa, onde ascenderia à situação de catedrático, após as provas públicas efectuadas em 1947. A par da sua actividade docente, exerceria ainda outros cargos na função pública, nomeadamente como agente do Ministério Público junto do Tribunal de Trabalho de Setúbal, chefe de Repartição do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e secretário do subsecretário das Corporações e da Assistência Social. Para além destas funções, Raul Ventura dedicou parte da sua vida aos temas ultramarinos, começando por ser um dos elementos da Comissão Técnica de Assuntos de Trabalho Ultramarinos, do *Bureau International du Travail*. Entre Fevereiro de 1953 e Julho de 1955, desempenhou as funções de subsecretário de Estado do Ultramar, lugar que o catapultaria a responsável por esta pasta, entre Julho de 1955 e Agosto de 1958.

Ao chegar ao lugar maior da gestão do património ultramarino, no período do pós Segunda Guerra Mundial, Ventura encontrara um Ministério em reestruturação, tendo em vista a adequação aos novos ventos que sopravam do Exterior. Essas mudanças haviam começado com a promulgação da «Lei Orgânica do Ultramar Português» e com a aprovação do plano quinquenal de 1953 inserido no «I Plano de Fomento» traçado para as províncias ultramarinas. No periódico da Agência Geral do Ultramar publicara artigos relacionados com a sua actividade política, nomeadamente como responsável por uma tutela que geria assuntos tão melindrosos, como eram os da questão colonial.<sup>1856</sup>.

- **Raúl Manso Preto**, oficial do Exército, médico e político, de seu nome completo Raúl de Antas Manso Preto Mendes Cruz, nasceu em Digueifel, Oliveira do Hospital, a 8 de Maio de 1893, e morreu em Lisboa, a 31 de Dezembro de 1945. Fez os estudos secundários no Liceu Central de Coimbra e os preparatórios para o curso de Artilharia na Faculdade de Ciências, da Universidade da mesma cidade. Posteriormente ingressara na Escola do Exército, onde concluíra em Maio de 1916 o curso de Artilharia. Promovido a alferes, embarcou em Setembro de 1918, já no posto de tenente, para França, para participar na Primeira Guerra Mundial, integrado no batalhão do Corpo Expedicionário Português.

---

<sup>1856</sup> Vide João Carlos Paulo, «Ventura, Raul Jorge Rodrigues (n. 1919)» in *Dicionário de História do Estado...*, Volume II, Letras «M-Z», pp. 1003-1004.

Tendo participado no movimento sidonista de 5 de Dezembro de 1917, fazia parte da corrente conservadora do Exército que seria aproveitada mais tarde pelo regime do Estado Novo para exercer cargos de confiança política, como o de governador civil de Évora e de Timor, tendo para esta possessão sido nomeado pelo ministro das Colónias, Armindo Monteiro, em 23 de Maio de 1933.

Uma semana depois da sua nomeação, o major Manso Preto participava já como governador de Timor na Conferência dos Governadores Coloniais iniciada em Lisboa no dia 1 de Junho de 1933, tendo nesse evento de alto significado político para o regime do Estado Novo produzido um discurso que foi transcrito pelo *Boletim Geral das Colónias* n.º 97, número especial de Julho de 1933, dedicado a este congresso com os diversos representantes do Império.<sup>1857</sup>

- **Ruy de Sá Carneiro**, engenheiro, político e colonialista, nasceu em Lisboa, a 26 de Julho de 1899, e morreu, na mesma cidade, a 25 de Abril de 1963. Depois dos estudos secundários, inscreveu-se no curso de Engenharia Civil, do Instituto Superior Técnico, no ano de 1916, que concluiu em 1921. Em 1922, partiu para Angola onde fora colocado no quadro de Obras Públicas e Minas, tendo desempenhado várias funções nesse organismo oficial, ente as quais destacaremos as de chefe da Repartição Técnica de Hidráulica, director dos Serviços de Indústria e Minas e director das Obras Públicas, a partir de 1928. A par das actividades técnicas e profissionais, desempenharia nesta possessão da África Ocidental outras funções, algumas delas de carácter político. Assim, começaria por ser o representante em 1926 do Governo português junto da empresa encarregue da reconstrução do caminho-de-ferro de Luanda. Depois foi ainda vogal do Conselho Legislativo, vogal do Conselho Superior de Estatística, delegado de Angola em 1936 à Conferência Económica do Império, presidente da delegação do Império Colonial Português às Conferências de Telecomunicações realizadas no Egipto em 1938. Acabada a sua missão em Angola, regressou em 1936 à Metrópole, tendo nessa altura sido colocado como chefe interino da Repartição de Obras Públicas, Portos e Viação da Direcção Geral do Fomento, do ministério das Colónias, cargo que assumiria em 1939. Nesse mesmo ano foi nomeado

---

<sup>1857</sup> Vide «Manso Preto (Raúl)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 16, Letras MALDO / MERMI, p. 138.

secretário-geral do mesmo Ministério, função que acumularia com o de director-geral do Fomento Colonial.

A ascensão político-profissional de Sá Carneiro seria coroada com a designação a 27 de Janeiro de 1943 para o lugar de subsecretário-de-Estado das Colónias, alto cargo que desempenharia até Julho de 1950. Depois da saída deste lugar, ainda exerceria outras funções relevantes no ministério das Colónias, nomeadamente a coordenação dos projectos de construção do Palácio e Museu do Ultramar, entre 1952 e 1955; a chefia da delegação portuguesa às negociações com a Grã-Bretanha, a propósito das fronteiras de Angola e Moçambique com os territórios da Federação das Rodésias e Niassalândia, que culminariam com o acordo diplomático assinado entre os dois países em Lisboa, a 18 de Novembro de 1954; a representação como vogal na Junta de Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar; a presidência da Comissão de Nutrição do Ultramar. Nas edições da Agência Geral das Colónias publicou vários artigos e um livro, em 1947, sobre as *Comemorações Centenárias da Guiné*<sup>1858</sup>.

**-Teodósio Clemente de Gouveia**, religioso e colonialista, nasceu em S. Jorge, Santana, Madeira, a 13 de Maio de 1889, e morreu em Lourenço Marques, Moçambique, a 6 de Fevereiro de 1962. Começou por estudar no Seminário do Funchal, tendo posteriormente partido para França onde continuou os seus estudos eclesiásticos. De Paris transitou para Roma, onde realizou um doutoramento em Teologia e Direito Canónico, na Universidade Gregoriana. A par dos estudos religiosos, efectuou ainda estudos em Ciências Sociais, nas Universidades de Bérghamo (1920) e Lovaina (1921). Com uma «bagagem» cultural tão eclética na sua formação, passara entretanto a consagrar-se à vida religiosa, começando por ser ordenado presbítero, ainda em Roma, a 19 de Abril de 1919. Voltou depois para a sua terra natal, dedicando-se à docência no Seminário, entre 1922 e 1929. Em 1929 foi nomeado vice-reitor do Colégio Português de Roma, e em 1934, ascenderia ao lugar de reitor que exerceria até ser nomeado Bispo de Moçambique, por bula de 18 de Maio de 1936. Em 1941, cinco anos depois da extinção da prelazia de Moçambique, seria indicado pelo papa Pio XII arcebispo de Lourenço Marques. Entre os primeiros trabalhos como responsável pela Igreja de Moçambique foi proceder à conclusão da Catedral. A solene

---

<sup>1858</sup> Vide «Sá Carneiro (Rui de)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volumes 26 e 40, Letras RODRI / SANCH e LI/ZZ (APÊNDICE), respectivamente p. 528 e p. 507.



consagração foi feita a 15 de Agosto de 1944, pelo legado pontifício de Pio XII, o cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

Esta viagem a Moçambique do Patriarca de Lisboa merecera aliás um número especial do *Boletim Geral das Colónias* n.º 234, que se publicou em Dezembro de 1944<sup>1859</sup>. A 18 de Fevereiro de 1946, D. Teodósio de Gouveia foi elevado a Cardeal pelo Consistório Secreto da Santa Sé, tornando-se aos cinquenta e sete anos o primeiro prelado do continente africano a receber o barrete cardinalício. A sua acção neste novo posto foi muito frutuosa, pois durante a sua permanência à frente da Igreja colonial de Moçambique conseguiu criar oito dioceses. Participou ainda no conclave que escolheu a 28 de Outubro de 1958 o papa João XXIII e na inauguração do monumento a Cristo Rei inaugurado em Almada, perante as principais autoridades civis e religiosas do Estado Novo, a 17 de Maio de 1959. Deixou algumas das suas reflexões e homilias publicadas nos artigos e livros das edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar, nomeadamente uma separata com traduções em espanhol, francês e inglês de um artigo *A Voz do Pastor* publicado no *Boletim Geral do Ultramar* N.ºs 434-435, de Agosto-Setembro de 1961<sup>1860</sup>.

- **Teófilo Duarte**, militar e colonialista, nasceu em Oledo, Idanha-a-Nova, a 6 de Outubro de 1898, e morreu em Lisboa, a 16 de Maio de 1958. Frequentou na Universidade de Coimbra os preparatórios para a Escola do Exército. Depois, participou na conspiração chefiada por Machado Santos que eclodiu a 13 de Dezembro de 1916, tendo nessa altura sido preso. Em 1918, foi nomeado governador de Cabo Verde, mas por pouco tempo pois em 1920 foi demitido do Exército por causa das posições políticas tomadas a partir do golpe «Dezembrista» de 1917. Reintegrado, após o movimento militar do 28 de Maio de 1926, exerceu entre 1927 e 1928 o cargo de governador de Timor, situação a que foi buscar a inspiração para escrever *Timor e o Rei de Timor*, obras que apresentou ao «VI Concurso de Literatura Colonial», promovido pela Agência Geral das Colónias, em 1931. Em 1929 foi nomeado vogal do Conselho do Império. Mais tarde, em 1945, foi eleito deputado por Timor e nessa qualidade integrou a comissão de colónias da Assembleia Nacional. Presidiu ainda à Junta Central de Emigração e Trabalho, do ministério das Colónias.

---

<sup>1859</sup> Vide «Número especial dedicado á viagem do Legado à latere Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa, a Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique» in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XX, n.º 234, de Dezembro de 1944, 540 pp.

<sup>1860</sup> Vide «Gouveia, D. Teodósio Clemente de» in *Portugal Século XX*, p. 152. Também, «Moçambique (1498-1975)» in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (d direcção de Carlos Moreira Azevedo), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 237-246, especialmente p. 245.

Entre 4 de Fevereiro de 1947 e 2 de Agosto de 1950, foi ministro das Colónias, deputado por Angola e, a partir de 1954, administrador do Banco Nacional Ultramarino e presidente do Conselho Ultramarino. Foi ainda director da Companhia de Moçambique e dos Caminhos-de-Ferro de Benguela. Colaborou em diversos periódicos como *A Voz*, *Diário de Notícias*, *O Século* e as revistas *Integralismo Lusitano* e *Mundo Português*. Publicou as seguintes obras: *Timor*, 1930; *O rei de Timor*, 1931; *Aspectos de administração colonial*, 1932; *Sidónio Pais e o seu consulado*, 1941. Nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar editou artigos e livros, entre os quais *Estudos Coloniais*, 1942, e *Conferências na Escola Superior Colonial*, 1943<sup>1861</sup>.

- **Vasco Borges**, juiz e político, nasceu em Lisboa, a 23 de Setembro de 1882, e morreu na mesma cidade, a 19 de Novembro de 1942. Depois dos estudos secundários, ingressou na Universidade de Coimbra, onde se bacharelou em Direito, no ano de 1905. Começou por exercer a advocacia, mas mudou de ramo e integrou-se na magistratura onde como juiz de 3.ª classe lhe foi atribuída em 1919 a comarca da Golegã. Em 1925 e 1928 foi promovido a juiz de 2.ª e 1.ª classe. Paralelamente à sua actividade profissional, entre 1916 e 1917, foi governador civil da Guarda e, em 1920, integrara como ministro da Instrução o Governo republicano presidido por António Maria Baptista. Com o advento do Estado Novo, Vasco Borges continuou a sua carreira na magistratura, sendo em 1936 nomeado juiz do tribunal das Execuções Fiscais e dois anos depois promovido a desembargador e colocado na Relação do Porto. Politicamente, apesar de ter pertencido a Governos republicanos, vai colaborando com as novas autoridades, sobretudo no campo cultural, proferindo conferências em várias instituições para as quais era convidado, salientando-se as conferências realizadas no ano de 1936.

No periódico da Agência Geral das Colónias, entre Maio de 1936 e Dezembro de 1941, a dois meses da sua morte, publicou quarenta artigos, o que comprovava o interesse que este juiz passou a ter pela investigação, nomeadamente em assuntos relacionados com a diplomacia, a propaganda imperial e a religião<sup>1862</sup>.

---

<sup>1861</sup> Vide «Duarte, Teófilo (1898-1958)» in *Dicionário Enciclopédico da História de...*, Volume 1, p. 197.

<sup>1862</sup> Vide «Borges (Vasco)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volume 4, Letras BAIL / BRAG, p. 930. Ainda, José Luís Lima Garcia e outros, «Viver a República: a implantação da República na Guarda e os principais eventos sociopolíticos» in *Guarda – Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Edição QuidNovi, 2010, pp. 45-60, especialmente p. 54.

- **Vasco Lopes Alves**, oficial de Marinha e colonialista, nasceu em Lisboa, a 4 de Julho de 1898, e morreu, na mesma cidade, a 31 de Outubro de 1976. Habilitado com os cursos Naval de Guerra e da Escola Prática de Torpedos ainda tirou o *brevet* de piloto aeronáutico e a especialidade em navegação submarina. Fazendo uma carreira gradual nos diversos postos da arma que escolhera, ascenderia em Março de 1953 ao posto de comodoro. Foi imediato e comandante de vários navios de guerra e desempenhou outras funções importantes na Marinha como as de director da Aeronáutica-Naval, juiz do Tribunal de Marinha, comandante superior das Forças Aéreas da Armada e director do Instituto Superior Naval de Guerra. Em Angola exerceu cargos como os de director do Observatório João Capelo, capitão do porto de Luanda, chefe do Departamento Marítimo.

Desempenhou igualmente funções políticas de relevo, como as de governador dos distritos de Moxico, de Luanda e de Malange e, entre 1943 e 1947, a de governador-geral de Angola. Foi procurador à Câmara Corporativa em quatro legislaturas, entre 1959 e 1972, vogal do Conselho do Império, deputado à Assembleia Nacional, delegado do Governo junto da Companhia Colonial de Navegação, director do Banco de Angola e ministro do Ultramar, entre 14 de Agosto de 1958 e 13 de Abril de 1961. Nas edições da Agência Geral das Colónias/Ultramar publicou várias separatas de artigos divulgados no periódico e dois discursos, um em português, e outro em inglês e francês: *Palavra de Ordem. Discurso proferido em 25-10-1960; Nous ne Tolérons pas que l'on Nous Contrôle. Discours prononcé le 15-11-1960; We Refuse to Be Supervised. A talls on 15-11-1960*<sup>1863</sup>.

- **Vicente de Moura Coutinho Almeida de Eça**, oficial de Marinha, professor e colonialista, nasceu no Porto a 15 de Agosto de 1852, e morreu em Lisboa, a 10 de Novembro de 1929. Depois dos primeiros estudos, alistou-se na Marinha no ano de 1870, tendo depois feito uma carreira que o levaria ao posto de vice-almirante, em Setembro de 1917. Paralelamente à actividade militar, exerceu funções de docência na Escola Naval durante quarenta e sete anos. Foi ainda director da Escola Superior Colonial, deputado, presidente e sócio honorário da Sociedade de Geografia e da Academia das Ciências de Lisboa, e especialista em arqueologia naval.

Pelo seu estatuto de oficial-general, investigador e docente em áreas sensíveis ligadas ao foro marítimo, representou Portugal em inúmeros eventos culturais e científicos

---

<sup>1863</sup> Vide «Alves (Vasco Lopes)» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e...*, Volumes 2 e 38, Letras ALMA / APUA e AL/BE (APÊNDICE), respectivamente p. 221 e pp. 234-235.

realizados no país e no estrangeiro, tendo inclusivamente tido um desempenho importante nas negociações que conduziram à assinatura de um acordo com a Espanha, sobre aspectos relacionados com a pesca. Publicou no periódico da Agência Geral das Colónias alguns artigos sobre temas da sua especialidade, destacando-se, entre outros, os que se referiam ao aspecto económico na colonização portuguesa<sup>1864</sup>.

---

<sup>1864</sup>Vide «Eça, Vicente Almeida de» in *Portugal Século XX*, p. 118.

### APÊNDICE III

#### PRINCIPAL CRONOLOGIA DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS/AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR ENTRE OS ANOS DE 1924 E 1974

- A **30 de Setembro de 1924**, criação fundamentada no Diploma Legislativo Colonial n.º 43, em virtude do disposto no artigo 3.º do Diploma Legislativo Colonial n.º 31, de 29 de Julho do mesmo ano, da Agência Geral das Colónias.

- A **3 de Outubro de 1924** foi nomeado Agente Geral das Colónias o engenheiro agrónomo Armando Zuzarte Cortesão, chefe de repartição do ministério das Colónias.

- A **22 de Dezembro de 1924**, entregue o primeiro serviço à Agência Geral das Colónias, por despacho ministerial foi a procuradoria da reparação do navio *Minho*, em estaleiros navais da capital do Império, antes de seguir viagem para a colónia de Cabo Verde.

- A **2 de Março de 1925**, foi a Agência Geral das Colónias instalada numa parte do prédio n.º 34, da Rua da Prata, em Lisboa, pertença da extinta Agência Geral de Angola, conforme foi determinado pelo artigo 34.º, do Diploma Legislativo Colonial n.º 43, em condições a «estabelecer oportunamente com a província de Angola».

- Em **Julho de 1925**, era editado o primeiro número do *Boletim da Agência Geral das Colónias* que tinha como director, em acumulação, o responsável da Agência Geral das Colónias, Armando Cortesão. Este periódico saía aos dias quinze de cada mês e apresentava uma tiragem inicial de 4.000 exemplares nos sete primeiros números, tendo o número decrescido para 3.000 nos números seguintes.

- A **12 de Janeiro de 1926**, sob o patrocínio do Agente Geral das Colónias, Armando Cortesão, foi decidido promover anualmente um «Concurso de Literatura Colonial», suportado jurídica e politicamente pelo ministério das Colónias, de acordo com a Portaria n.º 4.565, de 9 de Janeiro, publicada pelo *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 10.

- No **início do ano de 1927 (Janeiro)**, era nomeado como agente da colónia de

Macau junto da Agência Geral das Colónias em Lisboa, o primeiro-tenente Jaime Santos da Cunha Gomes. Anteriormente já haviam sido respectivamente nomeados como representantes de Angola e S. Tomé e Príncipe junto deste departamento de Informação e Propaganda, João Mimoso Moreira e António Cândido Ferreira.

- Em **Outubro de 1928**, o Governo decidiu que enquanto não fosse criada em Lisboa uma Agência de Recrutamento própria, os serviços de propaganda e alistamento de colonos para Angola seriam entregues à Agência Geral das Colónias.

- A **2 de Maio de 1929**, por proposta da Agência Geral das Colónias, o decreto n.º 16.813, do ministério das Colónias, criou um *bureau* de informações no pavilhão de Portugal na Exposição de Sevilha.

- Em **17 de Maio de 1930**, foi inaugurada a Secção Portuguesa da Exposição de Antuérpia, que teve como comissário o Agente Geral das Colónias, Armando Cortesão, nomeado para esse lugar em 28 de Dezembro de 1929.

- O número de **Dezembro de 1931**, do periódico da Agência Geral das Colónias era dedicado à Exposição Colonial de Paris, onde Portugal estivera presente com um Pavilhão sobre o seu Império Colonial.

- A **14 de Março de 1932**, a Agência Geral das Colónias foi reorganizada pelo Decreto n.º 21.011, num novo contexto político, após o fim do regime republicano, tendo a 4 de Abril de 1932 tomado posse o tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, como segundo Agente-Geral.

- No dia **3 de Outubro de 1932**, foi inaugurada pelo Presidente da República, Óscar Carmona, no Parque Eduardo VII, a Exposição Industrial de Lisboa organizada por intervenção da Agência Geral das Colónias.

- A **28 de Agosto de 1933**, o Decreto-Lei n.º 22.987, regulamentava a primeira mostra de produtos coloniais promovida pelo regime do Estado Novo.

- Entre os **meses de Julho e Agosto de 1934**, decorrera a Exposição Colonial Portuguesa que tinha como comissão organizadora, entre outras entidades, a Agência Geral das Colónias.

- No dia **28 de Dezembro de 1935**, dia de «Mouzinho», foi assinalado o 40.º aniversário da prisão de Gungunhana em Chaimite, com a abertura na sede da Agência Geral das Colónias de uma exposição sobre Mouzinho de Albuquerque.

- Em **Dezembro de 1936**, recebeu a Agência Geral das Colónias, pelo navio *João Belo*, um mostruário de madeiras para futuro aproveitamento de algumas essências florestais de Angola.

- A **19 de Junho de 1937**, a Agência Geral das Colónias organizara a Exposição Histórica da Ocupação para assinalar os 438 anos da chegada ao Tejo do piloto Nicolau Coelho, anunciando a boa nova da descoberta do caminho marítimo para a Índia.

- Em **29 de Abril de 1938**, a Agência Geral das Colónias prestou homenagem ao marquês de Sá da Bandeira, junto do monumento que foi erigido em honra do referido dirigente, na praça de D. Luís, em Lisboa, por ocasião do 80.º aniversário do decreto que abolia a escravatura, facto ocorrido em 1858, no reinado de D. Pedro V.

- A **14 de Fevereiro de 1939**, em cerimónia realizada no gabinete do ministro das Colónias, Vieira Machado, tomava posse como Agente Geral das Colónias, depois de quatro anos e meio de interinidade, o jornalista Júlio Cayolla.

- A **10 de Abril de 1940**, o Decreto-Lei n.º 30.374, dava autorização à Agência Geral das Colónias de promover a realização, entre Abril e Setembro, integrado no ano dos Centenários, de um cruzeiro para «Velhos Colonos».

- A **18 de Janeiro de 1941**, a Agência Geral das Colónias inaugurava na sala «Portugal», da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma exposição bibliográfica sobre as obras editadas por diversas instituições, quando da comemoração do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de 1940.

- A **5 de Julho de 1941**, foi publicada no *Diário do Governo* uma portaria que nomeava Júlio Cayolla para uma missão oficial ao Brasil, onde deveria inaugurar uma exposição da obra cultural realizada pela Agência Geral das Colónias, relacionada com a chamada «política do Atlântico».

- A **21 de Março de 1942**, a Agência Geral das Colónias promovera um ciclo de palestras sobre o «Império Colonial Português», na Emissora Nacional.

- A **31 de Agosto de 1942**, foi nomeado delegado da Agência Geral das Colónias junto do Secretariado de Propaganda Nacional, Augusto Cunha.

- Em **Março de 1943**, foi posto à venda o Índice do *Boletim Geral das Colónias*, que incluía todas as matérias insertas nesta publicação, desde o seu início até ao n.º 200, de Fevereiro de 1942.

- Em **Março de 1944**, o *Boletim Geral das Colónias* informava que haviam seguido para as colónias portuguesas de África, em 1943, 6.628 indivíduos, dos quais 5.667 eram de nacionalidade portuguesa e os restantes 961 de nacionalidade estrangeira.

- Em **Maio de 1945**, a Agência Geral das Colónias concorreu à Feira Popular e das Amostras de Lisboa, com um pavilhão artístico decorado pelo arquitecto Jorge Segurado. Igualmente nesse mesmo mês, a emissão de um programa quinzenal, dirigido pelo funcionário da Agência, Augusto Cunha, intitulado «O Jornal Radiofónico do Império», destinado a um auditório inserido nas diversas parcelas ultramarinas.

- A **1 de Janeiro de 1946**, começaram as comemorações nacionais do V centenário da descoberta da Guiné.

- Em **Maio de 1946**, por iniciativa do ministério das Colónias e da Agência Geral das Colónias, era inaugurada, nas instalações do Secretariado Nacional de Informação, uma exposição evocativa do primeiro centenário do nascimento de Serpa Pinto. Ainda nesta altura foi apresentado um livro do funcionário da Agência Geral das Colónias, Amadeu Cunha, intitulado *Serpa Pinto e o apelo de África*.

- A **7 de Outubro de 1946**, Júlio Cayolla entrou em licença ilimitada e foi substituído interinamente por Leonel Pedro Banha da Silva, como Agente Geral das Colónias.

- Em **Dezembro de 1946**, a Agência que se encontrava instalada na rua da Prata, na antiga Agência Geral de Angola, muito próxima da Praça do Comércio e do ministério das Colónias, foi instalada num edifício mais condigno que ficava na rua de S. Pedro de Alcântara, no n.º 81, junto do Príncipe Real.

- No dia **1 de Junho de 1947**, decorreram as comemorações do VIII Centenário da conquista de Lisboa aos «Mouros», efeméride co-organizada pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Agência Geral das Colónias.

- A **10 de Março de 1948**, por Portaria n.º 12.304 entretanto publicada no *Diário do Governo* n.º 57, I.ª Série, era criado na Agência Geral das Colónias um serviço especial para a troca recíproca de «bens» e «valores espirituais», entre a Metrópole e as Colónias, passando a ficar este serviço integrado na esfera da divisão de «Propaganda», deste organismo.

- Em **Julho de 1949**, na «Colectânea de Legislação Colonial» que a Agência Geral das Colónias vinha publicando, foram divulgados documentos essenciais para a governação das colónias pelo Estado Novo: Carta Orgânica do Império Colonial



Português; o Acto Colonial; O Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas; Relações de Direito Privado entre Indígenas e não Indígenas; Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África; e o Regimento do Conselho do Império Colonial.

- No dia **12 de Maio de 1950**, inaugurava-se, no Palácio da Independência em Lisboa, o primeiro Centro de Estudos de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa. A criação desse organismo na capital era o ponto de partida da colaboração entre a Agência Geral das Colónias e a Mocidade Portuguesa, para a constituição de outros «Centros» nas principais localidades do País que envolvessem jovens da Metrópole e das Colónias.

- Em **1950**, a Agência Geral das Colónias mandara construir uma viatura para cinema ambulante que em missão de propaganda deveria percorrer as colónias de Angola e Moçambique, para projectar filmes da realidade metropolitana. Paralelamente, em Agosto e Setembro, do mesmo ano, a Agência Geral das Colónias realizara sessões de cinema sobre temática africana nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, encomendadas a Filipe de Solms e a Ricardo Malheiro.

- A **11 de Outubro de 1951**, a Agência Geral do Ultramar organizava no Mosteiro dos Jerónimos, com a anuência do Papa Pio XII e o alto patrocínio do ministério do Ultramar, a Exposição de Arte Sacra Missionária, evento da responsabilidade da Sagrada Congregação de *Propaganda Fide*.

- Em **Fevereiro de 1952**, Leonel Banha da Silva foi nomeado Agente Geral do Ultramar, cargo que desde os finais de 1946 vinha exercendo interinamente.

- A **3 de Abril de 1952**, o Agente-Geral Banha da Silva embarcou com o ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, para uma viagem à Índia, onde iam tratar dos pormenores da comemoração IV Centenário da morte de São Francisco Xavier, a realizar em Dezembro desse ano.

- Em **Outubro de 1953**, a Agência Geral do Ultramar publicava, sob coordenação do jornalista Barradas de Oliveira, o livro *a Relação da Primeira Viagem do Ministro do Ultramar às Províncias do Oriente*. Ainda, a partir do final desse ano essa instituição passava a constituir uma comissão sob a dependência da Direcção Geral do Ensino, para a «expansão do livro português no Ultramar».

- A partir de **Janeiro de 1954**, a Portaria n.º 14.691, instituíu os novos prémios de Literatura Ultramarina a atribuir a quatro modalidades: «Prémio Camilo Pessanha», para a Poesia; «Prémio Frei João dos Santos», para o Ensaio; «Prémio Fernão Mendes Pinto», para a Novelística; «Prémio João de Barros», para a História.

- Em **Julho e Setembro de 1954**, o Agente Geral do Ultramar, Banha da Silva, visitou as províncias ultramarinas de Angola e Moçambique.

- No **Verão de 1955**, mais uma vez, a Agência Geral do Ultramar fazia-se representar na Feira Popular de Lisboa, com um pavilhão sobre o Ultramar. O pavilhão desse ano era dedicado à Índia.

- Durante o **mês de Agosto de 1956**, a Agência Geral do Ultramar promoveu uma exposição em Lourenço Marques sobre a «Vida e da Arte do Povo Português», quando da visita do Presidente da República Craveiro Lopes, a Moçambique.

- Início a **7 de Março de 1957**, das emissões regulares da RTP. A Agência Geral do Ultramar começara também a produzir um programa (primeiro quinzenal e depois semanal), coordenado pelo inspector administrativo, Manuel Osório, sobre a realidade tropical, que se intitulava *Portugal além Europa*.

- A **29 de Junho de 1957**, publicara-se o Decreto-Lei n.º 41.169, que reorganizava os serviços do ministério do Ultramar, nomeadamente no que se reportava ao provimento dos lugares de Agente-Geral e dos seus adjuntos.

- Em **Novembro de 1957**, Banha da Silva integrou uma missão constituída pelo próprio e pelo seu adjunto, Rodrigues Matias, que foi incumbida de visitar os vestígios históricos do século XVI, deixados pelos portugueses em África (Quénia, Zanzibar, Etiópia, Congo Belga e Francês).

- Em **1 e 15 de Outubro de 1958**, o Agente-Geral do Ultramar, Leonel Banha da Silva, publicou no jornal *Diário de Notícias* dois artigos sobre a temática “O Turismo nos Territórios Africanos ao Sul do Sáara”.

- Em **27 de Março de 1959**, pelo Decreto-Lei n.º 42.194, eram criados os Centros de Informação e Turismo das províncias ultramarinas, e logo decidido pelo mesmo diploma o funcionamento dos de Angola, Moçambique e Estado da Índia, ficando ainda pela mesma providência legislativa o ministro da tutela apto a criar, quando entendesse adequado, instituições idênticas nas restantes possessões ultramarinas (Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor), facto que viria a acontecer a 7 de Dezembro de 1960, em cumprimento do disposto na Portaria n.º 18.111, daquela data.

- Entre **4 de Março e 13 de Novembro de 1960**, a Agência Geral do Ultramar participara, conjuntamente com outras entidades, nas «Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique», realizadas por todo o território português (Metrópole e Ultramar).

- A **15 de Abril de 1960**, ao tempo do ministro do Ultramar, Vasco Lopes Alves, seria concretizado, pela Portaria n.º 17.676, o prémio literário «D. João II», que tinha sido instituído pelo n.º 12.º, do artigo 7.º, do Decreto n.º 41.407, de 28 de Novembro de 1957.

- A **29 de Maio de 1961**, com o patrocínio da Agência Geral do Ultramar era inaugurada na Sociedade de Geografia de Lisboa a «Semana do Ultramar».

- Em **Junho de 1962**, continuando com a estratégia de divulgar os valores culturais das províncias de Além-Mar, a Agência Geral do Ultramar começou a editar a «Colecção Unidade», que se destinava a dar a conhecer obras de ensaio, ficção e poesia de autores nascidos ou radicados nesses territórios tropicais.

- A **23 de Setembro de 1963**, o subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Silva Cunha, encerrava o II Curso de Férias para Estudantes Ultramarinos promovido pela Agência Geral do Ultramar e pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa para o Ultramar, com a presença de várias dezenas de estudantes finalistas dos cursos secundários das províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

- A **10 Outubro de 1964**, na Agência Geral do Ultramar, sob a presidência do ministro do Ultramar, Peixoto Correia, realizara-se em Lisboa a primeira reunião dos Centros de Informação e Turismo do Ultramar.

- No **dia 24 de Maio de 1965**, o ministro do Ultramar, Silva Cunha, no «Dia do Livro Ultramarino», inaugurou na Feira do Livro de Lisboa, no pavilhão do Grémio dos Editores e Livreiros, uma exposição de edições da Agência Geral do Ultramar.

- Em **Fevereiro de 1966**, a Agência Geral do Ultramar cedeu o documentário cinematográfico «Caminhos de S. Francisco», para ser projectado na cerimónia da entronização, na igreja alemã de Russelsheim, da imagem de S. Francisco Xavier adquirida pelos naturais de Goa, Damão e Diu, que trabalhavam na República Federal da Alemanha.

- A **2 de Junho de 1967**, na sequência da alteração da Lei Orgânica do ministério do Ultramar, a Agência passava a ter apenas três repartições e um gabinete orientador de publicações: «Serviços Administrativos e de Procuradoria-Geral»; «Serviços Técnicos e Editoriais»; «Serviços de Relações Públicas e Turismo».

- Nos **meses de Julho e Agosto de 1967**, as repartições e os serviços da Agência Geral do Ultramar foram transferidos do Terreiro do Paço, para o novo edifício do ministério do Ultramar, no Alto do Restelo (Avenida Ilha da Madeira).

- A **30 de Agosto de 1967**, por despacho ministerial publicado no *Diário do Governo*, foi nomeado para Agente Geral do Ultramar, Francisco da Cunha Leão.

- A **6 de Dezembro de 1967**, seguiu para o arquipélago de Cabo Verde uma embaixada da Agência Geral do Ultramar composta pelo chefe da Repartição dos Serviços de Relações Públicas e Turismo, Ruy Heitor, e pelo director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Comissariado de Turismo, Manuel Rocha, aos quais se juntaria, a partir de 15 do mesmo mês, Cunha Leão, para tratarem de visionar os principais lugares para uma eventual exploração turística.

- A **20 de Junho de 1968**, Cunha Leão, acompanhado pelo chefe da Repartição de Relações Públicas e Turismo, Ruy da Costa Heitor, iniciava uma segunda ronda de visitas aos territórios ultramarinos, dirigindo-se desta vez às ilhas de São Tomé e Príncipe.

- A **3 de Abril de 1969**, pela Portaria n.º 24.013, foi acrescentado às anteriores quatro modalidades a premiar pelo Concurso de Literatura da Agência Geral do Ultramar, mais uma, a de Reportagem, com o «Prémio Pero Vaz de Caminha».

- A partir de **Abril de 1970**, a Agência Geral do Ultramar passara a editar a revista *Permanência*, uma publicação mensal de actualidades ultramarinas.

- Entre **1969 e 1972**, com a criação dos Centros de Informação e Turismo, junto de cada uma das províncias, iniciou a Agência Geral do Ultramar um conjunto de acções que visavam promover uma maior interligação entre a Metrópole e o Ultramar, tendo nos últimos quinze anos do regime a Agência promovido cruzeiros de férias marítimos a São Tomé e Príncipe e a Angola (1969 e 1971), cruzeiros aéreos entre Angola-Metrópole e Metrópole-Angola (1970, 1971 e 1972) e Moçambique-Metrópole e Metrópole-Moçambique (1972).

- Em **1973**, era nomeado o último Agente Geral do Ultramar, José Fernando Nunes Barata, que iria assegurar a responsabilidade deste departamento do ministério do Ultramar, apenas, por uns meses, até Abril de 1974, altura em que o regime de Marcello Caetano foi derrubado pelo Movimento das Forças Armadas.

## ANEXO I

### PRÉMIOS LITERÁRIOS DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS/ AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR ENTRE OS ANOS DE 1926 E 1974

**1926:** 1.º Prémio: *África Portentosa*, de Gastão de Sousa Dias; 2.º Prémio: *Pretos e Brancos*, de Manuel de Brito Camacho; **1927:** 2.º Prémio: *Zambeziãna*, de Emílio de San-Bruno; 3.º Prémio: *Como Fizeram os Portugueses em Moçambique*, de Mário Costa; **1928:** 2.º Prémio: *O Caso da Rua Volong*, de Emílio de San-Bruno; 3.º Prémio: *África Misteriosa*, de Julião Quintinha; **1929:** 2.ºs Prémios: *Nova Largada*, de Augusto Casimiro e *Oiro Africano*, de Julião Quintinha; **1930:** 1.º Prémio: *Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*, de Julião Quintinha e Francisco Toscano; 2.º Prémio: *Recordações de África*, de Carlos Roma de Machado de Faria e Maia; 3.º Prémio: *Fulgores do Oriente*, de J. Ferreira Martins; **1931:** 2.ºs Prémios: *O Caminho do Oriente*, de Jaime do Inso e *Poetas e Prosadores*, de J. Ferreira Martins; **1932:** (Não houve Concurso); **1933:** 1.ºs Prémios: 1.ª Categoria: *Velo de Oiro*, de Henrique Galvão e *Angola*, de Alfredo A. Felner; 2.ºs Prémios: 2.ª Categoria: *Céus de Fogo*, de Campos Monteiro e a *Mulher da Índia Portuguesa*, de Propércia C. Afonso; **1934:** 1.º Prémio: 1.ª Categoria: *Auá*, de Fausto Duarte; 2.º Prémios: 1.ª Categoria: *Terras do Feitiço*, de Henrique Galvão; 1.º Prémio: 2.ª Categoria: *A Abolição da Escravatura e a Ocupação do Ambriz*, de José de Almeida G. de Sá; 2.º Prémio: 2.ª Categoria: *Da Vida e da Morte dos Bichos*, de Henrique Galvão, Teodósio Cabral e Abel Pratas; **1935:** 1.º Prémio: 1.ª Categoria: *Feitiços*, de Guilhermina de Azevedo; 2.º Prémio: 2.ª Categoria: *Aventuras de Caça*, de António de Aguiar; 1.º Prémio: 3.ª Categoria: *Angola Intangível*, de Alberto de Almeida Teixeira; 2.º Prémio: 3.ª Categoria: *Gramática de Quimbundo*, de José Quintão; **1936:** 1.º Prémio: 1.ª Categoria: *África. Da Vida e do Amor na Selva*, de João Augusto Silva; 1.º Prémio: 2.ª Categoria: *D. Carlos I*, de Luís Vieira de Castro; 2.º Prémio: 2.ª Categoria: *Um Branco no Sertão*, de Henrique Quirino da Fonseca; **1937:** 2.º Prémio: 1.ª Categoria: *Sol dos Trópicos*, de Henrique Galvão; 2.º Prémio: 2.ª Categoria: *A Ciência na História do Império Colonial*

*Português*, de Luís de Pina; **1938**: 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>o</sup> Categorias: 1.<sup>o</sup> Prémio: Não atribuído; 2.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *Fernão de Albuquerque (Capitão-Mor de Malaca e Damão e Governador da Índia de 1619 a 1622)*, de José F. Ferreira Martins; **1939**: 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Nhari – O Drama da Gente Negra*, de Castro Soromenho; 1.<sup>o</sup> Prémio, 2.<sup>a</sup> Categoria: História da Guiné, de João Barreto; **1940**: 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Terra da Esperança*, de Emílio Castelo Branco; 2.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *História Colonial*, de Gaspar Ribeiro Vilas; **1941**: 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Portugal Crioulo*, de Augusto Casimiro; 2.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *Notas de Etnografia de Angola*, de José Ribeiro da Cruz; **1942**: 1.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Homens sem Caminho*, de Castro Soromenho; 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *A Revolta*, de Fausto Duarte; 1.<sup>o</sup> Prémio: 3.<sup>a</sup> Categoria: *Gramática da Língua Chope*, de Luís Feliciano dos Santos; **1943**: 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Rajada*, de Castro Soromenho; 2.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *Timor, Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, de José S. Martinho; **1944**: 1.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Na Pista do Marfim e da Morte*, de Ferreira da Costa; 1.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *Afonso de Albuquerque*, de Costa Brochado; **1945**: 1.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Terra Conquistada*, de Eduardo Correia de Matos; 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Pedra do Feitiço*, de Ferreira da Costa; 1.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *Associações Secretas entre os Indígenas de Angola*, de Serra Frazão; 2.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *Como Serpa Pinto Atravessou a África*, de Gastão de Sousa Dias; **1946**: Não foi Atribuído; **1947**: 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *A Grande Travessia Africana de Capelo e Ivens*, de Ávila de Azevedo; 1.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *O Ultimatum Visto por António Enes*, de Francisco Assis de Oliveira Martins; 2.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *O Reino de Benguela*, de Ralph Delgado; **1948**: 1.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Sangue Cuanhama*, de António Pires; 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *A Derradeira Aventura de Paulo de Lima*, de Luís Silveira; 1.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *História de Angola*, de Ralph Delgado; 2.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *Terra Ardente*, de Norberto Lopes; **1949**: 1.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Julgareis Qual É Mais Excelente (Figuras da História)*, de Gastão de Sousa Dias; 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Luiana*, de António Pires; 2.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *Monjur - Gabu e a sua História*, de Jorge Velez Caroco; **1950**: 1.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Alvorada de Agosto*, de Luís Teixeira; 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *África, Terra de Promissão*, de Rodrigues Júnior; 1.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *História do Presídio de Lourenço Marques*, de Alexandre Lobato; 2.<sup>o</sup> Prémio: 2.<sup>a</sup> Categoria: *A Campanha Geral do Comércio do Brasil*, de Gustavo de Freitas; 1.<sup>o</sup> Prémio: 3.<sup>a</sup> Categoria: *Dicionário Português-Chope e Chope-Português*, de Luís Feliciano dos Santos; **1951**: 2.<sup>o</sup> Prémio: 1.<sup>a</sup> Categoria: *Sozinho no Mato*, de Márcia

Ivens Ferraz; 1.º Prémio: 2.ª Categoria: *S. Francisco Xavier e o Seu Labor no Padroado Português do Oriente*, de António Lourenço Farinha; 2.º Prémio: 2.ª Categoria: *O Distrito de Moçâmedes*, de Manuel Mendonça Torres; 1.º Prémio: 3.ª Categoria: *Estudos sobre Tifo na Guiné Portuguesa*, de João Leal da Silva Tendeiro; **1952 e 1953** (Não houve Concurso); **1954**: Prémio Camilo Pessanha: *Portugal Atlântico*, de Augusto Casimiro; Prémio João de Barros: *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique, 1752-1763*, de Alexandre Lobato; **1955**: Prémio Camilo Pessanha: *Caderno de Um Ilhéu*, de Jorge Barbosa; Prémio Fernão Mendes Pinto: *Branços e Negros*, de Guilhermina de Azeredo; **1956**: Prémio Camilo Pessanha: *A Ilha e a Solidão*, de Raimundo Soares; Prémio Fernão Mendes Pinto: *Chuva Braba*, de Manuel Lopes; Prémio Frei João dos Santos: *Etno-Sociologia do Nordeste de Angola*, de José Redinha; **1957**: Prémio Camilo Pessanha: *Cubata Abandonada*, de Geraldo Bessa Victor; Prémio João de Barros: *A Diplomacia Portuguesa nos Limites Meridionais do Brasil*, de Luís Ferrand de Almeida; Prémio Fernão Mendes Pinto: *Morabeza*, de Manuel Ferreira; Prémio Frei João dos Santos: *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, de Luís Silveira; **1958**: Prémio Camilo Pessanha: *África e Outros Poemas*, de António de Sousa Freitas; Prémio Frei João dos Santos: *Usos e Costumes dos Fulas na Guiné Portuguesa*, de Artur Augusto da Silva; **1959**: Prémio Frei João dos Santos: *Contactos de Cultura no Congo Português*, de Manuel Alfredo Morais Martins; Prémio Fernão Mendes Pinto: *O Galo Cantou na Baía*, de Manuel Lopes; **1960**: Prémio Camilo Pessanha: *Cais de Ver Partir*, de Nuno Miranda; Prémio Frei João dos Santos: *Sindicalismo e Evolução Social na África ao Sul do Sara*, de Mário Murteira; Prémio Fernão Mendes Pinto: *Muende*, de Rodrigues Júnior; Prémio João de Barros: *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, de Alexandre Lobato; **1961**: Prémio Camilo Pessanha: *Chingufu – Poemas Angolanos*, de Mário António; Prémio João de Barros: *Angola na Época Pombalina – O Governo de Sousa Coutinho*, de Jofre Amaral Nogueira; **1962**: Prémio Camilo Pessanha: *Livro de Água*, de Glória Sant’Ana; Prémio Frei João dos Santos: *da Religião dos Quiocos*, de Eduardo dos Santos; **1963**: Prémio Camilo Pessanha: *Cancioneiro da Ilha*, de Nuno Miranda; Prémio Fernão Mendes Pinto: *Guinéus* de Alexandre Barbosa; Prémio João de Barros: *Formação do Espaço Português*, de José Hermano Saraiva; **1964**: Prémio Camilo Pessanha: *Não Posso Dizer adeus às Armas*, de Amândio César; Prémio Frei João dos Santos: *A Habitação Tradicional de Angola*, de José Redinha; Prémio João de Barros: *A Cartografia Antiga de África e a Travessia entre Angola e Moçambique*, de Avelino Teixeira da Mota; **1965**: Prémio Frei

João dos Santos: *A Expansão Portuguesa e o Sentimento Religioso*, de Maria Benedita Aires de Almeida Araújo; Prémio Fernão Mendes Pinto: *Engrenagens Malditas*, de Reis Ventura; Prémio João de Barros: *O Beato João Baptista Machado de Távora, Mártir do Japão*, de José Machado Lourenço; Prémio D. João II (*ex-aequo*): *Angola, Meio Século de Integração*, de João Pereira Neto e *O Rio de Janeiro no Século XVI*, de Joaquim Veríssimo Serrão; **1966**: Prémio Camilo Pessanha: *Baga-Baga*, de Armor Pires Mota; Prémio Frei João dos Santos: *Nhamussoro*, de Luís Polonah; Prémio Fernão Mendes Pinto: *Um dia de 12 Horas*, de Amadeu Ferreira; **1967**: Prémio Camilo Pessanha: *Uevu (Oicam)*, de Maria Teresa Galveias; Prémio Frei João dos Santos: *Parágrafos de Literatura Ultramarina*, de Amândio César; Prémio Fernão Mendes Pinto: *O Homem Que Tinha a Chuva*, de Orlando de Albuquerque; **1968**: Prémio Camilo Pessanha: *Um Cancioneiro Para Timor*, de Ruy Cinatti; Prémio Frei João dos Santos: *O Infanticídio Ritual em África*, de António Carreira; Prémio Fernão Mendes Pinto: *As Chaves do Inferno*, de Ferreira da Costa; Prémio João de Barros: *Relações entre Angola e o Brasil, (1808 a 1830)*, de Manuel dos Anjos da Silva Rebelo; **1969**: Prémio Camilo Pessanha: *Saudade Macua*, de Jorge Ferreira; Prémio Frei João dos Santos: *Povo Flogá*, de Fernando Reis; Prémio João de Barros: *Panaria Cabo-Verdiana e Guineense*, de António Carreira; Prémio Pêro Vaz de Caminha: *Moçambique – Noite, Guerra e Paz*, de Guilherme de Melo; **1970**: Prémio Camilo Pessanha: *Uma Sequência Timorense*, de Ruy Cinatti; Prémio Frei João dos Santos: *Religiões de Angola*, de Eduardo dos Santos; Prémio Fernão Mendes Pinto: *Crepúsculo na Alvorada*, de Maurício Soares; Prémio João de Barros: *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*, de António Carreira; Prémio Pêro Vaz de Caminha (Não teve Concorrentes); **1971**: Prémio Camilo Pessanha: *Guitarra em Madeira de Asa*, de António Navarro; Prémio Fernão Mendes Pinto: *Eu Caçador e Tu Impala*, de Nuno Bermudes; Prémio Frei João dos Santos: *No Mundo dos Cabindas*, (2 Volumes), de José Vaz; Prémio João de Barros: *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata*, de António Carreira; Prémio Pêro Vaz de Caminha: *O Terrorismo não Impediu a Dinamização da Economia* (Crónicas Publicadas no jornal *Estado de S. Paulo*); **1972**: Prémio Camilo Pessanha: *Monandengue*, de Geraldo Bessa Victor; Prémio João de Barros: *Os Capitães - Mores em Angola no Século XVIII: Subsídio para o Estudo da sua Actuação*, de Carlos Couto; **1974**: Prémio Camilo Pessanha: *O Acordar do Bronze*, António Navarro; Prémio Fernão Mendes Pinto: *A Vingança de Macário*, de Álvaro Rego Cabral.



## ANEXO II

### FOTOGRAFIAS DO MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS/ULTRAMAR E SEDES DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS/ULTRAMAR (1924-1974)



Sede da Agência Geral das  
Colónias



Sede da Agência G. do Ultramar



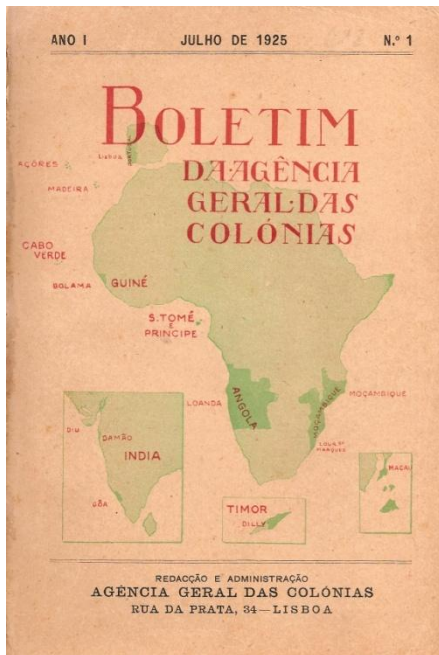
Ministério das Colónias/Ultramar  
(Até 1967)



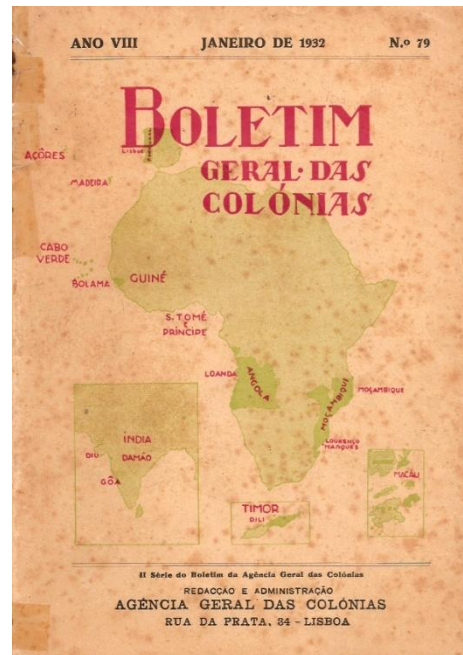
Ministério do Ultramar e  
Sede da Agência Geral do

## ANEXO III

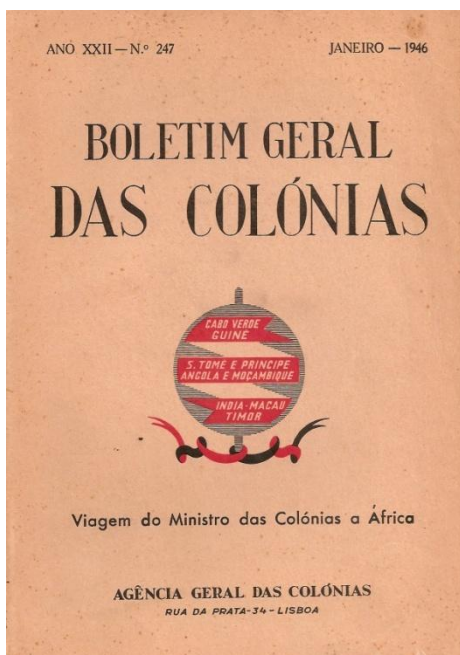
### CAPAS DE BOLETINS ENTRE 1925-1970



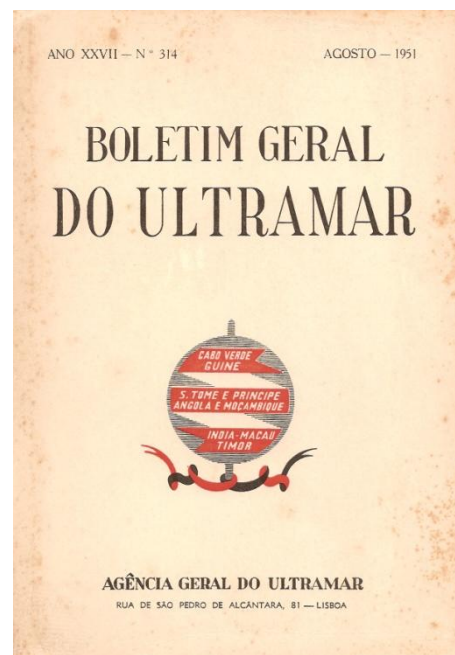
Primeiro número do Boletim



Boletim com título abreviado

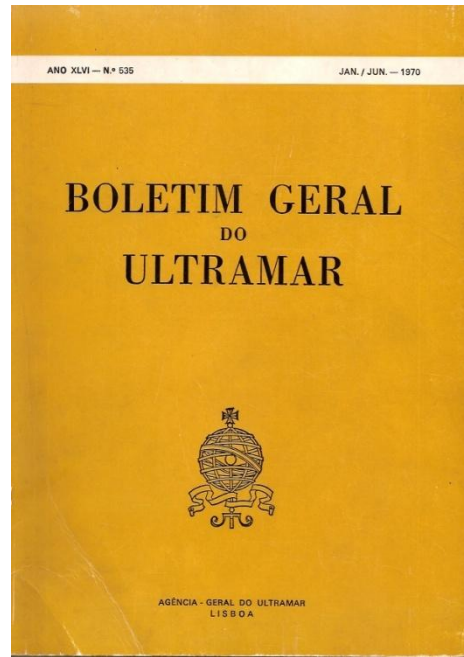
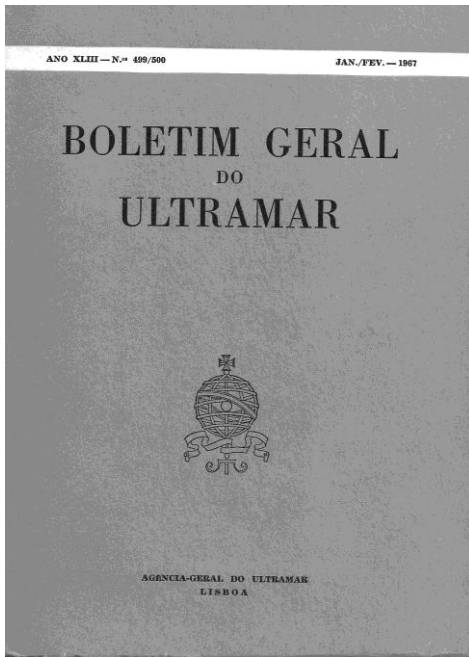


Boletim com mudança de logótipo



Boletim com o mesmo logótipo mas com

mudança de título



Boletim com mudanças de logótipo e de cor

Último número do Boletim: com mesmo logótipo mas com mudança de cor

**Boletim da Agência Geral das Colónias**  
PUBLICAÇÃO MENSAL

DEPOSITARIO GERAL:  
LIVRARIA FERIN  
Rua Nova do Almada, 70 a 74 — Lisboa

ASSINATURAS

Portugal e ilhas adjacentes — Um ano ..... 70,00 Escudos  
Colónias Portuguesas — Um ano ..... 80,00  
Estrangeiro — Um ano ..... 100,00  
Avulso em Lisboa ..... 6,00

**Coupon de assinatura**

Cortar e enviar ao «Boletim da Agência Geral das Colónias»  
Rua da Prata, 34, Lisboa

Nome (1) .....

Profissão .....

Residência (2) .....

Declaro assinar, por 1 ano, a começar no mês de .....

Incluído (3) .....

(4) de ..... de 192 .....

Assinatura .....

1 Nome completo, bem legível.  
2 Endereço completo.  
3 Cheque ou vale do correio.  
4 Localidade e data.

«Coupon» de assinatura do Boletim

**Tarifa dos Anúncios no «Boletim da Agência Geral das Colónias»**

Local de inserção	1 página	1/2 página
<b>Na capa:</b>		
Página 2 .....	800,00	200,00
Página 3 .....	850,00	200,00
Página 4 .....	800,00	—
<b>Nas folhas de anúncio:</b>		
Última página antes do texto .....	400,00	200,00
Primeira página depois do texto .....	400,00	250,00
Outras páginas .....	200,00	150,00

Por 12 números ..... 20% de abatimento  
« » ..... 10% « »

Os srs. anunciantes deverão fornecer os clichés das gravuras com que desejam ilustrar os seus anúncios.

**Coupon de anúncio**

Cortar e enviar ao «Boletim da Agência Geral das Colónias»  
Rua da Prata, 34 — LISBOA

Autorizamos a inserção do anúncio junto, no «Boletim da Agência Geral das Colónias» com o espaço de ..... página (1 ou 1/2) na (indicar a colocação de unidade segundo a tabela anexo) ..... pelo preço de Esc. ....

Lisboa, de ..... de 192 .....

Assinatura .....

«Coupon» de anúncio e tabela de preços do Boletim

**HENSCHEL & SOHN**  
G. m. b. H. — ERSSLEBEN

PRINCIPAIS PRODUTOS

LOCOMOTIVAS

Reparações de locomotivas e caldeiras de qualquer marca

ROLOS COMPRESSORES e VAPOR

LOCOMOVEIS

CARROS PARA REGA DE ALÇATRAO

REPRESENTANTE PARA PORTUGAL E COLÓNIAS  
**CARLOS EMPIS**  
Rua de S. Julião, 23 — LISBOA

Exemplo de um anúncio inserido no primeiro número do Boletim